

Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)



168 699

AGRADECIMENTOS

Desde 1992 que temos o privilégio de receber a formação e a orientação científica do Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge. Primeiro, no Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, agora, no Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico. Foram cerca de oito anos de trabalho, muito intenso, ininterrupto, que só por isso merece a nossa profunda gratidão, tal foi a sua entrega.

Mas a dimensão que lhe devemos realçar é, sobretudo, a da qualidade da sua orientação científica, onde a honestidade, a objectividade, a sabedoria sem alardes, o rigor metodológico, a segurança...são verdadeiramente invulgares. No final de todo este processo, e para sermos sóbrios nas palavras, como ele, é chegado o momento de deixar escrito que lhe devemos imenso do que sabemos, mas também do que somos: que o temos por Mestre.

E porque, como diria Brecht, as guerras não são ganhas apenas pelos generais, queremos destacar, também, a prestimosa colaboração da Sr.^a D. Maria Antónia Ferreira, funcionária administrativa da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul - infelizmente já reformada -, sem a competência e a boa vontade (o profissionalismo) da qual, a consulta dos arquivos de Évora (parcialmente desorganizados) teria sido tão mais difícil ou até impossível.

Agradecemos, igualmente, a colaboração pontual, mas não menos importante, da Professora Doutora Maria João Batista Neto, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do Professor Doutor Luís Aires-Barros, do Instituto Superior Técnico, da Doutora Rosário Gordalina, da DGEMN, do Arq. Nuno Teotónio Pereira e do Tenente Coronel António Lopes Pires Nunes.

Por último, um agradecimento especial ao Professor Doutor António Ventura, um conselheiro inestimável que nos disponibilizou, com a costumada generosidade, a sua fabulosa biblioteca.

RESUMO

Esta investigação considerou, como objectivos fundamentais, a resposta às seguintes questões:

- Que herança cultural - europeia e portuguesa - recebeu o Estado Novo em matéria de intervenção dos monumentos?
- Como se processou a intervenção do Estado Novo na arquitectura militar do distrito de Portalegre?
- Por que permaneceu Portugal, durante o Estado Novo, serodamente oitocentista em matéria de restauro?
 - Quais as consequências científicas deste processo para a História da Arquitectura Militar em Portugal?

A investigação conduziu à conclusão geral de que o Estado Novo se alheou da nova filosofia de intervenção consagrada na Carta de Atenas (1931), e aceitou, mais em teoria do que na prática, o preceituado na Carta de Veneza (1964), porque, subordinando toda a vida cultural a objectivos de cariz político-ideológicos ditatoriais, mais lhe convinha a reconstrução em estilo, sem rigor científico e sem respeito pela substância histórica.

O castelo constituiu um fortíssimo “emblema” do Estado Novo, sobretudo no seu período áureo, tornando-se necessário, politicamente, “reintegrá-lo” nas suas “feições primitivas”, purificando-o de todas os acrescentos espúrios - entenda-se, não medievais - para que o regime melhor se apresentasse, perante a Nação, como o legítimo herdeiro e restaurador de um passado glorioso, no âmbito de uma historiografia também ela revista politicamente.

Paralelamente, o Modernismo português alheou-se desta temática: uma arquitectura nova, sem concessões, afastava-os dos testemunhos do passado, base argumentativa de academistas e historicistas.

Considera-se que é imprescindível fazer a história do restauro das fortificações para que se atinja um conhecimento científico sobre a História da Arquitectura Militar em Portugal.

ÍNDICE GERAL

Introdução (p. 17)

I Restauro e outros conceitos fundamentais

- 1.1 Etimologia e evolução semântica (p. 33)
- 1.2 O contributo teórico de Cesare Brandi (p. 35)
- 1.3 O contributo teórico de Umberto Baldini (p. 40)
- 1.4 O contributo teórico de Piero Sanpaolesi (p. 46)
- 1.5 Breve referência ao conceito de restauro em textos fundamentais (p. 49)
- 1.6 Alguns contributos portugueses para a actualização do conceito de restauro (p. 53)
- 1.7 Síntese crítica (p. 56)

II Formação dos conceitos de património cultural e de restauro arquitectónico na Europa oitocentista: França, Inglaterra e Itália

- 2.1 Formação do conceito de património cultural: do coleccionismo antigo aos monumentos históricos da França revolucionária (p. 63)
- 2.2 Viollet-le-Duc e a escola francesa de restauro. (p. 68)
- 2.3 A prática do restauro arquitectónico no Reino Unido e a teoria naturalista e conservacionista de John Ruskin (p. 73)
- 2.4 Camilo Boito e a escola italiana do *Restauro Científico* (p. 78)

III A salvaguarda do património e as concepções de restauro em Portugal até final da I República

- 3.1 A Protecção do Património no Antigo Regime (p. 83)
- 3.2 Liberalismo, Romantismo e o despertar da sociedade e do Estado para a salvaguarda do património (p.88)
 - 3.2.1 D. Fernando II, O Rei Artista (p. 98)
 - 3.2.2 Alexandre Herculano e a revista *O Panorama* (p. 99)
 - 3.2.3 Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e o restauro do Mosteiro da Batalha (p. 103)
 - 3.2.4 Almeida Garrett e as *Viagens na Minha Terra* (p. 108)
 - 3.2.5 Mendes Leal e os *Monumentos Nacionais* (p. 109)
 - 3.2.6 O restauro da Sé Velha de Coimbra por António Augusto Gonçalves (p. 111)
 - 3.2.7 Parecer de Luciano Cordeiro sobre as obras dos Jerónimos (p. 113)
 - 3.2.8 Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal e A Conclusão do Edifício dos Jerónimos* (p. 116)

- 3.2.9 Rosendo Carvalheira e o restauro da Sé da Guarda (p. 122)
- 3.2.10 A Sé de Lisboa e as obras de Augusto Fuschini (p. 128)
- 3.2.11 Gabriel Pereira e a conferência sobre monumentos nacionais (p. 131)
- 3.2.12 Ernesto Korrodi e os estudos de reconstrução do castelo de Leiria (p. 133)
- 3.3 A primeira república e a reorganização do Estado face à salvaguarda do património cultural (p. 134)

IV A orgânica da Ditadura Militar e do Estado Novo face ao património construído

- 4.1 A criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1929 e a sua reestruturação em 1930 (p. 141)
- 4.2 A centralização de 1932 e as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia. A nova constituição do Conselho Superior de Belas-Artes em 1933 (p. 143)
- 4.3 A reestruturação da DGEMN em 1935 (p. 146)
- 4.4 A criação da Junta Nacional de Educação em 1936 e o condicionamento ideológico (p. 147)
- 4.5 A desconcentração de serviços da DGEMN em 1947 (p. 150)
- 4.6 A reorganização do Ministério da Educação Nacional em 1965 (p. 151)
- 4.7 Últimas reformas (1968/1970/1971/1973) (p. 153)
- 4.8 A classificação, protecção e inventariação dos bens patrimoniais durante o Estado Novo (p. 155)

V As filosofias de intervenção da DGEMN e os arquitectos da Secção do Sul

- 5.1 Filosofias de intervenção (p. 157)
 - 5.1.1 Henrique Gomes da Silva e a sua *Orientação Técnica* (p. 159)
 - 5.1.2 A Portaria de 29 de Agosto de 1938 e o castelo de São Jorge (p. 161)
 - 5.1.3 As “restaurações integrais” pretendidas por sectores católicos radicais (p. 163)
 - 5.1.4 Crítica à DGEMN nas bancadas do parlamento (p. 164)
 - 5.1.5 Críticas à DGEMN no seio da própria instituição (p. 167)
 - 5.1.6 Um texto paradoxal publicado pela DGEMN (p. 170)
 - 5.1.7 Filosofias de intervenção em polémica pública (p. 172)
 - 5.1.8 A carta de Veneza e a sua repercussão em Portugal (p. 175)
- 5.2 Os arquitectos da Secção do Sul (p. 179)
 - 5.2.1 Arq. Baltazar da Silva Castro (p. 181)
 - 5.2.2 Arq. Martinho Humberto dos Reis (p. 184)
 - 5.2.3 Arq. João Filipe Vaz Martins (p. 186)
 - 5.2.4 Arq. Fernando Augusto Peres Guimarães (p. 188)
 - 5.2.5 Arq. Álvaro Magro de Moura Bessa (p. 191)
 - 5.2.6 Arq. Rui Ângelo do Couto (p. 192)

5.2.7 Breve análise (p. 194)

VI Intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre

6.1 Castelo de Alter do Chão (p. 197)

6.1.1 Nota histórica (p. 197)

6.1.2 Situação e sítio (p. 202)

6.1.2.1 Situação (p. 202)

6.1.2.2 Sítio (p. 203)

6.1.3 Descrição do Castelo (p. 203)

6.1.4 Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção (p. 209)

6.1.4.1 Sistema estrutural (p. 209)

6.1.4.2 Materiais e técnicas de construção (p. 210)

6.1.5 Evolução arquitectónica e tipologia militar (p. 212)

6.1.5.1 Evolução arquitectónica (p. 212)

6.1.5.2 Tipologia Militar (p. 219)

6.1.6 O castelo antes das intervenções do Estado Novo (p. 222)

6.1.7 Intervenções e sua análise crítica (p. 226)

6.1.7.1 Pormenores técnicos prescritos nos projectos (p. 236)

6.1.8 Intervenções urgentes e a médio e longo prazos (p. 237)

6.2 Fortificações de Campo Maior (p. 275)

6.2.1 Nota histórica (p. 275)

6.2.2 Situação e sítio (p. 279)

6.2.2.1 Situação (p. 279)

6.2.2.2 Sítio (p. 280)

6.2.3 Descrição das fortificações (p. 280)

6.2.3.1 O castelo e a cerca urbana medieval (p. 280)

6.2.3.2 A fortificação abaluartada (p. 285)

6.2.4 Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção (p. 286)

6.2.4.1 Sistema estrutural (p. 286)

6.2.4.2 Materiais e técnicas de construção (p. 288)

6.2.5 Evolução arquitectónica e tipologia militar (p. 289)

6.2.5.1 Evolução arquitectónica (p. 289)

6.2.5.2 Tipologia Militar (p. 298)

6.2.5.2.1 O castelo e a cerca urbana (p. 298)

6.2.5.2.2 A fortificação abaluartada (p. 300)

6.2.6 Intervenções e sua análise crítica (p. 303)

6.2.6.1 A expansão urbana e as fortificações (p. 303)

6.2.6.2 Intervenções (p. 308)

6.2.6.3 Pormenores técnicos prescritos nos projectos (p. 312)

6.2.6.4 Análise crítica (p. 313)

6.2.7 Intervenções urgentes e a médio e longo prazos (p. 315)

- 6.3 Fortificações de Marvão (p. 351)
 - 6.3.1 Nota histórica (p. 351)
 - 6.3.2 Situação e sítio (p. 357)
 - 6.3.2.1 Situação (p. 357)
 - 6.3.2.2 Sítio (p. 358)
 - 6.3.3 Descrição das fortificações (p. 359)
 - 6.3.3.1 Primeiro recinto do castelo (p. 359)
 - 6.3.3.2 Segundo recinto do castelo (p. 362)
 - 6.3.3.3 Cerca urbana (p. 364)
 - 6.3.4 Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção (p. 367)
 - 6.3.4.1 Sistema estrutural (p. 367)
 - 6.3.4.2 Materiais e técnicas de construção (p. 368)
 - 6.3.5 Evolução arquitectónica e tipologia militar (p. 370)
 - 6.3.5.1 Evolução arquitectónica (p. 370)
 - 6.3.5.2 Tipologia Militar (p. 375)
 - 6.3.5.2.1 O castelo e a cerca urbana (p. 375)
 - 6.3.5.2.2 A fortificação abaluartada (p. 377)
 - 6.3.6 Intervenções e sua análise crítica (p. 377)
 - 6.3.6.1 A expansão urbana e as fortificações (p. 377)
 - 6.3.6.2 Intervenções (p. 380)
 - 6.3.6.3 Pormenores técnicos prescritos nos projectos (p. 387)
 - 6.3.6.4 Análise crítica (p. 388)
 - 6.3.7 Intervenções urgentes e a médio e longo prazos (p. 392)
- 6.4 Fortificações de Elvas (p. 427)
 - 6.4.1 Nota histórica (p. 427)
 - 6.4.1.1 A passagem dos rios Caia e Guadiana a linha de fronteira, entre Portugal e Castela, no séc. XIII (p. 427)
 - 6.4.1.2 A fortificação abaluartada de Elvas em consequência do longo período de guerra entre 1641 e 1811 (p. 432)
 - 6.4.1.3 A perda da importância militar e a abertura de fronteiras em consequência dos tratados da União Europeia (p. 436)
 - 6.4.1.4 Relação de eventos bélicos (p. 437)
 - 6.4.2 Situação e sítio (p. 438)
 - 6.4.2.1 Situação (p. 438)
 - 6.4.2.2 Sítio (p. 440)
 - 6.4.3 Descrição (p. 441)
 - 6.4.3.1 O castelo (p. 441)
 - 6.4.3.2 As cercas urbanas (p. 446)
 - 6.4.3.2.1 Primeira cerca muçulmana (p. 446)
 - 6.4.3.2.2 Segunda cerca muçulmana (p. 447)
 - 6.4.3.2.3 Cerca fernandina (p. 448)
 - 6.4.3.2.4 Fortificação abaluartada (p. 450)
 - 6.4.3.3 Forte de Santa Luzia (p. 454)
 - 6.4.3.4 Forte de Lippe ou de Nossa Senhora da Graça (p. 458)
 - 6.4.3.5 Fortins ou redutos e edifícios militares (p. 463)
 - 6.4.4 Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção (p. 465)

- 6.4.4.1 Sistema estrutural (p. 465)
- 6.4.4.2 Materiais e técnicas de construção (p. 466)
- 6.4.5 Evolução arquitectónica e tipologia militar (p. 468)
 - 6.4.5.1 Evolução arquitectónica (p. 468)
 - 6.4.5.2 Tipologia Militar (p. 472)
 - 6.4.5.2.1 O castelo e as cercas urbanas medievais (p. 472)
 - 6.4.5.2.2 Fortificação abaluartada (p. 473)
 - 6.4.5.2.2.1 Fortificações da cidade (p. 473)
 - 6.4.5.2.2.2 Fortes de Santa Luzia e da Graça (p. 474)
- 6.4.6 Intervenções e sua análise crítica (p. 474)
 - 6.4.6.1 A expansão urbana e as fortificações (p. 474)
 - 6.4.6.2 Castelo (p. 479)
 - 6.4.6.3 Cercas urbanas medievais (p. 487)
 - 6.4.6.4 Fortificação abaluartada da cidade (p. 488)
 - 6.4.6.5 Forte de Santa Luzia (p. 490)
 - 6.4.6.6 Forte da Graça (p. 491)
 - 6.4.6.7 Fortim de São Pedro (p. 492)
 - 6.4.6.8 Pormenores técnicos prescritos nos projectos (p. 493)
 - 6.4.6.9 Análise crítica (p. 495)
 - 6.4.6.9.1 Intervenção no castelo (p. 495)
 - 6.4.6.9.2 Outras intervenções (p. 504)
- 6.4.7 Intervenções urgentes e a médio e longo prazos (p. 505)

6.5 Análise sumária das intervenções efectuadas nas outras fortificações do distrito de Portalegre (p. 567)

- 6.5.1 Castelo de Amieira (p. 568)
 - 6.5.1.1 Nota histórica (p. 568)
 - 6.5.1.2 Descrição sumária (p. 569)
 - 6.5.1.3 Intervenções (p. 570)
 - 6.5.1.4 Análise sumária das intervenções (p. 572)
- 6.5.2 Castelo de Belver (p. 574)
 - 6.5.2.1 Nota histórica (p. 574)
 - 6.5.2.2 Descrição sumária (p. 576)
 - 6.5.2.3 Intervenções (p. 577)
 - 6.5.2.4 Análise sumária das intervenções (p. 580)
- 6.5.3 Fortificações de Castelo de Vide (p. 583)
 - 6.5.3.1 Nota histórica (p. 583)
 - 6.5.3.2 Descrição sumária (p. 585)
 - 6.5.3.3 Intervenções (p. 586)
 - 6.5.3.4 Análise sumária das intervenções (p. 589)
- 6.5.4 Fortificações de Nisa (p. 590)
 - 6.5.4.1 Nota histórica (p. 590)

- 6.5.4.2 Descrição sumária (p. 593)
- 6.5.4.3 Intervenções (p. 594)
- 6.5.4.4 Análise sumária das intervenções (p. 595)

- 6.5.5 Fortificações de Portalegre (p. 596)
 - 6.5.5.1 Nota histórica (p. 596)
 - 6.5.5.2 Descrição sumária (p. 598)
 - 6.5.5.3 Intervenções (p. 601)
 - 6.5.5.4 Análise sumária das intervenções (p. 604)

- 6.5.6 Intervenções noutras fortificações (p. 606)

VII Ciclos de intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre

- 7.1 Os ciclos regionais e a sua comparação com as flutuações nacionais (p. 647)
- 7.2 Os ciclos regionais de intervenção nas fortificações e a sua contextualização política, económica, social e cultural (p. 650)
 - 7.2.1 Razões de natureza cultural e política (p. 650)
 - 7.2.2 Razões de natureza económico-social (p. 656)

VIII Arquitectura nova e intervenção dos monumentos: que relação?

- 8.1 Historicismo e Modernismo (p. 665)
- 8.2 Comemorações Centenárias: o auge da Ditadura e do condicionamento ideológico da arquitectura (p. 670)
- 8.3 I Congresso Nacional de Arquitectura: tempos de mudança (p. 675)
- 8.4 Anos Cinquenta: tempos de resistência (p. 678)
- 8.5 Anos Sessenta: tempos de modernização (p. 683)

Conclusão (p. 687)

Fontes e bibliografia (p. 701)

Anexos (p. 727)

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
- CIAM - Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
- DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais
- DMN - Direcção dos Monumentos Nacionais
- DREMS - Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul
- DSE, GEAEM - Direcção dos Serviços de Engenharia, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar
- DSID - Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação
- DSMN - Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais
- E - Este ou Leste (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)
- IBI - Internationales Burgen -Institut
- ICAT - Iniciativas Culturais Arte e Técnica
- IN-CM Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- JNE - Junta Nacional da Educação
- MEN - Ministério da Educação Nacional
- MOP - Ministério das Obras Públicas
- MOPC - Ministério das Obras Públicas e Comunicações
- MP - Mocidade Portuguesa
- N - Norte (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)
- NE - Nordeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)
- NO - Noroeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)
- O - Oeste (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)
- ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos
- S - Sul (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)
- SE - Sudeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)
- séc. - século / sécs. - séculos
- SNBA - Sociedade Nacional de Belas-Artes
- SO - Sudoeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)

A obra realizada nos últimos anos é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva. E esta obra impunha-se, como uma das mais importantes, dando a todos a certeza de que o nosso Património Artístico e Monumental vai sendo refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII.

Gomes da Silva (1935)

Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

O Castelo de São Jorge, o mais antigo Monumento de Lisboa, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso Património de glória, merece incontestavelmente que se dignifique, desafrontando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos.

Duarte Pacheco (1938)

Ministro das Obras Públicas e Comunicações

Monumentos há que foram quasi inteiramente construídos de novo segundo as regras da ciência arqueológica, depois de haverem sido "purificados" de todas as excrescências de épocas posteriores à sua fundação. Estes monumentos novi-antigos, integrados na sua forma primitiva, esgaratados, desencascados e novamente revestidos de uma pele nova, restituem-nos talvez a sua primitiva forma arqueológica, mas perdem fatalmente a vida profunda que os animava. Já não nos transmitem o perfume da sua veneranda antiguidade, e, na cuidada obra de imitação, lembram-nos por vezes o desconsolador aspecto daqueles quadros históricos muito perfeitos, elaborados com rigorosa erudição e compostos de impecáveis figuras...de cera.

Raul Lino (1941)

Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da DGEMN

Se se palpita que aqui havia uma porta, uma janela, um nicho, deita-se abaixo uma parede, uma muralha - deita-se abaixo o que for preciso (...) é de tal ordem que, tudo o que pertence aos séculos XVII e XVIII, já se sabe que vem abaixo.

Adriano de Gusmão (1949)

Crítico da Arte

INTRODUÇÃO

No princípio dos anos Sessenta, lembramo-nos de ter participado numa récita escolar e representar, cantando, dentro de um castelo de papelão que movimentávamos no palco, versos de que ainda conservamos na memória algumas passagens:

Sou o castelo glorioso / tenho orgulho no meu passado / quando a fronteira defendia / eu sempre alerta e bem alerta dava o brado.

Entrava depois o refrão que os nossos companheiros cantavam, olhando para nós, enfiados no castelo e exibindo umas imponentes barbas brancas:

És orgulhoso nobre velho fazes bem / e tens razão foste vigia e sentinela da nação / tua valentia ficou nobre e bem patente / e resistente tu guardavas e amparavas tua gente.

Seria hoje muito difícil que este tema fosse utilizado numa festinha escolar do 1º ciclo. Trata-se, de facto, de um bom exemplo para recordarmos a ambiência de uma época, exactamente aquela que é tratada nesta investigação: o Estado Novo (1933-1974). Mostra-nos como os castelos eram utilizados pedagogicamente no culto de valores nacionalistas, fazendo com que entre a “mocidade” e os monumentos se estabelecessem pontes afectivas impregnadas de patriotismo. Aliás, recorde-se a propósito, o conhecido conjunto de sete quadros de Jaime Martins Barata, intitulado “A

Lição de Salazar”, mandados executar pelo então Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, em 1938 - assinalando o 10º Aniversário da tomada de posse de Salazar como Ministro das Finanças -, e distribuídos por todas as escolas primárias do país, depois de reproduzidos litograficamente. Na lição consagrada às obras públicas, aparece um castelo arruinado na gravura ilustrativa do período de antes do Estado Novo, para logo aparecer o mesmo castelo reconstruído na imagem dos novos tempos. Também na lição consagrada ao lar português, a janela aberta deixa ver, no topo de um monte, outro castelo, resplandecente, simbólico, com a bandeira nacional astreada. Sobre a simbologia deste castelo, diz João Medina:

(...) na imagem simbólica do Castelo se consubstancia a Utopia - ou Ucronia, dado o passadismo impressionante desta atitude - estado-novista, com a sua confessa saudade arcaizante, voltada para uma ordem social, económica e política fundada na tal tripartição de funções - grosso modo, Igreja, Aristocracia e Servos da Gleba (...). O Castelo é, portanto, a ordem tradicional, o Passado, o “bom velho tempo” da “pax ruris” medieval, a Ucronia medieval, o saudosismo neomedievalista de muitos intelectuais salazaristas, o emblema da ordem tradicionalista da Nação e, por fim, o próprio arcaísmo da medievalidade desta “Lição de Salazar”, entendida no sentido duma apetência ucrónica por uma estrutura social e política (“non est potestas nisi a Deo”) que está totalmente contra a modernidade da Revolução Francesa, contra a laicização do poder e o liberalismo, este com as suas noções de soberania popular, sistema representativo, sufrágio universal, escolha popular, direitos do cidadão, liberdade-igualdade-fraternidade, etc.¹.

As intervenções nos monumentos, ocorridas durante o Estado Novo, tiveram uma forte motivação política: os governos de Salazar reivindicavam a encarnação do melhor espírito patriótico, pegavam o facho dos grandes feitos e tradições pátrias, a herança dos melhores portugueses, para, a partir das trevas em que o país se encontrava,

¹ MEDINA, João - “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, Ediclube, Amadora, 1993, p. 35.

o fazerem renascer. Era um *messianismo “restaurador”*², o de Salazar, em que, *apagando, limpando, emendando ou mesmo emoldurando o que devia ser destacado nos novos arranjos urbanísticos, submetia-se o passado a uma explicação polissémica onde o presente adquiria sentido*³.

Os monumentos medievais em geral, mas os castelos em particular, constituíam o berço da nacionalidade, o testemunho histórico do nascimento da pátria que era necessário transmitir às gerações vindouras. Como as fortificações estavam em péssimo estado de conservação - e tal estado testemunhava a falta de patriotismo de décadas ou de séculos -, era necessário desobstruí-las de acrescentos espúrios, reintegrá-las, reconstituí-las e conservá-las como materialização da alma portuguesa.

E assim como a História de Portugal se reescreveu, não em resultado de uma necessidade científica mas em consequência de um ditame político, assim os castelos se reconstruíram à maneira oitocentista, e depressa, que havia inúmeras comemorações agendadas. José-Augusto França chama a atenção para estes

*(...) princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc mais do que numa consciência histórica da vida e da utência sucessiva dos edifícios (...) mitificou-se uma situação medieval especiosamente “românica”, em detrimento de intervenções e elementos barrocos importantes, e com prejuízo e desperdício de valiosas obras de talha*⁴.

Numa promiscuidade insalubre entre objectivos culturais e objectivos políticos, andaram os restauradores da DGEMN a “toque de caixa”. A filosofia das intervenções não era matéria de especialistas: desde logo se traçava, dos chefes para os que “serviam” a Pátria, ou até na dureza lapidar da legislação, como aconteceu com o Castelo de São Jorge: *(...) que se dignifique, desafrentando-o de malefícios construtivos, isolando-o na*

² ACCIAIUOLI, Margarida - *Os Anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes; “restauração” e “celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 volumes, 1991 (policopiado), p. 3.

³ *Idem, Ibidem*, p. 8.

⁴ FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XX*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1974, p. 458.

*sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos*⁵.

A palavra de ordem era reconstituir os monumentos e a História tendo em vista uma conformação de mentalidades que legitimasse um poder antiliberal e antidemocrático assente nos dogmas: Deus, Pátria e Família. São inúmeras as realizações que integram este objectivo. Depois dos desfiles militares tão comuns no período da Ditadura Militar (1926-1933), surgem as Marchas Populares de Lisboa, a partir de 1932, orientadas artisticamente por Leitão de Barros, homem de talentos multifacetados que encenaria muitos desfiles históricos, festas e recepções, em estreita colaboração com o regime. Em 1933 é criado o Secretariado da Propaganda Nacional, depois SNI (Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo) em 1944, com António Ferro à cabeça, até 1949, passando a coordenar toda a “política do espírito”⁶. Em 1934, têm lugar a Exposição Documentária do I Congresso da União Nacional e a 1ª Exposição Colonial Portuguesa, no encerramento da qual o Porto assiste ao Cortejo do Império, desfile histórico que será o primeiro de um série de realizações afins que caracterizarão o cenário em que o Estado Novo se movimenta. Em 1936 comemora-se o Ano X da Revolução Nacional e cria-se a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, que doravante integrarão, de forma omnipresente, a grande maioria das realizações de propaganda. Em 1937, Portugal participa na Exposição Internacional de Paris, levando a cabo uma grande acção de propaganda do regime, o mesmo acontecendo nas exposições internacionais de Nova Iorque e de São Francisco, em 1939. Mas, a partir de 1938, preparam-se as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência, englobando a grande Exposição do Mundo Português. Será a grande realização cultural do Estado Novo, em 1940, em plena II Guerra Mundial, congregando nesta realização o mundo artístico português - e também os modernistas - através da acção de António Ferro. À data de 1140 agrega-se a de 1640, e às duas, a de 1940. Procura-se, assim, legitimar 1940 - o “ano áureo” -, como consequência histórica da Independência e da Restauração.

⁵ Portaria de 29 de Agosto de 1938, DG nº 203, II Série, de 1 de Setembro de 1938.

⁶ “Política do Espírito” foi a designação dada a uma colecção editada pelo SNI que contemplou diversas obras de António Ferro. A mesma expressão é utilizada na historiografia do Estado Novo para designar a sua política cultural.

O espírito comemorativo perpassa todo o período do Estado Novo, sendo dignas de destaque, depois do Duplo Centenário, as Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, em 1947, e, como última grande comemoração, o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em 1960. Todo este espírito festivo, comemorativo, historicista, patrioteiro, neomedieval, procurava eco no coração das massas, chamando-as para o serviço da pátria - *Tudo pela Nação / Nada contra a Nação* - de forma acéfala, nunca se questionando as grandes certezas: Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho.

É neste ambiente de embriagado patriotismo que se insere - e se tem que compreender, historicamente, a profunda intervenção do Estado Novo nos Monumentos Nacionais. Intervenção que tem o rosto de uma instituição - a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929 - e o de dois homens que a marcaram de forma indelével no seu período áureo (anos Trinta e Quarenta): o Eng. Henrique Gomes da Silva e o Arq. Baltazar da Silva Castro. O primeiro, como Director-Geral, entre 1929 e 1960, assumindo-se, desde o primeiro *Boletim* da DGEMN, como seu mentor filosófico; o segundo, como Director dos Monumentos Nacionais do Norte, desde 1930, e como Director dos Monumentos Nacionais, de 1936 a 1947, a quem João Medina chama de *pequeno ditador do restauracionismo medievo (...) espécie de pequena réplica do eng^o Duarte Pacheco (...)*⁷.

Durante as quatro décadas de Estado Novo (1933-1974), aconteceu um período de serôdio oitocentismo em matéria de “restauro”, bem evidente até final dos anos Quarenta, com Baltazar da Silva Castro na Direcção dos Monumentos Nacionais. O final dos anos Quarenta marca o início de um período de transição, sintomático, não só do avolumar de críticas aos restauros estilísticos, mas também da crítica à ditadura dos estilos arquitectónicos impostos pelas encomendas do Estado. O I Congresso Nacional de Arquitectura - com início a 28 de Maio de 1948 - marca um claro distanciamento dos arquitectos portugueses face ao regime, dando origem a um Segundo Modernismo: contestou-se a imposição de estilos arquitectónicos por parte dos organismos oficiais, numa *psicose de retorno às formas do passado*⁸; criticou-se cerradamente o

⁷ MEDINA, João, *ob. cit.*, p. 34.

⁸ Ver a síntese “O I Congresso Nacional de Arquitectura”, *Arte Portuguesa, Anos Quarenta*, nº 1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, pp. 132 e 133.

“portuguesismo” que o regime pretendia implantar na arquitectura; advogaram-se os princípios da Carta de Atenas (1933) em matéria de urbanismo e edificação e pediu-se uma urgente reforma do ensino artístico. Este período de transição desemboca nos anos Sessenta, coincidindo com a saída de Gomes da Silva, em 1960, e com a adesão à Carta de Veneza (1964)⁹.

Nas quatro décadas de Estado Novo se define o que hoje possuímos como herança da arquitectura militar portuguesa, que trataremos especificamente nesta investigação. Uma obra secular de *fábrica eterna*, em contínua reabilitação para responder às constantes novidades da tecnologia da guerra, foi interrompida. Aqui e além, fez-se marcha atrás, tentou-se inverter o fluxo contínuo do tempo, procurando, com um novo romantismo de motivação política, a forma prístina das fortificações medievais.

Em última análise, esta investigação trata da qualidade do património, no que diz respeito à sua autenticidade, e à necessidade da sua preservação como valor cultural, de identificação e de enriquecimento. Num excelente artigo de Ferreira de Almeida, intitulado “Património - Riegl e Hoje”¹⁰, o autor, face ao exagero de mitificação do passado, só porque é passado, patente numa classificação galopante de bens, de forma pouco crítica, a que se vem chamando de *complexo de Noé*, põe em evidência a questão da qualidade como pedra de toque para se falar de património: *Património é qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que o testemunho-memória tenha de ser conservado*¹¹.

Ora esta investigação trata de uma das qualidades da herança patrimonial que recebemos do Estado Novo - a autenticidade - tantas vezes malbaratada por interesses de natureza política. Para se avaliar a autenticidade, é necessário conhecer os processos de

⁹ Persiste alguma dúvida sobre a participação portuguesa na redacção desta carta saída do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos: é o Arq. Luís Benavente que figura nas actas (ver *Cadernos SPPC, Textos Fundamentais*, nº 1, Janeiro de 1996, p. 7), no entanto, segundo Maria João Q. L. Baptista Neto, tal situação resultou de um engano atribuível ao facto de coexistirem, na altura, dois titulares do cargo de Director dos Serviços de Monumentos, devendo-se atribuir tal participação ao Arq. João Vaz Martins (ver NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista - *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (polic.), vol. I, 1995, pp. 427 e 428).

¹⁰ ALMEIDA, C. A. Ferreira de - *Património - Riegl e Hoje*, Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. X, Porto, 1993.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 411.

intervenção a que os bens estiveram sujeitos. E de uma coisa podemos estar certos: enquanto que um qualquer monumento, mercê da sua utência, pode chegar aos nossos dias completamente transfigurado do que foi o seu prospecto fundacional, mas apresentar a autenticidade que lhe é própria, uma reconstrução estilística, apesar de documentar historicamente uma determinada maneira de pensar e de agir no tempo, elimina a autenticidade do monumento, exactamente porque não actua no seu tempo, violando uma dimensão histórica intransponível, dando origem a um falso histórico. E este conhecimento, e esta reflexão, são tão importantes por causa do Passado como por causa do Futuro.

OBJECTIVOS

A) OBJECTIVOS PRÉVIOS

- Definir o conceito de restauro arquitectónico e o de muitas outras intervenções que geralmente o acompanham ou integram: salvaguarda, preservação, conservação, anastilose, recuperação, reparação, manutenção, reconstrução, reintegração, reconstituição, renovação e reabilitação.

- Resumir criticamente os antecedentes históricos do Estado Novo, em matéria de restauro arquitectónico, na Europa e em Portugal.

B) OBJECTIVO PRINCIPAL

- Analisar criticamente as práticas do restauro arquitectónico levadas a efeito pela DGEMN, durante o Estado Novo, nas fortificações do distrito de Portalegre.

C) OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Integram o objectivo principal os seguintes objectivos específicos:

- Estudar as fortificações do ponto de vista histórico-arquitectónico e descrevê-las de forma cientificamente actualizada.

- Conhecer, o mais objectivamente possível, o existente antes das intervenções do Estado Novo.

- Analisar criticamente as intervenções da DGEMN.

- Procurar a contextualização política, cultural, artística e socioeconómica que possa levantar hipóteses de explicação para as filosofias de intervenção seguidas durante o Estado Novo.

- Avaliar as consequências científicas das intervenções para a História da Arte de Fortificar.

D) OUTROS OBJECTIVOS

- Avaliar o estado de conservação das fortificações do distrito de Portalegre.
- Estabelecer intervenções urgentes e a médio e longo prazo para as fortificações do distrito de Portalegre.

JUSTIFICAÇÃO

Quando se estuda um monumento do ponto de vista da História da Arte - o que leva necessariamente à sua integração estilística e à exumação de tipologias diversas -, é imprescindível que se conheça o historial das intervenções de que o monumento foi alvo ao longo do tempo. Tão só porque poderemos detectar estilos ou sistematizar tipologias que decorrem, não do projecto fundacional ou do decurso normal da sua utência, mas de intervenções anacrónicas que conduziram a falsos históricos.

No que se refere às fortificações em geral e aos castelos em particular, a necessidade de conhecer a história das intervenções é condição *sine qua non* para se avaliar a sua autenticidade. É que, se por um lado a investigação sobre arquitectura militar, no nosso país, nos parece deficitária, por outro, ao pretender-se fazer investigação sobre esta matéria, não se pode dar por adquirido que os actuais monumentos militares correspondam, quer às formas fundacionais, quer às reabilitações motivadas por reais necessidades de guerra. Muitos deles são o resultado, em partes significativas da sua constituição, de pura invenção romântica (séc. XIX) ou de motivação político-patrioteira (Estado Novo) que os transformaram em *pastiches*.

Assim, o presente estudo procura acrescentar verdade científica ao corpo de conhecimentos em causa, corpo esse que, regra geral, se resume a informação que bebe acriticamente na tradição historiográfica, a descrições onde, amiúde, se desconhece ou se utiliza incorrectamente a terminologia científica, onde não se sabe interpretar a evolução

arquitectónica de uma fortificação à luz da polemologia. Não raramente, tem-se a ideia de que a evolução arquitectónica das fortificações portuguesas obedece essencialmente a mudanças de gosto artístico, a modas, a motivações estéticas, o que se traduz na sua inclusão simplista e acrítica nos estilos artísticos consagrados, o que é discutível.

Justifica-se, assim, que se pretenda conhecer a história dos restauros das fortificações durante o Estado Novo, não só porque é um período em que a motivação política comandou a mão do restaurador, como porque, a nossa amostra - as fortificações do distrito de Portalegre - é significativa a nível nacional, quer pela quantidade quer pela qualidade. Constituiu, no seu conjunto, a rede mais densa de fortificações a nível nacional e, a nível de valores individuais, apresenta o mais importante complexo de fortalezas: Elvas.

Cabe também referir que, até ao momento, só conhecemos um estudo realizado com profundidade sobre a DGEMN e as suas intervenções nos monumentos, devido a Maria João Baptista Neto, investigação de referência entregue em 1995, como tese de doutoramento, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, quando também já havíamos começado a nossa investigação, um ano antes. No entanto, não só as balizas temporais desta tese não abarcam todo o período do Estado Novo, como não se analisa, especificamente, a arquitectura militar. Por outro lado, na metodologia seguida, a autora escolhe, como amostra, apenas *um monumento de características emblemáticas para analisar (...)*¹²: a Catedral de Lisboa.

Outro estudo dentro da mesma temática, a dissertação de mestrado de Teresa Pinto Furtado - *O Castelo de Almourol: monumento e imaginário*¹³ -, analisa apenas aquela fortificação e é mais um estudo de História da Arte do que, propriamente, uma análise crítica de restauros.

Assim, entendemos justificada a nossa investigação, não só pela abrangência temporal em que a situamos relativamente ao Estado Novo, (1933-1974), mas também porque a nossa metodologia privilegia uma amostra substancialmente rica em termos científicos: estudamos as intervenções levadas a cabo em todas as fortificações do distrito de Portalegre. Sendo os imóveis do mesmo tipo funcional, tal objecto de estudo

¹² NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *ob. cit.*, p. 26.

¹³ FURTADO, Teresa Pinto - *O Castelo de Almourol: monumento e imaginário*, Dissertação de Mestrado, 3 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, (polic.), 1996.



permite-nos fazer comparações, quer ao nível da sua análise formal, quer ao nível dos critérios seguidos nas intervenções. Também foi nossa opção não escolher monumentos militares emblemáticos - por exemplo, o castelo de São Jorge ou o de Guimarães -, porque tais opções comportam grandes riscos ao generalizarem-se as conclusões.

Outra investigação que antecede a nossa e que, de certa forma, toca a temática que aqui desenvolvemos, é a tese de doutoramento de Margarida Acciaiuoli (1991)¹⁴. Trata, sobretudo, das comemorações oficiais dos anos Trinta, até 1940, do seu enquadramento político-cultural e do ambiente em que decorrem e se explicam as intervenções nos monumentos. Mas não analisa qualquer intervenção.

Está, assim, aberto um grande espaço de investigação sobre as intervenções do Estado Novo em matéria de monumentos. Após o 25 de Abril de 1974, estas intervenções têm vindo a ser caracterizadas de forma generalista, embora se desconheçam em particular e em pormenor, na grande maioria dos casos. E é esse conhecimento que falta, monográfico, porque cada caso é um caso, e é a soma de casos, cientificamente estudados, que fundamenta a História e a faz avançar como ciência, tanto mais que, à História da Arte, interessa, sobremaneira, a História do Restauro.

METODOLOGIAS

Para a definição de conceitos tivemos que concatenar o significado etimológico das palavras que os expressam graficamente, o significado histórico desses conceitos - quer teórico, quer prático -, o valor semântico actual dessas palavras, as opiniões actuais, publicadas, sobre esses conceitos e, obviamente, a nossa opinião pessoal, fazendo a síntese crítica desse caleidoscópio filológico.

Para o estabelecimento da herança cultural herdada pelo Estado Novo, houve que proceder a uma recensão crítica da bibliografia existente, o que, no caso português, obrigou à pesquisa bibliográfica coeva - a partir do séc. XIX -, já que não existe produção científica consistente e actualizada sobre esta matéria. Tratou-se, assim, de uma revisão de literatura, e não poderia ser outra a metodologia, sob pena de nos desviarmos da finalidade desta investigação.

¹⁴ ACCIAIUOLI, Margarida, *ob. cit.*.

Já no âmbito do objectivo principal, foram realizados estudos monográficos sobre as fortificações de Alter do Chão, Campo Maior, Marvão e Elvas - é este o cerne da nossa amostra - e ainda, abordagens menos exigentes do ponto de vista metodológico, sobre outras fortificações onde se realizaram intervenções importantes: Amieira, Belver, Castelo de Vide, Nisa e Portalegre. À escolha das fortificações para os estudos monográficos presidiram os seguintes critérios: Elvas, Campo Maior e Marvão são as maiores e mais importantes fortificações do distrito de Portalegre; Elvas e Marvão pertencem ao grupo de fortificações onde a DGEMN investiu verbas mais vultuosas; Alter do Chão é um castelo de propriedade privada e foi intervencionado, permitindo estabelecer comparações decorrentes do diferente estatuto de propriedade.

Para os estudos monográficos adoptou-se a seguinte grelha de itens principais a satisfazer, desdobrando-se alguns deles em subitens mais específicos:

- *Nota histórica*
- *Situação e sítio*
- *Descrição das fortificações*
- *Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção*
- *Evolução arquitectónica e tipologia militar*
- *Intervenções efectuadas e sua análise crítica*
- *Intervenções urgentes e a médio a longo prazos*

A opção por esta grelha decorreu da metodologia já por nós utilizada quando da elaboração da dissertação de mestrado¹⁵, na mesma área de investigação, e ainda, de fundamentação bibliográfica específica para este tipo de arquitectura¹⁶.

Relativamente à *Análise sumária das intervenções efectuadas nas outras fortificações do distrito* (Ponto 6.5), utilizou-se uma metodologia menos exigente - já que era impossível manter a grelha de análise anterior, pelo gigantismo que assumiria

¹⁵ BUCHO, Domingos Almeida - *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre / Estudo histórico-arquitectónico / Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, ed. autor, Portalegre, 1995.

¹⁶ TRAVECEDO, Santiago Fajardo G. de e LÓPEZ-CUERVO, Iñigo Fajardo - *Tratado de castellología*, Trigo Ediciones, Madrid, 1996, Capítulo VIII, "Cómo se...", pp. 157 - 166.
ZAPATERO, Juan Manuel - "Conservacion y restauracion de los castillos abaluartados, siglos XVI al XVIII", in *I Simposio sobre castillos de la Raya entre Portugal y Espanha*, Asociacion Española de Amigos de los Castillos, Madrid, (1984?), pp. 185 - 188.

esse estudo e pelo tempo oficialmente disponível para o realizar -, consubstanciada nos seguintes itens:

- *Nota histórica*
- *Descrição sumária*
- *Intervenções efectuadas*
- *Análise sumária das intervenções*

Para o estudo histórico-arquitectónico impôs-se uma leitura arqueológica, epidérmica, demorada, dos monumentos, coadjuvada pelo contributo arquivístico e bibliográfico em geral, e tendo sempre presente os contributos teóricos acima referidos, a que juntámos a obra de António Lopes Pires Nunes, designada *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*¹⁷. Imprescindíveis se revelaram também, para o estudo histórico arquitectónico, o *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas¹⁸, e a obra *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal*, de Gastão de Mello de Matos¹⁹.

Na descrição dos monumentos tivemos que nos munir de terminologia e conceitos actualizados sobre a matéria, área do conhecimento tão parca em Portugal, mas a que a vizinha Espanha empresta um já importante contributo teórico. Baseámo-nos, sobretudo, no *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, de António Lopes Pires Nunes²⁰, em confronto constante com o *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, de Luis de Mora Figueroa²¹, e, pontualmente, com outras obras referentes à fortificação abaluartada²², algumas editadas recentemente em Espanha.

¹⁷ NUNES, António Lopes Pires - *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.

¹⁸ ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas*, ANTT e Edições INAPA, Lisboa, 1997.

¹⁹ MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941.

²⁰ NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991.

²¹ FIGUEROA, Luis de Mora - *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Universidad de Cádiz, Cádiz, 1994.

²² FORTES, Manuel Azevedo - *O Engenheiro Português*, Direcção da Arma de Engenharia, Lisboa, 1993. (Este livro nunca entrou no mercado, sendo apenas consultável em algumas bibliotecas, por exemplo a BNL, cota 75865-66V; a primeira edição, em 2 vols., teve lugar nos anos de 1728 e 1729).

Para a avaliação das intervenções efectuadas, objectivo que corresponde ao cerne da nossa investigação, analisámos criticamente a documentação técnica disponível na DGEMN, em diálogo constante com os monumentos em causa. Interessaram, fundamentalmente, os documentos desinteressados sobre as intervenções, nomeadamente as fotografias, os desenhos e a correspondência. Apesar de as balizas temporais em que decorreu a nossa investigação corresponderem a um período de ditadura, logo, de censura, trouxemos, sempre que possível, à liça, outra documentação que constitui o eco das práticas de intervenção na sociedade, sobretudo entre a intelectualidade, entre os políticos, entre as instituições.

Finalmente, caracterizámos a sociedade portuguesa do Estado Novo - através da extensa bibliografia ao dispor, quer actual quer coeva -, nos seus vários enfoques, mas sobretudo a nível artístico, político e socioeconómico, tentando compreender a razão de ser das filosofias de intervenção praticadas.

RECURSOS E CRÍTICA DAS FONTES

Os recursos fundamentais utilizados foram, obviamente, o espólio arquivístico da DGEMN, o *Boletim Monumentos* e as próprias fortificações.

Para que as fontes documentais fossem inteiramente eficazes para a investigação a que nos propusemos - e referimo-nos apenas ao objectivo principal - teriam que ser desinteressadas e responder objectiva e cabalmente às nossas perguntas. Aquilo que gostaríamos que os documentos transmitissem pode resumir-se da seguinte maneira:

- Que o existente, antes das intervenções, fosse descrito e visualizado com total objectividade e de forma completa.

- Que esse existente fosse interpretado, em memória descritiva, do ponto de vista histórico-arquitectónico, de forma a podermos avaliar as opções tomadas, nomeadamente quando se realizaram, posteriormente, demolições.

PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares (...)*, Impressão de António Craesbeeck de Mello, Lisboa, 1680. (Biblioteca Nacional de Lisboa, microfilme 169).

ROJAS, Cristóbal de - *Tres Tratados sobre Fortificación y Milicia*, (1598), CEHOPU, Madrid, 1985.

LECHUGA, Cristóbal - *Tratado de la Artillería y de Fortificación*, (1611), Ministerio de Defensa, s. l., 1991.

CALABRO, Don Mateo - *Tratado de Fortificación o Arquitectura Militar*, (1733), Universidad de Salamanca, Salamanca, 1991.

- Que as várias campanhas de obras fossem descritas com detalhe e localizadas no tempo e no monumento.

Podemos afirmar, sem margem para dúvidas, que as fontes disponíveis são deficitárias em informação clara e objectiva. Assim:

- as fotografias fogem quase sempre ao pormenor, ao detalhe que seria importante conhecer para se avaliarem os critérios seguidos;

- as memórias descritivas (Anexo I) são omissas relativamente aos mesmos pormenores;

- não existe qualquer interpretação histórico-arquitectónica do existente, e nos boletins, o que se escreve a este respeito é quase só literatura, sem o espírito científico exigível em tais situações;

- em inúmeros casos, é impossível sabermos, com clareza, se a obra se realizou e exactamente onde e quando; os projectos eram geralmente concebidos para se realizarem durante uma série de anos, sendo impossível localizarmos, com rigor, as várias campanhas de obras: os projectos (Anexo II) são omissos, as propostas dos empreiteiros (Anexo III) também, grande número de fotografias não tem data, as verbas cabimentadas eram, por vezes, transferidas para outras obras, e ocorriam entretanto novas derrocadas nas fortificações a que era urgente acudir, não estando contemplados estes trabalhos nos projectos;

- a existência de um projecto de intervenção nos arquivos é, apenas, o ponto de partida para uma investigação demorada e complexa (de tipo policial) que tem que conjugar os processos de obras, os fotográficos e os administrativos, para se atingirem conclusões aceitáveis; curiosamente, é nos processos administrativos que geralmente as dúvidas se esbatem, através da existência de propostas de empreiteiros e da sua aprovação através de “ordens de serviço” (Anexo IV); outras vezes, são as testemunhas ainda vivas que deslindam finalmente os complexos novelos de dúvidas; cedo nos apercebemos de que cometeríamos graves erros de investigação se déssemos por cumpridos os projectos que se perfilam nos arquivos, ainda que anotados como tal nas folhas resumo de cada pasta (Anexo V);

- para dificultar ainda mais a investigação, o arquivo da DREMS (Évora) está muito incompleto relativamente aos anos Trinta e Quarenta, e nem sempre o arquivo

central da DGEMN (Lisboa) o complementa; são muitos metros cúbicos de papel a necessitar urgente e adequado tratamento;

- os projectos eram genericamente traçados e as decisões tomadas durante o acompanhamento das obras, não transpirando para qualquer documento;

- nestas circunstâncias, o monumento revela-se de grande importância: é imprescindível a sua leitura arqueológica, epidérmica, para testar as informações provenientes as outras fontes;

- finalmente, queremos deixar claro que a crítica que acabamos de fazer engloba a totalidade dos documentos, incluindo os boletins; estes, se apresentam a vantagem de reunir a informação, ela não melhora por estar reunida, trazendo consigo a desvantagem de se revelar comprometida com os objectivos político-culturais do regime, ou seja, os boletins advogam em causa própria.

Não obstante, podemos considerar o *Boletim Monumentos* de grande importância para a História do Restauro Arquitectónico em Portugal, no seu conjunto, porque espelha uma certa metodologia de intervenção contextualizada na História, e sobretudo pelos desenhos e fotografias: valiosos documentos que o investigador pode analisar e confrontar com as memórias descritivas, potencialmente tendenciosas. A falha grave que o boletim apresenta, do ponto de vista científico, é a ausência de um estudo histórico-arquitectónico que permita analisar as decisões tomadas em cada intervenção. Quer a “Notícia histórica”, quer o capítulo “I Antes da restauração”, estão muito longe da caracterização científica do existente, tal como hoje ela é exigida, pelo menos em termos académicos. Salvo raras excepções, as questões polémicas são sonegadas, apresentando-se as opções tomadas como inócuas, acima de qualquer suspeita. A “Notícia histórica” serve de abertura ou enquadramento cénico da intervenção, para que esta seja tomada como acto de redenção dos valores da pátria corporizados nos monumentos e redimidos pelo Estado Novo. Em vez da linguagem científica exigível num trabalho daquela natureza, surge uma literatura patrioteira. É por esta razão que, nos primeiros 20 anos de publicação, até 1945, é frequentemente um dramaturgo que escreve as *notícias históricas*, embora de forma anónima: D. João de Castro (1871-1955).

Assim, foi sobretudo o documento desinteressado que procurámos, confrontando-o com a visão oficial dos serviços, expressa no *Boletim Monumentos*. Da grossa documentação da DGEMN, trouxemos à luz do dia uma apreciável quantidade, através da respectiva referência bibliográfica ou da sua reprodução, permitindo fundamentar uma matéria tratada, desde o 25 de Abril de 1974, com a facilidade do generalismo.

I

RESTAURO E OUTROS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1 ETIMOLOGIA E EVOLUÇÃO SEMÂNTICA

Como é sabido, ainda que não se altere o que na linguística se designa por *significante*, ou seja, a representação gráfica e sonora duma palavra, o *significado*, ou seja, a configuração mental da realidade que a palavra expressa, pode estar em contínua mutação ao longo dos tempos, sofrendo o que se designa por *evolução semântica*.

Tal é o caso da palavra *restauro*, de etimologia obscura, hipoteticamente derivada do grego *σταυρός* (*staurós*), que significa *estaca*, *paliçada*¹, e por extensão, restaurar significaria reparar a paliçada. A sua origem etimológica latina encontra-se na palavra (*instaurāre*), significando, primitivamente, *recomeçar*, *restaurar*, *reparar*, *renovar*². No entanto, na época imperial romana, este sentido não se coadunava com o prefixo (*in*),

¹ ERNOUT, A. e MEILLET, A. - *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, Histoire des Mots*, Éditions Klincksieck, 4ª edição de 1959, revista e aumentada por Jacques André em 1985, Paris, 1994, p. 319 e ISIDRO PEREIRA, S. J. - *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Livraria Apostolado da Imprensa, 7ª edição, Braga, 1990, p. 527.

² Idem, *Ibidem*, pp. 319 e 571.

pelo que foi a palavra substituída por (*restaurare*), mantendo-se a aceção e reservando-se para a primeira o significado actual: fundar, construir pela primeira vez. Os antigos filólogos fizeram derivar a palavra (*restaurāre*) da palavra (*instar*), que significava *dar em compensação, em equivalência, renovar, refazer*³, derivação que hoje não se aceita, mas que terá contribuído para fixar o sentido das duas palavras. A título de exemplo, veja-se a inscrição lapidar no portal da Sé de Portalegre: COEPIT HOC TEMPLUM EXTRUI AN. DNI. MDLVI: INSTAURATUM POSTEA AN. SALUTIS MDCCXCV. A palavra *instauratum* pode aqui ser substituída por *restaurado*, indo ao encontro do significado arcaico.

Actualmente, restaurar pode significar *recuperar, recobrar, reconquistar, reaver, restabelecer em bom estado, colocar na primeira posição, reintegrar*⁴. Como se pode concluir, quer no sentido arcaico, quer no actual, uma ideia persiste: restaurar implica sempre recuperar alguma coisa. A palavra recuperação, do latim (*recuperāre*), significando *reaver*⁵, é talvez a melhor equivalência para a palavra restauro.

Historicamente, e a traço grosso, não cometeremos grandes erros se estabelecermos os seguintes três grandes períodos relativamente à evolução semântica da palavra restauro, ou seja, ao significado da sua prática:

1º) Até ao séc. XIX, restaurar, se bem que não se esgotasse no que hoje entendemos por renovação, implicava sempre importantes acções dessa natureza. Através da renovação, refaziam-se as partes dos monumentos cuja substância histórica se considerava perdida ou esteticamente inaceitável. Neste refazer, tanto se podia respeitar as formas, os materiais e o cromatismo original, como esquecê-los completamente, acontecendo, por vezes, uma simples actualização estética conforme com os gostos da época.

2º) No séc. XIX surge uma escola francesa de restauro, cujo expoente máximo foi Viollet-le-Duc. Esta escola, que advogou o *restauro em estilo*, influenciou toda a Europa

³ Idem, *Ibidem*, passim.

⁴ MACHADO, José Pedro (coord.) - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Sociedade da Língua Portuguesa, Amigos do Livro, vol. X, Lisboa, 1981, p. 323.

⁵ MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. V, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p. 52.

oitocentista, penetrou o séc. XX e chegou inclusivamente aos nossos dias nas concepções vulgares de restauro. Se num primeiro momento esta escola defendeu um *restauro arqueológico*, com o objectivo de restituir aos monumentos o que faltava da sua forma fundacional - tal foi, pelo menos a nível teórico, o significado que os restauradores portugueses do Estado Novo davam à palavra *reintegração* -, a escola francesa de restauro ficou conhecida, sobretudo, pela sua prática mais negativa: o restauro em estilo visando atingir a *forma prístina*. Procurava-se, então, completar o monumento do ponto de vista estilístico, mesmo que essas formas nunca tivessem existido, numa visão organicista da arquitectura. Tal teoria só era possível aplicar-se ao Gótico, estilo que mereceu dos visionários românticos extensa obra teórica.

3º) Ainda no séc. XIX, a escola francesa é ferozmente combatida pela visão naturalista ruskiana e por espíritos esclarecidos em toda a Europa. Mas é sobretudo no primeiro quartel do séc. XX, através do contributo inestimável da escola italiana, com Camilo Boito à cabeça, que uma nova concepção de restauro arquitectónico se vai impondo, influenciando documentos pioneiros da salvaguarda do património, como a Carta de Atenas de 1931⁶ e, mais tarde, a Carta de Veneza em 1964. Com a escola italiana, abandona-se progressivamente o restauro em estilo e defende-se o respeito pela substância histórica e por todos os contributos estilísticos que o tempo plasmou nos monumentos.

1.2 O CONTRIBUTO TEÓRICO DE CESARE BRANDI

A obra de Cesare Brandi, *Teoría del restauro*⁷, tem vindo a assumir-se como um clássico na formulação do conceito actual de restauro. O seu pensamento foi-se enriquecendo ao longo dos vinte anos (1939-1960) em que dirigiu o *Instituto Centrale*

⁶ Confunde-se por vezes esta Carta, de 1931, produzida em conferência internacional promovida pelo Serviço Internacional de Museus (Sociedade das Nações), entre 21 e 30 de Outubro de 1931, com a Carta de Atenas de 1933, resultante de um congresso internacional no âmbito dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna).

⁷ BRANDI, Cesare - *Teoría de la restauración*, Alianza Forma, 3ª edição, Madrid, 1993 (1ª edição, Roma, 1963).

*del Restauro*⁸, por ele próprio fundado, tendo o valor de um produto teórico que decorreu de uma actividade prática constantemente posta em causa.

Para Cesare Brandi, o conceito de restauro das obras de arte é aglutinador, englobando um conjunto vasto de intervenções cujo objectivo comum é o de transmitir ao futuro determinado objecto sobre o qual se emitiu um primeiro juízo crítico, positivo, de valor patrimonial. Este juízo é, para ele, o primeiro momento do restauro. Procuremos sintetizar o seu profundo pensamento, nomeadamente quanto às condições a que deve obedecer o restauro de uma obra de arte:

*O reconhecimento da obra de arte*⁹

O estudo crítico do objecto impõe-se como primeira tarefa, constituindo a base para a sua classificação e para a formação do imperativo categórico, moral, da sua conservação. Como o reconhecimento de uma obra de arte não pode depender das alternâncias de gosto, devemos dar prioridade à instância¹⁰ histórica relativamente à estética. Em casos limite, a obra de arte já não tem valor estético, mas apenas histórico, é uma ruína ou relíquia, por testemunhar um facto humano. Considera-se ruína uma parte de uma obra de arte que já não pode restabelecer a sua unidade potencial sem que a obra se converta numa cópia ou numa falsificação. Nas ruínas, apenas se admitem acções de consolidação e de posterior conservação.

*As instâncias histórica e estética*¹¹

O valor patrimonial de um objecto pode advir de qualquer de duas instâncias: a

⁸ Depois de deixar o Instituto Centrale del Restauro, aceitou a cátedra de História da Arte na Universidade de Palermo (1961).

⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 13 ss.

¹⁰ Utilizamos a palavra *instância* por nos parecer a que mais se adequa, a nível semântico, a este emprego específico. Aliás, a versão espanhola da Teoria do Restauro, de Cesare Brandi, também a prefere. Poderia ser substituída por *testemunho*, por *valor*, ou por *importância*, mas preferimos *instância*, (do latim *instantia*, com o significado de presença, iminência), ver MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. III, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, p. 306. De facto, o valor patrimonial de um monumento pode advir de uma presença ou entidade que se impõe, ou pode advogar-se recorrendo a uma instância ou entidade, histórica, estética ou a ambas. Será preferível esta utilização a dizer que o valor patrimonial advém do valor ou da importância (palavras com significados muito próximos), estando o definido contido na definição. Por outro lado, a palavra *testemunho* tem mais o sentido de uma prova ou demonstração, palavras pouco usuais no domínio da avaliação estética.

¹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 35 - 49.

estética e a histórica.

A instância histórica comporta dois momentos: o da criação e o da actualidade, representando a contemporização entre os dois, a dialéctica do restauro.

*A matéria que se restaura*¹²

A consistência física da matéria onde se revela a obra de arte é de primordial importância para a transmissão do objecto ao futuro. Só a matéria em que a imagem acontece não pode ser substituída, havendo uma certa liberdade a nível das matérias de suporte. A obra de arte condiciona o restauro e não o contrário.

A reversibilidade das intervenções

As intervenções que se venham a realizar não podem impedir intervenções futuras, ou seja, são de eliminar todas e quaisquer intervenções irreversíveis.

*Lacunas*¹³

Relativamente às lacunas numa obra de arte, e tratando-se sobretudo de pinturas e esculturas, Brandi defende ser preferível deixar o material de suporte à vista do que tentar colmatá-las, quer com materiais “neutros”, quer com materiais de destaque.

*O falso histórico*¹⁴

A reconstrução de partes de uma obra de arte de que se conheciam, por hipótese, todas as características materiais e estéticas, não constitui um restauro, já que há uma dimensão histórica intransponível que faria dessa reconstrução um falso histórico.

*O restabelecimento da unidade potencial da obra de arte*¹⁵

O restauro deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que isso seja possível, sem cometer uma falsificação histórica ou artística e sem apagar a pátina, encarada como sedimentação do tempo.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 16.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 71 ss.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 40 e 41.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 23 ss.

Segundo Brandi, o único momento legítimo para se realizar o restauro é a actualidade. Se a intervenção se situar no momento da produção da obra ou no que decorreu entre esse momento e a actualidade, estamos a produzir um falso histórico ou “pastiche”.

*Todo e totalidade*¹⁶

A obra de arte é um todo e não uma totalidade, é uma unidade, mas não uma unidade orgânico-funcional.

*Acrescentos e reconstruções*¹⁷

Relativamente ao problema da conservação ou eliminação de acrescentos, e do ponto de vista histórico, Cesare Brandi defende que a sua manutenção é legitimada pelo testemunho das realizações humanas que eles representam. Pelo contrário, a sua eliminação, sendo também uma realização humana, destrói documentos e não se documenta a si própria. Contudo, quando por razões diversas esses acrescentos tenham que ser eliminados, deve-se deixar na obra o testemunho dessa eliminação. Já do ponto de vista estético os acrescentos devem ser encarados de outra maneira: como a obra de arte deve ser contemplada na sua integridade, e só depois, como vestígio histórico, qualquer acrescento que perturbe, desnaturalize, ofusque ou subtraia parte da obra à contemplação, deve ser eliminado e conservado em separado. Contudo, há acrescentos e até deformações que, se eliminados, dariam origem a uma obra completamente diferente daquela que se contemplou ao longo de séculos. Por exemplo, os primitivos nus da Capela Sistina ou a inclinação da Torre de Pisa. Assim, é sempre um juízo de valor, aplicado a um artefacto concreto, que determina a prevalência de uma ou outra instância para decidirmos se o acrescento deve manter-se ou retirar-se.

Se os acrescentos são aceitáveis, porque ampliaram um ser arquitectónico, implementando novas funções, já a reconstrução tenta conformar novamente a obra, intervindo no momento da criação. A reconstrução reduz ao mínimo o intervalo de tempo entre a criação e a actualidade, refundindo o velho no novo. Outras vezes pretende confundir-se com o original, dando origem a um falso histórico, pondo em

¹⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 23 ss.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 35 ss.

causa a veracidade do monumento, inviabilizando a sua análise, a sua crítica.

Cesare Brandi partilha o princípio geral de que os acrescentos são tanto mais aceitáveis quanto mais contrastarem esteticamente com o existente, assumindo-se como acrescentos e não como “pastiche”. Por sua vez, a reconstrução é tanto mais aceitável quanto mais eficaz for a nova unidade conseguida, afastando-se também do “pastiche”, deixando, clara e assumidamente, as marcas da actualidade. As reconstruções devem manter-se se tiverem dado origem a novas unidades artísticas; devem ser abolidas se constituírem cópias, já que são falsidades estéticas e históricas.

*Pátina*¹⁸

Relativamente à pátina, e do ponto de vista histórico, o autor defende a sua existência porque ela documenta a passagem do tempo. Do ponto de vista estético, se considerássemos a pátina como um acrescento, havia legitimidade para a remover, tornando a matéria mais fresca, mais próxima do momento da criação. No entanto, ao remover a pátina, não só produziríamos uma imagem diferente, como estávamos a dar mais importância à matéria do que à forma, e com certeza não beneficiaríamos o monumento do ponto de vista da sua conservação.

*Espaço envolvente*¹⁹

Quanto ao espaço que envolve as obras, a sua destruição não é despicienda, já que as duas realidades constituem conjuntos, quer do ponto de vista histórico quer do ponto de vista estético. Assim, é desaconselhável a alteração dos ambientes arquitectónicos antigos. Também a deslocação dos monumentos para outros lugares é altamente polémica e só admissível por motivo de segurança ou de conservação.

*Falsificação e cópia*²⁰

O autor diferencia a falsificação da cópia ou imitação. Enquanto que a cópia é uma reprodução para documentação, devidamente datada, a falsificação é uma reprodução que pode levar o observador ao engano. A reprodução pode ter valor artesanal mas

¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 33.

¹⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 51 ss.

²⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 65 ss.

nunca valor artístico.

As lições de Cesare Brandi focam, com grande profundidade reflexiva, cada aspecto da difícil questão do restauro da obra de arte. A profundidade do seu pensamento, que vai muito além da síntese que aqui se tenta, constitui um referencial obrigatório para quem quiser pensar ou actuar na salvaguarda, conservação ou restauro do património histórico-artístico.

Reflectindo sobretudo sobre a pintura e a escultura, a aplicação do seu pensamento à arquitectura carece das necessárias adaptações. O grande mérito de Cesare Brandi foi ter conseguido argumentar com inexcedível racionalidade, as suas ideias sobre o restauro, afastando-se sempre que possível do movediço chão do que é matéria de opinião, do que é juízo de valor subjectivo.

1.3 O CONTRIBUTO TEÓRICO DE UMBERTO BALDINI

Licenciado em História da Arte, em Florença, com Mario Salmi, Umberto Baldini foi professor de História, Teoria e Técnicas de Restauro na Universidade de Pisa, Presidente da Universidade Internacional de Arte de Florença, impulsionou a criação de várias escolas de restauro em Itália e dirigiu o Instituto Central para o Restauro de Roma até 1987.

Para Umberto Baldini, as obras de arte podem encontrar-se num dos três estados²¹:

- *destruição (thánatos)*, por descuido ou abandono, ou por acontecimentos externos violentos;

- *vida (bíos)*, quando conservada;

- *restituição (heros)*, quando restaurada²².

Monumentos: uma vida em três actos

Na vida de um monumento podem-se registar três actos fundamentais²³: o

²¹ BALDINI, Umberto - *Teoría de la Restauración y Unidad de Metodología*, vol. I, NEREA/NARDINI, Florença, 1997, p. 7, (1ª edição: 1978).

²² Baldini utiliza as palavras gregas *thánatos*, *bios* e *heros*, querendo com elas adjectivar os três estados da obra de arte, respectivamente, estado de morte, de vida e de amor.

primeiro acto, que é o da criação; o *segundo acto*, causado pelo *tempo-vida*, podendo adquirir o valor de *acto positivo* ou de *acto negativo*; e o *terceiro acto*, que constitui a nossa intervenção, podendo esta manifestar-se nas seguintes acções mais importantes: limpeza, conservação, manutenção, restauro, reconstrução e construção *ex novo*.

Lacunas

O *tempo-vida* pode dar origem a três tipos de lacunas: *lacuna-perda*, *lacuna-falta* e *lacuna-ligação*. A *lacuna-perda* (...) é a separação total e permanente de uma determinada parte da obra, associada a desprendimento, prejuízo, dano ou ruína. A *falta*, ao contrário, identifica-se com o incompleto ou o não acabado²⁴. Assim, enquanto que a *lacuna-perda* corresponde a um *segundo acto negativo* na obra, pelo contrário, a *lacuna-falta* constitui um *segundo acto positivo*, (...) que se considerará ligado de maneira indissolúvel e não modificável aos valores expressos pelo “*primeiro acto*”, como autêntico acto inevitavelmente integrado no poder expressivo da obra²⁵. A *lacuna-ligação* tem a ver com aquilo que existe ou existiu para realizar uma simples ligação entre materiais que já estiveram ligados.

Limpeza, sujidade e pátina

A pátina decorre do envelhecimento dos materiais por efeito do *tempo-vida*. A sujidade é apenas a acumulação de materiais estranhos sobre os que constituíram a obra no *primeiro acto*. Sobre a sujidade, Baldini afirma que, depois de se distinguir claramente da pátina, através de uma *leitura crítica dos valores cromáticos existentes*, se deve eliminar *sem verter sequer uma lágrima sobre a perda da sua “entidade histórica”*²⁶. A limpeza, ao eliminar da superfície de um monumento, *restauros anteriores ou elementos sobrepostos de outra natureza*, descobre as lacunas que serão objecto de nova intervenção. Para tal, é imprescindível que, mesmo para a simples limpeza, se proceda a uma leitura crítica do monumento, para destrinçar aquilo que faz parte do primeiro acto e do segundo acto positivo, ou seja, a obra original e a pátina,

²³ BALDINI, Umberto - *Teoría de la Restauración y Unidad de Metodología*, vol. II, NEREA / NARDINI, Florença, 1998, p. 22.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 22.

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 23.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 62.

ambas intocáveis²⁷. É a limpeza crítica e não a falsamente científica (aplicada de uma forma uniforme, sem critério de leitura) que deve promover-se.

Manutenção e conservação

Se a conservação tem a ver, sobretudo, com a consolidação, a manutenção, *ainda que trate necessariamente de consolidar o existente onde seja possível, não poderá esquecer a recuperação das lacunas*²⁸. A manutenção pressupõe uma observação crítica da obra, como realidade diferente da original, tentando *apoia-la*. Mas também a consolidação tem que ser feita criteriosamente: *a chamada “microcimentação” com resinas, injectadas ou não, independentemente do novo equilíbrio de matérias que pode criar, pode converter-se num acto arbitrário se modifica cromaticamente a realidade epidérmica do muro*²⁹.

Restauro, materiais e diferenciação

Se na manutenção, as lacunas podem ser recuperadas usando material igual ao original, no restauro tem que se *operar uma “diferenciação”*³⁰. Não se podendo utilizar os materiais originais (imitação), só permitidos nas operações de conservação e de manutenção, tem que se operar uma diferenciação que também não incorra no erro de competição entre materiais. A intervenção tem que ser, no dizer de Baldini, *igual e ao mesmo tempo diferenciada*³¹. Dito de outro modo, pretende-se uma diferenciação e não uma homogeneização, *um elemento “neutro” frente ao poder expressivo da obra*³².

Baldini refere que a Carta do Restauro italiana apresenta instruções preciosas neste sentido, e cita:

O uso de cimento revestido com pó do mesmo material de que está feito o monumento a restaurar pode resultar útil também na reintegração de antigas colunas de mármore (...) aplicando texturas mais ou menos ásperas (...). Nos monumentos antigos, especialmente nos da época arcaica ou

²⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 18 e 22.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 61.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 61 e 62.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 72.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 75.

³² Idem, *Ibidem*, p. 24.

*clássica, deverá evitar-se o restauro com materiais distintos e anacrónicos, já que resulta estridente e ofensivo também do ponto de vista cromático. Ao contrário, é preferível restaurar utilizando o mesmo material de que está feito o monumento, diferenciando-o com a ajuda de várias técnicas específicas*³³.

Refere ainda Baldini que o *posticho* deve ser sempre reversível, aplicado em autênticas *próteses*, podendo, em determinados casos, ser montadas e desmontadas através de ganchos³⁴.

Sintetiza Baldini que, *se considerarmos, como é devido, a definição clara, o reconhecimento e o respeito pelo “primeiro-acto” e pelo seu constante e inseparável vínculo com o “segundo-acto”, que é o seu “tempo-vida” positivo, como os únicos factores que determinam actualmente o valor expressivo de uma obra, evitaremos, em qualquer intervenção futura, cair na imitação, na competição e na falsificação*³⁵.

Vejamos que apreciação faz o autor de algumas intervenções polémicas, em arquitectura, muito conhecidas e debatidas internacionalmente.

Comentários sobre as reconstruções da Ponte da Santíssima Trindade de Florença e do Campanário de São Marcos de Veneza

A ponte foi parcialmente destruída durante a II Guerra Mundial (1944) e posteriormente reconstruída (1957). O Campanário foi derrubado em 1902 e reconstruído entre 1903 e 1912. O autor aprova estas reconstruções, fiéis aos originais, porque ambas as obras chegaram aos nossos dias num estado de conservação praticamente perfeito, em que os *“actos de manutenção”* permitiram conservar o *“heros”*. Segundo o autor, não se tratava de ruínas ou de obras abandonadas, mas sim de obras *“presentes”*, *“obras contínuas”*. Por outro lado, a sua destruição não se deveu ao lento desgaste do tempo que as tivesse distanciado do *“primeiro acto”*, mas sim a um *acontecimento traumático e repentino*. A reconstrução fiel destes monumentos gerou, então, réplicas assumidas como tal e não falsificações: *uma categoria reservada às*

³³ Idem, *Ibidem*, p. 77.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 78.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 81.

*arbitrárias modificações do “primeiro acto”*³⁶. Sobre estes dois casos tão polémicos, Cesare Brandi é de opinião contrária:

*Se pelo contrário os elementos desaparecidos foram em si obras de arte, há que excluir em absoluto a possibilidade de que se reconstruam como cópias. O ambiente deverá ser reconstruído com base nos dados espaciais do monumento desaparecidos, e não com base nos dados formais. Por isso, devia-se construir um novo campanário em São Marcos de Veneza, mas não o campanário derrubado; igualmente se devia levantar novamente uma ponte em Santissima Trindade, mas não a ponte de Ammannati*³⁷.

Para melhor se entender a filosofia de Baldini nestes casos, o autor esclarece que, se um qualquer cataclismo destruísse o Coliseu, ele nunca aprovaria a sua reconstrução, já que *o Coliseu é uma “ruína”, a “imagem” de um “primeiro acto” que já não existe*³⁸. Assim, a reconstrução de uma ruína é sempre uma falsificação e não uma réplica. Mesmo que apenas ruísse um arco da estrutura do Coliseu, Baldini é de opinião que tal se deveria considerar como um *“tempo-vida”* inevitável e, portanto, como um *“segundo acto positivo”*³⁹. Ainda neste hipotético exemplo, e distanciando-se do que chama de *imobilismo ruskiniano*, advoga um restauro que, não reconstruindo a imagem anterior através da *“identidade”*, dever-se-ia *restabelecer um enlace*⁴⁰. Embora não precise o que tal significa, fica-nos a ideia de que o autor proporia uma intervenção que, de algum modo, pudesse permitir a leitura de que, naquele sítio, existira um arco.

Comentário sobre a conclusão do corpo esquerdo de Santa Maria Nova em Florença

Trata-se de uma igreja da autoria de Buontalenti que não foi concluída. Baldini reprova esta conclusão referindo que, ao pretender-se concluir criticamente a obra, construiu-se uma falsificação. Apenas se admitiria uma intervenção que não consistisse na conclusão de um projecto, (...) *mas sim como uma intervenção feita em consonância*

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 65.

³⁷ BRANDI, Cesare, *ob. cit.*, p. 80.

³⁸ BALDINI, Umberto, *ob. cit.*, p. 66.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 66.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 67.

com ele (e quase independente dele), e “na praça”, mais do que “no edifício”⁴¹.

Comentário sobre a reconstrução de Varsóvia

Baldini manifesta a opinião compreensiva de que, para além de todos os juízos éticos e históricos que podem formular-se, *deve-se ter em conta sobretudo o “valor” político dessa actuação que era o de “conservar” e “transmitir” o rosto de uma civilização que não se queria perder a nenhum preço (...) tiveram em conta esse aspecto tão humano, que também pode ser “histórico” e ter uma grande importância (...)*⁴². Pelo contrário, afirma que não aprovaria a reconstrução de um ou vários monumentos isolados ou de tecidos urbanos que tivessem crescido por organicismo, sem projecto unitário, fruto da acção casual do “tempo-vida”⁴³.

Comentário sobre a conservação continuada do Palácio Strozzi e sobre o restauro necessário para o Templo de Juno de Agrigento

O autor comenta que ninguém pode chorar a suposta perda da “*virgindade epitelial*” do palácio, pelo facto de ele já possuir muito pouco dos materiais do séc. XV. É que este palácio florentino beneficiou, ao longo do tempo, de uma sucessão de “*actos de manutenção*” correctos que permitiram conservá-lo sem o transformar numa falsificação ou numa transformação arbitrária⁴⁴. Pelo contrário, no caso do Templo de Juno, este esteve ao abandono durante séculos, sem qualquer manutenção, tendo-se produzido deterioração de materiais e derrocadas. Assim, este não pode ser agora objecto de manutenção, já que tal intervenção implicaria a utilização de materiais iguais ao original, cometendo-se falsificação. Neste caso, Baldini advoga uma intervenção que remova as incorporações efectuadas nos anos Trinta, elas próprias deterioradas e com perda total das suas funções (tanto estéticas como estáticas), para, nas lacunas que assim se produzirem, se intervir criticamente através de uma acção de restauro que restabeleça uma *conexão com as partes existentes*⁴⁵.

Escolhendo algumas palavras de Umberto Baldini para, em síntese, apresentarmos

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 67 e 68.

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 68.

⁴³ Idem, *Ibidem*, pp. 68 e 69.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 69 e 70.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 71.

o seu ponto de vista relativamente à metodologia de intervenção nos monumentos, podemos apresentar as seguintes:

Então, o único método válido em todos os sentidos é uma acto crítico (...), já que pode recuperar no seu justo equilíbrio os valores que ainda existam na obra. Para encontrá-los apenas teremos que saber procurar(...); não é necessário inventá-los, recreá-los ou modificá-los (e aí está o “terceiro acto”)⁴⁶.

1.4 O CONTRIBUTO TEÓRICO DE PIERO SANPAOLESI

Enquanto professor de um curso de restauro da Faculdade de Arquitectura de Florença, Piero Sanpaolesi reúne na obra *Discorso Sulla Metodologia Generale del Restauro dei Monumenti*⁴⁷, toda a sua experiência de arquitecto restaurador. Se Cesare Brandi e Umberto Baldini são Historiadores da Arte que fundaram e dirigiram instituições de restauro, Sanpaolesi é um arquitecto restaurador, posicionamento que nos interessa, sobretudo, na nossa investigação.

Conceito de restauro

Para este autor, restaurar é uma operação tendencialmente conservadora, devendo-se conservar (...) *não só forma, mas a própria matéria do edifício, e com a matéria a personalidade, isto é, a pele externa conjuntamente com a estrutura, ou seja, o edifício inteiro vivo, em corpo e espírito*⁴⁸. Sanpaolesi defende que, possuindo a arquitectura um carácter intrinsecamente funcional, a atribuição de uma nova função a um velho edifício é condição *sine qua non* para a sua conservação (...) *e neste novo destino pode ser sacrificada alguma parte no próprio interesse da sobrevivência do edifício*⁴⁹. Assim, devido à própria natureza da obra arquitectónica, o restauro exclusivamente conservador

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁴⁷ SANPAOLESI, Piero - *Discorso Sulla Metodologia Generale del Restauro dei Monumenti*, Editrice Edam, Florença, 4ª edição, Florença, 1990 (1ª edição: 1973). A edição desta obra precede a que acabámos de analisar, mas por que mais específica, só agora a comentamos.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 22 e 23.

é, na prática, raro, derivando desta evidência que o papel do arquitecto restaurador é de suma importância. Ao contrário do restauro de uma escultura ou de uma pintura, estes sim, exclusivamente conservadores, o restauro arquitectónico adquire quase sempre uma feição reabilitadora porque, como já dissemos, o edifício, para sobreviver, deve ser adaptado ao desempenho de novas funções, embora a carácter com a sua dignidade histórica. A actividade do arquitecto restaurador é, assim, (...) *de fundamento crítico e também uma das actividades criativas da arquitectura*⁵⁰.

Obra nova

Para além da conservação e da reabilitação de partes antigas de um edifício, é quase sempre necessário construir (...) *partes novas de forma e de estrutura, para restitui-lo a um uso que faça daquele morto um vivo*⁵¹. Os inevitáveis acrescentos, sendo (...) *obra de arquitectura criativa, reflecte os valores do arquitecto, não devendo alterar o complexo de valores preexistentes*⁵². É esta harmonia que é polémica, porque, ao tratar-se de categorias estéticas, estas implicam necessariamente a subjectividade.

Para Sanpaolesi, restaurar não consiste na simples *aplicação de fórmulas tecnológicas*⁵³, como se houvesse uma fórmula científica de proceder mecânica e uniformemente. Sendo inevitável a incorporação de obra nova e a reabilitação da antiga, a personalidade do arquitecto estará lá sempre plasmada, do acto de interpretar o existente ao de readaptar o edifício para a função a que é destinado.

Demolições

A reabilitação implica, também, quase sempre, a demolição de acrescentos, que o restaurador deve decidir quando (...) *não tenham nenhuma importância, porque acrescentados por razões práticas e contingentes deteriorações, ou por motivos políticos ou por ignorância, etc.*⁵⁴. Mas (...) *a presença de acrescentos posteriores não justifica, ipso facto, uma intervenção de remoção*⁵⁵, até porque eles são um testemunho

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, passim.

⁵² Idem, *Ibidem*, passim.

⁵³ Idem, *Ibidem*, passim.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 27.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 42.

histórico da vida do edifício.

O restauro como acto de arquitectura crítica e criativa

O problema da escolha do que se conserva, do que se altera, do que se elimina e do que se acrescenta, sendo uma actividade crítica e criativa, não é concebida, segundo o autor, como uma mera operação de subjectividade. Ela deve basear-se num estudo profundo de interpretação do existente. Mas Piero Sanpaolesi alerta para o facto de que os vários conhecimentos e experiências necessários ao estudo e ao projecto de restauro, *nem sempre estão reunidos numa mesma pessoa*⁵⁶, sugerindo, assim, a necessidade de equipas multidisciplinares para o efeito. Também o seguidismo relativamente ao projecto não é aconselhável, uma vez que o aparecimento de variantes inesperadas obriga a repensar a intervenção. Mas todas as intervenções devem ser fundamentadas e relatadas num diário de trabalho, para que possam ser avaliadas e tidas em linha de conta em intervenções futuras. Como atitude básica perante o monumento, Piero Sanpaolesi é de opinião que *o restaurador deverá reconhecer-se na verdadeira humildade que saberá conservar frente ao objecto que lhe é confiado*⁵⁷.

Trasladação de edifícios

Relativamente à trasladação de edifícios, o autor concorda com a operação quando ela tem a finalidade de libertar um monumento antigo ou de salvá-lo, tendo sempre presente (...) *o conhecimento da psicologia das populações*⁵⁸, ou seja, o seu sentir, como garantia de decisões realistas.

Anastilose e reconstrução

Relativamente aos conceitos de anastilose e de reconstrução, é importante, porque muito clara, a distinção feita por Sanpaolesi: anastilose consiste em (...) *recolocar exactamente no seu sítio aqueles mesmos materiais originais que nós encontramos*

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 51.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 47.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 54.

*caídos no lugar*⁵⁹. Quando o objecto não é composto por partes regulares cuja localização se adivinhe facilmente (por exemplo, tratando-se de alvenarias de pedra irregular), já não se pode falar de anastilose mas sim de reconstrução. No entanto, para o autor, é admissível que, numa anastilose, se substituam algumas peças em falta por material novo, identificável como tal e num número muito restrito de casos. Em suma, para Piero Sanpaolesi, anastilose é uma recolocação, o que se distingue claramente de uma reconstrução.

Sobre esta matéria, a que chama de *restauro de completamento*⁶⁰, afirma ser (...) *uma operação perigosa quando não é contida entre limites críticos e materiais, direi dimensionais, muito bem precisos*⁶¹. A reconstrução pode ser admissível em caso de destruição rápida dos monumentos por motivos bélicos ou por desastres naturais, contando muito (para a decisão de reconstruir) as razões sentimentais das comunidades onde tais monumentos estão localizados. Em tais casos, não se trata de um restauro mas da construção de uma cópia, assumida como tal.

1.5 BREVE REFERÊNCIA AO CONCEITO DE RESTAURO EM TEXTOS FUNDAMENTAIS

Como textos fundamentais seleccionámos a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta do Restauro italiana de 1972. As razões porque o fizemos são as seguintes:

- todas elas se mantêm actuais;
- a Carta de Atenas foi pioneira;
- a Carta de Veneza continua a ser o texto internacional de referência, nele se inspirando outros textos internacionais específicos, nomeadamente a Carta de Florença (1981), sobre jardins históricos, a Carta de Washington (1987), sobre cidades históricas, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Toledo, 1986) e a

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, passim.

⁶⁰ Idem. *Ibidem*, p. 25.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, passim.

Carta de Lausana (1990), sobre o património arqueológico⁶²;

- a Carta do Restauro italiana abarca a generalidade tipológica dos bens patrimoniais e decorre da larga experiência daquele país em matéria de salvaguarda, conservação e restauro, representando uma clarificação relativamente à anterior.

Carta de Atenas (1933)⁶³

Consagra como princípio geral a rejeição das reconstituições integrais, apontando a manutenção regular e permanente dos edifícios, bem como a sua afectação a novas funções - a carácter com as especificidades históricas e artísticas -, a melhor estratégia para os conservar. O restauro é visto como uma intervenção a realizar em casos indispensáveis, devido à degradação ou destruição dos edifícios, respeitando-se sempre a *obra histórica ou artística do passado sem proscreever o estilo de nenhuma época*.

Relativamente aos materiais de restauro, aprova-se o emprego criterioso de todos os recursos da técnica moderna, inclusivamente o cimento armado, embora se aconselhe a sua dissimulação.

No capítulo da técnica de conservação, aprova-se a intervenção por *anastylose* nas ruínas, realçando-se que os novos materiais empregues devam ser sempre reconhecíveis.

Carta de Veneza (1964)⁶⁴

Aprofunda e clarifica os princípios já enunciados na Carta de Atenas, apelando para a colaboração de todas as ciências e técnicas na obra magna do estudo, preservação e restauro do património.

Uma vez mais se coloca a tónica na conservação dos monumentos, através da sua manutenção permanente, e na sua afectação a funções úteis à sociedade e compatíveis com o seu carácter histórico-artístico.

Sempre de carácter excepcional, o restauro deve ser precedido e acompanhado do estudo do monumento e visa a conservação e a revelação dos valores estéticos e históricos no respeito pelas substâncias antigas. Volta a sublinhar-se que a unidade de estilo não pode constituir o objectivo dum restauro, abrindo a hipótese de remoção de

⁶² Estes textos foram publicados em Portugal em *Textos Fundamentais, Cadernos SPPC*, nº 1, da Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996.

⁶³ In *Textos internacionais sobre a preservação e valorização do património*, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, p. 7 ss..

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 12 ss.

acrescentos em casos excepcionais:

- quando os *elementos eliminados têm pouco interesse*;
- quando as partes a destacar *constituem um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético*;
- quando o estado de conservação do conjunto a destacar seja aceitável;
- em qualquer dos casos, o juízo de valor não pode depender unicamente da opinião do autor do projecto.

Relativamente a elementos novos que venham a preencher lacunas nos monumentos, advoga-se a sua integração harmoniosa, embora seja necessário que se distingam das partes originais para que o *restauro não falseie o documento de arte e de história*.

Carta do Restauro (Itália-1972)⁶⁵

O documento faz uma distinção prévia entre *salvaguarda* e *restauro*, englobando na primeira qualquer medida de conservação que não implique a intervenção directa sobre a obra e definindo a segunda como *qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objectos*.

O documento apresenta as seguintes proibições e liberdades, indistintamente para todas as obras de arte.

Proibições:

- *adições de estilo ou analógicas*, mesmo que existam documentos de qualquer natureza que provem como as obras eram originalmente;
- *remoções ou demolições* que apaguem a evolução histórica da obra, a não ser que se trate de falsificações ou de pequenas alterações que desvirtuem os valores estéticos e históricos da obra;
- *trasladações de monumentos*, a não ser por superiores motivos de segurança e conservação;
- *alteração do envolvimento decorativo ou ambiental*;

⁶⁵ BRANDI, Cesare, *ob., cit.*, pp. 129 ss..

- alteração ou eliminação das pátinas;
- emprego de raspadores e jorros de areia, água, vapor ou ar a pressão forte, sendo indesejável qualquer lavagem.

Liberdades:

- adições de partes acessórias de função estrutural;
- reintegrações de pequenas partes comprovadas historicamente, através de material diferenciado ainda que harmónico e claramente distinguível à vista desarmada;
- *anastylosis* documentadas com segurança;
- recomposição de obras que se hajam fragmentado;
- reconstrução de lacunas de pouca importância ou identidade, com materiais diferenciados ou através de zonas neutras a níveis diferentes, tendo o cuidado de não construir *ex novo* zonas figurativas ou inserir elementos determinantes na figuração da obra;
- substituição de pedras corroídas, demolição de muros empenados e sua reconstrução em casos de perigosidade, não havendo possibilidade de correcção;
- modificação ou acrescentos de carácter portante se daí não resultarem alterações cromáticas ou de matéria na superfície;
- raspagem duma pintura e remoção dum reboco deteriorado e sua substituição, após prévia observação atenta dos materiais a substituir, em busca de qualquer reminiscência decorativa ou cromática anterior que deverá ficar registada e (ou) incorporar a nova superfície; os novos paramentos deverão distinguir-se dos originais, nomeadamente através de marcas nas paredes;
- eliminação das matérias acumuladas sobre a pedra (lixo, pó, fezes de aves), utilizando vassouras de elementos vegetais e ar comprimido a pressão moderada;
- alteração do envolvimento do edifício quando deixar de existir o envolvimento e o ambiente tradicionais;

As obras de restauro devem assumir o perfil da conservação sendo de maior importância as operações preventivas.

As adaptações de edifícios a novas funções devem pautar-se pelo princípio da

menor alteração possível a nível exterior e do respeito pela organização do espaço interno.

O princípio da reversibilidade da intervenção também é consagrado, prevendo-se que os materiais e as técnicas utilizadas sejam tais que não impeçam novas intervenções, nomeadamente o desfazer das anteriores. Também o estudo prévio das obras e o projecto deverão ser realizados por equipas interdisciplinares, elaborando-se uma memória descritiva e fotográfica que acompanhe todos os trabalhos.

1.6 ALGUNS CONTRIBUTOS PORTUGUESES PARA A ACTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE RESTAURO

Quando se intervém num monumento, podem acontecer, segundo Fernando Henriques⁶⁶, as seguintes acções progressivamente mais profundas:

a) *Manutenção* - manter em bom funcionamento, procurando evitar anomalias graves.

b) *Reparação e consolidação* - correcção de anomalias.

c) *Restauro* - conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidades originais, ou relativa a uma época ou conjunto de épocas. Trata-se dum tipo de acção com algumas dificuldades éticas, que deve ser baseado em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observados de perto, entre original e não original⁶⁷.

d) *Reabilitação* - habilitar um edificio a novas funções, com exigências funcionais mais severas.

e) *Reconstrução* - construir de novo todo ou parte de um edificio. Ex.: edificações destruídas por cataclismos ou guerras, edificações que estão na iminência de ser destruídas, podendo ser desmontadas e remontadas em local seguro (templos egípcios trasladados por causa da construção da barragem do Assuão), ruínas arqueológicas

⁶⁶ HENRIQUES, Fernando M. A. - *A Conservação do Património Histórico Edificado*, L. N. E. C., Memória nº 775, Lisboa, 1991, pp. 2 ss.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 3.

desagregadas em que existe certeza absoluta da forma como estavam construídas primitivamente (*anastylosis*).

eticamente exterior à acção de conservação, é a *renovação*, do latim *renovāre*, significando *retomar, repetir*⁶⁸, fazer de novo. Como muito bem o faz notar Virgolino Jorge, *a renovação apela, de modo especial, à totalidade estética do monumento ou do conjunto, no sentido de um refazer do seu aspecto exterior, como um valor novo, ao gosto expressivo da própria contemporaneidade ou na perspectiva estética e cultural do comitente*⁶⁹.

Como já referimos acima, restaurar significou, em larga medida, até ao séc. XIX, renovar, implicando a destruição da substância histórica. Para Virgolino Jorge, o grande princípio da salvaguarda do património é o seguinte: *conservar é sempre necessário, restaurar é defensável em condições muito específicas e renovar é incompatível com os ensinamentos básicos da defesa patrimonial*⁷⁰.

Continuando com este investigador, que ao contrário de Fernando Henriques não engloba o restauro nas acções de conservação, embora considere que as duas acções possam ser complementares, precisa-se o conceito de restauro, com o significado de restabelecimento⁷¹, derivando-o directamente da Carta de Veneza (1964). Para Virgolino Jorge, o restauro:

- *preocupa-se com a integridade técnica da sua configuração geral, como produto de significado histórico e de valor artístico (materiais, formas, figuras, cores, texturas, etc.)*⁷²;

- *admite o acrescento indispensável e harmonioso de partes novas que facilitem a leitura interpretativa do objecto original ideal (reconstituição da substância original), tornando reconhecíveis as partes originais e as novas, evitando a falsificação*⁷³;

- deve respeitar os acrescentos das diferentes épocas, rejeitando a unidade de

⁶⁸ MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. V, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p. 76.

⁶⁹ JORGE, Virgolino Ferreira - "Princípios de Salvaguarda do Património Monumental", *Correio da Natureza*, nº 17, 1º trimestre, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1992, p. 58.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, passim.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 57.

⁷² Idem, *Ibidem*, passim.

⁷³ Idem, *Ibidem*, passim.

estilo;

- só excepcionalmente admite a eliminação de acrescentos, nomeadamente quando tenham um valor insignificante e as partes que se pretendam destacar tenham, pelo contrário, grande valor estético ou histórico e o seu estado de conservação seja aceitável;

- *deve orientar-se pela mais adulta unidade estética e histórica do monumento*⁷⁴, fugindo aos excessos dum restauro analítico.

Outro contributo importante que aqui desejamos referir foi o de Luís Aires-Barros, na sua obra *Alteração e Alterabilidade de Rochas*⁷⁵, contribuindo para a clarificação dos conceitos de preservação, conservação e restauro. Segundo este autor, o Homem começou por querer restaurar as suas obras de valor, reparando-as, procurando recolocá-las no seu estado inicial ou tido como tal. Depois considerou mais sensato conservá-las continuamente, para finalmente concluir que o mais sensato seria preservá-las, ou seja, protegê-las antecipadamente⁷⁶. Luís Aires-Barros define então a conservação como *o bloqueamento do processo degradativo do objecto de arte, fixando-o no espaço-tempo em que se realiza a operação interventora*⁷⁷. A preservação implica o *rastreio de determinado conjunto de obras com a finalidade de bloquear o prosseguimento dos fenómenos de decaimento*⁷⁸. Finalmente o restauro é concebido como *uma paragem no processo de decaimento (...) seguida de um movimento retrógrado em que se procura a reconstituição do monumento no acto temporal em que foi concebido*⁷⁹.

Relativamente à introdução de elementos novos, Luís Aires-Barros defende que *apenas se devem usar materiais idênticos ou, quando isto se torna difícil, o mais próximo possível ao do monumento em restauro*⁸⁰, havendo uma adaptação de critérios a cada caso. Nesta matéria, a opinião de Aires-Barros não é contrária ao preceituado na Carta de Veneza (Artºs 9º e 12º), uma vez que, resolvida a questão estética com a

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, passim.

⁷⁵ AIRES-BARROS, Luís - *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, I.N.I.C., Lisboa, 1991.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 198.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, passim.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, passim.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, passim.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 199.

introdução de materiais idênticos, as suas faces visíveis podem ser trabalhadas para os distinguir da substância histórica. Tal procedimento foi seguido pela equipa responsável pelo recente restauro da Torre de Belém, da qual Aires-Barros fez parte⁸¹.

Depois de reflectir sobre a natureza dos valores que podem estar presentes nos artefactos do património cultural (emocionais, documentais, científicos, históricos estéticos e até socioeconómicos), sintetiza então a ética da conservação e restauro afirmando que não se deve:

- *usar materiais que não mereçam confiança ou se degradem rapidamente;*
- *usar materiais e métodos directamente sobre as obras de arte sem ensaios prévios, se possível em porções destacáveis do monumento;*
- *evitar revelar os métodos e materiais usados à comunidade técnico-científica interessada;*
- *tomar decisões inadequadas, desrespeitando o original;*
- *usar um método universal para todos os casos, não cuidando das especificidades de cada situação*⁸².

1.7 SÍNTESE CRÍTICA

No fundo, relativamente ao património construído, existem quatro grandes desideratos: preservar, conservar, restaurar e valorizar.

Se bem que não haja duas palavras que signifiquem exactamente a mesma coisa, em termos práticos, o vocábulo salvaguarda é sinónimo de preservação: ambos expressam a atitude fundamental da *conservação* (do latim *conservāre*, *cum+servāre*, composto a partir de *servāre*, *significando conservar, respeitar, salvar*)⁸³, embora sem prever a intervenção directa sobre a obra. Preservar vem do latim *praeservāre*, com o significado de *observar antes*⁸⁴, *livrar de algum mal, dano ou perigo futuro, defender,*

⁸¹ Ver *International Journal for Restoration of Buildings and Monuments*, vol. 4, nº 6, 1998, p. 606.

⁸² *Idem, Ibidem*, p. 200.

⁸³ ERNOUT, A e MEILLET, A, *ob. cit.*, pp. 619 e 620.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 620.

*resguardar*⁸⁵, e *salvaguardar* (do francês *sauvegarde*) significa *pôr fora de perigo*⁸⁶. Na língua portuguesa, o significado é o mesmo: *proteger, defender, pôr fora de perigo*⁸⁷. Ambas as palavras apontam para atitudes protectoras, visando essencialmente o futuro, tentando conservar o monumento sem o recurso a intervenções directas sobre ele.

Como exemplos de medidas de preservação ou de salvaguarda podemos dar os seguintes:

- Legislação que protege um monumento, classificando-o, estabelecendo-lhe zonas especiais de protecção, condicionando-lhe o uso, etc..
- Medidas de ordenamento urbano com o objectivo de manter ou criar boas condições ambientais ou paisagísticas à volta dum monumento.
- Os regulamentos municipais de intervenção nos centros históricos, estabelecendo tipologias de edifícios e respectivos limites de intervenção, condicionamentos à terciarização das funções, bem como um conjunto de regras para a publicidade, iluminação, tráfego, segurança, etc..

Ora as medidas de prevenção, se bem que importantíssimas porque representam a primeira linha de defesa contra a degradação do património construído, são insuficientes. O tempo, inexoravelmente, pelos fenómenos de meteorização, pelo uso e pelo abuso humanos, age continuamente sobre os materiais promovendo o seu decaimento, a sua ineficácia, a sua destruição. É então necessário intervir directa e continuamente sobre os bens patrimoniais, reparando, consolidando, fazendo a manutenção. Podemos englobar o conjunto destas operações no termo conservação, pelo seu espectro alargado. De facto, nós reparamos, consolidamos ou fazemos a manutenção para conservar determinado bem. Intervindo em partes pouco significativas dos pontos de vista histórico ou estético, não utilizamos termos que expressem acções mais sensíveis do ponto de vista ético. Como exemplos de intervenções de conservação, podemos dar os seguintes:

- Reparar um telhado, uma chaminé, uma janela ou uma porta.
- Fazer a manutenção dum telhado, limpando-o e desobstruindo os canais de escoamento de águas.

⁸⁵ MACHADO, José Pedro (coord.) - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Sociedade da Língua Portuguesa, Amigos do Livro, tomo IX, Lisboa, 1981, p.396.

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 574.

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, tomo X, p. 574.

- Substituir madres e barrotes de um sobrado ou de um tecto por materiais idênticos.

- Consolidar uma parede, um contraforte ou uma abóbada.

- Substituir parte de um reboco que se degradou irremediavelmente e que favorecia as infiltrações da água da chuva (não estamos a falar, obviamente, de rebocos da Antiguidade).

- Pintar um edifício, as suas portas e janelas, utilizando as tintas tradicionais.

São de facto estes dois primeiros tipos de intervenções os mais importantes, a preservação e a conservação. Eles evitam, em grande medida, intervenções mais profundas, eticamente mais difíceis de sustentar. Eles evitam degradações irreversíveis no património construído. No entanto, quer por causas naturais incluindo cataclismos, quer por desleixo, quer por falta de meios económicos, quer por causas vandálicas as mais diversas, um bem patrimonial pode sofrer uma agressão que exija uma intervenção mais profunda. Acontece então o restauro, uma recuperação de algo que por causas e efeitos diversos, em parte se perdeu ou ficou visualmente omitido.

Neste tipo de intervenção, os problemas técnicos e éticos nunca são fáceis de superar e são altamente polémicos, mesmo entre especialistas. Daí o ter-se estabelecido internacionalmente um conjunto de regras que, observadas, qualifiquem a acção em parâmetros aceitáveis. O problema põe-se sobretudo a nível prático, na interpretação das regras e nos juízos de valor que invariavelmente se têm que fazer.

Como regras básicas apontaremos, em síntese, as seguintes:

- Deve-se respeitar a substância histórica dos monumentos diferenciando sempre os novos materiais incorporados. Tal diferenciação pode ser conseguida com a introdução de materiais diferentes, embora esteticamente harmónicos, ou, no caso de se utilizarem materiais idênticos, as suas faces visíveis devem ser marcadas para se distinguirem (inscultura da data da intervenção ou tratamento de carácter estético). No caso das fortificações, todas as reconstruções praticadas em elementos formalmente importantes a nível arquitectónico - ameias, merlões, seteiras, troneiras, canhoeriras, molduras de portas e janelas, etc. - devem ser claramente identificáveis. Relativamente aos muros, pensamos que a justificação para a identificação das intervenções é tanto maior quanto mais extensa for a área abrangida. Não faz sentido identificar pequenos

preenchimentos de lacunas no parapeito de uma cortina, mas já faz sentido fazê-lo na reconstrução de muralhas ou de torreões. Neste caso particular, pode delimitar-se a zona reconstruída através da introdução de materiais cerâmicos, o que de certa forma legitima a reconstrução de alvenarias com materiais e técnicas tal qual o existente.

- Deve-se respeitar a unidade adulta do monumento.
- Deve-se respeitar o sítio a que os monumentos pertencem, o conjunto que formam com outros elementos da paisagem, naturais ou construídos.
- A obra nova não deverá seguir o estilo da preexistente, mas tentar novas unidades em que o novo se assume claramente como tal, histórica e esteticamente.
- A reconstrução por *anastylose* é uma remontagem de partes desintegradas, geralmente com formas regulares, uma reintegração, onde se admite o preenchimento de lacunas com materiais diferenciáveis.
- É admissível a reconstrução de partes bem delimitadas e nunca excessivamente extensas de uma edificação, em que existe o conhecimento indubitável da sua constituição anterior, e se promove a reconstrução com materiais novos, diferenciáveis mas esteticamente harmónicos com a preexistência, assumindo-se tal reconstrução como uma cópia e não como uma falsificação, com objectivos marcadamente documentais.
- A reconstituição da matéria das lacunas, sempre com materiais diferenciáveis, não deve ser feita nas zonas figurativas.
- As consolidações estruturais não devem interferir esteticamente no todo e é aconselhável a sua dissimulação.
- As intervenções deverão ser reversíveis e devem ser testadas tecnicamente antes de se levarem à prática.
- Os projectos e o acompanhamento das intervenções devem ser realizados por equipas interdisciplinares.

Como dissemos atrás, o problema não está na aceitação destas regras, mas na sua aplicação a casos concretos. Entre as substâncias históricas dos rebocos de uma casa romana e de um palácio do séc. XVIII, a distância é abismal. O que os separa e lhes confere exigências de tratamento diferentes num restauro é a dimensão temporal, sendo os casos intermédios os de maior dificuldade de decisão. Lembramos aqui os polémicos casos, em Portugal, das muralhas e torre do Castelo de Evoramonte (sécs. XIII a XVI

respectivamente), das muralhas de Lagos (sécs. XIII e XIV) ou da Fortaleza de Sagres (sécs. XVI a XVIII).

O respeito pela unidade adulta do monumento também é um princípio facilmente aceite em abstracto, mas polémico na sua aplicação prática. Concordamos que os acrescentos se devem manter, evitando-se o restauro em estilo, tão ao gosto de Oitocentos, que apagou tantas páginas de História da Arte dos livros que os monumentos constituem. Mas também é princípio aceite que os acrescentos de pouco interesse ou as falsificações que desvirtuem os valores estéticos e históricos possam ser demolidos ou desmontados e conservados à parte, desde que o remanescente que se pretenda evidenciar constitua testemunho de alto valor estético e histórico e o seu estado de conservação seja aceitável. Exemplos concretos: o retábulo barroco do altar-mor da igreja do Mosteiro de Alcobaça devia ou não ter sido retirado? Se as falsificações devem ser demolidas, haverá coragem para destruir grande parte dos nossos monumentos, pejados de falsificações? Veja-se o caso emblemático do Mosteiro dos Jerónimos, onde as construções imaginosas, em estilo e por analogia, são inúmeras!

Aceitamos o princípio de Cesare Brandi segundo o qual uma obra de arte é um todo e não uma totalidade, é uma unidade não orgânico-funcional, não se devendo actuar, num restauro, por analogia, já que parte de uma obra de arte, que não uma ruína, continua a possuir a unidade potencial da peça primitiva. Mas entre uma escultura e um edifício, a diferença é também muito grande. Não nos podemos esquecer que, embora obras de arquitectura, logo, obras de arte, os edifícios são construídos não só para fruição estética mas sobretudo para responderem a exigências funcionais de uso humano. Logo, a diferença de actuação num restauro é necessariamente diversa.

Assim, cada caso é um caso, com a sua especificidade própria, sendo incorrecto não adaptar, não flexibilizar os princípios a cada caso particular! Mas é preciso actuar, porque o tempo não espera. É preciso decidir! Então, o que nos parece fundamental é que se garanta que as decisões sejam tomadas por equipas interdisciplinares de especialistas e sujeitas a debate público. Em Portugal, tal preceito científico e democrático não é cumprido, ao arrepio de todas as normas internacionais e até mesmo da legislação portuguesa. Geralmente, só os arquitectos decidem! E assim sendo, como se podem realizar restauros críticos, se baseados apenas nos critérios de um só

interveniente?

Se bem que o restauro se distinga das anteriores intervenções, na medida em que representa sempre uma recuperação de algo - no sentido da revelação de valores estéticos e históricos (Carta de Veneza, Art.º 9) -, implicando sempre um retrocesso no tempo e não a pura manutenção de uma situação presente, o restauro de uma edificação implica quase sempre, também, outras acções: acções de preservação e de conservação e, não raro, de reabilitação, de reconstrução e de renovação. Daí que nos pareça acertado, tal como defende Cesare Brandi, dar ao conceito de restauro a abrangência que de facto tem. Um exemplo:

- Quando se restaura um palácio, houve com certeza um *estudo prévio histórico-arquitectónico* que sustentou o projecto de restauro e poderá ter tido como consequência uma *proposta de classificação*. Iniciou-se, desde o estudo crítico do objecto, uma tomada de medidas no sentido da sua *preservação*. Para a realização do restauro, muitas operações são de pura *conservação* (*manutenção* de algerozes, *reparação* de um telhado, *consolidação* de uma parede), outras de *restauro*, ao colocar-se em evidência valores estéticos e históricos do edifício, antes encobertos por acrescentos sem qualquer interesse estético ou histórico e substituíveis na contemporaneidade por soluções tecnicamente mais eficazes. Estas soluções podem assumir a forma de *reconstruções* ou de *renovações*, claramente identificáveis com os tempos de hoje, embora harmoniosas. Este restabelecimento de valores pode implicar a introdução de partes novas que facilitem a leitura do artefacto original, e aí estamos a proceder à *reconstituição* ou *reintegração* (do latim *integrare*, com o significado etimológico de *renovar, refazer*)⁸⁸ da substância original. E não nos podemos esquecer que o restauro só foi possível, por hipótese, porque se destinou o palácio a albergar uma biblioteca ou um museu, havendo necessidade de imprescindíveis *reabilitações e de ampliações*, resultando daí uma construção nova com arquitectura moderna e em harmonia com o existente. Ou seja, na prática, as intervenções no património arquitectónico que assumam a forma de restauro, podem contemplar todas as outras intervenções em proporções muito variáveis mas dentro de determinados limites. Quer as reabilitações, quer as reconstruções, quer as renovações, serão sempre as indispensáveis,

⁸⁸ MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. III, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977.

não podendo por em causa a identidade histórica e estética do edifício e assumir-se-ão sempre no tempo em que são realizadas, fugindo ao falso histórico.

Finalmente, importa aqui falar num conceito de espectro muito alargado: *valorização*. É uma palavra frequentemente empregue que abarca todos os outros conceitos que já aqui tratámos, desde que observem os grandes princípios da Carta de Veneza. Mas o termo *valorização* emprega-se também, em sentido restrito, corrente, para designar aquelas realizações que, sem intervirem directamente na substância dos edifícios, chamam a atenção para eles: investigação e publicação de resultados - já que informar é proteger -, edição de materiais muito diversos (diapositivos, postais, brochuras, documentários em meios audiovisuais), integração em roteiros turísticos, realização de iniciativas culturais que têm determinado edifício como centro, etc..

Em síntese, pensamos que existe legislação nacional e textos internacionais que enquadram de maneira correcta as intervenções no património construído. Também a terminologia a empregar não suscita problemas de maior. A dificuldade surge sempre na aplicação dos princípios a casos concretos, e aí, a solução não poder ser outra: as decisões têm quer ser tomadas em equipas interdisciplinares, sujeitas a debate público e a aprovação em instituições competentes. O porvir do património, como herança cultural que é, tem que ter um suporte científico e uma legitimação democrática.

II

FORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE PATRIMÓNIO CULTURAL E DE RESTAURO ARQUITECTÓNICO NA EUROPA OITOCENTISTA: FRANÇA, INGLATERRA E ITÁLIA

2.1 FORMAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL: DO COLECCIONISMO ANTIGO AOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA

As civilizações pré-clássicas coleccionaram objectos preciosos, provenientes, sobretudo, de saques de guerra e exibiam-nos de forma triunfal, como troféus que atestavam a valentia e a riqueza dos seus proprietários. A exibição tinha lugar nos templos, nos palácios e até junto às portas das cidades. O palácio de Nabucodonosor (Babilónia, sécs. VII e VI a. C.) possuía o Gabinete de Maravilhas da Humanidade, com

o mesmo intento triunfalista e ostentatório e já destinado a ser exibido a nível popular - um embrião de museu.

Na Grécia clássica, construíam-se pequenas capelas junto aos templos, denominadas *Thesauros*, que recebiam os ex-votos dos fiéis, constituindo verdadeiros tesouros, de que foi exemplo famoso o dos Atenienses em Delfos. Heródoto relata-nos que grande parte dos templos famosos (Atenas, Olímpia, Delfos, Éfeso, Samos) exibiam, também nos peristilos, relíquias artísticas do passado, sendo lugares de peregrinação e visita de natureza turística¹. O *Mouseion* de Ptolomeo Filadelfo em Alexandria (séc. III a. C.), a célebre Biblioteca de Alexandria construída por Ptolomeu I e a Biblioteca de Pérgamo do séc. II a. C., constituíram, de facto, realidades museológicas importantes e célebres na Antiguidade, reunindo aí, um conjunto de bens que participavam do conceito de património da época.

O coleccionismo helenístico passa para o império romano, onde se desenvolve o comércio de obras de arte e também o de cópias de originais gregos. Surgem, então, as primeiras práticas de crítica da arte. Para além da dimensão comercial, o prazer de coleccionar passa a ter um cunho pessoal, embora se mantenha o culto público dos troféus.

Não há dúvidas de que podemos identificar uma vertente cultural neste coleccionismo, com a "milagrosa" antecipação que as culturas clássicas nos habituaram nos mais diversos domínios. Marco Agripa, por exemplo, abre as suas colecções ao público, convicto de que a arte devia ser fruída pela comunidade. E que dizer das Sete Maravilhas do Mundo, que integravam obras de escultura e arquitectura monumentais, que tanto deslumbraram os antigos, e que representam o que poderíamos chamar de "primeira Lista do Património Mundial". Se bem que o próprio significado etimológico da palavra património (do lat. *patrimoniu*, "bens de família") aponte, desde logo, para a dimensão económica, e não cultural, destas colecções de objectos preciosos; considerando também que a palavra grega *thesauros* significa, etimologicamente, depósito de dinheiro, depósito de coisas preciosas; a dimensão cultural, ainda que não assumida conceptualmente, parece-nos estar presente: a palavra grega *mouseion* aponta

¹ FERNÁNDEZ, Luis Alonso - *Museología / Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*, Istmo, Madrid, 1993, p. 56.

para aí, já que significava, ao tempo, escola, lugar onde alguém se exercita na poesia e nas artes, templo das Musas, lugar de reunião de sábios, em academia.

Na Idade Média, os objectos preciosos integram os tesouros eclesiásticos e as grandes colecções de senhores feudais. Templos e mosteiros ficaram famosos pelos seus tesouros: São Marcos de Veneza e São Dinis de Paris, por exemplo. Também Carlos Magno (768-814) constitui extraordinárias colecções de troféus de guerra que exhibe com o triunfalismo antigo. Mas o teocentrismo medieval havia de arrumar essas coisas supérfluas e secundárias, porque terrenas, nas absides, nas câmaras subterrâneas das igrejas ou no *armarium* dos claustros monásticos. Relativamente aos edifícios antigos, o seu valor era, simplesmente, de uso. Só assim se compreende que Roma se transformasse numa grandiosa pedreira que fornecia cantaria para as igrejas cristãs de toda a Europa, ao mesmo tempo que se cristianizavam os templos pagãos sem a mínima valorização cultural desses testemunhos do passado.

Com a Idade Moderna e com o Humanismo que lhe foi caro, voltam os artefactos da humanidade a ganhar estatuto importante e volta a falar-se de museus. Giorgio Vasari é o responsável técnico pela construção da Galeria dos Ofícios, em Florença, a partir de 1559, que se transformará em museu por acção dos Médicis. Visitada desde 1582, constava nos guias turísticos da época. Simultaneamente, as grandes famílias da Itália do Renascimento possuíam os seus museus particulares, permitindo visitantes seleccionados. Igual movimento se verifica a nível do papado: Sisto IV funda, em 1471, o *Antiquarium*, em Roma, no Capitólio, mantendo-o aberto ao público; Júlio II funda o Museu do Belvedere e Leão X, ajudado por Rafael, organiza os Museus do Vaticano.

O exemplo destes mecenas, glorificados em *O Príncipe*, de Maquiavel, e em *O Cortesão*, de Baltasar Castiglione, cruzará fronteiras. Francisco I (1515 - 1547) constitui *Les Merveilles de Fontainebleau*, que Luís XIV (1638 - 1715) trasladará, primeiro para o Palácio do Louvre e depois para Versalhes. Em Espanha, Carlos V e depois Filipe II, reúnem a maior colecção de pintura da Europa, que integrará o futuro Museu do Prado, aberto ao público em 1820. Na Áustria, José II abre as portas do Museu do Palácio do Belvedere, em Viena, em 1781.

O liberalismo e o romantismo oitocentistas estabelecerão definitivamente o valor histórico-cultural dos museus, vistos agora, não apenas como "depósitos" de colecções

preciosas, mas também como recurso pedagógico, como instituições de educação pública para o enriquecimento do indivíduo. O Museu do Louvre abre ao público em 1793, passando à propriedade nacional depois da Revolução de 1848. Contudo, diga-se, é em Londres, com a antecipação que nos vem habituando ao longo da História, que se constituiu o primeiro museu público europeu, o *British Museum*, em 1753.

Podemos concluir então que, por diferentes razões ao longo da História, o Homem sempre colecionou os seus artefactos, descobrindo-lhes a cada passo novos valores, começando pelo valor de uso, depois pelo valor de troca ou de prestígio na Antiguidade, chegando finalmente ao valor simplesmente histórico-cultural dos nossos dias. E a colecção foi sendo cada vez mais abrangente em termos de espécies. Começou com os produtos das artes preciosas da Pré-História e da Antiguidade. Hoje, por exemplo, "coleccionam-se" simples azenhas abandonadas, cujo valor cultural está, tão só, na materialização histórica dum certo nível tecnológico duma comunidade.

No séc. XIX, os monumentos históricos² passaram a integrar a colecção das preciosidades patrimoniais de que temos vindo a falar. "Monumento" vem do latim *monumentum*, derivado de *monere* (lembrar). Os monumentos (comemorativos) serviam para lembrar, a gerações vindouras, com a emoção da sua presença, por vezes artística, pessoas, acontecimentos, rituais, crenças, etc.. No séc. XIX, começou a pensar-se que seriam futuramente a imprensa e a literatura os repositórios dessas memórias, caindo em progressivo desuso, a partir da 2ª metade desse século, os artefactos deliberadamente comemorativos. Desde essa época até aos nossos dias, ganhou forma o conceito de monumento histórico, abarcando, quer os monumentos especificamente comemorativos, quer todo e qualquer construção arquitectónica, desde que se lhe atribua valor histórico e (ou) estético.

Assim, aquilo a que hoje chamamos de património construído, resulta de se terem constituído, no património, duas instâncias através das quais ele se faz valer: a instância estética e a instância histórico-cultural. Este o contributo crucial do séc. XIX. O valor patrimonial dum determinado artefacto pode advir, quer da instância estética quer das instâncias temporal e cultural. De tal forma que, para Cesare Brandi³, o restauro do património, conceito em que engloba todas as operações que visem a transmissão de

² Sobre a génese deste conceito, ver CHOAY, Françoise - *L'Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

³ BRANDI, Cesare - *Teoría de la restauración*, Alianza Forma, 3ª edição, Madrid, 1993.

determinado objecto ao futuro, começa, metodologicamente, no reconhecimento dessas polaridades: estética e (ou) histórica. Uma prova de que a instância histórica não existia antes do séc. XIX, por exemplo, no tempo em que os papas do Renascimento encetaram grandes obras de "restauro", está no facto de Júlio II ter arrasado o mais precioso e venerável monumento da Cristandade, a igreja de São Pedro de Roma, substituindo-a pelo edifício que hoje possui o mesmo nome, no mesmo local, testemunho cenográfico da magnificência da Igreja de então. Durante muitos anos, restauro havia de significar, na melhor das hipóteses, renovação.

Foi de facto a França revolucionária que trouxe consigo os conceitos que hoje empregamos em matéria de património. É verdade também que destruiu um incontável número de edificações históricas e objectos de arte (palácios, castelos, igrejas, mosteiros, estátuas, etc.), no afã irreflectido de eliminar materialmente os vestígios duma era feudal considerada odiosa. Mas foi também essa França contestatária e radical que criou o primeiro corpo de leis visando a conservação dos *Monuments Historiques Nationaux*. Aliás, o termo aparece nessa altura com os trabalhos do arqueólogo Aubin-Louis Millin (1759-1818). O mesmo pode dizer-se do termo *vandalismo*, usado por Henri Grégoire (1750-1831) nos seus protestos contra a perseguição de negros e judeus e contra a destruição de livros, pinturas, objectos de arte e edifícios.

Os exageros da nova era liberal, prontamente seriam combatidos por homens também eles liberais, mas mais lúcidos e reflectidos do que a maioria dos seus correligionários. Victor Hugo foi um desses homens, como Herculano o foi, também, em Portugal. É já a França apaziguada do seu furor destrutivo que inicia os inventários, a constituição de colecções de objectos de arte, a montagem e a abertura ao público de museus que engrandeceram a era napoleónica, exibindo os seus troféus, ao gosto antigo.

Podemos dizer, então, que no séc. XIX se descobriu o valor cultural do património histórico. Ao descobri-lo, impunha-se, conseqüentemente, a sua preservação e o seu restauro. Antes, restaurar significava reabilitar os espaços para novas ou antigas funções e actualizar a aparência dos edifícios ao gosto da época. Tal aconteceu durante o período barroco, entalhando, dourando, engessando, azulejando e caiando tudo. E é contra esta capa de novo riquismo, que eclipsou as construções medievais de que o romantismo se tornou tão venerador, que os restauradores oitocentistas se insurgem. Assim, as

primeiras práticas do restauro oitocentista passaram a consistir na desobstrução das construções medievais, através duma análise arqueológica do existente, e na vã tentativa de resgatar, completamente, os edifícios do passado. Esta dificuldade teve o mérito de impulsionar o desenvolvimento da arqueologia medieval e os estudos técnicos sobre esse período de construção. Ao mesmo tempo, consciencializou a intelectualidade europeia para essa dificuldade intransponível, induzindo o posterior estabelecimento de regras de restauro mais favoráveis a uma autêntica preservação do património.

A ideia historicista da preservação e restauro do património, enquanto valor cultural, começou por implementar-se em Roma, no princípio do século passado, com o restauro do *Forum*. Valadier e Stern foram dois dos arquitectos que deram forma a uma incipiente escola de restauro naquela cidade, ocupando-se do Coliseu e dos Arcos de Triunfo. Agia-se *utilizando a facilidade da arquitectura académica para realizar uma analogia com a linguagem romana com vista a uma unidade formal não mimética*⁴, embora, já aqui, se distinguíssem as partes intervencionadas das partes originais através de materiais contrastantes. Mas o homem que levou mais longe a quimera de restabelecer os edifícios como eles deveriam ter sido, foi um parisiense de apelido Viollet-le-Duc, dando origem a uma escola de restauro que se impôs em toda a Europa.

2.2 VIOLLET-LE-DUC E A ESCOLA FRANCESA DE RESTAURO

Eugène-Emmanuel Viollet-le Duc nasceu em Paris, em 1814, e morreu em Lausana, a 17 de Setembro de 1879, onde realizou a sua derradeira obra, o restauro da catedral daquela cidade suíça. A sua família era culta e bem relacionada. O pai, Emmanuel Viollet-le-Duc, era bibliotecário do rei e fiscal dos serviços do Palácio das Tulherias. A sua mãe, Eugénie Delécluze, era filha dum arquitecto régio. Na Rue Chabanais, recebiam a melhor sociedade parisiense, sendo seus visitantes habituais, homens que influenciarão decisivamente o futuro do jovem Eugène-Emmanuel: Ludovic Vitet e Prosper Mérimée, respectivamente o primeiro e o segundo Inspector-Geral dos

⁴ CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Forma, Madrid, 1992, p. 17. Sobre o restauro do *forum* romano, ver CESCHI, Carlo - *Teoria e storia del Restauro*, Bulzoni, Roma, 1970.

Monumentos Históricos (entre 1830 e 1860), cargo criado pelo historiador Guizot, então ministro do interior, no reinado de Louis-Philippe.

Apresentando excelentes dotes para o desenho, Viollet-le-Duc viaja pela França, desde 1831, desenhando, estudando velhas igrejas e castelos, e em 1836, graças a uma ajuda financeira do rei, visita a Itália. No regresso, é nomeado professor de desenho da Escola Superior de Paris, passa a integrar o Conselho das Construções Civas e é ainda nomeado Inspector do Centro dos Arquivos.

Os seus interesses científicos decorriam entre a história, a matemática e as leis da estática dos edifícios, dedicando boa parte dos seus estudos à decifração dos segredos de construção dos arquitectos medievais. Em 1840, Mérimée chama-o para intervir na igreja da Madeleine, em Vézelay. O edificio ameaçava derrocada e nenhum arquitecto se queria responsabilizar pela obra. Viollet-le-Duc aceita o desafio e inicia, assim, a sua actividade de restaurador. Em 1853, é nomeado Inspector Geral dos Monumentos Diocesanos, o que lhe alarga consideravelmente o campo de intervenção. Em 1863, é incumbido de reorganizar a Escola Nacional Superior de Belas-Artes e será, pouco depois, encarregado da cadeira de Estética e de História da Arte.

A sua intervenção por toda a França, que suscita acesas críticas e rasgados elogios, influenciará de forma indelével a prática do restauro em toda a Europa. Viollet-le-Duc produz um corpo teórico⁵ nem sempre coerente, apresentando uma sensível evolução, debatendo-se com a contradição, sempre latente, entre o arqueólogo e o arquitecto, num afã, próprio do seu tempo, de conciliar a ciência e a arte, a razão e a imaginação.

Antes dele, Ludovic Vitet dera a seguinte instrução basilar em matéria de restauro:

⁵ Obra teórica de Viollet-le-Duc: *Du style gothique au XIXe siècle*, *Annales archéologiques*, 1846; *Monographie de Notre-Dame de Paris* (em colaboração com Celtibère et J.-B. Lassus), 1853; *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, A. Morel, Paris, 1867-68; *Description de Notre Dame, cathédrale de Paris* (em colaboração com o barão de Guilhermy), 1856; *Dictionnaire raisonné du mobilier français de l'époque carlovingienne à la renaissance*, 1858-75; *Lettres sur la Sicile à propos des événements de juin et de juillet 1860*, 1860; *Entretiens sur l'architecture*, 1863-72; *Cités et ruines américaines. Mitla, Palenqué, Izamal, Chichen-Itza, Uxmal* (em colaboração com D. Charnay), 1863; *Mémoires sur la défense de Paris*, 1871; *Histoire d'une maison*, 1873; *Histoire d'une forteresse*, 1874; *Histoire de l'habitation humaine depuis les temps préhistoriques jusqu'à nos jours*, 1875; *Le Massif du Mont-Blanc. Étude sur sa constitution géodésique et géologique, sur ses transformations et sur l'état ancien et moderne de ses glaciers*, 1876; *L'art russe, ses origines, ses éléments constitutifs, son apogée, son avenir*, 1877; *Histoire d'un dessinateur. Comment on apprend à dessiner*, 1879; *Compositions et dessins*, 1884; *Dessins inédits de Viollet-le-Duc*, 1895; *Lettres inédites, recueillies et annotées par son fils*, 1904.

*Il faut se dépouiller de toute idée actuelle, oublier le temps où l'on vit pour se faire le contemporain de tout ce qu'on restaure (...) Le premier mérite d'une bonne restauration est de passer inaperçue*⁶.

A instrução tinha como alvo a prática do século anterior, de actualização estética, convidando os arquitectos do tempo a assumir uma atitude humilde nas suas intervenções. Na mesma linha se pronunciava um dos mais conceituados arqueólogos da época, Didron, que afirmava como regra de ouro, a seguinte:

*En fait de monuments anciens, il vaut mieux consolider que réparer, réparer que restaurer, restaurer que reconstruire (...) En aucun cas, il ne faut ajouter ni retrancher (...)*⁷.

Ambas as posições teóricas realçam o respeito a assumir pelo restaurador perante o monumento, percebendo-se a formação de historiadores, quer de Didron quer de Vitet.

Também Viollet-le-Duc começa por aderir a estes princípios, para mais tarde os ultrapassar consideravelmente. Defendia a seguinte metodologia de actuação:

1º Investigar o monumento do ponto de vista histórico

*Il est essentiel, avant tout travail de réparation, de constater exactement l'âge et le caractère de chaque partie d'un édifice (...) appuyé sur des documents certains (...) L'architecte doit connaître exactement non seulement les types différents à chaque période de l'Art, mais aussi les styles appartenant à chaque école (...)*⁸.

É de facto um passo metodológico original e que antecipa o artigo 9º da Carta de Veneza (1964).

2º Integrar o monumento numa determinada tipologia

*Seul le type a une réalité, les déviations ne sont que des sortes de malfaçons sans conséquence (...)*⁹.

⁶ Cit. por ENAUD, François - "Les principes de restauration des Monuments en France de Viollet-le-Duc à la Charte de Venise", *Geschichte der Restaurierung in Europa / Histoire de la Restauration en Europe I*, Worms, 1991, p. 52.

⁷ Idem, *Ibidem*, passim.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 53.

⁹ Idem, *Ibidem*, passim.

A arqueologia de meados de Oitocentos estuda os edifícios com métodos similares aos da anatomia, da biologia comparada ou da paleontologia. Viollet-le-Duc propõe a dissecação do "cadáver" antes de actuar. Não nos podemos alhear do facto de que os meios intelectuais franceses, ao tempo, estavam marcados pelo Positivismo, pretendendo-se explicar cientificamente todos os conhecimentos, não importando a sua natureza.

3º Restabelecer as mesmas formas e empregar os mesmos materiais

*Chaque édifice ou chaque partie d'édifice doivent être restaurées dans le style qui leur appartient non seulement comme apparence, mais comme structure (...)*¹⁰.

Outra regra que marca um grande avanço face aos métodos de restauro anteriores, na intenção de preservar o valor histórico-cultural dos monumentos e não só o seu valor de uso. Esta regra põe definitivamente termo às modernizações do século anterior.

4º Refazer a unidade de estilo

A igreja da Madalena de Vézelay possuía, na abóbada, tramos limitados por arcos semicirculares, originais do século XII, e tramos limitados por arcos quebrados oriundos do séc. XIII. Viollet-le-Duc refaz os tramos originais por analogia com os remanescentes *parce qu'il n'a nul avantage à faire autrement, et qu'il y en a un considérable à rendre à l'édifice son homogénéité*¹¹.

Contudo, ao intervir na dita abóbada, deixa um dos tramos em arco de quebrado, porque considera que *les apports valables de toutes les époques (...) doivent être respectés*¹².

5º Reconstrução das esculturas desaparecidas ou danificadas por cópia ou "pastiche".

Ainda na igreja da Madalena de Vézelay, cujas obras decorreram sob a sua orientação entre 1840 e 1861, manda refazer capitéis em falta ou danificados, por cópia

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 54.

¹¹ Idem, *Ibidem*, passim.

¹² Idem, *Ibidem*, passim.

dos remanescentes. O tímpano do portal do alçado ocidental, com o Juízo Final, foi imaginado com base no tímpano românico do nártice.

Na intervenção em Notre Dame de Paris, Viollet-le-Duc aplica o princípio da unidade de estilo por analogia¹³:

- As estátuas em falta são executadas de novo com base em modelos das catedrais de Reims, Amiens e Santo André de Bordéus.

- A cúpula do cruzeiro é refeita em 1857, a partir de desenhos do séc. XVIII e do modelo que Lassus concebeu para a Sainte Chapelle de Paris, em 1849. São acrescentados mais dois registos ao estilo do séc. XIII e a base é ornamentada com as estátuas dos doze apóstolos, modeladas por Geoffroy Dechaume.

- A fachada sofre alterações significativas nas janelas, que Viollet-le-Duc julgava desproporcionadas, acrescentando elementos decorativos novos em estilo gótico.

6º Melhorar as disposições consideradas defeituosas da estrutura ou do prospecto

Nota-se aqui uma clara evolução do pensamento de Viollet-le-Duc: no primeiro relatório de 1844 respeita o existente, desde que seja original, passados dez anos a sua opinião é contrária:

(...) il serait puéril de reproduire une disposition vicieuse (...) On ne doit substituer à tout partie enlevée que des matériaux meilleurs et des moyens plus énergiques ou plus parfaits¹⁴.

Em Carcassonne e em Saint Sernin de Toulouse, Viollet-le-Duc substituiu o material original da cobertura, em telha, por ardósia e por mosaico de pedra, respectivamente, quando estes materiais não eram tradicionais na região. Apesar de tudo, provavelmente se não fosse Viollet-le-Duc, hoje, Carcassonne não existiria, tal era o ritmo de delapidação, venda de materiais a particulares e pura destruição que decorriam naquele tempo. Ainda em Saint Sernin de Toulouse, Viollet-le-Duc realizou modificações estruturais, volumétricas e estéticas, enquadráveis no mesmo princípio de melhoramento.

O Gótico tinha, para os práticos e teóricos do séc. XIX, *uma coerência absoluta entre a forma e o seu comportamento mecânico (...) tudo está equilibrado e de modo*

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 55.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 55 e 56.

que qualquer coisa que se modificasse obrigaria a modificar tudo (...) ¹⁵. Viollet-le-Duc tenta descobrir as regras deste equilíbrio através da análise construtiva, da matemática e da geometria, aplicando o triângulo equilátero. É este aparente determinismo que legitima, aos seus olhos, a acção de restauro como actividade de rigor científico; que legitima, inclusivamente, a correcção de "erros" que a construção comportasse, motivados pelo desvio do primeiro arquitecto relativamente às regras de construção góticas que Viollet-le-Duc tinha sistematizado ¹⁶.

7º Restaurar a forma prístina

Restaurer un édifice ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné (...) ¹⁷.

A grande aplicação deste princípio será no castelo de Pierrefonds, que foi transformado, recriado, numa fantasia neogótica. Mas Viollet-le-Duc tinha outros sonhos de grandeza, nomeadamente ao nível das fachadas de grandes catedrais: Notre Dame de Paris, Abadia de São Dinis, Catedrais de Lausana e Clermont-Ferrand. O restauro ganha foros de arte criativa, aceitável desde que respeitasse os cânones do estilo em causa.

No fim da sua vida, o arquitecto tinha pervertido completamente a ingenuidade do arqueólogo. A reconstrução em estilo, imaginando a forma prístina, através duma atitude de *medium* da idealidade do monumento, identificava-se com a própria criação, com o normal exercício da arquitectura ¹⁸.

2.3 A PRÁTICA DO RESTAURO ARQUITECTÓNICO NO REINO UNIDO E A TEORIA NATURALISTA E CONSERVACIONISTA DE JOHN RUSKIN

Por todo o séc. XVIII, assiste-se no Reino Unido a um revivalismo gótico e renascentista. A tradição vinha de trás, com Christopher Wren (1632-1723), e instala-se

¹⁵ CAPITEL, Antón, *ob. cit.*, p. 19.

¹⁶ A este propósito, saliente-se a sua obra teórica fundamental, que publica entre 1854 e 1868: *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*.

¹⁷ Cit. por ENAUD, François, *ob. cit.*, p. 56.

¹⁸ CAPITEL, Anton, *ob. cit.*, pp. 19 e 20.

por toda a centúria. Copiavam-se modelos italianos, valorizavam-se ruínas e, inclusivamente, produziavam-se ruínas falsas.

O crescente interesse pelo Gótico está bem patente na proliferação de revistas sobre esta temática, não esquecendo o papel da literatura romântica, que se servia, amiúde, de cenários góticos para desenrolar os seus romances. Este interesse pela Idade Média trouxe consigo, inevitavelmente, a necessidade de conservação dos seus vestígios arqueológicos e arquitectónicos. Entre os restauradores do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, podemos lembrar James Essex (1722-1784) e James Wyatt (1746-1813). Essex era especialista no gótico inglês e respeitava o existente nos restauros que empreendia, por exemplo em Cambridge. Já Wyatt praticava a renovação, o que suscitava acesas polémicas, por exemplo, quando do restauro da Abadia de Westminster. Inclusivamente, Wyatt desenhava novos edifícios em estilo gótico. Pela sua filosofia e prática de restauro ficou-lhe o sintomático epíteto de "The Destroyer".

John Carter, um crítico severo do trabalho de Wyatt, defende uma filosofia conservadora relativamente ao trabalho de restauro e contribui significativamente para a classificação dos monumentos. Na mesma linha, John Nash (1725-1835) promoveu o movimento pitoresco, valorizando os edifícios antigos quando projectava enquadramentos paisagísticos.

Duma forma geral, podemos dizer que, enquanto os historiadores e os escritores românticos defendiam a conservação do património arquitectónico, os profissionais de restauro adoptavam atitudes radicais nas suas intervenções. A título de exemplo, a Society of Antiquaries, que se interessava pelo restauro, só tardiamente admitiu a entrada de James Wyatt.

Ao mesmo tempo, inúmeras associações se constituíram à volta da temática dos restauros: a Warwickshire Archaeological and Natural History Society (1836), o Royal Institute of British Architects (1834) e a Oxford Architectural Society (1839), por exemplo¹⁹. A Church Building Society, fundada em 1818, viria a ter um papel de extrema importância no revivalismo gótico. Dedicava-se à construção de novas igrejas e também à reparação das existentes. Entre 1818 e 1835, devido à disponibilização de uma

¹⁹ ERDER, Cevat - *Our architectural heritage: from consciousness to conservation*, UNESCO, 1986, p. 169.

considerável soma pelo Parlamento, foram construídas 214 novas igrejas, 174 das quais em estilo gótico²⁰, o que atesta o forte revivalismo estilístico da época em Inglaterra.

O restauro em estilo tinha como exemplares defensores os arquitectos Pugin, pai e filho. Para este último, que morreu em 1852, o Gótico era *a crusade, a religion, an obsession (...)* *Christian and Gothic were synonymous*²¹. Também a Cambridge Camden Society, fundada em 1839, defendia o estilo gótico de forma religiosa, sendo o restauro em estilo a sua filosofia: *to the best and purest style of which traces remain*²². Defendia a mesma associação que, dentro das igrejas, tudo deveria ser real, o que trazia como consequência que a decoração das paredes levada a efeito nos períodos anteriores deveria ser retirada. Com esta sede de pureza, os edificios iam ficando irreconhecíveis.

Um dos restauradores mais radicais deste período foi Gilbert Scott (1811-1878). Ao defender a unidade de estilo, chegou a demolir parte duma construção do séc. XIV para a refazer no estilo do séc. XIII, de que havia testemunhos. O seu trabalho mais criticado foi o que realizou na Abadia de Westminster desde 1849: reconstruiu, fantasiosamente, a fachada do braço norte do transepto através da sua própria interpretação do estilo gótico.

É contra a corrente predominante, ao nível das concepções e práticas de restauro, que John Ruskin (1819-1900) marca uma posição indelével, passando a ser uma referência ao nível da História do Restauro. Romântico e moralista, partilha com Viollet-le-Duc o fascínio pelos tempos medievais, mas tira desse fascínio consequências opostas à do arquitecto francês em termos de restauro dos monumentos.

Para Ruskin, a Idade Média fora uma Idade Dourada, constituindo o seu paradigma em termos sócio-culturais, resultando a arte como a expressão dessa sociedade harmónica. Harmonia que resultava da conjugação perfeita entre as várias contribuições artesanais. O Gótico possuía, assim, a verdade, a vida e a beleza dessa harmonia social. Mais ainda, o bom gosto que reflectia a sua arquitectura confundia-se com a própria moral²³.

²⁰ Idem, *Ibidem*, passim.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 170.

²² Cit. por ERDER, Cevat, *ob. cit.*, p. 170.

²³ RUSKIN, John - *The Crown of Wild Olive* (1866), Introd. by Clifford Bax, Dent, London, 1930; cit. por, CAPITEL, Antón, *ob. cit.*, p. 23.

Esta forma diletante de interpretação da arte gótica, como *verdadeira*, nos sentidos social, cultural e moral do termo, opunha-se à visão de Viollet-le-Duc, que raciocinava em termos de pura arquitectura. Para Ruskin, os monumentos estão imbuídos de predicados morais que nenhuma acção de restauro deveria adulterar. Para este escritor, crítico de arte e sociólogo inglês, restaurar é atentar contra a dignidade dos monumentos, como testemunhos duma antiga harmonia humana que apresenta, como qualquer ser vivo, sinais de velhice. Por isso, defendia em tom de súplica:

Cuidai dos vossos Monumentos e não tereis necessidade de restaurá-los. Uma folha de chumbo posta a tempo sobre o tecto, a oportuna limpeza de algum troço ou detritos de madeira que obstruem uma conduta, poderá salvar da ruína muros e cobertura. Vigiai com olho atento um velho edificio, conservai-o o melhor possível com todos os vossos meios, salvai-o de qualquer que seja a causa de degradação. Tende em conta as suas pedras do mesmo modo que faríeis com as jóias de uma coroa. Ponde guardas como poríeis à porta de uma cidade prisioneira. Ligai-o com ferro quando se desagrega, sustentai-o com vigas se se afunda. Não nos devemos preocupar com a brutalidade do socorro que se lhe leve: é melhor que perder uma perna. Fazei-o com ternura e respeito, vigilância incessante, e mais de uma geração nascerá e desaparecerá na sombra dos seus muros. Mas a sua última hora, ao fim soará; e que soe aberta e francamente, sem que nenhuma substituição desonrosa e falsa o prive dos deveres fúnebres da sua recordação²⁴.

É clara a opinião de Ruskin sobre o restauro ou a reconstrução dos monumentos: operação indecorosa que não respeita a sua dignidade. Ruskin aponta a preservação ou a conservação como únicas operações técnicas admissíveis. Admite até a introdução de ferros e vigas quando o edificio ameaça ruína, mas nunca, como diríamos hoje, uma operação de cosmética, e muito menos uma reconstrução fantasiosa.

Um ser arquitectónico ganha, na teoria de Ruskin, a equivalência ao ser vivo. E como ser vivo, tem os seus três momentos fundamentais que há que aceitar com naturalidade: o nascimento, um tempo de vida e a morte. Com a ruína de um

²⁴ RUSKIN, John - *The Seven Lamps of Architecture* (1849), Everyman's Library, London, 1969; ver *A Lâmpada da Memória*; cit. in CAPITEL, Antón, *ob. cit.*, pp. 23 e 24.

monumento, desaparece mais um testemunho da *Idade Dourada*, mas esse testemunho não se apaga, entrelaçando-se com arbustos, heras e árvores, dará forma a uma ambiência promíscua entre o natural e o cultural que faz as delícias do pinturesco e constitui cenário caro à literatura romântica.

Se com Viollet-le-Duc falamos de materiais, técnicas, estética e perfeição arquitectónica, relativamente ao Gótico, com Ruskin falamos de natureza, harmonia sócio-cultural, moral, ideologia, literatura e cenários. Pátina e ruína são, em si, valores estéticos, ícones caros ao romantismo. Como não poderia deixar de ser, para este romântico diletante inglês, o estilo clássico reimplantado no séc. XVI era *frieza, perfeição de forma, incapacidade de emoção, falta de simpatia pelas classes inferiores, presunção altaneira, inflexível. (...) O arquitecto sabe que não trabalha para as inteligências médias; ele diz claramente: "Vocês só compreenderão a minha obra se tiverem estudado Vitruvio. Não lhes ofereço nem alegria de contornos, nem graciosas esculturas, nada que possa torná-los felizes, porque sou um homem de ciência que não trabalha para o vulgo, mas unicamente para a Academia e para a Corte"*²⁵.

Segundo Ruskin, o renascimento do estilo clássico é algo de contranatura porque, sendo uma imitação importada, não emerge naturalmente da sociedade, coarctando a liberdade criativa dos artistas. Este revivalismo não partilha da beleza e da verdade do estilo gótico, nem da moral, ainda para mais porque tem uma origem pagã, induzindo os moradores dos edifícios à voluptuosidade excessiva do viver grego-romano, simbolizado pelos habitantes de Síbaris. A arte renascentista não possuía, assim, o suporte ético que caracterizava o Gótico.

Voltando ao paralelismo estabelecido por Ruskin entre os seres arquitectónicos e os seres vivos, o restauro era considerado uma impossibilidade, simplesmente porque os mortos não se ressuscitam. Restaurar era destruir uma verdade e construir uma mentira. Resumindo o pensamento de Ruskin: conservar, sim, até que o tempo, naturalmente, faça desaparecer o edifício; restaurar nunca, entendendo-se aqui a palavra restaurar com o sentido que ela tinha no século XIX: reconstruir em estilo.

Entre os seguidores de Ruskin devemos apontar William Morris (1834-1896), que leva à prática estas teorias naturalistas e conservacionistas. Especialista em arqueologia e

²⁵ RUSKIN, John - *As Pedras de Veneza*, Martins Fontes, São Paulo, 1992, p. 136.

no Gótico inglês, verberava o estilo renascentista e manifestava-se contra o progresso tecnológico acelerado, que trazia a poluição e o desfeamento da paisagem. Opondo-se ao restauro dos monumentos, emite o Manifesto de 1877 e funda a *Society for the Protection of Ancient Buildings*.

2.4 CAMILO BOITO E A ESCOLA ITALIANA DO RESTAURO CIENTÍFICO

No princípio do séc. XIX, Roma continuava a ser o centro cultural europeu mais importante, apesar do saque de Roma feito pelas tropas francesas no final da centúria anterior. Inúmeras iniciativas são tomadas no sentido do restauro do património arqueológico, arquitectónico e museológico²⁶, nomeadamente:

- Em 1802, é publicado o *Editto Doria Pamphili*, da autoria do cardeal do mesmo nome, estabelecendo um corpo legislativo sobre as obras de arte do Vaticano.

- Pio VII (1800-1823) faz do famoso escultor António Canova (1757-1822), o comissário das antiguidades. Canova passa os anos de 1815 e 1816 em Paris, tentando reaver para a Itália obras de arte roubadas pelas tropas napoleónicas. A sua acção é bem sucedida, granjeando o apoio de muitos artistas europeus, inclusive franceses. O Museu do Vaticano reabriria em 1822, depois de um navio inglês ter transportado um verdadeiro tesouro de França para Itália.

- O Cardeal Pacca, responsável pelas escavações arqueológicas em Ostia, organizou uma rede de comissões de especialistas nas principais cidades italianas a partir dos anos Vinte. Estas comissões produziram um catálogo de monumentos que incluía material etnográfico.

- Por influência de Winckelmann, em Roma, iniciaram-se escavações destinadas a estudar por inteiro alguns espaços e não propriamente a caçar tesouros. O *Forum Romanum* é escavado até 1827, respeitando-se este espaço patrimonial em plena Revolução Industrial, quando, noutras cidades europeias, o tecido urbano antigo é esventrado pelas novas avenidas e linhas de caminho de ferro, sendo demolidos bairros inteiros.

²⁶ ERDER, Cevat, *ob. cit.*, p. 91 seg..

- A História passa a ter uma abordagem científica, nomeadamente na investigação sobre os monumentos, sendo publicadas descobertas que punham em causa muito do que se sabia até àquela altura.

- Entre os trabalhos de restauro com alguma qualidade, podemos mencionar os de Raffaello Stern (1774-1820), no Coliseu, e os de Giuseppe Valadier (1762-1839) no Arco de Tito. Em ambos se distinguem as intervenções pela diferença de materiais utilizados, embora se completem partes desaparecidas por analogia com as remanescentes. As regras da arquitectura académica serviam também para reconstruir partes desaparecidas. No caso do Coliseu, opta-se por uma reconstrução incompleta para, pedagogicamente, permitir imaginar as partes em falta.

- Durante o pontificado de Pio VII, o Arco de Constantino é valorizado, desobstruindo-se o espaço à sua volta (1803) e expondo-se o pavimento antigo da via romana.

- Leão XII (1823-1829) iniciou as escavações do *Circus Maximus*.

- Gregório XVI (1831-1846) continuou os restauros e as actividades arqueológicas em curso.

- Apesar de tudo, continuaram-se a cometer erros: a Basílica de São Paulo (extramuros), destruída por um incêndio em 1823, foi reconstruída segundo um projecto que não respeitou a substância histórica, preterindo-se a proposta de Valadier, que respeitava os vestígios remanescentes.

Mas é a escola italiana do *restauro científico*, encabeçada pelo arquitecto Camilo Boito (1836-1914), que concilia as posições extremadas que analisámos atrás: a posição naturalista e conservacionista que teve Ruskin como principal mentor e a posição do restauro em estilo, teorizada por Viollet-le-Duc e levada à prática um pouco por toda a Europa.

Contra a escola francesa, Boito defende:

- a consolidação do existente;
- a manutenção dos acrescentos, mesmo os que não se harmonizam com a obra primitiva;

- a valorização da riqueza arquitectónica e documental dos edifícios, rejeitando a sua reconstrução em estilo²⁷.

Contra a visão fatalista de Ruskin, Boito assume uma postura mais maleável, propondo acções mínimas de restauro e admitindo acrescentos quando constituem meios extremos e consolidação.

No III Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis realizado em Roma, no ano de 1883, apresenta uma relação de oito exigências relativamente a estas intervenções, a saber²⁸:

- 1) Diferença de estilo entre o antigo e o novo.
- 2) Diferença de materiais nas novas construções.
- 3) Supressão de molduras e decoração nas partes novas.
- 4) Exposição das partes materiais que tenham sido eliminadas, num lugar contíguo ao monumento restaurado.
- 5) Incisão da data da intervenção ou de um sinal convencional na parte nova.
- 6) Inscrição descritiva da intervenção no monumento.
- 7) Descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos, depositadas no próprio monumento ou num lugar público próximo (condição substituível pela publicação).
- 8) Notoriedade visual das acções realizadas.

Esta proposta foi considerada como a primeira Carta de Restauro, influenciando a legislação que posteriormente a Europa produziu até aos nossos dias. Muito embora defendesse o estilo românico como estilo nacional do seu tempo em Itália, Camilo Boito insistia na necessidade do estudo da documentação histórica sobre os monumentos, nomeadamente da sua transformação ao longo dos tempos. Esta escola de *restauro científico*, assim conhecida depois da sistematização feita por Gustavo Giovannoni, influenciou os próprios arquitectos que, não abdicando do restauro em estilo, aceitaram a exigência da *diferença identificável* relativamente às partes novas.

Boito advoga uma ruptura clara e assumida entre o novo e o velho, entre a história e a contemporaneidade, separação que, quer Ruskin quer Viollet-le-Duc, cada um à sua maneira, não admitiam²⁹. As teses de Boito ganham adeptos, embora, no caso das novas

²⁷ CAPITEL, Antón, *ob., cit.*, p. 31.

²⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 31 e 32.

²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 33.

construções, subsista o revivalismo gótico e clássico. Os novos edifícios dos centros históricos, cada vez mais se distinguem esteticamente, por vezes de forma chocante.

Camilo Boito admite então três tipos de restauros:

- o restauro arqueológico, fundamentalmente de consolidação;
- o restauro dos edifícios medievais, a que chama pictórico e que, respeitando a sua constituição histórica, mantém a imagem pitoresca;
- o restauro arquitectónico visando edifícios clássicos, em que atende às questões compositivas unitárias³⁰.

Na esteira de Boito, de quem foi discípulo, Gustavo Giovannoni (1873-1947) introduz o conceito de ambiente urbano, opondo-se ao isolamento³¹ dos monumentos e influencia os princípios gerais da Carta do Restauro do seu país e da Carta de Atenas (1931).

O contributo filosófico do pensamento italiano, no âmbito do restauro do património construído, constituiu, de facto, os alicerces teóricos dos documentos produzidos posteriormente sobre a mesma matéria em toda a Europa. Assim:

- a Carta de Atenas foi posteriormente adoptada pela Sociedade das Nações;
- a Carta de Veneza (1964) adopta muitos dos princípios da Carta de Atenas e continua a ser, ainda hoje, juntamente com a Recomendação de Nairobi (1976) sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e com a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Toledo-1986), as grandes referências teóricas sobre a intervenção nos monumentos;

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 34.

³¹ Sobre esta questão do isolamento dos monumentos e a sua descontextualização urbana, lembre-se o que aconteceu em França na segunda metade do séc. XIX. O país assistiu à introdução dum novo planeamento urbanístico consentâneo com o período de revolução tecnológica, industrial e cultural que decorria. Era necessário dar espaços arejados às cidades, higienizá-las, criar uma rede urbana que facilitasse os transportes, trazer o comércio ao centro das cidades, criar espaços para as manifestações imperiais. Em Paris, o director deste planeamento foi o Barão Georges-Eugène Haussmann, entre 1835 e 1870, sob o patrocínio de Napoleão III, que interferia directamente nos trabalhos. A construção dum traçado urbano ortogonal, o prolongamento em linha recta de muitas ruas, arrasou inúmeros monumentos, ou deixou-os pateticamente mutilados. Por outro lado, monumentos houve, como a Notre Dame, que ficaram isolados em amplas praças: eram considerados como entidades autónomas. Victor Hugo, que tanto criticou as monótonas avenidas de Haussmann, nunca pôs explicitamente em causa a transformação do tecido urbano das zonas históricas. E Balzac, previa que as cidades antigas apenas pudessem ser preservadas na iconografia literária (ver CHOAY, Françoise - *L'Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992, p. 137.)

- a própria *Carta del Restauro* italiana, produzida em 1972, continua a ser tributária de princípios que Boito e Giovannoni enunciaram pela primeira vez. E é justo referir que, nos dias de hoje, o pensamento italiano sobre a preservação e o restauro dos monumentos continua a pontuar no panorama europeu. Basta citar o nome de Cesare Brandi.

III

A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO E AS CONCEPÇÕES DE RESTAURO EM PORTUGAL ATÉ FINAL DA I REPÚBLICA

3.1 A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO NO ANTIGO REGIME

Em Portugal, como nos outros países europeus, não se pode falar de património histórico-cultural e de restauro, como hoje os entendemos e na dimensão que hoje lhes damos, antes do séc. XIX, princípios de séc. XX. As excepções que se possam apontar apenas confirmam a regra.

A historiografia registou uma mão cheia de factos históricos em que se assinala a preocupação de reis, governantes, prelados e senhores, pelas coisas do passado, nomeadamente em relação ao património construído. É verdade que sim, mas esses exemplos acontecem numa multitude de outros completamente opostos. Costumam apontar-se as anúduvas promovidas pelos nossos primeiros reis, para recuperação dos castelos, como medidas enquadráveis numa preocupação elementar pela preservação do

património. É evidente que, para o homem medieval, as fortalezas representariam algo mais do que estruturas defensivas: podemos vislumbrar alguma relação afectiva entre as populações e aquele abraço protector que o amuralhado constituía, como que uma grande casa comum. Podemos também admitir facilmente que, para o proprietário do castelo - quase sempre o rei -, ele constituísse o símbolo do seu poder, estando interessado na sua manutenção. Mas quer num caso quer noutro, não se pode depreender qualquer interesse de natureza intrinsecamente cultural. D. Dinis, o nosso rei urbanista, que refez a maioria dos castelos e vilas portuguesas durante o seu reinado, ao ser questionado sobre a azáfama restauradora das fortalezas, em tempo de paz, terá respondido: *por isso mesmo!*, dando a entender que é em tempo de paz que se prepara a guerra, organizando-se a defesa.

Também as igrejas foram sendo reparadas ao longo dos séculos sem a mínima preocupação de natureza histórico-cultural. Basta ver que a maioria constitui um livro aberto de história da arte pelas constantes alterações estilísticas empreendidas, quer porque outros gostos se manifestavam durante o longo período da sua fábrica, quer porque, "restaurar", significava reabilitar ou renovar com uma actualização estilística. As reparações deviam-se a interesses prioritariamente funcionais, de culto, e de forma alguma aos interesses culturais, como hoje os entendemos. Aliás, as razões de fundo de encomendas de escultura e pintura para as igrejas medievais, poderão achar-se em preocupações de pedagogia religiosa, primeiro do que quaisquer outras. Tal não significa que as constantes renovações não chocassem, algumas vezes, os nossos governantes, que mandavam proceder a averiguações. A título de exemplo, podemos referir a inspecção mandada fazer por D. João III às obras que decorriam, em 1525, no mosteiro das freiras de Santa Clara de Vila do Conde. A mando do rei, deslocou-se o corregedor de Entre Douro e Minho para fazer a necessária vistoria. O problema principal tinha a ver com umas sepulturas antigas que haviam sido deslocadas do lugar inicial por derrube da casa que as abrigava, encontrando-se então na galilé do mosteiro, aguardando reimplantação numa capela nova a construir. O corregedor deu parecer positivo, argumentando que, na dita capela, estariam melhor e mais honradamente. Deste episódio ficamos sem saber quais seriam verdadeiramente as preocupações do rei, se religiosas, se por respeito aos bons costumes - neste caso pela dignidade a dar a todas as sepulturas.

Não nos parece que fossem preocupações de natureza artístico-culturais ou arquitectónicas que movessem o rei.

Aparecem também, avulsas, algumas medidas protectoras do património artístico das igrejas, impedindo, por exemplo, o funcionamento de fornos nas suas imediações. Tal acontece, por exemplo, com a igreja paroquial de São Nicolau, em Santarém, no ano de 1355¹, e com a Catedral de Portalegre, no séc. XVII². É claro que o Homem medieval e moderno apreciava a arte e pugnava pela sua salvaguarda. Tais artefactos tinham um valor intrínseco, artístico e económico, nomeadamente, e funcional, ao nível litúrgico. Mas já a dimensão temporal era esquecida: o velho, porque velho, substituíam-se muitas vezes pelo novo, porque novo; os restauros de pintura consistiam em repintar as zonas degradadas. Não havia respeito pela substância histórica, ou seja, pela dimensão tempo, não se considerando o acto artístico como único e irrepetível.

A preservação fragmentária era também uma prática comum durante o Antigo Regime. Cita-se muita vez o caso da autorização dada por D. Afonso V a um dos seus cavaleiros, Soeiro Mendes, para reutilizar, em proveito próprio, pedras lavradas de um templo romano em Évora. Mas mesmo aqui não podemos esquecer que, se se preservou um fragmento do templo, não se preservou o templo, que pode ser considerado, ele próprio, um fragmento do património urbano da altura.

Digna de nota é também a iniciativa de D. Manuel I de mandar restaurar a Torre do Tombo, ao mesmo tempo que mandou copiar, para novos livros, escritos antigos (Leituras Novas). Mas novamente ficamos sem saber se a iniciativa se ficou a dever a razões arquivísticas, de natureza cultural, ou, o que é mais provável, a razões práticas de natureza jurídico-administrativas.

Novamente em Évora, podemos citar, como exemplo de destruição do património, o derrube dum arco de triunfo romano, na Praça do Giraldo, no séc. XVI, para não tirar as vistas à Igreja de Santo Antão, então em construção. Em contrapartida, a intelectualidade da época, com o humanismo que lhe foi peculiar, manifestava-se na defesa ou glorificação do património. A título de exemplo, podemos apontar, de André de Resende (1527-1599), as seguintes obras: *História da Antiguidade da Cidade de*

¹ CANAVARRO, Pedro - "Acheugas documentais para o estudo e defesa do património", *Mínia*, 2ª série, Braga, 1978, p. 35.

² Documento avulso do Arquivo do Cabido da Catedral de Portalegre.

Évora, *De Antiquitatibus Lusitaniae e Monumenta Romanorum in Lusitanis Urbibus*. Francisco de Holanda (1517-1584) escreve *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa e Tratado de Pintura Antiga*, e João de Barros (1496-1590), *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Gaspar Barreiros (1500-1574) escreve *Corografia de Alguns Lugares...desde Badajoz até Milão, em Itália* e Manuel Severim de Faria (1583-1655), organiza um museu, fruto dos seus trabalhos de investigação sobre numismática e medalhística, coleccionando também espécimes de escultura e artefactos arqueológicos. Todos estes humanistas contribuem para a consciencialização da realidade "património cultural".

Sobre os Filipes, sabemos que se preocuparam com a preservação de alguns edifícios, sobretudo daqueles que não evocassem directamente feitos patrióticos portugueses. E já no séc. XVII, concretamente em 1689, D. Pedro II promulga o *Regimento do Veador & Escrivão das Obras do Mosteiro de Nossa Senhora da Batalha*, para acudir à degradação do edifício.

O séc. XVIII é, tal como os anteriores, um período donde nos chegam notícias contraditórias relativamente à causa do património: se por um lado se publica o Alvará de D. João V sobre os monumentos, em 1721, por outro, a abundante e fácil riqueza que nos chega do Brasil é polvilhada por incontáveis igrejas, tapando com manto áureo a "singeleza" das construções anteriores. É uma renovação a ouro tributária duma intenção religiosa: impor, pelo deslumbre, o programa tridentino. Mas ao mesmo tempo, o bispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), dá exemplo de homem esclarecido ao defender, no restauro da igreja de São Frutuoso de Montélios, a manutenção de partes antigas. É a repartição excessiva de poderes, característica deste regime senhorial, que nos dá esta panóplia contraditória de exemplos e nos impossibilita de falar em política patrimonial de Estado.

Reportando-nos à citada primeira iniciativa legislativa de vulto que se conhece, ao Alvará de D. João V, publicado a 28 de Agosto de 1721, ele confere à Academia Real da História Portuguesa, fundada um ano antes sob o impulso régio, a missão de estudar os artefactos antigos, dos tempos mais recuados até ao reinado de D. Sebastião. Tudo se acha importante, de simples moedas a edifícios, *pois pode ser muito interessada a glória da Nação Portuguesa*. É importante verificar a importância dada ao valor arqueológico

dos artefactos, como fontes de conhecimento, *um meio mui próprio e adequado para verificar muitas notícias da venerável antiguidade*. Em termos práticos, cometia-se às Câmaras Municipais a responsabilidade pela conservação das antiguidades, bem como de informar a Academia sobre novas descobertas. O alvará, que obrigava *pessoa de qualquer estado, qualidade e condição* e advertia para o dever de não se ocultarem os artefactos com valor histórico, pode considerar-se o primeiro documento de Estado sobre a protecção do património, vincando nitidamente a instância histórica do valor patrimonial.

Do séc. XVIII cabe ainda referir alguns factos importantes que denotam uma progressiva tomada de consciência em prol da defesa do património: a realização de *Memórias Paroquiais* em 1747 e em 1758, a primeira da iniciativa particular do padre Luís Cardoso que, na sequência, edita o *Dicionário Geográfico, ou Notícia Histórica de Todas as Cidades, Vilas, Lugares e Aldeias, etc.*, de que se publica o tomo I em 1747 e o II em 1752; o auto de visitação à Igreja de Santa Maria de Silves, em 1789, pelo Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, a clamar contra as barbaridades feitas anteriormente:

*(...) poude a ignorância imprudente dos administradores, que tem tido cuidado da sua conservação e fábrica, deitar a perder a sua nobreza e formosura, já demolindo, ou tirando dos próprios lugares os mausoléus de alguns dos nossos predecessores e outros, já com fábricas menos bem pensadas, e até contrárias aos preceitos da arte e impróprias da arquitectura da mesma igreja, já talhando colunas sem nenhuma necessidade, e estragando pinturas originais e de grande estimação, e apagando inscrições sumamente úteis e necessárias para o conhecimento da venerável antiguidade, bárbara imprudência que bem merecia ter sido severamente castigada pelos nossos predecessores nas pessoas que a cometeram (...)*³.

Em 1802, D. João VI confirma o alvará de 1721 e comete as competências anteriormente atribuídas à Academia Real da História, que extinguiu as suas actividades académicas cerca de 1760, ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa. O alvará

³ NABAIS, António - "Património Cultural", *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*, (Direcção de José Costa Pereira), vol. II, Lisboa, 1985, p. 84.

prevê ainda *para ilustração das artes e ciências (...) formar-se nela [na Biblioteca] uma grande colecção de peças de antiguidade e raridade*, ou seja, um museu.

3.2 LIBERALISMO, ROMANTISMO E O DESPERTAR DA SOCIEDADE E DO ESTADO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Com a Revolução Liberal de 1820, e sobretudo após o final da Guerra Civil (1832-1834), as medidas legislativas, as determinações governamentais e as mais variadas iniciativas da sociedade civil com repercussões na salvaguarda do património, desenrolam-se em catadupa⁴, tal como havia acontecido no período pós-Revolução Francesa.

⁴ Inventário de legislação, determinações governamentais, iniciativas e acontecimentos com repercussões na salvaguarda do património, entre 1822 e 1910:

- 1822 (Dec. nº 247 de 7 de Novembro), estabelece uma quantia anual para a reparação de palácios e quintas régias;
- 1822 (Ordem nº 187 de 7 de Julho), manda reparar todas as igrejas paroquiais que o necessitem;
- 1832 (Dec. de 12 de Dezembro), cria uma comissão que se encarrega da arrecadação e guarda do património móvel dos conventos e mosteiros do Porto, bem como da gestão e conservação dos referidos edifícios;
- 1833 (15 de Maio), extinção de todos os conventos, hospícios e mosteiros abandonados e nacionalização dos seus bens; proibição do noviciado em todos os institutos do clero regular.
- 1834, o Convento e São Francisco de Lisboa serve de armazém de obras de escultura e de pintura dos mosteiros e conventos abandonados;
- 1834 (Dec. de 28 de Maio), *Extingue geralmente em todo o Reino de Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses, todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios e quaisquer casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou Regra. Os bens que dizem respeito às mesmas Ordens ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional*; os edifícios abandonados e os que iam vagando por morte dos últimos ocupantes, foram utilizados para novas funções e, quando a sua derrocada ameaçava, eram demolidos e aproveitados os seus materiais em novas construções;
- 1834 (Portaria de 18 de Junho), as bibliotecas e os objectos de arte e ciência dos institutos religiosos são recolhidos pela Biblioteca Pública;
- 1834 (Portaria de 19 de Junho), venda dos bens móveis dos institutos extintos, excepto os que servem directamente ao culto;
- 1835 (Portaria de 20 de Junho), ordena ao Cardeal Patriarca que mande recuperar as igrejas que constituam sede de paróquia;
- 1836 (Circular do Ministro do Reino, Mousinho de Albuquerque, de 19 de Fevereiro), convida a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada pelo Duque de Lafões em 1779, a fazer o inventário dos edifícios pertencentes às antigas ordens religiosas que, mercê do seu valor histórico-arquitectónico, mereçam vir a ser conservados pelo Estado como *monumentos públicos*;
- 1836, fundação da Academia de Belas-Artes de Lisboa e da Academia Portuense de Belas-Artes;
- 1836 (Portaria de 30 de Dezembro), a Academia de Belas-Artes de Lisboa passa a ser a fiel depositária dos quadros pertencentes aos institutos religiosos extintos;
- 1836 (Circular do Ministro do Reino, Luís Mouzinho de Albuquerque, datada de 16 de Fevereiro), pede *informações rigorosas para se formar uma relação de todos os edifícios pertencentes às extintas*

ordens regulares, e hoje incorporadas nos bens da nação (...) mencionando os edifícios que se tornem dignos de ser conservados e entretidos por conta do Governo como monumentos públicos.

- 1836, determina a criação de museus (*gabinetes de raridades e de pintura*) em todas as capitais de distrito;
- 1838 (Portaria de 1 de Dezembro), manda conservar o Convento do Bussaco;
- 1839 (Portaria de 26 de Junho), manda reparar a igreja do Mosteiro da Batalha;
- 1839 (Portaria de 5 de Setembro), sobre a conservação de ornatos de madeira e outros objectos da igreja do extinto Convento de Monchique;
- 1839 (Portaria de 22 de Outubro), concede-se à Câmara de Vila Real autorização para integrar na sua biblioteca o espólio de dois conventos extintos do seu concelho;
- 1840, constitui-se a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais;
- 1840 (Decreto de 7 de Março), Luís da Silva Mousinho de Albuquerque é nomeado Inspector Geral das Obras Públicas do Reino;
- (1840 -1843), período em que Luís da Silva Mousinho de Albuquerque dirige o restauro do Mosteiro da Batalha;
- 1841 (Decreto de 12 de Novembro), a Biblioteca Nacional de Lisboa recebe o espólio das livrarias dos institutos religiosos extintos;
- 1843 (Portaria de 5 de Janeiro), nomeação de um director para o Arquivo da Torre do Tombo, para dirigir os trabalhos resultantes da extinção dos institutos religiosos;
- 1843 (Portarias de 1 e de 5 de Setembro), tomam providências relativamente à conservação do extinto Convento de Cristo de Tomar;
- 1849, funda-se a Sociedade Arqueológica Lusitana, em Setúbal, com a finalidade de promover a exploração das ruínas de Cetóbriga (Tróia);
- 1852 (Dec. e Reg. de 1 de Dezembro), protege o património artístico nacional em situação de venda para o estrangeiro;
- 1854, publica-se em Leiria a Memória acerca do edifício monumental da Batalha;
- 1855 (Edital de 3 de Setembro da Câmara Municipal de Lisboa), obriga os proprietários dos prédios a caiar e a pintar, de seis em seis anos, as fachadas e as escadas;
- 1858, Mendes Leal, Bibliotecário-Mor, transfere para os governos civis as obrigações que pertenciam, pelo ineficaz alvará de 1802, às câmaras municipais;
- 1858, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806 - 1896) inicia o cadastro dos edifícios que poderiam considerar-se monumentos nacionais, desconhecendo-se o paradeiro deste trabalho;
- 1860, projecto de Colson para o restauro dos Jerónimos;
- 1862 (Portaria de 18 de Setembro), a Academia de Belas-Artes de Lisboa ganha o estatuto de Academia Real;
- (Novembro de 1863 - Março de 1865), início das obras de restauro do Mosteiro dos Jerónimos, tendo a dirigi-las Valentim José Correia;
- 1863, é criada em Lisboa a Associação dos Architectos Portugueses (architectos fundadores: Joaquim Possidónio Narciso da Silva, João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira, Feliciano de Sousa Correia, Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Veríssimo José da Costa e Valentim José Correia);
- 1864, fundação da Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, publicando, em 1866, um relatório dos trabalhos efectuados; sócios célebres: Alexandre Herculano, Teixeira de Aragão, Estácio da Veiga, Martins Sarmento, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Levy Mário Jordão, Júlio de Castilho, Silvestre Ribeiro, Vilhena Barbosa, Charles Lucas, Charles Nelson, Viollet-le-Duc, A. Caumont, Ferdinand Lesseps, D. José Amador de los Rios, Emili Hubner, Cartailhac e muitos outros;
- 1864?, é criado o Museu Arqueológico do Carmo, provavelmente na sequência do depósito de materiais arqueológicos que funcionava naquele extinto convento desde 1840, levado a cabo por uma associação benemérita designada de Conservadora dos Monumentos Nacionais, segundo informação de Alexandre Herculano (ver artigo “Conservação dos Monumentos Nacionais” in *O Panorama*, vol. IV, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1840, p. 205;
- (Abril de 1865 - Março de 1867), J. Samuel Bennet dirige o restauro dos Jerónimos;
- 1866, é criada a Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses;
- (Abril de 1867 - Dezembro de 1878), Rambois e Cinatti dirigem o restauro dos Jerónimos;

- 1868, publica-se *Monumentos Nacionais*, de José Mendes Leal;
- 1869, "Relatório acerca da Renovação do Museu Cenáculo", de Augusto Filipe Simões, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Elvas; (...) *Desde a capital do reino até às vilas e aldeias não faltam por toda a parte copiosos vestígios do comum furor de destruir, adulterar ou emplastrar as reliquias da arquitectura e da escultura dos séculos que foram.*
- 1870, é nomeada uma Comissão dos Monumentos Nacionais;
- 1872, é concedida autorização à Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses para apor, à sua designação, a qualificação de Real; posteriormente a associação cindiu-se em duas, uma de arquitectos e outra de arqueólogos;
- 1874, publica-se a obra de Vilhena Barbosa, *Estudos Históricos e Arqueológicos*;
- 1875, relatório do Marquês de Sousa Holstein, director da Comissão dos Monumentos Nacionais, sobre o estado do património português; sobre os monumentos históricos afirma: *Estão estes inteiramente descurados entre nós, com excepção da Batalha e do templo romano em Évora. O sudário das nossas misérias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estendê-lo aqui à pureza e diante só de olhos portugueses;*
- 1875 (Decreto de 10 de Novembro), é nomeada uma comissão para estudar e apresentar ao governo, um plano de salvaguarda dos *monumentos históricos e objectos arqueológicos de importância nacional*;
- 1875, extingue-se a Academia Real das Belas-Artes de Lisboa, substituindo-se pela Escola de Belas-Artes;
- 1876, 16 de Fevereiro, é criado o Museu Distrital de Santarém;
- 1880, relatório do crítico Rangel de Lima e do restaurador Alfredo de Andrade, dirigido à Academia das Belas-Artes, propondo uma acção pedagógica desta academia junto dos proprietários particulares de monumentos nacionais, no sentido de se promoverem acções de preservação e de se evitarem restauros abusivos;
- 1880, elaboração da primeira lista intitulada de *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*, apresentada pela Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses;
- 1880 (Portaria de 24 de Outubro), a Associação dos Arqueólogos é encarregada de classificar os monumentos; da comissão nomeada para o efeito, farão parte: José Silvestre Ribeiro, António Pedro de Azevedo, A. C. Teixeira de Aragão, Valentim José Correia, Possidónio da Silva e Inácio Vilhena Barbosa;
- 1880, é criado o Museu Arqueológico de Elvas;
- 1881, a comissão da Associação dos Arqueólogos, encarregada de classificar os monumentos, apresenta o *Relatório e mapas acerca dos edifícios que devem ser classificados Monumentos Nacionais*;
- 1882, projecto Valadas (Director da Casa Pia de Lisboa), para o corpo central dos Jerónimos;
- 1882, portaria de Hintze Ribeiro, Ministro das Obras Públicas, criando a Comissão dos Monumentos Nacionais, que terá como presidente Possidónio da Silva;
- 1882, é criada a Sociedade Martins Sarmento em Guimarães;
- 1883, a Junta Consultiva de Obras Públicas aprova a construção do corpo central dos Jerónimos;
- 1883, é criado o museu Industrial e Comercial de Lisboa e, com o mesmo nome, o do Porto;
- 1885, fundação do Museu Industrial do Porto, após os trabalhos de Joaquim de Vasconcelos;
- 1886, publica-se a obra de Vilhena Barbosa, *Monumentos de Portugal*;
- 1887, é criado o Museu de Arte Industrial da Câmara de Coimbra;
- 1889, é criado o Museu Industrial de Pedro Nunes em Faro;
- 1890, é nomeada nova comissão para a classificação dos monumentos nacionais; será presidida pelo Conde de Almedina e dela farão parte: J. L. Monteiro, Silva Porto, Sousa Viterbo, T. A. Fonseca, Manuel Macedo, A. J. Nunes e Ramalho Ortigão;
- 1891, é nomeada nova Comissão dos Monumentos Nacionais;
- 1892, são criados os museus Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia e Municipal de Beja;
- 1893, início do restauro da Sé de Coimbra, por António Augusto Gonçalves;
- 1893, é criado o Museu Etnológico Português por José Leite de Vasconcelos;
- 1893, Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, reorganiza a Comissão dos Monumentos Nacionais, ficando a ser presidida por Luciano Cordeiro;

Acontecimento fulcral com profundas repercussões políticas, económicas, sociais e ao nível do património cultural português, foi a extinção das Ordens Religiosas e a nacionalização dos seus bens. Os institutos do clero regular constituíam um obstáculo incontornável à fundação da sociedade capitalista: eram detentoras de extensões

-
- 1894, são criados os museus da Figueira da Foz (Dr. Santos Rocha) e o Municipal de Alcácer do Sal;
 - 1894, Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais, da autoria de Joaquim Possidónio Narciso da Silva;
 - 1895, projecto de Parente da Silva para a conclusão dos Jerónimos;
 - 1896, publica-se a obra de Sousa Viterbo, *Arqueologia Industrial Portuguesa*;
 - 1896, é publicado *O Culto da Arte em Portugal*, de Ramalho Ortigão;
 - 1897, é criado o Museu Municipal de Bragança;
 - 1898, é aprovado o projecto de restauro de Rosendo Carvalheira para a Catedral da Guarda;
 - 1898, publicam-se os *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, da autoria de Ernesto Korrodi, concluídos no ano anterior, iniciando-se também as respectivas obras de consolidação e reconstituição, dirigidas por aquele arquitecto autodidacta;
 - 1898, é publicado o *Regulamento do Conselho Superior de Monumentos Nacionais*;
 - 1899, publica-se o *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, coordenado por Sousa Viterbo;
 - 1899, início do restauro da Catedral da Guarda, sob a responsabilidade da Direcção de Obras Públicas do Distrito da Guarda, projecto de Rosendo Carvalheira;
 - 1899, o projecto de restauro de Rosendo Carvalheira é publicado no jornal *Districto da Guarda*;
 - 1901 (Decreto de 24 de Outubro), reorganização do Conselho dos Monumentos Nacionais da Direcção-Geral das Obras Públicas;
 - 1901 (Decreto de 30 de Dezembro / Diário do Governo de 12 de Julho de 1902), estabelecem-se as bases para a classificação de imóveis como "Monumentos Nacionais";
 - 1901, lei de Hintze Ribeiro que permite a reconstituição de institutos religiosos que se dedicassem a actividades educacionais ou caritativas;
 - 1902, início do restauro da Sé de Lisboa, por Augusto Fuschini;
 - 1902, reabre ao culto, após obras de restauro, a Sé Velha de Coimbra;
 - 1903, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses pede a tutela dos monumentos nacionais;
 - 1904, publica-se a obra de Augusto Fuschini, *Arquitectura Religiosa da Idade Média*, influenciada por Viollet-le-Duc;
 - 1904, Augusto Fuschini elabora um plano geral de classificação dos monumentos nacionais, apresentando-o na respectiva Comissão a 20 de Janeiro;
 - 1904, a Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses apresenta uma lista de monumentos nacionais;
 - (1906 - 1908), alguns monumentos são classificados ao abrigo de legislação especial: Castelo de Elvas (1906); Templo Romano de Évora, Sés de Braga, Lisboa e Évora, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, Conventos de Tomar e de Belém, Basílicas de Mafra e da Estrela, Igrejas da Sé Velha de Coimbra, do Carmo e da Torre de São Vicente de Belém (1907); Castelo de Guimarães (1908);
 - 1907, reorganiza-se o Conselho Superior de Instrução Pública, constituindo-se a 5ª Secção - "Belas-Artes, Arquivos, Bibliotecas e Museus" - na qual se aprofunda o conceito de monumento nacional;
 - 1909, o Ministério das Obras Públicas publica a primeira lista oficial dos monumentos nacionais, com base no trabalho do Conselho dos Monumentos Nacionais;
 - 1909, publica-se a conferência intitulada *Monumentos Nacionais*, da autoria de Gabriel Pereira;
 - 1910, Abril, publica-se a memória apresentada por Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro, no Congresso Nacional da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, intitulada *Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do "turismo" no país*;
 - 1910 (Dec. de 16 de Junho), consagra em lei a lista dos monumentos nacionais: 57 antas e 95 marcos miliários, pontes romanas, sepulturas escavadas na rocha, fortalezas, fortins, castelos e fontes.

incalculáveis de território e de inumeráveis prédios urbanos que havia que desamortizar, dado serem “bens de mão-morta”; beneficiavam da pesada e odiosa cobrança dos dízimos; controlavam o ensino e a assistência; exerciam grande influência política e cultural sobre o povo; constituíam pesados alfobres de ociosidade; e colocaram-se de “arma e coração” ao lado dos absolutistas - com excepções que só confirmam a regra -, em todos os conflitos que culminaram com a guerra civil de 1932-1934. A Igreja, no seu conjunto, era um Estado dentro do Estado, por certo o mais organizado. Constituíam um dos alicerces do Antigo Regime, senhorial e feudal, que havia que eliminar por motivos essencialmente económico-sociais (no caso do clero regular) e enfraquecer por motivos fundamentalmente político-culturais (clero secular).

Assim, em 1833, foram extintos todos os conventos, mosteiros e hospícios abandonados e nacionalizados os seus bens, ficando proibido o noviciado em todos os institutos religiosos do clero regular (Decreto de 15 de Maio).

Pelo decreto de 28 de Maio de 1834, foram abolidos todos os institutos do clero regular masculino, 12 institutos femininos e dispersas as respectivas populações. Quanto aos restantes institutos femininos, iriam lentamente encerrando as suas portas, por morte das religiosas, já que era proibido o noviciado.

Este golpe drástico, resultado de uma necessidade histórica, verificou-se em toda a Europa católica, nomeadamente em Itália, na França e na Espanha. E sendo também o resultado de um sentimento anticlerical que se vinha avolumando em toda a Europa setecentista, *deparou com escassa resistência, sendo aplaudida ou aceite com indiferença pela maioria da população, incluindo o clero secular*⁵.

O destino dado ao ciclópico volume de bens interessa, sobremaneira, ao nosso estudo. Pelo decreto de 1834 acima referido, eles *ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional*, mas com diferentes encaminhamentos⁶:

a) Bens móveis e semoventes constituídos por objectos domésticos (refeitório, cozinha, mobiliário), alfaias agrícolas, produções agrícolas variadas, cereais e gados: venda em hasta pública.

b) Capitais e rendimentos diversos: arrecadados pelo Tesouro público.

⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, vol. II, Palas Editores, Lisboa, 1986, p. 116.

⁶ SILVA, António Martins da - “A desamortização”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, Círculo de Leitores, s.l., 1993, p. 345.

c) Livrarias e obras de arte: guardados por estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência diversos, entre os quais podemos destacar a Biblioteca Pública (Portaria de 18 de Junho de 1834), mais tarde Biblioteca Nacional de Lisboa (Decreto de 12 de Novembro de 1841). Pela Portaria de 30 de Dezembro de 1836, a Academia de Belas-Artes de Lisboa passa a ser a fiel depositária das obras de arte (pintura) pertencentes aos institutos religiosos extintos.

d) Utensílios e espaços de culto: escolheram-se os que deveriam ficar afectos ao culto (bens imóveis e móveis) e entregaram-se às autoridades religiosas; os restantes ficaram à guarda das autoridades civis locais, encaminhando-se alguns objectos preciosos para a Casa da Moeda - para venda ou transformação em moeda a favor do Tesouro - e distribuindo-se outros, de maior valor artístico, pelos museus; parte destes objectos integrariam os museus (*gabinetes de raridades e de pintura*) criados em todas as capitais de distrito (determinação governamental de 1836).

e) Bens imóveis, rurais e urbanos: foram primeiramente mandados arrendar a particulares ou explorados a favor da Fazenda Pública, resultando daí uma clara degradação; após este período inicial, escolheram-se os imóveis de utilidade pública que ficariam na posse do Estado (matas importantes, monumentos históricos e artísticos, fábricas) e venderam-se os restantes em hasta pública, através de um suporte legislativo difícil de produzir, dada a natureza vária dos bens (bens vinculados, enfiteúticos e alodiais); as vendas iniciaram-se em 1835 e só terminaram em 1843.

Dos edifícios que ficaram na posse do Estado, os que iam vagando por morte dos últimos ocupantes foram utilizados para novas funções, e quando a sua derrocada ameaçava, eram demolidos e aproveitados os seus materiais em novas construções⁷.

⁷ Apresentamos alguns exemplos de aproveitamento público (ou intenção para tal) de edifícios abandonados resultantes da nacionalização dos bens das Ordens Religiosas (ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal (1851 - 1890)*, Verbo, Lisboa, 1986, pp. (347-349): Convento dos Carmelitas Descalços de Santarém (Governo Civil, Finanças, Direcção de Estradas, Correios e Telégrafos e Cadeia da Comarca); Convento de São Domingos de Santarém (cadeia distrital); Convento de São Bento de Bragança (serviços públicos e municipais da cidade); Convento de São Francisco de Bragança (Hospital Militar); Convento das Freiras de Santa Clara de Bragança (mercado municipal); Convento de São Gonçalo de Amarante (serviços públicos e municipais); Colégio de São Camilo de Lelis de Vila Nova de Portimão (serviços públicos e municipais); Mosteiro de São Francisco de Alenquer (residência do pároco, hospital, aulas públicas e cemitério); Hospício do Carmo, no Porto (casa de audiências judiciais); Ermida de Nossa Senhora das Necessidades de Vila Franca de Xira (serviços municipais); Convento das Freiras de Loulé (Tribunal); Conventos de Santa Clara e de São Domingos de Elvas (cadeia comarcã e teatro); Convento de São João de Deus de Montemor - o - Novo (casa da administração e repartições do concelho); terreno contíguo ao Convento de São Francisco

Se todo este movimento de libertação da sociedade, da economia e da cultura portuguesas, constituiu um imperativo histórico; se é incontroverso, também, que o séc. XIX, liberal e romântico, gerou o primeiro grande movimento em prol do património histórico-cultural; não é menos verdade que o Estado e a sociedade portuguesa não tiveram capacidade para fazer face às consequências de tão grande volume de nacionalizações, no que diz respeito à salvaguarda do património cultural. De obras contínuas, de fábricas eternas que eram centenas de edifícios do clero regular, conservando-se melhor ou pior ao longo dos séculos, resultaram casarões abandonados, arruinados ou reutilizados com funções que os descaracterizaram (nomeadamente militares). A vergonha apoderou-se dos liberais mais esclarecidos, como Garrett em *Viagens na Minha Terra* ou como Herculano nas páginas de *O Panorama*. Relativamente ao património móvel, aconteceu a dispersão de colecções, a venda de objectos de arte para o estrangeiro, o roubo e a vandalização.

Mas seria impossível construir, de um momento para o outro, um Estado moderno e uma sociedade esclarecida. Se a História não correu de feição para o lado dos monumentos - de que pouca consciência se tinha na altura - tal não decorreu do ideário liberal. Melhor se explica pelas contingências de um estado de guerra civil prolongado, pela situação ruínosa da economia nacional e pela sociedade analfabeta e coriácea que se herdou do Portugal de Antigo Regime.

Na posse de tão elevado número de imóveis devolutos, cedo se colocou o problema da sua classificação, distinguindo aqueles que deveriam constituir monumentos a preservar pelo Estado. Assim, a Circular do Ministro do Reino, Luís Mouzinho de Albuquerque, datada de 16 de Fevereiro de 1836, pede *informações rigorosas para se*

(trocou-se por outro onde se havia de construir os paços do concelho, funcionando neste convento o hospital); Convento de São João Novo do Porto (tribunais, conservatórias e praça de leilões); Convento de São Domingos de Guimarães (mercado público, câmara municipal e repartições públicas); Casa dos Frades Capuchos de Faro (Cadeia); terrenos junto ao Mosteiro de Santa Cruz (Paços do Concelho); Convento de Santa Clara de Vinhais (Paços do Concelho, repartições públicas e tribunais); Convento de São Francisco de Beja (Batalhão de Infantaria 15); Palácio de D. Manuel em Évora (Câmara Municipal); Convento de São Francisco de Évora (instalações militares). Edifícios demolidos para aproveitamento de materiais ou vendidos em benefício de novas construções municipais: Convento de São Francisco de Leiria, Igrejas de São Martinho e de Santa Maria Madalena de Portalegre, Igreja do Convento de São Paulo de Vila Viçosa; Convento de São Francisco de Trancoso Convento do Carmo de Figueiró dos Vinhos, Igreja de São Miguel de Torres Vedras, terrenos do Convento das Ursulinas de Braga, Seminário de D. Pedro de Braga, Convento de São João Novo do Porto e Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Penafiel.

formar uma relação de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens regulares, e hoje incorporadas nos bens da nação (...) mencionando os edifícios que se tornem dignos de ser conservados e entretidos por conta do Governo como monumentos públicos. Uma outra circular do mesmo ministro, datada de 19 de Fevereiro de 1836, convida a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada pelo Duque de Lafões em 1779, para fazer o inventário dos edifícios pertencentes às antigas ordens religiosas que, mercê do seu valor histórico-arquitectónico, merecessem vir a ser conservados pelo Estado como *monumentos públicos*. A questão da classificação dos edifícios iria arrastar-se por todo o séc. XIX e princípios do séc. XX. Assim, em 1858, Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) inicia o cadastro dos edifícios que poderiam considerar-se monumentos nacionais, embora se desconheça o paradeiro deste trabalho. Em 1870, é nomeada uma Comissão dos Monumentos Nacionais. Uma década mais tarde, em 1880, é apresentada pela Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, a primeira lista de *Monumentos nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*. No mesmo ano, a Portaria de 24 de Outubro de 1880, encarrega a Associação dos Arqueólogos de classificar os monumentos. Da comissão nomeada para o efeito, farão parte: José Silvestre Ribeiro, António Pedro de Azevedo, A. C. Teixeira de Aragão, Valentim José Correia, Possidónio da Silva e Inácio Vilhena Barbosa. Dois anos mais tarde, em 1882, uma portaria de Hintze Ribeiro, Ministro das Obras Públicas, cria a Comissão dos Monumentos Nacionais, que terá como presidente Possidónio da Silva.

Mas a questão não ficou resolvida. Em 1890 é nomeada nova comissão para a classificação dos monumentos nacionais, presidida pelo Conde de Almedina, dela fazendo parte J. L. Monteiro, Silva Porto, Sousa Viterbo, T. A. Fonseca, Manuel Macedo, A. J. Nunes e Ramalho Ortigão. No ano seguinte, 1891, é nomeada nova Comissão dos Monumentos Nacionais.

O Decreto de 24 de Outubro de 1901 reorganiza o Conselho dos Monumentos Nacionais da Direcção-Geral das Obras Públicas e, pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1901 / Diário do Governo de 12 de Julho de 1902, estabelecem-se as bases para a classificação de imóveis como "Monumentos Nacionais". E é já nos últimos anos da monarquia, em pleno séc. XX, que tão momentosa questão é resolvida. Em 1904, a

Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses apresenta uma nova lista de monumentos nacionais; entre 1906 e 1908, alguns monumentos são classificados ao abrigo de legislação especial: Castelo de Elvas (1906); Templo Romano de Évora, Sés de Braga, Lisboa e Évora, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, Conventos de Tomar e de Belém, Basílicas de Mafra e da Estrela, Igrejas da Sé Velha de Coimbra, do Carmo e da Torre de São Vicente de Belém (1907); Castelo de Guimarães (1908); em 1907 reorganiza-se o Conselho Superior de Instrução Pública, constituindo-se a 5ª Secção - "Belas-Artes, Arquivos, Bibliotecas e Museus" - na qual se aprofunda o conceito de monumento nacional; finalmente, em 1909, o Ministério das Obras Públicas publica a primeira lista oficial dos monumentos nacionais, com base no trabalho do Conselho dos Monumentos Nacionais e, pelo Dec. de 16 de Junho de 1910, consagra-se em lei esta lista.

Relativamente à conservação e restauro do património, os governos liberais demonstraram preocupações nesse sentido, mesmo antes das nacionalizações, quando, pela Ordem nº 187 de 7 de Julho de 1822, mandam reparar todas as igrejas paroquiais que o necessitassem e, pelo Dec. nº 247 de 7 de Novembro de 1822, estabelecem uma quantia anual para a reparação de palácios e quintas régias. No entanto, é sobretudo com a nacionalização de tão elevado número de edifícios que o Estado se sente pressionado para a conservação e o "restauro" dos mais importantes. O Marquês de Sousa Holstein, director da Comissão dos Monumentos Nacionais, apresenta, em 1875, um relatório sobre o estado do património português. Sobre os monumentos históricos afirma estarem inteiramente descuidados, com raras excepções, sendo de tal forma miserável a situação que se tornava uma vergonha falar sobre o assunto. Pelo Decreto de 10 de Novembro de 1875, é nomeada uma comissão para estudar e apresentar ao governo um plano de salvaguarda dos *monumentos históricos e objectos arqueológicos de importância nacional*. De referir também o relatório do crítico Rangel de Lima e do restaurador Alfredo de Andrade, datado de 1880, dirigido à Academia das Belas-Artes, propondo uma acção pedagógica desta academia junto dos proprietários particulares de monumentos nacionais, no sentido de se promoverem acções de preservação e de se evitarem restauros abusivos. As intervenções iniciam-se em 1840 com o Mosteiro da Batalha, em 1863 com o Mosteiro dos Jerónimos, em 1893 com a Sé de Coimbra, em

1899 com a Catedral da Guarda e em 1902 com a Sé de Lisboa, para falar apenas dos mais importantes monumentos.

Por outro lado, tomam-se medidas genéricas ao nível do património urbano, como é exemplo o Edital de 3 de Setembro de 1855, da Câmara Municipal de Lisboa, obrigando os proprietários a caiar e a pintar, de seis em seis anos, as fachadas e as escadas. Com o objectivo de salvaguardar o património nacional em situação de venda para o estrangeiro, legisla-se através do Decreto e Regulamento de 1 de Dezembro de 1852.

No período em apreço, é também de realçar o papel desempenhado por associações culturais e sócio-profissionais que se constituíram com o objectivo de defender o património. Papel ainda não estudado, mas certamente importante, pelo menos do ponto de vista cultural. A constituição destas associações, só por si, representa um facto relevante porque é sintomático da progressiva tomada de consciência para o problema do património por parte da sociedade portuguesa da Monarquia Liberal e da Primeira República⁸. Relativamente a órgãos de informação que participaram nesta primeira fase de esclarecimento público e de defesa do nosso património cultural, poderemos apontar o *Panorama* (f. 1837), o *Instituto* (f. 1852), o *Arqueólogo Português* (f. 1895), o *Anuário do Grémio Artístico, O Ocidente* (f. 1878), *A Arte e a Natureza em Portugal* (f. 1902) e duas revistas denominadas *Arte Portuguesa* (Porto, f. 1882) e (Lisboa, 1885), para citarmos apenas os mais referenciados.

Como se pode concluir do alinhamento dos factos que acabamos de fazer, a revolução liberal e o movimento romântico marcam em Portugal, como em toda a Europa, um período a partir do qual a questão do património cultural ganha importância. Consequentemente, a problemática do restauro arquitectónico discute-se com alguma paixão. Para trás ficou a visão estreita da História que o iluminismo representou, a utopia do déspota iluminado, a sobrevalorização da razão em detrimento dos sentidos. Na arte,

⁸ A título de exemplo, podemos citar as seguintes associações: Sociedade Arqueológica Lusitana (Setúbal, 1849), Associação dos Arquitectos Portugueses (1863), Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1866), Sociedade Martins Sarmento (Guimarães, 1882), Instituto Arqueológico do Algarve, Instituto Histórico do Minho, Comissão de Salvaguarda dos Monumentos Antigos de Santarém, União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira e Grupo Pró-Évora (1919). Ver CUSTÓDIO, Jorge - "De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993, p.55.

o Classicismo passou a ser visto como uma imitação de modelos estranhos à maioria das nações, como uma ditadura de cânones antigos, como visão maniqueísta, quer na reabilitação de edifícios quer na edificação nova.

Relativamente ao restauro que se praticava antes, melhor dizendo, à reconstrução segundo o gosto da época, critica-se a demolinomania e a consequente modernização à custa do gesso, da cal e da talha dourada. Na edificação nova, era criticada a quadratura, a monotonia, o emprego despropositado de colunas, o hibridismo estilístico, o economicismo de Pombal, a construção de bonitas igrejas, mas “sem alma”.

Analisemos de seguida alguns textos significativos sobre esta temática, da autoria de restauradores ou dos seus críticos, tentando fazer o ponto da situação, relativamente às concepções de restauro arquitectónico, no período imediatamente anterior ao que vamos estudar, o do Estado Novo. Realçemos também o papel na defesa, na animação e no incremento do património artístico nacional, desempenhado por figuras destacadas dos meios político e artístico nacionais.

3.2.1 D. FERNANDO II, O REI ARTISTA

De seu nome completo Fernando Augusto António Kohary de Saxónia - Coburgo - Gota (1816-1885), este conde alemão casa com D. Maria II em segundas núpcias desta, em 1836, desempenhando, desde essa altura até à sua morte, um papel digno de realce como mecenas das artes e protector do património cultural nacional⁹.

Homem avesso à política, na qual só entra como Regente por morte da rainha, em 1853, e por menoridade do futuro D. Pedro V, dedica-se inteiramente à protecção das artes, fazendo-se desde logo protector da recém criada Academia de Belas-Artes de Lisboa (1836). Da sua bolsa, nos anos sessenta, paga os estudos a estudantes de artes no estrangeiro, em Roma, Paris e Madrid. Columbano Bordalo Pinheiro, Manuel Bordalo Pinheiro, Francisco Resende, Francisco Pinto da Costa, José de Brito e José Viana da Mota, são alguns dos beneficiados que cedo se distinguirão nas artes portuguesas.

⁹ Sobre a vida mecenática de D. Fernando II foi publicada recentemente a obra: EHRHARDT, Marion - *D. Fernando II: Um mecenas alemão regente de Portugal*, Paisagem, Porto, 1995.

Dignos de referência são, também, o incentivo que deu aos estudos de História da Arte, de Arqueologia e de Etnografia, e a sua acção como coleccionador, estudioso e protector da pintura antiga, mobiliário, faiança, armaria, joalharia, tapeçaria e gravura portuguesas, impedindo a sua venda livre para o estrangeiro. No domínio da História Portuguesa, a nomeação de Alexandre Herculano, como seu bibliotecário, possibilitou a recolha de documentação importante que será mais tarde utilizada pelo criador da nossa historiografia científica.

Como encomendador de obra nova, também a sua acção é prestigiante. A construção do Palácio da Pena, com direcção técnica do barão de Eschwege, a partir da década de Quarenta, virá a constituir obra emblemática do nosso romantismo arquitectónico. Legado testamentariamente à sua segunda mulher, a cantora Elisa Hensler (Condessa D'Edla), com quem casou em 1869, foi prontamente comprado pela coroa, com grande empenhamento pessoal de D. Luís.

No domínio da protecção ao património arquitectónico, deve-se à sua intervenção, a inclusão orçamental de verbas que obstaram à degradação do Mosteiro da Batalha, dos Conventos de Mafra, Tomar e Jerónimos, da Torre de Belém e da Sé de Lisboa. Foram estas as primeiras acções de restauro importantes, levadas a efeito no séc. XIX, e de que nos ocuparemos mais adiante. No mesmo período, recebem obras de conservação o panteão Real de São Vicente de Fora, o Palácio da Ajuda e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sendo o Palácio da Madre de Deus adquirido a um particular pelo Governo de Fontes Pereira de Melo, em 1867.

Foi esta, em suma, e em traços largos, a acção mecénica e política de D. Fernando II, perfeitamente destacável no panorama de actuações de outros reis e homens de estado portugueses no domínio em apreço. A significativa obra legislativa a que fizemos referência atrás, na sua maior parte produzida durante a sua vida, será, com certeza, devedora da sua intercessão.

3.2.2 ALEXANDRE HERCULANO E A REVISTA O PANORAMA

Alexandre Herculano (1810-1877) é a primeira figura nacional que se insurge contra as tropelias do novel regime liberal, relativamente ao património cultural. Liberal,

de espingarda na mão, tinha também a lucidez necessária para defender que o corte político com o Antigo Regime não significava necessariamente a eliminação dos vestígios do passado: *fui eu, se não me engano, o primeiro que proclamei a possibilidade e a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração às tradições gloriosas e santas do passado*¹⁰.

É nas páginas de *O Panorama* - que sintomaticamente se assume como *Jornal Instrutivo e Literário da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* -, de que é redactor principal contratado, desde a fundação, em 1837, até 1839, que faz uso da sua verve de escritor romântico para clamar contra a destruição de que estava a ser alvo o património arquitectónico nacional. No primeiro artigo que escreve sobre o tema, intitulado “Os Monumentos”¹¹, lamenta profundamente a *barbaria ridicula destes últimos cem anos*, que demoliu ou cobriu com *asqueroso véu* (de gesso, cal e *pau dourado*) os belos monumentos medievais, românicos e góticos, considerados pelo Romantismo como estilos pátrios. Por seu turno, os classicismos eram considerados como *macaquice sem inspiração nacional*, enquanto que o estilo barroco representava uma modernização ignara de ouropéis que não estaria a carácter com a religiosidade do lugar. A este nível, é expressivo o seguinte passo:

Procurai nas nossas sés uma dessas colunas rendadas, cobertas de imagens, de bestiões, de labores; onde os olhos do antiquário liam a história dos costumes, do trajo, das crenças (...) onde muitas vezes estavam esculpidos longos dramas populares, retratos de homens ilustres, e até romances e imaginações de poetas (...) procurai essas colunas e não achareis uma só! Passou por lá o picão do reformador, a colher do estucador. As colunas estão rebocadas, alvas e polidas. A luz do sol já não bate no pavimento do templo, convertida em luz baça, saudosa, e de meditação, pelos vidros corados das frestas esguias, pelas janelas circulares e profundas: agora alaga em torrentes essas paredes brancas e douradas, donde escorregam e caem para a terra todas as orações que, dantes, por elas subiam aos céus: o templo de Deus é como a sala de baile (...) sem mistério, sem tradições, sem

¹⁰ HERCULANO, Alexandre - *Cartas*, “Carta a José Maria Latino Coelho, de 6 de Abril de 1868”, tomo I, 4ª edição, Bertrand, Lisboa, s.d., p. 262.

¹¹ HERCULANO, Alexandre - “Os Monumentos”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 69, vol. II, Lisboa, 25/8/1838.

*saudade. Glória aos rebocadores, caiadores, e douradores do século que foi, e do que é!*¹²

No segundo artigo que escreve em *O Panorama*, intitulado “Monumentos II”¹³, Herculano continua a clamar contra a promiscuidade estética entre os monumentos medievais e as novas modas que os rodeiam e confundem. É particularmente criticada a inclusão despropositada de colunas clássicas, de zimbórios renascentistas e de capelas barrocas¹⁴.

Mas para Herculano não são apenas as renovações que estão em causa. Os novos estilos do seu tempo também não são tolerados, o que confere à sua filosofia estética o radicalismo típico de Oitocentos. Os novos edifícios, rotula-os depreciativamente *de negociantes*; das igrejas, diz não terem alma religiosa; quanto às praças, critica-lhes o excesso de geometria¹⁵.

O conceito de capital produtivo aplicado ao património cultural é algo de vanguardista que atesta o homem de vistas largas que era Alexandre Herculano. Sublinhe-se a forma arguta como vislumbrava as potencialidades do património cultural para constituir o produto hoje chamado de turismo cultural:

*Todavia um monumento, recomendável como objecto de arte, é um capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal, durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas cómodas diligências por nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores por nossos espaçosos canais! Certo que não é para aprenderem a agricultura com os nossos agricultores nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano de Évora, o Castelo da Feira, a colegiada de Guimarães, o convento de Belém, e enfim, tantas obras primas de arquitectura, que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação, sem despende muito ouro? Ignorais que esse ouro se derrama por mãos portuguesas?*¹⁶

¹² Idem, *Ibidem*, p. 268.

¹³ HERCULANO, Alexandre - “Monumentos II”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 70, vol. II, Lisboa, 1/9/1838.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 275.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, passim.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, passim.



Em “Mais um brado a favor dos monumentos I”¹⁷, o terceiro artigo que escreve em *O Panorama* em prol da defesa do património, denuncia mais uma vez, no estilo brônzeo e demolidor que lhe é peculiar, os restauros do seu tempo:

*Falando dos renovadores, caiadores, ou enlabuzadores de monumentos, espécie mestiça entre os homens de juízo e os furiosos mentecaptos do camartelo; espécie demente, que nuta entre o passado e o presente; espécie absurda, que crê em Deus, e não na arte; (...) fizeram da casa do Senhor uma velha prostituta, que esconde as rugas debaixo da alvura e do carmim emprestados (...) deram, enfim, um documento incontrastável de que não havia aí um só homem, que soubesse a harmonia que existe entre a arquitectura e a religião; que se lembrasse de que o livro da lei e o templo são dois tipos sensíveis, dois verbos que explicam, uns aos ouvidos, outros aos olhos, a mesma ideia religiosa, e que, porventura, é tão ímpia a mão que rasga o livro de pedra, como a língua que renega do verbo que está escrito*¹⁸.

Mas qual era então a concepção de restauro advogada por Alexandre Herculano? Em nenhum dos seus artigos ele se refere específica e tecnicamente ao assunto. No entanto, infere-se uma clara influência da escola francesa, ao rejeitar os acrescentos de outras épocas e estilos a monumentos góticos, se bem que nunca se refira ao restauro em estilo ou a Viollet-le-Duc. Contudo, no artigo (anónimo) intitulado “A Arquitectura Gótica”¹⁹, que se segue à Introdução do nº 1 de *O Panorama*, o que é significativo, é advogado o conceito de restauro da escola francesa, nos seguintes termos:

*Em Strashurgo existe uma escola especial de architectos e escultores, cujo mister é reparar e aperfeiçoar a célebre catedral desta cidade, seguindo o sistema gótico, em que ela foi construída. Se algum dia em Portugal se pudesse fazer outro tanto, por ventura teríamos levado a cabo o riquíssimo mosteiro da Batalha (...)*²⁰.

¹⁷ HERCULANO, Alexandre - “Mais um brado a favor dos Monumentos I”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 93, vol. III, Lisboa, 9/2/1839.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 44 e ss.

¹⁹ “A Arquitectura Gótica” (autor anónimo), *O Panorama*, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, nº 1, vol. I, Lisboa, 6/5/1837, p. 2 ss.

²⁰ Idem, *Ibidem*, passim

Infere-se desta passagem que o restauro em estilo era apadrinhado pela revista. *Levar a cabo o riquíssimo mosteiro da Batalha*, é o mesmo que dizer, concluir as Capelas Imperfeitas sem o conhecimento do projecto original.

Concluindo, podemos afirmar que foi Alexandre Herculano quem primeiro levantou a voz contra o estado lamentável em que se encontrava e em que se estava a transformar o nosso património arquitectónico, agitando as consciências, com a sua prosa ousada, lapidar, contribuindo para o desencadear de acontecimentos posteriores de assinalável alcance no âmbito da preservação do património.

Aristocratas, cónegos, ministros, vereadores camarários, nenhum escapa, todos denuncia como ignaros destruidores do nosso património. Numa prosa que hoje nos soa a patético, procura-se, também ao nível estético, fazer renascer os estilos pátrios numa atitude global regeneradora:

*Depois das desventuras de três séculos (...) Anjos despenhados procuremos subir outras vez às alturas*²¹.

No quarto e último artigo, “Mais um brado a favor dos Monumentos (II)”²², Alexandre Herculano aflora uma interessante perspectiva sobre a musealização do património. Admitindo que a arte móvel dos monumentos pudesse, por uma questão de segurança, integrar *bibliotecas e galerias de pintura*, o mesmo não pensava das *pedras*, que *só pedem repouso!* É, de facto, mais uma visão de longo alcance, antecipadora das teorias museológicas actuais: pensa-se hoje que é o conjunto dos elementos que tem significado, possuindo a virtualidade de interpretação, e não a sua dispersão por museus onde, desenquadrados do conjunto a que pertenciam, estão “mortos”. É exactamente este o espírito da Carta de Veneza (1964), expresso nos artigos 7º e 8º.

3.2.3 LUÍS DA SILVA MOUSINHO DE ALBUQUERQUE E O RESTAURO DO MOSTEIRO DA BATALHA

O poeta, coronel de engenharia e político liberal Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (1792-1849), dirigiu os trabalhos de restauro do Mosteiro da Batalha, entre

²¹ “Introdução” (autor anónimo), *O Panorama*, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, nº 1, vol. I, Lisboa, 6/5/1837, p. 2.

²² HERCULANO, Alexandre - “Mais um brado a favor dos Monumentos II”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 99, vol. III, Lisboa, 16/2/1839, p. 51

os anos de 1840 e 1843, na qualidade de Inspector das Obras Públicas do Reino. Sobre a sua intervenção, produziu uma interessante *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha*, escrita após a sua demissão e publicada pela primeira vez em Leiria, no ano de 1854.

O documento, divulgado novamente em 1983 pelo Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, é uma memória descritiva sobre as intervenções realizadas e programadas pelo seu autor, para a extinta casa monástica dominicana, consagrada então a simples monumento. O texto constitui uma das raras fontes documentais onde se pode perscrutar o pensamento de Oitocentos em matéria de restauro do património arquitectónico, bem como analisar, de forma objectiva, as práticas genericamente realizadas entre nós.

Na descrição da enorme mole, desde logo evidencia esquemas conceptuais que lembram a unidade de estilo da escola francesa de restauro, ao tornar inconciliáveis duas partes que distingue: por um lado o *monumento* e por outro *a sua parte incompleta*. *Os dois sistemas de obras acabados de mencionar são rigorosamente independentes entre si; não fazem parte do mesmo pensamento artístico; não são membros do mesmo traçado; antes no meu conceito a coligação que se lhes quis dar, foi uma ofensa às regras da arte e uma aberração das leis do gosto*²³. Mais à frente, descreve a teoria que explica esta sua posição:

*Em todos os produtos da imaginação é a unidade de pensamento uma beleza, ou antes uma condição de que não pode prescindir-se. (...) A arquitectura monumental está necessariamente sujeita a esta regra geral de Belas-Artes e um monumento uma vez completo exclui tudo o que se sai fora dos limites da unidade, e muito mais ainda quando essas superfetações tendessem a alterar a harmonia e condições do edificio primitivo. Tal é rigorosamente no edificio monumental da Batalha a fábrica posterior à edificação primeira a qual se acha ainda incompleta, e a que por isso se dá o nome de capelas imperfeitas*²⁴.

²³ MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, Luís da Silva - *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha*, Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, (policopiado), Batalha, 1983, p. 1.

²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 7.

Continuando a dilucidar a incongruência das chamadas Capelas Imperfeitas, concorda tratar-se dum trabalho minucioso do ponto de vista do artesão, mas falho de visão arquitectónica, a que chama de *Emanuelina*. Diz estar atraída pelas novas fábricas que produzirão monumentos como os Jerónimos, e que, do ponto de vista estrutural, tende para o espessamento das colunas e para o rebaixamento das abóbadas, o que representa uma perda de esbelteza relativamente ao sistema construtivo gótico anterior²⁵.

Em suma, o autor mais não faz do que advogar a metodologia da *unidade de estilo*, quer para a análise do existente, quer, como veremos de seguida, para o restauro. Mas a sua maior indignação é suscitada pela presença, na capela-mor e nas colaterais, de construções barrocas de *pau* pintado e dourado, dum gosto a que chama de ordinário e que vieram obscurecer aqueles espaços, já que se sobrepuseram às janelas²⁶. Também não escapa à sua indignação estilística a presença dum órgão.

Luís Mousinho de Albuquerque esperava expurgar todos estes acrescentos espúrios, mas o tempo não chegou para tanto. Contudo, é de realçar a intenção, já que ela revela claramente a sua concepção de restauro ao afirmar: *com estas obras recobriria o templo a beleza, a pureza do estilo e a ordenança primordial*²⁷.

Nos quatro anos de duração do seu mandato, ainda o tempo chegou para realizar obra de vulto, apesar dos exíguos meios de que constantemente se queixava. Começou pela cobertura, vedando a entrada de águas pluviais e tentando desalojar a vegetação que entretanto se instalara e crescera. Chega a injectar ácido sulfúrico para vencer alguns arbustos. Seguidamente substituiu lajes partidas, renovou argamassas, vedou juntas, colocou novos telhões de cantaria, reparou canos. Ainda lhe propuseram a asfaltagem da cobertura, mas era sua convicção que, como restaurador, não devia introduzir técnicas desconhecidas no período de construção do monumento²⁸. E mais à frente, expõe com total clareza a sua concepção de restauro:

O problema que tem a resolver o restaurador de um monumento precioso é um problema de cópia ou de fiel imitação; deve excluir a invenção própria e até mesmo o espírito de correcção e de melhoramento. Não é lícito ao

²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 10 e 13.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 15.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 28.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 21.

*restaurador introduzir na obra que restaura ideias nem concepções estranhas às do primeiro inventor; deve procurar penetrar-se quanto possível do carácter primordial da invenção, com o fim de reproduzir tais quais eram inicialmente, as partes mutiladas ou destruídas de que restam vestígios, e de substituir as que desapareceram de todo por um modo tão análogo e em tanta harmonia com as outras partes, que o inventor primitivo pudesse julgá-las suas, se porventura tornasse a examinar a sua obra*²⁹.

Excluindo a invenção e a introdução de técnicas desconhecidas do período de construção da obra, Mousinho de Albuquerque seguia a filosofia francesa, historicista, de preocupação arqueológica, de Ludovic Vitet e de Didron, com a qual terá contactado quando do seu refúgio em França, por motivos políticos, entre 1836 e 1838, preparando aí o seu *Guia do Engenheiro na Construção de Pontes de Pedra* (1840). Curiosamente, também Viollet-le-Duc começa a exercer as funções de restaurador em 1840, e ao começar, adere igualmente aos princípios arqueológicos, como já referimos no capítulo anterior. Além do mais, Mousinho e Albuquerque não sentia a necessidade de inovar, uma vez que se escudava no levantamento efectuado por James Murphy, no séc. XVIII³⁰, que julgava inquestionável³¹.

Fiel a estes princípios, restaurou janelas, reproduzindo, por cópia, pilastras e bandeiras danificadas ou em falta; o órgão foi retirado; relativamente aos vitrais, à falta de *meios pecuniários adequados* para o seu restauro, distribuiu os remanescentes por todas as janelas, constituindo pequenos painéis ou medalhões com conjuntos de imagens que apresentavam alguma unidade; as *pirâmides ou coruchéus* da cobertura que se encontravam arruinados, foram refeitos com base num *exemplar completo*; no que diz respeito à *grande pirâmide de pedra lavrada e aberta que servia de remate à torre particular, contígua à sacristia e cruzeiro*, contava restaurá-la, com base num desenho de James Murphy, mas já não teve tempo para tal, embora deixasse escrita a metodologia a seguir.

²⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 21 e 22.

³⁰ MURPHY, James - *Plans elevations sections and views of the Church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal with the History and Description by Fr. Luís de Sousa; with remarks to which is prefixed an Introductory Discourse on the principles of Gothic Architecture*, London, 1795.

³¹ Alguns pormenores decorativos dos desenhos de Murphy, nomeadamente as platibandas, são postos em causa. Ver HAUPT, Albrecht - *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Introdução crítica de M. C. Mendes Atanázio, Presença, Lisboa, 1985, p. 156.

Relativamente às Capelas Imperfeitas, entendia não se deverem concluir mesmo que houvesse meios para tal, atendendo à diferença de estilo que evidenciavam relativamente ao restante monumento. Contudo, pensava preservá-las através da construção de uma cobertura que impedisse as infiltrações pluviais, e da pavimentação do octógono central, para obstar à proliferação de ervas e arbustos. No capítulo final da sua *Memória*, propõe ainda que se cuide do envolvimento do mosteiro, desimpedindo-o de construções, criando uma praça da qual se pudesse desfrutar visualmente o monumento³². São preocupações de natureza paisagista, a que junta ainda, no *terminus* do texto, um plano de acessos viários.

Podemos, pois, concluir, que Luís da Silva Mousinho de Albuquerque foi influenciado por alguns princípios filosóficos da *escola francesa* de restauro, na sua preocupação pela unidade de estilo e na opção por expurgar os acrescentos anacrónicos. No entanto, a invenção foi posta de parte, sempre que não houvesse a certeza de como era de facto a obra primitiva. De realçar, sobretudo, a preocupação pelo suporte documental dos projectos, bem como a prática arqueológica no estudo prévio do monumento.

Maria João Baptista Neto é de opinião que, até à morte de D. Fernando II, em 1885, o projecto de Mousinho de Albuquerque foi seguido, sob inspiração do *Rei Artista*, com manifesta influência do *espírito inglês*. Segundo aquela autora, Mousinho terá respondido a um projecto nacionalista comum a dois países, embora sob aspectos diferentes. *O monumento era símbolo de independência nacional e mausoléu da dinastia de Avis, onde se encontrava sepultada a neta de Eduardo III de Inglaterra - D. Filipa de Lencaster*³³. Por seu turno, D. Fernando II era primo direito da Rainha Vitória de Inglaterra e do seu marido, o príncipe Alberto. Em consequência deste valor simbólico, uma parte conventual, a nascente, foi considerada, por Mousinho de Albuquerque, arquitectura baixa, sem valor artístico, uma vez que, não só era obra do séc. XVI, como poderia de alguma forma retirar atenção ao *significado histórico-celebrativo do monumento*³⁴.

³² MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, Luís da Silva, *ob. cit.*, p. 29.

³³ NETO, Maria João Baptista - "O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900", *Cadernos de História da Arte*, I, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 225. (Resumo da dissertação de mestrado / 1990).

³⁴ *Idem*, *Ibidem*, *passim*.

Após a demissão de Mousinho de Albuquerque, em 1843, as obras foram dirigidas, até 1900, pelos seguintes responsáveis: Apontador Major Joaquim Guilherme Rebello Palhares (1843-1852), Arquitecto Lucas José dos Santos Pereira (1852-1884) e Construtor Chefe José Augusto Fragoso, a partir de 1884. O projecto de restauro e a filosofia que o enformava, terão tomado novos caminhos neste último mandato, devido, sobretudo, à morte de D. Fernando II, em 1885. Ou seja, com o desaparecimento do homem que representava o *suporte ideológico do programa*³⁵. Concretamente, são construídos, entre 1890 e 1892, novos túmulos na Capela do Fundador e uma capela baptismal na nave lateral norte³⁶. Este "pastiche" desenquadra-se, claramente, da filosofia do projecto inicial de Mousinho de Albuquerque.

3.2.4 ALMEIDA GARRETT E AS VIAGENS NA MINHA TERRA

Fazendo uso dum estilo literário híbrido e inovador em Portugal - um misto de romance sentimental, crónica jornalística, comentário político, autobiografia e literatura de viagens -, João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1789-1854) inicia, em 1843, a publicação de *Viagens na Minha Terra*, em folhetins, na *Revista Universal Lisbonense*.

A obra parte de um facto real: a viagem que Garrett fez a Santarém a convite do seu amigo Passos Manuel, em plena ditadura cabralista. Ao longo do Tejo, nas paragens que vai fazendo, mas sobretudo em Santarém, o autor zurze na inércia dum país que deixa perecer, demolir e alterar o seu património arquitectónico.

Os objectivos são idênticos aos de Herculano em *O Panorama*, já acima referidos: a denúncia veemente da progressiva destruição do nosso património cultural, da falta de vontade política para fazer face a essa destruição e dos *emplastamentos* clássicos com que eram reparados e reconstruídos os templos antigos, *anacronizando tudo*.

No final do capítulo XLI das *Viagens*, e a propósito de Santarém, Garrett deixa um grito lancinante:

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 228.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 242, nota 56.

Da bela igreja gótica fizeram uma arrecadação militar; andou a mão destruidora do soldado quebrando e abolando esses monumentos preciosos, riscando com a baioneta pelo verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os labores mais delicados, esmoucou-os, degradou-os. Levantou as lajes dos sepulcros e, ao som da corneta militar acordaram os mortos de séculos, cuidando ouvir a trombeta final...

Decididamente, vou-me embora, não posso estar aqui, não quero ver isto. Não é horror que me faz, é náusea, é asco, é zanga.

Malditas sejam as mãos que te profanaram, Santarém ... que te desonraram, Portugal... que te envileceram e degradaram, nação que tudo perdeste, até os padrões da tua história ! ...³⁷

A obra vale, no que aqui nos traz, pela denúncia da coriácea sociedade portuguesa que vê, sem preocupação, do governante ao governado, quer a destruição do seu património cultural, quer a sua adulteração anacronizante, levada a cabo nos *reparos*. Aqui, sempre os odiosos estilos clássicos, barroco ou do período pombalino, a mascararem os monumentos.

3.2.5 MENDES LEAL E OS MONUMENTOS NACIONAIS

Escritor ultra-romântico e político liberal, José Mendes Leal (1818-1886) escreve, em 1868, uma obra divulgadora e apologética intitulada *Monumentos Nacionais*, que mereceria de Alexandre Herculano, em carta datada 1868, dirigida a José Maria Latino Coelho, Secretário Geral da Academia Real das Ciências, os mais rasgados encómios, embora apreciasse, na altura, apenas o 1º fascículo.

Tomemos, por exemplo, o Mosteiro dos Jerónimos, monumento que, sofrendo intervenções de restauro e reabilitação ao tempo em que Mendes Leal escreveu a obra em apreço, contém a necessária carga conceptual que nos interessa.

Num estilo literário épico, Mendes Leal começa por descrever a partida de Vasco da Gama para a Índia³⁸. Ao longo do texto, a preocupação não é a da História da Arte,

³⁷ GARRETT, Almeida - *Viagens na Minha Terra*, Europa-América, 5ª ed., Mem Martins, 1988, p. 197.

mas a da pedagogia romântica, pondo em relevo um dos monumentos nacionais, focando-o com as luzes do patriotismo regenerador de então, apontando-o como a consubstanciação do período áureo da história nacional: os Descobrimentos.

Faz-se propaganda, e tentando interpretar o monumento, cai-se no radicalismo maniqueísta, tão ao gosto de Oitocentos, de procurar o traçado original, o *sistema ogival, ou antes arte cristã*³⁹, digno de todas as virtudes, destrinçando-o dos acrescentos, sempre espúrios:

*(...) bem que os trabalhos do notável sucessor de Botaca, atraído às novidades da renascença e inspirado das doutrinas de Vitruvio, já flagrantemente se afastem da traça anterior; sem que os absurdos enxertos e ridículas tumescências, adicionadas pela ignorância dos últimos séculos, tenham em tão pequena parte mutilado, torcido, emplastado, atormentado, desfigurado e envergonhado o magnífico monumento Manuelino (...)*⁴⁰.

Mas não é uma simples questão estética que está em causa! A aberração dos acrescentos é tanto mais ignominiosa porquanto emana da degradação política do Estado. Segundo Mendes Leal, *é uma história completa a que se observa no edifício de Belém! a triste e longa história das nossas degradações (...)*⁴¹.

A mais simples alteração do traço do edifício, fruto do natural cambiar de gostos, é tida como uma provocação. Por exemplo, o característico achatamento das abóbadas do período manuelino, eliminando a ascensão ogival⁴². Relativamente às sucessivas ampliações sofridas pelo edifício, todas são consideradas deformidades, a corrigir segundo um paulatino restauro das formas primitivas⁴³.

Louvadas são, por outro lado, as obras que então decorriam, de restauros diversos e de adaptação do corpo poente para receber a Casa Pia, mal aboletada no Castelo de São Jorge. Desobstruía-se a arcada do piso térreo do corpo poente, para onde a Alfândega mudara as suas instalações, após o terramoto de 1755; apeava-se todo o piso

³⁸ MENDES LEAL, J. da S. - *Monumentos Nacionais*, Tipografia Franco-Portuguesa, Lisboa, 1868, pp. 45 e 46.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 62.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 58.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 61.

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 64.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 69.

que lhe estava sobreposto, onde os religiosos, segundo Mendes Leal, tinham improvisado as mais aberrantes janelas e frestas⁴⁴.

A concepção de restauro é claramente descrita nas páginas desta obra, ao mesmo tempo que louvada. *Nestas restaurações, construções e reconstruções teve-se escrupulosamente estudado, imitado e seguido, na falta de indicação positiva, os caracteres e proporções da antiga estrutura e labor (...) para mais ainda os aproximar às feições originais do edifício*⁴⁵.

Mendes Leal informa que o projecto de arquitectura havia sido elaborado pelo arquitecto da Real Casa, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, um dos fundadores e dirigentes da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses (1863). O projecto de construção civil fora delineado em 1860 pelo francês radicado em Portugal, José Colson. A direcção efectiva das obras estivera, primeiro, incumbida a Valentim José Correia, tendo sido depois exercida pelos cenografistas Rambois (1810-1882) e Cinatti (1808-1871). Ao tempo em que Mendes Leal escrevia os seus *Monumentos Nacionais*, já Cinatti dirigia sozinho as obras. Obras que, enaltecidas por uns, verberadas por outros, haviam de, pelo menos em parte, ruir durante a própria construção.

É claramente advogado o restauro em estilo, a perscrutação do espírito dos primeiros arquitectos, para realizar obra de restauro, para conclusão ou alteração três séculos mais tarde. Aquilo que tanto indignava Gabriel Pereira ou Ramalho Ortigão, como veremos mais à frente, era, nas páginas dos *Monumentos Nacionais*, religiosamente enaltecido.

3.2.6 O RESTAURO DA SÉ VELHA DE COIMBRA POR ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES

António Augusto Gonçalves das Neves (1848-1932), foi um distinto professor de desenho, pintor, escultor, arqueólogo e crítico de arte, granjeando, no seu tempo, uma inconfundível aura de competência técnica e de talento artístico.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 70.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 70 e 71.

Em artigo para a revista *A Arte e a Natureza em Portugal*, em 1902, intitulado “Sé Velha de Coimbra”⁴⁶, Gonçalves demonstra a sua inelidível capacidade e gosto pela Crítica da Arte e pela Arqueologia. Não nos surpreende, pois, que por contraposição a Fuschini, afirme que as obras do Renascimento se adossem perfeitamente às formas do Românico, defendendo que o retábulo de São Pedro e o hemiciclo do Sacramento permaneçam na igreja como documentos preciosos⁴⁷.

Não é fácil ouvirmos, dum restaurador do séc. XIX, e confesso admirador de Viollet-le-Duc⁴⁸, referências elogiosas à arte renascença, quando, para a maioria dos homens de Oitocentos, tal arte era considerada uma macaqueice antipatriótica! Contudo, A. Gonçalves aprecia essa forma de expressão artística, advogando a sua manutenção nos monumentos, desde que esse valor artístico seja assinalável. Sublinhe-se que a selecção do que há-de ser conservado e demolido, se faz por razões fundamentalmente estéticas e não por razões históricas. A mesma atitude é revelada, de seguida, ao apelidar de *obra magistral*⁴⁹ o retábulo gótico da capela-mor, se bem que aqui se trate de um dos dois estilos pátrios.

Contudo, A. Gonçalves não deixa de lamentar as *mutilações e superposições grosseiras, desacatos e degradações de toda a ordem (...)*⁵⁰, informando que *a Sé Velha vai sendo restituída à pureza primitiva (...)*⁵¹.

A 31 de Julho de 1921, é-lhe feita uma sentida homenagem, cujos testemunhos de vibrantes encómios serão editados dois anos mais tarde pela Imprensa da Universidade⁵². Num desses testemunhos⁵³, Braamcamp Freire elogia o seu trabalho de restauro, concretamente, louva a extracção de azulejos, de ouropéis anacrónicos que vestiam os feixes das colunas, o retorno à simplicidade do vetusto monumento românico. Na mesma

⁴⁶ GONÇALVES, A. - “Sé Velha de Coimbra”, *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I, Imílio Bello e Editores, Porto, 1902, pp. 9 -12.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁴⁸ GONÇALVES, A. - “Sé Velha”, *Gazeta de Coimbra*, nº 13, Coimbra, 27 de Março de 1887.

⁴⁹ GONÇALVES, A. - “Sé Velha de Coimbra”, *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I, Imílio Bello e Editores, Porto, 1902, p. 11.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, passim.

⁵² *Homenagem a António Augusto Gonçalves / 31 de Julho de 1921*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 12.

homenagem, Augusto Mendes Simões de Castro enaltece também o regresso da igreja conimbricense ao seu *primitivo delineamento*⁵⁴.

Por seu turno, António Vasconcelos, no livro *Sé Velha de Coimbra*⁵⁵, aprecia o impacto na opinião pública dos trabalhos de A. Gonçalves, concluindo que, apesar de alguma desconfiança inicial da população de Coimbra, ao ver as demolições, o arranque de cal, a extracção de azulejos, de talhas douradas e de alguns elementos decorativos exteriores, acaba por aceitar e aplaudir a restauração, quando, em 1902, a igreja reabre ao culto.

O que se pode concluir deste trabalho de restauro efectuado na Sé Velha de Coimbra, entre 1893 e 1902, é que, apesar do purismo manifestado na procura de formas fundacionais, houve um constante respeito pela substância histórica das partes primitivas e uma rejeição das reconstruções conjecturais, que só em casos de excepção seriam admitidas. Os retábulos laterais de João de Ruão e de Nicolau Chanterenne, bem como o retábulo de Olivier de Grand e Jean d'Ypres, foram mantidos como elementos de inegável valor artístico.

No conjunto dos restauradores românticos, António Augusto Gonçalves apresenta-nos uma prática e uma teoria mais avançadas, não tão ortodoxas, sem deixarem de estar enfeudadas à *escola francesa*. Não obstante, vozes clarividentes se levantaram na altura, criticando esta filosofia de restauro, demonstrando que, apesar de discordantes e minoritárias, há sempre quem veja um pouco mais longe, mais próximo do que pensamos hoje⁵⁶.

3.2.7 PARECER DE LUCIANO CORDEIRO SOBRE AS OBRAS DOS JERÓNIMOS

O escritor, ensaísta e vice-presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, Luciano Cordeiro (1844-1900), elabora, a 2 de Novembro de 1895, um parecer sobre as obras dos Jerónimos⁵⁷.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁵⁵ VASCONCELOS, António - *Sé Velha de Coimbra*, vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 314 e 315.

⁵⁷ CORDEIRO, Luciano - *As Obras dos Jerónimos / Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais*, Tipografia Casa Portuguesa, Lisboa, 1895.

Começa por historiar *as obras que se têm ido fazendo e desfazendo desde 1863*⁵⁸, na tentativa de adaptação da parte conventual à instalação da Casa Pia de Lisboa, decisão tomada já em 1833.

Da igreja, e recuando no tempo, critica *a estúpida obsessão do clássico*, que substituíra a capela-mor, pouco depois da fundação, e quanto às obras, lamenta a intervenção que desfez a continuidade entre a igreja e o mosteiro, *sem estudo e por fantasia*. Critica a metodologia seguida durante aqueles já 32 anos de obras, pela ausência de projecto geral, em que *a obra foi começada e progrediu mediante projectos parciais*⁵⁹ elaborados por sucessivos arquitectos, a saber:

- Colson elabora um projecto geral a partir de 1860, mas não é aprovado;
- Valentim José Correia, de Novembro de 1863 até Março de 1865;
- J. Samuel Bennet, de Abril de 1865 a Março de 1867;
- Os cenógrafos de São Carlos, Rambois e Cinatti, de Abril de 1867 a Dezembro de 1878.

A todos estes efémeros responsáveis chama de "*imaginadores*", atribuindo a Valentim Correia a demolição da Sala dos Reis e da ligação entre a igreja e a galilé; a Bennet, a decoração *bonitamente artificiosa, imprópria*, das portas laterais; aos artistas italianos, as reconstruções e decorações mais arrojadas: *os minaretes, a torre mitrada, o imponente corpo central desaparecido*. Sobre esta forma imaginosa de restaurar, acrescenta: *resolveu-se naturalmente, logicamente, num desabamento tragicamente ridículo*⁶⁰, acontecido em 1878.

A 13 de Outubro de 1882, o director da Casa Pia de Lisboa apresenta o projecto de novo corpo central, dando-se ao trabalho de esboçar onze variantes (projecto Valadas).

A 22 de Maio de 1883, a Junta Consultiva de Obras Públicas condescende com a ideia do corpo central, aconselhando que ele adopte a forma quadrangular. Mas 17 anos após aquela derrocada providencial, as obras continuavam e o monumento permanecia incompleto.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 9.

Entretanto, instalou-se no mosteiro um Museu Industrial e uma Estação Químico-Agrícola, fortemente contestados por Luciano Cordeiro. Mas não tão escandaloso, acrescenta, como o *gazómetro que defuma mais adiante a jóia manuelina da torre, aquele bruto aventesma que parece propositadamente prostrado lá para justificar a frase que Garrett punha na boca dos estranhos quando entrassem o Tejo: - Aqui moram bárbaros!...*⁶¹

A 17 de Março de 1894, a Repartição de Conservação dos Edifícios Públicos, que entretanto tomava conta das obras, propõe a abertura dum concurso público para a conclusão das mesmas. O Conselho de Obras Públicas concorda com a proposta e aconselha, a 7 de Maio desse ano, *que o Director dos edificios públicos procedesse à elaboração do programa do concurso no sentido de obter um projecto de conclusão expedita e economicamente “tão simples quando o permitisse o estilo Manuelino”*⁶².

O programa não seria apresentado, e em vez disso, o referido director apresenta, em Maio de 1895, um projecto de conclusão elaborado pelo arquitecto Parente da Silva e um outro da autoria dum desenhador da Repartição, em que se prescindia da construção do *corpo central, completando a fachada na forma e estilo uniforme dos dois lanços dela que subsistem (...)* *A melhor, a única solução que o próprio sentimento patriótico e artístico recomendam (...)*⁶³.

Entretanto, o Ministério das Obras Públicas envia todo o processo à Comissão dos Monumentos Nacionais, a 29 de Maio de 1895, para que a mesma emitisse um parecer. Luciano Cordeiro apresenta a sua proposta que, resumidamente, passamos a referir:

- Apesar de não concordar com as intervenções que ao longo do tempo, desde o séc. XVI, representaram *uma invasão irreverente, sacrílega, até, da estesia e do trabalho originário*⁶⁴, considera que seria absurdo derrubá-las agora;
- A galilé deveria ser desobstruída e a sua ligação com a igreja reconstruída, sem *corpo central*, com sobriedade arquitectónica e decorativa;
- A obra deveria ser administrada directamente pelo Estado, através da Repartição dos Edifícios Públicos, e fiscalizada por uma comissão composta por um engenheiro, um

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 16.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁶³ Idem, *Ibidem*, passim.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 23.

arquitecto e um crítico da arte, respectivamente escolhidos pelo Conselho Superior de Obras Públicas, pela Academia de Belas-Artes e pela Comissão dos Monumentos Nacionais;

- O terreno situado entre o mosteiro e o rio deveria ser desobstruído; também os estabelecimentos aboletados no interior das suas instalações deveriam abandoná-las até 31 de Dezembro de 1896, sendo também transferida para outra igreja a sede da paróquia;

- Relativamente às novas funções, propõe que a igreja fique destinada às grandes celebrações religiosas do Estado; a galilé deveria albergar a jazida dos restos mortais de descobridores e navegantes portugueses; as restantes instalações receberiam o Arquivo Nacional.

Por este interessante documento sobre as obras dos Jerónimos, apercebemo-nos da conflitualidade conceptual e estética, no que diz respeito ao restauro, que campeou no séc. XIX a propósito do que era considerado, para os românticos, o mais nobre de todos os monumentos nacionais. Nota-se, de facto, uma ideia comum a todos os projectos: a necessidade de reconstrução do monumento na estrita observância do estilo fundacional. Uns, projectam a obra de ligação da igreja com o mosteiro com grandes rasgos de imaginação, por exemplo Rambois e Cinatti; outros, menos fantasiosos, advogam a sobriedade e o estudo prévio, como Luciano Cordeiro.

Ao fim de tantos anos de obras, de faz e desfaz, agravadas pelo que os próprios frades jerónimos haviam feito desde o século XVI, ao que parece sem escrúpulos estéticos, revelava-se praticamente impossível saber o que era original. Havia, sim, que concluir as obras com a sobriedade que as finanças do Estado e a própria situação de ridículo impunham. Era essa a proposta de Luciano Cordeiro, a par de uma nova atribuição de funções àqueles espaços, mais a carácter com o espírito do monumento.

3.2.8 RAMALHO ORTIGÃO, O CULTO DA ARTE EM PORTUGAL E A CONCLUSÃO DO EDIFÍCIO DOS JERÓNIMOS

Apóstolo incansável do património cultural português, o brilhante escritor José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) publica *O Culto da Arte em Portugal* em 1896. A

dado passo, justifica este seu trabalho: *é pela arte que o génio de cada raça se patenteia (...)*⁶⁵.

Ombreando com tantos homens de letras do seu tempo, fez uso do ensaio para denunciar a torpe destruição do património cultural português, localidade a localidade, monumento a monumento. O tom é o mesmo, de indignação, de clamor, que já havíamos lido em páginas de Herculano e de Garrett. Mas, neste ensaio, ganha interesse historiográfico a clara apologia da escola francesa.

A propósito do restauro da Batalha - após o período de Mousinho de Albuquerque, de que enaltece a competência e a metodologia geral advogada na sua *Memória Inédita* -, critica o rebaixamento do terreno exterior até ao nível do pavimento da igreja e o conseqüente incremento da altura do portal, que passou de 1,5 para 2 larguras. Cita, então, Viollet-le-Duc:

*É um erro grosseiro supor que um qualquer membro da arquitectura da Idade Média pode ser impunemente acrescentado ou diminuído. Nesta arquitectura não há membro algum, que não esteja na escala do monumento para que foi composto. Alterar esta escala é tornar esse membro disforme... Os erros de escala que escandalizam em um monumento novo e lhe tiram todo o valor, tornam-se monstruosos quando se trata de uma restauração*⁶⁶.

Para Ramalho Ortigão, a questão do restauro, após a obra deixada por Viollet-le-Duc, nomeadamente no restauro do Castelo de Pierrefonds, *é questão perfeitamente elucidada e rigorosamente definida*⁶⁷. Para além do citado restauro exemplar de Pierrefonds, Ramalho Ortigão advoga a *restauração autenticamente arqueológica, segundo o plano original*⁶⁸, para restaurações que, tendo começado num estilo, se concluíram noutra. A este respeito dá como bons exemplos a conclusão das catedrais de Milão (1805) e de Colónia (1842), numa identificação perfeita com as teorias de restauro de Viollet-le-Duc.

⁶⁵ ORTIGÃO, J. D. Ramalho - "O Culto da Arte em Portugal", *Arte Portuguesa*, tomo I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, p. 197 ss.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 62.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 24 e 25.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 22.

Duma maneira geral, Ramalho Ortigão critica a ausência de programas, estudos prévios, metodologia, crítica e fiscalização técnica nos restauros promovidos pelo Estado, imaginando que a situação seja muito pior nos edifícios restaurados pelas câmaras municipais, paróquias ou simples particulares⁶⁹. A identificação com Mousinho de Albuquerque seria perfeita, não fossem alguns excessos de zelo deste, nomeadamente ao rejeitar a utilização de técnicas actualizadas na impermeabilização da cobertura do Mosteiro da Batalha⁷⁰.

A Ramalho Ortigão servem, neste estudo, outros dois exemplos de restauros efectuados, para criticar e ao mesmo tempo expor a sua doutrina. Além da Batalha, falamos também na Madre de Deus e nos Jerónimos, ambos em Lisboa. Na Madre de Deus, refere a reconstituição, discreta, do primitivo portal da Rainha D. Leonor na moderna fachada do edifício. Não sabemos se está a concordar com a intervenção ou a fazer crítica subtil. Mas onde não deixa margem para dúvidas a sua discordância, é num restauro ocorrido no reinado de D. João III, onde se esculpíram *novos capitéis de colunas, nos quais em vez da ornamentação vegetal do nosso século XVI se vê reinar nos entablamentos a figuração, absolutamente imprevista e inopinada, de uma locomotiva de caminho de ferro, arrastando fumegante o respectivo combóio, tudo lavrado mui laboriosamente em pedra, e demandando um túnel*⁷¹.

Relativamente ao Mosteiro dos Jerónimos, se bem que a este monumento se refira em *O Culto da Arte em Portugal*, é na leitura de um outro escrito intitulado *A Conclusão do Edifício dos Jerónimos*⁷², que a sua filosofia de restauro mais eficazmente se expõe. No parecer que elaborou para a Comissão dos Monumentos Nacionais, de que era membro, Ramalho Ortigão começa por fazer um levantamento histórico e arqueológico do monumento, no qual deixa claro que o abastardamento estético do edifício começou ainda no tempo em que era habitado pelos frades. Em 1833, quando o mosteiro foi secularizado e para ele transferido o instituto da Casa Pia, a arcada e o dormitório tinham perdido completamente a traça original através de enxertos que

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 67.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 31.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, pp. 28 e 29.

⁷² Idem, *Ibidem*, pp. 199-268

considerava torpes⁷³.

Seguidamente, o autor faz a crónica das obras, que se iniciam sem uma *meditada compreensão de um plano metódico e geral*⁷⁴. É fortemente criticada a ornamentação escultural levada a efeito pelo inglês Benett, que até cabeças de touro esculpiu. Mas são aplaudidas as janelas produzidas por Valentim Correia, já que inspiradas no estilo fundacional⁷⁵.

Quanto a Rambois e Cinatti, Ramalho Ortigão fez-lhes uma crítica que deixa transparecer mais claramente a sua filosofia de restauro, ao notar que inventaram, arbitrariamente, as torres do anexo e o próprio corpo central⁷⁶. Para Ramalho Ortigão, o erro metodológico não era inventar, mas fazê-lo arbitrariamente, por capricho, e não por *indução*, ou seja, na consequência lógica de estudos históricos, arqueológicos e estilísticos prévios. Admite, assim, claramente, a reconstrução em estilo. Embora noutro passo se contradiga, ao afirmar que *a lacuna arquitectural de um monumento não tem mais nem menos importância que a lacuna de um códice. E ninguém preenche lacunas literárias, como ninguém deve preencher lacunas arquitectónicas*⁷⁷.

Dá-nos também conta, Ramalho Ortigão, dos concursos públicos, abertos e fechados sem consequências práticas, onde a autoridade se dilui e as obras avançam ao sabor do improvisado. O autor desenvolve, então, uma interessante tese sobre o restauro dos monumentos, a saber:

- Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar sem que previamente se defina, bem precisa e bem nitidamente, qual o fim da utilidade social a que esse trabalho se consagra, assentando em princípio fundamental que só um destino de prática utilidade comprovada justifica a restauração de um movimento;

- A reconstituição conjectural, pelo desenho e pela indução arqueológica, de um edifício histórico, tal como ele deveria ser na fase primitiva, ou em qualquer ulterior fase da sua existência, é sempre uma obra de preciosa elucidação (...) transportar esse trabalho da esfera do estudo à da realidade

⁷³ ORTIGÃO, J. D. Ramalho - "A conclusão do edificio dos Jerónimos", *Arte Portuguesa*, tomo I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, p. 216 ss.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 217.

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 219.

⁷⁶ *Idem, Ibidem*, *passim*.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 242.

material, sem outro interesse que não seja a de uma demonstração erudita, é um capricho de cenografia arqueológica (...) ⁷⁸.

Ramalho Ortigão defende aqui o princípio da reabilitação, ou seja, da adaptação dos monumentos às novas funções que os tempos vindouros vão aportando. É uma regra aceitável nos dias de hoje, se se salvaguardar que essa adaptação não fira a substância histórica de forma grave. Mas o autor não desenvolve o princípio advogado, sobretudo nas implicações práticas que ele tem a jusante. Mas, uma vez mais, aceita como princípio *a reconstituição conjectural, pelo desenho e pela indução arqueológica*.

Ainda mais interessante e original é a tese de Ramalho Ortigão que defende que *toda a restauração ou toda a reconstituição do sistema a que obedece o edifício dos Jerónimos [é um] elemento de perturbação ⁷⁹*. A explicação é dada com toda a clareza:

(...) estas obras, porém, assim como as de todo o ciclo manuelino, não suportam imitação, não prestam elementos de ensino, nem podem constituir escola, porque elas são, em si mesmo, a violação de todo o preceito, a negação premeditada e acintosa de todas as regras. Toda a escola tem de ser fundamentalmente dogmática, ao passo que toda a arquitectura manuelina é uma arte essencialmente herética ⁸⁰.

Dito por outras palavras, o restauro ou a reconstituição em estilo não se podem aplicar ao período manuelino, porque ele próprio é um acto de liberdade em relação ao Gótico, desrespeitando as regras que poderiam servir de suporte à indução arqueológica que o autor defende. É o habitual destilar de veneno sobre um período que, apesar de se tornar paradigmático para o romantismo, não deixa de ser herético em relação ao *estilo nacional*, o Gótico.

Para Ramalho Ortigão, o manuelino português e o plateresco espanhol tinham sido as formas peninsulares da Renascença, já que o Gótico, que nunca se havia enraizado profundamente no nosso país, esgotara a sua seiva na Batalha. Para o autor, os volumes

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 230 e 231.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 232.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 233.

dos novos edifícios manuelinos tomaram o partido da horizontalidade, e mesmo na ornamentação, enquanto o Gótico era uma *renda*, o Manuelino era um *bordado*⁸¹.

No essencial, a tese que Ramalho Ortigão defende é a seguinte:

*(...) um monumento arquitectónico é um organismo que, como outro qualquer, se desenvolve, se modifica e se transforma evolutivamente (...) desfazer a obra de uma época para refazer a de uma época anterior é ofender a continuidade da tradição, e é aleijar o edifício, mutilando-o, mais ou menos em regra, mais ou menos cientificamente, num elemento essencial à integridade da sua expressão histórica*⁸².

Aceitando o existente, até mesmo os minaretes anacrónicos de Rambois e Cinatti, já que a regra de que *em architectura tudo o que está está bem (...) destruir é roubar*⁸³, é menos perigosa do que suprimir o que se critica, havia que adaptar o *anexo* dos Jerónimos às previstas funções museológicas e dar a todo o edifício *a moldura mais digna de enquadrá-lo*⁸⁴. Zonas que necessitavam de complemento, como a do *corpo central*, seriam fechadas através da repetição de elementos arquitectónicos próximos. Relativamente à *moldura*, propõe alguns elementos decorativos, tais como a repetição dos frisos do alçado sul, *faixas de mosaico, medalhões (...) sobre fundos de ouro, ao modo bizantino*⁸⁵ e até *um ático com a inscrição do edifício*⁸⁶. No alçado ocidental da igreja faria desaparecer as *nascenças inúteis dos arcos que desapareceram e (...) guarnecimentos da antiga porta do coro*⁸⁷. Na entrada da Casa Pia substituiu o portal então existente e *os medalhões (...) por um arco entre dois botaréis igual ao da entrada do museu e sobre ele uma janela, (...) que poderia ser a que pertenceu ao antigo dormitório dos frades, e o presente se acha no museu do Carmo*⁸⁸. Por ocasião do jubileu das navegações da Índia, a estátua do Infante D. Henrique, que está no mainel da

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 240.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 244.

⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 241.

⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 253.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 258.

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 254 e 255.

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 259.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 260.

porta do alçado sul, voltaria a empunhar a espada levantada para cima, como Damião de Góis a descreve.

A sobriedade do plano de conclusão, que possuía uma anotação gráfica de Ventura Terra, era finalmente justificada fazendo *reviver o triunfante e orgulhoso alarde das pompas manuelinas na arquitectura de um monumento português do século XIX (...) seria preciso que, a este momento houvéssimos outra vez regressado da conquista do Oriente à Ribeira das Naus (...) e que, ao ómnibus de Belém puxassem tiros de elefante ou parelhas de rinoceronte*⁸⁹.

Existe, de facto, alguma contradição, entre a defesa da filosofia de restauro de Viollet-le-Duc e a ideia de que o Mosteiro dos Jerónimos não poderia ser concluído segundo o seu projecto inicial. A explicação para esta contradição pensamos tê-la dada: o estilo dos Jerónimos não fez escola, logo, não possui uma base dogmática suficientemente sólida para possibilitar a *indução* de que fala Ramalho Ortigão; o Manuelino é um acto de liberdade artística, de violação de regras, logo, não possibilitava a lei que poderia viabilizar o *restauro científico* com base no conhecimento arqueológico do monumento; a cópia de elementos preexistentes para concluir *brechas*, e até a utilização dum janelo fora do lugar primitivo, foi, talvez, pensado por Ramalho Ortigão, como um mal menor, e perdoável pelas reduzidas dimensões da intervenção; as inovações, nomeadamente ao nível dos ornamentos, eram vistos como *moldura* que não feria o conteúdo.

3.2.9 ROSENDO CARVALHEIRA E O RESTAURO DA SÉ DA GUARDA

Da biografia do Arquitecto Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira (1863-1919) consta o nascimento humilde e o amparo de Alexandre Herculano nos primeiros estudos. Já por sua iniciativa, cursa de forma brilhante o Instituto Industrial de Lisboa, vindo a distinguir-se como arquitecto e homem de letras.

De obra nova com a sua assinatura, ficaram edifícios importantes em Lisboa, como o Liceu de Passos Manuel e o Sanatório de Santana. Relativamente a restauros, o seu

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 265-267.

nome está ligado aos da Sé Catedral da Guarda, Palácio de Sintra, capela românica do Asilo da Ajuda e Mosteiro dos Jerónimos. Ocupou lugares de prestígio, como a Presidência da Sociedade Nacional de Belas-Artes e a Vice-Presidência da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, pertencendo-lhe, a nível profissional, a chefia da 3ª Secção da 1ª Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Ao falecer, era Chefe de Gabinete do Ministro do Comércio.

Na sequência duma inspecção oficial de que fora incumbido em 1897, à Catedral da Guarda, onde se demora doze dias, Rosendo Carvalheira elabora um projecto de recuperação que é aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas em 1898, iniciando-se as obras no ano seguinte sob a responsabilidade da Direcção de Obras Públicas do Distrito da Guarda. Em 1899, o projecto é publicado no jornal *Districto da Guarda*, sob o título de “Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e sua possível restauração”⁹⁰. É este documento que aqui se analisa.

A “Memória” está metodologicamente dividida em três partes: a primeira constitui um estudo histórico sobre a construção da catedral e edifícios que, com a mesma função, a precederam; a segunda parte aborda teoricamente o *estilo ogival*, bem como questões, também de natureza teórica, sobre o restauro dos monumentos; a terceira parte ocupa-se do programa de restauro propriamente dito.

Segundo Rosendo Carvalheira, o primeiro edifício fora construído entre 1197 e 1214, intramuros, revelando-se pequeno para albergar a população que já possuía bispo desde 1203. O segundo edifício iniciou-se fora de portas, em sítio desafogado, pelo ano de 1360. Mas nove anos depois foi destruído sem estar concluído porque, estando próximo do amuralhado, constituía uma ameaça para a defesa da cidade: ao tempo, D. Fernando mantinha desastrosos conflitos bélicos com a vizinha Castela. Finalmente, o terceiro edifício da catedral, que estará na origem do actual, ter-se-á iniciado em 1406 e concluído, após várias interrupções, pelo ano de 1549.

O conceito de restauro fica claramente definido ao abordar esta temática na segunda parte da “Memória”. Segundo Rosendo Carvalheira, *o termo restauração (...) tem (...) o valor restrito de reposição no estado provável em que o edifício ficou ao*

⁹⁰ CARVALHEIRA, Rosendo - “Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e sua possível restauração”, *Districto da Guarda*, Guarda, de 12 de Março de 1899 a 23 de Julho de 1899.

*concluir-se*⁹¹. A clara filiação teórica na *escola francesa* de restauro é sublinhada por algumas citações de Viollet-le-Duc, retiradas do *Dictionaire...*, considerando este arquitecto, *a mais extraordinária individualidade de artista e de sábio que a França possui neste século*⁹².

Na abordagem teórica do estilo gótico, o autor divide-o em três partes, baseando-se para tal na caracterização geométrica da ogiva⁹³: se o raio do círculo a que pertence qualquer dos segmentos que se cruzam, é maior do que a distância entre as impostas do arco, então a obra é datável do séc. XIII; se a ogiva é equilátera, ou seja, se o nascimento dum segmento, na linha das impostas, é o centro do círculo que contém o segmento oposto, a construção pertence ao séc. XIV; finalmente, se o raio do círculo a que pertence qualquer dos segmentos, é inferior ao afastamento das impostas, o trabalho é já do séc. XV.

Assim, partindo da caracterização da ogiva, a que corresponde um sistema de outras características, quer estruturais quer decorativas, seria fácil integrar um dado edifício no estilo fundacional e propor o seu restauro em estilo. Para esta definição estilística concorriam então três ordens de factores em sintonia: datação, tipo de ogiva e sistema de características correspondentes.

Nesta teorização, que Carvalheira bebe em Roger-Milés, referindo a obra *Comment Discerner les Styles*, é clara a concepção organicista, mecanicista, do estilo em causa, e tal serve-lhe de pressuposto facilitador para elaborar o programa de restauro para a Catedral da Guarda. Aliás, a datação de qualquer obra, logo, a sua filiação estilística, *é pois essencial, antes de empreender qualquer trabalho de restauração*⁹⁴. Rosendo Carvalheira conclui então por dedução: se o séc. XV é o período ogival *flamante ou florido*, se a Sé da Guarda se começou a construir no séc. XV, então, *as partes primitivas do edifício (...) pertencem àquele período ogival*. E dá exemplos: *revela-se na depressão da ogiva que coroa os vãos dos pórticos laterais (...); vê-se ainda na ornamentação sobreposta do vão do pórtico lateral norte; e observa-se também nalguns pontos da rara ornamentação interna do edifício*⁹⁵.

⁹¹ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 9 de Abril de 1899.

⁹² CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 16 de Abril de 1899.

⁹³ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 23 de Abril de 1899.

⁹⁴ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 7 de Maio de 1899.

⁹⁵ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 14 de Maio de 1899.

revela-se na depressão da ogiva que coroa os vãos dos pórticos laterais (...); vê-se ainda na ornamentação sobreposta do vão do pórtico lateral norte; e observa-se também nalguns pontos da rara ornamentação interna do edifício⁹⁵.

Correlacionando as notas históricas com a observação estilística do edifício, estabelece quatro períodos de construção, para os quais descreve as obras levadas a efeito: (1406-1433), (1434-1455), (1460-1481) e (1482-1549)⁹⁶.

Na terceira parte da *Memória* apresenta, em jeito de conclusão, estabelecidas as premissas anteriores referentes à datação e ao estilo, o programa de restauro. Descrevendo então o edifício, enumera o que considera de vandalismos. Uns, que importava fazer deslocar - o órgão grande e o retábulo da capela-mor -, outros, que havia que destruir: coro de cima, tribuna do bispo, casa do capítulo e construções anexas, sacristia grande, paredes e coberturas que entaipavam os arcobotantes, caixilharia de luneta no local onde deveria existir uma rosácea, vãos rectangulares, algumas coberturas, a escada do lado sul e as manilhas de barro a substituir as gárgulas, entre outras *excrecências* de menor vulto⁹⁷.

Para todas as intervenções, cujo orçamento estimava em 39 000\$000 réis, apresenta argumentação. Vejamos os casos mais importantes:

- O retábulo quinhentista da capela-mor deveria ser desmontado, restaurado e replantado no topo sul do transepto, ajudando a embelezar a nudez daquele alçado e permitindo, assim, a observação da primitiva capela-mor, em estilo gótico.

- Com a intervenção anterior, e depois de se demolir a tribuna do bispo, que permitiria a reconstituição de um vão de janela emparedado, era possível encaixar o cadeiral do coro baixo na capela-mor, de forma a não obstruir o cruzeiro.

- O órgão grande, que ocupava o espaço do último arco lateral esquerdo da nave central, seria desmontado, restaurado, e replantado frente à entrada principal, servindo ao mesmo tempo de guarda-vento. O órgão pequeno, único que funcionava, e que estava colocado em frente do grande, seria deslocado, provisoriamente, para o topo norte do transepto, enquanto o grande não estivesse operacional.

⁹⁵ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 14 de Maio de 1899.

⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

⁹⁷ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 4 de Junho de 1899.

- Para que o grande órgão se deslocasse para o local referido, era necessário, previamente, demolir o coro de cima, que já não era o primitivo e que se encontrava em ruína, obstruindo cerca de um terço da nave central. Para tal operação, Rosendo Carvalheira obteve o parecer favorável do bispo.

- Propõe também a demolição de construções exteriores - sacristia, casa do capítulo e outra dependências a servirem na altura para criação de animais -, não só porque se encontravam arruinadas, mas também para que o terreno se pudesse rebaixar e drenar, evitando as infiltrações dentro da igreja. Seria construída nova sacristia em sítio mais aconselhável e, a toda a volta do edifício, projectou um circuito de circunvalação, ajardinado, interligando vários planos.

- Finalmente, para acabarmos de enumerar as intervenções propostas que nos parecem mais importantes, resta falarmos no entaipamento dos *arcobotantes que dos botaréis exteriores das naves laterais partem para os correspondentes da nave central*⁹⁸. As naves laterais teriam cobertura em terraço, permitindo a passagem de luz abundante para a nave central através das doze janelas então entaipadas. Naquela altura, a iluminação da nave central era feita indirectamente, através da luz que entrava pelas janelas rectangulares das paredes que se fizeram crescer sobre os arcobotantes, para montar telhado de telha vã, apoiado nos referidos arcos. Tal disposição favorecia o ambiente insalubre que se patenteava dentro da igreja, naquela altura. Carvalheira propõe repor o que pensava ser a estrutura inicial de terraços e arcobotantes, considerando esta alteração, vandálica, e um dos maiores crimes de *lesa-arte* cometidos naquela igreja⁹⁹.

Com este programa de intervenções, num edifício que Carvalheira integrou no *estilo ogival* da Batalha, pretendia-se impulsionar ainda mais *a corrente acentuada que no país vai lavrando em favor desta cruzada santa e patriótica de respeito pelas nossas tradições monumentais*¹⁰⁰.

Ainda no seu tempo se executam, entre outras obras de menor monta, as seguintes¹⁰¹:

⁹⁸ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 24 de Junho de 1899.

⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁰ CARVALHEIRA, Rosendo, art. cit., *Districto da Guarda* de 11 de Junho de 1899.

¹⁰¹ ABREU, António do Couto - "Relatório da Visita à Sé da Guarda em Fevereiro de 1921" (Processo da Sé da Guarda, D.G.E.M.N.), cit. por NETO, Maria João Baptista - "As intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias", *2º Encore - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, vol. I, LNEC, Lisboa, 1994, p. 405.

- Demolição da parede e cobertura que, a Norte, escondiam os supostos arcobotantes. Segundo Mendes Atanázio, tratava-se de simples arcos torais para suportar as coberturas das naves colaterais¹⁰²; uma vez considerados arcobotantes, houve que refazer os contrafortes para se coadunarem com a suposta função inicial.

- Demolição das escadas para o coro alto, coro alto, casa do capítulo, celeiro episcopal, púlpitos e apeamento do órgão, que depois se perdeu;

- Rebaixamento do pavimento (cerca de 1,10 m), até se encontrar o primitivo, e consequente acrescentamento de bases e fustes de pilastras;

- Remoção de parte dos cadeirais do coro baixo;

- Consolidação de pilares e abóbadas e impermeabilização de terraços;

- Restauro das janelas da nave central;

- Colocação de platibandas nos alçados das naves;

- Desobstrução visual exterior do edifício e início da construção de adros.

Duma maneira geral, o projecto de Rosendo Carvalheira foi executado até à década de cinquenta do nosso século, pela DGEMN, tendo-se realizado uma intervenção nos anos oitenta, com a colaboração técnica do LNEC, através da qual se pretendeu uma impermeabilização efectiva do edifício, bem como a sua consolidação estrutural.

Maria João Baptista Neto, no trabalho historiográfico e crítico sobre as intervenções neste monumento¹⁰³, sublinha que a catedral que hoje temos é o mau resultado da vã tentativa de repor a verdade arquitectónica primordial. Fruto duma geração romântica e positivista de restauradores, pretendeu-se forçar a filiação da Sé da Guarda no paradigmático Mosteiro da Batalha.

Rosendo Carvalheira é, de facto, um lídimo representante do pensamento e da prática da escola de Viollet-le-Duc. Procurando obstinadamente exumar do existente metamorfoseado dos monumentos, as formas primitivas, não se detém na barreira

¹⁰² ATANÁZIO, M. C. Mendes - *Para um estudo crítico da Catedral da Guarda*, Assembleia Distrital da Guarda, Guarda, 1990 e *A Catedral da cidade da Guarda na História*, cit. por NETO, Maria João Baptista - "As intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias", *2º Encore - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, vol. I, LNEC, Lisboa, 1994, p. 401.

¹⁰³ NETO, Maria João Baptista - "As intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias", *2º Encore - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, vol. I, LNEC, Lisboa, 1994, p. 407.

arqueológica, passando à invenção. Invenção como método ou na consequência de leituras erróneas.

3.2.10 A SÉ DE LISBOA E AS OBRAS DE AUGUSTO FUSCHINI

Pelo punho do bibliógrafo, bibliófilo e publicista, Martinho Augusto Ferreira da Fonseca (1869 -1934), funcionário do Ministério das Obras Públicas, ficamos a conhecer dados importantes da filosofia do projecto de restauro da Sé de Lisboa¹⁰⁴. A mesma terá sido iniciada pelo Eng. Augusto Maria Fuschini (1846-1911), pertencente também aos quadros do referido ministério, homem que contava com uma formação prévia em Matemática e em Filosofia, e para quem a Sé de Lisboa terá sido o *isolamento preferido*¹⁰⁵, depois da sua passagem pela política.

O autor lamenta terem-se perdido no incêndio do Cartório da Sé, após o terramoto de 1755, os documentos relativos à história do vetusto edifício medieval, afirmando que, com total certeza, pode-se dizer que o monumento já existia à data da tomada de Lisboa, por D. Afonso Henriques, em 1147. O autor referir-se-á, por certo, a uma preexistência e não ao monumento em si, já que, sendo típico das igrejas fortalezas da Reconquista, só faz sentido a sua existência após a tomada cristã.

O restauro foi decidido pelo Governo, em 1902, tendo-se criado uma Repartição especial para o efeito, dirigida por Augusto Fuschini. Antes desta data, a Sé fora violentada com obras de reparação e de adaptação consideradas bárbaras por este arquitecto¹⁰⁶. Relativamente à filosofia do projecto de restauro, inteiramente aceite por Martinho da Fonseca, não há qualquer dúvida quanto à sua filiação nas teorias da *escola francesa*. Vejamos que projecto tinha para a fachada, que não pôde concluir, por falecimento em 1911:

O delineado projecto desta fachada contrasta, sem dúvida, nos seus diferentes elementos, com a pobreza das torres. Todavia, cingindo

¹⁰⁴ FONSECA, Martinho da - *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1912.

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 32.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 14.

rigor o exige o edifício da Sé, destacaria esse corpo central, fazendo, ao mesmo tempo, desaparecer a monotonia que nos oferece aquela grande mole de pedra, dando assim um maior brilho ao monumento, que é uma arquitectura bastante modesta, sendo, portanto, conveniente enriquecê-lo, num os noutro ponto, sem, contudo, fugir ao aspecto geral, conseguindo por esta forma, não só o seu engrandecimento, como também difundir entre nós as belezas do estilo românico, que, em grande parte, ainda se desconhecem. Ao mesmo tempo, tornaria mais eficaz a acção educativa, atraindo as massas populares, deslumbradas um pouco com a sua riqueza¹⁰⁷.

A riqueza de conteúdo desta citação explica a razão da sua inclusão, apesar de extensa. As palavras não são de Fuschini, mas é de acreditar que ele as subscrevesse, uma vez que são da autoria dum colega de ministério que lhe publica os próprios desenhos do projecto.

Ficamos então a saber que, quer Fuschini, quer Martinho da Fonseca, e por extensão o Ministério das Obras Públicas, concordariam em alterar a fachada existente na altura, porque era monótona, enriquecendo-a com elementos do estilo românico que Portugal não conheceria. Esta intervenção enquadrava-se num propósito pedagógico porque, difundindo as belezas daquele estilo, dava-lhe o esplendor e a beleza que o monumento não possuía e assim atrairia o povinho deslumbrado.

É, de facto, a filosofia do *restauro em estilo*, procurando-se a tal *forma pristina* que poderia nunca ter existido. Aliás, neste caso assumia-se lucidamente que o projecto de restauro contemplava formas fantasiadas só enquadráveis estilisticamente e nunca arqueologicamente. A este respeito, Martinho da Fonseca esclarece que para Augusto Fuschini, *a verdadeira expressão do belo artístico existe na linha que se dá ao trabalho (...) Talvez que, por ser este o seu ponto de vista, foi que Fuschini se interessou sempre medianamente por assuntos propriamente do domínio arqueológico (...)*¹⁰⁸.

Está claro, então, que para Fuschini e para Martinho da Fonseca, o restauro dos monumentos era um bom pretexto para os enriquecer arquitectonicamente, dentro dos cânones estilísticos a que pertenciam. A desprezar estaria a questão arqueológica, a

¹⁰⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 18-19.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 27.

questão da verdade histórica do monumento, dado que o primado da estética se sobrepunha.

A obra real de restauro que Fuschini nos legou, sem que pudesse concluir o seu projecto por falecimento aos 65 anos, resume-se à parte periférica do edifício, já que esta era a mais importante do ponto de vista estético¹⁰⁹.

Os primeiros anos foram dedicados por Fuschini à demolição de acrescentos. Foi o caso da construção de dois pavimentos que se encontravam no lugar da primitiva Capela de Bartolomeu Joanes, que servia para alojamento de pessoal ao serviço da catedral¹¹⁰. Na referida capela, que Fuschini pôde restaurar completamente, havia *dois corpos arquitectonicamente de diferente natureza, e em que um fatalmente prejudicaria o outro, se se restaurasse exactamente como havia sido, Augusto Fuschini tratou de definir as linhas do mais importante sob o ponto de vista arquitectónico, deixando por isso na capela de Bartolomeu Joanes uma perfeita harmonia*¹¹¹.

Faltam-nos pormenores sobre os dois estilos que se mesclavam nesta capela, mas a descrição deixa ver claramente que o que preocupava Fuschini era *realizar praticamente a sua concepção artística*¹¹², e de forma alguma a verdade arqueológica, metamorfoseada ao longo dos tempos.

O texto de Martinho da Fonseca, publicado em 1912, não nos permite, obviamente, seguir a par e passo o trabalho de Fuschini. Aliás, só em presença do projecto e de memórias descritivas tal seria possível. O interesse do texto está em dar-nos as concepções de restauro de dois homens que pertenciam ao mesmo organismo de estado, o Ministério das Obras Públicas. Tendo-se constituído uma Direcção para levar a cabo o restauro da Catedral de Lisboa, liderada por Fuschini, é razoável admitirmos que aquele ministério apadrinhasse as ideias do seu director. Temos então, ainda na primeira década do séc. XX, a *escola francesa* de restauro a prevalecer nas obras tuteladas pelo Estado.

É evidente que o projecto de restauro em estilo teria os seus limites. Por exemplo, o edifício anexo à torre sul, *de pobre estilo renascença*¹¹³, seria poupado. Mas, já num

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 26.

¹¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 27.

¹¹² Idem, *Ibidem*, *passim*.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p. 20.

dos topos do transepto seria construída uma rosácea com vitrais, substituindo uma de ferro, preexistente, e na parte inferior desta, seria aberta uma galeria para igualar uma outra do lado oposto. Após 1911, as obras de restauro tiveram a direcção de António Couto, mantendo-se a intenção anterior de *restituir o estilo primitivo, abrilhantando embora o romântico pobre do edifício dentro dos interesses estéticos da época*¹¹⁴.

3.2.11 GABRIEL PEREIRA E A CONFERÊNCIA SOBRE MONUMENTOS NACIONAIS

A 9 de Maio de 1909, Gabriel Pereira (1847-1911) profere uma conferência intitulada *Monumentos Nacionais*, na Sala da Real Associação de Agricultura¹¹⁵. Trata-se de um interessante trabalho daquele escritor e estudioso da arte eborense, em que faz uma resenha cronológica, a partir do séc. XVI, das iniciativas, legislação, personalidades e associações que intervieram na preservação do património arquitectónico, arqueológico e museológico nacionais. Com o subtítulo *Restaurar e Conservar*¹¹⁶, Gabriel Pereira dá mostras do intelectual actualizado que era, ao resumir as grandes correntes europeias sobre o restauro dos monumentos. Começa por criticar com aspereza Viollet-le-Duc:

*(...) é ridículo mesmo supor perguntas como esta: como faria Miguel Ângelo, ou o Boytac, o Sansovino ou João de Castilho neste caso? Era preciso evocar os espíritos (...) sem dúvida uma bela aspiração, mas positivamente um perigo. Com a teoria de Viollet-le-Duc não há saber ou engenho capazes de salvar as obras de arte do arbítrio; e o arbítrio é neste caso uma falsificação, uma ratoeira aos vindouros, e mentira aos contemporâneos*¹¹⁷.

¹¹⁴ FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2º V., Livraria Bertrand, Lisboa, 1966, p. 76.

¹¹⁵ PEREIRA, Gabriel - *Monumentos Nacionais, Conferência realizada na Sala da Real Associação de Agricultura*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 15 ss.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 16.

Seguidamente cita Camillo Boito e as suas *Questões Práticas de Belas-Artes*¹¹⁸, novamente para condenar a *escola francesa*, sublinhando alguns procedimentos metodológicos de restauro que defendem, essencialmente, acções de manutenção. No caso de se tornar indispensável a alteração do existente, considera imprescindível a realização de memórias descritivas e fotográficas .

*Nada de destruir o que está, salvar da ruína apenas, amparar, limpar, tirar raízes, tapar fendas, lavar com água; e quando for indispensável mexer ou alterar, tirar antes da obra fotografias, plantas, alçados, todas as representações gráficas possíveis*¹¹⁹.

A escolha desta citação, por parte de Gabriel Pereira, esclarece as extremas precauções em que admite o restauro, se bem que a sua simpatia pareça radicar-se mais nas teorias anti-restauracionistas de Renan e de Ruskin, que considera *espíritos superiores*. Do primeiro, cita a obra *Melanges d' histoire et de voyages (...)*, onde se afirma que *há uma só maneira de não ser tratado de vândalo, é a de nada destruir, é deixar os monumentos do passado tais como estão*¹²⁰. De Ruskin, transcreve algumas passagens de *As Sete Lâmpadas da Arquitectura*, com as quais se identifica:

*(...) o que se tem feito é desprezar os monumentos e depois querem restaurá-los. Com algumas folhas de chumbo colocadas a tempo nos tectos, limpando canos e algerozes das folhas secas e das poeiras acumuladas teriam salvado primores de arte... e não se perturbem com o aspecto de uma linha de ferro, ou de uma escora rude, uma moleta serve mais que uma perna cortada. Nada de substituições mentirosas. Não temos o direito de tocar nos monumentos. Não nos pertencem; eles são daqueles que os fizeram, e das gerações que hão-de seguir-se a nós*¹²¹.

Com este texto de Gabriel Pereira, podemos concluir que no princípio do séc. XX havia, em Portugal, um claro conhecimento das várias concepções de restauro na Europa. Quanto à escola francesa seguida em Portugal, Gabriel Pereira é demolidor:

¹¹⁸ BOITO, Camilo - *Questioni pratiche di belle arti*, Hoepli, Milan, 1893.

¹¹⁹ PEREIRA, Gabriel, *ob. cit.*, pp. 16 e 17.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 17.

¹²¹ Idem, *Ibidem*, pp. 17 e 18.

restauros à francesa, em todo o seu radicalismo, não, pois *em Portugal fizeram-se inúmeras barbaridades: gastaram-se grossas quantias em serenos vandalismos*¹²².

3.2.12 ERNESTO KORRODI E OS ESTUDOS DE RECONSTRUÇÃO DO CASTELO DE LEIRIA

O arquitecto, escultor decorativo e professor de desenho, Ernesto Korrodi (1870-1944)¹²³, vem da Suíça para Portugal, a convite do governo português, onde exerce a docência da disciplina de desenho nas escolas industriais de Braga e de Leiria. Arquitecto autodidacta, é o autor de inúmeros edifícios, um dos quais, em Lisboa, ganha o prémio Valmor.

Membro da Academia de Belas-Artes, sócio da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses e da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, a sua paixão neste domínio foi, sem dúvida, o Castelo de Leiria, ao qual dedicou estudo histórico-arquitectónico aturado, editando-se o trabalho em 1898, através do Instituto Poligráfico de Zurique¹²⁴. Com o engenheiro Afonso Zúquete, funda a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, associação que toma à sua guarda o castelo e patrocina obras de consolidação e restauro que Korrodi dirige.

Perante a ruínosa indiferença das entidades públicas face ao vetusto monumento, afirma ser por nobre piedade patriótica e por indignação de artista que se lança no afã da investigação histórico-arqueológica, com a finalidade de fundamentar uma posterior reconstituição do castelo propriamente dito, do palácio real, da capela de Nossa Senhora da Penha, e ainda, da capela de São Pedro, já fora do amuralhado da cidadela.

Consciente da dificuldade da sua empresa, queixa-se da falta de estudos sobre monumentos medievais portugueses, sobretudo de estudos gráficos, aceitando ser arrojado reconstituir graficamente os edifícios em causa a partir de um tão avançado

¹²² Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹²³ Sobre Ernesto Korrodi foi publicado, recentemente, o seguinte trabalho: COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Estampa, Lisboa, 1997.

¹²⁴ KORRODI, Ernesto - *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria. Reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa*, Instituto Poligráfico de Zurique, Zurique, 1898.

estado de ruínas. Contudo, essa reconstituição gráfica é realizada, em belas e numerosas estampas. É claro que, se compararmos os desenhos do existente, com as propostas gráficas de reconstrução, e considerando a exígua justificação, quer teórica quer arqueológica das opções tomadas, cedo nos apercebemos tratar-se duma simples reconstrução em estilo. A consolidação e reconstituição do património edificado são empreendidas sob a direcção de Korrodi, nas primeiras duas décadas do nosso século.

Tomadas as obras de restauro a cargo da DGEMN, algumas críticas são dirigidas à metodologia anterior a 1926¹²⁵. Assim, são apontados os seguintes erros: construção fantasiosa dum alpendre de madeira e telha junto à Torre de Menagem, duma escada de acesso à Alcáçova e duma casa da guarda em estilo gótico; utilização de betão armado, em vez de madeiramentos, em pisos e coberturas. As construções fantasiosas são criticadas por ausência de vestígios arqueológicos. O emprego do betão é criticado por anacronismo. Mas em substância, a reconstrução em estilo é implicitamente aceite.

3.3 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO FACE À SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

A responsabilidade da Primeira República em relação ao património era evidente: o Decreto de 16 de Junho de 1910¹²⁶ já consagrara em lei a lista dos Monumentos Nacionais; havia agora que os preservar, criando para isso as necessárias estruturas administrativas de Estado.

A primeira iniciativa com repercussões directas nesta matéria foi a publicação do Decreto de 19 de Novembro de 1910¹²⁷, entrando imediatamente em vigor e pedindo regulamentação por parte da Academia de Belas-Artes de Lisboa. Impedia a venda de *obras de arte, objectos arqueológicos* e outros que *pelo seu valor documental ou pelas*

¹²⁵ *Boletim* nº 1 da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, [Lisboa], Setembro de 1935, pp. 15-16.

¹²⁶ Decreto de 16 de Junho de 1910, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, DG nº 136 de 23 de Junho de 1910.

¹²⁷ Decreto de 19 de Novembro de 1910, do Ministério do Interior, Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 2ª Repartição, DG nº 41 de 22 de Novembro de 1910.

recordações ou tradições que lhes andem ligadas, mereçam o qualificativo de históricos.

O decreto, que se dizia conforme às leis italiana, espanhola e dos E. U. A. sobre a mesma matéria, visava, fundamentalmente, impedir a saída descontrolada de obras de arte do país, mesmo para exposições temporárias (a não ser que as obras em causa não estivessem integradas em museus portugueses) e garantir o direito de preferência para o Estado, das vendas, no país, de objectos artísticos ou arqueológicos de propriedade particular. Ficava também interdita qualquer alienação patrimonial pretendida por instituições directa ou indirectamente subvencionadas pelo Estado, desde que não autorizada pelo Ministério do Interior. Para que tal fosse possível, era ainda necessário o parecer favorável das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto ou do Museu Etnológico Português, conforme a localização geográfica do artefacto ou a sua natureza artística ou arqueológica.

Mas, mais ou tão importante que o articulado deste decreto, é o seu preâmbulo. Começando por salientar a grande ignorância do povo português em matéria artística, a par de um crescente interesse pela mesma matéria por parte da intelectualidade portuguesa, enumera os momentos históricos do nosso depauperamento, a saber: a dominação espanhola, as mutilações provocadas pela Inquisição, o Terramoto de 1755, as invasões francesas e a liquidação anárquica dos bens das Ordens Religiosas após o triunfo do liberalismo. Como exemplares, no domínio da protecção e criação do património artístico, refere as épocas da segunda metade do séc. XV, primeira do séc. XVI, o séc. XVIII e as primeiras décadas do XIX. Aqui, podemos ler uma certa evolução relativamente às posições românticas, obcecadas pela Idade Média.

À falta de um inventário que permitisse um maior controlo sobre os bens patrimoniais, artísticos e históricos - sublinhem-se as duas instâncias (histórica e estética) que conferem valor patrimonial, claramente evidenciadas no decreto -, o Governo tinha consciência de que só o fomento da educação artística e o progresso geral do país poderiam obstar à delapidação patrimonial. Até que esse investimento de fundo não se fizesse, o Governo pretendia acautelar o património móvel português através desta e outras disposições jurídicas.

O confronto político entre a República e a Igreja Católica também se repercutiu ao nível do património, começando com uma nova expulsão das ordens religiosas ainda em 1910. Devido ao enorme poder económico, monopólio cultural, influência política e à intromissão permanente da Igreja no Estado, a República nasceu, necessariamente, anticlerical. As leis liberais não tinham afectado o clero secular, e o regular, foi-se restabelecendo com a lei de Hintze Ribeiro, de 1901, ao permitir a reconstituição de institutos religiosos que se dedicassem a actividades educacionais ou caritativas. A título de exemplo, à data da revolução republicana, os Jesuítas, não sendo a congregação mais numerosa, era com certeza a mais influente, pelas associações laicas que controlava (o Apostolado da Oração), pelas inúmeras escolas que possuía e até pelos políticos que, a partir de 1904, defendiam as suas posições na Câmara dos Deputados, através do Partido Nacionalista, que ajudaram a constituir. Inspirada nas leis francesas de 1905, decreta-se a *Lei da separação do Estado das igrejas*¹²⁸, a 20 de Abril de 1911, que trará ao património construído alguma perturbação. Em síntese, a grande alteração que a lei introduziu relativamente à gestão e à conservação do património foi a seguinte:

- Todos os bens imobiliários e mobiliários aplicados ao culto da religião católica transitaram para a propriedade do Estado, com excepção dos de propriedade privada ou de corporações com personalidade jurídica (Art. 62º);

- No arrolamento destes bens, os que se julgassem com *valor artístico ou histórico, e que ainda não estivessem classificados como monumentos nacionais*, constariam num inventário especial *para efeitos do decreto com força de lei de 19 de Novembro de 1910, relativo à protecção das obras de arte nacionais* (Art. 75º);

- Os edifícios não necessários ao culto poderiam ser afectados a qualquer fim de interesse social (Art. 90º);

- Os imóveis e os móveis que passaram para a propriedade do Estado eram cedidos por este, de forma gratuita, para a realização do culto, do ensino religioso ou para habitação dos ministros (Art(s). 89º e 98º);

- A guarda e conservação dos bens em causa ficava a cargo das Juntas de Paróquia, mas os fundos para tal seriam disponibilizados pelas corporações ou pelos ministros encarregados do culto (Art. 106º, 107º e 110º).

¹²⁸ Lei da separação do Estado das igrejas, decreto do Ministério da Justiça, de 20 de Abril de 1911, DG nº 92 de 21 de Abril de 1911.

Em suma, a propriedade de vastíssimos bens mudava de mãos, mas a sua guarda e conservação era onerada aos espoliados. Tal perturbação terá constituído, por certo, um factor negativo do ponto de vista da preservação do património, embora, ao que julgamos saber, ainda não convenientemente estudada. Em 1914 a lei começou a ser revista, apaziguando-se as tensões entre Estado e Igreja a partir do triunfo do Sidonismo (1917). Mas já a partir de 1916 algumas ordens religiosas entraram sub-repticiamente em Portugal e as relações diplomáticas com o Vaticano, quebradas em 1913, restabelecem-se em 1918. Só em 1929 haverá permissão oficial para a entrada no país das ordens religiosas expulsas. E só com a Concordata de 1940, em que se reconhecem direitos essenciais à Igreja, se consegue, da parte desta, algumas concessões no que se refere a bens confiscados.

A 26 de Maio de 1911 são publicados mais dois decretos, o Decreto nº 1 e o Decreto nº 2¹²⁹, emanados do Governo Provisório da República, reorganizando os serviços artísticos e arqueológicos (Decreto nº 1) e as Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (Decreto nº 2). Merece especial atenção a reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, já que introduz modificações orgânicas importantes com repercussão nos monumentos nacionais. Assim, o país é dividido em três circunscrições, correspondendo, grosso modo, aos actuais Norte, Centro e Sul do país, com sedes, respectivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa. Estas circunscrições, que dividem entre si a *defesa dos interesses artísticos e arqueológicos* nacionais, possuem, a dirigil-as, *Conselhos de Arte e Arqueologia*. São atribuições destes conselhos, entre outras, a classificação, conservação e restauro dos monumentos, bem como as iniciativas de valorização de todo o património histórico e artístico, nomeadamente através de exposições, conferências e dinamização dos museus. Também a aquisição de peças e a inventariação geral são tarefas cometidas a estes novos órgãos.

Em termos orgânicos, as tarefas de salvaguarda do património que haviam sido incumbidas às Academias de Belas-Artes pelo Decreto de 19 de Novembro de 1910, passam agora a ser realizadas por estes novos Conselhos de Arte e Arqueologia. Especificamente, as tarefas de classificação, conservação e restauro dos monumentos são

¹²⁹ Decretos nºs 1 e 2 de 26 de Maio de 1911, do Governo Provisório da República Portuguesa, DG nº 124 de 29 de Maio de 1911.

levadas a cabo por uma *comissão especial* denominada *Comissão dos Monumentos*. Desta fazem parte *seis artistas (na sua maioria arquitectos) e cinco escritores de arte e arqueólogos*, tendo também assento efectivo, na 1ª circunscrição, um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Extingue-se o anterior Conselho dos Monumentos Nacionais, a funcionar, com inúmeras reestruturações, desde 1882.

Para além da classificação de monumentos nacionais, o Decreto nº 1 prevê que outros edifícios que revelem algum interesse artístico ou histórico sejam arrolados, em cadastro especial¹³⁰, estando sujeitos a regulamentos restritivos no que concerne a obras de restauro. Aos administradores de concelho dão-se responsabilidades de fiscalização sobre os monumentos nacionais e poderes para a suspensão de trabalhos, vedação de zonas, etc.. Estabelece-se ainda, na legislação em apreço, a inscrição duma verba anual no Orçamento de Estado para a conservação e restauro dos monumentos nacionais. Superintendendo esta nova orgânica, é ainda criado o Conselho de Arte Nacional, com sede em Lisboa, cuja organização e funcionamento será objecto de legislação específica¹³¹, passando a designar-se por Conselho Superior de Arte e Arqueologia. Esta estruturação, descentralizadora e culturalista bem ao jeito republicano, não daria resultados historicamente palpáveis, não só pela ausência da componente técnica nos órgãos centrais, como pelo período crítico que então se vivia a nível económico, sobrevivendo a guerra.

No período do pós-guerra, a reorganização mais importante ocorreu em 1920, com a criação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹³², no seio do Ministério do Comércio e Comunicações, dirigindo *todos os serviços de arquitectura e construção civil do Estado (...) bem como (...) dos monumentos nacionais*. Ultrapassado o período crítico da guerra, e sob a direcção de um ministério de obras públicas, levam-se à prática algumas intervenções importantes, superiormente dirigidas pelo Arq. Adães Bermudes: na Sé de Lisboa, no Castelo de Leiria, nos Jerónimos, no Mosteiro de Odivelas, no Convento de Cristo de Tomar, entre outras¹³³. No entanto,

¹³⁰ A título de exemplo, o Decreto nº 3027 de 14 de Março de 1917, DG nº 38, classifica de monumentos nacionais vários edifícios da cidade de Santarém, classificando também, outros, como *edifícios de valor artístico e arqueológico*.

¹³¹ Decreto nº 1422, de 13 de Março de 1915, do Ministério da Instrução Pública, Repartição de Instrução Artística, D. G. de 20 de Março de 1915.

¹³² Decreto nº 7 038 de 17 de Outubro de 1920, DG nº 209.

¹³³ NETO, Maria João Q. L. Baptista (1995), *ob. cit.*, Quadro 2.2, pp. 218 e 219.

permanecia a confusão de competências ao nível do Estado, entre os Conselhos de Arte e Arqueologia - na esfera de influência do Ministério da Instrução -, a novel Administração Geral - do Ministério do Comércio e Comunicações - e, ainda, o Conselho de Património da Repartição do Património do Ministério das Finanças¹³⁴. No fundo, permanecia o conflito, ainda hoje existente, entre os domínios da cultura e das obras públicas pelo pelouro das intervenções nos monumentos.

Em 1924, através da Lei nº 1700 de 18 de Dezembro¹³⁵, a coordenação das diferentes entidades que tinham a seu cargo os serviços artísticos e arqueológicos, passa a ser exercida pela Direcção-Geral das Belas-Artes¹³⁶, no âmbito do Ministério da Instrução Pública. Passa a funcionar, também, um Conselho Superior de Belas-Artes, da presidência do ministro, com funções e composição semelhantes às do anterior Conselho Superior de Arte e Arqueologia. Depois de um período de conflitos e indefinições - dada a falta de regulamentação da lei -, o Decreto nº 11 445, de 13 de Fevereiro de 1926¹³⁷, vem suprir esta lacuna, transferindo-se os técnicos da Administração Geral para a 3ª Repartição de Belas Artes, nomeadamente os arquitectos Adães Bermudes, António Couto e Baltazar Castro, o primeiro dos quais assumindo a chefia. Voltavam os monumentos para o domínio da cultura. Na referida regulamentação, o Capítulo VI, *Dos monumentos e palácios nacionais*, estabelecia, como tarefas da 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes, entre outras, a elaboração de projectos de conservação e restauro, o estímulo à *criação de comissões locais de amigos dos monumentos*, a actualização do inventário geral dos imóveis classificados - aparecendo, pela primeira vez, a designação de *imóveis de interesse público* -, a fiscalização da utilização dada aos monumentos e a promoção de processos judiciais contra todos os que os prejudiquem.

Podemos concluir que, pelo menos a nível administrativo, os governos da Primeira República souberam responder às novas questões levantadas pela existência de uma lista de monumentos classificados. Havia que passar de uma fase embrionária, amadora, voluntarista, corporizada pelas inúmeras comissões de personalidades, para uma fase em

¹³⁴ Decreto nº 6 184 de 29 de Outubro de 1919, DG nº 220.

¹³⁵ Lei nº 1700 de 18 de Dezembro de 1924, do Ministério da Instrução Pública, DG nº 281.

¹³⁶ A Direcção-Geral de Belas-Artes foi criada no âmbito da reestruturação do Ministério da Instrução Pública operada através do Decreto nº 5267 de 13 de Março de 1919, DG nº 58. O Ministério da Instrução Pública fora criado pela Lei nº 12 de 7 de Julho de 1913, DG nº 156.

¹³⁷ Decreto nº 11 445, de 13 de Fevereiro de 1926, DG nº 34.

que era o próprio aparelho de Estado a assumir organicamente a inventariação, a conservação, o restauro e a valorização do património construído.

Num primeiro momento, os governos republicanos tomaram medidas cautelares, tendo em conta que se encontravam num período revolucionário, com toda a inquietação social que conduz, não raro, à fuga de bens para o exterior. Num segundo momento, o aparelho de Estado, através do Ministério da Instrução Pública, organizou os serviços que haviam de tomar a seu cargo os monumentos nacionais. Da filosofia desta estruturação, fica-nos a intenção descentralizadora, claramente estabelecida na criação das três circunscrições administrativas, à frente das quais os respectivos Conselhos de Arte e Arqueologia detinham poderes decisórios a todos os níveis. A sua pouca eficácia, pela falta de verbas e de pessoal técnico e pelo excesso de burocracia, levou a que, durante algum tempo, o domínio das obras públicas se sobrepusesse na intervenção nos monumentos. Mas a Primeira República acabou repondo a filosofia de que, intervir nos monumentos, é uma questão eminentemente cultural, e só depois uma questão técnica.

Ao mesmo tempo que esta estruturação orgânica se processava, a lista dos monumentos classificados não parou de crescer, tal como o número de museus¹³⁸, para albergar algum do vasto espólio de arte móvel que escapou da depredação provocada pela venda, abandono ou reabilitação para outros fins, dos institutos religiosos.

¹³⁸ Alguns dos museus criados no período da Primeira República:

- 1915, são criados os museus de Évora e do Abade de Baçal em Bragança;
- 1916, é criado o Museu Grão-Vasco em Viseu;
- 1917, são criados os museus de Leiria, Lamego e de João de Deus em Lisboa.
- 1918, é criado o museu D. Diogo de Sousa em Braga;
- 1921, é criado o Museu D. Lopo de Almeida em Abrantes.

IV

A ORGÂNICA DA DITADURA MILITAR E DO ESTADO NOVO FACE AO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

4.1 A CRIAÇÃO DA DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS EM 1929 E A SUA RESTRUTURAÇÃO EM 1930

Depois de uma ténue reorganização, em 1928, que visou dar *realidade ao que até agora não tinha sido efectivado, ou seja o Conselho Superior de Belas Artes*¹, a grande e definitiva reviravolta organizativa acontece com a criação, em 1929, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)², sob a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações. Seria, até ao fim do regime, a preponderância de uma visão mais tecnocrática e centralista da intervenção nos monumentos - por oposição à republicana, mais culturalista e descentralista -, se bem que subordinada a ditames políticos e ideológicos claros. Mas o pelouro das obras, esse, não mais sairia do domínio

¹ Decreto nº 15 216 de 14 de Março, DG nº 67.

² Decreto nº 16791 de 25 de Abril de 1929, DG nº 97, I Série, de 30 de Abril de 1929.

das Obras Públicas, o que se viria a revelar estratégico e decisivo para a definição da filosofia de intervenção e para a eficácia geral das obras de “reintegração”. A nova organização eliminava a dispersão de serviços³ e impunha uma *unidade de orientação*. Segundo Maria João Baptista Neto, *a esta vitória das Obras Públicas não foi, com certeza, estranho o poder dos engenheiros militares que exerciam o seu peso nos quadros superiores daquele ministério*⁴.

A DGEMN compreendia a Repartição Central, a Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, a do Sul e a Direcção dos Monumentos Nacionais. Todas as unidades orgânicas eram obrigatoriamente dirigidas por engenheiros, com excepção da que superintendia os monumentos, que o era por um arquitecto.

As obras poderiam ser geridas directamente pela Direcção-Geral ou por comissões administrativas propostas pelo Director-Geral, prioritariamente sob regime de empreitada, saindo as respectivas verbas dos orçamentos dos ministérios a que os edifícios estavam afectos. Salvo algumas excepções - edifícios dos Ministérios da Guerra e da Marinha, da Guarda Fiscal e da Guarda Republicana, por exemplo - todos os edifícios do património do Estado ficavam tutelados por esta Direcção-Geral, tratando-se ou não de monumentos nacionais.

À Direcção dos Monumentos Nacionais passam a competir as atribuições anteriormente consignadas à 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes, nomeadamente⁵:

- a elaboração e execução de projectos de conservação e restauro dos monumentos nacionais;
- a promoção da colaboração dos proprietários dos monumentos nacionais na sua salvaguarda;
- o estímulo à criação de comissões cívicas locais de amigos dos monumentos;

³ A criação da DGEMN obrigava, necessariamente, à extinção de organismos afins que anteriormente exerciam as mesmas funções: a Secção de Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública, a Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais e a Repartição dos Monumentos Nacionais que funcionava na Direcção-Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública.

⁴ Ver NETO, Maria João Baptista - “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal, 1929-1999”, in *Caminhos do Património*, DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 26.

⁵ Lei nº 1 700 de 18 de Dezembro de 1924, DG nº 281, Capítulo VI, *Dos monumentos e palácios nacionais*, e Decreto nº 11445 de 13 de Fevereiro de 1926, DG nº 34, I Série, de 13 de Fevereiro de 1926, Capítulo VI, *Dos monumentos e palácios nacionais*.

- a actualização do inventário geral dos imóveis classificados;
- o zelo por uma boa utilização dos monumentos nacionais;
- a fixação de zonas de protecção aos monumentos;
- a instauração de processos judiciais contra todos os que prejudicassem, de alguma maneira, a integridade material e estética dos monumentos;
- a elaboração de um plano anual de obras de conservação e restauro.

Mantinha-se em funções o Conselho Superior de Belas-Artes, da presidência do Ministro da Instrução Pública, como *organismo técnico principal de consulta*, de que faziam parte os três Conselhos de Arte e Arqueologia com sedes em Lisboa, Coimbra e Porto. O Director dos Monumentos Nacionais era vogal nato neste conselho.

Em intervenções importantes, a aprovação dos projectos da DGEMN, pelo ministro, obrigava ao parecer prévio do Conselho Superior de Belas-Artes. Tratando-se de projectos cujo orçamento não excedesse os 10 000\$00, poderiam ser aprovados directamente pelo respectivo Director-Geral.

Em 1930, a DGEMN restructurou-se organicamente: a Direcção do Monumentos Nacionais é extinta, criando-se em seu lugar a Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, com sede no Porto, e a Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul, com sede em Lisboa. O Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais passa a ser vogal nato do Conselho Superior de Belas Artes, substituindo nessas funções o Director dos Monumentos Nacionais⁶.

4.2 A CENTRALIZAÇÃO DE 1932 E AS COMISSÕES MUNICIPAIS DE ARTE E ARQUEOLOGIA. A NOVA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE BELAS-ARTES EM 1933

A centralização iniciada com a criação da DGEMN, no plano da execução prática das obras de *reintegração* dos monumentos nacionais, é aprofundada, organicamente, com a extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia em 1932⁷. Estas três entidades

⁶ Decreto nº 18070 de 7/3/1930, DG nº 56, I Série, com a mesma data.

⁷ Decreto nº 20985 de 7 de Março de 1932, DG nº 56, I Série, da mesma data.

regionais, de inspiração republicana, criadas em 1911, tinham, como já vimos atrás, funções consultivas e deliberativas, representando uma verdadeira descentralização nas funções de conservação e restauro dos monumentos nacionais.

A gestão de todo o processo foi então centralizada pelo Ministério da Instrução Pública através do Conselho Superior de Belas-Artes, esvaziado dos três Conselhos de Arte e Arqueologia e apresentando a seguinte constituição: Ministro da Instrução Pública, a presidir, Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, como vice-presidente, e, como vogais, o Director-Geral dos Edifícios Públicos (sic) e Monumentos Nacionais, o Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes, o Inspector-Geral das Bibliotecas e Arquivos, o Director da Escola de Belas-Artes de Lisboa, os Directores dos Museus de Arte Antiga, de Arte Contemporânea, dos Coches e do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos, um representante da Academia das Ciências, um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um representante da Sociedade dos Arquitectos, um pintor, um escultor e um arquitecto da livre escolha do ministro e o Chefe de Repartição do Ensino Superior de Belas-Artes, como secretário, sem direito a voto. O Conselho Superior de Belas-Artes, anteriormente liderado pelos Conselhos de Arte e Arqueologia, convertia-se agora num órgão de cúpula controlado pelo Ministro da Instrução Pública. Superintendendo nas questões técnicas e administrativas, deixava os estudos académicos a cargo da Academia Nacional de Belas-Artes, criada em diploma da mesma data.

Tentando evitar, na aparência, um afastamento radical entre as regiões e o seu património, *prevê-se a constituição facultativa* de Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, nos concelhos em que existissem monumentos nacionais. A “regionalização” republicana era substituída por uma *rede de elementos corporativos*, sem poder interventivo, a que competia:

- incentivar a criação de grupos de amigos dos monumentos e museus municipais;
- angariar fundos para as obras de intervenção nos monumentos;
- propor obras e promover acções culturais centradas nos monumentos;
- colaborar na inventariação dos bens artísticos.

Como se pode concluir, estas comissões não tinham qualquer poder decisório. E como órgãos consultivos, apenas intervinham quando superiormente solicitadas, o que

lhes esvaziava qualquer capacidade de intervenção. Eram órgãos colaborantes, corporativos, dóceis, a avaliar pela sua composição, completamente manipulada pelo braço tentacular do Ministro da Instrução Pública. Assim, as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia eram compostas por cinco vogais (no mínimo) propostos pelo Conselho Superior de Belas-Artes e nomeados pelo ministro. Também deles faziam parte, o Presidente da Câmara, o Director do Museu Municipal, se o houvesse, um professor local, também escolhido pelo respectivo ministro, os párocos das freguesias que possuíssem monumentos religiosos de valor e ainda três vogais, escolhidos uma vez mais pelo ministro, dentre os sócios dos grupos de amigos dos monumentos. Como se constata, estas comissões não representavam os municípios, mas sim o Governo nos municípios.

Estabeleceu-se ainda, no que concerne à classificação dos monumentos, as categorias de *monumento nacional* e de *imóvel de interesse público*. As propostas de classificação poderiam ser feitas pelas entidades públicas, cabendo aos particulares a possibilidade de fazer *pedidos*. Um mês depois, regulamentou-se a parte respeitante aos monumentos arqueológicos⁸, definindo-se os imóveis e os móveis que poderiam ser classificados como monumentos arqueológicos nacionais, e regulamentando-se também as escavações, guarda e vigilância deste tipo de valores.

No tocante a medidas cautelares sobre os monumentos, destaca-se a possibilidade de expropriação de construções que atentassem contra a conservação, ou desvirtuassem a leitura visual dos monumentos, bem como uma série de condicionamentos sobre os terrenos e construções numa área de 50 metros à sua volta.

A progressiva consciencialização estética de que a beleza de um qualquer edifício, tratando-se ou não de imóvel classificado, é sempre o resultado dele próprio e do seu envolvimento, ou seja, é sempre o resultado de um conjunto, conduziu a que, ainda em 1932, se legisse no sentido de estabelecer *zonas de protecção*⁹. Dentro destas, estava ainda prevista a possibilidade de se delimitarem *áreas vedadas à construção*. Tratando-se de monumentos nacionais, as propostas para o estabelecimento das referidas protecções teriam que ser elaboradas pela DGEMN e acompanhadas de parecer do Conselho Superior de Belas-Artes.

⁸ Decreto nº 21117 de 18 de Abril de 1932, DG nº 91.

⁹ Decreto nº 21875 de 18 de Novembro de 1932, DG nº 271

Um ano depois, em 1933, alterou-se a constituição do Conselho Superior de Belas-Artes¹⁰. Assim:

- o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais deixaram de fazer parte do Conselho Superior de Belas-Artes, podendo assistir a todas as reuniões, com direito a voto;

- em vez de um, passaram a ser dois os arquitectos escolhidos pelo Ministro da Instrução Pública, dentre os quatro artistas que faziam parte do referido conselho;

- em vez de Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, o conselho poderia optar por simples colaboradores da sua escolha e nomeação ministerial: os vogais correspondentes.

As novas disposições esvaziaram ainda mais as possibilidades de intervenção e a representatividade regional das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia. Era o caminho da centralização absoluta do poder decisório relativamente ao património construído, a que se seguiria, em 1936, o total constrangimento ideológico através da nova reestruturação orgânica que criará a toda poderosa Junta Nacional da Educação.

Ainda em 1933¹¹, reorganizaram-se os quadros de pessoal da DGEMN, devido à integração de funcionários procedentes de outros organismos públicos.

4.3 A REESTRUTURAÇÃO DA DGEMN EM 1935

Em 1935¹² reestruturaram-se os serviços do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, de que fazia parte a DGEMN, apresentando, nos serviços centrais, uma repartição de estudos de edifícios, uma repartição de obras de edifícios, uma repartição de estudos e obras de monumentos, uma divisão de urbanização, uma secção de expediente geral, pessoal, contabilidade e arquivo, e um laboratório de ensaio e estudo de materiais.

¹⁰ Decreto-lei nº 22860 de 20 de Julho de 1933, DG nº 162, I Série, da mesma data (dá nova redacção aos Art (s). 10º, 12º e 20º do Decreto nº 20 985).

¹¹ Decreto-lei nº 22787 de 29 de Junho de 1933, DG nº 144, I Série, da mesma data.

¹² Decreto-lei nº 26117 de 23/11/1935, DG nº 272, I Série, da mesma data.

A nível de serviços externos, registou-se a primeira grande desconcentração: foram criadas quatro direcções externas de edifícios, uma das quais a do Sul, com sede em Évora, embora o distrito de Portalegre pertencesse ao Centro, com sede em Coimbra; foi também criada uma direcção externa de monumentos, não referindo a legislação em apreço qualquer outra indicação. O que se verificou foi que a descentralização apenas aconteceu ao nível dos edifícios nacionais. Quanto aos monumentos, foram os serviços unificados numa única Direcção dos Monumentos Nacionais, com Secções dela dependentes: Évora, a partir de 1936, possuía a Direcção dos Edifícios do Sul e a 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, englobando esta os monumentos do distrito de Portalegre.

4.4 A CRIAÇÃO DA JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM 1936 E O CONDICIONAMENTO IDEOLÓGICO

Com a remodelação do Ministério da Instrução Pública, em 1936, doravante denominado Ministério da Educação Nacional (MEN), o Conselho Superior de Belas-Artes desaparece, enquadrando-se os monumentos nacionais na 6ª Secção (Belas-Artes) da recém-criada Junta Nacional da Educação (JNE)¹³. A profunda reforma agora empreendida era protagonizada por Salazar e pelo Ministro da Instrução Pública, António Faria Carneiro Pacheco.

Presidida pelo Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes, a 6ª Secção da JNE estava subdividida em quatro subsecções: 1ª (*Artes plásticas, museus e monumentos*), 2ª (*Antiguidades, escavações e numismática*), 3ª (*Música, arte cénica e canto coral*), 4ª (*Literatura, bibliotecas e arquivos*)¹⁴.

Era, pois, a 1ª Subsecção da 6ª Secção da JNE, a estrutura que desde então comandava as intervenções nos monumentos nacionais. Usamos o verbo comandar porque os textos legislativos em questão sublinham a observância da rigorosa hierarquia então instituída no ministério.

¹³ Lei nº 1941 de 11 de Abril de 1936, DG nº 84, I Série, da mesma data.

¹⁴ Decreto-lei nº 26611 de 19 de Maio de 1936, DG nº 116, I Série, da mesma data.

Para além do seu presidente, a 6ª Secção era co-presidida pelos representantes das suas quatro subsecções. Da 1ª Subsecção faziam parte:

- um vice-presidente e quatro a seis vogais nomeados pelo ministro;
- os Directores do Museu Nacional de Arte Antiga e o do Museu Nacional de Arte Contemporânea;
- um representante de cada tipo de museu, nomeados pelo ministro;
- um delegado da Inspecção das Belas-Artes;
- o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;
- um representante da Sociedade Nacional de Belas-Artes;
- um representante dos municípios que possuíssem museu;
- o Presidente do Conselho Nacional de Turismo;
- o Director do Secretariado da Propaganda Nacional.

Na composição desta estrutura, que vem substituir o Conselho Superior de Belas-Artes, nota-se a ausência dos representantes das associações de arquitectos e de arqueólogos e a presença sintomática do Director do Secretariado da Propaganda Nacional. A nova estrutura estava, pela sua integração numa pirâmide hierárquica que tinha o ministro no vértice (ou o Presidente do Conselho de Ministros), e pela ligação a propósitos propagandísticos do regime, falha de independência orgânica e enviesada do ponto de vista científico. Aliás, como todas as estruturas de Estado a partir de 1936, estava manietada ideologicamente¹⁵.

Quanto às competências técnicas¹⁶ desta 1ª Subsecção, da 6ª Secção, da JNE, contavam-se, entre as mais importantes:

¹⁵ É sintomático que, na selecção do professorado, se consagre em lei a exigência da cooperação dos professores *na formação do espírito nacional* (Lei nº 1 941 de 11 de Abril de 1936, DG nº 84, I Série, de 11 de Abril de 1936, Base V).

¹⁶ Competências técnicas da 1ª Subsecção, da 6ª Secção, da JNE:

- promoção de exposições de artes plásticas e a instituição de prémios;
- constituição de *núcleos locais de protecção estética*;
- instituição de um museu de artes plásticas em todas as sedes de concelho;
- desenvolvimento do gosto pelas colecções de obras de arte, que por *dever patriótico (...) os mais abastados* deveriam adquirir (Decreto-lei nº 26611 de 19 de Maio de 1936, DG nº 116, I Série, da mesma data, Título III, Art.º 21, § 1º, nº 4º);
- realização do inventário dos bens móveis e imóveis de notável valor estético;
- definição dos perímetros de protecção dos imóveis classificados e proposta, orientação e fiscalização de trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização;
- orientação dos serviços de inspecção dos museus;
- publicação, em boletim ilustrado, do cadastro artístico português, bem como a orientação da produção de documentários audiovisuais sobre o mesmo tema;

- a realização do inventário dos bens móveis e imóveis de notável valor estético;
- a definição dos perímetros de protecção dos imóveis classificados e a proposta, orientação e fiscalização de trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização;
- a emissão de parecer estético sobre projectos de urbanização, construção de edifícios públicos e transformação de palácios nacionais, jardins, parques, tapadas e monumentos comemorativos.

A JNE definia-se como um órgão técnico e consultivo, a funcionar junto do ministro - sendo presidido por ele quando assistisse às reuniões -, tendo, como grande finalidade expressa, *o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física*¹⁷.

O órgão de cúpula da JNE, que era o executivo, denominava-se Conselho Permanente da Acção Educativa e era constituído pelos presidentes de todas as secções sob a presidência do Presidente da JNE, personalidade da escolha do ministro.

Simultaneamente, é instituída a organização nacional pré-militar da juventude portuguesa, escolar ou não, de carácter obrigatório, não abrangendo o ensino superior. Nascia a Mocidade Portuguesa, organização que constituía um veículo de consecução de um dos objectivos da JNE: *promover tudo quanto possa concorrer para aumentar o vigor da raça portuguesa*¹⁸.

A Mocidade Portuguesa visava *a formação do carácter e a devoção à Pátria no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar*¹⁹.

É particularmente esclarecedora a finalização do decreto que estamos a analisar. No seu Art.º 57, o neófito Ministério da Educação Nacional alia-se empenhadamente na comemoração do *Ano X da Revolução Portuguesa*, servindo Aljubarrota e o Mosteiro

-
- animação e orientação estética do artesanato;
 - orientação de concursos destinados à escolha de moedas, medalhas, *ex-libris*, selos, etc., de interesse de Estado;
 - emissão de parecer estético sobre projectos de urbanização, construção de edifícios públicos e transformação de palácios nacionais, jardins, parques, tapadas e monumentos comemorativos.

As questões referentes à arqueologia autonomizaram-se, sendo enquadradas na 2ª Subsecção (*Antiguidades, escavações e numismática*).

¹⁷ Decreto-lei nº 26611 de 19 de Maio de 1936, DG nº 116, I Série, da mesma data, Título I, Art.º 1º.

¹⁸ Idem, Título III, Art.º 16º, § 2º, nº 10º.

¹⁹ Idem, Título V, Art.º 40.

da Batalha para uma grande concentração da Mocidade Portuguesa, com o objectivo de *reviver a glória dos que consolidaram a independência da Pátria*. No dia 1 de Dezembro de 1936, cada aluno do ensino primário deveria plantar uma árvore, a *Árvore do Renascimento, como símbolo do Portugal Renovado*. No mesmo dia, seria solenemente inaugurada a Academia Portuguesa de História. De realçar que esta academia tinha *como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade histórica*²⁰.

Uma vez mais, tal como nas intervenções nos monumentos, pretende-se a *reintegração* da verdade histórica, sendo para tal necessário rever o que até então a historiografia produzira. De tal esforço revisionista e reintegrador sairão os manuais únicos, a partir do ano lectivo de 1936/37, nomeadamente os de História Geral e de História de Portugal. A promiscuidade entre a propaganda política, a História e as intervenções nos monumentos, estava consagrada em lei!

4.5 A DESCONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS DA DGEMN EM 1947

Entre a criação da Junta Nacional de Educação e uma nova reorganização do Ministério em 1965, tomaram-se algumas decisões importantes. Em 1940²¹ estabeleceu-se que o estudo e a aquisição de mobiliário para edifícios públicos novos ou profundamente transformados, cabia à DGEMN, continuando a competir à Direcção-Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças a constituição de um depósito de mobiliário artístico e histórico destinado aos Palácios Nacionais, e bem assim os trabalhos de conservação e reparação desse mobiliário.

Em 1947 actualiza-se a lei orgânica da DGEMN²², passando a apresentar uma Direcção dos Serviços de Construção, uma Direcção dos Serviços de Conservação, uma Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (DSMN), uma Repartição de Electrotecnia e Mecânica, uma Repartição dos Serviços Administrativos e as Direcções

²⁰ Idem, Título V, Art.º 39º.

²¹ Decreto-lei nº 30359 de 6 de Abril de 1940, DG nº 80, I Série, da mesma data.

²² Decreto-lei nº 36314 de 31 de Maio de 1947, DG nº 124, I Série, da mesma data.

Externas do Norte, do Centro, de Lisboa e do Sul, com sedes, respectivamente, no Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Évora. A nova Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, possuía uma Repartição Técnica dividida em várias Secções, correspondendo a 3ª a Évora e englobando o distrito de Portalegre. Esta 3ª Secção da Repartição Técnica da DSMN também se havia de designar, a partir de 1963, por 3ª Secção do Sul, ou simplesmente por Secção do Sul, da Repartição Técnica da DSMN.

Registe-se ainda a criação de um Conselho Consultivo composto pelo Director-Geral, pelo Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, por um representante da 6ª Secção da Junta Nacional da Educação, por dois vogais da livre escolha do Ministro da tutela, por um representante do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), por um representante do Sindicato Nacional dos Arquitectos e pelo Chefe da Repartição dos Serviços Administrativos. A este Conselho Consultivo competia *acompanhar a elaboração dos planos de restauro dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público e emitir parecer sobre a estética dos edificios a construir para o Estado e organismos oficiais e sobre o mobiliário e decoração dos mesmos edificios*²³.

Em 1948²⁴ é criada, na DGEMN, a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, à qual competia a elaboração dum *plano geral para a instalação dos serviços centrais dos ministérios*²⁵; esta competência era de grande importância, já que grande parte dos serviços do Estado eram aboletados em edificios classificados, havendo que estudar-se convenientemente a adaptação dos antigos espaços a novas funções.

4.6 A REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL EM 1965

A orgânica do Ministério da Educação Nacional sofreu alterações em 1965, quando se iniciaram reformas parcelares²⁶. A questão dos monumentos, que se

²³ Idem, Art. 12º.

²⁴ Decreto-lei nº 38818 de 5 de Abril de 1948, DG nº 78, I Série, da mesma data.

²⁵ Esta delegação será extinta pelo Decreto-lei nº 144/70, DG nº 83, I Série, de 9 de Abril, passando as suas competências a ser exercidas directamente pela DGEMN.

²⁶ Decreto-lei nº 46348 e Decreto nº 46 349, ambos de 22 de Maio de 1965, DG nº 114, I Série.

enquadrava organicamente na 1ª Subsecção, da 6ª Secção, da JNE, passa então à 4ª Subsecção (*Protecção e conservação de monumentos e obras de arte*) da 2ª Secção (*Antiguidades e Belas-Artes*). Os museus e as artes plásticas, que anteriormente apareciam agrupados com os monumentos, passaram a constituir secções autónomas. A presidência da 2ª Secção era exercida pelo Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Da 4ª Subsecção faziam parte os seguintes elementos:

- um vice-presidente e quatro vogais de nomeação ministerial;
- um representante da Direcção-Geral da Fazenda Pública;
- o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;
- o Director-Geral dos Serviços de Urbanização;
- o Inspector Superior de Belas-Artes;
- um representante da Academia Nacional de Belas-Artes;
- dois professores das Escolas Superiores de Belas-Artes e de Engenharia que leccionassem Arquitectura, Urbanologia e Urbanismo;
- um professor de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia;
- o Director do Instituto de José de Figueiredo;
- dois professores das Escolas Superiores de Belas-Artes que leccionassem Tecnologia da Pintura e da Escultura.

Analisando a diferente composição agora estabelecida, podemos concluir, genericamente, que esta 4ª Subsecção era:

- organicamente mais ligada ao MEN, já que presidida por um dos seus directores-gerais e não por um presidente de academia;
- menos afectada pela propaganda política do regime, uma vez que já dela não fazia parte qualquer elemento desse sector;
- reforçada do ponto de vista técnico, uma vez que a constituíam, para além de um representante do Instituto de José de Figueiredo, cinco professores de áreas específicas ligadas à conservação de monumentos e obras de arte e à arquitectura paisagista; e ainda, os Directores-Gerais da Fazenda Pública, dos Edifícios e Monumentos Nacionais e dos Serviços de Urbanização, sectores de grande intervenção técnica na problemática da protecção e conservação do património construído.

Do ponto de vista das competências, também aqui primavam as de cariz técnico, perdendo-se uma certa carga política, de acção cultural, perfeitamente visível na anterior 1ª Subsecção. À 2ª Secção competia *definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico da Nação*, nomeadamente, pronunciar-se sobre projectos de intervenção nos monumentos nacionais e nos imóveis de interesse público. Quanto aos anteriores *núcleos locais de protecção estética, arqueológica ou documentária*, não foram contemplados nesta reorganização do ministério. Em sua substituição, a 2ª Secção poderia ter *delegados permanentes* nos concelhos, com as mesmas funções daqueles núcleos.

4.7 ÚLTIMAS REFORMAS (1968 / 1970 / 1971 / 1973)

Em 1968²⁷ reorganizou-se o quadro de pessoal da DGEMN e procedeu-se a pequenos ajustamentos na orgânica dos serviços. Do Conselho Consultivo passaram a fazer parte um representante da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e outro da Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas. O decreto em causa sofreria ligeiras alterações em 1969²⁸.

Foi, finalmente, em 1970²⁹, que aconteceu a última remodelação importante da DGEMN dentro das balizas temporais em que se situa a nossa investigação. A Direcção dos Serviços de Monumentos Nacionais manteve-se, possuindo uma Divisão Técnica, e foram criadas quatro Direcções de Monumentos (do Norte, do Centro, de Lisboa e do Sul) a última das quais com sede em Évora. Refira-se ainda a exclusão do representante da Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas do Conselho Consultivo.

Em 1971 promulgou-se uma nova Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional³⁰, pretendendo-se, com ela, modernizar uma administração então desadaptada das novas exigências sociais em termos de ensino e cultura. Procurava-se,

²⁷ Decreto-lei nº 48498 de 24 de Julho de 1968, DG nº 175, I Série, da mesma data.

²⁸ Decreto-lei nº 49283 de 4 de Outubro de 1969, DG nº 233, I Série, da mesma data.

²⁹ Decreto-lei nº 372 de 11 de Agosto de 1970, DG nº 185, I Série, da mesma data.

³⁰ Decreto-lei nº 408 de 27 de Setembro de 1971, DG nº 228, I Série, da mesma data.

expressamente, superar uma estrutura de tipo puramente vertical, dando-lhe uma progressiva horizontalidade.

Repartindo por zonas as actividades do Ministério, em *Ciência e Cultura, Ensino e Juventude e Desportos*, é de sublinhar a criação da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais. A nova direcção-geral absorveu as funções de natureza cultural anteriormente desenvolvidas pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico, arqueológico, etc., museus, bibliotecas e arquivos, teatros do Estado) e algumas das funções que, na mesma área, eram desempenhadas pelo Instituto de Alta Cultura. Constituiu, com o Instituto de Alta Cultura, os serviços executivos do sector da ciência e da cultura, tendo, hierarquicamente acima, os órgãos de concepção, coordenação e apoio, nomeadamente, a JNE, o Gabinete de Estudos e Planeamento (criado em 1965), o Conselho dos Directores-Gerais e a Secretaria-Geral.

A partir de 1973³¹, esta megadirecção-geral é organizada de molde a responder ao crescente peso do sector da cultura no MEN. Atribui-se à nova direcção-geral a promoção da investigação, inventariação, classificação, conservação e defesa do património cultural, abarcando este, bens móveis ou imóveis com valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico.

Dentre os órgãos e serviços em que a direcção-geral se encontrava organizada, contava-se a Divisão do Património Cultural, à qual competia, entre outras incumbências:

- a promoção, organização e actualização do inventário e classificação dos bens patrimoniais, sejam eles artísticos, histórico-arqueológicos, etnográficos, documentais ou paisagísticos, classificados de monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou valores concelhios;
- a dinamização de organismos para a defesa e valorização do património;
- a inspecção das intervenções nos bens patrimoniais.

³¹ Decreto-lei nº 582 de 5 de Novembro de 1973, DG nº 258, I Série, da mesma data.

4.8 A CLASSIFICAÇÃO, PROTECÇÃO E INVENTARIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DURANTE O ESTADO NOVO

Em 1938³² estendeu-se a protecção legal aos materiais vivos existentes nas zonas de protecção de que falámos atrás, nomeadamente, a manchas de arvoredo, a jardins de interesse artístico ou histórico e até a espécies vegetais isoladas *que pelo seu porte, idade ou raridade se recomende a cuidadosa conservação*. A intervenção sobre este tipo de bens passa a carecer de autorização prévia da Direcção-Geral da Fazenda Pública, ouvidos os pareceres da DGEMN, da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas e da Junta Nacional de Educação.

Por seu turno, o conjunto de bens patrimoniais classificados não cessava de crescer. Em 1933³³ haviam-se classificado, como imóveis de interesse público, todos os pelourinhos ainda não classificados até ao momento, incumbindo-se a Academia Nacional de Belas-Artes e o Conselho Superior de Belas-Artes de organizarem a sua total inventariação, chamando as câmaras municipais a colaborar na tarefa.

Em 1940³⁴ foi classificado um grande e variado conjunto de bens patrimoniais, quer como monumentos nacionais, quer como imóveis de interesse público, sendo também inventariados alguns bens móveis. Nova vaga de classificações aconteceu em 1943³⁵.

Para termos uma ideia do volume de classificações ocorridas antes, durante e depois do anterior regime, escolhemos o Distrito de Lisboa como amostra, já que constitui a zona geográfico-administrativa com maior número de imóveis classificados do país: cerca de 329 em 1993³⁶. Assim, 22% das classificações ocorreram no intervalo [1907-1925], 42% no de [1926-1973] e 36% no de [1974-1993]³⁷. Por classificações entendemos as *de monumentos nacionais, imóveis de interesse público e zonas especiais de protecção*. Não contabilizámos os valores *concelhios*, já que o inventário

³² Decreto-lei nº 28468 de 15 de Fevereiro de 1938, DG nº 37.

³³ Decreto-lei nº 23122 de 11 de Outubro de 1933, DG nº 231.

³⁴ Decreto-lei nº 30762 de 26 de Setembro de 1940, DG nº 225.

³⁵ Decreto nº 32973 de 18 de Agosto de 1943, DG nº 175.

³⁶ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, v. II, Lisboa, 1993, Distrito de Lisboa.

³⁷ Idem, *Ibidem*, passim, (cálculo efectuado a partir dos dados fornecidos por este inventário).

em apreço, editado em 1993, contém um reduzidíssimo número deste tipo de classificações.

Podemos então concluir que, durante o anterior regime, a média anual de classificações baixou ligeiramente em relação ao período anterior - o que não é de admirar, porque os monumentos mais importantes foram todos classificados no primeiro período considerado -, subindo no Portugal Democrático para cerca do dobro. Na base desta quase explosão de classificações nos últimos anos, está com certeza o sucessivo alargamento do conceito de património e a enorme importância que a sociedade portuguesa actual consagra aos aspectos culturais em geral e à salvaguarda do património em particular.

Em 1943 foi editado o primeiro trabalho de envergadura em termos de inventariação artística: inicia-se a publicação, pela Academia Nacional de Belas-Artes, do Inventário Artístico de Portugal, através do volume referente ao Distrito de Portalegre, da autoria de Luís Keil³⁸.

Em 1949 apareceu uma nova figura jurídica de classificação dos bens patrimoniais: *valores concelhios*³⁹. Conferiu-se às câmaras municipais a capacidade para promoverem a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, de elementos ou conjuntos de valor histórico, artístico ou paisagístico. Caso as entidades competentes não concordassem com essas propostas, podiam as edilidades locais classificar esses bens como *valores concelhios*, estendendo automaticamente sobre eles uma protecção especial, condicionante de qualquer intervenção.

³⁸ KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1943. Inventários artísticos editados: Coimbra, Cidade (1947), Distrito de Santarém (1949), Distrito de Coimbra (1953), Distrito de Leiria (1955), Distrito de Aveiro, Zona Sul (1959), Évora, Cidade e Concelho (1966), Distrito de Évora, Zona Norte (1975), Distrito de Évora, Zona Sul (1978), Distrito de Aveiro, Zona Norte (1981), Distrito de Aveiro, Zona Nordeste (1991), Distrito de Beja (1993), Cidade do Porto (1995), Distrito do Porto (1996).

³⁹ Lei nº 2032 de 11 de Junho de 1949, DG nº 125, I Série, da mesma data.

V

AS FILOSOFIAS DE INTERVENÇÃO DA DGEMN E OS ARQUITECTOS DA SECÇÃO DO SUL

5.1 FILOSOFIAS DE INTERVENÇÃO

Trataremos aqui de uma apreciação apriorística dos critérios de intervenção. Porque a verdadeira filosofia de intervenção - ou filosofias de intervenção, uma vez que as balizas temporais em que decorre o nosso estudo são suficientemente dilatadas -, terá que ser exumada das práticas reais de intervenção que analisaremos mais adiante.

E podemos desde já afirmar que a documentação onde possam ser analisados os princípios, os conceitos defendidos, é escassa e esparsa. Um dos seus suportes é o *Boletim MONUMENTOS*, da DGEMN, que se publica a partir de Setembro de 1935¹. Importa determo-nos um pouco sobre os verdadeiros objectivos que esta edição

¹ Decorre o que poderemos chamar de uma primeira série até 1990. Uma segunda série iniciou a sua publicação em Setembro de 1994, com a designação de *MONUMENTOS - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, sem as características monográficas da primeira série.

pretendia alcançar, uma vez que eles conformam o seu conteúdo e são sintomáticos da filosofia de intervenção nos monumentos.

Se das razões aduzidas pela DGEMN para a edição do seu boletim, consta a simples *elucidação* sobre o *trabalho útil e árduo* realizado desde 1929, e não propriamente a sua *ostentação*², não podemos deixar de o integrar, apesar da sua aparente inocuidade, num propósito global de propaganda do regime.

Estruturado o Estado Novo³, tornava-se necessária uma obra profunda de conformação de mentalidades, a que corresponderá a criação do Ministério da Educação Nacional em 1936, e a que não será alheia a propaganda constante sobre as obras públicas levadas a cabo. No caso específico dos monumentos nacionais - pretensamente *reintegrados* nas suas formas primitivas, e dando substância a uma História de Portugal revista, em que o Estado Novo se assumia como redentor e herdeiro de antigas glórias nacionais -, havia, por um lado, que divulgar os que progressivamente se iam classificando e inventariando, e por outro, dar a conhecer a obra de restauro empreendida desde 1926. Ao primeiro objectivo havia de corresponder o *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, cujo primeiro número foi editado em 1932, e a edição do inventário do património nacional, cujo primeiro trabalho, referente ao Distrito de Portalegre, se edita em 1943, da autoria de Luís Keil; ao segundo, corresponderia a criação do *Boletim Monumentos*, da DGEMN.

Aparentemente inócuo do ponto de vista político - são raros, embora expressivos, os textos que inclui neste sentido - o boletim da DGEMN havia de ser um *monumentum* à obra restauradora do Estado Novo, uma prova, um testemunho, regular e constantemente propagandeado. Logo na apresentação, sobressai um tom épico de

² “O Boletim dos Monumentos da DGEMN” (autor anónimo), *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 1, “Igreja de Leça do Bailio”, Setembro de 1935, p. 5.

³ Durante a Ditadura militar (1926-1933), crismada de Nacional a partir de 1930, Salazar vai urdindo a trama do Estado Novo, institucionalizado com a Constituição de 1933. Os anos de 1933/34 são os da criação febril das estruturas sobre as quais o regime atingirá o seu apogeu até 1940 e sobreviverá até 1974. No ano de 1933, para além da nova Constituição, podemos referir: a reestruturação da polícia política, com a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; a aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional; a criação do Secretariado da Propaganda Nacional, que terá António Ferro à sua frente até 1949. No ano de 1934, são de referir: a criação, não oficial, da Acção Escolar Vanguarda (primeira versão da Mocidade Portuguesa, criada posteriormente em 1936); a realização do I Congresso da União Nacional (partido único da iniciativa governamental, fundado em 1930); a criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

epopeia e são feitas críticas ao alheamento e às intervenções passadas, mesmo às que, bem intencionadas, acabaram por destruir mais do que preservar:

Deste modo, por todo o País, com o intuito (verdadeiro ou fingido) de servir a Religião e o Progresso, muitos foram os que disputaram ao Tempo, com ufania de benfeitores, o direito de destruir ou prejudicar alguns dos nossos mais belos monumentos⁴.

É sobre um verdadeiro “caos” que aparece a DGEMN, *aquecida pela mais viva fé nacionalista⁵*, cumprindo a sublime tarefa de preservar o património construído dum *povo civilizador, dum povo-guia⁶*. Veremos até que ponto este frémito heróico não corrompeu a verdade histórica.

Relativamente ao conteúdo e à estrutura interna, todos os boletins desta primeira série são monográficos, tendo-se elegido, para cada um deles, uma obra significativa, que pudesse ilustrar as novas directrizes teórico-práticas do Estado Novo em matéria de intervenção nos monumentos. Quanto à estrutura interna, ela permaneceu imutável, sendo as matérias apresentadas com grande clareza orgânica: *Notícia histórica; I Antes da restauração; II As obras de restauração; Desenhos e Estampas*. Assim, sobre qualquer intervenção, o boletim abre com uma resenha histórica sobre o edifício, a que se segue uma descrição do existente e uma inventariação das obras levadas a cabo. Os boletins terminam com uma ampla secção de desenhos e fotografias onde se compara o imóvel, antes e depois das intervenções.

5.1.1 HENRIQUE GOMES DA SILVA E A SUA ORIENTAÇÃO TÉCNICA

No *Boletim MONUMENTOS* nº 1 (1935), é publicada a comunicação que o Director-Geral Henrique Gomes da Silva havia apresentado no I Congresso da União

⁴ “O Boletim dos Monumentos da DGEMN” (autor anónimo), *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 1, “Igreja de Leça do Bailio”, Setembro de 1935, p. 6.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 5.

Nacional, em Maio de 1934, denominada “Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro”⁷(Anexo VI).

Constitui este documento, uma perene orientação, não só técnica como filosófica, sobre as intervenções que o Estado Novo levaria a cabo nos monumentos nacionais. O caldeamento político do documento é bem claro. Logo na abertura, Henrique Gomes da Silva faz alusão à ousada obra que o governo encetou a partir de 1926, através do Ministério da Instrução Pública, depois de 1929 pelo Ministério do Comércio e Comunicações, e naquele ano pelo então Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

A prática de oito anos mostrava, segundo o autor, que após a implantação do novo regime (1926), as directrizes eram completamente distintas e mais correctas do que as anteriores. A data, o evento político, lá estava, como claro separador de águas.

Os séculos XVII e XVIII eram apontados como períodos de hecatombe dos nossos monumentos, pelas sucessivas actualizações de estilo que haviam sofrido. Mas também os períodos seguintes, o romântico e o republicano, tinham sido falhos de verdadeiro critério artístico. Em suma, para Gomes da Silva, o Estado Novo herdava a quasi totalidade dos monumentos de forma *irreconhecível*.

Era necessário, então, aproveitar o momento de *renovação nacional* que se vivia e trazer os monumentos à *pureza da sua traça primitiva*. Para tal, tornava-se necessário, do ponto de vista metodológico, um estudo prévio de cariz histórico e arqueológico, para que os restauros se realizassem em bases sólidas, que não oferecessem qualquer dúvida. A “orientação” contempla seis intervenções julgadas exemplares e nas quais se pretendia sublinhar a diferença de critérios seguidos antes e depois de 1926. Gomes da Silva termina com três afirmações lapidares:

- Em primeiro lugar, as acções de conservação e restauro justificavam-se porque os monumentos eram *padrões imorredouros das glórias pátrias* e (ou) *opulentos mananciais de beleza artística*, constituindo materiais pedagógicos de eleição no *culto de religião da pátria e da arte*. Ou seja, os monumentos comportavam um misto de valores artísticos e patrióticos que se deviam venerar de forma religiosa e nacionalista.

⁷ SILVA, Henrique Gomes da - “Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro”, *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “Igreja de Leça do Bailio”, nº 1, Setembro de 1935.

- Em segundo lugar, o critério a seguir seria sempre a devolução ao monumento da sua *beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores* e reparando-lhe as mutilações vandálicas. É o retomar, em parte, da *escola francesa* de restauro, já ultrapassada nessa altura na Europa, pelo menos em termos teóricos. Só não se faz alusão à invenção, ou seja, ao restauro em estilo. Veremos mais à frente, em concreto, se ele é ou não praticado.

- Finalmente, Henrique Gomes da Silva assevera que seriam mantidas e reparadas as construções que, embora pertença de um estilo diferente do fundacional, comportassem valor artístico. É esta uma norma que claramente aceitamos hoje, como imperativa, mas que de certa forma contradiz a alusão às *excrescências* a que o autor se refere atrás. O problema acaba sempre por se centrar ao nível da avaliação das *excrescências*. Veremos, na prática, como serão defendidos estes princípios, no longo consulado do primeiro Director-Geral, que vai da criação da instituição, em 1929, até 1960.

5.1.2 A PORTARIA DE 29 DE AGOSTO DE 1938 E O CASTELO DE SÃO JORGE

Outro texto interessante onde se podem perscrutar as ideias que norteavam as intervenções nos monumentos, é um texto legislativo que marca o arranque dos trabalhos no Castelo de S. Jorge⁸ (Anexo VII). As Comemorações Centenárias da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, realizadas no ano de 1940, levaram o governo, através do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, a produzir a legislação em apreço.

Concretamente, o Castelo de São Jorge, *verdadeira acrópole da Nação*, é alvo duma atenção especial, já que, sendo um dos símbolos da nacionalidade, tornar-se-á numa das obras de *reintegração* promovidas pelas comemorações. Aliás, estas

⁸ Portaria de 29 de Agosto de 1938, Diário do Governo nº 203, II Série, de 1 de Setembro de 1938, *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “Castelo de São Jorge”, n.ºs 25 e 26, Setembro e Dezembro de 1941, pp. 5-7.

comemorações iniciaram-se, simbolicamente, noutro castelo, o de Guimarães, a 2 de Junho de 1940. Vejamos o texto da portaria e a filosofia que tem subjacente.

A conquista do castelo aos mouros, constituiu, de facto, um marco histórico incontestável no caminho da afirmação de Portugal como nação independente, com capacidade política e militar para se afirmar nos tempos difíceis da Reconquista. Assim sendo, o castelo, carregado de simbolismo, *merece incontestavelmente que se dignifique, desafrontando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim (...)*⁹.

A filosofia de intervenção corporizada nesta portaria é clara: havia que proceder a uma *tentativa de recomposição histórica*, trazendo ao de cima um venerável castelo medieval, dos primórdios da nacionalidade, que então se encontrava submerso por construções *sem estilo nem carácter* - mas curiosamente datadas dos sécs. XVII e XVIII.

O projecto e a orientação das obras ficaram a cargo de uma comissão presidida por Henrique Gomes da Silva e composta pelos seguintes vogais: Engenheiro Arqueólogo Augusto Vieira da Silva, Arquitectos Baltazar da Silva Castro e Joaquim Santiago Areal e Silva, Arqueólogo Gustavo Adriano de Matos Sequeira, Engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira e Licenciado em Direito, José Maria de Albuquerque da Costa Brandão.

A portaria é, de facto, um texto interessante, do ponto de vista da filosofia de intervenção, permitindo exumar um conjunto de palavras-chave, de conceitos, que nos parecem, *a priori*, marcar a prática da DGEMN durante Estado Novo.

O espírito comemorativo de 1940 necessitava de um monumento que corporizasse o passado glorioso da pátria, que transportasse os portugueses para o berço da nacionalidade. O Castelo de S. Jorge servia esse intento cultural e político se para tanto se isolasse a sua *solene beleza evocadora, reintegrando-o*, tentando a sua *recomposição histórica*. Não tenhamos dúvidas que o conseguiu; basta olhar hoje para ele, emergindo numa moldura de vegetação que o cerca, desenhando no céu uma silhueta romântica.

⁹ Idem, p. 5.

5.1.3 AS “RESTAURAÇÕES INTEGRAIS” PRETENDIDAS POR SECTORES CATÓLICOS RADICAIS

Decorrente dos profundos golpes sofridos pelo Liberalismo e pelo Republicanismo, os sectores católicos mais radicais produzem alguns textos sobre as intervenções nos monumentos religiosos. Dentre as críticas feitas sobressai:

- a atitude demasiado profana, ou mesmo sacrílega, ao serem retirados ou demolidos altares, órgãos de música, acrescentos arquitectónicos, etc., em prejuízo da funcionalidade e da autenticidade dos templos, provocando uma grande dispersão de pintura, escultura e objectos litúrgicos;

- o arrastar das intervenções, prejudicando o culto;

- a atitude de não integrar a Igreja na discussão dos projectos, operando-se intervenções profundas de costas viradas para a instituição proprietária ou gestora;

- a crítica sempre latente à espoliação do património da Igreja em resultado das nacionalizações liberais.

Sobre esta última matéria, sempre residual - ainda nos dias de hoje -, J. da Costa Lima escreve um interessante artigo na revista *Brotéria*, na qual começa por defender enfaticamente, os restauros estilísticos, como forma de purificação dos monumentos:

Razões categóricas da história e da beleza têm-nos apaixonado pela obra restauradora dos Monumentos Nacionais. Ao vê-los expurgados de aberrações artísticas, salvos de acomodações deprimentes para a dignidade pátria e para a arte, ou ressurgidos dos escombros e da ignomínia, onde ainda tantos se confundem sob o signo da iconoclastia política (...)¹⁰.

Mas não fica por aqui o articulista, vai muito mais longe, defendendo aquilo que chama de “restauro integral”, ou seja, restauro arquitectónico sim, mas também funcional:

(...) não compreendo por que remora as restaurações dos nossos mosteiros se não reintegram totalmente nas suas tradições e vida, para neles as oficinas da piedade estética darem à cultura nacional o esplendor de

¹⁰ LIMA, J. da Costa - “Restaurações Integrais”, *Brotéria*, vol. XXVII, 1938, p. 552.

*preciosíssimas maravilhas. Insistimos: as comemorações centenárias de 1939 e 1940 não poderiam ser mais práticas, mais justas nem mais esperançosas do que restituindo aos seus donos os conventos espoliados, ainda mesmo caídos em miséria de escombros por obra e graça do liberalismo e políticas sucessivas*¹¹.

O texto é sintomático do ambiente vivido no período que antecedeu a assinatura da Concordata e ajuda a compreender o ambiente cultural em que a escola francesa de restauro pôde florescer em Portugal, tantos anos depois de ter sido ultrapassada na Europa. A Concordata e o Acordo Missionário são assinados em Roma, pelo governo português e pela Santa Sé, a 7 de Maio de 1940, pondo fim a uma situação conflitual mais ou menos declarada entre o Estado, a Igreja e a Acção Católica portuguesas, lideradas pelo Cardeal Cerejeira.

5.1.4 CRÍTICA À DGEMN NAS BANCADAS DO PARLAMENTO

Em 1935, o deputado e catedrático da Universidade de Coimbra, Diogo Pacheco de Amorim¹², aproveitando o funesto caso da derrocada da velha torre de Santa Cruz daquela cidade - caso que despoleta clamores de indignação nos jornais da época¹³ - verbera a DGEMN acusando-a de negligência e de se nortear por princípios de intervenção inadequados, referindo inúmeras situações de forma detalhada¹⁴.

No seu discurso, o deputado começa por advogar os princípios de António Augusto Gonçalves:

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 561.

¹² Diogo Pacheco do Amorim (1888-1976) foi matemático, economista e catedrático da Universidade de Coimbra. Nesta cidade foi militante católico do CADC, da Frente das Juventudes Católicas e dirigente do Centro Católico. Foi deputado na I República e no Estado Novo.

¹³ BRITO, Nogueira de - "Morreu a torre de Santa Cruz de Coimbra", *Notícias Ilustrado*, nº 344, 1935, pp. 552-561.

¹⁴ Mosteiro do Lorvão, Santa Clara-a-Velha, Sé Velha de Coimbra, Mosteiro da Batalha, Capela de São Jorge de Aljubarrota e igreja de Lourosa. Ver *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 45 de 10 de Abril de 1935 (Cota P. P. 3A), pp. 962 ss.

1º Desobstruir o templo, removendo dele o que lhe modificava o carácter e prejudicava o efeito geral; 2º Consertar e restaurar o que fora mutilado, aproveitando para essa reconstituição, com religioso cuidado, todos os elementos que pudessem encontrar-se nas alvenarias e entulhos, os quais ficariam reintegrados nos seus respectivos lugares, como documentos a autenticar a fidelidade da restauração; 3º Parar e recuar quando a obra a fazer fosse desobstruir qualquer monumento ou exemplar de alto valor artístico¹⁵.

Nesta defesa de princípios e nos exemplos que a seguir apresenta, de inadequada actuação da DGEMN, Pacheco de Amorim defende, pelo menos a nível teórico, uma variante à escola francesa e utiliza, com clareza, os conceitos de reintegração e de reconstituição. Assim, defende a reconstituição dos monumentos, reintegrando nos devidos lugares as partes remanescentes, mas mantendo a pátina dos elementos originais, não só para atestar a fidelidade da intervenção como para não falsificar as partes novas:

Um monumento a restaurar é como um velho pergaminho cujo texto está corrompido ou apagado, ou oculto pela sobreposição de materiais estranhos, e cuja lição se quer obter com a possível pureza. É claro que o primeiro trabalho será de remover tudo quanto seja estranho ao texto primitivo e não haja motivos especiais para conservar, e remover só isso. O segundo, avivar as letras que se possam decifrar, aproveitando para isso todos os recursos que se ofereçam. Por fim, havendo necessidade ou vantagem de completar o texto com caracteres absolutamente novos, fazer estes de modo que nunca possam confundir-se com os antigos. Não havendo este cuidado, o documento perderá toda a autenticidade porque esta só lhe vem do que nele se sabe que é autenticamente primitivo¹⁶.

O discurso do deputado, ao defender a autenticidade, parece sugerir uma reconstrução fiel do monumento e não propriamente um restauro estilístico livre, o que implicaria construção nova no mesmo estilo sem a obrigatoriedade de ter existido.

Sobre a intervenção da DGEMN na Igreja de São Pedro da Lourosa, refere que *ao que era primitivo, puseram-no a fingir de moderno; ao moderno, fizeram-no a*

¹⁵ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 45 de 10 de Abril de 1935 (Cota P. P. 3A), p. 962.

¹⁶ *Idem*. p. 963.

*imitar o antigo*¹⁷, ao mesmo tempo que critica o facto de inúmeras reminiscências do antigo templo terem ido parar ao museu, em vez de terem sido reintegradas. Tornou-se *uma igreja nova feita no gosto moçárabe!*¹⁸ Critica finalmente a pressa com que tantos restauros tinham sido feitos - (...) *há obras que se não podem fazer em série, como parafusos, os sapatos e os automóveis...*¹⁹ - sendo muito aplaudido no final do seu discurso.

Na sequência, a DGEMN responde com um comunicado oficial, refutando as acusações e, no parlamento, Antunes Guimarães - ministro da tutela - enaltece a obra daquela instituição e dos seus principais mentores (Gomes da Silva e Baltazar da Silva Castro), atribuindo alguns erros cometidos à necessidade política de *andar depressa*²⁰. Pacheco de Amorim ainda retorna ao assunto, levando fotografias para a Assembleia, provando com elas a sua análise.

Não sabemos o alcance deste ataque violento à actuação da DGEMN. O certo é que, no final desse ano, houve alterações orgânicas importantes, unificando-se a direcção dos monumentos e criando-se uma repartição de estudos e obras²¹. Baltazar da Silva Castro passava a ser o único responsável nacional pelas intervenções nos monumentos.

Na década de 50 surgem novamente críticas às intervenções nos monumentos, lamentando-se a dispersão de competências, a inoperância da JNE, a demasiada liberdade de acção da DGEMN e a ausência de uma política clara e unificada para as Belas-Artes²². Tal como Pacheco de Amorim o havia feito, Abel de Lacerda volta a apresentar na assembleia exemplos²³ gritantes de intervenções incorrectas nos monumentos nacionais, em parte atribuíveis à *desvairada ânsia de recuar no tempo*²⁴.

Por sua vez Rui de Andrade, filho do grande restaurador português em Itália, Alfredo de Andrade, tece algumas considerações sobre a matéria. Segundo este

¹⁷ Idem, *passim*.

¹⁸ Idem, *passim*.

¹⁹ Idem, p. 964.

²⁰ Idem, p. 965.

²¹ Decreto-lei n.º 26117 de 23 de Novembro de 1935, DG n.º 272, I Série, de 23/11/1935.

²² Discurso de Abel Lacerda, ver *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 125 de 9 de Fevereiro de 1956 (Cota P. P. 3A), pp. 469 ss.

²³ Em Conímbriga, na Igreja de São Francisco de Guimarães, nas obras de ampliação da Universidade de Coimbra, na generalidade dos castelos e no desmantelamento generalizado de decoração barroca.

²⁴ Ver *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 125 de 9 de Fevereiro de 1956 (Cota P. P. 3A), p. 471.

deputado, deviam-se rejeitar definitivamente os exageros do restauro estilístico da escola francesa:

Viollet de Duc (...) e muitos dos restauradores alemães abusaram de tal modo do restauro que quando se observam certos trabalhos, como os castelos franceses do Loire, readaptados por Viollet le Duc, na Catedral de Augsburg ou o Castelo de Hohckonigsburg, já não é possível saber como antigamente seriam. Este sistema é perigoso, mas hoje suponho que está superado, se bem que ultimamente na Itália se encontre um moderno exemplo deste abuso no antigo Castelo de Fenis, no Vale de Aosta, remarejado, depois do restauro de meu pai, no tempo de Mussolini, com fins de propaganda²⁵.

Finalmente, para salvaguardar as intervenções inadequadas - que reconhece acontecerem em Portugal - propõe a criação, na Academia, de cursos técnicos para restauradores, fugindo-se ao que designava por paixão do amadorismo.

Das referências apresentadas fica-nos a impressão geral de que, ao longo do período do Estado Novo, terá vindo ao de cima no parlamento, embora espaçadamente, um desacordo latente entre políticos - que queriam mostrar obra feita e utilizar política e ideologicamente os monumentos - e intelectuais mais esclarecidos e actualizados que não aprovavam nem os critérios nem a pressa dos primeiros. Aliás, é sintomático que Antunes Guimarães, ao responder a Pacheco de Amorim em 1935, tenha começado o seu discurso afirmando que não pretendia discutir tecnicamente o problema, ele era um político!

5.1.5 CRÍTICAS À DGEMN NO SEIO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO

No *Boletim MONUMENTOS* nº 24 (1941)²⁶, publica-se um texto, anónimo, intitulado “A reintegração dos monumentos”, que nada tem a ver com o conteúdo

²⁵ Discurso de Rui de Andrade, ver Diário das Sessões da Assembleia Nacional, nº 122 de 3 de Fevereiro de 1956, (Cota P. P. 3 A), p. 431.

²⁶ *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “Igreja da Atalaia”, nº 24, Junho de 1941, pp. I-XIV.

específico do boletim, e mais não é do que uma resposta de Gomes da Silva a uma crítica de Raul Lino (1879-1974)²⁷, publicada no *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*²⁸.

Gomes da Silva invoca constantemente a sua “orientação técnica”, publicada, como já referimos, no primeiro *Boletim*, com a finalidade de, explicitando-a, responder às críticas de Raul Lino.

Mas vejamos que críticas são feitas *àqueles que, merecendo a confiança do Governo, se tornaram responsáveis pela renovação dos nossos Monumentos*²⁹. É eloquente a seguinte passagem de Raul Lino:

*Por causa do feitiço da pureza de estilo, têm-se derrubado obras de bastante interesse - se não arqueológico, pelo menos artístico -, têm-se levantado outras de rigoroso estilo histórico, mas de nenhuma evocação porque executadas agora sem o prestígio da autenticidade e sem o sentimento sincero que valoriza as obras de arquitectura. Monumentos há que foram quasi inteiramente construídos de novo segundo as regras da ciência arqueológica, depois de haverem sido “purificados” de todas as excrescências de épocas posteriores à sua fundação. Estes monumentos novi-antigos, integrados na sua forma primitiva, esgaravados, desencascados e novamente revestidos de uma pele nova, restituem-nos talvez a sua primitiva forma arqueológica, mas perdem fatalmente a vida profunda que os animava. Já não nos transmitem o perfume da sua veneranda antiguidade, e, na cuidada obra de imitação, lembram-nos por vezes o desconsolador aspecto daqueles quadros históricos muito perfeitos, elaborados com rigorosa erudição e compostos de impecáveis figuras...de cera. Na conservação dos monumentos antigos há mais coisas a que atender do que à lição arqueológica*³⁰.

Mais à frente, Raul Lino também se manifesta contra a prática comum e sistemática, no seu tempo, de desimpedir de construções todo o espaço que envolvia os

²⁷ Funcionário superior da DGEMN, na altura Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da Direcção dos Monumentos Nacionais.

²⁸ LINO, Raul - “A propósito da Sé do Funchal; a restauração de monumentos”, *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, nº IX, 1941, pp. 5 a 15.

²⁹ *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “Igreja da Atalaia”, nº 24, Junho de 1941, p. II.

³⁰ LINO, Raul, art. cit., p. 10.

monumentos medievais, para os realçar, afirmando que esta prática, se se enquadrava no urbanismo moderno, nada tinha a ver com concepções antigas, onde as grandes igrejas se rodeavam de imenso casario, como se fossem pastores, de pé, rodeados do seu rebanho. E daí advinham, por vezes, pitorescos conjuntos que havia que salvaguardar.

No fundo, o que Raul Lino defende é uma intervenção sensata nos monumentos, valorizando a autenticidade, a evocação, a poesia, por vezes a conveniência de ordem prática, o pitoresco, em troca de secas lições de arqueologia.

Em resposta, Gomes da Silva começa por acusar Raul Lino de desconhecimento real dos trabalhos que se estavam a realizar, redundando aquela crítica em simples *frases académicas* destituídas de rigor de análise. É, aliás, citado, o exemplo de crítica ou desconfiança anterior, de José de Figueiredo³¹, que também pecava por desconhecimento real das situações objectivas em que as decisões se tomavam, tornando-se, após se inteirar dos factos, num acérrimo defensor da filosofia de intervenção da DGEMN, enquanto Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes (1932-1937).

Depois, a defesa contra as críticas de Raul Lino consubstanciavam-se nos seguintes princípios³²:

- Não é possível delinear um critério único para todos os monumentos, ou seja, cada monumento constitui um caso peculiar que exige soluções próprias.

- Se o monumento se apresentasse em estado de completo abandono, sem cobertura ou com ela em estado irrecuperável, com paredes arruinadas, mas apresentando alguns elementos intactos de valor artístico, classificados, então, não se afigurava aceitável, do ponto de vista ético, nem muitas vezes possível do ponto de vista técnico, desintegrar esses elementos para os levar para um museu. Havia que reconstituir o monumento com base nos elementos arqueológicos remanescentes, devolvendo-lhe o pitoresco e, caso se tratasse de uma igreja, voltar a permitir-lhe o culto. Como exemplos, davam-se os casos da Igreja Matriz da Batalha e da Igreja de São Pedro de Leiria.

- Se o monumento apresentasse *anexos ou alterações interiores que não definem qualquer época e encobrem obras intactas de um estilo definido e de valor*, então, havia

³¹ José de Figueiredo (1872-1937), crítico da arte, director do Museu Nacional de Arte Antiga (1911-1937) e primeiro presidente da Academia Nacional de Belas-Artes (1932-1937).

³² *Boletim MONUMENTOS*, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, "Igreja da Atalaia", nº 24, Junho de 1941, p. V ss.

que demolir essas excrescências. Como exemplos, davam-se a Igreja de Leça do Bailio - que possuía a abside e os absidiolos com janelas entaipadas por barracas exteriores adaptadas a pocilgas -, o Castelo de São Jorge - que estava *soterrado e rodeado de abarracamentos, quer exterior, quer interiormente* - e a Igreja de Cedofeita, *rodeada de velhas e desmanteladas casas, num conjunto que nada tinha nem de evocador nem de poético*. Como exemplos de demolições que se fizeram no interior, aponta-se a decoração, a *estuques e talha sem valor*, que possuía a Sé do Porto.

- Finalmente, se o monumento apresentasse obras de várias épocas, bem definidas estilisticamente, de valor artístico e (ou) arquitectónico, então, seriam mantidas e preservadas. Mas Gomes da Silva apresenta um caso que se pretende excepcional: o desmantelamento do retábulo do altar-mor da igreja do Mosteiro de Alcobaça. A explicação era esta: não havendo em Portugal um monumento de tal imponência e unidade de estilo, *desapareceu o retábulo e a igreja ficou completa*. Outros exemplos, dados a crédito da Direcção-Geral, referem-se à Sé do Porto, onde se respeitou a capela-mor, a galilé lateral de Nazonni e a *fachada principal, que não foi alterada, embora tivessem aparecido elementos para a reconstituição do pórtico primitivo*.

Desta polémica mais ou menos institucional, facilmente se conclui ser trabalho árduo o que temos pela frente, confrontando apologias e críticas com os documentos desinteressados que procuraremos recolher e analisar, tais como desenhos, fotografias, memórias descritivas e os próprios monumentos. Mas a apreciação das intervenções acabará inevitavelmente por implicar uma componente importante de subjectividade.

5.1.6 UM TEXTO PARADOXAL PUBLICADO PELA DGEMN

Em 1948, a DGEMN edita uma brochura idêntica aos boletins, intitulada *MONUMENTOS, 1932-1947, 15 Anos de Obras Públicas*³³. Com propósitos propagandísticos, constitui um álbum fotográfico de divulgação das grandes obras compreendidas nesse período, antecedido de uma introdução, de autor anónimo,

³³ Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - *MONUMENTOS, 1932-1947, 15 Anos de Obras Públicas*, 1948.

denominada “Monumentos Nacionais” (Anexo VIII). Neste texto introdutório parece haver uma reviravolta relativamente aos critérios de intervenção.

Começa por defender, como única estratégia eficaz de conservação dos monumentos, um comportamento cultural favorável por parte de toda a sociedade: *sem verdadeira cultura não pode existir apreço suficiente dos monumentos históricos que garanta a sua boa conservação*³⁴. Depois de uma breve evocação de factos históricos que provam a falta de sensibilidade, de gerações anteriores, pela conservação dos monumentos, avança com o desenvolvimento de ideias muito ricas de conteúdo filosófico, perfeitamente perfilhadas nos nossos dias. Assim:

- Afirma ser o acto de conservar o resultado de uma apreciação positiva de várias instâncias: histórica, arqueológica, arquitectónica, pictural ou simplesmente sentimental.

- Considera que, *por vezes, é tão importante o monumento em si como o quadro geral em que ele se situa*³⁵, avançando com uma ideia de conjunto, de envolvimento paisagístico, urbano ou natural.

- Sublinha que *o cuidar dos monumentos não pode ser obra de um arqueólogo ferrenho, de um técnico despótico, de um pintor, nem mesmo de um poeta...O conservador de monumentos antigos há que participar de todas estas qualidades e a sua tarefa é cheia de subtilidades, só havendo, para a complexidade, soluções de compromisso*³⁶. Ou seja, evidencia-se o carácter interdisciplinar que deve prevalecer nas intervenções nos monumentos, corporizadas, neste caso, na figura do conservador.

- Coloca o dedo na ferida, ao referir que *a noção perigosa de reintegrar já causou graves prejuízos*³⁷, lembrando a nefasta concepção de restauro de Viollet-le-Duc: *nunca lhe perdoaremos é que da sua concepção de restauro dos monumentos houvesse resultado uma tal baralha de verdade e artifício que nos destruiu para todo o sempre não poucas fontes de profunda emoção*³⁸.

- Avança outro conceito de plena actualidade: *cada monumento tem a sua alma particular, é um caso especial. Não há código que abranja a totalidade dos problemas*

³⁴ Idem, p. 5.

³⁵ Idem, p. 7.

³⁶ Idem, passim.

³⁷ Idem, passim.

³⁸ Idem, pp. 7 e 8.

(...) ³⁹. Dizemos hoje: cada caso é um caso.

- O articulista considera ainda que a ocupação do conservador é algo de sacerdotal, devendo guiar-se pelas sete lâmpadas de Ruskin: probidade, proficiência, respeito, verdade, estese, entusiasmo e sacrifício - encarado este como renúncia à exibição e às preferências pessoais. Respeito e humildade, em suma.

Como veremos adiante, este texto não assinado que parece emergir da pena de Raul Lino, causou estranheza aos críticos da DGEMN: como poderia um texto que advogava princípios tão ao invés dos seguidos até ali, ser editado pela própria instituição? Mais tarde, durante a campanha eleitoral de 1949, será utilizado pela oposição para colocar em evidência as contradições internas existentes no seio da DGEMN.

5.1.7 FILOSOFIAS DE INTERVENÇÃO EM POLÉMICA PÚBLICA

Durante a campanha eleitoral de 1949, para a Presidência da República, o regime permite alguma liberdade de movimentos à oposição, tentando, sem sucesso, legitimar o acto eleitoral. É neste enquadramento conjuntural e após uma acção de propaganda do regime, levada a efeito pelo MOP através de uma exposição intitulada *15 Anos de Obras Públicas*, simultânea, aliás, com a edição da publicação com o mesmo título que acabámos de analisar, que estala a polémica.

Manuel Mendes, na sessão de propaganda pelo General Norton de Matos realizada no Porto, a 9 de Janeiro de 1949, critica a referida exposição afirmando dispensar *os brinquedos das Exposições de Obras Públicas, dos castelos medievais com dentaduras a pivot* ⁴⁰.

No dia seguinte, também numa sessão de propaganda, em Leiria, desta vez do regime, o Eng. José Frederico Ulrich, então Ministro das Obras Públicas, indigna-se com

³⁹ Idem, p. 8.

⁴⁰ MENDES, Manuel - "Explicações necessárias em resposta ao Senhor Ministro das Obras Públicas", *República* de 13/1/1949, p. 1.

as afirmações de Manuel Mendes e enaltece a obra do Estado Novo levada a efeito pelo seu ministério⁴¹.

Responde Manuel Mendes⁴², baseando a sua crítica ao MOP nos seguintes termos:

1º Os critérios de intervenção nos monumentos tinham sido postos em causa no I Congresso de Arquitectura (sugerido e patrocinado pelo próprio Ministro das Obras Públicas), *em que alguns elementos dessa “plêiade de técnicos”, e dos mais valiosos e estimáveis, vieram honestamente reconhecer os erros da obra oficial, em que por força das circunstâncias têm colaborado.*

2º Afirma terem-se gasto *somas verdadeiramente fabulosas*, utilizando o ditado popular “Tirar donde faz falta para pôr onde faz vista”.

3º Não eram as obras de consolidação que estavam em causa mas as de *pura cenografia*, andando a História *como estes velhos gaiteiros que pintam o cabelo*. Tratava-se de *uma obra improvisada (...) sem estudos prévios (...) de duvidosa restituição. Se se palpita que aqui havia uma porta, uma janela, um nicho, deita-se abaixo uma parede, uma muralha - deita-se abaixo o que for preciso.*

Responde Gomes da Silva, começando por dizer que as críticas vindas a público no início da campanha eleitoral se deviam a *ignorância completa do que se tem feito em matéria de reintegração de Monumentos*⁴³. Seguidamente explana os seus critérios de intervenção, exactamente os que havia defendido no *Boletim MONUMENTOS*, nº 1, a que já fizemos referência, e dá alguns exemplos de aplicação desses critérios, o que torna mais clara a filosofia de intervenção que defende:

Na verdade se uma ruína está a cair tem de ser consolidada. Tratando-se de uma muralha, desde que esteja em ruína, só há uma forma de a consolidar: apeá-la e reconstruí-la, ou então, deixá-la perder-se para sempre. Se se trata da cobertura de uma igreja que se encontra também em ruína nada mais há a fazer do que substituí-la e a seriedade da obra está em fazer, escrupulosamente, as reintegrações, dispensando-lhe uma cuidadosa

⁴¹ Ver *O Século* de 11/1/1949, pp. 1 e 5 (artigo intitulado “Tenho por certo que, num grande sector da população portuguesa, a vitória nas eleições se encontra de antemão e por forma esmagadora assegurada ao nosso lado - afirmou o sr. ministro das Obras Públicas na Sessão de Leiria”).

⁴² MENDES, Manuel, art. cit..

⁴³ *Diário Popular* de 29/1/1949, pp. 1 e 5 (artigo “Com a obra realizada nos monumentos nacionais elevou-se muito alto o nível da nossa cultura - diz-nos o Eng. Gomes da Silva em resposta a críticas feitas ao departamento que dirige”).

*atenção para que os trabalhos sejam realizados em conformidade com os elementos existentes. Fora disto é tudo poesia, com a qual só se conseguiu que, durante mais de um século, os monumentos fossem abandonados*⁴⁴.

É patente, neste texto de Gomes da Silva, que o autor confunde os conceitos de consolidação, reconstrução e reintegração, e não diferencia, do ponto de vista da caracterização do existente, a ruína do que ainda não o é, ou seja, do que ainda apresenta unidade potencial, como diria Brandi. Gomes da Silva finaliza a sua argumentação invocando uma carta elogiosa do Comité d'Initiative du Centre Européen d'Études por les Châteaux, sobre as obras de restauro em Portugal. Relativamente a verbas gastas nos monumentos, esclarece que, nos últimos quinze anos, tinham-se gasto 8 120 000 contos em obras do Estado e apenas 127 000 contos em monumentos.

Adriano de Gusmão vem mais tarde à liça⁴⁵, fazendo notar a existência de divergências dentro do próprio MOP. Utiliza como argumentação as próprias palavras do autor anónimo que escreveu a “Introdução” da publicação *15 Anos de Obras Públicas* e dá exemplos de intervenções desastrosas (Palácio dos Duques de Bragança, em Guimarães, e Igreja de Jesus de Setúbal), referindo também que os preceitos da Carta de Atenas de 1931 eram ignorados em Portugal: (...) *é de tal ordem que, tudo o que pertence aos séculos XVII e XVIII, já se sabe que vem abaixo.*

Responde Gomes da Silva⁴⁶ esclarecendo, em primeiro lugar, que a crítica a Viollet-le-Duc e às reintegrações, veiculada pela publicação da DGEMN, visava atingir as intervenções anteriores a 1929, dando muitos exemplos. Relativamente às aludidas destruições de construções dos sécs. XVII e XVIII, defende novamente a remoção do altar-mor do Mosteiro de Alcobaça e dá, uma vez mais como exemplo do contrário, a intervenção na Sé do Porto, esclarecendo a compatibilidade dos critérios. Quanto ao preceituado na Carta de Atenas (1931), diz que esta admite a obra nova e desafia Adriano Gusmão: *o articulista poderia concretizar quais os castelos em que a obra nova foi um excesso para depois conversarmos no local da obra.* Finaliza rebatendo

⁴⁴ Idem, passim.

⁴⁵ GUSMÃO, Adriano de - “O Restauro dos Monumentos Nacionais”, *República* de 10/2/1949, pp. 4 e 5.

⁴⁶ *Diário Popular* de 21/2/1949, pp. 3 e 9 (artigo intitulado “O Restauro dos Monumentos Nacionais / Uma carta do Eng. Gomes da Silva acerca da obra realizada em todo o país”).

todos os exemplos de intervenções incorrectas referidos por Gusmão e aponta uma vez mais o caso de José de Figueiredo que, criticando inicialmente as intervenções da DGEMN, acabou por aceitá-las depois de ser esclarecido caso a caso e nos próprios locais.

Desta interessante polémica, interessante porque situada ao nível das filosofias de intervenção nos monumentos, sendo ao mesmo tempo pública, concluímos que, podendo haver acordo quanto a princípios, a sua interpretação pode ser diferente, e a sua aplicação à realidade pode motivar avaliações de sentido completamente oposto. A defesa de Gomes da Silva baseava-se nesta possibilidade de interpretação e avaliação subjectivas. Fica-nos, contudo, a impressão de que Gomes da Silva renega a escola francesa depois de a ter seguido.

5.1.8 A CARTA DE VENEZA E A SUA REPERCUSSÃO EM PORTUGAL

Como é consensual, a Carta de Veneza, saída do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos, realizado naquela cidade em 1964, precisou um conjunto importante de conceitos em matéria de intervenção nos monumentos que pronto seriam adoptados na Europa. A importância desta carta pode medir-se pela sua actualidade, mantendo-se como matriz de uma série de outros documentos internacionais mais específicos, mas que bebem no seu preceituado.

Nos anos posteriores, sucedem-se com grande frequência encontros internacionais sobre a temática da conservação e valorização do património, nos quais participam arquitectos da DGEMN. Neste âmbito, tiveram lugar em Portugal dois acontecimentos importantes relacionados com as fortificações: Viagem de Estudo em Portugal, promovida pela IBI - Internationales Burgen - Institut (ou International Castles Institute / Institut International des Chateaux Historiques), que decorreu de 9 a 17 de Junho de 1965, e a IX ème Reunion Scientifique de l'IBI, que teve lugar em Viseu, de 21 a 27 de Setembro de 1969.

A Viagem de Estudo de 1965, organizada em Portugal pela DGEMN, iniciou-se no dia 9 de Junho com a abertura de uma exposição denominada "Castelos de Portugal"

e a recepção dos participantes no Castelo de São Jorge. Do dia 10 ao dia 17 do mesmo mês, realizou-se um programa intensivo de visitas de estudo que englobou, entre muitos outros monumentos, as seguintes fortificações: Castelo de Sesimbra, Forte de São Filipe de Setúbal, Castelo de Palmela, Forte de São Julião da Barra, Castelos de Óbidos, de Leiria, de Guimarães, de Vila da Feira, de Penela e de Almourol⁴⁷.

A Viagem contou com 40 participantes, acompanhados pelo Director-Geral da DGEMN, pelo Director da DSMN (Arq. João Filipe Vaz Martins) e ainda por alguns colaboradores, equipa esta que guiou as visitas. O relatório sobre este evento aparece publicado três anos depois no *Bulletin* do IBI⁴⁸, limitando-se à descrição turística da visita, sem apresentar qualquer análise.

Sobre a IX Reunião Científica do IBI, foram publicadas as actas no *Bulletin*⁴⁹. A reunião, subordinada ao tema “A Carta de Veneza aplicada ao restauro de castelos”, foi dividida em duas partes, a saber: 1ª parte - “Limites do direito de demolição para desobstruir estruturas mais antigas”; 2ª parte - “Limites das possibilidades de reconstrução e de utilização”. Nos dias 24 a 27 de Setembro realizaram-se visitas de estudo a várias fortificações do país. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho Científico do IBI, Piero Gazzola, e contou com os seguintes participantes portugueses: Eng. José Pena Pereira da Silva (Director-Geral da DGEMN), Dr. João M. Bairrão Oleiro (Inspector Superior das Belas-Artes), Dr. Carlos Azevedo, Eng. Jaime Pereira Gomes (Director dos Serviços de Conservação da DGEMN), Arq. Fernando Augusto Peres Guimarães (Director da DSMN - guia das visitas de estudo efectuadas nos últimos dias do encontro), Arq. Elísio Summavielle Soares (Chefe da Divisão Técnica da DSMN), Arq. Luís Amoroso Lopes (Chefe da Secção do Centro da DSMN), Arq. José Marques de Abreu (da DSMN), Arq. Francisco Azeredo (da DSMN), Arq. António Portugal (da DSMN) e Arq. Amoroso Lopes (da Câmara Municipal de Viseu).

Das actas constam as seguintes resoluções adoptadas que transcrevemos na íntegra, uma vez que o documento não se encontra publicado em Portugal e se reveste de grande importância teórica:

⁴⁷ Ver *Viagem de Estudo em Portugal*, IBI, DGEMN, s. 1., Junho de 1965.

⁴⁸ H. van Tuyll van Serooskerken - “Voyage d’étude au Portugal (du 9 au 18 juin 1965)”, *Bulletin* n° 24 do Internationales Burgen-Institut, 1968, pp. 89-95.

⁴⁹ Piero Gazzola - “Compte Rendu de la IX-ème Reunion Scientifique de l’IBI”, *Bulletin* n° 25/26, 1969, pp. 180-186.

Considerando que as fortificações constituem, entre os monumentos, um testemunho cultural especial dada a sua múltipla importância dos pontos de vista arqueológico, histórico e monumental, o Conselho Científico, sobre o primeiro subtema da discussão:

*“Limites do direito de demolição para desobstruir estruturas mais antigas”,
sublinha os quatro pontos seguintes:*

a) a necessidade indiscutível de respeitar o princípio expresso no art. 11 da Carta de Veneza, onde se reconhece que a unidade de estilo não representa o objectivo de um restauro, mas que, pelo contrário, todas as manifestações que definem a configuração actual de um monumento devem ser respeitadas sem interessar a época a que pertencem;

b) a constatação de que a noção de valor, que é o problema fundamental, implica critérios de vária ordem, simultaneamente, arqueológicos, históricos e estéticos. Somente depois que uma análise profunda de determinado acrescento o julgue sem valor, ele poderá constituir uma excepção à regra, podendo então admitir-se a sua demolição, desde que seja executada com prudência;

c) sobre a necessidade de uma responsabilização colegial, referida no final do art. 11, sublinha-se que dada a complexidade dos aspectos a considerar, é conveniente que os especialistas (arquitectos, historiadores da arte e arqueólogos) possam dar as suas opiniões e participar na decisão final, que surgirá assim de uma responsabilização colectiva;

d) é aconselhável que os trabalhos sejam preparados e controlados por especialistas das três disciplinas supracitadas que poderão, em caso de dúvida, solicitar o parecer de uma comissão superior.

Sobre o segundo subtema:

*“Limites das possibilidades de reconstrução e de utilização”,
o Conselho Científico chama a atenção para os seguintes pontos:*

a) que, em conformidade com o art. 5, as obras consideradas necessárias para a revitalização de uma fortificação, ou para a sua afectação a novas funções, não devem nunca alterar a disposição e as características do monumento;

b) que, observando o art. 9, o objectivo principal é conservar estritamente a substância antiga do monumento;

c) que, sobre o art. 12 (que afirma “Os elementos destinados a substituir as partes em falta devem-se integrar harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, para que o restauro não falsifique o monumento), poder-se-á admitir, em casos especiais, novos acrescentos, desde que executados com o máximo de sensibilidade e tendo em conta as diferentes técnicas e tipologias em causa; toda a intervenção, considerada como caso único, deverá ser realizada com o maior rigor científico;

d) que, conforme estabelece o art. 13, só excepcionalmente as reconstruções, e limitadas ao mínimo, podem ser admitidas, “desde que elas respeitem as partes importantes do edifício, o seu enquadramento tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente”. Acrescentos para além da anastilose poderão ser eventualmente considerados e com a máxima discrição, para efeitos de consolidação, de revitalização e de inteligibilidade das estruturas;

e) que, quanto à necessidade de acompanhar os trabalhos de restauro com documentação objectiva (art. 16), esta documentação deve ser executada sob as duas formas, folha de obras e relatório final da competência do arquitecto responsável pelo monumento; estes documentos devem ser conservados nos arquivos e, na medida do possível, publicados. Por outro lado, a documentação gráfica e figurativa (plantas, alçados, cortes, perspectivas, fotografias, maquetas, gravuras antigas, etc.) deveriam estar à disposição do público. É aconselhável que cada fortificação restaurada disponibilize uma sala com documentação, com fins didácticos, a fim de indicar as fases do desenvolvimento histórico da fortificação, tal como as campanhas de obras executadas ao longo do tempo;

f) que, em caso de grande dificuldade de interpretação ou de orientação sobre os castelos de maior interesse, o problema possa ser submetido a uma instância superior não apenas a uma escala nacional, mas eventualmente ao Conselho Científico do IBI, garante de uma certa unidade de doutrina internacional. Seria em todo o caso desejável que os princípios da Carta de Veneza fossem reconhecidos como fundamentais e inspirassem as legislações dos diferentes países⁵⁰.

Estas actas, subscritas pela DGEMN, consagram a grande viragem da filosofia de intervenção nos monumentos em Portugal. Ficava definitivamente rejeitado, pelo menos no plano teórico, o restauro estilístico. O acento tónico punha-se agora na conservação, respeitando-se os contributos de todas as épocas e chamando ao conceito de património outros valores para além do artístico, nomeadamente o histórico. As excepções a estas regras básicas pressupunham análises científicas e de avaliação profundas e a responsabilização de toda uma equipa formada por técnicos com capacidades e sensibilidades diferentes, com recurso, em caso de necessidade, a instâncias superiores, quer nacionais quer internacionais. São, de facto, princípios emergentes da Carta de Veneza.

5.2 OS ARQUITECTOS DA SECÇÃO DO SUL

Se bem que a DGEMN procurasse agir como um todo coerente, escondendo as individualidades no anonimato e contornando as inevitáveis fracturas no campo teórico, já ficou demonstrado que essas fracturas existiam e que emergiam das diferentes individualidades dos técnicos implicados. Torna-se então importante saber quem projectou e quem aprovou, ao nível dos serviços centrais, as intervenções que vamos estudar. Assim, com base nos processos individuais⁵¹ dos vários técnicos, e consultando

⁵⁰ Piero Gazzola, art. cit., pp. (180-186), tradução livre.

⁵¹ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa); também foram recolhidos alguns dados de *50 Anos / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / M. H. O. P.*, DGEMN, Lisboa, 1979.

também os processos administrativos e de obras, foi-nos possível estabelecer as seguintes hierarquias nos diferentes períodos orgânicos já referidos:

- 1º Período (1929): DGEMN (Eng. **Henrique Gomes da Silva**) / Direcção dos Monumentos Nacionais: Arq. **Arnaldo Redondo Adães Bermudes**; Arq. **António do Couto Abreu**.

- 2º Período (1930-1935): DGEMN (Eng. **Henrique Gomes da Silva**) / Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte (Porto): Eng.-Arq. **Baltazar da Silva Castro**; Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul (Lisboa): Arq. **António do Couto Abreu**, desde 1931.

- 3º Período (1935-1947): DGEMN: Eng. **Henrique Gomes da Silva** / Direcção dos Monumentos Nacionais: Arq. **Baltazar da Silva Castro**, de 1936 a 1947 / Repartição de Estudos e Obras de Monumentos: Arq. **Raul Lino**, desde 1936; Arq. **João Filipe Vaz Martins**, desde 1950 / 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Évora): Arq. **Martinho Humberto dos Reis**, de 1936 a 1938 e de 1943 a 1946; Arq. **João Filipe Vaz Martins**, de 1938 a 1942 e de 1946/1947.

- 4º Período (1947-1970): DGEMN: Eng. **Henrique Gomes da Silva**, até 1960; Eng. **José Pena Pereira da Silva**, de 1961 a 1976 / Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais: Arq. **Baltazar da Silva Castro**, durante 1947/1948; Arq. **Raul Lino**, durante 1949; Arq. **João Filipe Vaz Martins**, em 1949; Arq. **Martinho Humberto dos Reis**, de 1950 a 1952; Arq. **Luís Benavente**, de 1952 a 1958; Arq. **João Filipe Vaz Martins**, de 1959 a 1960, como director interino, e de 1961 a 1968, como director; Arq. **Fernando Peres de Guimarães**, de 1968 a 1979 / Repartição Técnica / Divisão Técnica: Arq. **Raul Lino**, até 1949; Arq. **Martinho Humberto dos Reis**, entre 1949 e 1950; Arq. **João Filipe Vaz Martins**, de 1950 a 1959; Arq. **Fernando Guimarães**, a partir de 1959; Arq. **Elísio Summavielle Soares**, a partir de 1965 / 3ª Secção da Repartição Técnica da DSMN (ou 3ª Secção do Sul ou Secção do Sul): Arq.

Fernando Peres de Guimarães, de 1947 a 1949; Arq. **Álvaro Magro de Moura Bessa**, de 1949 a 1952; Arq. **Rui Ângelo do Couto**, desde 1953.

- 5º Período (1970-1974): DGEMN: Eng. **José Pena Pereira da Silva** / Direcção dos Serviços de Monumentos Nacionais: Arq. **Fernando Peres de Guimarães**, até 1979 / Divisão Técnica da DSMN: Arq. **Elísio Summavielle Soares** / Direcção de Monumentos do Sul: Arq. **Rui Ângelo do Couto**.

Vejamos alguns dados curriculares dos arquitectos que, quer pela chefia da 3ª Secção, quer pela direcção da DMN/DSMN, decidiram as intervenções nas fortificações do distrito de Portalegre.

5.2.1 Arq. Baltazar da Silva Castro

(Período na DMN/DSMN: 1936-1948)

Baltazar da Silva Castro (1891-1967) nasceu em Panizela, concelho de Cabeceiras de Basto, concluindo no Porto os cursos de Arquitectura Civil, de Desenho Histórico e de Escultura Monumental, pela Escola de Belas-Artes, e de Construções Civas e de Engenharia Industrial, pelo Instituto Industrial e Comercial.

Em 1914⁵² foi nomeado Arquitecto Tirocinante e, entre 1919⁵³ e 1921, trabalhou na Direcção de Obras Públicas do Distrito do Porto, como Conductor de Obras Públicas, transitando para a Administração dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte, onde prestou serviço até 30/6/1927⁵⁴.

Nomeado Arquitecto de 3ª classe⁵⁵ em 1927, após concurso de provas públicas, foi colocado na Direcção-Geral das Belas Artes do Ministério da Instrução Pública (3ª Repartição - Monumentos e Palácios Nacionais do Norte). Entre 1927 e 1929, desempenhou as funções de Director Técnico das Obras de Ampliação do Edifício da Faculdade de Medicina do Porto e suas dependências.

⁵² Despacho de 19/9/1914, DG nº 225, II Série, de 25/9/1914 (trabalhou na Direcção do Minho e Douro dos Caminhos de Ferro do Estado e na Companhia Carris de Ferro do Porto).

⁵³ Decreto de 30/5/1919, DG nº 178, II Série, de 2/8/1919.

⁵⁴ Despacho de 9/5/1921, DG nº 107, II Série, de 12/5/1921.

⁵⁵ Decreto de 20/6/1927, DG nº 136, II Série, de 24/6/1927.

Transitou, em 1929, para a DGEMN, onde prestou serviço na Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, sendo nomeado, em 1930, seu Director Interino⁵⁶. Dirigiu, então, os trabalhos de construção dos edifícios da Maternidade Júlio Diniz, C.T.T. de Viana do Castelo e de Arcos de Valdevez e Cadeia Civil do Porto. A nível de edifícios escolares, elaborou inúmeros projectos e dirigiu as respectivas obras⁵⁷.

A sua intervenção nos monumentos religiosos medievais foi de tal forma apreciada que, em 1933, foi nomeado Arquitecto de 2ª classe e, logo de seguida, mas já em 1934, Arquitecto de 1ª classe⁵⁸, por distinção, com grandes elogios por parte de Gomes da Silva. Ainda em 1934, foi nomeado Director dos Monumentos Nacionais do Norte⁵⁹.

Em 1936 assumiu a Direcção dos Monumentos Nacionais⁶⁰, sendo condecorado, em 1937, com o grau de Oficial da Ordem de Santiago da Espada, pelos serviços prestados no restauro dos monumentos nacionais e noutros serviços do Estado⁶¹. Ainda no mesmo ano, foi agraciado, por despacho da Chancelaria das Ordens Portuguesas, com o grau de Oficial da Ordem Militar de Cristo⁶².

Exerceu também funções, como Vogal Delegado da DGEMN, na 2ª Sub-Secção, da 6ª Secção, da JNE. Foi Sócio Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Sócio Benemérito da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, em atenção aos trabalhos executados em Tomar (1940). Em 1941 foi nomeado Assistente da Comissão Administrativa do Plano da Cidade Universitária de Coimbra⁶³ e, no ano seguinte, foi novamente condecorado: grau de Comendador da Ordem Militar de Santiago de Espada⁶⁴. Em 1944 era Vogal Correspondente da Academia Nacional de Belas Artes⁶⁵.

⁵⁶ Despacho Ministerial de 12 de Março de 1930, Ordem de Serviço nº 708 de 13/3/1930.

⁵⁷ No seu Processo Individual (DSID da DGEMN) constam as seguintes referências: Escolas Cantinas de Alijó, de "Salazar", em Vimieiro (Santa Comba Dão), de Carção (Vimioso), de Novelas (Penafiel), Escola Central de Viana do Castelo, Escolas de Lanhezas (Viana do Castelo), de Vila Mou (Viana do Castelo), de Soajo (Arcos de Valdevez), de Lourosa (Oliveira do Hospital), de Paisela (Cabeceiras de Basto), de Liva-Chã (Alijó) e de Paços de Ferreira.

⁵⁸ Portaria de 31/12/1933 e Portaria de 9/5/1934 (DG nº 124, II Série, de 30/5/1934).

⁵⁹ Decreto de 7/7/1934, DG nº 179, II Série, de 2/8/1934.

⁶⁰ Portaria de 10 de Janeiro de 1936.

⁶¹ DG nº 123, II Série, de 28/5/1937.

⁶² DG nº 123, II Série, de 28/5/1937.

⁶³ DG nº 278, II Série, de 28/11/1941.

⁶⁴ Decreto de 2/6/1942.

⁶⁵ DG nº 40, II Série, de 18/2/1944.

Com a reestruturação de 1947, continuou a dirigir a recém nomeada Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais⁶⁶, e em 1948, por vontade de Gomes da Silva⁶⁷, foi promovido a Inspector Superior de Obras Públicas, ficando, deste modo, desligado dos monumentos.

Durante os treze anos em que dirigiu, a nível central, as intervenções nos monumentos, fez inúmeras visitas de estudo na Europa⁶⁸, estudando, em particular, a arquitectura religiosa medieval (nomeadamente visigótica e românica). Colhia elementos de estilo e de técnicas de construção que viria depois a empregar nos restauros estilísticos das igrejas portuguesas (Anexo IX), nomeadamente nas igrejas de São Pedro de Lourosa, São Pedro de Balsemão e São Frutuoso de Montélios. Em 1938 estudou, na Europa, as fortificações medievais, sobretudo em Espanha e em França - como bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura -, numa altura em que se projectavam grandes intervenções nos castelos com vista à comemoração do Duplo Centenário (1940).

Um dos mais altos responsáveis, quer a nível técnico quer a nível teórico, pelas intervenções nos monumentos nacionais, representou bem a escola francesa em Portugal nos anos Trinta e Quarenta, sofrendo, a par dos elogios do regime, uma crescente contestação, quer dentro quer fora da Direcção-Geral, o que poderá ter contribuído para o seu afastamento.

⁶⁶ Portaria de 2/7/1947. Provido definitivamente por Portaria de 29/6/1948.

⁶⁷ Maria João Neto levanta a hipótese de que, tal saída, se terá devido ao deterioramento das relações pessoais entre Baltazar da Silva Castro e Gomes da Silva, e que, com a morte de Duarte Pacheco, em acidente de automóvel, Baltazar Castro terá perdido um admirador e um protector, ficando Gomes da Silva com o caminho aberto para o afastar. Ver NETO, Maria João Q. L. B., *ob. cit.*, p. 410. Como o falecimento de Duarte Pacheco aconteceu em 1943 e a nomeação de Baltazar Castro, como Inspector Superior de Obras Públicas, em 1948, parece-nos que o afastamento se deveu, sobretudo, à onda de críticas que ao tempo se registaram contra a filosofia de intervenção da DGEMN nos monumentos, corporizada na pessoa de Baltazar Castro.

⁶⁸ No seu Processo Individual (P-2-A), arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), constam as seguintes licenças para férias com vencimento, para que se deslocasse ao estrangeiro em visitas de estudo: 1928, 30 dias, Espanha, França, Bélgica e Suíça; 1929, 30 dias; 1930, 30 dias, Espanha, França, Suíça e Bélgica; 1931, 30 dias, os mesmos países já referidos; 1931, mais 10 dias para visitar igrejas visigóticas em Espanha; 1935, 30 dias, Galiza, Astúrias, Vascongadas, Navarra, Catalunha e todo o Sul de França; 1937, 60 dias, Espanha, França, Itália, Astúrias, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda e Inglaterra, como bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura; 1938, Espanha e França, também como bolsheiro do referido instituto.

5.2.2 Arq. Martinho Humberto dos Reis

(Períodos na 3ª Secção: 27/6/1936-1938; 1943-1/5/1946; na DSMN: 1950-1952)

Humberto Reis nasceu no Porto, freguesia da Vitória, em 1904, e é também nesta cidade que, em 1936, obtém o diploma de arquitecto pela Escola de Belas-Artes (Curso de Arquitectura Civil)⁶⁹. Durante o curso, e desde 1932⁷⁰, trabalhou como desenhador de 3ª classe na Direcção dos Monumentos do Norte (Porto). Em 1936 entra para o quadro da DGEMN como arquitecto⁷¹, desempenhando funções na 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Évora), passando a chefia-la a partir de 27 de Junho de 1936. Em 1937 sobe à categoria de arquitecto de 3ª classe⁷².

Na “Nota dos serviços desempenhados e dos trabalhos executados ou que dirigiu”⁷³ referente a 1936, nada consta relativamente a intervenções em fortificações; na de 1937, consta a execução de um orçamento para o castelo de Castelo de Vide; na de 1938, a realização de orçamentos para os castelos de Campo Maior e de Marvão e a execução das plantas dos castelos de Alter do Chão e de Campo Maior.

Em Janeiro de 1940 é nomeado Chefe da 4ª Secção (Coimbra), mantendo a chefia da 3ª Secção. Recebe a nomeação definitiva como arquitecto de 3ª classe, do quadro permanente, em 1942⁷⁴.

Na “Nota dos serviços desempenhados (...)” de 1943 a 1945, consta a fiscalização de obras de restauro nos castelos de Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão e Nisa.

Em 1946 assumiu a chefia da 2ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Porto), realizando-se então um almoço de despedida em Évora, em sua homenagem.

Em 1949 foi nomeado Chefe da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais⁷⁵, substituindo Raul Lino, por sua vez indigitado para o cargo de

⁶⁹ Também possuía o Curso do Conservatório de Música do Porto.

⁷⁰ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-29; DG nº 203, II Série, de 31 de Agosto de 1932; tomou posse como desenhador de 3ª classe a 6/9/1932

⁷¹ DG nº 148, II Série, de 27 de Junho de 1936.

⁷² DG nº 91, II Série, de 20 de Abril de 1937.

⁷³ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-29.

⁷⁴ Portaria de 11 de Abril de 1942.

Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Ainda no mesmo ano, é nomeado arquitecto de 2ª classe⁷⁶.

Em 1950 substitui Raul Lino na DSMN⁷⁷, quando este atinge o limite de idade. Entre esta data e a da aposentação (1952), a sua presença deixa de ser assídua no serviço por motivos de saúde. Aposenta-se voluntariamente em 1952, aos 48 anos de idade, alegadamente⁷⁸ por invalidez permanente.

Da sua participação em encontros e visitas de estudo destacamos os seguintes:

- Em Outubro de 1944 participou no Congresso Luso-Espanhol de Arquitectos (Madrid e Sevilha).

- Em 1945 visitou os Açores com a missão de avaliar o estado dos monumentos, prever as intervenções necessárias e proceder ao levantamento de plantas⁷⁹.

- Em 1947 acompanhou Baltazar de Castro em visita a Espanha, com a finalidade de *colher elementos de orientação para as obras de restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*⁸⁰.

- Em 1948 participou, com Baltazar de Castro, no I Congresso da União Internacional de Arquitectos em Lausana.

- Em 1950 apresentou, no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Washington, um estudo intitulado *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na 2ª metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*, em parceria com Mário Tavares Chicó.

⁷⁵ Interinamente, pela Portaria de 3/2/1949, DG nº 40, I Série, de 18/2/1949; definitivamente, pela Portaria de 24 de Novembro de 1949.

⁷⁶ Portaria de 31 de Dezembro de 1948.

⁷⁷ Portaria de 11 de Janeiro de 1950.

⁷⁸ Ao que parece, os motivos da sua prematura aposentação não foram os de saúde. Ver NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista (1995), *ob. cit.*, p. 419, nota nº 70.

⁷⁹ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-29. No relatório que apresenta sobre esta deslocação, é curioso o que propõe relativamente à Igreja Matriz Primitiva de Lages do Pico (Ilha do Pico): *a) Eliminar a forma ogival das portas, janelas e demais estruturas. b) Optar por arcos de volta perfeita sobre pilaretes e de modo a definir as três naves (...) c) Tanto quanto possível optar pelo sistema de cobertura com quatro águas (...) d) Montar o coro sobre dois pilaretes ou colunas (...)*. Fica-nos, *a priori*, a ideia de uma reconstrução em estilo. No entanto, sobre a Igreja de São Sebastião da Vila de São Sebastião (Ilha Terceira), propõe medidas que se inserem em critérios completamente diferentes: *b) Conservar os variados elementos arquitectónicos que a igreja nos apresenta, muito embora de épocas diferentes e por vezes com elementos sobrepostos - como acontece na capela-mor.*

⁸⁰ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-29, Of. de 21/8/1947 da DSMN p/ o Ministro das O. P..

- Em 1951 deslocou-se à Índia, em visita de estudo, acompanhado por Mário Tavares Chicó e Carlos de Azevedo.

No seu processo constam alguns trabalhos que realizou como profissional liberal, nomeadamente como Chefe da Repartição de Arquitectura da Câmara Municipal de Évora, entre 1943 e 1946. Em 1948 estudou a ampliação dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, a adaptação a Paços do Concelho do edifício do Paço dos Távoras, em Mirandela, e a adaptação a Biblioteca-Museu do edifício da antiga Câmara de Vila Flor.

5.2.3 Arq. João Filipe Vaz Martins

(Períodos na 3ª Secção: Março de 1938-1942 e 1946/1947; na DSMN: 1949; 1959-1968)

Tal como Humberto Reis, Vaz Martins também iniciou a sua actividade na DGEMN como desenhador, enquanto cursava arquitectura na Escola de Belas-Artes do Porto⁸¹. A 7 de Agosto de 1935 foi contratado como fiscal de trabalhos na 1ª Secção.

Em 1937 foi contratado como arquitecto de 3ª classe⁸² e, no ano seguinte, acompanhou as intervenções que se realizavam no Mosteiro de Alcobaça, onde dirigiu o levantamento do monumento e a execução das suas plantas.

No princípio de 1938 tomou posse de uma vaga no quadro, sendo colocado na Direcção dos Monumentos Nacionais e destacado em Évora, durante o mês de Março, chefiando aquela secção a partir de 1939. Em 1941 é transferido para Lisboa, onde passou a chefiar, também, a 1ª Secção, e a substituir ocasionalmente o Director. É a partir deste ano que coordena a publicação do *Boletim Monumentos* da DGEMN⁸³.

Das “Nota(s) dos serviços desempenhados e dos trabalhos executados ou que dirigiu” referentes aos anos de 1939 a 1943, consta, ao nível das intervenções em fortificações, a fiscalização das obras que decorriam no castelo de Elvas, em 1940/1941.

⁸¹ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-16.

⁸² Despacho ministerial de 22/12/1937, DG nº 8, II Série, de 11/1/1938.

⁸³ Em 1967 ainda coordenava o Boletim. Não sabemos se o continuou a fazer posteriormente.

Em 1946, com a saída de Humberto Reis da 3ª Secção, Vaz Martins toma a seu cargo esta chefia até 1947, constando da “Nota dos serviços (...)”, a fiscalização das obras do castelo de Elvas, em 1946. Em 1947, com Fernando Guimarães, projecta a Escola Primária de Marvão.

Em 1948 foi promovido a arquitecto de 2ª classe⁸⁴ e, no ano seguinte, foi encarregado de coordenar um plano geral de intervenção em todos os monumentos nacionais do país⁸⁵. Ainda em 1949, responsabilizou-se pela Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais enquanto esteve vago o lugar. Neste ano, deu assistência às obras que decorriam nos castelos de Amieira e Marvão.

Em 1950 passou a chefiar a Repartição Técnica⁸⁶, coordenando agora todas as Secções e, directamente, as intervenções na Madeira e nos Açores.

Em 1953 representou a DGEMN no 3º Congresso Internacional de Arquitectos (Lisboa) e preparou a conclusão das obras do Palácio do Governo de Angra do Heroísmo, nos Açores.

Em 1954 trabalhou na inventariação de todos os castelos portugueses, apresentando os resultados desta investigação no Congresso do Instituto Internacional de Castelos (IBI) na Suíça, de parceria com o Director-Geral. Ainda em 1954, passou a representar o Ministério das Obras Públicas na comissão encarregada do plano de salvaguarda do património em caso de conflito armado.

Coordenou as intervenções no Mosteiro de Alcobaça e no Palácio de Queluz quando da visita a Portugal da rainha de Inglaterra, recebendo louvor por este desempenho.

Colaborou com a Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, a partir de 1957. Ainda neste ano, fez parte da comissão “Variante à EN 1, na Batalha”.

Realizou uma visita de estudo à Europa e ao Médio Oriente com vista a recolher informação técnica para a conclusão das obras do Paço dos Duques de Bragança

⁸⁴ DG nº 153, II Série, de 3 de Julho de 1948.

⁸⁵ As intervenções planeadas para as fortificações constam em três volumes da Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais. As respeitantes às fortificações do distrito de Portalegre constam no 3º volume e são da responsabilidade da 1ª Secção - Lisboa (Alegrete, Amieira, Nisa, Marvão, Castelo de Vide) e da 3ª Secção - Évora (Monforte, Forte da Graça - Elvas, Ouguela, Campo Maior, Avis, Arronches).

⁸⁶ Toma posse a 7/2/1950. O seu provimento definitivo neste cargo acontece a 27/2/1952.

(carpintarias estruturais). Com a conclusão destas obras, em 1959, foi condecorado com o Grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada⁸⁷.

Coordenou as obras realizadas no Porto, em Coimbra, em Lagos e em Sagres, com vista às Comemorações Henriquinas de 1960. Ainda em 1960, representou a DGEMN na “Comissão Executiva de Valorização e Conservação do Carácter Tradicional e Secular do Bairro de Alfama” de Lisboa.

Entre 1959 e 1960 foi director interino dos Serviços dos Monumentos Nacionais, tomando posse do lugar em 1961⁸⁸.

Esteve presente no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos, em Veneza, em 1964, e entre este ano e o seguinte, pertenceu à Comissão das Novas Pousadas, recebendo um louvor, em 1965, pelas obras e decoração da Pousada dos Loios, em Évora.

Dirigiu a conclusão das “Obras de Santa Engrácia”, destinadas a Panteão Nacional. Inaugurado o monumento a 7 de Dezembro de 1966, no âmbito das Comemorações do Quadragésimo Ano do Ressurgimento Nacional, foi agraciado com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Em 1967 representa a DGEMN, em Gand, em reunião internacional da iniciativa da Association Royale des Demeurs Historiques de Belgique.

Foi membro do Conselho Científico do Centro Internacional dos Castelos (IBI) e, a partir de 1968, deixa de exercer funções na DGEMN, passando a integrar o Conselho Superior de Obras Públicas.

5.2.4 Arq. Fernando Augusto Peres Guimarães

(Períodos na 3ª Secção: 16/12/1947 - 30/3/1949; na DSMN: 1968 - 1979)

Fernando Augusto Peres Guimarães⁸⁹ nasceu no Porto (11/7/1918) e nesta cidade se diplomou em arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes, no ano de 1945. Depois de um curto tirocínio em ateliers de arquitectura, iniciou funções públicas na

⁸⁷ DG nº 201, II Série, de 28/8/1959.

⁸⁸ DG nº 108, II Série, de 6/5/1961.

⁸⁹ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-13.

DSMN, a 2/5/1945, vindo a ser contratado como arquitecto-fiscal para a 3ª Secção (Évora)⁹⁰. Foi convidado para chefiar esta secção, ainda em 1947, mas declinou o convite alegando falta de tempo, chegando a pedir a rescisão do contrato. No final de 1947 foi contratado para desempenhar funções de arquitecto de 3ª classe no quadro permanente⁹¹, passando a chefiar a 3ª Secção da DSMN. Residindo então em Évora, colaborou pessoalmente com Mário Tavares Chicó na reestruturação do Museu Regional daquela cidade.

Durante o ano de 1949 desvinculou-se da DGEMN e passou a trabalhar na companhia dos caminhos de ferro portugueses (CP), regressando no ano seguinte para chefiar a 1ª Secção da DSMN (Lisboa)⁹². Passou ao quadro permanente em 1952⁹³ e, em 1956, foi provido definitivamente⁹⁴, continuando a chefiar a 1ª Secção que englobava, também, a conservação de todos os palácios nacionais.

A partir de 1956 passou a substituir, interinamente, o Director dos Serviços dos M. N. e o Chefe da Repartição, na ausência destes. Foi nomeado, em 1959⁹⁵, Chefe da Repartição Técnica da DSMN, em regime de interinidade, situação que se manteve até 1960. Neste ano⁹⁶ foi promovido a arquitecto de 2ª classe, mantendo as funções que desempenhava até aí, sendo provido definitivamente no cargo de Chefe da Repartição Técnica da DSMN em 1961⁹⁷. Em 1968⁹⁸ é nomeado Director da DSMN, situação em que se mantém até 1979, tomando então posse do cargo de Inspector Superior do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes. Foi-lhe atribuído louvor pela Secretaria de Estado das Obras Públicas a 29 de Janeiro de 1979⁹⁹.

É sintomática a inserção, no seu currículo, da alusão à sua participação em reuniões nacionais e internacionais para (...) *contribuir para a evolução de conceitos que neste campo se verificaram, colaborando para a fixação das teorias actuais (...)*¹⁰⁰.

Dentre as comissões em que participou, são de destacar:

⁹⁰ DG nº 58, II Série, de 12/3/1947.

⁹¹ DG nº 292, II Série, de 16/12/1947.

⁹² DG nº 83, II Série, de 11/4/1950.

⁹³ DG nº 45, II Série, de 22/2/1952.

⁹⁴ Portaria do Ministro das O. P. de 9/5/1956.

⁹⁵ DG nº 98, II Série, de 25/4/1959.

⁹⁶ DG nº 45, II Série, de 23/2/1960.

⁹⁷ DG nº 182, II Série, de 3/8/1961.

⁹⁸ DG nº 172, II Série, de 1968.

⁹⁹ DR nº 34, II Série, de 9/2/1979.

¹⁰⁰ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-13, currículo.

- Representação do MOP no Conselho de Estética Cidadina da Câmara Municipal de Lisboa (1960).

- Representação da DSMN na Comissão para a protecção da paisagem (1962).

- Representação da DGEMN na Comissão de Arte Sacra Diocesana do Patriarcado de Lisboa (1964).

- Representação da DSMN na Comissão de Defesa Contra Incêndios dos Imóveis do Património Nacional (1964).

- Representação da DSMN na Comissão para o aproveitamento dos terrenos adjacentes do Palácio Nacional de Queluz.

- Vogal da Comissão de Construções Hospitalares até 1968.

- Vogal da Comissão para a Aquisição de Mobiliário da DGEMN.

- Representante do MOP na Comissão para a Revisão das Zonas de Protecção de Lisboa.

- Vogal da 3ª Subsecção, da 2ª Secção, da Junta Nacional de Educação (Museus), tendo passado para vogal da 4ª Subsecção, da 2ª Secção, da JNE, até 1974.

- Arquitecto Consultor da Delegação dos Edifícios para os Serviços dos CTT (1968-1971).

- Vogal do Gabinete Director da Obra de Reconstrução do Teatro Nacional de D. Maria II.

- Vogal do Conselho Consultivo da DGEMN.

- Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas.

- Representante da DGEMN no Comité de Defesa da Paisagem Urbana.

Dos encontros nacionais e internacionais e visitas de estudo em que participou, constam:

- I Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos (Paris, 1957).

- I Simpósio de Museologia Luso-Brasileiro (Rio de Janeiro, 1967).

- Confrontação C - Comité Cultural do Conselho da Europa - sobre conjuntos classificados (Bath, 1967).

- Visita de estudo a institutos de restauro em Roma e em Bruxelas para a reestruturação do Instituto José de Figueiredo (1967).

- Colóquio em Túnis sobre a valorização das cidades norte africanas, promovido pelo ICOMOS, na qual representa a União Internacional de Arquitectos (1968).
- 5ª Assembleia Geral do Centro Internacional de Roma, em Veneza (1969).
- Visita de estudo aos castelos da Escócia, organizada pelo IBI - Internationals Burgen - Institut (1969).
- Organiza e orienta a IX Reunião Científica do IBI, em Viseu.
- Congresso de Estudos sobre a Arte em Portugal no séc. XVIII, em Braga (1973).

A nível da sua actividade liberal, elaborou vários projectos para tribunais, edifícios dos CTT, quartéis, hotéis, moradias e instalações industriais e culturais (Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, adaptação do antigo Palácio dos Coruchéus a ateliers de artistas plásticos, sala de exposições e bibliotecas).

Foi membro de associações científicas nacionais e estrangeiras ligadas à conservação do património (ICOMOS, APOM - Associação Portuguesa de Museologia, UIA - União Internacional de Arquitectos, Academia Nacional de Belas-Artes).

Quando abandonou a chefia da DSMN, em 1979, para tomar posse do novo cargo de Inspector Superior do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, foi louvado pela Secretaria de Estado das O. P.¹⁰¹. Para além deste, constam no seu processo muitos outros louvores¹⁰².

5.2.5 Arq. Álvaro Magro de Moura Bessa

(Períodos na 3ª Secção: 6/5/1949 - 31/12/1952)

Poucas informações constam no seu processo individual¹⁰³. Natural de Paranhos, Porto, frequenta a Escola de Belas-Artes desta cidade, de que recebe o diploma de

¹⁰¹ Diário da República nº 34, II Série, de 9/2/1979.

¹⁰² Atestados de qualidade de serviço (24/9/1951 e 30/11/1959); menção por serviços prestados na Comissão de Construções Escolares (DG nº 116, II Série, de 18/5/1970); louvores (adaptação do antigo Convento dos Loios a pousada - DG nº 80, II Série, de 5/4/1965 -, obras efectuadas no Palácio Nacional da Ajuda com o objectivo de possibilitar a Reunião Ministerial da OTAN - DG nº 143, II Série, de 19 de Junho de 1971 - e louvor do Director-Geral da DGEMN a 22 de Julho do mesmo ano).

¹⁰³ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo individual nº P-5.

arquitecto. Sabemos que Humberto Reis, enquanto Chefe da Repartição Técnica, pede o assalariamento de Álvaro Bessa, em 1949, para trabalhar na 3ª Secção¹⁰⁴, acontecendo a sua apresentação ao serviço a 6 de Maio daquele ano. De forma interina, assume as funções de Chefe de Secção e, com algumas interrupções¹⁰⁵, mantém-se ao serviço até 31 de Dezembro de 1952.

Em 1953 é autorizado a exercer as funções de arquitecto-fiscal das obras que decorriam no Convento de Arouca¹⁰⁶, permanecendo na 2ª Secção (Porto) até 31 de Dezembro de 1955.

5.2.6 Arq. Rui Ângelo do Couto

(Períodos na 3ª Secção: desde 1953)

Rui Ângelo do Couto (1917-1998), filho do Arq. António do Couto Abreu, nasce a 3 de Agosto de 1917, em Lisboa, licenciando-se em arquitectura pela Escola de Belas-Artes daquela cidade. Antes de iniciar funções na Secção de Évora da DGEMN (1952), realizou alguns trabalhos de arquitectura em Lisboa, colaborou com seu pai e dedicou-se ao cinema e ao teatro, como cenógrafo¹⁰⁷.

Foi contratado como arquitecto de 3ª classe, do quadro permanente da DGEMN, em 1952, apresentando-se a 23 de Maio daquele ano¹⁰⁸ e ficando a prestar serviço em Évora¹⁰⁹. Chefia esta secção desde 1953.

Até à sua provisão definitiva como arquitecto de 3ª classe¹¹⁰, em 1958¹¹¹, constam, das “Nota (s) dos serviços desenhados e de trabalhos executados ou que dirigiu”, no que

¹⁰⁴ O pedido data de 20 de Abril de 1949 e foi aceite a 23 do mesmo mês, constando a apresentação a 6 de Maio do corrente ano.

¹⁰⁵ A 1 de Novembro de 1951 foi desligado do serviço (Of. nº 3772 da DSMN, de 14/7/1952, para o Director-Geral).

¹⁰⁶ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo nº P-5, Ordem de Serviço nº 5473 da DGEMN de 21/8/1953.

¹⁰⁷ Foi casado, em primeiras núpcias, com a actriz Eunice Muñoz. Através de alguns dos seus amigos, nomeadamente da Sr.ª D. Laura Anselmo Pires Leitão e do Sr. Madeira Piçarra, recolhemos algumas informações sobre a sua vida pessoal, de entre as quais podemos destacar os seguintes factos: foi jogador de futebol (CUF, Carcavelinhos e Estoril); viveu em França, e, possuindo a dupla nacionalidade, ofereceu-se como voluntário na II Grande Guerra (aviação), combatendo na Argélia.

¹⁰⁸ Despacho de 10 de Maio de 1952, DG nº 121, II Série, de 21 de Maio de 1952.

¹⁰⁹ Arquivo da DSID da DGEMN (Lisboa), Processo nº P-32.

diz respeito às fortificações¹¹²: a execução de desenhos para o alargamento do arco de entrada da Porta de Ródão, da cerca de Marvão, e a execução de pormenores de coberturas, portas e caixilhos para o museu deste castelo (1952); a execução de estudos para obras de restauro no castelo de Alter do Chão e torre das muralhas de Elvas (1953); a elaboração do projecto e estimativa das obras de reparação do castelo de Alter do Chão (1954); a organização do processo das fortificações do Crato, constando diversos trabalhos de reparação (1956); a organização do processo das fortificações de Marvão, constando obras de conservação (1957); a execução de obras no castelo de Marvão e nas muralhas do Crato e de Elvas (1958).

Recebeu vários louvores ao longo dos anos em que chefiou a 3ª Secção. Em 1959 e 1960 foi louvado pelo Governo Civil de Évora¹¹³ e pela Câmara Municipal da mesma cidade¹¹⁴, *pela exemplar dedicação e notável competência*¹¹⁵. Ainda no ano de 1960, recebeu a Medalha Naval Comemorativa do 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique, pela sua participação nas intervenções que foram levadas a efeito pela DGEMN no Algarve. Cinco anos mais tarde, em 1965, voltou a ser louvado, desta vez pelo Ministério das Obras Públicas, e juntamente com Vaz Martins e Fernando Guimarães, quando da inauguração da Pousada dos Loios, em Évora¹¹⁶. No ano da sua promoção a arquitecto de 2ª classe (1967)¹¹⁷, voltou a ser louvado¹¹⁸.

Em 1970, e já com arquitecto de 1ª classe, é nomeado para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Director dos Monumentos Nacionais do Sul¹¹⁹. Em 1972 foi promovido a arquitecto chefe de 1ª classe¹²⁰, sendo nomeado definitivamente Director dos Monumentos do Sul em 1974¹²¹. Depois da sua promoção a arquitecto

¹¹⁰ Portaria de 17 de Julho de 1958, DG nº 146, II Série, de 24 de Junho de 1958.

¹¹¹ Depois de 1958, as “Notas dos serviços desenhados e de trabalhos executados ou que dirigiu” já não especificam o trabalho desenvolvido.

¹¹² Idem, “Notas dos serviços desenhados e de trabalhos executados ou que dirigiu”.

¹¹³ Ofício nº 2922, de 7/12/1959, do Governo Civil de Évora.

¹¹⁴ Ofício nº 80, de 12/1/1960, da Câmara Municipal de Évora.

¹¹⁵ DG nº 298, II Série, de 23 de Dezembro de 1959.

¹¹⁶ DG nº 80, II Série, de 5 de Abril de 1965.

¹¹⁷ DG nº 169, II Série, de 21 de Julho de 1967.

¹¹⁸ DG nº 298, II Série, de 23 de Março de 1967.

¹¹⁹ DG nº 297, II Série, de 26 de Dezembro de 1970.

¹²⁰ DG nº 299, II Série, de 27 de Dezembro de 1972.

¹²¹ Despacho de 4/7/1974, DG nº 175, II Série, de 29 de Julho de 1974.

principal, foi nomeado arquitecto assessor em 1980¹²² e, no mesmo ano, director de serviços¹²³.

No seu currículo (Anexo XI) consta a colaboração com as câmaras de Beja e de Estremoz, de que era consultor, e uma prolongada actividade em Badajoz.

Em 1979 iniciou a sua participação na Comissão de Arte, Arqueologia e Defesa do Património de Évora e, em 1981, recebeu um louvor da Câmara Municipal de Beja¹²⁴. Reformou-se com 70 anos em 1987.

5.2.7 BREVE ANÁLISE

Numa primeira leitura, podemos estabelecer, desde logo, dois grandes períodos: o que foi dominado pelo Eng. Gomes da Silva (1929-1960), e o outro, até final da ditadura. Dizemos dominado porque foi de facto ele quem ditou a filosofia de intervenção nos monumentos e quem respondeu por ela publicamente - algumas vezes com o ministro da tutela -, quando posta em causa dentro e fora do regime. Como executante dessa principiologia, aparece-nos Baltazar da Silva Castro, o senhor todo poderoso dos monumentos, de 1936 a 1948, da confiança política e pessoal de Duarte Pacheco - até à fatídica morte deste, em 1943 - e inicialmente muito elogiado por Gomes da Silva. Marca uma época em que a escola francesa de restauro era seguida em Portugal, potenciada por uma forte motivação política. Possui como responsáveis em Évora, até 1947, Martinho Humberto dos Reis, João Filipe Vaz Martins e Fernando Peres de Guimarães, arquitectos da mesma escola - do Porto - seus discípulos, que não o contestam, ou que não o poderiam contestar. Como já referimos atrás, Humberto Reis acompanha Baltazar de Castro a Espanha, em 1947, com a finalidade de *colher elementos de orientação para as obras de restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*, acompanhando-o também, no ano seguinte, ao I Congresso da União Internacional de Arquitectos em Lausana, o que pode indiciar, pelo menos, ausência de conflitualidade teórica e pessoal.

¹²² DR nº 188, II Série, de 16 de Agosto de 1980.

¹²³ DR nº 256, II Série, de 5 de Novembro de 1980.

¹²⁴ Reunião da Câmara Municipal de Beja de 20 de Maio de 1981.

Contestada a filosofia de intervenção da DGEMN, já desde os anos Trinta, e agudizando-se nos finais dos anos Quarenta, Baltazar da Silva Castro é afastado por Gomes da Silva, sabendo-se que as relações pessoais entre ambos não eram já as melhores. O director da DSMN que sucede a este grande obreiro da obra de “reintegração” dos monumentos no apogeu do regime, é o contestatário Raul Lino, mas apenas por um ano.

Sobrevivendo o regime ao pós-guerra e ultrapassada a farsa eleitoral de 1949, os anos Cinquenta, os chamados *anos de chumbo*, trazem ao salazarismo novo alento, mas o restauro estilístico havia sido fortemente contestado, ganhou ferozes inimigos dentro do próprio regime e dissidentes no seio da DGEMN. A “reintegração”, a reconstituição, a “purificação” dos monumentos, não mais era pacífica, até porque os arquitectos da DGEMN participavam agora em encontros internacionais onde o restauro estilístico era banido.

Com a saída de Gomes da Silva, inicia-se um novo período marcado pela adaptação progressiva da DGEMN a novos critério de intervenção, lapidaramente gravados na Carta de Veneza (1964) e nos encontros internacionais consequentes: a Viagem de Estudo a Portugal, promovida pelo IBI e organizada pela DGEMN, em 1965, e a IX Reunião Científica do IBI, em Viseu, em 1969. Entrava-se numa nova era em que a palavra de ordem era conservar. Ao longo de todo este período, a Secção de Évora foi chefiada por Rui Ângelo do Couto, enquanto que a DSMN era dirigida pela nova geração de arquitectos: Vaz Martins (1959-1968) e Peres Guimarães (1968-1979)¹²⁵. Uma estatística simples das designações dos projectos de intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre, entre 1953 e 1974 - consulado de Rui Couto -, dá-nos, ainda que sem a análise desses projectos, valores sintomáticos de que a filosofia de intervenção da DGEMN se aproximava do pensamento europeu. Assim, entre aquelas balizas temporais, os projectos de *conservação* foram 27, os de *consolidação* 16, os de *restauro* 10, os de *reparação* 6, os de *valorização* 3, 1 projecto de *recuperação* e só depois, sem

¹²⁵ José-Augusto França manifesta opinião semelhante ao afirmar que Humberto Reis e Vaz Martins *podem ser considerados discípulos e continuadores de Baltazar de Castro. Em 1969 foi nomeado Fernando Peres, que definiu uma orientação diferente e culturalmente mais actual. Ver FRANÇA, José-Augusto - A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961, Livraria Bertrand, Lisboa 1974, nota nº 456, p. 582.*

qualquer expressão estatística, 2 *demolições* e apenas 1 *reintegração* e 1 *reconstrução* (Anexo X).

VI

INTERVENÇÃO NAS FORTIFICAÇÕES DO DISTRITO DE PORTALEGRE

6.1 CASTELO DE ALTER DO CHÃO

6.1.1 NOTA HISTÓRICA

Da ocupação humana da região durante a Antiguidade, nomeadamente pelos romanos, ficaram topónimos como *Eltori* e *Abelterium*¹, de que terá derivado o termo *Alter*, subdividindo-se posteriormente em *Alter Planus* (Alter do Chão) e *Alter Pedrosus* (Alter Pedroso), para distinguir duas partes de uma mesma região com topografias e senhorios distintos². Já na Reconquista, o repovoamento é ordenado por D. Afonso II,

¹ COSTA, Alexandre de Carvalho - *Distrito de Portalegre, Concelho de Alter do Chão (...) Compilação do que se tem escrito respeitante à origem dos seus nomes*, Câmara Municipal de Alter do Chão, Alter do Chão, 1982, pp. 8 ss.

² Alter do Chão era pertença da Coroa, enquanto que Alter Pedroso pertencia à Ordem de Avis ao tempo de D. Afonso II (1211). Ver *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, Iniciativas Editoriais, vol. I, Porto, 1979, p. 260 e MARQUES, A. H. De Oliveira - *História de Portugal*, Palas Editores, vol. I, Lisboa, pp. 142 e 143. Segundo KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 8, o castelo de Alter Pedroso foi doado por D. Afonso III à Ordem de Avis, sendo restaurado no reinado de D. Dinis. Durante a Guerra da Restauração foi quase completamente destruído por D. João de Áustria (1662).

em 1216, sendo o primeiro foral atribuído pelo Bispo Egítaniense, de nome Vicente, em 1232³. Pouco depois, em 1249, D. Afonso III concede-lhe novo foral.

Subtraída à influência do Bispado da Guarda em 1270⁴, Alter do Chão recebe novo foral, de D. Dinis, em 1292, reformado em 1293 pelo mesmo rei. Mais tarde, D. Pedro confirma-lhe privilégios em 1359⁵.

No reinado de D. Fernando I, a vila de Alter do Chão foi doada pelo monarca a Nuno Álvares Pereira, doação essa confirmada por D. João I em 1428⁶. Durante a Guerra da Independência, em Março de 1384, D. João I, rei de Castela, oferece a vila ao alcaide da sua fiel Olivença, Pero Rodrigues da Fonseca⁷. Sabemos, também, que no reinado de D. João II, Sebastião Rodrigues da Gran recebeu, do rei, a alcaidaria de Alter do Chão, juntamente com as de Assumar e Portalegre⁸. O foral novo de D. Manuel será atribuído a 1 de Junho de 1512.

João de Almeida, em *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*⁹, refere as seguintes informações que, como tantas outras no seu livro, não fundamenta, procedendo provavelmente à recensão acrítica de escritos anteriores:

Mas foi D. Afonso III que, em 1249, mandou levantar uma fortaleza medieval sobre as ruínas da fortaleza romana e repovoou a vila de Alter, a que acrescentou do Chão, e a que concedeu foral nesse mesmo ano. A fortaleza afonsina constava de uma cinta amuralhada em forma de pentágono irregular¹⁰, levantado no meio da vila, apoiado em cada ângulo

³ INÁCIO, Ana Calado - "O actual Concelho de Alter do Chão nas Memórias Paroquiais de 1758", *A Cidade*, nº 7 (Nova Série), Portalegre, 1992, p. 10.

⁴ Idem, *Ibidem*, passim.

⁵ KEIL, Luís - *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 3.

⁶ CALADO, Rafael Salinas - *Brazões dos Duques de Bragança no seu Antigo Senhorio da Vila de Alter do Chão*, Separata de *O Instituto*, vol. 111º, Coimbra, 1948, p. 29.

⁷ *Crónica del Rey Dom Juan, primeiro de Castilla e de Leon*. Biblioteca de Rivadeneyra, Tomo II, p. 50. Cit por VIEIRA, Rui Rosado - *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, ed. autor, s. l., 1985, p.25.

⁸ Chancelaria de D. João II, Livro 26, fl. 111, in CÂMARA, João de Souza - "O Alcaide-mor de Portalegre, Gonçalo Vaz de Castelbranco", *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano VI, nºs 23-24, Coimbra, 1961.

⁹ ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, 1945-1947, p. 28.

¹⁰ A APAC-Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, em publicação intitulada *Castelos Fronteiriços do Alto Alentejo*, editada aquando da *Visita aos castelos fronteiriços do Alto Alentejo*, a 23 e 24 de Julho de 1990, cita João de Almeida e apresenta uma planta da configuração da cerca

por uma torre: a de Menagem, com uma base de 9x6 e 44 m de altura (...); três com a base de 9x6 m e alturas respectivas de 22, 18 e 15 m de altura; e a última cilíndrica, com 20 m de altura. D. Dinis mandou, em 1293, remodelar a Torre de Menagem dando novo foral à vila em 1321 (...). Estando o castelo bastante arruinado, D. Pedro I o mandou restaurar em 1359, e ampliar a cerca de muralhas que defendia a povoação.

As afirmações são tão inverosímeis quanto isto: nenhuma das torres hoje existentes possui aquelas dimensões fantásticas, nem aproximadas; a Torre de Menagem, por exemplo, em vez de 44 m de altura tem apenas 25 e não tem planta rectangular, mas sim quadrada. João de Almeida deve estar a falar, seguramente, de outro castelo, mas então, não foi esse que D. Pedro I restaurou!

O castelo situa-se na Praça da República (Fig. 6.1.1), antigo Largo da Barreira, e foi mandado construir por D. Pedro I no ano de 1359, conforme escudo de mármore inscrito, com moldura de granito, encastrado sobre a porta da entrada, ou porta da vila¹¹ (Fig. 6.1.2):

E:M:CCCL E NOVE ANOOS:AOS:XXII:
DIAS:DE:SETENBRO:O MUI:NOBRE REI:
DOM:PEDRO:MANDOU:FAZER:ESTE:
SEU:CASTEELLO:DALTER:DO:CHAAO¹²

Uma outra lápide (Fig. 6.1.3), de granito, e emoldurada na mesma pedra, com o brasão da Casa de Bragança, encontra-se em exposição no pátio do castelo, tendo sido encontrada em 1935, quando se demolia uma edificação próxima, no exterior do castelo,

urbana, em pentágono irregular, como refere João de Almeida, também sem qualquer fundamentação documental, quer escrita, quer arqueológica.

¹¹ O termo *porta da vila* designa a porta principal do castelo, a que abre para a vila, equivalendo ao termo *porta da cerca da vila*, esta, como o próprio nome indica, localizada na cerca urbana; o termo *porta da traição* designa a porta do castelo que, opondo-se à da vila, permite a fuga para o exterior da cerca urbana, razão porque os castelos se localizam, não no centro da cerca urbana, mas num dos seus extremos; o termo *poterna*, designa uma porta secreta, para fuga para o exterior; finalmente o termo *porta falsa* designa uma porta que, uma vez arrombada por um exército invasor, conduz a um compartimento sem saída. Ver NUNES, António L. P. - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, p. 171 ss.

¹² KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 3.

para se construir o lavadouro público com as sobras do Chafariz da Barreira (Fig. 6.1.4 e 6.1.5). A leitura de Luís Keil é a seguinte¹³ :

ESTA OBRA:/MÃNDÓU FAS/R:FERNÃ
ROIZ:/VEEDOR:DE DÕ/FERNÃNDÓ:NETº
/DELREI E CÕDE DARROLOS:ER/DO
MOMDO D:M:/jjjj e X..ANOS

Rafael Salinas Calado lê esta lápide de forma ligeiramente diferente e a data é de 1432¹⁴, o que faz mais sentido, porque o 2º Duque de Bragança, a que se refere a lápide, viveu no período (1403-1478).

A vila seria dotada de cerca, que se estenderia para N/NE, subindo a encosta. Ainda no séc. XVII a cerca urbana de Alter do Chão existia, parcialmente destruída, ou nunca acabada, como é opinião de alguns historiadores locais¹⁵. Terá sido levantada também por D. Pedro I, a partir de 1359, mas não aparece descrita a sua localização em nenhum documento, não havendo também qualquer investigação arqueológica sobre esta matéria.

Relativamente à propriedade do castelo, ele foi pertença da Coroa, do reinado de D. Pedro I ao de D. Fernando I, tendo sido doado por este rei a Nuno Álvares Pereira, como já referimos. D. Nuno Álvares Pereira doou-o a Gonçalves de Abreu¹⁶, integrando-se mais tarde no património da Casa de Bragança, após o casamento de D. Afonso, filho bastardo de D. João I, com D.^a Brites Pereira, filha do Condestável.

Seguindo a pesquisa de Alexandre Proença¹⁷, entre 1830 e 1840, o castelo terá sido comprado aos Bens Nacionais por José Barreto Cotta Castelino, primeiro barão de Brissos, natural de Alter do Chão (n. 10 de Junho de 1794). Após o falecimento deste, foi herdado por sua viúva, Ana Luíza Caldeira de Castel-Branco Ravasco Xavier Limpo

¹³ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 4.

¹⁴ CALADO, Rafael Salinas, *ob. cit.*, p. 26.

¹⁵ NOVAES, António Gonçalves de - *Relação do Bispado de Elvas com hum memorial dos Senhores Bispos que o governaraõ composta pelo Doutor António Gonçalves de Novaes Conego Penitenciário na Sé da mesma cidade (...)*, por Lourenço Craesbeeck, Lisboa, 1635, cit. por CALADO, Rafael Salinas, *ob. cit.*, p. 6.

¹⁶ CALADO, Rafael Salinas, *ob. cit.*, p. 7.

¹⁷ PROENÇA, Alexandre Marques Gordo - "Notas Históricas sobre Alter do Chão e Alter Pedroso / Castelo de Alter do Chão", *Mensageiro de Alter* nº 286 de 15 de Agosto de 1975, p. 2.

(m. 21 de Setembro de 1882) e posteriormente pelo sobrinho, Inácio Cardoso de Barros Caldeira de Castel-Branco, a 17 de Fevereiro de 1883.

Em 1892, José Barahona Caldeira de Castel-Branco Cordovil adquire-o (escritura de 6 de Maio, Portalegre), sendo herdado por sua filha Maria José Caldeira de Castel-Branco Cordovil em 1938 (testamento de 1 de Junho, São Sebastião da Pedreira, Lisboa). Em 1942 foi o castelo comprado pela casa agrícola de Francisco Manuel Pina e Irmãs (escritura de 22 de Abril, Évora). Finalmente, em 1955, é comprado pelo seu actual proprietário, a Fundação da Casa de Bragança (escritura de 11 de Janeiro, Lisboa).

Estavam projectadas obras de demolição, de reconstrução e de restauro, desde 1938, mas sem consequências práticas, apesar da pressão constante exercida pelas forças vivas da vila sobre os proprietários do castelo: Câmara Municipal, aparelho de Estado (Ministério do Interior, Direcção-Geral da Fazenda, Mocidade Portuguesa, DGEMN) e Casa do Alentejo. Será a Casa de Bragança, como veremos adiante, a iniciar a referida intervenção.

Em 1910, o castelo é classificado de Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho, e a 16 de Janeiro de 1960, é-lhe estabelecida uma Zona Especial de Protecção (Diário do Governo nº 13, 2ª Série) (Fig. 6.1.6).

Da sua História Militar constam pouquíssimas referências, dada a sua posição recuada relativamente à linha de fronteira. Segundo Carlos Selvagem, no reinado de D. Sancho I a região do Alto Alentejo é abandonada pelos muçulmanos e passa a ser pacificamente colonizada pelas Ordens Militares¹⁸. No reinado de D. Sancho II, *com o auxílio dos templários, a fronteira do Alto Alentejo - Marvão, Alter - foi repovoada a fim de preparar novas campanhas para a conquista do sul*¹⁹.

Muito mais tarde, sabemos que a povoação foi tomada por D. João de Áustria, em 1662, durante a Guerra da Restauração e que, na Guerra dos Sete Anos, em 1762, estacionou em Alter do Chão o Regimento do Câmara (1º e 2º Batalhões), o Batalhão de Peniche, o Regimento de Aveiras e a artilharia portuguesa. Em Alter estava sediado o

¹⁸ SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, IN-CM, s. l., 1994, p. 71.

¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 87.



quartel general das forças portuguesas, em Portalegre o dos ingleses e em Monforte o do Conde de Lipe²⁰.

6.1.2 SITUAÇÃO E SÍTIO

6.1.2.1 SITUAÇÃO

O castelo de Alter do Chão situa-se no Norte Alentejano, fazendo parte de uma teia de fortificações balizadas a S pela estrada Elvas, Borba, Estremoz - Lisboa, e a N, pelo rio Tejo. A S desta zona de penetração dos exércitos invasores, que pretendiam chegar a Lisboa, com o escolho de terem que passar o Tejo para a margem direita, devem ainda referir-se localidades acasteladas, quase sempre implicadas nos conflitos bélicos, como Olivença, Juromenha e Vila Viçosa, que havia que aniquilar para garantir os reforços e a retirada.

Situando-se nesta zona tampão, teatro de guerra por excelência desde a Reconquista e a Guerra da Independência aos conflitos do séc. XIX, Alter do Chão integrava uma faixa mais recuada de povoações fortificadas que englobava, a N, Belver, Amieira, Nisa, Alpalhão, Arez, Tolosa, Flor da Rosa, Crato, e a S, Seda, Alter Pedroso, Fronteira, Ervedal, Avis, Sousel e Estremoz²¹. A estrada quase rectilínea orientada na direcção N/S, que começa em Vila Velha de Ródão e chega até Estremoz, define uma nítida linha de castelos (Fig. 6.1.7).

A 75 km da fronteira do Caia e a 58 km da de Valência de Alcântara - outro dos locais de penetração do exército espanhol -, possui à vista, a cerca de 3 km para SE, o castelo de Alter Pedroso.

²⁰ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, 2ª ed. revista e anotada por Diamantino Sanches Trindade, Câmara Municipal de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 152 ss.

²¹ Ver NUNES, António Lopes Pires - *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa 1988, pp. 123 e 133, onde se reproduzem as cartas das povoações fortificadas entre o séc. XII e o ano de 1450, segundo estudos de Rui de AZEVEDO e Baquero MORENO.

6.1.2.2 SÍTIO

Implantado no Largo da Barreira, em terrenos graníticos, a uma cota altimétrica de 270 m (Fig. 6.1.8), tem toda a vila medieval a N/NO, a cotas mais elevadas, chegando-se aos 303 m na zona do actual depósito de água - um pouco acima do Largo do Moinho de Vento - e, após ligeira descida, a cota volta a subir até às ermidas de Santa Catarina (313 m) e de São Miguel (359 m) (Fig. 6.1.9). Localiza-se então nessa encosta (Barreira) de leve inclinação que atinge a cota mais baixa (259 m) onde se apartem os caminhos que vão para Fronteira e para Ponte de Sor. Devido a este posicionamento, garantia a existência de um poço de nascente no seu interior mas estava altamente desfavorecido do ponto de vista bélico.

6.1.3 DESCRIÇÃO²² DO CASTELO

O castelo é de planta intencionalmente quadrada, com ligeiras imperfeições nos tramos NE e SE (Figs. 6.1.39, 6.1.40 e 6.1.41). De duas medições interiores efectuadas no pátio, resultaram os seguintes valores: entre as muralhas NE e SO, 27,80 m, entre as muralhas NO e SE, 28 m. Apresenta seis torres, estando quatro a flanquear os vértices - torres de ângulo -, um torreão lateral na muralha NE e uma torre-porta no tramo SE.

A sua orientação direcciona-se no eixo NO/SE, situando-se a entrada neste último ponto colateral. O tramo da entrada é constituído por uma torre-porta que se liga, para cada lado, através de pequenas muralhas ameadas, com frestas de observação em ameias²³ intercaladas, aos cubelos²⁴ que constituem os extremos do tramo.

²² A existência de um misterioso aparelho arcaico na base de parte do imóvel, a intervenção operada durante o Estado Novo, que não foi concluída, e a intervenção que se espera, há tantos anos, que restituía ao imóvel a dignidade que as actuais ruínas lhe roubam, leva-nos a optar, nesta fortificação, por uma descrição particularmente minuciosa que acautele a verdade histórica no futuro.

²³ Sobre a confusão, há muito instalada, entre os termos *merlão* e *ameia* ver NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, pp. 13, 30 e 148.

²⁴ Chamaremos cubelo (ou cubo) a qualquer torreão que apresente arredondamento, seja semicircular, de secção em "U" ou ultrasemicircular. Só este último é característico do séc. XV, sofrendo alterações posteriores com vista à sua adaptação à artilharia - fortificação de transição -, anunciando o baluarte. A fortificação de transição está sobejamente documentada nas nossas fortificações ultramarinas do séc.

A torre-porta, de planta rectangular, é saliente em relação ao plano definido pelos paramentos exteriores da muralha SE. Sob o arco semicircular do túnel, funcionando também como arco de descarga, abre-se a porta do castelo, com verga em arco quebrado, a nascer de duas impostas molduradas. Toda a cantaria que guarnece o vão é chanfrada, apresentando uma pequena moldura na base das jambas. A soleira situa-se a cerca de 1 m de altura do pavimento exterior, abstraindo-nos da rampa, de construção recente. Sobre a porta, a lápide de 1359; quase a meio do muro, uma fresta de iluminação e arejamento da sala da torre, e depois o eirado. A porta de entrada é de dois batentes em madeira de castanho²⁵, reforçados por tiras de ferro cravadas, e funciona no sistema de couceiras com moentes de ferro em caixas de pedra. Possui caixas para duas trancas. Franqueada a porta acede-se a um pequeno compartimento de planta rectangular e tecto de alvenaria de pedra em abóbada de berço redondo. Neste tecto estava aberta uma bueira, aparentemente rectangular e chanfrada, por onde se fazia tiro vertical para defesa da porta. Este vão está hoje tapado com alvenaria. Entre a porta de entrada e o pátio existem mais duas portas de verga em arco semicircular, sem batentes, mas conservando, a primeira, as caixas superiores das couceiras, e a segunda, apenas uma delas. Apresentam ambas, soleira saliente, constituindo a primeira, o peitoril de uma janela gradeada da alcaidaria que dava para NE. O tecto deste segundo compartimento é igual ao do primeiro. Os pavimentos da entrada são de calçada.

O pátio, ajardinado, possui um poço na zona central, que comunica com uma cisterna²⁶, existindo ainda, no canto N deste pátio, um dos bueiros para a canalização das águas pluviais. Voltando-nos para trás, podemos observar as traseiras da torre-porta (Figs. 6.1.10 e 6.1.11). Num primeiro plano, uma sobrelargura do muro comporta dois lanços de escada, a partir de um patamar sobre o túnel da torre-porta, a que se devia ter acesso a partir do pátio.

XVI. No território continental construíram-se as seguintes: cubelos artilheiros de Évora Monte (1525-1531 / Francisco Arruda); Paço de Évora Monte (a partir de 1531 / Diogo e Francisco Arruda); Vila Viçosa (1525-1535 / provavelmente por Benedetto da Ravenna, segundo desenho de Leonardo da Vinci), ou em data mais recuada, uma vez que o “Castelo Mascarenhas”, em Aguz, Marrocos, é igual e foi construído entre 1519 e 1520; Castelo Novo de Évora - muito alterado - (1518-1525) e Torre de Belém (1514-1521 / Francisco Arruda). Nos desenhos de Duarte de Armas aparecem traços de transição nas fortificações de Elvas, Ouguela, Almeida, Jerumenha e Freixo-de-Espada-à-Cinta.

²⁵ A porta terá sido desenhada pelo Arq. Raul Lino. V. Nota do Eng.º Ricardo Amaral para A. Luiz Gomes, datada de 26/9/1955. Arquivo da DREMS, Processo adm. nº S.12.01.01/001.

²⁶ Informação colhida por testemunho oral.

O lanço que sobe para NE, possui murete de protecção para o pátio e dá acesso ao cubelo E, com porta de verga semicircular, quatro olhais (ou abertas) para vigia e tiro, e cobertura cónica.

O lanço que sobe para SO possui, após alguns degraus, um pequeno patamar que dá acesso, através de uma porta de verga em arco quebrado, com caixas para as couceiras e tranca, à pequena sala da torre-porta, de planta rectangular. O tecto desta sala é de abóbada de berço redondo, em alvenaria de pedra. Apresenta a fresta que se vê na frontaria e a zona da bueira a que já nos referimos, parcialmente escavada no pavimento. Continuando a subir o lanço SO, protegido por murete do lado do pátio, temos acesso ao adarve da muralha e deste se acede ao torreão S. Este cubelo apresenta porta de verga recta dando acesso a um pequeno lanço de escadas que termina no eirado, com cinco ameias frestadas. O pavimento foi impermeabilizado com argamassa. Esta torre não apresenta vestígios de ter possuído cobertura.

Do cubelo E também se acede à torre-porta através do adarve da muralha, com escada (Fig. 6.1.12) que sobe e dá acesso a uma porta de arco antropomórfico com ombreiras e lintel chanfrado, apresentando as caixas superiores das couceiras, e daí se acede, através de dois lanços de escadas, ao eirado. Este apresenta ameias de terminação plana²⁷ - 7 ameias por 4 contando com as dos cantos -, com frestas em ameias alternadas. As muralhas que ladeiam a torre-porta são assimétricas: o adarve NE, em forma de escada, está protegido por parede curva do lado do pátio, e do lado do exterior, o muro também é curvo, ascendente, com ameias de terminação em plano inclinado e algumas frestas; o adarve SO é recto, com ameias de terminação plana e algumas frestas.

O cubelo S liga-se à Torre de Menagem através de muralha com ameias de cobertura plana, com frestas de observação em ameias alternadas (Figs. 6.1.13 e 6.1.43). O adarve possui restos de murete de protecção. No paramento interior da muralha, a cerca de 1 m abaixo do nível do adarve, existe um ressalto na alvenaria onde encaixava a estrutura do telhado das construções que estavam encostadas a esta quadrela. O adarve, antes de atingir a Torre de Menagem numa face completamente cega, possui os restos de uma porta (Fig. 6.1.14) - soleira e parte de uma das jambas -, no plano do paramento exterior da alcaidaria, o que significa que daí para a frente, o restante adarve estava

²⁷As ameias das muralhas situam-se num dimensionamento intermédio entre as de tipo primitivo e as de corpo claramente largo. Ver Nunes, António Lopes Pires (1991), *ob. cit.*, p. 31.

englobado na alcaidaria, havendo ainda um pequeno ressalto no piso do adarve que dá para um patamar com pavimento de tijoleira.

O cubelo E liga-se à torre N através de uma muralha com ameias de cobertura plana e frestas em ameias alternadas. Estas ameias, todas de construção recente, assentam num parapeito preexistente de cobertura a tijoleira (Figs. 6.1.15 e 6.1.16). O alargamento deste adarve, excedendo a espessura do muro, é suportado nessa demasia por um sistema de abobadilhas corridas, em tijolo, a nascer de mísulas alongadas, em pedra, cada uma composta por três elementos (Figs. 6.1.17 e 6.1.18). Possui muro de protecção e o paramento interior desta muralha apresenta, tal como a muralha oposta, um ressalto a cerca de 1 m abaixo do nível do adarve. Este ressalto foi cheio com alvenaria até às abobadilhas, o que não acontece na muralha SO. O adarve dá acesso, na zona central, a um pequeno torreão lateral de planta rectangular (Fig. 6.1.19), adossado à muralha, do lado exterior, mais próximo da torre N do que do cubelo E. O pequeno eirado deste torreão é ameado, com ameias de cobertura plana, frestas de observação e possui uma banquetta de cada lado. Também aqui os muros não tinham ameias, mas o parapeito já descrito. Tal com na muralha oposta, o adarve era interrompido por uma porta da alcaidaria, de que subsistem algumas pedras da soleira e de uma das jambas (Fig. 6.1.20).

A alcaidaria (Fig. 6.1.21) possuía três pisos, restando apenas a frontaria (Figs. 6.1.22 e 6.1.42), travada por três contrafortes, e o pavimento do 1º andar, assente sobre a abóbada do rés-do-chão. O piso térreo está dividido a meio por uma parede com porta em arco semicircular, constituindo-se duas divisões de planta rectangular (Figs. 6.1.23 e 6.1.39), pavimentadas a calçada, integrando a divisão SO parte de duas faces da base da Torre de Menagem e, junto a ela, a porta da traição. Segundo a tradição, a entrada dos cavalos fazia-se por esta porta, conservando o nome de Porta dos Cavalos (Figs. 6.1.24 e 6.1.25). Possui arco quebrado e é servida de rampa e patamar de construção recentes. A restante espessura do muro desta porta é vencida por vão em arco abaulado, sem soffito de voamento, e com os enxalços também sem qualquer rasgamento. Esta sala apresenta, no paramento interior do tardo, um arco de volta inteira em alvenaria. O compartimento NO constituiria a sala de entrada na alcaidaria - vestíbulo -, servida por

uma porta de belo recorte que se encontra sob as escadas exteriores, sendo estas de construção muito posterior.

Estas duas salas têm inúmeros vãos abertos para o pátio (Fig. 6.1.42). De SO para NE, temos, até ao primeiro contraforte, duas portas e um janelão; entre o primeiro e o segundo contraforte, duas janelas; entre o segundo e o terceiro contraforte, a porta sob a escada de acesso ao 1º andar, de que já falámos, e depois outra porta; a partir do terceiro contraforte, uma porta e duas janelas. A antiga porta de entrada na alcaidaria é guarnecida a granito, apresentando as ombreiras compostas de pedras de cantaria sobrepostas, chanfradas e molduradas na base com enfeites ao jeito dos sécs. XV e XVI. A verga é em arco adintelado, com aduelas de cantaria, e a soleira é de pedra chanfrada. Esta porta tem enxalços rasgados em cantaria e soffito, no mesmo material, sem voamento. Possui, também, as caixas para as couceiras e para a tranca.

Para o primeiro andar sobe-se pela escada exterior já referida, de dois lanços. Este primeiro andar apresenta, apenas, o pavimento em tijoleira e as janelas para o pátio, para além da porta de acesso. Está dividido em dois grandes compartimentos pela mesma parede que pratica igual função no rés-do-chão (Figs. 6.1.26 e 6.1.40), aliás, escorada por um dos contrafortes da fachada.

Do lado SO, quer no 1º quer no 2º andar, existiam recentemente três divisões, as primeiras das quais, em ambos os pisos, possuíam amplas janelas com conversadeiras. O pavimento do 2º andar seria de sobrado, uma vez que os encaixes dos barrotes na parede da fachada ainda são visíveis; o topo SO seria provavelmente igual ao NE (Figs. 6.1.27 e 6.1.28).

Do lado NE, o 1º andar tinha três divisões e um corredor de entrada com duas portas para SO; de O para E, a primeira divisão tinha janela, a segunda também, embora esteja hoje entaipada, o arranque do arco seguinte é feito sobre uma janela entaipada, o que significa que é posterior, e finalmente a última divisão possuía uma fresta para o pátio e uma janela para NE (Figs. 6.1.15 e 6.1.42). No 2º andar, a primeira divisão tinha um fogão de sala e uma janela de ombreiras e lintel boleados. A segunda divisão não tinha janela e a terceira apresenta uma janela com peitoril em cantaria de granito chanfrado (Fig. 6.1.42). Existia neste andar e deste lado, uma janela que abria para o

Largo da Barreira (Fig. 6.1.15). O segundo andar dava acesso a um matacões²⁸ de que hoje existem apenas os cachorros (Figs. 6.1.29 e 6.1.30).

A cobertura da alcaidaria assentava, a NO, na muralha que liga as duas torres e, lateralmente, nos paramentos da Torre de Menagem e da torre N. Os topos desta alcaidaria, ao nível do 2º andar, eram constituídos, pelo menos a NE, por uma elevação da muralha, com função protectora (Fig. 6.1.15).

As duas torres, a N e a de Menagem, são de planta quadrada e integravam-se na alcaidaria, uma vez que os adarves das três muralhas que com elas comunicam, não dão acesso directo às suas portas.

O acesso à Torre de Menagem faz-se por uma pequena porta de arco quebrado na face NE. Tem esta porta as caixas para as couceiras e para a tranca. Transposta a porta, ficamos num pequeno vestíbulo. À nossa frente outra porta de arco quebrado, com as caixas para as couceiras e para a tranca, dando acesso à sala mais importante e espaçosa da torre. É de planta quadrada (4,5 m x 4,5 m), pavimento de tijoleira, tecto de abóbada de berço quebrado suportada por três arcos quebrados de cantaria, a nascer de mísulas. Possui uma ampla janela gradeada que dá para SO, com conversadeiras. Franqueando a outra porta do vestíbulo, também de arco quebrado, com idênticas caixas para as couceiras, iniciamos a subida da torre. Sobre o primeiro lanço de escadas, um tecto em abóbada de canhão, de cantaria de granito. Ao cimo do primeiro lanço de escadas, uma seteira, com enxalços rasgados e soffito de voamento em arco semicircular. Possui também um dispositivo para escoamento de líquidos vindos do lanço de escadas superior. Ao cimo do segundo lanço, perpendicular ao primeiro, existe uma seteira idêntica à anteriormente referida. A meio do terceiro lanço, do lado esquerdo quando se sobe, uma porta de verga em arco quebrado, com as caixas das couceiras, dá acesso a uma saleta de planta quadrada (3,6 m de lado), sem janelas, com tecto de abóbada em arco quebrado, estruturado por dois arcos a nascer de pilares capitelizados, adossados às paredes. A luz entra apenas por uma fresta com funções exclusivas de iluminação e arejamento, do mesmo tipo das seteiras da escada. Aqui seria provavelmente o cárcere, dada a inexistência aparente de calaboiços no castelo e a concepção da sala, dando primazia à segurança em detrimento da habitabilidade e das funções defensivas. Ao cimo

²⁸ Os cachorros remanescentes poderiam fazer parte, não de um matacões, mas de uma ladroeira ou de uma simples retrete, uma vez que não há qualquer porta, ou vestígio dela, debaixo desta estrutura.

do terceiro lanço de escadas, nova fresta, e após mais dois lanços de escadas acede-se ao eirado. Todos os lanços, com excepção do primeiro, têm tectos de arcos semicirculares, escalonados, de cantaria de granito. O eirado é ameado com quatro ameias em cada lado, de terminação piramidal, não contando com os de canto, que fazem cunhal. Algumas ameias são frestadas.

Para a torre N, de planta quadrada, com o paramento da porta de entrada a fazer um ângulo de 45 graus com o plano das muralhas que com ela comunicam, acede-se através de uma porta de arco quebrado com caixas para as couceiras e para a tranca. Ao cimo do primeiro lanço, uma seteira à esquerda, com tecto plano e peitoril rasgados; à direita do patamar, um murete para escoamento das águas que vêm do segundo lanço e uma outra seteira, também à esquerda, com dispositivo para escoamento de líquidos; depois de outros dois lanços, sempre com tectos formados por arcos semicirculares de cantaria escalonados, desde a porta de entrada, atinge-se o eirado. Este é ameado, com quatro ameias de terminação piramidal em cada lado, sendo dois deles frestados para observação. Nos cantos, existem ameias duplas a fazer cunhal.

6.1.4 SISTEMA ESTRUTURAL, MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

6.1.4.1 SISTEMA ESTRUTURAL

Construção de planta intencionalmente quadrada, com os planos das muralhas a formarem ângulos rectos, flanqueados por torres de ângulo. A muralha NE está reforçada, na zona central, por um torreão lateral da planta rectangular. Igual situação deveria acontecer primitivamente na muralha SO, dados os vestígios ainda visíveis e sensivelmente na mesma posição: o torreão lateral existente apresenta 2,60 m de largura e situa-se a 11,40 m de distância do cubelo E; os vestígios do torreão lateral oposto apresentam uma largura aparente de 2,40 m e situam-se a 11,90 m do cubelo S.

Duas torres de ângulo são cilíndricas (cubelos) e as outras possuem planta quadrada de dimensões diferentes. A maior recebe os planos das muralhas perpendicularmente às suas faces e a menor é interceptada com um ângulo de 45°.

O tramo SE apresenta, a meio, uma torre-porta com a fachada saliente em relação ao plano das muralhas, assimétricas, que a ligam aos cubelos. Encostando-se às traseiras da torre-porta, existe uma sobrelargura de alvenaria onde assentam dois lanços de escada, que servem os acessos aos cubelos e à sala da torre-porta, reforçando estruturalmente todo o tramo.

A alcaidaria tem planta rectangular e é paralela à muralha NO, que constitui o seu tardoz. A parede da frontaria está escorada por três contrafortes que não dividem a sua largura em espaços iguais, situando-se mais na zona central. O contraforte central reforça a parede mestra da alcaidaria que a divide exactamente ao meio.

6.1.4.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

O imóvel é quase todo construído em granito, aparecendo também o quartzito. O tijolo aparece como material de aproveitamento nas quadrelas e é utilizado na execução de abobadilhas. A tijoleira pavimenta o 1º andar da alcaidaria e a 1ª sala da Torre de Menagem. O xisto é utilizado para calçar a pedra dos paramentos. A argamassa é de cal e areia.

Técnicas de construção utilizadas:

a) Cubelos, torreão lateral, muralhas NE e SO

- Os paramentos exteriores das muralhas e os cubelos apresentam, na base - que chega a atingir 2,50 m de altura -, aparelho arcaico, de tradição romana, com silharia grossa, paralelepípedica, sobre a qual se eleva uma alvenaria de pedra irregular assente à fiada (aparelho rusticado). A espessura das muralhas ao nível dos adarves é de cerca de 1,80 m.

b) Torre-porta, torre N, Torre de Menagem e muralha NO

- Torres maciças com os paramentos em alvenaria de pedra irregular assente à

fiada, da base ao topo, estruturada por cunhais de alhetas, utilizando algumas pedras semelhantes às das bases das muralhas NE e SO. As pedras estão calçadas com xisto.

- As salas da Torre de Menagem possuem tectos de abóbada de arco quebrado estruturada por arcos de cantaria de granito a partir de mísulas (1ª sala) ou a partir de pilastras com base e capitelizadas (2ª sala).

- As escadas destas duas torres apresentam tectos de arcos de cantaria, de volta inteira, escalonados.

- O primeiro lanço de escadas da Torre de Menagem apresenta um tecto em abóbada de canhão, todo ele em cantaria.

- A muralha NO apresenta, do lado NE, na base, duas fiadas de pedra semelhantes à silharia das outras muralhas; é a mais espessa das muralhas, com cerca de 2 m.

- A sala da torre-porta e os tectos da passagem da tripla porta são abóbadas de arco de volta inteira em alvenaria de pedra.

- O túnel da torre-porta também utiliza pedra antiga, idêntica à dos paramentos exteriores das bases das muralhas, nos arcos das portas e até em certas zonas das paredes.

e) Adarve da muralha NE

- O pavimento é lajeado e assenta sobre o muro e sobre a sobrelargura estruturada por abobadilha de arco abaulado, em alvenaria de tijolo, a partir de mísulas alongadas de cantaria, de três peças.

f) Ressaltos nos paramentos interiores das muralhas NE e SO

- Foram executados para assentamento das coberturas das casas que se adossavam a esses muros.

g) Alcaidaria

- O piso térreo apresenta tecto em abóbada de arco abatido, construído em

alvenaria de tijolo burro a argamassa de cal, rebocada e caiada.

- Parede da frontaria em alvenaria de pedra, rebocada, mostrando os agulheiros; apresenta três contrafortes, estando o central no prolongamento da parede mestra da alcaidaria que a divide estruturalmente em duas partes.

6.1.5 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIA MILITAR

6.1.5.1 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA

Para opinarmos sobre a evolução arquitectónica²⁹ do castelo de Alter do Chão, depara-se-nos de imediato um problema incontornável: o aparelho arcaico, ou “grande aparelho”, existente na base de todas as quadrelas, com particular destaque a NE, a SE e a SO, incluindo o torreão NE, os cubelos e parte da torre-porta. Vários foram os autores que se referiram a esta preexistência, vendo nela um berço romano - um *castellum* inspirado na *castra* ou *castrum* de campanha -, romano-islâmico, ou apenas islâmico³⁰.

²⁹ A arquitectura militar evoluiu paralelamente às restantes, sendo mais uma consequência da arte da guerra do que da alternância do gosto estético. O que na arquitectura civil e religiosa pode ser uma característica fundamental, marcando um estilo, na arquitectura militar pode não passar de um pormenor perfeitamente secundário, de uma incorporação estilística aleatória que não define uma tipologia: o desenho dos vãos, por exemplo. Acresce que na Península Ibérica em geral, e em Portugal em particular, o castelo senhorial não tem grande expressão, constituindo os nossos castelos, fortificações estratégicas orientadas para inimigos externos. Por esta razão, as fortificações portuguesas foram pouco sensíveis às mudanças estilísticas da outra arquitectura. Este carácter *sui generis* da arquitectura militar em geral, e da portuguesa em particular, dificulta a sua datação precisa e cria reservas ao seu enquadramento estilístico na arquitectura não militar. Parece-nos mais correcto classificar a arquitectura militar portuguesa como António Nunes defende (Ver NUNES, António Lopes Pires (1991), *ob. cit.*, pp. 145, 151 e 199):

- Medieval: até ao séc. XVI, com vários sub-períodos e possuindo, como elementos caracterizantes, as muralhas altas (fortificação em relevo), os torreões de secção quadrada ou rectangular, os cubelos, as ameias, as seteiras, as troneiras e a torre de menagem.

- De transição: inicia-se em Portugal com a construção da Torre de Belém (1514-1521 / Francisco de Arruda) e está patente em inúmeras fortalezas ultramarinas da 1ª metade do séc. XVI; possui elementos da fortificação medieval mas também da moderna, com influência italiana; nesta fase, são sobretudo os cubelos ultrasemicirculares que baixam a altura (fortificação baixa), aumentam a área e transformam as ameias em merlões e as abertas em bombardeiras para receberem a artilharia; aparecem as formas pentagonais, dois níveis de bombardeiras e muros escarpados.

- Moderna ou abaluartada: a partir da construção da fortaleza de São Brás, em Ponta Delgada, (a partir de 1551, ou de 1567, após a visita de Tommaso Benedetto da Pésaro e Pompeo Arditì, com execução de Pêro Maeda) subdividindo-se em várias escolas e métodos ao longo dos sécs. XVII e XVIII, com predomínio das escolas holandesa e francesa; o seu elemento caracterizador é o baluarte e a edificação rasante.

³⁰ Refiram-se apenas os últimos autores que escreveram sobre o assunto: FERREIRA, A. M. Brazão - “O Castelo de Alter do Chão” (1), (2), (3), (4) e (5), in *O Mensageiro de Alter*, nºs 429, de Novembro de

Também nós admitimos tais hipóteses, sobretudo a primeira, uma vez que são identificáveis materiais romanos e não seria vulgar uma construção islâmica, naquele sítio tão baixo, quando nas proximidades, a N/NO, existem algumas elevações. Mas sobre esta matéria, o conhecimento histórico só avançará através de trabalhos arqueológicos. Até lá, fiquemo-nos pelas hipóteses, com maior ou menor credibilidade³¹.

Opinamos nós que, sendo os materiais de talha romana (aparecem duas pedras com vestígios de almofadas, na muralha SO), eles apresentam-se reutilizados, podendo esta

1989, e ss., defendendo a hipótese de um passado romano ou romano-árabe, com obra dionisina, antes da campanha de obras de D. Pedro I; TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago - *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, s. l., 1998, pp. 39, 115 e 119, defendendo a hipótese de um passado islâmico e integrando o aparelho arcaico do castelo de Alter do Chão nas técnicas construtivas empregues até ao séc. X, entre o Douro e o Alto Alentejo (como Lamego, Trancoso, Idanha e Évora, com indícios em Monforte e em Veiros); segundo estes autores, no séc. XI desaparece o “grande aparelho”, utilizando-se módulos mais pequenos (como em Coimbra, Santarém, Alenquer, Coruche, Palmela e Lisboa), para se generalizar a taipa militar magrebina, com os almofadas, a partir da segunda metade do séc. XII (como em Alcácer do Sal, Silves, Salir e Paderne).

³¹ A hipótese de que o aparelho arcaico aparente seja romano comporta algumas adversidades. Apesar de utilizar silharia que evidencia uma pátina bem antiga, com blocos paralelepípedicos de grandes dimensões, sendo identificáveis duas pedras com almofada romana na muralha SO, a construção não nos parece romana, mas sim medieval, aproveitando pedra que esteve em construções daquele período, porque:

a) este aparelho só se verifica nos paramentos exteriores, sendo uso, entre os romanos, executá-lo também nos paramentos interiores, formando o *opus quadratum isodomon* ou *pseudisodomon*; ora o paramento interior das muralhas é medieval;

b) algumas pedras apresentam perfurações (por exemplo na muralha SO e na que liga a torre-porta ao cubelo E) que confirmam a sua utilização inicial noutras funções, constituindo, agora, material de reaproveitamento;

c) a qualidade do granito é a mais diversa, quer no tamanho do grão quer na sua coloração, dando-se o caso de haver pedras talhadas “recentemente”, num granito ainda fresco, que estão na base do muro (por exemplo na muralha que liga a torre-porta ao cubelo E, e também neste cubelo), tendo, sobrepostas, pedras com pátina muito antiga.

O argumento de que o aparelho em questão seja romano devido à existência de vários elementos arquitectónicos caracterizadores, nomeadamente o arco semicircular de alguns vãos, também não colhe, porque:

a) o arco que está construído sobre a porta principal é, obviamente, o arco do túnel, servindo de arco de descarga a proteger estruturalmente a porta; exemplos destes arcos, com esta função, em construção antiga de todos os séculos, são incontáveis; a forma que melhor direcciona os vectores força para os pés-direitos do arco é a semicircular, “aliviando” os materiais que estão debaixo, sendo uma questão de engenharia e não de arquitectura; pelas dimensões das aduelas e pelo vão criado, facilmente se conclui não ser um arco de porta, até porque não apresenta as caixas das couceiras e está inserido numa torre medieval;

b) nos castelos do período da Reconquista (até ao reinado de D. Afonso III), predominam os vãos em arco semicircular (Ver NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, pp. 49 ss.);

c) as duas portas que se seguem à porta principal, em arco semicircular, apresentam uma pátina e um encaixe entre as pedras que permite aceitar a sua existência num período muito recuado - nomeadamente no período romano -, mas também podem ter sido remontadas, porque a alvenaria que as rodeia é completamente diferente.

reutilização ter acontecido entre o próprio período romano e o séc. XIV³². Só uma investigação arqueológica com alguma profundidade poderá enquadrar esta reutilização em balizas temporais menos amplas. Contudo, a reutilização por parte dos muçulmanos apresenta-se comprometida pelo sítio onde o castelo está implantado e pelas suas torres cilíndricas. Quanto ao sítio, porque as fortificações muçulmanas eram erigidas no topo das elevações³³; quanto à forma, porque as torres de secção circular são uma tradição romana na península (os inúmeros cubelos da grande cerca urbana de Lugo e as bases das torres que ladeiam uma das portas das ruínas da cidade de Ammaia (Marvão), por exemplo, datáveis dos sécs. I/II), enquanto que a tradição bizantina norte-africana de que fala Cláudio Torres e Santiago Macias³⁴ desapareceram, no Magrebe, pela sobreposição de fortalezas berberes. Porque seria Alter do Chão uma excepção? Os arcos interiores da torre-porta, de aparelho e pátina que nos parecem contemporâneos dos referidos embasamentos das quadrelas, em nada evidenciam o traçado muçulmano, e para além disso, a base do cubelo E mostra, na primeira fiada, pedras a cutelo, provando que a torre foi levantada...porque não, e apenas, no séc. XIV?

A campanha de obras dionisina, defendida por Brazão Ferreira³⁵, com base em elementos estilísticos, nomeadamente as terminações piramidais das ameias das torres N e da Torre de Menagem, a configuração das seteiras, o desenho das portas em arco “ogival”, o “travejamento” das duas salas da Torre de Menagem e o balcão da muralha NO, também constitui uma mera hipótese. Estas características são típicas da arquitectura militar portuguesa, dos finais do séc. XIII até finais do séc. XIV, logo, também do reinado de D. Pedro I (1357-1367). Por outro lado, se são típicas deste período, tal não significa que tenham desaparecido posteriormente.

³² A utilização de pedra aparelhada proveniente de construção antiga, em edificações medievais e modernas, é frequentíssima: *Para a construção do castelo (dos Templários, de Tomar) foram aproveitadas as pedras das ruínas romanas e visigóticas da margem esquerda do Nabão, sendo testemunho irrefutável desta afirmação as inscrições que se observam em algumas das suas pedras* (ver LARCHER, Capitão Sousa - “Castelos de Almourol e Tomar”, *Revista dos Centenários*, nº 10, Edição da Comissão Nacional dos Centenários do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, 31 de Outubro de 1939, p. 25); também em Belver acontece algo semelhante, embora o guarda do castelo nos tenha informado que tais pedras ali foram colocadas quando da reconstrução do imóvel pela DGEMN.

³³ *Una de las características de la construcción árabe es, en primer lugar la altura (...)*. Ver MADRID, José Valverde - “La influencia árabe en las fortificaciones y castillos de la raya de España y Portugal e en sus defensas marítimas”, in *I Simposio sobre castillos de la Raia entre Portugal y España*, Asociación Española de Amigos de los Castillos, Madrid, s. d., p. 169 ss..

³⁴ TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, *ob. cit.*, p. 39.

³⁵ FERREIRA, A. M. Brazão, art. cit., “O Castelo de Alter do Chão” (3).

Por nossa parte, pensamos que, sobre preexistências arcaicas ou reutilizando materiais antigos de outras construções³⁶, o actual castelo foi concebido, de raiz, para albergar uma alcaidaria com funções paças. Assim, quer a Torre de Menagem quer a torre N, só tinham acesso pela alcaidaria que lhes está adossada. Tão pouco os adarves das muralhas NE e SO dão acesso directo a estas torres. Entre elas, apenas existia a alcaidaria, constituindo o seu tardo um muro ainda mais espesso do que as muralhas, mas sem ameias. Este muro era defendido por ambas as torres que o ladeiam e pelo matacões de que restam os cachorros. Assim, pertencendo à Casa de Bragança desde o séc. XIV, podemos designar o imóvel como um castelo com funções paças³⁷.

Esta alcaidaria tinha alguma nobreza arquitectónica, embora restem poucos vestígios. Keil não descreve a habitação castelã, embora refira que possuía *vestígios diversos e ainda muito interessantes*³⁸. Mas Salinas Calado fá-lo com algum pormenor³⁹, pondo em evidência os tectos abobadados dos três pisos e a nobreza de duas portas: a que no rés-do-chão se encontra sob as escadas exteriores, e uma outra igual, no 2º andar. Das abóbadas não restam vestígios, tão pouco os arranques ou o desenho dos encaixes nas paredes, sendo a actual abóbada do piso térreo de construção posterior. Este tecto é mais alto do que o primitivo, o que fez apoucar o pé direito do primeiro andar, como refere Salinas Calado, conduzindo ao entaipamento de alguns vãos. Quanto à porta que está debaixo da escada exterior (Figs. 6.1.31 e 6.1.32), podemos dizer que o enfeite que possui na base das jambas era utilizado nos sécs. XV e XVI, com inúmeros exemplos no Mosteiro de São Bernardo de Portalegre, tendo sido classificada estilisticamente, por Salinas Calado, como de *gótico pré-renascentista*⁴⁰.

Ao longo dos tempos, esta alcaidaria terá sofrido inúmeras renovações e reabilitações até ao presente século: as molduras das janelas que dão para o pátio parecem-nos muito recentes.

Podemos vislumbrar alguma organização espaço-função, atendendo ao que resta

³⁶ Pensamos que esta hipótese só poderá ser definitivamente posta de parte após certificação arqueológica.

³⁷ Segundo NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, p. 37, o termo *alcaidaria* deve ser utilizado para designar uma habitação de propriedade real e o termo *paço* se a propriedade pertencer a qualquer outro nobre. No entanto, é vulgar utilizar-se o segundo termo para ambas as situações.

³⁸ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 4.

³⁹ CALADO, Salinas, *ob. cit.*, pp. 21 e 22.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 27.

do edifício. Assim, o piso térreo, dividido em duas grandes salas, terá servido, como já referimos, de cavalaria do lado SO, com entrada dos cavalos pela porta da traição, e de vestíbulo no lado NE, através da porta que hoje se situa debaixo das escadas exteriores. Também esta escada nunca poderia ter existido inicialmente, não só pela sua construção e localização, mas também porque as alcaidarias constituíam construções fechadas ao exterior, com circulação exclusivamente interna, por razões de segurança. A sala de que nos fala Salinas Calado⁴¹, no 2º andar, do lado NE, dotada de lareira, com nobreza de dimensões, corresponderia à divisão mais importante deste tipo de habitação: a sala. Do lado SO, no primeiro e (ou) no segundo andar, situar-se-ia a zona privativa da alcaidaria, nomeadamente as características antecâmara, câmara de dormir e trascâmara ou vestiário. Poderia ainda, a alcaidaria, possuir uma capela ou um simples oratório. Sabemos que ali habitavam os alcaides, pelo menos Fernão Pereira de Brito, o “Cocho”, na segunda metade do séc. XVII⁴², o que pressupõe condições dignas de habitabilidade ao nível da nobreza.

Relativamente à torre-porta, cuja tradição na Europa remonta ao séc. XII, é frequente na península nos sécs. XIV e XV, o que está de acordo com a lápide de 1359. Com tripla porta, muito semelhante à de Alter do Chão, é a do castelo de Trigueros del Valle (Valladolid), construída no séc. XV⁴³. Ainda por comparação, e já do séc. XVI, ou mesmo posterior, é a torre-porta do castelo de Ouguela, resultando da construção de uma segunda torre com ligação à preexistente por arco de volta inteira. Um só eirado veio cobrir todo o sistema, dotado de bueira e sistema para grade, a proteger uma só porta.

Os cubelos a que está ligada a torre-porta apresentam secção ultrasemicircular, podendo ter tomado uma forma arcaica preexistente. Note-se que não apresentam qualquer troneira, o que os dataria com facilidade a partir dos finais do séc. XIV. Quanto ao coruchéu cónico do cubelo E, diremos que pode ter sido construído nos reinados de D. Manuel I e de D. João III, já no séc. XVI⁴⁴. A assimetria das muralhas explica-se

⁴¹ CALADO, Salinas, *ob. cit.*, p. 21

⁴² *Idem*, *Ibidem*, p. 22.

⁴³ MORA-FIGUEROA, Luís de - *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Universidad de Cádiz *et alteri*, s. l., 1994, pp. 214 e 215.

⁴⁴ *Castelos Medievais de Portugal, II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos - 1944*, Zurique, DGEMN, s. l., 1949, p. 11.

pelos acessos muito desnivelados à torre: sala sobre o túnel e portas para o eirado. O acesso aos adarves fazia-se, provavelmente, apenas pela alcaidaria, como hoje, e por uma escada retráctil junto à torre-porta. Ou será que as alvenarias, junto a esta torre, tão mexidas, possuíam uma escada entretanto demolida quando do aproveitamento do pátio neste século?

O alargamento do adarve da muralha NE, insere-se num gradual apetrechamento de defesa activa dos castelos medievais, acompanhado geralmente pelo acrescento de torres laterais nas muralhas⁴⁵. O Paço de Ourém, também da propriedade da Casa de Bragança e construído cerca de 1440, apresenta este tipo de adarves - sustentados por abobadilhas apoiadas em mísulas - nos paramentos exteriores, sem ameias, com parapeitos lisos. Se relacionarmos esta referência com a datação da referida porta de recorte artístico da alcaidaria (sécs. XV/XVI) e com a lápide exposta no pátio, datada de 1432, podemos estabelecer a hipótese de a construção ou reabilitação da alcaidaria, e o alargamento do adarve, terem sido contemporâneos, e de a referida lápide se lhes referir.

As ameias e respectivas aberturas das torres são predominantemente de tipo primitivo⁴⁶, características dos castelos construídos até ao séc. XIV. Já as ameias das muralhas, reconstruídas a partir das remanescentes, são de corpo mais largo, aproximando-se das que se construíram no séc. XV.

Relativamente ao projecto global deste castelo/paço, parece-nos preceder as fortificações que, com a mesma ideia arquitectónica, se vieram a construir em Viana do Alentejo e em Alvito. O castelo de Alvito foi construído pelo primeiro barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, sob iniciativa e licença de D. Afonso V, datadas de 1481⁴⁷. O castelo já estava construído em 1504 e foi-lhe adicionada a possante Torre de Menagem, nos finais do 1º quartel do séc. XVI. Tem planta rectangular com três cubelos ultrasemicirculares, de ângulo, e um cubelo mais alto e de secção em “U”, também de ângulo, junto a uma fonte exterior que parece defender. Num dos tramos menores foi-lhe acrescentada, pelo lado exterior, a dita Torre de Menagem, de secção quadrada.

O castelo de Viana do Alentejo, iniciado por D. Dinis, no séc. XIV, e reformado

⁴⁵ *História da Arte Portuguesa*, Dir. Paulo Pereira, vol. I, Círculo de Leitores, s. 1., 1995, p. 380.

⁴⁶ NUNES, António Lopes Pires, *ob. cit.*, (1991). pp. 30 e 31.

⁴⁷ VALÉRIO, António João Feio - *O Paço dos Lobos da Silveira em Alvito*, Câmara Municipal de Alvito, 1994.

no séc. XV, é um pequeno castelo de planta pentagonal, com cinco cubelos ultrasemicirculares de ângulo, albergando a igreja matriz, manuelina.

Ambos os castelos, pela localização não proeminente, pelas dimensões relativamente modestas, pela planta e alcaidaria (Alvito), pelos cubelos (embora os de Alter do Chão não possuam troneiras), pelos coruchéus (Viana do Alentejo), apresentam semelhanças com o castelo de Alter do Chão, fazendo deste um modelo arcaico dos chamados castelos de planície.

Assim, a análise feita até ao momento permite-nos concluir que o actual imóvel constituiu, no seu escopo fundacional, um castelo estratégico com alcaidaria, assumindo as características de paço, ou seja, de residência senhorial fortificada ao passar para o senhorio da Casa de Bragança. Como os seus semelhantes, teria funções de alcaidaria, veraneio, pousada de passagem, cobrança, pousada de caça e também de afirmação de poder, numa zona predominantemente rural. Ali, no *Alter Planus*, no Chão, esteve D. Pedro no ano da fundação do castelo, em “sobrado” mais humilde (na Rua do Paço ?), tendo decidido a construção de instalações mais dignas e seguras, resultando dessa decisão a actual construção, acabada na centúria seguinte ou já no séc. XVI. A sua caracterização de paço acastelado explica a situação em relação à vila, que o antecede na sua forma actual, em cerca de um século. O imóvel foi erigido ou reconstruído na zona mais baixa da vila medieval, menos defensável portanto, mas mais urbana e burguesa e à beira do caminho que a liga ao Crato, a N, e a uma série de localidades dos quadrantes opostos, cujos caminhos se entrecruzam em Alter do Chão: Ponte de Sor, Avis, Fronteira, Estremoz, Cabeço de Vide e Monforte.

Resultou então numa construção híbrida, misto de castelo e de habitação nobre, segundo uma tradição que remonta aos primeiros séculos da nacionalidade, quando, sobretudo entre Douro e Minho, a torre, isolada no meio da *quintã*, atestava a nobreza das *terras de honra* que dominava, marcando geralmente o início de uma linhagem. Até ao séc. XIV, os paços nas zonas urbanas só poderiam ser construídos pelos reis ou pelos bispos. Contudo, devido ao abuso, pelos nobres, do direito de *pousadia* ou *aposentadoria* em casas alheias, dentro dos seus senhorios, a coroa condiciona cada vez mais este direito, conduzindo ao grande período de construção de paços pela nobreza

que foi o séc. XV (Leiria, Belas, Tentúgal, Évora, Guimarães, Barcelos, Ourém, Porto de Mós, etc.).

O castelo (com funções paçãs) de Alter do Chão, iniciado no séc. XIV, tal como os vizinhos de Flor da Rosa e de Amieira, da propriedade do Priorado do Crato, inscreve-se numa fase de transição, entre as habitações onde se operava uma *circulação interna vertical, com a sucessão de pisos e sobrados num só espaço de planta quadrangular (...)* e os *espaços hierarquizados e de circulação de dominante horizontal*⁴⁸. O paço de Alter do Chão, que engloba intrinsecamente a Torre de Menagem e a torre N, é já uma construção predominantemente horizontal, embora fechada em si mesma, com a circulação a estabelecer-se exclusivamente pelo seu interior. Ainda no séc. XVIII, o padre Francisco Varregoso, nas *Memória Paroquiais*, escrevia que a vila tinha *hum grande castello que antigamente foi huma caza forte, com cinco torres, que hoje se acha todo arruinado e posto por terra*⁴⁹. A sua localização nada tem de enigmático, explicando-se, do ponto de vista militar, por ser um castelo estratégico de ocupação, pertencente a uma segunda linha de defesa, num período da vida nacional pós Reconquista e pós Tratado de Alcanizes (1297). Também as fortificações de Nisa foram construídas no séc. XIV, em zona plana, sobre fortificações anteriores.

6.1.5.2 TIPOLOGIA MILITAR

Sendo a arquitectura militar essencialmente funcional, adaptando-se a construção, de forma directa e bruta aos fins em vista, tudo o que lhe diz respeito cumpre uma função de defensiva (activa ou passiva). A sua análise necessita, então, de prévio conhecimento das artes de guerra da época em questão. São essas artes que ditam, por consequência, uma determinada arquitectura⁵⁰. Facilmente se conclui ser o actual castelo

⁴⁸ *História da Arte Portuguesa*, Dir. Paulo Pereira, vol. II, Círculo de Leitores, s. l., 1995, p. 19.

⁴⁹ INÁCIO, Ana Calado, art. cit., p. 9 ss.

⁵⁰ Características gerais da poliorcética medieval (Ver SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, pp. 42-186, ou, MONTEIRO, João Gouveia - *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998, Capítulo 6 “Cercos e outras operações”, pp. 337-398):

a) Tática ofensiva

- Assalto de surpresa.

- Entrada nos castelos através da traição de alguns sitiados.

de Alter do Chão uma construção adaptada à poliorcética medieval. Daí constituir uma construção em altura, perpendicular ao solo, de muros espessos e de torres maciças até aos adarves que as ligam. Vejamos a sua caracterização ao nível da tipologia militar⁵¹:

- *Castelo estratégico*, porque participava da defesa militar activa do território português na época da sua construção, distinguindo-se assim das *residências senhoriais fortificadas* características, sobretudo, da Europa não ibérica. Apresenta, contudo, pela sua alcaidaria e pelo entrosamento desta construção com as torres que a flanqueiam, funções paças.

- *Fortificação em relevo*, porque tem na altura das muralhas e das torres a sua característica mais importante, partilhando essa característica com todas as *fortificações medievais*, num período em que a pirobalística ainda não tinha imposto novas

- Cerco prolongado para exaurir os sitiados dos seus víveres.

- Utilização de engenhos e técnicas de expugnação: pirobalística através de bombardas e trons, empregues em Portugal, pela primeira vez, no cerco de Lisboa da Guerra da Independência (1383-1411); neurobalística através de catapultas ou manganelas e trabucos, para o lançamento de pedras e projecteis incendiários; balistas para o lançamento de pedras ou de grandes virotões; erícios e arietes para britagem dos muros ou para destruição das portas; incêndio de portas; trabalhos de sapa nos alicerces das muralhas; manteletes de aproximação; bastidas; escadas e escalas de assédio; tiro de arcos e de bestas de variadíssimos tipos, através de dardos ou virotões que poderiam estar envenenados com eléboro, também designada de erva besteira.

b) Tática defensiva

- Construção de muros e torres em altura, perpendicular ao plano do solo, e de grande espessura.

- Aprovisionamento de víveres para resistência prolongada.

- Construção de poços e cisternas no interior da cerca urbana e do castelo.

- Construção de fosso seco ou cheio de água, onde era possível; no caso do fosso ser seco, enchia-se de lenha que se incendiava durante os assaltos de grande escala.

- Utilização de trabucos.

- Utilização de bombardas e trons, disparados dos eirados das torres, ou de troneiras abertas na base das muralhas, na base das torres ou nos cubelos artilheiros.

- Contrariar o incêndio das portas através de água vertida pelas bueiras ou através de bueiros construídos especialmente para esse fim; também se blindavam as portas e por vezes chegavam mesmo a emparedar-se.

- Sortidas rápidas para contrariar trabalhos de minagem.

- Trabalhos de contraminagem subterrâneos.

- Incêndio das bastidas.

- Tiros de bestas ou de arcos, através das abertas e das seteiras das ameias, ou através de cadafalsos ou de matacães; das abertas, com ou sem esbarros, poderia disparar-se com protecção de manteletes.

- Arremesso de pedras.

- Utilização de lanças.

⁵¹ NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, pp. 42 ss.

configurações, cada vez mais baixas. O castelo propriamente dito, apresenta características dos 2º e 3º *periodos de evolução técnica*⁵², embora possua algumas do período seguinte: ameias de corpo mais largo na frontaria e balcão corrido na muralha NE.

- *Castelo de ocupação*, porque se localiza no interior de um território estabilizado, servindo de apoio aos castelos de *detenção* que constituíam a primeira linha de defesa contra a penetração inimiga pelo Alto Alentejo (*linha estratégica* Montalvão - Mourão).

- *Castelo não orientado*, porque situado numa zona de cota altimétrica baixa, no seio de uma região de produção agrícola, sem exercer a vigilância num sentido específico.

- Como referimos atrás, constitui um antepassado dos castelos de planície do séc. XV, antecedendo-o, numa versão contemporânea, mas formalmente mais arcaica, o castelo/paço de Amieira.

- A sua importância militar revelou-se secundária ao longo dos tempos, uma vez que não se registaram *sobreposições de fortalezas*. A única reabilitação militar está patente no possível alargamento do adarve da muralha NE e na supressão do ameado na mesma quadrela, constituindo-se uma barbata (ou simples parapeito) para disparo pirobalístico de armas ligeiras, permanecendo medieval a restante edificação. Como já referimos, este castelo sempre foi de rectaguarda, de apoio logístico, não se registando qualquer conflito bélico importante em que tivesse participado. Também pelo número de

⁵² NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, pp. 50 e 51, caracteriza da seguinte forma os 1º, 2º, 3º e 4º períodos da evolução técnica do castelo estratégico: 1º Período (durante a Reconquista) - muralhas altas a ligar torreões, delimitando um castelo com Torre de Menagem e alcaidaria, ameias de corpo estreito com aberturas proporcionadas, torreões de planta predominantemente rectangular, podendo ter a frente arredondada, seteiras verticais; 2º Período (final do séc. XIII, D. Dinis) - torres de Menagem mais altas, aparecimento de torreões prismáticos, incorporação de elementos da arquitectura civil gótica, tais como portas, janelas e abóbadas, aparecimento do balcão com matacões, construção de cercas urbanas; 3º Período (final do séc. XIV, D. Fernando e D. João I) - aparecimento das armas de fogo, substituição das seteiras por troneiras, construção de barbacas, aparecimento do cubelo; 4º Período (durante o séc. XV) - desenvolvem-se as inovações do século anterior, surge a ameia de corpo largo, os balcões dionisinos passam a ser corridos, coroando todo o alto das torres, com ou sem matacões e desenvolve-se o cubelo ultrasemicircular.

besteiros de conto que lhe era atribuído (oito), tal como a Alegrete, se conclui da sua fraca importância militar, e por extensão, da sua fraca importância económica, dado que a categoria sociomilitar de besteiro, tal como a de cavaleiro vilão, era uma consequência da capacidade económica de cada indivíduo. Por comparação, a Castelo de Vide, Fronteira e Crato cabiam vinte besteiros de conto, a Marvão, Arronches, Nisa e Monforte, vinte e cinco e a Portalegre e Avis, trinta⁵³.

Sobre a cerca urbana, que a tradição refere nunca ter sido acabada, há referências historiográficas de 1635 a 1876⁵⁴. Não existindo hoje qualquer vestígio facilmente identificável, apenas a toponímia a poderá eventualmente lembrar - Rua de Entre Muros - sendo lógico pensar-se que se estenderia para N e para NE. Assim, o castelo situa-se numa zona mais baixa do que a vila, não porque ao edificar-se estivesse a zona cimeira da colina ocupada por casario preexistente - a zona do Moinho de Vento estava com certeza disponível nessa altura - mas porque a sua tipologia militar, ao tempo da construção, não necessitava daquela localização.

6.1.6 O CASTELO ANTES DAS INTERVENÇÕES DO ESTADO NOVO

O conhecimento aproximado do existente antes da primeira intervenção (1955), resultará de um cruzamento das seguintes informações: descrições feitas por Luís Keil, em 1943, e por Rafael Salinas Calado, em 1948; fotografias, desenhos⁵⁵, memórias descritivas e correspondência dos processos fotográfico, de obras e administrativo do monumento (DGEMN/DREMS); testemunhos orais de habitantes da vila de Alter do Chão. Assim, reunimos as seguintes notas:

1) Luís Keil (1943)

Castelo de traça quadrangular, flanqueado por cinco torres.

⁵³ Ordenações Afonsinas, liv. 1º, ti. 64º, p. 438. Cit. in COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 209.

⁵⁴ CALADO, Rafael Salinas, *ob. cit.*, pp. 14, 23 e 24.

⁵⁵ Um desenho publicado em 1900 já apresenta o castelo como ele será descrito nos anos Quarenta por Luís Keil e Rafael Salinas Calado. Ver DONA João Raphael Mendes - *Villa e Concelho de Alter do Chão*, Typ. Minerva Central, Portalegre, 1900, entre as pp. 6 e 7.

- . A entrada principal estava entaipada.
- . A muralha NE não tinha ameias.
- . A muralha NE tinha um portão, de construção recente, que dava acesso ao interior do castelo (Fig. 6.1.15).
- . A muralha NO era a mais alta.
- . Na muralha NO estavam abertas duas janelas (Figs. 6.1.29 e 6.1.29-A).
- . Na parte exterior do castelo, do lado S da entrada, estava um lavadouro municipal (Fig. 6.1.4) e uma porta de arco semicircular aberta na muralha.
- . A lápide datada de "1410" estava encastrada na parede do lavadouro municipal.
- . O castelo estava obstruído, em parte, por edificações modernas (Fig. 6.1.5).
- . O castelo estava arruinado no seu interior, sendo *mau* o seu estado geral.
- . Possuía dois pátios (terreiros interiores)⁵⁶.

2) Rafael Salinas Calado (1948)

. A porta principal do castelo estava emparedada e entulhada, fazendo-se o acesso por uma porta larga na muralha NE (Fig. 6.1.15).

. A lápide quatrocentista tem a data de 1432 e foi descoberta, em 1935, na parede de uma *edificação mesquinha* que foi demolida detrás do chafariz para se construir o lavadouro municipal; esta lápide já estaria oculta em 1635, uma vez que não é referida pelo cónego Novaes na sua *Relação do Bispado de Elvas*, publicada naquele ano.

. A porta de arco quebrado que se apresenta na muralha SO, era o postigo ou porta da traição, estava *tapada* do lado de dentro e obstruída por construções exteriores.

. Interiormente, o castelo albergava um celeiro, uma estrebaria e uma oficina de carpintaria.

. A Direcção dos Monumentos Nacionais chegou a destinar um subsídio de 50000\$00 para obras de restauro, mas não foi possível aplicá-lo porque o castelo constituía, nesta altura, propriedade privada.

. Medidas referidas: perímetro: 139 m; comprimentos: muralha SE, 22,30 m; muralha NE, 35,60 m; muralha NO, 42 m; muralha SO, 39 m (medidas tiradas *de torre a*

⁵⁶ Luís Keil deve referir-se, incorrectamente, não só ao pátio do castelo, como também ao pátio que fica a NO, já no exterior (Fig. 6.1.5).

torre); alturas: Torre de Menagem, 25 m; torre S, 11 m; torre-porta, 16 m; torre N, 16,50 m.

- . A muralha NE não tinha ameias.
- . O chafariz ligava-se à torre-porta, estendendo-se para S.
- . Só as torres N e de Menagem é que possuíam ameias de terminação piramidal.
- . A escada exterior da alcaidaria emparedava completamente a porta que hoje se pode observar debaixo da mesma.
- . Não se notavam indícios do poço.
- . Sobre a alcaidaria afirma que:
 - a) possui três pisos, todos com tectos de abóbada;
 - b) o rés-do-chão foi posteriormente subido, diminuindo o pé direito do primeiro andar, de que resultou o emparedamento e a redução de uma porta em arco quebrado que o ligava à torre N;
 - c) o segundo andar mantinha as proporções primitivas e conservava, ao cimo da escada, uma porta igual à que estava sob a escada exterior, adossada à fachada; a referida porta dava acesso à parte SO da residência, nomeadamente à Torre de Menagem;
 - d) a parte NE do segundo andar era um vasto salão com uma grande chaminé, uma escadaria e duas portas, sendo uma delas em arco quebrado, que dava acesso às escadas da torre N, e outra de *cantarias direitas e base chanfrada* que abria para o adarve da muralha NE;
 - e) a muralha NO apresentava janelas e as bases de um *machicoulis*;
 - f) desconhecia-se a localização da “poterna” e da *mata-morra* (masmorra);
 - g) a cisterna estava entulhada;
 - h) a fachada estava apoiada pelos três contrafortes;
 - i) o segundo andar ainda possuía os restos dos peitoris em cantaria de duas janelas amplas.

3) Desenhos correspondentes ao projecto de intervenção de 1954 (Figs. 6.1.33, 6.1.34, 6.1.35 e 6.1.36)

No 1º piso:

a) No tramo da porta principal, do lado exterior, é visível o murete da conduta de água da Fonte da Barreira, a fonte e, nas traseiras, um compartimento com duas janelas para S e uma porta para o pátio do castelo, apresentando telhas e outros tanque; nas traseiras deste compartimento estava um lavadouro; a porta do castelo encontrava-se entaipada e do lado de dentro deste tramo, no troço NE, estava construída uma pequena divisão reentrante em relação à própria muralha.

b) No tramo SO apresentava-se, do lado exterior, um alpendre e construções que obstruíam a porta da traição (Fig. 6.1.37); do lado de dentro, adossada à muralha, uma construção a todo o seu comprimento, dividida por um arco, com telhas, uma fornalha, uma porta e duas janelas abertas para o pátio; no topo NO destas instalações estavam montadas duas prensas.

c) No rés-do-chão da alcaidaria, dividido a meio pela parede mestra do edifício, comunicando as duas partes através de uma porta, observam-se novamente telhas em ambas as divisões e um moinho de vara montado na compartimentação NO; no topo SO deste rés-do-chão, localiza-se a porta da traição; ambas as divisões apresentam inúmeros vãos de portas e janelas abertas para o pátio e umas escadas exteriores que dão acesso ao primeiro andar; do lado exterior deste tramo da muralha, existia um prédio encostado à Torre de Menagem e um outro à torre N; no prolongamento desta torre, apresentava se também um muro alto de janelas decorativas apresentava (e ainda apresenta) o portão de entrada no pátio do referido prédio⁵⁷.

d) No tramo NE, adossadas ao paramento interior da muralha, existiam três divisões com portas para o pátio; de NE para SE, a primeira não tem designação específica, a segunda é um depósito e a terceira uma cavalaria.

⁵⁷ Na planta do piso térreo do projecto de 1946, está escrita a lápis uma nota indicando que estes prédios pertenciam ao Sr. Dr. Pedro Celestino Caldeira de Castelo Branco. Indica-se também a lápis que o proprietário do castelo, Francisco Manuel Pina, era *residente*.

e) Previa-se a demolição de todas as construções interiores e exteriores descritas e o refechamento dos vãos de portas abertas nas muralhas SE e NE; também se previa a reconstrução dos vãos onde estavam montadas as prensas; relativamente aos prédios e muro largo⁵⁸ que se encontravam encostados às Torre de Menagem e torre N, respectivamente, previa-se a sua expropriação e demolição total no plano de obras de 1938; no plano de 1954, de Rui Couto, tal situação já não estava prevista na memória descritiva.

No 2º piso devemos assinalar as coberturas das construções do pátio e, no 1º andar da alcaidaria, três divisões a SO, a porta a que conduzia a escada exterior do edifício, dando para um corredor com escada de acesso ao 2º andar, e uma grande sala a NE, com janela para o Largo da Barreira, prevendo-se o seu refechamento.

O 3º piso apresenta, na alcaidaria, uma compartimentação muito semelhante ao do 2º piso e está patente a intenção de demolir o terceiro piso da alcaidaria e de construir ou reconstruir todas as ameias, com excepção para as do troço que liga a torre-porta ao cubelo E, que estavam completas; previa-se também a construção da interligação entre os adarves das muralhas SO e NE ao adarve da muralha NO; também se previa a reconstrução do mata-cães da muralha NO.

O 4º e último piso, já ao nível dos eirados das torres, mostra a intenção de reconstruir algumas ameias em falta.

6.1.7 INTERVENÇÕES E SUA ANÁLISE CRÍTICA

O primeiro projecto de intervenção é elaborado em consequência de uma Ordem de Serviço⁵⁹ do Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais - Baltazar da Silva Castro - ao Arquitecto Chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora) - Martinho

⁵⁸ KEIL, Luís, *ob. cit.*, fotografia central da fila de cima, EST. XXXIII.

⁵⁹ Ordem de Serviço nº 866 de 20 de Julho de 1936. Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001.

Humberto dos Reis -, no ano de 1936. Dois anos depois⁶⁰ estava concluído o projecto. De forma resumida, podemos dizer que previa um conjunto de obras a realizar por conta do proprietário - na altura, Maria José Caldeira de Castel-Branco Cordovil, sendo administrado o castelo por António Cordovil - que englobavam: a demolição das construções do pátio e do 2º andar da alcaidaria, que se consideravam um acrescento posterior; a reconstrução ou restauro de escadas, ameias, adarves e do coruchéu cónico do cubelo S, por semelhança com o do cubelo E; a reconstrução da muralha nos sítios em que tinham sido abertas portas e janelas (tramos NE e SE); o desentaipamento de janelas da alcaidaria; a restituição da funcionalidade da porta principal, entaipada na altura. Previa-se também a compra, para demolição, de todos os edifícios encostados às muralhas - tramos NO, SO e SE -, com o objectivo de isolar o castelo. A intervenção orçava em cerca de 300 000\$00⁶¹.

António Cordovil, instado a realizar as obras que lhe cabiam no projecto - no castelo propriamente dito - responde que não tem capacidade económica para tal, mas que poderia vender o castelo por um preço de cerca de 70 000\$00⁶². A Câmara Municipal disponibiliza-se para mudar de lugar a Fonte da Barreira, o Lavadouro Público que estava construído nas costas da fonte e a respectiva conduta de água que passava frente à porta do castelo⁶³.

A intervenção não se concretiza, e entretanto, o castelo é vendido à casa agrícola de Francisco Manuel Pina e Irmãs, em 1942. Passa a ser utilizado como lagar, como oficinas de ferrador e de abegoaria e até como curral, fazendo uso da alcaidaria e das construções preexistentes no pátio. Dada a progressiva ruína do castelo e a sua inadequada utilização, chovem protestos das mais variadas instituições, e pessoas, no sentido de pôr cobro à situação. Destacam-se os protestos da Casa do Alentejo, através de Salinas Calado⁶⁴, em 1943, e da Organização Nacional - Mocidade Portuguesa, em

⁶⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. O projecto de 1938 foi enviado pela 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora), para o Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais a 4 de Maio de 1938, acompanhado com o ofício nº 78.

⁶¹ Nota a lápis.

⁶² Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 47 da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora), de 13/3/1939, para o Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais (Lisboa).

⁶³ Idem

⁶⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício s/nº de 18/3/1943, da Casa do Alentejo - Instituto Regionalista, para o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, cópia de 1/6/43 da DMN.

1944, que pede o castelo para sua utilização⁶⁵. Entretanto o proprietário escuda-se alegando que as construções do pátio já lá estavam quando comprou o imóvel, não sendo, portanto, obra da sua autoria⁶⁶.

Os protestos fazem agir o aparelho do Estado. Assim, em 1944, a Direcção-Geral da Fazenda Pública, Repartição do Património, pede ao Director-Geral da DGEMN. para mandar elaborar *o plano de obras de conservação* a exigir ao proprietário⁶⁷. Este projecto, em tudo igual ao de 1938, aparece datado de 1946, mas também não é executado. A Direcção-Geral da Fazenda Pública, questionada pelo Ministro do Interior, em 1944, sobre a possibilidade de comprar o imóvel, responde que, de momento, não dispõe de verba para tal⁶⁸. Entretanto, a Câmara Municipal de Alter do Chão abre subscrição pública no mesmo ano, para tentar comprar o castelo, mas só consegue angariar 14 000\$00, sendo 5 000\$00 do seu próprio orçamento, estando o imóvel registado com um valor matricial de 65 000\$00⁶⁹.

O Ministério do Interior continua a pressionar a DGEMN, pedindo providências para se impedir a incorrecta utilização do monumento e para se exigir do proprietário as obras projectadas⁷⁰. Mas as obras, todas as obras, mesmo as que estavam a cargo da Câmara, continuam por fazer, continuando também o aparelho de Estado a pressionar, por exemplo, através da Direcção-Geral da Fazenda Pública, alegando esta que era a Câmara, como autoridade policial no local, que deveria fazer as necessárias exigências ao proprietário⁷¹.

O proprietário cede e deixa de utilizar o castelo para funções agrícolas em 1950⁷²,

⁶⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 491 da Organização Nacional - Mocidade Portuguesa ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 13/4/1944, cópia da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora) de 18/4/1944. Ofício nº 181 da 3ª Secção da Repartição Técnica para o Arquitecto Director dos M. N. (Lisboa) datado de 1/5/1944).

⁶⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 35 da 3ª Secção da Repartição Técnica para o Arq. Director dos M. N., datado de 1/6/1943.

⁶⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício de 21/8/1944, assinado por António Luiz Gomes, cópia de 1/9/1944.

⁶⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº Q-1/11, Lº 91, de 5/9/1944, cópia de 8/9/1944.

⁶⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício de 21/8/1944, assinado por António Luiz Gomes, cópia de 1/9/1944.

⁷⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº Q-1/11, Lº 91, de 5/9/1944, cópia de 8/9/1944.

⁷¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 6004 da Direcção-Geral da Fazenda Pública, assinado por António Luiz Gomes, dirigido à DGEMN, datado de 28/4/1949.

⁷² Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 15461 de 10/11/1950, da Direcção-Geral da Fazenda Pública, cópia de 17/11/1950.

mas a Direcção-Geral da Fazenda Pública, em 1951, através do seu Director, António Luiz Gomes, continua a pressionar para que ele execute as obras projectadas e no prazo de 30 dias⁷³. Ultrapassado este prazo, as obras seriam executadas pelo Estado que exigiria posteriormente, ao proprietário, os respectivos custos.

No ano de 1954, a 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora), elabora novo projecto de intervenção, assinado pelo Arq. Rui Couto, orçamentado em 276 350\$00, cujos desenhos e memória descritiva são praticamente iguais aos do projecto de 1938. Desta vez o projecto terá consequências práticas, mas apenas no ano seguinte e após a compra do imóvel pela Fundação da Casa de Bragança (11 de Janeiro de 1955), pelo preço de 80 000\$00⁷⁴, sendo Presidente do Conselho Administrativo, António Luiz Gomes, que tanto pugnara por uma solução digna para o monumento enquanto Director Geral da Fazenda Pública. Será então a Fundação da Casa de Bragança, e não o Estado, sublinhe-se, a tentar salvar o monumento da situação degradante em que se encontrava. A filosofia do(s) projecto(s) (1938, 1946 e 1954), estava bem clara na memória descritiva:

Obras de Reparação e Restauro, a efectuar por conta do proprietário. Encontra-se o Castelo de Alter do Chão em lamentável estado de abandono e ruína, havendo também a lamentar a existência de várias construções abarracadas e outros acrescentos deturpadores que em épocas transactas foram adossadas às suas muralhas e que prejudicam o seu apreciável conjunto (...) teve-se em vista o máximo aproveitamento dos indícios mais antigos ali existentes, com o fim de dar a este monumento, tanto quanto possível, a sua primitiva feição⁷⁵.

Seguindo este projecto, a Fundação dá início às obras sob fiscalização e orientação técnica da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora). Propunha-se começar pela *limpeza geral e demolição das construções que afrontam o monumento incluindo o lavadouro*

⁷³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 1772, da Direcção-Geral da Fazenda Pública para a DGEMN, datado de 17/12/1951.

⁷⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 2940 de 14/9/1954, da Fundação da Casa de Bragança.

⁷⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Cf. *Memória Descritiva* do projecto de intervenção de 1954.

*público*⁷⁶. A 26 de Setembro de 1955, segundo nota do Eng.º Ricardo do Amaral⁷⁷, estavam terminados os seguintes trabalhos:

- reparação e reconstrução das ameias das torres e das muralhas;
- demolição das construções do pátio;
- demolição do que fora construído, na alcaidaria, acima da abóbada do piso térreo;
- substituição da conduta de água do chafariz, que passava frente à porta principal, e reabertura desta porta, antes entaipada;
- reparação parcial dos paramentos exteriores das muralhas;
- pesquisa arqueológica nos paramentos interiores das muralhas, através da sua picagem;
- demolição do alpendre exterior, adossado à muralha SO;
- reparação do coruchéu do cubelo E;
- limpeza geral e remoção de entulhos.

Na mesma nota, previam-se os seguintes trabalhos:

- construção de uma porta de carvalho americano para a entrada principal, com desenho do Arq. Raul Lino;
- regularização dos pavimentos dos adarves e degraus de escadas.

Dos trabalhos efectuados pela Fundação da Casa de Bragança, alguns não mereceram a aprovação da 3ª Secção da Repartição Técnica, tendo sido *emendados*⁷⁸. Para dar continuidade à execução do projecto, a Fundação pediu os seguintes esclarecimentos⁷⁹:

- Como se faziam, *para reconstituição*, os acessos do pátio aos adarves? Como se faziam os acessos dos adarves às Torre de Menagem e torre N, já que não havia

⁷⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 166 da Fundação da Casa de Bragança para o Eng.º Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 18/1/1955.

⁷⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Nota do Eng.º Ricardo Amaral para A. Luiz Gomes, datada de 26/9/1955.

⁷⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 734 de 28/10/1955, da 3ª Secção da Repartição Técnica para o Arq. Chefe da Repartição Técnica. Não se sabe exactamente o que foi emendado.

⁷⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Nota do Eng.º Ricardo Amaral para A. Luiz Gomes, datada de 26/9/1955.

qualquer passagem para tal? O cubelo S teria tido coruchéu? Onde se localizariam os silos e a cisterna? Como regularizar a cota do pátio? Como teria sido a terminação das ameias? Como se poderia fazer a impermeabilização dos eirados, para evitar a desagregação das alvenarias das torres? Como reforçar estruturalmente a abóbada do piso térreo da alcaidaria?

No *Mensageiro de Alter* nº 117, de 22 de Setembro de 1959, a primeira página é consagrada à comemoração do 6º Centenário do Castelo de Alter do Chão, afirmando-se a dado passo: *A Fundação da Casa de Bragança, que não há ainda muitos anos o adquiriu, por compra, está a libertá-lo de enxertos incómodos e inestéticos, a reconstruí-lo e aformosá-lo*⁸⁰. Era o reconhecimento público da acção salvadora da Fundação da Casa de Bragança que, nos anos seguintes, continuaria os trabalhos previstos no projecto da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora).

Sobre o prosseguimento dos trabalhos nada consta nos arquivos da DREMS. Foi através do Sr. Alexandre Amador, antigo guarda do castelo⁸¹, que obtivemos informações sobre as intervenções realizadas, sem as quais teríamos perdido o historial dos trabalhos. Assim, o lavadouro público, foi demolido, e o chafariz setecentista, desmontado, em 1966/67. No ano seguinte, em 1968, reconstruiu-se a muralha NE, eliminando-se, do lado de fora, o vão do portão que aí existia, e construíram-se as ameias sobre esta muralha⁸². Ainda no mesmo ano, emparedou-se a porta aberta na muralha SE do lado S (a data está gravada no reboco, do lado de dentro), reconstruíram-se as ameias deste troço de muralha, da torre N e da Torre de Menagem, e construíram-se as da muralha NO⁸³.

Comparando a descrição de Salinas (1948) e o existente actual, somos levados a deduzir que entre 1948 e o ano da venda do castelo à Fundação da Casa de Bragança (1955), terá havido uma alteração profunda dos 1º e 2º andares, pois ambos revelam, nas paredes remanescentes, que o tecto do 1º andar já não era de abóbada como refere

⁸⁰ *Mensageiro de Alter*, nº 117 de 22 de Setembro de 1959, p. 1.

⁸¹ Foi guarda do castelo de 1/6/76 a 28/2/92, sendo actualmente (1997) o Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão.

⁸² Esta informação entra em contradição com a referida nota do Eng. Ricardo do Amaral, de 26 de Setembro de 1955.

⁸³ *Idem*

Salinas, mas de estrutura de madeira, auxiliada a NE por dois arcos de alvenaria. Ou será que Salinas chama, incorrectamente, abóbada a estes arcos? Contudo, de tal alteração não há provas documentais, nem tão pouco testemunhos orais comprovativos.

Ainda em 1968, construíram-se as paredes da boca do poço, desentulharam-se os seus dois depósitos de 5 m de profundidade e inaugurou-se o castelo, agora desobstruído e parcialmente restaurado. Ao mesmo tempo, inaugurou-se o edifício novo dos correios, o mercado municipal e um novo lavadouro público, tendo o jantar decorrido no pátio do castelo, no dia 19 de Maio de 1968.

Do que se projectou em 1954, ficaram por realizar as seguintes obras:

- o acesso dos adarves à torre de Menagem e à torre N;
- o pavimento e murete de protecção do adarve SO;
- a construção de um coruchéu sobre o cubelo S, à semelhança do que cobre o cubelo E.

Em 1971, ao abrir-se o arruamento dos Doze Melhores de Alter⁸⁴, provocou-se um assentamento diferencial dos alicerces do cubelo S e da muralha que o liga à torre-porta, originando fendilhação, quer no cubelo quer na muralha. A Direcção dos Monumentos do Sul⁸⁵ elaborou o necessário projecto de intervenção, datado de 1972, no valor de 69 864\$00, que só em 1977 seria executado⁸⁶ e pelo valor de 130 000\$00. Da memória descritiva respigamos o seguinte extracto: (...) *reconstrução de um torreão que se encontra em vias de ruir, em virtude de um arruamento recentemente construído*⁸⁷ *ter deixado a descoberto e descalçado a fundação desse torreão.* O cubelo foi restaurado estruturalmente, tal como o troço de muralha adjacente SE⁸⁸, e impermeabilizou-se o pavimento do eirado, resistindo-se à tentação de o cobrir com uma cobertura cónica, por semelhança com o outro cubelo. Aliás, sobre esta cobertura, ela parece justificar-se com o serviço de ronda, que utilizaria a sala da torre-porta e, sobretudo, aquele cubelo, que

⁸⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 113 da Direcção dos Monumentos do S (Évora).

⁸⁵ Designação que a antiga 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora) passa ter a partir do decreto-lei nº 372 de 11/8/1970, D. G. Nº 185, I Série.

⁸⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ofício nº 369, de 20/6/77, da Fundação da Casa de Bragança.

⁸⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Arruamento aberto em 1971, vol. Ofício nº 172-A de 12 de Abril de 1977 da Direcção dos Monumentos do S.

⁸⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ver Ofício nº 172-A de 12 de Abril de 1977 da Direcção dos Monumentos do S.

dava para o caminho principal que atravessa a vila, carecendo de protecção contra a chuva. Note-se que, no projecto de 1938, a memória descritiva chama *guarita* ao eirado e cobertura deste cubelo.

Sobre as intervenções planeadas e realizadas fazemos a seguinte análise crítica:

1º Demolições

a) Construções do pátio e adossadas ao paramento exterior das muralhas

Cabem dentro da concepção actual de restauro as demolições das construções abarracadas que se adossavam aos paramentos exteriores das muralhas NO, SO e SE. As descrições coevas levam-nos a acreditar que seriam desprovidas de qualquer interesse, estando a impedir a leitura do monumento e o desenvolvimento urbanístico para SO. Mais não se terá feito do que recuperar, por desobstrução, o valor estético do castelo. Por outro lado, a única construção de interesse era o chafariz, e este foi remontado noutra local. Relativamente às construções do pátio, a NE e a SO, não possuímos documentação suficiente para avaliarmos a sua demolição. No interior, sabemos estarem montadas várias estruturas relacionadas com um lagar. Essas, eventualmente, poderiam ser demolidas. Já no que diz respeito às próprias edificações, temos dificuldade em opinar, porque este, como todos os outros castelos, possuíam, de origem, estas estruturas, que podiam ter permanecido e albergar, futuramente, actividades de natureza cultural. O monumento ganharia em autenticidade.

b) Alcaidaria

A demolição do 2º andar da alcaidaria (Fig. 6.1.38) e dos tabiques do 1º andar foi precipitada e baseou-se numa interpretação do edificado sem fundamentação científica:

- Precipitada, porque não teve qualquer consequência construtiva alternativa, deixando a abóbada do rés-do-chão desprotegida, à mercê das intempéries, degradando-se a cada ano que passa, desde 1955. Continuava o romantismo serôdio do restauro em

estilo, *a fim de dar a este monumento, tanto quanto possível, a sua primitiva feição*⁸⁹, e nada mais fácil, para mostrar trabalho, do que demolir apressadamente tudo o que não aparentasse ser fundacional.

- Baseou-se numa interpretação do edificado, sem fundamentação científica, porque, passando-se levemente pelo estudo do monumento, não se percebeu que o castelo poderá ter sido concebido, de raiz, para possuir, naquele espaço, uma alcaidaria que detinha a exclusividade em matéria de acessos à Torres de Menagem e à torre N. Não terá passado pela mente dos restauradores a hipótese de que aquela muralha nunca tivesse tido ameias, já que tal facto impediria uma reconstrução cenográfica, sempre desejada. A muralha em causa, constituindo o tardo da alcaidaria, intersecta as torres nas faces que apresentam as respectivas portas, mas suficientemente longe das mesmas para se perceber que o acesso não se podia fazer daquela forma, não havendo qualquer indício de ter existido passadiço de madeira. Tal facto prova, até melhor argumento, que aquela muralha nunca teve ameias nem adarve (Figs. 6.1.29 e 29-A), sendo defendida pelas duas torres que a ladeiam e pelo matacões. Felizmente que a construção do adarve da muralha NO, ligando-o aos outros dois, não se chegou a concretizar. A muralha ameada que hoje existe (Fig. 6.1.30) é um *pastiche* pretendendo reconstituir algo que nunca deve ter existido. Por outro lado, a concepção de que a alcaidaria possuía *um andar postertormente acrescentado*⁹⁰ é indubitavelmente errada. Basta ler a descrição de Salinas Calado em 1948: *o segundo andar, porém, mantém as proporções primitivas e conserva ao topo da escada uma porta igual àquela que está tapada pela escada exterior da alcáçova*⁹¹, ou seja, uma porta datável dos sécs. XV ou XVI. Porta que obviamente foi demolida e que provaria a vetustez daquela alcaidaria de três pisos.

2º Reconstrução das ameias das torres e das muralhas SO, SE e NE.

A reconstrução de ameias enquadra-se numa intervenção de restauro, uma vez que havia sobejas provas, quer arqueológicas quer fotográficas, das suas formas e do lugar

⁸⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ver *Memória Descritiva* do projecto de 1954.

⁹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo adm. nº S.12.01.01/001. Ver *Memória Descritiva* do Projecto de intervenção de 1938, 1946 ou 1954.

⁹¹ CALADO, Salinas, *ob. cit.*, p. 21.

exacto da sua elevação. No entanto, o material com que foram reconstruídas não é diferenciável relativamente ao preexistente⁹² - aliás, era esse o objectivo -, nem há qualquer elemento visual que delimite as duas zonas. Exceptua-se, neste caso, a muralha NE, onde permaneceu a tijoleira do parapeito, servindo de base para a construção das ameias. No entanto, as ameias não deveriam ter sido construídas aqui, sendo preferível ficar patente aquela reabilitação, se é que alguma vez aqui houve ameias.

Na arquitectura militar, as reabilitações são testemunho histórico da utilização da fortificação noutros condicionamentos técnicos de guerra, pelo que devem conservar-se. Não constituem, como é vulgar acontecer na arquitectura em geral, simples mudanças estéticas, e se o fossem, deveriam igualmente conservar-se.

3º Eliminação da bueira do túnel da entrada e montagem de nova porta

A eliminação da bueira sobre o primeiro compartimento da entrada também não foi correcta. Em vez de se ter fechado o vão para impedir a queda de materiais provenientes da sala da torre-porta, melhor teria sido aplicar placas de vidro ou de acrílico. Escondeu-se, assim, um dispositivo de defesa activa importante que, em grande medida, justifica a existência da referida sala da guarda.

Quanto à porta, a protecção com tiras de ferro cravadas na madeira, era escusada, porque constitui, também, um *pastiche*, apesar de pouco importante.

4º Desobstrução e refechamento de vãos

A desobstrução da porta principal e da porta da traição - tradicionalmente designada por Porta dos Cavalos - e o refechamento das portas das muralhas SE e NE, constituíram intervenções necessárias à restituição da verdade funcional do castelo, pelo que se incluem nas operações de restauro de necessidade inquestionável. A opção de não

⁹² A Carta de Atenas (1931) já o aconselhava, no seu Ponto VI - A Técnica da Conservação, ao referir que (...) *os novos materiais necessários para este fim (conservação de ruínas) deverão ser sempre reconhecíveis*. Também a Carta de Veneza (1964) virá referir, no seu Art. 12º, que *os elementos destinados a substituírem as partes que faltem devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o documento artístico ou histórico*.

se terem reconstruído completamente as alvenarias destes vãos, deixando a sua memória, parece-nos aceitável, se foi essa a intenção, do que duvidamos.

5º Desentulhamento do poço e cisterna e construção de uma boca de acesso

O desentulhamento do poço e da cisterna, na zona central do pátio, uma das infra-estruturas mais importantes na fortificação medieval, constituíram intervenções obviamente louváveis. A boca do poço foi guarnecida de paredes de cantaria, em granito, localizando e tornando funcional aquelas infra-estruturas. Mas seriam dispensáveis as ferragens sobre a boca do poço, a imitar os trabalhos medievais em ferro forjado. Tudo o que não tenha a marca do autêntico é reprovável em matéria de intervenção nos monumentos.

6.1.7.1 PORMENORES TÉCNICOS PRESCRITOS NOS PROJECTOS

No projecto de 1954 sublinha-se que todas as reconstruções se deveriam fazer *segundo o existente*, ou por analogia com o existente, e talvez por isso não se prescrevam traços e composições de argamassas, por exemplo. Digamos que há um apelo às técnicas tradicionais de construção, o que está de acordo com o Art. 10º da Carta de Veneza.

Para a reconstrução da cobertura da alcáçova previa-se o emprego de telha românica para os canais e telha portuguesa para as cobertas, argamassada nas bocas e braçadeiras. O mesmo se deveria fazer relativamente a telhas passadeiras. Os algerozes e calhas seriam de zinco. A cobertura previa ainda a utilização de vigamento de pinho, nas asnas, frechais, madres, varas, ripas, forro, e toda ela deveria ser preservada através de pintura com tinta anti-séptica a duas demãos.

A porta de entrada deveria ser preservada com três demãos de óleo fervido.

No projecto de 1972, o cubelo S e a muralha adjacente (SE) seriam consolidados com o emprego de *betão armado em cintas de travacção, compreendendo armaduras*, tudo ao traço regulamentar.

A reconstrução de alvenarias em fundações seria feita com pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3. O refechamento de fendas em panos de muralha compreendia a utilização de *gatos de betão, aelgar e repuxar de acordo com a muralha existente*. Por sua vez a reconstrução de alvenaria em panos de muralha seria executada com pedra rija da região e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4.

Como comentário, sublinhe-se a preocupação com a reconstrução tal qual o existente, a não ser que fosse necessário utilizar recursos mais modernos, como o betão armado. Mas o ligante prescrito é sempre o cimento, o que é estranho, porque a argamassa utilizada, de facto, foi a cal hidráulica.

6.1.8 INTERVENÇÕES URGENTES E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

a) Urgentes

- Desinfestação de toda a matéria vegetal que se enraizou na estrutura do imóvel, em particular da figueira que está a destruir o suporte do adarve da muralha NE.

- Impermeabilização dos eirados e canalização da água da chuva para o exterior; montagem de coberturas simples que evitem a penetração da chuva pelas escadas de acesso aos eirados⁹³.

- Colocação de uma janela vidrada na sala do 1º pavimento da Torre de Menagem.

- Reconstrução do muro de protecção do adarve da muralha SO e regularização do pavimento.

- Colocação provisória de espeques para suporte da abóbada do rés-do-chão da alcaidaria.

- Pavimentação adequada das duas salas das torres de Menagem e da sala da torre-porta.

- Preservar da meteorização as duas lápides que se encontram no castelo, através da interposição de vidro ou de acrílico nas respectivas molduras.

- Corte ou desbaste das trepadeiras que obstruem visualmente o castelo, em particular junto ao torreão lateral da muralha NE e no tardoiz da torre-porta.

⁹³ Quer a sala da torre-porta, quer a 2ª sala da Torre de Menagem, apresentam, no chão, uma altura considerável de pó que se forma por arrastamento dos finos da alvenaria das abóbadas, por meio da água da chuva que se infiltra a partir dos eirados. Esta é a explicação para tão estranho fenómeno.

- Limpeza geral, colocação de escada provisória de acesso à Torre de Menagem e disponibilização permanente do monumento ao turismo.

- Edição e venda de uma monografia com um estudo histórico-arquitectónico sobre o castelo, que também sirva de formação básica aos técnicos de turismo que irão guiar as visitas.

- Edição de um desdobrável turístico para consulta rápida.

- Colocação de *placard* gráfico, interpretativo do monumento.

b) A médio e longo prazos

- Exploração arqueológica do pátio, incluindo as cisternas.

- Sondagem arqueológica para estudar os alicerces em todo o perímetro do castelo.

- Sondagem arqueológica junto à Torre de Menagem e torre N, bem como na vila, tentando identificar o percurso da cerca urbana e a sua hipotética ligação com o castelo.

- Reabilitar a alcaidaria para qualquer fim a carácter com a dignidade do monumento.

- Iluminação cenográfica.

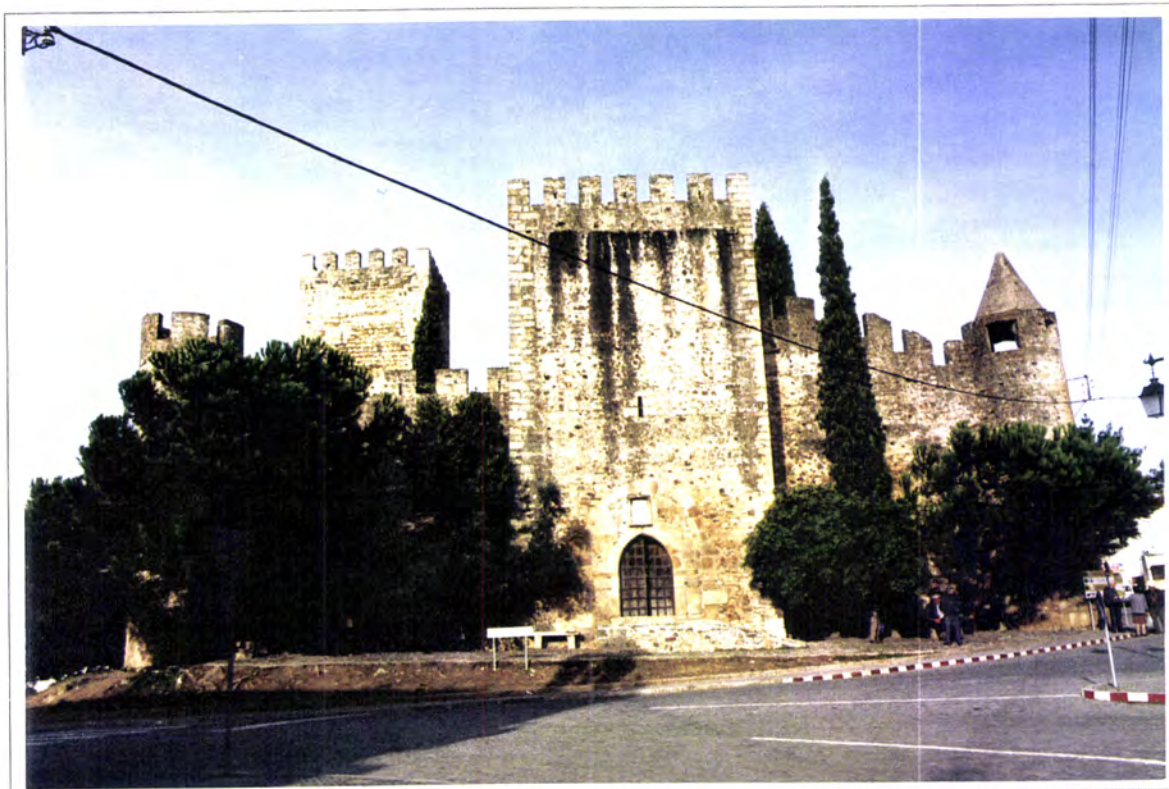


Fig. 6.1.1 - Castelo de Alter do Chão. Tramo da torre-porta



Fig. 6.1.2 - Castelo de Alter do Chão. Porta principal ou da vila

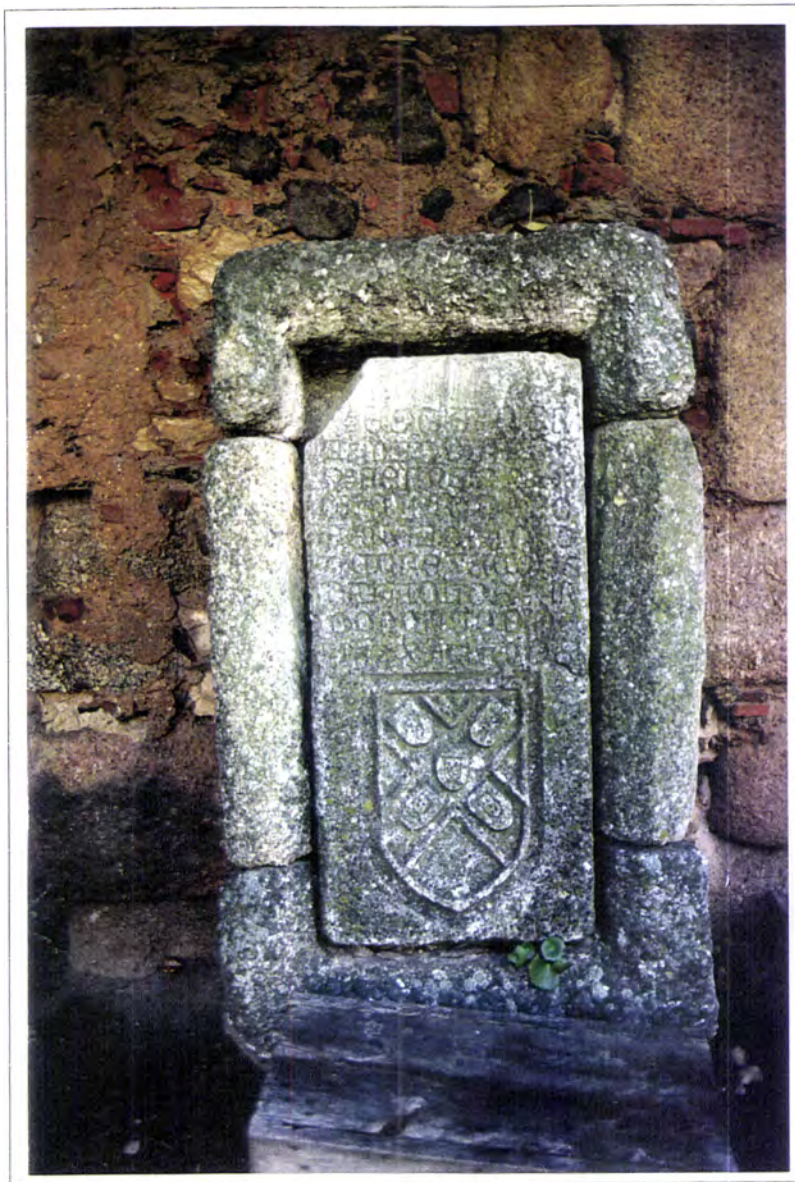


Fig. 6.1.3 - Lápide de D. Fernando, Conde de Arraiolos, 2º Duque de Bragança, exposta no pátio do castelo de Alter do Chão

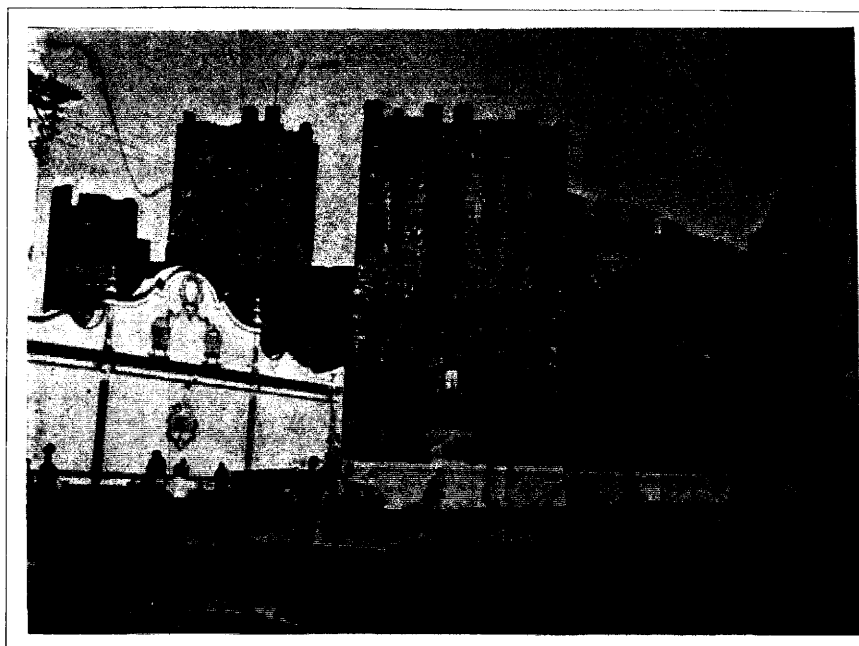


Fig. 6.1.4 - Alter do Chão. Chafariz da Barreira, junto ao castelo (foto pub. 1948)



Fig. 6.1.5 - Castelo de Alter do Chão. Fotografia aérea (foto pub. 1948)

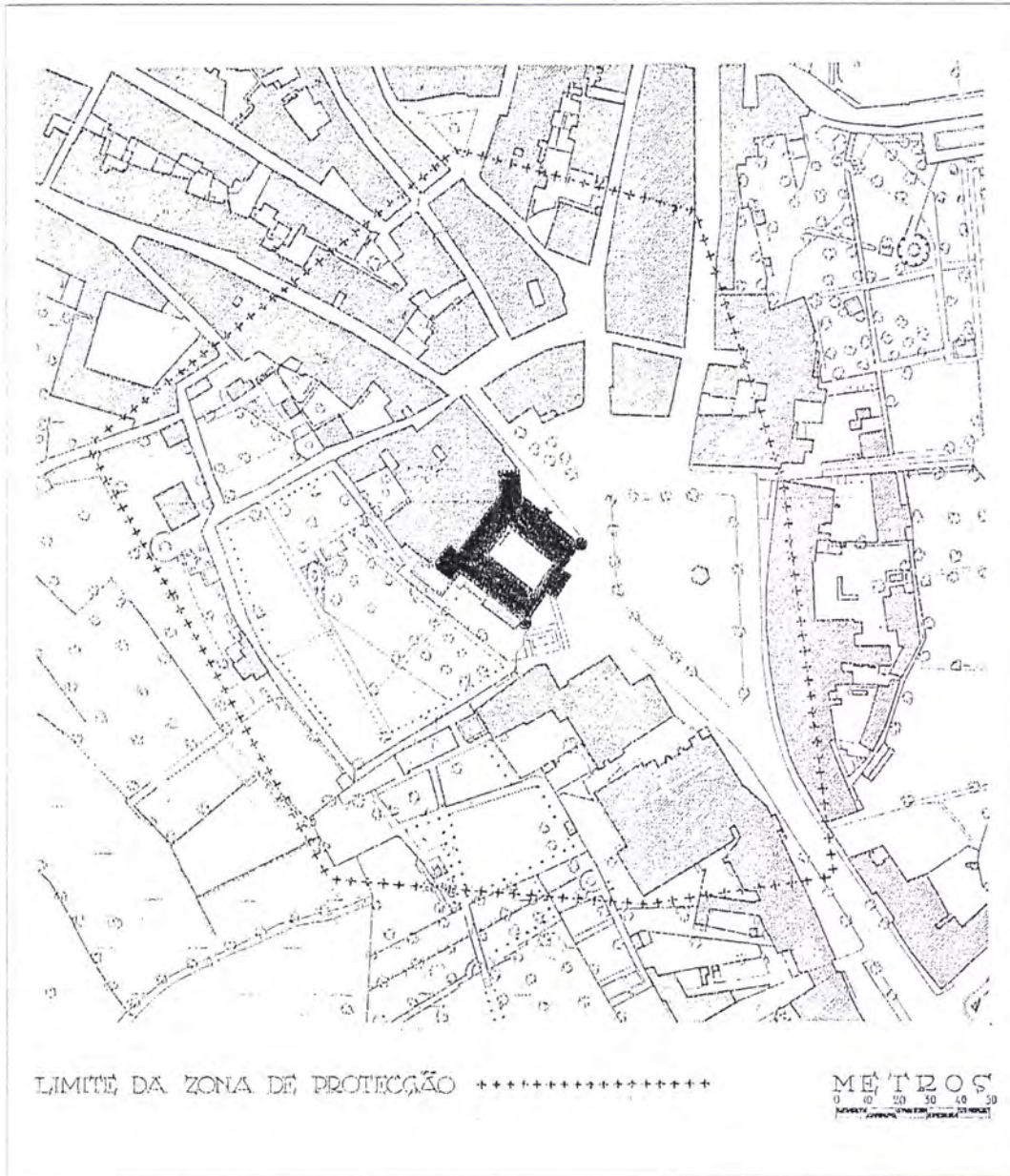


Fig. 6.1.6 - Castelo de Alter do Chão.
Zona Especial de Protecção (D G nº 13, 2ª Série, 16/1/1960)

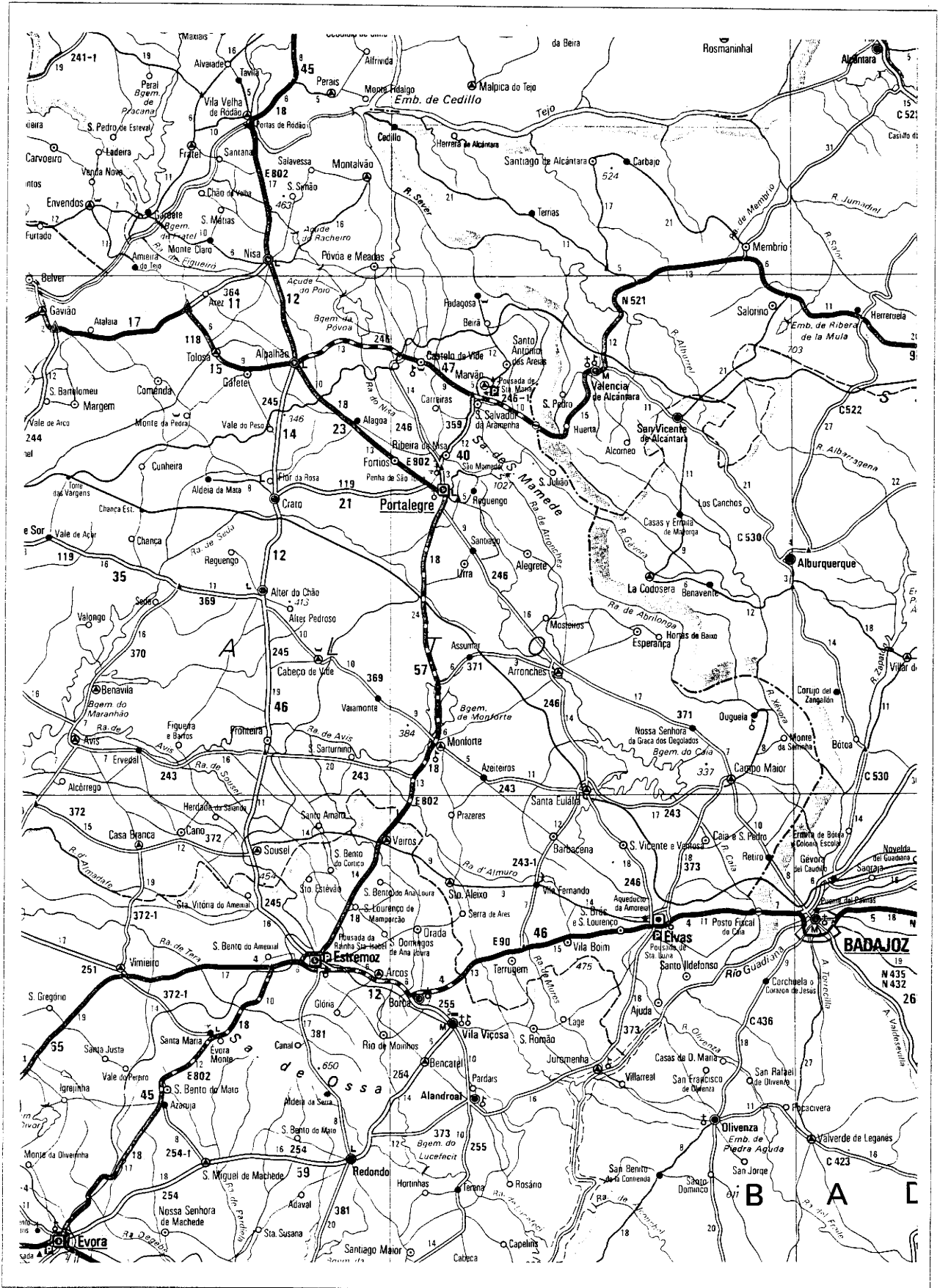


Fig. 6.1.7 - O Nordeste Alentejano (mapa das estradas)



Fig. 6.1.8 - Localização do castelo de Alter do Chão na carta aerofotogramétrica de 1976, escala 1:2000

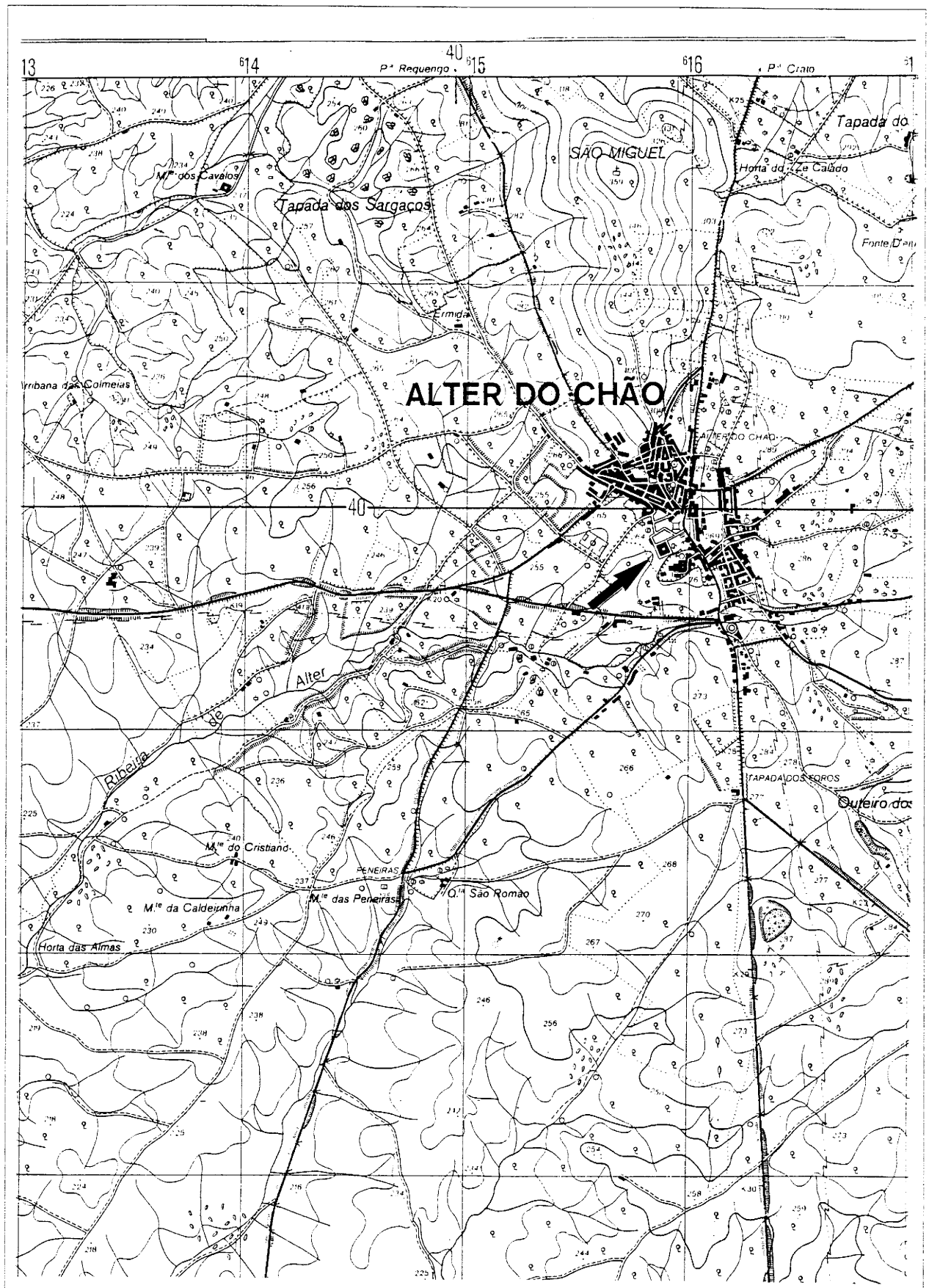


Fig. 6.1.9 - Castelo de Alter do Chão. Localização na Carta Militar, escala 1/25000, folha nº 370, SCEP, 1971



Fig. 6.1.10 - Castelo de Alter do Chão. Tardoz do tramo da entrada, coberto pela vegetação



*Fig. 6.1.11 - Castelo de Alter do Chão.
Tardoz do tramo da entrada (foto pub. 1948)*

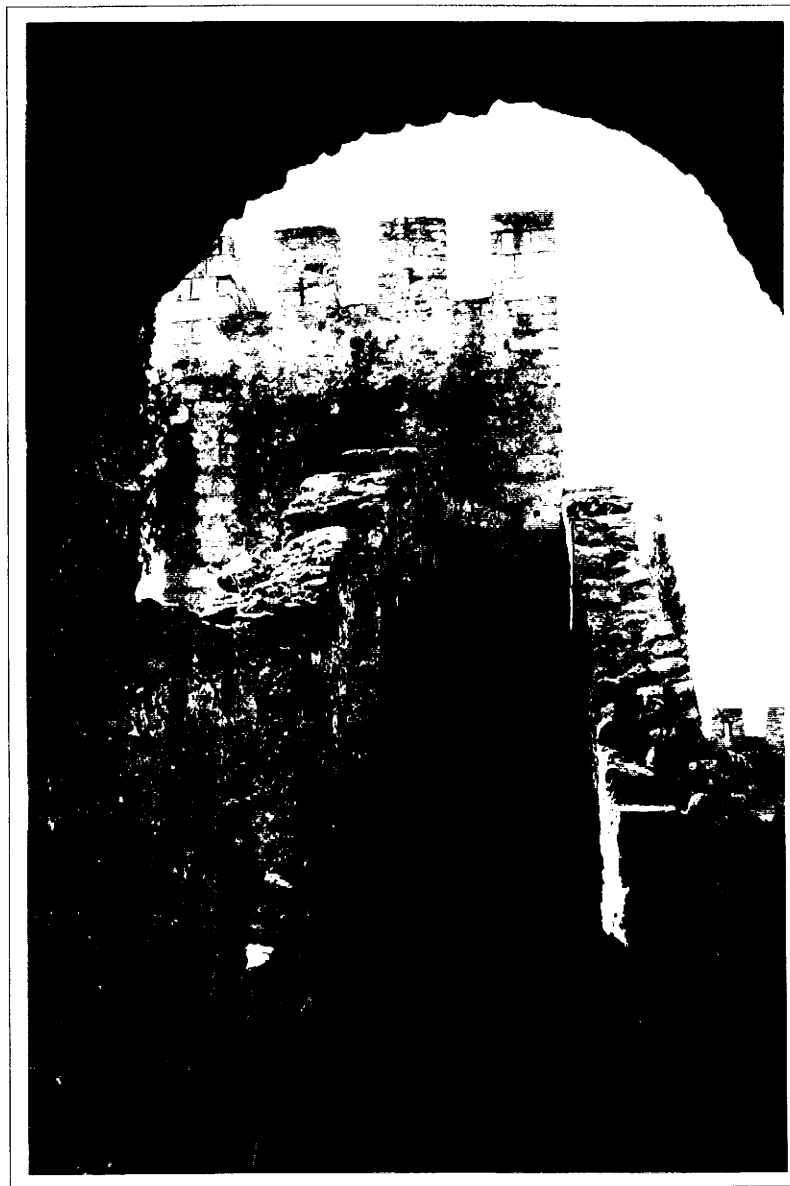


Fig. 6.1.12 - Castelo de Alter do Chão. Adarve que liga o cubelo nascente à torre-porta



Fig. 6.1.13 - Castelo de Alter do Chão. Muralha (SO), paramento interior



Fig. 6.1.14 - Castelo de Alter do Chão. Adarve da muralha (SO) e vestígios da porta de entrada na alcaidaria



*Fig. 6.1.15 - Castelo de Alter do Chão (foto s. d.).
Nesta altura, a muralha NE não tinha ameias e a alcaidaria possuía cobertura*



*Fig. 6.1.16 - Vista do Castelo de Alter do Chão para o lado da vila medieval.
Em primeiro plano, o adarve da muralha NE, sem ameias*



Fig. 6.1.16 - Castelo de Alter do Chão. Muralha NE, paramento

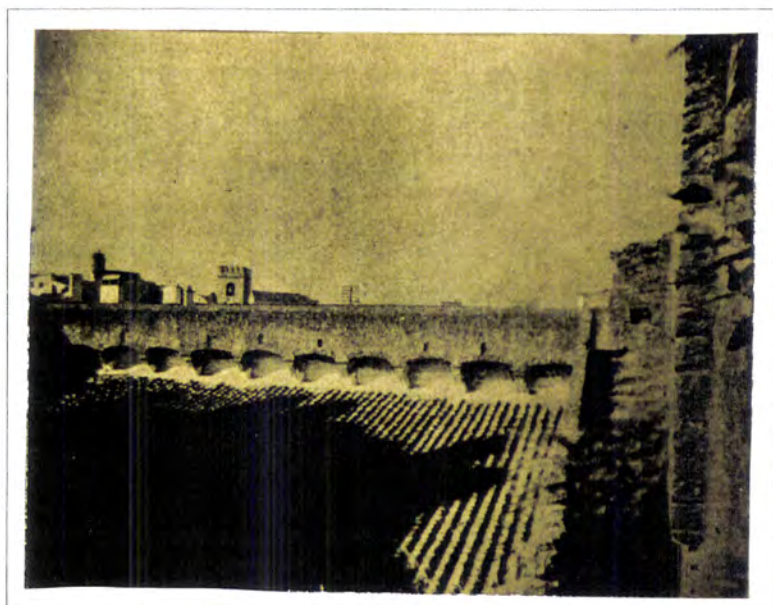


Fig. 6.1.17 - Castelo de Alter do Chão. Muralha NE com telhado de construção adossada (foto pub. 1948)

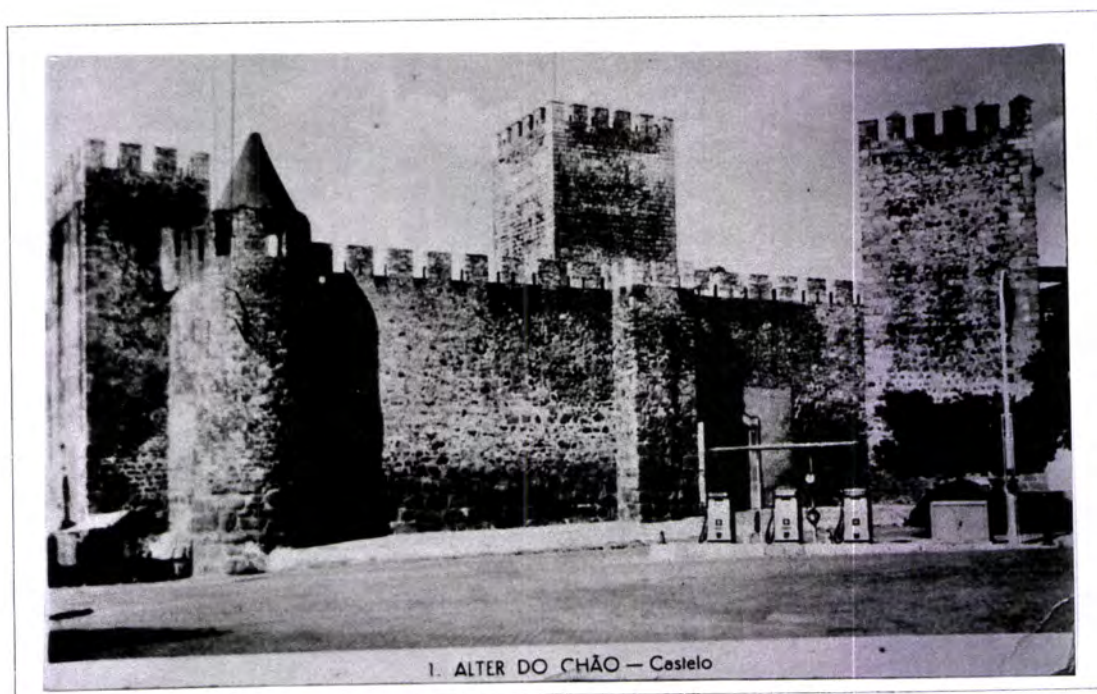


Fig. 6.1.19 - Castelo de Alter do Chão. Tramo NE (foto s. d.)

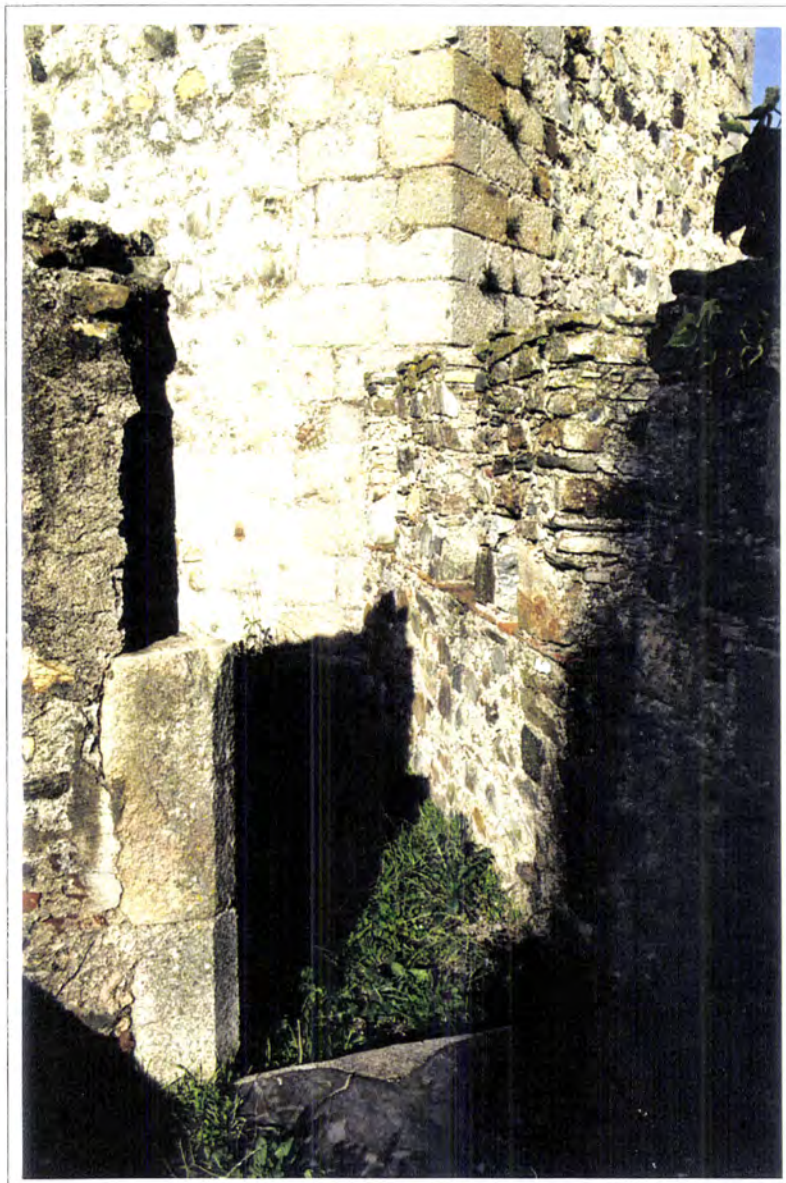


Fig. 6.1.20 - Castelo de Alter do Chão. Adarve da muralha NE e vestígios da porta de entrada na alcaidaria



Fig. 6.1.21 - Castelo de Alter do Chão. Fachada da alcaidaria (foto pub. 1948)



Fig. 6.1.22 - Castelo de Alter do Chão. Fachada da alcaidaria

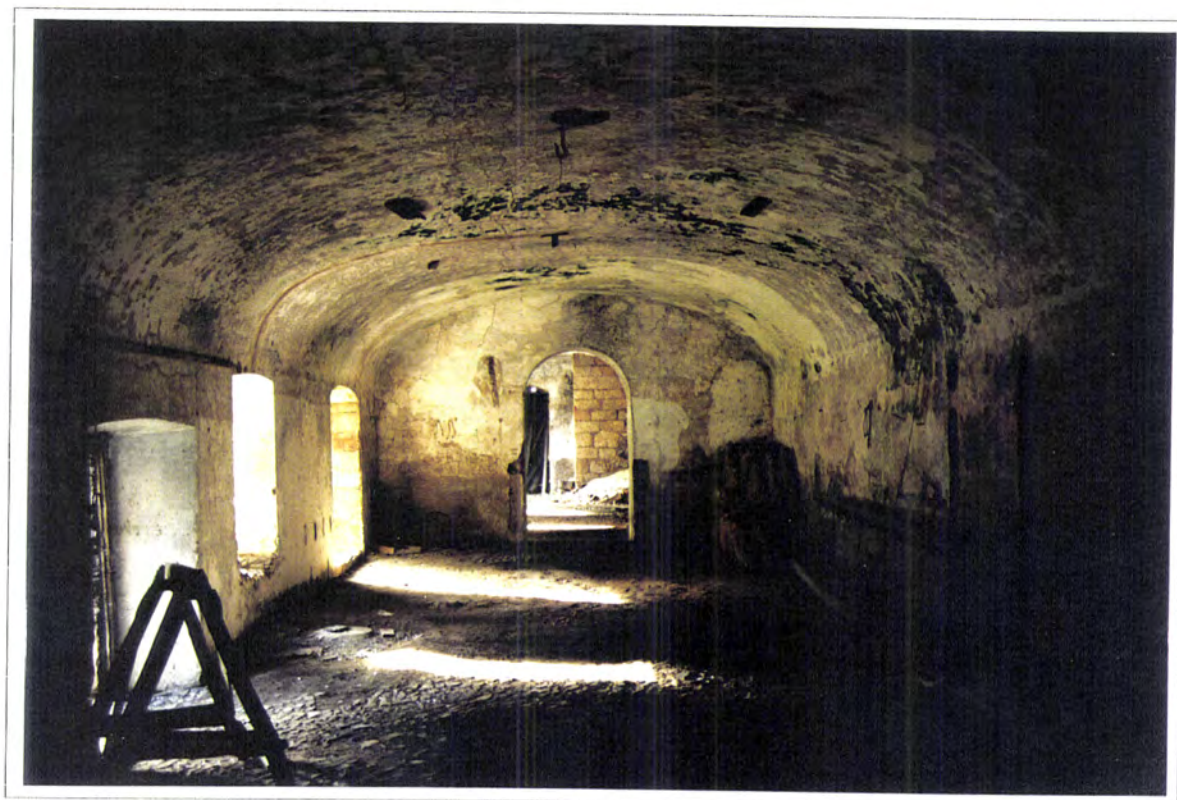
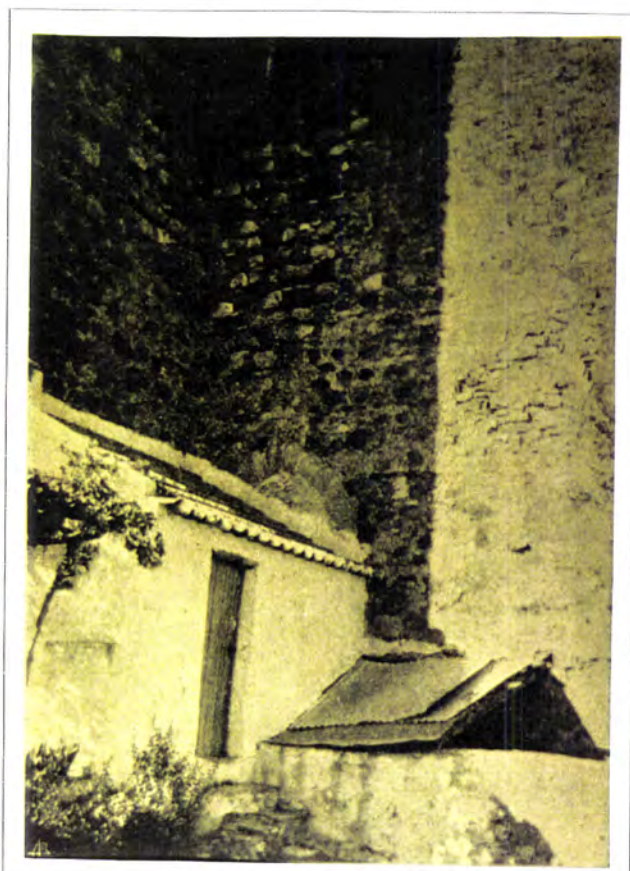


Fig. 6.1.23 - Castelo de Alter do Chão. Piso térreo da alcaidaria



Fig. 6.1.24 - Castelo de Alter do Chão. Porta da traição



*Fig. 6.1.25 - Castelo de Alter do Chão.
Porta da traição obstruída por construções
diversas (foto pub. 1948)*



*Fig. 6.1.26 - Castelo de Alter do Chão.
Ruínas da alcaidaria mostrando a sua compartimentação mais recente*



Fig. 6.1.27 - Castelo de Alter do Chão. Topo SO da alcaidaria ao nível do 2º andar



*Fig. 6.1.28 - Castelo de Alter do Chão.
Topo NE da alcaidaria ao nível do 2º andar*

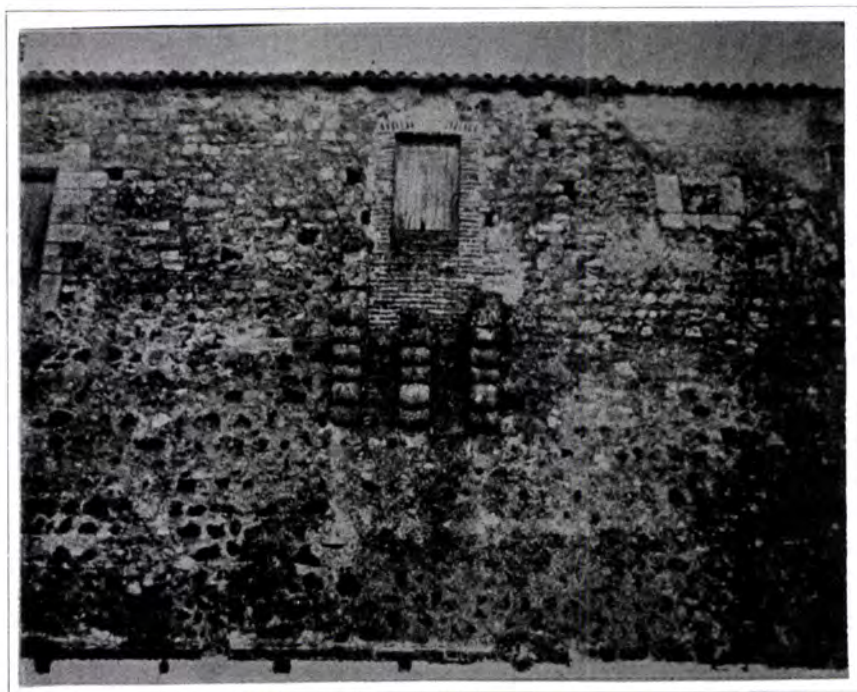


Fig. 6.1.29 - Castelo de Alter do Chão. Tardoz da alcaidaria (foto pub. 1948)

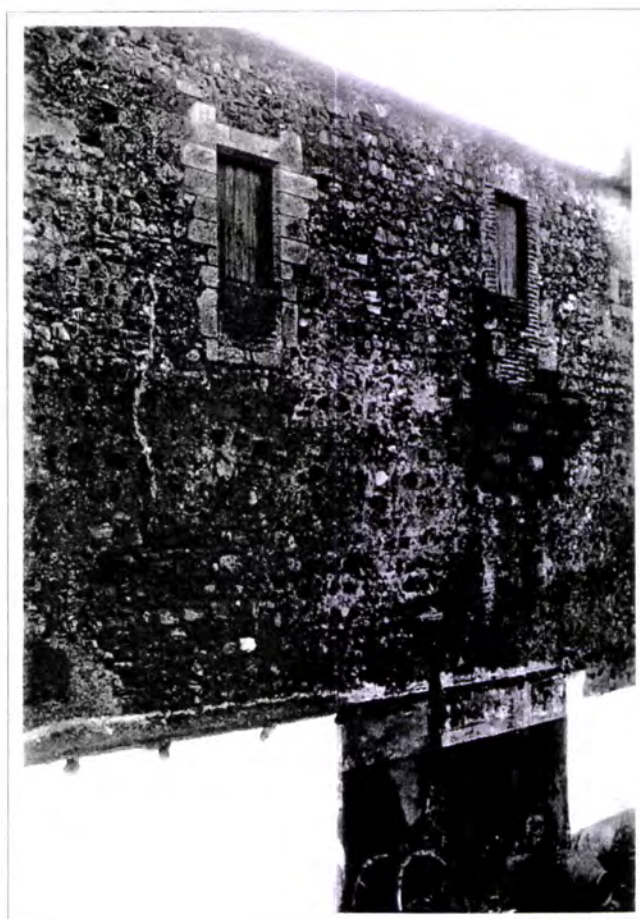


Fig. 6.1.29-A - Castelo de Alter do Chão. Tardoz da alcaidaria (foto DGEMN s. d.)



*Fig. 6.1.30 - Castelo de Alter do Chão.
Paramento exterior da muralha NO*

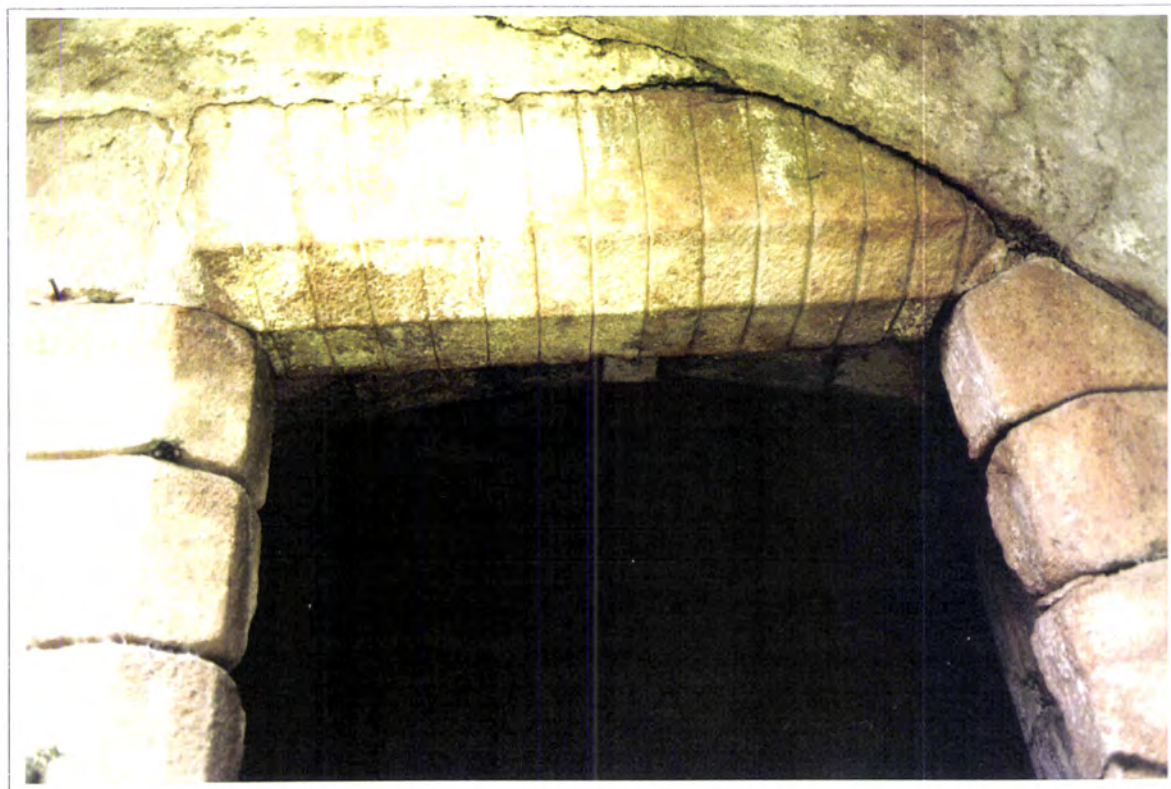


Fig. 6.1.31 - Castelo de Alter do Chão. Pormenor da porta de acesso à alcaidaria



Fig. 6.1.32 - Castelo de Alter do Chão. Pormenor da porta de acesso à alcaidaria

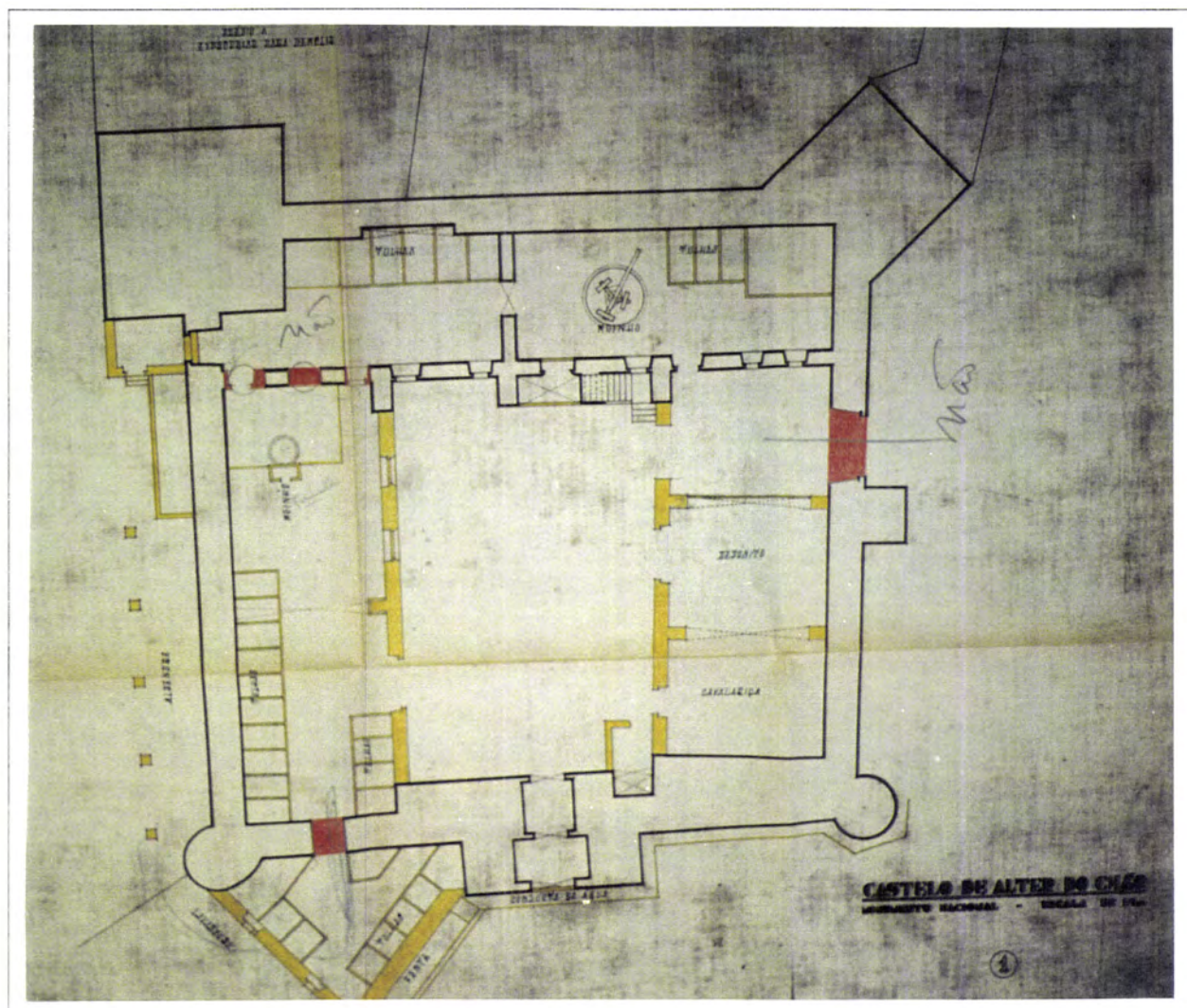


Fig. 6.1.33 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 1º piso, dos projectos de intervenção de 1938/1946/1954 (desenho DGEMN/DREMS)

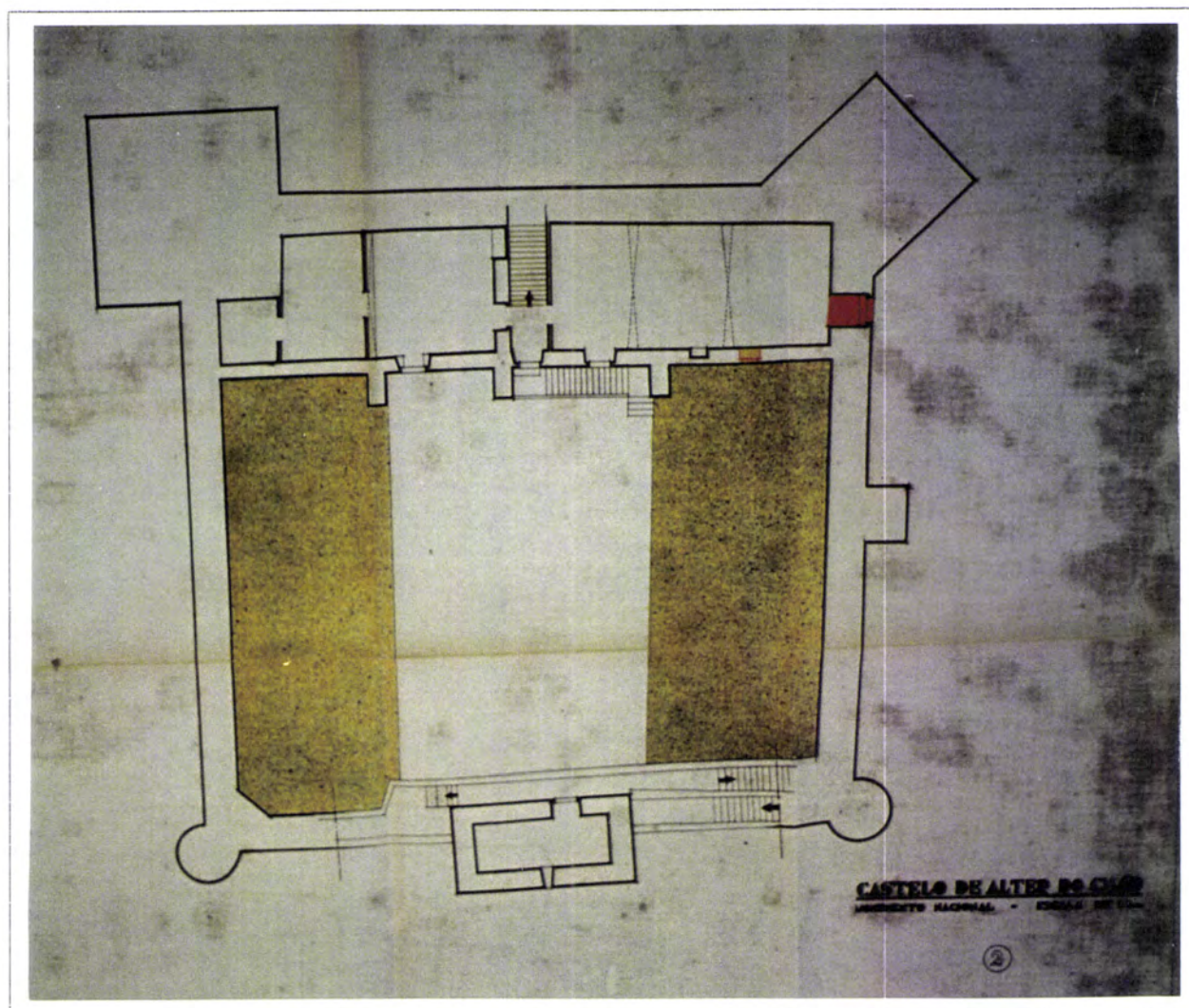


Fig. 6.1.34 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 2º piso, dos projectos de intervenção de 1938/1946/1954 (desenho DGEMN/DREMS)

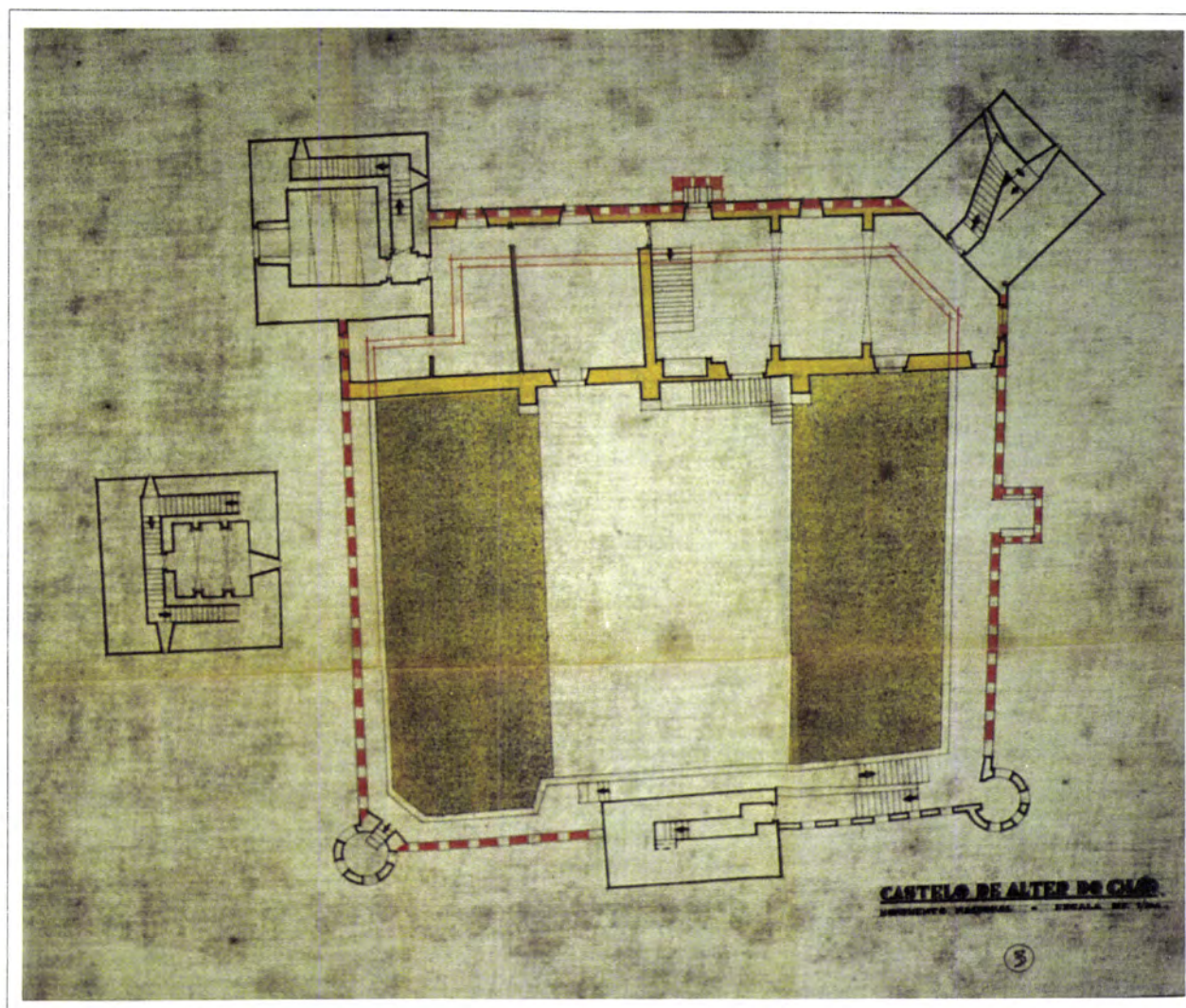


Fig. 6.1.35 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 3º piso, 1938/1946/1954 (desenho DGEMN / DREMS)

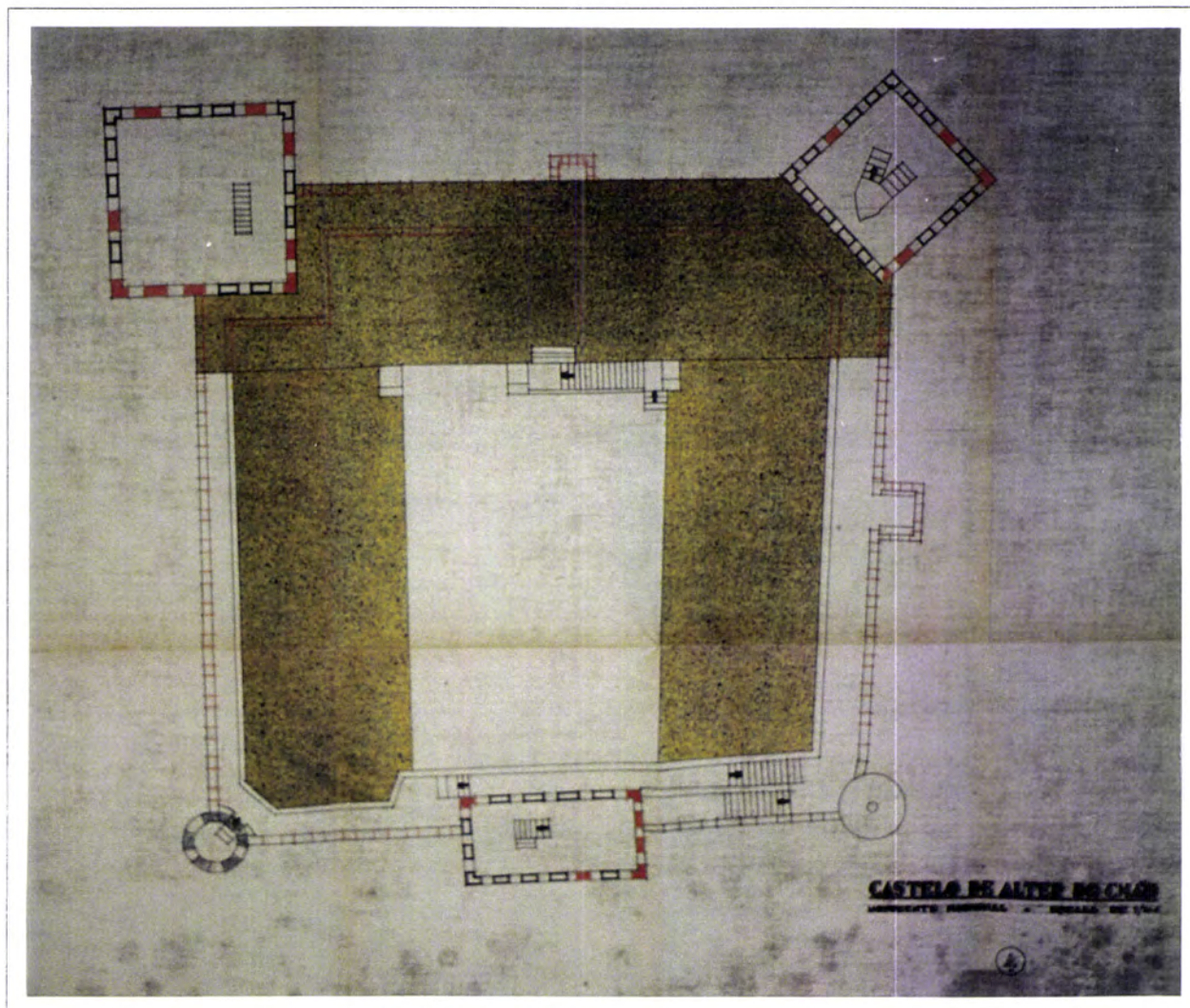
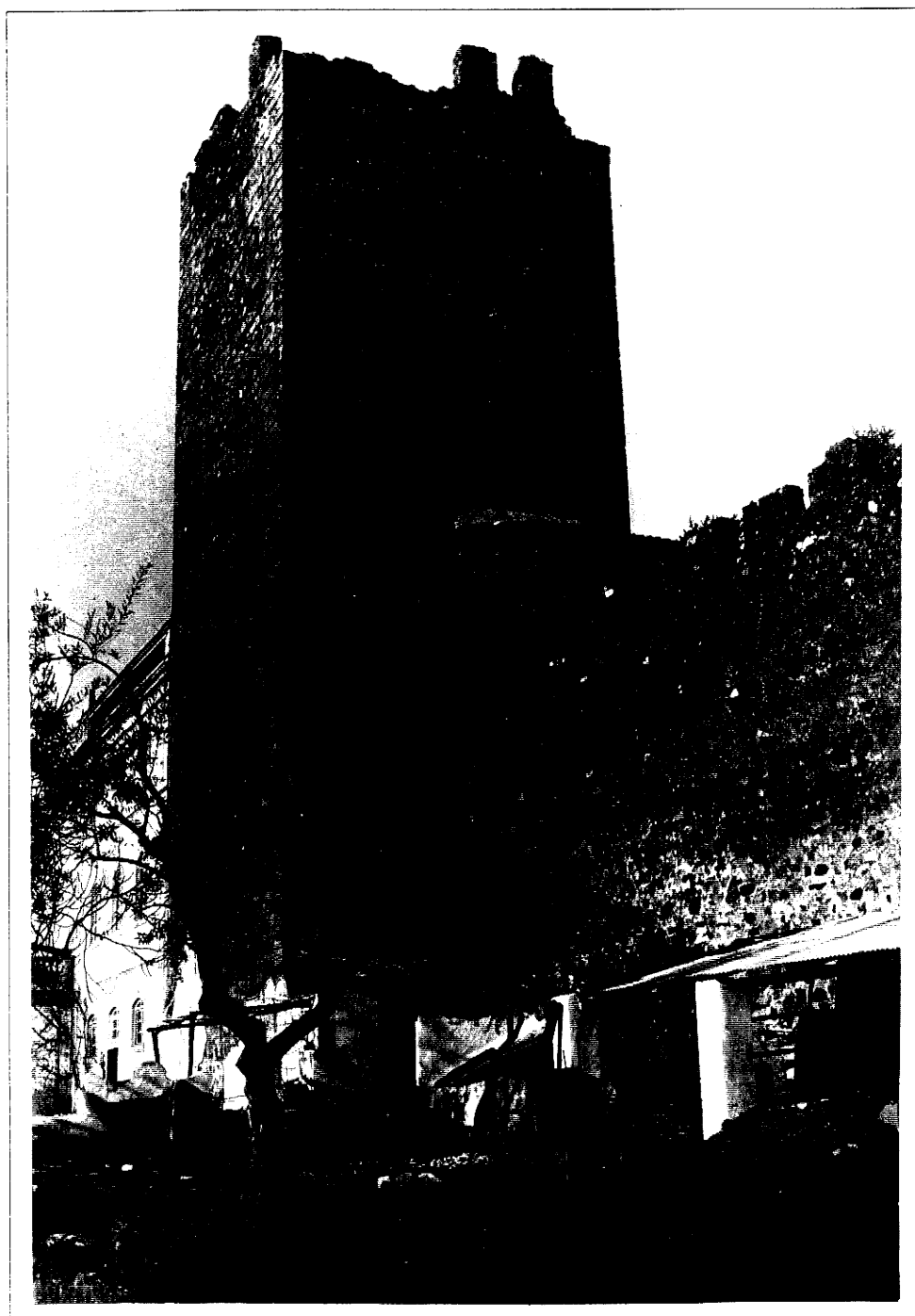


Fig. 6.1.36 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 4º piso, 1938/1946/1954 (desenho DGEMN / DREMS)



*Fig. 6.1.37 - Castelo de Alter do Chão. Exterior do tramo SO
(foto DGEMN/DREMS, 1937)*



Fig. 6.1.38 - Castelo de Alter do Chão. Fachada da alcaidaria (3º piso) (foto DGEMN / DREMS, 1938)

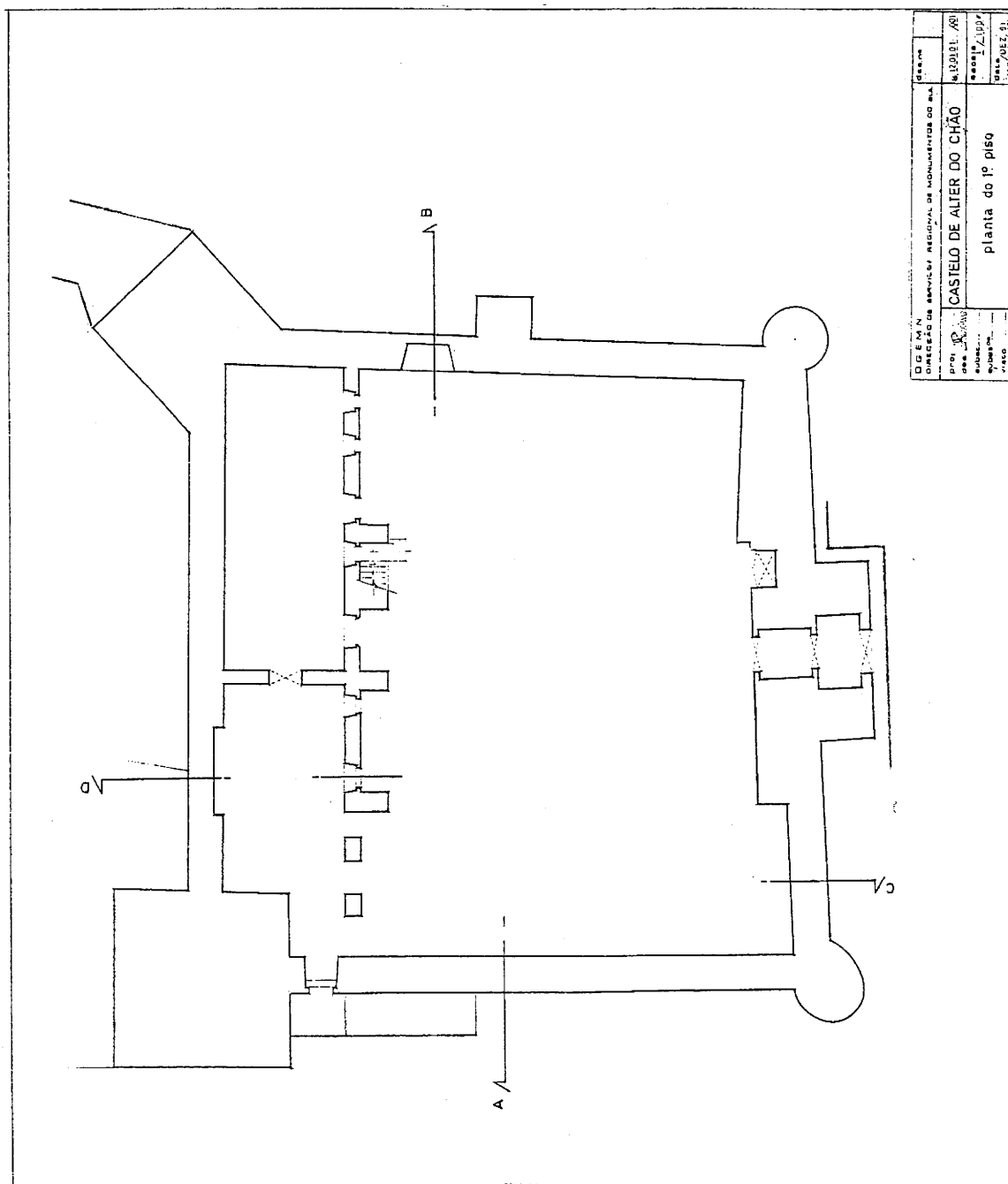


Fig. 6.1.39 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 1º Piso

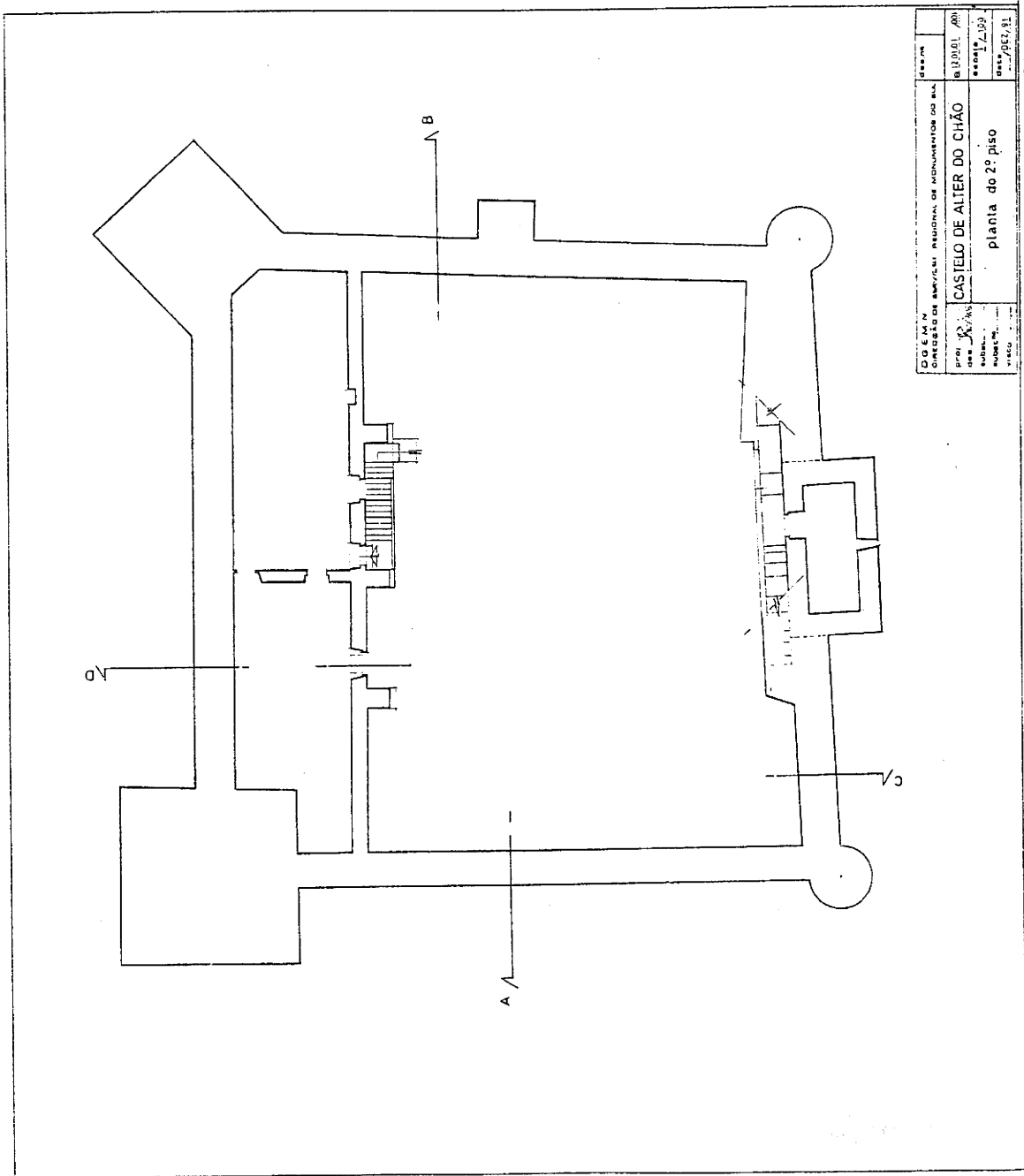


Fig. 6.1.40 - Castelo de Alter do Chão. Planta do 2º piso

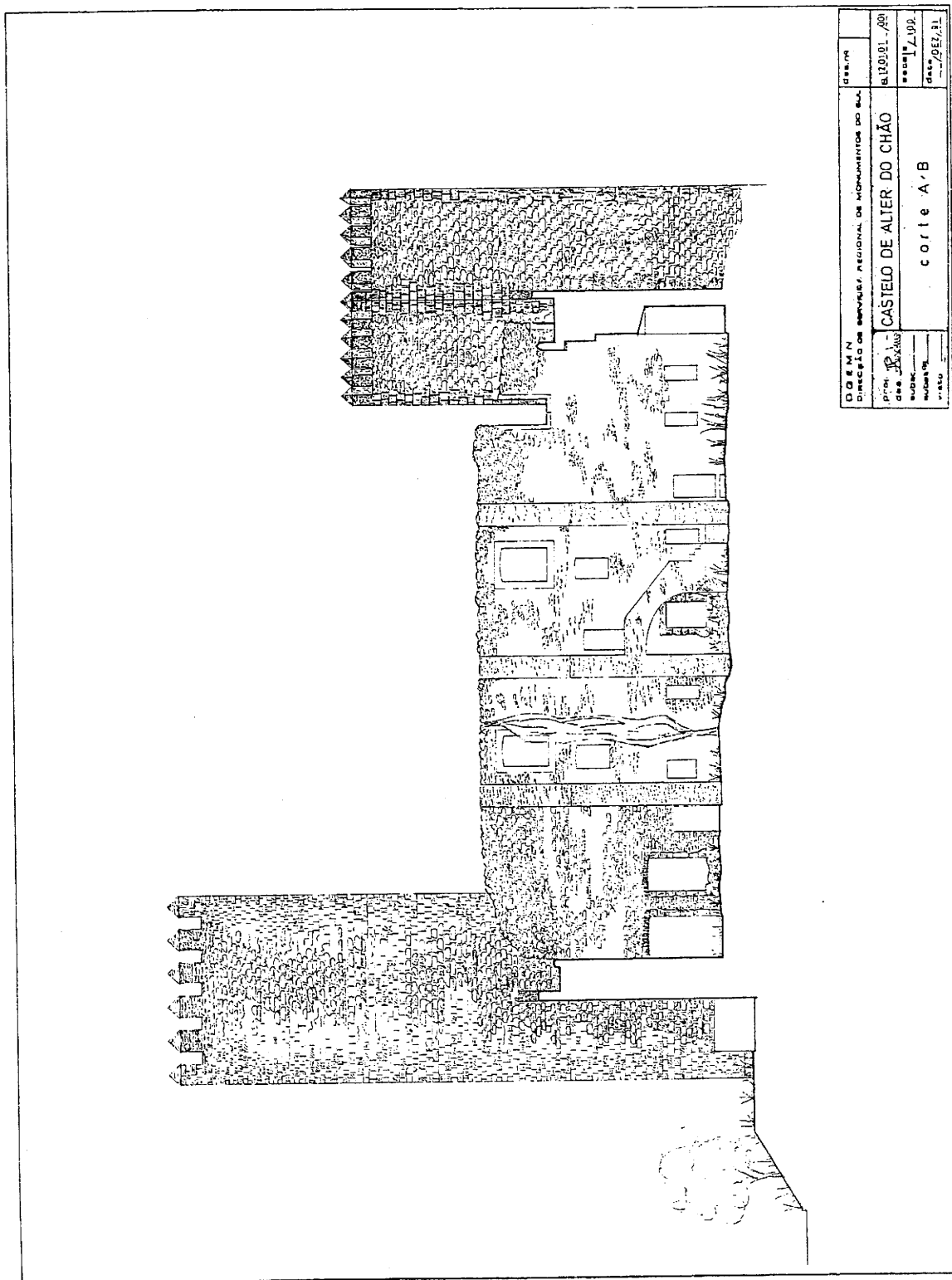


Fig. 6. 1.42 - Castelo de Alter do Chão. Corte A/B

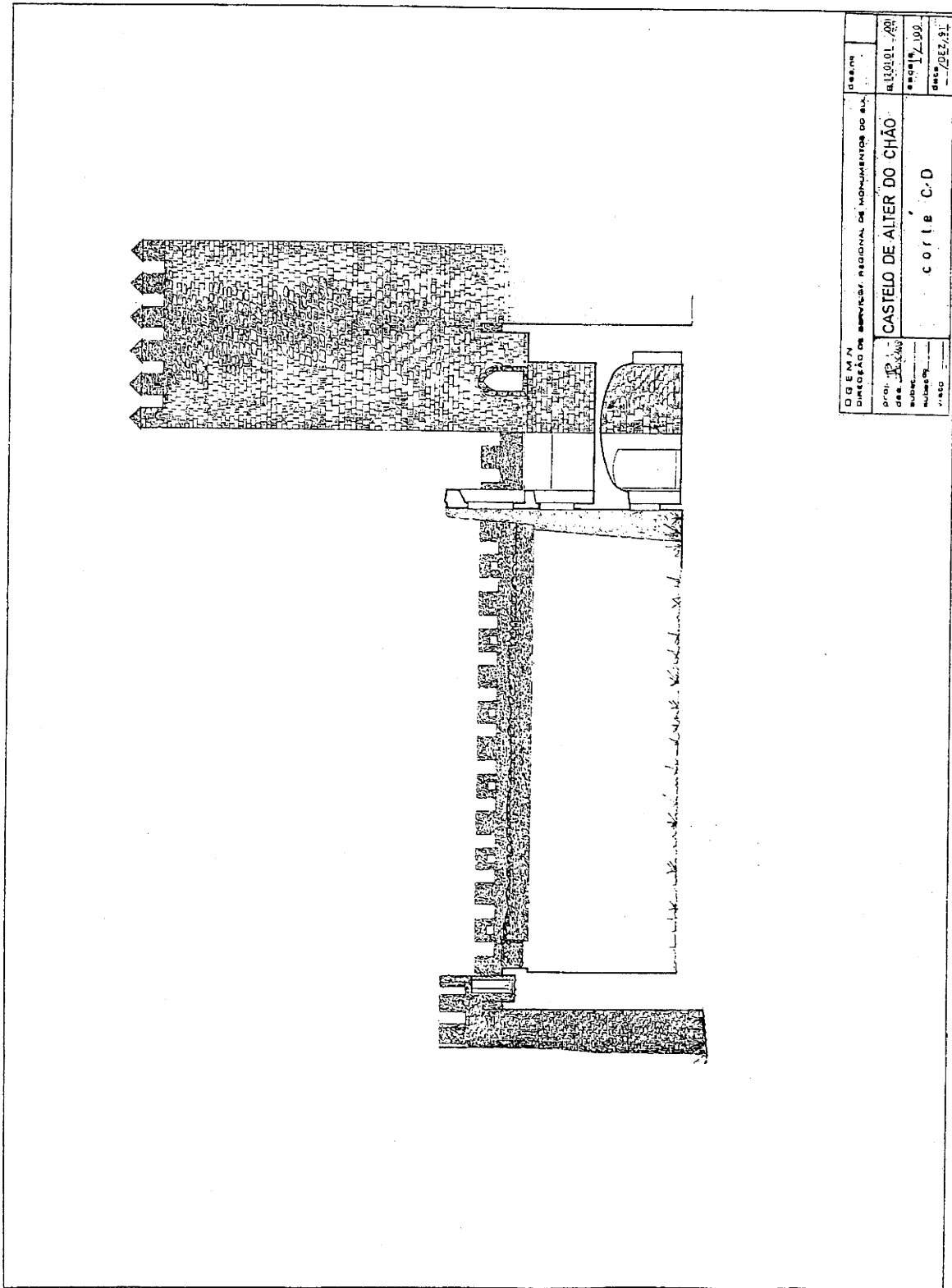


Fig. 6.1.43 - Castelo de Alter do Chão. Corte A/D

6.2 FORTIFICAÇÕES DE CAMPO MAIOR

6.2.1 NOTA HISTÓRICA

Segundo a tradição historiográfica, Campo Maior foi conquistada aos Mouros pela família Peres de Badajoz, em 1219, se bem que a sua conquista definitiva só se deva ter verificado depois da tomada, também definitiva, de Elvas e de Badajoz, respectivamente nos anos de 1228¹ e de 1230². Elvas foi tomada pelos exércitos de D. Sancho II de Portugal, e Badajoz, pelos de Afonso IX de Leão.

Nesta altura, já existia um castelo em Campo Maior. Assim o refere a carta do termo de Marvão, datada de 1226, correspondente ao primeiro foral daquela vila. Diz a carta: (...) *indirectum quomodo uadit ad castellum de monte maiori*³. Tal significa que a atribuição da construção do castelo a D. Dinis, por Rui de Pina⁴, deve ser entendida não como uma construção *ex nihilo*, mas sim como uma renovação, levada a efeito no ano de 1310⁵. Aliás, Rui de Pina refere que *este Rei, em seu tempo, fez quasi de novo todas as*

¹ VARELA, Cónego Aires - *Teatro das Antiguidades de Elvas, etc.*, ed. António J. Torres de Carvalho, Elvas, 1915, pp. 53 e 55. Este trabalho foi escrito entre 1644 e 1645.

² VIEIRA, Rui Rosado - *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, ed. autor, s. l., 1985, p. 8.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Odiana, liv. 7, fl. 3. Cit. por COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 84-85.

⁴ PINA, Rui de - *Crónica de D. Dinis*, Ed. Civilização, Porto, 1945, capítulo XXXII, "Das obras e coisas notáveis que El-Rei D. Dinis fez em sua vida".

⁵ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 26.

de Outubro, pelo exército de D. João I, depois de uma primeira tentativa frustrada¹¹. Mas o castelo só se rende a 1 de Dezembro, ficando como alcaide Martim Afonso de Melo. Olivença será o último castelo a render-se às hostes portuguesas, já nos anos Noventa.

Com a paz e o desenvolvimento económico da vila, o povoado intramuros galgou as muralhas medievais por meados do séc. XV¹², cresceu até meados da centúria seguinte, edificando sensivelmente o mesmo espaço urbano que viria a apresentar nas primeiras décadas do séc. XX¹³. Também a fortificação militar beneficiou de obras de ampliação e adaptação nos reinados de D. João II e D. Manuel I¹⁴. A vila extravasa a moldura medieval descendo a Barreira, a NE (Figs. 6.2.1 e 6.2.2). Nos desenhos de Duarte d'Armas não aparece, na barbacã desse tramo, qualquer porta. Mas ficou na tradição o nome de Porta do Sol. Poderá tratar-se da porta da vila da cerca urbana, hoje emparedada no tramo SE, devido à sua localização relativamente ao sol.

De cerca de 1300 habitantes em 1320, apresenta, em 1574, cerca de 4500. Em 1630 possui já 5400 almas¹⁵, marcando a década seguinte, com o início da Guerra da Restauração (1641-1668), a grande estagnação do desenvolvimento da vila. Conforme refere Rosado Vieira,

A povoação sofre então graves amputações. Antigas e movimentadas ruas de acesso a bairros limitrofes são cortadas pela construção da nova muralha defensiva e transformadas em quase becos ou ruelas sem importância. Casas nobres, lagares, um convento e até bairros situados nos extremos da vila são derrubados por razões de estratégia militar¹⁶.

¹¹ Os trabalhos de minagem foram contrariados pelos sitiados acabando o exército de D. João I por conquistar a vila através de uma escada que encostou às muralhas. Numa primeira tentativa, quinze dias antes, a escada partiu-se, demorando-se duas semanas a construir uma nova. Ver LOPES, Fernão - *Crónica del Rei dom João I da boa memória*. Edição preparada por William J. Entwistle, IN-CM, Lisboa, 1977, Parte Segunda, Capítulo CXXXVIII, p. 282.

¹² VIEIRA, Rui - *Campo Maior, Vila Quase Cidade Entre os Sécs. XVI - XVII*, Ed. Câmara Municipal de Campo Maior, Campo Maior, 1987., p. 5, com base em documentação da Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior (Tombo I).

¹³ VIEIRA, Rui Rosado (1987), *ob. cit.* p. 9.

¹⁴ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 26.

¹⁵ VIEIRA, Rui Rosado (1987), *ob. cit.*, pp. 11-36.

¹⁶ VIEIRA, Rui Rosado (1987), *ob. cit.*, p. 34.

Depois do longo período de guerra que só termina no séc. XIX, povoações como Jerumenha e Ouguela não mais voltaram a refazer-se. A fortificação abaluartada instalou-se em Campo Maior a partir de 1641, por todo o séc. XVII e XVIII, sofrendo a fortaleza assédios importantes até à Guerra Peninsular.

Após os conflitos bélicos da Idade Moderna, o castelo medieval quase desaparecia, restando apenas duas das suas seis torres. A cerca urbana subsistiu, com as suas muralhas e torres rebaixadas (com excepção da torre do tramo SO, embora esta fosse completamente reconstruída durante o Estado Novo) e adaptadas à nova tecnologia bélica. Os bombardeamentos de 1712 e a explosão, em 1732, do paiol instalado na Torre de Menagem, foram os principais responsáveis pela destruição das fortificações e da vila.

Da História Militar moderna e contemporânea¹⁷ de Campo Maior, ressalta a sua importância estratégica, tendo-se registado os seguintes acontecimentos bélicos:

- Quando as hostilidades se abrem a 9 de Junho de 1641, Campo Maior vê-se inserida na região que será o teatro bélico por excelência da Guerra da Restauração, uma zona de conflito permanente; D. João de Áustria, em Junho de 1661, fez um reconhecimento a Campo Maior, preparando a investida, mas gorou-se o ataque com o socorro de Shomberg.

- Brilhante defesa face às tropas espanholas, comandadas pelo Marquês de Bay, em Setembro/Outubro de 1712 (Guerra da Sucessão de Espanha)¹⁸.

- Defesa da praça perante ataques de surpresa do exército espanhol, no mês de Novembro de 1762 (Guerra dos Sete Anos)¹⁹.

- Capitulção, depois de resistência prolongada, em 1801 (Guerra das Laranjas)²⁰.

- Capitulção, ao cabo de dez dias de resistência, sob o comando do Major Talaya, face ao exército francês comandado pelo General Barão de Girard, em 1811 (Guerra Peninsular)²¹.

¹⁷ Ver FONSECA, Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo - *Memória Histórica da Junta de Campo Maior*, Tipografia Progresso, Elvas, 1912; COSTA, Luís Couceiro da - *Memórias Militares de Campo Maior*, Tipografia Progresso, Elvas, 1912; SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*.

¹⁸ SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, p. 463. O texto refere, erradamente, a data de 1711. A carta militar com as operações de guerra consta dos arquivos da Direcção dos Serviços de Engenharia, GEAEM, Carta n° 3775, cota 2/17A/25.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 479.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 491.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 518. Adoptou-se como nome do general francês, o que está inscrito na lápide junto ao portão do castelo.

Na segunda metade do séc. XIX, a Praça estava desartilhada, e pelo Decreto de 15 de Março de 1911, o castelo foi classificado de Monumento Nacional.

6.2.2 SITUAÇÃO E SÍTIO

6.2.2.1 SITUAÇÃO

O castelo de Campo Maior, bem como a fortificação abaluartada que o envolveu a partir de 1641, situam-se no NE alentejano, em plena raia, a 10 km da linha de fronteira e a 18 km de Badajoz (Fig. 6.1.7).

Curiosamente, o castelo de Elvas, a 18 km a S de Campo Maior, dista igualmente 18 km de Badajoz, constituindo-se um triângulo equilátero entre as três fortificações. No vértice E situa-se Badajoz, protegida pelo rio Guadiana, já que implantada na sua margem esquerda. Também o Rio Caia, não representando obstáculo assinalável, a não ser em certos invernos muito pluviosos, e correndo de NO para SE, corta os caminhos entre Campo Maior e Elvas e entre Elvas e Badajoz, para desaguar no Rio Guadiana, a S de Badajoz.

Se Elvas sempre representou a primeira barreira militar que se opunha à progressão dos exércitos invasores que passavam o Guadiana em Badajoz - e aqui preparavam as invasões, com destino a Lisboa -, Campo Maior era a primeira barreira a vencer na progressão para N, rumo a outras localidades fortificadas de menor importância estratégica, como Monforte, Arronches, Assumar e Portalegre.

A N de Campo Maior, a cerca de 8 km, e ainda mais próxima da fronteira, situa-se a fortificação de Ouguela. Assim, de N para S, podemos traçar uma primeira linha de fortificações que se opunha à penetração dos exércitos inimigos na zona em questão, unindo Ouguela, Campo Maior, Elvas e Juromenha. Esta última, curiosamente, de novo, distando 18 km de Elvas, na margem direita do Guadiana, que aí faz fronteira.

Do ponto de vista económico, Campo Maior rodeia-se de terrenos de grande aptidão agrícola, regados a N pela ribeira do Abrilongo e pelo rio Xévora, de que é afluente, e a S pelo rio Caia, entre outros cursos de água de menor importância.

6.2.2.2 SÍTIO

A carta do termo de Marvão, que já citámos, refere expressamente as palavras *castellum de monte maiori*. O castelo foi, assim, levantado no “maior” dos montes daquela zona raiana, atingindo a cota de 299 m (Fig. 6.2.3).

Situa-se numa zona geológica onde confluem gabros quartzíferos, noritos, dioritos, gnaisses migmatíticos, xistos e arcoses²². Contudo, não é um ponto muito elevado e destacado em relação ao seu envolvimento, já que, a E e a N, e num raio de 2 km, a cota altimétrica ultrapassa frequentemente os 300 m, enquanto que nos restantes quadrantes e num mesmo raio, as cotas oscilam entre os 230 m e os 286 m (Fig. 6.2.3). Mas é, de facto, uma elevação que se destaca no lugar, com condições naturais de defesa (Fig. 6.2.53), e que numa descrição da Praça, feita em 1825, recebe o nome de Outeiro de Santa Vitória²³.

6.2.3 DESCRIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES

6.2.3.1 O CASTELO E A CERCA URBANA MEDIEVAL

Envolto pela cerca urbana medieval, apresenta-se, a N, um recinto fechado por muralhas altas e ameadas (Fig. 6.2.4), amplo, de planta irregular, trapezoidal (Figs. 6.2.31 e 6.2.51), que integrava o castelo. Entra-se por um largo portão de moldura granítica com lintel em arco de asa de cesto, possuindo à direita, ainda do lado exterior, uma lápide evocativa do cerco e capitulação da praça, face ao exército francês, em 1811.

No interior do recinto temos, à direita de quem entra, a NE, um grande armazém (Fig. 6.2.5) que foi de *plamenta*²⁴, pelo menos no início do séc. XIX, mas que já estava aí construído no séc. XVIII. Possui planta rectangular, pavimento de tijoleira, duas janelas e uma porta com bandeira, na frontaria, uma janela no topo NO e um óculo no topo SE. O tecto é de abóbada de berço redondo e o alçado da frontaria está amparado

²² Carta Geológica de Portugal, nº 33 - C, Campo Maior, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1971.

²³ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1825 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 57, Número 36.

²⁴ Armazém de pelias, balas de canhão em forma de bola de ferro. Também se designam por palamenta.

por três contrafortes. Na zona central do pátio, uma escada dá acesso a um plano inferior, onde se apresenta um poço, entulhado nos anos Oitenta deste século, com as paredes construídas em espessa alvenaria de pedra. O tramo SO do recinto apresenta quatro contrafortes a escorar a muralha, os quais estão ligados por abóbadas de tijolo de arco semicircular (Fig. 6.2.6). Os três compartimentos assim formados, fariam parte de um grande armazém descoberto que aí se localizava no séc. XVIII. De notar que sob dois destes compartimentos se notam arcos de alvenaria de tijolo que também poderiam formar depósitos de material de guerra. Na muralha NO, que liga as duas torres do primitivo castelo, encontra-se, junto à torre O, a antiga porta da traição, com moldura de cantaria de granito chanfrada e lintel em arco abatido (Fig. 6.2.7)²⁵. É nesta zona que se situa a escada que, após três lanços, dá acesso ao adarve.

A torre O apresenta, sensivelmente ao nível do adarve, uma sala a que se acede através de uma porta com moldura de alvenaria de tijolo e lintel em arco abatido. Tem planta rectangular, pavimento empedrado irregular com argamassa, uma janela de moldura rectangular em granito do lado O, com a caixa da tranca. O tecto é em abóbada de berço quase semicircular, de tijolo. Acede-se ao eirado através de dois lanços de escadas exteriores, com muro de protecção ameado. O eirado, de planta rectangular (5,96 m x 6,66 m)²⁶, apresenta quatro ameias nos lados maiores e três nos menores, para além das ameias de ângulo. Estas ameias, iguais às das escadas, são bastante altas em relação às abertas e possuem terminação tronco-piramidal arredondada no topo. O pavimento possui aberturas para escoamento de águas pluviais.

A muralha que liga esta torre com a do N tem de espessura, ao nível do adarve, 2,35 m. Possui murete de protecção do lado do pátio e ameias, do tipo já descrito, para o exterior. Junto à torre N, a muralha apresenta uma inflexão para dentro, servindo de acesso à sala daquela torre. Junto à torre, possui esta muralha um aparente matacões de três balcões, do qual não se compreende a serventia naquele lugar, já que não realiza a defesa activa de nenhuma porta da base da muralha. Julgamos tratar-se de uma retrete, notando-se o encaixe, nas paredes interiores, para uma prancha de madeira que disporia

²⁵ Duarte d'Armas designa por falsa, sem o ser, a porta da barbacã que está no mesmo tramo da fortificação. Ver ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa, 1997, fl. 28.

²⁶ As medidas apresentadas resultam de uma só medição.

de dois assentos. A porta de acesso à torre N tem moldura de granito com arco abatido e possui gonzos. Dá acesso a uma sala de planta rectangular com pavimento de tijoleira, sendo o tecto igual à da torre O. Todo o interior está rebocado com uma argamassa bastarda. A sala apresenta três janelas. A do lado O é rectangular, com moldura de granito e arco abatido e apresenta as caixas das couceiras e da tranca. Possui uma grade de protecção. A janela do lado N tem conversadeiras e é toda esculpida ao gosto Manuelino com decoração Renascença. É de pedra calcária e apresenta o lintel, polilobulado, algo mutilado, faltando-lhe uma das quatro terminações (Fig. 6.2.8). A janela do lado E tem conversadeiras, a sua moldura é de calcário chanfrado no lintel e ombreiras e apresenta uma caixa para tranca, de construção recente.

Dois lanços de escadas exteriores, protegidos com muros ameados, dão acesso ao eirado. O pavimento está empedrado e argamassado e apresenta saídas para escoamento das águas pluviais, constituindo uma delas uma fresta de observação. O eirado possui quatro ameias nos lados maiores (7 m) e três nos lados menores (6,10 m), para além das de canto. Todas as ameias têm configuração igual às já mencionadas atrás.

A partir desta torre, temos acesso ao adarve da muralha NE do recinto fechado que estamos a descrever. Este adarve é ameadado do lado exterior e apresenta murete de protecção do lado do pátio. A muralha tem aqui 1,70 m de espessura. Dá acesso ao adarve da muralha da fachada, em tudo idêntico ao anterior, mas com 1,69 m de espessura. Deste se acede ao adarve da muralha SO, que possui 1,40 m de espessura, apresentando ameias do lado exterior e depois do lado do pátio. Esta muralha apresenta uma inflexão para o exterior, no último terço, junto à torre a que dá acesso.

Deste último adarve pode-se observar a cobertura do paiol novo que se encontra encostado ao paramento exterior da muralha SO do recinto, estando também protegido, a SO, pela primitiva muralha da cerca urbana que parte da torre O do castelo e se prolonga para S. O edifício do paiol, construído após a explosão de 1732 (Figs. 6.2.4 e 6.2.9), foi levantado a uma cota mais baixa do que o terreno exterior. A fachada está virada a SE e é antecedida por um pequeno pátio descoberto a que se acede por escada. A fachada é constituída, no piso térreo, por duas portas, uma delas emparedada, de grossa cantaria de granito com arco semicircular a nascer de impostas. Por cima das portas, há três janelas (estando emparedada a do meio) de moldura rectangular em

cantaria de granito. Encima o conjunto descrito, um nicho em arco semicircular com frontão triangular interrompido no vértice por uma cruz. Neste nicho estava a imagem marmórea de Santa Bárbara (Fig. 6.2.10), padroeira dos artilheiros e invocada nas trovoadas²⁷. Dois modilhões ligam o nicho à janela que lhe está debaixo. À entrada do paiol encontram-se duas antecâmaras intercomunicantes, de dimensões relativamente reduzidas, com tectos de abóbada de berço semicircular. A cobertura destes compartimentos é muito interessante: é de duas águas, capeadas a tijoleira, com a cumeeira invertida, ou seja, reentrante em relação ao edifício, com as abas inclinadas para dentro. A água da chuva escoar-se por uma caleira que sai na fachada, junto ao nicho. A primeira antecâmara possui, no topo NO, uma parede de 2 m de espessura que encosta no paredão, também de 2 m de espessura, que separa a segunda antecâmara do amplo salão do paiol propriamente dito. O paredão desta segunda antecâmara é munido de porta de grossa cantaria de granito com arco semicircular. A terminação deste paredão é arrampada para o lado da muralha do castelo e apresenta-se capeado a tijoleira ao nível da cobertura, acabando por servir-lhe de contraforte. O salão tem pavimento térreo, o tecto é em abóbada de berço semicircular e apresenta uma janela rectangular no topo NO, a que se acede através de escadas que partem do adarve junto à torre O do castelo. A cobertura deste edifício é de duas águas, capeadas a tijoleira, mas de inclinação normal, ao contrário do que dissemos para a cobertura da antecâmara. Ficando esta cobertura a um nível abaixo do topo dos muros que a cercam, forma uma caixa que se enchia de terra, tornando o paiol à prova de bomba.

A cerca urbana medieval encerra um espaço com a forma de meia elipse voltada para NO (Figs. 6.2.51 e 6.2.53). Os seus muros possuem cerca de 2,25 m de espessura. A cerca tem a seguinte constituição, descrevendo-a a partir da torre N do castelo, e no sentido dos ponteiros do relógio:

- início do tramo NE com um pano de muralha rebaixada, de 0,60 m de espessura, transformada em barbeta, com três canhoelras;
- torreão (5,60 m x 5 m) rebaixado, possuindo o eirado uma barbeta corrida;

²⁷ A imagem, hoje no Museu de Arca Sacra de Campo Maior, mostra uma pequena torre encostada ao peito, pelo braço esquerdo. Esta torre é um dos seus atributos, que pode evocar o seu sacrificio, ou a desaparecida Torre de Menagem do castelo. A imagem tem o braço direito incompleto, contando a tradição ter-se partido em consequência de um raio.

- pano de muralha rebaixada com 4,40 m de espessura, transformada em barbeta, com duas canhoelras;
- torreão oitavado, com 8 m de largura entre as faces paralelas e 13,5 m de comprimento, possuindo o eirado uma barbeta corrida;
- pano de muralha rebaixado com 3,5 m de espessura, de três faces quase em linha, transformado em barbeta, com duas canhoelras; parte de uma porta com moldura de cantaria e arco semicircular, está emparedada junto ao próximo torreão, parecendo tratar-se de uma antiga porta falsa;
- torreão (5,20 m x 5,20 m) rebaixado, possuindo no eirado uma barbeta corrida com três largos parapeitos arrampados;
- pano de muralha de três faces, com 3,35 m de espessura, transformada em barbeta, com uma aresta bem saliente e três canhoelras;
- torreão (7,90 m x 8,30 m) na confluência dos tramos NE e SE, com o eirado transformado em barbeta corrida e com plataforma empedrada donde podiam disparar canhões de maior calibre;
- pano de muralha rebaixada com 0,65 m de espessura, transformada em barbeta, sem canhoelras;
- torreão (5,30 m x 4,55 m) rebaixado, de eirado em mau estado com os topos do murete irregulares;
- pano de muralha rebaixada com 2,25 m de espessura, transformada em barbeta, com duas canhoelras;
- torreão (6,00 m x 5,90 m) na confluência dos tramo SE e SO, rebaixado, com o eirado transformado em barbeta;
- pano de muralha rebaixada com 2,20 m de espessura, transformada em barbeta, com uma canhoelra;
- torreão ameado (5,69 m x 5,42 m) e com guarita a que se acede por escada;
- pano de muralha de grande comprimento que liga o torreão anterior ao castelo, com 2,26 m de espessura e cinco canhoelras; na base da muralha, junto à torre, encontra-se, a uma cota muito mais baixa do que o terreno interior da cerca, uma porta de arco quebrado, a nascer de impostas molduradas, com um escudo incrustado na parede sobre o arco (Figs. 6.2.11 e 6.2.12); com este posicionamento, poderá tratar-se de uma porta

falsa, uma vez que do lado de dentro do amuralhado se encontram restos de alvenaria do que seriam os muros da porta falsa; o escudo aparenta enquadrar-se no período de D. Afonso III a D. Fernando (1260-1383), já que apresenta as mesmas armas do período anterior e dezasseis castelos²⁸.

Dentro da cerca, à rectarguarda do tramo NE, situa-se uma rampa que dá acesso ao plano superior da fortificação. A rampa é ladeada por dois muros com escarpas, possuindo o de cima três canhoeriras e o de baixo outras três. Frente ao túnel da entrada existem dois muros em ângulo recto, também escarpados e com três canhoeriras.

6.2.3.2 A FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA

A magistral da fortaleza de Campo Maior apresenta um traçado abaluartado, sendo constituída, a partir da Porta da Vila e no sentido dos ponteiros do relógio, pelos seguintes elementos remanescentes (Fig. 6.2.51):

- Porta da Vila ou de Santa Maria (Fig. 6.2.13) e cortina;
- meio baluarte de Lisboa (Fig. 6.2.14) e cortina;
- meio baluarte do Curral dos Coelhoos (Fig. 6.2.15) e cortina, com vestígios do fortim do Caxinho, a O;
- baluarte de Santa Cruz (Fig. 6.2.16) e cortina com vestígios de meia-lua a protegê-la;
- baluarte do Cavaleiro (ou a Cavaleiro) (Fig. 6.2.17) e parte da cortina seguinte;
- parte do meio baluarte do Príncipe (ou da Pixatorta) (Fig. 6.2.18) e parte da cortina seguinte;
- baluarte da Fonte do Concelho (ou da Ponta do Concelho) (Fig. 6.2.19) e cortina;
- meio baluarte de São Francisco (Fig. 6.2.20), faltando-lhe parte do flanco S;
- meio baluarte de Santa Rosa, com orelhão e poterna emparedada (Fig. 6.2.21), faltando-lhe o flanco N;

²⁸ *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, artigo “Armas Nacionais” de A. M. de F., Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, p. 193 ss.

- cortina com revelim (da Porta Falsa);
- baluarte da Boa Vista (Fig. 6.2.22) e cortina com revelim (da Boavista);
- meio baluarte de São Sebastião (ou do Mártir São Sebastião) (Fig. 6.2.23) e cortina, com revelim a proteger a Porta da Vila.

O antigo fosso, com contra-escarpa, ainda contorna uma extensão considerável da magistral, nomeadamente a N, a O, a S e a SE. Na zona E, o fosso foi progressivamente urbanizado, nomeadamente através da construção do Campo da Feira, que resultou do seu aterro total. É também nesta zona E que os baluartes estão completamente urbanizados, tendo-se transformado o seu interior em bairros residenciais. Nos restantes, proliferam arrecadações, currais e acampamentos de ciganos.

6.2.4 SISTEMA ESTRUTURAL, MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

6.2.4.1 SISTEMA ESTRUTURAL

O primitivo castelo apresentava uma planta com algumas irregularidades geométricas (Fig. 6.2.24), explicáveis, provavelmente, por constituir uma renovação dionisiana de uma fortificação preexistente. Aquilo que chegou aos nossos dias, fruto de uma reconstrução após a grande explosão do paiol, é um recinto fechado que desenha, em planta, um trapézio irregular, em que dois dos seus lados não são rectos.

Os espessos e altos muros deste amuralhado (a partir do tramo NO e no sentido dos ponteiros do relógio, as espessuras medidas foram: 2,35 m, 1,70 m, 1,69 m e 1,40 m), encontram-se flanqueados, no tramo NO, por torres de ângulo, uma das quais, a N, faz ângulos obtusos entre as suas faceiras e os panos de muralha NO e NE. O pano de muralha SO está escorado, no paramento interior, por quatro contrafortes, e no exterior, pelos paredões interiores do paiol, um dos quais aparenta ser um contraforte preexistente. O pano de muralha NE está fortalecido estruturalmente pela construção, a ele adossada, de dois enormes armazéns de material de guerra, um em cada paramento.

A cerca urbana desenha, em planta, uma meia elipse com o extremo do eixo maior apontado a NO. Como todas as cercas urbanas medievais, é composta por panos de

muralha que ligam torreões com espaçamentos diversos, conforme a função defensiva atribuída a cada um deles. O tramo NE possui quatro torreões, um dos quais é o extremo; o tramo SE apresenta um torreão entre os torreões dos extremos, cujas faceiras fazem ângulos obtusos com os panos de muralha que intersectam; o tramo SO tem um só torreão. Entre o torreão deste último tramo e a torre O do castelo, corre um longo pano de muralha que, talvez por não possuir torreões no seu percurso, se arruinou ao longo dos tempos, apresentando hoje quatro arcobotantes, dois dos quais construídos após 1818.

Todos os torreões são maciços, ou tornaram-se como tal, apresentando-se rebaixados, assim como as muralhas que os ligam. Os panos de muralha do tramo NE apresentam algumas inflexões salientes e reentrantes, que respondem a funções defensivas específicas do lugar. Há ainda a acrescentar que os tramos NE, SE e parte do SO, apresentam construções militares (cavalariças, armazéns, quartéis, corpo da guarda e prisão) adossadas aos paramentos exteriores, o que os fortifica estruturalmente. No caso dos quartéis, por exemplo, eles são compostos por espessos contrafortes, entre os quais, e sobre os quais, se construíram as habitações (Fig. 6.2.25). Estas são constituídas por uma só divisão com tecto em abóbada de berço redondo.

Relativamente aos armazéns, cavalariças e outras instalações militares que se apresentam no interior dos recintos descritos ou adossados aos seus paramentos exteriores, é de referir que:

- apresentam planta rectangular;
- o tecto é geralmente de abóbada de berço semicircular (Figs. 6.2.26, 6.2.27 e 6.2.28), ou apresentam um conjunto de pilares quadrangulares axiais que dividem o tecto em dois conjuntos de abóbadas de aresta com vários tramos, conforme o número de pilares (Figs. 6.2.29);
- só um dos armazéns, o que está no interior do pátio do castelo, apresenta contrafortes;
- um destes edifícios, a cavalariça que se encontra adossada ao paramento exterior do tramo NE da cerca urbana, apresenta a frontaria com jorramento (Fig. 6.2.30), o que faz dele um verdadeiro muro de cortina.

A fortificação moderna possui um traçado abaluartado, sendo composta por seis meios baluartes, um dos quais com orelhão a proteger a poterna²⁹, quatro baluartes, cinco revelins a proteger cortinas e a Porta da Vila, e ainda um pequeno fortim na zona O (Fig. 6.2.51).

A fortificação possuía ainda o pequeno forte de São João Baptista, de planta quadrangular, com três baluartes em três dos vértices, aparentemente ligado por um caminho em capoeira à restante fortificação (Figs. 6.2.32 e 6.2.52). Rodeando a magistral, um fosso e contra-escarpa, que ainda existe em grande parte do traçado. Neste fosso corre o Ribeiro dos Mudos, formando-se um lago a N e um charco a SO. Dada a insalubridade proporcionada por estas águas no período do verão, Mathias José Dias Azedo mandou esgotá-las em 1797, gastando-se *quasi 100 contos de réis na reconstrução das muralhas, trabalho longo e afinal interrompido pelo cerco de 1801*³⁰.

6.2.4.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Os materiais básicos empregues em todas as fortificações são a pedra (quartzito, granito e xisto), o tijolo, a argamassa de cal, os enchimentos de barro³¹ e pedra (taipa militar) para a fortificação abaluartada e a terra com que se realizaram os aterros.

Os panos de muralha medievais foram construídos com pedra assente à fiada (rusticado), sem jorramento. As torres apresentam a mesma técnica, sendo os cunhais reforçados por silharia de granito de boa qualidade. Algumas torres apresentam jorramentos em silharia de granito (torreões das extremidades do tramo SE da cerca urbana).

As ameias foram erguidas (reconstruídas) em alvenaria de pedra com utilização frequente de tijolo. As abóbadas são sempre de tijolo, apresentando os arcos descritos

²⁹ Esta porta vem designada por *falsa* na planta de 1797 (Fig. 6.2.32). Pensamos tratar-se do emprego de terminologia errada.

³⁰ DUBRAZ, J. - *Recordações dos Últimos Quarenta Anos, Esboços Humorísticos. Descipções, Narrativas Históricas e Memórias Contemporâneas*, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, 1868, p. 320.

³¹ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1825 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Número 36, Caixa 57 e doc. de 1758 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Número B6, Caixa 55.

atrás, com excepção das que formam os túneis da actual entrada da cerca e da Porta da Vila, que apresentam arcos em asa de cesto.

Os três muros que fazem a ligação entre os planos inferior e superior do recinto interior da cerca urbana, no seguimento da respectiva porta, são diferentes de todos os outros, uma vez que apresentam o jorramento característico da fortificação abaluartada (escarpa), tal como o cordão, em tijolo.

São também de tijolo os capeamentos das barbetas dos torreões rebaixados da cerca e das muralhas que os ligam, sendo utilizado o mesmo material para a construção das canhoeriras que se encontram em todo o perímetro da cerca urbana medieval.

Na fortificação abaluartada, os materiais são os mesmos, mas a técnica de construção é diferente: todos os muros apresentam jorramento (escarpa) e alguns possuem ainda embasamento (Fig. 6.2.33). Pelo lado de dentro são aterrados (Fig. 6.2.34), de preferência com terras barrentas (como em Ouguela) e o paramento exterior apresenta reboco. As canhoeriras foram executadas em alvenaria de pedra e tijolo. Algumas apresentam cobertura com abóbada e anteparos de betão (Figs. 6.2.35/36).

6.2.5 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIA MILITAR

6.2.5.1 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA

Apresentamos de seguida um conjunto de documentos do sécs. XVI ao XIX cuja análise nos permitirá conhecer a evolução arquitectónica do complexo militar.

a) Desenhos de Duarte d'Armas (princípios do séc. XVI)³²

Os primeiros documentos iconográficos que conhecemos sobre as fortificações de Campo Maior são, até ao momento, os desenhos de Duarte d'Armas. Na vista panorâmica tirada de N (Fig. 6.2.1), são observáveis:

³²ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa, 1990.

- o castelo propriamente dito, num plano mais alto, constituído por uma enorme Torre de Menagem, com dois matacões e uma seteira, e cinco torreões interligados por panos de muralha com adarve e ameias de terminação prismática, com excepção da muralha ligada à Torre de Menagem, que apresenta ameias de corpo largo;

- o pátio do castelo, recinto aparentemente de quatro lados, em que as torres opostas à de menagem aparecem edificadas a um cota altimétrica nitidamente mais baixa, cuja barbacã possui a porta da traição, com fosso e ponte;

- a cerca urbana, envolvendo a vila velha ou medieval, a E do castelo, apresenta quatro torreões interligados por panos de muralha com ameias de corpo largo;

- a barbacã, muito mais baixa, executando o mesmo desenho recortado da cerca urbana e também apresenta ameias de corpo largo;

- a vila nova ou moderna, a descer a Barreira, na direcção E.

Na vista panorâmica tirada de S (Fig. 6.2.2) são observáveis:

- o castelo, com o mesmo número de torres e disposição do desenho anterior, possuindo a Torre de Menagem, nas duas faces visíveis, dois matacões e três seteiras, sendo as ameias do pano de muralha que parte da Torre de Menagem, de terminação prismática, ao contrário das do pano contrário correspondente;

- a cerca urbana, apresentando três torreões, dois dos quais enquadram a porta da vila;

- as ameias da cerca urbana, de corpo largo;

- a barbacã, que continua neste sector a envolver a cerca, se bem que não esteja ameada na maior parte do seu percurso;

- o facto da vila nova, ou moderna, não se desenvolver nesta zona.

Na planta do castelo (Fig. 6.2.24) destacamos as seguintes observações:

- o castelo está envolvido por uma barbacã que não é visível nas vistas panorâmicas;

- a Torre de Menagem, de planta quadrada, com 12,65 m (11,5 varas) de lado, e 24,2 m de altura, possui o acesso elevado, ao nível dos adarves dos panos de muralha

que encerram o pátio; no seu interior, ao nível do piso térreo, possuía um *aljube*³³ e dois pisos superiores abobadados;

- o acesso aos adarves só se fazia através de duas escadas: a da Torre de Menagem e a da torre O do tramo NO;

- a altura dos torreões variava entre os 14,3 m e os 17,6 m, destacando-se a Torre de Menagem com muito mais altura;

- o pátio possuía um poço de grande profundidade (24,2 m) e várias casas adossadas às muralhas, sendo duas delas de maior dimensão e de dois pisos (*apousentamento sobradado*).

b) O castelo e a cerca urbana nos projectos de fortificação abaluartada da Guerra da Restauração

Em dois dos projectos de fortificação abaluartada de Campo Maior, um da autoria de Nicolau de Langres (Fig. 6.2.40)³⁴ e outro atribuído a Lassart (Fig. 6.2.38)³⁵, o castelo e a cerca urbana aparecem bem definidos. Comparando estes desenhos com os de Duarte d'Armas, podemos afirmar:

- que o número de torreões da cerca urbana parece ter aumentado, visualizando-se mais um no tramo que apresenta a Porta da Vila; a forma como esta muralha está desenhada por Duarte d'Armas parece ter sido reentrante e, ao passar a recta, terá havido a necessidade de se construir o torreão que agora está no meio da muralha; outra hipótese de interpretação é não ser visto o torreão do ângulo SE do ponto de vista em que Duarte d'Armas desenha; esta hipótese não é tão credível, não só pelo ponto de vista utilizado como também pela clara constatação de que as torres desenhadas por Duarte d'Armas se direccionam segundo a bissectriz do ângulo formado pelos respectivos panos de muralha confluentes, ou seja, têm o mesmo posicionamento que os actuais torreões dos extremos, ao passo que o torreão do meio é perpendicular à muralha;

³³ O vocábulo tanto pode significar cisterna como prisão.

³⁴ MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a Sua Obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, Estampa XXIX.

³⁵ MATTOS, Gastão de Mello de, *ob. cit.*, Estampa LXXX.

- que um dos torreões do lado NE, o segundo a partir do castelo, revela adaptações à pirobalística, deixando de ser quadrangular e passando a apresentar secção em “U” com a frente sextavada, obra dos sécs. XV/XVI, tal como a torre hexagonal do castelo de Elvas³⁶; esta torre teria sido concebida para usar artilharia (troneiras e (ou) canhoeriras), flanqueando todo o tramo da cerca urbana e a porta de acesso ao interior das fortificações; já ultrapassada, como estrutura defensiva, no séc. XVII, terá sido posteriormente desartilhada, aterrada e fechadas as suas bocas de fogo, servindo de orelhão à actual porta que a penetra pelo lado E; a primitiva função é atestada pela porta, emparedada, que apresenta no piso térreo, na gola;

- que o castelo não alterou a sua constituição, isto é, possui uma Torre de Menagem e cinco torreões;

- que a planta do castelo também não sofreu alterações, sendo as configurações de Duarte d'Armas e de Lassart muito semelhantes, inclusive nas barbacãs do castelo e da cerca urbana.

c) Algumas descrições do castelo no manuscrito de Esteves da Gama de Moura e Azevedo (1672-1741)³⁷

Descrivendo a catástrofe de 1732, Esteves da Gama dá-nos algumas informações sobre o castelo:

Esta Torre (menagem) tinha uma cisterna no primeiro pavimento, cujos canos se reconheciam. No segundo pavimento tinha uma casa, e nas quatro paredes dela tinha quatro capelas. E no 3º pavimento tinha outra casa. A cisterna não recebia água havia muitos anos. Na segunda casa é onde estava a pólvora, metida em barris nas ditas capelas, e para maior segurança a porta por onde se entrava estava tapada de pedra e cal.

(...) Era a Torre toda de pedraria grossa, assim por fora como por dentro, e as abóbadas das nove ruas que tinha, eram também de pedra de enchilaria,

³⁶ ARMAS, Duarte de, *ob. cit.*, p. 124.

³⁷ Foi Governador da Praça de Campo Maior entre 1705 e 1741. Ver AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e - *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior (...)*, Organização, introdução, bibliografia, transcrições e notas de Rui Rosado Vieira, Câmara Municipal de Campo Maior, 1993, p. 18.

sem que entrasse ali outro material. Foi tal o impulso da pólvora, que arrancou a Torre dos seus alicerces e a desfez em miúdos pedaços, e juntamente todo o muro do mesmo Castelo, que sendo obra muito antiga, lhe não valeu a sua fortaleza, antes a muita que tinha a Torre foi causa de maior estrago que padeceu este infeliz povo (...) Ao estrondo da pólvora, e da Torre, caíram ao mesmo tempo 836 moradas de casas das 1076 de que se compunha esta povoação, e as outras ficaram sem telhados, e nenhuma sem ruína. Morreram 256 pessoas (...) ficaram feridas mais de duas mil. (...) O Governador das Armas veio no dia seguinte com os vedores do exército António Cardozo de Campos, e o de Artilharia Manoel Rodrigues de Atayde que principiou a desentulhar a ruína do Castelo, porque em uma torrinha mais pequena, e que estava quase desmoronada, estavam ainda alguns barris de pólvora, da que se ia gastando, achando-se nesta ruína 125 que se mudaram para outra que ficou em pé.³⁸

d) A planta de 1712³⁹

Esta planta (Fig. 6.2.55), ilustrando o evento bélico de 1712, poderia ser a chave para se perceberem as alterações sofridas pelo castelo e pela cerca urbana medieval com a explosão de 1732. Mas não é, porque está mal desenhada. Se nem o castelo está desenhado, como poderemos acreditar na cerca urbana medieval com aquela configuração? Repare-se que a configuração da cerca urbana é diferente da dos desenhos anteriores, do séc. XVII, e dos posteriores, de 1797, não havendo motivo para pensarmos que tivesse mudado naquele período. Dá-nos, contudo, uma informação importante: o meio baluarte de Santa Rosa ainda não estava construído. A planta apenas refere uma Porta Falsa no local

e) A planta de 1797

Esta planta (Figs. 6.2.31 e 6.2.32) foi executada pelo Alferes André José de Vasconcelos e pelo Cadete Martinho José Dias Azedo em Maio de 1797⁴⁰. Comparando-

³⁸ AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e, *ob. cit.*, pp. 137-139.

³⁹ Arquivo da DSE/GEAEM, Carta nº 3775, cota 2/17A/25, de 1712.

⁴⁰ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 47ª Secção, nº 18380, Sala D, Estante A. H. 1, Prateleira P. 5.

a com os projectos de meados do séc. XVII e com a planta de 1712, podemos tirar as seguintes conclusões:

- alterou-se a edificação na zona do castelo devido à reconstrução das muralhas, prolongando-as um pouco mais para SE, dando lugar a um grande armazém descoberto no interior do novo pátio; não se reconstruiu a Torre de Menagem e os três torreões mais próximos; construíram-se três armazéns: o novo paiol, a SO, adossado à muralha do lado exterior, um armazém dentro do pátio e mais outro fora, do lado NE;

- ainda dentro da cerca urbana, no sector E, foi construída a Igreja do Senhor dos Aflitos e uma cisterna dentro de um quintal; a primitiva Igreja Matriz passou a servir de armazém; no sector S foi construída uma outra cisterna, comunicante com a anterior;

- no exterior da cerca urbana, sector N, foram construídos dois edifícios: um para o corpo da guarda (piso superior) e prisão (piso inferior), e outro para cavalaria; mais para E, a entrada do castelo é feita pela faceira E do torreão de secção em “U” e ao torreão que lhe está próxima esqueceu-se o desenhador de lhe traçar os contornos exteriores (Fig. 6.2.31).

- ainda no exterior da cerca urbana, mas adossados ao paramento das muralhas, foram construídos quartéis a S e cavalariças a E.

f) Informação do estado em que se achava o Castelo da Praça de Campo Maior com o mês de Janeiro de 1818, relativamente às Obras de Fortificação, e Edifícios Militares, antes de começarem as reparações⁴¹.

Estas obras serão com certeza uma consequência do cerco de 1811 e da posterior ocupação francesa. Sendo minuciosa a descrição do castelo, importa-nos aqui sobremaneira, como documento que se aproxima do existente antes das intervenções do Estado Novo:

O Castelo sendo uma parte mais elevada da Praça, tem dois planos um mais superior que outro, formando o mais superior um polígono irregular e dentro deste, há no mesmo plano uma espécie de cidadela em figura

⁴¹ Arquivo Histórico Militar, Inspeção das Fortificações e Obras Militares (Arquivo), Ano 1818, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 57, nº 22. As obras realizadas nos baluartes estavam concluídas em Maio de 1818. Ver Anexos (XIIA-XIII).

trapezóide com muralhas de maior altura guarnecidas de ameias com uma porta de entrada fechada com um (canulão?), e dentro tem da parte do nascente um grande armazém de plamenta, encostado ao lado do poente pela parte exterior o paiol da pólvora; e no intervalo a céu aberto existem as pilhas de balas. A frente que apresenta para a campanha que é para o norte tem duas torres quadradas, as mais altas.

As muralhas do recinto em geral são de altos perfiz. É composto de 9 torres quadradas desiguais, e os seus intervalos fechados por muralhas umas em linha recta e outras com ângulos salientes, e reentrantes, a cujos intervalos dou a denominação de cortinas; assim como em lugar de tenalhas, baterias; aos lados das torres flancos; e ao lado que olha para a campanha, face; para se poder entender a Memória, ou informação do seu estado actual.

Principia a informação pela primeira torre mais alta da cidadela que fica ao norte, decorrendo para a segunda torre que fica ao nascente, e assim por diante de torre em torre, até fechar o recinto⁴².

A descrição do estado da fortificação pode visualizar-se através da planta de 1797, o que significa que o castelo e cerca urbana medieval de Campo Maior se apresentou com aquela constituição na Guerra Peninsular, e saiu dela no estado em que o documento de 1818 os descreve, prevendo-se *reparações*.

Assim, para além do que já dissemos sobre a planta de 1797, resta acrescentar que:

- a 1ª torre (a que se situa a N do castelo) estava *inteiramente arruinada e a escadinha que lhe serve de acesso muito arruinada;*
- a 2ª torre (a primeira da cerca urbana, no sentido dos ponteiros do relógio) apresentava o *peitoril da sua face todo demolido;*
- a muralha entre a 1ª e a 2ª torre, possuía uma canhoeira;
- a 3ª torre *tem os ângulos salientes redondos (...) o peitoril da face está todo demolido (...) contém por baixo o rastilho e a porta é de alto perfil (...) arruinada com buracos de balas;*
- a muralha entre a 2ª e a 3ª torre tinha vestígios de duas canhoieras;
- 4ª torre *tem muitos buracos de balas e no seu cume tem porções demolidas;*
- a muralha entre a 3ª e a 4ª torre *forma um ângulo muito obtuso saliente quase ao meio (...) tem muitos buracos de balas e apresentava vestígios de uma canhoeira;*

⁴² Idem

- a 5ª torre *não tem peitoril (...) a barbeta está muito arruinada (...) tem muitos buracos de balas e o seu cume está em parte demolido;*

- a muralha entre a 4ª e a 5ª torre formava um ângulo saliente e possuía três canhoelras;

- a 6ª torre tem uma barbeta e encontrava-se algo arruinada;

- a muralha entre a 5ª e a 6ª torre não tinha canhoelras;

- a 7ª torre possuía barbeta e *não exige reparações;*

- a muralha entre a 6ª e a 7ª torre possuía duas canhoelras;

- a 8ª torre *é mais alta que a antecedente, e nela existe o pau da bandeira (...) está muito arruinada pela parte superior; o seu peitoril (...) está grande parte demolida(o) pelas balas;*

- a muralha entre a 7ª e a 8ª torre possuía uma canhoelra;

- a nona torre *é de mais alto perfil igual ao da primeira, e fica dentro da cidadela; pela parte exterior tem muralha toda escarnada e sem rebocos e pelo interior está informe (...). A escada de acesso estava arruinada e é guarnecida de ameias;*

- a muralha da cortina (entre a 8ª e a 9ª torre) *está alquebrada pelo meio em toda a sua extensão e muito arruinada não só pela grande altura como pela má construção e não tem escarpa e tem dois gigantes de encontro com dois arcos para a servidão do terraplano da cortina da Magistral da Praça, senão já se teria precipitado; e necessita construir-lhe mais alguns para se conservar com mais segurança alguns tempos;* possuía esta muralha três canhoelras;

- a muralha entre a 9ª torre e a 1ª estava *coroada de ameias (...), escarnada e tem ruínas de balas,* não possuindo canhoelras;

- havia ainda uma *bateria adicionada, composta das duas porções de muralha que dividem o plano superior do castelo do inferior (...) tem ruínas de balas e tem de talude 1/5 da altura;* esta cortina possuía seis canhoelras;

Em *observações*, prestam-se importantes informações para compreendermos a adaptação do castelo e da cerca urbana medieval a fortificação abaluartada:

- (...) as ruínas (...) do castelo deverão ficar reparadas no fim da obra, isto é de parapeitos, banquetas, canhoeriras e terraplenos; abaixando estes quanto seja necessário para não ficarem descobertos da campanha;

- queixava-se o autor da memória descritiva, Tenente Coronel de Engenharia Maximiano José da Serra, que não havia, dentro da cerca, quartéis, fornos, depósitos para mantimentos e paióis à prova de bomba e de humidade.

Após o confronto dos documentos apresentados⁴³ e tendo sempre presente o existente, podemos defender as seguintes conclusões no que diz respeito à evolução arquitectónica do castelo e da cerca urbana medieval:

1 - A velha fortificação medieval, reconstruída por D. Dinis, sofreu uma primeira reabilitação entre os sécs. XV e XVI. São desse tempo: o torreão de secção em “U” e frente sextavada que possui a actual porta de entrada, com brasão de D. Manuel I sotoposto; a desaparecida Torre de Menagem, com as suas nove ruas interiores para a subida de canhoeriras ao eirado⁴⁴; a janela da torre N do castelo que apresenta labores do período manuelino e do estilo renascença; o brasão (recolocado?) sobre a porta do castelo (ou porta da vila) reconstruído após 1732; as ameias de corpo largo do castelo, da cerca urbana e da barbacã, hoje desaparecidas; e provavelmente as ameias esbeltas que hoje se apresentam, reconstruídas, no castelo e numa das torres da cerca urbana, onde predomina a função decorativa e nobilitante em detrimento da funcional. A Fig. 6.2.49 mostra claramente que estas ameias foram construídas sobre as primitivas, e provavelmente serão contemporâneas do enriquecimento artístico do castelo para servir de habitação ao seu alcaide, tendo em conta a janela manuelina da torre N.

2 - Dos sécs. XVII e XVIII é a fortificação abaluartada. Também as cisternas comunicantes dos sectores S e E terão sido construídas neste período, como infra-estruturas de resistência aos previsíveis sítios; o mesmo diremos relativamente às

⁴³ Conhecemos uma planta (Anexo XIII), fornecida pela Câmara Municipal de Campo Maior, de que se desconhece a proveniência arquivística. É de origem espanhola e apresenta erros de desenho.

⁴⁴ AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e - *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila da Campo Maior (...)*, Organização, introdução, bibliografia, transcrição e notas de Rui Rosado Vieira, Câmara Municipal de Campo Maior, Campo Maior, 1993, p. 137.

casernas e cavaliças dos sectores S e SE. Também o armazém encostado ao paramento exterior da muralha E do castelo foi construído neste período, sendo destinado a víveres.

3 - Do séc. XVIII, são: o paiol novo (construído após a explosão de 1732)⁴⁵, encostado ao paramento exterior da muralha O do castelo; o armazém do pátio do castelo; a adaptação da antiga matriz (primeiro, Igreja de Santa Clara e, depois, Igreja de N^a Senhora da Assunção) a armazém de material de guerra, a partir de 1732⁴⁶; a Capela do Senhor dos Aflitos, de estilo neoclássico; as canhoeirias com cobertura.

4 - Em 1818 repararam-se os baluartes e, a acreditar nas pretensões da memória descritiva de 1818, ter-se-á adaptado a cerca medieval, conforme *observações* que transcrevemos, procurando-se rebaixar as torres e as muralhas para não ficarem visíveis da *campanha*⁴⁷; tal rebaixamento, a ter acontecido em 1818, não contemplou o castelo.

Podemos concluir que as fortificações de Campo Maior, mercê da sua localização estratégica, sofreram adaptações constantes à novas tecnologias da guerra, adaptações essas que estão patentes no existente, e que mais evidentes se encontrariam, não fora a catástrofe de 1732 e um conjunto de sítios que destruíram boa parte do conjunto.

6.2.5.2 TIPOLOGIA MILITAR

6.2.5.2.1 O CASTELO E A CERCA URBANA

Segundo os desenhos de Duarte de Armas (Figs. 6.2.1 e 6.2.2), trata-se de uma *fortificação em relevo*, sendo a sua arquitectura enquadrável nos seguintes períodos:

⁴⁵ As obras de reconstrução, após a explosão, terão sido dirigidas por Manuel de Azevedo Fortes. Ver MORGADO, Amílcar - “A defesa da fronteira terrestre”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989, p. 226.

⁴⁶ Em 1709 são realojados os frades do demolido (1645) convento de Santo António, que viveram provisoriamente em dezasseis habitações junto à antiga matriz. DUBRAZ, J., *ob. cit.*, 317 e 318.

⁴⁷ Arquivo Histórico Militar, Inspeção das Fortificações e Obras Militares (Arquivo), doc. de 1818, 3^a Divisão, 9^a Secção, Caixa nº 57, Número 22.

- 2º Período (sécs. XIII e XIV), ou período dionisino, evidente na sobrelevação da Torre de Menagem desaparecida, nas ameias primitivas de terminação prismática (diferentes, nos desenhos de Duarte d'Armas, das actuais), na construção de matacões na referida torre e no envolvimento da vila por uma cerca urbana, com suas portas (porta da vila e porta falsa) e torreões ligados por tramos de muralha.

- 3º Período (séc. XIV), ou período fernandino e joanino, patente nas barbacãs que envolviam todo o perímetro amuralhado e também o castelo (Fig. 6.2.24), com a porta da vila a SE e a da traição a NO. A existência destas barbacãs foi referida por Fernão Lopes na Crónica de D. João I⁴⁸.

- 4º Período (séc. XV), patente nas ameias de corpo largo que a cerca urbana e a barbacã possuíam.

Curiosamente, no princípio do séc. XVI, este castelo ainda não apresentava qualquer adaptação visível à pirobalística. Mas serão do séc. XVI as adaptações referidas no ponto anterior.

Sendo, indubitavelmente, um *castelo estratégico*, inserido na primeira linha de defesa militar da fronteira portuguesa, pós Tratado de Alcanizes, podemos defini-lo, do ponto de vista da sua missão específica, como um *castelo de detenção*, uma vez que visava a contenção do inimigo, favorecendo a segurança do território à sua rectaguarda. Por esta razão, também, pode considerar-se um *castelo orientado*, dado que a sua missão de vigilância tinha exclusivamente a ver com a fronteira castelhana, a O. Esta vigilância está bem patente, também, na existência, pelo menos ao tempo de Duarte d'Armas, de duas atalhas (Fig. 6.2.1): uma na direcção de Elvas e outra na direcção de Olivença.

Após o Tratado de Alcanizes, só Olivença ficava para lá do Guadiana e foi preciso construir, no reinado de D. Manuel I, uma Ponte...da Ajuda. O rio haveria de marcar nova e natural fronteira entre os dois países, já no séc. XIX, constituindo um argumento mais forte do que o artigo 105º do Tratado de Viena (1815), que restituiu Olivença a

⁴⁸LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*, 1ª Parte, Pub. Europa-América, Men Martins, 1990, pp. 269.

Portugal.

Se considerarmos o rio Guadiana como uma fronteira natural, independentemente das linhas de fronteira dos tratados, o castelo de Campo Maior era uma fortificação de penetração, enquanto espanhola, passando à missão de detenção, quando portuguesa. De facto, mais forte do que os tratados sobre fronteiras entre os dois países, o Guadiana acabou por ser decisivo, e Castela acabou por perder Ouguela e Campo Maior, pela mesma razão que nós perdemos Olivença.

6.2.5.2.2 A FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA

A fortificação moderna de Campo Maior foi construída a partir de 1641, sob a orientação de Rossetti, estando Carlos Lassart⁴⁹ à frente da obra a partir de 1642. Teve o contributo de João Pascácio Cosmander⁵⁰, a partir de 1643, e o de Nicolau de Langres a partir de 1644⁵¹, entre outros⁵².

Após a Restauração, o Alto Alentejo em geral e o Nordeste Alentejano em particular, foram pensados como teatros principais de operações, tendo em memória a invasão do Duque de Alba em 1580. Em Elvas, em Almeida e em Valença, vão construir-se as maiores fortalezas portuguesas, merecendo Elvas a prioridade. E tinham razão os nossos estrategos: o Alentejo seria o principal teatro de operações na Guerra da

⁴⁹ Engenheiro francês que trabalhou nas fortificações portuguesas a partir de Setembro de 1641, sendo nomeado Engenheiro-Mor do Reino em 23/3/1642.

⁵⁰ Jesuíta e matemático flamengo, de seu nome completo, João Paschasio Seremans, trabalha em Portugal como engenheiro militar. Em 1643 constitui uma junta com Gilot e Rui Correia Lucas para a fortificação do Alentejo. É de sua autoria a fortificação de Elvas, trabalhando ainda na fortificação de Évora, Estremoz, Olivença, Campo Maior e Castelo de Vide.

⁵¹ Engenheiro francês contratado a 31/3/1644, sendo-lhe atribuída a patente de Engenheiro em 1647. Serve nas praças do Alentejo (Évora, Elvas, Estremoz, Campo Maior e Jerumenha), permanecendo em Portugal durante 16 anos. Morre em 1662 quando, já a trabalhar para os espanhóis, acompanhava D. João de Áustria no ataque a Vila Viçosa.

⁵² Pierre Sainte Colombe, engenheiro francês que trabalhou em Portugal, nomeadamente no Alentejo, a partir de 1648 (Engenheiro Mor do Reino a partir de 1660) e Pedro Girles Sainte-Paul, outro engenheiro francês que veio com Lassart e trabalhou em Portugal a partir de 1641. Este último foi autor da Praça de Almeida e trabalhou na praça de Elvas e noutras do Alentejo a partir de 1648. Qualquer destes dois engenheiros poderá ter interferido também na fortificação de Campo Maior. Também engenheiro e Tenente-General de artilharia, João Tomás Correia deu assistência às praças do Alentejo, nos princípios do séc. XVIII, possuindo uma planta das fortificações de Campo Maior (Fig. 6.2.42).

Restauração (1641-1668).

Para além de Elvas, serão fortificadas, entre outras localidades, Marvão, Castelo de Vide, Portalegre, Ouguela, Campo Maior, Arronches, Jerumenha, Olivença, Estremoz, Moura, Mourão e Évora, numa *defesa em profundidade*⁵³, orientada para a entrada natural do Alto Alentejo.

A fortificação do período da Restauração, em que se inclui Campo Maior, volta a fazer-se por *linhas de detenção* orientadas para a fronteira com a actual *Extremadura* espanhola. A mesma estratégia defensiva será seguida no séc. XVIII (Guerra da Sucessão de Espanha, 1702-1712, e Guerra dos Sete Anos, 1756-1763)⁵⁴. Durante a Guerra Peninsular em Portugal (1807-1811), a defesa também se organizou em profundidade, da fronteira até Lisboa, voltando a entrada natural do Alentejo a merecer a preocupação dos nossos estrategos, reforçando-se o que Pires Nunes chama de *frente do Guadiana*⁵⁵. Campo Maior fez parte deste conjunto de praças, merecendo a chefia de um Tenente Coronel, sendo-lhe atribuído um regimento de infantaria. O único governador com a patente de General era o de Elvas. No entanto, após a invasão de 1807, os franceses consideraram esta praça importante mas *entourée de points qui la dominant (...) ne sera jamais un point sur lequel on puisse compter pour une résistance ordinaire*⁵⁶.

Depois de um período de transição, durante o séc. XVI, em que a cerca urbana medieval beneficia de adaptações e alargamento a E e a SE, é a Guerra da Restauração que impulsiona a sua transformação progressiva em fortificação baixa, através do rebaixamento de torreões e muralhas e da construção de barbetas. A impermeabilidade da fortificação passa a plano secundário, tornando-se prioritária a sua invulnerabilidade. Por todo os sécs. XVII e XVIII, se construirá uma fortificação rasante que rodeará toda a vila de Campo Maior, e que tem no baluarte a sua característica essencial. Contudo, em 1646, apenas tinha uma trincheira⁵⁷.

⁵³ NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, p. 137.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, *passim*.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p. 138.

⁵⁶ Relatório do engenheiro chefe de Junot, Coronel Vincent, in VICENTE, António Pedro - *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1984, p. 234.

⁵⁷ MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a Sua Obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, p. 34.



Conhecem-se vários projectos para a fortificação de Campo Maior. O primeiro é atribuído a Rossetti⁵⁸ (Fig. 6.2.37) e será adoptado com algumas alterações; o segundo é atribuído a Lassart (Fig. 6.2.38) e apresenta grandes alterações relativamente ao que será adoptado; o terceiro é atribuído a Cosmander, mas apenas sabemos da sua existência⁵⁹; o quarto será provavelmente de Nicolau de Langres (Fig. 6.2.39) e apresenta uma cidadela para substituir o antigo castelo, mas não será adoptado; o quinto é o projecto que foi seguido, também da autoria de Nicolau de Langres (Fig. 6.2.40).

Comparando o projecto de Langres com as plantas da fortaleza executadas posteriormente, e constantes nos desenhos de João Nunes Tinoco⁶⁰ e de João Tomás Correia⁶¹ (Figs. 6.2.41 e 6.2.42 respectivamente), e ainda com a planta de 1797⁶² (Fig. 6.2.32), podemos concluir o seguinte:

1º O projecto que referimos ser o adoptado (Fig. 6.2.40) é o que apresenta maiores semelhanças com a planta de 1797, com algumas excepções:

- aquilo que parece ser, no projecto de Langres, uma obra corna de braços compridos (sobreposta a outros desenhos de difícil interpretação conjunta), não se construirá, mas sim um forte, o de São João Baptista, desaparecido no período de 1797 a 1801⁶³;

- entre o baluarte da Boa Vista e o meio baluarte de São Francisco será construído o meio baluarte de Santa Rosa, com orelhão e poterna, o que não consta no projecto de Langres nem nas plantas de Tinoco e de Correia;

- o meio baluarte de São Sebastião aparece no projecto como um baluarte.

2º Entre as semelhanças podemos apontar, no sentido dos ponteiros do relógio e a partir da Porta da Vila:

- os meios baluartes de Lisboa e do Curral dos Coelhos;

⁵⁸ MATTOS, Gastão de, *ob. cit.*, p. 93.

⁵⁹ MATTOS, Gastão de, *ob. cit.*, p. 34.

⁶⁰ TINOCO, João Nunes - *Livro das Praças de Portugal com suas Fortificações, desenhadas pelos Engenheiros de S. Magestade, Cosmander, Gillot, Langres, Saint Colombe e outros (1663)*.

⁶¹ Desenhos dos finais do séc. XVII, princípios do séc. XVIII, embora inclua alguns muito anteriores.

⁶² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 47ª Secção, nº 18379, Sala D, Estante A H 1, Prateleira P. S.

⁶³ DUBRAZ, J., *ob. cit.*, p. 320.

- os baluartes de Santa Cruz e do Cavaleiro, com um revelim a defender a cortina de ligação entre eles;
- o meio baluarte do Príncipe, também com um revelim que defende a cortina que o liga ao anterior;
- o baluarte da Fonte do Concelho, saindo daí a comunicação (capoeira?) para o Forte de São João Baptista;
- o meio baluarte de São Francisco;
- o baluarte da Boa Vista, com dois revelins, um a defender a cortina de ligação ao meio baluarte de Santa Rosa e outro a defender a cortina de ligação ao baluarte de São Sebastião;
- o baluarte de São Sebastião.

Relativamente aos elementos geométricos de fortificação, observáveis na carta aerofotogramétrica⁶⁴ (Figs. 6.2.43 e 6.2.51), podemos concluir que o sistema seguido foi, predominantemente, o holandês, com ângulos de flanco de 90°, com e sem flancos secundários (frentes NE/N/O/S). Também nos parece estar presente o sistema francês, mais evidente na planta de 1797, nas frentes E, com ângulos de flanco superiores a 90° e sem flancos secundários. Por sua vez o polígono é irregular, trapezoidal.

6.2.6 INTERVENÇÕES E SUA ANÁLISE CRÍTICA

6.2.6.1 A EXPANSÃO URBANA E AS FORTIFICAÇÕES

Como já referimos, a partir dos meados do séc. XVII a vila de Campo Maior ficou espartilhada pela fortificação abaluartada, segundo uma magistral que quase tudo englobou no seu seio. E aquilo que não conseguiu abraçar, destruiu, para não servir a estratégia atacante do inimigo. Com o término de um período bélico que vai da Guerra da Restauração às Guerras Liberais, a vila, transformada em fortaleza militar, despertou para a sua vocação urbana e tentou galgar as cortinas, da mesma forma que o fizera antes, nos sécs. XV e XVI, relativamente à cerca urbana medieval.

⁶⁴ Os ângulos de flanco dos baluartes e meios baluartes desta carta não são rigorosamente iguais aos da planta de 1797 (Fig. 6.2.32).

Não sabemos ao certo em que data a Praça foi desmilitarizada, mas sabemos que em 1861 estava desartilhada⁶⁵. Já em 1822 os habitantes de Campo Maior pediam a remoção de estacadas para facilitar o trânsito de bestas e carros⁶⁶, e nesses anos Vinte, até 1828, os fossos serviam o plantio de meloais⁶⁷. Em 1892, eram novamente arrendados, para exploração agrícola, parte dos fossos (entre o meio baluarte do Curral dos Coelhos e o baluarte de Santa Cruz), por três anos e por concurso público⁶⁸. Por outro lado, nos finais do séc. XIX (1886-1897), iniciaram-se as edificações particulares em zonas de servidão⁶⁹ e arrendaram-se antigos edifícios militares para actividades civis⁷⁰ (teatro, por exemplo, na antiga matriz)⁷¹.

Em 1909 foi demolida a fortificação junto à Porta da Carreira, e ao longo dos anos Trinta e Quarenta, o civil ganhou preponderância sobre o militar e o espaço foi conquistado palmo a palmo. Nesta progressiva reabilitação dos espaços, a DGEMN foi chamada, constantemente, a dar parecer, e tentou por todos os meios travar a inevitável avalanche urbana que sufocou progressivamente as fortificações.

Entre 1938 e 1943, várias foram as tentativas, frustradas, para a compra de terrenos dentro e fora dos baluartes⁷². Em 1943, a Câmara Municipal pediu autorização para a demolição de parte das muralhas, não lhe sendo concedida. Entre 1941 e 1947, vários edifícios militares⁷³ passaram a ser utilizados pela Guarda Fiscal, pela Casa do Povo, pela Câmara Municipal e até por particulares que os arrendaram ou ocuparam (Quartel do Curral dos Coelhos), depois da sua passagem do Ministério da Guerra para o das Finanças, administrados pela Direcção-Geral da Fazenda Pública. Mas as reabilitações foram sempre sujeitas aos pareceres da DGEMN.

⁶⁵ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1861 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17.

⁶⁶ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1822 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 57, Número 28.

⁶⁷ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1832 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 58, Número 9.

⁶⁸ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1892 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 59, Número 8.

⁶⁹ Arquivo Histórico Militar, docs. de 1896/97 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 59, Número 9.

⁷⁰ Arquivo Histórico Militar, doc. de 1891 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 59, Número 7.

⁷¹ Arquivo Histórico Militar, docs. de 1889 da 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 59, Número 6. A antiga matriz, e depois armazém militar, esteve arrendada ao Montepio Campomaiorense, para actividade teatral, entre os anos de 1881 e 1886.

⁷² Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., Pasta nº 11 (31/8/1938 - 16/12/ 1972).

⁷³ Idem; embora nos seja impossível a sua localização, sabemos que os seus números de cadastro eram os seguintes: 8, 13, 14, 15, 16, 19, 21 e 22.

Foi neste período que aconteceu a (...) *cessão a título precário do antigo prédio nº 15, de Campo Maior, constituído pelas fortificações, compreendendo o castelo, muralhas e fossos, à Câmara Municipal concelhia, este Corpo Administrativo veio informar que aceita a cessão proposta por esta Direcção-Geral (...)*⁷⁴. Importante foi também a cessão, a título definitivo, do antigo prédio militar nº 8, denominado “Depósito de Viveres (Assento)”, à Câmara Municipal, *destinado à instalação de quatro talhos municipais, um posto de análise de leite, mercado municipal e sede do núcleo local da Mocidade Portuguesa*⁷⁵. Como já se referiu, parte destes prédios estava alugada pela Direcção-Geral da Fazenda a particulares, com parecer favorável da DGEMN. Era o caso do prédio nº 21, constituído por dois paíóis, arrendados em 1946 a João Carvalho e a José Marcelino Cambiais; era também o caso do prédio nº 14, uma antiga cavalaria arrendada a António Alves Amêndoa.

Em 1945, segundo relação elaborada pela Direcção de Finanças de Campo Maior⁷⁶, a zona de protecção do castelo (Praça Velha, Rua General Rodrigues da Costa, Bairro Fidalgo, Rua dos Quartéis e Rua Nova) estava ocupada, no seu conjunto, por setenta proprietários, havendo apenas um na parte exterior da muralhas.

Entre 1947 e 1951 surgiram vários problemas urbanísticos: as cortinas obstaculizam o prolongamento da Rua 13 de Dezembro, o Ante-plano de Urbanização de Campo Maior (1948) mereceu críticas por parte da DGEMN (3ª Secção, Évora), e a tentativa de urbanização do revelim à Porta da Vila obteve parecer negativo por parte do mesmo organismo. Entre as críticas ao Ante-plano de Urbanização, a 3ª Secção da DSMN pediu:

- a ampliação da zona vedada à construção, para E, entre o Baluarte de Santa Cruz e o da Boa Vista;
- o afastamento das cortinas do projectado matadouro, devendo ser construído na zona industrial;
- e a não construção de uma capela votiva na Praça Velha, para que *não se*

⁷⁴ Idem

⁷⁵ Idem, Ofício da Direcção-Geral da Fazenda para o Director Geral da DGEMN, datado de Lisboa, 11/18/ 1946.

⁷⁶ *Relação dos nomes dos proprietários dos prédios situados na zona de protecção do castelo*, Direcção de Finanças de Campo Maior, em 19 de Abril de 1945. Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., Pasta nº 11 (31/8/1938 - 16/12/ 1972).

*inutilize um espaço livre, quando tão poucos há*⁷⁷.

Foi também durante o Estado Novo, em consequência da visita a Campo Maior do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a 24 e 25 de Novembro de 1972, que se iniciou um processo conducente à desocupação das fortificações por parte de particulares que aí arrendavam terras, alugavam armazéns, habitavam quartéis e até canhoeirias cobertas, mantinham arrecadações, construíam barracas, galinheiros, pocilgas, etc., tornando o espaço impróprio para o turismo e favorecendo a degradação do monumento.

Por despacho ministerial⁷⁸, foi formada uma comissão presidida pelo Engenheiro António Albano Fraga do Amaral, director de urbanização do distrito de Portalegre, e constituída por representantes da Câmara Municipal da Campo Maior, da DGEMN e do Fundo de Fomento da Habitação. Foi também ordenada a imediata cessação de arrendamentos dentro do castelo.

A comissão elaborou o seu primeiro relatório a 30 de Abril de 1973⁷⁹, apresentando a seguinte situação:

- Dentro do castelo existiam três dependências alugadas a particulares (Fig. 6.2.54) pela Direcção-Geral da Fazenda Pública.

- Os fossos junto aos meios baluartes do Curral dos Coelhoos, de Lisboa e de São Sebastião, bem como junto ao baluarte da Boa Vista, estavam arrendados para exploração agrícola.

- Havia 37 famílias a habitar, sem as condições mínimas de habitabilidade, os antigos quartéis (25 famílias), cinco canhoeirias, quatro barracas e três casas na referida zona abaluartada.

- Praticavam-se arrecadações em dois quartéis, vinte e uma canhoeirias e quatro barracas.

- Apenas estavam vagos dois quartéis e uma canhoeira.

⁷⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., Pasta nº 11 (31/8/1938 - 16/12/ 1972), ofício nº 393 de 5/11/1948, da 3ª Secção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Évora, para o director dos referidos serviços.

⁷⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., Despacho do Ministro das Obras Públicas e Comunicações que dá entrada na Direcção do Sul a 3 de Janeiro de 1973.

⁷⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002 (Processo administrativo). Documento intitulado: *Castelo de Campo Maior, Realojamento das Famílias que Habitam nas Canhoeirias e Baluartes do Monumento Nacional, Relatório de 30 de Abril de 1973.*

- As famílias que utilizavam as fortificações apresentavam uma situação económica extremamente débil, havendo um sapateiro, um pedreiro, seis reformados da Casa do Povo, sendo os restantes, trabalhadores rurais. Seis destas famílias eram ciganas e trabalhavam no campo.

Face a tal situação, a comissão propunha a cessação imediata de todos os arrendamentos e a construção de trinta e sete habitações junto às casas que a Fundação Salazar estava a construir na altura, para alojar as famílias que desocupariam as zonas fortificadas em questão. Promover-se-ia então o restauro daquelas zonas degradadas, a sua valorização e promoção turística.

Em 1978, o Director dos Monumentos do Sul, em ofício⁸⁰ para o Arquitecto Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, referia que as famílias ainda não tinham sido alojadas, mas que, tendo contactado a Câmara Municipal de Campo Maior, o tinham informado de que estavam sessenta e seis fogos em construção e *possivelmente aí serão realojadas algumas das famílias referidas*. Contactada a Câmara Municipal (1997), foram-nos prestadas as seguintes informações: poucas famílias haviam sido alojadas; os quartéis que vagavam por morte dos seus moradores eram tomados pela Câmara e não era permitida a sua reocupação; já não havia famílias a habitar as canhoeriras; tinham-se construído espaços para a trasladação de animais junto ao Mercado Municipal; o alojamento de algumas famílias ciganas em residências na vila tinha trazido problemas de convivência; o baluarte de São Sebastião apresentava uma ocupação flutuante por famílias ciganas.

Mas pudemos observar também que as famílias não ciganas ocuparam todos os outros baluartes e meios baluartes, e também partes significativas do fosso, constituindo-se múltiplas propriedades privadas sobre o monumento nacional, processo que as sucessivas vereações camarárias não impediram.

Hoje, extensas zonas da fortificação abaluartada estão completamente ocupadas, desde o bairro residencial ao acampamento de ciganos, do curral a antigas instalações fabris, da horta à piscina de hotel e à discoteca. E os muros que sustentam esta ilicitude, caem aos bocados, por eles escorrem dejectos, espraiam-se lixeiras, e já é preciso conhecer muito bem o local para descobrir o enorme fosso que circundava a magistral.

⁸⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., ofício nº 97 de 2/3/1978.

6.2.6.2 INTERVENÇÕES

Depois de um projecto de 1937⁸¹, para a instalação de uma Estação Meteorológica no castelo, que nunca se terá concretizado, registam os arquivos a construção e a inauguração, pelas Festas do Povo de 1941, de um cruzeiro evocativo das Comemorações do Duplo Centenário (1140/1640 - 1940).

As primeiras intervenções propriamente ditas de que há memória arquivística, no período em causa, aconteceram entre 1942 e 1945 e foram orientadas pelo Arq. Martinho Humberto dos Reis. Contudo, não foram elaborados processos, com os projectos de intervenção, as memórias descritivas, os orçamentos, as medições e os programas de concurso. Sabe-se apenas quem as executou, em que consistiram de uma forma genérica, a quantia em que importaram⁸² e existe um álbum de fotografias⁸³ que, embora não esteja datado, se refere, por exclusão de partes, e por ser o mais antigo do processo fotográfico, a essas intervenções. Através destas fotografias e das propostas dos empreiteiros, foi-nos possível localizar algumas obras (Fig. 6.2.50). Assim, inventariámos as seguintes intervenções:

1ª Intervenção (1942) - Demolição e construção de alvenarias, assentamento de cantaria apicoada - Construtor civil João António Ferreira, de Elvas - Proposta de ajuste particular, no valor de 20 000\$00⁸⁴.

2ª Intervenção (1943) - Demolição, reconstrução e consolidação de alvenarias e cantarias - Construtor civil João António Ferreira, de Elvas - Proposta de ajuste particular, de 24/8/1943, no valor de 20 000\$00⁸⁵.

⁸¹ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Administrativo nº S120403/002, Castelo de Campo Maior, Ofício nº 357 da Direcção dos Monumentos Nacionais, de 18/3/1937. O orçamento deste projecto era de 29 700\$00, aprovado pela Ordem de Serviço nº 3630 da DGEMN, de 10/5/1938.

⁸² Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo adm., Pasta nº 11 (31/8/1938 a 16/12/1972), *propostas de ajuste particular*.

⁸³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S.12.04.03/002, Processo fotográfico, Álbum nº 162 e 162-A.

⁸⁴ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo nº S120403/002, proposta de ajuste particular de João António Ferreira, datada de 16/9/1942, no valor de 20000\$00, aprovada pela Ordem de Serviço nº 3526 de 19/9/1942 da DGEMN.

⁸⁵ Arquivo da DSID, Processo de Obras S/120403/002, 1938, 1710, IPPC, Ordem de Serviço nº 4078 de 18/9/1943.

3ª Intervenção (1944) - *Continuação da intervenção anterior* - Construtor civil João António Ferreira, de Elvas - *Proposta de ajuste particular*, de 22/4/1944, no valor de 20 000\$00⁸⁶. Estas obras são mandadas suspender nesse mesmo ano, após a morte do construtor civil.

4ª Intervenção (1944) - *Continuação da intervenção anterior* - Construtor civil Joaquim Morgadinho, de São Braz de Alportel - *Proposta de ajuste particular*, de 1/9/1944, até 40 000\$00⁸⁷.

5ª Intervenção (1945) - *Continuação da intervenção anterior* - Construtor civil António Domingues Esteves, de Santo Ovídeo - *Proposta de ajuste particular* até 20 000\$00⁸⁸.

Nas intervenções realizadas por ajuste directo, entre 1942 e 1945, reconstruíram-se, pelo menos, a torre O do castelo, o torreão do tramo SO da cerca urbana, desemparedou-se a porta junto a este torreão, reconstruíram-se ameias, no castelo, e cortinas e merlões na fortificação abaluartada (Fig. 6.2.50).

As restantes intervenções, que se iniciaram nos anos Sessenta, são da responsabilidade do Arq. Rui Couto. Inventariámos as seguintes:

6ª Intervenção (1964) - *Obras urgentes de consolidação* no valor de 49 997\$00

Esta intervenção teve lugar nas Portas da Vila, cuja abóbada do túnel apresentava infiltrações provenientes do pavimento que a cobre, e também nas cortinas anexas, que apresentavam rombos.

Dos trabalhos efectuados, registou-se⁸⁹:

- a reconstrução e impermeabilização do pavimento que cobre as Portas da Vila;
- a renovação dos rebocos e molduras de massa das referidas portas;

⁸⁶ Arquivo da DSID, Processo de Obras S/120403/002, 1938, 1710, IPPC, Ordem de Serviço nº 2456 de 9/5/1994.

⁸⁷ Arquivo da DSID, Processo de Obras S/120403/002, 1938, 1710, IPPC, Ordem de Serviço nº 5178 de 9/9/1944.

⁸⁸ Arquivo da DSID, Processo de Obras S/120403/002, 1938, 1710, IPPC, Ordem de Serviço nº 4469 de 27 de Junho de 1945.

⁸⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1964.

- a reconstrução de alvenaria hidráulica nas cortinas adjacentes à porta, para tapamento de rombos.

Estavam previstas obras no meio baluarte do Curral dos Coelhoos (flanco e estrutura central), no meio baluarte de Lisboa (face e lado rectilíneo), no meio baluarte de São Sebastião (lado rectilíneo) e ainda a demolição do armazém, cavalaria, corpo da guarda e prisão do sector N/NE do castelo e cerca urbana, embora não se tivessem realizado.

7ª Intervenção (1965) - Obras de conservação no valor de 48 000\$00

Nesta intervenção concluem-se as obras projectadas para 1964, com excepção das demolições previstas da cavalaria encostada ao paramento exterior da cerca urbana, a N, e do armazém encostado ao paramento exterior da muralha N do castelo, registando-se o tapamento de rombos e o refechamento de juntas⁹⁰.

8ª Intervenção (1966) - Obras de conservação no valor de 50 000\$00

Mantêm-se as obras de conservação no mesmo sector da fortificação, abrangendo-se desta vez novas cortinas e o próprio castelo. Assim, registaram-se os seguintes trabalhos⁹¹:

- reconstrução de alvenarias e moldura de tijolo (cordão) na face do meio baluarte de São Sebastião e reparação das canhoeriras do lado rectilíneo;
- arranque de vegetação no lado rectilíneo do meio baluarte do Curral dos Coelhoos e cortina curva adjacente, com refechamento de juntas;
- reparação de três ameias na muralha S do castelo, implicando a picagem de rebocos e o refechamento de juntas;
- construção e assentamento da porta da traição do castelo.

9ª Intervenção (1967) - Obras de conservação no valor de 45 000\$00

Neste ano, registaram-se os seguintes trabalhos⁹² no castelo e fortificação abaluartada:

⁹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1965.

⁹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1966.

⁹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1967.

- demolição de três ameias, no castelo, que estavam *indevidamente* construídas em alvenaria de tijolo e sua reconstrução em alvenaria e pedra;
- arranque de vegetação nas muralhas do castelo e refecimento de juntas;
- reconstrução de rebocos na torre N do castelo, a que a memória descritiva chama erradamente *torre de menagem*; na mesma torre, a sala é pavimentada com tijoleira e o pavimento do eirado é impermeabilizado;
- arranque de vegetação na cortina adjacente, para N, ao meio baluarte do Curral dos Coelhos;
- construção de duas guaritas em alvenaria de tijolo, nos meios baluartes do Curral dos Coelhos e de Lisboa.

10ª e 11ª Intervenção (1968 e 1971)

É realizado o restauro da Capela do Senhor dos Aflitos, edifício situado dentro da cerca urbana medieval, a E. Por não se tratar de arquitectura militar, saindo do objecto de estudo desta investigação, não o analisaremos.

12ª Intervenção (1972) - *Obras de conservação no valor de 100 000\$00*

Em 1972 procede-se ao arranque de vegetação, refecimento de juntas e construção de alvenaria hidráulica para reparação e tapamento de rombos no baluarte da Boa Vista e cortina que liga este baluarte ao meio baluarte, com orelhão, de Santa Rosa⁹³.

13ª Intervenção (1973) - *Continuação dos trabalhos de consolidação no valor de 100 000\$00*

Esta última intervenção do Estado Novo privilegiou a cerca urbana medieval E, entre o torreão oitavado e a última torre desse tramo, para SO. Nos paramentos exteriores das torres e panos de muralha em causa, realizou-se o arranque de vegetação, a picagem de rebocos, o refecimento de juntas e o tapamento de rombos. Junto à torre O da cerca foi montada uma porta, procedendo-se ainda à reparação da parede E do

⁹³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1972.

edifício da antiga matriz e à demolição de alvenarias que obstruíam a muralha S do castelo⁹⁴. Também se continuaram as obras na Capela do Senhor dos Aflitos.

As intervenções nas fortificações de Campo Maior só voltariam a realizar-se a partir de 1980. A partir de 1986 inicia-se o restauro e a reabilitação dos edifícios do Corpo da Guarda, Prisão e antiga Cavalaria contígua. Presentemente, funciona um salão de exposições no antigo salão do Corpo da Guarda e as restantes instalações estão ocupadas pela EPRAL - Escola Profissional da Região do Alentejo.

6.2.6.3 PORMENORES TÉCNICOS PRESCRITOS NOS PROJECTOS

Na impermeabilização da Porta da Vila foi feito um enrocamento prévio de cascalho e areia, sobre o qual se assentou um massame de betão pobre com 7 cm de espessura. Foi, depois, aplicado um produto betuminoso sobre a camada de argamassa.

No túnel da referida porta substituiu-se o reboco, picando-se o existente, encascando-se onde necessário, emboçando-se e rebocando-se com uma argamassa mista de cimento, cal e areia fina ao traço de 1:1:6. Finalmente, caiaram-se as superfícies com esponja, a três demãos.

A reconstrução de troços de muralhas ou de cortinas foi executada com pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3. A simples limpeza e reparação compreendia o arranque de ervas e arbustos, a limpeza geral dos paramentos e o refechamento de juntas com argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4.

O isolamento dos eirados realizou-se com a utilização de betume asfáltico, dado a quente em três demãos, sobre prévio revestimento de argamassa.

O assentamento de tijoleira foi realizado empregando argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4. Previamente, foi aberta caixa com massame de betão pobre.

As portas assentes, em madeira de 9 cm de espessura, eram protegidas com uma pintura de três demãos de óleo fervido.

⁹⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de obras nº S.12.04.03/002, intervenção de 1973.

6.2.6.4 ANÁLISE CRÍTICA

As intervenções mais frequentes consistiram em obras de limpeza, consolidação e reconstrução de alvenarias, havendo, no entanto, uma construção por analogia - torreão SO da cerca urbana - que, obviamente, não tem qualquer legitimidade. No capítulo de simples obras de conservação e reparação, podemos incluir a impermeabilização dos pavimentos do eirado da torre N e do extradorso da abóbada da actual Porta da Vila, bem como a colocação de portas.

A reconstrução da torre O do castelo (Figs. 6.2.44 e 6.2.45) realizou-se por analogia com elementos preexistentes, em número suficiente para que a intervenção se tenha feito sem grandes dúvidas. No entanto, os materiais novos incorporados não ficaram reconhecíveis ou delimitados, estabelecendo-se a confusão entre substância histórica e obra reconstruída. Relativamente à reconstrução das escadas, não temos elementos para análise, devido ao deficiente levantamento do existente.

Foi a todos os títulos incorrecta a “reconstrução” do torreão do tramo SO da cerca (Figs. 6.2.46 e 6.2.47). De facto, nenhuma preexistência conduziria à reconstrução que foi realizada. Este torreão estava adaptado, tal como todos os outros da cerca, à nova pirobalística, possuindo uma guarita e o eirado transformado numa barbeta corrida. A reconstrução, ou melhor, a construção de ameias por analogia com as do castelo, não tem, assim, qualquer legitimidade. Note-se, também, que nenhum outro torreão da cerca apresenta tal ameado. No princípio do séc. XVI, as ameias deste torreão eram do tipo primitivo (Fig. 6.2.2), e nada nos faz prever que a construção das novas ameias do castelo, que, como já referimos, pensamos ter acontecido durante o séc. XVI, se tivessem estendido aos torreões da cerca. Nesta altura, as preocupações defensivas ditavam um formulário novo - caso do torreão oitavado - resultando a construção das esbeltas ameias do castelo, mais como acto de nobilitação arquitectónica do que defensivo. De qualquer forma, a construção deste tipo de ameias no torreão em causa é completamente abusiva, já que não havia, no próprio torreão, qualquer reminiscência que permitisse uma reconstrução por analogia, como aprovámos nalguns casos anteriores.

O que dissemos para Alter do Chão também aqui o defendemos: se as reconstruções são inadmissíveis ao nível da obra de arte, porque intervêm no momento

da criação, dando origem a um falso histórico, já não o serão ao nível de simples estruturas (muralhas, adarves, ameias, torres, cortinas, merlões, canhoeriras, etc.), que na arquitectura militar não são mais do que paredes de alvenaria a responder, de forma prática, a funções de carácter estritamente militar. São estruturas que pertencem mais ao domínio da engenharia militar do que ao da arte, já que não constituem formas de expressão com intenção estética. Ora, restaurar as nossas fortificações medievais e modernas, que são sempre construções militares estratégicas, sem a aura artística e senhorial que apresentam na Europa transpirenaica, tem forçosamente que incluir alguma reconstrução. Ainda que essa reconstrução não tenha o rigor da *anastilose*, ela poderá admitir-se quando possa ser documentada, mesmo por analogia. Quanto à pedra utilizada, deveria ser contrastante, mas sempre harmónica do ponto de vista estético. Ou então, a linha divisória entre as partes originais e as reconstruídas deveria ser claramente marcada pela introdução de elementos cerâmicos.

Se não admitirmos a reconstrução documentada neste tipo de monumentos, restamos uma atitude romântica, ruskiniana, com grave prejuízo para a sua utilização para fins culturais, turísticos, etc.. Obviamente que não se admite nesta filosofia de intervenção o restauro em estilo, já que este se realiza independentemente das provas documentais, por organicismo, chegando-se a corrigir as obras primitivas e autênticas quando elas não correspondiam inteiramente aos modelos teorizados ou imaginados pelos restauradores.

Ao reconstruir alguns elementos arquitectónicos com base nas preexistências, a DGEMN mais não fez do que recuperar, não o original, mas o resultado de múltiplas reconstruções ao longo dos séculos. Já referimos atrás a reconstrução de muralhas em 1797⁹⁵. Em 1818, na *Informação do estado em que se achava o Castelo da Praça de Campo Maior com o mez de Janeiro de 1818*⁹⁶, descrevia-se o castelo como *uma espécie de cidadela em figura trapezóide com muralhas de maior altura guarnecidas de ameias*. Nesta mesma descrição refere-se que a torre O do castelo estava guarnecida de ameias e que as torres da cerca e respectivas muralhas seriam rebaixadas quanto necessário *para não ficarem descobertas da campanha*. Como se prova, as ameias do

⁹⁵ DUBRAZ, J., *ob. cit.*, p. 320. Matias José Dias Azedo mandou esgotar os lagos em 1797, gastando-se nessa altura *quasi 100 contos de réis na reconstrução das muralhas, trabalho longo e afinal interrompido pelo cerco de 1801*, demolindo-se nessa altura o forte de São João.

⁹⁶ Arquivo Histórico Militar, Inspeção das Fortificações e Obras Militares (Arquivo), doc. de 1818, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 57, Número 22.

castelo já existiam antes das intervenções do Estado Novo. Elas foram construídas ou reconstruídas no séc. XVIII, após a explosão de 1732, e tomaram-se como modelo na reconstrução em análise. Pena foi que os novos materiais incorporados não se possam identificar, como o aconselhava já o Ponto VI da Carta de Atenas (1931) e o Art. 12º da Carta de Veneza.

O importante monumento militar que Campo Maior constituía, foi-se pervertendo, face à devoradora expansão urbana, sendo assimilado com a complacência, a falta de tenacidade (e de autoridade?) do aparelho de Estado, perante interesses imediatistas da população e da autarquia. Quarenta e oito anos decorreram também sem que a investigação arqueológica fizesse reaparecer a primitiva vila, soterrada pela grande catástrofe, ou será que todos os materiais se recolheram e reempregaram? Caso contrário, excelente espólio museológico se constituiria. Os enormes armazéns de material de guerra, que permanecem dentro da cerca e do castelo, à espera de qualquer função adequada, seriam óptimos espaços para expor os achados de menor dimensão, achados que poderiam trazer à superfície épocas muito recuadas da história do lugar.

As técnicas seguidas aproximaram-se, sempre que possível, das tradicionais, o que é aconselhável (Art. 10º da Carta de Veneza), mas não podemos estar de acordo com a prescrição sistemática do cimento, que todavia não se detecta hoje, ao olharmos para as torres, muralhas e cortinas refeitas. O que está patente é sempre o emprego de cal hidráulica, com excepção do revestimento interior da sala da torre N do castelo, onde se denuncia claramente a utilização do cimento, tornando-se esteticamente desagradável. Já a Carta de Atenas (1931) aconselhava a sua dissimulação (Ponto IV - Os Materiais de Restauro).

6.2.7 INTERVENÇÕES URGENTES E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

É urgente iniciar o processo de libertação das fortificações abaluartadas de uma ocupação clandestina, ilegal, abusiva e destruidora, equacionando-se com bom senso, mas com rigor, os direitos entretanto adquiridos. Com esta ocupação, tornam-se improdutivas e inconsequentes as intervenções de conservação e restauro, o monumento

degrada-se cada vez mais e perde-se a esperança por uma dinamização cultural e turística que o monumento merece.

Consideramos ainda urgentes as seguintes obras:

- Impermeabilização de coberturas e paredes, sobretudo as do armazém encostado ao paramento exterior da muralha E do castelo e as da antiga matriz, na sua ligação com o tardo da Capela do Senhor dos Aflitos.

- Desentulhamento do poço do castelo e construção da boca com sistema de segurança.

- Limpeza da grande cisterna S e reparação das suas ligações com a cisterna que existe junto à Igreja do Senhor dos Aflitos; construção dum sistema de recolha e canalização de águas pluviais para as cisternas; construção de acesso para visitas turísticas e iluminação.

- Impermeabilização da parte soterrada do paramento interior da muralha NO do castelo e colocação de tubagem furada para escoamento de águas pluviais infiltradas no terreno.

- Reforço estrutural da muralha SO da cerca urbana medieval.

- Restauro de alvenarias em todo o perímetro da fortificação abaluartada.

Do ponto de vista da fruição turística, era igualmente importante a colocação de sinalética detalhada, a constituição de um espaço museológico que servisse de centro de interpretação e a edição de materiais sobre as fortificações (monografia, desdobrável, etc.).

A médio e longo prazo, seria importante a elaboração de um plano de escavações arqueológicas, no interior da cerca urbana medieval e castelo, com vista à descoberta de estruturas arquitectónicas antigas, nomeadamente da vila velha, arrasada em 1732, e a utilização dos antigos armazéns militares para fins culturais, nomeadamente museológicos.

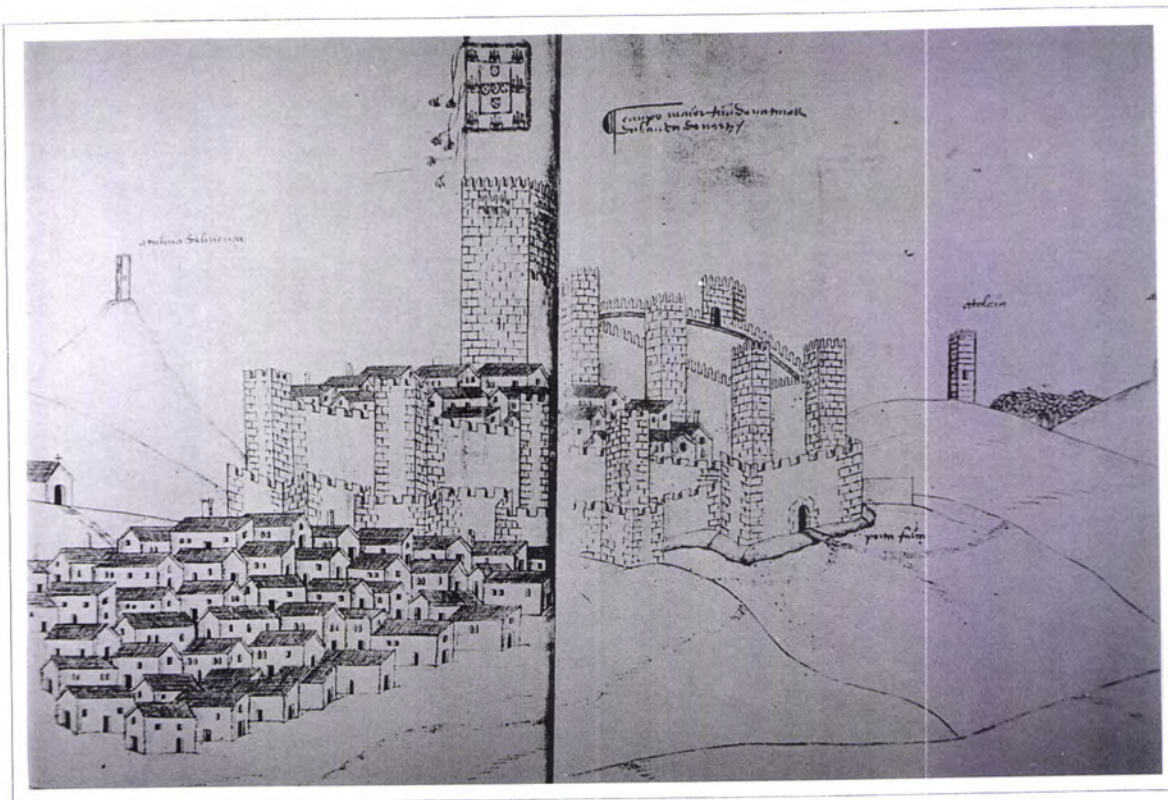


Fig. 6.2.1 - Panorâmica de Campo Maior vista de N no princípio do séc. XVI
(desenho de Duarte d'Armas)

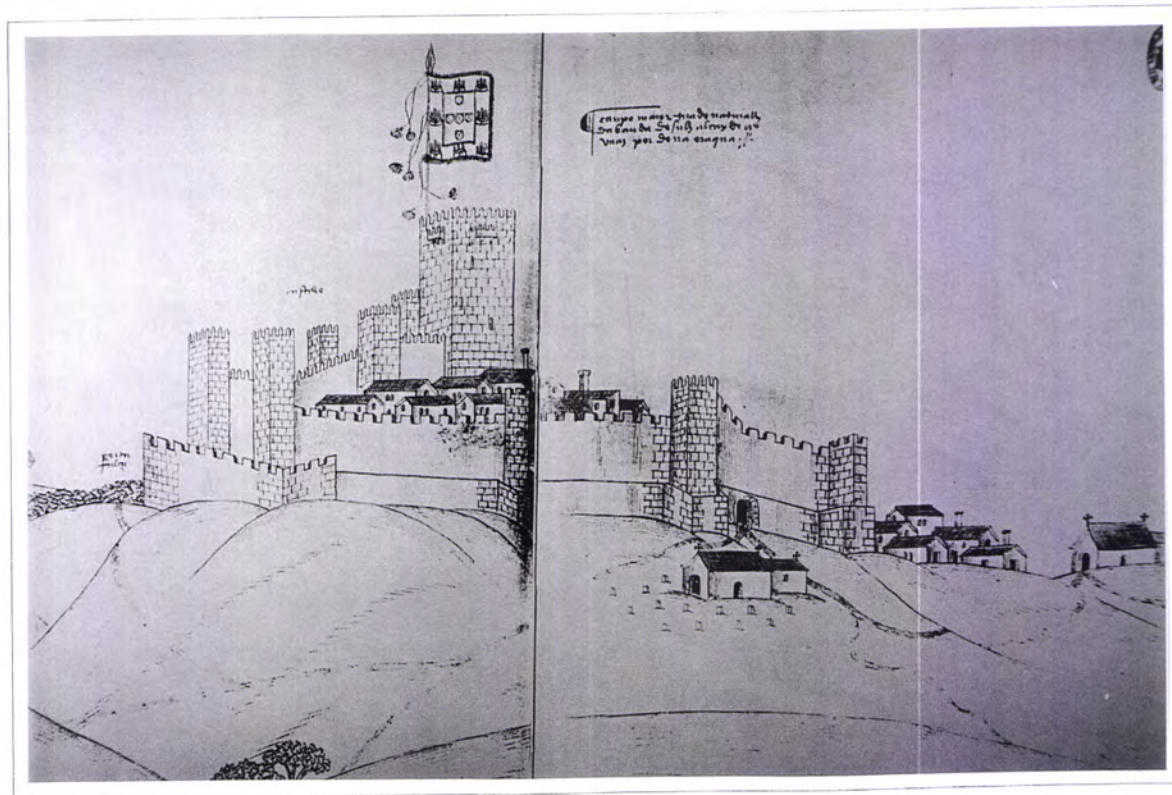


Fig. 6.2.2 - Panorâmica de Campo Maior vista de S no princípio do séc. XVI
(desenho de Duarte d'Armas)

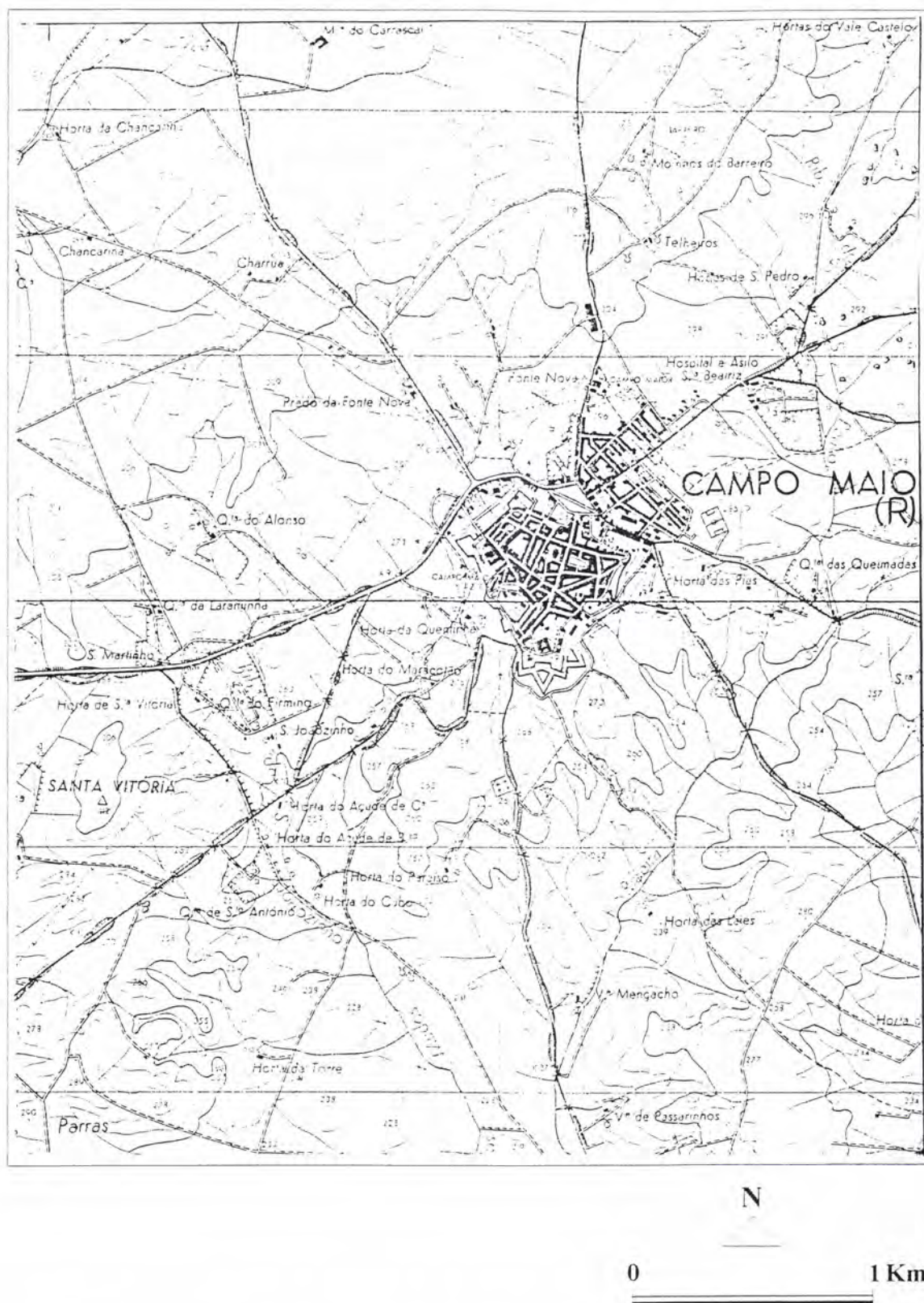


Fig. 6.2.3 - Localização das fortificações de Campo Maior na Carta Militar de Portugal, Folha nº 400, Serviço Cartográfico do Exército, 1966.

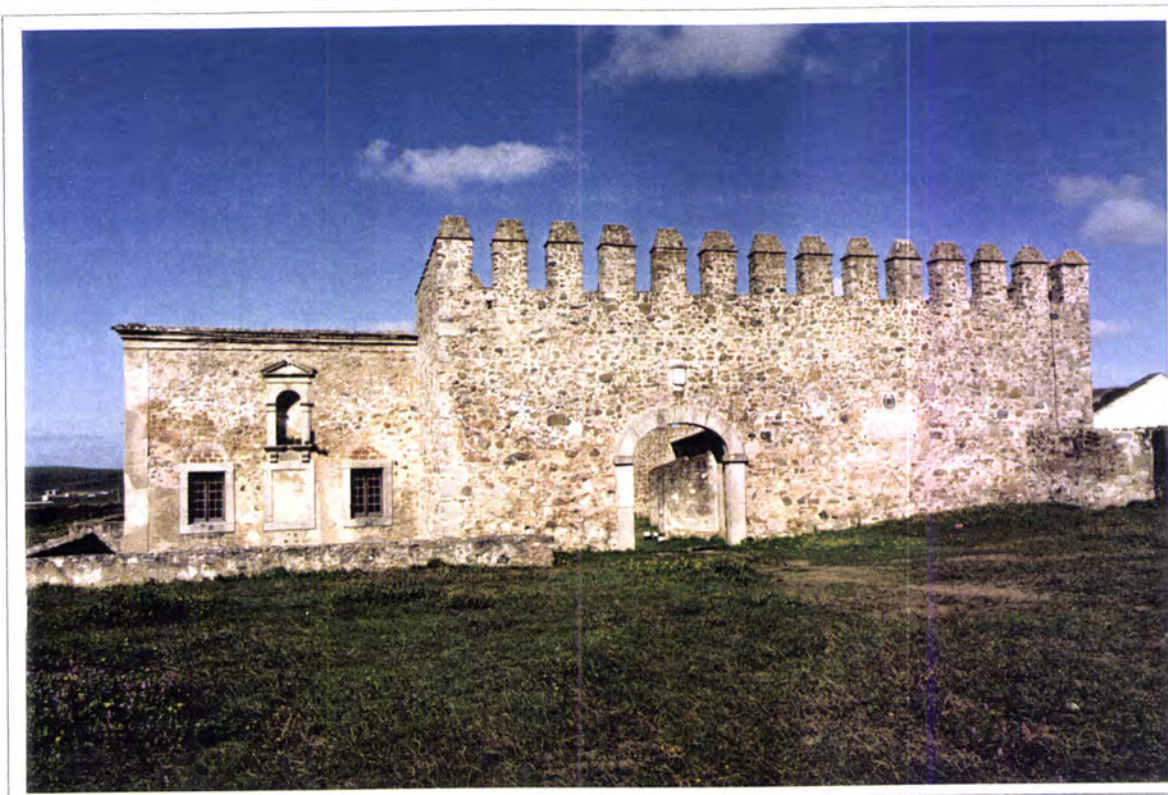


Fig. 6.2.4 - Castelo de Campo Maior. Muralha SE com portão de entrada e frontaria do paiol setecentista



Fig. 6.2.5 - Castelo de Campo Maior. Pátio. Armazém militar



Fig. 6.2.6 - Castelo de Campo Maior. Pátio, vendo-se os contrafortes da muralha S0 que terão servido, simultaneamente, para empilhar balas de canhão

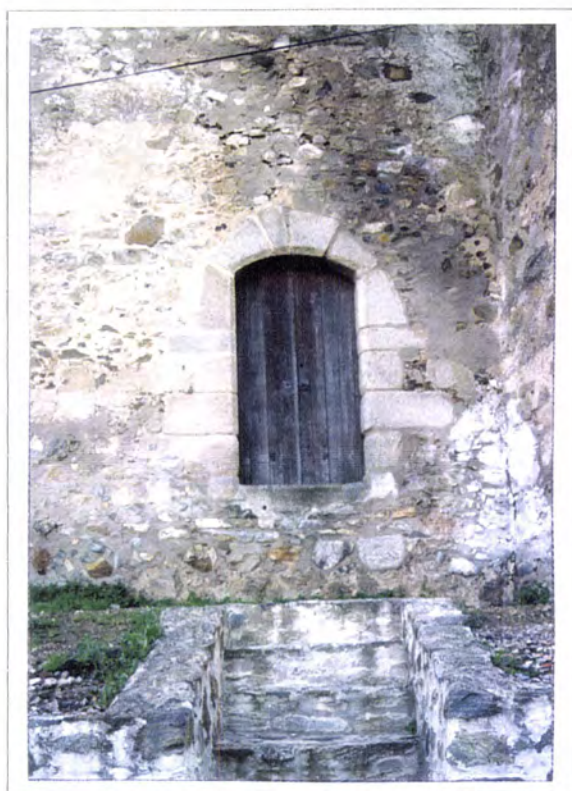
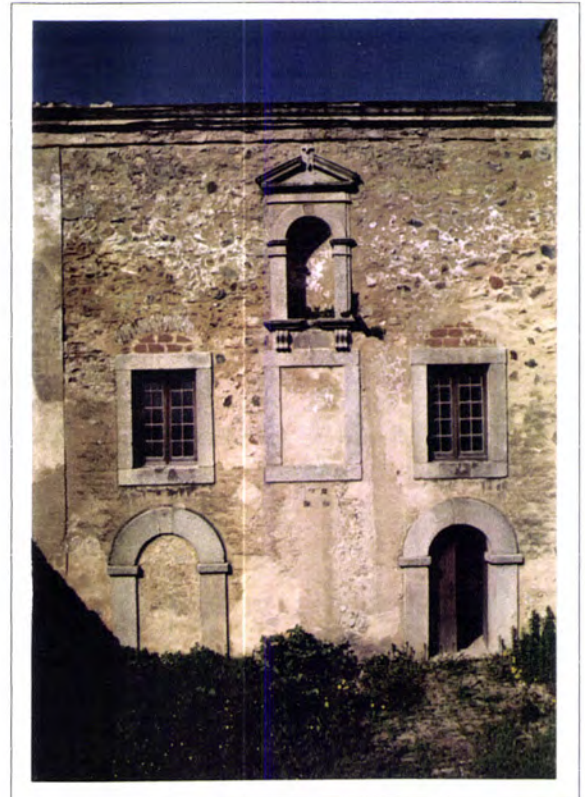


Fig. 6.2.7 - Castelo de Campo Maior. Porta falsa vista do exterior



*Fig. 6.2.8 - Castelo de Campo Maior.
Janela da torre N*



*Fig. 6.2.9 - Castelo de Campo Maior.
Frontaria do paiol setecentista*



Fig. 6.2.10 - Imagem de Santa Bárbara (Museu de Arte Sacra)

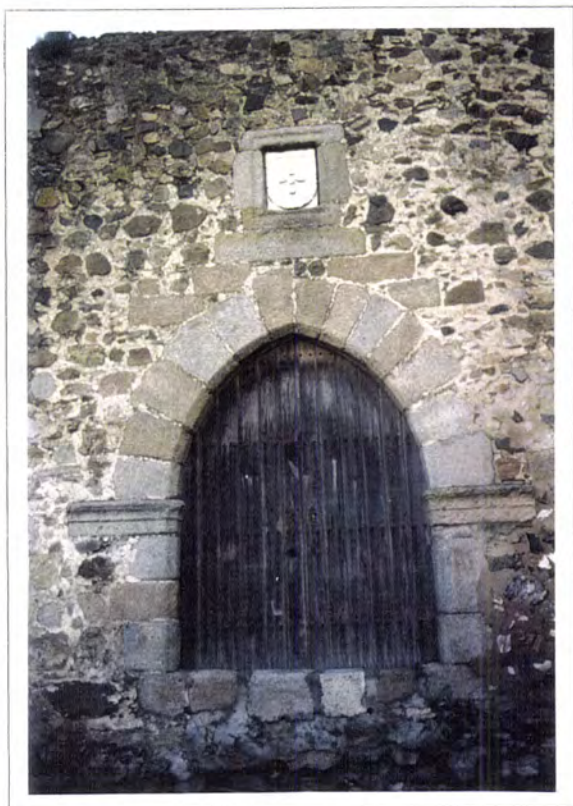
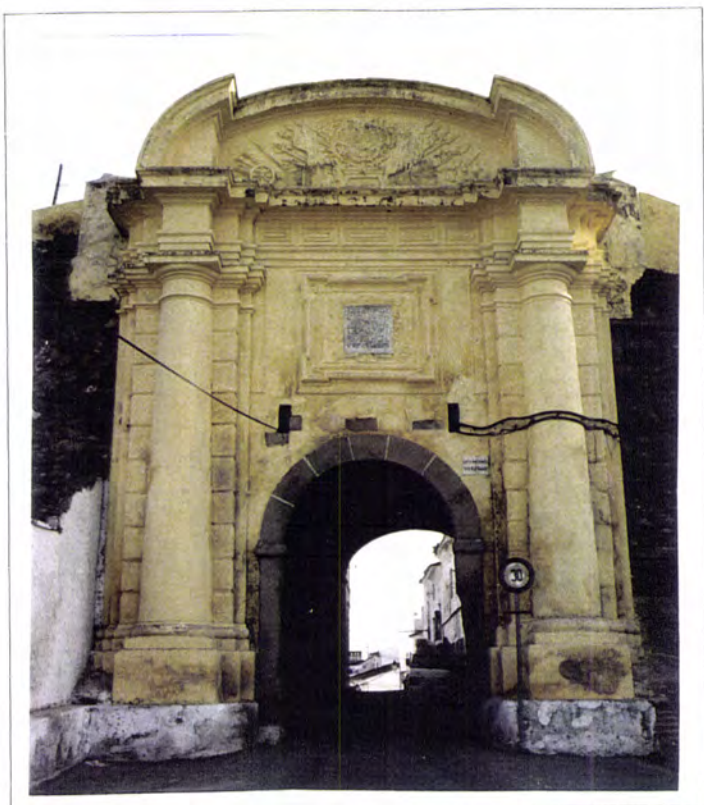


Fig. 6.2.11 - Castelo de Campo Maior. Cerca urbana. Porta falsa do tramo SO

Fig. 6.2.12 - Castelo de Campo Maior. Cerca urbana. Escudo sobre a porta falsa do tramo SO





*Fig. 6.2.13 - Fortaleza de Campo Maior.
Porta da Vila ou de Santa Maria*



*Fig. 6.2.14 - Fortaleza de Campo Maior. Meio baluarte de Lisboa
com o revelim que protege a Porta da Vila, em primeiro plano*



Fig. 6.2.15 - Fortaleza de Campo Maior. Meio baluarte do Curral dos Coelhos a proteger a fortificação medieval



Fig. 6.2.16 - Fortaleza de Campo Maior. Baluarte de Santa Cruz



Fig. 6.2.17 - Fortaleza de Campo Maior. Baluarte do Cavaleiro



Fig. 6.2.18 - Fortaleza de Campo Maior. Muros pertencentes ao antigo meio baluarte do Príncipe



Fig. 6.2.19 - Fortaleza de Campo Maior. Baluarte da Fonte do Concelho



Fig. 6.2.20 - Fortaleza de Campo Maior. Meio baluarte de São Francisco



Fig. 6.2.21 - Fortaleza de Campo Maior. Meio baluarte de Santa Rosa, com orelhão, e Porta Falsa emparedada



Fig. 6.2.22 - Fortaleza de Campo Maior. Baluarte da Boa Vista



Fig. 6.2.23 - Fortaleza de Campo Maior. Meio baluarte de São Sebastião e cortina. Lixeira

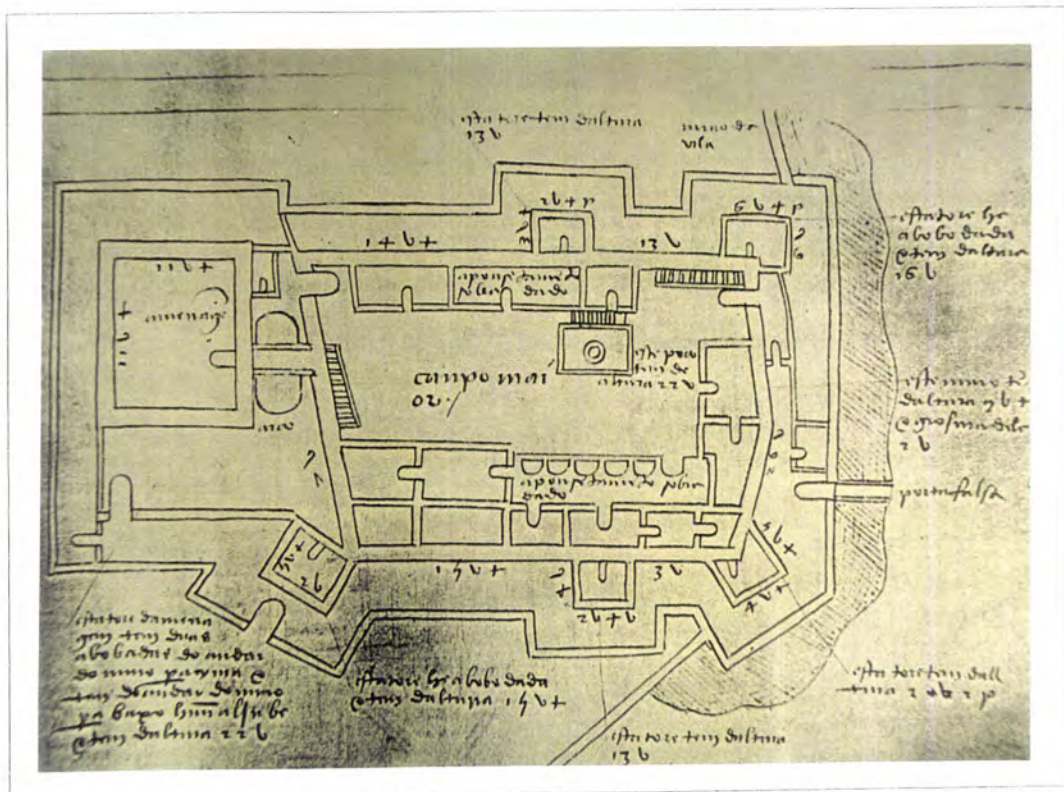


Fig. 6.2.24 - Planta do castelo de Campo Maior no princípio do séc. XVI
(desenho de Duarte d'Armas)



Fig. 6.2.25 - Castelo de Campo Maior. Quartéis adossados ao tramo SO da cerca urbana



Fig. 6.2.26 - Castelo de Campo Maior. Armazém do pátio, interior



Fig. 6.2.27 - Castelo de Campo Maior. Antigas instalações do Corpo de Guarda



Fig. 6.2.28 - Castelo de Campo Maior. Armazém militar onde foi a primitiva matriz



Fig. 6.2.29 - Castelo de Campo Maior. Armazém de víveres encostado ao paramento exterior do tramo NE



Fig. 6.2.30 - Castelo de Campo Maior. Frontarias da prisão e de uma cavalaria

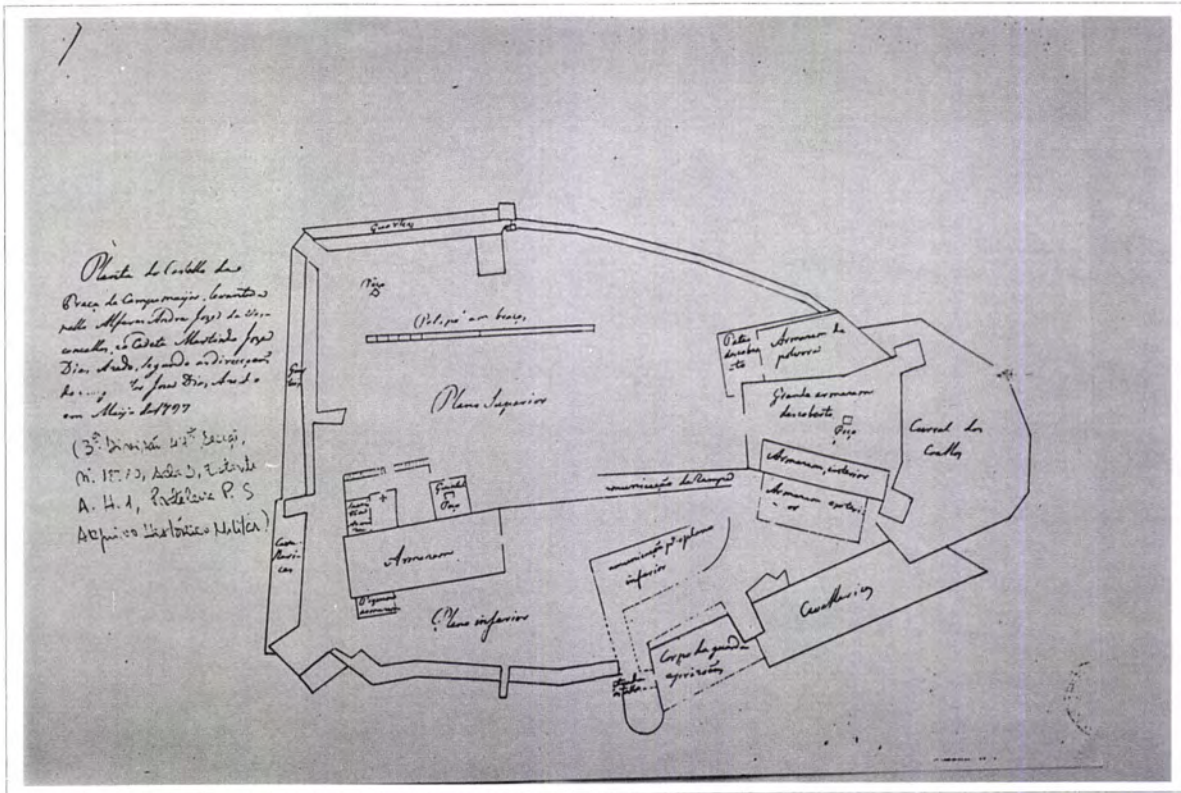
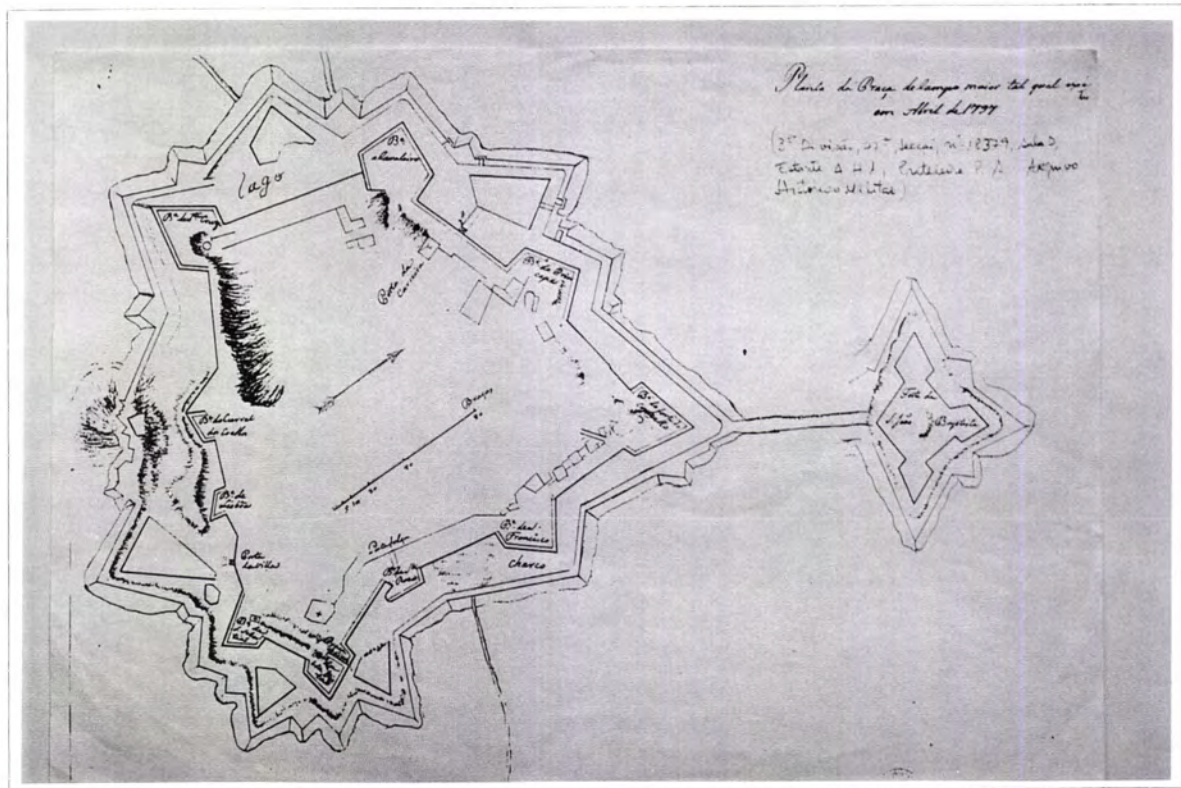


Fig. 6.2.31 - Castelo de Campo Maior. Planta de 1797.

(Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 47ª Secção, nº 18379, Sala D, Estante A H 1, Prateleira P s)



Figs. 6.2.32 - Fortificações abaluartadas de Campo Maior. Planta de 1797.

(Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 47ª Secção, nº 18379, Sala D, Estante A H 1, Prateleira P s)



Fig. 6.2.33 - Fortificações de Campo Maior. Embasamento e escarpa do lado rectilíneo do meio baluarte de São Sabastião

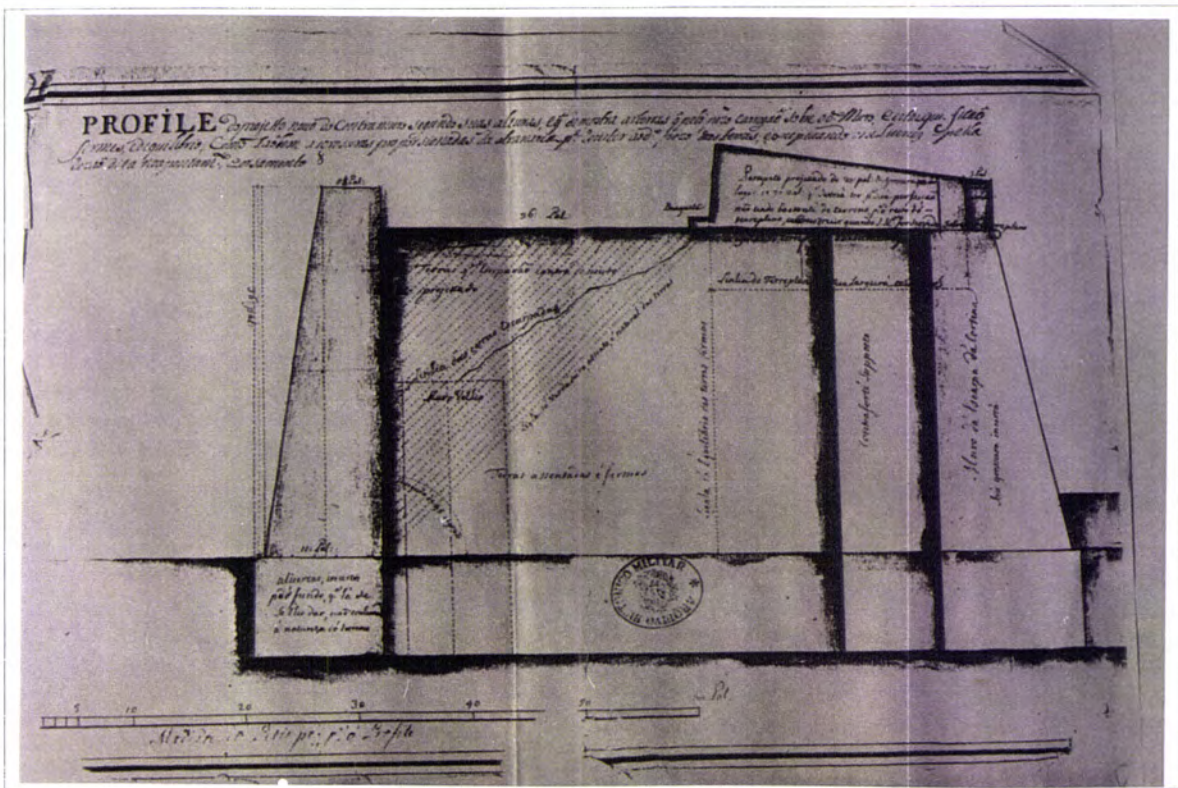


Fig. 6.2.34 - Projecto de construção de muros escarpados (1758)
(Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Nº B6, Caixa 55)



Fig. 6.2.35 - Fortaleza de Campo Maior. Canhoeira com cobertura

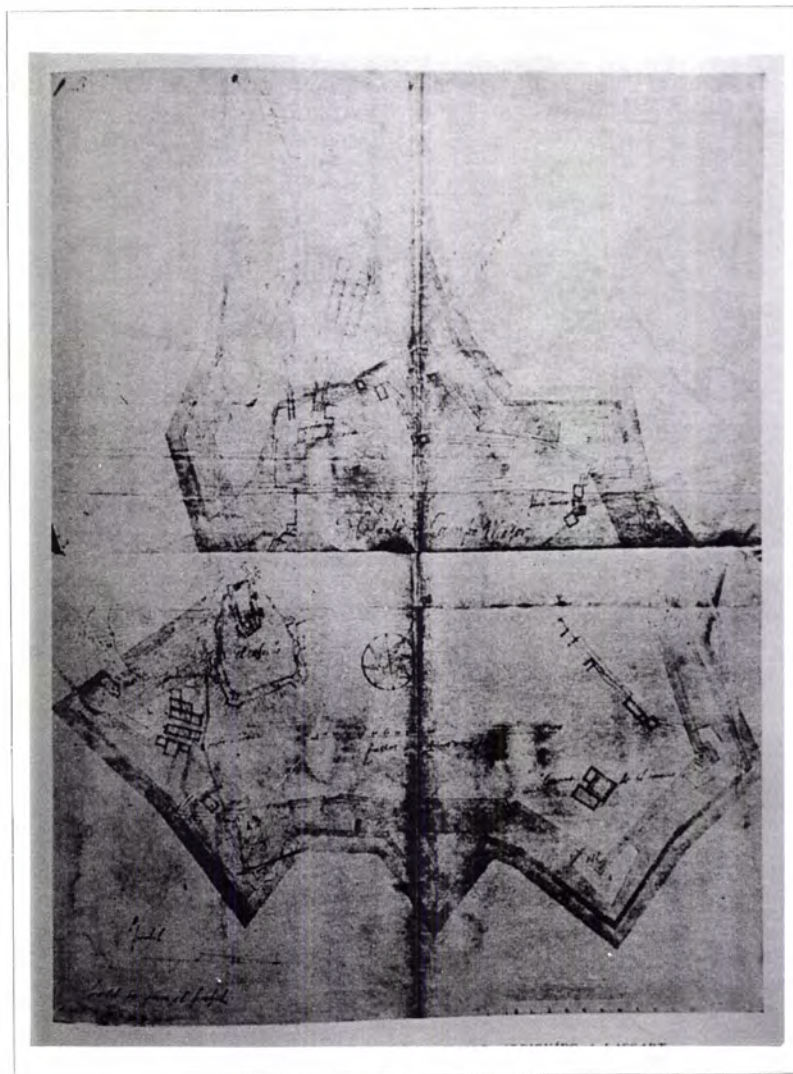


Fig. 6.2.36 - Fortaleza de Campo Maior. Cobertura de uma canhoeira



*Fig. 6.2.37 - Projecto de fortificação abaluartada para Campo Maior
(atribuído a Rossetti)*

(MATTOS, G. de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua obra*. Comissão de História Militar, Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, Estampa XI)



*Fig. 6.2.38 - Projecto de fortificação abaluartada para Campo Maior
(Lassart)*

(MATTOS, G. de Mello de, 1941, Estampa LXXX)
(Ver Anexo XIV)

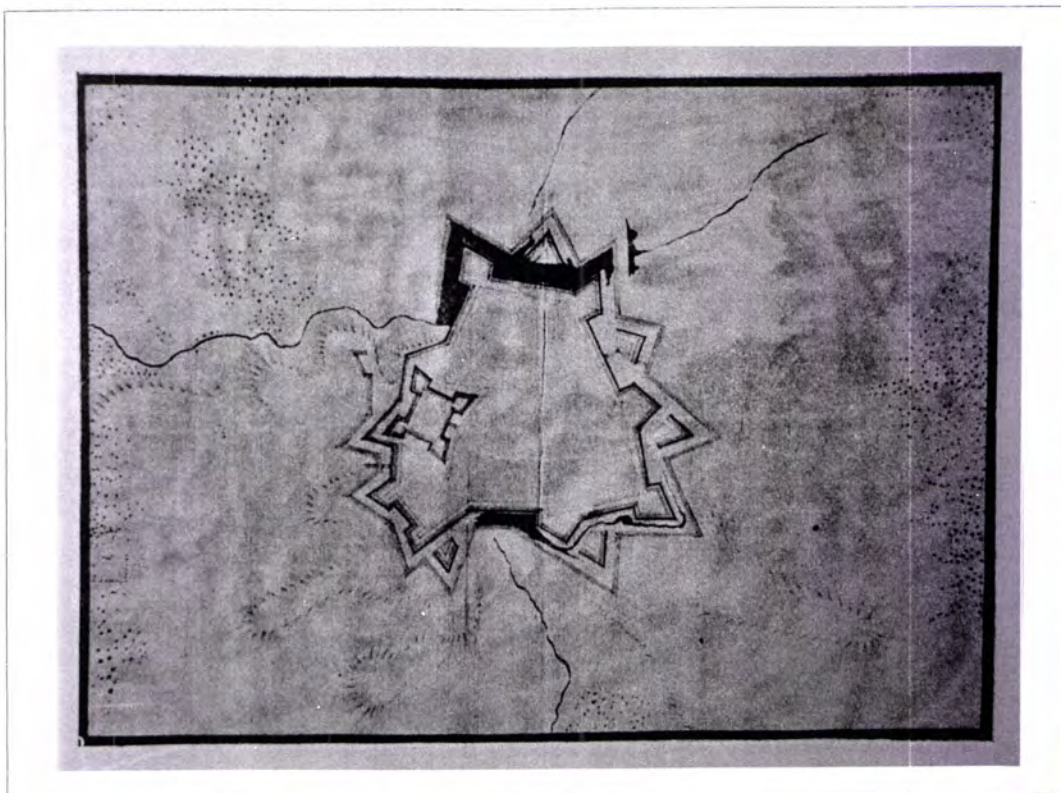


Fig. 6.2.39 - Projecto de fortificação abaluartada para Campo Maior (Nicolau de Langres)
(MATTOS, G. de Mello de, 1941, Estampa XII)

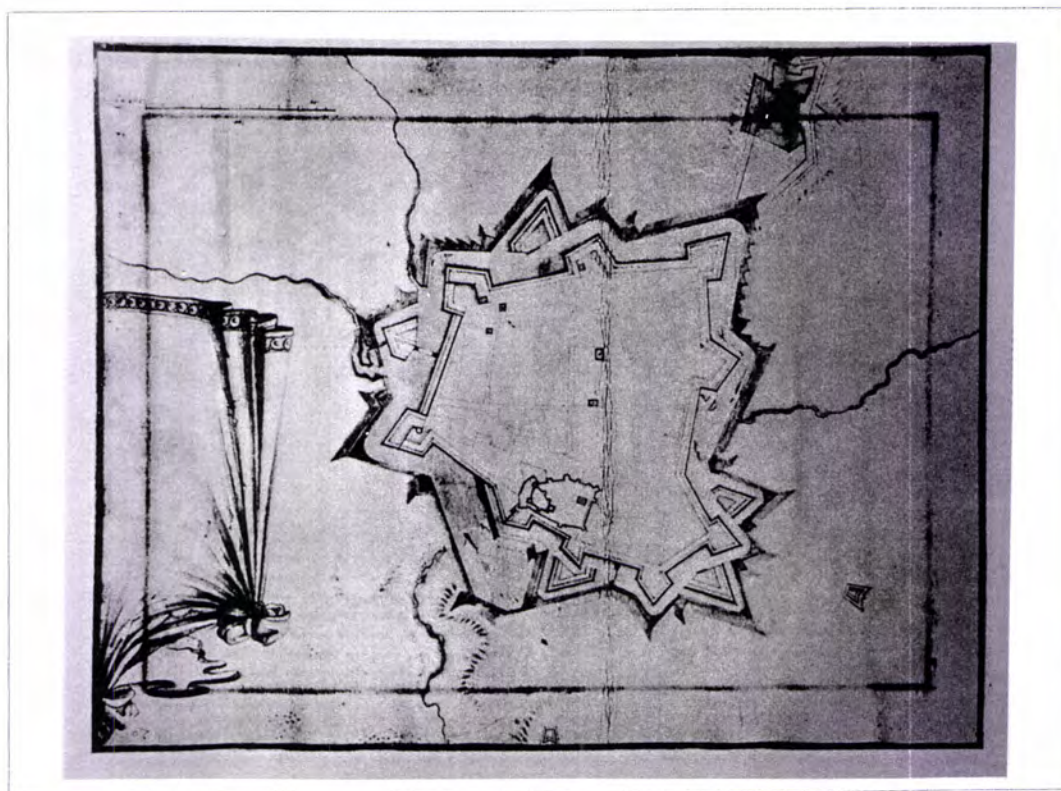


Fig. 6.2.40 - Projecto adoptado para a fortificação abaluartada
de Campo Maior (Nicolau de Langres) (MATTOS, G. de Mello de, 1941, Estampa XXIX)

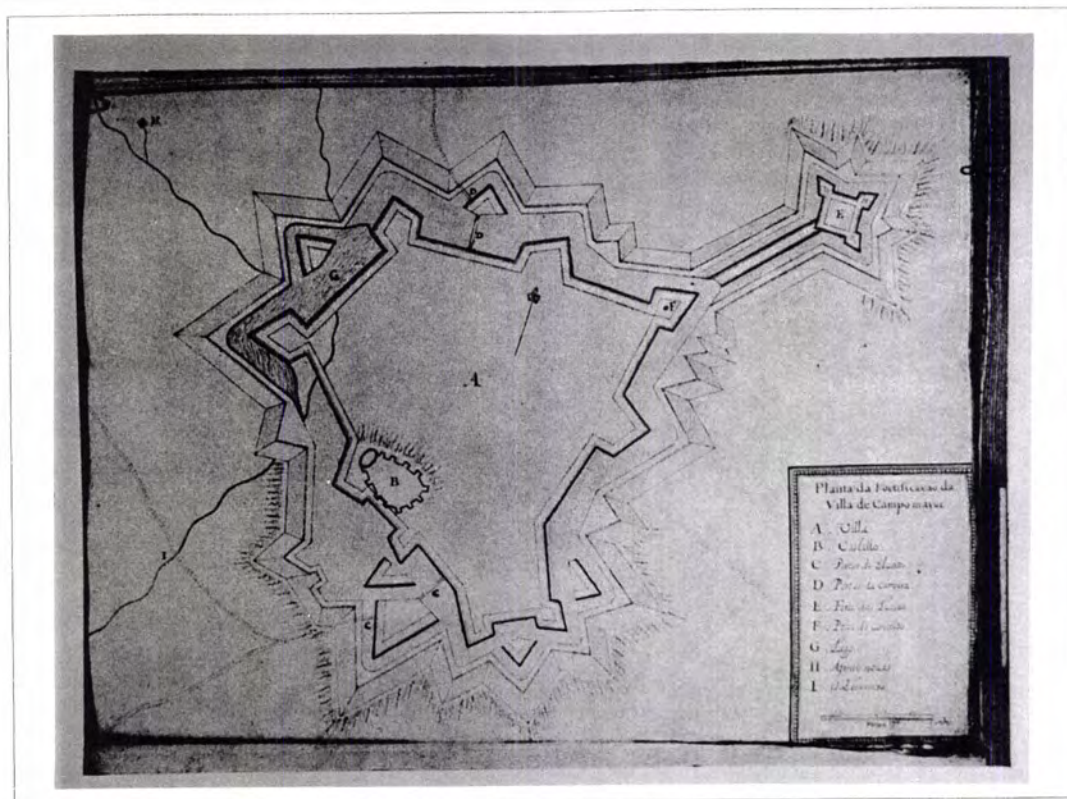


Fig. 6.2.41 - Fortaleza de Campo Maior. Desenhos de João Nunes Tinoco
(MATTOS, G. de Mello de, 1941, Estampa LXXXI)

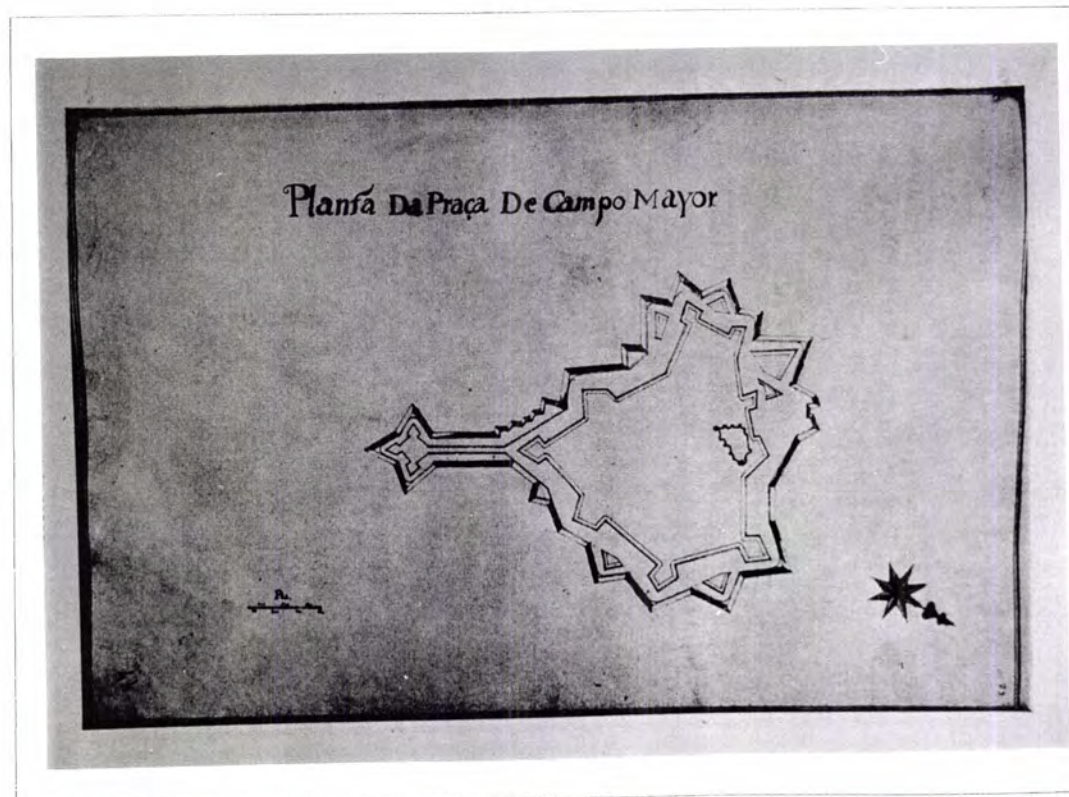


Fig. 6.2.42 - Fortaleza de Campo Maior. Desenhos de João Tomás Correia
(MATTOS, G. de Mello de, 1941, Estampa LXXXII)



N

0 100 m

Fig. 6.2.43 - Vila de Campo Maior. Planta aerofotogramétrica (1980)



Fig. 6.2.44 - Castelo de Campo Maior. Torre poente antes das intervenções de 1942-1945 (foto DGEMN/DREMS)

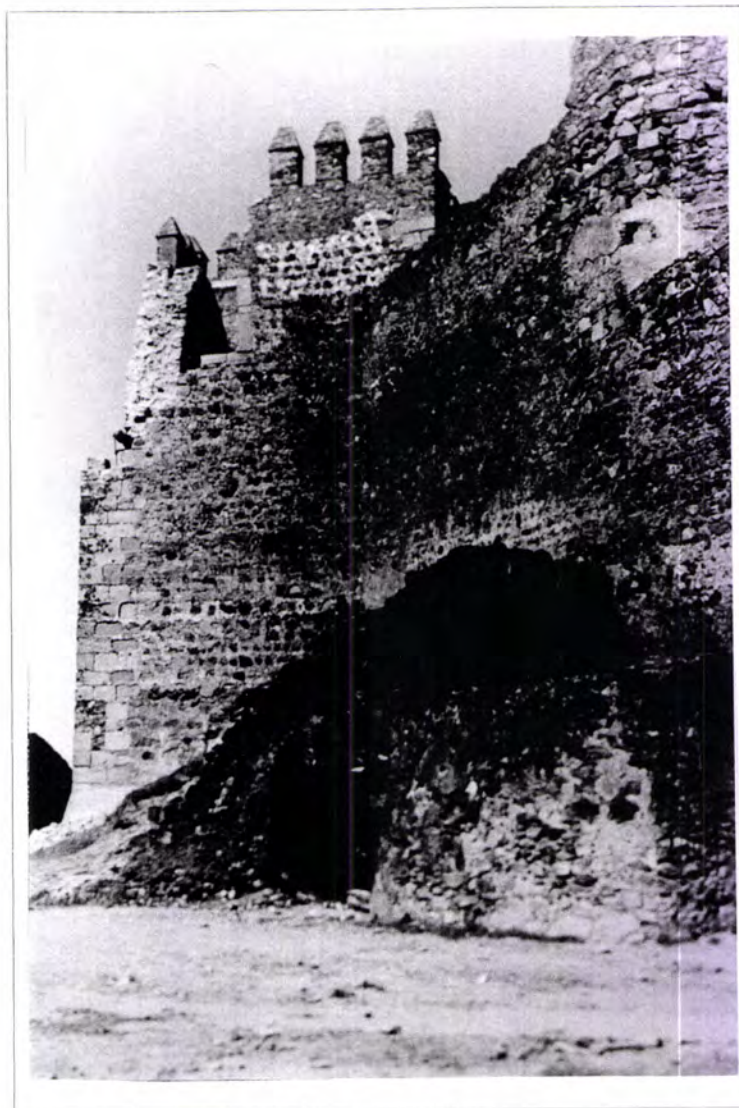


Fig. 6.2.45 - Castelo de Campo Maior. Torre poente, depois de ter sofrido uma derrocada ou uma demolição parcial, antes da reconstrução de 1942-1945 (foto DGEMN/DREMS)



Fig. 6.2.46 - Castelo de Campo Maior. Torreão do tramo SO da cerca antes das intervenções de 1942-1945 (foto DGEMN/DREMS)

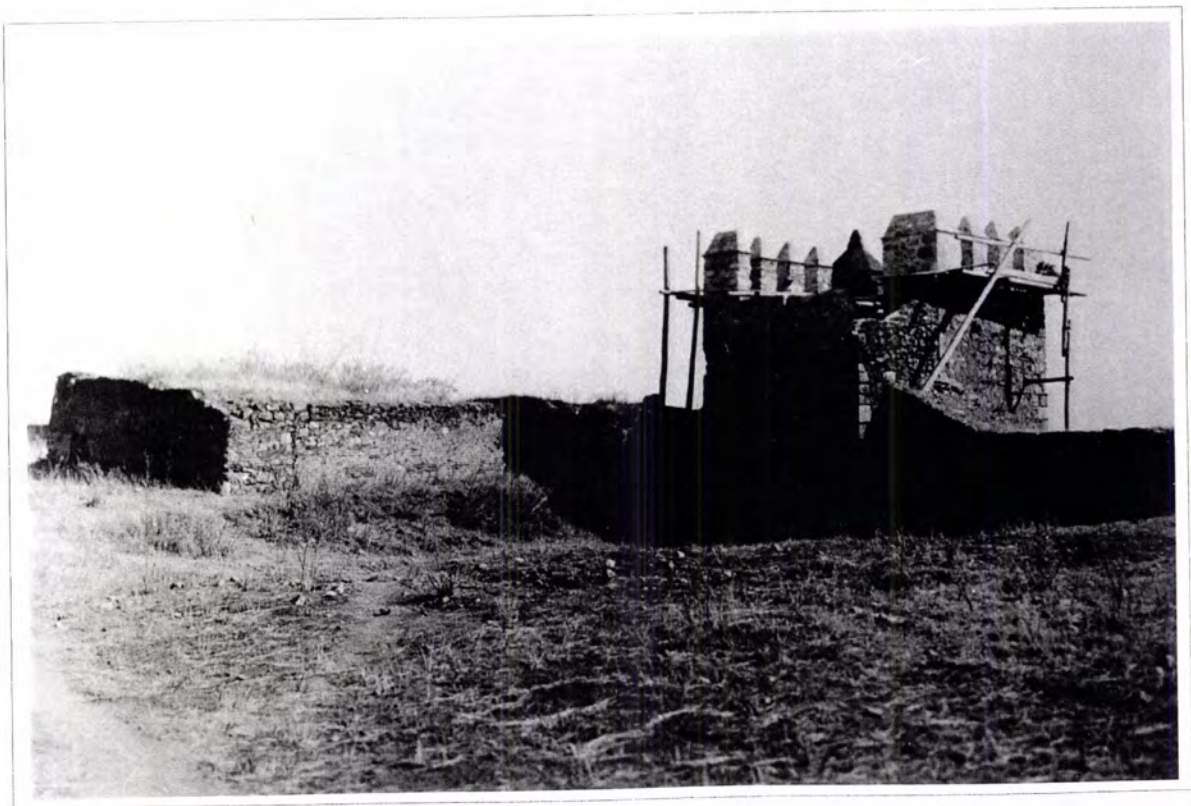


Fig. 6.2.47 - Castelo de Campo Maior. Torreão do tramo SO da cerca durante as intervenções de 1942-1945 (foto DGEMN/DREMS)



*Fig. 6.2.48 - Fortaleza de Campo Maior. Cortina restaurada nas intervenções de 1942-1945
(foto DGEMN/DREMS)*

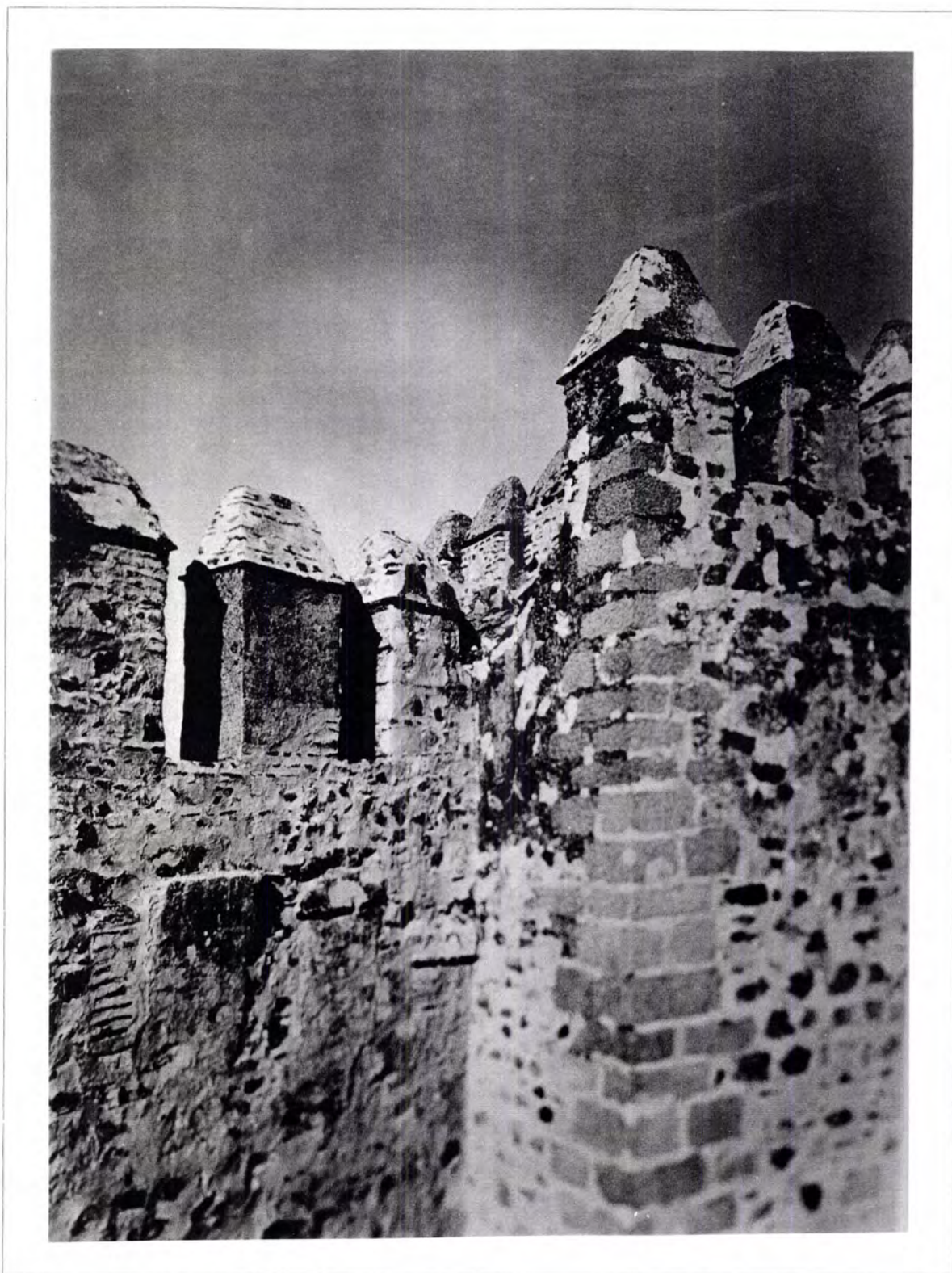


Fig. 6.2.49 - Castelo de Campo Maior. Muralha restaurada nas intervenções de 1942-1945. Sobreposição de ameias (foto DGEMN/DREMS)

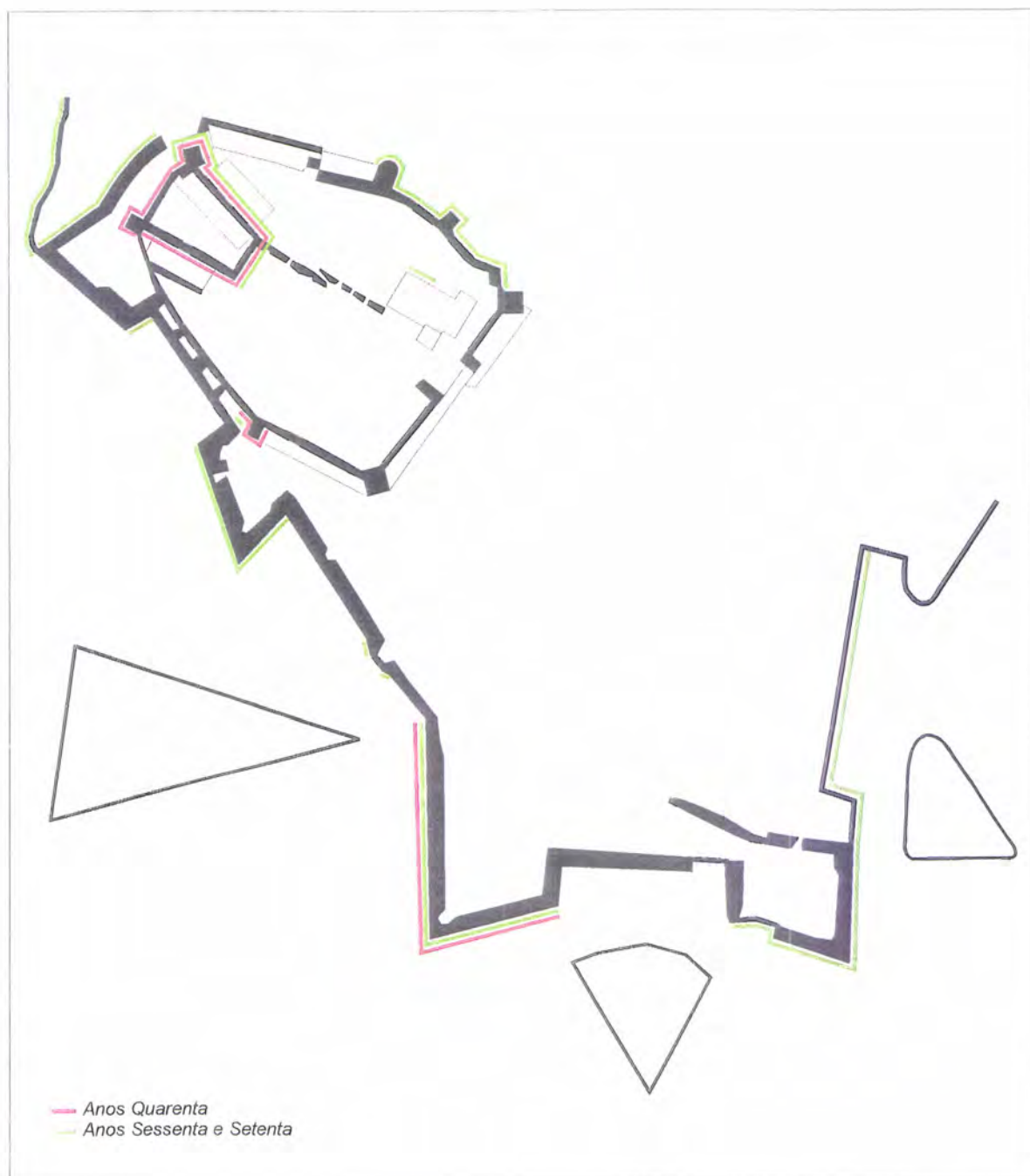


Fig. 6.2.50 - Fortificações de Campo Maior. Zonas intervencionadas pela DGEMN (ou onde se projectaram intervenções) entre 1942 e 1973

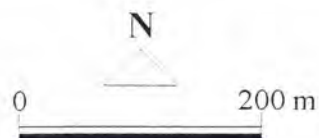
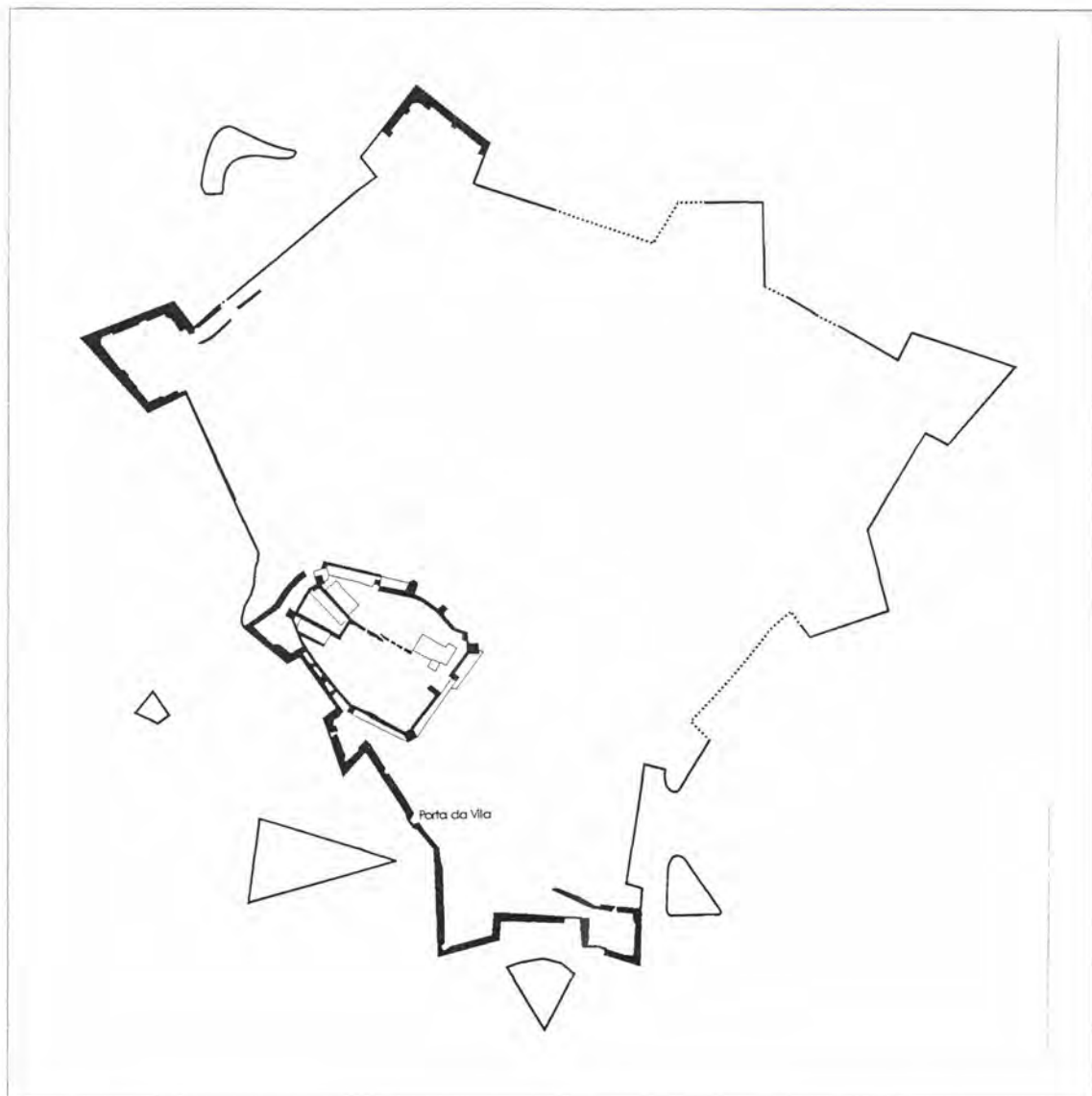


Fig. 6.2.51 - Planta esquemática das fortificações de Campo Maior.

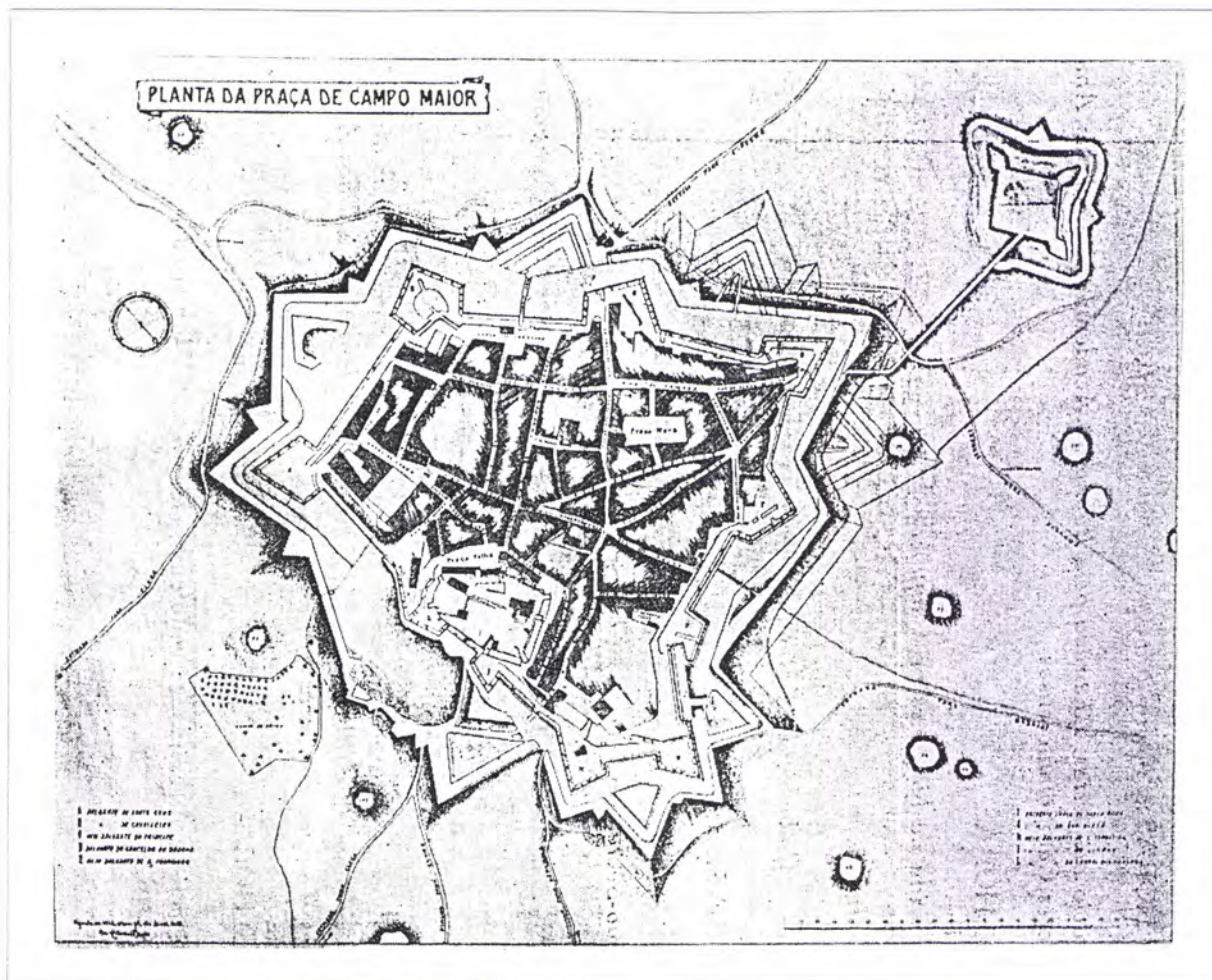
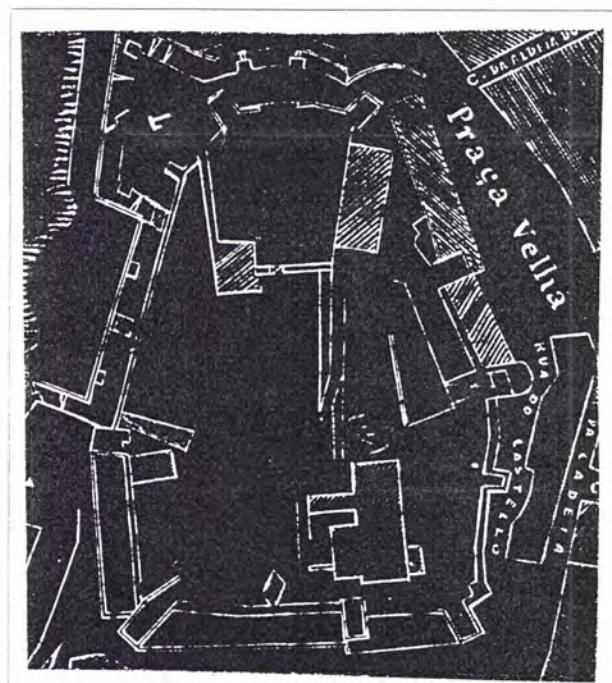


Fig. 6.2.52 - Planta de Campo Maior (séc. XVIII)
(DGEMN/DSID/Câmara Municipal de Campo Maior)



(Ampliação do castelo e cerca urbana medieval)



Fig. 6.2.53 - Campo Maior. Fotografia aérea sobre a zona das fortificações medievais (foto IPPAR)

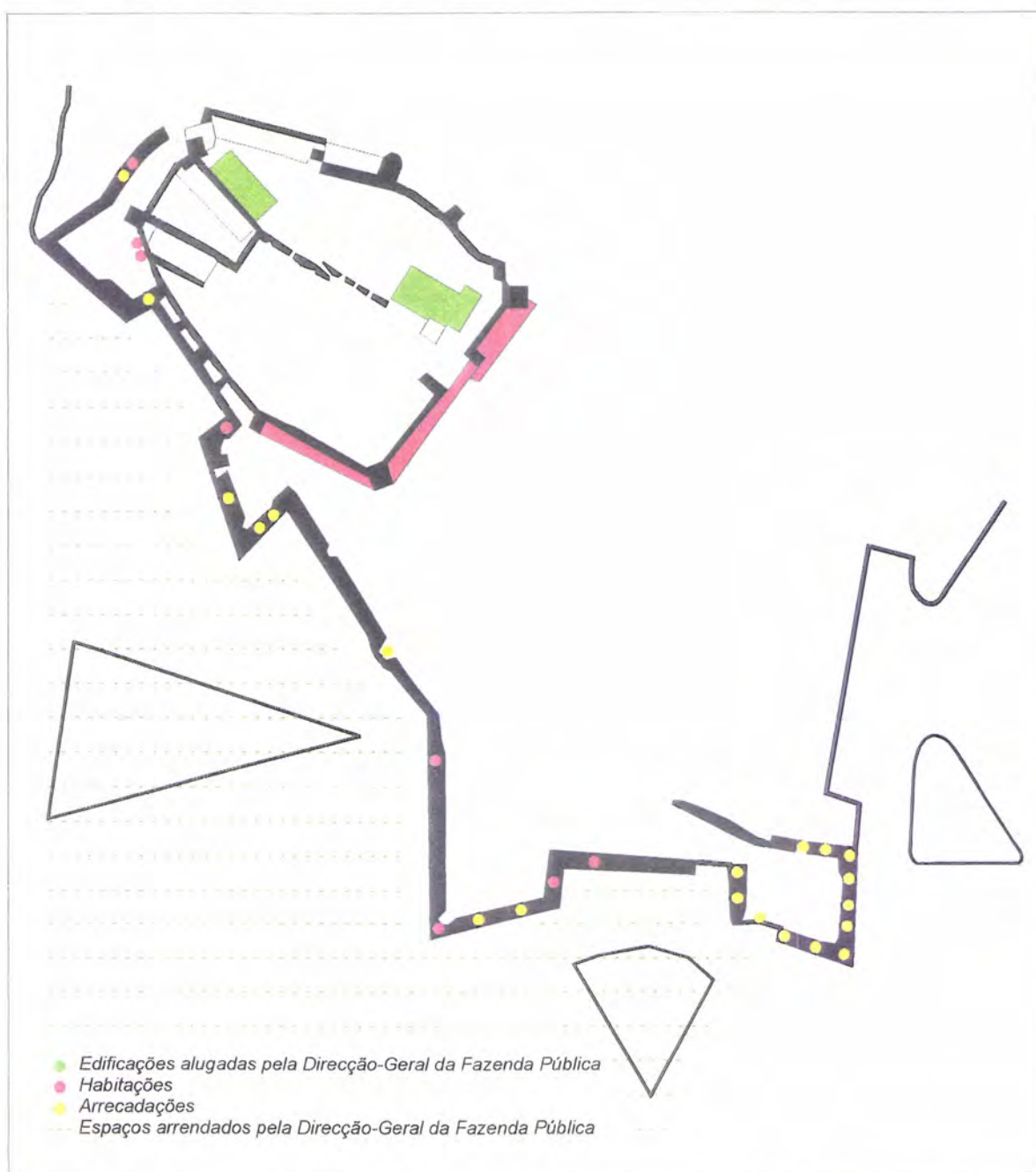


Fig. 6.2.54 - Fortificações de Campo Maior. Espaços ocupados por particulares, em 1973, entre o meio baluarte do Curral dos Coelhoos (a norte) e o baluarte da Boa Vista (a sul)

6.3 FORTIFICAÇÕES DE MARVÃO

6.3.1 NOTA HISTÓRICA

A elevação rochosa sobre a qual estão implantadas a vila e as fortificações de Marvão (Fig. 6.3.1) era designada no séc. X, pelo historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, por *Amaia de Ibn Maruán* e por *Fortaleza de Amaia*¹, entre outras designações semelhantes. Ibn Maruán foi um muladi², *de nobre stirpe emeritense*³, que se notabilizou como caudilho rebelde contra o Emirato de Córdoba, no último quartel do séc. IX. O inexpugnável monte, conhecido em tempos remotos por Hermínio⁴ (daí derivando o topónimo Aramenha, da aldeia que lhe está a SO)⁵, terá servido, de forma contínua ao longo da História, de refúgio fortificado. Idêntica utilização lhe foi dada por Ibn Maruán, que nele se instalou pelos anos de 876/877⁶, derivando do nome do cabo de guerra e (re)fundador da muçulmana Badajoz, o actual topónimo Marvão.

Conquistada definitivamente a linha do Tejo pelos cavaleiros cristãos, em 1147, diz

¹ SIDARUS, Adel - "Amaia de Ibn Maruán: Marvão", *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991, p. 13.

² Autóctone islamizado

³ SIDARUS, Adel, art. cit., p. 15.

⁴ ALMEIDA, João de, *ob. cit.*, p. 140, refere que esta serra se chamava *Hermenho lusitana*, e que os Romanos traduziram por *Herminius Minor*.

⁵ COELHO, P. M. Laranjo - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, s. ed., 2ª edição, s. 1., 1982, p. 8.

⁶ SIDARUS, Adel, *ob. cit.*, pp. 14 e 15.

a tradição que Marvão terá caído em mãos portuguesas entre 1160 e 1166, estando na posse dos Templários em 1167. Não sabemos em que situação ficou Marvão com a grande ofensiva de Almansor, entre 1190 e 1191, que só terá deixado Évora, das cidades importantes, por reconquistar. Mas em 1214 fazia parte das terras de Castelo Branco, e em 1217, D. Afonso II doa, ao Mosteiro de Alcobaça, o Reguengo da Aramenha⁷.

Marvão recebe o primeiro foral em 1226⁸, no reinado de D. Sancho II, sendo a definição do seu termo, que englobava a quase totalidade do actual Distrito de Portalegre, uma prova do seu alto valor geoestratégico.

D. Afonso III terá doado a povoação fortificada à Ordem do Hospital e, posteriormente, ao seu filho D. Afonso, em 1271. Esta doação obrigaria D. Dinis a apossar-se do castelo, em 1299, impedindo que a importante fortificação caísse em mãos castelhanas, uma vez que as filhas do seu irmão Afonso estavam casadas com fidalgos do reino vizinho.

O foral de 1226 foi confirmado por D. Dinis em 1299, e Marvão, Portalegre e Arronches, castelos da propriedade de D. Afonso, foram trocadas por Sintra e Ourém em 1300. A fortificação foi reconstruída, e o povoado, como tantos outros no reinado de O Lavrador, mas também “urbanista”, conheceu a sua verdadeira formação/expansão. Expansão explicável pelo clima de paz que a conquista definitiva do Algarve (1249/1250) e a definição da fronteira com o país vizinho, pelo Tratado de Alcanizes, em 1297, trouxeram a todo o país.

Os sécs. XIV e XV marcarão decisivamente o povoamento da vila. Em 1378 foi coutada para homiziados, *ataa duzentas pessoas*⁹, recebendo privilégios vários, potenciadores do povoamento do lugar, em 1407, 1436 e 1497¹⁰. A expansão urbana trouxe, em consequência, a construção de uma cerca que abraçou a vila e se abriu ao exterior através do Postigo do Torrejão¹¹, das Portas da Vila e das Portas do Ródão ou da Roda¹².

⁷ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p.189.

⁸ Por comparação, note-se que Cáceres recebe o seu primeiro foral em 1227, Elvas em 1229 e Badajoz em 1230.

⁹ MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 105.

¹⁰ MORENO, Humberto Baquero, *ob. cit.*, pp. 105 e 106.

¹¹ Este Torrejão poderá corresponder ao que é hoje o baluarte NE da fortificação abaluartada do Postigo do Torrejão, como se infere da descrição do COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaldes-Mores e Principaes Governadores*, Tip. Adolpho de

A vila de Marvão, que ainda hoje se conserva intramuros (Figs. 6.3.2 e 6.3.4), vem então a constituir-se ao longo do caminho mais curto e fácil de percorrer sobre a imensa crista quartzítica. Este caminho liga as Portas da Vila ao castelo (Rua das Portas da Vila, Praça do Pelourinho, Rua do Espírito Santo e Rua do Castelo). Por outro lado, o acesso a Marvão, a partir da (sua) Portagem - que se desenvolveu à volta da ponte quinhentista sobre o Rio Sever -, far-se-ia pelo caminho empedrado que parte das proximidades deste local e chega, ainda hoje, próximo das Portas da Vila. Ainda no séc. XVIII, este caminho aparece desenhado numa *Planta da Praça de Marvão*¹³ (1755), do Livro de Miguel Luís Jacob, designado como *Estrada de Portalegre* (Fig. 6.3.3). Note-se que, embora as Portas de Ródão estejam linearmente mais próximas do castelo, entre estes dois lugares interpõe-se uma escarpa rochosa colossal. Na planta de 1755 estão ainda referenciados outros dois caminhos: o que das Portas de Ródão se dirige para N, designado por *Estrada de Castelo de Vide*¹⁴, que passaria pela Escusa¹⁵, e outro que, saindo das Portas da Vila, passa a NO do Convento de Nossa Senhora da Estrela e se dirigia para Valência, estando designado por *Estrada de Valência*.

A povoação constitui-se então, ao longo dos sécs. (XIV-XVI), no interior de um espaço de desenho trapezoidal (Fig. 6.3.4) orientado na direcção NO/SE, área defendida por uma cerca urbana que só necessitaria de barbacã nas zonas NE/E/SE. Datam daqueles séculos todos os edifícios religiosos, com excepção da Igreja do Calvário

Mendonça, Lisboa, 1916, p. 9: (...) *baluarte quadrado e de bastante largura, a que na vila chamam Torrejão*. Repare-se que este baluarte (irregular) não tem cordão, o que indicia a anterioridade da estrutura. É curioso verificar que, em 1877, se referia a existência de uma (...) *antiga bateria redonda já em ruína (...) que não vem descrita no documento supra, nem nas Memórias Paroquiais de 1758*. O documento que menciona este cubelo encontra-se no Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, N.º 31, (1877) e refere o seguinte: *Levo ao conhecimento de V. Ex.ª que pelo lado do nascente na muralha do castelo desta praça e próximo à caserna existe um portado de alvenaria que dava saída para um pequeno fosso e antiga bateria redonda já em ruínas (...) / Comando Militar da praça de Marvão / Nota das dimensões que contém o fosso e a bateria redonda em ruínas, anexo à muralha do castelo da dita praça. / Comprimento 72 m / Largura 4 m / Altura 1,82 m / Espessura 0,55 m / Resto de uma bateria redonda na extremidade do fosso do lado sul, junto ao portado 2,5 m / Portado do fosso, altura 2 m / Largura do dito 1,20 m / Bateria redonda, altura 2,50 m / Quartel na praça de Marvão, 25 de Fevereiro de 1877, João Gonçalves Ramalho, Major Comandante Militar.*

¹² As duas designações aparecem em plantas dos sécs. XVIII e XIX, embora a designação “de Roda” apareça na maioria dos casos. Actualmente são conhecidas por “Portas de Ródão” por estarem viradas a N, na direcção daquela passagem do Tejo.

¹³ MATTOS, G. de Mello de, *ob. cit.*, Estampa XCIV. DSE, GEAEM, Carta nº 1396, cota 3/40/1390.

¹⁴ Ainda existe parte do primeiro troço deste caminho, sendo visível da estrada que dá acesso às Portas do Ródão. À direita de quem desce, apresenta-se ainda um cruzeiro.

¹⁵ Ainda hoje existem troços antigos, de calçada, na estrada que liga a Escusa à estrada que vem da Portagem para Marvão.

(1804), a saber:

a) Igreja de Santa Maria, sede de freguesia, que já era taxada pelo Bispo da Guarda em 1321¹⁶, a depender religiosamente do Prior do Crato (Ordem do Hospital), construída em estilo gótico¹⁷;

b) Igreja de Santiago, sede de freguesia, que já existia, também, em 1321, a depender religiosamente do Prior do Crato, construída em estilo gótico;

c) Convento de Nossa Senhora da Estrela, extramuros, perto das Portas da Vila, instituto franciscano fundado por Bula do Papa Nicolau V, de 7 de Julho de 1448¹⁸, de que se conserva a igreja, em estilo gótico;

d) Capela do Espírito Santo, fundada em 1573, em estilo da Renascença.

A vila teve o seu apogeu demográfico no séc. XVI - a que não terá sido alheia a entrada de milhares de judeus pela sua fronteira, a partir de 1492 -, decaindo incessantemente no período bélico que começa com a Guerra da Restauração e se estende até ao fim das Guerras Liberais¹⁹. Não mais recuperou até aos nossos dias. Daí que o conjunto arquitectónico pareça ter-se quedado no tempo, apresentando, cerca de 63% dos seus edifícios, elementos decorativos datáveis, estilisticamente, dos sécs. XIII-XVI, ou características arcaicas não enquadráveis estilisticamente. Em consequência de se ter constituído como presídio e como aquartelamento de tropas e de suas famílias, de que ficou a memória da Casa do Governador - belo exemplar do séc. XVII, na Rua do Espírito Santo -, sofreria as agruras da guerra, não mais evoluindo dos pontos de vista demográfico, económico e urbanístico. Perdeu, inclusivamente, importância militar, quando a Praça foi desactivada no séc. XIX. Só o turismo a havia de descobrir a partir dos anos Setenta deste século.

As ruas apresentam o pavimento em calçada portuguesa com ou sem passadeira

¹⁶ CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*, Tipografia Universal, Porto, 1902, anexos.

¹⁷ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 93, refere que esta igreja apresenta, num dos capitéis, decoração lanceolada e espalmada característica dos sécs. XIII e XIV.

¹⁸ Pensa-se que a actividade dos Franciscanos será mais antiga, remontando a meados do séc. XIII, embora se desconheçam os documentos que o provem.

¹⁹ Dados demográficos da vila de Marvão: 1452 hab. em 1527; 600 hab. em 1668; 380 hab. em 1758; 1294 hab. em 1890 (freguesia de Santa Maria); 962 hab. em 1981 (freguesia de Santa Maria). Ver, COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988, pp. 214, 224, 242 e 437. Nicolau de Langres refere 400 habitantes entre 1644 e 1662. Ver MATTOS, Gastão de Mello de, *ob. cit.*, p. 91.

central de lajes de granito, colocadas pela DGEMN em 1947²⁰. Existem também alguns empedrados travados à maneira medieval, por fiadas de pedra a cutelo, cruzando-se ortogonalmente, como na Travessa de Santa Maria. As ruas principais constituem duas diagonais que se cruzam no Praça do Pelourinho, fronteiro aos antigos Paços do Concelho, do séc. XVI, com Prisão e torres Sineira e do Relógio. No mesmo edifício funcionou o tribunal onde Mousinho da Silveira exerceu as funções de Juiz de Fora.

A diagonal viária mais importante era constituída pelas ruas das Portas da Vila, do Espírito Santo e do Castelo; a menos importante era formada pela Rua de Cima, que sai das Portas de Ródão e desemboca no Praça do Pelourinho e que se prolonga pela Rua do Relógio em direcção ao Postigo do Torrejão²¹. Outro percurso importante atravessa a vila pela cota mais alta, a SO, unindo o Postigo do Torrejão ao castelo pelas ruas do Calvário, de Santiago, Dr. Matos Magalhães e Largo de Santa Maria. Todas as outras ruas servem as traseiras das edificações das ruas principais, com os seus pequenos quintais, ou são travessas. Resta falarmos do Terreiro (Largo de Olivença), a NE, junto à muralha, lugar onde se comerciava, folgava e, em caso de ataque, se concentrariam importantes meios bélicos de abastecimento que deviam socorrer não só a muralha e barbacã próximas (a zona mais vulnerável de toda a fortificação) como acudir às portas que se encontram nos extremos desse tramo de muralha.

Da História Militar de Marvão, e para além dos conflitos já referidos, registámos os seguintes eventos de maior importância²²:

- Guerra da Restauração (1641-1668): ataque espanhol em 1641; novo ataque espanhol em 1648, sob o comando do Marquês de Lagañes.

- Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712): em 1704 foi tomada a fortaleza pelo exército espanhol, seguida da sua rendição ao exército português comandado pelo Conde de São João; frente ao baluarte das Portas da Vila, distinguiu-se o ataque desferido pelo terço de infantaria portuguesa comandado pelo Conde de Coculim.

²⁰ Arquivo da DREMS (Évora), Processo de Obras do Castelo de Marvão, S. 12.10.02/001, intervenção em 1947.

²¹ Também designado, recentemente, por Postigo do Sol e por Postigo de São Tiago.

²² COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, 2ª edição, s. e., s. l., 1982, pp. 60 ss.; SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, p. 479.

- Guerra dos Sete Anos (1756-1762): em Novembro de 1762, a Praça sofre um ataque de surpresa por parte do exército espanhol, durante as últimas operações desta guerra, sendo repellido pela guarnição anglo-lusa comandada pelo capitão Brown.

- Guerras Peninsulares (1807-1811): no dia 25 de Junho de 1808, a Praça, governada pelos franceses, sofre um assalto vitorioso por parte de um corpo de voluntários valencianos (Valência de Alcântara) - instigado pelo destemido escrivão do geral da vila de Marvão, Joaquim António da Cruz -, comandados pelo Tenente-Coronel espanhol D. Vicente Perez e pelo Tenente-Coronel graduado de milícias D. Pedro de Magalhães, filho do arquitecto português Teodoro Magalhães²³.

- Guerras Liberais (1832-1834)²⁴: em Junho/Julho de 1833, a Praça, comandada pelo miguelista Coronel Francisco da Silva Lobo, resiste às intimações de rendição feitas pela guerrilha constitucional, comandada pelo antigo coronel do exército espanhol, D. Manuel Martini²⁵; neste período, Marvão servia de refúgio, base de apoio logístico e ponto de partida para incursões em Espanha, aos carlistas que acompanhavam o infante espanhol, D. Carlos Maria Isidro (1788-1855), durante a Primeira Guerra Carlista ou Guerra dos Sete Anos (1833-1839), sendo comandados pelo brigadeiro D. Fernando Peñarola²⁶; em 12 de Dezembro de 1833, foi tomada a Praça pelas tropas liberais, reunidas sob a designação de *Legião Patriótica do Alentejo*, com ajuda de tropas espanholas e com a cumplicidade de elementos do interior da fortaleza; de Dezembro de 1833 a Março de 1834, Marvão sofre um cerco pelas tropas miguelistas, sob o comando do Brigadeiro António José Doutel; as tropas liberais, comandadas pelo General António Pinto Álvares Pereira, eram abastecidas a partir do território espanhol²⁷; este último cerco é referido em

²³ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, C. M. Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988, 157.

²⁴ Sobre o tema ver o estudo, muito bem documentado, de LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934.

²⁵ VENTURA, António - "Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira", *A Cidade*, n.º 1 (Nova Série), 1988, p. 66.

²⁶ Idem, *ibidem*, passim. D. Carlos, candidato ao trono espanhol, era apoiado por D. Miguel, de Portugal, seu cunhado, sendo o outro partido o da rainha viúva D. Maria Cristina e sua filha, a futura Isabel II, apoiadas pelos liberais.

²⁷ Idem, *ibidem*, pp. 70 e 71.

documento militar de 1861, nos seguintes termos: *A esta Praça está ligado um facto histórico que muito a honra; foi o memorável sítio que ela sustentou por uns poucos de meses em 1834, tornando-se, por este feito d'armas, o baluarte da liberdade na Província do Alentejo.*²⁸

- Guerra civil resultante das rebeliões da Maria da Fonte (1846) e da Patuleia (1847): a Praça foi ocupada pelo general espanhol Concha, entre 23 e 25 de Julho de 1847.

Pelo Decreto nº 8228, DG 133 de 4 de Julho de 1922, as fortificações são classificadas de Monumento Nacional, sendo-lhes demarcadas Zonas de Protecção nos DG nº 246 e nº 116, respectivamente de 21 de Outubro de 1960 e de 16 de Maio de 1962 (Anexo XVI). Finalmente, devemos referir que, desde finais de 1998, se desenvolve um processo de candidatura de Marvão a Património Mundial²⁹.

6.3.2 SITUAÇÃO E SÍTIO

6.3.2.1 SITUAÇÃO

A fortaleza de Marvão situa-se na raia, a escassos 13 Km da fronteira de Galegos, tendo a NO, Castelo de Vide, a 12 Km, e a SO, Portalegre, a 19 Km, como fortificações mais próximas (Fig. 6.1.7). No sopé da eminência natural onde se endentou, corre o Rio Sever, de S para E (Fig. 6.3.5).

A sua importância geoestratégica foi desde sempre reconhecida, por se situar junto à fronteira e por constituir uma fortaleza natural. Da importância militar emergiu a supremacia político-administrativa, ao ser englobada uma enorme área no seu termo, como já referimos.

Passados que foram mais de quinhentos anos, em 1796, não perdeu a fortaleza a sua importância estratégica, conforme testemunhou o Tenente Coronel Engenheiro, Tomás de Vila Nova e Sequeira:

²⁸ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861).

²⁹ Temos a honra de exercer a coordenação técnico-científica da Comissão de Candidatura, em representação do Instituto Politécnico de Portalegre.

A posição que tem na linha da Fronteira a faz importante para a sua defesa, porque de Valência de Alcântara ou de Albuquerque para Portalegre, para o Crato, para Castelo de Vide e também para Riba-Tejo, não há outra estrada por onde se possa conduzir artilharia que a do Porto da Espada, que passa à vista da Praça no sítio a que chamam o Prado, e por ela também é que se pode levar artilharia contra a mesma Praça.³⁰

Também o Coronel de Engenharia Vincent (que acompanhou Junot na invasão e ocupação de Portugal) escrevia, em relatório de 13 de Fevereiro de 1808, que Marvão

(...) placé vis-a-vis le premier passage de la frontière en remontant le Sever qui fait la limite de deux états, il occupe un point des plus essentiels à la défense, et se présente comme la clef de la portion de frontière a protéger contre un ennemi qui auroit son centre de forces a valance d'alcantara de la même manière qu'Elvas se trouve la clef de la portion de frontière a défendre contre ennemi qui auroit aussi son principal entrepôt à Badajoz.³¹

Durante as Guerras Liberais, mantém a Praça de Marvão um valor estratégico fundamental. Luz Soriano faz-lhe a seguinte referência: *Esta praça cuja cidadela é naturalmente inacessível, reunindo com vantagem da sua posição topográfica a da riqueza dos seus armazéns e munições de guerra (...)*³².

6.3.2.2 SÍTIO

As fortificações de Marvão foram levantadas sobre uma crista quartzítica orientada na direcção NO/SE. O castelo situa-se entre as cotas altimétricas de 843,6 m, à entrada do primeiro recinto, e de 849,5 m, altitude do pátio do segundo recinto do castelo (Fig.

³⁰ Arquivo Histórico Militar, *Explicação do estado da fortificação da Praça de Marvão e dos consertos que necessita*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 53, N° C 15.

³¹ VICENTE, António Pedro - *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1984, p. 236.

³² SORIANO, Luz - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, III Época, Tomo V, 1885, p. 183. Citado por VENTURA, António - "Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira", *A Cidade*, nº 1 (Nova Série), 1988, p. 66.

6.3.4). É a fortaleza que possui a cota mais elevada do Alto Alentejo e, em termos orográficos, só o Pico de São Mamede se sobreleva, a 1027 m de altitude.

A cerca urbana estendeu-se para SE, ocupando cotas mais baixas, até onde o acesso era viável mas a defesa garantida: cotas altimétricas de 802,6 m, nas Portas de Ródão, 787,45 m nas Portas da Vila e 815,6 m no Postigo do Torrejão.

A crista rochosa é escarpada, de forte declive em toda a sua extensão SO, mas a necessitar de alguns cuidados defensivos a NE, a E e a SE, sobretudo junto à cerca urbana, que por isso mesmo necessitou de barbacã. Também as muralhas NE dos primeiro e segundo recintos do castelo foram reforçadas com barbacã e cubelo em parte do seu percurso, até à poterna do primeiro recinto.

6.3.3 DESCRIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES

6.3.3.1 PRIMEIRO RECINTO DO CASTELO

O castelo de Marvão tem a singularidade de ser constituído por dois recintos acastelados independentes e contíguos (Fig. 6.3.56). É fácil compreender porquê. A cota altimétrica do pátio do segundo recinto - o que está no extremo NO e possui a Torre de Menagem - é de 849,5 m, sendo de 843,6 m a cota na entrada do primeiro recinto. Em termos defensivos, não fazia sentido construir um castelo sobre uma escarpa e deixar ao inimigo um terreno de cerca de 150 m de comprimento por 40 m de largura, quase à mesma cota. Havia que acastelar todo o espaço. Foi esse o projecto defensivo medieval, pelo menos do período cristão. O edifício da vila, mais próximo do castelo, é a Igreja de Santa Maria (Fig. 6.3.6) que já se situa à cota de 832,5 m.

Para quem vem da vila, entra-se no castelo pelo seu topo SE. Após um primeiro muro relativamente baixo, que já possuiu cancela, e que apresenta a SO uma fortificação não escarpada, com três canhoeriras, a proteger a entrada, encontramos-nos frente à porta principal. Esta porta tem arco redondo e possui as caixas das couceiras e da tranca. Inscreve-se num muro com adarve e guarita do lado de dentro. Apresenta, do lado SO, uma canhoeira ou vão redondo para fuzilaria. Já no pequeno recinto da entrada, apresenta-se: a SO, um pequeno recinto com três canhoeriras (ou simples abertas) e uma

retrete para uso da guarnição; em frente (NO), uma passagem estrangulada entre dois cubelos (Fig. 6.3.21); para NE, localizam-se duas portas com patim, através das quais se acede à cisterna grande. A primeira porta tem arco quebrado e a segunda é de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo, ao gosto românico. A cisterna, de planta rectangular³³, está coberta com abóbada da canhão suportada por nervuras de cantaria em arco redondo, contando-se dez tramos³⁴ (Fig. 6.3.20). De notar que, ao ser construído o depósito de água municipal, na cisterna, no topo oposto ao da entrada, foi englobado na construção mais um arco que hoje, obviamente, não se vê.

Após a passagem estrangulada, entramos num recinto intermédio, de reduzidas dimensões e planta trapezoidal, que possui uma segunda porta da entrada, de arco

³³ A cisterna possui 24,68 m de comprimento, 7,15 m de largura e 6,5 m de altura (medidas médias). Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, terá 60 côvados de comprimento, 15 côvados de largura e 12 côvados de altura. Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, *ob. cit.*, p. 77. A correspondência entre o côvado e o sistema métrico variou no tempo e no espaço, podendo corresponder, pelo menos, a 0,660 m, a 0,681 m ou a 0,70 m.

³⁴ Tal como a cisterna pequena, também esta está envolta em algum mistério, dizendo-se na vila que poderá ter tido uma função anterior diferente, nomeadamente religiosa. Não o cremos, já que, abaixo do nível normal do terreno, só se fazem armazéns, quase sempre de água. Contudo, em documento militar de 1861, diz-se, sem nada se provar, que *dentro do Castelo há um paiol, uma cisterna (outrora a Mesquita dos Árabes) e alguns armazéns* (ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861)). Era de facto necessário construir uma grande cisterna para recolher as chuvas e abastecer Marvão, que só por essa via podia conseguir água. Conforme as Memórias Paroquiais referidas na nota anterior, um poço aberto no Terreiro, por alturas de uma grande seca, nos anos de 1712 ou de 1713, nunca teve água suficiente para fazer correr uma fonte e acabou por ser entulhado (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, *ob. cit.*, p. 78). A cisterna apresenta, no extradorso, um terraço com 3 clarabóias (hoje tapadas) e um sistema de 8 bueiros para recolha de águas pluviais. Era, e ainda é, abastecida por uma levada de águas pluviais que, do interior do primeiro recinto do castelo, se precipitam na cisterna após uma caixa de visita construída recentemente. Antes desta caixa ser construída, havia uma outra (1,10 m x 0,60 m), já no extradorso da cisterna, para onde a levada era conduzida, sendo depois canalizada por caleira para um dos bueiros. Esta caixa foi substituída pela actual. O sistema de recolha de águas, no primeiro recinto de castelo, constava de várias caleiras que, inclusivamente, aproveitavam a água pluvial dos telhados. Quanto à sua datação, pensamos tratar-se de uma construção dos finais da Idade Média ou do princípio da Idade Moderna: apresenta marcas de canteiro nos arcos e paredes em toda a sua extensão; a porta SO, que dá acesso a uma escadaria, tem um arco de estilo românico, sendo gótico o arco do patim; apresenta a mesma rusticidade da cisterna pequena, tal como o sistema estrutural, os materiais e técnicas de construção e o sistema de recolha de água; justifica-se a sua edificação para abastecer toda uma vila que cresce a partir do séc. XIV, atinge o seu apogeu no séc. XVI, e não tinha outro processo de se abastecer de água para além da captação da chuva; ainda nos meados do séc. XVIII se considerava que *esta praça ou presidio não pode ter contra si em tempo Bélico mais que a falta de água* (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”, in *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993, p. 78); seria estranho que o Prior Frei Miguel Viegas Bravo, autor das Memórias Paroquiais que estamos a citar, desconhecesse a época fundacional da cisterna, se ela tivesse sido construída durante a Guerra da Restauração, ou seja, 100 anos antes; note-se que o autor das Memórias diz tratar-se de uma cisterna do tempo dos Godos (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, *art. cit.*, p. 77).

redondo, com as caixas das couceiras e da tranca. Por esta porta se acede a um recinto de planta grosseiramente rectangular, dominado pela chamada “Torre da Bandeira” (Fig. 6.3.19), que apresenta três canhoeriras no eirado. Frente a esta torre situa-se uma outra porta e escada de acesso à cisterna. Mais para NE deste acesso à cisterna, apresenta-se um pequeno cubelo que defende o terraço empedrado da cisterna, com bueiros para captação de água e clarabóias, hoje tapadas³⁵. Ainda mais para NE, já na muralha que dá para o exterior, outro cubelo. Regressando à zona das portas e continuando para NO, uma terceira porta da entrada, com arco redondo, caixas das couceiras e da tranca, permite-nos entrar, finalmente, para o primeiro recinto do castelo, o albacar³⁶.

Este recinto (Figs. 6.3.17 e 18), de dimensões muito superiores às do segundo, com cerca de 150 m x 40 m, deveria desempenhar funções predominantemente militares e de refúgio da população, com seus gados e outros haveres, quando as fortificações da cerca urbana cedessem ao inimigo. Pensamos que a sua área nunca poderia ter confinado verdadeiramente uma vila, mas apenas as casas e infra-estruturas da guarnição: possui grandes afloramentos rochosos e um forte declive para O/SO. Acresce, que também não existem vestígios arqueológicos nesta área que indiquem qualquer construção para além das que existiam no princípio deste século, junto ao topo SE.

O albacar tem planta de desenho grosseiramente rectangular, possuindo um ângulo saliente a O - com duas canhoeriras, duas guaritas e uma retrete militar - perto do qual se situa uma poterna. Toda a muralha, com parapeito de 0,53 m de espessura, possui adarve com 1 m de largura. No tramo oposto, que apresenta uma guarita, o parapeito também tem 0,53 m de espessura e o adarve 1,30 m de largura. Neste tramo localiza-se uma porta da traição, medieval - de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo -, em tempos protegida por cubelo e barbacã que se prolongava até ao topo N do castelo; do conjunto restam apenas alguns palmos de alvenaria. No topo SE deste recinto localizam-se, do lado S, instalações sanitárias de apoio ao turismo - no antigo Corpo de Guarda -, e do lado E, um antigo forno - o Forno do Assento³⁷ -, hoje loja de produtos turísticos.

³⁵ Sobre este terraço está um jogo de bola para divertimento de pessoas principais desta vila. Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 77.

³⁶ A configuração dos dois recintos do castelo de Marvão aproximam-no do de Gormaz (Espanha, Província de Soria), construído no séc. X pelos muçulmanos. Não nos esqueçamos que Ibn Maruán se instalou na fortaleza de Amaia no séc. IX. Haverá conexão estilística?

³⁷ Esta designação tanto pode dever-se à sua localização - assento: zona plana no topo de um monte - como ao destino do pão aí cozido - assento, no sentido de estabelecimento militar.

Este tramo, que apresenta 0,53 m de espessura no parapeito e 1,80 m de largura no adarve, possui uma escada, através do qual se acede à já referida “Torre da Bandeira”, de base quadrada (6,10 m x 6,30 m no interior do eirado), que domina todo o recinto, para NO, e toda a vila, para SE.

6.3.3.2 SEGUNDO RECINTO DO CASTELO

O segundo recinto (Figs. 6.3.7, 6.3.12, 6.3.57 e Anexos XVII-XX)) tem planta grosseiramente rectangular, adaptado à orografia do lugar, de cerca de 46 m x 18 m, a que se acede através de uma entrada a SE. A primeira porta, aberta para NE, apresenta arco quebrado, com as caixas das couceiras e da tranca, e está guardada por uma fortificação exterior não escarpada, com duas canhoiras, a SO. Dá acesso a uma barbacã, guardada por cubelo, e daqui se acede ao interior do pátio por outra porta em arco quebrado possuindo as caixas das couceiras e da tranca. Transposta a porta, uma casa do lado direito abre frestas para disparo de fuzis, defendendo a entrada.

Do lado NE do pátio existe uma cisterna, a pequena, com a boca gradeada³⁸, de construção medieval (Figs. 6.3.8 e 6.3.9). O recinto apresenta duas torres em ângulos diagonalmente opostos: uma torre de ângulo a N (Fig. 6.3.10), de planta rectangular, com guarita, três canhoiras e parapeitos inclinados para permitir o disparo de armas ligeiras, e uma torre no ângulo oposto, a de menagem (Figs. 6.3.11 e 12). Esta torre, também designada por Torre do Boto, de planta intencionalmente quadrada - a diferença de comprimento entre os seus lados é de apenas 0,90 m (10,60 m x 11,50 m) -, é uma

³⁸ O facto de há muito esta cisterna não ser visitada, não se conhecerem formas e dimensões, nunca ter sido estudada e estar envolta em mistério, podendo contribuir com informação científica importante para a caracterização e datação das fortificações, levou-nos a tentar a sua visita e estudo. Com a colaboração da Câmara Municipal, descemos ao seu interior, retendo os seguintes dados e conclusões: a) Dimensões: comprimento, 6 m; largura, 2,70 m, altura, 3,80; boca quadrada de 0,75 m x 0,75 m com a profundidade de 1,75 m; b) Planta: rectangular, quatro tramos marcados por três arcos torais de cantaria, de secção rectangular, a prolongarem-se de pilares adossados às paredes laterais; tecto de abóbada de berço perfeito. c) Materiais: pavimento, silhar, arcos e pilares, de cantaria de granito; abóbadas de tijolo, rebocadas. d) Funcionamento: a cisterna recolhia águas pluviais através de bueiras abertas na abóbada que comunicariam com uma tanqueta de recolha, à superfície, de que há vestígios. e) Pormenores: marcas de canteiro nos pilares e arcos; emparedamento do que parece ter sido uma porta na parede NE. f) Datação: medieval, a julgar pela existência de marcas de canteiro, pela localização no primeiro recinto do castelo, pelo desenho da abóbada e pela rusticidade do conjunto.

construção robusta, de feição primitiva, com frestas, porta em arco semicircular, a descansar em impostas de recorte côncavo, com tímpano liso. Dá acesso a uma sala ao nível do adarve, coberta por abóbada sustentada por cruzaria de nervuras largas, bizeladas, de cantaria de granito, em arco semicircular, que partem do pavimento. A chave da abóbada está decorada com um brasão real de difícil datação³⁹, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos. Da sala tem-se acesso, através de escadas, a um terraço empedrado sobre o extradorso da abóbada e deste acede-se por escada ao adarve do eirado, apresentando parapeito inclinado, sem ameias nem canhoeriras.

Nos restantes ângulos deste segundo recinto do castelo, apresenta-se uma guarita a NO e um cubelo a SE, que protege a entrada pelo lado exterior do recinto. Todas as quadrelas possuem adarve de cerca de 1,26 m de largura e parapeito inclinado de 0,53 m de espessura. Dentro do recinto encontram-se duas casas no tramo NO, a ladear um corredor, para o qual se abrem frestas para disparo de fuzilaria. Esta passagem possui uma porta do lado do pátio, em arco redondo, com as caixas superiores das couceiras e uma caixa inferior. Através do corredor saímos do recinto do castelo pela porta da traição (Fig. 6.3.13), com lintel recto a descansar em impostas de recorte côncavo. Esta porta, que possui as caixas para as couceiras e para a tranca, dá acesso à antiga barbacã, com ligação ao exterior por túnel com bueira e porta em arco redondo (Fig. 6.3.14). O túnel apresenta porta também do lado da barbacã, com as caixas para a couceira de um só batente, do lado exterior. Esta antiga barbacã apresenta, ao nível do adarve, uma cachorrada onde poderia estar montado um cadafalso, ou que servia apenas para aumentar a largura do adarve e consequentemente a liberdade de movimentos. Também do lado de fora existem muitos orifícios no muro, que podem ter tido utilidade semelhante.

A barbacã estabelece a comunicação, através de rampas, com uma fortificação - denominada *tenalha* em mapas militares do séc. XIX (Fig. 6.3.38) -, composta por um baluarte de faces e flancos irregulares a O (Fig. 6.3.15), com nove canhoeriras e três

³⁹ Brasão do IV Grupo, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos, que se usou desde 1485 a 1910, com algumas variantes. Ver FARIA, António Machado de - "Armas Nacionais", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, pp. 193 e 194.

guaritas, e outro baluarte de faces e flancos também irregulares a N (Fig. 6.3.16), com nove canhoiras e três guaritas (Fig. 6.3.57)⁴⁰. Este baluarte prolonga-se para SE através de fortificação com redente, quatro canhoiras e uma guarita. Os muros desta fortificação abaluartada apresentam-se levemente escarpados e com cordão.

6.3.3.3 CERCA URBANA

A cerca urbana descreve um espaço grosseiramente trapezoidal com cerca de 460 m no eixo maior e 160 m no eixo menor, e a mesma orientação dos dois recintos do castelo, ou seja, NO/SE. A muralha possui adarve em todo o perímetro, apresentando parapeito inclinado, e é interrompida, nos pontos nevrálgicos da fortificação, por torres e por fortificações abaluartadas a proteger duas portas e um postigo. Caminhando a partir do castelo, de NO para SE, e no sentido dos ponteiros do relógio, apresentam-se (Fig. 6.3.56 e Anexo XV):

a) Troço de muralha descendente (NO/SE), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,05 m de largura no adarve.

b) Torreão de planta rectangular, com 5,48 m de largura interna, apresentando guarita, três canhoiras e parapeitos inclinados.

c) Troço de muralha descendente de grande inclinação (O/E) (Fig. 6.3.22), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,10 m de largura no adarve, estreitando à medida que se desce.

d) Portas de Ródão. A porta da cerca, em arco redondo, com protecção de arco de descarga com o mesmo desenho, é sobrepujada por uma guarita a que se acede pelo adarve. Esta porta, que como já referimos, dava acesso à *Estrada* (setecentista) de *Castelo de Vide*, encontra-se protegida por um meio baluarte (Figs. 6.3.23/24/25 e 26) constituído, de NO para SE por: tramo de uma barbacã, provavelmente quinhentista,

⁴⁰ Este baluarte possuía muro com frestas para disparo de espingardas, no flanco e em parte da face viradas para O, em 1916. Ver COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaldes-Mores e Principaes Governadores*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916, fotografia entre as pp. 72 e 73.

com adarve, cubelo com duas frestas e uma canhoeira; troço de muralha com porta em arco redondo; meio baluarte. A fortificação abaluartada está construída em terreno escarpado, e a face NO é prolongada, englobando a porta exterior da cerca. Esta face é composta por duas partes, com o cordão a alturas diferentes, e do cordão para cima erguem-se muros com três canhoeiros e inúmeras frestas para disparo de armas ligeiras que cobrem toda a frente da porta. A outra face, virada a NE, possui três canhoeiros, havendo ainda uma outra no flanco. O meio baluarte apresenta duas guaritas, uma no vértice do ângulo flanqueado e outra no vértice do ângulo E. Um corredor entre muros com frestas de ambos os lados, num total de dezassete, situa-se na face NO. Cobre não só a frente da porta como também o interior do meio baluarte, nomeadamente a saída da barbacã NE para o seu piso inferior. Neste espaço ainda existem as paredes de um pequeno paiol/armaria, recentemente restaurado. A comunicação entre os pisos superior e inferior do meio baluarte foi restabelecida, por nossa sugestão e orientação, no ano de 1999. Outro muro interior, com cinco frestas, situa-se no interior da fortificação, virado para E, cobrindo a mesma zona. Resta dizer que, franqueada a primeira porta, ficamos no recinto da antiga barbacã, dando acesso à porta da cerca urbana já referida. Ambas as portas possuem arco redondo. A primeira porta não possui as caixas superiores das couceiras mas apresenta as da tranca. A porta da muralha possui as caixas das couceiras e da tranca.

e) Troço de muralha (NO/SE), com 0,70 m de espessura no parapeito, com adarve de largura variável, já que constitui o caminho estreito entre a muralha e o tardo das habitações da Rua de Baixo; troço de barbacã com a mesma orientação, com 0,50 m de espessura no parapeito, apresentando embasamento; esta barbacã apresenta uma retrete para serviço da guarnição.

f) Portas da Vila. A fortificação desta entrada apresenta, do exterior para o interior: entrada com cancela e dois lanços de rampa (Fig. 6.3.27); primeira porta (Fig. 6.3.28), aberta em muro que se liga ao meio baluarte; segunda porta (Fig. 6.3.29), no seguimento da barbacã, ladeada por dois cubelos e o que parece ser um esporão, ou o resto de duas faces de uma torre de base rectangular; estes cubelos, como todos os outros, não apresentam medidas iguais, medindo um deles, de largura interior, na gola, 2,47 m, e de profundidade, também interior, 2,76 m; finalmente, entra-se na vila pela

porta da cerca urbana (Fig. 6.3.30). Todas as portas possuem arco de volta inteira e as caixas das couceiras e das trancas. O meio baluarte (Fig. 6.3.31), que se dispõe para E do sistema de portas, apresenta face e flanco do lado E, construídos em terreno arrampado. A escarpa não termina em cordão, contando-se quatro canhoeriras neste sector e terminando o vértice do ângulo flanqueado em guarita. Apresenta depois a face N, sem cordão, interligada com o muro que contém a primeira porta, possuindo duas canhoeriras.

g) Troço de muralha N/S, com 0,43 m de espessura no parapeito e 1,39 m de largura no adarve, apresentando uma guarita; troço de barbacã com adarve (Fig. 6.3.36), com a mesma orientação e com 0,64 m de espessura no parapeito. A barbacã apresenta um cubelo junto às fortificações das Portas da Vila, com uma canhoeira virada para a barbacã;

h) Fortificações do Postigo do Torrejão⁴¹. O postigo abre-se em troço de muralha orientada na direcção NE/SO. Franqueado o postigo, de verga recta, acede-se à barbacã, e desta, através de passagem com cancela, às fortificações que protegem o postigo. Ladeando o postigo, dois torreões de planta rectangular a que se acede por escadas em muros adossados à muralha (Fig. 6.3.32). O torreão NE, com 5,20 m de largura interior, apresenta três canhoeriras; o torreão SO, com três canhoeriras e uma guarita, tem 4,76 m de largura interior e apresenta a face SO adossada ao que resta de um cubelo. A fortificação abaluartada que defende o postigo (Fig. 6.3.33/34 e 35) é constituída, de NE para SO: por baluarte irregular, sem cordão, de três canhoeriras; cortina com adarve; baluarte com escarpa e cordão de cantaria, apresentando quatro canhoeriras; prolongamento da fortificação para O com fosso, muro não escarpado, adarve e parapeito.

i) Troço de muralha com 0,43 m de espessura no parapeito e adarve com 1,25 m de largura, junto ao Postigo do Torrejão, que corre na direcção SE/NO até ao castelo. Apresenta no seu trajecto duas guaritas e duas canhoeriras: uma no Largo de Camões e outra no Largo de Santa Maria, ambas viradas para NO, protegendo a escarpa natural e a respectiva muralha.

⁴¹ No séc. XIX, as plantas militares, nomeadamente a de 1814, referem a designação de Tenalha do Cubelo (Fig. 6.3.38).

6.3.4 SISTEMA ESTRUTURAL, MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

6.3.4.1 SISTEMA ESTRUTURAL

O amuralhado, quer dos dois recintos do castelo quer da cerca urbana, foi montado, na maior parte da sua extensão, a N, O e S, sobre a crista rochosa. Endentou sobre a irregularidade das fragas, já de si difíceis de escalar, resultando os muros pouco altos e funcionando mais como parapeito do que como obstáculo à acessibilidade. A sua espessura é variável, conforme a função defensiva a desempenhar: se no parapeito a espessura ronda quase sempre os 0,53 m, já o adarve varia significativamente, de 1m a 1,80 m. Adossados que foram os muros ao elemento natural, o seu traçado resultou irregular a N, O e S, apresentando-se rectilíneo nos restantes quadrantes. Os recintos do castelo apresentam uma planta grosseiramente rectangular, apresentando-se ligados ortogonalmente os seus panos de muralha. A cerca urbana apresenta uma forma trapezoidal, com a base maior na cota mais elevada. A base menor e o lado SE, porque levantados em zona menos elevada e (ou) de menor declive, apresentam a muralha mais alta e reforçada por barbacã. O mesmo acontece em parte do tramo NE dos recintos do castelo.

As muralhas são sempre perpendiculares ao solo e sem aterros pelo lado de dentro, ao passo que as fortificações abaluartadas (p. ex. do Castelo, das Portas de Ródão, das Portas da Vila e do Postigo do Torrejão) apresentam os paramentos escarpados e terraplenos pelo interior.

Relativamente às torres, apresentam plantas rectangulares, quadradas ou com secção em “U”. Com excepção da Torre de Menagem, todas as outras são maciças até ao eirado, acedendo-se a este através dos adarves das muralhas. A Torre de Menagem, adaptada no séc. XIX a *paiol permanente*, possui uma única sala com abóbada suportada por cruzaria de nervuras diagonais chanfradas em arco redondo, apresentando no extradorso um terraço que dá acesso ao eirado. As cisternas são cobertas com abóbadas de berço perfeito.

6.3.4.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Construída sobre a crista quartzítica, as fortificações utilizam predominantemente esta rocha, embora apareça também o granito nos cunhais das torres, nas molduras de portas e janelas, nos arcos das abóbadas e na cantaria e silharia das cisternas. O xisto aparece nos paramentos, a calçar as pedras. O tijolo é empregue nas guaritas, nos cordões da fortificação abaluartada, nos soffitos de algumas portas e nas abóbadas. A ligar a pedra e a areia das alvenarias, utilizou-se a cal, muito provavelmente das caleiras da Escusa, situadas no sopé do monte. A alvenaria é construída à fiada (rusticado), perpendicular ao solo ou escarpada, necessitando do respectivo terraplano neste último caso.

A estrutura das coberturas das armarias, paióis, oficinas, forno, Corpo da Guarda, tal como as portas, eram construídas com madeira de castanho, muito abundante na zona. A conservação das portas fazia-se com óleo fervido. Também se utilizava a casquinha em portas e janelas.

Como os materiais que hoje podemos encontrar são os que resultaram da sobreposição da fortaleza dos sécs. XVII a XIX, sobre a fortificação medieval, vejamos, a título de exemplo, os materiais, ferramentas e trabalhadores empregues nas obras de adaptação:

- (Dezembro de 1794)⁴², trabalhou 1 *apontador*, 7 *alvenéus* e 14 *trabalhadores*, que auferiam, respectivamente, os seguintes *jornais*: 200 réis, de 180 a 300 réis e de 140 a 180 réis; utilizaram-se 62 *carretos de pedra* a 150 réis a *besta*, 7 *moios de areia* a 900 réis cada e 4 cargas de *ladrilho* a 325 réis cada.

- (Novembro de 1817), *Requisição dos materiais, operários e ferramentas para se começarem as reparações mais urgentes na Praça de Marvão*:

*Materiais de Pedreiro: Cal.....Moios.....8, Areia.....Cargas.....140,
Pedra.....Carradas.....50 / Operários de Pedreiro: Jornais de*

⁴² Arquivo Histórico Militar, *Mapa da despesa que se fez com a obra da Praça de Marvão*, semanas que acabaram a 6, a 13 e a 22, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 10.

Pedreiro.....20, Jornais de Trabalhadores.....40 / Ferramentas e utensílios: Enxadas.....2, Picaretas.....1, Padiola.....1, Barris para trazer água.....2, Tina para ter água.....1, Cestos de calhau.....2, Materiais de Carpinteiro: Pregos de 100 rs.....18, Pregos de 50 rs.....18 / Operários de Carpinteiro: Jornais de carpinteiro.....2 / Observações: O objecto destas reparações é construir duas Plataformas de formigão no Baluarte da esquerda na Tenalha do Cubelo; uma dita do mesmo do Baluarte da direita na Tenalha do Castelo; e uma dita do mesmo nas fortificações para o lado d'Oeste. As reparações referidas têm também por objecto concertar (...) canhoeira (...) arestas das banquetas (...) repregar a ferragem de algumas Portas da Praça. / Dimensões das Plataformas que se pretende construir: Comprimento da directriz.....25 palmos, Comprimento da testa.....12 ditos, Comprimento da cauda.....24 ditos, Grossura.....2 ditos, (...) Quartel de Marvão 21 de Novembro de 1817 / Pedro Folque, Coronel Engenheiro⁴³

- (Junho de 1828), o *Real Corpo de Engenheiros* projecta e orçamenta uma intervenção tendente a criar um *Paio permanente* na Torre de Menagem⁴⁴; dos materiais necessários arrolam-se: cal, areia, tijolos, telhas, tábuas de castanho e de carvalho, vigas de castanho, paus de refugo, parafusos de bronze, lemes de bronze, fechaduras de bronze, arame, chumbo, pregos, óleo, alvaiade, pó de sapato e fezes de osso (osso em pó); relativamente aos trabalhadores necessários, referem-se: 1 apontador, a ganhar 500 réis o dia, 1 olheiro militar a 120 réis, 3 pedreiros paisanos a 300 réis cada, 1 canteiro paisano a 300 réis, 1 mestre carpinteiro paisano a 400 réis, 7 carpinteiros paisanos a 300 réis cada, 1 pintor paisano a 300 réis e 10 serventes paisanos a 200 réis cada.

- (Novembro de 1884), para *Reparação dos telhados, portas e janelas dos Paióis e Armazéns da Praça de Marvão*:

5 alqueires de cal branca em pedra / 1 moio de areia / 200 tijolos / 2 barrotes de 10 ½ palmos / 12 ditos e 9 palmos / 6 tábuas de forro / 6(?) de ripa / 59 arráteis de óleo / 2 ditos de pós pretos / 3 ditos de (pó terra) / 5

⁴³ Arquivo Histórico Militar, *Requisição dos materiais, operários e ferramentas para se começarem as reparações mais urgentes na Praça de Marvão*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 1.

⁴⁴ Arquivo Histórico Militar, *Orçamento das obras que se precisam fazer em uma casa da Torre do Castelo da Praça de Marvão, a fim de poder servir de Paiol permanente*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 7.

ditos de fezes / 4 parafusos para chumbar em cantaria / 3 palmetas ou (?) para o mesmo fim / 3 escápuas de pá direita / 3 ditas de dita de três furos / 10 pregos de palmo / 149 ditos portais / 2300 ditos de repar / 1 escudete de fechadura / 2 brochas de pintor / 13 pincéis de vassoura / 6 vassouras de palma / 3 alguidares / 3 tijelas / 16 varas de cordel / 1 bilha⁴⁵.

Pela análise dos documentos, podemos concluir que, de 1794 a 1884, decorrem noventa anos sem nenhuma inovação importante ao nível dos materiais para este tipo de arquitectura. Para o monumento que hoje se apresenta, os materiais mais importantes foram a pedra, a cal e a areia para as alvenarias, convertidos em muros escarpados e aterrados ou em muralhas perpendiculares ao solo, raramente com embasamentos. A simples descrição dos projectos de obras, com os materiais, operários sob a vigilância fiscalizadora do *olheiro militar* e ferramentas usadas, permite-nos “visualizar” as obras e a aplicação de técnicas hoje em desuso. Os trabalhos de restauro necessitam deste saber-fazer, pois já é raro ver-se construir um muro de alvenaria de pedra seca com a mestria de outros tempos.

6.3.5 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIA MILITAR

6.3.5.1 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA

No estado actual dos conhecimentos, e face à descrição precedente, podemos conjecturar a seguinte evolução arquitectónica:

1º Período (Reconquista): dos sécs. XII e XIII restam os muros da Torre de Menagem, com a porta de estilo românico e as estreitas frestas verticais (seteiras primitivas); do mesmo estilo é a porta da traição do segundo recinto do castelo, que dá para a liça, e a porta da traição NE do primeiro recinto, o que nos faz conjecturar que no séc. XIII já pudessem existir os dois recintos do castelo⁴⁶ e a cisterna pequena; ainda do

⁴⁵ Arquivo Histórico Militar, *Mapa dos trabalhos militares feitos na Praça de Marvão respectivo ao mês de Novembro de 1844*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 271.

⁴⁶ As portas com este tipo de arco também se construíam no princípio da Idade Moderna, como pode ser verificado, p. ex., em zonas quinhentistas do Mosteiro/Paço de Flor da Rosa.

mesmo período serão as outras duas torres de base rectangular e quadrada, uma de ângulo no segundo recinto da castelo, e outra, ativa, sobre a entrada do albacar.

2º Período (séc. XIV): após a tomada do fortificação em 1299, já nos princípios do séc. XIV, D. Dinis manda reconstruir o castelo⁴⁷; desta intervenção terão resultado todas as portas de arco quebrado dos dois recintos⁴⁸: uma na Torre de Menagem, duas à entrada do segundo recinto e uma à entrada do primeiro recinto; também do séc. XIV será a cerca urbana, restando ainda três torreões de planta rectangular que poderão ser deste período, dois a guardar o Postigo do Torrejão e um terceiro no primeiro troço da cerca, a NE; as barbacãs poderão ter surgido no final deste período.

3º Período (sécs. XV e XVI): reforça-se a defesa das entradas nos dois recintos do castelo, levantando-se um cubelo no primeiro e quatro no segundo; a Torre de Menagem deve ter sofrido a alteração que hoje apresenta, com uma só sala possuindo tecto de abóbada suportada por duas nervuras diagonais chanfradas, de granito, em arco redondo, com um brasão real, posterior a 1485, na chave; deste período, ou ainda do final do anterior, serão também as barbacãs, ou barreiras, existentes, apresentando cubelos incorporados: uma a NE do castelo, em ruína, e outras duas a NE e a E da cerca urbana, ligando as três entradas; a barbacã do castelo vem designada, na planta de 1812, por *restos de muralha antiga* (Fig. 6.3.37); será deste período, também, a cisterna grande: pela profusão de siglas de canteiro, que lhe dão ainda o timbre medieval; pelas dimensões, que só se justificam no período de apogeu demográfico da vila; e finalmente porque, a construir-se, por hipótese, durante a Guerra da Restauração ou em período posterior, nunca levaria o avisado prior das Memórias Paroquiais setecentistas, a supô-la construção dos Godos, como já referimos atrás.

4º Período (1641-1755): a *Planta da Praça de Marvão* de 1755 (Fig. 6.3.3) mostra-nos a fortificação abaluartada construída em consequência da Guerra da

⁴⁷ PINA, Rui, *ob. cit.*, capítulo XXXII.

⁴⁸ É durante o reinado de D. Dinis que terá acontecido a incorporação de elementos góticos na arquitectura militar (ver NUNES, António Lopes Pires, *ob. cit.* (1988), p.50).

Restauração (1641-1668)⁴⁹ e da Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712): *Baluarte da Porta de Ródão, Baluarte da Porta da Vila, Fortim junto ao Torrejão e Baluartes da rua nova* (zona abaluartada do castelo).

5º Período (1756-1812/14): as plantas da Praça de Marvão de 1812 e de 1814 (Fig. 6.3.37 e 6.3.38) apresentam algumas alterações relativamente à planta de 1755: os *Baluartes da rua nova* sofrem grande alteração, quer na forma (um deles passa a pentagonal), quer no tamanho (as novas fortificações são muito maiores), quer na orientação (de NO/SE passam para N/S e para O/E), passando a designar-se por *Tenalha do Castelo*; a entrada para o segundo recinto parece ter sido alterada, tendo-se construído um pequeno recinto fortificado a SO, para artilharia; o mesmo aconteceu, claramente, na entrada para o primeiro recinto, com a construção de dois recintos fortificados para artilharia e fuzis a SO; no topo SE do primeiro recinto foi construído o Forno do Assento, que ainda existe, e dois Telheiros para Oficinas, que já não existem⁵⁰; o meio baluarte da Porta de Ródão sofre alterações no seu interior, ficando com a estrutura que hoje apresenta; o meio baluarte da Porta da Vila também sofre alterações, embora mais ligeiras, na organização interna; o Fortim do Torrejão sofre alterações semelhantes às fortificações abaluartadas do castelo, transformando-se em dois baluartes e passando a designar-se por *Tenalha do Cubelo*; junto a esta fortificação, no espaço onde posteriormente foi construída a antiga Escola Primária, situava-se a caserna da guarnição da Praça (Fig. 6.3.38); as alterações deste período serão a concretização de parte dos projectos traçados em 1765 (Anexos XXI e XXII)⁵¹.

6º Período (1815-1938): em 1828 projectou-se um conjunto de obras entre as quais as (...) *que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente*⁵², a saber:

⁴⁹ Sabemos que numa das Portas da Vila existia uma lápide real datada de 1645. COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 107.

⁵⁰ Ver COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaldes-Mores e Principaes Governadores*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916, fotografia entre as pp. 48 e 49.

⁵¹ Projectos existentes no Ministério da Defesa Nacional, Direcção dos Serviços de Engenharia, cotas: 3134 (2-21-30) e 3133 (2-21-30).

⁵² Arquivo Histórico Militar, *Real Corpo de Engenheiros /Orçamento das obras que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 7, (1828).

*(...) a escada que nesta há e dá acesso ao terraço deve tapar-se com parede a fim de ficar independente esta serventia para o terraço da Casa de entrada, e deve então demolir-lhe parte da muralha, construir-se a escada; devem também, na Casa, reduzir-se a ventiladores as frestas; finalmente devem construir-se três portas novas (...).*⁵³

Esta intervenção foi realizada. Se observarmos a Fig. 6.3.39, podemos verificar que o muro da Torre de Menagem que possui a porta de entrada, ainda apresentava, no princípio dos anos Quarenta, duas portas: a que servia o antigo *paiol permanente* e a que dava acesso às escadas para o eirado. Sobre esta intervenção da DGEMN falaremos mais à frente.

Pela citação seguinte, sabemos também que em 1828 havia oito barreiras, embora arruinadas:

*Havendo na Praça de Marvão oito Barreiras, as quais duas são no Castelo da mesma Praça, uma na gola do Baluarte de S. João⁵⁴ no mesmo Castelo, outra na gola do Baluarte do Cubelo, outra na dita do Baluarte da Porta de Roda, outra na entrada que conduz do lado de Portalegre, outra na dita parte de Castelo de Vide e uma na estrada coberta entre os Baluartes do Cubelo e a Porta de Roda, todas estas se acham em estado de não poderem servir, pela sua ruína, e por isto precisando todas novas; igualmente para melhor conservação de suas madeiras, precisam pintadas as Portas das duas Poternas da mesma Praça (...).*⁵⁵

Em 1831 projecta-se a construção de um telhado sobre a Torre de Menagem, na altura *paiol permanente*:

Existindo na Torre do Castelo da Praça de Marvão uma casa destinada a servir de Paiol permanente, sucede introduzirem-se as águas da chuva no

⁵³ Idem

⁵⁵ O Baluarte de S. João é o que cobre o castelo pelo NE, possuindo esta designação em memória do Conde S. João, que tomou a praça aos espanhóis, no ano de 1705, durante a Guerra da Sucessão de Espanha. (Ver MENDONÇA, Manuel Marques - *Apontamentos para a história da pitoresca vila de Marvão*, s. ed., Marvão, 1976, p. 6)

*interior deste edificio manifestando-se a sua infiltração pela abóbada que o cobre. Esta infiltração principalmente procede das muralhas que formam a Torre, porque subindo elas 10 a 12 palmos acima da abóbada e existindo no seu cume uma banquetta e parapeito (em que se mostra alguma ruína), as águas da chuva que estas obras recebem introduzindo-se pelas muralhas se depositam na abóbada e penetrando esta filtram para o interior do edificio. As reparações que devem ter lugar para evitar a infiltração consistem em construir um telhado que cubra o terraço da abóbada e dois algerozes para darem saída às águas do telhado; rebocar todas as paredes que dão para a abóbada; ladrilhar o plano superior das banquetas; e abrir alguns bueiros no parapeito (...).*⁵⁶

Em conclusão, podemos dizer que, mercê de uma localização geográfica, que fez de Marvão uma sentinela da fronteira, e de uma localização orográfica em que se confunde a fortaleza natural com a construída, o valor estratégico destas fortificações foi decisivo.

Não admira, pois, que tivesse acontecido uma contínua sobreposição de fortalezas, ditada pelos acontecimentos políticos e pela evolução da artilharia e da poliorcética. Ainda são bem visíveis as construções dos primeiros tempos de domínio da cristandade: entre outras, a pesada Torre de Menagem, com frestas primitivas e uma porta de desenho românico. D. Dinis toma este e outros castelos da fronteira a suas sobrinhas, por questões estratégicas. O importante acontecimento político que foi o Tratado de Alcanizes, em 1297, após a conquista definitiva do Algarve aos muçulmanos, comportou uma alteração estratégica em termos de fronteiras: doravante, o potencial inimigo deixava de estar a sul, estava agora a leste. Havia que reconstruir todos os castelos de fronteira e dar vida às novas povoações cristãs. Já referimos os árduos trabalhos empreendidos pelo rei Lavrador, mas também urbanista e casteleiro, que Rui de Pina registou em crónica. Da reconstrução do castelo nesta fase, ficaram os sinais das incorporações estilísticas do estilo gótico. A cerca urbana ter-se-á levantado também no séc. XIV, restando ainda três torreões de planta quadrada e rectangular que serão desse tempo. No período que vai dos finais do séc. XIV ao séc. XVI, o espaço urbano

⁵⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 15, (1831).

edificado não seria muito diferente do que hoje se apresenta, sendo também deste tempo as barbacãs e os cubelos.

Depois, vieram as guerras entre os sécs. XVII e XIX. A povoação estagnou e a vida urbana foi-se apagando à medida que a vila se tornou um imenso quartel e presidio. Enquanto que a arquitectura urbana estagnou, a arquitectura militar adaptou-se agora à força dos canhões, crescendo a fortificação abaluartada em número e em eficácia. O velho castelo, fortificado a NO, tornou-se a cidadela da fortaleza, desapareceram as ameias - se alguma vez as tiveram -, dando lugar a barbetas com parapeitos inclinados para disparo de armas ligeiras. Nas torres capazes de artilharia foram rasgadas canhoiras, as portas da cerca foram fortificadas, era necessário potenciar a invulnerabilidade.

6.3.5.2 TIPOLOGIA MILITAR

6.3.5.2.1 O CASTELO E A CERCA URBANA

O castelo de Marvão é uma fortificação estratégica de detenção, orientada para a fronteira, de que dista, como já referimos, uns escassos 13 Km. Constitui também um eficaz lugar de refúgio e um extraordinário ponto de observação e vigilância, já que dominava claramente a segunda via mais importante de penetração dos exércitos do país vizinho, a partir de Valência de Alcântara, numa vasta zona do Alto Alentejo que vai de Badajoz ao rio Tejo. A sua inserção estratégica é clara: faz parte da primeira linha de detenção, pós Tratado de Alcanizes, que vai, no actual Distrito de Portalegre, de Montalvão a Elvas.

O mais *roqueiro*⁵⁷ dos castelos nacionais, constitui-se em dois recintos contíguos que, por questões defensivas, tiveram que abarcar toda a crista rochosa mais elevada.

Sobre a inacessibilidade da fortificação, é interessante a seguinte descrição do Prior Frei Miguel Viegas Bravo, nas Memórias Paroquiais de 1758:

⁵⁷ De roca (rocha, penhasco) e não de *rocca* (fortificação artilheira italiana), ou de roqueiro(a) (canhão com balas de pedra ou para lançar artificios incendiários de forma semelhante a rocas de tecer).

É esta vila praça de armas, a mais inconquistável de todo o Reino; da parte do sul é inacessível, de tal sorte que só aos pássaros permite entrada, porque em todo o comprimento é contínuo, e continuado o despenhadeiro de vivos penhos em tanta altura, que as aves de mais elevados voos, dele de deixam ver pelas costas (...) o qual muro, serve mais para não deixar cair os de dentro, do que impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes é este muro baixo (...) sendo certo que esta praça ou presidio não pode ter contra si em tempo Bélico mais que a falta de água⁵⁸.

A cerca urbana ocupa a restante crista rochosa. Toda a fortificação é, obviamente, em relevo, em parte natural, com nítida preocupação pela impermeabilidade.

Entre as fortificações medievais e a abaluartada, detectam-se trabalhos de fortificação dos finais do séc. XIV ao séc. XVI, resultantes da adaptação da velha fortaleza medieval à crescente eficácia da pirobalística, embora não haja propriamente baluartes de transição⁵⁹. Este tipo de fortificação está patente na construção da barbacã a NE do castelo e entre as Portas de Ródão e o Postigo do Torrejão, com cubelos flanqueando as portas, alguns munidos de canhoeriras nos eirados. De notar que o Postigo do Torrejão foi também conhecido por Baluarte do Torrejão e por Tenalha do Cubelo, em possível referência a um cubelo de transição hoje desaparecido⁶⁰. Também os eirados das torres de base rectangular foram adaptados para a artilharia, eliminando-se as ameias, que se transformaram em barbetas, e rasgando-se canhoeriras.

As entradas dos primeiro e segundo recintos do castelo foram reforçadas com cubelos. E talvez deste período seja também o aproveitamento de ligeiras elevações rochosas para a construção de plataformas artilheiras que batem todo o terreno fronteiro às entradas.

⁵⁸ MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - "O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758", *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993, p. 76 e 78.

⁵⁹ Sobre o processo de desenvolvimento das torres até à forma dos baluartes, ver também, PEREIRA, Mário - "Da torre ao baluarte", *A Arquitectura Militar da Expansão Portuguesa*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994, p. 35 ss.

⁶⁰ Ver notas das pp. 352 e 353.

6.3.5.2.2 FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA

Como quase todas as fortificações de primeira linha de detenção, houve lugar a uma sobreposição de fortalezas, transformando-se o castelo em cidadela da fortaleza seiscentista. A fortificação abaluartada vai então reforçar as entradas na cerca urbana - Portas de Ródão, Portas da Vila e Postigo do Torrejão - ao mesmo tempo que reforça a defesa do castelo na sua zona mais vulnerável: a continuação da crista para NO. Dadas as características orográficas do lugar, a defesa da fortificação só necessitaria cuidados num número reduzido de pontos. Assim se pensava, ainda em 1801:

Marvão é uma Praça fortíssima por natureza: construída sobre elevado e quase inacessíveis rochedos, reduz a sua defesa a pequeno número de pontos que devem ser postos em melhoramento, e cuidadosamente guardados, e que mediante uma ordinária, mas efectiva vigilância nos precisos lugares, em torno do restante circuito da Praça se pode fazer esta impenetrável às violentas e sanguinárias tentativas dos seus inimigos⁶¹.

6.3.6 INTERVENÇÕES E SUA ANÁLISE CRÍTICA

6.3.6.1 A EXPANSÃO URBANA E AS FORTIFICAÇÕES

Marvão não passou pelo processo conturbado de Campo Maior relativamente à necessidade de expansão urbana e conseqüente transposição da fortificação abaluartada. Como já referimos, Marvão atinge o seu auge demográfico no séc. XVI, decaindo como povoação a partir da Guerra da Restauração e não mais recuperando até há duas décadas atrás. Esta foi a causa primeira e suficiente, da compatibilidade entre fortificações e aglomerado urbano. Mas existe uma segunda causa: o forte declive do terreno exterior à magistral, que só permitiria a construção a E/NE, e mesmo assim, em zona também muito acidentada.

⁶¹ Arquivo Histórico Militar, *Cópia do ofício que remeto ao General da Província de Alentejo em 18 de Março de 1801*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 53, Número 1.

Não obstante, registaram-se alguns episódios da costumada “guerrilha” entre o Ministério da Guerra e a povoação, relativamente à posse e utilização dos terrenos exteriores. Terrenos muito cobiçados, porque estavam *à mão de semear*, podendo-se trabalhar no campo e pernoitar, sem canseira, na habitação da vila. Contudo, o problema seria sempre a água, que só a cotas mais baixas se poderia encontrar, conduzindo ao despovoamento da vila. Deste problema se queixava o autor das Memórias Paroquiais, nos seguintes termos:

Tem mais contra si esta praça ou presídio a retirada, que seus moradores vão fazendo dela para os seus campos, como se verá nas informações dos Reverendos Curas do seu campo, em que os moradores excedem grandemente na quantidade aos moradores da vila, e esta fugida é por estarem na sua liberdade, e não estarem fechados de noite, de que nasce que dentro dos muros, toda a casa que uma vez caiu, nunca mais se levantou; e muito mais sendo casas vinculadas, de sorte que se acham já caídas quarenta e seis moradas de casas antes mais do que menos.⁶²

Está bem patente nesta citação, que Marvão foi sempre um misto de quartel e de presídio, havendo, inclusivamente, muitas casas vinculadas a estas funções. O dilema era então o da sobrevivência no alto dos penhascos e não o da expansão urbana. De que servia ter casa se não havia terrenos para darem sustento. Contudo, amainado o clima de guerra que se viveu entre o princípio da Guerra da Restauração e o final das Guerras Liberais, os terrenos começaram a ser disputados, adquiridos ou arrendados por particulares e lavrados para exploração agrícola. É o que claramente evidencia a seguinte carta datada de 1877:

Estes documentos mostram sem contestação que a praça tinha esplanada, e que se estendia a muito mais dos 32,97 m além da raiz das muralhas; é de supor que todo o terreno em roda da praça, que a condescendência tornou em logradouros comuns, fossem terrenos militares, dos quais a Câmara

⁶² MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, *ob. cit.*, p. 78.

*Municipal de Marvão, seguindo o exemplo de muitas outras, se apoderou para fazer dinheiro, considerando como seu o que era pertença do Estado*⁶³.

Mas se os terrenos começaram a ser explorados do ponto de vista agrícola, em culturas de sequeiro, o mesmo não aconteceu do ponto de vista urbano. Para além do posto da Guarda Nacional Republicana, do estaleiro municipal e do Centro de Saúde - construções localizadas junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, obras de 1978, 1987 e 1988, respectivamente -, nenhuma outra construção se levou a efeito, apesar de se ter projectado, cerca de 1946, a construção dum campo desportivo. Relativamente a esta infra-estrutura, não foi fácil obter a autorização por parte da DGEMN, deixando-se perceber, pela carta de que seguidamente transcrevemos um extracto, que se apresentou o facto consumado antes da autorização ser dada:

*O Instituto Nacional de Trabalho e Previdência pretende que seja novamente considerado o pedido feito, em tempos, pela Casa do Povo de Santa Maria de Marvão, no sentido de que seja concedida uma faixa de terreno do Estado, junto às muralhas do antigo Castelo de Marvão, para campo de jogos, atendendo a que aquele organismo já deu início às obras de terraplanagem, vedação e arranjo do campo e despendeu nas mesmas cerca de 5 contos*⁶⁴.

Vaz Martins, Arquitecto-Chefe da DGEMN, dá parecer favorável, embora ache que o terreno não deva deixar de pertencer ao Estado.⁶⁵ Contudo, a construção do referido campo nunca se chegou a realizar (ou a concluir), segundo apurámos na Câmara Municipal de Marvão. Assim ficou Marvão confinada, pelos tempo fora, à sua cintura de muralhas, não por razões defensivas, ainda menos por razões de filosofia urbanística ou de concepção da cidade fortificada, mas simplesmente porque, quando podia dar o salto e instalar-se no extramuros - na 2ª metade do séc. XIX, quando a fortaleza foi

⁶³ Arquivo Histórico Militar, extracto da Carta do Director-Geral da Secretaria da Direcção-Geral de Engenharia, de 12 de Junho de 1877, para o Director-Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Nº 31.

⁶⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Pasta nº 139 (1938-1951), ofício do Ministério das Finanças para o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁶⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Pasta nº 139 (1938-1951), ofício nº 226 de 30 de Setembro de 1946.

desartilhada⁶⁶, e no primeiro quartel do séc. XX - sobejavam as casas intramuros para os seus habitantes. Depois, com a criação da DGEMN e a conseqüente maior preocupação pela salvaguarda do património, as possibilidades legais e práticas foram substancialmente reduzidas para tal fim.

Nos dias de hoje, com o desenvolvimento dos serviços e com a grande procura turística, faltam as habitações para os que trabalham na vila e as infra-estruturas para maior retenção de receitas turísticas, havendo uma polémica latente sobre a questão de construir ou não fora das muralhas. Soubemos, na Câmara Municipal, que foi recentemente aprovado um projecto de construção de vinte vivendas, extramuros, no sector E, junto às restantes construções, não maculando a actual leitura paisagística de Marvão e do seu envolvimento.

6.3.6.2 INTERVENÇÕES

Até 1933, demos conta da existência de algumas intervenções de que existe memória⁶⁷. Referem-se ao restauro da Torre de Menagem, atingida por uma fâisca, ao restauro de outras duas torres não especificadas, e à construção de uma porta para a *entrada principal do castelo*. Durante o Estado Novo, as intervenções foram orientadas pelo Arq. Humberto Reis (1936-1938 e 1943-1946), pelo Arq. Vaz Martins (1938-1942 e 1946-1947), pelo Arq. Peres de Guimarães (1947-1949), pelo Arq. Álvaro Bessa (1949-1952) e pelo Arq. Rui Couto a partir de 1953. Até à intervenção de 1958, não

⁶⁶ A Praça de Marvão já se encontrava desartilhada em 1861. Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9 Secção, Caixa 51, Número 17 (1861).

⁶⁷ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo nº S121002/001, Castelo de Marvão: orçamento no valor de 12204\$00, datado de 28/2/1925, respeitante à consolidação de três torres, aprovado por despacho ministerial de 8/4/1925, Ordem de Serviço nº 482 de 13/4/1925, tendo sido autorizada, para o ano em curso, apenas a quantia de 5000\$00, por despacho de 19/6/1925; em 1927 aparece novamente o orçamento anterior para a realização de obras por parte da 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes, a 20/6/1927, visando restaurar o cunhal SO da Torre de Menagem, atingido por uma fâisca; transferência de uma verba de 46641\$00, pertencente às fortificações de Marvão e de Castelo de Vide, com destino a intervenções no *Domus Municipalis* de Bragança, 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes, 10/11/1927; proposta de ajuste particular de João Martinho da Silva, de 25/2/1928, no valor de 5920\$00, para restauro do referido cunhal da Torre de Menagem, aprovada a 25/2/1928; proposta de ajuste particular de João Martinho da Silva, de 8/6/1928, no valor de 3720\$00, para restauro da cobertura da Torre de Menagem, aprovada a 9/6/1928; proposta do anterior empreiteiro, de 12/6/1928, no valor de 4880\$00, para a construção de uma porta para a “entrada principal do castelo”, aprovada a 14/6/1928.

existem plantas de localização. São as fotografias - raramente datadas - que nos fornecem algumas pistas (Fig. 6.3.41). Registaram-se as seguintes intervenções:

1ª Intervenção (1938) - Obras de beneficiação e restauro no valor de 48 800\$00⁶⁸ e de 134 900\$00.

Estavam previstas demolições de acrescentos considerados inúteis ou afrontosos, a reconstrução de muralhas em diversos pontos - através de uma alvenaria que imitasse a preexistente -, e o restauro das escadas de acesso os adarves. Dada a inexistência de propostas de ajuste particular com empreiteiros, não temos a certeza da realização destas obras, apenas orçamentadas e descritas em duas memórias descritivas, da autoria do Arq. Humberto Reis, datadas de 4/7/1938 e de 3/8/1938, para intervenções globais de 134 900\$00 e de 48 800\$00, respectivamente⁶⁹.

2ª Intervenção (1942) - Obras no valor de 50 000\$00⁷⁰

Foi realizada a *consolidação geral de panos de muralha* pelo empreiteiro Carlos Alberto Brito, de Portalegre. As obras iniciaram-se a 18/5/1942.

3ª Intervenção (1942) - Continuação das obras anteriores até ao valor de 50 000\$00⁷¹

Ainda no ano de 1942, dá-se continuação à intervenção anterior através da aprovação da proposta de ajuste particular de Francisco Torres, de Barcelos.

4ª Intervenção (1943) - Obras no valor de 40 000\$00

A intervenção foi realizada por Francisco Torres⁷², de Barcelos, que trabalhou até ao dia 9 de Outubro, data em que foram suspensas por se ter esgotado a verba

⁶⁸ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovado um orçamento no valor de 48800\$00, através da Ordem de Serviço nº 5971, de 10/8/1938, da DGEMN.

⁶⁹ Arquivo da DGEMN, DSID, Processo S121002001, Castelo de Marvão (1926-1976).

⁷⁰ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovada uma proposta de ajuste particular de Carlos Alberto Brito, de Portalegre, no valor de 50 000\$00, datada de 27/4/1942, pela Ordem de Serviço nº 1575, de 29/4/1942, da DGEMN.

⁷¹ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovada a proposta de ajuste particular de Francisco Torres, de Barcelos, no valor de 50 000\$00, datada de 8/7/1942, pela Ordem de Serviço nº 2557, de 10 de Julho de 1942, da DGEMN.

⁷² Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 2365 da DMN de 30/8/1943. (Arquivo da DSID, Ordem de Serviço nº 3743 de 28/8/1943).

orçamentada. Através do processo fotográfico, podemos concluir que neste ano, e no seguinte, se realizaram obras de reconstrução na Torre de Menagem. O objectivo foi apagar reabilitações oitocentistas, tentando, sem sucesso, como veremos mais adiante, repor a configuração medieval.

5ª Intervenção (1944) - Obras no valor de 30 000\$00

Como referimos atrás, a Torre de Menagem foi intervencionada também neste ano, dando seguimento às obras iniciadas no ano anterior. O empreiteiro foi o mesmo, Francisco Torres, de Barcelos⁷³.

6ª Intervenção (1945) - Obras no valor de 30 000\$00

Estas obras também foram realizadas por Francisco Torres⁷⁴, de Barcelos. Os trabalhos começaram a 30 de Junho e terminaram a 18 de Agosto, por se ter esgotado a verba.

7ª Intervenção (1947) - Obras no valor de 50 000\$00 nas ruas da vila

Previa-se a construção de um colector de esgotos e a modificação dos pavimentos. A *Memória Descritiva* explica a filosofia desta intervenção nos seus aspectos estéticos:

Pretende-se, com a alteração apresentada, imprimir aos arruamentos um aspecto antigo, mais de harmonia com as históricas muralhas que englobam todo o conjunto de edificações típicas, com os seus curiosos ferros forjados e suas chaminés alentejanas, arcos góticos e recantos pitorescos⁷⁵.

A modificação implicava o levantamento de uma faixa central do calcetamento e a sua substituição por lajes de granito (Rua de Cima, Rua das Portas da Vila, Largo do

⁷³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 2472 da DMN de 27/7/1944. (Arquivo da DSID, Proposta de 20/7/1944, Ordem de Serviço nº 4227 de 26/7/1944).

⁷⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Despacho de 18 de Maio de 1945. (Arquivo da DSID, Proposta de 13/5/1945 até 30 000\$00, Ordem de Serviço nº 3319 de 18/5/1945).

⁷⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1947.

Pelourinho, Rua do Espírito Santo e Rua do Castelo). Desconhece-se quem realizou a empreitada.

Ainda no mesmo ano, o Arq. Vaz Martins projectou a reconstrução da muralha em vários pontos, a reparação de cortinas, a tomada de juntas, a reparação de canhoiras, a reconstrução de coberturas, a construção e assentamento de portas, a substituição de rebocos na sala da Torre de Menagem, a regularização do pavimento da Praça de Armas do segundo recinto do castelo e a calafetação das juntas de uma cisterna. Estavam estas obras orçadas em 310 000\$00. Provavelmente foi este o projecto que norteou as intervenções dos anos seguintes⁷⁶.

8ª Intervenção (1948) - Obras no valor de 37 360\$00

Foram aprovadas duas campanhas de obras a executar por Raul Marques da Graça, de Tomar; a primeira, no valor de 30 000\$00⁷⁷, a iniciar a 8 de Junho, e a segunda prevista para Setembro, no valor de 7 360\$00⁷⁸. Não existe processo de obras referente a estas intervenções.

9ª Intervenção (1948) - Obras até ao valor de 50 000\$00

Proposta de Raul Marques da Graça, de 16/7/1948⁷⁹.

10ª Intervenção (1949) - Obras no valor de 65 000\$00

Foram aprovadas obras a executar por Manuel Ferreira da Costa, de Alcobaça⁸⁰. Dava-se continuidade a obras no colector de esgotos e previa-se a reparação de panos de muralha. Não existe processo de obras referente a estas intervenções.

⁷⁶ De notar que estas obras não aparecem referidas num manuscrito que faz o apanhado das intervenções da DGEMN, por Secções, de 1932 a 1956, intitulado *Castelos*. Este manuscrito encontra-se no arquivo da DGEMN, Lisboa.

⁷⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 1962 de 3/6/1948, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Ordem de Serviço nº 3624 de 2/6/1948, Proposta de 15/5/1948 até 30 000\$00.

⁷⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 4586 de 3/11/1948, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Ordem de Serviço nº 6788 de 2/11/1948.

⁷⁹ Arquivo da DGEMN/DSID, Ordem de Serviço nº 4597 de 21/7/1948.

⁸⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 1960 de 2/6/1949, do Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Proposta até 50 000\$00, datada de 23/5/1949, Ordem de Serviço nº 2695 de 1/6/1949.

11ª Intervenção (1949) - Obras no valor de 32 000\$00

Ainda no ano de 1949, são aprovadas obras a executar por Joaquim da Silva Ramalho, de Santarém⁸¹. Não existe processo de obras referente a esta intervenção.

12ª Intervenção (1950) - Obras no valor de 19 000\$00⁸²

São aprovadas obras a executar por José Marquito Gomes, de Marvão⁸³. Não existe processo de obras.

13ª Intervenção (1952) - Obras de conservação, no valor de 41 790\$00⁸⁴

Estavam previstas as seguintes obras: renovação de paramentos interiores; alegrar e refechar juntas em paramentos exteriores; construção de pavimentos em tijolo prensado; reparação de coberturas; construção e assentamento de uma porta e janelas; consolidação do *arco de acesso ao castelo*; alargamento e consolidação do *arco de acesso à vila*.

14ª Intervenção (1952) - Obras no valor de 39 800\$00⁸⁵

Proposta de Raul Marques da Graça datada de 7/5/1952. Incluímos estas obras na intervenção anterior, cujo valor é mais elevado e consta no apanhado de verbas despendidas por Secções, entre 1932 e 1956.

15ª Intervenção (1955) - Obras até 10 000\$00⁸⁶

Proposta de J. Freitas Garcia datada de 26/11/1955.

⁸¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 3764 de 14/9/1949, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

⁸² O valor referido em manuscrito do Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956, é de 19 968\$00. Este valor deve ser o da base de licitação, uma vez que é superior à proposta de ajuste particular.

⁸³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço nº 1793, de 9/5/1950, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

⁸⁴ Arquivo da DGEMN, Lisboa, valor referido em manuscrito intitulado *Castelos* que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956.

⁸⁵ Arquivo da DSID, Processo S121002001 (1926-1976), Ordem de serviço nº 3080 de 29/5/1952.

⁸⁶ Arquivo da DSID, Processo S121002001 (1926-1976), Ordem de Serviço nº 12898 de 3/12/1955.

16ª Intervenção (1957) - Obras de conservação no valor de 10 300\$00⁸⁷

Previa-se o alargamento do arco das Portas de Ródão, tentando obviar a *uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas que pretendem entrar na vila*⁸⁸. Previam-se igualmente pequenas obras de conservação no troço de muralha adjacente. Não existem elementos gráficos no processo de obras.

17ª Intervenção (1958) - Obras de conservação no valor de 29 952\$00⁸⁹

Previa-se a demolição de um palco de alvenaria construído anteriormente pela Câmara Municipal de Marvão (Fig. 6.3.40 e 6.3.41), a reparação de muralhas e guaritas, a renovação de rebocos no Museu e no forno, o fornecimento e assentamento de portas e a pintura das peças de artilharia com tinta anticorrosiva⁹⁰. No processo de obras apenas está registada, em desenho, a demolição do palco.

18ª Intervenção (1959) - Obras de conservação na Ponte da Portagem, no valor de 15 253\$00.

Da memória descritiva deste processo de obras consta a repavimentação da calçada da ponte, o refechamento de juntas nas cantarias e a colocação de pedras em falta⁹¹.

19ª Intervenção (1961) - Obras de conservação no valor de 10 000\$00

Da memória descritiva deste processo de obras consta a reparação de telhados do Museu e de outras dependências do Castelejo, bem como a reparação de muralhas e adarves do mesmo e da escada do terraço da Torre de Menagem⁹².

⁸⁷ Este valor corresponde ao que vem referido em manuscrito existente no Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956. Como é inferior aos 10 803\$00 referidos no Processo de Obras, deve ter sido aquele o valor da adjudicação.

⁸⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1957.

⁸⁹ Este valor corresponde ao que vem referido em manuscrito existente no Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956. Como é inferior aos 30 000\$00 referidos no Processo de Obras, deve ter sido aquele o valor da adjudicação.

⁹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1958.

⁹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1959.

⁹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1961.

20ª Intervenção (1962) - Obras de conservação no valor de 10 397\$00

Previa-se, na memória descritiva deste processo de obras, a reparação do telhado e da porta de entrada do Museu, bem como a consolidação da muralha em diversos pontos⁹³. Esta intervenção pressupõe, obviamente, a não conclusão da anterior no que diz respeito, pelo menos, ao edifício do Museu.

21ª Intervenção (1963) - Reparação de rebocos e caição da Estalagem Ninho de Águias, no valor de 2 636\$00, e outras obras no valor de 10 400\$00

Da memória descritiva referente a esta última obra consta a reparação de muralhas, guaritas, telhados e uma chaminé⁹⁴.

22ª Intervenção (1965) - Obras de conservação no valor de 5 408\$00

Previam-se nesta intervenção as reparações de telhados no castelo e a reparação da porta da Torre de Menagem⁹⁵.

23ª Intervenção (1967) - Obras de conservação no valor de 89 440\$00

A verba orçamentada suportaria as seguintes obras: limpeza e reparação de muralhas; reparação de guaritas e telhados; reparação, construção e assentamento de portas; colocação de corrente na ponte de acesso à Torre de Menagem; preservação de portas através de pintura com óleo fervido; pintura dos canhões com tinta anticorrosiva⁹⁶.

24ª Intervenção (1971) - Reconstrução de uma guarita e muralha adjacente, no valor de 20 800\$00.

A obra incluía ainda o *restauro* da escada de alvenaria de acesso ao adarve⁹⁷.

⁹³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1962.

⁹⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1963.

⁹⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1965.

⁹⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1967.

⁹⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1971.

Após o 25 de Abril de 1974, realizaram-se intervenções nos anos de 1974/75/76/77/79/81/84/89/91/94. Para além dos trabalhos de conservação, são de salientar a construção dos sanitários do castelo, em 1977, e a instalação eléctrica para a iluminação exterior de toda a fortaleza, no ano de 1994.

6.3.6.3 PORMENORES TÉCNICOS PRESCRITOS NOS PROJECTOS

O Caderno de Encargos respeitante às *Obras de Conservação no Castelo de Marvão*⁹⁸, referente ao ano de 1952, sistematiza prescrições técnicas que podemos considerar extensíveis a todo o período em análise.

Para a execução de um reboco interior era necessário picar, emboçar e finalmente rebocar com argamassa bastarda ao traço de 1:1:6. O assentamento de cantarias era feito com argamassa ao traço de 1:3. Os pavimentos eram assentes com argamassa ao traço de 1:3, sobre massame de betão pobre, com 7 cm de espessura, ao traço de 1:4:6, com um revestimento prévio de cascalho e areia seca, sobre aterro em caixa, regado e batido a maço.

Nos paramentos exteriores de alvenaria de pedra, alegravam-se as juntas, ou seja, picavam-se e retirava-se a argamassa existente, e refechavam-se com argamassa ao traço de 1:6. Os guarnecimentos seriam executados com argamassa de cal em pasta e areia fina e passados à serapilheira para ficarem com um granulado bastante fino.

As caiações eram executadas à esponja, com três demãos, pelo menos, sendo o leite de cal constituído por água, cal, sebo e alúmen (sulfato duplo de alumina e potassa).

As madeiras de portas e janelas deveriam ser de casquinha de fio à banda, ou então de castanho ou madeira exótica. A sua pintura implicava a queima de nós a maçarico, uma primeira demão de aparelho à base de óleo de linhaça, betumação com massa de óleo, passagem das peças à lixa após o enrijecimento das massas, duas demãos a tinta de óleo, passagem à lixa desta última, e demão final, também com tinta de óleo. Para portas não pintadas a tinta de óleo, a conservação era feita através da aplicação de duas demãos de óleo fervido.

⁹⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S1210021001, Processo de Obras, intervenção de 1952.

As coberturas dos edifícios do pátio do castelo, seriam refeitas, utilizando-se, no telhado, telha romana, com as braceiras e as bocas argamassadas. O telhado era assente em estrutura de pinho (ripas, varêdo, madres, frechais e asnas) preservada com duas demãos de carbonilo (óxido de carbono).

6.3.6.4 ANÁLISE CRÍTICA

As intervenções mais importantes, ou seja, as que maiores alterações produziram no monumento, contribuindo decisivamente para o seu aspecto actual, realizaram-se a partir de 1938 e por toda a década de Quarenta.

Infelizmente, os documentos que sobreviveram nos arquivos da DGEMN, ou que foram elaborados para o efeito, não abarcam todas as intervenções, são muito vagos nas memórias descritivas e o primeiro desenho que localiza intervenções data de 1958. Acresce que existem raríssimas fotografias datadas e tão pouco a sua disposição no processo fotográfico respeita, sem erros, a simples ordem cronológica⁹⁹.

Tal situação não nos permite localizar com precisão, quer no tempo, quer no espaço, as inúmeras intervenções realizadas. Mas permite-nos estabelecer, em balizas temporais amplas, as grandes campanhas de obras levadas a efeito e, inclusivamente, tipificá-las.

1ª Campanha de obras (1938 - década de Quarenta)

A grande preocupação foi demolir *acrescentos julgados inúteis e afrontosos*¹⁰⁰ e reconstruir o *Castelejo*, tentando restitui-lo à sua forma medieval, o que contrariou a Carta de Atenas (1931) (I - Doutrinas. Princípios Gerais)¹⁰¹. Nesta voragem demolidora, desapareceram, no segundo recinto do castelo, os edifícios que se encontravam adossados à muralha SO e o primeiro andar do edifício situado no topo SE, que viria a

⁹⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Fotográfico, Livros 139 a 139-F.

¹⁰⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S1210021001, Processo de Obras, Memória Descritiva referente à intervenção de 1938.

¹⁰¹ (...) a Conferência recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscrever o estilo de nenhuma época (ver *Textos Fundamentais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, p. 7).

ser transformado em Museu (Figs. 6.3.42/43 e 44).

No primeiro recinto, foram demolidos os edifícios que se encontravam adossados a muralhas, no topo SE, a SO e na entrada deste recinto, junto à passagem estreita entre os dois cubelos (Figs. 6.3.45 e 46).

Eram edifícios militares construídos a partir do séc. XVII (paióis, armarias, oficinas, casas da guarda, etc.). A filosofia de intervenção é clara e reprovável: tentar restituir o monumento à sua traça medieval, apagando qualquer memória de sobreposição de funções ao nível das instalações militares. Pelo contrário, seria importante a sua manutenção, identificação funcional e musealização, para melhor se perceber a orgânica defensiva da Praça no seu último estágio, o mais autêntico. As demolições só se justificariam se os edifícios em causa estivessem em ruína e não apresentassem qualquer valor estético ou histórico. Não era o caso! A DGEMN não descreveu nem documentou convenientemente o processo, mas podemos criticar a filosofia adoptada, já que os edifícios em causa foram demolidos por se tratar de acrescentos...aos medievais. Mas, e os que ficaram? Não eram também acrescentos? Qual foi a justificação para demolir uns, manter outros, rebaixar outros? Desconhece-se!

Relativamente às reconstruções operadas nesta campanha de obras, podemos referir, como exemplo emblemático da filosofia de “restauro” do Estado Novo, a intervenção realizada na Torre de Menagem (Figs. 6.3.39, 6.3.47 e 48). Esta torre era um *armazém de pólvora* em 1755 e adaptou-se a *paiol permanente* em 1828, tornando-se o acesso ao eirado independente, através da abertura de uma segunda porta, ao lado da primitiva.

Nas intervenções de 1943/44, apagou-se completamente esta reabilitação oitocentista da torre, pois:

- eliminou-se a 2ª porta, aberta em 1828;
- restabeleceu-se o acesso ao eirado através da sala da torre, reconstruindo as primitivas escadas;
- começaram a reconstruir-se as ameias, sem qualquer vestígio que pudesse documentar a sua forma medieval, acabando depois por se demolirem, uma vez que, como alguém escreveu numa fotografia (Fig. 6.3.39), *nunca a torre teve ameias; a torre só tinha a porta da esquerda.*

Ou seja, a segunda porta foi eliminada porque se pensou que a torre nunca a teria possuído primitivamente, o mesmo acontecendo com as ameias. No caso destas, poderemos concluir que a sua demolição, depois de construídas, teve a ver com uma “interpretação histórico-arquitectónica” do monumento e não com a problemática do falso histórico. Outras reconstruções foram efectuadas, nomeadamente de guaritas, conforme indicia a Fig. 6.3.49, tirada em 1942. Em nenhuma delas se procurou diferenciar os novos materiais incorporados, o que colidia, ao tempo, com o preceituado no Ponto VI da Carta de Atenas (1931)¹⁰².

A partir de 1947, e aproveitando-se a construção de um colector de esgotos, dá-se nova aparência estética ao pavimento das ruas principais (das Portas de Ródão e da Vila até ao castelo), com a intenção de *imprimir aos arruamentos um aspecto antigo, mais de harmonia com as históricas muralhas* (Figs. 6.3.50 e 51). Está claramente explicada na memória descritiva¹⁰³ a intencionalidade da intervenção estética e a filosofia subjacente. Tudo se passava como se ainda se vivesse nos tempos fantasiosos dos “restauradores” de Oitocentos. Devemos concordar que a colocação das lajes de granito foi uma solução muito funcional, já que constituía, também, uma óptima passadeira para ajudar a vencer o declive das ruas em direcção ao castelo. Para além de que se tornou muito agradável do ponto de vista estético e hoje constitui uma característica distintiva das ruas de Marvão. Mas o que sublinhamos aqui é a intencionalidade da acção: dar um aspecto mais vetusto aos arruamentos, de *harmonia com as históricas muralhas*, ainda que se levasse o visitante ao engano, fazendo-o pensar que estaria a pisar uma calçada medieval.

2ª Campanha de obras (década de Cinquenta)

Executadas as demolições de *acrescentos* e reconstruídas as torres, troços de muralha e guaritas no castelo, as obras estendem-se agora à cerca urbana e às suas portas.

¹⁰² (...) os novos materiais necessários para este fim deverão ser sempre reconhecíveis. (Ver *Textos Fundamentais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, p. 9).

¹⁰³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S1210021001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1947.

Entre as obras de maior vulto, ou em pontos mais significativos, devemos referir as que se realizaram nas Portas da Vila e nas Portas de Ródão. Nas primeiras, os cubelos correspondentes à segunda porta, no seguimento da barbacã, estavam em completa ruína (Fig. 6.3.52) e foram reconstruídos. As ameias que encimavam o muro que contém esta porta (Fig. 6.3.53), de construção nitidamente ornamental, foram eliminadas (Fig. 6.3.54), tal como o reboco caiado. Dois pequenos edifícios que constituíam o paiol/armaria e a casa da guarda, foram demolidos (Fig. 6.3.55).

Em 1957, as Portas de Ródão são alargadas, já que representavam *uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas*. Um dos arcos foi alargado, procedendo-se, também, a obras de reconstrução e de conservação no troço de muralha correspondente.

Em 1958, um palco de alvenaria de pedra (Fig. 6.3.40) que fora construído pela Câmara Municipal junto à entrada do segundo recinto do castelo, foi demolido, porque estava *obstruindo as muralhas*. Pensamos que se trata, uma vez mais, da procura purista, de sentido arqueológico, da existência fundacional das fortificações.

Muitas outras obras foram realizadas nesta década, um pouco por todo o amuralhado, tentando contrariar a acção destrutiva das severas invernias naquele sítio altaneiro. As peças de artilharia¹⁰⁴ foram pintadas com tinta anticorrosiva (1958).

Tal como aconteceu na campanha de obras anterior, foram praticadas demolições e reconstruções que não seguiam o espírito da Carta de Atenas (1931).

3ª Campanha de obras (décadas de Sessenta e Setenta até ao fim do Estado Novo)

Realizadas as obras de demolição e de reconstrução mais importantes até ao final da década de Cinquenta, nos restantes 15 anos de Estado Novo assiste-se, sobretudo, à

¹⁰⁴ O castelo de Marvão possuía mais peças de artilharia, espingardas e outro material bélico, do que actualmente apresenta nas fortificações e no Museu Municipal. Por processos não de todo esclarecidos, este espólio foi desaparecendo, diz-se que para castelos e museus de Lisboa e até para casas de particulares. Actualmente, inventariámos o seguinte material: a) Peças de artilharia nas fortificações: 1 na Porta de Ródão, 1 na Porta da Vila, 1 na entrada do segundo recinto do castelo e 5 na tenalha do castelo; b) Material bélico no Museu Municipal: 2 canhões, 4 soquetes, 7 balas de canhão, 3 mosquetes de muralha (sécs. XVII/XVIII), 5 carabinas (séc. XIX), 1 sabre (séc. XIX), 2 lanças, 2 capacetes (séc. XVII) e 1 couraça (séc. XVII). O museu possui também, 11 fotografias de plantas e projectos das fortificações de Marvão.

execução anual de obras de conservação: refechamento de lombos e de juntas no amuralhado, reparação de escadas e adarves, reparação de coberturas, etc..

6.3.7 INTERVENÇÕES URGENTES E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

As fortificações de Marvão contam-se entre as que estão em melhor estado de conservação, no distrito e até no país. Contudo, apontaríamos como urgentes algumas intervenções:

a) Impermeabilização do terraço construído no extradorso da abóbada da sala da Torre de Menagem, não excluindo o projecto oitocentista, já referido, de construção de um telhado que não inviabilizasse o acesso ao eirado (como no castelo de Amieira do Tejo, por exemplo).

b) Reconstrução, restauro e disponibilização turística das barbacãs: a do castelo deveria ser desobstruída e consolidada, tal como o cubelo de que ainda existe a base; a barbacã que liga as Portas da Vila ao Postigo do Torrejão está em parte caída, devendo ser adquirida pelo Estado, reconstruída e restaurada em todo o seu percurso; as liças das barbacãs, das Portas de Ródão ao Postigo do Torrejão, devem ser desocupadas das hortas e galinheiros que possuem, pavimentadas a calçada igual às das ruas da vila e disponibilizadas ao turista¹⁰⁵.

c) Regularização dos pavimentos dos adarves, que fazem, pontualmente, muito mau passeio e provocam quedas.

Como intervenções a médio e longo prazos, advogamos as seguintes:

a) Limpeza e iluminação da cisterna pequena (segundo recinto do castelo), colocando uma placa de vidro rocha debaixo da tampa gradeada.

b) Instalação de um núcleo museológico militar no segundo recinto do castelo, utilizando as casas que nele se encontram e a sala da Torre de Menagem, com serviços educativos e entradas pagas.

¹⁰⁵ Entre as Portas de Ródão e as da Vila, a liça da barbacã foi limpa e disponibilizado o espaço ao turista, no ano de 1999, sob a nossa sugestão e orientação.



Fig. 6.3.1 - Elevação rochosa sobre a qual estão implantadas a fortaleza e a vila de Marvão



Fig. 6.3.2 - A vila de Marvão vista do castelo



Fig. 6.3.3 - Planta da Praça de Marvão (1755)
(DSE/GEAEM, Carta nº 1396, cota 3/40/1390)



Fig. 6.3.4 - Vila de Marvão. Planta aerofotogramétrica (1980)

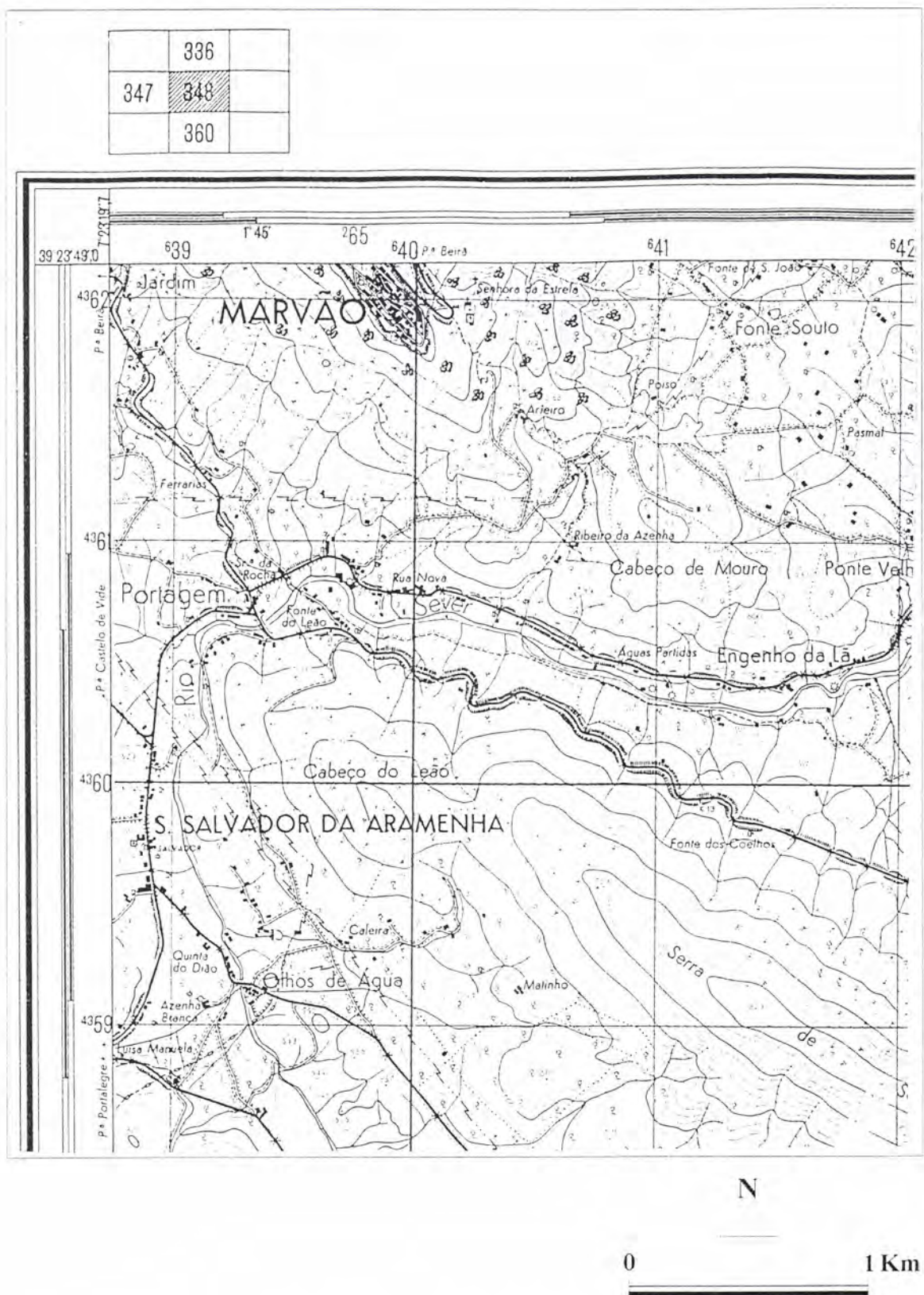


Fig. 6.3.5 - Localização de Marvão na Carta Militar
 Carta Militar de Portugal, Folha nº 348, Serviço Cartográfico do Exército, 1970.

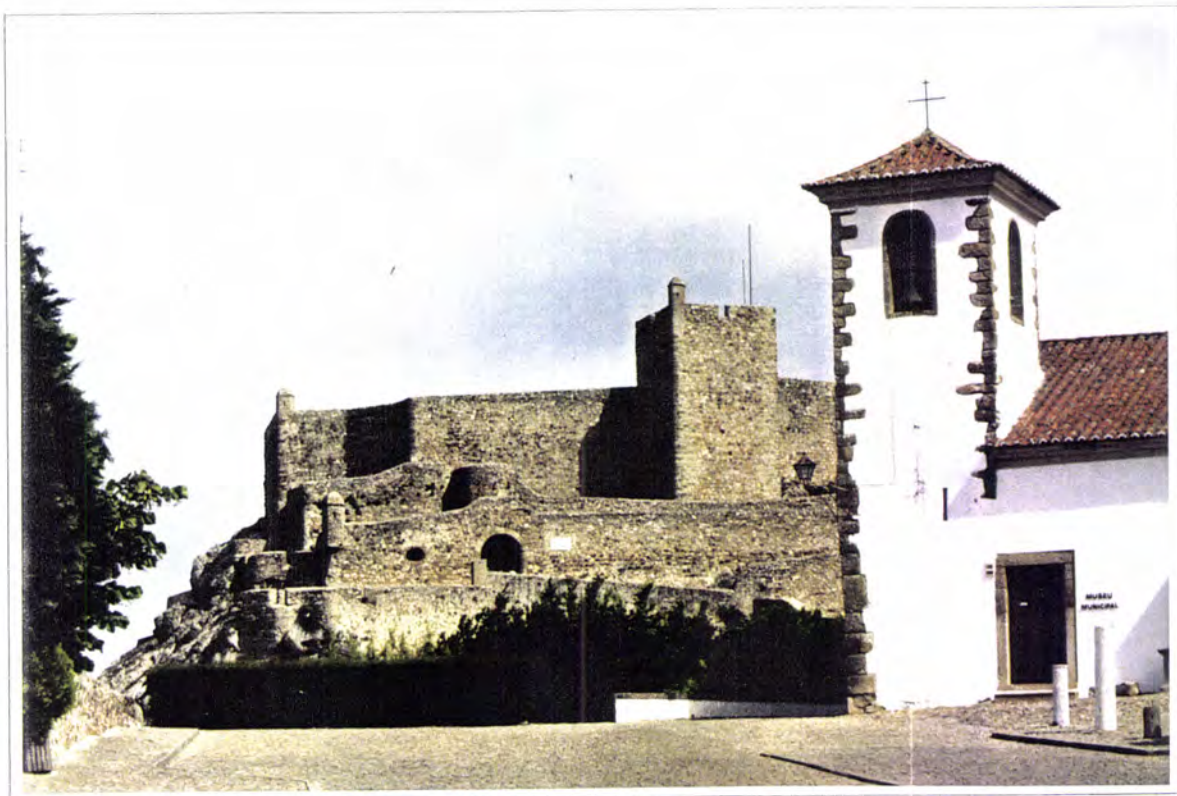


Fig. 6.3.6 - Castelo de Marvão. Entrada do primeiro recinto. Igreja de Santa Maria



Fig. 6.3.7 - Castelo de Marvão. Pátio do segundo recinto. Fortificação abaluartada

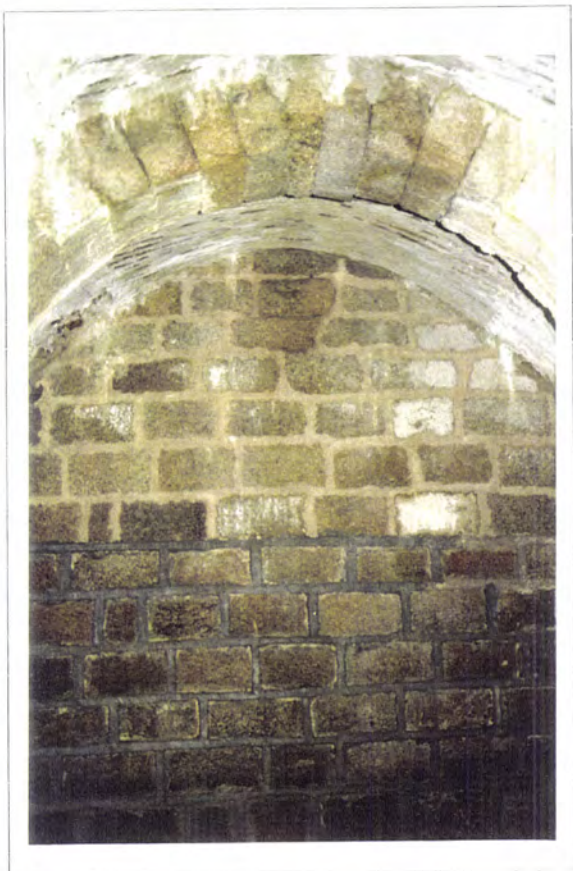


Fig. 6.3.8 - Castelo de Marvão. Cisterna pequena

Fig. 6.3.9 - Castelo de Marvão.
Cisterna pequena. Porta emparedada?





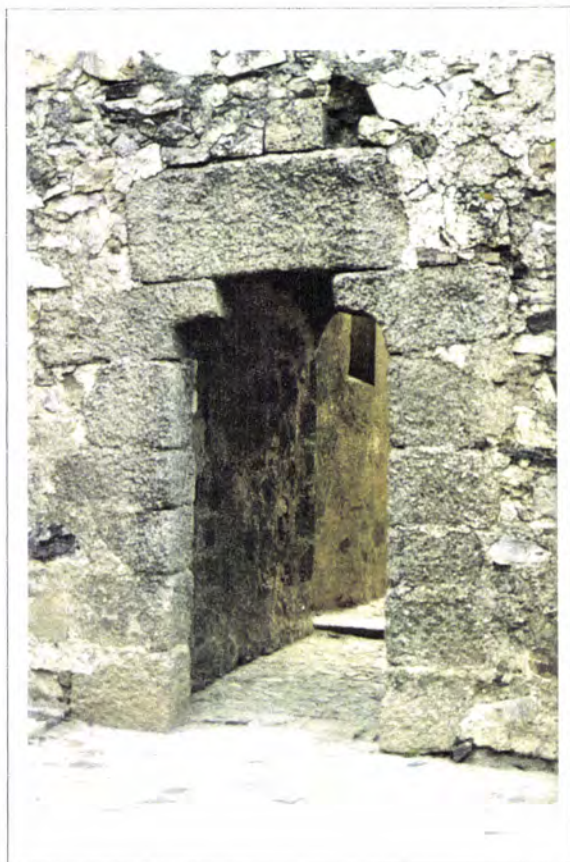
Fig. 6.3.10 - Castelo de Marvão. Torre N do segundo recinto



*Fig. 6.3.11 - Castelo de Marvão.
Porta da Torre de Menagem*



Fig. 6.3.12 - Castelo de Marvão. Torre de Menagem. Pátio do segundo recinto



*Fig. 6.3.13 - Castelo de Marvão.
Porta da traição vista do exterior*



*Fig. 6.3.14 - Castelo de Marvão. Baluarte O da Tenalha do Castelo.
Porta da barbacã vista do exterior*



Fig. 6.3.15 - Castelo de Marvão. Tenalha do Castelo. Baluarte O



Fig. 6.3.16 - Castelo de Marvão. Tenalha do Castelo. Baluarte N



Fig. 6.3.17 - Castelo de Marvão. 1º recinto (albacar). Ao fundo, a entrada para o segundo recinto com a Torre de Menagem em evidência



Fig. 6.3.18 - Castelo de Marvão. Primeiro recinto (albacar). Ao fundo, a entrada que dá para a vila



*Fig. 6.3.19 - Castelo de Marvão.
Torre do primeiro recinto ou "Torre da Bandeira"*



Fig. 6.3.20 - Castelo de Marvão. Cisterna grande (foto DGEMN)

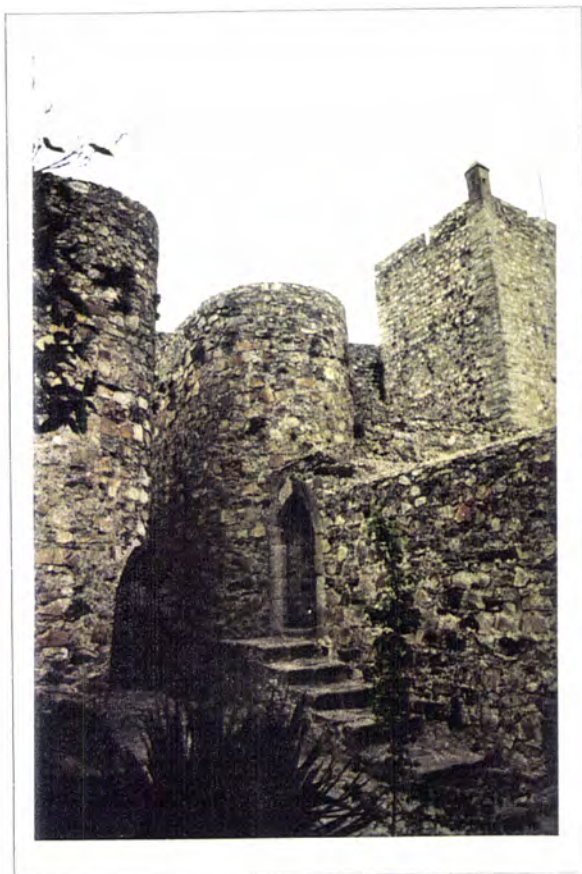


Fig. 6.3.21 - Castelo de Marvão. Entrada do primeiro recinto. Passagem estreita entre dois cubelos

Fig. 6.3.22 - Fortificações de Marvão. Troço da cerca urbana entre o castelo e as Portas de Ródão

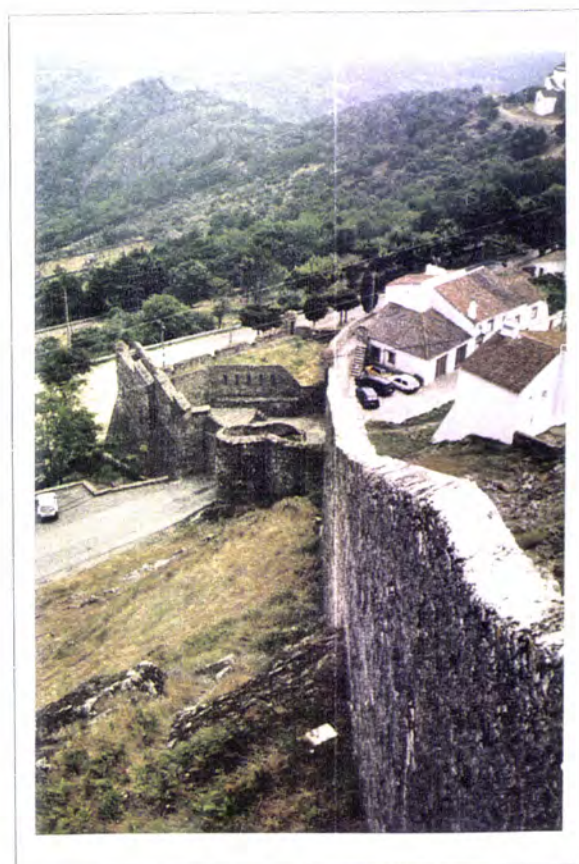




Fig. 6.3.23 - Fortificações de Marvão. Meio baluarte das Portas de Ródão



Fig. 6.3.24 - Fortificações de Marvão. Meio baluarte das Portas de Ródão



Fig. 6.3.25 - Fortificações de Marvão. Meio baluarte das Portas de Ródão. Interior



Fig. 6.3.26 - Fortificações de Marvão. Meio baluarte das Portas de Ródão

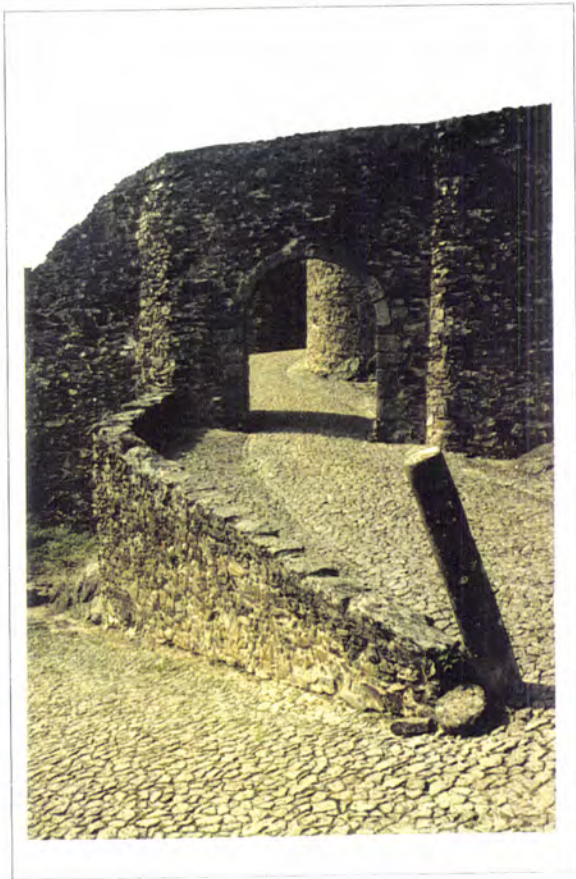


Fig. 6.3.27 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Rampas da entrada



Fig. 6.3.28 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila, primeira porta



Fig. 6.3.29 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Segunda porta ou da barbacã



Fig. 6.3.30 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Terceira porta ou da cerca urbana



Fig. 6.3.31 - Fortificações de Marvão. Meio baluarte das Portas da Vila



Fig. 6.3.32 - Fortificações de Marvão. Postigo do Torrejão e escadas de acesso aos torreões que o ladeiam



Fig. 6.3.33 - Fortificações de Marvão. Baluartes do Postigo do Torrejão



Fig. 6.3.34 - Fortificações de Marvão. Baluarte nascente do Postigo do Torrejão



Fig. 6.3.35 - Fortificações de Marvão. Baluarte sul do Postigo do Torrejão

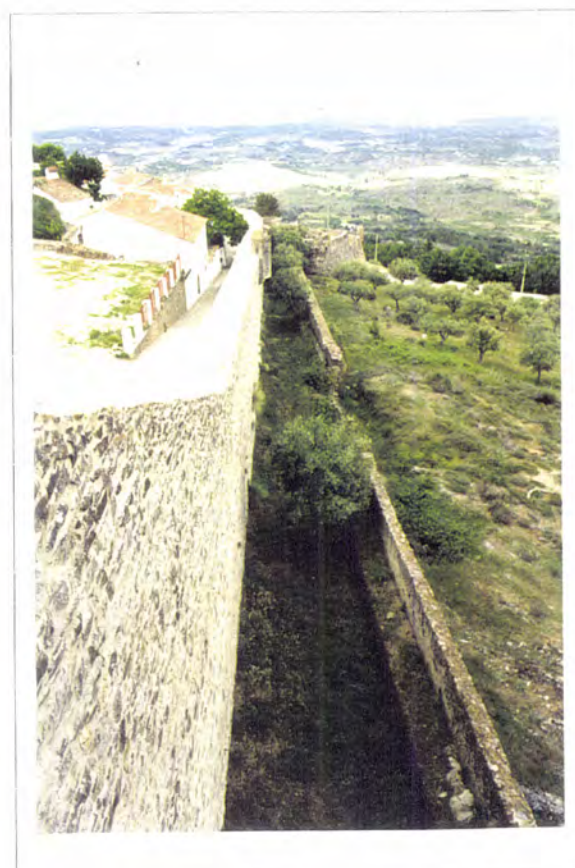


Fig. 6.3.36 - Fortificações de Marvão. Barbacã entre as Portas da Vila e o Postigo do Torrejão

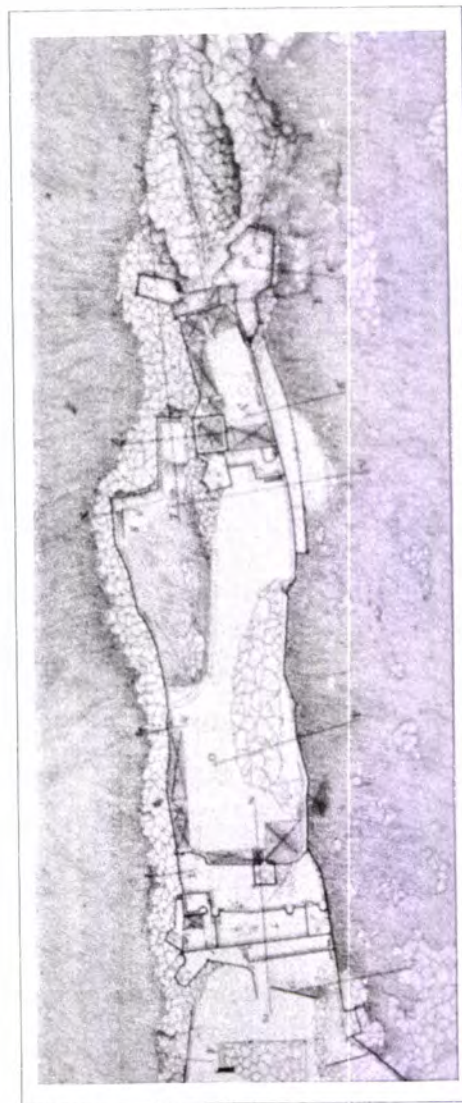
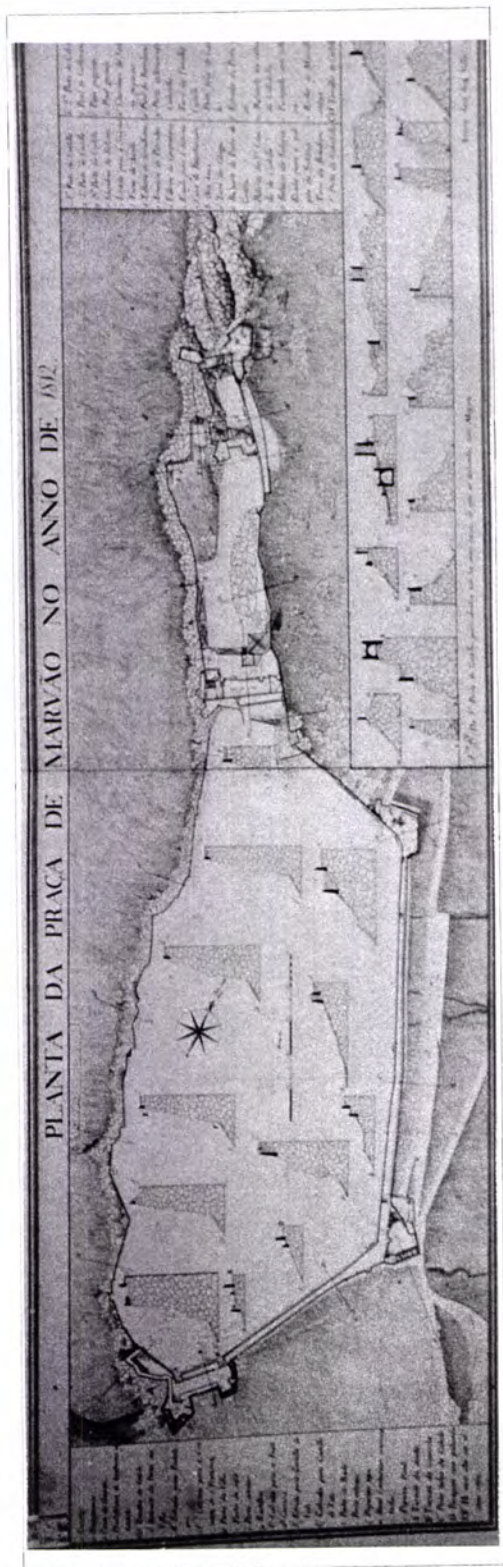


Fig. 6.3.37 - Planta da Praça de Marvão (1812). Pormenor ampliado da zona do Castelo.
(DSE/GEAEM, Carta n° 3470, cota 2A/25/35)

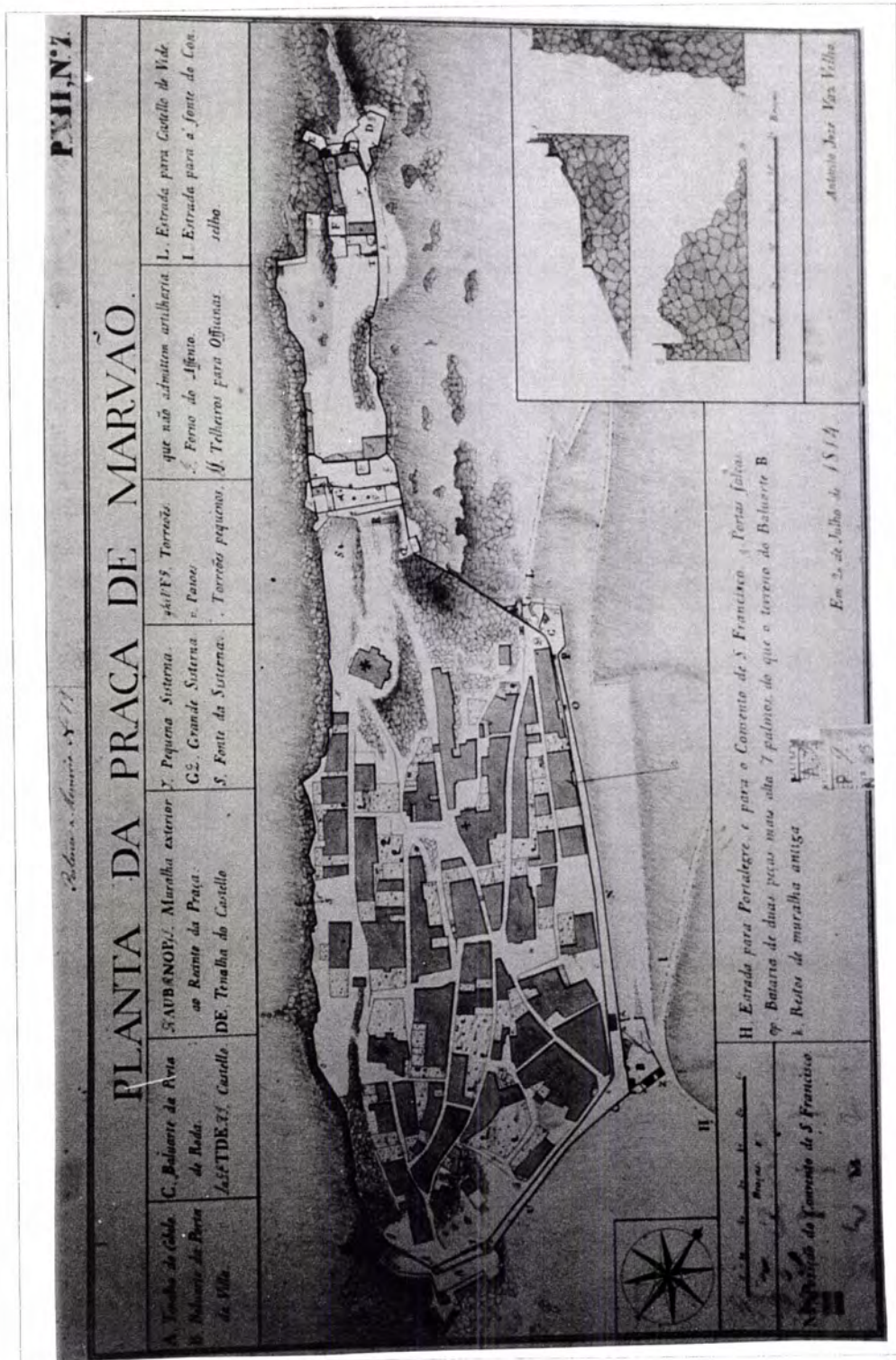


Fig. 6.3.38 - Planta da Praça de Marvão (1814) (DSE/GEAEM, Carta nº 3149, cota 2A/25/35)

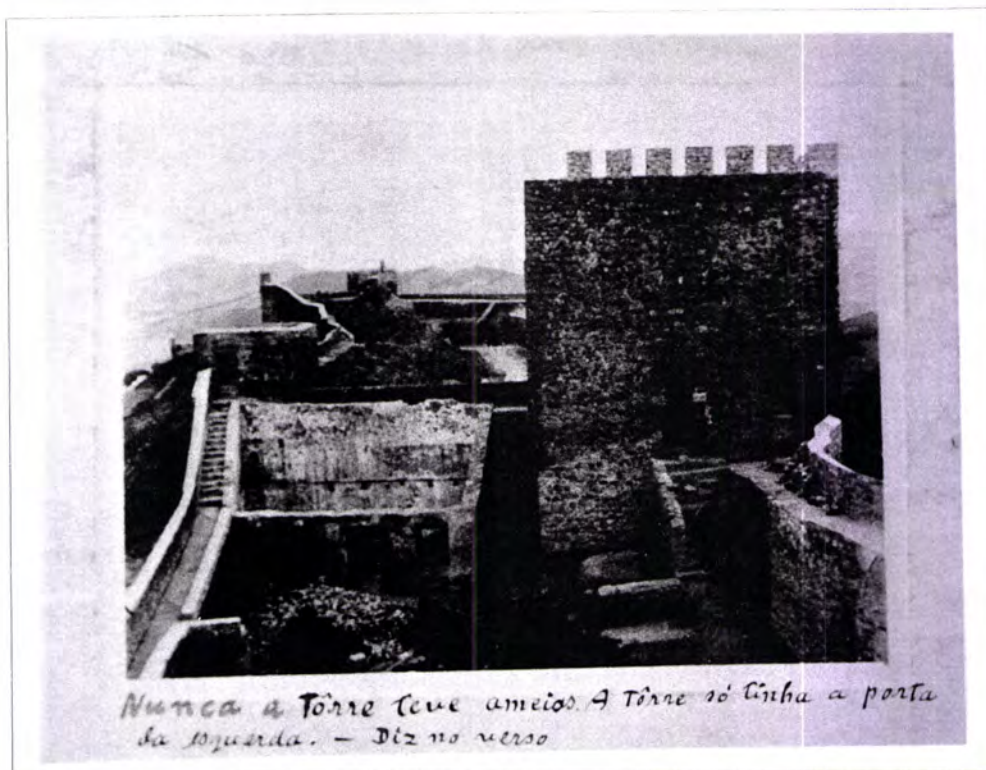


Fig. 6.3.39 - Castelo de Marvão.
Torre de Menagem durante as intervenções de 1943/44
(foto DGEMN)



Fig. 6.3.40 - Castelo de Marvão. Palco à entrada do segundo recinto
(foto DGEMN)

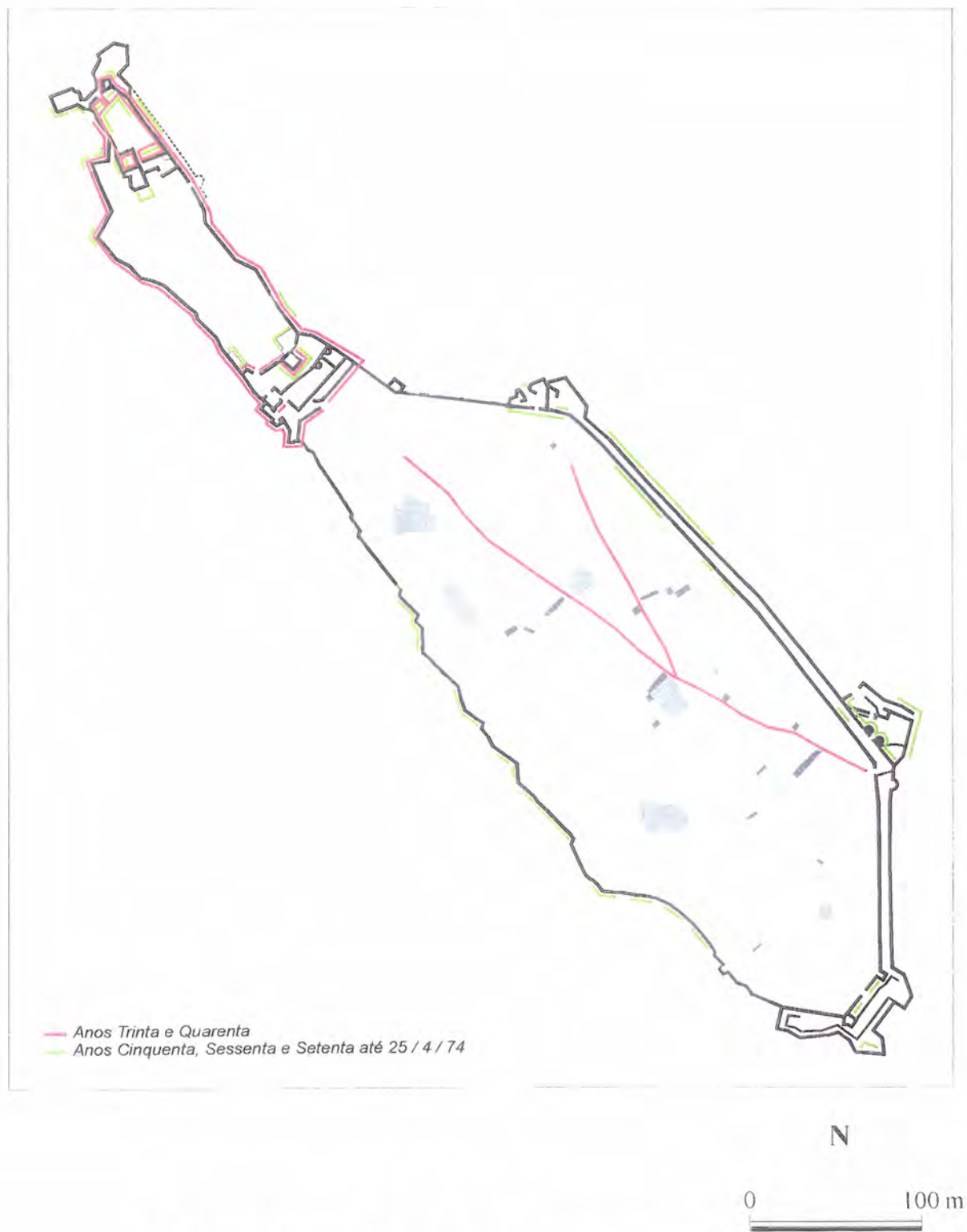


Fig. 6.3.41 - Localização das intervenções realizadas (ou projectadas) nas fortificações de Marvão (1938-1971)



Fig. 6.3.42 - Castelo de Marvão. Segundo recinto, edifício do topo SE. Intervenções (1938 - década de Quarenta) (foto DGEMN/DREMS)



Fig. 6.3.43 - Castelo de Marvão. Segundo recinto, edifícios do troço SO. Intervenções (1938 - década de Quarenta) (foto DGEMN/DREMS)

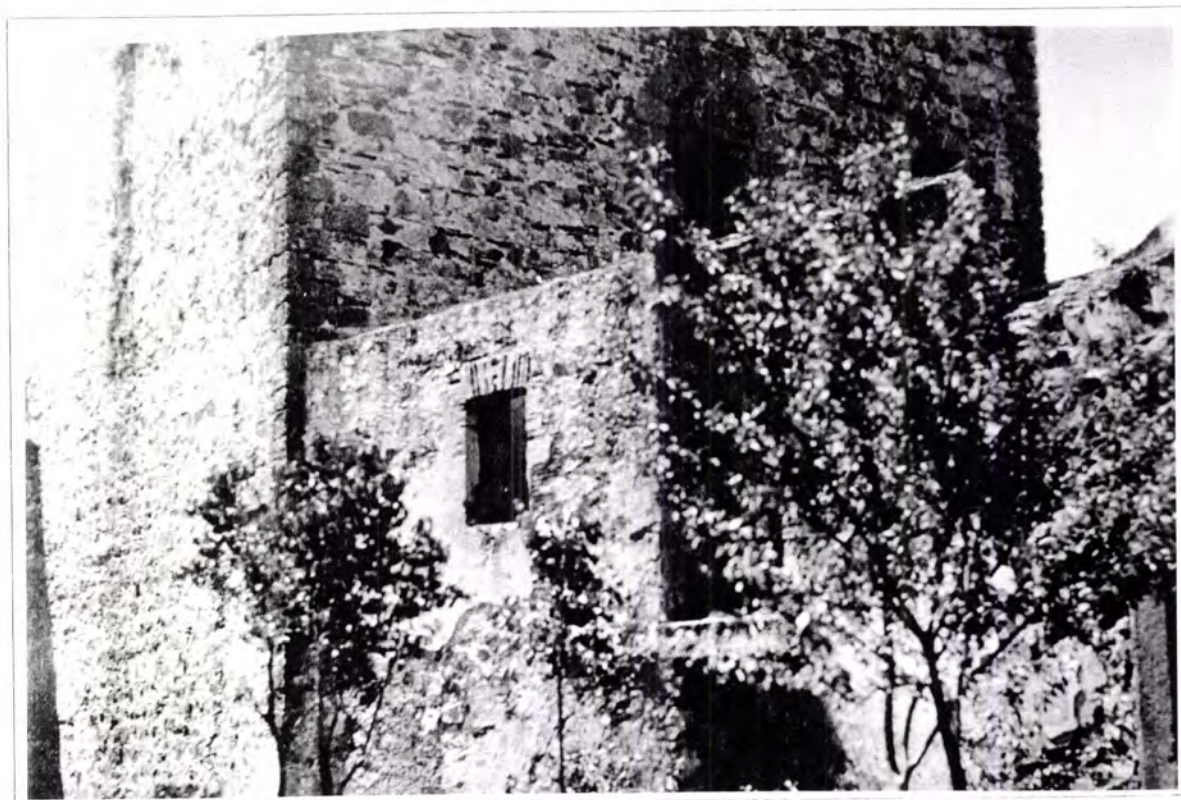
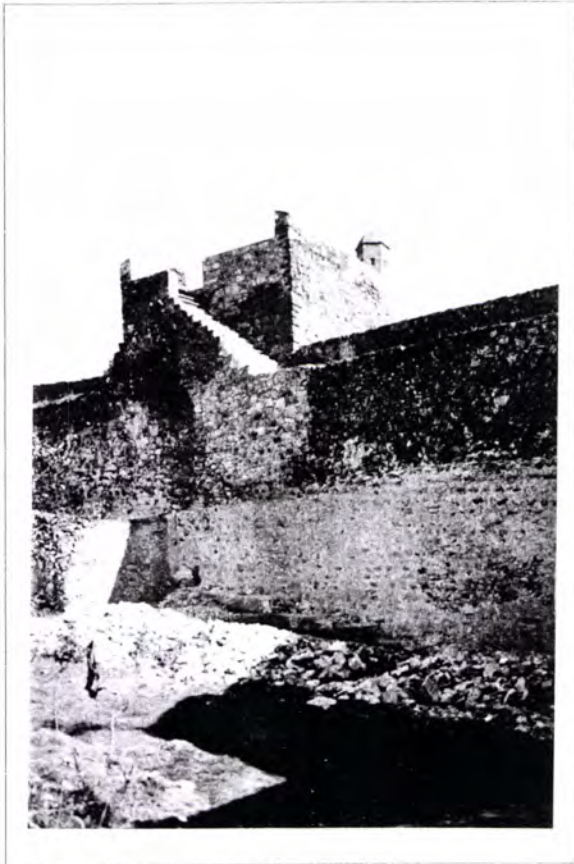
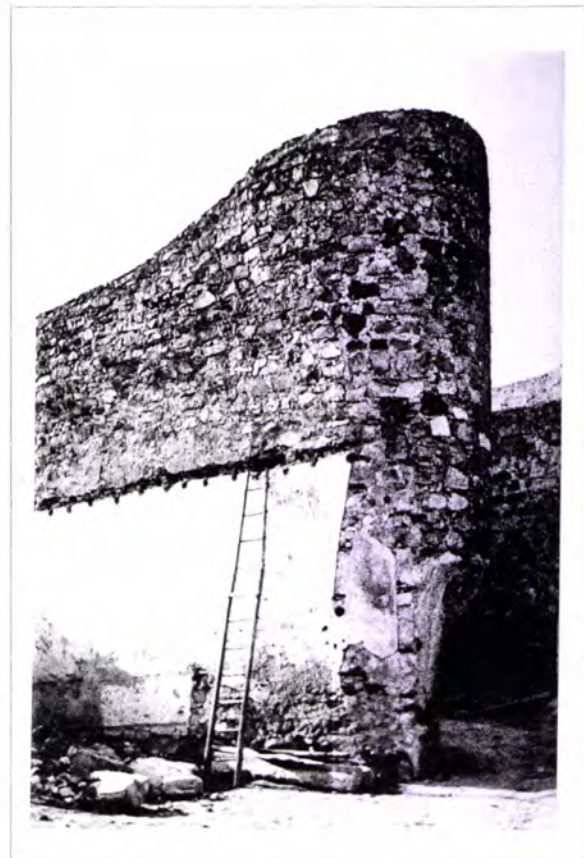


Fig. 6.3.44 - Castelo de Marvão. Segundo recinto, edifício adossado à Torre de Menagem. Intervenções (1938 - década de Quarenta) (foto DGEMN/DREMS)



*Fig. 6.3.45 - Castelo de Marvão. Primeiro recinto.
Demolição de edifícios no topo SE.
Intervenções (1938 - década de Quarenta)
(foto DGEMN/DREMS)*



*Fig. 6.3.46 - Castelo de Marvão. Primeiro recinto.
Demolição da Casa do Guarda junto à entrada.
Intervenções (1938 - década de Quarenta)
(foto DGEMN/DREMS)*



*Fig. 6.3.47 - Castelo de Marvão. Segundo recinto.
Torre de Menagem antes das intervenções
(1938 - década de Quarenta)
(foto DGEMN/DREMS)*



*Fig. 6.3.48 - Castelo de Marvão. Segundo recinto.
Torre de Menagem depois das
intervenções (1938 - década de Quarenta)
(foto DGEMN/DREMS)*



*Fig. 6.3.49 - Fortificações de Marvão.
Guarita antes das intervenções (1942)
(foto DGEMN/DREMS)*

*Fig. 6.3.50 - Marvão. Intervenção
nos arruamentos (a partir de 1947)
(foto DGEMN/DREMS)*





Fig. 6.3.51 - Marvão. Rua das Portas da Vila, junto ao Terreirinho. Passadeira de lajes de granito no pavimento

Fig. 6.3.52 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Ruína da segunda porta, ou da barbacã, antes das intervenções (década de Cinquenta) (foto DGEMN/DREMS)



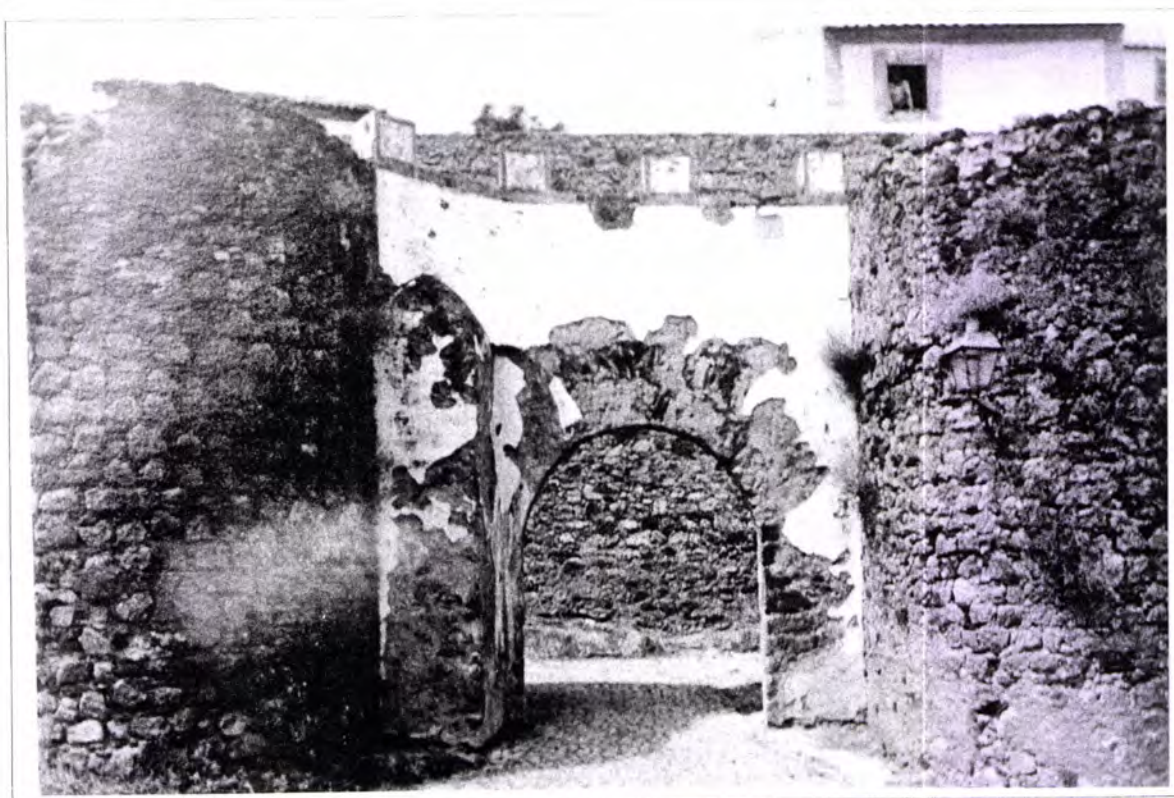


Fig. 6.3.53 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Segunda porta antes das intervenções (década de Cinquenta) (foto DGEMN/DREMS)

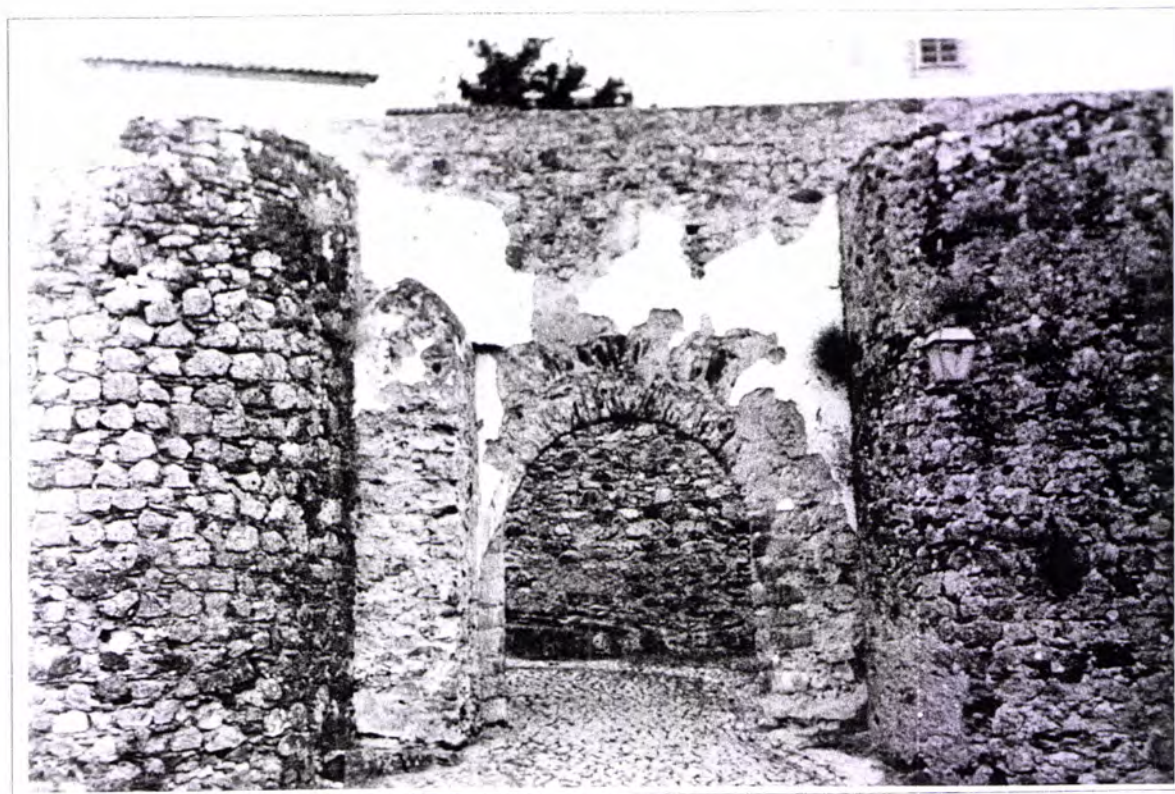


Fig. 6.3.54 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Segunda porta antes das intervenções (década de Cinquenta) (foto DGEMN/DREMS)

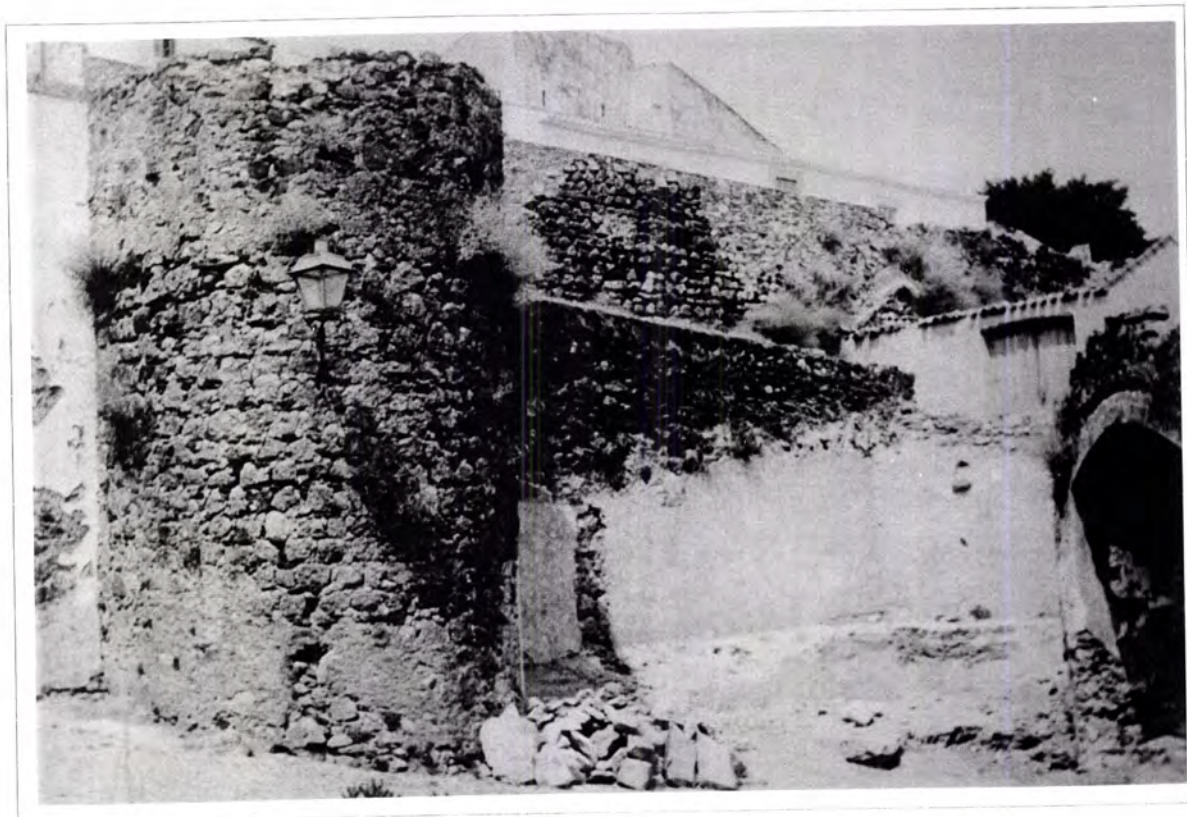


Fig. 6.3. 55 - Fortificações de Marvão. Portas da Vila. Demolição da Casa da Guarda junto à segunda porta e na liça da barbaca (década de Cinquenta) (foto DGEMN/DREMS)

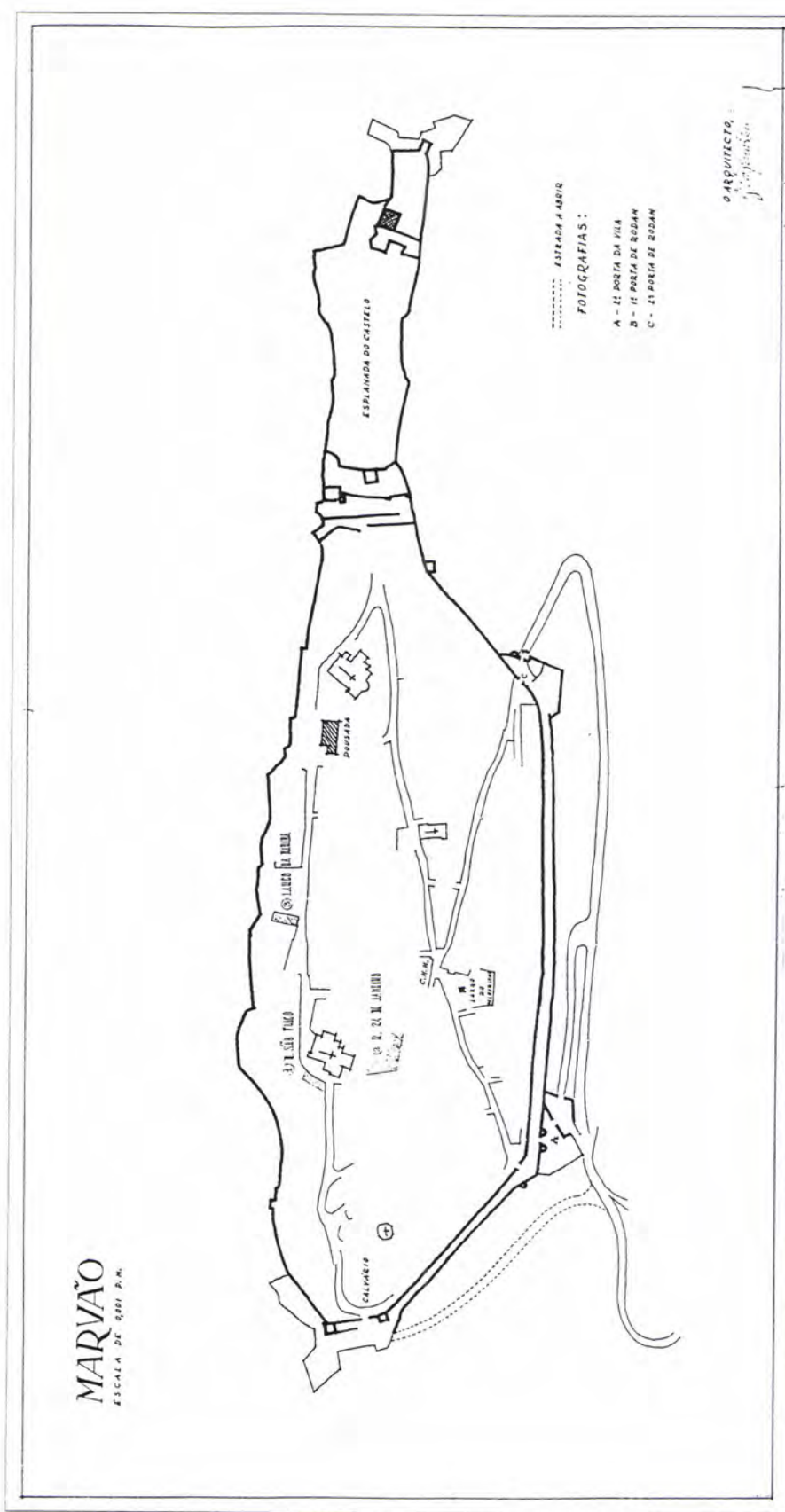


Fig. 6.3.56 - Planta das fortificações de Marvão s. d. (DGEMN)

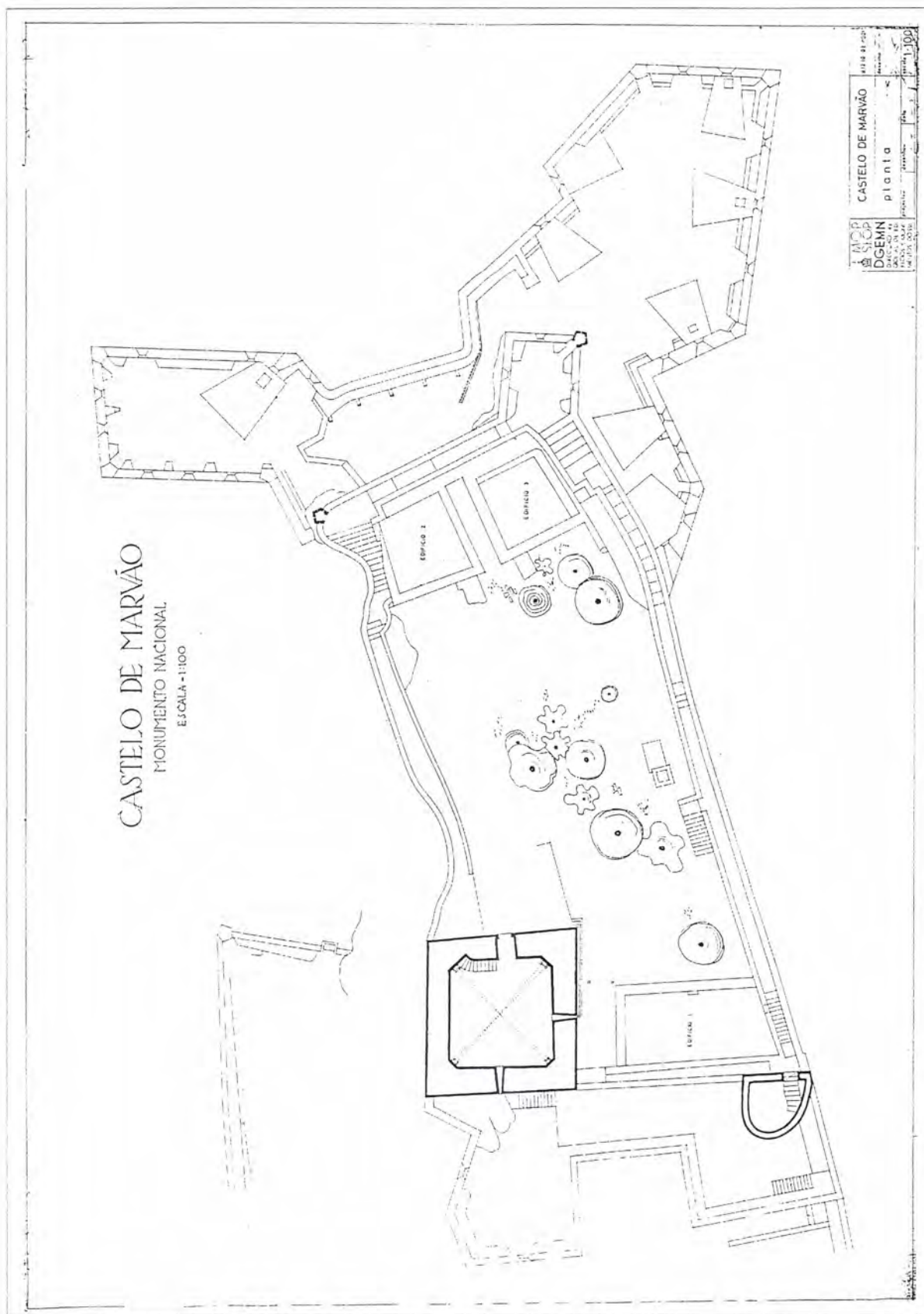


Fig. 6.3.57 - Planta do primeiro recinto do Castelo de Marvão s. d. (Piso 3) (DGEMN)

6.4 FORTIFICAÇÕES DE ELVAS

6.4.1 NOTA HISTÓRICA

Elvas é das raras cidades que se pode gabar de uma historiografia abundante¹, produzida desde o séc. XVII, mas particularmente fecunda na primeira metade do nosso século. Confundindo-se a história da cidade com a das suas fortificações, interessa-nos aqui focalizar, sobretudo, o relacionamento da cidade com a fronteira, binómio fundamental para se compreender o percurso histórico da maior Praça de Guerra do país.

De facto, um conjunto de eventos marca de forma indelével a História de Elvas, estabelecendo um contraste entre as suas fâcies, do antes e do depois desses eventos. Todos eles têm a ver, directa ou indirectamente, com a fronteira.

6.4.1.1 A PASSAGEM DOS RIOS CAIA E GUADIANA A LINHA DE FRONTEIRA, ENTRE PORTUGAL E CASTELA, NO SÉC. XIII

No período islâmico, o território era um todo contínuo integrado no al-Garb al-

¹ Para além de autores de crónicas seráficas, com abundantes referências a Elvas, podemos referir os seguintes: A. J. Torres de Carvalho, (Cónego) Aires Varela, Amílcar F. Morgado, António Gonçalves de Novais, António Tomás Pires, Domingos Lavadinho, Eurico Gama, Francisco de Paula Santa Clara, J. A. Capela e Silva, Jorge Rodrigues, (Major) José Baião, Luís Keil, Maria do Céu Ponce Dentinho, Mário Pereira, (Coronel) Passos e Sousa e Vitorino de Almada.

Andalus, tendo *Batalyaws* (Badajoz) e *Marida* (Mérida) como cidades mais importantes. Não necessitava *Ialbax* (Elvas) de se defender de *Batalyaws*, à vista, sendo desnecessário estabelecer-se entre ambas, para mútua defesa, uma terra de ninguém, o que veio a acontecer mais tarde. Em vez de “muralhas” naturais, o rio Caia, e sobretudo o Guadiana, eram elos de ligação entre duas margens de um mesmo território.

A humanização desta região é atestada, desde logo, por abundantes vestígios pré-históricos, com particular destaque para a Cultura Megalítica (4500 a. C. - 2500 a. C., do Neolítico Final ao Calcolítico)². Também os Celtas deixaram vestígios indeléveis, nomeadamente no Castro de Segóvia, revelando uma ocupação continuada entre os sécs. VII/VI a. C. e os sécs. II/I a. C.³.

Da presença de Helvécios⁴ e de Celtiberos ficaram apenas referências em textos antigos, mas as escavações do Castro de Segóvia têm surpreendido os investigadores, nomeadamente pela presença de cerâmicas dos sécs. III e II a. C., trazidas para a Península Ibérica por Fenícios e Cartagineses. No próprio local onde está situado o castelo de Elvas, refere Amílcar Morgado a existência primeira de um castro constituído por um amuralhado a proteger *habitações dos primitivos incolos e seus servos, englobando os currais para o gado*⁵.

Os Romanos terão conquistado a cidade no séc. II a. C., passando a ser conhecida por *Alpesa, Helbas, Turres Albae, Castra Elvia, Dippo*⁶, ou ainda, *Elvii, Alba* ou *Elba*⁷. Mas nada testemunha a sua presença monumental na zona urbana de Elvas, embora Amílcar Morgado refira que o *castelum* romano era constituído por *fortes torres que estavam ligadas entre si por muralhas*, existindo ainda, *pequenos vestígios dessas muralhas*⁸. Dos Visigodos, seguidores dos romanos na conquista da região, ficaram algumas peças no Museu Municipal.

Relativamente aos muçulmanos, que terão conquistado a cidade em 714,

² Periodização incerta em PEREIRA, Paulo, “Do megalitismo à Idade do Ferro”, *História da Arte Portuguesa*, Dir. Paulo Pereira, vol. I, Círculo de Leitores, s. l., 1995, p. 51.

³ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário - *Elvas*, Editorial Presença, Lisboa, 1996, p. 7.

⁴ Helvécios: antigo povo celta que se instalou na região da actual Suíça no séc. II a. C..

⁵ MORGADO, Amílcar F. - *Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar*, Caderno Cultural nº 7, Câmara Municipal de Elvas, 1993, p. 11. Desconhecemos a fundamentação arqueológica desta afirmação.

⁶ GAMA, Eurico - *Elvas / Rainha da Fronteira*, Câmara Municipal de Elvas, Elvas, 1986, p. 30.

⁷ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 8.

⁸ MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, p. 12.

permaneceram vestígios significativos no amuralhado, no Poço de Alcalá, na toponímia e nas memórias da Porta da Alcáçova, ou Arco do Miradeiro, em ferradura⁹, e da mesquita, transformada pela cristandade na Igreja de Nossa Senhora da Alcáçova. Da fortificação muçulmana terá resultado a melhoria do *castelum* romano, levantando-se duas linhas de muralhas, o que demonstra significativo progresso urbano.

Podemos concluir que este período, sem fronteiras, foi de crescente prosperidade. Elvas ainda não desempenhava o papel de *Chave do Reino* que lhe estava destinado, já que se situa numa entrada natural entre os territórios que pertencem hoje a Portugal e a Espanha. Os achados arqueológicos levam-nos a crer que a região se integrava em rotas comerciais que trouxeram, como já referimos, produtos do comércio mediterrânico. Acresce, para o seu desenvolvimento, a fertilidade dos terrenos (cujas azeitonas já o naturalista romano, Plínio (27-29), gabava¹⁰) e, naturalmente, o valor defensivo do sítio em que Elvas se alcandorou. O cenário da *Ielche* ou *Ialbax* muçulmana é-nos descrito, no séc. XI, pelo geógrafo árabe Abou-Abd-Allah-Mohammed ben-Mohammed el-Édrisi, na sua obra denominada *Geografia: Lugar fortificado, posto nas faldas de um monte, rodeado de uma planície semeada, de habitações e de bazares (...) famosa pela formosura das suas mulheres*¹¹.

A conquista cristã foi conseguida, definitivamente, por D. Sancho II, em 1228, após combates que se terão iniciado em 1226¹². Duas tentativas ter-se-ão verificado antes: por D. Afonso Henriques, em 1166¹³, que terá conquistado temporariamente o castelo, e por D. Sancho I, em 1200, que pôs sítio.

O primeiro foral data de Maio de 1229 e é confirmado por D. Afonso III em 1263. D. Manuel I confirma o mesmo foral em 3 de Maio de 1507 e atribui foral novo a 1 de Junho de 1512. O mesmo rei eleva Elvas a cidade a 20 de Abril de 1513. A 9 de Julho de 1570, Elvas ascende à categoria de Bispo¹⁴.

A simples enumeração destes factos histórico-administrativos, certifica a crescente

⁹ MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, p. 13.

¹⁰ GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 26.

¹¹ Cit. in RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 26.

¹² VARELA, Cónego Aires - *Teatro das Antiguidades de Elvas, etc.*, ed. António J. Torres de Carvalho, Elvas, 1915, pp. 53 e 55. Este trabalho foi escrito entre 1644 e 1645.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 48.

¹⁴ *Bula Super Cunctas* de Pio V, de 9 de Junho de 1570. O Bispoado será extinto pela *Bula Gravissima Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus*, de Leão XIII a 30 de Setembro de 1881. GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 54.

importância de Elvas para o reino de Portugal, sem dúvida pelo papel de guardiã de fronteira que desempenhou a partir do séc. XIII, que uma riqueza agrícola potenciava, já que estamos a falar de economias de Antigo Regime. A este respeito, escrevia Frei Manuel Esperança em 1656: *He abundante de todos os frutos convenientes à sustentação e regalo da vida humana*¹⁵. Outro religioso, Frei António Brandão, em 1632, atestava a riqueza da cidade: *É esta cidade uma das nobres do Reino de Portugal, situada em lugar eminente, e forte por natureza, fortalecida de muros e torres firmes, ornada de grandes edificios e habitada de gente nobre e rica*¹⁶.

Também o património arquitectónico que chegou aos nossos dias - ou de que temos somente a memória -, tal como as grandes alterações urbanas, atestam o progresso crescente da cidade cristã. Assim, ainda do séc. XIII, podemos referir, do seu património construído: a primitiva ermida de São João Batista, ou de São João da Corujeira (fundada em 1228), a Igreja de Santa Maria da Alcáçova, construída (sobre os alicerces?) da antiga Mesquita; a Igreja do Salvador; a Igreja de São Pedro (fundada em 1227 e refeita após o Terramoto de 1755); o Convento de São Domingos (fundado em 1267), onde antes estava a Ermida da Senhora dos Mártires, *erigida para sepultura dos portugueses mortos na conquista de Elvas*¹⁷. No mesmo século, D. Afonso III estabelece a Mouraria no antigo Bairro de Almocôvar, em carta de 31 de Janeiro de 1270, confirmada posteriormente por D. Afonso V a 29 de Julho de 1446¹⁸. Os Paços do Concelho situavam-se no topo N do Largo do Salvador, e acima deste largo, confinava-se a Judiaria.

Do séc. XIV é a Capela de Nossa Senhora dos Bencasados e a Igreja de Nossa Senhora do Açogue, depois Nossa Senhora da Praça, sobre a qual se edificará mais tarde a actual Sé. E é neste século que se levanta a imponente cerca fernandina, com 22 torres flanqueando 11 portas.

No séc. XV (1418), funda-se o Convento de São Paulo, pelos congregados eremitas da Serra d'Ossa. Em 1422, a população de Elvas cifrava-se em 8500 habitantes¹⁹. Em 1437 possuía seis albergarias e um hospício. Ainda no séc. XV, mais

¹⁵ Cit. in RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 30.

¹⁶ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 31.

¹⁷ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 74.

¹⁸ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 17.

¹⁹ GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 56.

concretamente no ano de 1498, Francisco Arruda inicia a construção do Aqueduto da Amoreira, obra que só estará pronta em 1622.

O séc. XVI é o século da consagração de Elvas como centro urbano. A sua elevação a cidade e a sede de diocese é acompanhada de grandes edificações e de significativas e sintomáticas alterações urbanas.

A Praça Real (hoje Praça da República), onde se construíra a matriz - representando um deslocamento do centro urbano, outrora na zona da antiga mesquita/mercado -, recebe, no seu topo N, sobre a antiga Igreja de Nossa Senhora do Açougue e depois Nossa Senhora da Praça (séc. XIV), a Igreja de Nossa Senhora da Assunção. A sua construção inicia-se em 1517, com o traço de Francisco Arruda, e virá a ser catedral entre 1570 e 1882. Constroem-se novos Paços do Concelho (1538), na mesma praça²⁰. Constitui-se a Misericórdia (1540), com igreja da invocação de Santa Luzia. Funda-se o Convento das Freiras Dominicanas (1528), de que resta apenas a igreja, e o Convento de Nossa Senhora da Conceição, das Freiras Xabreganas ou de Santa Clara, em 1526. Edifica-se a Igreja de São Lourenço ou das Almas, reconstruída nos séculos seguintes, e o Convento de São Francisco, em 1518, reconstruindo-se no lugar que hoje ocupa, em 1591²¹, por insanidade do anterior local.

No numeramento de 1527, Elvas possuía 1916 habitantes, sendo a quinta cidade mais populosa do reino, depois de Santarém, com mais 72 habitantes²², de Évora, do Porto e de Lisboa.

Podemos concluir que o estabelecimento da fronteira e o conseqüente lugar de importância estratégica ganho por Elvas, foram as razões do seu grande desenvolvimento, quer como fortificação, quer como centro urbano. Mas também é verdade que Elvas conheceu um assinalável desenvolvimento no período anterior, nomeadamente no muçulmano, porque, não constituindo os Rios Caia e Guadiana fronteiras, Elvas se integrava numa civilização urbana que deslumbrava o Norte Cristão.

²⁰ Os Paços do Concelho medievais situavam-se no topo N do Largo do Salvador, onde hoje está uma casa do séc. XVII.

²¹ Keil, Luís, *ob. cit.*, p. 68.

²² *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, vol. III, s. I., 1993, p. 203.

6.4.1.2 A FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA DE ELVAS EM CONSEQUÊNCIA DO LONGO PERÍODO DE GUERRA ENTRE 1641 E 1811

A artilharia da Idade Moderna, e sobretudo a partir do séc. XVII, obriga a uma profunda alteração do sistema de fortificação. A cerca fernandina, que ainda baseava a sua construção em objectivos de impermeabilidade, com muros perpendiculares ao solo, não resistiria aos previsíveis ataques espanhóis, após a restauração da independência portuguesa. Sobre ela se constrói uma cintura abaluartada, cujo objectivo era agora a invulnerabilidade. Um “colete de forças” de que Elvas só se libertará na segunda metade do nosso século.

No exterior da magistral, revelins, contraguardas, esplanadas, campanha descoberta, o Forte de Santa Luzia, o Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe e ainda quatro fortins oitocentistas (São Mamede, São Pedro, Piedade (ou São Domingos) e São Francisco), completando um perímetro fortificado de cerca de 10 km. Logo após a Restauração, é nomeada a Junta das Fronteiras (Alvará de 27 de Dezembro de 1642), incumbindo Cosmander de fazer de Elvas *uma praça primorosa da Europa*²³. As obras eram supervisionadas pelo General Rui Correia Lucas, e para além de Cosmander, trabalharam nelas, Gilot, Lassart e Nicolau de Langres.

Desaparece a bucólica paisagem, sobretudo os olivais, que sempre anunciam as cidades. Tudo existe, ou deixa de existir, em função de objectivos estratégicos militares. Escrevia Lassart, comentando um desenho de Hieronimo Rozetti para o Forte de Santa Luzia:

*Pedia o traçado do Forte que desassombrassem os vales dos contornos dos famosos e úteis olivais que neles havia, em que alguns particulares tinham tirado o seu sustento. Assim se executou e, diziam - os a quem tocava o dano - se com gosto pelas liberdades oferecemos as vidas, não devemos reparar nas fazendas, pois com a perda de poucos se evita a ruína de muitos*²⁴.

²³ Cit. in RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, p. 39.

²⁴ *Idem*, p. 48.

Mas no exterior do perímetro fortificado, Elvas continuou farta do ponto de vista agrícola, contribuindo, logisticamente, para a manutenção da Praça:

O termo de Elvas é muito cultivado e oferece à vista a semelhança dum paraíso: rodeiam-no 370 hortas que a provêm de regalados frutos e hortaliças, recolhe muito pão, azeite, vinho; grandes montados, caças e pescas dos vizinhos montes e dos rios que a circundam em moderada distância²⁵.

No entanto, a faixa de terra de cerca de 18 km, que separa Elvas de Badajoz, torna-se, cada vez mais, uma “terra de ninguém”, de difícil passagem, sem que nenhuma das coroas estivesse interessada em a melhorar.

Intramuros, Elvas cresce em estabelecimentos militares, transformando-se num enorme quartel. Mas não cresce apenas em fortificações militares. O Aqueduto da Amoreira, com 7054 m, mais 450 m até à Fonte da Vila, no Largo da Misericórdia, conclui-se em 1622. Constroem-se a Capela de Santo Amaro (séc. XVII), a Igreja do Senhor Jesus da Piedade (concluída em 1737), a Capela de Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII), a nova Igreja do Salvador (inaugurada em 1792), o Colégio da Companhia de Jesus, também chamado de São Tiago (fundado no séc. XVI, mas iniciada a sua construção nos meados do séc. XVII), o Convento de São João de Deus (fundado em 1645), a Capela de Nossa Senhora das Dores (reedificada entre 1780 e 1796), a Igreja dos Terceiros, da invocação de São Francisco (construída entre 1701 e 1719), a Capela do Senhor da Boa-Fé (concluída em 1789) e a Capela de São João Baptista ou de São João da Corujeira, reconstruída nos sécs. XVIII e XIX. Para além destas obras novas, devemos referir a ampliação, reconstrução ou beneficiação de quase todas as edificações religiosas e a edificação de inúmeras casas nobres.

Mas se o espaço intramuros se enriqueceu do ponto de vista arquitectónico, ele não se expandiu, contido que foi pela magistral seiscentista, largamente sobreposta sobre a cerca urbana que limitava a cidade desde o séc. XIV. Por outro lado, a urbanização estava impedida de descer a encosta e de ocupar a campanha, batida pelos canhões. Transformada num enorme quartel, Elvas contaria, por volta de 1620, entre 15000 a

²⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria - *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, etc.*, vol. VI, Lisboa, 1707, cit. in GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 16.

20000 habitantes²⁶. Contudo, duzentos anos volvidos, em 1820, a população cifrava-se em 10000 habitantes²⁷; em 1900 já possuía 13981 habitantes. Isto acontecia quando outras cidades alentejanas, no mesmo período (1820-1900), aumentavam significativamente a sua população, como Portalegre (de 6140 para 11820), Évora (de 9050 para 16020), Beja (de 5450 para 8885)²⁸. A explicação para o facto é simples: Elvas perde importância militar após a Guerra Peninsular, com a evolução da estratégia e da tecnologia de guerra, decrescendo a sua guarnição, imparavelmente, até aos dias de hoje. Em 1797 já se escrevia assim sobre as fortificações: (...) e à proporção que iam combinando as obras, encontrávamos os erros mais grosseiros que se podem encontrar na arte de fortificar²⁹.

Na viagem de reconhecimento militar de Christian³⁰, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve, descrita pelo Barão von Wiederhold, em 1798, refere-se que:

O ponto mais fraco, a partir da própria fortaleza, fica a oeste, onde uma elevação, encimada por um convento, se estende ao longo do vasto aqueduto da Amoreira (...) o inimigo pode aproximar-se por detrás dessa elevação sem nada recear, nem do Forte de Lippe nem do de Santa Luzia³¹.

Do ponto de vista do gigantismo da praça, o Coronel Vincent faz notar, em 1808, que

Elvas, est donc sous plusieurs rapports une place bien essentielle au Portugal, mais si elle exige une nombreuse armée pour en faire le siège, elle doit aussi avoir une très nombreuse garnison, ce qui n'est pas sans inconvénient pour un petit état obligé de porter d'aussi puissans moyens sur son frontière; et sans doute il seroit à désirer qu'une place de cette

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, vol. II, Palas Editores, Lisboa, 1986, p. 88.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 111.

²⁸ Idem, *Ibidem*, passim.

²⁹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 6, (1797), Relatório dos Sargentos Mores Matias e Eusébio Azedo, datado de 10 de Fevereiro de 1797.

³⁰ Contratado a 10 de Março de 1797 para coadjuvar o marechal-general D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões.

³¹ GUEDES, Lívio da Costa - "A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold 1798", in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60, Lisboa, 1992, p. 199.

*importance, pût être plus intérieure, et servir d'entrepôt à toute la frontière sur la rive gauche du Tage*³².

As campanhas napoleónicas trouxeram consigo uma forma completamente diferente de fazer a guerra³³:

a) A guerra de sítio dá lugar à batalha em campo aberto.

b) O objectivo principal é o exército inimigo.

c) Os exércitos são mais numerosos e a artilharia ganha grande mobilidade devido à construção de estradas.

c) Nenhuma fortificação isolada, por mais recursos que concentre, poderá resistir ao fogo da artilharia de sítio.

d) Defende-se agora um território através de linhas mais extensas, diluindo-se os meios defensivos e combinando as fortificações fixas com as de campanha.

Num relatório português de 1857, considera-se o sistema defensivo de Elvas completamente ultrapassado:

*A praça d'Elvas, construída quando a arte de fortificar estava ainda pouco adiantada tem (...) considerável número de defeitos dos quais uns provêm da desacertada escolha do local, e outros, da sua configuração do traçado*³⁴.

Perdendo progressivamente a importância estratégica, a cidade adormece no seu casulo de cortinas e baluartes, a população decresce entre 1900 e 1930, de 13981 para 12413 habitantes, crescendo na década seguinte para 14615, em 1940³⁵. E só transporá as fortificações nos anos Sessenta e Setenta do nosso século, com a construção do bairro social da Boa-Fé, a N, e com a construção de vivendas e bairros novos a S.

³² VICENTE, António Pedro - *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1984, p. 232.

³³ Ver LOBO, Francisco Sousa - "O fim de uma era", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989, pp. 273 ss..

³⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 76, Número 12, (1857), *Forte da Graça, 14 Agosto 1875, Relatório da Comissão Filial da Comissão Permanente*, assinado por José Marcelino da Costa Monteiro (Comandante ?) e Francisco Evaristo Leoni, Tenente Coronel de Artilharia.

³⁵ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, vol. III, Palas Editores, Lisboa, 1986, p. 111 e GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 56.

6.4.1.3 A PERDA DE IMPORTÂNCIA MILITAR E A ABERTURA DE FRONTEIRAS EM CONSEQUÊNCIA DOS TRATADOS DA UNIÃO EUROPEIA

Se o estabelecimento de fronteiras, a partir do séc. XIII, lhe conferiu um lugar de destaque na estratégia defensiva do país, contribuindo para o seu desenvolvimento, apesar de a obrigar a uma arquitectura agressiva e de contenção urbana, a perda quase total de importância militar nos anos que correm teve um efeito contrário, já que a população militar animava economicamente a cidade. Uma após outra, as unidades militares têm desaparecido de Elvas. Esta despromoção estratégica acentuou-se após a I Grande Guerra, devendo-se, entre outros, aos seguintes factos:

- Fim da guerra de trincheiras.
- Grande desenvolvimento da aviação militar.
- Valorização e desenvolvimento tecnológico da artilharia móvel, potenciada pela utilização de mísseis de alta precisão.
- Aposto na mobilidade e rapidez de intervenção.
- Alteração dos alvos estratégicos, valorizando-se os económicos e infra-estruturais.

Por outro lado, a abolição de fronteiras e o conseqüente desaparecimento das taxas protectoras, tornou o mercado espanhol sem concorrência. Em Espanha se compram hoje, livremente, desde os géneros alimentícios, às férias. Em Espanha se estuda, Espanha se recorre por motivos de saúde. Elvas ressentiu-se brutalmente deste impacto, mas novas estratégias de desenvolvimento são tentadas, com a garra que sempre caracterizou a sua população. Entre elas figura a grande aposta no turismo cultural, que inclui o desiderato, perfeitamente justificado, da sua inclusão na Lista do Património Mundial.

Em Elvas, onde se disputaram acesas batalhas, onde se estabeleceram tratados de paz, onde se reuniram cortes, onde se realizaram banquetes de casamentos reais, onde se trocaram princesas³⁶, espera-se agora uma atitude lúcida e culta do Estado, no sentido de

³⁶ Tratados de paz: entre D. Dinis e seu filho D. Afonso e entre D. Fernando e D. João I de Castela. Cortes: de 1361. Banquetes de casamentos reais: de D. Beatriz com D. João I de Castela (entrega da princesa a 17 de Maio de 1383); do Infante D. João (pai de D. Sebastião), com D. Joana; de D. João IV com D. Luísa de Gusmão; de D. José com D. Maria Ana Vitória de Bourbon. Tocas e entregas de princesas: entrega de D. Isabel, filha de D. Manuel I, aos embaixadores e Carlos V; troca de D. Carlota

se investir fortemente na salvaguarda e valorização cultural e turística do seu património singular.

6.4.1.4 RELAÇÃO DE EVENTOS BÉLICOS

Da História Militar das fortificações de Elvas podemos destacar os seguintes acontecimentos³⁷:

- 1166, conquista temporária por D. Afonso Henriques.
- 1200, cerco por D. Sancho I.
- 1226, tomada e abandono de Elvas por tropas leonesas e portuguesas (D. Sancho II).
- 1228, assédios e conquista definitiva de Elvas por D. Sancho II.
- 1230, ocupação de Elvas após o abandono dos muçulmanos que a haviam voltado a habitar³⁸.
- (1325-1327), assédio por D. Afonso XI de Castela (Guerra entre Portugal e Castela, no reinado de D. Afonso IV).
- 1334, cerco de dois dias por D. Afonso XI de Castela (Guerra entre Portugal e Castela, no reinado de D. Afonso IV).
- 1337, assédio por D. Afonso XI de Castela (Guerra entre Portugal e Castela, no reinado de D. Afonso IV).
- 1381, assédio pelo Infante D. João de Portugal, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, com hoste castelhana (Terceira Guerra de Portugal contra Castela no reinado de D. Fernando, 1381-1383).
- 1385, assédio por D. João de Castela (Guerra da Independência, 1384-1387).
- 1580, ocupação de Elvas sem combate (traição), por D. Sancho de Ávila (União

Joaquina, que casaria com D. João VI, por D. Ana Maria Vitória, noiva do infante D. Gabriel António; troca de D. Maria Isabel, que casou com D. Fernando VII, por D. Maria Francisca de Bragança, que casou com o infante D. Carlos; troca de D. Maria Ana Vitória de Bourbon por D. Maria Bárbara, Infanta de Portugal, que casaria com D. Fernando, Príncipe das Astúrias, em Janeiro de 1729.

³⁷ Informações compulsadas das obras já referidas de Eurico Gama, Amílcar Morgado e Carlos Selvagem.

³⁸ SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, pp. 87 e 88 (esta informação historiográfica entra em contradição com a anterior).

Ibérica).

- 1644, assédio pelo Marquês de Torrecusa (Guerra da Restauração, 1641-1668).
- 1658/59, cerco por D. Luís de Haro, com resistência heróica e Batalha das Linhas de Elvas a 14 de Janeiro de 1659³⁹ (Guerra da Restauração, 1641-1668).
- 1706, assédio pelo exército franco-espanhol (Guerra da Sucessão de Espanha, 1704-1712).
- 1712, assédio pelo Marquês de Bay (Guerra da Sucessão de Espanha, 1704-1712).
- 1801, assédio por Manuel Godoy (Guerra das Laranjas, com a Espanha).
- 1807, entrada do exército francês (Guerra Peninsular, 1807-1811).
- 1808, assédio pelo exército anglo-luso (Guerra Peninsular, 1807-1811).

6.4.2 SITUAÇÃO E SÍTIO

6.4.2.1 SITUAÇÃO

Elvas situa-se no nordeste alentejano a escassos 11 km da fronteira, delineada, na zona, pelo rio Caia (Fig. 6.1.7). Da fronteira até à primeira localidade espanhola, Badajoz, medeiam apenas 7 km, havendo que passar o Guadiana.

Elvas constitui, assim, a última cidade portuguesa antes da fronteira, na estrada principal que liga Madrid e Badajoz a Lisboa. É, assim, não só uma fortificação de primeira linha, como a primeira a receber o embate dos exércitos invasores, desde a Idade Média aos conflitos do séc. XIX.

Constitui também, a fronteira do Caia, uma entrada natural para os exércitos invasores, e por isso mesmo, uma saída fácil em caso de necessidade de retirada. Daí também a necessidade do exército invasor não deixar resistências na sua passagem com destino à capital do país. Havia que neutralizar Elvas para poder avançar sobre Lisboa, receber por aí os reforços, os abastecimentos e retroceder por aí se necessário. Elvas sempre foi a chave do reino: *Chave, defença e escudo / Sou do Reyno Luzitano / Freyo*

³⁹ Sobre a Batalha das Linhas de Elvas, ver gravura existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa com a cota: N° 18388, Estante AH316.

*sou do Castelhana / Elvas sou e digo tudo*⁴⁰.

Mas não passavam apenas exércitos nesta porta do reino. Passavam também princesas prometidas, em resultado dos constantes jogos de estratégia político-familiar. Sobre a Ribeira do Caia, *que é marco de regno a regno*, escreve Duarte Nunes de Leão: *mais conhecida das Rainhas novas, que quando de Portugal iam a Castela e de Castela vinham a Portugal: porque ao passar daquela ribeira se faziam as entregas*⁴¹.

Historicamente, as entradas naturais no país para os exércitos invasores foram, *por ordem de maior utilização: Beira Alta (por Almeida), Alto Alentejo (por Elvas), Brecha de Chaves, Minho (por Valença), Beira Baixa (por Zebreira) e NE de Portugal*⁴². Referem-se estas entradas à penetração de volumosas forças invasoras, definindo grandes eixos de penetração, *que se ligam a eixos de aproximação dos objectivos mais visados pelo inimigo*⁴³. Mas se considerarmos todas e quaisquer entradas do inimigo em território nacional, talvez que a região do NE alentejano tenha sido a mais fustigada, dado que, em tempo de guerra, as incursões de parte a parte eram constantes e facilitadas pela geografia da região.

De Elvas para Badajoz, as altitudes vão diminuindo, vendo-se claramente Badajoz numa planície, desse enorme miradoiro que Elvas constitui. Entre as duas cidades não há relevos significativos. Já ao redor de Elvas existem muitos outeiros, alguns dos quais, com o tempo e o exemplo dos confrontos, se vão fortificando⁴⁴: São Mamede (a 820 m a SE), Santa Luzia (410 m a SE), São Pedro (535 m a S), Nossa Senhora da Piedade (1275 m a SO), São Domingos (695 m a O), São Francisco (500 m a O) e Nossa Senhora da Graça (1063 m a N)^{45/46}. De todos estes outeiros, os mais importantes pela sua altitude, logo, pela sua posição estratégica, eram o de Santa Luzia, com 328 m, e o

⁴⁰ Quadra de António Serrão de Castro, cit. in GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 13.

⁴¹ Cit. in GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 18 e 19.

⁴² NUNES, António Lopes Pires (1991), *ob. cit.*, p. 92.

⁴³ Idem, *Ibidem*, *passim*.

⁴⁴ Ver *Gravura do campo de batalha das Linhas de Elvas, em 14 de Janeiro de 1659*, existente na Biblioteca Municipal de Elvas, da autoria do Eng.º militar Pierre de Sainte Colombe.

⁴⁵ Distâncias medidas nas plantas aerofotogramétricas, escalas 1:2000 e 1:5000, D. G. S. U., Câmara Municipal de Elvas, 1976, e Carta Militar de Portugal nº 414, Serviço Cartográfico de Exército, Série M888, Folha 414, Edição 3 - S.C.E.P. - 1970.

⁴⁶ Para além destes outeiros, tinham valor estratégico, em 1811, os seguintes: Mimosa, Paraíso, Siso, Forca, Douradinha ou dos Gordos, Mouro, Boa Fé, Pobres e Pombos. Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 16, (1811), Memórias do Marechal de Campo António Marcelino de Vitória.

de Nossa Senhora da Graça, com 404 m (Fig. 6.4.1). Não resistimos à citação do Cónego Aires Varela, referindo a importância destes outeiros e situando-os às distâncias alcançáveis pelas diversas peças de artilharia:

O monte de Santa Luzia dista desta cidade meia milha, em razão do vale que fica de permeio; mas direito, tiro de mosquete. O cabeça do Siso, tiro de arcabuz; o do Casarão, tiro de mosquete. (...) O monte de Nossa Senhora da Graça fica defronte do Castelo; é muito alto e áspero; entre ambos está um gracioso vale, com que fica distando quasi duas milhas; mas a metade por linha direita. O cabeça da Forca, chamado agora de S. João, e o de S. Pedro, estão da cidade, tiro de arcabuz; se o inimigo ganhar qualquer destes pontos, acima referidos, descortinará os muros, e ficará grande dano na cidade; mas os mais fortes que ela tem são os grandes e “intricados” bosques de olivais que o rodeiam, ao menos distância de meia légua, e impedem poder o inimigo marchar em ordenança, nem conduzir carruagem, sem notável risco, havendo cuidado a lho impedir⁴⁷.

Relativamente à riqueza da região envolvente, já referimos as suas capacidades, célebres desde o período romano. Para tanto contribuiu a natureza dos terrenos e as linhas de água que passam nas proximidades. Concretamente os cereais, os pomares e as conservas, sempre fizeram a riqueza da região, abastecendo os mercados da cidade.

6.4.2.2 SÍTIO

O castelo foi levantado no lugar mais altaneiro do monte que deu origem à cidade, denominado Costa de Vila-Fria, a 345,7 m de altitude (Fig. 6.4.1)⁴⁸. Geologicamente, está implantado sobre rochas básicas e ultrabásicas e, não interessando as rochas calcárias situadas a N (Forte da Graça) e a S (Forte de Santa Luzia), a escassa distância, preferiram os construtores recolher e transportar granitos, de que se situa jazida a cerca

⁴⁷ VARELA, Cónego Aires - *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela, o primeiro ano da Recuperação de Portugal, que começou em o 1º de Dezembro de 1640 e fez fim em último de Novembro de 1641*, ed. António José Torres de Carvalho, Tipografia Progresso, Elvas, 1901, pp. 2 e 3. Este trabalho foi concluído a 15 de Março de 1642.

⁴⁸ Altitude lida na Carta Aerofotogramétrica de Elvas, escala 1:5000, Câmara Municipal de Elvas.

de 3 km para E⁴⁹.

Os terrenos envolventes a O, N e E, apresentam um declive acentuado que torna o lugar dificilmente conquistável por esses quadrantes. Basta dizer que a actual estrada que contorna o monte por esses lados, apresenta uma cota média de cerca de 260 m.

Diferente é o terreno das bandas SO, S e SE: *Está Elvas situada numa iminência em forma de anfiteatro que lhe dá bela aparência*⁵⁰. Foi por esse anfiteatro que a urbe se estendeu, obrigando a sucessivas linhas de muralhas, até que a portentosa magistral seiscentista a cingiu definitivamente, com aperfeiçoamentos sucessivos ao longos dos dois séculos seguintes.

A água, esse elemento defensivo imprescindível na resistência aos sítios, não a havia de nascente, mas era captada em inúmeros poços e cisternas: *Não tem esta cidade água nativa senão a produzida pelos poços, suprindo esta falta, porém, por um aqueduto lá do sítio das Amoreiras, conduz a água para depois ser distribuída por 4 fontes e 6 chafarizes. (...) A cidade é ainda alimentada d'água por 106 cisternas entre as quais se inclui a de São Francisco (...)*⁵¹. Esta cisterna da Praça de Elvas, uma das maiores em território nacional, foi construída por Nicolau de Langres a partir de 1684⁵².

6.4.3 DESCRIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES

6.4.3.1 CASTELO

As quatro muralhas perpendiculares ao solo definem um polígono quadrilátero irregular, de 32,70 m x 39,20 m de medidas interiores, no pátio, respectivamente nas direcções SE/NO e SO/NE, tiradas nas proximidades da entrada (Figs. 6.4.2 ou 6.4.89).

A porta da vila está aberta na quadrela SO, ao centro do muro que liga a Torre de Menagem - que flanqueia o castelo a O - e o torreão do meio dessa muralha (Fig. 6.4.3).

⁴⁹ Ver Mapa Geológico do Nordeste Alentejano, segundo F. Gonçalves, in TEIXEIRA, Carlos - *Geologia de Portugal*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 48.

⁵⁰ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Nº 11 (1875): *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes, 1875.*

⁵¹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Nº 11 (1875): *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes, 1875.*

⁵² GAMA, Eurico, *ob. cit.*, p. 23.

É uma porta com arco redondo, com impostas ligeiramente salientes e moldura executada em cantaria de granito. Os dois batentes são de madeira pintada, reforçados por tiras de ferro cravadas, e funciona no sistema de couceiras com moentes de ferro girando em caixas de pedra encastradas na parede, com rela também de ferro, ao nível do solo. Possui os encaixes para uma tranca. Um dos batentes tem ainda uma pequena porta de serviço com fechadura.

Franqueada a porta, o pátio exhibe os arranques das construções medievais e quinhentistas que a planta de Duarte de Armas apresenta, com alguma alteração, sobretudo a N (Fig. 6.4.4 e 6.4.5). É nesta zona que ainda se encontra, aberta na muralha NO, uma janela com mainel a separar dois vãos estreitos com arcos quebrados. A cisterna, de boca rectangular, foi escavada a S. Adossada à muralha NE, encontra-se a alcaidaria, residência do alcaide-mor de Elvas até ao séc. XVI⁵³ (Fig. 6.4.6). Esta alcaidaria possui dois pisos. A entrada para o piso térreo faz-se através de um alpendre com entrada em arco redondo, sendo o tecto de abóbada de nervuras, desenhando uma estrela de quatro pontas. À direita deste alpendre estão as instalações sanitárias da recepção e uma arrecadação, sob tecto abobadado com arco abatido, possuindo janela para o pátio. Em frente, abre-se uma porta de dimensões apreciáveis, em arco quebrado, guarnecida com cantaria de granito, facetada, molduras nas bases das ombreiras e impostas salientes. Os dois batentes giram em caixas de pedra. Abre esta porta (Fig. 6.4.7) para uma sala ampla (Fig. 6.4.8), pavimento de tijoleira, tecto abobadado com seis tramos e sete arcos abatidos (Fig. 6.4.112) que nascem de pilares facetados. No topo SE, apresenta-se o que parece ser um palco, e no topo NO, uma porta em arco abaulado, de moldura chanfrada, emparedada. Na parede anterior da sala, ainda uma janela para o pátio.

Uma escadaria exterior de dois lanços, de mármore, dá acesso a um alpendre com cobertura telhada sobre estrutura de madeira assente em oito pilares de secção quadrangular. Aqui se abrem duas portas de molduras rectangulares, biseladas, que dão acesso a duas salas intercomunicantes, com pavimentos de tijoleira e tectos de asnas de madeira a suportarem a cobertura telhada. A sala SE, com cinco portas, uma janela e uma lareira, comunica com a cozinha da alcaidaria, em plano inferior. Esta cozinha

⁵³ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 54.

apresenta, no sentido dos ponteiros do relógio, forno, lareira (Fig. 6.4.9), bancada, poial para cântaros com esgoto, porta e janela para um pequeno quintal do pátio do castelo, e ainda um nicho com prateleira. A sala NO possui duas janelas e três portas, sendo uma delas comum à outra sala. Nestas salas encontra-se um pequeno museu militar com peças dos sécs. XVIII e XIX, fotografias e documentos sobre as fortificações (Fig. 6.4.10).

O acesso aos adarves e torres faz-se por uma escada adossada à muralha NO, protegida por uma construção com cobertura telhada que a envolve (Fig. 6.4.11). A entrada faz-se por porta moldurada a granito biselado com arco quebrado, caixa de pedra para a couceira da porta e buraco para tranca do lado de dentro. Franqueada a entrada, temos a referida escada à nossa esquerda, apresentando, nas paredes que dão para o pátio, três troneiras simples, uma janela e uma seteira. Ao cimo das escadas, do lado direito, uma porta com arco quebrado e caixas de pedra para as couceiras, abre para um pequeno lanço de escadas que dá acesso ao adarve. Frente à porta de entrada, atrás referida, apresenta-se uma rua descendente, com degraus de grande amplitude, tecto de abóbada com cinco tramos, suportados por arcos abatidos construídos em tijolo. Do lado esquerdo de quem desce, pode observar-se os restos de alvenaria de construções anteriores. Esta rua dá acesso à porta da traição, aberta na muralha NO, junto à torre N. É uma porta de moldura de granito com arco quebrado (Fig. 6.4.12). Do lado de dentro da porta, o patim está a descoberto, em relação ao pátio do castelo, podendo, por isso, ser defendido. A porta tem dois batentes de madeira cujas couceiras giram em caixas de pedra. As paredes possuem caixas para trancas.

O adarve NO, com 2,49 m de largura, está pavimentado com lajes de pedra (Fig. 6.4.13). Possui muro de protecção com 0,52 m de espessura. As ameias são de corpo largo, com 1,04 m de largura, possuindo algumas frestas de observação na base. As abertas têm 0,55 m de largura. A espessura deste muro ameado é de 0,52 m, perfazendo a espessura total da muralha, junto ao adarve, 3,53 m.

A Torre de Menagem possui planta rectangular com 11,49 m x 9,91 m no eirado. Flanqueia o ângulo O da construção (Fig. 6.4.14), intercomunicando o adarve NO com o SO em passagem no seu interior. A passagem é abobadada em arco redondo, possuindo, também, a porta de entrada da primeira sala da torre. Esta porta apresenta arco quebrado, biselado, dois batentes de madeira pintada e caixas de pedra para as couceiras

e tranca. A sala tem planta quadrada com 5,05 m de lado. Apresenta quatro seteiras de boca rectangular (Fig. 6.4.15), tecto de abóbada de aresta, nervuras cruzadas em arco ligeiramente quebrado (Fig. 6.4.111) com fecho em flor e uma carranca em cada um dos ângulos do fecho (Fig. 6.4.16). Estas nervuras nascem de quatro pilares facetados, com bases e capitéis, uma a cada canto da sala. O pavimento é empedrado.

Para aceder à segunda sala da torre, entra-se por uma porta em arco quebrado biselado e sobem-se dois lanços de escada com tecto em abóbada de berço em arco redondo. Uma vigia entre os dois lanços, com boca em arco redondo, fornece iluminação. Ao cimo das escadas uma porta de arco redondo, com caixa de pedra para as couceiras, dá acesso à sala que antecede o eirado. Esta segunda sala da Torre de Menagem tem planta rectangular de 7,96 m x 5,73 m. Apresenta três seteiras de boca em arco redondo (Fig. 6.4.17), uma janela para o eirado, sendo o pavimento empedrado. O tecto é de asna de madeira a suportar uma cobertura telhada de quatro águas.

Para o eirado, sobe-se por uma pequena escada aberta na espessura da parede. As ameias desta torre são de corpo largo (1,15 m) com algumas vigias nas bases. As abertas têm 0,53 m de largura.

O adarve SO (Fig. 6.4.18) tem pavimento empedrado de 0,90 m de largura e está protegido por um muro de 0,40 m de espessura. As ameias são de corpo alto e largo, com 0,50 m de largura, as abertas com 0,50 m de largura, sendo de 0,48 m a espessura deste muro ameado. No total, esta muralha possui 1,78 m de espessura ao nível do adarve. Percorrendo este adarve, de NO para SE, ele é ascendente, integrando escadas no percurso, e dá acesso, em primeiro lugar, às ameias apoiadas nos cachorros sobre a porta da vila (Fig. 6.4.21), e depois, ao torreão que ladeia a mesma porta. Este torreão possui entrada através de uma porta de duplo arco, primeiro quebrado, depois redondo, feitos de tijolo (Fig. 6.4.19). O compartimento ao nível do adarve, sem qualquer cobertura, não possui escadas para o eirado, a 2,60 m de altura. Apresenta três escoadouros de águas pluviais, servindo também de vigias. As ameias são de corpo largo. Ao terminar o adarve desta muralha, temos acesso ao eirado do cubelo artilheiro (Fig. 6.4.22) que flanqueia o castelo a S. Este eirado possui ameias muito largas (a partir de 2,35 m, com abertas de 0,51 m), escoadouros de águas pluviais, e rodeia o extradorso da abóbada do cubelo. Esta é convexa, tendo, na sua terminação, um lanternim/chaminé

para iluminação e extracção de fumos produzidos pelos disparos. A entrada para este cubelo encontra-se hoje na face virada para a muralha SE (Fig. 6.4.20). No exterior, contam-se nove faces, apresentando-se dois níveis de disparo, num total de doze troneiras simples. As troneiras do nível superior foram tapadas pela construção da referida abóbada, semiesférica, que por isso mesmo é de construção posterior. Esta grande abóbada assenta em parede circular adossada à primitiva, erguendo-se após um ressalto. A sala circular possui uma arrecadação, uma lareira, e está ocupada por uma oficina de olaria (Fig. 6.4.23). No sítio das troneiras abrem-se as bocas com enxalços rasgados e tectos em arco abatido. O orifício circular das troneiras está a escassos centímetros do actual pavimento, de simples argamassa de cimento.

O adarve SE (Fig. 6.4.24) tem pavimento empedrado de 0,93 m de largura, muro de protecção de 0,40 m de espessura e ameias de corpo muito largo (2,55 m), com abertas de 0,50 m de largura. A espessura do muro das ameias é de 0,50 m, possuindo algumas vigias. No total, esta muralha possui 1,83 m de espessura ao nível do adarve. No topo NE, dá acesso ao adarve da muralha NE, após três pequenos lanços descendentes.

O adarve NE (Fig. 6.4.25) passa por detrás da alcaidaria, com pavimento de tijoleira e uma largura de 0,93 m. É marginado pela parede da alcaidaria e pelo muro que dá para o exterior, com 0,50 m de espessura, ameias de corpo largo (2,25 m) e abertas de 0,58 m de largura. Caminhando para NO, este adarve encontra-se interrompido um pouco antes da parede do tardo da alcaidaria terminar. O restante adarve da muralha encontra-se a um nível inferior, possuindo 0,80 m de largura, murete com 0,40 m de espessura e ameias do tipo primitivo, com 0,98 m de largura e abertas de 0,62 m, sendo de 0,40 m a espessura do muro que as contém. No exterior desta muralha encontram-se os restos de uma estrutura de suporte e de um antigo terraço da alcaidaria, de planta rectangular, com dois arcos e uma parede sem vãos. De notar que esta estrutura não se encontra localizada onde, na planta de Duarte de Armas, se encontrava uma torre. Para além de esta ter sido localizada no desenho de forma muito grosseira (atendendo às cotas indicadas), também estas cotas apresentam uma diferença, para as medidas de hoje, entre 2 a 4,5 m. Por outro lado ainda, nota-se perfeitamente que a actual estrutura foi levantada de novo, pela grande quantidade de tijolo que incorpora e, claro está, pela sua

configuração. Apresenta-se ainda, na base do tardo da alcaidaria, sob a referida estrutura, um arco de tijolo embebido no muro, cuja função só uma sondagem arqueológica poderia detectar, e ainda, uma tanqueta já no exterior do arco NE.

No extremo NO desta muralha, e após um pequeno lanço de escadas, encontra-se uma construção, com cúpula semi-esférica, que protege a entrada para uma escada em caracol que dá acesso ao exterior (Fig. 6.4.26), através de porta rectangular com trancas. Flanqueando o vértice, apresenta-se a torre N. Esta torre tem planta intencionalmente quadrada, pavimento de tijoleira, parapeito plano forrado a tijoleira e banco corrido de alvenaria (Fig. 6.4.27). A profundidade é de 5,53 m e a largura de 5,40 m no eirado.

Caminhando no adarve da muralha NO, de NE para SO, apresenta-se, à nossa esquerda, uma cisterna suspensa, aparentando ser um torreão saliente para dentro do pátio, com sistema de recolha de águas pluviais e boca pentagonal. Mede 3,75 m de profundidade e 5,66 m de largura no eirado. Está esta cisterna apoiada na arcaria que constitui a cobertura da rua que dá acesso à porta da traição a partir do pátio. Ainda existe uma pequena fonte, obstruída, com a bacia partida, no pátio, na parede SE que suporta a cisterna. Continuando a caminhar no sentido da Torre de Menagem - este adarve tem bancos e floreiras do lado das ameias -, apresenta-se à nossa direita um torreão de planta rectangular, pavimento empedrado, com os parapeitos planos forrados a tijoleira, medindo 5,58 m de largura e 3,35 de profundidade no eirado. Termina o adarve na Torre de Menagem.

6.4.3.2 AS CERCAS URBANAS

6.4.3.2.1 PRIMEIRA CERCA MUÇULMANA

As cercas urbanas da cidade de Elvas desenham espaços compreendidos, grosso modo, em sectores circulares com centro no castelo (Figs. 6.4.28 e 6.4.29). A primeira delas, de erecção muçulmana, está limitada pelas actuais Rua Martim Mendes, Largo das Portas do Sol, Ladeira e Beco das Freiras, Largo de Santa Clara e Calçadinha do Castelo. Escondida pelo casario, apenas se observa:

- A ligação ao ângulo E do castelo, apresentando o primeiro torreão (Fig. 6.4.30).

- O Arco do Miradeiro ou Malheiro (Rua Martim Mendes) (Fig. 6.4.31), constituindo a Porta da Alcáçova, com 2,56 m de largura, e apresentando grossa silharia. Esta porta possuía arco de ferradura, demolido em 1887 (Fig. 6.4.32). O conjunto apresenta características datáveis do séc. X⁵⁴.

- Dois torreões visíveis da Rua Martim Mendes, o primeiro, quando a rua faz um beco, o segundo, adossado ao edifício do Lar Júlio Alcântara Botelho.

- As Portas do Templo, junto ao Arco do Tempre, com 3.20 m de largura, no Largo de Santa Clara, com um torreão avançado (Fig. 6.4.33).

Para além das torres que são hoje visíveis, está desenhada, em planta de 1938⁵⁵, mais uma torre, entre as Portas do Templo e o Arco do Miradeiro.

6.4.3.2.2 SEGUNDA CERCA MUÇULMANA

A segunda cerca muçulmana, muito reabilitada posteriormente, está limitada pelas actuais ruas do Cano (ou Sá da Bandeira), de Braz Coelho, da Cadeia e de João Pereira de Abreu. Adossando-se ao casario, ela é visível, para quem sobe a Rua do Cano, em quatro torreões (Fig. 6.4.34):

- Torreão quadrangular que suporta o campanário da Igreja de São Pedro.

- Torreão quadrangular, de pequena secção, a que se segue outro com a mesma forma mas de maiores dimensões.

- Torreão de gola recta, com oito faces frontais, na base do qual se encontra a Porta de Nossa Senhora da Encarnação ou Porta Nova (Fig. 6.4.35), em arco redondo, com 2,61 m de largura, apresentando o respectivo altar na parte anterior.

Na Rua da Cadeia, são visíveis, de E para O:

- A Porta da Praça, em arco quebrado, com 3,07 m de largura (Fig. 6.4.36).

- Torreão de secção rectangular.

- A Torre da Cadeia ou “Fernandina” (Fig. 6.4.37) (Anexo XXIII).

Na Rua João Pereira de Abreu é visível o Arco do Bispo, em arco redondo, com

⁵⁴ TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, *ob. cit.*, p. 129.

⁵⁵ Biblioteca Municipal de Elvas, Planta da Cidade de Elvas, 1938, escala 1:2000, desenho do 2º Sargento Direitinho, actualizado pelo Capitão Gonçalves.

5,80 m de largura (Fig. 6.4.38). A muralha que se encontra para N deste arco apresenta zonas construídas em taipa e liga-se a um torreão.

Como portas desaparecidas há memória da Porta de Santiago, a SO, e da Porta Ferrada, a E⁵⁶.

Para além das torres que são hoje visíveis, estão desenhadas, na planta de 1938 supracitada, mais três torres ou simples inflexões ortogonais da muralha antes da Porta da Encarnação, mais duas entre estas portas e a Rua da Carreira, mais três entre esta rua e a Torre Fernandina, e mais três entre o Arco do Bispo e a Rua dos Quartéis.

6.4.3.2.3 CERCA FERNANDINA

A cerca fernandina foi a última a ser construída durante a Idade Média, em resultado do período de guerra que se inicia em 1325⁵⁷, no reinado de D. Afonso IV, atingindo maior importância no período (1369-1383)⁵⁸, no reinado de D. Fernando. Iniciou-se a sua construção cerca de 1340⁵⁹, já no reinado de D. Afonso IV, e concluiu-se em 1369, no reinado de D. Fernando.

Foi uma fortificação impressionante, constituída por 22 torres e 11 portas, que ainda estava de pé quando Duarte de Armas a desenhou (Fig. 6.4.39 e 6.4.40). Iniciava-se esta cerca junto à Porta do Hospital, a E do castelo, e terminava junto à Porta do Tremprem, onde se encontrava com a 2ª cerca. Como veremos de seguida, esta fortificação foi quase toda demolida, para, com os seus materiais, se construir a

⁵⁶ MORGADO, Amílcar F. - *Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar*, Caderno Cultural nº 7, Câmara Municipal de Elvas, Elvas, 1993, p. 12.

⁵⁷ SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, pp. 118 ss.

⁵⁸ A guerra é iniciada por D. Fernando que, aliando-se ao partido vencido do malgrado D. Pedro I de Castela, contra o usurpador Henrique de Trastâmara, invade a Galiza em 1369. Terminam as contendas em 1382, com o Tratado de Elvas, pondo termo à terceira guerra luso-castelhana, e em 1383, com a paz firmada em Elvas entre D. Fernando e D. João I da Castela. As Guerras Fernandinas desenrolaram-se em três fases: (1369-1371), (1373) e (1381-1383). Durante todo o período de guerras há razias e escaramuças fronteiriças, distinguindo-se em Elvas o escudeiro Gil Fernandes que, ainda antes de chegar o fronteiro nomeado para aquele castelo, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, faz a guerra fronteiriça por conta própria. No último período foi posto cerco a Elvas (1381) pelo exército castelhano comandado pelo infante português D. João. O cerco foi levantado com a chegada dos exército inglês a Lisboa, aliado de D. Fernando. Ver SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, pp. 130 ss.

⁵⁹ PIRES, A. Tomás - *As Ruas d'Elvas*, ed. António José Torres de Carvalho, Elvas, 1924, p. 112 (Nota de rodapé).

fortificação abaluartada. Restam alguns troços de muralha e alguns torreões, de difícil identificação. Os mais evidentes são os seguintes:

- Torreão quadrangular situado no interior do Baluarte da Porta Velha, ocupado hoje pelo Regimento de Infantaria 8 (RI8) (Fig. 6.4.41).

- Curiosamente, mantém-se uma troneira cruciforme aberta no muro protegido pelo orelhão direito, ou espalda, do referido baluarte, tal como uma porta de arco quebrado, emparedada, que seria a Porta dos Banhos ou Porta Velha da muralha fernandina. Esta é uma das provas evidentes de que a fortificação abaluartada incorporou a cerca fernandina. Sobre o conjunto, uma casamata. Provavelmente, esta porta recebeu a designação da Porta dos Banhos ou Ferrada, da 2ª cerca muçulmana, quando esta foi eliminada. Esta porta transformou-se em poterna (Fig. 6.4.42) da fortificação abaluartada, protegida e escondida visualmente por um torreão baixo de secção rectangular.

- Torreão ameado situado no interior do Baluarte de São João de Deus (Fig. 6.4.43).

Quanto às onze portas desta cerca, existem, ou há simplesmente memória, das seguintes, começando pela Porta do Hospital, a E do castelo, e no sentido dos ponteiros do relógio:

- Porta do Hospital (desaparecida), entre o Baluarte de Santa Bárbara e o Meio baluarte de São João da Corujeira.

- Porta dos Banhos ou Porta Velha (emparedada), no muro protegido pelo orelhão direito do Baluarte da Porta Velha.

- Porta de Badajoz (desaparecida), entre o Baluarte da Porta Velha e o Baluarte do Casarão.

- Porta dos Mártires (desaparecida), entre o Meio baluarte de São Domingos e o Baluarte da Praça de Armas ou da Parada.

- Porta de Olivença ou Porta Real (desaparecida), entre o Baluarte da Praça de Armas e o Baluarte de Olivença.

- Portas de São Pedro (provavelmente onde hoje existe a poterna com o mesmo nome), entre o Baluarte de Olivença e o de São João de Deus.

- Porta de Évora (desaparecida), junto à torre que foi englobada pelo Baluarte de São João de Deus.

- Porta de São Francisco (provavelmente onde hoje existe a poterna com o mesmo nome), entre o baluarte de São João de Deus e o redente do Cascalho.

- Portas Novas ou da Esquina (provavelmente onde hoje se encontra a Porta da Esquina / porta interior), entre o Redente do Cascalho e a Baluarte de Nossa Senhora da Conceição.

- Porta de São Martinho (provavelmente onde hoje se encontra a poterna com o mesmo nome), entre o Meio baluarte do Trem ou do Cesto da Gávea e o Meio baluarte do Príncipe.

Amílcar F. Morgado refere ainda as seguintes portas⁶⁰:

- Porta do Tremem (desaparecida), próxima da do Templo, da primeira cerca muçulmana.

- Porta dos Enforcados (desaparecida), próxima da actual Porta da Esquina.

Em 1511/12, D. Manuel I manda construir algumas torres nas muralhas, não se sabendo onde, e reparar duas que se encontravam danificadas na muralha fernandina⁶¹.

6.4.3.2.4 FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA

Em Dezembro de 1641, o Conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, foi nomeado Capitão General da Província do Alentejo, elegendo Elvas como Praça de Armas. São desde logo fechadas oito das onze portas, ficando apenas três: a Porta de Évora, a SO, a Porta de Olivença, a S, e a Porta de Badajoz⁶², a O. Iniciou-se a reparação das muralhas fernandinas, modernizando-se as fortificações sob a direcção de Matias de Albuquerque: as ameias das muralhas e barbacãs foram transformadas em parapeitos; acrescentaram-se as banquetas das barbacãs; construiu-se uma falsa braga para embeber as ruínas da

⁶⁰ MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, p. 15.

⁶¹ ALMADA, Vitorino de - "Efemérides de Elvas", *Álbum Alentejano*, Tomo III, Distrito de Portalegre, Lisboa, s. d., pp. 705-714.

⁶² AZEVEDO, Luís Marinho de - *Comentários (...) na Guerra de Alentejo*, Oficina de Lourenço de Anveres, Lisboa, 1644, p. 6. É interessante que esta porta venha posteriormente a ser fechada. Não será engano do autor? É que VARELLA (1901), pp. 54 e 55, escreve que a porta que é fechada com o Governador Dom João da Costa é a Porta dos Banhos.

barbacã quando fossem destruídas pelo inimigo; à frente das portas que permaneceram abertas foram construídos três revelins; executou-se uma cava ao longo da barbacã; levantaram-se paliçadas à entrada das portas; construíram-se cavaletes de madeira para que a infantaria se defendesse da investida da cavalaria inimiga; colocou-se artilharia pesada sobre plataformas de madeira em praças estratégicas; traçaram-se fortes nos cabeços de Santa Luzia, do Siso⁶³, do Casarão, de São Pedro e de São João, embora não se tivessem construído nessa altura⁶⁴.

Depois da substituição do Conde de Vimioso pelo General D. João da Costa, inicia-se a construção, em 1641, de um reduto no monte de Santa Luzia para 300 homens, constroem-se guaritas, substituem-se as paliçadas, junto às portas, por grilhões, constroi-se a ponte levadiça da Porta de Olivença e fecha-se a Porta dos Banhos (também designada de Badajoz), ficando apenas a de Évora e a de Olivença⁶⁵.

Estas fortificações, resultando de um compromisso entre as medievais e as abaluartadas, depressa foram reformuladas com novo plano de João Pascácio Cosmader, com o qual colaboram o Tenente-General de Artilharia Rui Correia Lucas e Matias de Albuquerque, iniciando-se os trabalhos em 1643. Quando em 1644 a cidade foi cercada pela primeira vez pelo exército espanhol, comandado pelo Marquês de Torrecusa, as fortificações resistiram ao cerco, apesar do estado muito rudimentar em que ainda se encontravam. Escreve o Conde de Ericeira: *Quando o Marquês de Torrecusa chegou a elas, não havia mais que princípios da fortificação*⁶⁶. Era, claramente, o resultado de sessenta anos de negligência filipina - intencional - neste domínio.

Após a interrupção de 1644, as fortificações estariam concluídas em 1653, resultando a magistral em larga parte coincidente com as muralhas fernandinas. De notar que Cosmader abandona as fortificações em 1647, por ter sido capturado pelo exército espanhol, e morre em 1648, já ao serviço do país vizinho, no assalto a Olivença. Em

⁶³ Pensamos nunca ter sido fortificado, situando-se entre a Obra Coroa e o Forte de Santa Luzia.

⁶⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*. Ver também, VARELA (1901), p. 9 e 10.

⁶⁵ VARELA, Cónego Aires (1901), pp. 43-46 e 54-55. Confrontar com o que escreve AZEVEDO (1644), pp. 54 e 55, sobre as portas que terão ficado abertas, em nota anterior.

⁶⁶ Terceiro Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes (1632-1690) - *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, 1679, p. 478.

1659, a fortificação abaluartada da cidade estava com certeza construída, como o prova, por exemplo, a carta militar sobre a Batalha das Linhas de Elvas, desenhada pelo Eng.º Militar Pierre de Sainte Combe⁶⁷.

Duas portas estão datadas, ou pelo menos a sua decoração: a de São Vicente (1644) (Fig. 6.4.44) e a de Olivença (1685) (Fig. 6.4.45). Para a construção da colossal fortificação, levou-se a cabo a *demolição, embora difícil, das torres e muros das antigas cercas da cidade com o fim de a fortificar pelo modo que ainda hoje se acha*⁶⁸.

Destas fortificações resultaram doze frentes⁶⁹ insertas num polígono irregular, grosseiramente da forma de um sector circular com centro na zona mais a norte (zona do castelo) e com um raio máximo de 965 m. A maior distância entre dois pontos da fortificação é de 1385 m, na direcção E/O. Iniciando a descrição pela porta principal, a de Olivença - última porta a fechar à noite⁷⁰ -, temos, no sentido dos ponteiros do relógio:

- Porta de Olivença, na cortina da 1ª frente, a S, com revelim que engloba a porta exterior.
- Baluarte de Olivença, de São Pedro ou dos Morteiros, com contraguarda na face SO.
- Cortina com poterna (Fig. 6.4.46).
- Baluarte de São João de Deus, com cavaleiro (Fig. 6.4.47).
- Cortina com poterna e contraguarda.
- Redente do Cascalho.
- Cortina com a Porta da Esquina ou de Évora (Fig. 6.4.48) e revelim com a segunda porta.
- Baluarte de Nossa Senhora da Conceição ou da Forca com contraguarda (Fig.

⁶⁷ Esta carta militar, existente na Biblioteca Municipal de Elvas, foi publicada em MARINHO, Alberto de Oliveira - *A Gloriosa Batalha das Linhas de Elvas*, Elvas, 1991.

⁶⁸ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

⁶⁹ Considerava-se uma *frente*, um qualquer conjunto de dois baluartes, meios baluartes ou redentes ligados por cortina. Ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

⁷⁰ Assim era em 1875. Ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

6.4.49).

- Cortina com poterna.
- Meio baluarte do Trem ou do Cesto da Gávea⁷¹ (Fig. 6.4.50).
- Cortina com poterna.
- Meio baluarte do Príncipe (Fig. 6.4.51).
- Cortina.
- Baluarte de Santa Bárbara.
- Cortina.
- Meio baluarte de São João da Corujeira (Fig. 6.4.52), com três ordens de fogos escalonadas.

- Cortina com Porta de São Vicente e revelim com a segunda porta.

- Baluarte da Porta Velha com orelhão direito ou espalda a NO.

- Obra coroa (Fig. 6.4.53)⁷² constituída por um baluarte entre dois meios baluartes e um revelim a proteger a cortina NE; a gola, sobre o ângulo flanqueado do Baluarte da Porta Velha, é protegida por um redente a N e uma tenalha simples a S.

- Cortina com poterna⁷³ (Fig. 6.4.54) e tenalha simples.

- Baluarte do Casarão com cavaleiro, protegido por contraguarda.

- Cortina com poterna, tenalha simples e praça de armas entrincheirada.

- Meio baluarte de São Domingos.

- Cortina com praça de armas entrincheirada frente à poterna.

- Baluarte da Praça de Armas ou da Parada, com cavaleiro.

Do armamento de defesa⁷⁴ da Praça de Elvas constava, em 1874⁷⁵: 8 canhões pedreiros, 14 obuses de 254 mm, 14 morteiros de grosso calibre, 13 peças de alma

⁷¹ Este meio baluarte seria primitivamente um redente igual ao do Cascalho, sendo transformado provavelmente no séc. XIX. Ver PAAR, Edwin - "As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação", Relatório inédito, Câmara Municipal de Elvas, 1997.

⁷² Esta obra terá sido projectada por Nicolau de Langres. Ver MORGADO, Amílcar - "A defesa da fronteira terrestre", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989, p. 217.

⁷³ Esta poterna foi construída já no nosso século pelo quartel que ocupava a zona, segundo informação colhida na Câmara Municipal de Elvas.

⁷⁴ *Armamento de defesa* opõe-se a *armamento de segurança*. O primeiro é o necessário em *pé de guerra*, o segundo corresponde aos períodos de paz.

⁷⁵ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 9 (1874), *Relatório formulado pela comissão nomeada pelo ministério da guerra em 18 de Junho de 1874 para determinar o armamento e aprovisionamento de víveres e material de guerra para a praça de Elvas e forte de Nossa Senhora da Graça*.

estriada de calibre 15 e 8 de calibre 12, 10 peças de alma lisa de calibre 15, 6 de calibre 11 e 29 de calibre 10, num total de 112 peças. Eram ainda necessárias uma bateria de calibre 8, meia bateria de montanha do mesmo calibre e seis metralhadoras.

Na mesma situação de guerra, a guarnição deveria possuir⁷⁶: 6484 praças de infantaria, 498 praças de artilharia, 176 praças de baterias, 208 praças de engenharia, 30 praças artífices, 304 militares de cavalaria e 370 praças para almoxarifado, enfermeiros, serventes e guardas de armazém, num total de 8070 militares, estando incluídos nos referidos números o corpo de oficiais. Eram ainda necessários 288 cavalos e 124 muares.

6.4.3.3 FORTE de SANTA LUZIA

O Forte de Santa Luzia (Fig. 6.4.55) (Anexos XXIV-XXVII) foi construído entre 1641 (ou 1642⁷⁷) e 1648, em outeiro padraço a 410 m a SE da praça de Elvas (Fig. 6.4.1). Ficou ligado à cidade por amplo caminho coberto, hoje atravessado pela EN que liga Elvas à fronteira. No seu desenho, que suscitou polémica entre os especialistas a que foi cometida a tarefa, participaram⁷⁸:

- Martim Afonso de Melo, que construiu um reduto em 1641, sob desenho de Matias de Albuquerque, deixando no meio a igreja de Santa Luzia.

- Sebastião Frias, que redefiniu o desenho anterior, ainda em 1641, dando-lhe forma estrelada.

- Hieronimo Rozetti, que apresentou traçado novo em 1642.

- Lassart, que se opunha ao traçado da escola italiana, advogando o da francesa.

- João Ballesteros e Cosmander constituíram, em 1642, com Lassart e Rozetti, uma comissão nomeada pelo rei e subordinada ao Conselho de Guerra, para estudar o melhor traçado do forte.

- Rui Correia Lucas, que imprimiu nova dinâmica ao trabalho, a partir de 1643.

⁷⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 9 (1874), *Relatório formulado pela comissão nomeada pelo ministério da guerra em 18 de Junho de 1874 para determinar o armamento e aprovisionamento de víveres e material de guerra para a praça de Elvas e forte de Nossa Senhora da Graça*.

⁷⁷ VARELA, Cónego Aires (1915), *ob. cit.*, p. 53.

⁷⁸ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, *ob. cit.*, pp. 47 e 48; MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, pp. 25-30.

- Cosmader, com a colaboração de Gilot, que acaba por impor o traçado final.

A sua guarnição em pé de guerra era composta por 370 praças de infantaria, 166 de artilharia, 52 praças mineiros e 20 praças de almoxarifado e guarda de armazém, num total de 608 homens⁷⁹. O seu armamento de defesa era de 8 obuses, 4 peças de alma estriada de calibre 12 e 25 peças de alma lisa, sendo 4 de calibre 11, 7 de calibre 10, 8 de calibre 9 e 6 de calibre 7⁸⁰.

Inscribe-se a primeira linha fortificada num hexágono irregular, sendo o lado maior o N, com cerca de 210 m de comprimento⁸¹. Esta primeira linha, que contém o caminho coberto, apresenta um traçado tenalhado formando uma estrela de 8 pontas com 4 tambores e 1 reduto angular a proteger os ângulos reentrantes a NE, E, SE, S e O. O forte não tem esplanada. Na frente N, a zona exterior apresenta, a E, covas de lobo (Fig. 6.4.56), que também existem noutras zonas exteriores à linha magistral. Esta primeira linha fortificada era assim descrita e comentada em 1821:

*Esta estrada coberta é um segundo recinto de muralha com seu terraplano e parapeito (...) formado de ângulos salientes (...) e de ângulos reentrantes (...) esta estrada coberta não tem esplanada mas estes ângulos mortos estão bem fortificados com os tambores curvilíneos de muro de alvenaria que neles estão praticados (...) e com três ordens de poços na frente de cada tambor e uma ordem de paliçadas inclinadas no interior de cada tambor, tendo no parapeito do vértice de cada um ângulo, duas e em alguns três canhoiras que rasam a esplanada que parte destes ângulos dentro do tambor, de sorte que o sitiante no ataque destes ângulos mortos encontra obstáculos mui difíceis a vencer (...)*⁸².

⁷⁹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 9 (1874), *Relatório formulado pela comissão nomeada pelo ministério da guerra, em 18 de Junho de 1874, para determinar o armamento e aprovisionamento de víveres e material de guerra para a praça de Elvas e forte de Nossa Senhora da Graça.*

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Medidas efectuadas na planta aerofotogramétrica, escala 1:2000, D. G. S. U., Câmara Municipal de Elvas, 1976.

⁸² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 67, Número 50 (1821). *Observações relativas à Praça de Elvas* de Joaquim José Almeida e Freitas, Coronel do Real Corpo de Engenheiros.

A porta exterior (Fig. 6.4.57)⁸³ encontra-se na frente N, face O, dando acesso ao caminho coberto do 1º fosso e à porta interior (Fig. 6.4.58). Esta situa-se na cortina da frente N da fortificação abaluartada, protegida por um redente com canhoesiras.

Ultrapassada a porta interior, entramos no segundo fosso, atravessando a segunda linha fortificada com baluartes e respectivas cortinas: o forte propriamente dito. Apresenta quatro baluartes cujos flancos fazem ângulos obtusos com as cortinas. Inscrevem-se os baluartes em polígonos rectangulares com os lados externos de 120 m x 144 m e os internos de 98 m x 76 m, sendo os lados N e S os maiores. Têm as seguintes designações, começando pelo baluarte NE e no sentido dos ponteiros do relógio: Santo António, Santa Isabel, São Pedro e Nossa Senhora da Conceição. O baluarte de São Pedro apresenta, na gola, um través com duas canhoesiras:

*Nos extremos da cortina há em cada um través à prova, revestido de alvenaria que contém cada um uma canhoesira coberta, as quais estão mascaradas: estes traveses estão juntos ao parapeito. Nesta cortina há outro través à prova e revestido de alvenaria, o qual está junto à escarpa interior da cortina e paiol da pólvora*⁸⁴.

As cortinas E e S estão guarnecidas por revelins construídos nos fossos.

As alas E, S e O (Figs. 6.4.59 e 6.4.60 e 6.4.61) deste segundo fosso apresentam várias construções. Sob o terraplano da cortina S, estão construídas casernas. Na zona central destas casernas encontra-se a porta de acesso ao túnel que comunica com a poterna. Na zona O encontramos uma caserna que deveria ter servido de paiol, com um través na cobertura, a que se segue um antigo paiol, mais avançado, que passou posteriormente a caserna (Fig. 6.4.62). Assim o depreendemos do seguinte extracto: *Reduziu-se um quartel a paiol e o que era paiol a quartel, que por ser muito húmido não podia existir para aquele fim*⁸⁵.

⁸³ A maior parte das fotografias do Forte de Santa Luzia aqui apresentadas foram realizadas antes das obras de restauro agora terminadas (1999).

⁸⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 67, Número 50 (1821), *Informação do estado em que se achava a Praça de Elvas e obras destacadas em o 1º de Janeiro de 1821*, Joaquim José de Almeida e Freitas, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros.

⁸⁵ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 67, Número 30 (1814), *Descrição das obras que se têm feito na Praça de Elvas depois da primeira invasão dos franceses*, Raimundo Valeriano da (?) Correia, Coronel do Real Corpo de Engenheiros.

No fosso do reduto central, lados E e O, encontram-se casernas de cobertura telhada, sendo a primeira construção do fosso E, do lado N, um forno. No fosso N, refira-se, do lado E, uma entrada para um túnel que corre na direcção N. Trata-se de um trabalho de contramina não concluído⁸⁶.

O adarve da cortina N dá acesso, através de passadiço sobre arco de alvenaria, à porta do reduto central (Fig. 6.4.63). Esta passagem podia ser destruída, em estado de guerra, e substituída por ponte levadiça. Também a porta interior (a da fortificação abaluartada) possuía ponte levadiça, de que ainda existe o engenho.

De salientar a diferença de espessura dos parapeitos que dão para N, para a Praça de Elvas, em relação aos restantes: enquanto que os do traçado tenalhado e baluartes apresentam 0,60 a 0,70 m, os restantes possuem 4,60 m. Tal diferença permitia à Praça de Elvas destruir estes muros, caso o forte fosse ocupado pelo inimigo.

O reduto central (Fig. 6.4.64) inscreve-se num rectângulo de 35,8 m x 44,8 m, ocupando os lados maiores as frentes N e S. Apresenta:

- No primeiro nível, o pátio interior, a céu aberto, que dá acesso, a partir da porta de entrada e no sentido dos ponteiros do relógio: à casa da guarda, às instalações sanitárias e à escada de acesso ao eirado; à capela com abóbada do séc. XVI e ao paiol interior; a uma caserna.

- No segundo nível, a casa do governador (Fig. 6.4.65), com quatro compartimentos, as duas bocas rectangulares das duas cisternas, duas bocas circulares de acesso ao paiol, sumidouros de águas pluviais dirigidas para as cisternas, guaritas de secção quadrada e canhoeriras.

- No terceiro nível, o terraço e a lanterna da casa do governador (Fig. 6.4.66), com acesso por uma curiosa escada vertical com degraus construídos em duas paredes frontais.

Relativamente à participação deste forte na guerra, ele tomou parte em todos os conflitos atrás referidos, após o ano da sua conclusão.

⁸⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 50, (1821), *Observações relativas à Praça de Elvas*, Joaquim José de Almeida e Freitas, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros.

6.4.3.4 FORTE DE LIPPE OU DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA⁸⁷

A imponente obra de arquitectura militar ergue-se no Monte da Graça⁸⁸, padraço a 1063 m a N da cidade de Elvas, com 404 m de altitude (Fig. 6.4.1). Foi construída sob o traço do Conde de Lippe⁸⁹ e sob a direcção de construção, primeiro, do engenheiro francês Étienne, e depois, do coronel de artilharia de Estremoz, Guilherme Luís Valléré, que introduziu algumas alterações. A ordem para a construção do forte recebeu-a em primeiro lugar um Tenente Coronel Engenheiro (A. A. de Bapenond ?), entre Abril e Junho de 1763: *Traçar sobre o terreno do Monte da Graça três diferentes projectos*⁹⁰. Iniciou-se a obra em 1763. Quanto à data da sua conclusão, a historiografia refere o ano de 1792. Contudo, há documentos que provam não estar o forte concluído ainda em 1797:

Com a diligência que é possível a uns homens costumados à relaxação, se trabalha nas obras que requerem pedra, cal, areia e terra, por ser do que possa dispor; porém em plataformas, reparos e o mais que é preciso madeira está parado. (...) Quando julgava, pelas informações que me davam, que o Forte da Graça lhe não faltava mais que as plataformas, reparos e algumas miudezas, fui achar as ruínas, somente com as galerias magistrais; e os seus ramais uns sem terem princípio e os outros sem fazerem perceber as ordens que lhes tinham projectado (...) O Segundo Governador do Forte, José da Encarnação Delgado, que devia conhecer melhor que ninguém o projecto que pôs em prática o Tenente General Valléré, a tudo que se lhe pergunta diz que não sabe, e é a resposta que dá a tudo. Este Governador, creio, que é muito honrado (...) mas seguro a V. Ex^a que não é capaz de dispor com acerto o fogo de uma simples bateria. (...) Não há pessoa alguma que (...) saiba falar dos projectos. (...) Seria muito conveniente que V. Ex^a ordenasse à mulher do Tenente General Valléré lhe apresentasse todos os papéis que conservasse respectivos ao

⁸⁷ Designado primeiramente Forte de Lippe, passou a Forte de Nossa Senhora da Graça com D. Maia I.

⁸⁸ Onde existiu a Ermida de Santa Maria da Graça, demolida quando da construção do forte.

⁸⁹ Frederico Guilherme Ernesto, conde de Shaumburg-Lippe, ou Schaumburgo - Lipa (1724 -1777), de ascendência alemã, nasceu em Londres e iniciou-se nas lides militares em Inglaterra. Desempenhou funções militares em toda a Europa, recebendo o cargo de Grão-Mestre da Artilharia. Reorganizou o exército português a partir de 1762.

⁹⁰ Arquivo Histórico Militar, 3^a Divisão, 9^a Secção, Caixa n^o 59, Número A-6, (1763), *Relação das diferentes ordens que eu recebi (...) depois do primeiro de Abril até vinte e cinco de Junho (1763)*.

*Forte da Graça, pois só assim se poderia ver no verdadeiro conhecimento da sua construção e do modo de colocar Artilharia para sua defesa, de que muito se duvida nesta Praça. (...) sendo entre todos os casos notáveis acharem-se nesta Praça infinitas balas de diferentes calibres para peças que nunca existiram*⁹¹.

Em 1767 já possuía uma guarnição de 262 militares e 12 peças de artilharia⁹².

A necessidade de construção do forte adveio do facto da cidade ter sido fustigada por peças de artilharia que o exército espanhol colocou no cimo do monte, durante o cerco de Elvas de 1658/1659. Após a retirada dos espanhóis, o reduto que ficou foi utilizado pelo exército português como presídio⁹³.

Enormes foram os sacrifícios exigidos aos habitantes de toda a região, em detrimento dos trabalhos agrícolas. Em 1763 trabalhavam nas obras 6 mil homens e 4 mil bestas, e das casas e lojas construídas na Quinta do Vedor, a O do forte, nasceu a actual povoação com o mesmo nome⁹⁴. Despendeu-se com as obras a quantia de 767 000\$000 réis⁹⁵. Considerada *praça de primeira ordem*, possuía governador especial⁹⁶. A sua guarnição em pé de guerra era constituída por 1792 homens: 1120 praças de infantaria, incluindo 30 oficiais e 16 praças do Estado menor; 498 praças de artilharia, incluindo 15 oficiais e 6 corneteiros; 104 praças de engenharia, incluindo 2 oficiais e 2 corneteiros; 70 praças para almoxarifado, enfermeiros e guardas de armazém⁹⁷. Do armamento de defesa faziam parte 136 peças e 12 morteiros, sendo, de alma lisa, 42 peças de calibre 7, 18 de

⁹¹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 6, (1797), Extractos de cartas do Tenente General Francisco Noronha (20 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1797).

⁹² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 7, (1767), *Mapa da força da guarnição do Forte de La Lippe em 11 de Dezembro de 1767*. Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 74, Número 8, (1767), *Mapa das peças de artilharia e mais petrechos pertencentes a (?) que estão no Forte de La Lippe*.

⁹³ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

⁹⁴ MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, p. 32.

⁹⁵ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

⁹⁶ *Idem*

⁹⁷ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 9 (1874), *Relatório formulado pela comissão nomeada pelo ministério da guerra, em 18 de Junho de 1874, para determinar o armamento e aprovisionamento de viveres e material de guerra para a praça de Elvas e forte de Nossa Senhora da Graça*.

calibre 9, 14 de calibre 10, 38 de calibre 11 e 4 de calibre 15. As peças estriadas eram 13 de calibre 12 e 8 de calibre 15, e ainda os 12 mencionados morteiros⁹⁸.

Quanto aos objectivos militares do forte, são referidos os seguintes em 1874⁹⁹: *1º Bater os trabalhos de aproximação do inimigo e contrabater as baterias que o inimigo necessariamente estabelecerá na Serra da Malefa*¹⁰⁰; *2º Dar eficaz protecção à Praça de Elvas*; *3º Bater a estação do caminho de ferro e ainda alguma porção do mesmo caminho*.

Em 1856 foi criada uma companhia de correcção, sendo substituída, 38 anos depois, por um *depósito disciplinar* que manteve as suas funções até 1 de Julho de 1989, data em que o forte foi desactivado¹⁰¹.

O forte é constituído por três linhas principais de defesa a que correspondem dois fossos (Fig. 6.4.67) (Anexos XXVIII e XXIX). A primeira linha apresenta traçado tenalhado e contém o caminho coberto (Fig. 6.4.68). Apresenta canhoeriras a toda a volta, banquetas e parapeitos para disparo de fuzis sobre a esplanada. Engloba quatro revelins: a N, o Revelim de São Domingos, a E, o Revelim da Estação, a S, o Revelim das Salvas, e a O, o Revelim de Santo Amaro. Estes revelins defendem as cortinas da segunda linha de defesa, de traçado abaluartado. A N, defendendo a respectiva frente de baluartes, esta primeira linha de defesa envolve uma obra corna (ou Horneveque) de braços compridos, revelim a cavaleiro e canhoeriras cobertas, frente à qual se situa ainda outro revelim - Revelim do Hornavaque - a cota mais baixa (Fig. 6.4.69). Esta obra corna apresenta covas de lobo a N e a E, e dispunha de cavalos de frisa a N. A E da obra corna, na primeira linha de defesa, apresenta-se uma escada subterrânea que dá acesso à Fonte do Marechal, na esplanada.

Sob o caminho coberto e revelins, corre uma galeria de casernas com portas de ferro e frestas a dar para o fosso. O revelim S - Revelim das Salvas - possui, na face SE, a porta exterior (Porta do Dragão) (Fig. 6.4.70), decorada com motivos bélicos, entre os quais um dragão, e várias instalações no interior, que incluem a casa da guarda.

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Idem

¹⁰⁰ A 2500 m de distância. Ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

¹⁰¹ MORGADO, Amílcar F., *ob. cit.*, p. 37.

O primeiro fosso, com cerca de 22 m de largura frente à porta interior¹⁰² (Fig. 6.4.71), é vencido por uma passagem sobre arcos de alvenaria, cujo topo possuía ponte levadiça, hoje substituída por laje de betão. Franqueada a porta interior, a da fortificação abaluartada, penetramos a segunda linha fortificada. Inúmeras divisões se dispõem de cada lado da porta: escadas que descem para E e para O, para três divisões de planta circular em cada lado. Frente à porta, escadas que sobem para N e dão para o segundo fosso. Esta segunda linha é constituída por quatro baluartes ligados por cortinas, cujas designações são, a partir da porta interior e no sentido dos ponteiros do relógio: Santo Amaro, Malefa, Badajoz ou Estação e Cidade. Inscrevem-se os baluartes em polígonos rectangulares com os lados externos de 143,5 m x 146 m e os internos de 98,5 m x 100 m, sendo os lados E e O os maiores. Podemos concluir que os polígonos eram, intencionalmente, quadrados. Quer as cortinas, quer os baluartes da frente S, possuem, ao nível da base, galerias interiores que eram casernas (Fig. 6.4.72). Tal como as casernas da contra-escarpa (Fig. 6.4.73), também estas estão frestadas para o fosso, cumprindo três objectivos: iluminação, arejamento, protecção do fosso através de fuzilaria. De notar que estas frestas possuem um ângulo de tiro muito estreito, porque são muito reduzidas, porque o rasgamento dos enxalços é pequeno e porque a distância da galeria à fresta é grande. Por outro lado, o vão tem uma inclinação de cima para baixo, o que protegia a galeria de qualquer tipo de disparos vindos do caminho coberto, se este fosse tomado, e até das frestas da contra-escarpa, embora as balas se pudessem introduzir no vão e, por ricochete, atingir a galeria. Podemos então concluir que se trata de frestas com caracter mais defensivo do que ofensivo.

Para estas casernas da fortificação abaluartada (Anexo XXXI), acede-se por duas poternas em cada cortina, protegidas por canhoelras elípticas abertas na base dos flancos dos correspondentes baluartes, também elas com inclinação de cima para baixo, protegendo as galerias dos disparos vindos do caminho coberto. Estas galerias interligam-se através de corredores situados nas linhas capitais dos baluartes, dando acesso ao segundo fosso, e também de corredores perpendiculares às cortinas, que também comunicam com o referido fosso (Anexo XXXI). No caso dos baluartes da frente S, os corredores das linhas capitais desembocam em zonas compartimentadas e

¹⁰² Medidas tiradas da Planta Geral, escala 1:500, P. M. nº 1, s. d., D. A. E. 1/0.2, executada por Francisco S. Valente (planta existente na Câmara Municipal de Elvas).

abobadadas com um grosso pilar central. Nos terraplenos dos baluartes foram construídas, em data que se desconhece, pequenas vivendas para oficiais (Fig. 6.4.74), obstruindo as respectivas canhoeriras. Sabemos que em 1852, *os quartéis dos oficiais nos flancos e faces dos baluartes acham-se alguns de tal modo arruinados que precisam de imediato reparo para serem habitados*¹⁰³.

O segundo fosso, de largura mais reduzida que o primeiro (cerca de 6,8 m)¹⁰⁴, rodeia o reduto central (Fig. 6.4.75). Várias edificações aparecem neste fosso, com funções muito variadas, encostadas aos terraplenos, nas zonas de intercepção das cortinas, a NO, a NE, a SE e a SO.

O reduto central, de planta octogonal, possui, sob o 1º piso, uma cisterna de oito reservatórios intercomunicantes (Anexo XXX). O 1º piso é atravessado por dois enormes corredores, com abóbada de berço em arco redondo, decorados com rectângulos e círculos levemente relevados, que se cruzam perpendicularmente no centro do reduto (Fig. 6.4.76). Aqui, no centro da cruz grega, celebrava-se missa, em altar central, no presente século. De quatro tribunas elípticas situadas no tecto, podiam o governador e alguns oficiais assistir à missa, embora os vãos pudessem ter, também, funções defensivas. Encontramos outros espaços, situados nas bissectrizes desta cruz grega, que também estruturam a compartimentação deste 1º piso, interligando-se com muitos outros de dimensões menos generosas, possuindo frestas para o fosso. Resultam assim oito entradas para o reduto central, situando-se a principal a S, dando acesso ao 2º piso, por escadaria situada à esquerda da entrada.

O 2º piso possui um corredor circular à volta da cúpula do altar do 1º piso, dando acesso a oito compartimentos radiais que por sua vez se interligam com outros de menores dimensões. Os compartimentos N, S, E, O, apresentam canhoeriras elípticas viradas para os terraplenos das cortinas. Os outros compartimentos têm frestas viradas para os terraplenos dos baluartes. Todas estes compartimentos *servem de armazéns e*

¹⁰³ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 72, Número 3, (1852), *Relatório das obras que se julgam precisas levar desde já a efeito na Praça de Elvas e Forte da Graça para constituir as suas fortificações num perfeito estado de defesa*, José Manços de Faria, Coronel (?) do Estado Maior de Engenharia.

¹⁰⁴ Medida tirada da planta 1:200 do S. F. O. E. (planta existente na Câmara Municipal de Elvas).

*para alojamento do governador e de alguns oficiais da guarnição*¹⁰⁵.

O 3º piso corresponde ao terraço da casa do governador (Fig. 6.4.77). Apresenta o pavimento inclinado para escoamento e canalização de águas pluviais para a cisterna. Como elementos defensivos, possui parapeitos com frestas para armas ligeiras, viradas para os respectivos terraplenos, e entradas para a utilização dos matacões que se situam sobre as portas principais do reduto. Este terraço possuía canhoes cujos espaços foram refechados. O terraço rodeia a casa do governador, de dois pisos (4º e 5º pisos do reduto), com uma sala central em cada piso. A sala central do 4º piso possui pinturas murais de evocação histórica, com os retratos do Conde de Lippe e do coronel Valléré (Fig. 6.4.78). A sala central do 5º piso é toda branca, exibindo decoração neoclássica em trabalhos de massa (Fig. 6.4.79). Existe ainda um eirado (6º piso) a rodear a cúpula do sala central do 5º piso, com quatro clarabóias.

6.4.3.5 FORTINS OU REDUTOS E EDIFÍCIOS MILITARES

No princípio do séc. XIX, o Duque de Wellington, para reforçar o Campo Entrincheirado que se havia constituído após a Batalha das Linhas de Elvas (1659), mandou arrasar tudo o que estivesse fora das fortificações, *surgindo apenas de todas estas ruínas e devastações os fortes de São Mamede, São Pedro, Piedade e de São Francisco, que não serviram então, e que se acham hoje completamente abandonados*¹⁰⁶. A necessidade de construir os fortins de São Mamede e de São Pedro já era sentida pelo Tenente General Francisco de Noronha em 1797¹⁰⁷. Várias, porém, eram as dificuldades, no que diz respeito à realização de obras (não nos esqueçamos que o Forte da Graça ainda não estava concluído). Entre elas podemos referir a deserção de milícias e a fuga de mão-de-obra portuguesa para Badajoz, que pagava melhor: (...) *duas*

¹⁰⁵ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

¹⁰⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 73, Número 11 (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

¹⁰⁷ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 6, (1797) Carta do Tenente General Francisco de Noronha, datado de 18 de Fevereiro de 1797.

*pesetas por dia, fazendo debochar muitos trabalhadores (...)*¹⁰⁸. Em documento datado de 1815, estes fortins ou redutos são descritos com planta pentagonal irregular, com excepção do da Piedade¹⁰⁹, que era hexagonal irregular. Os que chegaram aos nossos dias (São Mamede, São Pedro e São Domingos ou Piedade), apresentam configurações diferentes. São trapezoidais, com excepção do Fortim da Piedade, que é, de facto, levemente hexagonal e irregular¹¹⁰ (Figs. 6.4.113 e 6.4.114). O Fortim de São Francisco situava-se nas traseiras do primitivo cemitério do Convento de São Francisco¹¹¹.

Estas fortificações obrigavam a que o cerco das forças inimigas se alargasse consideravelmente, para cerca de 10 km, obrigando-as a dispersar forças, consumir tempo, aliviando consideravelmente a pressão sobre a cidade.

Quanto a edifícios com função militar dentro da cidade, tema em que não podemos demorar-nos por não constituir o escopo do nosso trabalho, deveremos pelo menos enumerá-los, para melhor compreendermos esse grande quartel que foi Elvas até ao século passado:

- Quartéis (Fig. 6.4.80) para alojamento de tropas. Foram construídos após a Restauração e até à 2ª metade do séc. XVIII, livrando-se progressivamente Elvas do dever de aboletar os militares em residências particulares. Ainda hoje existem inúmeros exemplos. Alguns quartéis ocupam antigos institutos religiosos.

- Trem (Av. 14 de Janeiro) (Fig. 6.4.81). Foi construído entre 1694 e 1715 para reparação, guarda e fabrico de apetrechos e munições militares. No piso térreo funcionou, também, o Presídio Militar.

- Paióis: o de Santa Bárbara (Fig. 6.4.82), *o grande paiol da Praça* (junto ao Castelo), à prova de bomba, tal como os 11 paióis parciais dos baluartes; o da Conceição (junto à Porta da Esquina) (Fig. 6.4.83), redondo e com corredor de ressalva; o paiol redondo junto ao Baluarte da Porta Velha que, tal como o da Conceição, não era à

¹⁰⁸ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 6, (1797), Carta do Tenente General Francisco de Noronha, datado de 13 de Fevereiro de 1797.

¹⁰⁹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 67, Número 33 (1815), *Informação do estado em que se acha a Praça de Elvas, em o mês de Maio de 1815, relativamente às obras de fortificação, edificios militares e outros objectos*. Pensamos já não existir este fortim.

¹¹⁰ Ver Planta Aerofotogramétrica, escalas 1:2000 e 1:5000, D. G. S. U., Câmara Municipal de Elvas, 1976.

¹¹¹ Assim está localizado em carta de 1906, da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, escala 1:50000. Esta carta integrava o espólio do Tenente José Roque, sendo-nos cedida, amavelmente, uma cópia, pelo seu filho Amadeu Roberto Roque.

prova¹¹². Na sua maioria, foram construídos no séc. XVII.

- Casa das Barcas (Fig. 6.4.84) (Rua dos Quartéis). Edifício do séc. XVIII onde se *guardava o trem de pontes*, para passar o Rio Guadiana, *mas que, desde 1823, tem servido de teatro*¹¹³. A função militar foi extinta no séc. XIX.

- Assento (entre a Av. de Garcia da Horta e o Largo da Senhora da Oliveira). Armazém de géneros, moagem e fabricação de pão.

- Hospital Militar (na gola do Baluarte de São João de Deus). Funcionou desde o séc. XVII até 1976.

- Conselho de Guerra (Rua Pereira de Abreu). Construção do séc. XVII que manteve funções de justiça militar até 1875.

- Vedoria Geral, no Largo da Vedoria, junto à antiga Porta de Évora. Órgão de administração económica do exército criado após a Restauração.

6.4.4 SISTEMA ESTRUTURAL, MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

6.4.4.1 SISTEMA ESTRUTURAL

O sistema estrutural do conjunto das fortificações de Elvas em nada difere dos anteriormente estudados. Tratando-se das fortificações anteriores ao séc. XVII, os muros são altos, perpendiculares ao solo, sem qualquer escarpa, de espessuras adaptadas às respectivas funções.

No castelo, os panos de muralha interceptam-se em ângulos grosseiramente rectos, com torres de ângulo e salientes em relação às muralhas, flanqueando-as, servindo-lhes também como elementos estruturantes.

Nas primeiras duas cercas, o muro corre sempre na gola das torres, permitindo não só o seu flanqueamento como uma melhor estruturação. No conjunto das fortificações

¹¹² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 41, (1817), *Relação dos diversos Paióis e Depósitos de Pólvora existentes na Praça de Elvas*, Matias José Dias Azedo, Tenente General Comandante.

¹¹³ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 11, (1875), *Relatório sobre a defesa da Praça de Elvas feito pelo seu actual governador, o General de Brigada Francisco Xavier Lopes*.

medievais, as torres, sempre maciças, aparecem mais elevadas do que as muralhas, embora tal situação se deixe de verificar em dois casos da muralha NO do castelo, devido a adaptações posteriores. Quanto ao cubelo artilheiro, de altura mais baixa do que as muralhas a que se encontra ligado, tal concepção é fundacional.

A terceira cerca, a fernandina, foi, como já dissemos, embebida na construção da fortificação abaluartada. Esta apresenta um sistema construtivo completamente diferente da fortificação medieval, caracterizando-se, fundamentalmente, por uma construção baixa, sempre escarpada e aterrada (terraplenos). O Forte de Santa Luzia não apresenta esplanadas, mas o da Graça esconde-se dos canhões inimigos, deixando ver, apenas, quando nos aproximamos, as esplanadas e as guaritas. Só passado o caminho coberto é que damos conta das enormes moles aterradas, escarpadas, acasamatadas, separadas por fossos profundos, num sistema construtivo altamente estável.

No caso dos fortes, há ainda que contar com centenas de metros de galerias sob os terraplenos, fazendo uso quase exclusivo do arco mais estável: o semicircular. Os redutos centrais são construções mais altaneiras e incorporam, nos seus subterrâneos, armazéns de víveres e de munições e as grandes cisternas, a aproveitarem as águas pluviais que caem nos eirados.

6.4.4.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Como não podia deixar de ser, os materiais são os do lugar: terra, saibro e rocha calcária em abundância que existe em maciços sob as construções. A rocha granítica também é utilizada, encontrando-se, sobretudo, nas construções medievais. Para além das rochas, o material mais utilizado nas alvenarias é o tijolo, empregue sobretudo nas fortificações abaluartadas. Se bem que de início os parapeitos e as canhoeriras tivessem sido construídos com alvenaria de pedra e tijolo, mais tarde, estes materiais deixam de ser usados:

(...) os parapeitos revestidos de alvenaria, isto é, de alvenaria feita de pedra, tijolos, cal e areia, sempre são prejudiciais aos defensores que os guarnecem, porque as balas de artilharia que percutem as arestas dos

*parapeitos tiram e enviam infalivelmente estilhaços das pedras e dos tijolos (...) matam e estropiam todos que ficam ao seu alcance: por isso julgo ser de urgência o repararem-se todos os revestimentos interiores e os das espaldas das canhoeirias com taipa feita de boa terra, ou com formigão feito de cal e saibro*¹¹⁴.

As argamassas que ligam os materiais referidos, em alvenarias, são de cal, sendo também de cal os rebocos que aparecem nos paramentos da fortificação moderna.

Em qualquer dos dois tipos de fortificação referidos, os paramentos aparecem sempre construídos de pedra à fiada (rusticado) (Figs. 6.4.85 e 6.4.86). No entanto, Basílio Pavon Maldonado refere que *as muralhas que arrancam del viejo castillo, totalmente reformado por los cristianos, eran de taipal, frenteados com mamposterias cristianas en muchos de sus tramos*¹¹⁵. Nos cunhais, a técnica de construção é mais fina, usando-se a silharia bem aparelhada, de que resulta o reforço estrutural pretendido.

Os vãos usam a cantaria, de granito na fortificação medieval, de calcário na moderna, incorporando os estilos artísticos da época, mas de forma perfeitamente secundária.

Já dissemos que os terraplenos são, como o próprio nome indica, executados com terra e pedra, muitas vezes estruturados pelas raízes de árvores e arbustos que aí se plantavam para tal efeito e também para encobrir as defesas em tempo de espionagem. Mas com os mesmos materiais e com a técnica da taipa se construíram no Forte de Santa Luzia os traveses sobre os terraplenos dos baluartes, alguns com canhoeirias abobadadas.

Para além destes materiais, que são os fundamentais, devemos ainda referir a madeira, em portas, janelas, soalhos e coberturas, e o ferro, em pesados portões que trancam as poternas e que estruturam os batentes das portas principais.

Nas casas dos governadores, dos dois fortes, aparecem os estuques, os trabalhos de massa e toda a espécie de materiais da arquitectura caracteristicamente civil. Também o leite de cal é considerado de grande importância:

¹¹⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 68, Número 5, (1823), Relatório do Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Joaquim José de Almeida e Freitas, a 11 de Janeiro de 1823.

¹¹⁵ MALDONADO, Basílio Pavon - *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas / Crónicas de viajes por el sur de Portugal*, M. A. E., Madrid, 1993, p. 12.

*O Corpo da Guarda de Oficiais e Soldados, a Capela e armazém, precisam de concertos de alvenaria e carpintaria e de serem caiados, porque caiando-se se conservam muito mais os edificios e nos subterrâneos é preciso para os aclarar ou para haver melhor efeito da pouca claridade que recebem*¹¹⁶.

Nas obras exteriores utilizava-se o pinho para a construção de estacas (para estacadas e paliçadas) e mato, essencialmente estevas, para as faxinas.

Quanto aos trabalhadores das fortificações propriamente ditas, registámos as seguintes diferenciações profissionais: *apontadores, cabouqueiros, trabalhadores, rapazes, pedreiros, maceteiros, amaçadores, canteiros, calcadores e quebradores de pedra*¹¹⁷. Noutras áreas da construção havia carpinteiros, ferreiros e serralheiros, para além de profissões muito especializadas no domínio das armas e fabrico de munições.

6.4.5 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIA MILITAR

6.4.5.1 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA

Dos períodos anteriores ao domínio português nada restará no castelo¹¹⁸. Pedras de dimensões superiores às que foram comumente utilizadas na sua construção, aparelhadas e evidenciando uma pátina muito antiga, encontram-se, como material de reaproveitamento, dispersas na base da muralha NE. Representam o único indício aparente de uma anterioridade em relação ao domínio português. Já o mesmo não podemos dizer da primeira cerca urbana, de construção indubitavelmente muçulmana, evidenciada nos arcos de ferradura existentes junto à Porta do Tempre e de um outro, de igual desenho, que o Arco do Miradeiro já possuiu. Quanto à segunda cerca urbana, também é de fundação muçulmana, reabilitada mais tarde em tempo cristão. Aires Varela

¹¹⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 67, Número 50 (1821), *Informação do estado em que se achava a Praça de Elvas e obras destacadas em o 1º de Janeiro de 1821*, Joaquim José de Almeida e Freitas, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e Miguel Joaquim Pires, 1º Sargento Engenheiro.

¹¹⁷ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 59, Número A-6, (1763), *Relação das pessoas que trabalham nas obras de fortificação desta Praça de Elvas (...)*.

¹¹⁸ Talvez a cisterna do pátio seja deste período. Não a observámos.

descreve a tomada de Elvas fazendo referência a esta cerca, recebendo as suas portas os nomes dos heróis que as esventraram¹¹⁹. A torre da Porta da Encarnação pode ser de construção muçulmana. É pelo menos admissível tal datação estilística, a avaliar pelas características desta fortificação na península¹²⁰.

Do período¹²¹ da Reconquista, também se torna difícil encontrarmos elementos claramente identificadores. Mas D. Sancho II terá com certeza procedido a obras nas fortificações, que mais não fosse de reconstrução e de renovação. O carácter pesado da

¹¹⁹ VARELA, Cónego Aires (1915), Capítulo XIV, pp. 53 a 55. Segundo a narração do autor, o cerco decorreu entre 1226 e 1228. As forças cristãs eram compostas por tropas do Prior do Hospital, estacionadas a E, por tropas do Mestre dos Templários, acampadas a N, por tropas do Bispo de Évora, dispostas a O e a S estava o quartel da corte com D. Sancho II.

¹²⁰ ESTEBAN, Jorge Jiménez - *El Castillo Medieval*, DM, s. l., 1997, pp. 52 e 53, refere a torre octogonal do Castelo de Calatayud como obra característica dos castelos típicos do período dos emires (756-912); o mesmo autor, na mesma obra, na p. 94, aponta como características essenciais do período almóada (1145-1248), as seguintes: uso quase exclusivo de grandes caixas de taipa; muros muito espessos; presença constante de portas escondidas por torres; utilização de barreiras e fossos; emprego de torres pentagonais, hexagonais e octogonais; utilização de torres albarrãs e couraças; abóbadas de ladrilho; emprego do ladrilho. VILLENA, Leonardo - "Sobre la evolucion tecnica del castillo español", *Castillos de España*, nº 23, da Asociación Española de Amigos de los Castillos, (1959?), pp. 49 a 63, refere que no 2º terço do séc. X se edificam fortificações apenas de tipo clássico (Trujillo, por exemplo), com as seguintes características genéricas: materiais de construção muito variados; plantas rectangulares ou em losango; não apresentam fosso ou barreira; muros rectos e maciços; entrada flanqueada por torres, às vezes com duas portas sucessivas; torres rectangulares, maciças, pouco salientes e separadas em cerca de 30 m; os adarves são amplos e protegidos por ameias troncopiramidais com seteiras; há sempre um poço ou uma cisterna e não há alojamento especial para as chefias militares. Na mesma época constroem-se castelos adaptados a elevações (Gormaz, por exemplo), com três recintos sucessivos e alojamento para uma guarnição permanente. Relativamente às fortificações típicas dos Reinos de Taifas (a partir de 1031), o autor refere ter consistido este período um campo de grande experimentação na arte de fortificar. Dá o exemplo de Niebla, rodeada de muralhas com portas escondidas por torres e com um alcácer protegido por torres muito fortes. Refere também as muralhas de Toledo, com a sua Porta Bisagra, com bueira, arco duplo, duas portas sucessivas entre as quais se acede a um pátio que servia para receber forasteiros sem que estes entrassem na cidade. Com a chegada dos berberes almorávidas abre-se um período de domínio destes povos africanos que vieram socorrer as frágeis taifas (1055-1147). Inicia-se assim uma orientalização geral que passa pela arquitectura militar e tem a sua melhor expressão no período seguinte, dos almóadas, também berberes, que destronam os almorávidas na península. Como características essenciais o autor refere as seguintes: paralelismo com os castelos arménios; construção em pontos elevados; adaptação topográfica; muros em zig-zag; dois recintos, destinando-se o maior, a cota mais baixa, para acolher a população e seus haveres em caso de perigo; emprego de fosso com barreira bizantina; as portas do primeiro e do segundo recinto encontravam-se frequentemente desalinhas; as portas são frequentemente abertas em torres (torre-porta); às vezes apresentam duplo arco e bueira intermédia, para além de rastilho (grade de ferro); as torres têm planta poligonal, frequentemente pentagonal; torres albarrãs e couraças são grandes inovações na península; os adarves estão protegidos por fortes ameias rectangulares com seteiras; como técnicas e materiais de construção, utiliza-se a taipa, a alvenaria de pedra e de tijolo, a silharia nos cunhais e nas portas; as cercas de Badajoz e de Cáceres foram construídas neste período, cerca de 1150.

¹²¹ Sobre a periodização da fortificação medieval, seguimos NUNES, António Lopes Pires (1991), pp. 145 e 146.

Torre de Menagem, em que as únicas aberturas são seteiras, tal como as ameias de feição primitiva que a encimam, lembram esses tempos primitivos.

Do período dionisino poderemos apontar, por hipótese, a incorporação de arcos quebrados na Torre de Menagem, em intervenção de reconstrução. Mas a torre permaneceu relativamente baixa, se a compararmos com as congéneres dionisinas, não beneficiando do rasgamento de janelas, como foi comum na altura. Por outro lado, permaneceu mais como um grande torreão a flanquear a porta, do que como Torre de Menagem. Isto porque não apresenta a dignidade arquitectónica que geralmente este qualificativo comporta, nomeadamente quando está adaptada a funções habitacionais. Repare-se que a sala ao nível do adarve tem abóbada em arco tão ligeiramente quebrado que melhor o podemos considerar redondo, não aparecendo os arcos claramente quebrados característicos do período dionisino. Quanto ao elemento arquitectónico do castelo que mais claramente poderia indiciar uma campanha de obras dionisina - o matacões sobre a porta de entrada - pensamos tratar-se de *pastiche* dos anos Quarenta do séc. XX. Voltaremos ao assunto.

Dos finais do séc. XIV e do séc. XV, serão as troneiras simples que guardam a escada que, do pátio do castelo, dá acesso ao adarve. Como já dissemos atrás, a terceira cerca urbana foi construída no séc. XIV, tal como a barbacã que, em grande parte, a envolvia, patente nos desenhos de Duarte de Armas. Do séc. XV serão as ameias de corpo largo das muralhas do castelo, a SE e a NE.

Dos finais do séc. XV ou já do princípio do XVI, será o cubelo artilheiro que flanqueia o ângulo S do castelo, com dois andares de troneiras simples e ameias de corpo largo. De notar que Duarte de Armas refere não estar acabado: *este cobello no(m) he acabado* (Fig. 6.4.4). Do mesmo período será também a construção da primitiva alcaidaria, patente nas duas janelas do tardo, uma em arco angular truncado, outra em arco conopial de oito centros, bem características do período manuelino. A planta do castelo, de Duarte de Armas, apresenta um conjunto de edificações no pátio que em parte se mantiveram até ao nosso século, hoje reduzidas à memória arqueológica dos pavimentos térreos e arranques de paredes. A zona onde nos parece ter havido mais alterações é a NE, a que apresentava a alcaidaria. Mas ela está claramente incluída nos desenhos de Duarte de Armas: na planta, são referidos *aposentamentos sobradados*; na

panorâmica tirada de N, são desenhados dois telhados e três altas chaminés que só podem ter pertencido à alcaidaria. De referir também que, entre 1509, data dos desenhos de Duarte de Armas, e 1938, data da planta do Capitão Gonçalves, desaparece a barbacã NO, o torreão NE e a barbacã frente à porta de entrada. A porta da vila é deslocada para o centro do pano de muralha e desaparece o muro que do cubelo artilheiro se dirigia para SE. Curiosamente, o muro da vila que se inicia na quadrela NE não foi desenhado por Duarte de Armas.

Do séc. XVII, e ainda no castelo, será a grande abóbada semiesférica, com lanternim extractor de fumos, que cobre o cubelo artilheiro, tal como a sua porta de entrada. Como já referimos atrás, foi no séc. XVII que foram construídas as fortificações abaluartadas da cidade, tal como o Forte de Santa Luzia, com adaptações pontuais nas duas centúrias seguintes. O Forte da Graça já é obra do séc. XVIII, e será o séc. XIX, com a Guerra Peninsular, que aportará, ao campo entrincheirado de Elvas, a construção dos fortins ou redutos.

Cerca de 1815, defendia-se que o castelo fosse inteiramente transformado em cidadela abaluartada. Assim o não entendeu a Comissão das Fortificações de Reino, por questões de mera lógica militar. Mas concordou com a demolição de um torreão que estava a pôr em perigo um armazém adossado à muralha¹²² - a NE, provavelmente -, mas ao que parece nunca foi demolido. Oito anos depois estava montada uma bateria à barba, no castelo, pensamos que na torre N, rebaixada, ou no torreão NO, igualmente rebaixado e com barbete¹²³:

É nesta altura que se acha estabelecida uma bateria à barba, que nesta Praça se denomina, a bateria do castelo; porque está assente sobre uma parte do recinto, ou altura, em que se edificou o castelo, e também porque

¹²² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 34, (1815), *Conferência do dia 19 de Dezembro de 1815*, assinada por José Maria das Neves Costa, Major e Secretário da Comissão das Fortificações do Reino.

¹²³ Em 1849, propunha-se a construção de barbetas (ou barbetes) nos ângulos flanqueados dos baluartes e a demolição das guaritas aí construídas, para aumentar o horizonte de fogo e não permitir que as guaritas orientassem os aproches (ou aproches, obras de aproximação) do inimigo. Como se sabe, os ziguezagues faziam-se na direcção das linhas capitais dos baluartes e revelins. Ver *Relatório da inspecção feita à Praça de Elvas*, Quartel de Elvas, 21 de Julho de 1849, assinado por António José Boquete (Major de Artilharia), José Manços de Faria (Oficial de Engenharia) e Nuno Augusto de Brito Tabora (Tenente de Engenharia), documento da biblioteca pessoal do Professor Doutor António Ventura (Portalegre).

*uma parte da mui velha muralha do recinto do castelo é que segura as terras da altura em que está a bateria*¹²⁴.

Podemos concluir que estamos na presença de um extraordinário complexo de fortificações que vai do ancestral castelo, com suas cercas urbanas, ao mais moderno dos fortes abaluartados da Europa de Setecentos, o da Graça, *onde a arte de fortificar se esgotou (...) completamente*¹²⁵.

Do castelo ficou o prospecto medieval cristão, já com elementos de transição que a nova pirobalística impunha, o cubelo artilheiro. No seu interior, restam os arranques de edificações que serviram muitas gerações e múltiplos fins, e também uma alcaidaria do período manuelino, reconstruída durante o Estado Novo.

As duas primeiras cercas, que fazem hoje aparições esporádicas na paisagem urbana, engolidas que foram pela proliferação do casario, testemunham a prosperidade da Elvas muçulmana. Desses tempos deixaram alguns arcos de ferradura e a memória de outros, reconstruídas e readaptadas que foram por tantos séculos de cristandade e de conflitos fronteiriços.

A terceira cerca, ou fernandina, veio estruturar cortinas, correndo na gola de baluartes desenhados à maneira holandesa, adaptada aqui à topografia do terreno. Dois fortes e quatro fortins se ergueram em padraos da cidade, constituindo um enorme e forte campo entrincheirado. Ficou aqui, em Elvas, bem documentada, a História da Arte de Fortificar.

6.4.5.2 TIPOLOGIA MILITAR

6.4.5.2.1 O CASTELO E AS CERCAS URBANAS MEDIEVAIS

Trata-se obviamente de *fortificações estratégicas, em relevo*. Inserem-se na primeira linha de defesa militar da fronteira portuguesa, assumindo as características de

¹²⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 68, Número 8, (1823), *Informação sobre a Muralha da Bateria do Castelo na Praça de Elvas*, Joaquim José de Almeida e Freitas, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros.

¹²⁵ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo - *Elvas*, Ed. Presença, Lisboa, 1996, p. 52, citando o príncipe Christian de Waldeck nos finais do séc. XVIII.

fortificações *de detenção*, uma vez que integravam a primeira barreira à penetração do inimigo na entrada natural que a zona constituía (*chave do reino*). São, pelas mesmas razões, *orientadas*, dado que a sua missão de vigilância tinha exclusivamente a ver com a penetração dos exércitos invasores por Badajoz.

6.4.5.2 FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA

6.4.5.2.1 FORTIFICAÇÕES DA CIDADE

As fortificações da cidade de Elvas são abaluartadas, usando baluartes e meios baluartes, com ou sem cavaleiros, ligados por cortinas com poternas, redentes e uma obra coroa. Diversas são as obras exteriores, constituídas por fossos, revelins, tenalhas, redentes, contraguardas, praças de armas entrincheiradas e caminhos cobertos.

Este sistema enquadra-se no Método Antigo de Fortificação Holandesa¹²⁶ porque:

- os flancos são perpendiculares às cortinas, ou seja, os ângulos de flanco medem 90 °;
- os ângulos salientes também medem 90 °;
- cinco dos sete baluartes apresentam ângulos salientes de 90 °;
- as cortinas apresentam canhoeriras a defender os revelins;
- ocorrem fossos cujas linhas da escarpa e da contra-escarpa não são paralelas.

As fortificações são, em larga medida, um projecto da autoria do holandês Cosmander, que

entrou aqui (...), flamengo de nação, religioso da Companhia de Jesus, com ordem de fortificar esta cidade; assim o faz, e ficará inexpugnável; mostra grande prática, arte, disposição e zelo. Deu principio a esta grandiosa obra por um baluarte junto à Porta de Évora, e pela banda de dentro, arrimado a ele, corre o Hospital Real, obra de importância, devida ao Vedor Geral

¹²⁶ Sobre esta matéria, ver PAAR, Edwin - “As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação”, Relatório inédito, Câmara Municipal de Elvas, 1997. Ver também, GUTIÉRREZ, Ramón e MARTÍN, Cristina Esteras - *Território y Fortificación: influencia hispanoamericana*, Ediciones Tuero, Madrid, 1991.

*Andrade de Almeida Fonseca, com o grandioso armazém que se fez defronte da Misericórdia*¹²⁷.

6.4.5.2.2 FORTES DE SANTA LUZIA E DA GRAÇA

O Forte de Santa Luzia resultou num sistema híbrido não enquadrável academicamente. Como já referimos, houve grande discussão sobre o seu traço, degladiando-se na altura, como já referimos, a escola italiana (Rossetti) contra a holandesa (Cosmander). De facto, tem ângulos de flanco de cerca de 108 ° na frente N, de cerca de 105 ° na frente E, não tem flancos secundário, mas também a recta que passa pelas suas faces não intercepta os flancos dos outros baluartes. Quanto aos ângulos salientes, medem cerca de 60 °.

O Forte da Graça pode enquadrar-se no 3º Método da Escola Francesa, ou de Vauban, porque apresenta ângulos de flanco superiores a 90 ° (concretamente 105,58 ° e 97,46° no baluarte da Cidade), não atingindo os 120 ° do 2º Método da Escola Francesa, ou de Pagan. Por outro lado, as cortinas são relativamente curtas e o prolongamento das faces dos revelins encontram as faces dos baluartes, não havendo flancos secundários, como acontecia no 1º Método de Fortificação Holandês. Os ângulos salientes medem cerca de 70 °.

6.4.6 INTERVENÇÕES E SUA ANÁLISE CRÍTICA

6.4.6.1 A EXPANSÃO URBANA E AS FORTIFICAÇÕES

Tal como em Campo Maior, os terrenos envolventes das fortificações sempre foram disputados pela população, que aí poderia granjear terrenos de cultivo de boa qualidade e ao pé da porta. Em 1872 já se arrematavam *em hasta pública, pelo maior*

¹²⁷ VARELA, Cónego Aires - *Sucessos que houve na fronteira de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela, o terceiro ano da Recuperação de Portugal, que começou em 1º de Dezembro de 1642 e fez fim em o último de Novembro de 1643*, Ed. António José Torres de Carvalho, Elvas, 1900, pp. 16 e 17.

*preço que se oferecer, dos pastos dos fossos e esplanadas d'esta praça (...)*¹²⁸. Convinha à Praça que estes terrenos estivessem limpos, e nada melhor do que permitir que os rebanhos os ocupassem, pois daí resultava também alguma renda.

Mas se a utilização dos fossos e esplanadas, com pastos, era útil, e de todos os pontos de vista, já a progressiva apropriação, ilegítima, dos terrenos pertencentes à servidão da Praça, para a agricultura, era um abuso que se ia tolerando pelo clima de paz:

*(...) abusos de cultura, antigos e modernos, na esplanada natural daquela Praça entre o meio baluarte do Príncipe ou do Castelo e o baluarte da Conceição, isto é, na encosta alta e empinada que dá forma e aparência de situação montanhosa àquela parte da cidade e das suas fortificações do lado do Ribeiro do Cetto (...) vão progredindo com prejuízo da boa defesa das praças (...) a referida encosta do Cetto é tão importante à defesa que a fortificação daquela parte do recinto, contando com ela, se deixou ali mais fraca (...)*¹²⁹.

Quanto à construção de novas habitações, há notícia de problemas havidos com um juiz Pereira que começou, sem licença, a edificar casas em propriedade sua perto da Igreja da Senhora da Piedade, já no ano de 1814¹³⁰. Se havia problemas em construir tão longe da magistral, que dizer junto a ela!?

O primeiro passo tendente a libertar a cidade é dado em 1911: pelo Artigo 315º do Decreto de 15 de Maio daquele ano, a Praça de Elvas desce de 1ª para 2ª classe. O problema não estava resolvido, já que as servidões se mantinham, mas a pretensão de se ganharem terrenos militares para o desenvolvimento urbano ganhava cada vez mais força.

A cidade de Elvas aproximava-se então da ruptura, por falta de espaço para a necessária expansão urbana. Elvas não poderia permanecer, como sempre o fora, um imenso quartel, até porque, mesmo do ponto de vista estratégico, uma fortificação

¹²⁸ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 3, (1872), Auto assinado pelo Tenente Coronel Major do Forte, Rodrigo Maria da Maia Lermont.

¹²⁹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 70, Número 7, (1832), Carta nº 143 p/ Filipe Nero Gorjão do Quartel do Real Corpo de Engenheiros.

¹³⁰ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 67, Número 29, (1814), (várias cartas).

permanente já não poderia obedecer àquelas características. Em 1919/20, a Câmara Municipal propõe a desclassificação da Praça com o objectivo de levantar as pesadas restrições urbanísticas que sobre ela caíam¹³¹. Mas a 2ª Repartição da 1ª Divisão do Estado Maior mantém a Praça como *fortificação de 2ª classe, mantendo ipso facto, todas as servidões que impõem as praças de guerra*¹³². Era uma braço de ferro entre os interesses civis e militares que não teria desfecho a breve prazo.

Sobre várias pretensões camarárias, a Comissão Técnica de Fortificações dá os seguintes pareceres:

- *Que à Câmara Municipal de Elvas seja permitido construir, no terreno do baluarte chamado da Praça de Armas, um edificio para teatro (...)- Que seja permitido demolir a vedação feita em 1917, a fim de proibir a passagem ao público entre o Cemitério dos Ingleses e o Castelo de Elvas.*
- *Que seja restituído à posse da Câmara o terreno adjacente ao chafariz da cisterna (...)*
- *Que seja indeferido o pedido de abolição de todas as restrições que impedem actualmente a construção de novos prédios na zona de servidão militar (...)*
- *Que não há inconveniente em contratar com a Câmara Municipal de Elvas a venda do prédio militar nº 16, sito no Largo Marquês de Pombal, (antigamente Largo de S. Domingos) (...)*
- *Que seja permitido o corte da cortina entre os baluartes da Porta de Olivença e o baluarte do Hospital Militar.*
- *(...) o Ministério da Guerra tem sempre o direito de fazê-las cessar, sem indemnização alguma, sempre que as circunstâncias da defesa a isso aconselhem*¹³³.

Da documentação analisada, temos notícia de novo parecer negativo ao pedido de desclassificação da Praça, em 1924¹³⁴. Em 1925, a Câmara pede autorização para

¹³¹ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 29, (1919/20), (infere-se de variada correspondência).

¹³² Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 29, (1919/20), *Parecer sobre a desclassificação da Praça de Elvas.*

¹³³ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 29 (1919/1920), *Comissão Técnica de Fortificações / Parecer*

¹³⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 30, (1924), *Parecer da Comissão Técnica de Fortificações.*

construir prédios de habitação no Rossio do Calvário, o que implicaria a desclassificação das fortificações¹³⁵. Num jogo de gato e de rato, o Estado Maior continua a manter a classificação da Praça e a ceder pontualmente, caso a caso, com decretos especiais.

Entre a DGEMN, o Governo da Praça de Elvas, a Câmara Municipal, a Escola Preparatória Gil Fernandes e os particulares, ficaram registados vários desentendimentos no arquivo da DREMS: embargo de construções junto ao castelo, junto às muralhas medievais e junto às cortinas da fortificação abaluartada¹³⁶; parecer desfavorável sobre o “Miradouro da Parada do Castelo”¹³⁷; conflito com Obras Militares^{138/139}; protesto da DGEMN (Évora) contra a instalação de *três barracões que servem de aulas e que tão mau aspecto dão ao conjunto das muralhas*¹⁴⁰; problema quanto à localização da Caixa Geral de Depósitos¹⁴¹ e do novo mercado, em 1968, colocando-se a questão se deveria ser dentro ou fora das muralhas¹⁴²; o problema da instalação de antenas de televisão em torre e muralhas das fortificações¹⁴³.

Relativamente à utilização das instalações do castelo para funções julgadas adequadas ao tempo, refira-se a autorização dada pelo Ministério das Finanças, *a título precário (...) à Sub-Delegação Regional da Mocidade Portuguesa, em Elvas, do antigo*

¹³⁵ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa nº 73, Número 31, (1925/26), cópia de *Parecer da 1ª Repartição do Estado Maior do Exército*.

¹³⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 175 da 3ª Secção, de 24/8/1939 e Comunicação nº 595 de 30/8/1968 da Secção do Sul e Comunicação nº 85 de 5/2/1955 da 3ª Secção da Repartição Técnica.

¹³⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 203 da 3ª Secção, de 12/9/1939.

¹³⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2); em ofício nº 504 de 5 de Maio de 1958, dirigido ao Arquitecto Chefe da Repartição Técnica, Rui Couto protesta contra a Direcção da Arma de Engenharia que pretendia reconstruir a cobertura da Casa da Guarda da Porta de Olivença através de lajes e vigas de betão armado.

¹³⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 41 da 3ª Secção, de 18/3/1940 e Comunicação nº 489 de 25/11/1950.

¹⁴⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 161.

¹⁴¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 116 de 7 de Julho de 1943.

¹⁴² Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 428 de 1/7/1968 da Secção de Évora; referência ao jornal *Linhas de Elvas*, nº 914, Ano XVIII, 1968.

¹⁴³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 397 de 20 de Junho de 1968, em que Rui Couto protesta, junto do Arq. Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, contra o facto de serem colocadas grande quantidade de antenas de televisão em torres e muralhas das fortificações.

prédio militar nº 48, constituído pelo Castelo (...) ¹⁴⁴. Baltazar da Silva Castro, então Director dos Monumentos Nacionais, responde que o castelo se encontrava em obras e que a Câmara Municipal queria lá instalar a sede do turismo e o guarda do castelo¹⁴⁵. Por sua vez, a 3ª Secção (Évora), informa que a Mocidade Portuguesa queria instalar no castelo: um ginásio, oficinas, salas de aula para o ensino secundário, o gabinete do dirigente, uma cozinha com refeitório e instalações sanitárias que incluíssem chuveiros, dando parecer favorável¹⁴⁶. Mais tarde, o Director da Fazenda Pública acaba por considerar não haver espaço suficiente para as pretensões da Mocidade Portuguesa, continuando esta no edifício da Câmara Municipal, embora o castelo passasse a ser considerado a sua *sede simbólica*¹⁴⁷.

Também o Governo Militar da Praça de Elvas pede a cedência do castelo, a título precário, em 1952, para lá instalar uma sala de recepção¹⁴⁸, obtendo parecer favorável da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e da Secção de Évora da DGEMN.

Em 1972, o deputado Silva Mendes intervém na Assembleia Nacional, *para que deixe de verificar-se o estado de abandono a que as mesmas (fortificações) têm sido votadas nos últimos anos*¹⁴⁹. A este protesto junta-se o da Câmara Municipal pouco depois¹⁵⁰. A resposta do Director dos Serviços de Évora é a seguinte:

O que se verifica é que, em alguns locais, o tipo de ocupação - quer militar quer civil - não será o mais indicado ou desejável, constando-se a ocupação de baluartes e fossos com construções e divisórias que desvirtuam totalmente a expressão destes elementos, verificando-se, em paralelo, que o

¹⁴⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 2101 de 31/7/1943, do Ministério das Finanças.

¹⁴⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 244 de 4/2/1943.

¹⁴⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 405 da 3ª Secção, de 28/2/1943.

¹⁴⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 362, do Director da Fazenda Pública de, de 18/3/1944.

¹⁴⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 7398 da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais de 31/12/1952.

¹⁴⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 101 da Direcção dos Monumentos do Sul, e ainda, ofício do Ministro das Obras Públicas de 31/1/1972 para a DGEMN.

¹⁵⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 478 de 10/2/1972.

*estado de limpeza destes locais e das próprias muralhas, com alguma vegetação, não é de louvar.*¹⁵¹

Os protestos surtiram efeito. Acto contínuo, o Ministro das Obras Públicas disponibiliza imediatamente 150 000\$00 para obras de conservação e restauro¹⁵².

Em 1973, a Câmara Municipal de Elvas requer o castelo para lá instalar um Museu Militar¹⁵³. É interessante que, na carta do Director de Finanças do Distrito de Portalegre, este dá parecer positivo à pretensão da Câmara, caracterizando o monumento nos seguintes termos: *como monumento, é uma construção amontoada de várias épocas, já sem grandes características a definirem-se por si próprias*¹⁵⁴. Definição sintomática da forma de avaliar patrimonialmente um monumento, que deixa de ter grande interesse pelo facto de se ter metamorfoseado ao longo do tempo. Estávamos em 1973, a um ano e um mês do *terminus* do Estado Novo! A Direcção dos Monumentos do Sul dá parecer positivo a este projecto da Câmara¹⁵⁵. Mais tarde, instalar-se-á o actual museu, resultando da colaboração entre a autarquia e o IPPAR.

6.4.6.2 CASTELO

A DGEMN dá início, em 1940, a uma profunda intervenção no monumento que, em 1948, ficaria no estado que hoje apresenta. A documentação existente em arquivo limita-se ao processo administrativo e às fotografias: a primeira planta a localizar intervenções data de 1954. Mas o *Boletim Monumentos* nº 54, de Dezembro de 1948, é inteiramente dedicado a esta intervenção. Não obstante, apresenta-se muito lacónico, embora possua os únicos desenhos conhecidos (executados após a intervenção). Assim, à falta de memórias descritivas com o devido pormenor, ganham importância as

¹⁵¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), ofício nº 629 de 10/3/1972.

¹⁵² Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo (Muralhas de Elvas, S.12.07.02/011, Portalegre, NR.2), Despacho de 15/3/1972, O. S. nº 550 de 16/3/1972.

¹⁵³ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Carta da Câmara Municipal de Elvas de 19/3/1973.

¹⁵⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, carta datada de 24/3/1973, dirigida ao Director-Geral da Fazenda Pública

¹⁵⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Of. nº 365 de 14/5/1973.

propostas dos empreiteiros que, comparadas com os outros documentos, permitem conhecer as várias fases da intervenção.

1ª Intervenção (1940) - Obras realizadas pelo construtor civil de Elvas, João António Ferreira, por tarefa de ajuste particular, até ao valor de 30 000\$00.

Entre as tarefas previstas contavam-se¹⁵⁶:

- A demolição de paredes, incluindo a arrumação do material.
- O levantamento de paredes de alvenaria assentes com argamassa hidráulica.
- A cintagem de paredes com betão armado.

As obras iniciaram-se a 2 de Maio de 1940.

2ª Intervenção (1940/41) - Obras realizadas pelo construtor civil de Elvas, João António Ferreira, por tarefa de ajuste particular, até ao montante de 20 000\$00¹⁵⁷.

Entre as obras a realizar contavam-se as seguintes:

- *Continuação das obras na porta principal, compreendendo a construção dum adarve com cachorros e respectivas ameias.*
- *Demolição de várias construções recentes (...).*
- *Reparação geral de ameias e adarves (...).*
- *Reparação de escadas (...).*
- *Pavimentação com lajedo de cantaria numa sala da Torre de Menagem.*
- *Tomada de juntas e limpeza (...).*
- *Construção de uma porta nova de castanho (...).*
- *Remoção de entulhos¹⁵⁸.*

¹⁵⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de João António Ferreira, de 8/6/1940, aprovada pela DGEMN, Ordem de Serviço nº 1193 de 15/6/1940.

¹⁵⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 2731 da DGEMN, de 21/12/1940.

¹⁵⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, discriminação, sem data, das obras a realizar por João António Ferreira, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2846 da DGEMN, de 31/12/1940.

3ª Intervenção (1941) - Obras realizadas pelo construtor João António Ferreira, por tarefa de ajuste directo, até ao montante de 50 000\$00.

Entre as tarefas para esta campanha refira-se, da respectiva proposta¹⁵⁹, as seguintes:

- Demolições¹⁶⁰.
- Assentamento de cantaria de granito *apicoado a fino* sobre os cachorros da entrada.
- Construção de paredes de alvenaria argamassada.
- Remoção de entulhos.

4ª Intervenção (1941) - Obras realizadas pelo construtor civil João António Ferreira, por tarefa de ajuste directo, até à quantia de 15 000\$00.

A proposta refere as seguintes tarefas:

- *Construção e assentamento da armação do telhado (...)*
- *Cobertura telhada em telha românica em canais e telha velha em capas (...)*
- *Paredes de alvenaria argamassada (...)*
- *Remoção de entulhos (...)*¹⁶¹

5ª Intervenção (1942) - Obras realizadas pelo construtor civil João António Ferreira, por tarefa de ajuste directo até ao montante de 20 000\$00.

A proposta refere as seguintes tarefas:

- *Cobertura de telhado (...)*
- *Apeamento e reconstrução da muralha que ameaça ruína.*

¹⁵⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 901, da DGEMN, de 31/3/1941, aprovando a proposta de João António Ferreira, de 25/3/1941.

¹⁶⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Comunicação nº 16, da 3ª Secção, de 18/1/1941, na qual se pede autorização, ao Director dos Monumentos Nacionais, para se demolir uma arrecadação encostada à Torre de Menagem, e para se providenciar no sentido de serem retirados os fios do Posto de Rádio Militar que estavam montados nas muralhas.

¹⁶¹ Arquivo da DGEMN/DSID, Castelo de Elvas, Dossier nº S 120702 005, 1940/1740/IPPC, proposta de João António Ferreira de 29/12/1941, aprovada pela Ordem de Serviço nº 5564 de 31/12/1941.

- *Remoção de entulhos.*¹⁶²

6ª Intervenção (1943) - Obras realizadas pelo construtor civil João António Ferreira, por tarefa de ajuste directo, até ao montante de 20 000\$00.

Da respectiva proposta¹⁶³, refiram-se as seguintes tarefas:

- Reconstrução e consolidação de paredes.
- Cintagens de betão armado.
- Colocação de cantaria aparelhada em degraus, cunhais, etc.
- Reparação de rebocos.
- Demolições.
- Construção de paramentos de cantaria.
- Pavimentação com lajedo de cantaria.
- Remoção de entulhos.

7ª Intervenção (1944) - Obras realizadas pelo construtor civil José de Sousa Camarinha, de Lisboa, por tarefa de ajuste directo, até ao montante de 20 000\$00.

Da proposta¹⁶⁴ constavam obras de reconstrução, consolidação, cintagens com betão armado, assentamento de cantarias, rebocos e assentamento de lajedo em paramentos.

8ª Intervenção (1945) - Obras realizadas pelo construtor civil José de Sousa Camarinha, por tarefa de ajuste directo, até ao montante de 20 000\$00.

Nesta campanha de obras deu-se continuação às tarefas indicadas para o ano anterior¹⁶⁵.

¹⁶² Arquivo da DGEMN/DSID, Castelo de Elvas, Dossier nº S 120702 005, 1940/1740/IPPC, proposta de João António Ferreira de 8/8/1942, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2976 de 11/8/1942.

¹⁶³ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 2591, da DGEMN, de 20/9/1943, aprovando a proposta de João António Ferreira, de 24/8/1943.

¹⁶⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de 6/11/1944, aprovada pela Ordem de Serviço nº 3869, da DGEMN, de 13/11/1944.

9ª Intervenção (1946) - Construção de portas pelo construtor José de Sousa Camarinha, até ao montante de 14 000\$00¹⁶⁶, por ajuste particular.

10ª Intervenção (1946) - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Graça, por tarefa de ajuste directo, até ao montante de 46 000\$00.

Da proposta de Raul Marques da Graça constavam:

- *Engrossar a parede sobre o portão e concluir a fresta de cantaria da Torre de Menagem (...).*
- *Regularizar o pavimento dos adarves (...).*
- *Restaurar a cobertura da escada com seteiras incluindo o arco (...).*
- *Limpar e calafetar a cisterna do adarve (...).*
- *Rebaixar e completar o arco da ogiva da casa do rés-do-chão.*
- *Construir a abóbada sobre a escada incluindo também o telhado (...).*
- *Construir uma escada para a cozinha do guarda (...).*
- *Refechamento de juntas (...).*¹⁶⁷

11ª Intervenção (1947) - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Costa, por ajuste particular, até ao montante de 45 000\$00.

Nesta intervenção realizaram-se as seguintes tarefas:

- *Construção da guarda de cantaria de mármore, segundo o existente, para a escada da alcáçova (...).*
- *Assentamento de portas e portais do castelo (...).*
- *Cobertura e armação da torre de menagem (...).*¹⁶⁸

¹⁶⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de 16/4/1945, aprovada pela Ordem de Serviço nº 1034, da DGEMN, de 30/4/1945.

¹⁶⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta sem data, de José de Sousa Camarinha, aprovada pela Ordem de Serviço nº 9313, da DGEMN, Despacho de 1/11/1946.

¹⁶⁷ Arquivo da DGEMN/DSID, Dossier Castelo de Elvas, nº S 120702/005, 1940/1740/IPPC, Proposta de Raul Marques da Graça de 30/10/1946, aprovada pela Ordem de Serviço nº 9980 de 30/11/1946.

¹⁶⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Raul Marques da Graça, de 18/6/1947, aprovada pela Ordem de Serviço nº 5367, da DGEMN, despacho de 19/6/1947.

Nesta altura preparavam-se já os desenhos para o *Boletim Monumentos*, da DGEMN, sendo executados pelo Agente Técnico de Engenharia Francisco Madureira¹⁶⁹, residente em Lisboa. Esta proposta previa a elaboração de plantas anteriores às obras, ou seja, reportadas a 1940, o que indicia uma metodologia incorrecta de intervenção.

12ª Intervenção (1947) - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Graça, por ajuste particular, até ao montante de 35 000\$00.

Da respectiva proposta constavam as seguintes tarefas:

- Refechamento de juntas nos paramentos da Torre de Menagem.
- Demolição de dois barracões que se encontravam encostados à Torre de Menagem e à muralha NO. Estas edificações eram dois paióis: o chamado *Paiol de Entretores* e o *Paiol de Bataria*¹⁷⁰. Passaram legalmente para a posse da DGEMN antes de se demolirem.

- *Construção da armação e do telhado sobre a escada de acesso ao adarve (...).*

- *Construção dum frechal de betão armado na Torre de Menagem (...)*¹⁷¹.

13ª Intervenção (1947)¹⁷² - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Graça, por ajuste particular, até ao montante de 50 000\$00.

Da proposta constam as seguintes tarefas, que o proponente se compromete executar até 31 de Dezembro de 1947:

- Restauro de paramentos.
- *Construção de ameias sobre a muralha e de cubelos nos lados que ligam o adarve superior ao inferior.*
- *Construção da cúpula da escada*¹⁷³.

¹⁶⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Francisco Madureira, de 26/5/1947, até ao valor de 20 000\$00, aprovada pela Ordem de Serviço nº 1846, da DGEMN, de 30/5/1947.

¹⁷⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, auto de entrega à DGEMN, do prédio militar nº 9 (p) de Elvas, a 1/8/1947.

¹⁷¹ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Raul Marques da Graça, de 18/9/1947, aprovada pela Ordem de Serviço nº 4011, da DGEMN, de 24/9/1947.

¹⁷² Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, esta proposta não tem data mas deu entrada na 3ª Secção (Évora) a 15/12/1947.

- Construção de sanitários.

14ª Intervenção (1948) - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Graça, por ajuste particular, até ao montante de 44 250\$00.

A proposta refere os seguintes trabalhos:

- Consolidação de alvenarias.
- Construção de degraus de cantaria na escada da *fachada norte*.
- Reconstrução de rebocos e *construção das restantes ameias (...)*.
- *Consolidação do adarve e do cubelo (...)*.
- *Rebaixar o pavimento da loja e assentar novo pavimento a ladrilho regional (...)*.
- *Guarnecimento de pilares da varanda (...)*¹⁷⁴.

Nesta altura, o Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais pede informações¹⁷⁵ sobre a conclusão da obra, pensando na publicação do *Boletim Monumentos*.

15ª Intervenção (1948) - Obras realizadas pelo construtor civil Raul Marques da Graça, por ajuste particular, até ao montante de 25 750\$00.

Da proposta constava:

- *Rebaixar os pavimentos da torre e da cozinha, incluindo nivelamento, calcetamento e remoção de terras (...)*.
- *Construção de fossa séptica (...)*.
- *Arranjo do pavimento do rés-do-chão, segundo o existente, picagem das respectivas paredes e rebocar de novo (...)*.

¹⁷³ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Raul Marques da Graça, sem data, aprovada pela Ordem de Serviço nº 5826, da DGEMN, de 27/12/1947.

¹⁷⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Raul Marques da Graça, sem data, aprovada pela Ordem de Serviço nº 1497, da DGEMN, de 6/5/1948.

¹⁷⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 1485, da DGEMN, de 6/5/1948.

- *Construção do bocal da cisterna, recompor os muros no átrio e construção de uma verga de volta em cantaria (...).*

- *Construção de parte da escada de acesso à torre, guarnecimento de colunas e cortina da varanda, assentamento de um caixilho em madeira (...).*

- *Picagem de rebocos salitrosos e substituição de várias pedras aparelhadas (...)*¹⁷⁶.

Segundo carta de Raul Marques da Graça, esta campanha de obras terminou a 16 de Outubro de 1948¹⁷⁷, embora apareça logo a seguir uma Ordem de Serviço¹⁷⁸ que prorroga o prazo desta conclusão. Relativamente às verbas investidas, conhecemos um relatório, datado de 1972¹⁷⁹, onde se faz um apanhado das verbas gastas nos diversos anos até 1948, não havendo grande discrepância se as relacionarmos com as constantes nas propostas: 1940 (50 000\$00), 1941 (50 000\$00), 1943 (20 000\$00), 1944 (20 000\$00), 1945 (20 000\$00), 1946 (46 000\$00), 1947 (100 000\$00), 1948 (35 000\$00).

Também as obras discriminadas no *Boletim* resumem as indicadas nas propostas dos empreiteiros, embora de forma demasiado sintética, não permitindo, só por si, a conveniente análise. Também é necessário precavermo-nos com a terminologia utilizada, que nos pode induzir em erro. Por exemplo, onde se lê, nos pontos VIII e XI, a palavra *reconstrução*, deve entender-se *reconstrução estilística*, já que não existiam elementos documentais que permitissem conhecer as construções anteriores ao existente nos anos 40. É a seguinte, a relação de obras referidas no *Boletim*:

I - Demolição de anexos em ruína, assim como de diferentes construções, sem carácter, existentes na praça de armas.

II - Reintegração parcial de alcáçova.

III - Demolição de dois barracões construídos exteriormente, junto da muralha do Norte.

IV - Consolidação de diversos panos de muralha.

¹⁷⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, proposta de Raul Marques da Graça, de 15/7/1948, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2822, da DGEMN, de 22/7/1948.

¹⁷⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, carta de Raul Marques da Graça, Tomar, 17/10/1948.

¹⁷⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 4361, da DGEMN, de 21/10/1947.

¹⁷⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo nº S120702/011, *Estado de conservação das muralhas de Elvas*, 1972.

V - Apeamento e reconstrução de uma das torres que guarnecem a porta de entrada do Castelo.

VI - Reconstrução da escadaria principal da alcáçova, com a respectiva guarda de cantaria.

VII - Reconstrução da cúpula da escada de caracol.

VIII - Reconstrução da cobertura da Torre de Menagem.

IX - Restauro das frestas da sala do primeiro pavimento da mesma torre.

X - Revestimento hidrófugo da abóbada da torre hexagonal.

XI - Reconstrução do adarve e dos merlões sobre a porta de entrada do Castelo.

XII - Restauro geral dos demais adarves, merlões e ameias.

XIII - Desentulho da galeria de acesso à porta da traição e substituição da respectiva grade de ferro por uma porta apropriada.

XIV - Tomada de juntas, em todos os paramentos das muralhas e das torres.

XV - Desobstrução completa das cisternas.

XVI - Desaterros e regularização do pavimento, na praça de armas.

Após o 25 de Abril de 1974, ficaram registadas algumas intervenções de consolidação e reparação no castelo, nomeadamente em 1976 e em 1979/80.

6.4.6.3 CERCAS URBANAS MEDIEVAIS

1ª Intervenção (1959) - *Reparação da torre da Rua da Cadeia, no valor de 19 200\$00*¹⁸⁰.

Nesta intervenção iniciou-se o restauro da torre, deduzimos que no 1º piso.

2ª Intervenção (1960) - *Reparação da torre da Rua da Cadeia, no valor de 19 190\$00*¹⁸¹.

Continuaram-se as obras iniciadas no ano anterior, prevendo-se o arranjo da fachada por onde se faz a entrada.

¹⁸⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 910 de 3.06.59.

¹⁸¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 609 de 12.05.60.

Uma 3ª intervenção, datada de 1965, orçada no valor de 83 200\$00¹⁸² e constando de *obras de restauro* nos 2º e 3º pisos da torre da Rua da Cadeia, não deve ter-se concretizado, uma vez que faltam elementos que a credibilizem (concurso, comunicações oficiais, etc.).

Após o 25 de Abril de 1974, registaram-se intervenções denominadas de recuperação, em 1979 e 1980, na Torre Fernandina, e de conservação, no troço de muralhas para NO do Arco do Bispo.

6.4.6.4 FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA DA CIDADE

1ª Intervenção (1958) - *Obras de reparação*, no valor de 29 900\$00¹⁸³.

Nesta intervenção foi reconstruída a abóbada da Casa da Guarda da Porta de Olivença.

2ª Intervenção (1962) - *Obras de reparação* no valor de 38 400\$00¹⁸⁴.

Devido ao desmoronamento de um baluarte integrado nas instalações do Regimento de Lanceiros 1, iniciaram-se as obras de reconstrução até à altura de 3 m.

3ª Intervenção (1962) - *Consolidação de um troço*, no valor de 27 000\$00¹⁸⁵.

Ainda no mesmo ano, no Regimento de Lanceiros 1 e provavelmente na zona dos aquartelamentos, iniciou-se a consolidação de uma cortina em quatro pontos que desmoronaram.

¹⁸² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011.

¹⁸³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 682 de 16.05.58.

¹⁸⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 1142 de 5.11.62.

¹⁸⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 426 de 8.05.62.

4ª Intervenção (1963) - *Prosseguimento dos trabalhos de consolidação, no valor de 197 700\$00*¹⁸⁶.

Continuação dos trabalhos de reconstrução de cortinas na zona dos aquartelamentos do Regimento de Lanceiros 1.

5ª Intervenção (1964) - *Obras de conservação, no valor de 198 550\$00*¹⁸⁷.

Foram realizadas obras de conservação de cortinas a S, confinantes com a EN nº 4 de ligação ao Caia.

6ª Intervenção (1965) - *Obras de conservação, no valor de 149 620\$00*¹⁸⁸.

Prosseguimento dos trabalhos anteriores, englobando a *construção* de guaritas em locais onde ruíram.

7ª Intervenção (1966) - *Obras de conservação, no valor de 100 000\$00*¹⁸⁹.

Obras de reparação e arranjo da *zona da Porta da Esquina*.

8ª Intervenção (1967) - *Obras de conservação e restauro, no valor de 19 959\$00*¹⁹⁰.

Continuação da obras na *zona da Porta da Esquina* e à *entrada do Castelo (...)*
Demolição do inestético envidraçado do resguardo da entrada da Capela e construção de um discreto alpendre.

9ª Intervenção (1971) - *Recuperação de troços da muralha da cerca, no valor de 50 000\$00*¹⁹¹.

Não se trata da cerca medieval mas da fortificação abaluartada existente junto ao Regimento de Lanceiros 1. Realizaram-se obras de conservação de cortinas e reconstruíram-se *guaritas na Rua das Muralhas viradas ao país vizinho.*

¹⁸⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, Monumento nº S120702/011, Comunicação nº 432 de 28.05.63.

¹⁸⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 646 de 21.08.64.

¹⁸⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 414 de 14.06.65.

¹⁸⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 371 de 10.05.66.

¹⁹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 222 de 18.04.67.

¹⁹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 436 de 9.06.71.

10ª Intervenção (1972) - *Trabalhos de conservação e restauro, no valor de 150 000\$00*¹⁹².

Realizaram-se obras de impermeabilização na zona das Portas de São Vicente.

Até ao 25 de Abril de 1974, tinha sido intervencionada quase toda a extensão da fortificação abaluartada (Fig. 6.4.87). Após o 25 de Abril de 1974, realizaram-se várias intervenções de conservação, nomeadamente em 1976, 1977, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986 e 1994. Algumas destas intervenções reincidiram em áreas já intervencionadas anteriormente (Fig. 6.4.86).

6.4.6.5 FORTE DE SANTA LUZIA

1ª Intervenção (1961) - *Obras de conservação, no valor de 38 461\$00*¹⁹³.

Realizaram-se obras de reparação de cortinas, reconstrução e restauro de guaritas e iniciou-se o restauro da *casa central* (Casa do Governador), com a reconstrução da cobertura em terraços.

2ª Intervenção (1962) - *Obras de conservação, no valor de 49 962\$00*¹⁹⁴.

Prosseguiram os trabalhos iniciados no ano anterior, projectando-se agora a reconstrução de mais três guaritas, incluindo as suas mísulas em cantaria, a demolição de uma parede e de um pavimento no interior da igreja *que prejudicam a sua traça* e a recuperação de cortinas.

3ª Intervenção (1963) - *Prosseguimento dos trabalhos de reintegração, no valor de 49 994\$00*¹⁹⁵.

Reconstruíram-se rebocos na Casa do Governador, na igreja e noutras

¹⁹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Proposta nº 387 de 29.05.72.

¹⁹³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011.

¹⁹⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 157 de 24.02.62.

¹⁹⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 113 de 6.02.63.

dependências. Abriam-se janelas que estavam entaipadas na Casa do Governador e fecharam-se vãos, nesta zona, *que prejudicam a traça do edifício*. Previa-se ainda a reparação de cortinas e a reconstrução da porta de entrada no forte.

4ª Intervenção (1964) - Obras de conservação, no valor de 49 022\$00¹⁹⁶.

Prosseguiram os trabalhos com a reconstrução de rebocos, o assentamento de grades de ferro para duas sacadas da Casa do Governador e reconstruíram-se as quatro guaritas do Corpo Central.

5ª Intervenção (1965) - Obras de conservação e restauro, no valor de 50 000\$00¹⁹⁷.

Prosseguiu a recuperação do forte com a reconstrução de rebocos, reparação de cortinas e a *construção de uma guarita que faltava reconstruir*.

Posteriormente ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se três intervenções: em 1985, com *obras de recuperação* no valor de 1 000 000\$00; em 1986, também sob a mesma designação, no valor de 1 500 000\$00; e em 1998/99, grande intervenção visando a reabilitação do forte para actividades turísticas, nomeadamente museológicas e de restauração.

6.4.6.6 FORTE da GRAÇA

1ª Intervenção (1960) - Conservação da Torre da Graça, no valor de 72 115\$00¹⁹⁸.

Executaram-se obras urgentes de consolidação e conservação na Casa do Governador.

¹⁹⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 177 de 10.03.64.

¹⁹⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/011, Comunicação nº 277 de 7.05.65.

¹⁹⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/006, Comunicação nº 329 de 17.11.70.

2ª Intervenção (1971) - Restauro da entrada - 1ª fase, no valor de 5 824\$00¹⁹⁹.

Realizaram-se sondagens para se detectar a localização das antigas fundações e a forma dos pilares primitivos *da ponte de acesso ao Castelejo*.

3ª Intervenção (1972) - Obras de restauro, no valor de 100 000\$00²⁰⁰.

Nesta intervenção renovou-se a ponte que vence o 1º fosso, construindo-se abóbadas entre os primitivos pilares e retirando-se parte das guardas em ferro que possuía, por se considerarem *inestéticas*, substituindo-se por muretes de alvenaria capeados a granito da região (Figs. 6.4.108/109/110 e 6.4.71) Toda esta intervenção foi realizada tomando por referência *outras entradas de muralhas, tanto em Elvas como em Estremoz e de acordo com os elementos colhidos em sondagens*.

Após o 25 de Abril de 1974 realizaram-se duas intervenções: a primeira em 1978, com a *Recuperação da Casa do Governador*, indo a concurso por 300 00\$00; a segunda em 1981, não existindo documentação em arquivo suficiente para a descrever.

6.4.6.7 FORTIM DE SÃO PEDRO

Uma única intervenção (1967) - Obras de conservação²⁰¹

Nesta intervenção foram demolidas as construções abarracadas encostadas às cortinas, desentulhou-se o fosso, impermeabilizou-se a cobertura do paiol e executaram-se rebocos. Esta intervenção entrou na mesma campanha de obras que englobou a Porta da Esquina, da cidade, no valor total de 20 000\$00.

¹⁹⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/006, Proposta nº 919 de 11.11.71.

²⁰⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras nº S120702/006, Proposta nº 719 de 6.10.72.

²⁰¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Muralhas de Elvas*, nº S120702/011, Dossier nº 2, Comunicação nº 370 de 23.06.67.

6.4.6.8 PORMENORES TÉCNICOS PRESCRITOS NOS PROJECTOS

Na reconstrução de alvenarias de pedra em paramentos, utilizou-se pedra igual à existente e argamassa de cimento e areia com traço de 1:4. Para o refechamento de juntas, a argamassa era composta pelos mesmos elementos mas ao traço de 1:6 (intervenção de 1953, provavelmente na torre dita Fernandina).

Na intervenção de 1958, na Casa da Guarda das Portas de Olivença, reconstruiu-se inteiramente a abóbada que ruíra: *reconstrução de abóbadas e arcos em alvenaria de tijolo a vez e meia*²⁰², na espessura de 0,40 m, empregando argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3, incluindo cambotas e andaimes, enchimento com areia e betão ciclópico, encasques necessários nas paredes laterais, segundo indicações a dar oportunamente pela fiscalização da obra. Betão normal ao traço de 1:2:4. 300 Kg de cimento, 400 l de areia e 800 l de brita em lajes e lintéis²⁰³. Os novos rebocos eram executados com emboço prévio, seguido do reboco propriamente dito e, finalmente, um *guarnecimento* de massa fina de areia, concluindo-se com a caiação à esponja com três demãos. Nos rebocos das abóbadas, empregava-se uma argamassa bastarda com traço de 1:1:6. Ainda na mesma intervenção, a pavimentação do extradorso das abóbadas era executada com tijoleira assente sobre impermeabilizante betuminoso.

Na caiação das paredes exteriores, juntava-se sebo e alúmen à cal para potenciar a impermeabilização e a consistência da tinta.

Na reconstrução de um pavimento da Torre Fernandina, em 1959, assentou-se lajedo de cantaria da região, após a abertura de caixa, utilizando-se um massame de betão pobre ao traço de 200 Kg/m³.

Na mesma torre, mas no ano seguinte (1960), utilizou-se granito da região *como o existente*, com espessura de 0,20 m e argamassa de cimento com o traço de 1:3, para reconstruir paramentos. As portas desta torre foram feitas de madeira exótica conservada com três demãos de óleo fervido.

²⁰² Significa que a parede tem de espessura um tijolo ao comprido mais um tijolo à largura. Se fosse *meia vez*, a parede tinha de espessura a largura de um tijolo. Se fosse *uma vez*, a parede tinha de espessura o comprimento de um tijolo. Ver SEGURADO, João Emilio dos Santos - *Alvenaria, Cantaria e Betão*, (Actualização), Livraria Bertrand, Lisboa e Rio de Janeiro, s. d., pp. 70 ss.

²⁰³ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier de Obras - Portalegre / Murallas de Elvas, nº2, S.12.07.02/011, Intervenção de 1958.

A reconstrução de alvenarias nas cortinas da fortificação abaluartada - por exemplo em 1962, junto ao então Quartel de Lanceiros - era executada com pedra rija e argamassa de cimento e areia com traço de 1:3.

Na mesma zona, mas no ano seguinte (1963), construiu-se betão armado em cintas de travação para consolidação de um troço de cortina. Nos cunhais utilizou-se a cantaria e nas reconstrução de guaritas construíram-se novas mísulas em cantaria de granito.

Ainda nesta intervenção, construíram-se lintéis e cintas de travamento em betão armado com traço de 1:2:4 (para 300 Kg de cimento). No capeamento de muros utilizou-se tijoleira prensada, do tipo regional, assente com argamassa de cimento com traço de 1:3.

Relativamente a salários, por esta altura os trabalhadores mais bem pagos eram os canteiros e os carpinteiros (40\$00 de jorna), seguindo-se-lhes os pedreiros (36\$00) e depois os serventes de pedreiro e os trabalhadores sem qualquer especialização (25\$00 e 20\$00 respectivamente). Um ano depois (1964), verificámos que também os ladrilhadores e os electricistas alcançavam a jorna mais elevada (40\$00). Os pintores ganhavam 36\$00.

Comparando a composição de argamassas para diversas finalidades, em 1964, os rebocos faziam-se com 1:1:6, os tijolos eram assentes com 1:3 (cimento), as juntas eram refechadas com 1:4 (cimento), o reboco das guaritas com 1:1:6 e a sua alvenaria de tijolo com 1:1:6.

Na intervenção de 1965 (zona dos aquartelamentos), refere-se que os cunhais eram construídos com argamassa com traço de 1:3 (cimento), a alvenaria de pedra com traço de 1:4 (cimento), os rebocos com argamassa com traço de 1:1:6, beneficiando depois de uma caiação com cal de obra a três demãos.

Em 1965, o terraço da Torre Fernandina é impermeabilizado como já o fora a Casa da Guarda da Porta de Olivença - tijoleira prensada sobre tratamento asfáltico dado a quente com três demãos -, para a porta empregou-se madeira de casquinha e a caiação foi efectuada à esponja.

Em 1966, na zona dos aquartelamentos, a alvenaria hidráulica de elevação foi executada com argamassa de cimento com traço de 1:4, ao passo que para o reboco se utilizou uma argamassa mais forte: 1:3 (cimento).

Na intervenção de 1967, refere-se que se construiu alvenaria de taipa em muralhas junto ao castelo²⁰⁴. Infelizmente este processo não possui desenhos que nos permitam identificar a zona. Trata-se, provavelmente, de cortinas da fortificação abaluartada e não de muralhas medievais. Na mesma intervenção consolidam-se cunhais com gatos de betão armado composto por 300 Kg de cimento, 400 l de areia e 800 l de brita por m³. As telhas utilizadas nestas obras eram de canudo, de tipo regional, em cobertas, e de tipo romano em canais, totalmente argamassadas.

Podemos concluir que não houve, em Elvas, alterações técnicas importantes, relativamente às usadas noutras fortificações: a alvenaria, quer de pedra quer de tijolo, fez-se com argamassa de areia e cimento com traço de 1:3; nos rebocos, aparece a argamassa bastarda com traço de 1:1:6; na caiação de paramentos exteriores juntou-se sebo e alúmen à cal²⁰⁵; o refechamento de juntas fez-se com uma argamassa de cimento mas menos forte (1:4); gatearam-se algumas construções com betão armado com traço de 1:2:4; a impermeabilização de terraços e extradorsos de abóbadas fez-se com tijoleira prensada sobre tratamento de produto betuminosos dado a quente; quanto às madeiras utilizadas em portas, ou eram exóticas, ou de casquinha, sendo preservada a madeira com três demãos de óleo fervido e com tinta de óleo.

6.4.6.9 ANÁLISE CRÍTICA

6.4.6.9.1 INTERVENÇÃO NO CASTELO

O primeiro documento que nos pode fornecer dados importantes para avaliarmos as intervenções realizadas no castelo entre 1940 e 1948²⁰⁶, é uma *Memória apresentada à Ex.^a Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais*, da autoria de

²⁰⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Comunicação nº 222 de 18/4/1967.

²⁰⁵ O sebo e o alúmen (sulfato duplo de alumina e potassa, também conhecido por pedra-ume) permitem uma maior aderência da cal e uma maior resistência à meteorização. Ver SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Acabamentos das Construções*, Livraria Bertrand e Livraria Francisco Alves, 3ª edição, Lisboa e Belo Horizonte, s. d., p. 284.

²⁰⁶ É em Dezembro de 1948 que a DGEMN edita o *Boletim Monumentos* nº 54, dedicado exactamente às intervenções levadas a efeito no castelo até àquela data.

António Thomaz Pires²⁰⁷. O autor, correspondente do Conselho dos Monumentos Nacionais em 1907, obtém neste ano, do capitão de engenharia Rodolfo Guimarães, uma relação das obras de que o castelo carecia, bem como a sua estimativa de custos, avaliada em 300 000 réis²⁰⁸:

- Demolição das ruínas de uma casa adossada ao paramento exterior das muralhas.
- Remoção de entulhos do interior do castelo.
- *Por a descoberto o arco romano (entenda-se, de volta inteira) no rés-do-chão que dá ingresso à quadra abobadada que servia de prisão.*
- Reparações na rampa que conduz à porta da traição, prevendo-se a construção de abóbada de tijolo.
- Encasques em paredes e muralhas.
- Reforço do adarve junto à alcaidaria.
- Desobstrução e reparação da escada em caracol que dá para o quintalão a NE.
- Reparação do telhado do cubelo.
- Reparação de degraus.
- *Desobstrução de nove ameias, sitas no caminho coberto, que estão tapadas.*
- Demolição dos restos de uma casa construída no topo da Torre de Menagem e desobstrução de ameias.
- Construção do muro de protecção em parte do adarve.
- Consolidação e reconstrução do torreão que se encontra a S da porta de entrada.

Desta relação podemos concluir que o castelo, como tantos outros naquela época, apresentava ruína, devido ao seu estado devoluto, e construções a ele adossadas, pelo exterior e pelo interior, que o rodar dos tempos tornou alguma vez necessárias. Não se previam, contudo, grandes obras de demolição no seu interior, nem grandes reconstruções ou renovações.

Desconhecemos que obras foram feitas entre a data da Memória (1907) e o início da intervenção da DGEMN (1940). Mas a intervenção profunda no castelo que lhe deu o prospecto que hoje apresenta, foi de facto realizada entre 1940 e 1948. Sobre esta

²⁰⁷ PIRES, A. Thomaz - *Estudos e Notas Elvenses, LX O Castelo d'Elvas, Memória apresentada à Ex^a Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais*, ed. António José Torres de Carvalho, Tipografia Stereotypia Progresso, Elvas, 1907.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 20 ss.

campanha de obras, foi editado, como já referimos, o *Boletim Monumentos* n.º 54, constituindo uma fonte imprescindível para a sua avaliação. Contudo, não pode o documento ser aceite de forma acrítica, já que advoga em causa própria.

A filosofia que está presente nas intervenções é explicitada no capítulo intitulado *Antes da Restauração*²⁰⁹. Não faltava a crítica às posições naturalistas ruskianas:

*(...) até havia alguns que se compraziam em admirar, como uma obra de arte, a ruína que os (monumentos) ia definhando. Tal ruína era em verdade, para esses, um atractivo, quase um titulo de nobreza; (...) dificilmente se encontraria alguém que não reputasse um desperdício ou um erro a restauração dos monumentos existentes*²¹⁰.

Criticando-se os que nada faziam em prol da conservação dos monumentos, verberava-se, a nosso ver com toda a razão e fundamento histórico,

*contra os que se arrogavam o direito de improvisar, dentro e fora da cerca, e em proveito próprio, algumas construções parasitas - isto é, compostas, no seu todo quase informe, de materiais rebuscados sem nenhum escrúpulo, antes com violência mutiladora, no próprio corpo do colosso agonizante. - Foi isto consentido ou voluntariamente ignorado? (...) não basta, na realidade, a acção demolidora do tempo ou de qualquer fenómeno sísmico, para explicar certos danos e desmoronamentos verificados nas obras de fortificação propriamente ditas e sobretudo em outras, interiores - que, por serem mais acessíveis e menos resistentes, maiores mutilações sofreram*²¹¹.

Estes factos, indesmentíveis, pretendem justificar as primeiras acções empreendidas, as demolições (pontos I e III da relação de obras atrás referida). Contrastando as duas plantas incertas no *Boletim* - de antes e depois das obras - localizam-se claramente as demolições (Figs. 6.4.88 e 6.4.89). Dos edificios demolidos a NO, adossados aos paramentos exteriores, possuímos uma fotografia (Fig. 6.4.90) e sabemos que eram paióis/armarias. Fica claro, para nós, que as demolições foram

²⁰⁹ *Boletim Monumentos* n.º 54, da DGEMN, Castelo de Elvas, Dezembro de 1948, pp. 17 ss.

²¹⁰ *Idem*, p. 18.

²¹¹ *Idem*, p. 19.

incorrectas, uma vez que as metamorfoses arquitectónicas e funcionais que qualquer monumento sofre ao longo do tempo, devem ser conservadas, já que lhe conferem valor histórico, por vezes artístico, e ajudam a interpretá-lo de forma diacrónica. Por outro lado, o edifício patente na referida fotografia, aparentava bom estado de conservação..

O mesmo diremos relativamente à demolição de todas as edificações do pátio, com excepção da alcaidaria (Figs. 6.4.91 a 6.4.96). Foi tudo arrasado e reduzido aos arranques das paredes, permanecendo os pavimentos dos pisos térreos. Como é sabido, os pátios dos castelos sempre tiveram edificações (cujas plantas Duarte d'Armas desenhou), as mais variadas, que faziam parte intrínseca da sua constituição: armarias, paióis, cavaliças, casernas da guarnição, forno, oficinas, armazéns de víveres, etc.. Ainda que estas edificações não possuíssem valor estético, possuíam valor histórico e poderiam ser reabilitadas para a musealização do espaço, para a instalação de serviços educativos, etc.. Mas ficamos pelas generalidades, sem podermos avaliar, com rigor, as diversas situações, uma vez que os documentos do processo não são esclarecedores. No entanto, podemos desde já avançar que a filosofia da intervenção, pelas demolições referidas até agora, era a de eliminar tudo o que não fosse medieval, pretendendo apagar da história as metamorfoses que o monumento sofreu nos últimos séculos.

Voltando ao capítulo *Antes da restauração*, o autor (anónimo) dos textos passa a justificar a intervenção de maior monta, a que foi levada a cabo na alcaidaria:

(...) pôde finalmente iniciar-se uma obra de particular importância para restabelecimento da feição interna do monumento: a reconstituição da antiga alcáçova - edifício famoso pela sua história, e de que apenas se encontram alguns restos, mal seguros, das respectivas paredes em meio de grossos e já quase petrificados entulhos. (...) A reconstrução desse edifício - que foi, de facto, uma reconstituição - efectuou-se com o melhor êxito, orientada pela tradição ainda viva e pelos vestígios existentes²¹².

Em jeito de memória descritiva, o *Boletim* defende aqui, claramente, o restauro em estilo à boa maneira oitocentista (*reconstrução, reconstituição, orientada pela tradição e pelos vestígios*). Não se trata de uma reconstrução por *anastylose*, uma vez que o que

²¹² Idem, pp. 19 e 20.

restava deste edifício nunca o permitiria (Figs. 6.4.92 e 6.4.96). Havia então que imaginar como teria sido, a partir da tradição e de alguns vestígios. O resultado dessa “reconstituição” (Fig. 6.4.97) é algo que nunca terá existido, a começar por aquele contraforte “tão medieval” que ampara a abóbada da entrada e que não está desenhado na planta do existente (Fig. 6.4.88). Pontualmente, são perfeitamente admissíveis as reconstruções. É disso exemplo o completamento da moldura da porta da entrada no piso térreo da alcaidaria, em arco quebrado, a que faltavam as três aduelas do fecho (Fig. 6.4.98). Mas no piso superior, que critério presidiu à construção - *que foi, de facto, uma reconstituição* - do alpendre ou da cozinha, por exemplo? Nada documentalmente objectivo se apresenta que nos faça acreditar numa *anastylose*. Aquilo que se construiu não é a alcaidaria medieval ou moderna que se pretendeu reconstruir a partir de um *mare magnum dos destroços*²¹³, porque essa já não existia, nem nos destroços, mas uma outra coisa híbrida, duvidosa, que hoje apenas serve para documentar uma fase da história do restauro arquitectónico em Portugal. Uma fase com uma filosofia de intervenção bem serôdia, diga-se.

Exemplo do que acabamos de dizer é a intervenção paradigmática na porta da entrada. Antes (Fig. 6.4.99), sobre o portal, apresentava-se uma ornamentação barroca em trabalho de massa que incluía um painel historiado de azulejos, cuja moldura englobava também uma pedra de armas de D. João II. O muro terminava em parapeito de tijolo, em clara adaptação moderna, para servir de apoio ao disparo de armas ligeiras. Depois (Fig. 6.4.100), o que ainda hoje apresenta, a invenção de uma balconada de matacões - mas sem as aberturas para tal fim - a suportar quatro ameias que terão existido com forma impossível de adivinhar. A defesa desta intervenção ganha extenso espaço e feroso texto no *Boletim*, o que, por si só, é sintomático da preocupação em justificá-la publicamente. O texto é longo, mas optamos por transcrevê-lo porque o consideramos emblemático dos princípios que nortearam o Estado Novo nesta matéria:

No estreito lanço de muralha onde abre a porta de entrada do Castelo, tinha sido colocado, em data imprecisa, um painel de azulejos sobre o escudo das armas de D. João II, ali existente desde o último quartel do século XV. A incongruência desses dois elementos decorativos, em tão

²¹³ Idem, p. 20.

*impróprio lugar, era ainda agravada por outro, não menos ostentoso e de maior vulto. Com efeito, na parte superior da parede, e abrangendo-a em quase todo o seu comprimento, arqueava-se vistosamente um singular ornato arquitectónico, de desenho um pouco semelhante ao das molduras onde nas igrejas, em dias de festa, é uso firmar as sanefas ou cortinas com que adornam os altares e os pórticos interiores. Essa moldura, sobrecarregada ainda por várias figurações ornamentais sem clara significação, alteava-se no centro, até dominar soberbamente o muro de resguardo do adarve que corre entre as duas torres - muro já mutilado e descaracterizado, talvez por efeito dessa mesma obra. Assim, a porta do Castelo, apesar da rudeza medieval dos seus umbrais e do seu largo arco românico, mais parecia, em verdade, o pórtico de um desses rústicos templos de outrora, que os devotos reformadores do século XVIII tanta vez abastardaram, por todo o País, com o propósito de os embelezarem ou aprimorar. Quem seria o autor dessa obra - que ali, em lugar de tamanha evidência, amesquinhava de facto, no seu orgulho, na sua força, nas suas tradições, o velho monumento? E, embora se saiba que o famoso engenheiro-jesuíta Cosmader gizou e fez executar ali, por incumbência de D. João IV, alguns trabalhos de fortificação, mais ou menos úteis à defesa da praça, dificilmente poderá crer-se que lhe cabe alguma responsabilidade em tão despropositada iniciativa. É certo, porém, que deve datar do mesmo século - época áurea do azulejo português - o intuito de confiar ao Céu, por intermédio da "Sacra Família" (representada no quadro cerâmico a que já aludimos), a defesa do Castelo. Consumado certamente depois da Guerra da Restauração, esse estulto desacato estético e histórico não deixou nas memórias do tempo, segundo parece, o mais ténue rasto da sua origem. O autor, que talvez morresse vanglorioso da sua proeza, ficou para sempre desconhecido. Actualmente, sobre o largo e potente arco da porta, apenas se vê, como outrora se via, o escudo real do "Príncipe Perfeito", e em cima, ao longo da parede, a cachorrada que sustenta o forte parapeito ameado do adarve sobrejacente. Em todos os demais adarves do Castelo - pois todos estavam lamentavelmente arruinados - foi forçoso proceder a idêntico trabalho de recomposição(...)*²¹⁴.

Trata-se, claramente, de um restauro em estilo, completamente fantasioso, ao arrepio do preceituado na Carta de Atenas (1931), redigida no princípio da década

²¹⁴ Idem, pp. 21 e 22.

anterior à da intervenção.

Outras intervenções foram levadas a cabo, embora menos problemáticas do que as anteriores. O torreão que ladeia a porta da entrada foi integralmente reconstruído, uma vez que restava apenas a parte inferior e em elevado estado de desagregação (Figs. 6.4.101 e 6.4.102). A dimensão desta reconstrução justificava que a parte reconstruída fosse hoje destrinchável da original. Tal não acontece, o que reprovamos, significando que a intervenção ignorou o espírito da Carta de Atenas (1931).

Também a muralha NE sofreu importante intervenção, tal como as construções a N da nova alcaidaria e a ela adossadas. Comparando as Figs. 6.4.103, 6.4.104 e 6.4.105, concluímos que a referida construção adossada à alcaidaria foi demolida, e não reconstruída, provavelmente para fazer ressaltar a unidade arquitectónica da alcaidaria.

Demolidas foram também as instalações recuadas que a alcaidaria possuía no seu tardoz, sustentadas pela arcaria grossa que foi poupada nas demolições. Também este prolongamento do edifício antigo em nada beneficiava a vetustez que se lhe queria imprimir, até porque interrompia o adarve da muralha medieval. Este lanço de muralha (NE) foi completamente reconstruído, eliminando-se os vãos que faziam comunicar o pátio do castelo com o quintalão a NE. Levantaram-se novas ameias, de corpo mais estreito do que as que existiam para E, no mesmo lanço, e num plano muito inferior, e construiu-se uma cúpula nas escadas em caracol do sector N, cuja razão de ser e forma não são explicadas. Também aqui, a intervenção deveria ter ficado assinalada com a utilização de materiais reconhecíveis como novos.

Relativamente à Torre de Menagem, foi intervencionada para se lhe dar cobertura telhada e para lhe restaurar as seteiras da sala ao nível do adarve. As coberturas são sempre importantes, a menos que se impermeabilizem os eirados. De facto, é por ali que a água da chuva inicia um processo de desagregação dos materiais, havendo necessidade absoluta de não permitir que a água se infiltre. A cobertura que foi colocada - telhado assente em estrutura com asnas de madeira - é perfeitamente aceitável, porque é simples, esteticamente neutra, não reivindicando qualquer reconstituição histórica (Anexo XXXII). Aliás, se analisarmos visualmente esta questão no livro de Duarte de Armas, verificamos que as torres estavam, por vezes, telhadas. Mas é esta cobertura que levantará uma certa polémica, 18 anos depois! É interessante e sintomático o artigo



anónimo que saiu no jornal *O Século*, de 9 de Abril de 1966, sob o título: “O Castelo de Elvas está descaracterizado com um telhado na Torre de Menagem”. O articulista, depois de classificar o castelo de romano-árabe (!?), refere o seguinte:

(...) foi objecto, há já vários anos, de um arranjo que constitui uma afronta ao seu traçado arquitectónico. Trata-se pura e simplesmente do levantamento de uma casa no terraço da respectiva Torre de Menagem e cujo telhado é visível do exterior. (...) a descaracterizar uma torre onde seria natural existirem varandas e galerias. (...) onde se tornava de inegável interesse, manter o seu terraço descoberto (...). Se se pretender evitar estes motivos de troça e que todas as pessoas lamentam nesta cidade, bom seria que as entidades oficiais tomassem providências para tirar o “adorno” do telhado que em tão má hora se implantou naquela Torre de Menagem.

O Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais contesta o artigo, em documento interno²¹⁵, alegando que

(...) naquela torre não existiam varandas ou galerias, pelo contrário, existiam, de facto, todos os elementos que nos conduziram à construção do telhado, adoptando-se a solução que desde sempre foi prevista neste caso. Como é do conhecimento geral duas soluções eram encaradas para a cobertura das torres: ou os telhados ou os terraços. Esta, nunca possuiu qualquer terraço, sendo a cobertura da sala superior um telhado deixando liberto o passeio de ronda, para a distribuição dos seus defensores.

O Director-Geral quer avaliar a situação, documentalmente, e pede à Secção do Sul *fotografias dos elementos que conduziram à construção do telhado*²¹⁶. Rui Couto responde não possuir *quaisquer elementos elucidativos a respeito da cobertura da torre principal*²¹⁷, provando, com isso, a deficiente documentação dos processos das obras a que já fizemos referência, nomeadamente o levantamento do existente. Ou então esqueceu a existência de uma fotografia (Fig. 6.4.106) a partir da qual dificilmente justificaria a construção da cobertura a partir de elementos preexistentes. Tanto quanto

²¹⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Of. nº 2830 de 20/5/1966.

²¹⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Ordem de Serviço nº 1371 de 24/5/1966.

²¹⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Dossier nº 8 - Castelo de Elvas, Of. nº 493 de 20/6/1966.

julgamos saber, a polémica ficou por aqui e a cobertura manteve-se. Como referimos atrás, este artigo é sintomático da forma como também a opinião pública avaliava estas intervenções: não lhes causava qualquer perturbação o facto de se ter inventado a cachorrada que encima a porta da entrada, mas o telhado a impedir as infiltrações, isso sim, era um atentado ao património!

Relativamente à intervenção nas seteiras da Torre de Menagem, não foi, de facto, um restauro, mas uma reconstrução, ou uma construção, com modelos externos. Quem sabe? As memórias descritivas e as fotografias omitem sempre o pormenor e a reconstrução em estilo foi realizada e defendida teoricamente, nesta intervenção, em casos bem mais importantes. Dada a importância formal, arquitectónica, destas seteiras, também aqui se justificava que os novos materiais incorporados fossem destrincháveis dos existentes.

Relativamente a outras obras menos polémicas, devemos mencionar a limpeza das cisternas, a desobstrução da passagem para a porta da traição e o tratamento hidrófugo da cobertura do cubelo artilheiro. Neste último caso, o autor do Boletim revela não ter compreendido que a *larga, poderosa e bela abóbada*²¹⁸ foi um acrescento seiscentista à construção fundacional, uma vez que lhe chama *obra primitiva*²¹⁹. E ainda bem que o não compreendeu! Caso contrário, e sendo conseqüente com a sua filosofia, a DGEMN teria demolido mais este “acrescento espúrio”! Em poucas linhas, e pelas palavras dos seus autores, eis os resultados da intervenção:

*(...) poderemos chamar, sem ênfase nem sequer liberdade verbal, uma semi-ressurreição (...) se pôde afinal restabelecer, sem infidelidade notável, a feição, o carácter - a fâcies histórica, em suma - do grandioso monumento desfigurado (...) uma restauração completa, de corpo e de espírito - não apenas uma incerta e inexpressiva imitação da obra original*²²⁰.

²¹⁸ Idem, p. 23.

²¹⁹ Idem, p. 23.

²²⁰ Idem, p. 24.

6.4.6.9.2 OUTRAS INTERVENÇÕES

As inúmeras intervenções que conduziram à reconstrução de muros e de guaritas nas fortificações abaluartadas, já foram por nós analisadas e aceites em situações similares, embora com a ressalva de que, em caso de reconstruções de dimensão ou de importância formal consideráveis, devem os novos materiais integrados ser destrincháveis dos existentes. Estamos com Paulo Pereira quando afirma que *a substituição de peças (somente em alguns edificios de grande porte) pode ser defendida, reabilitando-se para os edificios em que tal se assevere indispensável (geralmente grandes sés, catedrais, conventos ou paços) o estatuto de fabrica eterna que sempre detiveram*²²¹. No entanto, tal substituição, deverá ficar assinalada, sempre que se verifiquem as condições supracitadas. Acontece que, tal como nas outras intervenções estudadas, também aqui se procurou reconstruir promovendo o falso histórico, o que, obviamente, teremos que reprovar.

A intervenção realizada na Porta da Esquina, em que se substituiu uma estrutura envidraçada exterior à capela de Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII), por um alpendre de alvenaria, ainda que por motivos de ordem estética, não nos parece interferir de forma lesiva, sob qualquer ponto de vista, na construção religiosa que se adossa à porta e, muito menos, na construção militar (Figs. 6.4.107 e 6.4.48).

Mas uma intervenção foi realizada, no Forte da Graça, nos anos de 1971/72, completamente inadmissível: a remodelação da ponte sobre o 1º fosso, unindo as portas interior e exterior da forte. No patamar do 3º quartel do séc. XX, executou-se um “restauro em estilo” à boa maneira de Viollet-le-Duc. Em vez de se restaurar a ponte que existia, que possuía a paradigmática autenticidade que hoje respeitamos, optou-se por uma intervenção com motivações estéticas, que conduziu a uma construção absolutamente falsa, copiada de hipotéticos modelos seiscentistas ou setecentistas que se foram buscar às fortificações das cidades de Elvas e de Estremoz. Segundo a metodologia seguida, chegou-se ao preciosismo de se sondarem as fundações para se conhecer a forma dos hipotéticos pilares primitivos e os fazer renascer. As guardas de

²²¹ PEREIRA, Paulo - “Reutilização de imóveis classificados”, *Cadernos SPPC*, nº 3, *Que utilizações para o património construído?*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996, pp. 18.

ferro foram parcialmente substituídas por muros de alvenaria capeados com granito da região, por se considerarem inestéticas. Construiu-se assim um *pastiche*, uma imitação de algo que nunca existiu no lugar (Fig. 6.4.108/109/110 e 6.4.71). Como já referimos, as motivações foram estéticas, não se lembrando os seus autores, por um só momento, que tudo o que existe numa fortificação tem uma explicação militar: aquelas inestéticas guardas de ferro serviam exclusivamente para impedir os transeuntes de cair da ponte, em situação de paz; se aqueles muros de alvenaria existissem quando o forte estava activo, serviriam também de amparo aos assaltantes que cruzavam o fosso, ao abrigo da fuzilaria lateral! Tratou-se, portanto, de uma reconstrução estilística (e duvidosa, mesmo em termos estilísticos) que foi contra os princípios da Carta de Veneza.

6.4.7 INTERVENÇÕES URGENTES E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

a) Castelo

Como intervenções urgentes propomos as seguintes:

- Impermeabilização da abóbada do cubelo artilheiro.
- Regularizações pontuais dos pavimentos dos adarves.
- Limpeza de ervas, arbustos e árvores do quintalão, permitindo-se o acesso ao turista, uma vez que só daí pode observar as janelas manuelinas da alcaidaria.
- Melhor arrumação/exibição dos materiais arqueológicos que se encontram espalhados pelo recinto do pátio.

A médio prazo propomos:

- Colocação de um técnico de turismo no castelo, que receba uma formação adequada em arquitectura militar em geral, especializando-se no património elvense. Poderia, assim, receber condignamente os turistas, prestar-lhe os esclarecimentos devidos e guiar visitas a todas as edificações militares elvenses. A exposição sobre a história militar de Elvas, patente no piso superior da alcaidaria, deveria ser enriquecida e dinamizada.

- Deveria aproveitar-se o facto de estar instalado um ceramista no cubelo artilheiro, para dinamizar a criação de peças sobre a história militar de Elvas, desde a produção de pequenos mosqueteiros, canhões, etc., a elementos do património arquitectónico militar. O facto de o ceramista exercer aquela actividade em *part time* e quase nunca estar na sua oficina, não poderia impedir a visita ao interior do cubelo e mesmo a venda de peças.

b) Cercas medievais

Impõe-se um estudo rigoroso e paciente, com o objectivo de identificar todos os troços de muralha remanescentes e respectivos torreões, com vista ao seu registo em carta aerofotogramétrica, à sua consolidação e preservação e à sua sinalização urbana. Deve-se estudar, caso a caso, a possibilidade de desobstrução destas estruturas.

c) Fortificação abaluartada da cidade

Torna-se urgente e imperioso que estas fortificações sejam imediatamente desobstruídas de entulhos, de restos de antigas construções não militares e de lixo - na zona O, por exemplo - para se poder argumentar em favor da sua classificação como Património Mundial. Para além destas tarefas elementares, há que realizar, urgentemente, o restauro de todas as construções militares ao longo do seu perímetro, algumas das quais utilizadas por marginais em pleno dia, o que é completamente inaceitável quando se está a pensar no seu aproveitamento turístico.

A montagem dum roteiro pedestre devidamente sinalizado é igualmente urgente, conduzindo os turistas pelos meandros da fortificação (terraplenos, canhoeriras, poternas, portas, fossos, paióis, cisterna grande, edificios militares intramuros). Não esqueçamos que a valorização turística é uma forma de captar receitas para a própria preservação e valorização dos monumentos.

d) Edifícios militares intramuros

Como referimos atrás, os edifícios militares, assim construídos de raiz, ou reabilitados para esse fim, dentro da magistral da cidade, são inúmeros. Eles faziam parte desse enorme quartel que foi a cidade de Elvas durante séculos. Fazem hoje parte desse notável conjunto de arquitectura militar, único no país, que interessa preservar no seu todo. Reabilitá-los para funções a caracter é, estrategicamente, a melhor solução para a sua preservação. Devolutos ou não, todos devem ser assinalados com placa que relate brevemente a sua história e integrados em circuitos turísticos.

e) Fortes de Santa Luzia e da Graça

O restauro, a musealização e a reabilitação turística de ambos - com colocação de sinalética - são tarefas nacionais, pela sua dimensão em custos, mas também pela sua importância cultural. O Forte de Santa Luzia, propriedade municipal, está a beneficiar de uma intervenção nesse sentido (1998/1999). O Forte da Graça, propriedade do Estado, apodrece lentamente! Fica-se perplexo quando se conhecem os investimentos em obra nova - e geralmente polémica - e se deixa pura e simplesmente apodrecer, ao longo de décadas, provavelmente o mais importante complexo militar moderno da Europa. E tanto maior é a perplexidade quanto se sabe que este investimento cultural traria importantes contrapartidas económicas para a região em geral, e para Elvas em particular, cidade que, após a abertura de fronteiras e o encerramento progressivo de unidades militares, tenta sobreviver e lobrigar um novo rumo.

f) Fortins e outras obras exteriores do campo fortificado

Elvas militar é tão importante pelos seus elementos individuais como pelo seu conjunto. Nunca se deve perder essa globalidade, porque só ela permite dilucidar todas as interligações estratégicas, no tempo e no espaço. Fortins, caminhos cobertos, contraminas, atalaias, etc., todas estas estruturas têm quer ser inventariadas, registadas

em carta, protegidas legalmente e, se possível, adquiridas pelo Estado, com vista à sua desobstrução parasitária, consolidação, restauro, sinalização e desfrute turístico.



Fig. 6.4.1 - Fortificações da Cidade de Elvas. Localização na Carta Militar de Portugal, Folha nº 414, Série M888, Edição 3-SCEP-1970

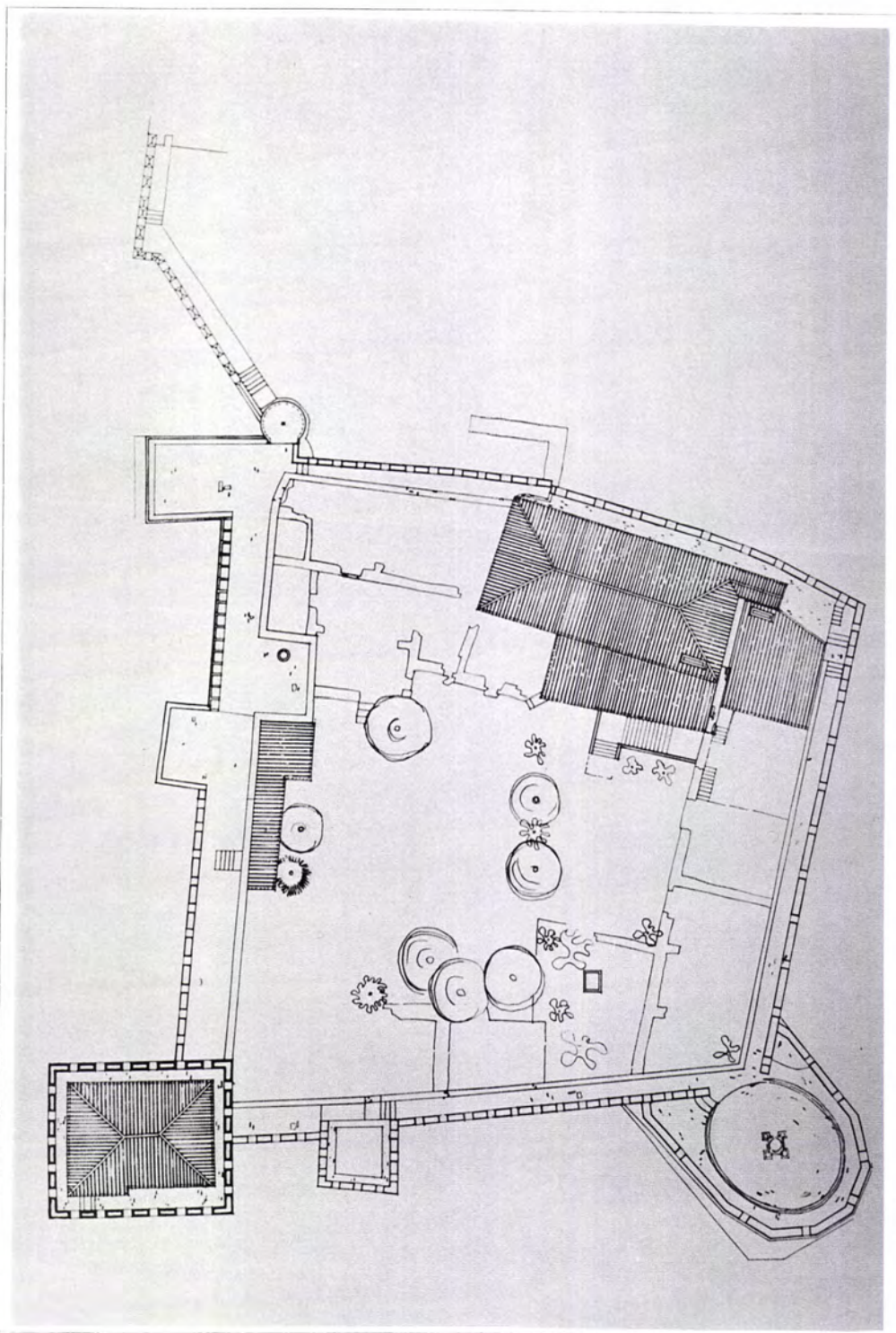


Fig. 6.4.2 - Castelo de Elvas. Planta ao nível dos adarves. In Boletim Monumentos n° 54, DGEMN, 1948.



Fig. 6.4.3 - Castelo de Elvas. Quadrela SO com a Portal da Vila.

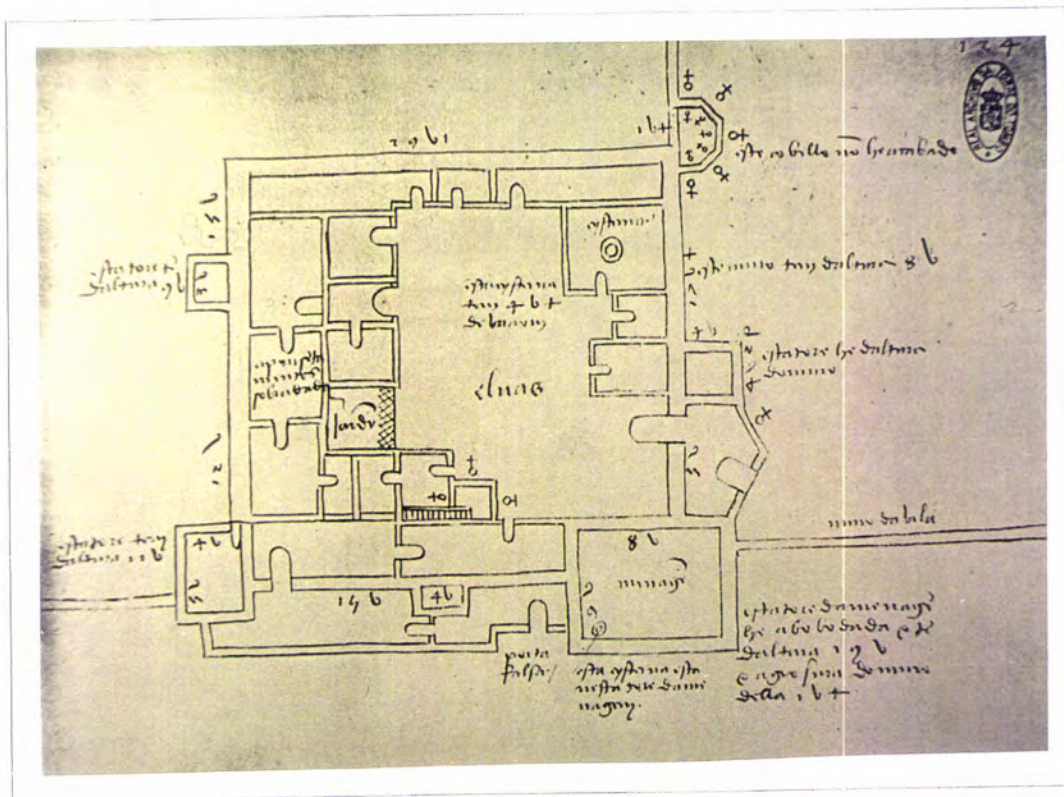


Fig. 6.4.4 - Castelo de Elvas. Planta de Duarte de Armas.



Fig. 6.4.5 - Castelo de Elvas.
Pátio. Arranque de habitações no sector N

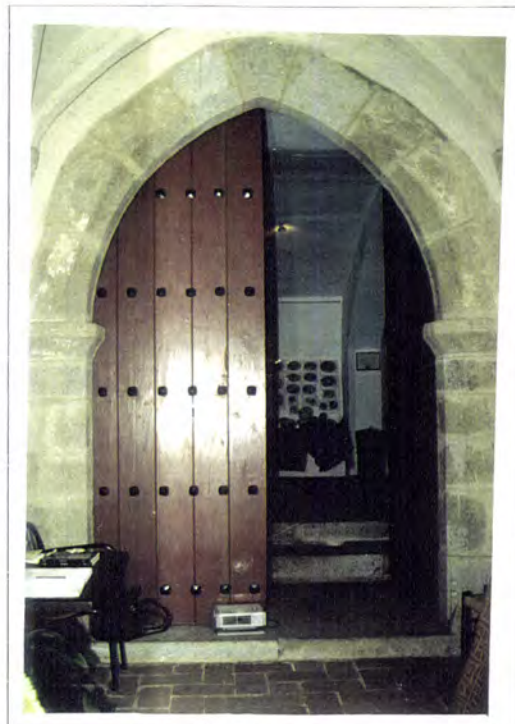


Fig. 6.4.7 - Castelo de Elvas. Alcaidaria.
Porta do piso térreo



Fig. 6.4.6 - Castelo de Elvas.
Alcaidaria



Fig. 6.4.8 - Castelo de Elvas.
Alcaidaria. Sala do piso térreo

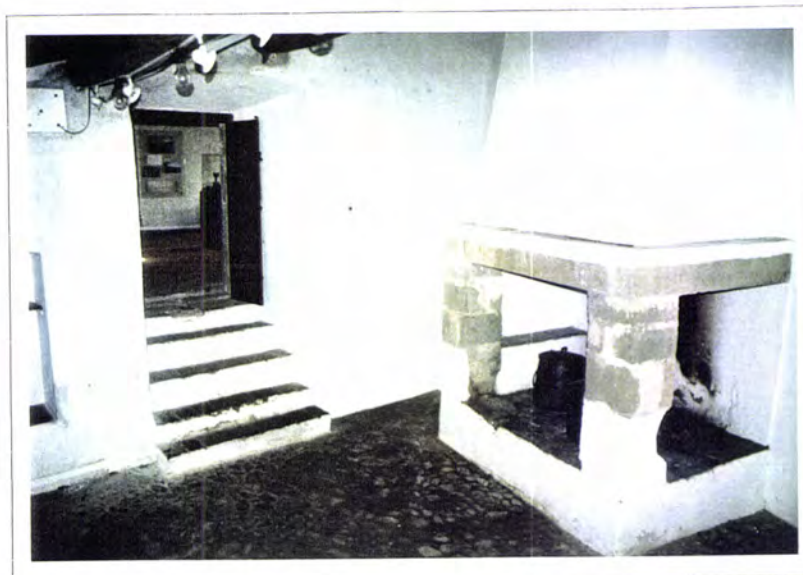


Fig. 6.4.9 - Castelo de Elvas.
Alcaidaria. Piso superior.
Cozinha



Fig. 6.4.10 - Castelo de Elvas.
Alcaidaria. Piso superior.
Sala NO



Fig. 6.4.11 - Castelo de Elvas.
Construção que defende a
escada de acesso os adarves

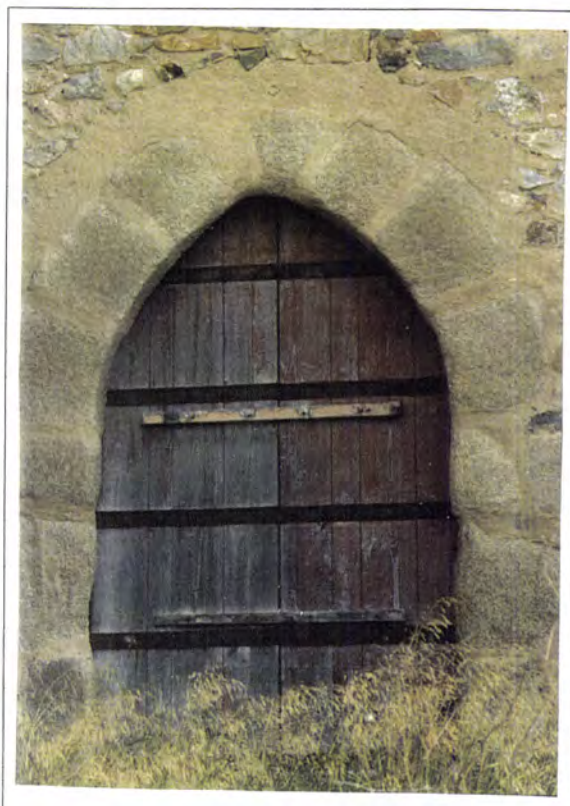


Fig. 6.4.12 - Castelo de Elvas. Porta da traição



Fig. 6.4.13 - Castelo de Elvas. Adarve NO



Fig. 6.4.14 - Castelo de Elvas.
Torre de Menagem flanqueando o ângulo O



Fig. 6.4.15 - Castelo de Elvas.
Torre de menagem.
Sala inferior. Seteira.



Fig. 6.4.16 - Castelo de Elvas.
Torre de menagem.
Tecto da sala inferior.



Fig. 6.4.17 - Castelo de Elvas.
Torre de menagem. Sala superior.
Da esquerda para a direita:
entrada, escada para o eirado e
seteira.

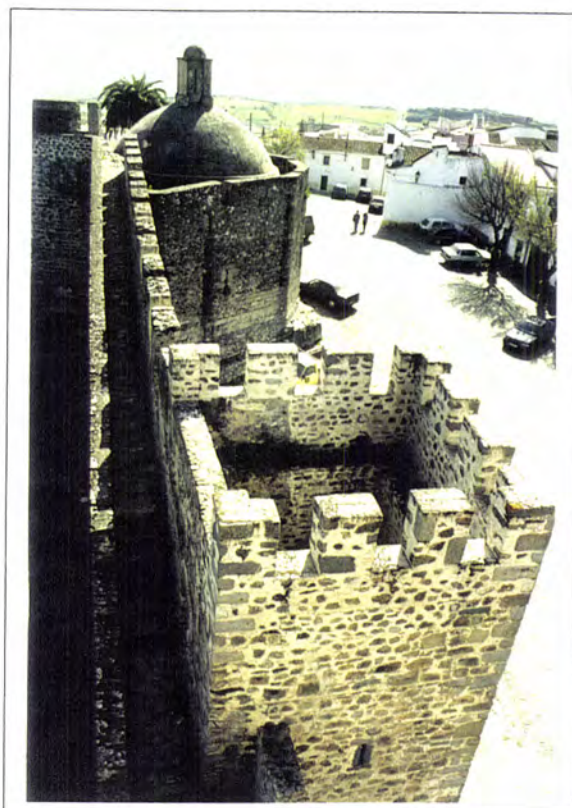


Fig. 6.4.18 - Castelo de Elvas. Adarve SO

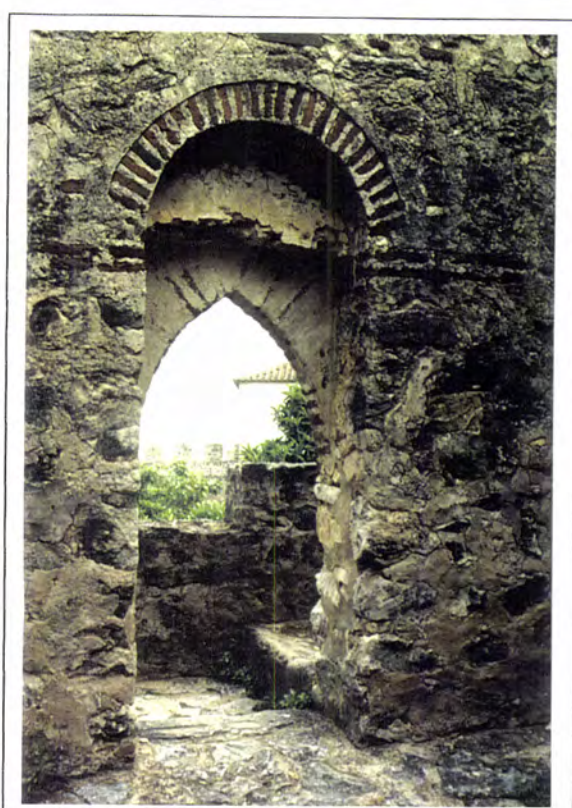


Fig. 6.4.19 - Castelo de Elvas. Entrada para o torreão da quadrela SO



Fig. 6.4.20 - Castelo de Elvas. Quadrela SE e cubelo artilheiro

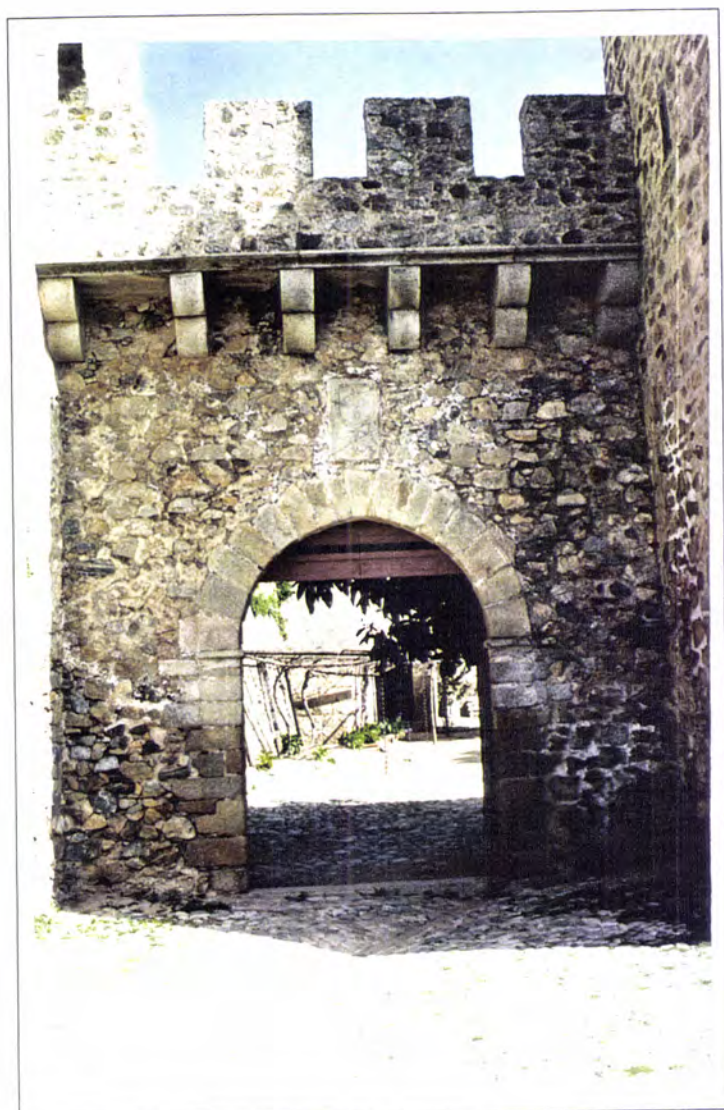


Fig. 6.4.21 - Castelo de Elvas. Porta da vila



Fig. 6.4.22 - Castelo de Elvas. Cubelo artilheiro



Fig. 6.4.23 - Castelo de Elvas. Olaria no interior do cubelo artilheiro



Fig. 6.4.24 - Castelo de Elvas. Adarve SE



Fig. 6.4.25 - Castelo de Elvas. Adarve NE

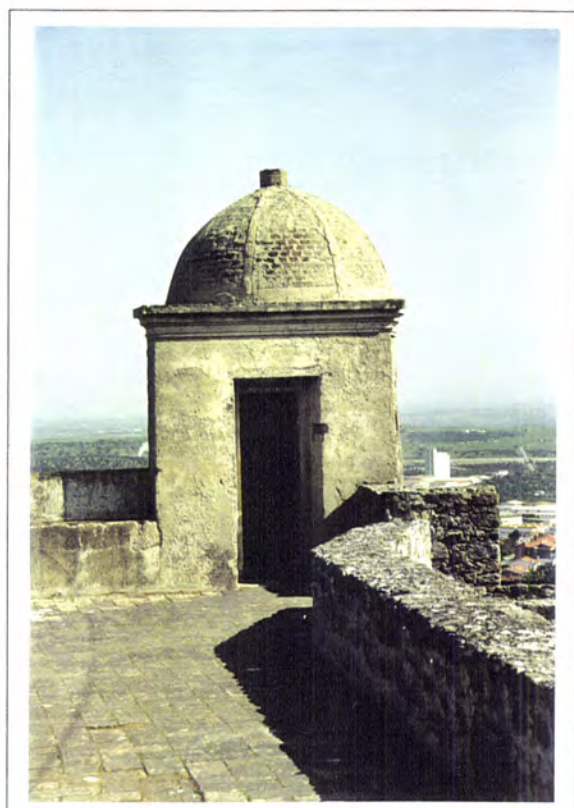


Fig. 6.4.26 - Castelo de Elvas. Construção que envolve e cobre a escada de acesso ao quintalão a NE

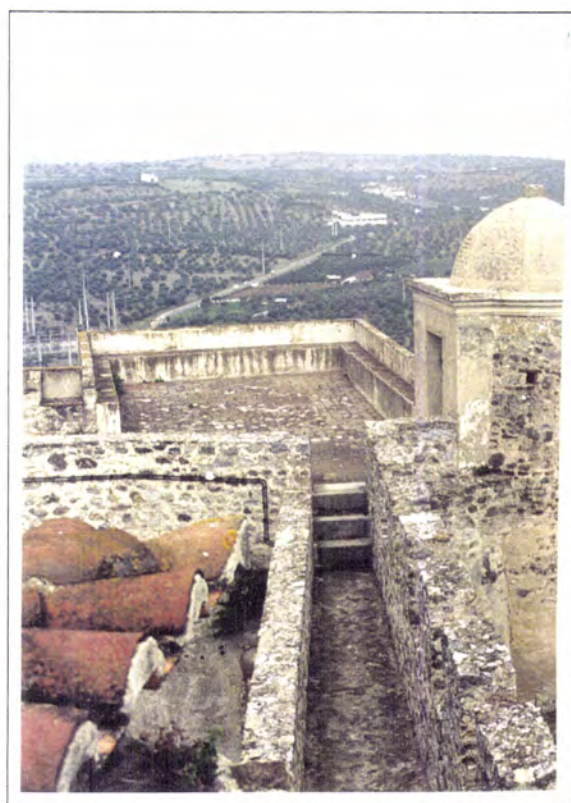


Fig. 6.4.27 - Castelo de Elvas. Adarve NE. Ao fundo, o eirado da torre N



Fig. 6.4.28 - Carta aerofotogramétrica da cidade de Elvas, D. G. S. U. Câmara Municipal de Elvas, 1976

155 m
0



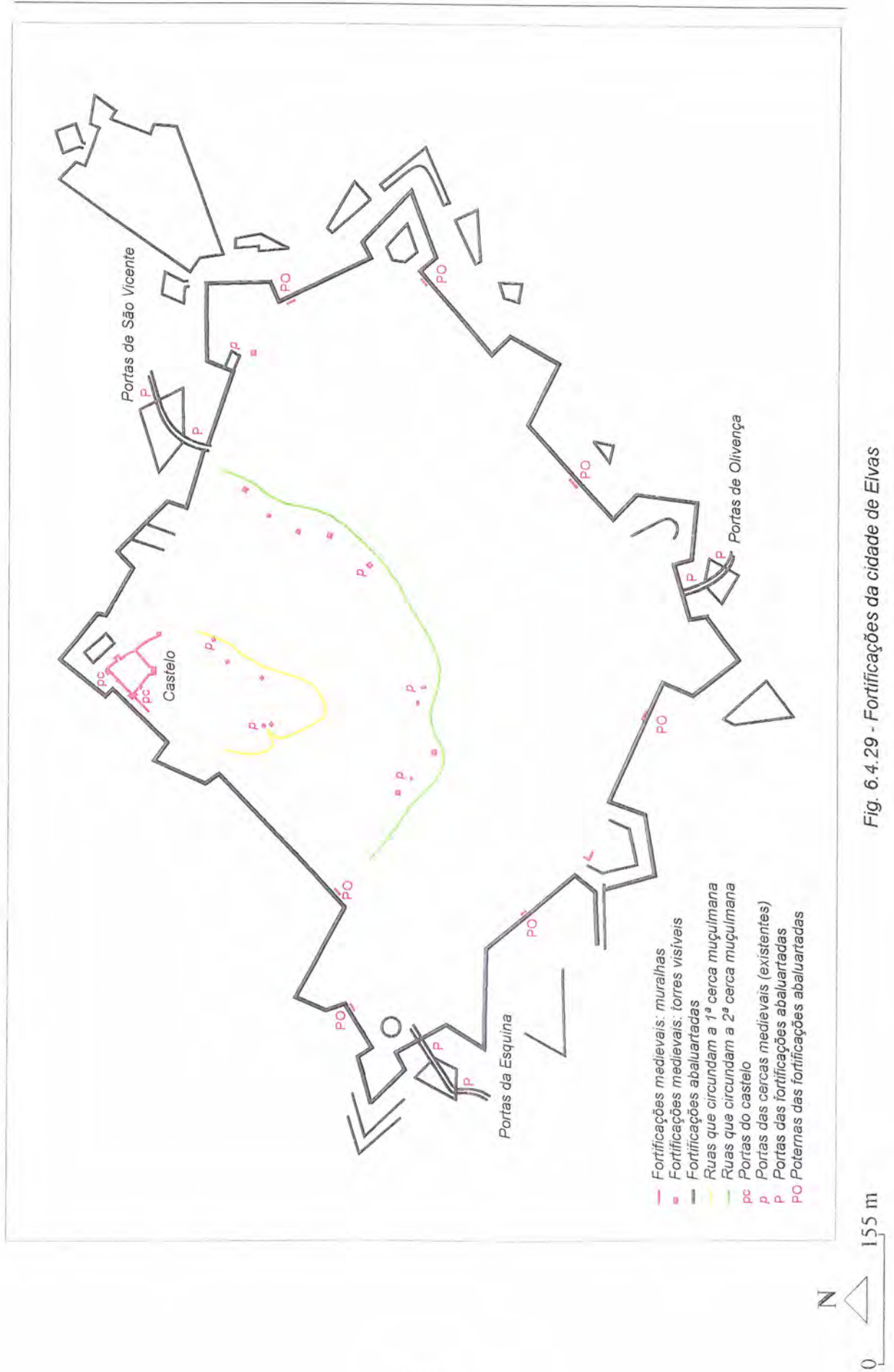
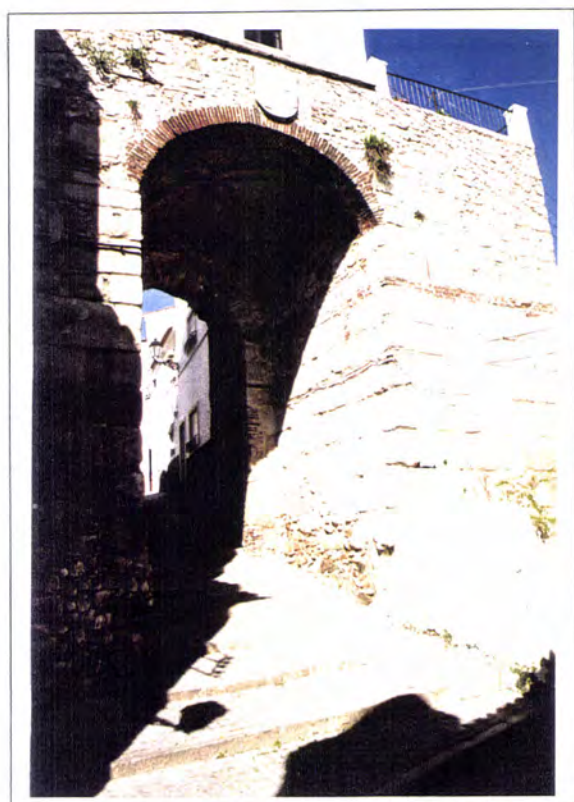


Fig. 6.4.29 - Fortificações da cidade de Elvas



*Fig. 6.4.30 - Primeira cerca urbana de Elvas. Ligação ao castelo.
Torreão*



*Fig. 6.4.31 - Primeira cerca urbana de Elvas.
Porta ou Arco do Miradeiro*



*Fig. 6.4.32 - Primeira cerca urbana de Elvas.
Arco do Miradeiro antes da sua alteração*

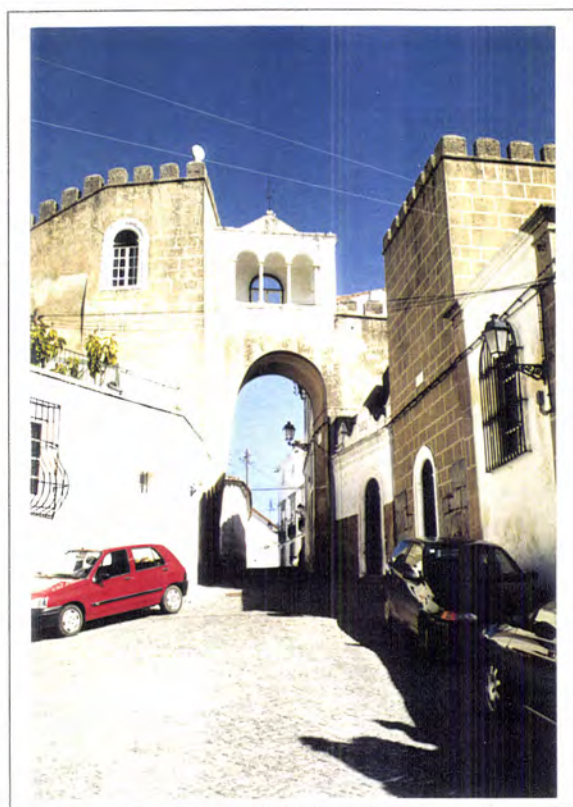
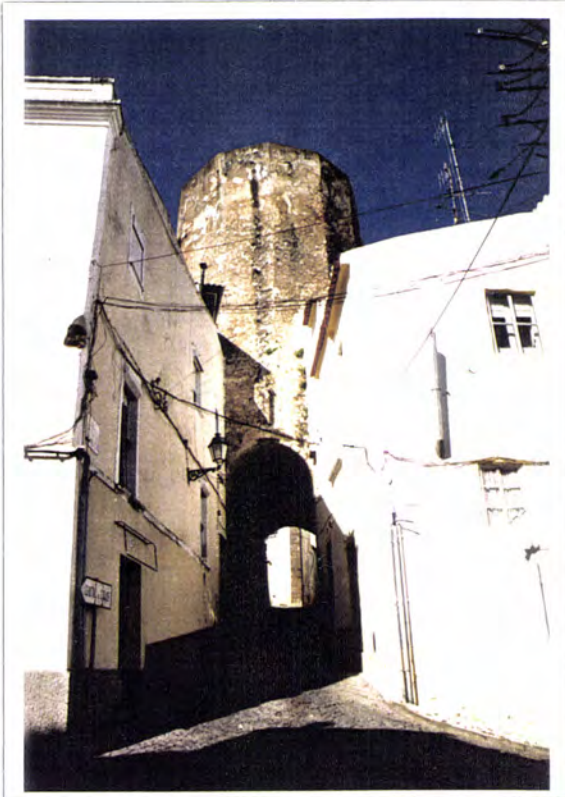


Fig. 6.4.33 - Primeira cerca urbana de Elvas. Portas do Templo



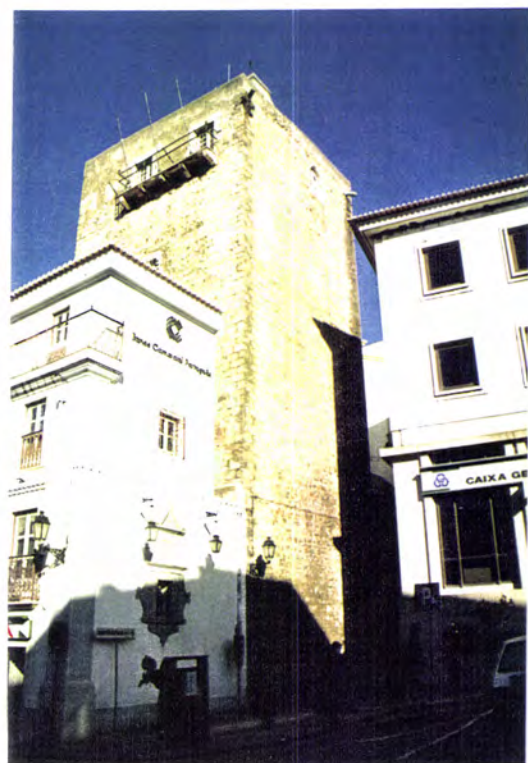
Fig. 6.4.34 - Segunda cerca urbana de Elvas. Quatro torreões visíveis das Portas de São Vicente



*Fig. 6.4.35 - Segunda cerca urbana de Elvas.
Porta Nova ou de Nossa Senhora da Encarnação*



*Fig. 6.4.36 - Segunda cerca urbana de Elvas.
Porta da Praça*



*Fig. 6.4.37 - Segunda cerca urbana de Elvas.
Torre da Cadeia ou "Fernandina"*

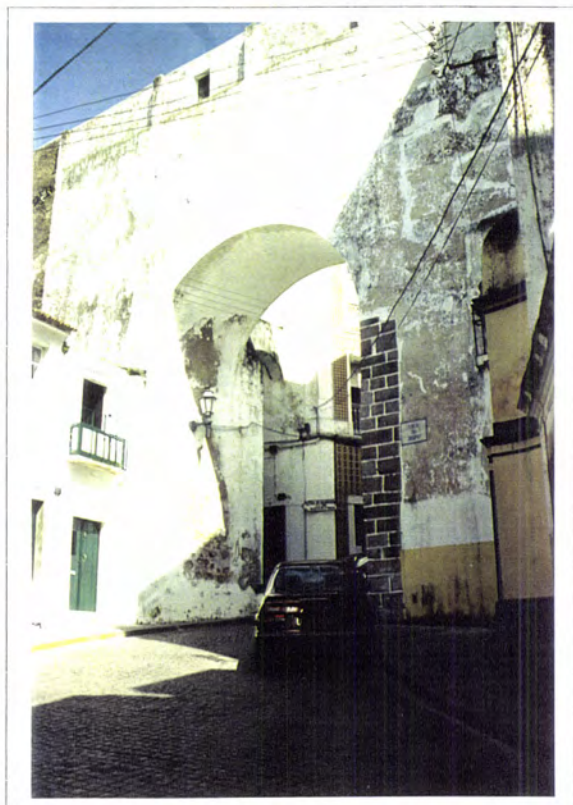


Fig. 6.4.38 - Segunda cerca urbana de Elvas.
Arco do Bispo

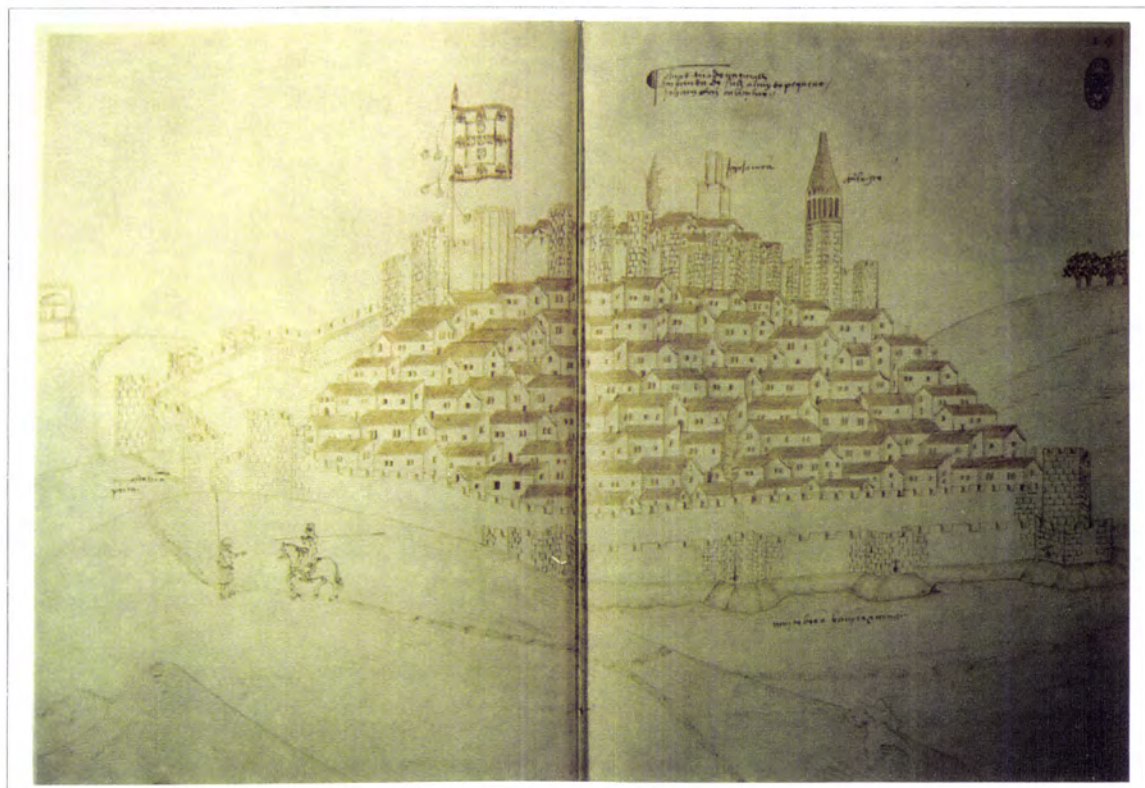


Fig. 6.3.39 - Cerca fernandina de Elvas. Desenho de Duarte de Armas (de S para N)

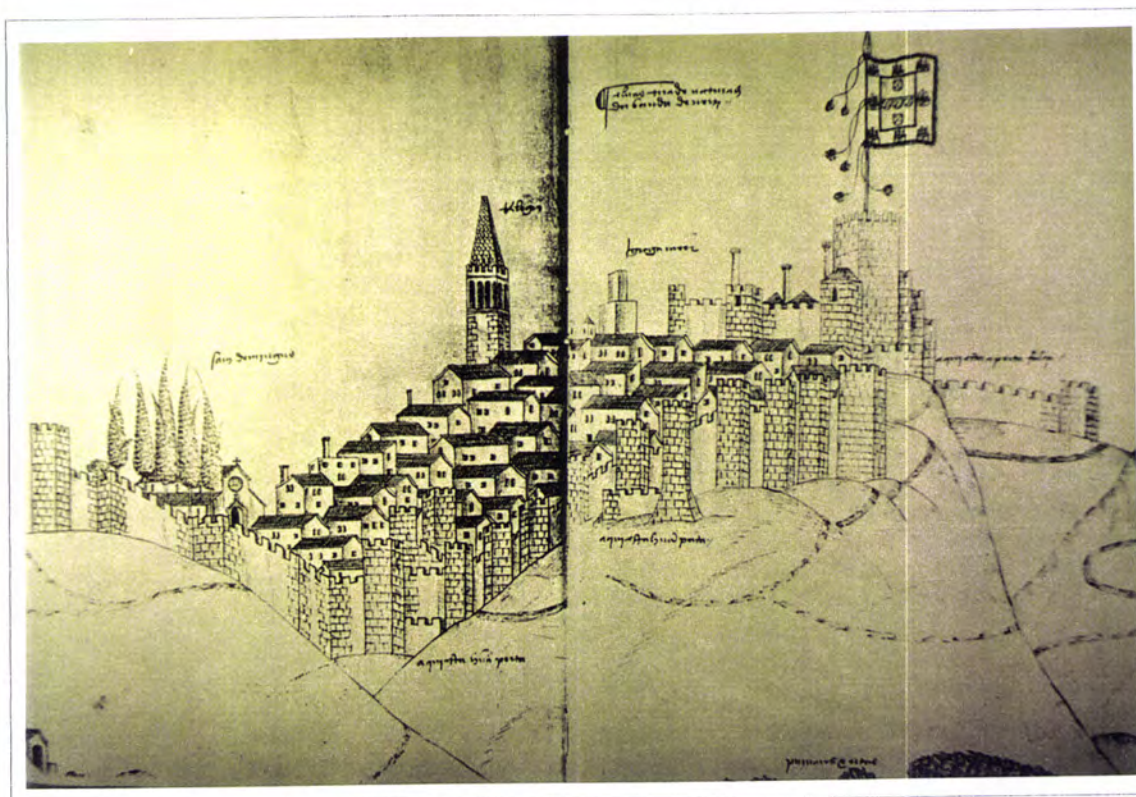


Fig. 6.4.40 - Cerca fernandina de Elvas. Desenho de Duarte de Armas (de N para S)



Fig. 6.4.41 - Torreão da cerca fernandina no Regimento de Infantaria 8. Ao fundo, troço de muralha que engloba a cortina entre os baluartes do Casarão e da Porta Velha

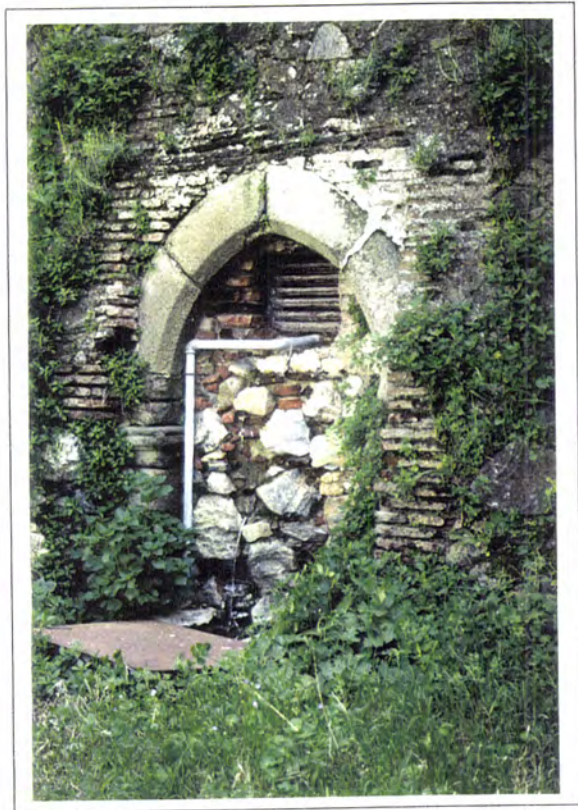


Fig. 6.4.42 - Fortificação abaluartada de Elvas. Integração da antiga Porta Velha



Fig. 6.4.43 - Cerca fernandina de Elvas. Torreão ameado junto ao Baluarte de São João de Deus

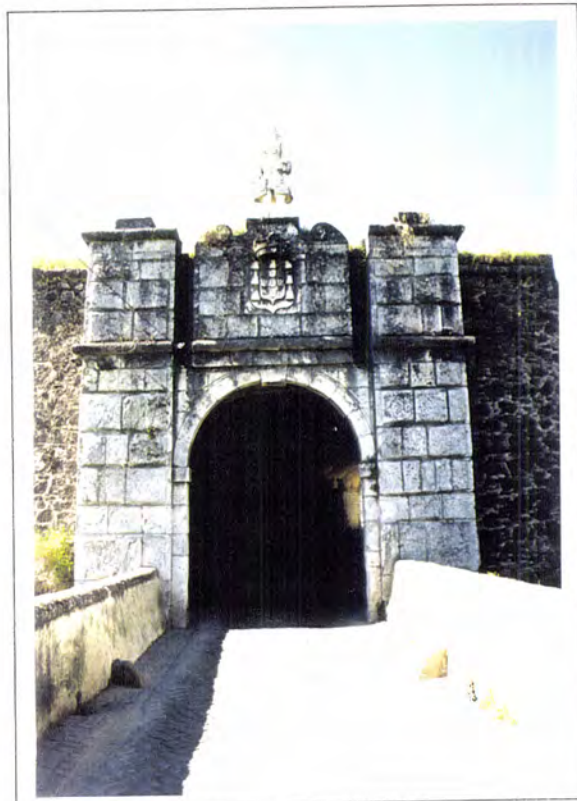


Fig. 6.4.44 - Fortificação abaluartada de Elvas. Porta exterior de São Vicente, encimada pela imagem de um mosqueteiro

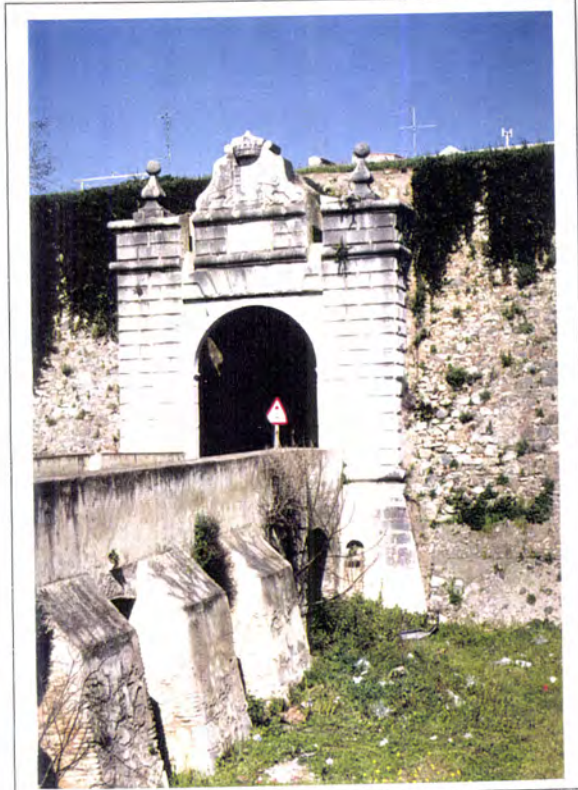


Fig. 6.4.45 - Fortificação abaluartada de Elvas. Porta interior de Olivença



Fig. 6.4.46 - Fortificação abaluartada de Elvas. Cortina com poterna entre o Baluarte de Olivença e o de São João de Deus



Fig. 6.4.47 - Fortificação abaluartada de Elvas. Baluarte de São João de Deus com cavaleiro



*Fig. 6.4.48 - Fortificação abaluartada de Elvas.
Porta interior da Esquina*



*Fig. 6.4.49 - Fortificação abaluartada de Elvas.
Baluarte de Nossa Senhora da Conceição*



*Fig. 6.4.50 - Fortificação abaluartada de Elvas.
Meio baluarte do Trem ou do Cesto da Gávea*



*Fig. 6.4.51 - Fortificação abaluartada de Elvas.
Meio baluarte do Príncipe*



Fig. 6.4.52 - Fortificação abaluartada de Elvas. Meio baluarte de São João da Corujeira



Fig. 6.4.53 - Fortificação abaluartada de Elvas. Obra Coroa



Fig. 6.4.54 - Fortificação abaluartada de Elvas. Poterna da cortina entre o Baluarte da Porta Velha e o Baluarte do Casarão

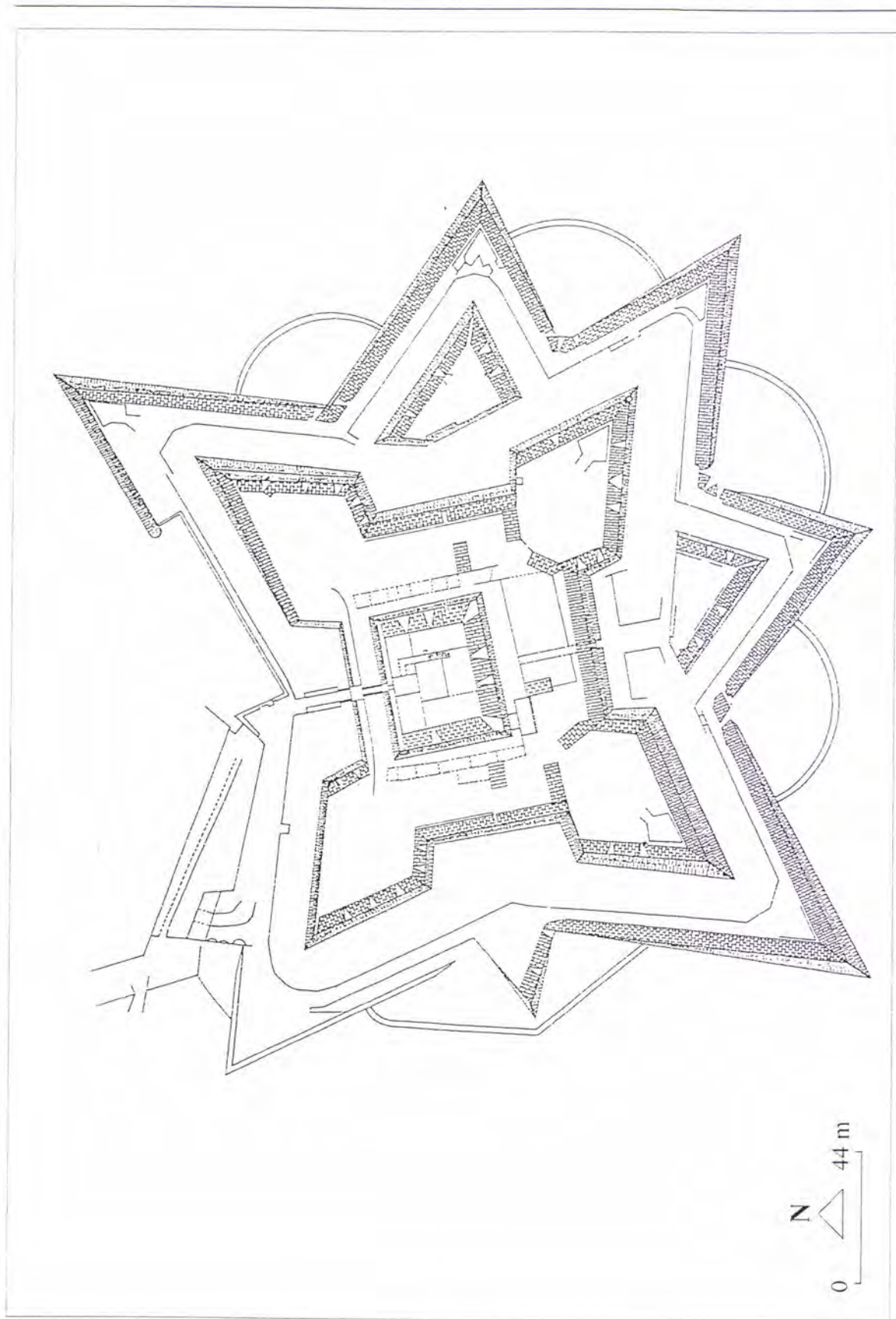


Fig. 6.4.55 - Fortificações de Elvas. Planta geral do Forte de Santa Luzia (desenho DGEMN)



*Fig. 6.4.56 - Forte de Santa Luzia.
Covas de lobo*



*Fig. 6.4.57 - Forte de Santa Luzia. Porta exterior
(durante as obras de restauro, 1999)*



Fig. 6.4.58 - Forte de Santa Luzia. Fosso e porta interior



Fig. 6.4.59 - Forte de Santa Luzia. Ala E do segundo fosso



Fig. 6.4.60 - Forte de Santa Luzia. Ala S do segundo fosso

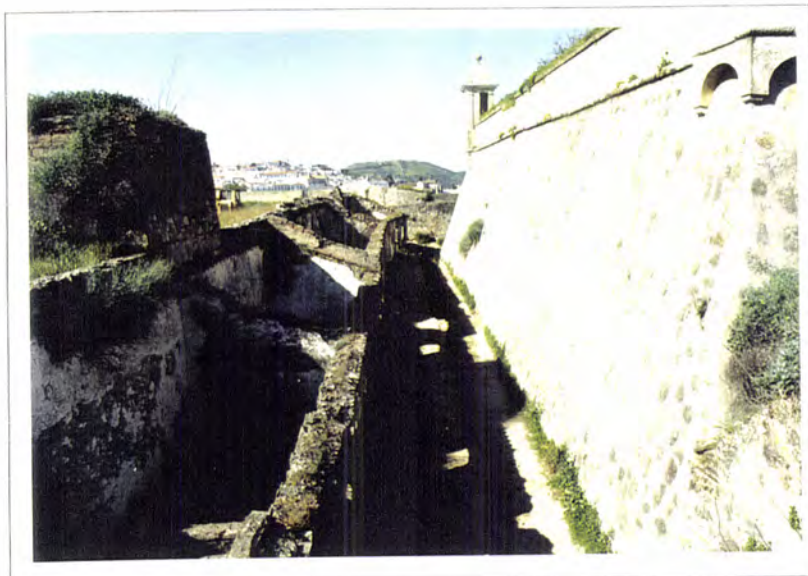


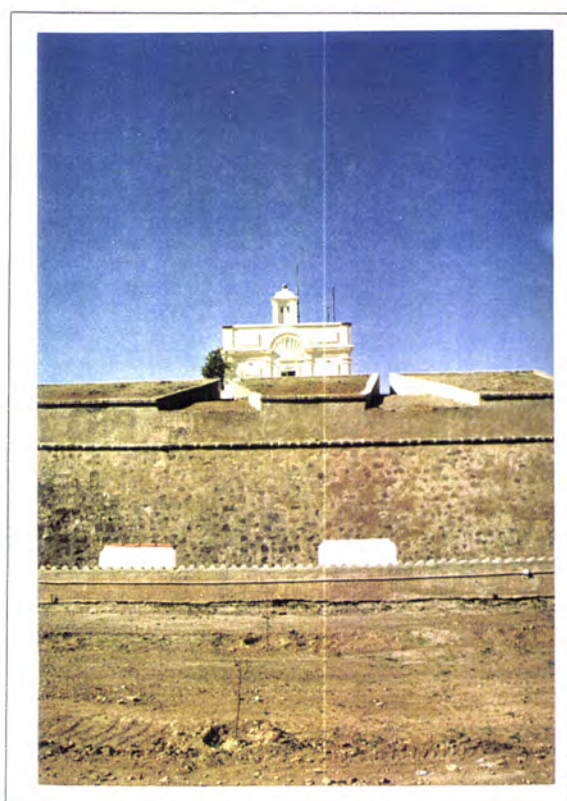
Fig. 6.4.61 - Forte de Santa Luzia. Ala O do segundo fosso



*Fig. 6.4.62 - Forte de Santa Luzia. Ala S do segundo fosso.
Paiol transformado em caserna*



*Fig. 6.4.63 - Forte de Santa Luzia.
Passadiço de acesso ao reduto central
(durante as obras de restauro, 1999)*



*Fig. 6.4.64 - Forte de Santa Luzia.
Reduto central
(durante as obras de restauro, 1999)*



Fig. 6.4.65 - Forte de Santa Luzia. Casa do Governador e eirado (durante as obras de restauro, 1999)

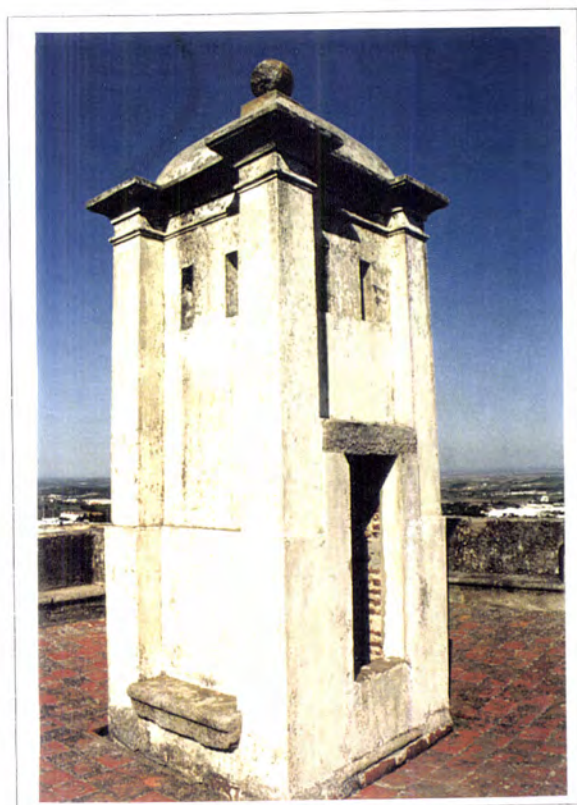


Fig. 6.4.66 - Forte de Santa Luzia. Terraço e lanterna da Casa do Governador

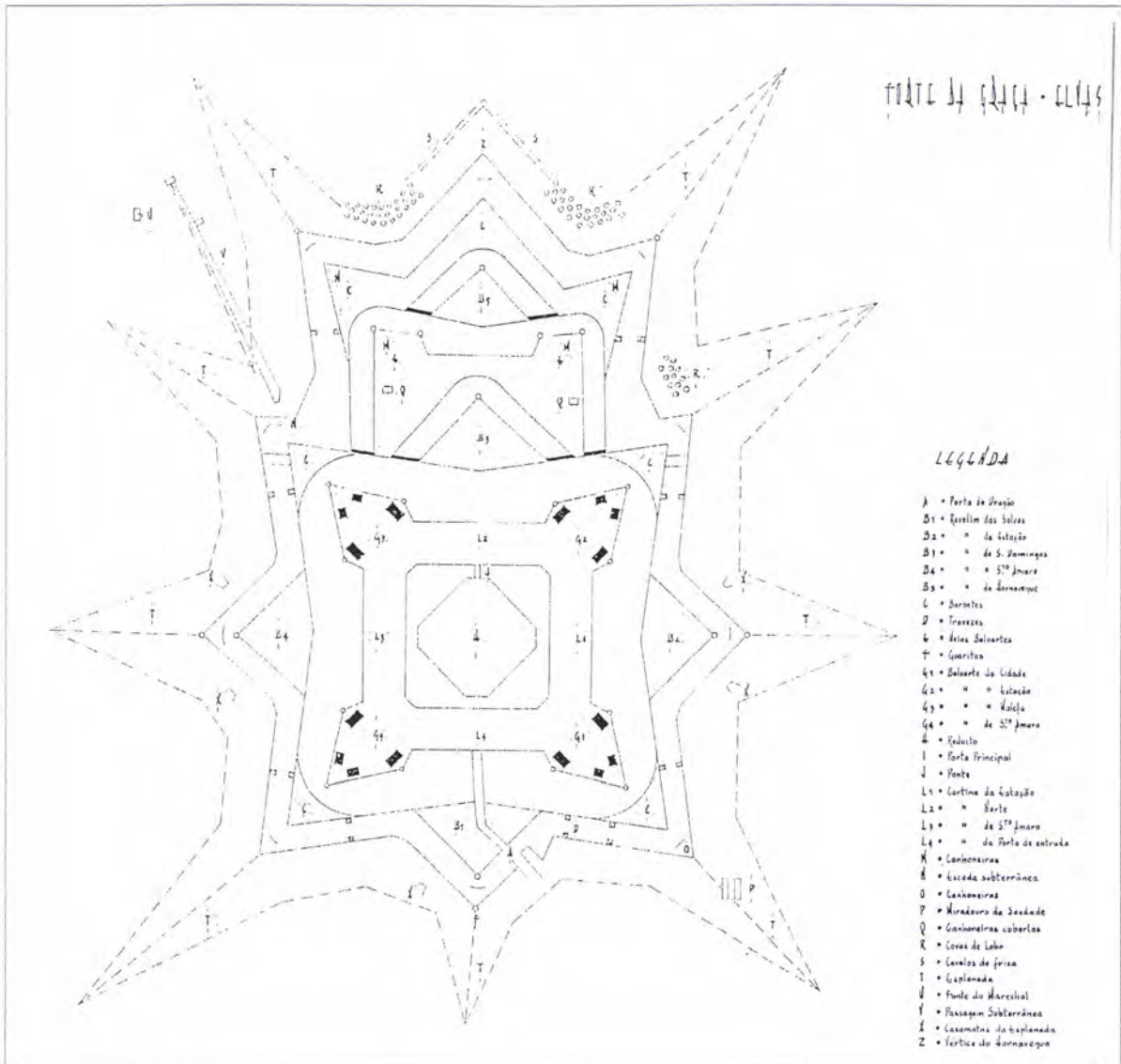


Fig. 6.4.67 - Fortificações de Elvas. Forte da Graça. Planta geral (desenho DGEMN)



*Fig. 6.4.68 - Forte da Graça.
Caminho coberto da 1ª linha de defesa e 1º fosso*



Fig. 6.4.69 - Forte da Graça. Obra corna

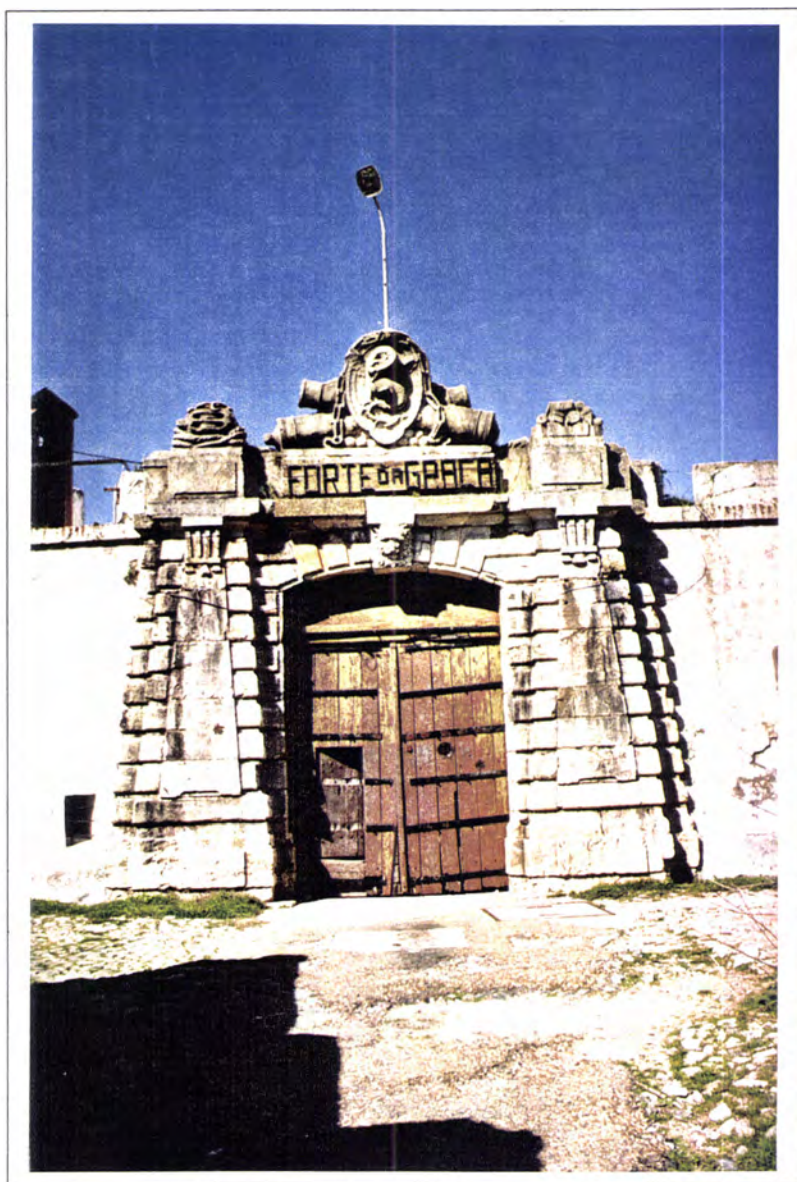


Fig. 6.4.70 - Forte da Graça. Porta exterior ou do Dragão



Fig. 6.4.71 - Forte da Graça. Primeiro fosso e porta interior



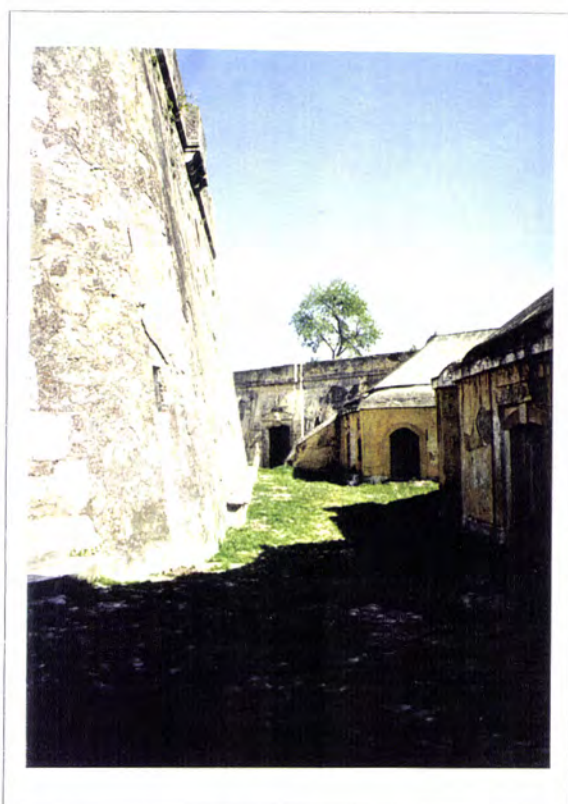
Fig. 6.4.72 - Forte da Graça. Frestas das casernas localizadas na base dos baluartes e das cortinas. Porta de entrada e canhoeira



Fig. 6.4.73 - Forte da Graça. Frestas das casernas localizadas na base da contra-escarpa



*Fig. 6.4.74 - Forte da Graça.
Vivendas para oficiais sobre os baluartes*



*Fig. 6.4.75 - Forte da Graça.
Segundo fosso e reduto central*



*Fig. 6.4.76 - Forte da Graça. Reduto central.
Um dos dois grandes corredores,
perpendiculares, ao nível do primeiro piso*

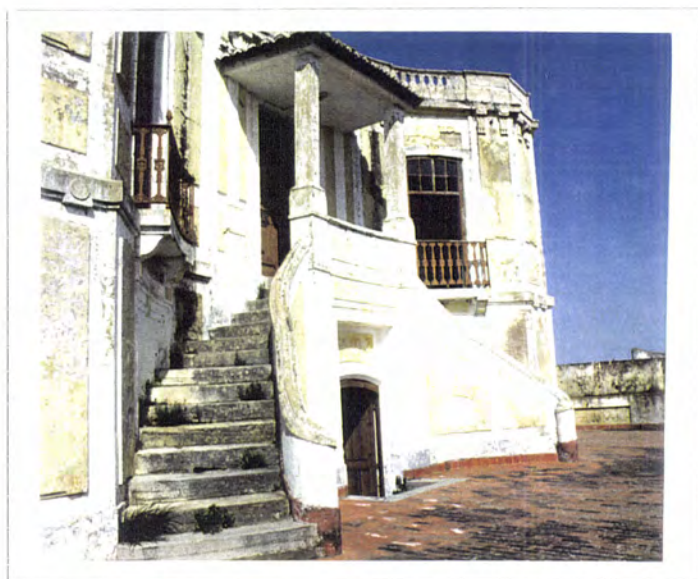


Fig. 6.4.77 - Forte da Graça. Casa do Governador. Terraço

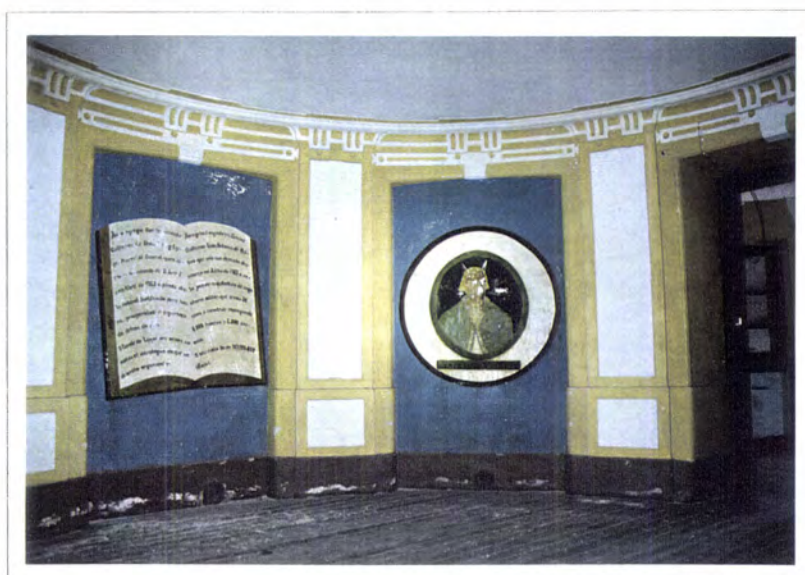


Fig. 6.4.78 - Forte da Graça. Casa do Governador. Sala central do 4º piso

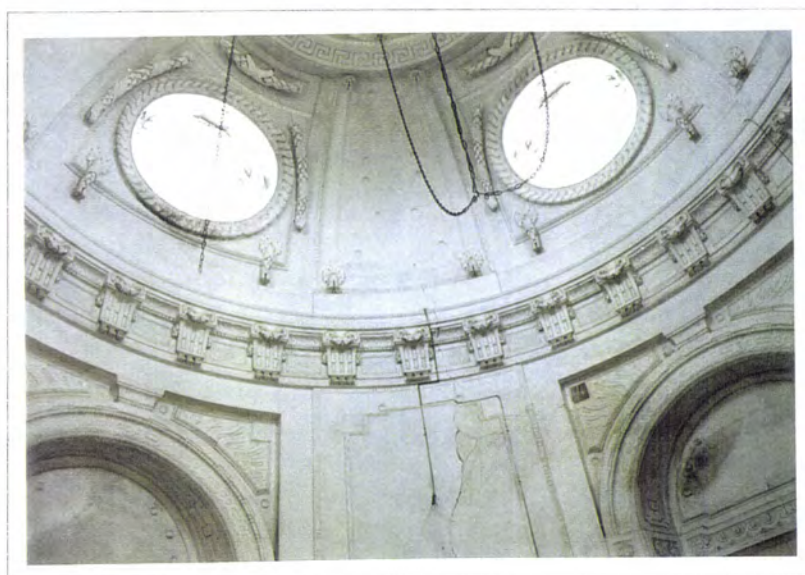


Fig. 6.4.79 - Forte da Graça. Casa do Governador. Tecto da sala central do 5º piso



Fig. 6.4.80 - Elvas. Quartéis para alojamento de tropas, junto ao castelo, posteriormente demolidos (foto s. d.). Existem destas instalações na Rua dos Quartéis, por exemplo



Fig. 6.4.81 - Elvas. Edifício do Trem



Fig. 6.4.82 - Elvas. Paio de Santa Bárbara



Fig. 6.4.83 - Elvas.
Paiol da Conceição



Fig. 6.4.84 - Elvas.
Casa das Barcas



Fig. 6.4.85 - Fortificações de Elvas.
Castelo. Paramento



Fig. 6.4.86 - Fortificações abaluartadas de
Elvas. Paramento com vestígios de reboco

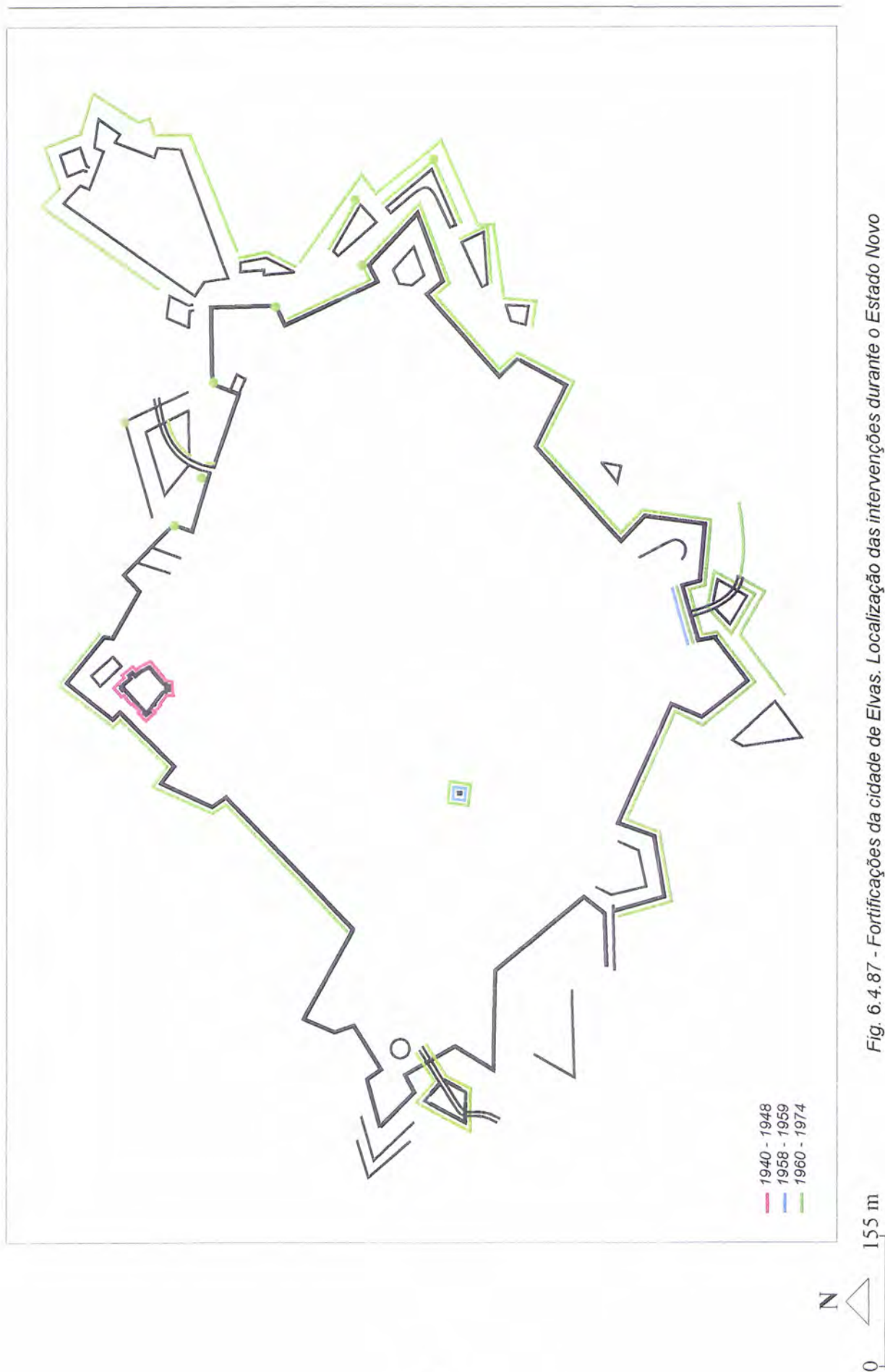


Fig. 6.4.87 - Fortificações da cidade de Elvas. Localização das intervenções durante o Estado Novo

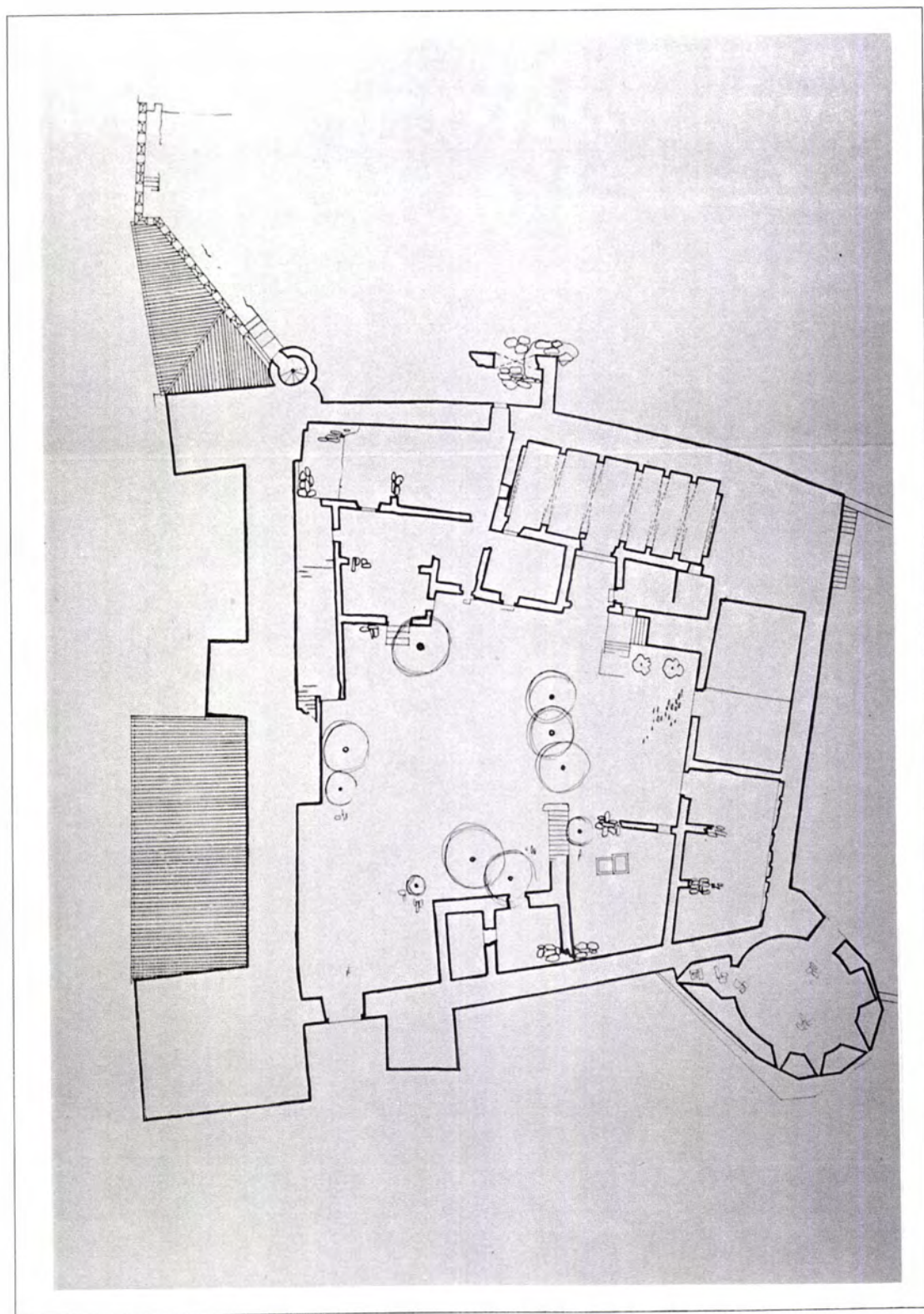


Fig. 6.4.88 - Planta do piso térreo do Castelo de Elvas antes das intervenções (1940-1948)
(In Boletim Monumentos n.º 54, DGE MN, 1948)

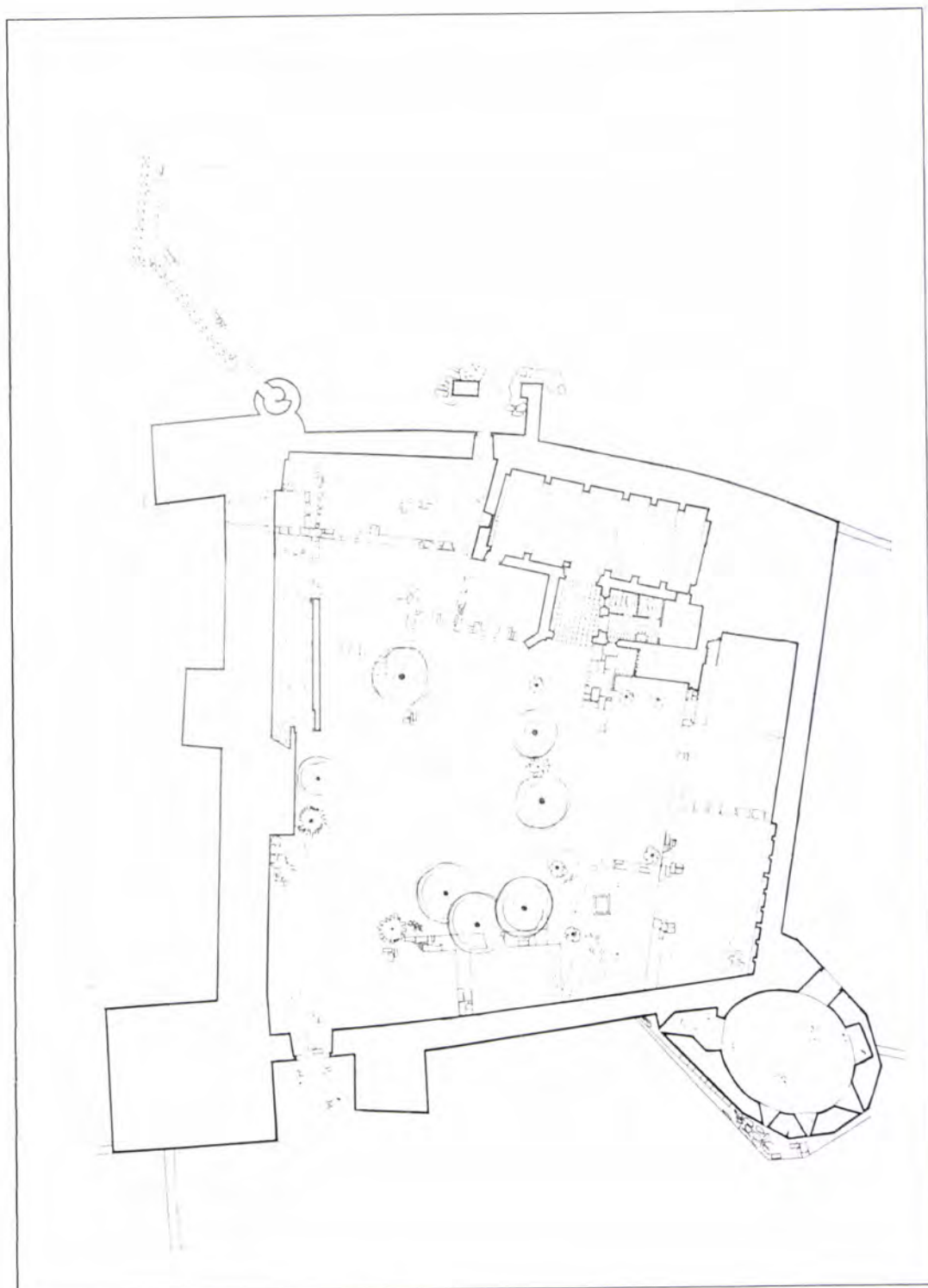


Fig. 6.4.89 - Planta do piso térreo do Castelo de Elvas depois das intervenções (1940-1948)
(In Boletim Monumentos n.º 54, DGEMN, 1948)

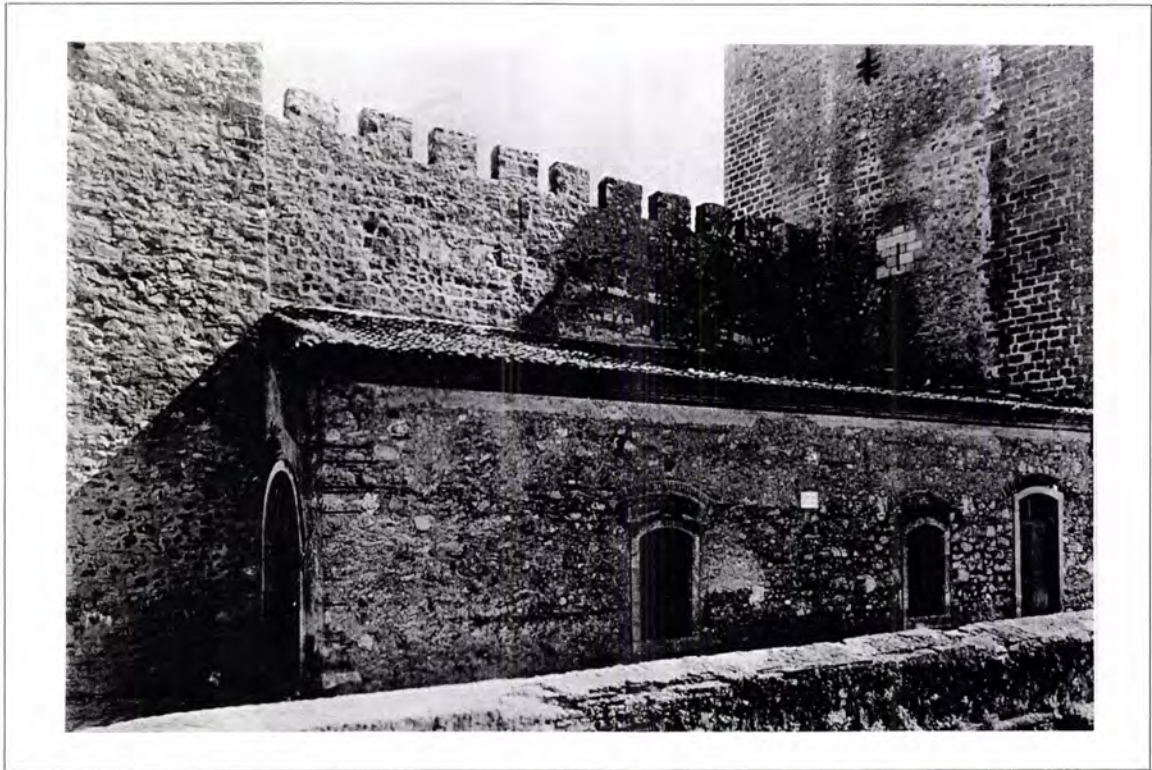


Fig. 6.4.90 - Castelo de Elvas. Um dos edifícios adossados às muralhas NO, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.91 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)

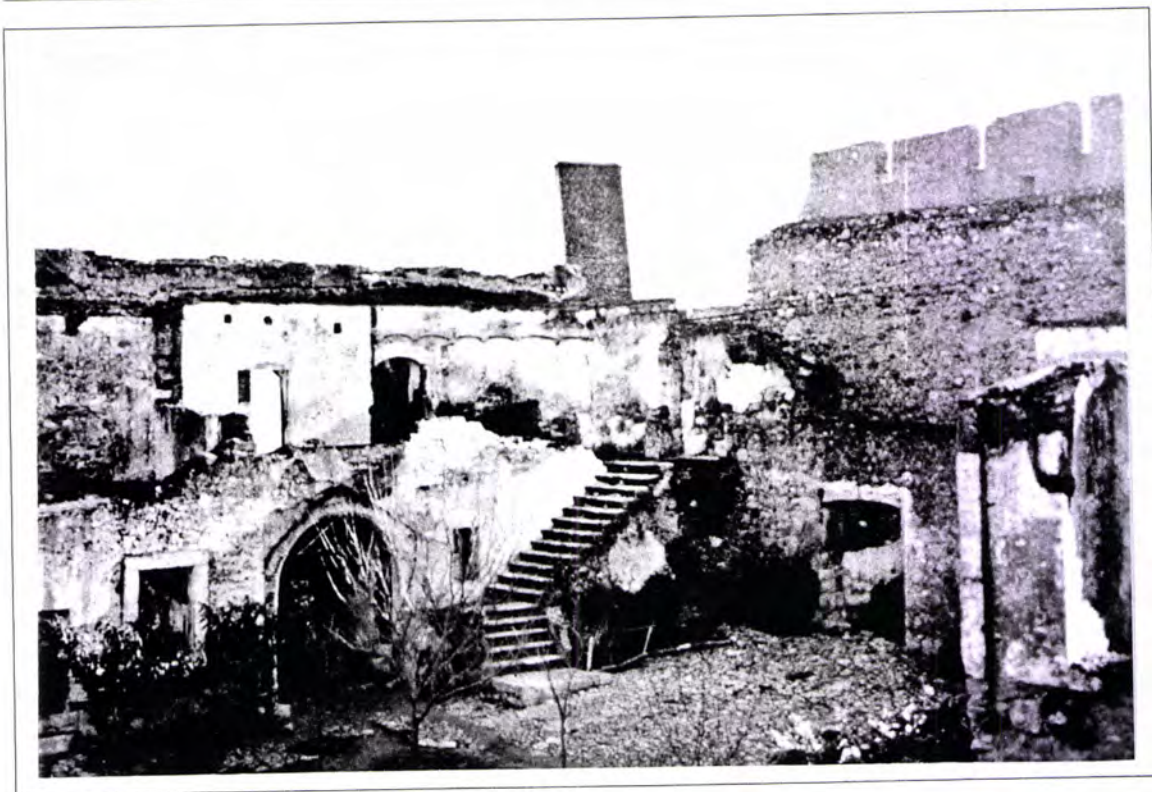


Fig. 6.4.92 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)

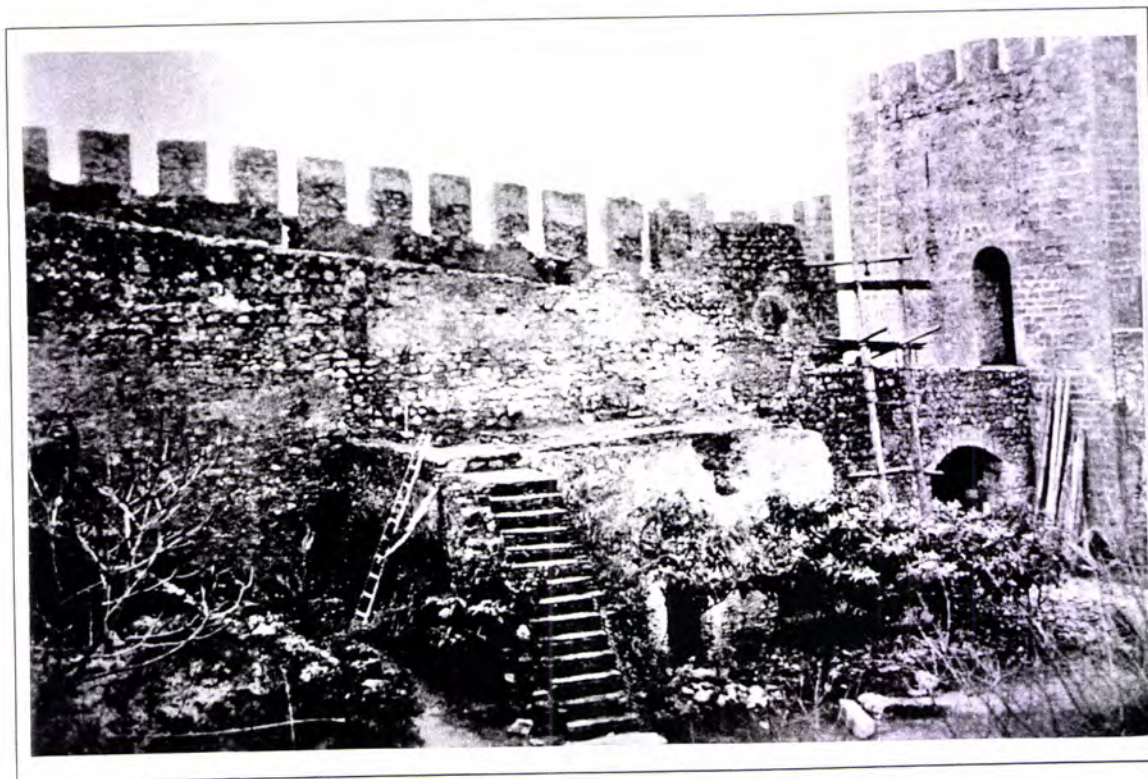


Fig. 6.4.93 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)

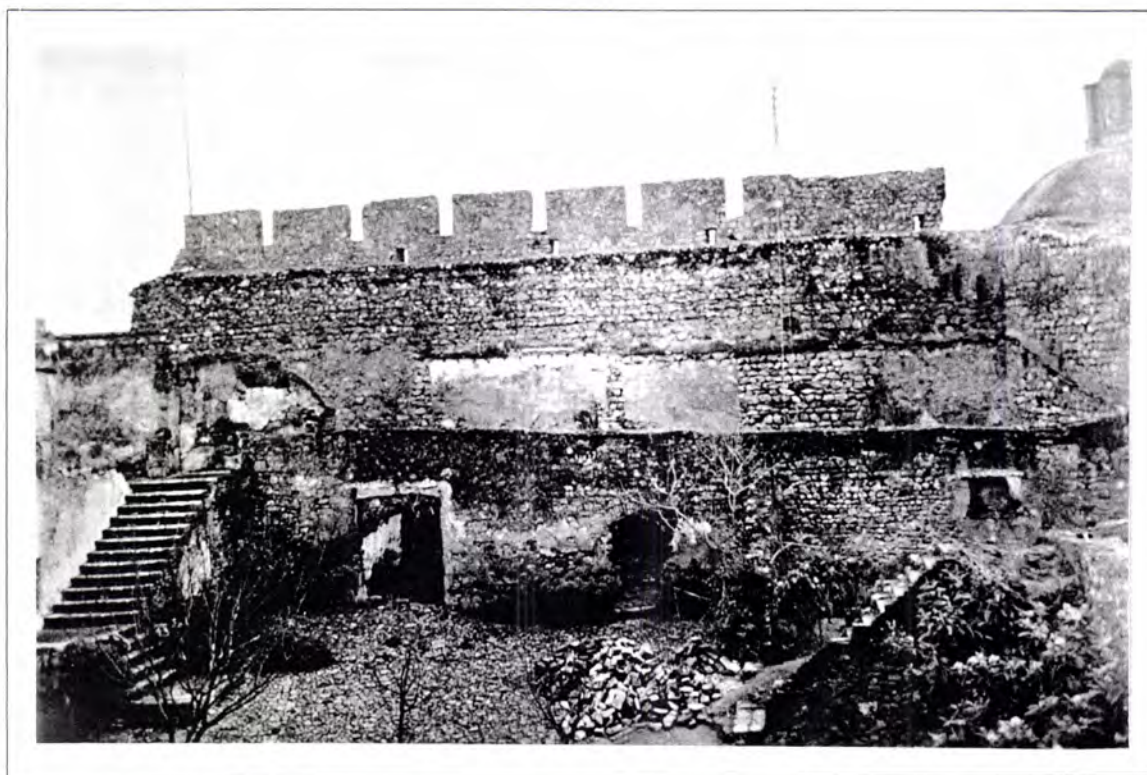


Fig. 6.4.94 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)

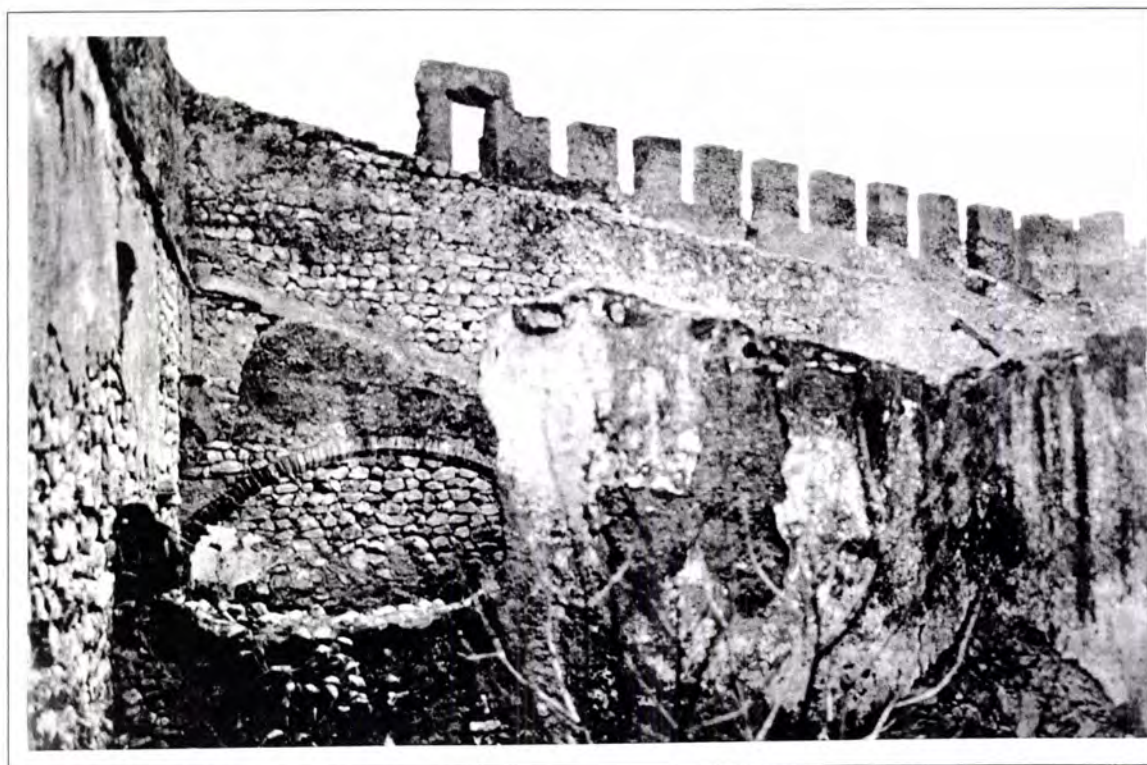


Fig. 6.4.95 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.96 - Castelo de Elvas. Edificações do pátio, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.97 - Castelo de Elvas. Alcaidaria, depois da intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.98 - Castelo de Elvas. Alcaidaria. Portal da sala do piso térreo antes das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.99 - Castelo de Elvas. Porta da entrada (Porta da Vila) antes das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.100 - Castelo de Elvas. Porta da entrada (Porta da Vila) depois das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)

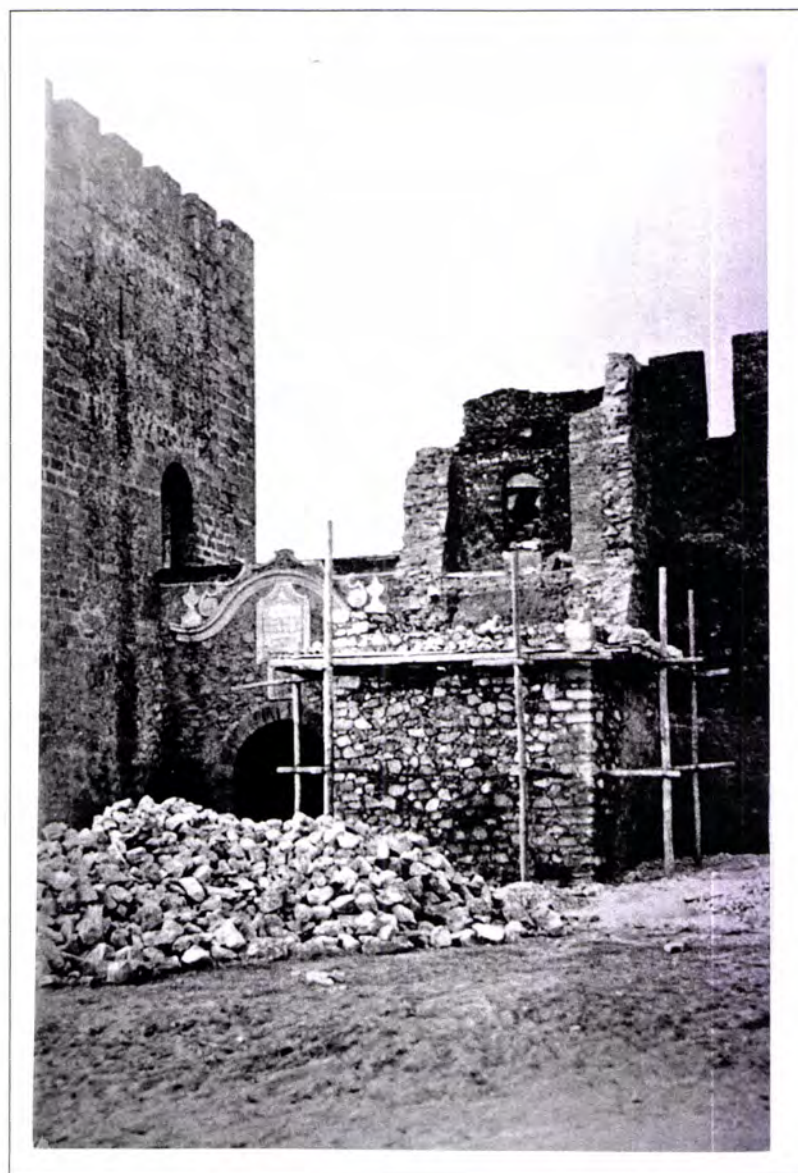


Fig. 6.4.101 - Castelo de Elvas. Torreão que ladeia a entrada, durante as intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)

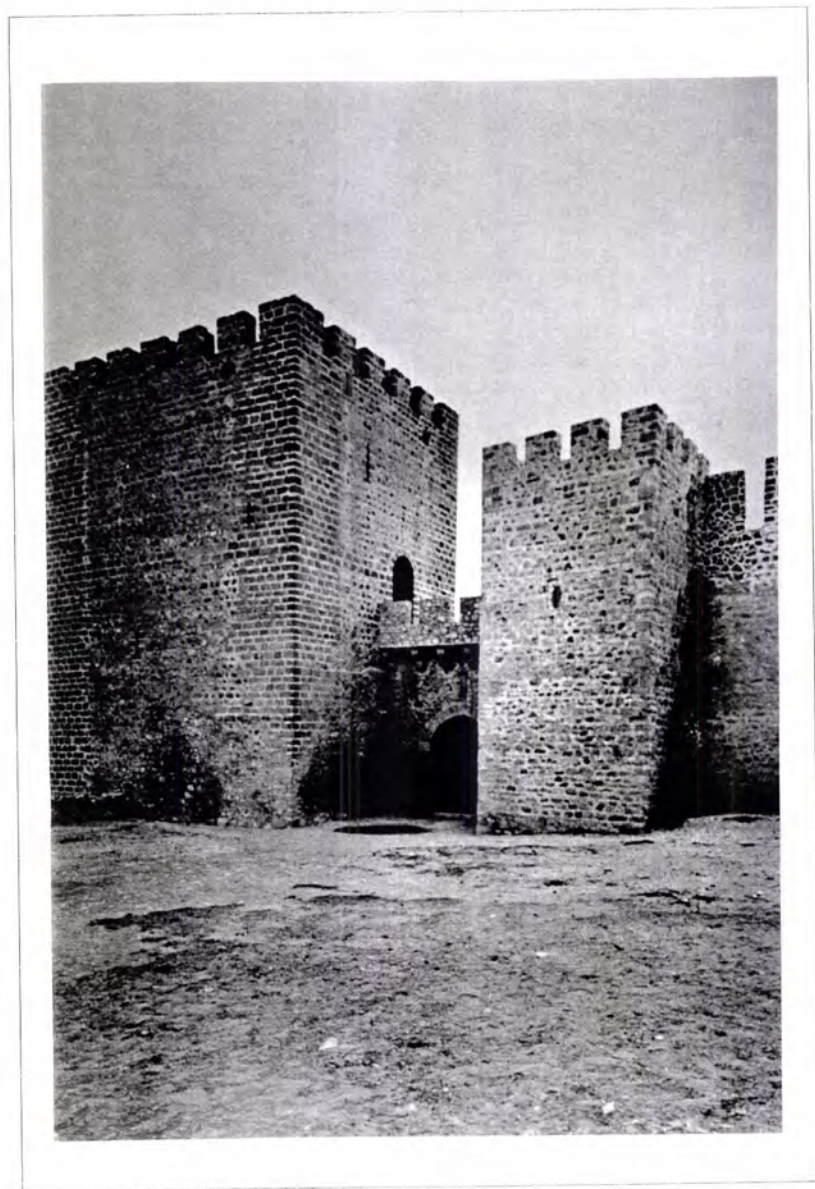


Fig. 6.4.102 - Castelo de Elvas. Torreão que ladeia a entrada, depois das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.103 - Castelo de Elvas. Quadrela NE, vista do exterior, antes das demolições efectuadas durante a intervenção (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.104 - Castelo de Elvas. Quadrela NE, vista do exterior, depois das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)

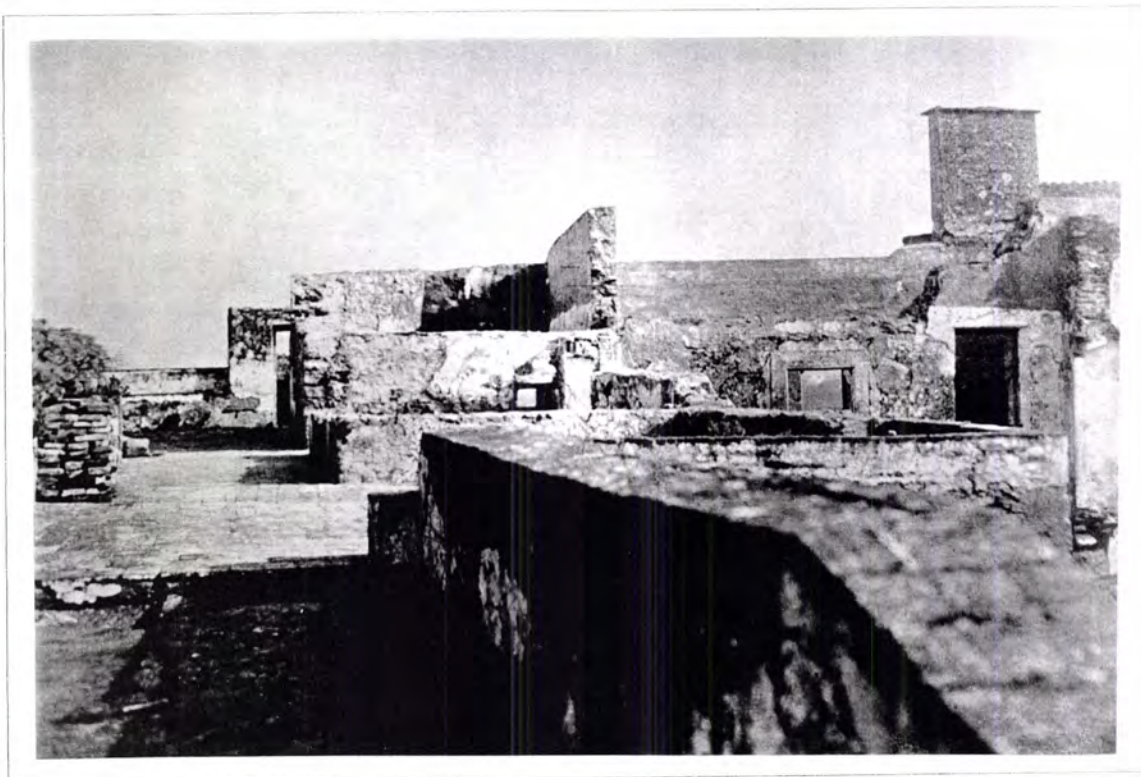


Fig. 6.4.105 - Castelo de Elvas. Construções a N da alcaidaria, antes das demolições efectuadas durante as intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.106 - Castelo de Elvas. Eirado da torre de menagem, antes das intervenções (1940-1948) (foto DGEMN)



Fig. 6.4.107 - Fortificações abaluartadas de Elvas. Porta da Esquina, antes das intervenções de 1966/1977 (foto DGEMN)

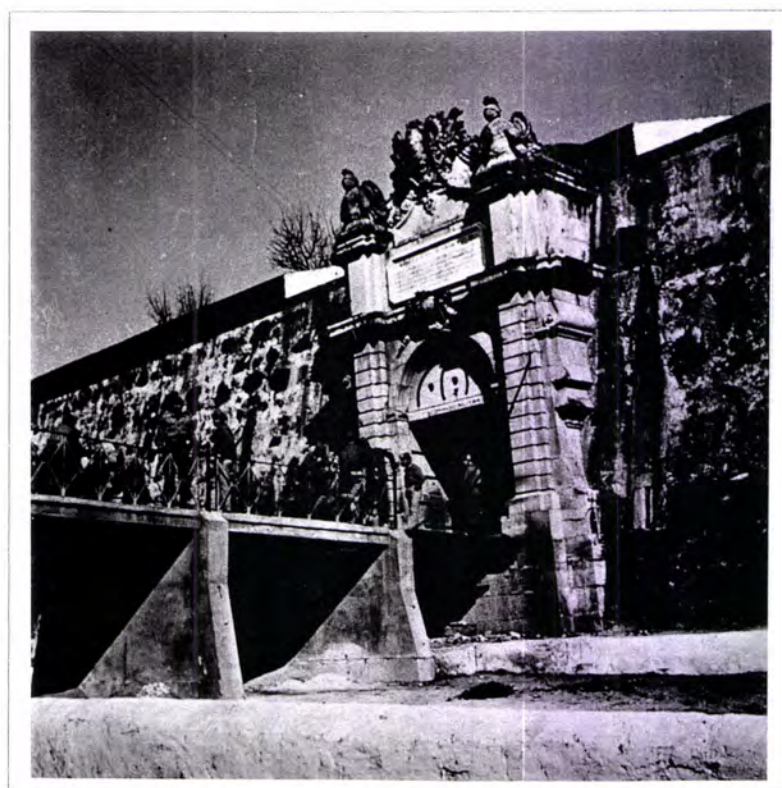


Fig. 6.4.108 - Forte da Graça. Ponte sobre o primeito fosso, antes das intervenções de 1971/1972 (foto DGEMN)

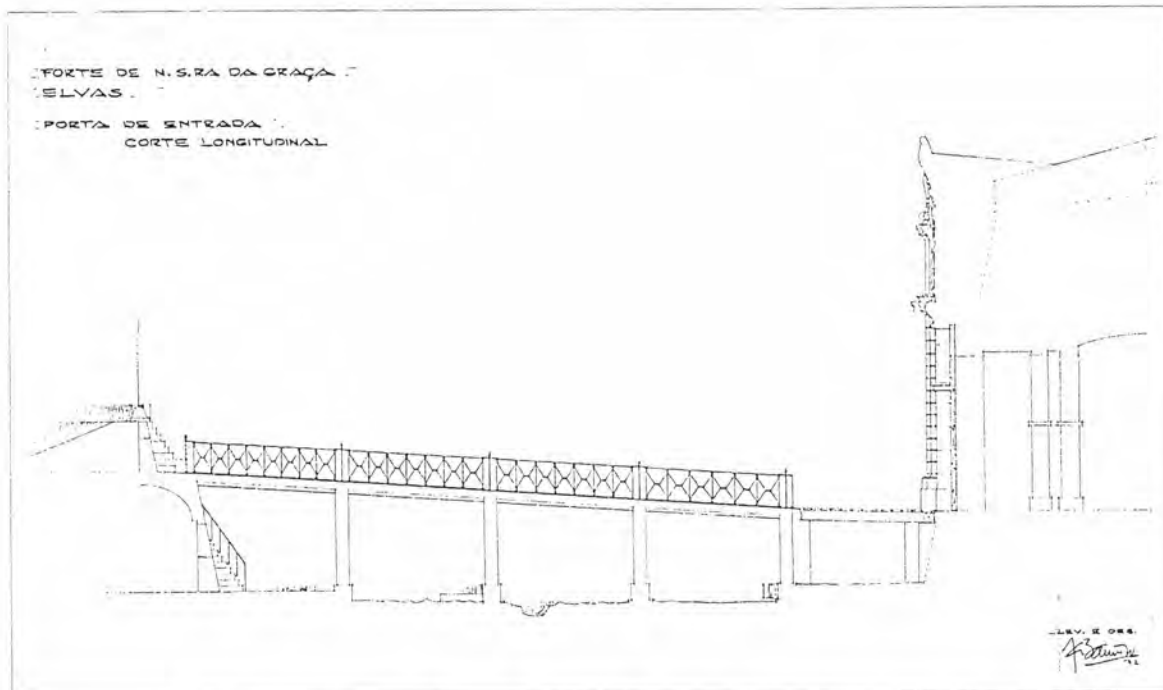


Fig. 6.4.109 - Forte da Graça. Desenho da ponte sobre o primeiro fosso, antes das intervenções de 1971/1972 (desenho DGEMN)

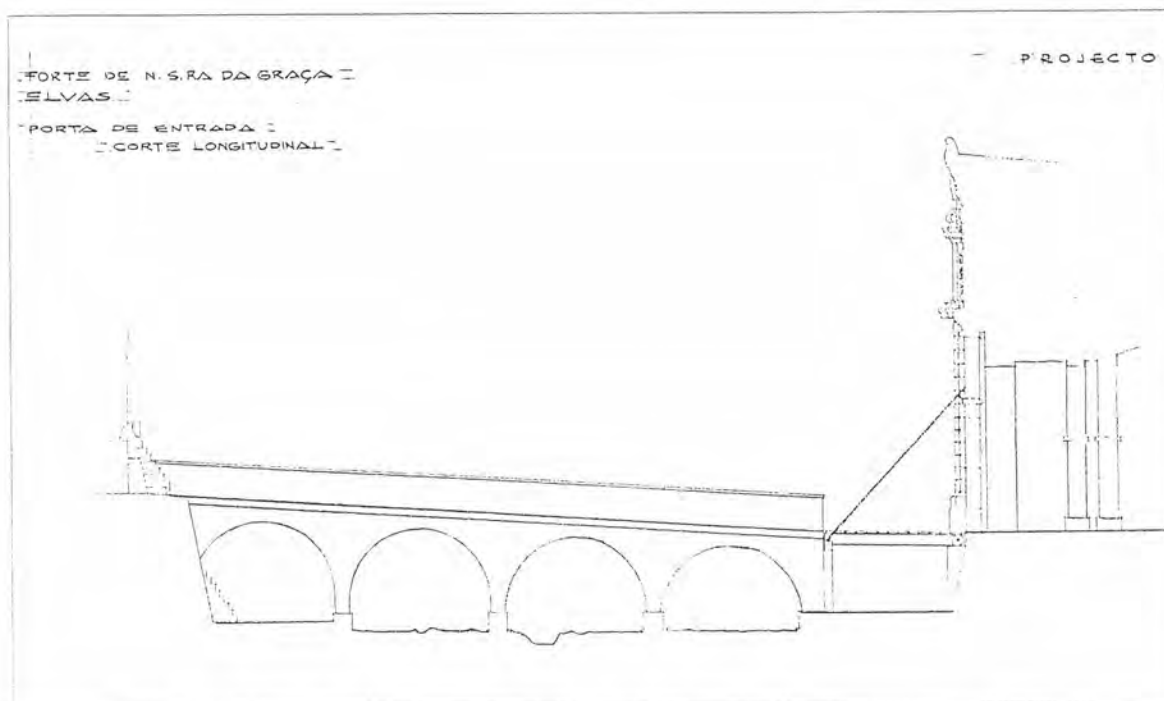


Fig. 6.4.110 - Forte da Graça. Desenho da ponte sobre o primeiro fosso. Projecto seguido nas intervenções de 1971/1972 (desenho DGEMN)

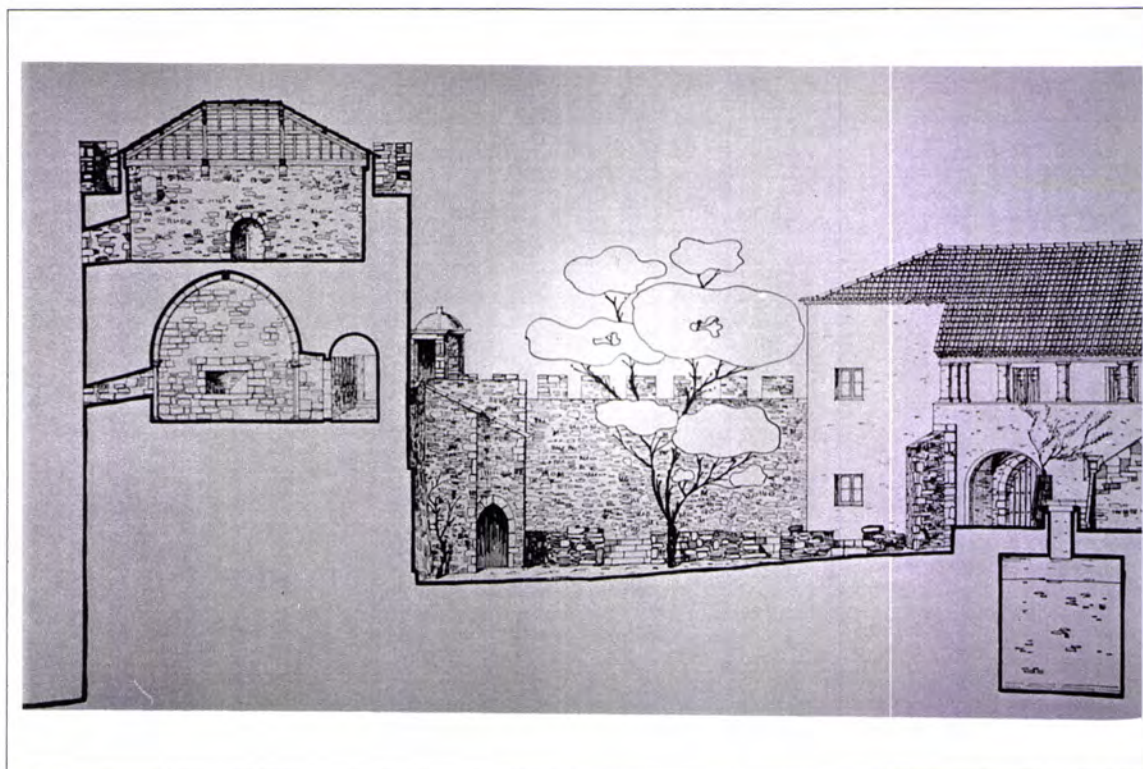


Fig. 6.4.111 - Castelo de Elvas. Corte O/E pela Torre de Menagem
(In Boletim Monumentos nº 54, DGEMN, 1948)

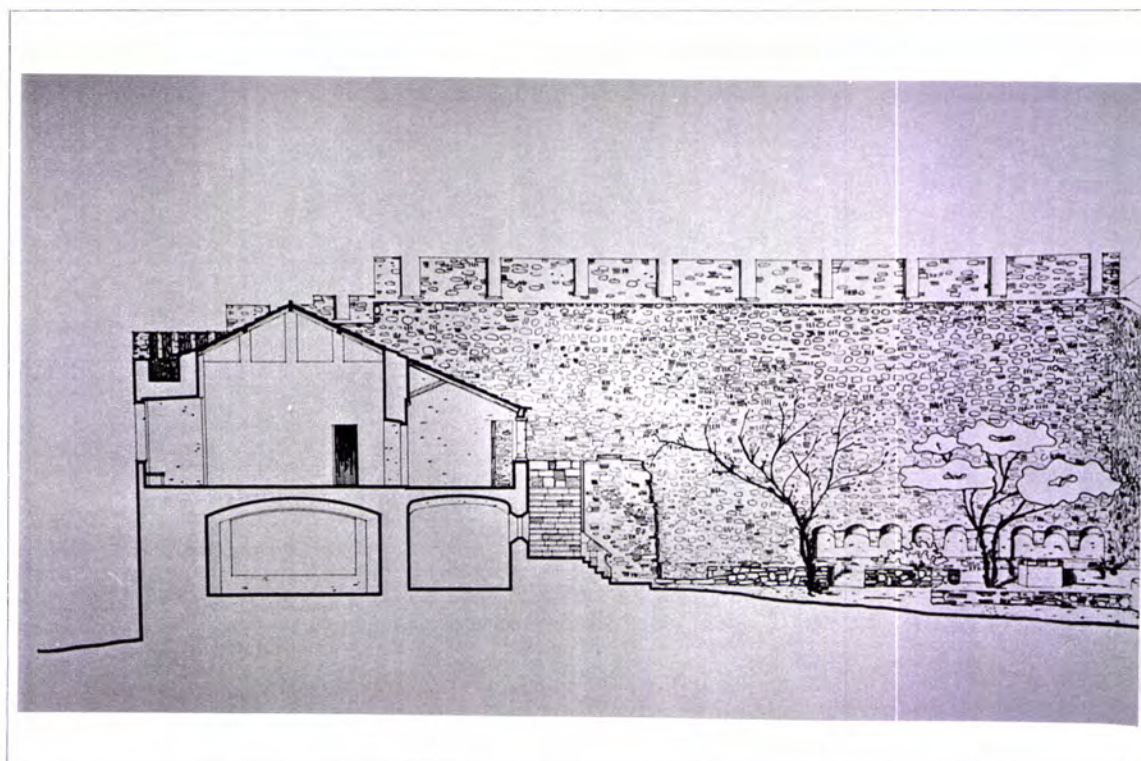
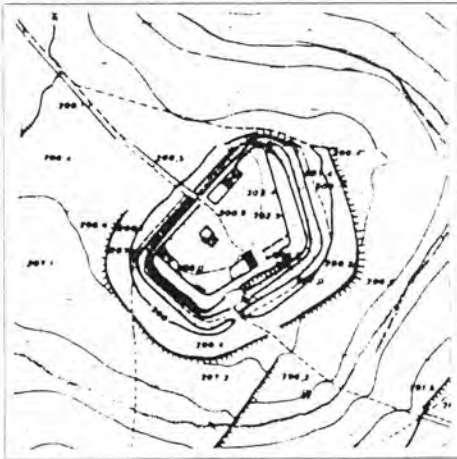
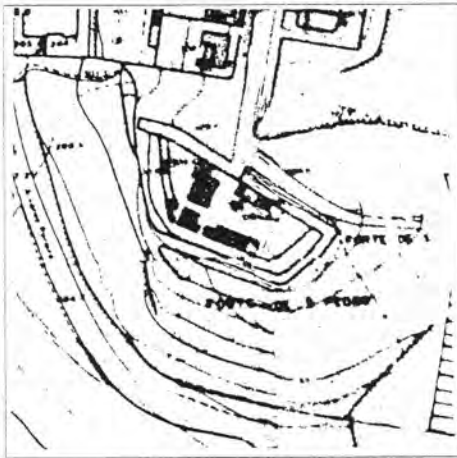


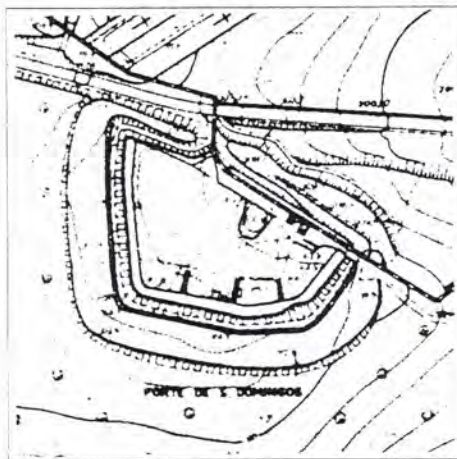
Fig. 6.4.112 - Castelo de Elvas. Corte NE/SO pela Alcaidaria
(In Boletim Monumentos nº 54, DGEMN, 1948)



Fortim de São Mamede



Fortim de São Pedro



Fortim de São Domingos (ou da Piedade)

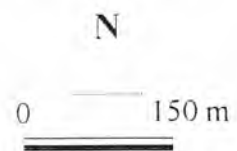


Fig. 6.4.113 - Fortins de São Mamede, São Pedro e São Domingos (ou da Piedade), em extractos ampliados a partir da carta aerofotogramétrica de Elvas, escala 1:5000

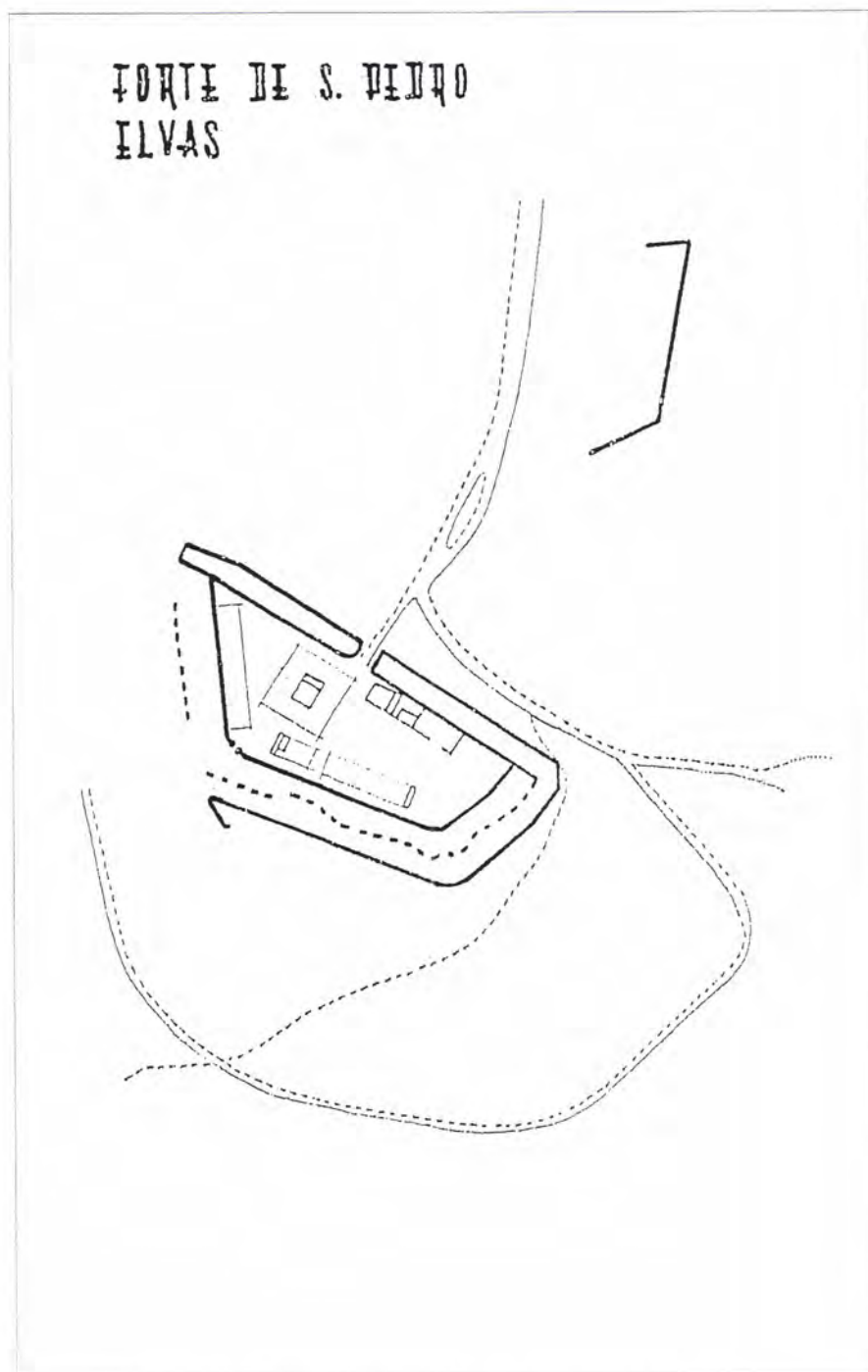


Fig. 6.4.114 - Fortim de São Pedro (desenho DGEMN)

6.5 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES EFECTUADAS NAS OUTRAS FORTIFICAÇÕES DO DISTRITO

Estudadas que foram, de forma monográfica e aprofundada, as intervenções realizadas num conjunto seleccionado de quatro fortificações, onde a metodologia de investigação foi integralmente aplicada, não queremos deixar de analisar, ainda que sumariamente, mais cinco intervenções importantes e, finalmente, fazer o inventário de todas as outras, no espaço e no tempo em apreço.

Se bem que as conclusões consequentes a estas análises sumárias não tenham uma fundamentação científica com o nível de rigor que pretendemos alcançar nos estudos anteriores, permitem-nos aflorar o conjunto das intervenções e integrar melhor as que seleccionámos antes. Assim, limitar-nos-emos a uma abordagem breve das fortificações de Amieira, Belver, Castelo de Vide, Nisa e Portalegre, do ponto de vista histórico-arquitectónico, ao levantamento das intervenções e à análise sumária das mesmas.

6.5.1 CASTELO DE AMIEIRA

6.5.1.1 NOTA HISTÓRICA

O castelo de Amieira terá sido construído ou reconstruído e reabilitado para paço, pelo Prior da Ordem do Hospital, D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, em meados do séc. XIV. Apenas se pode provar, documentalmente, através de cartas de D. Pedro I, datadas de 1358 e de 1359, que nestes anos já o castelo existia e se estavam fazendo *cauas & barbacãs*, não necessariamente apenas no castelo, mas *em cada uma das Villas do Crato e da Amieira*¹. Por outro lado, sabemos que Amieira é vila desde 1256, data do primeiro foral atribuído pelo Prior do Hospital D. Frei Gonçalo Viegas, e nestes tempos, *fazer vila* implicava construir fortificações. Existem, portanto, suspeições, com fundamento, para admitirmos que já existissem fortificações antes da iniciativa de D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira. Também Luís Keil manifesta idêntica opinião no seu inventário, ao referir que o castelo *foi mandado edificar pelo Prior do Hospital (...) sem dúvida sobre outro edificio do mesmo género, mais antigo*². Outros autores colocam a hipótese de o castelo ter sido levantado por D. Dinis, embora o mesmo não figure no extenso rol de castelos que Rui de Pina debita na crónica deste rei, atribuindo-lhe a construção. Também Rui de Azevedo assinala Amieira como povoação fortificada já nos sécs. XII e XIII³. Por seu turno, Fernão Lopes, na *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nunalvres Pereyra*, refere ter sido D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira quem fez (...) *o castelo da Amieira, que é assaz forte e bem formoso (...) e a forte casa de Frol da Rosa, que é cerca do Crato*⁴.

Do ponto de vista tipológico, causa estranheza a construção de um castelo, nos meados do séc. XIV, por um homem de guerra⁵, apenas com torres quadrangulares,

¹ Cit. in SOUSA, Tude Martins de e RASQUILHO, Francisco Vieira - *Amieira do antigo Priorado do Crato*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2ª edição, Lisboa, 1982, pp. 118 e 119.

² KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 111.

³ Mapa reproduzido em NUNES, António Lopes Pires (1988), *ob. cit.*, p. 123.

⁴ LOPES, Fernão - *Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória*, Primeira Parte, Actualização do texto, introdução e notas de José Hermano Saraiva, Publicações Europa-América, 2ª edição, Mem Martins, 1997, p. 142.

⁵ D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira participou na Batalha do Salado, em 1334. Por outro lado, desde 1331 que se usava a artilharia na Península Ibérica, o que implicou o fortalecimento das torres e muralhas: *y puso en aquel tiempo grande temor una nueva invención de combate, que entre las otras máquinas, que el Rey de Granada tenía para combatir los muros, llevaba pelotas de hierro que se lanzaban com fuego*. LECHUGA, Cristóbal - *Tratado de la Artillería y de Fortificación*, Ministerio de

ocas, desde o piso térreo ao eirado. Por comparação, veja-se o castelo de Alter do Chão, construído no mesmo período, com cubelos e torres - incluindo a de Menagem - maciças até aos adarves, para melhor resistirem aos trabalhos de sapa e ao arremesso de pedras. Note-se, também, que as outras fortificações da região, dos sécs. XIII/XIV, apresentam, invariavelmente, as torres maciças até aos adarves.

Estaremos na presença de uma fortificação anacrónica que, por estar tão afastada da fronteira, foi concebida, apesar do seu aspecto exterior de grande robustez, como um paço acastelado, com a referida fragilidade, fugindo ao característico castelo estratégico português às ordens da Coroa? Poderá ter-se copiado o modelo da Torre de Menagem do castelo de Belver, pertencente à mesma Ordem, mas construído um século e meio antes. Também a torre do Mosteiro de Leça do Balio (primeira Casa-Mãe da Ordem em Portugal)⁶, apresentando elementos trecentistas, não é maciça, mesmo na base.

Desde o séc. XV até ao Estado Novo, registámos as seguintes referências historiográficas⁷ respeitantes ao castelo:

- Provável reforço estratégico no reinado de D. João II, cerca de 1488.
- D. Manuel nomeia Vasco Anes, em 1515, como vedor das obras reais em Amieira (muros e fortalezas).
- Obras de beneficiação e recuperação (Torre de Menagem) sob o patrocínio do alcaide-mor da vila, o Conde de Amieira, D. Duarte António da Câmara, nos anos Vinte/Trinta do séc. XVIII.
- Em 1759, estava o castelo e o palácio arruinados.

6.5.1.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O castelo apresenta planta intencionalmente rectangular, com as quatro quadrelas

Defensa, Madrid, 1990, p. 14, cita D. José Arántegui y Sanz em *Los apuntes históricos sobre la Artillería española en los siglos XIV y XV*, que por sua vez cita Zurita em *Anales de Aragón*, Livro VII.

⁶ A Ordem do Hospital instala-se em Portugal entre 1114 e 1132. O Mosteiro de Leça do Balio ou Bailio é doado à Ordem no terceiro decénio do séc. XII, por D. Teresa ou por D. Afonso Henriques, entre 1122 e 1130. Vide RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo - *Santa Maria de Flor da Rosa / Um Estudo de História de Arte*, Câmara Municipal do Crato, 1986, pp. 14 ss.

⁷ SOUSA, Tude Martins de e RASQUILHO, Francisco Vieira, *ob. cit.*, p. 147 ss.

flanqueadas por torres de secção quadrada (Figs. 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3). Uma barbacã de planta grosseiramente pentagonal rodeia o castelo, com ameias de tipo primitivo e adarve. Apresenta a porta principal, de arco quebrado, no tramo E, e uma outra porta, dando seguimento à da traição do castelo, na zona SO, também de arco quebrado, antecedida de escadas. No tramo E da barbacã situa-se a capela de São João, ostentando em tabela, sobre o portal redondo da entrada, a data de 1556.

A entrada para o pátio faz-se através de um portal de arco quebrado que se encontra na quadrela E, junto à Torre de Menagem. O pátio possui uma cisterna na zona central, a porta da traição na quadrela O, junto à Torre do Pandeiro - com arco abatido, saindo para a barbacã em arco quebrado -, e duas escadas adossadas às muralhas N e S, através das quais se acede aos adarves. A quadrela E apresenta uma janela rectangular de moldura boleada e vestígios de habitações que a ela estavam adossadas, pertencentes ao antigo paço.

Os adarves, com ameias de tipo primitivo e murete de resguardo do lado do pátio, intercomunicam as torres, penetrando nelas e delas saindo através de portas de arco redondo.

A Torre de Menagem, a NE, com escada de acesso ao piso térreo a partir do pátio, possui quatro pisos, com pavimentos de madeira nos superiores, frestas, janelas (uma delas mainelada dentro de moldura gótica, com a data inscrita de 1934), cobertura telhada e ameias de corpo largo no eirado.

A Torre de São João, a SE, tem dois pisos, cobertura telhada e ameias de corpo largo no eirado.

A Torre do Pandeiro, a SO, e a do Sanguinho, a NO, apresentam-se igualmente ocas, desde a base até ao pavimento de intercomunicação dos adarves, possuindo frestas. Tradicionalmente, chamam-se masmorras a estes compartimentos. Estas duas torres também possuem cobertura telhada e ameias de corpo largo.

6.5.1.3 INTERVENÇÕES

Antes do período em causa, há referências à limpeza da cisterna em 1914 e a várias

reparações, a partir de 1924, ordenadas pela Comissão dos Monumentos Nacionais⁸.

a) Anos Trinta

Possível intervenção, já que ficou registada a data de 1934, insculpida na janela mainelada da Torre de Menagem, do lado de dentro. Não há registos desta intervenção na DGEMN⁹.

b) De 1945 a 1949

Realizou-se neste período a grande campanha de obras que deixou o castelo com o prospecto que hoje apresenta, documentado através do *Boletim Monumentos* nº 61¹⁰. Neste boletim, ficaram registadas as seguintes intervenções:

I - Demolição de várias casas térreas que se haviam construído junto da Torre de Menagem e da muralha da barbacã, e que para tal fim foram devidamente expropriadas.

II - Demolição, na praça de armas, de diversos muretes construídos quando naquela parte do Castelo se estabeleceu o cemitério local.

III - Demolição de jazigos particulares edificadas junto à fachada lateral da capela.

IV - Consolidação e reconstrução de alguns panos de muralha que ameaçam ruir.

V - Desentulho do pavimento térreo da Torre de Menagem, até ao primitivo nível.

VI - Reconstituição das portas da barbacã e da praça de armas, segundo as cantarias e os demais elementos que entre os destroços se encontraram.

VII - Construção do adarve da barbacã, em conformidade com os vestígios existentes.

VIII - Demolição da placa de betão que recobria parte da Torre de Menagem.

IX - Construção dos pavimentos que faltavam em todas as torres.

X - Construção dos telhados das mesmas torres.

⁸ SOUSA, Tude Martins de e RASQUILHO, Francisco Vieira, *ob. cit.*, p. 157 a 159.

⁹ O arquivo da DGEMN começa no ano de 1938, Pasta Castelo Amieira S 121202 003 ZP 1773.

¹⁰ *Boletim Monumentos* nº 61, *Castelo de Amieira*, MOP, DGEMN, Setembro de 1950.

XI - Construção da porta de entrada do castelo e de portas e caixilhos para a Torre de Menagem.

XII - Reconstrução do telhado da capela e consolidação da respectiva abóbada.

XIII - Reconstrução dos rebocos interiores e exteriores da mesma capela.

XIV - Desentulho e reparação geral da cisterna.

XV - Consolidação e restauro dos esgrafitos da abóbada da capela.

XVI - Consolidação do altar da capela.

XVII - Reconstrução do pavimento de tijolo da capela¹¹.

As verbas despendidas neste quinquénio foram as seguintes¹²: 1945, 48 500\$00; 1946, 95 360\$00; 1947, 108 900\$00; 1948, 231 115\$00; 1949, 182 675\$00.

c) Ano de 1961

Foram neste ano reparados os adarves e os telhados das torres. Também a capela beneficiou de reparações, nomeadamente no telhado e na porta que dá para a barbacã. Esta intervenção orçou em 20 000\$00¹³.

6.5.1.4 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES

As demolições efectuadas são louváveis, uma vez que contribuíram para a melhor leitura do monumento, não possuindo, as construções em causa, qualquer valor

¹¹ *Boletim Monumentos* nº 61, *Castelo de Amieira*, MOP, DGEMN, Setembro de 1950, pp. 26 e 27.

¹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ordens de Serviço da DMN ou da DSMN para a 1ª Secção (Évora), nºs 3279 de 24/10/1945 (20 000\$00), 1093 de 27/4/1945 (28 500\$00), Comunicação nº 2713 de 21/8/1946 (28 400\$00), Ordens de Serviço nºs 3805 de 29/10/1946 (20 000\$00), 4531 de 4/12/1946 (2 520\$00), 4882 de 24/12/1946 (31 440\$00), 5078 de 31/12/1946 (3 000\$00), 1543 de 10/5/1947 (25 000\$00), 2128 de 14/6/1947 (25 000\$00), 2156 de 16/4/1947 (25 000\$00), 3087 de 4/8/1947 (1 200\$00), 3637 de 27/8/1947 (32 700\$00), 914 de 7/4/1948 (60 000\$00), 1076 de 14/4/1948 (60 000\$00), 2820 de 22/7/1948 (70 000\$00), 5282 de 9/12/1948 (20 000\$00), 5362 de 13/12/1948 (12 015\$50), 1245 de 16/4/1949 (40 000\$00), 1010 de 1/4/1949 (50 000\$00), 1213 de 13/4/1949 (50 000\$00), 1574 de 11/4/1949 (18 000\$00), 1667 de 17/5/1949 (7 950\$00), 3262 de 15/8/1949 (12 500\$00) e 1801 de 22/11/1949 (4 225\$00). De registar ainda duas autorizações para aquisição de prédios, no ano de 1948, com valores de 1 600\$00 e de 7 500\$00.

¹³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Portalegre / Castelo da Amieira*, Procº/Monumento nº S121202/003, Comunicação nº 631 de 3/06/1961.

patrimonial digno de nota. Tratava-se de restos de habitações que ali tinham sido construídas para refúgio durante os períodos de guerra, mas já abandonadas no séc. XVIII¹⁴, instalações agrícolas e restos infra-estruturais de um cemitério que ali funcionou desde 1846. As sepulturas e dois jazigos que se encontravam junto à capela de São João, foram removidos para o novo cemitério da vila, construído em 1937. O pagamento de expropriações relativamente a propriedades privadas existentes no interior do castelo verificou-se a partir de 1944¹⁵.

A consolidação e a reconstrução de alguns panos de muralha, entre as torres, inserem-se em trabalhos de restauro aceitáveis, não nos parecendo necessária a destrinça dos novos materiais incorporados. De facto, as muralhas apresentavam-se sem grandes danos (Fig. 6.5.3), com as ameias praticamente completas, sendo fácil e legítima a reconstrução de alvenarias por analogia.

Igualmente é aceitável o restauro efectuado nas torres, que se encontravam sem sobrados nem telhados já em 1759¹⁶. Desentulhou-se o piso térreo da Torre de Menagem, demoliu-se um pavimento de betão na mesma torre e reconstruíram-se os pavimentos em falta em todas as torres, tal como as coberturas em telhado. Opinião favorável temos também relativamente ao desentulhamento e reparação da cisterna. Quanto ao restauro da capela, nada temos a apontar de negativo.

Os aspectos duvidosos e negativos surgem na “reconstituição” integral de partes do castelo desaparecidas ou de que restavam ruínas informes. Relativamente à barbacã, e a avaliar pelos documentos fotográficos disponíveis (Figs. 6.5.4, 6.5.6 e 6.5.8), nada restava que pudesse provar a existência anterior de ameias. Tão pouco a sua altura primitiva era conhecida. O que aconteceu foi, não uma reconstrução por imitação, o que pressupunha preexistências consideráveis, nomeadamente troços com adarve e ameias, mas uma construção, em certas zonas, *ex nihilo*, uma renovação, dando origem a um falso histórico inaceitável. Basta comparar as fotografias 6.5.4/6.5.5, 6.5.6/6.5.7 e 6.5.8/6.5.9.

O mesmo aconteceu relativamente às portas da barbacã e do pátio, completamente

¹⁴ SOUSA, Tude Martins de e RASQUILHO, Francisco Vieira, *ob. cit.*, p. 13.

¹⁵ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Amieira S 121202 003 ZP 1773, Ofício nº 4066 de 29/11/1944 da DMN p/ Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

¹⁶ *Boletim Monumentos* nº 61, *Castelo de Amieira*, MOP, DGEMN, Setembro de 1950, p. 21.

novas, construídas em estilo, à boa maneira oitocentista (Figs. 6.5.4, 6.5.5, 6.5.8, 6.5.9, 6.5.10 e 6.5.11). A tentativa de explicação não merece credibilidade ao referir-se que se tratou de uma *reconstituição (...) segundo as cantarias e os demais elementos que entre os destroços se encontraram*¹⁷. Destroços de quê? Da porta? Que estavam onde? Caídos junto a ela, possibilitando uma reconstrução por *anastylose*? Não é nada provável!

A intervenção de 1945/49 é um bom exemplo da filosofia e das práticas do Estado Novo em matéria de “restauro” do património. Entre intervenções perfeitamente aceitáveis e até louváveis, outras se realizaram que deturpam os imóveis e enganam hoje os incautos. Na memória descritiva que os boletins da DGEMN constituem, mais do que uma justificação científica, transpira sempre a justificação patriótica capaz de perdoar todos os excessos, todas as “reconstituições” e “reintegrações”:

*(...) amesquinhado pelos rigores do Destino, que acabara por convertê-lo em uma cidadela de mortos, também de certo modo podia considerar-se usurpado à Nação por uma obscura colónia de vivos: a dos que ocuparam e utilizaram, com liberdade de senhores, algumas das suas dependências. A restauração moral, assim conseguida, foi em verdade quase tão importante como a restauração material (...) O Castelo de Amieira tornou-se outra vez digno da Pátria a que pertence e da grande Ordem militar que a fundou*¹⁸.

6.5.2 CASTELO DE BELVER

6.5.2.1 NOTA HISTÓRICA

A Ordem do Hospital recebeu, de D. Sancho I, no ano de 1194, a região a N do Rio Tejo, denominada Guidintesta, ou Guidi in testa, ou ainda Costa¹⁹. Ali se construiu o castelo (Figs. 6.5.12 e 6.5.15), previamente chamado de Belver pelo monarca. Ao mesmo tempo, formava-se a povoação com o mesmo nome. A construção da fortificação obedecia à estratégia de defesa da linha do Tejo como fronteira com o Sul Islâmico. Nos

¹⁷ *Boletim Monumentos* nº 61, *Castelo de Amieira*, MOP, DGEMN, Setembro de 1950, p. 26.

¹⁸ *Boletim Monumentos* nº 61, *Castelo de Amieira*, MOP, DGEMN, Setembro de 1950, p. 26.

¹⁹ SOUSA, Tude Martins de e RASQUILHO, Francisco Vieira, *ob. cit.*, p. 7.

anos de 1190/91, Iacub Al-Mansur fizera recuar a cristandade até àquele rio, resistindo apenas, das localidades importantes, Évora.

Em 1210, quando D. Sancho I dita o seu testamento (um ano antes da sua morte), já o castelo estaria edificado, recebendo a Ordem, ali instalada²⁰, grosso quinhão da herança do rei. Em 1232, a Ordem de São João de Jerusalém, como também era conhecida, era agraciada com outra grande extensão de território, agora na margem S do Tejo, designado de Ucrata ou Ocrate. Foi a região povoada, levantaram os Hospitalários o castelo do Crato, deram-lhe foral em 1232 e, entre 1336 e 1341, o Priorado de Portugal passa a designar-se por Priorado do Crato. Edifica-se o Mosteiro de Flor da Rosa, ao tempo do Prior D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, em meados do séc. XIV (por tradição refere-se a data de 1356), realizando-se a primeira reunião capitular, *em Frol de rosa*, no ano de 1351²¹. E por estarem no Crato os cartórios do Priorado e terem sido queimados em 1662, quando da tomada da vila pelo exército espanhol comandado por D. João d'Áustria, se vacila hoje tanto acerca da história da região.

Em 1390, D. Nuno Álvares Pereira ampliou e reabilitou o castelo de Belver. Provavelmente, a zona O, que apresenta dois cubelos de tipologia trecentista, terá sido uma das que foi intervencionada pelo Condestável. Há também notícia de que, já no séc. XVII, Cosmander ali terá realizado algumas reabilitações²². Em 1846 o castelo passa a albergar o cemitério de Belver (Fig. 6.5.13) até 14/5/1936, data do último enterramento²³, sendo desmantelado com as intervenções da DGEMN, a partir de 1939²⁴.

²⁰ Não se sabe ao certo se passou Belver a Casa-Mãe da Ordem e também não há provas de que Leça do Bailio deixasse de ser a Sede, possuindo Casa Capitular. Era, com certeza, uma das mais importantes Comendadorias do priorado de Portugal.

²¹ RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo - *Santa Maria de Flor da Rosa / Um estudo de História de Arte*, Câmara Municipal do Crato, Crato, 1985, p. 24.

²² *Boletim Monumentos*, nº 46, MOPC, DGEMN, Lisboa, 1946, p. 17.

²³ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 255/45 de 27/2/1945 da DMN.

²⁴ No Arquivo da DGEMN, Pasta S 120902 001, Castelo Belver, 1756 IPPC, aparece um orçamento da DMN do Sul, datado de 26/2/1935, no valor de 42 840\$00, prevendo-se a *consolidação da cinta de muralhas* e o restauro de *peitos e ameias de muralhas*. Contudo, e apesar deste orçamento ter sido aprovado pela Ordem de Serviço nº 1180 de 27/2/1935, da DGEMN, nenhum outro documento existe a comprovar a intervenção, nomeadamente propostas de construtores civis e consequentes aprovações.

6.5.2.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Situado no topo de um monte junto à confluência do Ribeiro de Belver com o Rio Tejo, domina um panorama deslumbrante e por tal razão recebeu o nome de Belver (belo ver). É constituído por uma torre altaneira, isolada, de secção rectangular, rodeada por uma cerca arredondada. A torre apresenta a porta na face S, a altura tal que só por escada, necessariamente retráctil, se acedia. Ultrapassada a entrada, de tripla porta em arcos redondos, acede-se ao primeiro piso, com a boca da masmorra no pavimento. Consta que junto aos alicerces desta torre terá sido aberta uma cisterna de grande profundidade²⁵. Na sala de entrada, apresenta-se ainda uma janela de moldura rectangular e uma escada que dá acesso ao segundo piso. Esta segunda sala apresenta uma janela semelhante à do piso inferior, uma porta em arco redondo a dar para uma varanda de que só existem vestígios, e uma outra porta, também em arco redondo, que dá acesso à escada para o eirado. Este apresenta ameias pouco largas e possui um adarve que rodeia a cobertura telhada da torre.

A cerca é toda ameada (ameias de tipo primitivo), com seteiras do mesmo tipo, e provida de adarve. Apresenta a porta principal a S, em arco redondo, e a constituição do amuralhado é o seguinte, a partir desta porta e no sentido dos ponteiros do relógio (Fig. 6.5.14): torreão de secção rectangular com gola aberta para o adarve, apresentando sala sob o eirado, com porta em arco redondo a dar para o pátio; troço de muralha terminando em cubelo, apresentando, na confluência, uma varanda com porta de arco redondo comunicando com o pátio; cubelo; troço de muralha com sobrelargura junto a outro cubelo, a que se liga, escondendo, em jeito de orelhão, a Porta da Traição; cubelo; troço de muralha; torreão de secção rectangular, com gola aberta para o adarve e sala sob o eirado, com porta de arco redondo a dar para o pátio; troço de muralha com quatro seteiras de tipo primitivo na base e, nas ameias, abertas com peitoril redondo; torreão de secção rectangular com gola aberta para o adarve; troço de muralha com sete seteiras primitivas na base e, nas ameias, abertas com peitoril redondo; torreão de secção rectangular com gola aberta para o adarve e sala sob o eirado com porta de arco redondo a dar para o pátio; troço de muralha com a porta principal do castelo. O torreão E, da

²⁵ *Boletim Monumentos*, nº 46, MOPC, DGEMN, Lisboa, 1946, p. 11.

entrada, apresenta uma secção muito superior ao do lado O. A diferença parece ser estratégica, uma vez que não permite um avolumar de atacantes junto à porta, fustigando-os das aberturas e das frestas das suas ameias.

No pátio encontram-se ainda, a SE, S e SO, vestígios dos edifícios da alcaidaria e da guarnição que aí existiam, em ruína, até ao início da grande intervenção dos anos Quarenta. Entre estes vestígios, uma parede com três arcos, frente à porta principal, dá passagem para o pátio. A O, uma cisterna com duas bocas redondas. A N, a capela quinhentista de São Brás.

6.5.2.3 INTERVENÇÕES

A grande e única intervenção ocorrida durante o Estado Novo aconteceu entre 1939 e 1946, estendendo-se ainda pelo ano de 1947. Sobre esta intervenção foi editado o *Boletim Monumentos* nº 46, o qual seguimos para descrever as obras de *reconstituição fiel*²⁶:

I - Demolição de alguns restos de construções modernas, no interior do Castelo, e remoção completa dos jazigos e simples campas que ali se encontraram também.

II - Escavações diversas, a fim de se restabelecer o primitivo piso e descobrir as seteiras da fachada do nascente - trabalho completado pela remoção de todas as terras deslocadas.

III - Desobstrução da cisterna, seu calafetamento, e reconstrução das respectivas bocas de cantaria.

IV - Apeamento e reconstrução de um cubelo e vários panos da fachada norte, com a feição requerida pela tradição e pela harmonia do conjunto.

V - Consolidação e reconstrução de outras muralhas, em conformidade com os vestígios encontrados, e seu reforço por meio de fortes cintas de betão armado, inteiramente encoberto.

VI - Apeamento de um acrescento de recente data - obra de desobstrução que permitiu por a descoberto o acesso ao mirante sobre o rio.

²⁶ *Boletim Monumentos*, nº 46, MOPC, DGEMN, Lisboa, 1946, pp. 26-28.

VII - *Reconstrução do cubelo do ângulo sul-poente, sobre os primitivos alicerces, que ainda subsistiam.*

VIII - *Restauro parcial, tanto nos adarves como nas torres, das cortinas e dos merlões que a ruína geral particularmente atingira e danificara.*

IX - *Reconstrução da abóbada de alvenaria da torre que se ergue à esquerda da entrada principal do Castelo e consolidação da abóbada da torre do lado direito.*

X - *Reconstrução da torre que, perto da capela, guarnece o ângulo norte-nascente de acordo com os vestígios encontrados.*

XI - *Consolidação de arcos de cantaria de uma das paredes da antiga alcáçova.*

XII - *Reconstrução das escadas de acesso aos diversos pavimentos da torre de menagem, e restauro completo dos mesmos pavimentos.*

XIII - *Construção de portas, com ferragens apropriadas, para as muralhas e para as torres.*

XIV - *Consolidação e reparação da capela de S. Brás, existente no interior do Castelo, bem como do respectivo altar.*

XV - *Construção de uma discreta escada de acesso às muralhas.*

Ruindo um pano de muralha em 1936²⁷, só em 1939 foi cabimentada a verba de 30400\$00²⁸, sendo do construtor civil, Aires Ferreira, a proposta até ao valor de 40000\$00, para a *reconstrução completa de muralhas de alvenaria argamassada, incluindo cintas de betão armado (...)* e a *escavação e remoção de terras para desaterro (...)*²⁹.

Em 30/8/1940 é apresentada pela DMN uma estimativa de obras de restauração, no valor de 134 050\$00, que incluía o *apeamento e reconstrução completa de muralhas, muralhas O, S e E e a construção e assentamento de parapeitos e ameias em cantaria apicoada em todo o castelo. Previa-se ainda a desobstrução de uma porta e frestas e rebaixamento total da Praça de Armas*³⁰. Para o início destes trabalhos é aprovada a

²⁷ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 329 de 15/2/1938 da DMN p/ Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

²⁸ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ordem de Serviço nº 973 da DGEMN de 12/2/1939.

²⁹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP; proposta de 9/12/1939 aprovada pela Ordem de Serviço nº 8808 de 12/12/1939 da DGEMN.

³⁰ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, estimativa aprovada pela Ordem de Serviço nº 6 301 de 8/10/1940, da DGEMN.

proposta de António Domingues Esteves, até 29 425\$00³¹, iniciando-se as obras a 29/9/1941³².

No prosseguimento dos trabalhos, é de referir a proposta do mesmo construtor civil, até 30 000\$00³³, reiniciando-se os trabalhos a 15/6/1942³⁴. Neste ano, é apresentada nova proposta do mesmo construtor civil, até 20 000\$00, prevendo a reconstrução completa de muralhas, cintas de betão encobertas, o apeamento e reconstrução parcial de uma torre e a reconstrução de *cortinas e merlões*³⁵. As obras, suspensas por esgotamento da verba a 17/10/1942³⁶, continuaram no ano seguinte, após a aprovação da proposta do mesmo construtor civil, até à quantia de 20 000\$00³⁷.

Em 1944 procedia-se à trasladação de ossadas, *esperando encontrar-se concluído o serviço em Outubro próximo*³⁸. Neste ano, o referido construtor continua as obras até à quantia de 30 000\$00³⁹, esgotando-se a verba e interrompendo-se novamente a intervenção a 13/9/1944⁴⁰.

No ano seguinte, 1945, prossegue a intervenção após aprovação de proposta do mesmo construtor civil, até 50 000\$00, prevendo-se a limpeza da cisterna e a armação do telhado da Torre de Menagem⁴¹. Ainda em 1945⁴², é gasta a quantia de 8 000\$00.

³¹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, ofício nº 2390 de 11/11/1940 da DMN, aprovada pela Ordem de Serviço nº 6777 da DGEMN de 12/11/1940.

³² Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 2526 de 22/9/1941 da DMN para a DGEMN.

³³ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, proposta de 28/10/1941, aprovada pela Ordem de Serviço nº 4299 de 30/10/1941 da DGEMN.

³⁴ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 1363 da DMN de 28/5/1942.

³⁵ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, proposta de 4/9/1942, aprovada pela Ordem de Serviço nº 3307 de 7/9/1942 da DGEMN.

³⁶ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 2713 de 27/10/1942 da DMN.

³⁷ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, proposta de 26/11/1943, aprovada pela Ordem de Serviço nº 5382 de 30/11/1943 da DGEMN.

³⁸ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 4558 de 4/9/1944 da DMN.

³⁹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, proposta de 31/7/1944, aprovada pela Ordem de Serviço nº 4446 de 3/8/1944 da DGEMN.

⁴⁰ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, Ofício nº 3180 de 20/9/1944 da DMN.

⁴¹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120902 001 1757 IPPC ZP, proposta de 4/9/1945, aprovada pela Ordem de Serviço nº 6342 de 6/9/1945 da DGEMN.

⁴² Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ordem de Serviço da DMN nº 3956 de 10/12/1945 (8 000\$00).

Finalmente, em 1946, é investida na intervenção a vultuosa quantia de 252 461\$00⁴³, registando-se ainda obras em 1947, pela importância de 50 000\$00⁴⁴.

6.5.2.4 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES

A primeira intervenção consistiu na demolição de *restos de construções modernas* e no desmantelamento do cemitério. As fotografias publicadas no *Boletim* não são esclarecedoras quanto ao valor patrimonial do que se chama de construções modernas, e duas delas, são tiradas durante as obras e não antes (Figs. 6.5.20 e 6.5.22). Não podemos, pois, opinar com fundamento sobre este aspecto, mas devemos lamentar que tenham desaparecido todos os vestígios da alcaidaria e dos edifícios da guarnição, com excepção daqueles arcos da entrada que, descontextualizados, suscitam naturais interrogações ao visitante.

Relativamente ao desmantelamento do cemitério, consideramos esta tarefa como condição *sine qua non* para a valorização do monumento, a não ser que constituísse um conjunto de apreciável valor histórico-artístico, o que não seria o caso. Mas o *Boletim Monumentos* avança com razões de ordem filosófica e política que muito nos interessa aqui reter. Considera que a transformação do castelo em cemitério foi a *profanação*⁴⁵ de um espaço nobre e heróico. E todos os que participaram nesta obra de *ressurgimento*⁴⁶,

(...) não deixaram por certo de sentir a satisfação, quase orgulho, de terem concorrido com o seu esforço pessoal para o reaportuguesamento completo daquela histórica e esquecida gleba da nossa terra hereditária. (...) Nos monumentos nacionais, como aquele que em Belver acaba de ressurgir, (...) encontramos, em verdade, todas as reservas de energia moral necessárias para podermos defender-nos sem temor dos perigos com que hoje nos

⁴³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ordens de Serviço da DMN nº(s) 1095 de 27/4/1946 (66 500\$00), 1244 de 6/5/1946 (6 000\$00), 1265 de 8/5/1946 (30 000\$00), 3283 de 4/10/1946 (66 000\$00), 3804 de 29/10/1946 (20 000\$00), 3907 de 5/11/1946 (46 850\$00) e 5106 de 31/12/1946 (17 111\$50).

⁴⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ordens de Serviço da DMN e da DSMN nºs 1544 de 10/5/1947 (10 000\$00), 1544 de 10/5/1947 (10 000\$00), 2137 de 14/6/1947 (20 000\$00), 3521 de 20/8/1947 (20 000\$00).

⁴⁵ *Boletim Monumentos*, nº 46, MOPC, DGEMN, Lisboa, 1946, p. 23.

⁴⁶ *Boletim Monumentos*, nº 46, MOPC, DGEMN, Lisboa, 1946, p. 24.

*ameaça (...) essa outra guerra (quase microbiana) que caladamente, traiçoeiramente, pretende universalizar um ideal negativo: o da desnacionalização*⁴⁷.

A memória descritiva da intervenção, consubstanciada no *Boletim*, sempre mais doutrinária do que científica, considera mesmo que

*(...) é, na realidade, em presença dos grandes monumentos erguidos pela gloriosa legião dos Antecessores, que aprendemos a conhecer-nos a nós mesmos, como aconselhava a inscrição de Delfos, e a compreender deveras essa religião de todos os tempos - a religião da Pátria - que nunca desampara os homens são (...)*⁴⁸.

O restabelecimento do primitivo nível do piso do pátio, que conduziu à desobstrução das seteiras da zona E (Figs. 6.5.24 e 6.5.25), tal como a desobstrução e reparação da cisterna (Figs. 6.5.22 e 6.5.23), são intervenções de restauro que promoveram a leitura do monumento e por isso o valorizaram. A mesma avaliação fazemos relativamente ao apeamento de um acrescento construído sobre a varanda da cerca, a poente, com o intuito de impedir a entrada pela respectiva porta (Figs. 6.5.18 e 6.5.19). Foi uma intervenção ajustada, já que restituiu a funcionalidade àquele miradoiro, repondo uma feição humanizante ao monumento.

A reconstrução de torreões, muralhas, adarves, ameias e seteiras, constituiu a parte mais significativa da intervenção. Se observarmos a Fig. 6.5.13, concluímos que, em toda a cerca, restavam apenas quatro ameias no torreão E da entrada e três na muralha que lhe está também para E. Foi a partir destas reminiscências que se tomou a altura das muralhas e dos torreões, as formas das ameias e das aberturas e, por cópia, se reconstruiu toda a cerca (Figs. 6.5.16, 6.5.17 e 6.5.15). Com alguma dificuldade, dada a extensão da reconstrução, teremos que concordar com ela, já que a outra opção seria, simplesmente, a consolidação do existente. Ora este tipo de intervenção é mais adequado quando estamos em presença de ruínas, ou seja, de algo em que a unidade potencial se perdeu. Não era este o caso, e tratando-se, não de uma obra de arte, mas de uma obra de

⁴⁷ *Idem, Ibidem, passim.*

⁴⁸ *Idem, Ibidem, passim.*

fortificação, em que as configurações, como já o dissemos, estão completamente subordinadas à tecnologia da guerra, não vemos qualquer inconveniente na reconstrução, uma vez que havia elementos remanescentes que a possibilitavam sem que se transformasse num acto de pura fantasia. No entanto, as alvenarias novas deveriam estar identificadas, dada a extensão e os elementos formais da reconstrução, o que não acontece.

Finalmente, devemos analisar a intervenção na Torre de Menagem. Começando pela porta da entrada, foi reposto o primitivo nivelamento, claramente evidenciado pelas cantarias da base das ombreiras (Figs. 6.5.26 e 6.5.27). A reconstrução das escadas, a renovação completa de um pavimento (3º piso), o restauro de outros (1º e 2º pisos) e a construção de uma cobertura telhada, eram também intervenções que não podiam deixar de ser feitas, uma vez que a torre estava completamente esventrada até ao 2º piso (cobertura da masmorra) (Figs. 6.5.28 e 6.5.30). A construção do 3º piso, de madeira, implicou a redefinição da soleira das respectivas portas e a alteração dos vários lanços de escada. São construções novas (o 3º piso, alguns lanços de escada e a cobertura) que temos que admitir, já que só assim se torna possível conservar um espaço e torná-lo útil. Útil para poder ser visitado e para albergar a exposição de materiais arqueológicos que hoje possui. Resta dizer que as ameias desta torre foram reconstruídas a partir das que existiam antes das obras (Fig. 6.5.16), mas também aqui, a nova alvenaria confundiu-se com a antiga, não se respeitando a diferenciação.

Queremos concluir com uma pequena nota relativamente aos materiais empregues na reconstrução. Existem zonas onde a alvenaria é ordinária, ou seja, de pedra irregular, à fiada, com reforço de pedra talhada nos cunhais (Torre de Menagem, por exemplo), enquanto que noutras, os muros se reconstruíram com pedra aparelhada e exibindo uma pátina consideravelmente antiga (muralha E, por exemplo). A chave para o enigma poderá estar numa informação que nos foi prestada pelo guarda do castelo: grande parte da pedra utilizada na reconstrução foi trazida das ruínas romanas de Ribeiro da Nata, tal como outros materiais que hoje se exibem na Torre de Menagem e à porta das salas dos torreões da entrada: um peso de lagar e uma estela. A ser verdadeira a informação, introduziram-se falsos históricos inaceitáveis, para além da delapidação da respectiva estação arqueológica.

6.5.3 FORTIFICAÇÕES DE CASTELO DE VIDE

6.5.3.1 NOTA HISTÓRICA

Segundo a tradição, a povoação foi conquistada aos Mouros no ano de 1148. *Vide* ou *terra da Vide* foi pertença de Gonçalo Mousinho e mais tarde de Pedro Annes, no ano de 1180. Localizava-se no termo de Marvão quando da atribuição do foral de 1226 a esta vila, e foi “filhada” pelo Infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, em 1273⁴⁹. Já era este infante o senhor de Marvão, desde 1271.

Reforçando as fortificações já existentes, que constavam de uma torre e uma cerca, D. Afonso foi obrigado, pelo rei, a desfazer a obra que levantara contra a vontade régia, conforme consta em carta de 1282:

Conheçam todos que esta virem, que eu o Infante D. Affonso, senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, prometto à boa fé a vós mui nobre senhor D. Diniz pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, derribar desde o dia de Paschoa até o de Pentecostes primeiro, que vem, tudo aquilo que de novo foi feito na torre de Vide, e no muro d'esse logar: em testemunho da qual cousa dou a vós esta minha carta aberta e sellada: dada em Arronches aos 8 de fevereiro de 1282. Domingos Barreiros a fez⁵⁰.

Este documento é fundamental para se poder compreender a evolução das fortificações, provando que antes das construções dionisinas já Vide dispunha de fortificações, embora reduzidas a uma torre e a uma cerca. A partir de 1289, D. Dinis terá continuado o amuralhamento preexistente, e em 1310, terá concedido foral. Mas as fortificações só se concluíam no ano de 1327, (...) ERA SENHOR O MUI NOBRE REI D. AFFONSO DE PORTUGAL FILHO DO MUI NOBRE REI D. DINIS, assim reza a placa que encima a Porta da Vila. Vide tinha agora um castelo, passando a chamar-se *Castelo de Vide* ou *Castelo Davide*. Até que o foral novo de D. Manuel fosse atribuído (1512), ainda passou a vila por outras mãos: primeiro pela Ordem de Cristo,

⁴⁹ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, 2ª edição, Lisboa, 1988, p. 85.

⁵⁰ Cit. in MOURA, José Diniz da Graça Motta e - *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, facsimile da edição de 1855, IN-CM, Lisboa, 1982, p. 28.

em 1372, e mais tarde por Gonçalo Eanes de Abreu, herói de Aljubarrota.

Pertence o castelo e a cerca urbana de Castelo de Vide, a uma segunda linha de fortificações medievais fronteiriças. Nos sécs. XVII e XVIII transformam-se na cidadela numa fortificação abaluartada que abraçará toda a vila (Fig. 6.5.32). Nesta transformação e (ou) em séculos anteriores, registaram-se algumas alterações na composição arquitectónica das fortificações que nos chegaram através dos desenhos de Duarte de Armas (Fig. 6.5.34).

A fortificação moderna iniciou-se em 1641, mas em 1646 queixavam-se os moradores que as fortificações, desenhadas por Cosmander, não avançavam⁵¹. Só a partir de 1652, com projecto do francês Nicolau de Langres, ganha forma o abaluartamento de toda a vila, muito embora o seu desenho não seja integralmente respeitado. Resultou um sistema tipologicamente híbrido, em que o Método de Pagan se aplicou em muitas situações. As fortificações medievais passaram a cidadela da nova fortificação e receberam quartéis, paióis e armarias. Esta campanha de obras traz as fortificações até à Porta da Devesa, no início do actual jardim João José a Luz.

A partir de 1705 constroi-se o Forte de São Roque, segundo o Método Pagan, e a fortificação abarca novo espaço para SE, com a construção da Tenalha do Pangaio, rodeando o Convento de São Francisco. Em 1710, o governador da praça, Manoel de Azevedo Fortes⁵², reconstroi o amuralhado e substitui a antiga Porta do Carro, na

⁵¹ VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, INCM, Lisboa, 1988, p. 234.

⁵² Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), cursou engenharia em Portugal, França e Itália, sendo nomeado, em 1698, lente substituto da Aula de Fortificação na Corte. Em 1710 era o governador da Praça de Castelo de Vide. Foi também Engenheiro-Mor das Fortificações da Corte e Província da Estremadura. A 23 de Setembro de 1719 é nomeado Engenheiro-Mor do Reino. Por sua influência se criam, por Decreto de 24 de Dezembro de 1732, além das Academias e Aulas de Fortificação existentes na Corte e em Viana do Castelo, duas Aulas de Província, em Elvas e em Almeida, já previstas, com a de Viana do Castelo, no Decreto de 20 de Julho de 1701, embora só esta última estivesse a funcionar. É autor da obra *Engenheiro Português*, em dois volumes, publicados em 1728 e 1729, revelando, 50 anos depois do *Methodo Lusitano* de Serrão Pimentel (1680), os progressos na arte de fortificar. O tratado de Azevedo Fortes compreende o volume I (Geometria Prática) e o volume II (Tratado de Fortificação). Adopta-se como modelo o método de Vauban, com algumas modificações, com as quais pensa o autor ter criado um novo sistema que designa por *Método das Três Guias*. Informação compulsada de NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991, pp. 90 e 109. A obra de Azevedo Fortes foi recentemente editada: FORTES, Manuel Azevedo - *O Engenheiro Português*, Direcção da Arma de Engenharia, Lisboa, 1993 (BNL, BN S. A. 75865 - 66 V.)

cortina de São Francisco, por uma nova porta, a da Aramenha⁵³. Também em 1762 se realizam *pequenas obras de reparação*⁵⁴, mantendo-se uma pequena guarnição na praça. Em 1808, quando da visita do Coronel Vincent, o relatório militar refere o seguinte: *Castello de Vide qui necessiteroit une force armée très considérable pour la défendre, ne peut être considérée comme susceptible de défense; et elle se trouve avec raison sans artillerie*⁵⁵.

6.5.3.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O castelo situa-se no canto S do burgo primitivo, constituindo as suas muralhas o prolongamento das da cerca urbana. Os muros desenham um polígono ligeiramente trapezoidal que apresenta a Torre de Menagem, de secção rectangular, a flanquear o ângulo S e, no tramo NO, um cubelo e a base de um outro. A entrada faz-se pelo tramo SE, com barbacã, através de porta em arco quebrado que dá acesso a um túnel que desemboca no pátio. De realçar a existência de um poço de grande profundidade no canto N deste pátio. A Torre de Menagem apresenta uma sala de planta octogonal com aljube cilíndrico descentrado, grandes janelas rectangulares e oito pilares, com base e capitel, de que arrancam as nervuras, de secção rectangular chanfrada, que fecham o tecto em arcos redondos. Carece este castelo de um estudo arqueológico e documental especializado que permita a leitura da sua transformação, desde as preexistências dos sécs. XII/XIII⁵⁶ aos nossos dias.

⁵³ Aqui se utilizou uma monumental porta romana da Cidade de Ammaia que será mais tarde destruída, cerca de 1890, quando se iniciou a construção do edifício para o asilo da infância desvalida. Governador da praça em 1710, o coronel de infantaria Manoel de Azevedo Fortes escreve, em carta enviada a D. João V, a 15 de Novembro de 1710: *Certifico que, encarregando-me Sua Majestade, que Deus Guarde, a reedificação desta praça, que os inimigos deixaram demolida, e sendo necessário fazer-se uma nova porta na cortina de S. Francisco, por estar de todo incapaz a que chamam do carro, me vali de um portado de cantaria grossa e fortissima, que ficou inteiro entre as ruínas da antiga cidade de Medobrega aonde chamam Aramenha (...)*. Cit. in COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 66 e 67.

⁵⁴ GUEDES, Lívio da Costa - "A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold 1798", in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60, Lisboa, 1992, p. 218.

⁵⁵ VICENTE, António Pedro, *ob. cit.*, p. 236.

⁵⁶ JORGE, Ana Rita Santos - *The Old Burgo of Castelo de Vide - Portugal Safeguard and Conservation*, Thesis of 2nd year, Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universiteit Leuven, 1991. A pp. 51 e 52, a autora levanta a hipótese da existência de uma fortificação

A cerca urbana desenha um polígono grosseiramente pentagonal com inflexões da muralha na zona O. As Portas da Vila, desalinhadas e em arco quebrado, situam-se a SE, dando acesso à Rua Direita. Esta atravessa o velho burgo para sair, no tramo oposto, pelas Portas de São Pedro, também desalinhadas mas em arco redondo. Uma rua perpendicular a esta dá acesso a duas portas secundárias, com arco redondo, que se encontram emparedadas nos tramos N e S. O tramo N é flanqueado por dois cubelos.

As fortificações abaluartadas que envolvem o castelo e a cerca urbana medieval apresentam-se da seguinte forma, a partir das Portas de São Pedro e no sentido dos ponteiros do relógio: traçado tenalhado com um grande redente central e dois pequenos, laterais, Baluarte das Figueiras, muralha medieval, Meio Baluarte dos Cavalinhos, cortina, meio baluarte, cortina, conjunto de dois baluartes e um meio baluarte, a defender a entrada no castelo, cortina, meio baluarte, cortina e baluarte.

As fortificações abaluartadas que envolvem a vila exterior às muralhas medievais, apresentam, a partir do Meio Baluarte dos Cavalinhos e no sentido dos ponteiros do relógio: três tramos de cortina até à Estrada de Circunvalação, onde a cortina é interrompida, tramo de cortina até à Porta Nova, Porta Nova, pequeno tramo de cortina, Meio Baluarte do Cipresteiro, Arco de Santa Catarina (porta), quatro tramos de cortina, Forte de São Roque (constituído por quatro baluartes dispostos nos vértices do polígono interno - rectângulo -, com porta de acesso a NO), conjunto formado por redente e cortina, a SO do forte, meio baluarte e cortina, a SE do forte, Tenalha do Pangaio, Meio Baluarte dos Loureiros, cortina, interrupção na zona da EN 246-1, antigo Meio Baluarte da Porta Falsa, cortina, Redente de São João, zona da antiga Porta de São João, cortina, Meio Baluarte do Curral, interrupção, Redente do Pate (ou Paté?) e Redente do Cabo da Aldeia.

6.5.3.3 INTERVENÇÕES

a) Anos Trinta

O levantamento da situação consta de um *Memorial do Castelo de Castelo de*

anterior à intervenção dionisina, de planta trapezoidal flanqueada por cubelos, de que restam os do tramo NO. Já documentámos a existência da fortificação pré-dionisina, no entanto, dificilmente ela integraria os referidos cubelos, já que, estilisticamente, eles são típicos dos sécs. XIV e seguintes.

Vide, efectuado pela Direcção dos Monumentos do Sul, a 12/4/1933⁵⁷. Nele se refere que *a abóbada da Camarata nº 1 (...) ameaçava ruína, que a volta do revelim estava por bocados intransitável, que nos 13 quartéis em todos chove* (quartéis da Rua de Santo António) e que *a abóbada acima mencionada é a que dá ingresso para a torre de menagem, e caída esta não há passagem à torre*. Previa-se também a demolição de construções existentes junto à Torre de Menagem.

Segundo um orçamento de 15/8/1933, no valor de 49 602\$00, previa-se a demolição de construções junto à torre de menagem, a reconstrução de cortinas, pavimentos e caminhos de ronda e ainda o apeamento e reconstrução de novo telhado à portuguesa⁵⁸. Não sabemos se estas obras se iniciaram, já que a primeira proposta para ajuste directo que detectámos nos arquivos, data de 3/11/1936, sendo do construtor civil acima referido, António Domingos Esteves, de Valadares. Não menciona importâncias, referindo apenas que as mesmas se situariam *dentro das dotações concedidas*, provavelmente 15 000\$00⁵⁹.

Em 1937 estimavam-se obras no valor de 115 600\$00⁶⁰, prevendo-se o apeamento e reconstrução de paredes, obras de consolidação geral e a *construção de alicerces e parte da Torre de Menagem*⁶¹.

Em 1938 é aprovada a proposta de José da Silva Júnior, que se propõe continuar as obras até à quantia de 10 000\$00⁶².

b) Anos Quarenta

O apeamento e reconstrução de muralhas e cortinas, em vários pontos, a reconstrução de torres e a execução de demolições, continuaram no ano de 1942, sendo

⁵⁷ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Belver, S 120502 010 1717 IPPC, Ordem de Serviço nº 1825 de 8/4/1933.

⁵⁸ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC, orçamento aprovado pela Ordem de Serviço nº 4286 da DGEMN de 18/8/1933.

⁵⁹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. O Ofício nº 384 de 18/5/1936 do MOP e a Ordem de Serviço nº 3933 de 9/6/1936 da DGEMN referem uma autorização de dispêndio no valor de 7 500\$00 e uma participação do Fundo de Desemprego no mesmo montante. A proposta do construtor civil foi aprovada pelo Ofício nº 1433 de 10/11/1936 da DMN.

⁶⁰ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1717 IPPC, Ofício nº 24 de 17/3/1937 da DMN.

⁶¹ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Orçamento aprovado pela Ordem de Serviço nº 2186 de 22/3/1937 da DGEMN.

⁶² Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Proposta de 23/12/1938, aprovada pela Ordem de Serviço nº 9840 de 29/12/1938 da DGEMN.

aprovada a proposta de Francisco Torres até à quantia de 50 000\$00⁶³. O mesmo construtor, e ainda António Domingos Esteves, prosseguem os trabalhos no ano seguinte, respectivamente até aos valores de 20 000\$00 e de 10 000\$00⁶⁴.

Em 1944, projectou-se (...) *substituir a actual torneira de água, - existente no Baluarte exterior do Castelo de Castelo de Vide -, (...) o fontenário projectado é constituído apenas por uma bica de granito, de despejar dentro de um pequeno tanque, emoldurado a granito também*⁶⁵. Os trabalhos de ordem geral prosseguem. António Domingos Esteves apresenta proposta até 30 000\$00⁶⁶.

A campanha de obras dos anos Quarenta parece ter terminado no ano de 1945. É ainda António Domingos Esteves que realiza esta intervenção, sendo aprovada a sua proposta até à quantia de 30 000\$00⁶⁷.

c) Anos Sessenta

Em 1961 continuaram-se as obras de reconstrução dos muros da fortificação, em diversos pontos, (...) *alguns dos quais junto a casas de habitação, o que põe em perigo os seus ocupantes (...)*. Previa-se também, e uma vez mais, *a reconstrução de alvenaria com pedra aparelhada num rombo existente na Torre de Menagem, além da consolidação de um arco de um portado, nas muralhas*⁶⁸. O orçamento para esta campanha de obras foi de 38 461\$00, mas pensamos que não foi neste ano que se reconstruiu a Torre de Menagem, a julgar pela memória descritiva do ano seguinte que, ao descrever as obras realizadas no ano anterior, não as refere.

Em 1962 deu-se continuidade à reconstrução dos muros das fortificações e procedeu-se à (...) *remoção de terras no local onde esteve erigido o Arco da Aramenha,*

⁶³ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Proposta de 8/7/1942, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2558 de 10/7/1942 da DGEMN.

⁶⁴ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Proposta de Francisco Torres datada de 24/9/1943, aprovada pela Ordem de Serviço nº 4377 de 6/19/1943, da DGEMN. Proposta de António Domingos Esteves, datada de 24/9/1943, aprovada pela Ordem de Serviço nº 4848, de 1/11/1943, da DGEMN

⁶⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 303 de 24/7/1944.

⁶⁶ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Proposta de 1/5/1944, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2896, de 1/6/1944, da DGEMN.

⁶⁷ Arquivo da DGEMN, Pasta Castelo Castelo de Vide, S 120502 010 1716 IPPC. Proposta de 27/4/1945, aprovada pela Ordem de Serviço nº 2928 de 7/5/1945 da DGEMN.

⁶⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 379 de 30/3/1961.

a fim de avaliar da possibilidade de recuperação das pedras que o constituíam⁶⁹. Foi despendida a verba de 22 494\$00, embora as pesquisas para encontrar as pedras que constituíam o arco romano tivessem sido infrutíferas.

Em 1966 reconstruiu-se parte de uma cortina do Forte de São Roque, que havia derrocado, e procedeu-se à limpeza geral da mesma, tendo-se despendido a quantia de 20 696\$00⁷⁰. No ano seguinte, procedeu-se a trabalhos dispersos de consolidação dos muros da fortificação, tendo-se gasto 50 000\$00⁷¹.

d) Anos Setenta

Em 1970, investiu-se novamente na reconstrução da Torre de Menagem⁷², tendo-se procedido à consolidação de outras zonas das fortificações. A verba despendida foi de 50 000\$00. No ano seguinte reconstruiu-se um cunhal de um baluarte do Forte de São Roque, tendo-se gasto 9 568\$00.

A reconstrução da Torre de Menagem continuou a realizar-se, já depois do período que estudamos, nomeadamente entre 1976 e 1978. Foi neste último ano que a obra se deu por concluída, tendo-se despendido a verba de 800 000\$00 no triénio em causa. Contudo, outras obras de consolidação da Torre de Menagem aparecem registadas no biénio de 1979/80.

Desde então até aos nossos dias, realizaram-se obras de conservação e uma prospecção arqueológica (1985-1989), pela Secção de Arqueologia da Câmara Municipal, que não foi conclusiva em termos das metamorfoses da arquitectura militar.

6.5.3.4 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES

Em geral, estas obras de reconstrução, conservação e limpeza de alvenarias,

⁶⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 808 de 30/6/1962.

⁷⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 459 de 11/6/1966.

⁷¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 157 de 20/3/1967.

⁷² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras *Portalegre / Castelo de Castelo de Vide*, Procº/Monumento nº S120502/010, Comunicação nº 521 de 29/7/1970.

enquadram-se no que vimos designando por obras de restauro, não excedendo os limites defendidos pelas cartas internacionais, apesar de, intencionalmente, se ter confundido a alvenaria reconstruída com a preexistente, o que é incorrecto. Contudo, uma das intervenções - a reconstrução da Torre de Menagem - terá excedido esses limites, ao inventar as ameias. Não só as ameias não existiam quando do início dos trabalhos (Fig. 6.5.33), como não existem nos desenhos de Duarte de Armas (Fig. 6.5.34). Trata-se, obviamente, de um restauro em estilo, que conduziu a um falso histórico, logo, reprovável (Fig. 6.5.35).

Outras opções tomadas na mesma intervenção não nos merecem concordância, se bem que aqui entramos no domínio estético. A tijoleira lisa e prensada utilizada na sala da Torre de Menagem não terá sido a melhor opção (Fig. 6.5.36). Também a bordadura (inacabada?) do aljube, apresentando pequenas pedras angulosas salientes de uma argamassa de cimento, é de todo inaceitável.

Relativamente ao eirado, optou-se por uma cobertura com a mesma tijoleira já referida, preterindo-se a cobertura telhada, que estaria mais de acordo com os desenhos de Duarte de Armas e mais harmónica em termos estéticos. A solução por que se optou desagradou ao corpo técnico e político camarário e ainda hoje é considerada, na vila, uma pecha a rectificar.

Como já referimos, a conclusão desta intervenção ficou registada com a data de 1978, fora, portanto, das balizas temporais em que nos movemos. Contudo, porque o início dos trabalhos se registou no ano de 1937, sem que possamos apurar a sua evolução até 1978, englobámos esta intervenção nas que estamos a analisar.

6.5.4 FORTIFICAÇÕES DE NISA

6.5.4.1 NOTA HISTÓRICA

Nisa cristianizou-se à sombra tutelar dos Templários. O seu primeiro foral, de que se desconhece o paradeiro, sabemos ter servido de modelo ao do Crato, atribuído pela

Ordem de Hospital em 1232⁷³.

Nesses princípios do séc. XIII, Nisa organizar-se-ia em torno da fortificação templária que a tradição refere ter existido previamente, com o nome de Ferron⁷⁴ ou Preceptoria dos Templários⁷⁵. De facto, observando atentamente o que resta da cerca urbana de Nisa, por exemplo a torre junto à Porta de Montalvão, verifica-se uma clara distinção, na silharia, entre duas pátinas, correspondendo, possivelmente, a que fica num plano inferior, às fortificações templárias que antecederam as de D. Dinis.

Contudo, uma arregaçada tradição historiográfica aponta a localização de Nisa-a-Velha no Monte de Nossa Senhora da Graça, a 4 km para NE⁷⁶, embora não existam documentos arqueológicos que o provem. A ter existido uma povoação naquele lugar, não terá sido a vila medieval que no princípio de Duzentos já tinha foral, mas um castro romanizado com a mesma designação. É difícil acreditar que tudo tenha desaparecido num ápice.

Aconteceu, de facto, um episódio da história da vila que poderá ter marcado a passagem da Nisa-a-Velha para a Nisa-a-Nova: o saque e destruição da povoação, cerca de 1281, pelo Infante D. Afonso, ajudado pelos Freires do Crato. O episódio enquadra-se na guerra fratricida que então grassava, em consequência da luta que o monarca travava contra o poder senhorial e pela defesa da fronteira através de castelos da Coroa.

D. Dinis reconstruiu a vila e as fortificações. A orientação das obras de arquitectura militar terá estado a cargo de Frei Lourenço Martins, Mestre da Ordem dos Templários⁷⁷. E são já as cruces de Cristo que estão esculpidas nas pedras de armas das portas da Vila e de Montalvão, provando que a conclusão das fortificações foi posterior a 1319⁷⁸. Neste ano, D. Dinis cria a Ordem de Cristo e transfere para ela os bens da perseguida Ordem dos Templários, e provavelmente as comendas de Alpalhão, Nisa e

⁷³ PESTANA, Manuel Inácio - *Foral da Vila do Crato*, Câmara Municipal do Crato, 2ª edição, Crato, 1988, p. 17.

⁷⁴ MOURA, José Dinis da Graça Motta e - *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa*, fac-símile da Edição de 1855, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p.109.

⁷⁵ FIGUEIREDO, José F. - *Monografia de Nisa*, 2ª edição, IN-CM/CMN, 1989, p. 11.

⁷⁶ MOURA, José Dinis da Graça Motta e, *ob. cit.*, p.22. FIGUEIREDO, José F. - *Monografia de Nisa*, IN-CM/CMN, 1989, p. 1 ss.

⁷⁷ FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, p. 18.

⁷⁸ MURTA, José Dinis - "A Porta da Vila. Nisa", *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 5, 1995, p. 136, refere que escritos conhecidos sobre a edificação das muralhas são do reinado de D. Afonso IV, do ano de 1343, fazendo referência a GONÇALVES, João Gouveia Tello - *Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa*, separata de *Estudos de Castelo Branco*, 1965.

Montalvão.

No interior da cerca urbana desenha-se uma nova povoação de urbanismo planificado, com ruas paralelas interceptadas por outras ortogonalmente, como nas *bastides* francesas. De Nisa-a-Velha talvez tenha restado a Rua de Santa Maria, conservando a memória da matriz do mesmo nome - que existia em 1524 -, posteriormente mudada para Nossa Senhora da Graça, provavelmente após a reconstrução motivada pelo terramoto de 1755⁷⁹. O foral novo, de D. Manuel, chegará em 1512.

As fortificações que Duarte de Armas desenhou, no princípio do séc. XVI, eram constituídas por um castelo de quatro torres, incluindo a de menagem, e a cerca urbana, de cinco ou seis torreões, apresentando matacães em três panos de muralha. Uma barbacã com troneiras envolvia completamente a fortificação, apresentando duas portas para a vila e uma para o castelo, a da traição⁸⁰. Durante o reinado de D. Manuel, as fortificações foram intervencionadas, decidindo o Senado da Vila *mandar afixar dentro dos alpendres, que havia junto ao arco, uma lápide de mármore (...) inconfundível emblema do Venturoso. Esta lápide foi mais tarde, estando na presidência da Câmara o dr. Mota Moura, colocada na face exterior do pano de alvenaria que, pelo sul, abrigava o citado alpendre*⁸¹.

Em 1646, a fortificação medieval foi reparada e levantaram-se cortinas à volta da vila, cortando-se o Arrabalde em duas partes⁸². Durante esta intervenção, é colocada, (...) *acima do primitivo arco ogival (...) uma das lápides votivas destinadas por D. João IV a perpetuar a consagração de Portugal à Virgem Imaculada. (...) Num pequeno nicho, acima desta lápide, (...) esteve, durante muitos anos, a imagem de Nossa Senhora da Conceição(...)*⁸³.

Em 1704, as fortificações medievais quase desapareciam, em consequência da tomada da vila pelos espanhóis. Depois, veio a venda das fortificações templárias, como

⁷⁹ FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, p. 58, dá a entender esta conjectura referindo que, por provisão do bispo, se recomendava *que se faça um retábulo na Igreja Nova, que está quase concluída de pedraria, retábulo que nunca houve na antiga. E na boca da tribuna um painel em que se pintará N. S. da Graça, que é o orago desta freguesia*. Também a descrição que se faz da antiga matriz nada refere respeitante a N. S. da Graça. FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, p. 55.

⁸⁰ Duarte de Armas, *ob. cit.*, folhas 48 e 49.

⁸¹ FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, pp. 15 e 16.

⁸² FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, p. 22.

⁸³ FIGUEIREDO, José F., *ob. cit.*, p. 14.

bens nacionais, a partir de 1834⁸⁴. Também as cortinas seiscentistas foram derrubadas, dada a sua inutilidade militar e estorvo urbano, durante o séc. XIX.

6.5.4.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O que resta então das fortificações? A partir da Porta da Vila e no sentido dos ponteiros do relógio (Fig. 6.5.37): tramo da cerca urbana e pequeno prolongamento, para O, da muralha do castelo; tramo O da cerca urbana; tramo N da cerca urbana, com um torreão; tramo E da cerca urbana com um torreão de ângulo e a Porta de Montalvão; tramo S da cerca urbana com a Porta da Vila, ladeada por dois torreões. De referir que o amuralhado urbano não se encontra completo, desenhando um polígono irregular de quatro lados, possuindo os seus maiores tramos orientados na direcção E/O.

A Porta da Vila abre-se em arco quebrado com bases pronunciadas, possuindo 2,51 m de largura por 3,75 m de altura. Na pedra do fecho apresenta um escudo de cinco quinas, estando as exteriores apontadas para o centro e possuindo vestígios de decoração. A porta ainda apresenta as caixas superiores das couceiras e as caixas da tranca. Inscreve-se num pano de muralha que apresenta, a meia altura, dois escudos moldurados. O do lado O apresenta cinco quinas, com as exteriores apontadas para E, e vestígios de besantes; o do lado E possui a Cruz de Cristo e dois conjuntos de cinco quinas. Coroando o paramento, três ameias de tipo primitivo. Está a porta ladeada por dois torreões de secção rectangular coroados por ameias de tipo primitivo. O acesso aos torreões faz-se através de escada exterior adossada ao paramento interior da muralha, do lado O. Dois lanços de escadas dão acesso a um adarve sobre a porta. Do adarve se acede à porta do torreão O e desta ao seu eirado. A porta do outro torreão encontra-se sobre um telhado de habitação adossada à muralha. Ambas as portas apresentam lintel recto sobre impostas de recorte côncavo. Adossada ao torreão O está a torre do relógio.

A Porta de Montalvão apresenta, do lado exterior, a porta propriamente dita, em arco quebrado de bases pronunciadas, com 2,60 m de largura por 3,30 m de altura. Possui as caixas das couceiras, estando as inferiores sobrelevadas, e os buracos para a

⁸⁴ MOURA, José Diniz da Graça Motta e, *ob. cit.*, p. 112.

tranca. O pano de muralha onde a porta se inscreve apresenta uma Cruz de Cristo com dois conjuntos de cinco quinas dentro de moldura rectangular, sendo a muralha coroada por três ameias, uma delas frestada. Do lado de dentro, a restante largura da muralha é vencida por abóbada em arco abatido.

6.5.4.3 INTERVENÇÕES

De 1943 a 1945 realizaram-se intervenções nas Portas da Vila e de Montalvão até à quantia de 10 000\$00⁸⁵ em cada ano. Na Porta da Vila, visaram a *demolição cuidadosa de cantaria aparelhada, a demolição de parede de alvenaria argamassada, a execução de paramentos de cantaria em muralhas, segundo o existente e a remoção de entulhos*⁸⁶. Com estas intervenções foi demolida, na Porta da Vila, a abóbada que unia os dois torreões e que *exteriormente é definida por um pano de parede assente num arco de tijolo*⁸⁷. Devido à existência de um posto de distribuição de energia eléctrica sobre a porta, que tardou a ser retirado, a obra só se deu por concluída em 1949⁸⁸.

Embora não tenha ficado claramente registado, podemos concluir que na mesma campanha de obras se terá intervindo da Porta de Montalvão. Assim, é do seguinte teor um ofício da Secção do Sul:

(...) 1 - Torre das Portas de Montalvão das Muralhas de Nisa. Há cerca de vinte e cinco anos, foi executada a desobstrução parcial das Portas de Montalvão e o início do restauro da torre. Porém, ficando a torre sem

⁸⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Propostas de ajuste particular aprovadas pela Ordem de Serviço nº 2865 da DGEMN/DMN de 8/10/1943, pelo Ofício nº 3870 de 13/11/1944 da DGEMN/DMN e pela Ordem de Serviço nº 1351 da DGEMN/DMN de 22/5/1945. No manuscrito existente no Arquivo da DGEMN, Lisboa, que faz o apanhado das verbas gastas nos castelos entre 1932 e 1956, aparece uma despesa de 5 000\$00 no Castelo de Nisa, referente ao ano de 1942; não encontramos qualquer outra informação sobre esta intervenção.

⁸⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo; Propostas de Ajuste Particular com Francisco Torres, de Barcelos, até 10 000\$00 em cada ano, aprovadas pela Ordem de Serviço nº 2865, de 8/10/1943, pelo Ofício nº 3870 de 13/11/1944 e pela Ordem de Serviço nº 1351 de 22/5/1945 da DGEMN/DMN.

⁸⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ofício de 23/10/1943 do Arquitecto Chefe da 3ª Secção para o Director dos Monumentos Nacionais. FIGUEIREDO, José F. - *Monografia de Nisa*, IN-CM e C. M. Nisa, Nisa, 1956, p. 16, é de opinião que, pelo menos em 1744, esta abóbada já existia.

⁸⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ofício nº 350, de 13/5/1949, do Arquitecto Chefe da 3ª Secção para o Director dos Monumentos Nacionais.

*cobertura, tem-se agravado o seu estado de conservação, verificando-se a derrocada dos pavimentos. Tendo sido vistoriada a torre, considera-se necessário proceder a obras de conservação e restauro, sem o que não se poderá garantir a sua segurança*⁸⁹.

Esta intervenção, programada para 1968, e depois para 1974, que visava o restauro da torre próxima da Porta de Montalvão, não chegou a realizar-se.

6.5.4.4 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES

Uma vez mais, não são apenas as memórias descritivas que nos facultam as necessárias informações sobre as intervenções. Só com a conjugação de dados provenientes dos processos de obras, administrativo e fotográfico, é que chegaremos próximos da verdade. Assim, podemos apontar as seguintes intervenções criticáveis pela negativa ou que nos suscitam dúvidas quanto à sua legitimidade:

Porta da Vila:

- O pano de parede que ligava as duas torres, tinha uma lápide manuelina (Fig. 6.5.38)⁹⁰ que não foi recolocada.

- As ameias das torres que flanqueiam a porta, do lado de intramuros, não existiam, sendo então construídas (Figs. 6.5.39 e 6.5.40)⁹¹.

- A porta da torre O foi alterada, exibindo hoje um arco antropomórfico que não existia (Fig. 6.5.40).

- A escada de dois lanços através da qual se acedia ao eirado, foi demolida e construída uma outra, em alvenaria de pedra, pretendendo parecer original (Figs. 6.5.39 e 6.5.41).

- As ameias que coroam hoje o pano de muralha no qual se abre a porta, do lado exterior, não existiam (Figs. 6.5.42 e 6.5.43).

⁸⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Administrativo, Ofício da Secção do Sul da DSMN, de 6/12/1968, para o Arq. Chefe da Divisão da DSMN.

⁹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Fotográfico nº 223, Castelo de Nisa, P-2906.

⁹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Fotográfico nº 223, Castelo de Nisa, F/N-2904 e P-3243.

Porta de Montalvão:

- O pano de muralha que apresenta a porta, do lado exterior, não tinha ameias (Figs. 6.5.44 e 6.5.45)⁹² e foram-lhe então construídas.

- Foi demolida a cobertura da torre que guarda esta porta, sem se ter providenciado outra forma de protecção dos pavimentos...que acabaram por ruir.

6.5.5 FORTIFICAÇÕES DE PORTALEGRE

6.5.5.1 NOTA HISTÓRICA

Portalegre estava englobado no termo de Marvão pelo primeiro foral desta vila (1226). Segundo a tradição historiográfica, em 1229 Portalegre já era vila, e em 1253, concelho, embora se pense que o primeiro foral tenha sido atribuído por D. Afonso III, em 1259⁹³.

O primeiro documento, conhecido, que faz referência às fortificações de Portalegre, é uma lápide com uma inscrição condensada em latim, datada de 1274, existente no Museu Municipal da cidade, na qual se faz referência à Porta de Alegrete. Ou seja, já existia, naquele ano, uma cerca urbana. Por outro lado, já aqui fizemos abundantes referências à doação dos *castelos* e *vilas* de Portalegre, Marvão e Arronches, por D. Afonso III, ao Infante D. Afonso, no ano de 1271. E também já salientámos que D. Dinis se apossa destes castelos de fronteira no ano de 1299; no caso de Portalegre, após cerco entre Maio e Outubro daquele ano, ajudado por cavaleiros do Templo e de Avis, embora a contenda se tivesse resolvido por via diplomática. O rei trocou Sintra por Portalegre e Ourém por Marvão, em acordo celebrado em 1300⁹⁴.

Podemos então concluir que as fortificações medievais de Portalegre já existiam no séc. XIII, beneficiando dos conhecidos melhoramentos promovidos por D. Dinis nos castelos de fronteira, já nas primeiras décadas do séc. XIV. Também sabemos que no séc. XV ou no séc. XVI se realizaram obras na Torre de Menagem, patentes na abóbada

⁹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo Fotográfico nº 223, Castelo de Nisa, P-2907 e P-5221.

⁹³ BUCHO, Domingos Almeida - "Portalegre Medieval / Subsídios para a sua leitura urbanística", *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 8 (Nova Série), Portalegre, 1993, p. 196.

⁹⁴ *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, p.161

da sala superior.

Com o início da Guerra da Restauração, em 1641, abaluartam-se as velhas fortificações e tornam-se as torres “capazes” de artilharia: em 1661, estavam concluídos dois fortins - o de Santana (ou Boavista), de que restam vestígios, e o de São Cristóvão - , bem como uma tenalha em São Pedro.

De obras de reparação e refortificação, há notícia um pouco antes de 1704, sendo os moradores obrigados à demolição dos muros após a tomada da cidade nesta data. Até 1801, a tenalha de São Pedro transformou-se em fortim, e sabe-se que, naquele ano, as fortificações estavam arruinadas, e de pouco valeria repará-las - diz um documento militar espanhol -, *porque estando dominadas por la vecina sierra, sólo podría ser muy débil y corta su defensa*⁹⁵. Já em 1798, durante a viagem de inspecção do Príncipe de Waldeck, se reconheceu a difícil defesa da cidade mas, também, a boa posição estratégica recuada que oferecia:

*Portalegre em si mesmo não é fácil de defender, o que não acontece com alguns outeiros próximos, e assim, na serra situada a leste, notamos, no local onde se encontra uma ermida (São Cristóvão), os vestígios de um forte, assim como fundos sinais de trincheiras. Mais acima está uma velha torre (Atalaião), a que falta a entrada. Portalegre está muito bem situada para acampamentos e armazéns ambulantes, porque ali se cruzam os caminhos de Elvas, Campo Maior, Marvão, castelo da vila de Montalvão, de Nisa, Abrantes, Évora e Estremoz, e de todos os lados do Alentejo se pode lá chegar, embora os acessos junto a Portalegre não sejam muito bons*⁹⁶.

A localização da vila medieval fortificada, deixando a nascente o enorme padraço da sua serra, faz-nos pensar que o seu nascimento não terá acontecido por razões militares, mesmo em tempos anteriores à pirobalística. O *Portus Alacer*, o porto seco, sobranceiro ao vale, vem ao encontro desta tese, como razão para Portalegre existir nos

⁹⁵ Ver Anexo II do *Plano de la Ciudad, é inmediaciones de Portalegre*, Serviço Histórico Militar (Madrid) C-I-23-3684, publicado por VENTURA, António - “Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 8 (Nova Série), 1993, p. 277.

⁹⁶ GUEDES, Lívio da Costa, *ob. cit.*, pp. 214 e 215.

seus primórdios. Só depois a fortificação se terá levantado, a proteger o casario e, olhando as costas desprotegidas, foi necessário montar vigilância e defesa na crista da serra, chegando aos nossos dias o Atalaião, fortificação moderna ou modernizada que poderá ter as remotas origens de uma atalaia medieval⁹⁷. Também o Fortim de São Cristóvão, de que restam algumas estruturas, poderá ter aproveitado os materiais da fortificação medieval que ainda aí existia nas primeiras décadas do séc. XVII. Relacionando o castelo com as restantes edificações intramuros, ele ocupa o lugar de maior proeminência (493 m).

Situada muitos quilómetros a sul do Tejo e afastada da linha de fronteira, a nascente, Portalegre nunca constituiu uma fortificação de ocupação em tempos de Reconquista, nem de detenção após o Tratado de Alcanizes (1297). Está de acordo com esta posição estratégica recuada - com vocação para Quartel General na Idade Moderna e na Contemporânea -, o magro elenco de eventos bélicos acontecidos na cidade⁹⁸. Para esta característica em muito ajudou, também, o facto de ser uma “praça aberta”, pela

⁹⁷ Este Atalaião poderá ter sido construído por altura das guerras que D. Afonso V travou contra Castela (1475-1479). Ver MOREIRA, Rafael - “ A época Manuelina”, in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Alfa, Lisboa, 1989, p. 96.

⁹⁸ Eventos bélicos ocorridos em Portalegre:

- D. Dinis monta cerco a Portalegre, entre Maio e Outubro de 1299, ajudado por cavaleiros do Templo e de Avis. Pretendia tomar a vila a seu irmão, o infante D. Afonso, que nela se encontrava. Resolveu-se a contenda - com pesados danos de parte a parte - por via diplomática: o rei trocou Sintra por Portalegre e Ourém por Marvão, em acordo celebrado em 1300.
- No crítico ano de 1383, amotinou-se o povo contra o alcaide D. Pedro Álvares Pereira, que tomara o partido castelhano, arrebatando-lhe o castelo: (...) *se juntaram os da vila uma quinta-feira pela manhã e começaram de o combater; e ante de meio-dia, com a ajuda de Deus, foi filhado* (Fernão Lopes). Receberam os portalegrenses, por tal feito, o título de “Leal”, atribuído por D. João I em 1387.
- No dia 8 de Junho de 1704, no decurso da Guerra da Sucessão de Espanha, a cidade foi conquistada pelo exército de Filipe V. Outro exército, o de Sanclá - príncipe de Tilly - havia feito duas tentativas de aproximação, sem sucesso, chegando até à Quinta da Frazoa.
- No dia 1 de Junho de 1801, foi a cidade ocupada pelo exército espanhol sob o comando do General Alencastre, durante a “Guerra das Laranjas”. As tropas portuguesas, sob o comando do Duque de Lafões, haviam retirado dois dias antes.
- No dia 6 de Agosto de 1808, durante as Invasões Francesas, o exército francês, comandado pelo sanguinário General Loison - de alcunha o *Maneta* -, ocupou a cidade.
- Revolta liberal na madrugada de 2 para 3 de Julho de 1833 e entrada em Portalegre dos efectivos da guerrilha de D. Manuel Martinini no dia seguinte; ocupação da cidade por forças realistas no dia 7, após a fuga dos liberais.
- Tropas liberais da *Legião Patriótica do Alentejo*, sob o comando do Major José Justino Teixeira, entraram em Portalegre no dia 12 de Dezembro de 1833, prenderam as autoridades, soltaram os presos políticos e regressaram a Marvão. Outras incursões liberais, provenientes de Marvão, ocorreram a 14 de Dezembro de 1833, para saque de dinheiro e outros valores, e a 28 de Março de 1834, para captura de prisioneiros.
- No dia 25 de Junho de 1847, tropas espanholas ocuparam a cidade, durante a Patuleia

extensão do casario extramuros, e indefensável, pela existência da serra.

6.5.5.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O castelo é constituído por três torres, estando duas delas interligadas. O amuralhado que liga estas torres à Torre de Menagem está interrompido pela Rua do Castelo. O pátio constitui uma figura geométrica irregular, grosseiramente arredondada, que a E dá origem a um corredor entre as muralhas que se ligavam à Torre de Menagem (Fig. 6.5.46).

A torre N é a que atinge maior altitude. Tem secção rectangular e é maciça até ao nível do adarve, onde apresenta a porta através da qual se acede a uma sala e às escadas para o eirado, com ameias de tipo primitivo. Esta porta possui impostas de recorte côncavo que suportam um tímpano grosseiramente semicircular com um sol raiado e flamejado nele insculpido. A sala apresenta planta hexagonal e possui, adossado a cada ângulo, um pilar de cantaria de secção rectangular, com base, fuste e capitel chanfrados, donde arrancam as nervuras, de igual material e secção chanfrada, que se cruzam no tecto abobadado em arcos redondos. No fecho, a repetição do sol raiado da porta da torre.

A torre O é a mais baixa das três. Tem secção intencionalmente quadrada e também é maciça até ao nível do adarve, onde apresenta uma entrada bastante alta, em arco redondo. Após três lanços curtos de escada, dá acesso ao eirado, com ameias de tipo primitivo.

A Torre de Menagem, a E, tem a secção de maior superfície, em forma de quadrilátero irregular, situando-se numa posição intermédia em termos de altitude. Entra-se pela face O através de porta em arco redondo, antecedida de escadas de pedra de colocação recente. A sala do piso térreo, empedrada, apresenta outra porta na face oposta à da entrada, de maiores dimensões, emparedada, com arco quebrado. Seria a porta da traição que dava para a barbacã⁹⁹? O tecto desta sala é de abóbada em arco

⁹⁹ Observando a secção desta torre na planta do castelo (Fig. 6.5.46), bem como a localização da muralha urbana que a ela se liga pela face exterior E, podemos levantar a hipótese de a sua construção ter sido anterior à do castelo e aproveitada posteriormente para o integrar. De facto, a face E da torre

quebrado, de quatro tramos; é estruturado por três nervuras de cantaria de secção rectangular que nascem dos capitéis de três pilares de igual secção, por sua vez apoiados em bases de secção também rectangular, com chanfra, adossadas às paredes N e S. O tecto apresenta duas buéiras. Uma escada de madeira dá acesso, a 4,45 m de altura, a uma escada em pedra que nos conduz à sala do piso superior.

Esta segunda sala possui uma janela gradeada com conversadeiras a S, uma porta de verga redonda que dava para o adarve, a O, o acesso às escadas que vão para o eirado, também a O, e cinco frestas de arejamento e iluminação. O tecto, a que já fizemos referência, é de abóbada achatada, de nervuras chanfradas, formando estrela de quatro pontas, obra do séc. XVI. Nos bocetes, a Cruz de Cristo e motivos vegetalistas; no fecho, o escudo real. O eirado apresenta ameias de corpo largo, duplamente chanfradas para os lados das abertas, e com seteiras.

A cerca urbana descreve uma linha poligonal fechada, irregular, de forma arredondada, envolvendo o castelo, situado a E. Guarnecendo a cerca medieval, foram construídas, a partir do séc. XVII, fortificações abaluartadas. É a seguinte a sua constituição a partir da Porta de Alegrete e no sentido dos ponteiros do relógio (Fig.

situa-se na mesma linha da muralha N e é a partir do cunhal S que a muralha inflecte para NO em direcção à Porta de Alegrete. A geometria desta torre parece ser função da muralha e não do castelo, ao qual se ligava por um corredor entre muralhas, configurando uma planta de castelo invulgar que se formou por organicismo e não *ex nihilo*. Em abono desta hipótese estão as dimensões generosas da porta da torre que dava para o exterior, hoje obstruída pela construção inaceitável de um edifício do lado exterior; este vão lembra mais uma porta de serviço, para o exterior, do que uma porta da traição, geralmente de dimensões reduzidas. Talvez esta função explique o facto de as caixas superiores das couceiras da porta da face O da torre se encontrarem do lado exterior (Fig. 6.5.49). Esta torre poderia ter sido, então, fundacionalmente, uma torre-porta da cerca urbana, passando à função de Torre de Menagem com a construção do castelo. Por sua vez a porta, passou a desempenhar a função de porta da traição: porta de um castelo que se opõe à da vila, abrindo para o exterior. A porta da vila - Porta da Alcáçova em 1304 - situava-se na muralha S do castelo, entre a Torre de Menagem e a torre O, acedendo-se a ela através da Rua do Castelo. Um breve estudo gliptográfico vem em apoio desta leitura: a Torre de Menagem é, toda ela, da mesma campanha de obras, com excepção, claro está, do tecto da sala do piso superior, o que prova que a porta em questão tinha as dimensões generosas que hoje apresenta logo que a torre foi construída. Com efeito, uma marca de canteiro semelhante a um 4 pode ser encontrada na porta O (1x), no 1º e no 3º arco da abóbada da sala do piso térreo (respectivamente 6X e 1x), no arco da porta da traição (4x) e na 1ª fresta da escada que dá para a sala do piso superior (3x). Também a arquitectura do tecto da sala do piso térreo da Torre de Menagem nos parece mais rude do que o da sala da torre N, esta, com o tecto igual ao da sala da Torre de Menagem do castelo de Castelo de Vide, e portando, de execução mais tardia, dionisina. Somos levados a pensar que um tecto tão rude, tão funcional, tão despojado de enfeites, não estava destinado, fundacionalmente, a constituir uma Torre de Menagem. Seria então uma torre-porta da cerca urbana existente no reinado de D. Afonso III, ao passo que as outras torres do castelo serão provavelmente dionisinas. A torre O não apresenta marcas de canteiro e a torre N, profusamente marcada, não apresenta a referida sigla, pelo menos nas faces visíveis dos adarves.

6.2.55): Porta de Alegrete, constituída por uma torre-porta com arco de volta inteira; troço de muralha da Rua da Torre do Pessegueiro até à Rua de Santa Clara, com vestígios da Torre do Pessegueiro; troço de muralha entre a Rua de Elvas e a Rua do Arco, interrompido por um edifício do Internato de Santo António, e possuindo, do lado de baixo da rua, os restos de um meio baluarte; troço de muralha, com parte da antiga barbacã, entre a Rua do Arco e o Arco do Bispo, interrompido pela Sé, com um meio baluarte nas traseiras do Palácio Episcopal; vestígios do troço de muralha e barbacã que antecedem o Palácio Amarelo; meio baluarte a proteger este palácio; torreão de secção quadrada junto à Rua 1º de Maio; troço de muralha interrompido a meio, com adarve, a ligar-se a outro torreão de secção quadrada, protegido por baluarte; Porta da Devesa, constituída por duas torres avançadas em relação à porta, posteriormente ligadas com abóbada que sustenta habitação que ocupa também as torres; vestígios de muralha e barbacã até à Rua Benvindo Ceia; troço de muralha e barbacã da Rua dos Muros de Baixo; torreão de secção rectangular reforçado por um meio baluarte; troço de muralha e barbacã da Rua dos Antigos Muros de Baixo; Porta do Postigo, deslocada da primitiva localização e encastrada na parede; restos do troço de muralha com habitações adossadas e restos de cortina que suporta a Rua dos Muros de Cima; Torre de Menagem do castelo; restos de cortina visíveis do Lg. Dr. Alves de Sousa; troço de muralha com habitações adossadas; Porta de Alegrete.

Dos fortins de Santa Ana ou Boavista e de São Cristóvão - com a fortificação abaluartada que o guarnecia - e da tenalha de São Pedro - que no séc. XIX constituía um fortim¹⁰⁰ - , construídos entre 1641 e 1704¹⁰¹, restam vestígios do fortim da Boavista e parte da estrutura do fortim de São Cristóvão.

No topo da encosta, a NE do castelo, situa-se o Atalaião. Este torreão, hoje arruinado, é constituído por uma torre escarpada, roqueira, com planta rectangular. A sua construção poderá ter sido medieval, sofrendo reabilitação a partir do séc. XVII, estando nessa altura munido de artilharia.

¹⁰⁰ Ver *Plano de la Ciudad, é inmediaciones de Portalegre*, Serviço Histórico Militar (Madrid) C-I-23-3684, publicado por VENTURA, António - "Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)", *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 8 (Nova Série), 1993, entre as páginas 264 e 265.

¹⁰¹ Ver carta militar espanhola da Colecção de Gravuras de Nicolau de Fer., Madrid, 1704, Arquivo Histórico Militar de Lisboa e Serviço Geográfico Cadastral de Madrid.



6.5.5.3 INTERVENÇÕES

a) Anos Quarenta

Há referências a obras projectadas ou levadas a cabo na Rua e Torre do Pessegueiro, no ano de 1945¹⁰².

b) Anos Cinquenta

Realiza-se a reparação da muralha junto à Torre do Pessegueiro, que havia sofrido um rombo, em 1959. Nas obras despendeu-se a verba de 1 000\$00¹⁰³.

c) Anos Sessenta

No período 1962/64 realizaram-se algumas intervenções que visaram, por um lado, a iluminação das fortificações, por outro, obras de reconstrução e consolidação no troço da cerca urbana medieval da Rua da Torre do Pessegueiro (1963), onde se investiu a quantia de 30 000\$00¹⁰⁴. Relativamente à iluminação do castelo, instalada em 1963, obra conjunta da DGEMN e da Câmara Municipal, despendeu a DGEMN 95 189\$00¹⁰⁵.

No biénio de 1967/68 adquiriram-se vários edifícios, para demolição, na Rua do Arco do Bispo, adossados aos rochedos que suportam a muralha. Após as demolições, ficou a muralha visualmente desobstruída, beneficiando também de obras de consolidação. Os prédios foram adquiridos pela importância de 124 000\$00, (...) *prevendo-se agora com a verba sobranete - 21 840\$00 - a sua demolição*¹⁰⁶. Ainda em 1967, investiu-se a verba de 50 000\$00 na consolidação da muralha junto à Rua do Arco do Bispo e procedeu-se (...) *à consolidação da parte superior da Torre do Pessegueiro*¹⁰⁷. Em 1968, previa-se o início obras de consolidação da Torre de

¹⁰² Arquivo da DGEMN, Lisboa, Ofício nº 1514 da DMN de 4/7/1945.

¹⁰³ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Ordens de Serviço nºs 2727 de 15/4/1959 e nº 6059 de 7/5/1959, DSMN.

¹⁰⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 1035 de 4/12/1963, Ordem de Serviço nº 4826, de 5/12/1963, do Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

¹⁰⁵ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Administrativo, S121409/006, *Muralhas de Portalegre*, informação da DGEMN de 2/9/1965.

¹⁰⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 662 de 22/9/1967.

¹⁰⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 212 de 5/4/1968.

Menagem, no valor de 41 414\$00, compreendendo (...) a execução de cintas de travação e gatos de betão armado (...) o refechamento das fendas existentes; a reconstrução do telhado; e ainda a reconstrução da escada de alvenaria de ligação do 1º com o 2º piso da torre e a limpeza das dependências¹⁰⁸.

b) Anos Setenta

Em 1970 são investidos 100 000\$00 em obras de consolidação dos troços de muralha em pior estado, bem como na Porta de Alegrete e na Porta da Devesa¹⁰⁹. Também se previa uma intervenção na Torre de Menagem que, como veremos adiante, não chegou a realizar-se. Prevista estava também a limpeza de paramentos e a execução de rebocos em cortinas da fortificação abaluartada. Na mesma campanha de obras procedeu-se à remoção de um portalete existente numa torre¹¹⁰.

Em 1971 continuam as obras na Porta de Alegrete, prevendo-se a demolição de telhados, pavimentos, alvenarias e chaminé da edificação existente sobre o Arco de Santo António¹¹¹ (Porta de Alegrete). Com a verba disponível, 190 000\$00, previa-se ainda a conservação de vários panos de muralha *oferecendo aos turistas o aspecto digno que devem ter*¹¹². Ainda no mesmo ano, previam-se obras na Torre de Menagem, dispondo-se de 60 813\$00¹¹³. Como a memória descritiva desta intervenção é igual, tal como as fotografias, às da campanha prevista para 1968, tal facto leva-nos a concluir que as obras na Torre de Menagem foram adiadas. Aliás, só a 9/4/1971, o Marquês de São Payo, em representação da proprietária da referida torre - D. Maria do Carmo de Sárrea Caldeira Castelo Branco¹¹⁴ - dá autorização para que as obras comecem, alertando para

¹⁰⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, 1968.

¹⁰⁹ Referência feita na memória descritiva da campanha de obras seguinte. Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 835 de 20/10/1971.

¹¹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 586 de 13/8/1970.

¹¹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 835 de 20/10/1971.

¹¹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Comunicação nº 835 de 20/10/1971.

¹¹³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Ofício nº 60 de 10/5/197.

¹¹⁴ Por testemunho de família, sabe-se que seu pai, Luís Barahona, comprou o castelo porque uma das torres servia de paiol e se encontrava nas traseiras do palácio onde habitava.

o facto de que tal intervenção em nada poderia interferir com a legítima propriedade do imóvel¹¹⁵. Em documentação do ano seguinte prova-se que as obras só terão começado, efectivamente, em 1972: (...) *prevê-se o início do restauro do castelo, recentemente adquirido pelo Estado*¹¹⁶, *considerando-se a consolidação e recuperação da Torre de Menagem. Nos próximos anos proceder-se-á à consolidação e recuperação das restantes torres e panos de muralha que as ligam e ao arranjo da Praça de Armas, de forma a obter-se a recuperação total do Castelo*¹¹⁷. Neste ano de 1972, investiu-se a quantia de 150 000\$00, sendo utilizada inteiramente na Torre de Menagem: na demolição da cobertura telhada, na demolição de alvenarias para desobstrução de ameias, na consolidação da torre através de lintéis e “gatos” de betão, no isolamento do extradorso da abóbada que surge no eirado e na substituição de degraus da escada de acesso ao eirado.

No ano de 1973 continuaram as obras no castelo, demolindo-se os muros que o separavam da via pública - Rua do Castelo - e reconstruindo-se parcialmente as muralhas confinantes com esta rua. Nesta intervenção foram gastos 80 000\$00. Ainda no mesmo ano são investidos mais 280 000\$00 na recuperação do castelo, agora nas outras duas torres e muralhas de ligação: *prevê-se a consolidação das torres e panos de muralha que constituem o Castelo (...) construção de alvenaria hidráulica em elevação, em panos de muralha, cortinas e merlões. Fornecimento e assentamento de cantaria em granito da região em silhares de cunhais. Fornecimento e assentamento de degraus de cantaria de granito da região nas escadas das torres (...) Reconstrução de rebocos no interior de uma das torres*¹¹⁸.

Finalmente, no ano de 1974, são lançadas duas campanhas de obras, ambas antes do 25 de Abril, num total de 360 612\$00¹¹⁹. A reconstrução de alvenarias nas muralhas continuou, demoliram-se paredes de velhas casas dentro do pátio, regularizaram-se os

¹¹⁵ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo nº S121409/006, *Muralhas de Portalegre*, carta do Marquês de São Payo datada de 9/4/1971.

¹¹⁶ O castelo foi efectivamente comprado pelo Estado, em 1972, a Maria do Carmo de Sárra Caldeira Castelo Branco.

¹¹⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Processo nº 490 de 3/7/1972. As obras foram noticiadas no jornal *A Rabeca* de 14/9/1972

¹¹⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Processo nº 324 de 30/4/1973.

¹¹⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Muralhas do Castelo de Portalegre*, Procº/Monumento nº S121409/006, Processos nºs 150 de 30/3/1974 e 164 de 16/4/1974.

seus terrenos, assentou-se um portão de ferro na entrada e executaram-se pavimentos de calçada.

6.5.5.4 ANÁLISE SUMÁRIA DAS INTERVENÇÕES

A reconstrução de alvenarias no amuralhado, a sua consolidação pelo refechamento de juntas e a limpeza de vegetação parasitária, foram intervenções importantes para a recuperação do imóvel. Contudo, lamenta-se a falta de identificação das novas alvenarias, o que é inaceitável, até porque a intervenção é muito posterior à Carta de Veneza (1964) e constrói elementos arquitectónicos formalmente importantes: as ameias da Torre de Menagem, por exemplo, apresentam um formato pouco comum.

É de louvar a desobstrução visual de alguns elementos medievais, retirando-se os rebocos que os cobrem - caso da Porta de Alegrete e da Porta da Devesa - uma vez que, originariamente, estas alvenarias nunca tiveram rebocos, nem deles precisam para preservar a sua estrutura (Figs. 6.5.47 e 6.5.48). Ainda no capítulo da desobstrução visual, consideramos benéficas para o monumento as demolições de muros que separavam o castelo da rua e impediam a sua visualização, as demolições de paredes de edifícios arruinados dentro do pátio, que nada tinham com a vida militar do mesmo, bem como a desobstrução das aberturas da Torre de Menagem e a demolição da construção espúria que possuía no eirado (Fig. 6.5.49 e 6.5.50). No entanto, queremos fazer notar que, se através das fotografias tiradas antes das intervenções, é possível identificar as frestas e a localização de algumas aberturas obstruídas na Torre de Menagem, já não é possível saber qual a forma do seu recorte original, uma vez que esses levantamentos de pormenor não se fizeram.

No campo das renovações que aprovamos, podemos referir a impermeabilização do eirado da torre O, com argamassa, a reconstrução do telhado da Torre de Menagem e a substituição de degraus nas escadas das torres. Mas a impermeabilização da torre N levanta alguns problemas: para além de não tapar a zona das escadas, utilizou-se aqui, tal como na Torre de Menagem do castelo de Castelo de Vide, a tijoleira prensada e lisa, de opção duvidosa em termos estéticos e ineficaz em termos de impermeabilização. Teria

sido preferível uma cobertura telhada.

Relativamente às intervenções que claramente desaprovamos ou a que colocamos dúvidas quanto à sua legitimidade, contam-se:

- A eliminação de uma bueira no tecto da sala do 1º piso da Torre de Menagem. Luís Keil refere três bueiras¹²⁰, existindo apenas duas na actualidade.

- A eliminação de uma rampa, no 1º piso da Torre de Menagem, que dava acesso ao piso superior, hoje substituída por uma escada de madeira.

- A eliminação de uma segunda porta, em arco de volta inteira, localizada por Luís Keil¹²¹ no 1º piso, e a de um *portalete*, provavelmente junto à actual porta de acesso ao 2º piso da Torre de Menagem (Fig. 6.5.56).

- A construção de ameias na torre N, que não existiam antes da intervenção (Fig. 6.5.51).

- A construção de ameias nas muralhas do castelo, que não existiam, como o provam as fotografias tiradas em 1968, antes da intervenção (Figs. 6.5.51 e 6.5.52).

- A construção de ameias no troço de muralha que passa nas traseiras da Catedral ou junto ao postigo de São Tiago, que as não tinha (Fig. 6.5.53 e 6.5.54).

6.5.6 INTERVENÇÕES NOUTRAS FORTIFICAÇÕES

As intervenções realizadas durante o Estado Novo, noutras fortificações do distrito de Portalegre, foram escassas e de menos importância do que as que acabámos de analisar sumariamente. Consistiram essencialmente em obras de conservação e reconstrução de alvenarias. Em síntese, podemos referir as seguintes:

- *Castelo de Alegrete*¹²².

. 1965 / *Obras de consolidação* no valor de 16 521\$00¹²³.

¹²⁰ KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 119.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, *passim*.

¹²² Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Castelo de Alegrete*, Procº/Monumento nº S121402/010. Fora do período em estudo, estão registadas as seguintes intervenções neste castelo: 1977 - Obras de consolidação em virtude de uma derrocada; 1978 - Continuação (das obras anteriores) e demolição de alvenarias que obstruíam aberturas e ameias; 1984 - Obras de consolidação nas muralhas e construção de alvenarias de tijolo para isolamento da entrada no castelo.

- *Castelo de Alter Pedroso (restos)*¹²⁴:

. Princípio dos Anos Quarenta / (...) *construção da estrada de acesso, destruindo-se o tramo sudoeste da muralha e aproveitando-se os seus materiais* (MOP).

. 1946 / (...) *construção do marco geodésico e miradoiro que o envolve* (Instituto Geográfico e Cadastral).

- *Castelo de Avis*¹²⁵:

. 1959 / *Obras no valor de 28 350\$00*¹²⁶

. 1970 / *Obras de conservação na torre junto ao Hospital.*

. 1974 / *Consolidação de troços de muralha, reconstrução de coberturas e telhados junto ao Lg. Cândido dos Reis, picagem de rebocos e limpeza de ervas.*

- *Restos do Castelo da Vila do Crato*¹²⁷:

. 1946 / *Reconstrução de dois troços de muralha no valor de 56 316\$00.*

. 1956 / *Diversos trabalhos de conservação no valor de 58 316\$00.*

. 1958 / *Obras de conservação no valor de 28 846\$00.*

. 1963 / *Reparação de muralhas no valor de 27 617\$00.*

- *Muralhas do castelo de Monforte:*

. 1956 / *Obras no valor de 12 030\$40*¹²⁸

. 1957 / *Obras no valor de 6 300\$00*¹²⁹

¹²³ Realizam-se posteriormente obras em 1977 (obras de consolidação no castelo em virtude de uma derrocada), 1978 (continuação das obras anteriores e demolição de alvenarias que obstruíam aberturas e ameias) e 1984 (obras de consolidação de muralhas e construção de alvenarias de tijolo para isolamento da entrada no castelo).

¹²⁴ Ficha de Inventário da DGEMN, *Castelo de Alter Pedroso (restos)*, Procº/Monumento nº 120101005.

¹²⁵ Ficha de Inventário da DGEMN, nº IPAC 120303003.

¹²⁶ Arquivo da DGEMN, Lisboa: verba referida no manuscrito intitulado *Castelos que faz o apanhado do dispêndio com as fortificações*, por Secções, de 1932 a 1960.

¹²⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Restos do Castelo da Vila do Crato*, Procº/Monumento nº S120602/006.

¹²⁸ Arquivo da DGEMN, Lisboa: verba referida no manuscrito intitulado *Castelos que faz o apanhado do dispêndio com as fortificações*, por Secções, de 1932 a 1960.

¹²⁹ Arquivo da DGEMN, Lisboa: verba referida no manuscrito intitulado *Muralhas, Fortes e Torres*, que faz o apanhado do dispêndio com as fortificações, por Secções, de 1932 a 1959.

- *Castelo de Ouguela*¹³⁰: (referência a uma intervenção a realizar em 1953, na igreja, orçada em 241 292\$00¹³¹ / 1ª intervenção em 1976).

- *Castelo de Seda (restos)*¹³²: *Consolidação de um torreão e de um troço de muralha*, no ano de 1971, no valor de 31 200\$00.

A *Fortaleza de Arronches*¹³³ e o *Castelo de Barbacena*¹³⁴ só foram intervencionados a partir de 1975 e de 1989, respectivamente. Não existem referências a outras fortificações do distrito, nomeadamente ao que resta das mesmas em Cabeço de Vide, Monforte e Montalvão¹³⁵.

¹³⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Castelo de Ouguela*, Procº/Monumento nº S120403/004.

¹³¹ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Pasta Castelo Ouguela, S 120403 004, 1946 e ZP, 1713.

¹³² Arquivo da DREMS, *Castelo de Seda (restos)*, Procº /Monumento nº 120104007.

¹³³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Fortaleza de Arronches*, Procº/Monumento nº S120201/003.

¹³⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo de Obras, *Castelo de Barbacena*, Procº/Monumento nº S120704/021.

¹³⁵ O património que resta destas fortificações não estava classificado no período em análise.

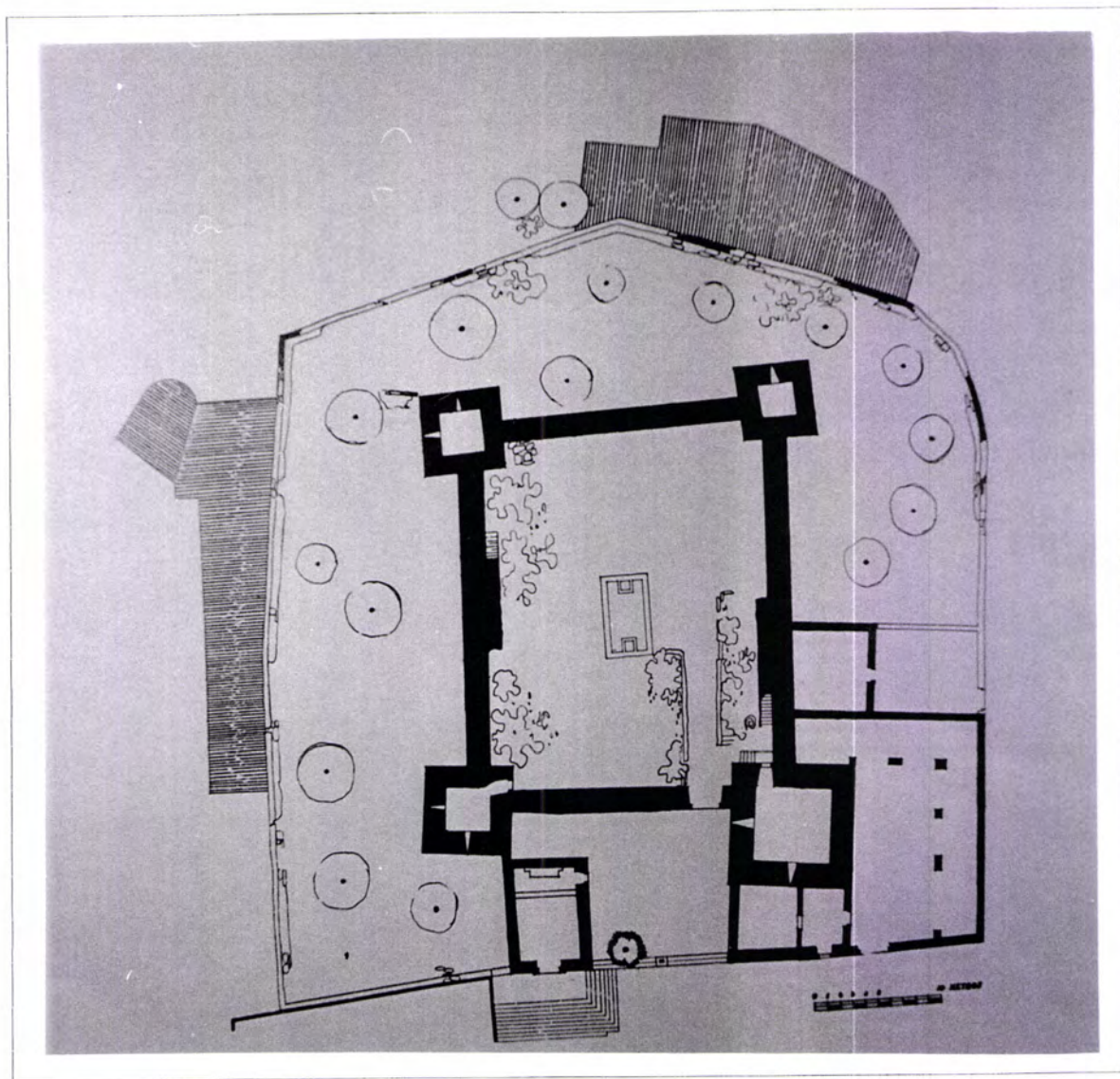
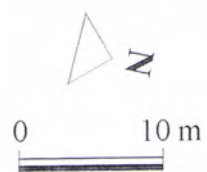


Fig. 6.5.1 - Castelo de Amieira. Planta ao nível das entradas, antes da intervenção de 1945 a 1949 (desenho DGEMN)



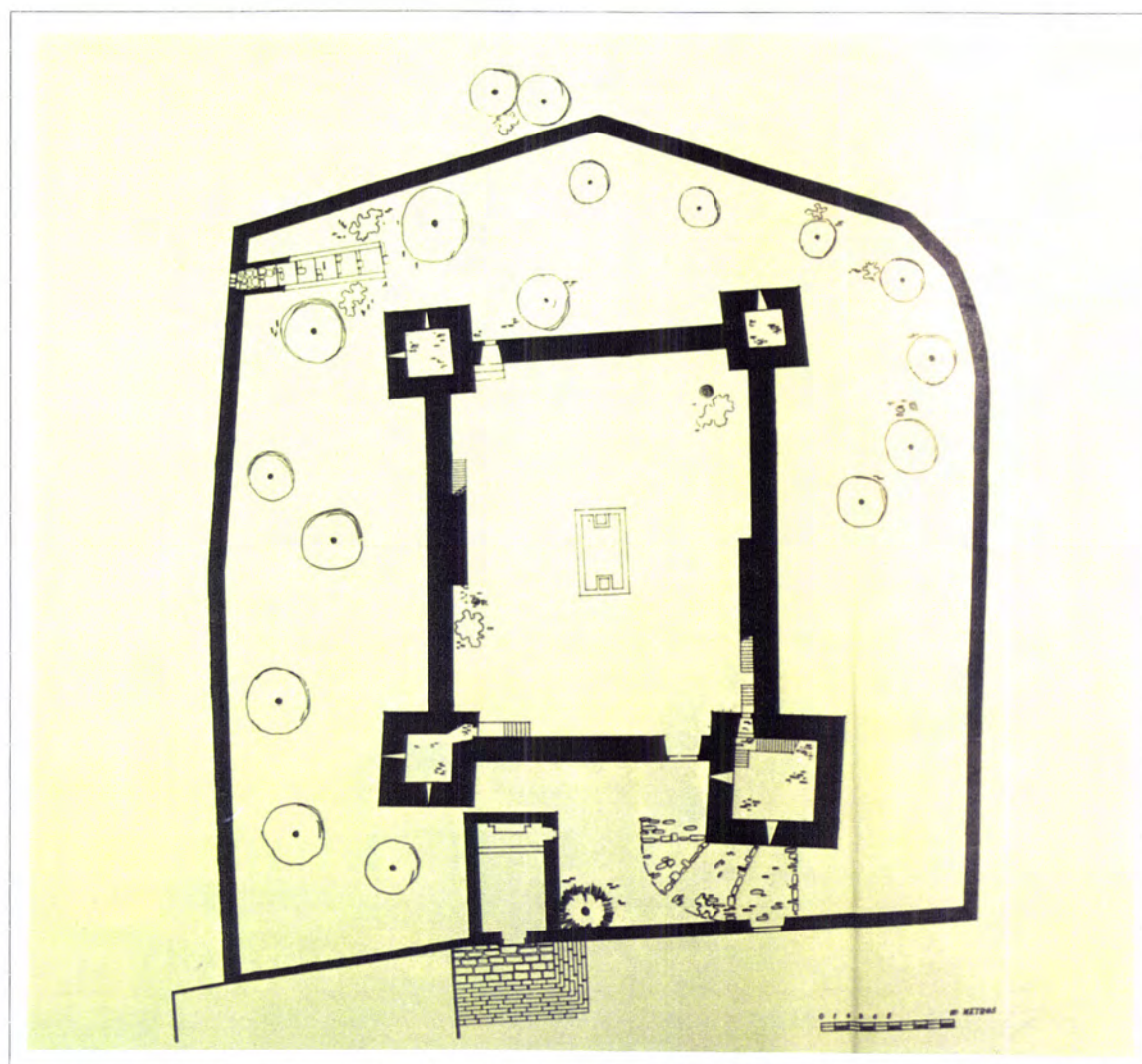


Fig. 6.5.2 - Castelo de Amieira. Planta ao nível das entradas, depois da intervenção de 1945 a 1949 (desenho DGEMN)

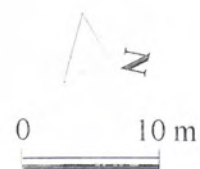




Fig. 6.5.3 - Castelo de Amieira. Vista aérea tirada de SE, antes da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)

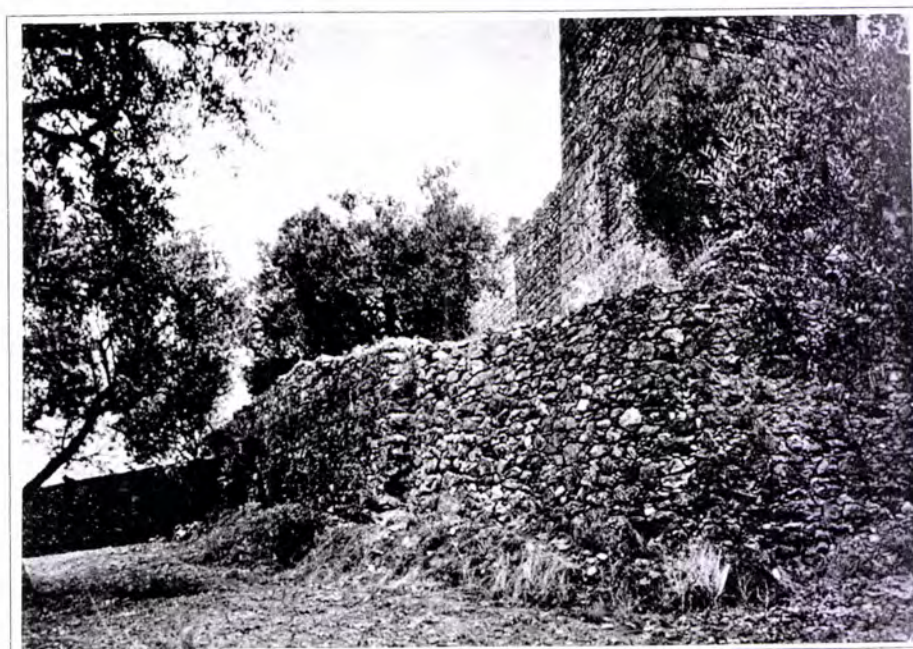


Fig. 6.5.4 - Castelo de Amieira. Barbacã, tramos S e O, antes da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)



*Fig. 6.5.5 - Castelo de Amieira. Barbacã, tramos S e O,
depois da intervenção de 1945 a 1949
(foto DGEMN)*



*Fig. 6.5.6 - Castelo de Amieira. Barbacã, tramo O,
antes da intervenção de 1945 a 1949
(foto DGEMN)*

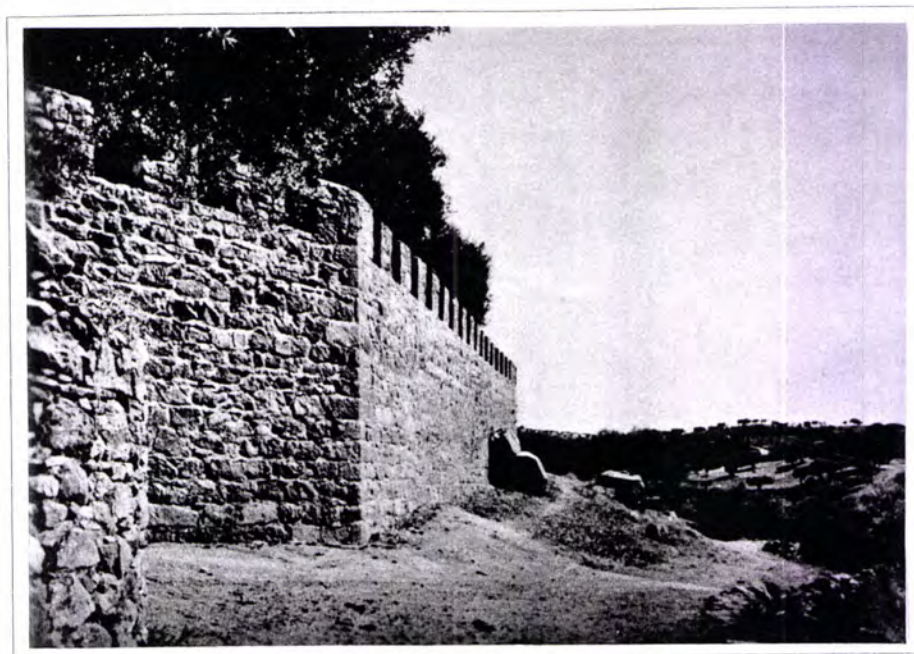


Fig. 6.5.7 - Castelo de Amieira. Barbacã, tramo O, depois da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)

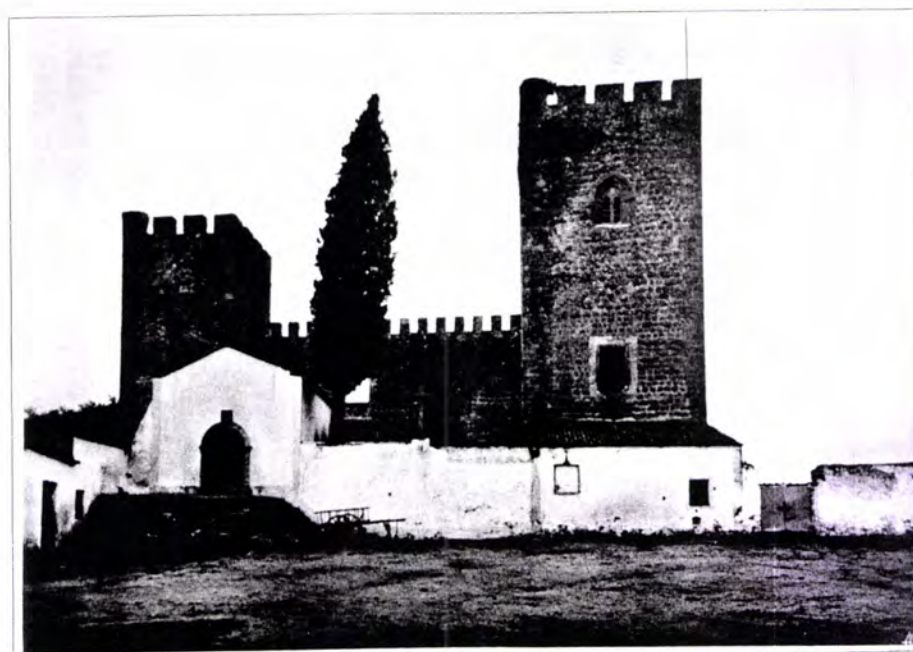


Fig. 6.5.8 - Castelo de Amieira e sua barbacã, tramo E, antes da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)

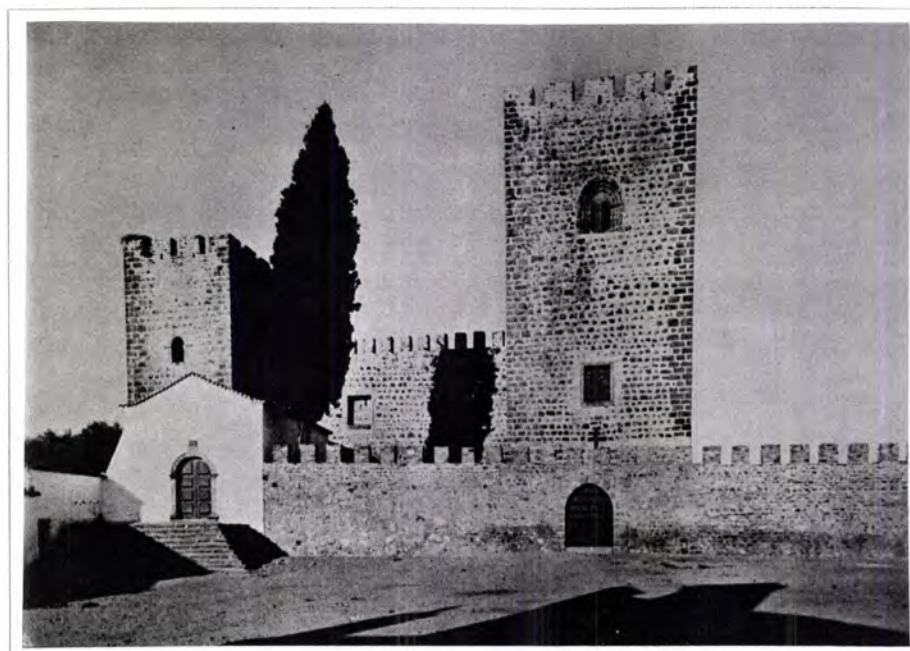


Fig. 6.5.9 - Castelo de Amieira e sua barbacã, tramo E, depois da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)

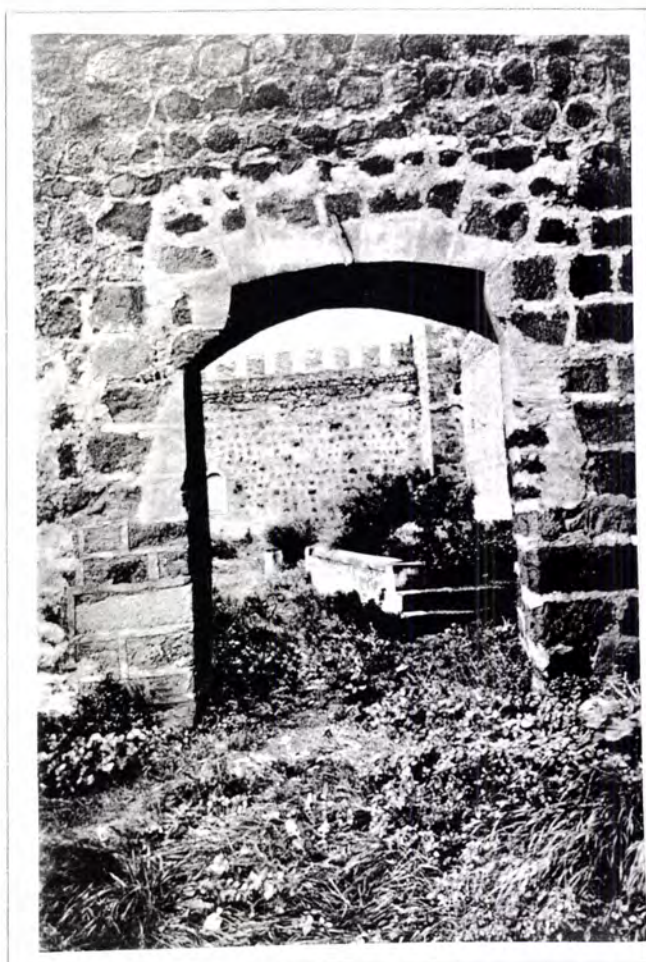


Fig. 6.5.10 - Castelo de Amieira. Porta principal antes da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.11 - Castelo de Amieira. Porta principal depois da intervenção de 1945 a 1949 (foto DGEMN)

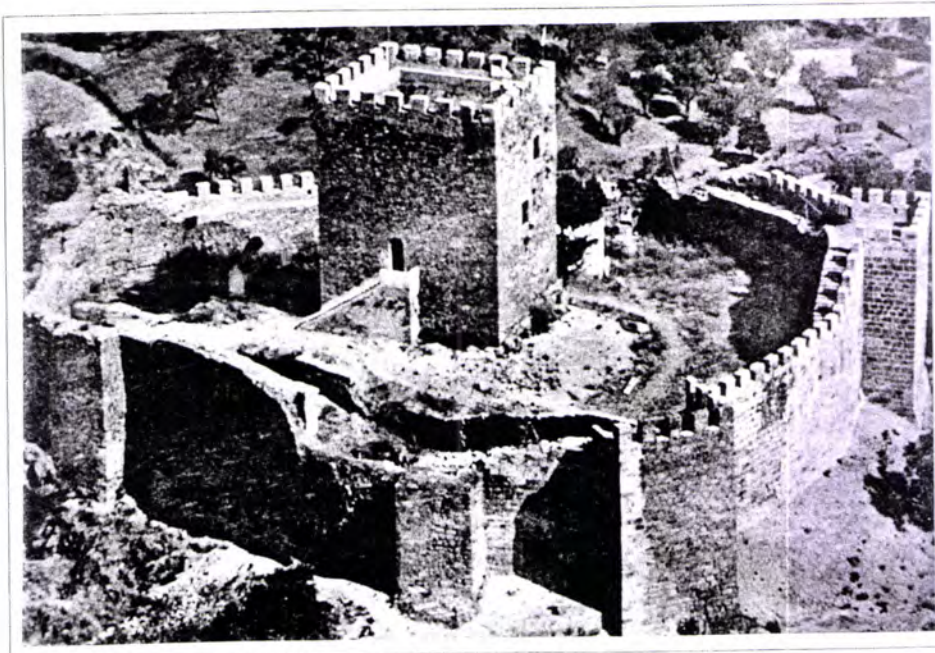


Fig. 6.5.12 - Castelo de Belver. Vista aérea tirada de S, durante da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

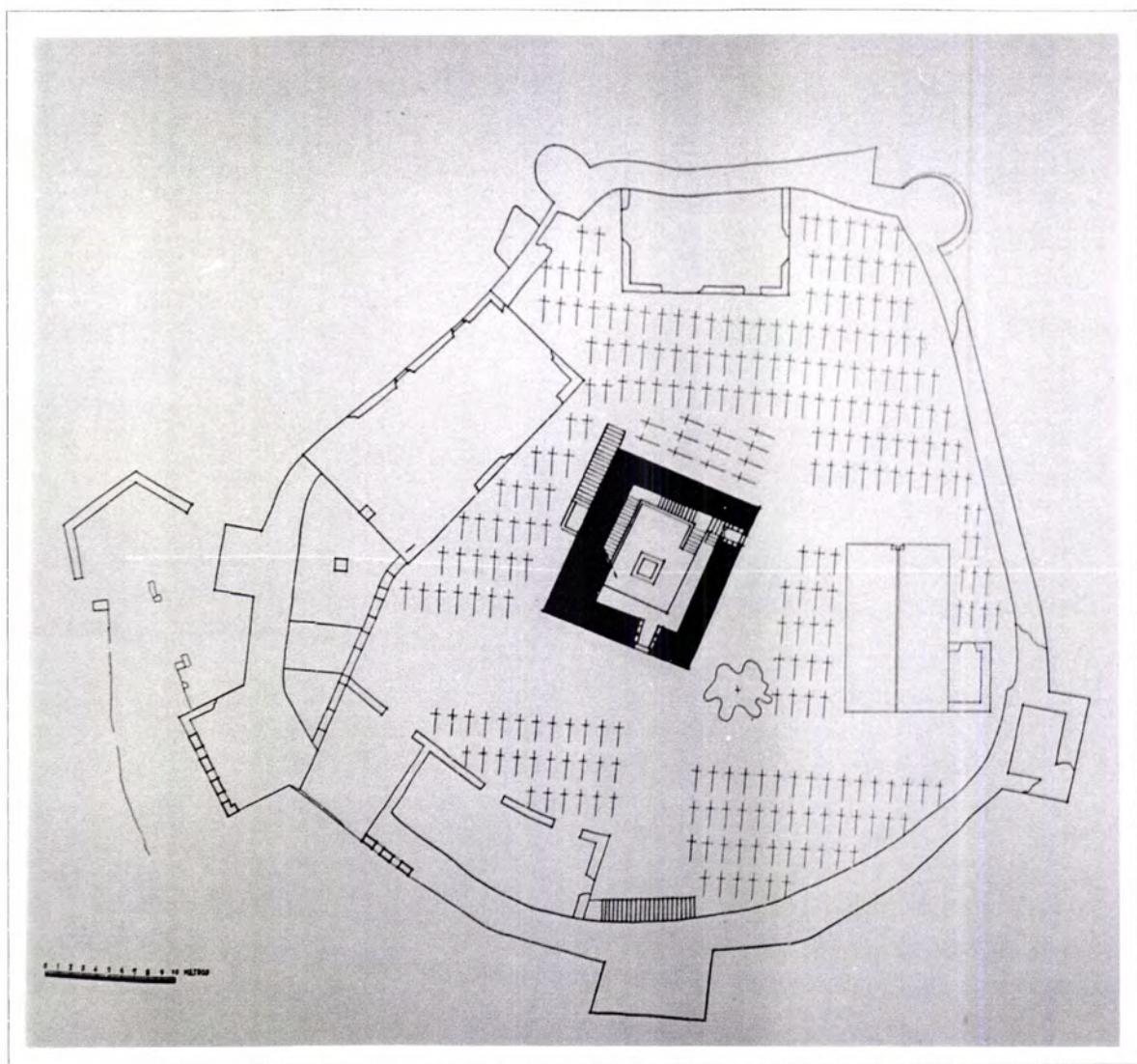
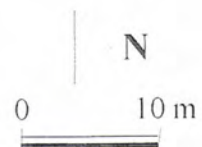


Fig. 6.5.13 - Castelo de Belver. Planta ao nível do último pavimento da Torre de Menagem, antes da intervenção de 1935 a 1946 (desenho da DGEMN)



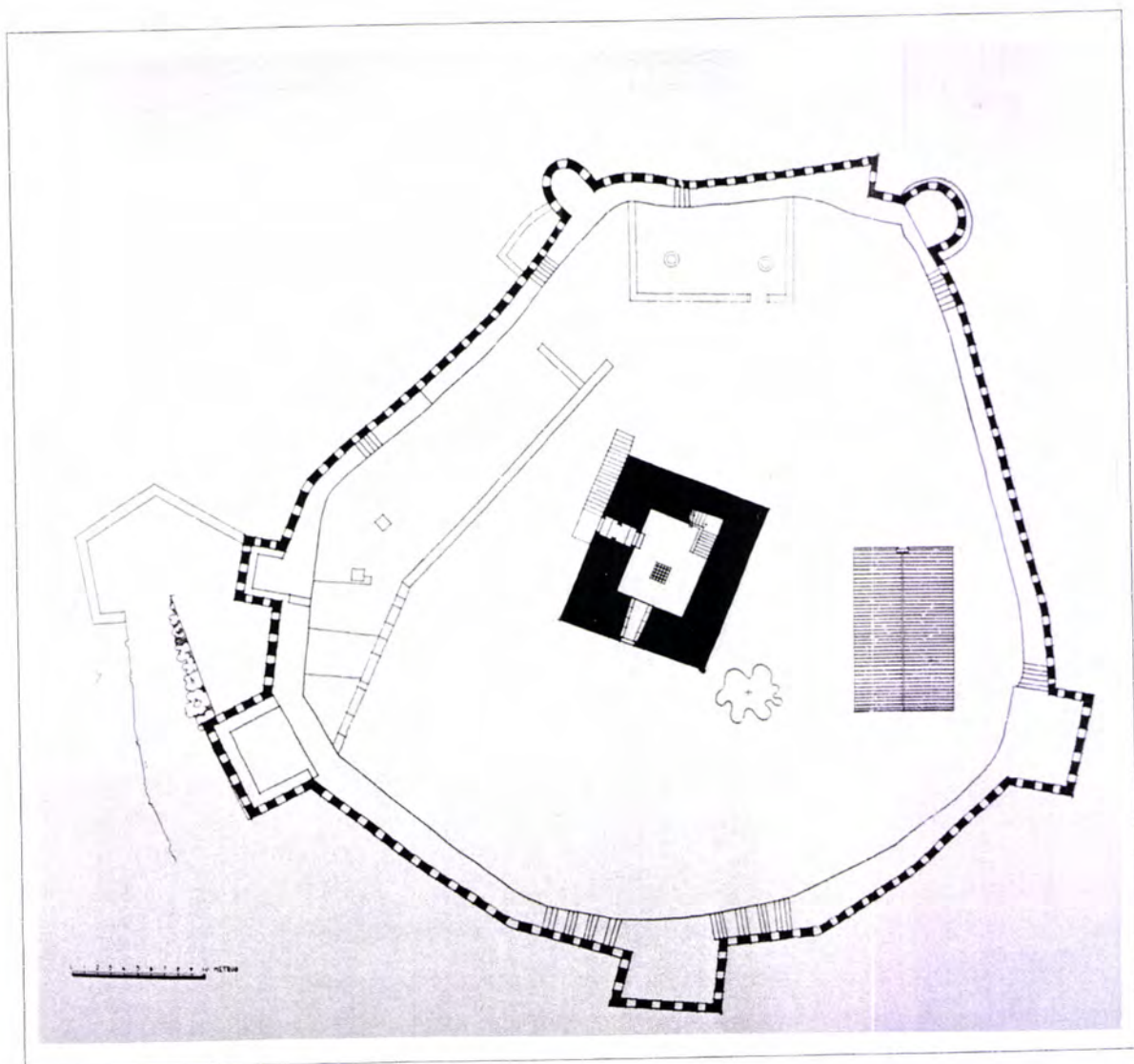
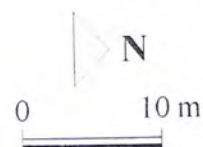


Fig. 6.5.14 - Castelo de Belver. Planta ao nível do último pavimento da Torre de Menagem, depois da intervenção de 1935 a 1946 (desenho DGEMN)



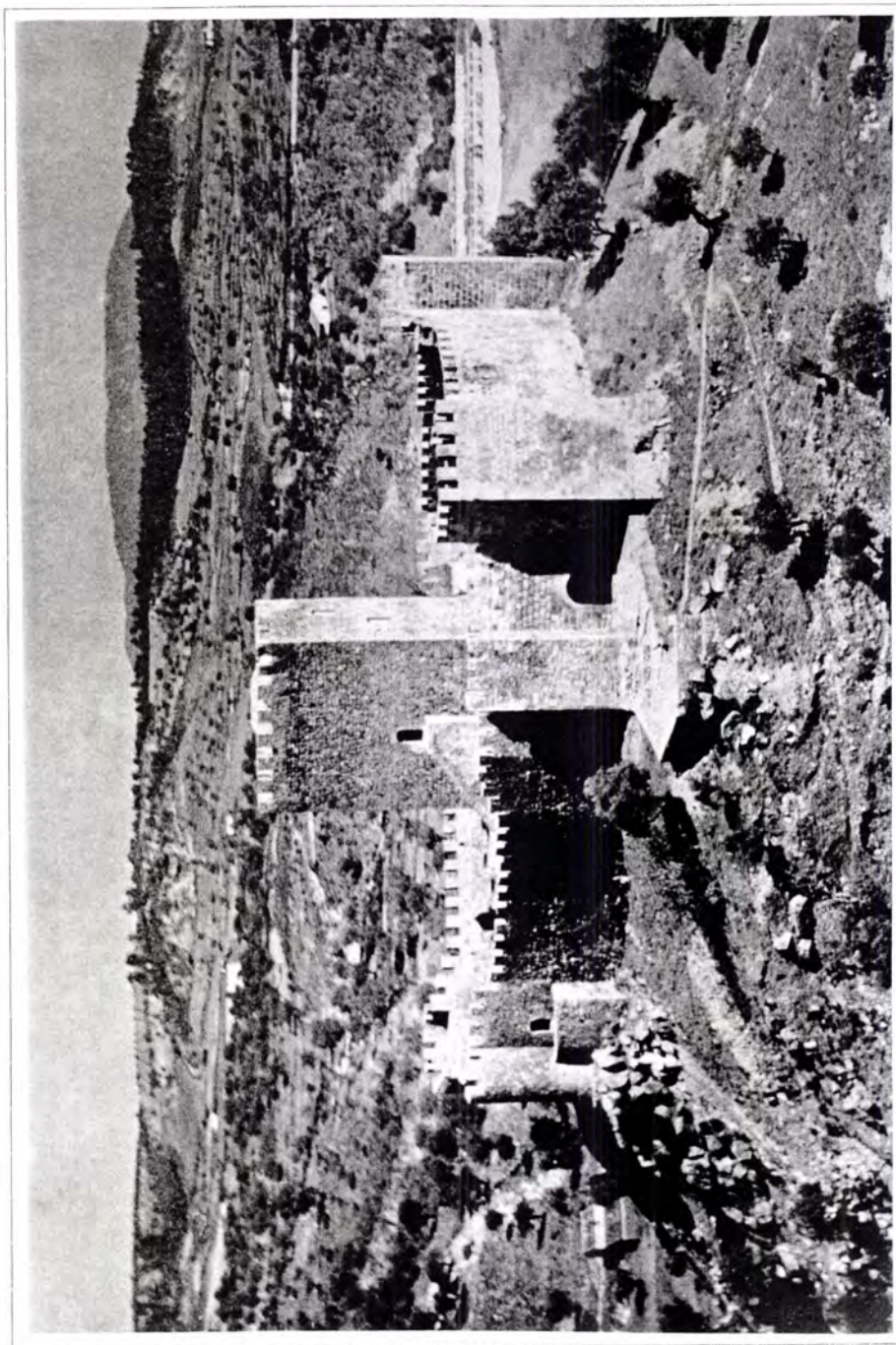


Fig. 6.5.15 - Castelo de Belver. Vista aérea tirada de S, depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMIN)

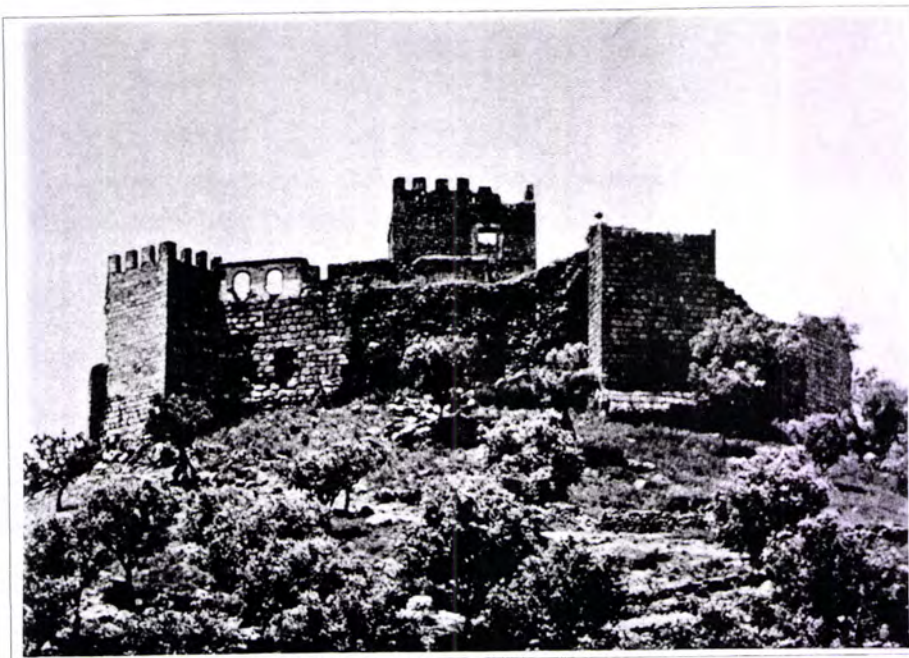


Fig. 6.5.16 - Castelo de Belver. Tramo E antes das intervenções de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.17 - Castelo de Belver. Tramo E depois das intervenções de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.18 - Castelo de Belver. Tramo S antes das intervenções de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.19 - Castelo de Belver. Tramo S depois das intervenções de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.20 - Castelo de Belver. Zona da entrada durante a intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

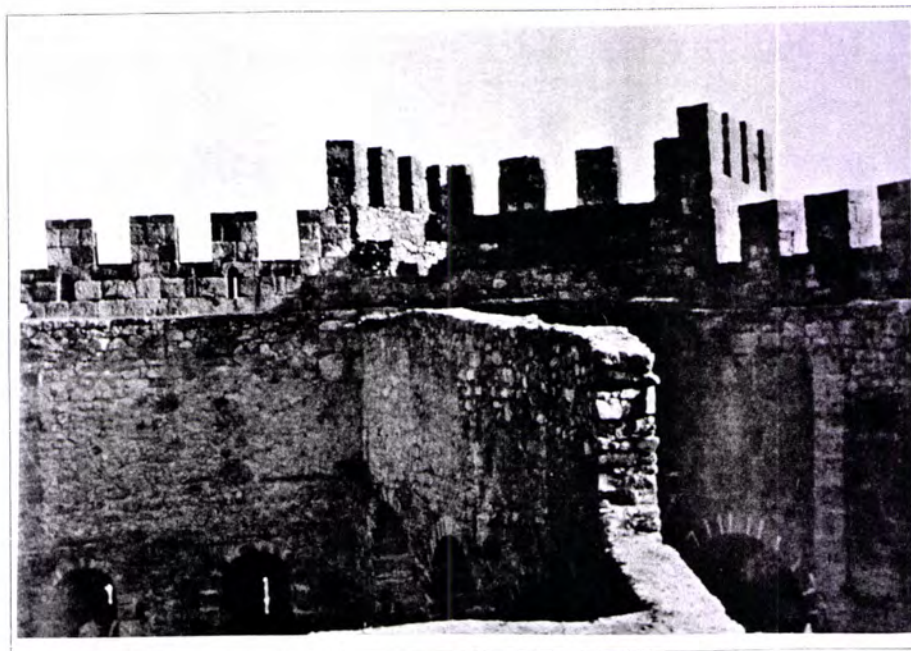


Fig. 6.5.21 - Castelo de Belver. Zona da entrada depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

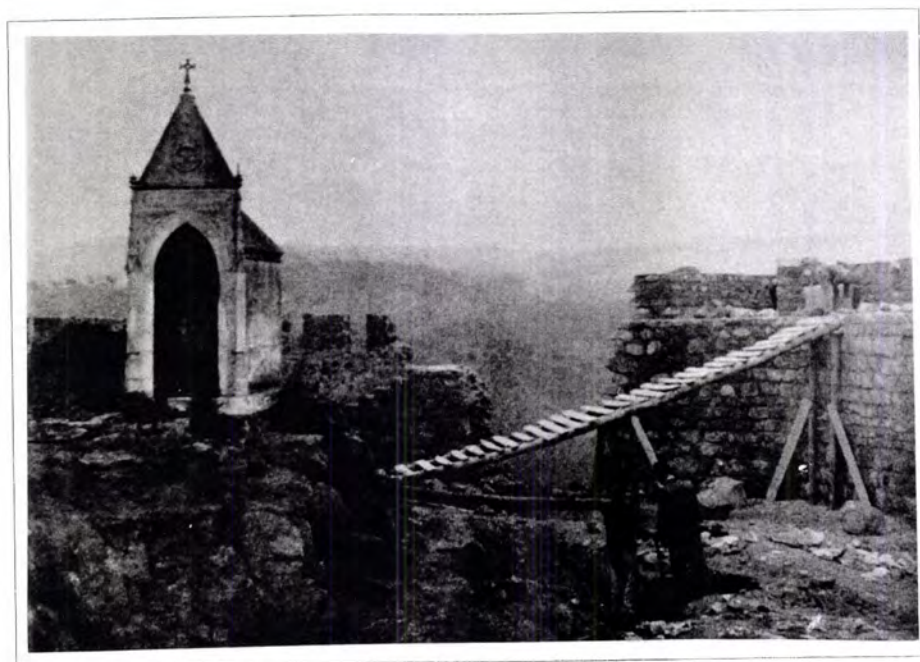


Fig. 6.5.22 - Castelo de Belver. Zona SO durante a intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

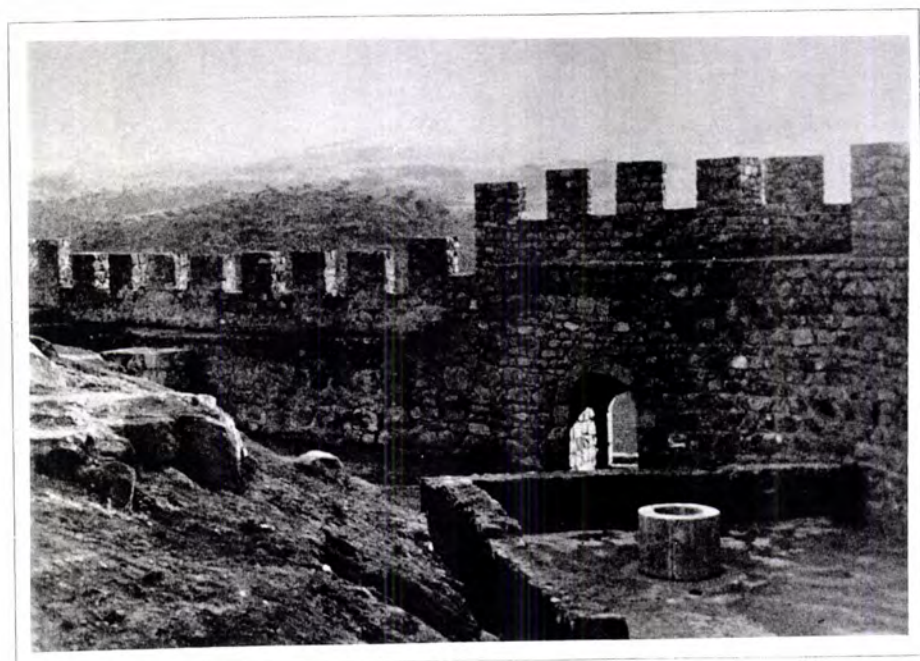


Fig. 6.5.23 - Castelo de Belver. Zona SO depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

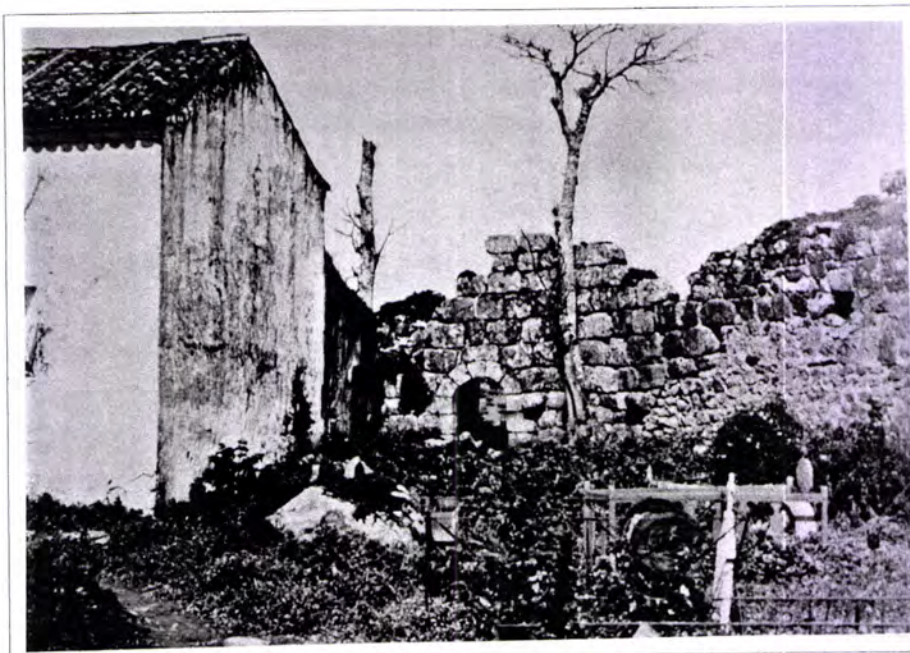


Fig. 6.5.24 - Castelo de Belver. Zona E antes da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

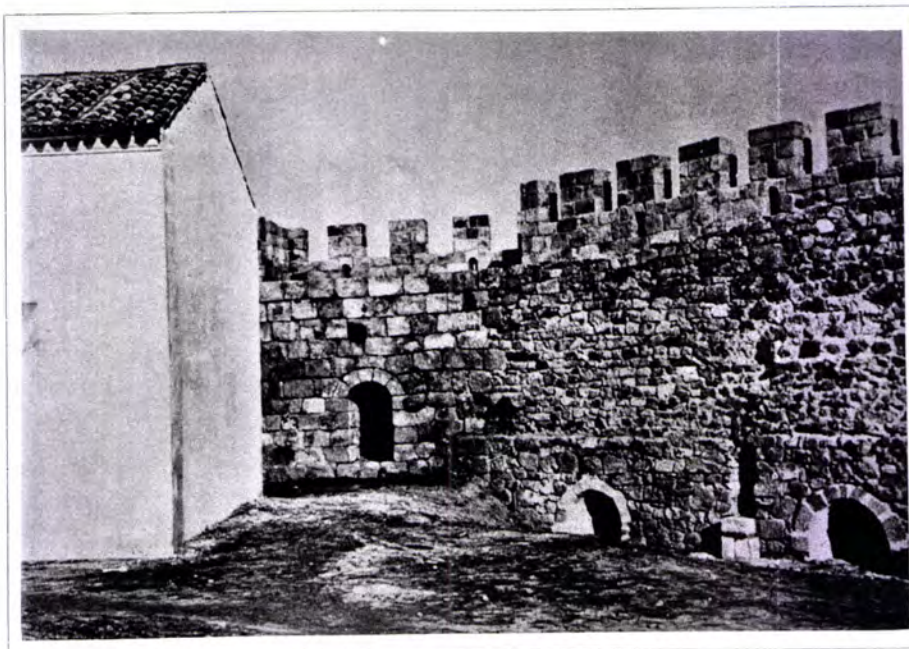


Fig. 6.5.25 - Castelo de Belver. Zona NE depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.26 - Castelo de Belver. Porta da Torre de Menagem antes da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

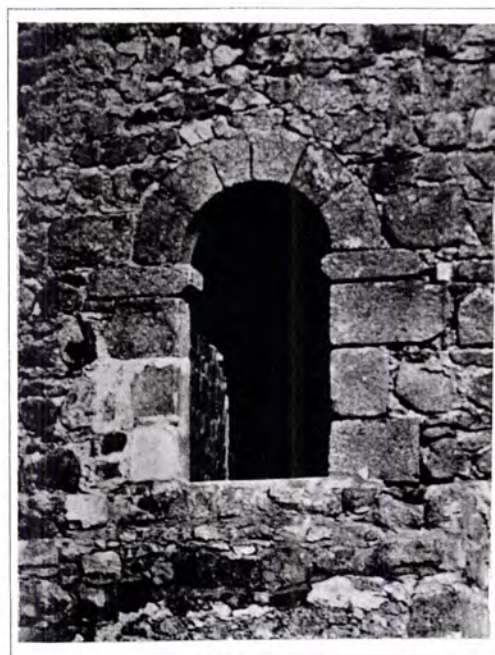


Fig. 6.5.27 - Castelo de Belver. Porta da Torre de Menagem depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

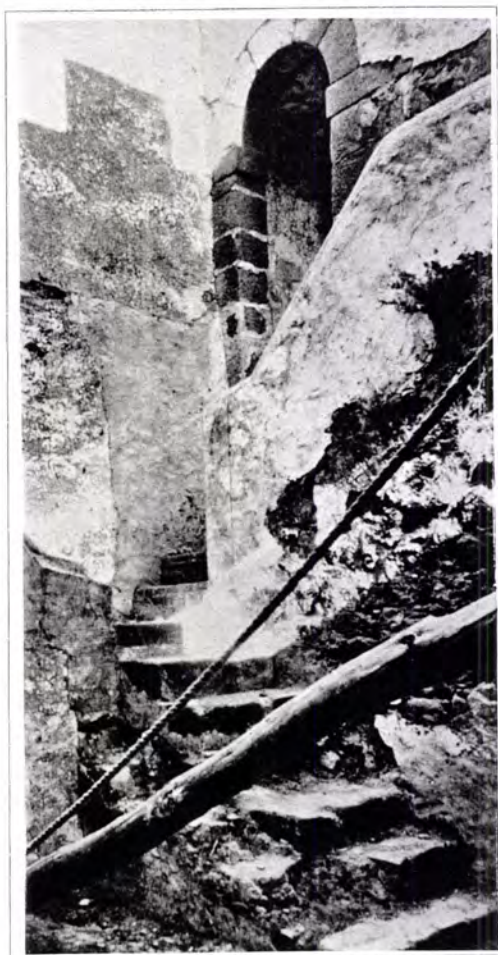


Fig. 6.5.28 - Castelo de Belver. Segundo piso da Torre de Menagem antes da interv. de 1935 a 1946 (foto DGEMN).



Fig. 6.5.29 - Castelo de Belver. Segundo piso da Torre de Menagem depois da interv. de 1935 a 1946 (foto DGEMN).

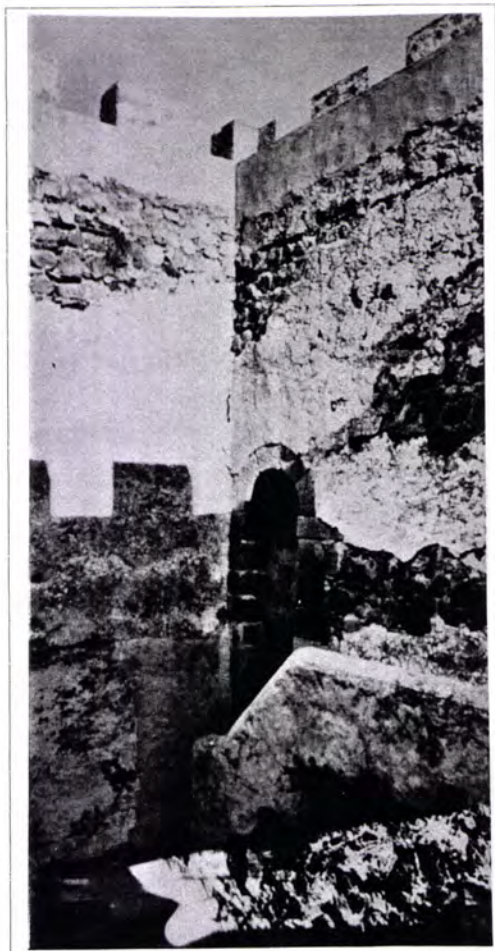


Fig. 6.5.30 - Castelo de Belves. Terceiro piso da Torre de Menagem antes da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)

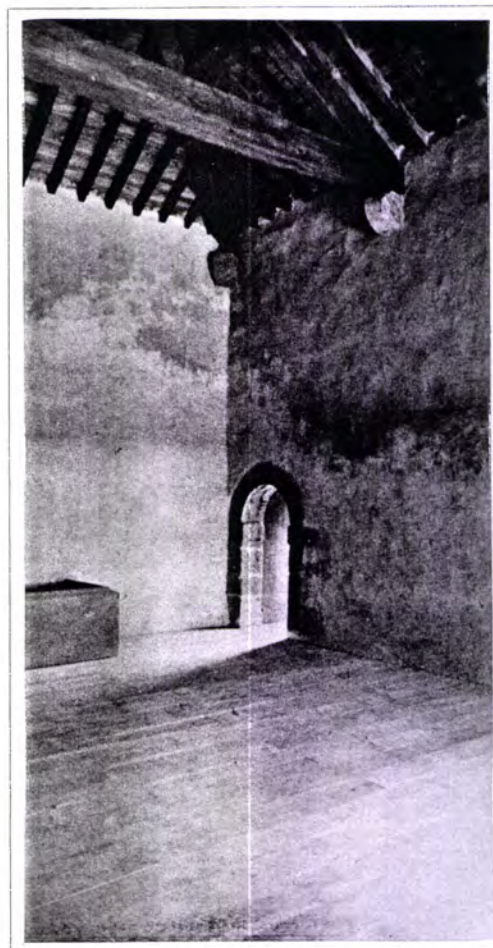


Fig. 6.5.31 - Castelo de Belves. Terceiro piso da Torre de Menagem depois da intervenção de 1935 a 1946 (foto DGEMN)



Fig. 6.5.32 - Castelo de Castelo de Vide. Carta aerofotogramétrica de Castelo de Vide





*Fig. 6.5.33 - Castelo de Castelo de Vide.
Torre de Menagem antes da reconstrução (postal ilustrado, s. d.)*

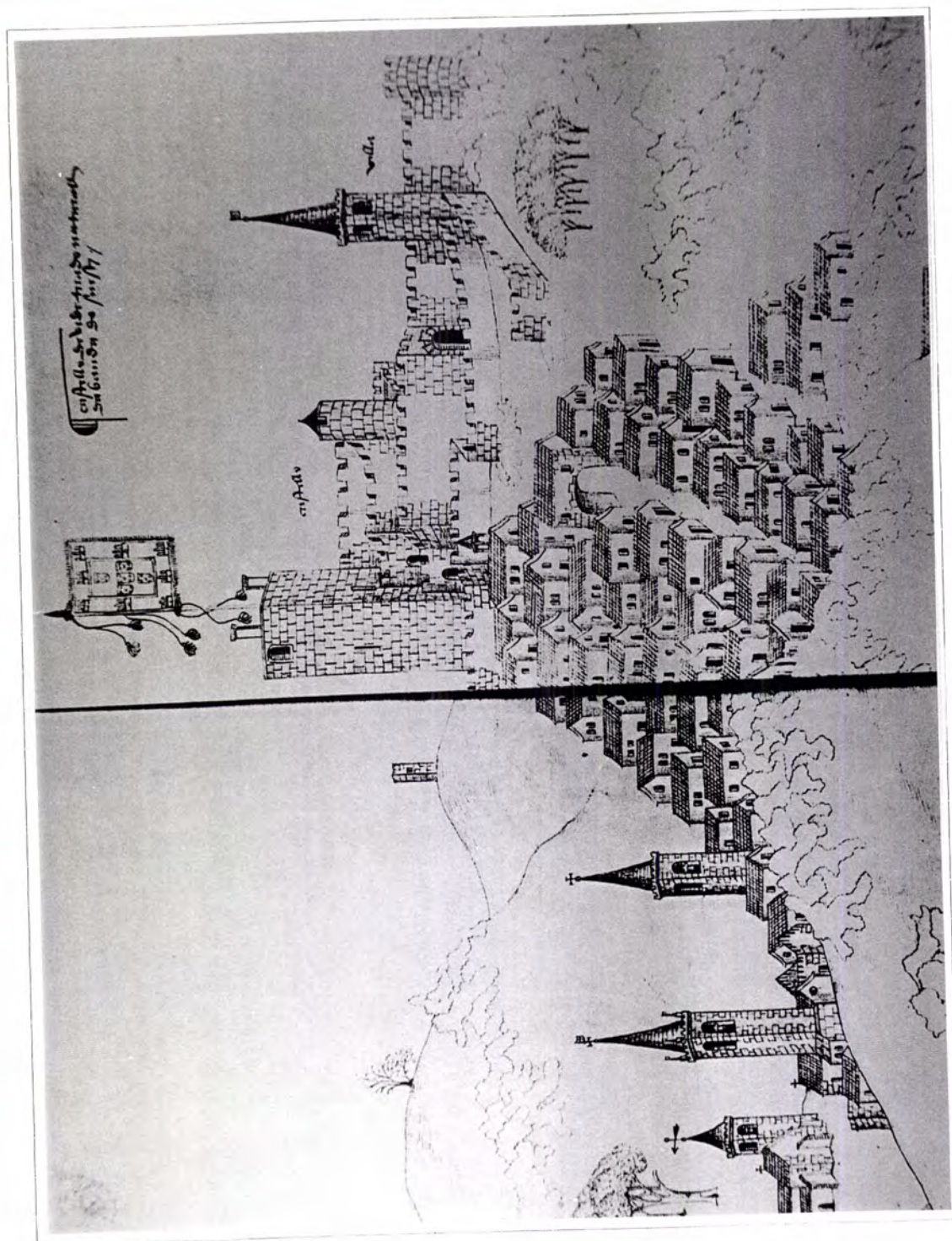
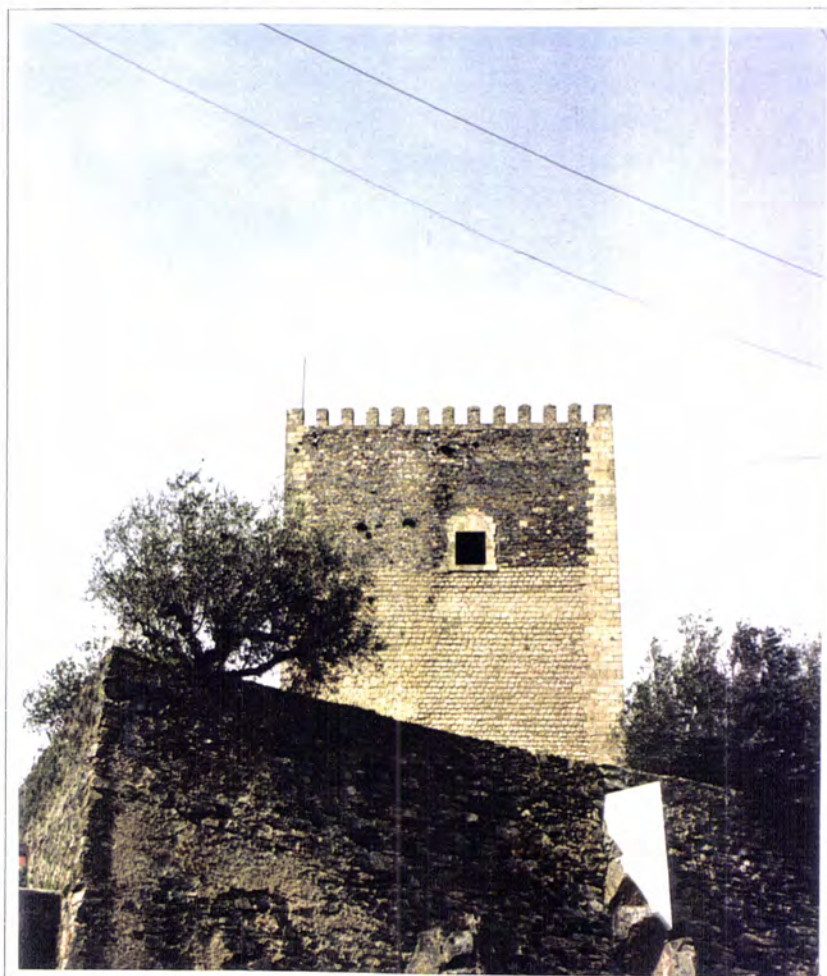


Fig. 6. 5.34 - Castelo de Vide. Desenho de Duarte de Armas. Vista de sudeste



*Fig. 6.5.35 - Castelo de Castelo de Vide.
Torre de Menagem depois da reconstrução (foto de 1998)*



*Fig. 6.5.36 - Castelo de Castelo de Vide.
Sala da Torre de Menagem*

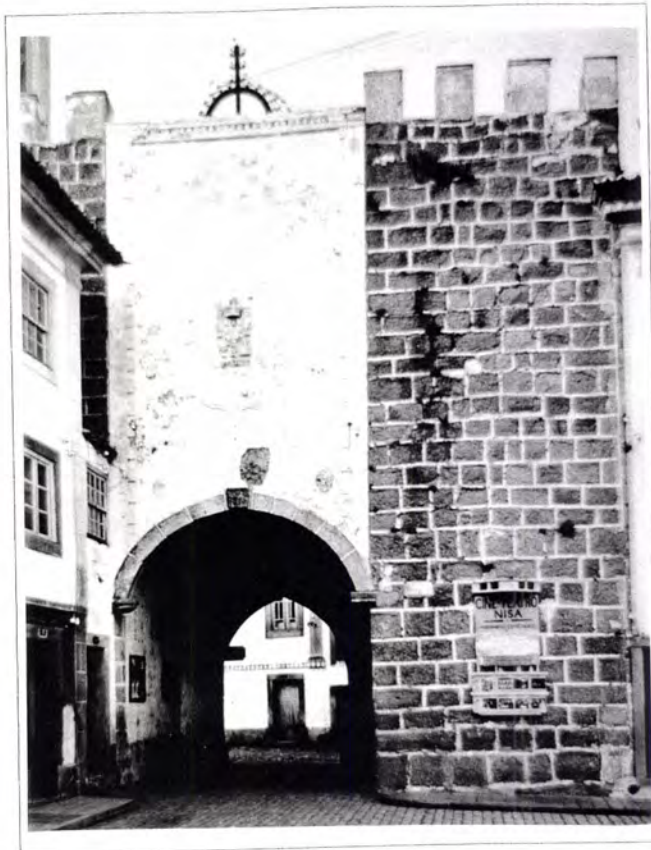


Fig. 6.5.38 - Nisa. Porta da Vila antes da demolição da abóbada que unia as duas torres. Lápide manuelina incrustada no paramento (foto DGEMN)

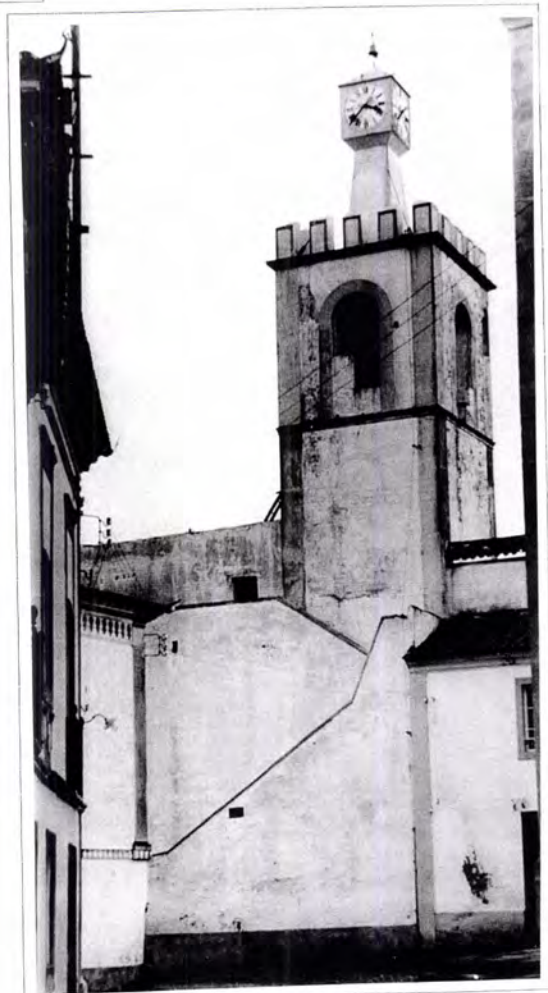
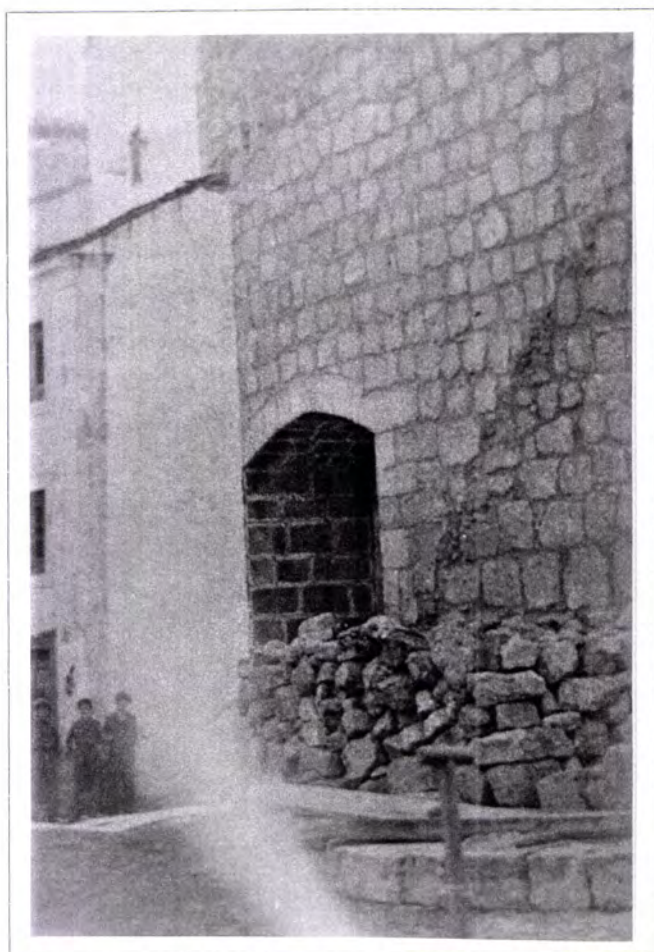


Fig. 6.5.39 - Nisa. Escada da Porta da Vila, vista de intramuros, antes da intervenção de 1943/45 (foto DGEMN)



*Fig. 6.5.40 - Nisa. Porta da Vila vista de intramuros.
Obras de reconstrução (1943/45) (foto DGEMN)*



*Fig. 6.5.41 - Nisa. Porta da Vila
vista de intramuros.
Escada demolida (1943/45)
(foto DGEMN)*



Fig. 6.5.42 - Nisa. Porta da Vila, vista de extramuros, durante a intervenção de 1943/45) (foto DGEMN)



Fig. 6.5.43 - Nisa. Porta da Vila, vista de extramuros, depois da intervenção de 1943/45) (foto DGEMN)

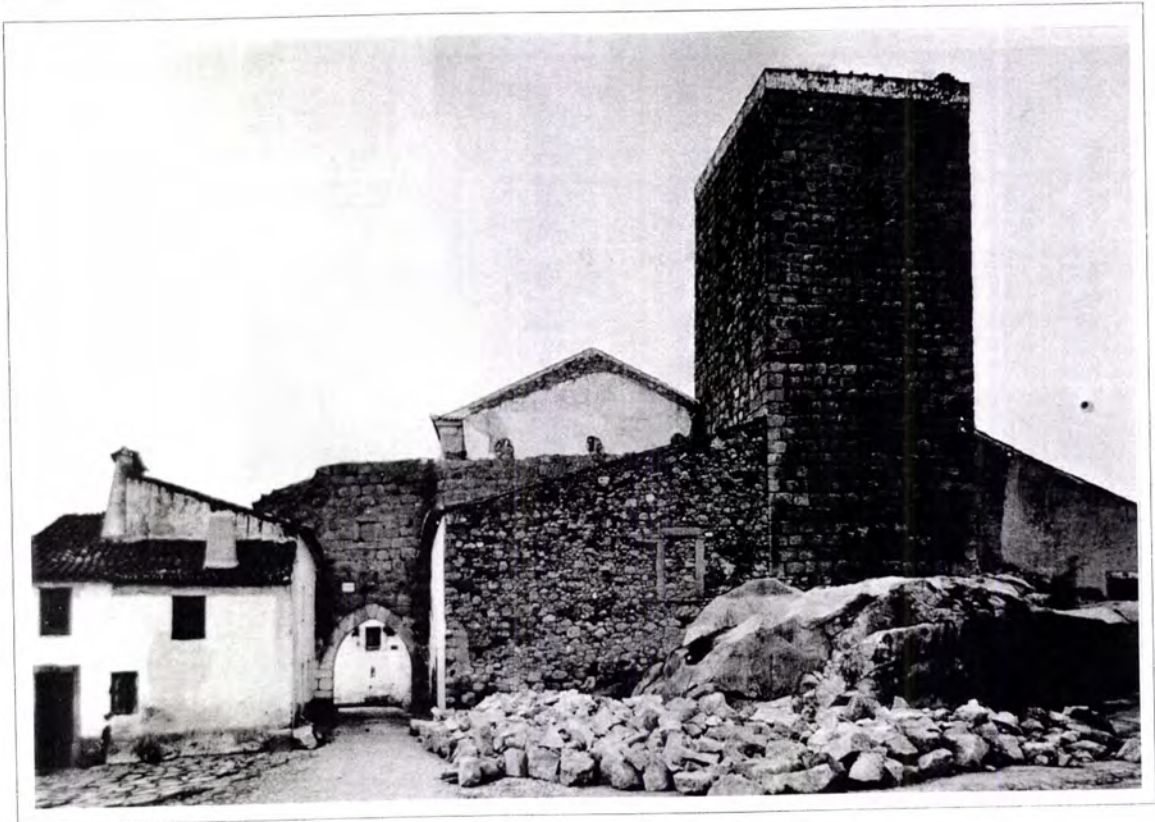


Fig. 6.5.44 - Nisa. Porta de Montalvão vista de extramuros antes das intervenções de 1943/45 (foto DGEMN)

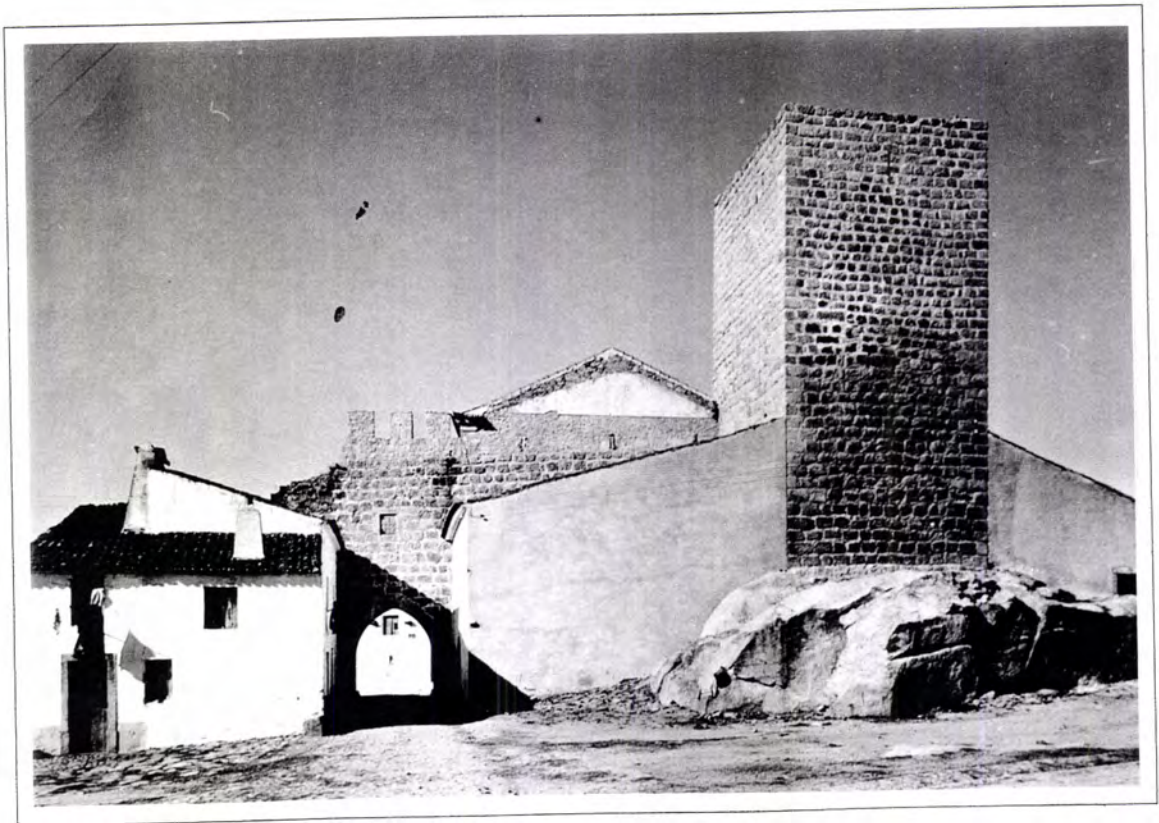


Fig. 6.5.45 - Nisa. Porta de Montalvão vista de extramuros depois das intervenções de 1943/45 (foto DGEMN)

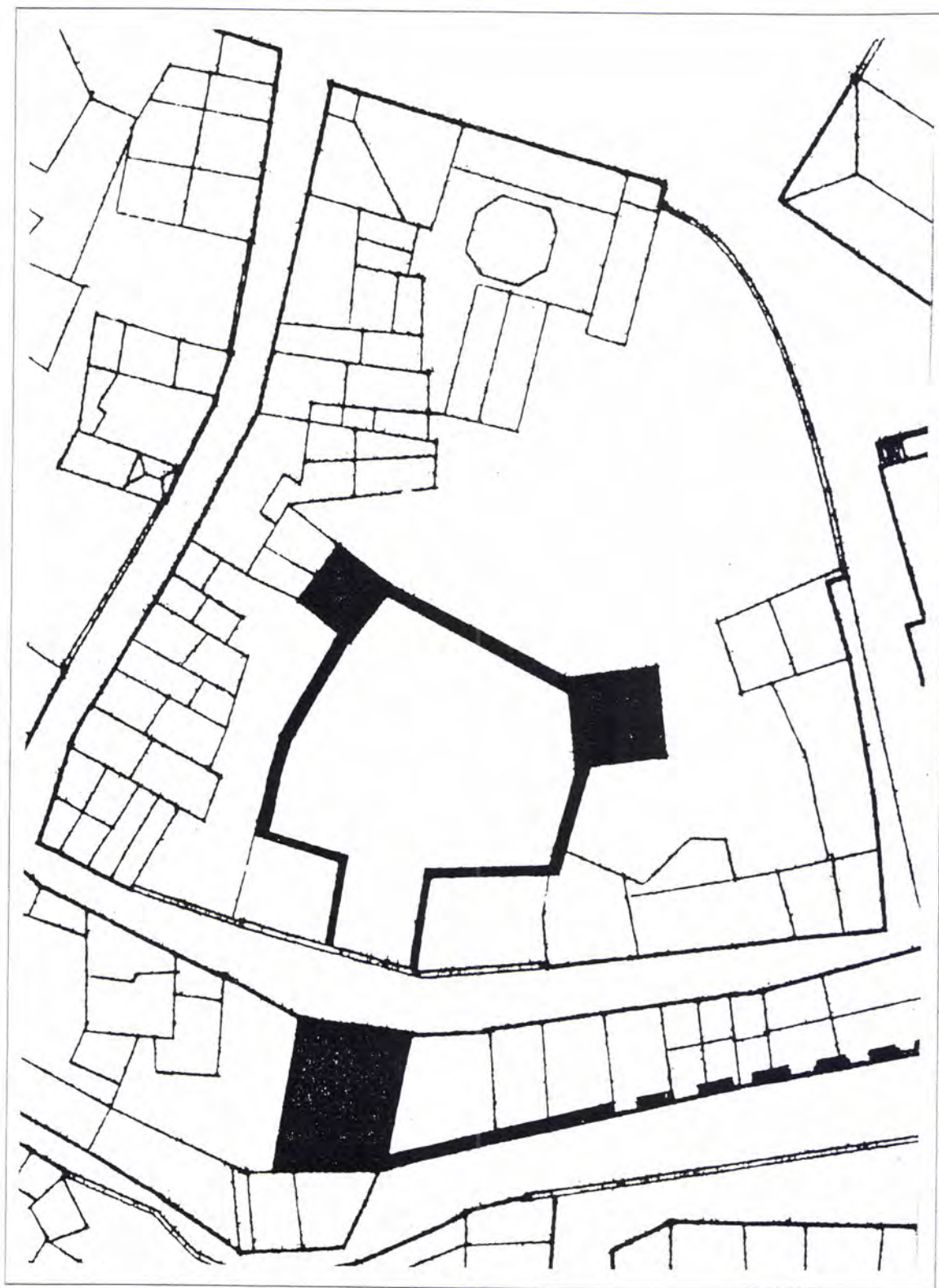


Fig. 6.5.46 - Portalegre. Planta do castelo (desenho DGEMN)

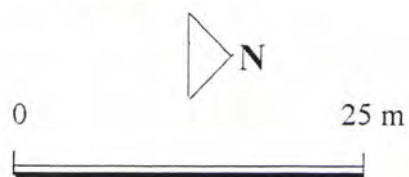




Fig. 6.5.47 - Portalegre. Cerca urbana medieval. Porta de Alegrete antes do restauro (foto DGEMN 15/10/1970)

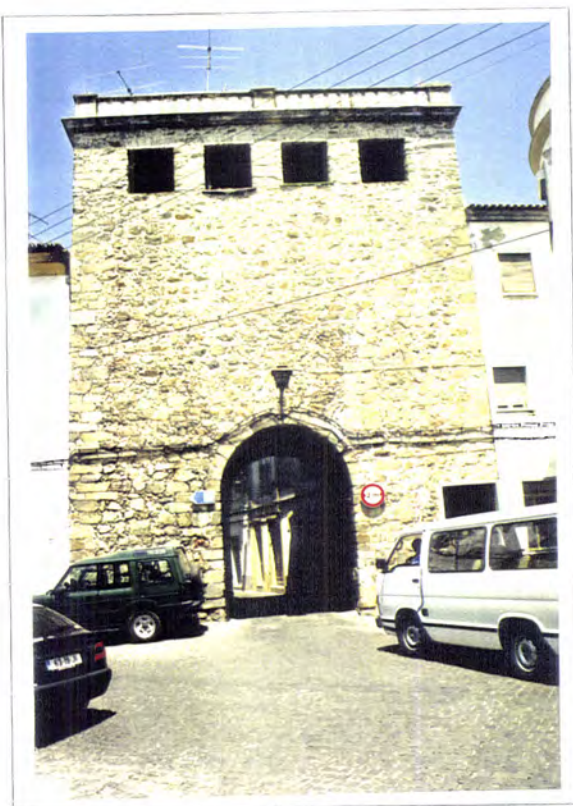
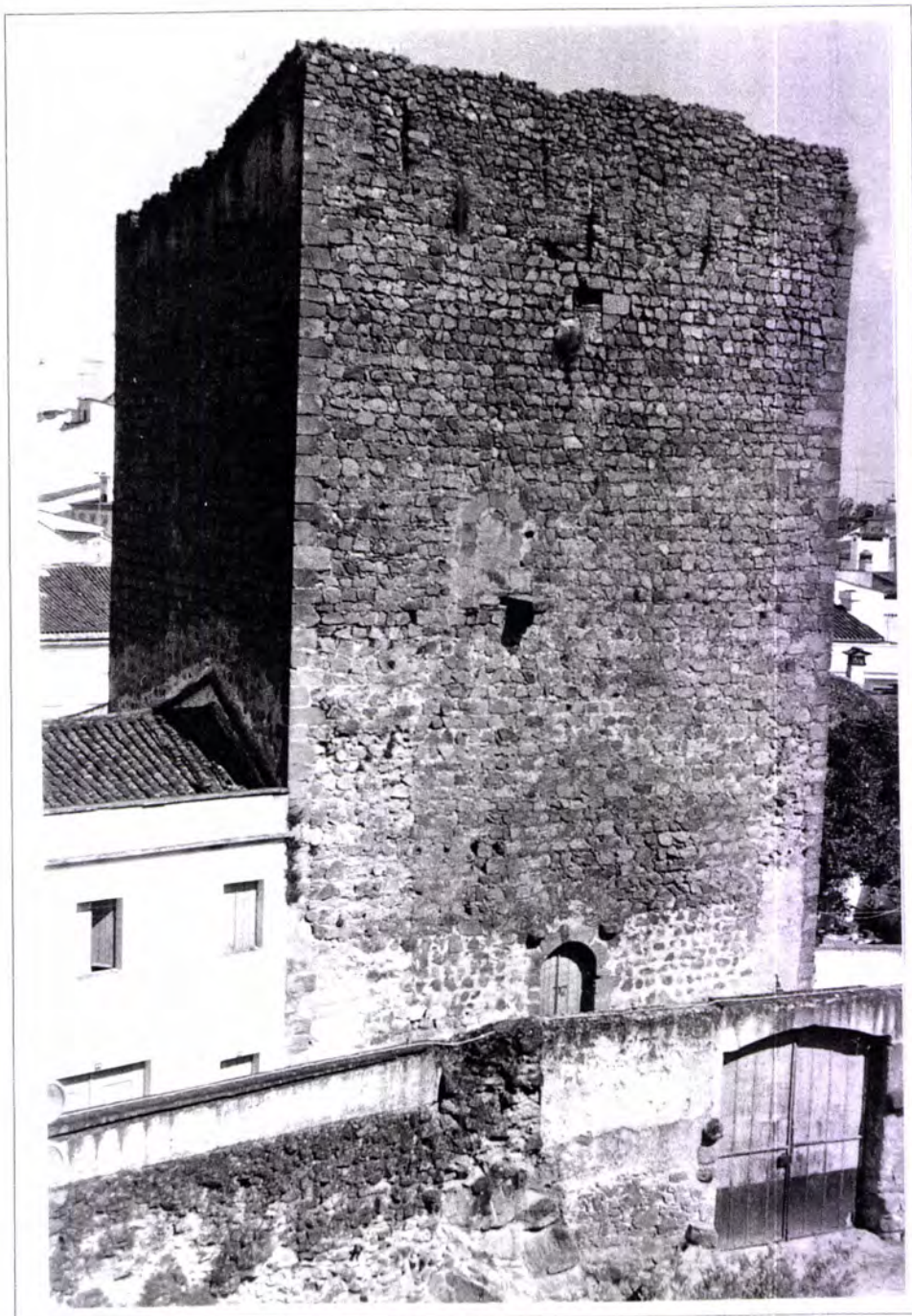
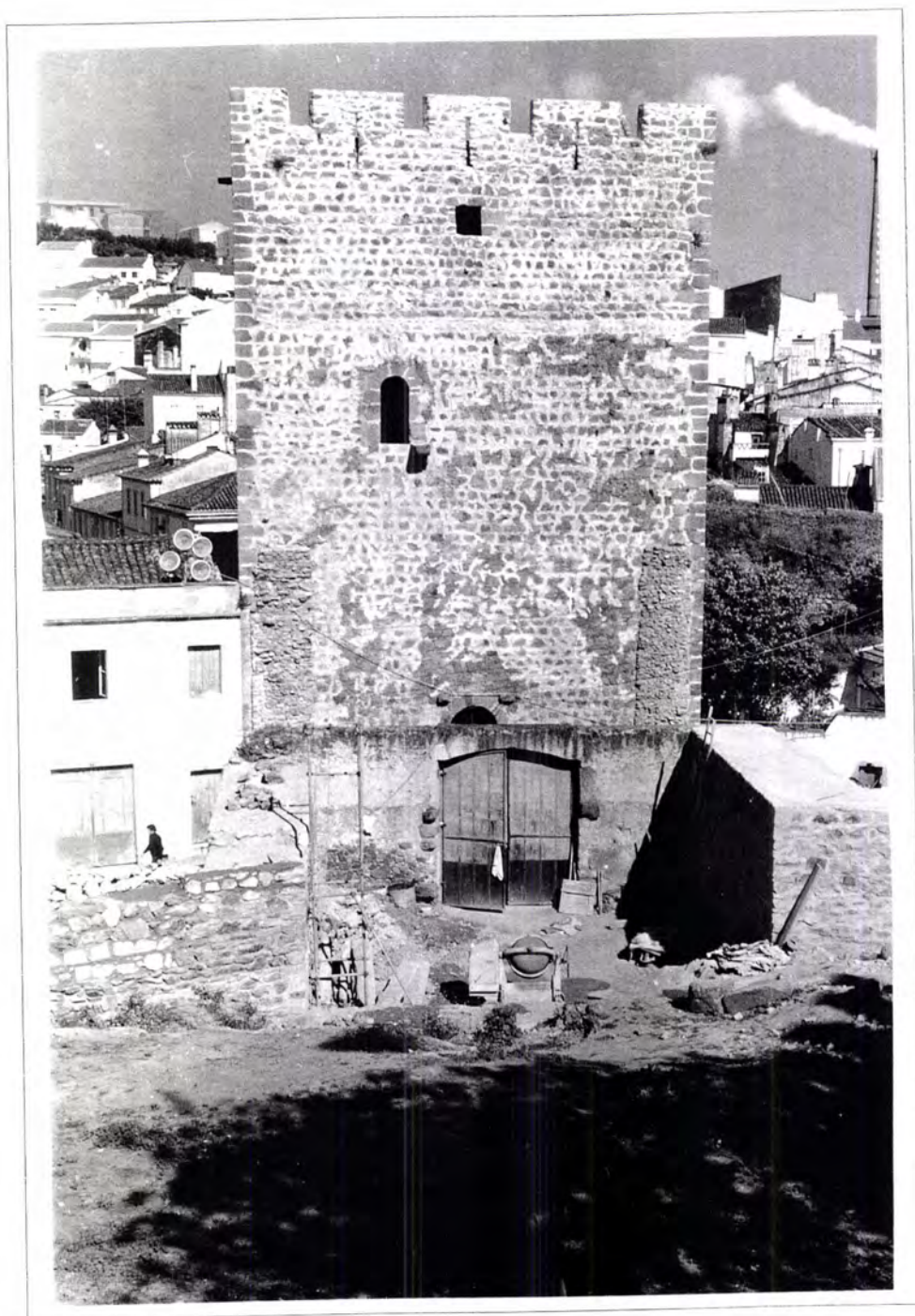


Fig. 6.5.48 - Portalegre. Cerca urbana medieval. Porta de Alegrete na actualidade



*Fig. 6.5.49 - Castelo de Portalegre. Torre de Menagem antes do restauro
(foto DGEMN 19/6/1972)*



*Fig. 6.5.50 - Castelo de Portalegre. Torre de Menagem restaurada
(foto DGEMN 11/6/1974)*



Fig. 6.5.51 - Portalegre. Castelo. Torre N antes da intervenção (foto DGEMN 24/9/1968)

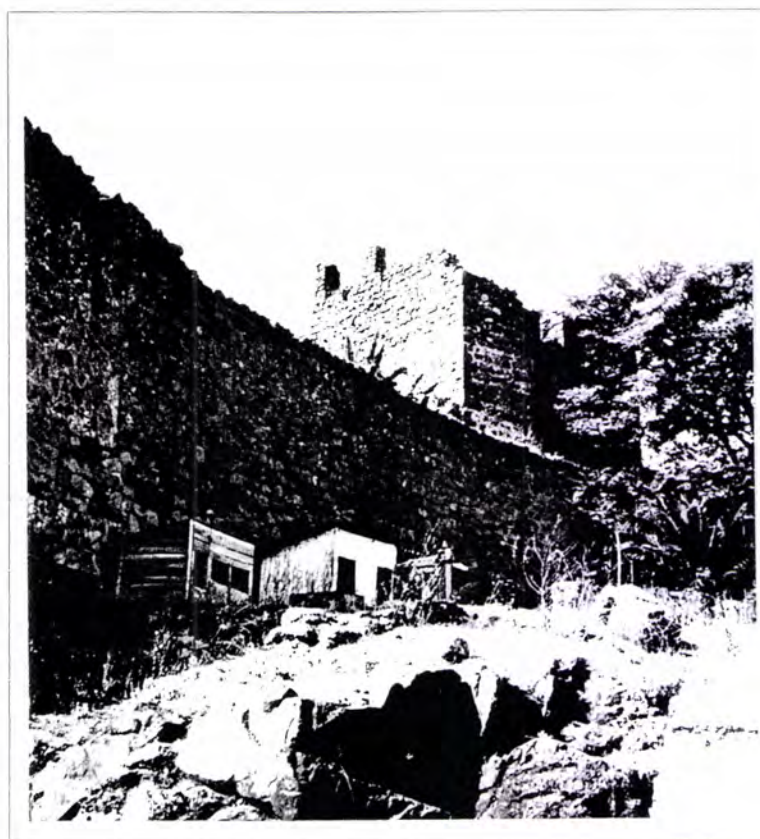


Fig. 6.5.52 - Portalegre. Castelo. Torre O antes da intervenção (foto DGEMN 24/9/1968)

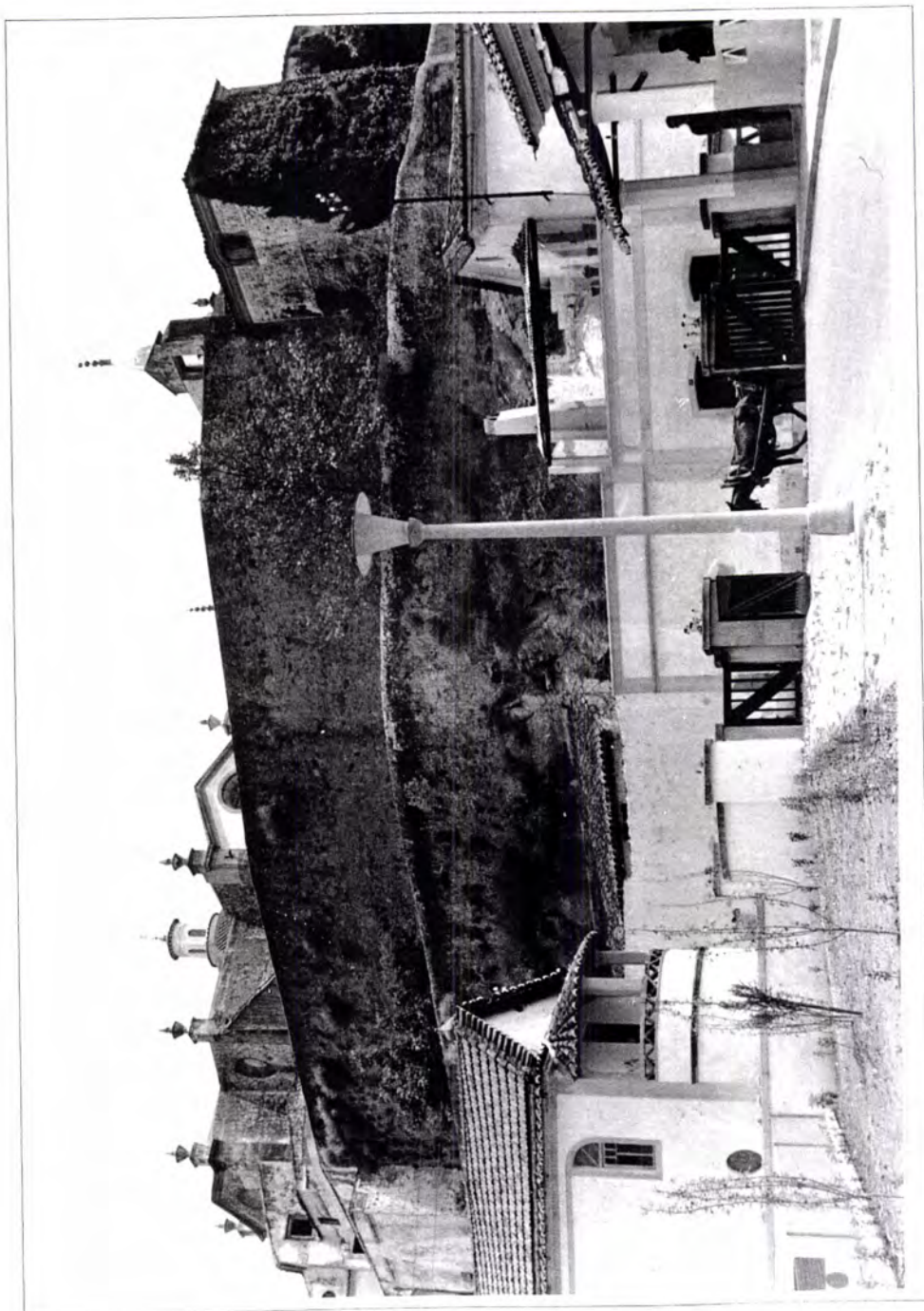


Fig. 6.5.53 - Portalegre. Cerca urbana e barbacã junto à Catedral. Note-se a inexistência de ameias ou de qualquer vestígio das mesmas (foto DGEMN 5/6/1963)



Fig. 6.5.54 - Portalegre. Cerca urbana e barbacã, junto à Catedral, na actualidade

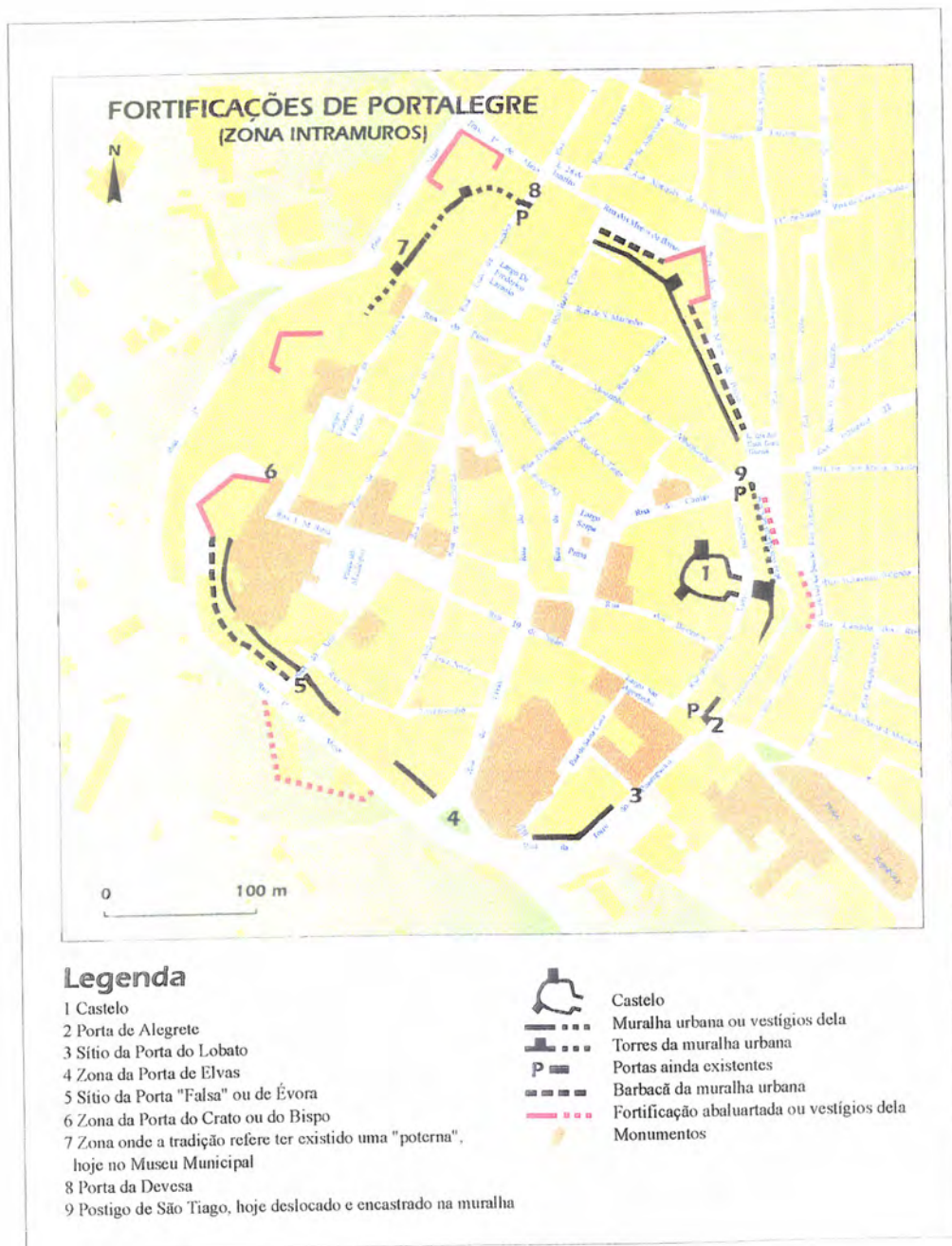


Fig. 6.5.55 - Portalegre. Fortificações intramuros

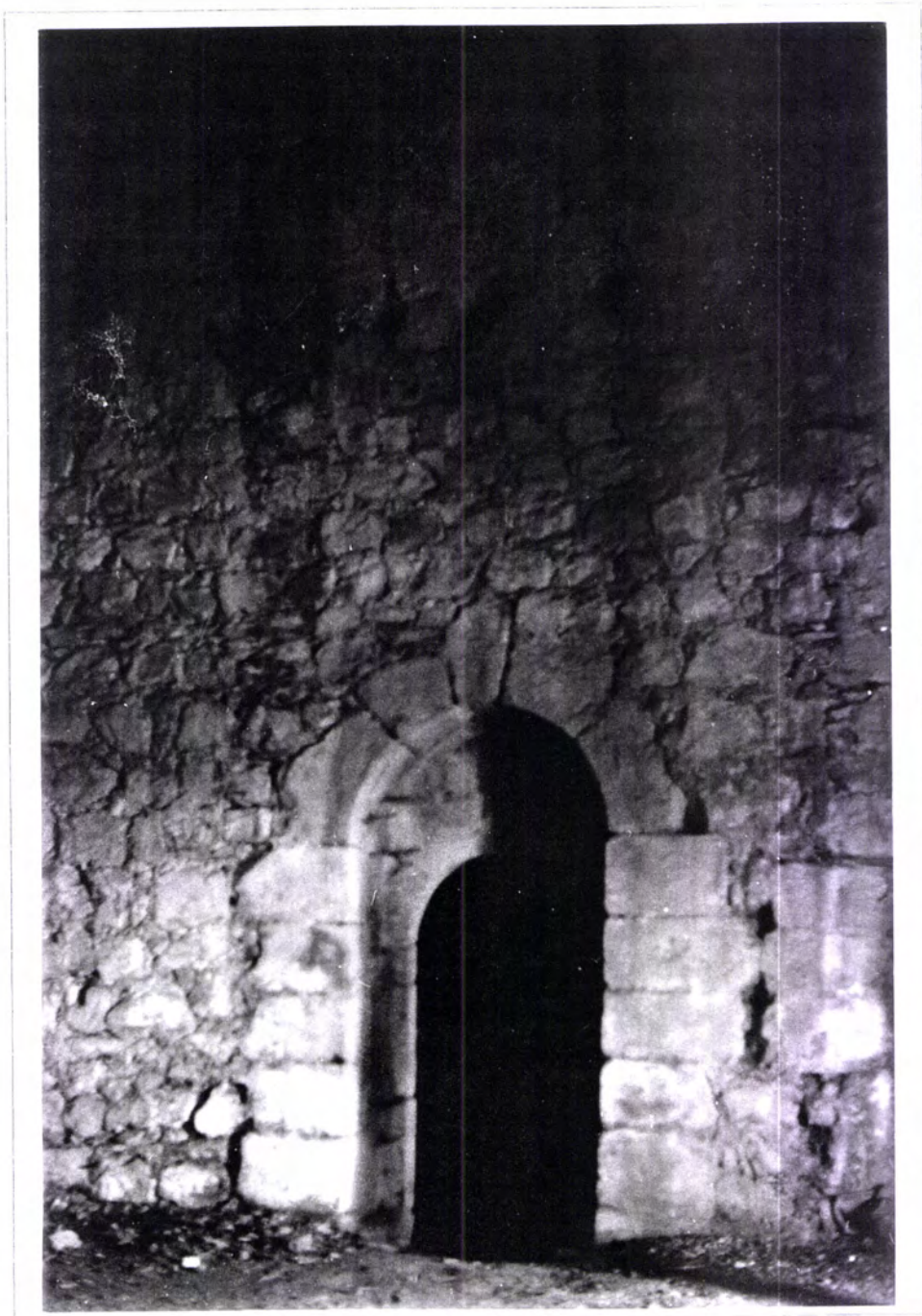


Fig. 6.5.56 - Portalegre. Castelo. Portas de acesso ao piso superior da Torre de Menagem antes da demolição da porta interior (foto DGEMN 24/9/1968)

VII

CICLOS DE INTERVENÇÃO NAS FORTIFICAÇÕES DO DISTRITO DE PORTALEGRE

7.1 OS CICLOS REGIONAIS E A SUA COMPARAÇÃO COM AS FLUTUAÇÕES NACIONAIS

O Gráfico 7.1¹ apresenta-nos a flutuação da despesa com as obras nas fortificações do Distrito de Portalegre. Podemos estabelecer os seguintes períodos:

1º Período (1933-1935): traduz-se num investimento nulo na região, em paralelo com um investimento muito baixo a nível nacional e em todo o tipo de monumentos, no período (1929-1935)².

2º Período (1936-1949): cresce a despesa, com algumas flutuações iniciais, até ao pico de 1946, descendo depois, para níveis altos, até 1949.

¹ A conversão para preços correntes de 1974 foi efectuada através de tabelas fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística. Departamento dos Sectores Institucionais, Serviço de Estatísticas das Famílias, Índice de Preços ao Consumidor. Série A - Continente Geral, Total s/ Habitação, valores desde 1938 (segundo informação recolhida no INE, em Évora, em 1998, não existem tabelas referentes a datas anteriores).

² NETO. Maria João Quintas Lopes Baptista (1995), *ob. cit.*, Gráfico 4.5, p. 469.

3º Período (1950-1955): quase desaparece a despesa com as intervenções, registando-se, contudo, alguma actividade pontual.

4º Período (1956-1967): cresce a despesa até ao pico de 1963, decrescendo depois, para níveis altos, até 1967.

5º Período (1968-1969): a descida da despesa, que se vinha verificando desde 1963, descamba num período nulo durante o biénio de 1968/69.

6º Período (1970-1974): cresce a despesa de forma progressiva, atinge o valor mais elevado no ano de 1972 e entra novamente em decréscimo.

Em termos de grandes flutuações, podemos resumi-las da seguinte forma: apresentam-se duas zonas de grande investimento - finais dos anos Trinta/anos Quarenta, que inclui o pico mais elevado relativamente às balizas temporais consideradas, e anos Sessenta/anos Setenta até 1974 - separadas por uma depressão correspondente, grosso modo, aos anos Cinquenta.

As fortificações mais beneficiadas com o investimento público foram (Gráfico 7.2), em primeiro lugar, e compreensivelmente, pela sua extensão, importância militar e simbólica, as de Elvas, no seu conjunto; depois, um grupo composto pelas fortificações de Amieira, Belver, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre; finalmente, um último grupo de fortificações em que se destaca claramente Campo Maior.

Relativamente ao início das intervenções nas diversas fortificações (Quadro 7.1), verificamos que as primeiras ocorreram em Castelo de Vide e Belver, ainda nos anos Trinta; seguidamente, iniciaram-se as obras nas fortificações de Elvas, Campo Maior, Marvão, Nisa e Amieira, no primeiro quinquénio dos anos Quarenta; em 1946, no Crato; nos anos Cinquenta, nas fortificações de Monforte, Avis e no castelo de Alter do Chão³; finalmente, nos anos Sessenta, iniciaram-se as intervenções nas fortificações de Portalegre - desprezamos uma pequeníssima intervenção ocorrida em 1959 - e de Alegrete.

Este escalonamento temporal das intervenções poderá reflectir prioridades de ordem diversa, podendo dever-se a factores alheios à importância arquitectónica ou simbólica dos monumentos: estado de ruína e urgência do socorro, grupos de pressão locais, questões políticas, urbanísticas, etc.. Por outro lado, podem ter-se realizado

³ Neste caso, as despesas, como já referimos atrás, decorreram a cargo do proprietário (Fundação da Casa de Bragança).

intervenções - necessariamente de pouca importância - nos primeiros anos do período em estudo, sem que o tenhamos detectado nos arquivos. Contudo, podemos dizer que dentro da primeira grande leva de intervenções, a dos finais dos anos Trinta/anos Quarenta, foram intervencionadas as mais importantes fortificações da região. Das fortificações não intervencionadas nesta primeira fase, devemos fazer notar que as de Alter do Chão, Barbacena e Portalegre eram total ou parcialmente privadas.

Comparando os ciclos de intervenção regional com os nacionais (arquitectura militar) até 1956 (Gráfico 7.3)⁴, podemos fazer a seguinte leitura:

- Enquanto as intervenções a nível nacional atingem um pico em 1939 - que surge de forma abrupta, mas perfeitamente explicável, como veremos de seguida -, para descerem gradualmente até aos anos Cinquenta, as intervenções no Distrito de Portalegre comportam-se de forma inversa: ressaltados alguns anos de carácter excepcional, apresenta-se um curva ascensional de 1936 até aos finais da década seguinte. As flutuações que estamos a comparar apresentam-se como se, a um incremento de intervenções verificadas na zona litoral se sucedesse um outro, mais tardio, no interior, como se se tratasse de uma onda a percorrer o território, de O para E⁵. O diferente enquadramento geográfico das comemorações, relativamente ao Distrito de Portalegre, ajuda a explicar esta “ondulação”.

Comparando agora as flutuações da despesa relativa a intervenções nas fortificações do Distrito de Portalegre (Gráfico 7.1) com a flutuação da despesa total nacional para todo o tipo de monumentos até 1960⁶ (Anexo XXXIII), podemos concluir que ambas registam:

⁴ Utilizámos, como fonte, documentos manuscritos do Arquivo da DGEMN, Lisboa, cuja fiabilidade já foi testada por NETO. Maria João Quintas Lopes Baptista, *ob. cit.*, pp. 452 e 453: (...) *demons pela existência de um conjunto de folhas manuscritas, compiladas por grupos de imóveis (...) distribuídas pelas diferentes Secções de Serviços. Nestas folhas são mencionadas, por imóvel, as verbas gastas, oriundas das dotações orçamentais do Estado e as quantias procedentes do Fundo do Desemprego, perfazendo os totais reais (...) Optámos por utilizar este acervo documental, depois de verificar a concordância dos números com as dotações orçamentais apresentadas nos Livros de Contas Correntes e com a verba do Fundo de Desemprego (...).*

⁴ Conversão os preços constantes para correntes: Instituto Nacional de Estatística, Departamento dos Sectores Institucionais. Serviço de Estatísticas das Famílias. Índice de Preços ao Consumidor, Série A - Continente Geral, Total s/ Habitação, valores desde 1938 (segundo informação recolhida no INE, em Évora, em 1998, não existem tabelas referentes a datas anteriores).

⁵ As fortificações que acarretaram maiores despesas, a nível nacional, foram: Castelos de São Jorge, Óbidos, Leiria, Beja e Trancoso; Fortes das Berlengas e de Catalazede, Torre de Belém, Muralhas de Sagres e de Lagos. Ver NETO. Maria João Quintas Lopes Baptista, *ob. cit.*, pp. 477 e 478.

⁶ NETO. Maria João Quintas Lopes Baptista, *ob. cit.*, Gráfico 4.5, p. 469.

- a fraca despesa até 1935, correspondente aos primeiros anos da DGEMN;
- uma zona de forte investimento nos finais dos anos Trinta e nos anos Quarenta;
- uma depressão nos primeiros anos da década de Cinquenta;
- o início de novo ciclo de crescimento no segundo quinquénio dos anos Cinquenta, embora mais precoce a nível nacional, como aconteceu nos anos Trinta.

7.2 OS CICLOS REGIONAIS DE INTERVENÇÃO NAS FORTIFICAÇÕES E A SUA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E CULTURAL

O Gráfico 7.1 evidencia, como já referimos, duas zonas de grande investimento no período em análise - finais dos anos Trinta/anos Quarenta e anos Sessenta/anos Setenta até 1974 - a ladearem uma zona intermédia - anos Cinquenta - de fraco investimento. A que se deve tal espectro? Sem perdermos de vista que só estamos a analisar as intervenções num grupo específico de monumentos e apenas numa região, podemos avançar algumas razões, não exclusivas, de causalidade não mecânica, que poderão ter potenciado esta flutuação.

7.2.1 RAZÕES DE NATUREZA CULTURAL E POLÍTICA

São estas, a nosso ver, mais do que quaisquer outras, as causas determinantes do grande volume de intervenções nos monumentos, sobretudo no período dos finais dos anos Trinta/anos Quarenta. O espírito comemorativo, que marcou a vida pública portuguesa desde os finais do séc. XIX - desde a Comemoração da Morte de Luís de Camões, em 1880, sobejamente aproveitada politicamente pelos republicanos -, constituiu *uma incontornável dimensão de cultura histórica e de memória social*⁷. De

⁷ LEAL, Ernesto Castro - "Comemorações, poderes e espectáculo: o VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros em 1947", Separata das *Actas das Sessões do I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XX)*, Câmara Municipal de Lisboa, 1995, p. 473. O autor refere cinco tempos fortes de grande eficácia social e política: 1880-1882 (*Camões e Pombal*); 1887-1894-1898 (*Ciclo dos Descobrimentos*); 1905-1909-1910 (*Bocage, José Estêvão, Herculano*); 1918-

facto, as comemorações em Portugal, mais do que a simples evocação cultural e política de um facto histórico relevante, constituíram, durante o Estado Novo, formas de pedagogia ideológica com vista à construção de uma mentalidade nacionalista. A partir dos anos Trinta, o país de Salazar comemorou: em 1935, o 550º Aniversário da Batalha de Aljubarrota; em 1936, o Ano X da Revolução Nacional; em 1940, o Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência, incluindo o incontornável evento da Exposição do Mundo Português; ainda em 1940, em Évora, a 30 de Outubro, a Comemoração da Batalha do Salado (1340-1940), com inúmeros figurantes vestidos de cruzados; em 1946, o V Centenário do Descobrimento da Guiné; em 1947, a Tomada de Lisboa aos Mouros.

A intenção ideológica e pedagógica das comemorações era clara:

*É porém essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de que é fecunda a História, exemplos de sacrifício, patriotismo, desinteresse, abnegação, valentia (...)*⁸.

Ficavam os peitos da juventude ufanados com o patriotismo com que o regime lhes pedia que o servissem, acriticamente, traduzindo-se essa abnegação no “S” - de SERVIR (Salazar...) - que os cintos da farda da Mocidade Portuguesa apresentavam na fivela. As comemorações procuravam recriar o passado heróico da nação, numa exaltação teatral, por vezes patética. Assim aconteceu no castelo de Guimarães, berço da nacionalidade, durante as Comemorações Centenárias:

Em torno do castelo - que um luar esplendente e os focos azulados de potentes projectores iluminam - ardem fogueiras. Sentinelas com capacetes de ferro circulam compassadamente ao longo das ameias; de quarto em quarto de hora soltam o brado de alerta:

- Quem vive?

- E logo outra voz responde, numa comoção de triunfo:

*- Portugal! Portugal! Portugal!*⁹

1922-1931 (Nun'Álvares); 1940-1947-1960 (Duplo Centenário, Tomada de Lisboa aos Mouros, Infante D. Henrique).

⁸ *Anais da Revolução Nacional*, vol. III, (1930-1936), dir. João Ameal, ed. Eurico Lima de Magalhães (Herdeiros) e Augusto Dias Arnaut, s. l. . s. d., p. 384.

⁹ *Anais da Revolução Nacional*, vol. V, (1939-1945), dir. João Ameal, ed. Eurico Lima de Magalhães (Herdeiros) e Augusto Dias Arnaut, s. l. . s. d., p. 120.

Estas comemorações estenderam-se ao sul do país: em Ourique, no campo onde se desenrolou a célebre e “miraculosa” batalha, foi erguido um padrão comemorativo; em Faro, ergueu-se um monumento comemorando a conquista do Algarve aos Mouros; até o mar se benzeu, no promontório de Sagres, evocando os Descobrimentos Portugueses, uma vez mais com a necessária teatralização:

Depois, de um palanque colocado à beira da escarpa, o prelado (Bispo do Algarve) procede à impressionante cerimónia da benção do mar. Soam os clarins, troa a artilharia dos navios de guerra. A multidão ajoelhada no chão duro, reza¹⁰.

Os eventos, marcados por um forte cunho ideológico, em que se procurava inculcar a ideia de que o Estado Novo era o lídimo sucessor dos heróicos portugueses de outras eras, arrastaram consigo um impressionante volume de obras públicas. Dizia o Presidente Carmona no encerramento das Comemorações Centenárias:

O vigoroso impulso dado a muitas obras, ligadas por si mesmas ou por determinação do Governo a este período áureo, permitiu-nos assistir a uma fase de intensivo trabalho que veio embelezar e enriquecer definitivamente o País (...) a prova irrefragável de que na esteira de antepassados ilustres valem e somos os portugueses de hoje¹¹.

Duarte Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1938, regressa neste ano ao ministério das Obras Públicas e Comunicações, para incutir o imprescindível dinamismo ao ambicioso plano de obras que acompanhava as comemorações. Dentre o grande volume de realizações previsto para as Comemorações Centenárias, contava-se a intervenção em inúmeras fortificações, e em todas se descerrou uma lápide com a seguinte inscrição: *A história deste castelo foi recordada com gratidão pelos portugueses de 1940.*

Através de legislação publicada a 23 de Fevereiro de 1939, proveniente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, concedia-se à DGEMN uma

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 127.

¹¹ *Anais da Revolução Nacional*, vol. V, (1939-1945), dir. João Ameal, ed. Eurico Lima de Magalhães (Herdeiros) e Augusto Dias Arnaut, s. l., s. d., p. 183.

comparticipação de 475 000\$00 pelo Fundo de Desemprego, destinada a obras em 32 fortificações, entre as quais, no Distrito de Portalegre, o “castelo” de Flor da Rosa e o castelo de Avis, a concluir até 26 de Abril de 1940¹². Aliás, a *Revista dos Centenários*¹³, especificamente criada para acompanhar as comemorações, apresentava mensalmente, em quase todos os seus números, pequenas monografias sobre castelos, da autoria do Capitão Jorge Larcher¹⁴, o que denota a grande importância atribuída a estes monumentos durante o período em causa.

Em 1940, o Secretariado da Propaganda Nacional, com António Ferro na chefia, recebe a incumbência do desenvolvimento turístico. Em estreita ligação com as Juntas e Comissões de Turismo Municipais, implementa um plano que visa *alterar o seu* (do turismo) *carácter de pequena e frívola indústria para desempenhar o altíssimo papel encenador e decorador da própria Nação*¹⁵. O turismo é concebido, não só como *factor de riqueza e de civilização*, mas também como *meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política*¹⁶. Os monumentos, por sua vez, jogavam um papel fundamental: ao serem restaurados, tornavam-se *matéria prima do turismo*, contribuindo para que os estrangeiros pudessem *verificar, com os seus próprios olhos, a nossa ressurreição*¹⁷.

O programa das Comemorações Centenárias previa a construção, pela DGEMN, de sete pousadas - a primeira das quais, a ser inaugurada, foi a de Santa Luzia, em Elvas, a 10 de Abril de 1942 -, *para serem entregues, depois, ao Secretariado da Propaganda Nacional*¹⁸. No pensamento de António Ferro, *Portugal, pátria ideal do turismo, ficava sendo, por muitos anos, a casa de repouso duma Europa combalida, fatigada e doente*,

¹² *Revista dos Centenários*, Edição da Comissão Nacional dos Centenários do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, 1939, p. 22. Segundo as nossas fontes, as fortificações de Avis só vieram a ser intervencionadas em 1959.

¹³ *Idem*, 1939 e 1940.

¹⁴ Relação dos castelos historiografados na *Revista dos Centenários*, do nº 5 de 31 de Maio de 1939 ao nº 24 de 31 de Dezembro de 1940, pela ordem cronológica da publicação: Leiria, Óbidos, Montemor-o-Velho, Penela, Soure, Guimarães, Feira, Palmela, Sesimbra, Almourol, Tomar, Pombal, Porto de Mós, Alcácer do Sal, Silves, Bragança, Póvoa de Lanhoso, Marialva, Langroiva, Ranhados, Marvão, Celorico da Beira, Abrantes, Torres Novas, Arnoia, Sabugal, Belmonte, Sortelha, Mértola, Serpa, Torre da Ucanha e Penedono.

¹⁵ FERRO, António - *Turismo. Fonte de Riqueza e de Poesia*. (Discurso proferido em 1940), Edições SNI, Colecção Política do Espírito, Lisboa, 1949, p.34.

¹⁶ *Idem*, *Ibidem*, p. 35.

¹⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 38.

¹⁸ FERRO, António, *ob. cit.*, p. 49.

*o seu jardim em flor, a sua mais bela pousada...*¹⁹ Jogando na *fatal euforia do novo depois-da-guerra*²⁰, o SPN preparava uma oferta turística baseada na *beleza saudável e rústica (...)* no conforto, rústico, bom-gosto fácil no arranjo das coisas e também no paladar, simplicidade amável²¹, combatendo-se, por outro lado, o *enxame de moscas que são os mendigos*²². Nas pousadas, (...) *fortalezas de paz, parêntesis de graça e de sossego*²³, era o próprio SNP que se encarregava do arranjo interior! Tal era o cunho eminentemente político que se imprimia ao desenvolvimento turístico. Em todo este projecto, os monumentos em geral e as fortificações em particular, jogavam um papel importante, tanto mais que viriam muitas delas a ser reabilitadas para a instalação de pousadas, postos de turismo e até sedes da Mocidade Portuguesa. Nos discursos de Salazar, e até nas notas officiosas, durante as Comemorações Centenárias, os castelos ganham dimensões míticas e místicas que explicam claramente o grande dispêndio efectuado nas respectivas intervenções. Vale a pena retermos alguns excertos:

*(...) o castelo (Jorge) que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas*²⁴.

*Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de todas as partes do mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante deste castelo (Guimarães), e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé*²⁵.

Cobrimos de flores, trazidas dos quatro cantos do mundo, as pedras mortificadas sobre que se ergue este castelo, como se piedosamente se

¹⁹ FERRO, António, *ob. cit.*, p. 53.

²⁰ FERRO, António, *ob. cit.*, p. 66.

²¹ FERRO, António, *ob. cit.*, pp. 67 e 69.

²² FERRO, António, *ob. cit.*, p. 81.

²³ FERRO, António, *ob. cit.*, p. 72.

²⁴ SALAZAR, Oliveira - *Discursos e Notas Políticas*, vol. III (1938-1943). “IV Comemorações Centenárias”. Coimbra Editora, s. l., 1943, p. 49. Nota Oficial da Presidência do Conselho sobre a comemoração dos Centenários da Independência e da Restauração (publicada nos jornais em 27 de Março de 1938).

²⁵ SALAZAR, Oliveira - *Discursos e Notas Políticas*, vol. III (1938-1943). “XXI. 800 Anos de Independência”. Coimbra Editora, s. l., 1943, p. 255, discurso proferido no castelo de Guimarães, no dia 4 de Junho de 1940, no começo das festas centenárias, na cerimónia comemorativa da fundação da nacionalidade.

*beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo. Vimos de longe, alguns de muito longe, visitar a velha casa de seus pais, a cidade augusta onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal*²⁶.

*(...) e quando dentro de pouco - e nenhum de nós pode mais reviver este momento - subir ao alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade, veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa*²⁷.

Os anos Cinquenta ficaram conhecidos, historiograficamente, pelos *anos de chumbo*. Com efeito, após a conturbação social e política do período da guerra e do pós-guerra - agitação social nas cidades devido ao racionamento de géneros alimentícios; agitação nos campos devido às requisições e açambarcamentos de cereais e à repressão contra a prospecção e comércio ilegal de volfrâmio; greves operárias de caris reivindicativo contra as condições miseráveis de trabalho e de subsistência; fortalecimento político da oposição devido à vitória dos Aliados -, o Estado Novo retoma o controlo da situação política em 1949, desbaratando a oposição através de uma eficaz ofensiva policial. Também a conjuntura política internacional decorrente da Guerra Fria vem ajudar a recompor o regime. Os anos Cinquenta constituem, então, um período em que o salazarismo ganha de novo alento, um certo arreganho, embora a sucessão do ditador comece a discutir-se e o regime apodreça por dentro, sobrevivendo a ideia de transição com a ascensão contínua dos marcelistas. Após o *terramoto delgadista* (1958-1962), o regime espera o seu fim. Com a invalidez do ditador (1968) e mais tarde com a sua morte (1970), a liberdade caminhou a passos largos, ignorando a liberalização serôdia da *Primavera Marcelista*.

Durante todo este período, amainou o frenesim comemorativo, sendo de realçar apenas a Comemoração dos 500 Anos da Morte do Infante D. Henrique, ou Comemorações Henriquinas, em 1960, e as Comemorações do Quadragésimo Ano do

²⁶ Idem. *Ibidem*, p. 258, discurso proferido no castelo de Guimarães, no dia 4 de Junho de 1940, no começo das festas centenárias, na cerimónia comemorativa da fundação da nacionalidade.

²⁷ Idem. *Ibidem*, p. 259.

Ressurgimento Nacional, em 1966²⁸. Não houve, de facto, uma boa razão de natureza histórica para manter o nível de investimento nas intervenções nos monumentos e, por outro lado, as fortificações mais importantes, quer a nível nacional quer na região que analisamos, tinham sido intervencionadas nas décadas anteriores. Compreende-se então por que razão os anos Cinquenta foram de quietude nesta matéria, embora seja um período de claro domínio do Salazarismo, a beneficiar internacionalmente com a “guerra-fria”. Já as décadas posteriores apresentam novas campanhas de obras nas fortificações, mas aqui, as causas serão provavelmente outras: a natural degradação do património durante a década de Cinquenta e, sobretudo, o início de novo ciclo económico ascensional na economia portuguesa.

7.2.2 RAZÕES DE NATUREZA ECONÓMICO-SOCIAL

As razões que aqui poderemos aduzir, se não podem justificar cabalmente os ciclos, também não os contrariam. Assim, quer os finais dos anos Trinta e os anos Quarenta, quer os anos Sessenta e Setenta até 1974, constituem períodos favoráveis a nível económico:

a) A crise mundial iniciada em 1929, que só parcialmente nos afectou, devido ao carácter predominantemente rural da nossa economia, estava superada.

b) A partir de 1928/1929, e até 1940, as contas públicas apresentam-se equilibradas - embora tenha sido posto em dúvida o critério contabilístico seguido, ao contabilizar como receitas os empréstimos e os saldos positivos dos anos económicos findos - à custa, essencialmente, de medidas severas de contenção da despesa. O equilíbrio do Orçamento tornou-se uma obsessão do regime, um dos seus pontos de honra nos primeiros anos do Estado Novo, para contrariar tendências anteriores, muito embora, a partir de 1922, já os governos republicanos tivessem tomado medidas

²⁸ Inaugurou-se neste ano, a 7 de Dezembro, a Igreja de Santa Engrácia, como Panteão Nacional: as obras foram finalmente concluídas pela DGEMN sob a coordenação do Arq. Vaz Martins.

importantes para combater o saldo negativo das contas públicas. Com o advento da guerra e a saída de Salazar, em 1940, da pasta das Finanças, registam-se novamente saldos negativos - com excepção do ano de 1942 -, o maior dos quais em 1947.

c) A partir de 1932, são criados, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações - corpo técnico que executará a obra visível e mediática do regime - e o Comissariado do Desemprego, organicamente interligado com aquele ministério, que visava *facilitar a todos o direito a um salário, em vez de criar por lei, para homens válidos, o direito a um óbolo*²⁹. Com efeito, o Fundo de Desemprego dispunha de 3% dos salários e mais proventos de todos quantos trabalhavam (1% da entidade patronal e 2% dos trabalhadores), subsidiando as obras públicas, nas quais se incluem as que a DGEMN promovia nos monumentos, exigindo para tal que nelas trabalhassem os desempregados inscritos nos respectivos distritos³⁰. Se por um lado se atenuava a chaga social do desemprego, agravado com a II Guerra Mundial (1939-1945), devido à queda da emigração e ao regresso dos emigrantes provenientes das zonas em guerra, por outro investia-se em obras culturalmente úteis: o restauro dos monumentos, olhados como padrões culturais, documentos vivos de um passado glorioso. De 1932 a 1947, as intervenções nos monumentos representaram 1% do total de verbas despendidas nas obras públicas³¹. Entre 1932 e 1947, o número de desempregados baixa significativamente, ao mesmo tempo que as obras públicas beneficiam de um grande incremento com picos em 1933/1935 e em 1944/1947³². Nos primeiros vinte anos de regime *despenderam-se 365 mil 737 contos em construção de edifícios e reparação de monumentos nacionais*³³, prevendo-se a construção, a partir de 1945, *de 7180 edifícios escolares com 12500 salas de aula e que, em 1953, estavam concluídos, ou em vias disso, 1691 edifícios com 3425 salas de aula*³⁴. Ao fim de trinta anos de regime (1956),

²⁹ *30 Anos de Estado Novo (1926-1956)*, dir. F. de Matos Gomes e A. da Costa, Organizações Império, Lisboa, 1957, p. 302.

³⁰ Decreto nº 21699 de 19 de Setembro de 1932, Diário do Governo, I Série, nº 230 de 30 de Setembro de 1932, Capítulos VI e VII.

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, vol. III, Palas Editores, 3ª edição, Lisboa, 1986, p. 467.

³² MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 465.

³³ *A Revolução Nacional, 20 Anos de Grandes Realizações, 28 de Maio de 1926 a 28 de Maio de 1945*, Edições SNI, s.d., Lisboa, p. 23.

³⁴ *30 Anos de Estado Novo (1926-1956)*, dir. F. Matos Gomes e A. da Costa, Organizações Império, Lisboa, 1957, p. 319.

o Distrito de Portalegre, por exemplo, tinha beneficiado de 700 obras³⁵, o que revela bem este novo Fontismo de carácter estritamente estadual que procurava, nas obras públicas, a face visível do regime, o seu emblema.

d) A neutralidade portuguesa face ao grande conflito mundial, proporcionou a venda dos produtos nacionais a bom preço - dos quais se destaca o volfrâmio -, não tendo o país que investir demasiado no armamento e na defesa do seu território. De 1926 a 1967, a balança comercial regista saldos positivos precisamente no período da II Grande Guerra, entre 1940 e 1944³⁶. Contudo, a contenção de preços no produtor - que impediu a respectiva acumulação de capital -, e a forte contenção salarial, fizeram de Portugal, no dizer de diplomatas britânicos aqui estabelecidos, *o deprimente espectáculo de um homem com os bolsos cheios e o estômago vazio*³⁷. Importantes foram também as remessas enviadas para os refugiados que encontraram na nossa neutralidade um inestimável abrigo.

e) O período do pós-guerra comportou alterações na situação económica portuguesa. As exportações baixaram, sobretudo o volfrâmio, gerando-se saldos negativos na balança comercial que não mais recupera. Também as remessas para os refugiados sofreram forte diminuição, trazendo como consequência que os pagamentos ao exterior se faziam, então, à custa da acumulação anterior, tendo o efeito positivo de baixar a inflação. Por sua vez, a facilidade nos abastecimentos permite a retoma da actividade económica. Como vimos atrás, os principais problemas nacionais foram de ordem sócio-política, em resultado da vitória dos países democráticos no conflito mundial. O regime político português sobrevive, sobretudo, à custa da “guerra-fria”, e economicamente, pelo grande desenvolvimento económico europeu do pós-guerra.

f) Nos anos Sessenta, como já referimos, apenas uma comemoração digna de registo se verificou: a Comemoração dos 500 anos da Morte do Infante D. Henrique.

³⁵ *30 Anos de Estado Novo (1926-1956)*, dir. F. de Matos Gomes e A. da Costa, Organizações Império, Lisboa, 1957, p. 380.

³⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, 471.

³⁷ Cit. in ROSAS, Fernando - “Economia de Guerra (1939-1945)”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 284.

Serão então razões de carácter económico-social, aliadas à política cultural do regime, as que melhor podem justificar o novo incremento de intervenções nas fortificações. O período que vai dos anos Sessenta até à queda do regime em 1974, caracteriza-se por um surto económico com subida acentuada de receitas e despesas nas contas públicas, motivada, em parte, pela situação inflacionista mundial. Este período representa, para Portugal, *a idade de ouro do crescimento económico moderno*³⁸. A guerra colonial estimulou o desenvolvimento económico, a emigração para África, apesar da taxa de crescimento metropolitana ficar espartilhada pelos vultuosos gastos militares (cerca de 50% das receitas). A economia portuguesa cresceu, embora com uma taxa inferior à dos outros países da Europa³⁹. Demograficamente, a população decresce entre 1960 e 1970, cerca de 220000 pessoas, devendo-se tal quebra à emigração. Esta sobe progressivamente do pós-guerra até 1966 (120000 emigrantes), baixando depois para valores que se conservaram altos (80000 emigrantes em 1973)⁴⁰.

As contas públicas, que tinham registado, de 1948 a 1960, apenas cinco saldos positivos, apresentaram apenas um novo saldo positivo em 1970, devido, sobretudo, ao processo inflacionista promovido pelo aumento das remessas dos emigrantes e ao surto turístico. Mas a balança de pagamentos registava saldos positivos vultuosos⁴¹.

Em conclusão, pensamos que, se a questão social do desemprego foi uma motivação omnipresente, o primeiro grande ciclo de investimento na recuperação de monumentos - finais dos anos Trinta/anos Quarenta - teve fortes motivações de ordem cultural e política, enquanto que no segundo ciclo - anos Sessenta/anos Setenta - foi importante o surto de desenvolvimento do país. A utilização dos monumentos em geral, e das fortificações em particular, na pedagogia ideológica do Estado Novo, constituiu uma das razões que melhor explica o grande investimento na recuperação dos monumentos que a História regista neste período.

³⁸ NUNES, Ana Bela, BASTIEN, Carlos e VALÉRIO, Nuno - *Caixa Económica Montepio Geral, 150 Anos de História (1844-1994)*, Montepio Geral, Lisboa, 1994, p. 63.

³⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 475.

⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 479.

⁴¹ VALÉRIO, Nuno - "Contas do Estado", *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. N. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 207 e 208.

QUADRO 7.1 (1ª Parte: 1933-1953)

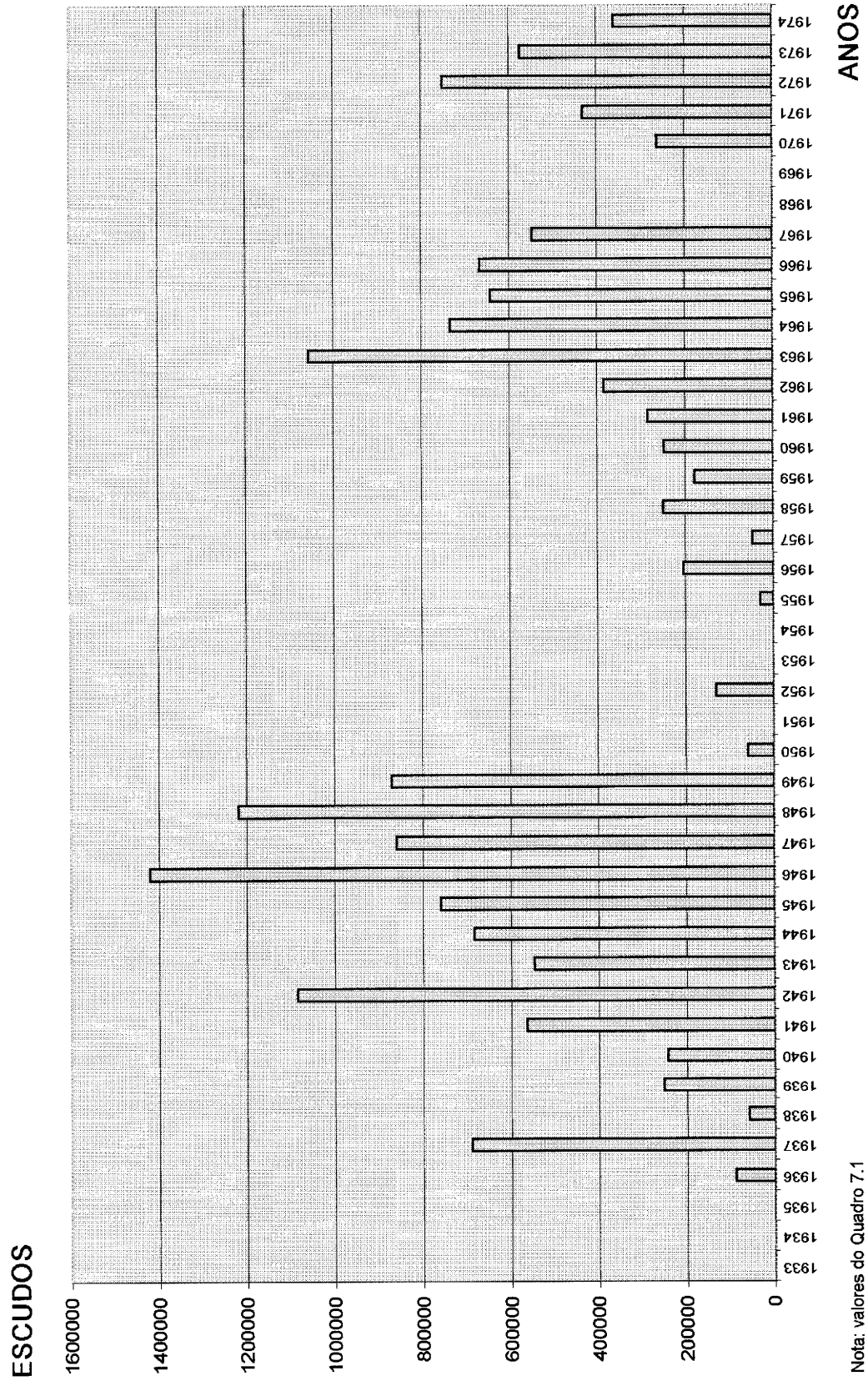
FORTIFICAÇÕES	VERBAS DESPESIDAS PELA DGEIMN ENTRE 1933 E 1974 (PREÇOS CONSTANTES E PREÇOS CORRENTES/ESCUADOS)																					
	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	
Alegrete																						
Alter do Chão																						
Alter Pedroso																						
Avis														48500	95360	108900	231115	182675				
Amieira																						
Aronches																						
Barbacana																						
Belver							40000		28425	50000	20000	30000	58000	252461	50000							
Cabeço de Vide																						
Campo Maior										20000	20000	60000	20000									
Castelo de Vide				15000	115600	10000				50000	30000	30000	30000									
Crato															56316							
Elvas - Cidade								40000	75000	20000	20000	20000	20000	60000	130000	70000						
Elvas - F. Graça																						
Elvas - F. S. Lusitã																						
Marvão										100000	40000	30000	30000			87380	97000	19000			41790	
Monforte																						
Montalvão																						
Nisa										5000	10000	10000	10000									
Portalegre																						
Ouguela																						
Seda																						
Preços Constantes	0	0	0	15000	115600	10000	40000	40000	104425	245000	140000	180000	216500	464137	288900	388475	279675	19000	0	41790	0	0
P. Correntes (1974)				88628,1	680734	58752,1	253884	243025	563427	1086718	547135	684947	759852	1421911	859587	1221163	871573	60783,2	0	131940	0	0
Notas:																						

Fonte: na sua quase totalidade, as "propostas de ajuste particular" entre a DGEIMN e os empreiteiros (Arquivos: DGEIMN e DREMS)
 Índice de preços: INE; para anos anteriores a 1938 utilizamos o índice de preços deste ano devido à inexistência de tabelas.

QUADRO 7.1 (2ª Parte: 1954-1974)

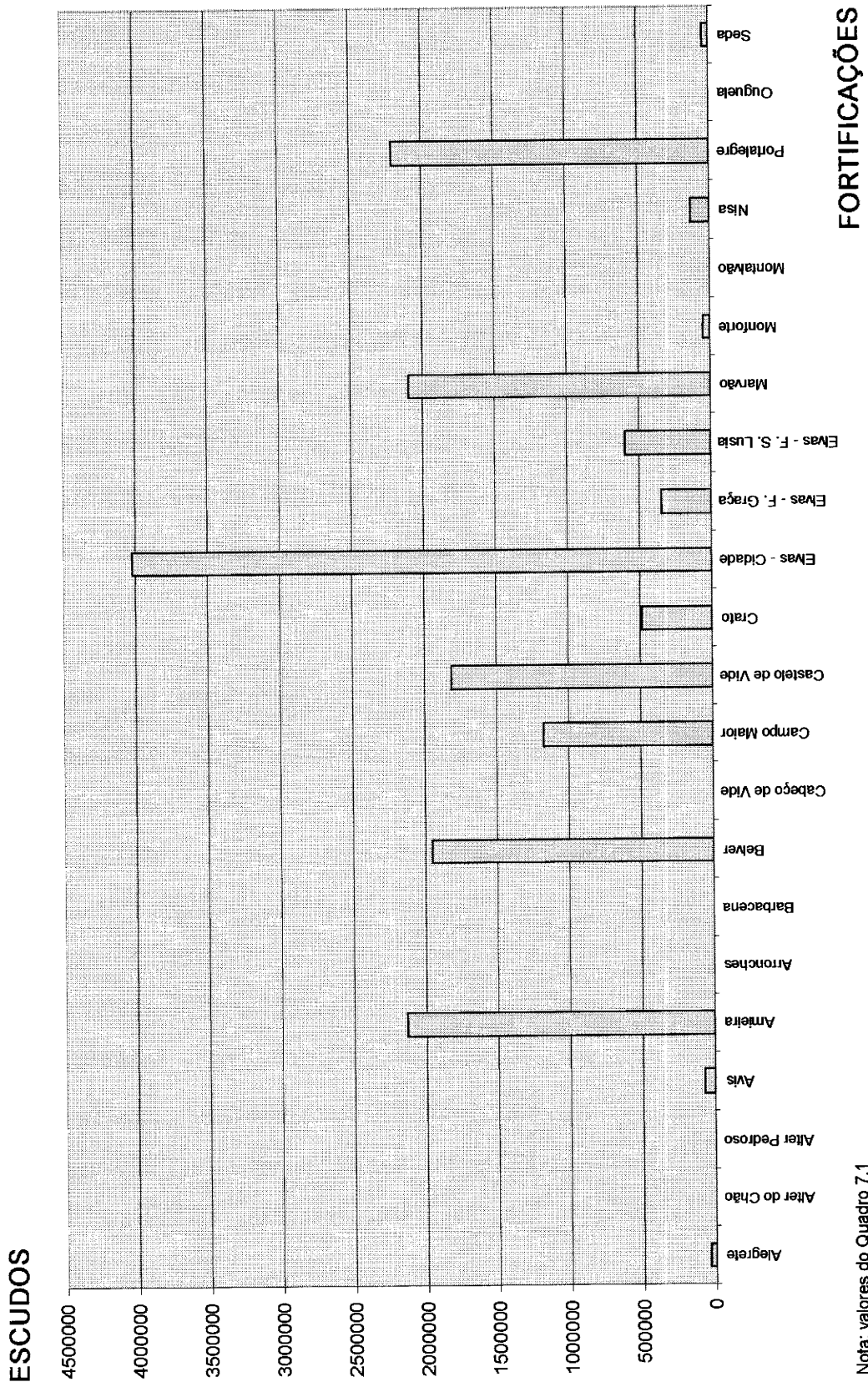
FORTIFICAÇÕES	VERBAS DESPENDIDAS PELA DGE/MN ENTRE 1933 E 1974 (PREÇOS CONSTANTES E PREÇOS CORRENTES/ESCUDOS)																					
	ANOS	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1970	1971	1972	1973	1974	
Alegrete													16521									
Alter do Chão																						
Alter Pedroso																						
Avis						28350																
Amieira								20000														
Aronches																						
Barbacena																						
Belver																						
Cabeço de Vide												49987	48000	50000	45000		50000		100000		100000	
Campo Maior														20698	50000			9568				
Castelo de Vide									38461	22484												
Crato			58316		28846	28900	19200	19190		65400	197700	198550	149620	100000	19959			50000	150000			
Elvas - Cidade								72115										5824	100000			
Elvas - F. Graça									38461	49862	49694	49022	50000									
Elvas - F. S. Lúcia									10000	10387	13036		5408		89440			20800				
Marvão		10000		10300	28952	15253																
Monforte																						
Montalvão																						
Nisa							1000				125188			124000	50000		100000	190000	150000	360000	360612	
Portalegre																						
Ourgate																						
Seda																						
Preços Constantes		0	10000	70346	16600	88698	63803	91305	106922	148253	413536	297569	269549	204696	254390	0	150000	276192	531200	460000	360612	
P. Correntes (1974)		0	30000	205081	47626,2	250503	178106	248171	285257	385564	1056489	734274	843181	687916	547412	0	282591	432223	751590	575398	360612	

GRÁFICO 7.1
 VERBAS DESPENDIDAS PELA DGEMN, NAS FORTIFICAÇÕES DO DISTRITO DE PORTALEGRE, ENTRE 1933 E 1974 (PREÇOS CORRENTES DE 1974)



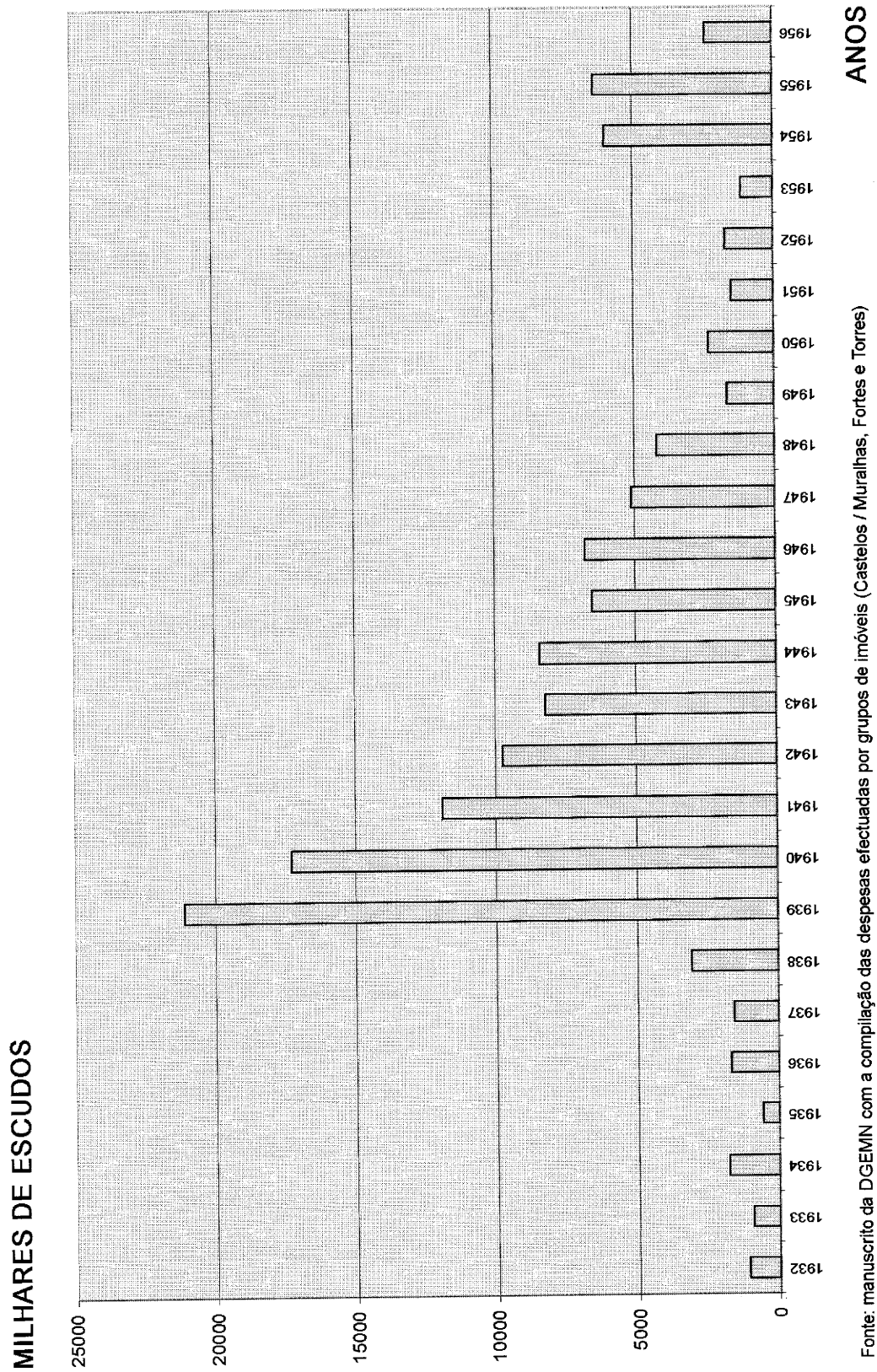
Nota: valores do Quadro 7.1

GRÁFICO 7.2
 VERBAS DESPENDIDAS PELA DGEMN, POR CADA FORTIFICAÇÃO, ENTRE 1963 E 1974 (PREÇOS CORRENTES DE 1974)



Nota: valores do Quadro 7.1

GRÁFICO 7.3
 VERBAS DESPENDIDAS PELA DGE MN, NAS FORTIFICAÇÕES NACIONAIS, ENTRE 1932 E 1956 (PREÇOS CORRENTES DE 1974)



VIII

ARQUITECTURA NOVA E INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS: QUE RELAÇÃO?

8.1 HISTORICISMO E MODERNISMO

O nascimento da arqueologia, na primeira metade do séc. XVIII, colocou em causa a suposta universalidade das regras apresentadas pelo classicismo ao longo de três séculos. Na segunda metade de Setecentos, o Classicismo passa a Neoclassicismo, convertendo-se, o anterior corpo de regras formais da arquitectura clássica, em meras hipóteses programáticas convencionais. O mesmo método aplicar-se-á, posteriormente, a outros estilos do passado. Esta é, segundo Leonardo Benevolo¹, a base comum de dois movimentos, aparentemente antagónicos: o Neoclassicismo (de 1750 aos anos 20/30 do

¹ BENEVOLO, Leonardo - *Introdução à Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 1991, pp. 204 e 209.

séc. XIX) e o Romantismo (do último quartel do séc. XVIII a meados do séc. XIX, ou, entre nós, até princípios do séc. XX). O primeiro, opõe à redundância do Barroco e do Rococó a clareza e o rigor clássico; o segundo, contraria as regras do Classicismo academizante com o culto da emoção, do exotismo, do individual, e dá origem a outros revivalismos: o neoárabe, o neoromânico, o neogótico, o neomanuelino (Portugal). O séc. XIX foi, por isso, um século de revivalismos estilísticos iniciado pelo Neoclassicismo, distinguindo-se pela preocupação arqueológica e pelo desejo declarado de *pastiche*. A todo este movimento se atribui e designação de Historicismo, tendo, na sua fase mais sofisticada, o *bric à brac*, a decoração conseguida com mistura de peças de estilos diferentes².

Esta cultura historicista apresentou, na arquitectura, sérias limitações ao responder às necessidades do seu tempo. A revolução industrial, comercial, demográfica e social, com a grande migração do campo para a cidade e com a ascensão da burguesia, carecia da tomada de medidas urgentes ao nível da construção de instalações industriais, de vias de comunicação, de habitações, de novos equipamentos e ordenamentos urbanos.

A estes problemas muito reais e agudos do séc. XIX, o Historicismo ofereceu soluções formais de que resultou o completo desfasamento entre forma e função. Foi dessa contradição, a que se acrescentou o alheamento face aos novos materiais e técnicas de construção - por parte da arquitectura académica - que surgiu, como necessidade, a arquitectura modernista. Os novos temas e as novas dimensões encarregaram-se de tornar obsoletos os modelos estilísticos do passado. Assim, a incompatibilidade entre Historicismo e Modernismo fundamentou-se, também, em razões práticas.

Uma fase de pesquisa do Modernismo decorreu entre a última década do séc. XIX e o final da I Grande Guerra. Um certo eclectismo academista de matriz parisiense, a experiência acumulada da arquitectura do ferro e do vidro, o movimento *Arts and Craft*, a Arte Nova e, finalmente, a *Art Déco*, integraram o caldo de cultura de que despontou a arquitectura modernista. A partir dos anos Vinte, as várias experiências ganham a coesão de um movimento liderado pelo racionalismo funcionalista da Bauhaus (1919-1933) - de Walter Gropius (1883-1969) e de Ludwig Mies van der Rohe (1886-1969) - e de Charles Édouard Jeanneret, “Le Corbusier” (1887-1965). Os vanguardistas do Modernismo não

² BENEVOLO, Leonardo, *ob. cit.*, p. 209.

pretendiam impor-se por questões meramente formais, estéticas, mas provando que a sua arquitectura *funciona melhor, que resolve de um modo mais racional os problemas da habitação, do trabalho e da diversão, atendendo, de uma forma mais equilibrada, às diversas componentes materiais e espirituais*³. Daqui as qualificações de funcionalista e de racionalista para a arquitectura modernista, e também a de internacionalista, porque as mesmas causas desenvolvimentistas, em todo o mundo, impuseram soluções semelhantes.

Por outro lado, explica-se com facilidade a *impossibilidade de adaptar a arquitectura moderna em quaisquer regimes totalitários*⁴: se ela prima pelos aspectos metodológicos do funcionalismo e do racionalismo, seria impossível introduzir, nesta principiologia, a submissão ideológica a uma ditadura totalitária, com as inevitáveis imposições formais que daí decorreriam.

Com o Modernismo, a arquitectura deixou de ser vista como uma arte pura, uma pura especulação individual, surgindo, pela grande necessidade, o trabalho de grupo, congregando diversas especialidades. Por outro lado, alargou-se o seu campo de acção a todo o meio físico que envolve o Homem: a arquitectura, o *design* industrial, o urbanismo, a paisagem.

Em Portugal, durante os 48 anos de Ditadura, a questão da arquitectura sofreu nuances que acompanharam o decurso da História em geral e do próprio regime em particular. A Ditadura Militar (1926-1933) alheou-se dos valores formais da arquitectura, porque não estava definido, com precisão, o seu carácter ideológico, e porque era necessário mostrar eficácia relativamente à 1ª República. O sector da habitação era impulsionado pelos “patos bravos” através de uma arquitectura ecléctica e academizante de estrutura débil, “as gaiolas” (1880-1930). Depois de um período de transição⁵, o primeiro Modernismo manifestou-se através de uma geração de arquitectos

³ BENEVOLO, Leonardo, *ob. cit.*, pp. 225 e 226.

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 227.

⁵ A transição para a arquitectura moderna desenvolve-se entre as últimas décadas do séc. XIX e os anos Vinte do nosso século, através da utilização dos novos materiais e de algum racionalismo e funcionalismo, comprometidos com um eclectismo forçado, historicista, a que se junta a procura nostálgica de uma “casa portuguesa” (Raul Lino). Distingue-se a actividade pioneira de José Luís Monteiro (1849-1942) - Sala de Portugal para a Sociedade de Geografia (1897) -, de Rosendo Carvalheira (1864-1919) - Sanatório da Parede (1912) -, de Ventura Terra (1866-1919) - Liceus Pedro

a que um deles, Carlos Ramos (1897-1969), chamou de “geração do compromisso”: Rogério de Azevedo (1898-1983), Cristino da Silva (1896-1976), Pardal Monteiro (1897-1957), Cottinelli Telmo (1897-1948), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990), entre outros. Entre as primeiras obras modernistas são de assinalar o Pavilhão do Rádio (1927-1933), de Carlos Ramos, o Liceu de Beja (projecto que ganhou o concurso de 1931) e o Cinema Capitólio (1925-1931)⁶, de Cristino da Silva, e a Garagem do Comércio do Porto (1930), de Rogério de Azevedo. Esta nova arquitectura apresentou-se em Lisboa, na SNBA, no I Salão dos Independentes, em 1930, conjuntamente com as propostas modernistas da escultura (Diogo de Macedo), pintura (Almada Negreiros) e da literatura⁷ (Pessoa, Régio, António Ferro).

Com a criação, em 1932, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, possuindo à testa Duarte Pacheco (1899-1943), e com Salazar na Presidência do Conselho de Ministros - que José Frederico Ulrich há-de considerar como o primeiro de entre os arquitectos e engenheiros portugueses⁸ -, lança-se uma vigorosa campanha de obras públicas que vai implicar o aliciamento e uma crescente intromissão do Estado, como grande encomendador, no acto criativo da arquitectura⁹. E tanto mais que, a partir de 1936, o Estado Novo apresenta-se com características marcadamente fascistas, necessitando da arquitectura para expressar os seus valores ideológicos: autoridade, ordem, disciplina, nacionalismo, ruralismo, tradição. À geração dos modernistas opunha-se a ala mais retrógrada do regime e Raul Lino (1879-1974) que, *associando a ideia de*

Nunes (1906), Camões (1907) e Maria Amália (1913), Maternidade Alfredo da Costa (1907) - e de Marques da Silva (1869-1947) - Estação de São Bento (1896) e Armazéns Nascimento (1914).

⁶ Com influências *Art Déco*, patentes também nas fachadas do Bairro Azul, da Av. Defensores de Chaves, da Av. Almirante Reis e do Bairro Lopes.

⁷ Ao nível da literatura, já em 1915 a revista *Orpheu*, nos seus dois números, introduzira o movimento modernista em Portugal (Primeiro Modernismo), com Pessoa, Mário de Sá Carneiro, Almada, António Ferro. O movimento terá o suporte de uma outra revista, a *Presença* (1927-1940), com Régio, João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca e Casais Monteiro, na 1ª série, correspondendo ao Segundo Modernismo. Apelava-se para uma literatura nova sob o lema de que, em arte, só é vivo o que é original.

⁸ *Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947*, vol. II, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949, p. 14.

⁹ Segundo Ana Tostões, o Modernismo começou por ser, em Portugal, essencialmente representativo do Estado encomendador e só depois funcionalista, podendo, por isso, definir-se *a partir de um gosto Art Déco*, entre a modernidade e a monumentalidade. Ver TOSTÕES, Ana - “Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitectura do movimento moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais, *Caminhos do Património*, DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 134.

*racionalismo à de materialismo, rejeitou a Arquitectura Moderna e tornou-se um dos seus detractores mais ferozes*¹⁰. Chegou a defender a proibição, a nível oficial, do internacionalismo na arquitectura, a exemplo do que aconteceu na URSS, com Estaline, a partir de 1932, na Alemanha, em 1933, na Espanha, em 1939, e na Itália, a partir de 1942:

*Muitos desvarios tem a nossa casa tido que suportar! Cada nova moda que passa produz uma febre que por vezes chega ao delírio. Por último chegounos um vento de internacionalismo utilitário, que se diz funcional, que ameaça subverter de vez não só a casa portuguesa, como todo o panorama da nossa arquitectura. Nesta altura pareceu ao Conselho Superior de Obras Públicas que era conveniente intervir oficial e superiormente (...) Isto é, o mundo oficial tomou conta do caso. Estão de parabéns todos os que se interessam por uma regeneração neste aspecto da vida nacional (...)*¹¹.

Não obstante, criações simbólicas deste período, até 1937, têm linguagem modernista. Nas obras públicas, podemos referir: o Instituto Superior Técnico (1927-1935) e o Instituto Nacional de Estatística (1929-1931), de Pardal Monteiro, a Casa da Moeda (1934-1938), de Jorge Segurado e António Varela, e o Liceu D. Filipa de Lencastre (1932-1940), de Jorge Segurado. Na arquitectura religiosa, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1934-1938), de Pardal Monteiro, com um modernismo “arrojado” que teve que ser defendido pelo próprio Cardeal Cerejeira. Na produção privada são de referir o emblemático vanguardismo do Hotel Vitória (1934) e o Cinema Eden (1930-1937), de Cassiano Branco.

Este período de uma certa indefinição do regime relativamente à obra nova, não é acompanhado, como vimos, de semelhante indefinição no que diz respeito à intervenção nos monumentos. Basta lembrarmo-nos da *orientação técnica* que Gomes da Silva defendeu no I Congresso da União Nacional (1934), ou das críticas à DGEMN proferidas pelo deputado Diogo Pacheco de Amorim na Assembleia Nacional (1935). Fica claro que, não sendo desconhecidos os princípios da Carta de Atenas (1931), eles

¹⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Tempos, Lugares, Pessoas*, Contemporânea e Jornal Público, Matosinhos, 1996, p. 105.

¹¹ LINO, Raul - *Casas Portuguesas*, 8ª edição, Livros Cotovia, Lisboa, 1992, pp. 113 e 114.

eram ignorados pelo poder. Também os arquitectos, que tinham que viver da obra pública¹² e possuíam uma formação muito arcaica¹³, academista, historicista, não afrontavam o poder. Nas Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, o valor da autenticidade na criação artística era claramente esquecido em favor do *pastiche*, do revivalismo, em consequência de um academismo estéril. Nem é claro que a questão do restauro dos monumentos se pusesse à sua classe, num país marcado por grande atraso cultural, pobre, analfabeto e com os castelos em ruína, parte deles a servirem de cemitério.

8.2 COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS: O AUGES DA DITADURA E DO CONDICIONAMENTO IDEOLÓGICO DA ARQUITECTURA

A partir de 1938, Duarte Pacheco, o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, é novamente chamado ao MOP para, com o dinamismo que lhe era peculiar, suportar o pesado fardo das Comemorações Centenárias. Até à sua morte, em 1943, acumulou as duas funções. As suas simpatias pelo Modernismo, que lhe valeu a oposição dos sectores mais conservadores e a demissão em 1936, foram esquecidas. Duarte Pacheco era o homem certo para enfrentar os ciclópicos trabalhos que se anteviam. Com o Plano dos Centenários, o sector antimodernista do regime ganhou preponderância e definem-se melhor, a partir de então, os critérios formais, arquitectónicos, do Estado Novo. Apesar de tudo, os arquitectos modernistas aderem ao desafio proporcionado pela Exposição do Mundo Português (1940), tendo como arquitecto-chefe Cottinelli Telmo. Entre os criadores e o poder, António Ferro, como mentor ideológico e como protector

¹² Em 1932, o total da cidade recente tinha mais de noventa e nove por cento de edifícios projectados por curiosos. Ver FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, Bertrand Editora, 3ª edição, Lisboa, 1991, p. 237.

¹³ O ensino da Arquitectura foi muito criticado no I Congresso Nacional de Arquitectura (1948). Ver, por exemplo, AMARAL, Francisco Keil do - "A formação dos arquitectos", *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948, pp. 74 ss..

de um Modernismo caldeado com a tradição¹⁴, sofrendo as mesmas críticas que Duarte Pacheco e sendo ignorado na Exposição do Ano X da Revolução Nacional (1936), ano em que, como já referimos, Duarte Pacheco é demitido do MOP. Mas tal como Duarte Pacheco, era-lhe reconhecido talento e capacidade de realização, não sendo possível ao regime, para levar a bom porto as comemorações, prescindir do seu trabalho e ao mais alto nível. Ferro (tal como Salazar) era confesso admirador de Mussolini que, ao contrário de Hitler - que rejeitou o Expressionismo nacional, admirado por Goebbels, para optar, a partir de 1934, pelas propostas de Alfred Rosenberg, “Linha de Combate pela Cultura Alemã” -, afirmava ser *necessário criar a arte Nova dos Nossos tempos*¹⁵. Mussolini opta por uma estratégia completamente diferente: utiliza o movimento futurista (nascido em 1909 com o manifesto do poeta Marinetti), nomeadamente a sua filosofia de procura de um *Homem Novo*, para adossar ao fascismo um suporte estético: *Não devemos permanecer contemplativos (...) Nós devemos criar uma arte nova, uma arte do nosso tempo, uma arte fascista*¹⁶. Os arquitectos Giuseppe Terragni (1904-1942) e Pagano, protagonizaram o movimento modernista até à alienação do regime ao III Reich. Na Exposição Universal de Roma (1942) já predomina o monumentalismo retórico de Piacentini que irá influenciar a arquitectura do Estado Novo (caso flagrante da Cidade Universitária de Coimbra, de Cottinelli). No entanto, nem sempre, historicamente, os regimes autoritários perseguiram os vanguardistas do Modernismo. Tal não aconteceu durante governos de ditadura nos países nórdicos, na Suíça, na Holanda e no Brasil de Getúlio Vargas. Na opinião de Nuno Teotónio Pereira, é necessário que, para além do autoritarismo, se revele também o totalitarismo, para que haja um condicionamento total da vida cultural¹⁷.

Feroz adversário dos modernistas era o Coronel Arnaldo Ressano Garcia, presidente da Sociedade Nacional de Belas-Artes e confesso admirador de Hitler e da sua arquitectura, vendo naquele internacionalismo, a que chamava também de

¹⁴ As Exposições de Arte Moderna do SNP/SNI - 14 exposições entre 1935 e 1951 - previam uma condição: *um “indispensável equilíbrio” (...) resolvendo uma revolta que não deverá nunca levar à “loucura de formas”*. Ver FRANÇA, José-Augusto, *ob. cit.*, p. 205.

¹⁵ FRANÇA, José-Augusto, *ob. cit.*, p. 205.

¹⁶ Cit. por MOHEN, Jean-Pierre - *Les Sciences du Patrimoine / Identifier, Conserver, Restaurer*, Editions Odile Jacob, Paris, 1999, p. 323.

¹⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio - “A arquitectura do Estado Novo de 1929 a 1950”, *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 353.

comunismo, um estilo inconciliável com os valores ideológicos do Estado Novo. Na conferência que proferiu em 1939, os modernistas foram apodados de charlatães, paranóicos, revolucionários sociais, sem ideal, sem Deus e sem moral, comunistas, congregando-se numa ofensiva judaica e anticristã. As suas obras eram *imundície artística!*¹⁸.

Pretendia-se, na Exposição dos Centenários, uma arquitectura moderna, mas portuguesa, numa tentativa de conciliação a que os arquitectos modernistas aderiram. O condicionamento histórico e estético motivado pelo triunfo das ditaduras europeias, então no apogeu, a própria temática celebrativa do evento e as imposições conceptuais da Exposição, induziram as previsíveis concessões, resultando os objectos arquitectónicos, implantados na Praça do Império - criada por Duarte Pacheco -, sem inter-relacionamento urbanístico e formalmente comprometidos: volumes autónomos, híbridos, com decoração simbólica evocativa. Neste grande evento de promoção do regime, surge uma estilização historicista, ou tradicionalista, de escala monumental, pondo fim às procuras vanguardistas do Primeiro Modernismo:

*Nesta realização acabam, até cronologicamente, os anos 30 da arte portuguesa e o modernismo que neles se completara, através da acção do SPN/SNI (...) E ali, ao projecto ainda cosmopolita de António Ferro se opõe um projecto imperialista e nova via tradicionalizante, que Duarte Pacheco necessariamente ia encarnando. A vitória deste, no domínio da arquitectura, é uma vitória total que a conjuntura político-ideológica impunha*¹⁹.

Sintomática foi, logo no ano seguinte, a realização oficial da Exposição de Arquitectura Alemã (1941), de Albert Speer. Esta era, na altura, a moda que vinha de fora, o internacionalismo que parecia vir a triunfar na Europa, o internacionalismo possível.

O retrocesso artístico português enquadrou-se no fenómeno europeu de recuperação classicista, de características conservadoras e antimodernas, que aconteceu

¹⁸ GARCIA, Arnaldo Ressano - "A pintura avançada: impressões de uma viagem a Paris", (I Parte) *Brotéria* de Julho de 1939, pp. 67-74; (II Parte) *Brotéria* de Agosto/Setembro de 1939, pp. 153-161.

¹⁹ FRANÇA, José-Augusto, *ob. cit.*, p. 225.

nos anos Trinta e Quarenta²⁰. Recua-se na criação, na autenticidade, retomando valores da arquitectura conservadora e académica de Oitocentos. Também a ditadura portuguesa procurava a aura intemporal do classicismo, e também o vernáculo, onde pretendia enraizar a arquitectura como opção patriótica. Já em 1939 se argumentava: (...) *se os arquitectos e engenheiros e construtores portugueses não sabem criar um estilo português, antes reproduzam o manuelino, o D. João V ou o pombalino fielmente, e mesmo servilmente (...) nós gritamos e gritaremos veementemente: FAÇAM-SE CASAS PORTUGUESAS EM PORTUGAL!!!*²¹.

Por outro lado, não podemos esquecer que a arquitectura era uma profissão que dava os primeiros passos²², praticada então por engenheiros, por mestres de obras ou por simples desenhadores. Difícil era então sobreviver da actividade privada, resultando daí que, trabalhar para o MOP, ou pertencer aos seus quadros, nomeadamente à DGEMN, implicava o controlo político sobre a obra criativa.

Nos edifícios públicos imperava a sobriedade monumental, retórica, de inspiração clássica, numa mensagem de ordem e de autoridade. Como muito bem observa Nuno Teotónio Pereira: *não deixa de ser curioso que dessas pretensas arquitecturas nacionais tivessem saído produtos formalmente muito semelhantes, formando portanto, à revelia do que apregoavam os seus mentores, uma verdadeira internacional*²³.

Na habitação, introduziam-se os valores tradicionais, na obsessiva procura de uma “casa portuguesa”, cuja teorização vinha sendo defendida por Raul Lino. Na habitação social, em particular, e após a condenação de edifícios multifamiliares modernistas - caso do Bairro Salazar no Alvito, Monsanto, Lisboa, apodado de marxista e a que foi retirada a evocação -, o regime impôs a casa económica, o lar dos pobres, salubre e independente, o ninho português²⁴. Segundo a concepção do próprio ditador, estas

²⁰ Também na URSS, em 1932, foram dissolvidas as organizações de vanguarda - as Vkhoutemas - e o projecto que ganhou o concurso para o Palácio dos Sovietes foi o de Boris Iofan (1891-1976), Vladimir Gelfreikh (1885-1967) e Vladimir Chtchouko (1878-1939), de um classicismo monumental retórico que se difundirá nas estações do Metro de Moscovo. A este concurso concorreu Le Corbusier.

²¹ “Façam-se casas portuguesas em Portugal” (anónimo), *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, nº 46, Ano XXXI, 3ª Série, Janeiro de 1939, p. 9.

²² No I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) estavam inscritos 210 arquitectos, alguns ainda estudantes. Os engenheiros, em maior número, realizaram o seu primeiro congresso em 1931.

²³ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Tempos Lugares, Pessoas*, Contemporânea e Jornal Público, Matosinhos, 1996, p. 96.

²⁴ Ver *Casas Económicas*, Secretariado para a Propaganda Nacional, 1943.

habitações tinham que ser unifamiliares e não podiam ter mais do que dois pisos na sua categoria mais elevada. Só a partir de 1945 se permite a construção de casas plurifamiliares até quatro pisos, para as classes médias urbanas (Bairro de Alvalade, Lisboa), e a partir de 1957, o mesmo tipo de edificios para as “casas económicas” (Olivais Sul, Lisboa). Não obstante, estes bairros tinham que reproduzir a imagem da aldeia, com a sua capela ao centro, manifestando, claramente, a feição ruralista e anticidade da ideologia do Estado Novo²⁵.

Na arquitectura religiosa, esqueceu-se o vanguardismo da igreja de Nossa Senhora de Fátima de Lisboa e enveredou-se por uma estilização medievalista, patente nas igrejas lisboetas de São João de Deus (1949-1953), de António Lino, de São João de Brito (inaugurada em 1954) e do Santo Condestável (1946-1951), ambas de Vasco Regaleira.

Realizações emblemáticas do Estado Novo, no seu período áureo, foram: o conjunto de habitações que enformam a Praça do Areeiro (1938-1949), de Cristino da Silva; a Cidade Universitária de Coimbra (1943-1948), com a participação de vários arquitectos, entre os quais Cristino da Silva, sob a direcção de Cottinelli Telmo; a Cidade Universitária de Lisboa (1940-1957), sob a direcção de Pardal Monteiro; os Hospitais Escolares de Lisboa e do Porto (1940-1953), de Hermann Diestel; o Estádio Nacional (1940-1944), de Jacobety Rosa; a Fonte Monumental da Alameda (1948), de Carlos Rebelo de Andrade.

Este período, que vai da preparação das Comemorações Centenárias (1938) até à derrota no nazismo e do fascismo na II Guerra Mundial (1945), foi o de maior condicionamento ideológico da arquitectura em geral e da intervenção nos monumentos em particular. Mas a DGEMN continuava impassível a críticas, como as de Raul Lino (1941), *contra o feitiço da pureza de estilo*. Se o Modernismo sofreu um compasso de espera perante o deslumbramento do Neoclassicismo e da monumentalidade das ditaduras; se a Exposição do Mundo Português (1940), no auge do nazismo e dos fascismos, aliciou os arquitectos e outros artistas portugueses para um hibridismo monumental, efémero, evocativo, de matriz historicista ou tradicionalista²⁶; se nesta

²⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio - “ A arquitectura do Estado Novo de 1929 a 1950”, *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, pp. 331 e 332.

²⁶ O mesmo se verificou na Exposição Documentária do I Congresso da União Nacional, Lisboa (1934), dirigida por António Ferro e Paulino Montês (1897-1988); na I Exposição Colonial Portuguesa, Porto (1934), dirigida pelo Capitão Henrique Galvão; na Exposição do Ano X da Revolução Nacional,

apoteose do regime se macaqueou o vernáculo em pitorescas reconstituições de aldeias portuguesas, no Centro Regional da Exposição; se se vivia um tempo de “portuguesismo” exacerbado, com os concursos e as campanhas do SPN: Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1938), Concurso de Montras (1940), Concurso das Estações Floridas (1941), Concurso da Casa Panorama, Campanhas do Bom Gosto; se se macaqueou a arquitectura tradicional portuguesa para as crianças brincarem no Portugal dos Pequeninos (1938); se o *pastiche* era elevado à categoria de patriotismo; então, estavam criadas as condições de mentalidade colectiva para que não se pusessem em causa as reconstruções estilísticas dos monumentos, plano que integrava o programa das comemorações. Aliás, é Keil do Amaral que, respondendo às duas ferozes conferências antimodernistas de Arnaldo Ressano Garcia - a que já fizemos referência - publicou uma carta em que, defendendo as novas gerações de arquitectos, dá como exemplar o trabalho por eles realizado na *obra admirável da restauração dos monumentos nacionais*, embora estivesse a relacionar esse trabalho com o que os *preclaros artistas de antes do moderno* haviam feito, desfigurando os monumentos *da maneira mais ignominiosa*²⁷.

8.3 I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA: TEMPOS DE MUDANÇA

Com a derrota do nazismo alemão e do fascismo italiano em 1945, encorajaram-se as oposições às ditaduras na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal, proporcionando-se um tempo de grande agitação cultural. No campo da arquitectura, o Modernismo ganha novo alento, promovido por um grupo numeroso de arquitectos que se organiza à volta do ICAT - Iniciativas Culturais Arte e Técnica (Lisboa), e do ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos (1947-1952) (Porto). Como evento marcante de um novo posicionamento dos arquitectos portugueses face à criação artística,

Lisboa (1936), dirigida por Paulino Montês; na Exposição Internacional de Paris (1937), dirigida por António Ferro, sendo o projecto aprovado para o Pavilhão de Portugal, da autoria de Keil do Amaral; na Exposições Internacionais de Nova Iorque e de São Francisco (1939), dirigidas por António Ferro, com pavilhões encomendados a Jorge Segurado. Ver ACCIAIUOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Livros Horizonte, s. l., 1998.

²⁷ AMARAL, Keil - “Sobre uma conferência de Ressano Garcia, in *O Diabo* de 29 de Abril de 1939.

devemos salientar o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948), no qual terão forte participação os membros das referidas associações, impondo a nomeação de Paulo Cunha para secretário-geral. Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, depressa ganha o patrocínio do governo que pretendia agregar politicamente o evento à comemoração dos *15 Anos de Obras Públicas*. Durante os trabalhos, a grande maioria dos arquitectos reivindicou a arquitectura moderna e desvinculou-se do Historicismo que imbuía o Estado Novo, sublinhando Pardal Monteiro que o que era tradição, em arquitectura, era a inovação contínua:

*Não é bom o serviço que os Arquitectos prestam à Nação quando, ao construírem por processos modernos, com materiais novos, para dar conta das novas estruturas, aplicam às suas concepções, como uma máscara, uma expressão plástica colhida doutros estilos, por mais belos e cativantes que eles sejam (...) temos que conseguir que a obra nova, a obra do nosso tempo, atinja aquele grau de perfeição e de beleza que de modos sempre diferentes atingiram as dos mais puros estilos do passado, pois só assim teremos honrado a memória dos nossos antepassados, reconduzindo a Arquitectura à sua verdadeira tradição*²⁸.

Também Cottinelli Telmo criticou os que defendiam as obras *à portuguesa*, limitando-se esta a

*(...) imitações, estilizações de tudo o que de superficial, exterior, lhe revela o passado; tem procurado criar afinidades de elementos decorativos e apor símbolos, mais nada. Nesta posição de criador de cascas para polpas novas de aerogares, estações de caminhos de ferro, edificios industriais e no trabalho forçado de imaginar para elas um portuguesismo evidente, tem chegado a deixar de ser quem é, para - cúmulo! - se imitar falsamente a si próprio*²⁹.

²⁸ MONTEIRO, Porfírio Pardal - "A tradição na arquitectura", *I Congresso Nacional de Arquitectura Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948, p. 41.

²⁹ TELMO, José Ângelo Cottinelli - "Arquitectura nacional - arquitectura internacional", *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948, p. 62.

Advogando-se os princípios da Carta de Atenas (1933)³⁰ para a edificação e para o urbanismo, o Relatório do Congresso deixa expresso um voto partilhado pela maioria dos arquitectos: *que nos programas oficiais não seja imposta ou sugerida qualquer subordinação a estilos arquitectónicos*³¹. Batidos em toda a linha os defensores de uma *Arquitectura Nacional*, é o Segundo Modernismo que desponta, passando a ter, como grandes dinamizadores, em Lisboa, Keil do Amaral - que será afastado, pelo Governo, da presidência do Sindicato Nacional dos Arquitectos -, no Porto, Fernando Távora e Carlos Ramos, os dois patriarcas da “Escola do Porto”, e ainda Januário Godinho (1910-1990).

Mas a temática da intervenção nos monumentos não foi contemplada na agenda do congresso, onde apenas se discutiu “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação”. Baltazar da Silva Castro e Humberto Reis figuram na lista dos congressistas, mas não apresentaram qualquer comunicação. Fica-nos a ideia de que a questão do património, hoje na ordem do dia, não fazia parte das preocupações dos arquitectos de então³². Contudo, a crítica ao condicionamento exercido pelos organismos oficiais encomendadores de obra nova; a crítica ao carnaval patente em certos equipamentos públicos que apresentavam uma fachada esteticamente comprometida com o passado a ocultar espaços e estruturas modernas; a rejeição da obra “à portuguesa”; o voto para que não se consagrassem mais *aldeias atrasadas e menos higiénicas*, reduzindo-se a tradição ao primitivismo e ao pitoresco, em clara alusão ao “portuguesismo” defendido pelo SPN; a crítica ao total desfasamento entre forma e

³⁰ Carta de Atenas (1933) produzida no âmbito do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), realizado durante um cruzeiro pelo Mediterrâneo (depois de Moscovo se recusar a recebê-lo), entre Marselha e Atenas. Foi publicada pela primeira vez em Portugal, mas de forma não integral, pela revista *Técnica* (1943), da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, com tradução de Nuno Teotónio Pereira e Costa Martins. Surgiu mais tarde, na íntegra, na revista *Arquitectura (Revista de Arte e Construção)*, a partir do nº 20, de Fevereiro de 1948. Segundo esta fonte (p. 23), o Congresso realizou-se em 1932.

³¹ FERNANDES, Inácio Peres - “Relatório das teses apresentadas ao Tema I, A Arquitectura no Plano Nacional”, *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948, p. 183.

³² Em conversa com Nuno Teotónio Pereira (Marvão: 15/5/1999) - um dos participantes no congresso - recolhemos a sua opinião sobre esta matéria: a *reintegração* dos monumentos era matéria que não preocupava os arquitectos, não despertava paixões e muito menos a militância dos modernistas, sendo frequente ouvirem-se comentários desinteressados sobre a matéria; a questão do património é, de facto, relativamente recente. Também o III Congresso da União Internacional dos Arquitectos, realizado em Lisboa, em 1953, ignorou a temática do Património. Ver *Congrès de l'Union Internationale des Architectes, Rapport final*, Livraria Portugal, Lisboa, 1953.

função; gerou um ambiente favorável à autenticidade na arquitectura que dificilmente se compaginava com a reintegração fantasiosa e pitoresca dos monumentos. É interessante verificar que sendo 1948, com o I Congresso Nacional dos Arquitectos, um ano de viragem na arquitectura portuguesa, é também o ano em que Baltazar da Silva Castro é afastado dos Monumentos. Curiosamente também, um ano depois (1949), sai António Ferro do SNI. E no mesmo ano, durante a farsa eleitoral de 1949 (eleições presidenciais), Manuel Mendes e Adriano de Gusmão criticaram publicamente os critérios de intervenção da DGEMN nos monumentos. Tudo se conjuga como que a fechar um ciclo de forte condicionamento da obra nova e das intervenções nos monumentos por parte do poder político, um ciclo de ideologização da arquitectura.

8.4 ANOS CINQUENTA: TEMPOS DE RESISTÊNCIA

Nos anos Cinquenta, os jovens arquitectos exprimiram a modernidade nas novas habitações, nos equipamentos, no planeamento urbano, aplicando princípios da Carta de Atenas (1933), embora, no sector público central, se continuem a impor os modelos oficiais. É, segundo Nuno Portas, a década da *resistência*, e um período onde se cruzam várias tendências dentro da arquitectura. O atelier de Nuno Teotónio Pereira - “a sacristia” - *funcionou como uma verdadeira escola alternativa ao desacreditado ensino oficial*³³ lisboeta, enquanto que, no Porto, Carlos Ramos leccionava na Escola de Belas-Artes, a partir de 1940, abrindo as portas ao Modernismo, de que é expressão o cinema Batalha (1946), de Artur Andrade, com um fresco de Júlio Pomar posteriormente destruído pelas autoridades, por ser considerado subversivo. A partir de 1952, Carlos Ramos é o director da “Escola do Porto”.

A década continuou o chamado estilo “português suave”, num compromisso entre modernidade e vernáculo ou numa caricatura do vernáculo, em atitude de clara timidez e de *macieza programática*³⁴. Facto importante a registar foi o Inquérito à Arquitectura

³³ ALMEIDA, Pedro Vieira de e FERNANDES, José Manuel - *História da Arte em Portugal, A Arquitectura Moderna*, vol. 14, Alfa, Lisboa, 1986, p. 149.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 151.

Popular em Portugal, por iniciativa de Keil do Amaral, realizado entre 1958 e 1961 pelo Sindicato dos Arquitectos, que ajudou a equacionar, de forma não folclórica, a questão das raízes vernaculares da nossa arquitectura.

Como obras mais importantes da década de cinquenta, algumas de grande expressão modernista, podemos referir: a Igreja de Águas de Penamacor (1950) (paradigma da renovação da arquitectura religiosa em Portugal) e o Bloco das Águas Livres, às Amoreiras, em Lisboa (1956), de Nuno Teotónio Pereira, tendo a segunda a participação de Bartolomeu da Costa Cabral; o cinema São Jorge (1950), de Fernando Silva; o Cinema Império (1952), de Cassiano Branco; o Mercado de Santa Maria da Feira (1953), de Fernando Távora; a Casa de Matosinhos (1954), de Sisa Vieira; a Feira das Indústrias (1956), de Keil do Amaral; o lançamento das avenidas Infante Santo e Estados Unidos da América (1956), de Alberto Pessoa, Hernâni Gândara e João Abel Manta - a primeira -, de Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves, a segunda; a Biblioteca Nacional (concluída já em 1961), de Pardal Monteiro; as Pousadas de Sidroz e Salamonde (1954), da Hidroeléctrica do Cávado, de Januário Godinho.

É interessante determo-nos um pouco sobre a arquitectura religiosa. Reagindo contra o *pastiche* que representava a projectada Igreja de São João de Brito, um grupo de “resistentes” promove um abaixo assinado contra o projecto, no Bairro de Alvalade, pedindo a sua reformulação, e solicita uma audiência ao Cardeal Patriarca³⁵. Gonçalves Cerejeira (1888-1977) concede a audiência, sendo o grupo recebido a 21 de Julho de 1951. Estiveram presentes, António Freitas Leal, João Rebelo, José Pedro Martins Barata, Nuno Teotónio Pereira, Henrique Albino, Braula Reis e João d’Almeida. Segundo Nuno Teotónio Pereira³⁶, o esquema da audiência, que pressupunha uma prévia exposição por parte do grupo, foi alterado, recomendando desde logo Sua Eminência, a prevenção contra a novidade e o respeito à tradição, embora se devesse procurar a

³⁵ *Conhecemos, por intermédio do jornal “Novidades”, o aspecto geral da nova Igreja (...) Todos nós reconhecemos que a arquitectura (...) pelo seu aspecto, se não coaduna nem com os tempos que correm nem com o ambiente geral do Bairro de Alvalade. Verificamos que o seu corpo não tem a dignidade simples, a elevação espiritual, o encanto religioso que ambicionamos para a casa de Deus que desejamos frequentar. Parece-nos que, a manter-se a estrutura projectada, a mesma ficará como um corpo sem alma, perdida a elevação que sonhamos para a morada terrena da dignidade do Senhor.* Extracto do ofício dirigido ao Cardeal Cerejeira. Documentos inéditos gentilmente disponibilizados por Nuno Teotónio Pereira.

³⁶ Apontamentos inéditos gentilmente disponibilizados por Nuno Teotónio Pereira.

originalidade como consequência da sinceridade artística. Note-se que o Cardeal já vinha apadrinhando a modernização da arte cristã³⁷ desde os anos Trinta, tendo como primeiros resultados o Seminário dos Olivais e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, ambos de Pardal Monteiro.

Mas o Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR) só se constituiu legalmente em 1956, sendo aprovados os seus estatutos por despacho ministerial (MEN) de 25 de Fevereiro³⁸. Segundo o texto legal, constituiu-se como *comunidade católica de artistas e de outras pessoas interessadas, como o fim genérico de promover, em todos os domínios da arte religiosa, o encontro de uma verdadeira criação artística com as exigências do espírito cristão*. Para atingir este objectivo genérico, o MRAR propunha-se realizar *actividades internas de estudo, (...) exposições, cursos e conferências, bem como editar publicações, (...) dar o seu parecer, (...) lutar contra o espírito de comercialização dos chamados artigos religiosos, (...) promover ou favorecer a realização de concursos destinados a assegurar a vitalidade da arte religiosa*.

Apresentando-se como movimento da Igreja, e não exterior ou contra ela, expressa nos estatutos que *empenhar-se-á em observar a doutrina e as directrizes da Igreja, para o que terá especialmente em vista os documentos emanados da Hierarquia e procurará entrar em estreita colaboração com o Clero*.

Uma *pastoral sobre arte sacra*, do Patriarcado de Lisboa (1953), publicada pelo MRAR³⁹, merece especial atenção. O Cardeal procura fundamentar filosoficamente o seu conceito arquitectónico de igreja, num momento em que tendências opostas (modernistas e tradicionalistas) se digladiavam. Cerejeira defende, sem dúvida, a arte como acto criativo: *o artista se tem génio, é semelhante ao Criador: tira-a do nada, dá-lhe o nome, imprime-lhe a linguagem adequada, fá-la viver por si*. Defende a simplicidade, a sobriedade, a funcionalidade e o racionalismo - valores tão caros ao movimento modernista -, vendo neles o *princípio basilar* da arquitectura. Mas estes princípios não significavam, no seu entender, nudez, pobreza e mero utilitarismo: *uma igreja não é*

³⁷ ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de - *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Círculo de Leitores, s. l., 1996, p. 143.

³⁸ Alguns dos seus fundadores - como Nuno Teotónio Pereira - farão parte de um movimento de carácter mais político, denominado "cristãos progressistas", que tem a sua aparição mais expressiva durante a campanha presidencial de 1958 e que atinge o auge da contestação ao regime com a célebre Vigília da Capela do Rato de 31 de Dezembro de 1971.

³⁹ Separata do *Boletim* do MRAR, nº 4, Lisboa, 1953.

apenas problema de geometria; é também problema de fé, problema de cultura, problema de história (...). Há uma maneira materialista de entender o carácter funcional da igreja: - é aquela que esvazia este carácter do seu conteúdo espiritual, religioso. Para o Cardeal, há valores permanentes que uma igreja tem que exprimir, sendo o mais importante, o valor do sagrado, que lhe confere um carácter distintivo no seio de toda a obra arquitectónica, e também a beleza, não como coisa (...) acessória (...) antes como uma espécie de esplendor íntimo, espontâneo, ia a dizer ontológico.

Sublinha que *nunca a Igreja oficializou um estilo como seu (...)* e que *não só ela não condena o moderno, mas sempre o acolheu em todos os tempos. Pois não foram modernas em seu tempo todas as obras consagradas do passado?* Mas para Cerejeira, *só se renova o que de algum modo se conserva*, rejeitando um certo modernismo sem valor artístico, de novidade por novidade, que se confunde com *modas passageiras, atitudes polémicas, exercícios habilidosos, extravagâncias de escândalo. Sobretudo numa igreja, que não é atelier de ensaios.* Assim, Cerejeira apela à arte viva numa tentativa de conciliação com a tradição: *Igreja nova, igreja velha? Se é obra viva de arte, há-de ter necessariamente de uma e de outra coisa.* Desta conciliação entre a tradição e a modernidade - que deve expressar a cultura, os materiais, as técnicas, o ambiente - há-de nascer o que concebe como *arte viva*.

Sendo princípios aceites pelos modernistas, no plano teórico, já o mesmo não se poderá dizer no plano prático, da concretização. Com efeito, esta conciliação - que fora defendida por António Ferro para a arquitectura oficial em geral - deu origem a igrejas onde, o mais que se obteve, foi uma estilização medievalista, claramente, militantemente, rejeitada pelos modernistas, mas claramente, ecomiasticamente, defendida por Cerejeira na abertura da referida pastoral: igrejas lisboetas de São João de Deus e do Santo Condestável. Ou seja, o homem que defende o vanguardismo formal da igreja de Nossa Senhora de Fátima, nos anos Trinta, é o mesmo que defende o hibridismo, o “pastiche”, a falta de autenticidade de São João de Deus, em 1953.

O MRAR manteve-se particularmente activo desde 1953 até 1971, editando o seu *Boletim*, intervindo nos órgãos de comunicação social - de que é exemplo a denúncia que o arquitecto micalense João Rebelo fez no *Correio das Ilhas*⁴⁰, procurando, através de

⁴⁰ REBELO, João - “Arquitectura ou Mascarada”, in *Correio das Ilhas* de 10 de Agosto de 1953.

imagens de grande eficácia pedagógica, demonstrar que cada tempo deve ter a sua arquitectura própria -, realizando exposições⁴¹, promovendo debates, participando ou organizando conferências no âmbito de concursos para a construção de igrejas, estabelecendo contactos com outros movimentos afins no estrangeiro. A década encerra com a inauguração do monumento ao Cristo-Rei (1959), do escultor Francisco Franco e do Arq. António Lino, na margem esquerda, frente a Lisboa, em cumprimento de um voto do episcopado feito em 1940⁴².

Ainda sobre o relacionamento do Modernismo com a Igreja, realce-se a excelente obra de Mendes Atanásio: *Arte Moderna e Arte da Igreja* (1959). O autor, (...) *não querendo ficar simples estetas e sem desejar fazer apologética devota*⁴³, concorda com os princípios de Cerejeira, resumindo que (...) *a igreja não deve ser uma obra parcial e forçada, saída do encontro fatal de duas forças opostas - Hierarquia e arte - mas um inteligente fruto de colaboração*⁴⁴; ao mesmo tempo, aceita a definição de Corbusier, segundo a qual *“a igreja é a máquina da oração”*, *se se medir bem a amplitude desta oração, enquadrada no tempo*⁴⁵. Na mesma obra, o Atanásio divulga e defende os princípios da Carta de Atenas (1931), combatendo a aplicação dos de Viollet-le-Duc⁴⁶.

Nestes *anos de chumbo*, em que o salazarismo recupera do safanão da vitória dos Aliados, o Segundo Modernismo resiste, opondo a autenticidade do acto criativo à persistência dos modelos oficiais na obra pública. É por isso que é lento o abandono da velha filosofia oitocentista das reconstruções estilísticas dos monumentos, é por isso que, uma vez mais na Assembleia Nacional, se ouvem vozes discordantes, como Rui de Andrade e Abel de Lacerda (1956), criticando a *desvairada ânsia de recuar no tempo*.

⁴¹ Por exemplo a Exposição de Arquitectura Religiosa na Galeria de São Nicolau, em Lisboa, entre Abril e Maio de 1953, contando com a participação de Henrique Albino, Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis, João Correia Rebelo, António de Freitas Leal, José Maia Santos, João Medeiros e Almeida, Juventude Universitária Católica (JUC), da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, e União Noelista Portuguesa. Outra exposição importante realizada pelo MRAR foi a exposição itinerante de arte sacra que decorreu durante o ano de 1962, estando patente ao público na sede da JUC, na Faculdade de Medicina de Lisboa e no Santuário de Fátima. Ver *Boletim* do MRAR, nº 10, 2ª Série, Lisboa, Março de 1962.

⁴² ATANÁSIO, Manuel Cardoso Mendes - *Arte Moderna e Arte da Igreja*, MOP, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1959.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 192.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 88.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 181 e 182.

Era a escola de Baltazar da Silva Castro a persistir através dos seus discípulos, ajudada pelo alheamento dos arquitectos e por uma sociedade civil que permanecia ignaramente impermeável às questões do património.

No final da década, quatro acontecimentos constituíram a certidão de óbito da arquitectura do Estado Novo, segundo Nuno Teotónio Pereira⁴⁷:

- O pedido formulado pelo SNI ao Sindicato dos Arquitectos para seleccionar as vinte e sete obras que constituiriam a exposição de arquitectura moderna portuguesa a apresentar em Londres (1956/1957) e em Washington (1958).

- A autorização para que o MOP construísse habitações plurifamiliares inseridas em malha urbana diversificada e não autónoma (Olivais Sul e Viso).

- O pavilhão português na Exposição Universal de Bruxelas (1957), entregue a Pedro Cid sem quaisquer condicionamentos.

- O facto de o caderno reivindicativo enviado ao Governo, após a I Reunião de Arquitectos (Porto, 1957), não manifestar qualquer constrangimento ao acto criativo.

8.5 ANOS SESSENTA: TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO

A partir dos anos Sessenta, o Historicismo estático dos modelos do Estado Novo vai sendo progressivamente abandonado porque já não correspondia às características ideológicas do regime - que pretendia agora dar mostras de modernização - nem à evolução tecnológica da construção. Os arquitectos têm, a partir de então, maior liberdade de expressão ao nível das encomendas do Estado - Museu de Marinha (1962), de Frederico George - e da Igreja - Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970), de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e outros. Mas a abrir a década, o (...) *“tom” geral oficial é dado pela inauguração do monumento às Descobertas em Belém*⁴⁸ (...) *ou pela reconstituição forçadamente revivalista do ardido Teatro Nacional D. Maria II*⁴⁹,

⁴⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio - “ A arquitectura do Estado Novo de 1929 a 1950”, *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, pp. 349 e 350.

⁴⁸ Em 1960, de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida.

⁴⁹ Em 1964.

*confirmando um gosto do poder pelo retrógado*⁵⁰.

À liberalização criativa na obra nova - à autenticidade, à verdade na arquitectura -, mesmo tratando-se de encomendas oficiais, correspondeu a assunção progressiva dos princípios da Carta de Atenas (1931) que se precisaram então, de forma cristalina e perene, na Carta de Veneza (1964).

À questão da definição, ou não, de uma arquitectura do Estado Novo, Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, respondem sim, atribuindo-lhe, como característica fundamental, *um espírito retrógado, em que a pesquisa formal e espacial se fundamenta num raciocínio historicista e estático, que olha para o passado numa perspectiva acrítica e essencialmente não renovadora*⁵¹. Relativamente aos vários modelos, distingue: *um modelo nacionalista de raiz historicista* (liceus, prédios de rendimento urbanos); *um modelo também nacionalista, de feição regional* (bairros sociais, escolas primárias, pousadas, CTT, moradias urbanas e suburbanas); *um modelo monumentalista, de influência classizante* (edifícios universitários, palácios da justiça); *um modelo específico para a arquitectura religiosa, de estilização medievalista, romano-gótica, por vezes setecentista* (colégios e seminários); *um modelo compósito* em que a monumentalidade ou a tradição se ligam à linguagem moderna (sede do Diário de Notícias, estações marítimas de Lisboa, aeroporto)⁵².

A esta ideologização da obra nova correspondeu, historicamente, a *reintegração* dos monumentos, que mais não foi do que a sua reconstrução estilística. Em ambos os sectores da arquitectura, há falta de verdade, de autenticidade. Se a relação entre o que se passava com o processo criativo e a intervenção nos monumentos não é mecânica, de causa/efeito, a falta de liberdade na primeira condicionou a segunda, criando-lhe um ambiente de permissividade à fantasia do restauro, à falta de verdade arqueológica, a uma ética reprovável...mas “patriótica”.

Se quisermos marcar uma década a partir da qual, quer a arquitectura nova oficial, quer a intervenção nos monumentos, descolam dos rígidos ditames políticos impostos pelo regime, essa década é a de Sessenta, se bem que o arejamento seja mais evidente na

⁵⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira e FERNANDES, José Manuel - *A Arquitectura Moderna, História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, vol. 14, Lisboa, 1986, p. 155.

⁵¹ PEREIRA, Nuno Teotónio e FERNANDES, José Manuel - “A arquitectura do fascismo em Portugal”, *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982, p. 550.

⁵² PEREIRA, Nuno Teotónio e FERNANDES, José Manuel, *ob. cit.*, pp. 545 e 546.

obra nova. É que, a uma maior liberdade criativa nas obras do Estado e da Igreja, não correspondeu, mecanicamente, uma intervenção mais lúcida nos monumentos. A relação entre o movimento artístico e a intervenção nos monumentos foi sempre a de mera ambiência mais ou menos favorável, sem resultados proporcionais.

Por outro lado, a questão dos monumentos parece-nos constituir temática adiada pelos arquitectos da modernidade, sendo-lhes indiferente, não os mobilizando, mesmo aos que, ao nível da obra nova, cumpriram a sua profissão com a militância de uma luta inserta em contornos políticos globais. Os arquitectos modernistas portugueses mostraram-se, essencialmente, como criadores, como artistas, deixando as questões do que já está feito - do Património - para os políticos e para os colegas do organismo oficial competente. Mesmo ao nível dos historiadores, só ouvimos a voz de Adriano de Gusmão, se bem que estejamos a falar de ocorrências no seio de uma ditadura, sem liberdade de expressão.

CONCLUSÃO

HERANÇA CULTURAL RECEBIDA PELO ESTADO NOVO EM MATÉRIA DE INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS

O séc. XIX europeu, em boa parte dominado pelo restauracionismo fantasioso da *escola francesa*, não pode ser visto, de forma simplista e anacrónica, como um tempo de “pastiche” e de destruição dos monumentos. Tal seria um grosseiro erro de análise por falta de contextualização daquelas práticas de restauro. Tempos de destruição foram, isso sim, os séculos precedentes, e em grande escala, em que os monumentos não se avaliavam segundo a sua instância histórica, precisamente porque o património histórico foi uma “invenção” do século XIX, um filho legítimo das revoluções liberais europeias e do Romantismo.

No século passado, os “pecados do património” foram de excesso de zelo: apenas conservar (John Ruskin) ou “purificar” o monumento restaurando-o segundo a sua forma prístina (Viollet-le-Duc). São duas filosofias opostas, os contrários de uma dialéctica que terá a sua síntese em Itália através da escola do *restauro científico*. Com Camilo Boito, esta escola influenciará decisivamente aquilo que hoje pensamos sobre a matéria. E esta síntese, que se desenvolve segundo um corpo de princípios, introduz, relativamente às práticas e teorias anteriores, um dado absolutamente novo: a diferença de estilo entre o

antigo e o novo. No fundo, quer Ruskin quer Viollet-le-Duc, não romperam com o passado. O primeiro, apoiava a sua conservação até que, por um processo tão natural como o que acontece aos seres vivos, esse passado se apagasse pela passagem do tempo. O segundo, queria à viva força manter o passado, inclusive produzindo-o.

A proposta de Boito, na sua síntese, é conciliadora e inovadora a um tempo: respeita os acrescentos de épocas e estilos diferentes e propõe um conjunto de intervenções mínimas, identificáveis, que visem a conservação dos monumentos.

Depois de séculos de destruição, em que, o que hoje chamamos de património arquitectónico, apenas tinha valor de uso e valor artístico, e em que o restauro era sinónimo de reabilitação e actualização estética, a Humanidade teria necessariamente que passar por um período em que, ciosa da sua infância, quisesse preservar o passado como valor em si, consubstanciado em múltiplos artefactos. Contudo, não sabia como fazê-lo. O séc. XIX é o século em que se debate essa virtualidade, se bem que a questão, ainda hoje, não seja pacífica. Por isso, o século passado terá que ser visto, também, como o tempo em que a Humanidade descobriu o valor histórico do seu património e iniciou a sua preservação, e não apenas, como é fácil e anacrónico avaliá-lo, como um momento de destruição e de "pastiche". A História não se julga. Compreende-se! O que aconteceu no séc. XIX foi um passo necessário na procura da melhor filosofia para a preservação do Património, ainda que esse percurso tenha praticado destruições e introduzido a falta de autenticidade, que nos cumpre agora identificar no âmbito da História do Restauro.

O Portugal de Oitocentos integra-se claramente no pensamento europeu seu contemporâneo. Acompanhando a crença no individualismo e no seu progresso global através da liberdade económica, política, social e cultural, surgem as ideias de regeneração nacional, de progresso, de patriotismo e de tradição. Era necessário regenerar uma nação que já dera provas ao mundo e que, a partir da segunda metade do século XVI, decaíra para níveis inferiores no conjunto das nações. Ao nível dos valores estéticos, a liberdade de inspiração, a valorização dos sentidos e o realismo descritivo fazem agora o contraponto aos cânones clássicos anteriores e à absolutização da razão.

Relativamente aos estilos arquitectónicos, os do período medieval, coevos da fundação da pátria, são considerados patrióticos, decorrendo daí que, ao colocar-se o

problema do restauro, todos os outros que a História plasmou em concreção com os primeiros, são considerados espúrios. A consequência foi o enfeudamento nas teorias da *escola francesa* que, como já referimos, dominou o séc. XIX europeu.

O Romantismo, tomando os estilos pátrios como paradigma, induz práticas de restauro em estilo, conduzindo à desobstrução das construções medievais, por demolição ou trasladação das obras posteriores, consideradas bastardas. Raras excepções escaparam a este furor de exaltação nacional, de procura das raízes: permaneciam as obras de arte que não se podiam transferir para os museus e cujo valor intrínseco coibia os restauradores de as demolir. Ainda assim, propõem frequentes vezes a sua mudança de lugar, quando se encontravam a obstruir elementos românicos e góticos considerados importantes. Ao que restava, adicionava-se a construção nova, em estilo, por cópia de elementos preexistentes ou por simples conjectura, dentro de uma concepção arquitectónica organicista. A obra acabada, metamorfoseada por inúmeros responsáveis, como no caso exemplar do Mosteiro dos Jerónimos, com projectos por vezes opostos e no final de anos e anos de controvérsia, acabava, todavia, por constituir-se em emblema nacional.

Os monumentos são encarados numa perspectiva predominantemente monumental e celebrativa, evocativos de acontecimentos históricos que se pretendiam valorizar de forma romântica. Daí que as funções religiosas que ainda possuíam - no caso das igrejas - ou que tivessem possuído - mosteiros e conventos - fossem incompreendidas ou deliberadamente esquecidas nos projectos de restauro. Vivia-se, será bom dizê-lo, uma vaga anticlerical, que terá o seu vórtice no período republicano. Aliás, é frequente, em textos da época, ser denunciada a acção nefasta do clero, sobretudo do regular, na depredação do património. Os restauros têm a aura de obras públicas ao serviço de causas patrióticas. E é neste cenário que gerações românticas e positivistas forçam leituras formais com consequências nefastas para a autenticidade dos monumentos.

Se bem que tenha sido esta a tónica dominante no séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, vozes discordantes sempre se ouviram, por vezes com grande lucidez, como a de Gabriel Pereira, demonstrando um claro conhecimento das várias concepções de restauro europeias do seu tempo, defendendo posições que se aproximam

do que pensamos hoje. Mas são, em Portugal, vozes isoladas. Ainda não estava madura a ideia do respeito pela instância histórica dos edifícios.

Consagrada em lei a lista dos monumentos nacionais, no limiar da República, ao novo regime competia a tomada de medidas organizativas, ao nível do aparelho de Estado, para enquadramento orgânico das tarefas de preservação e restauro. Tal foi conseguido por legislação que, se numa primeira fase tomou medidas cautelares que urgiam numa situação revolucionária, numa segunda, e após algumas indefinições de permeio, atribuiu ao Ministério da Instrução o pelouro das intervenções nos monumentos, segundo uma visão culturalista e descentralizadora, bem ao jeito republicano.

Para além da importância administrativa que esta legislação representou, foi também apurado o conceito de património, ao sublinhar-se o valor histórico, e não só artístico, dos bens patrimoniais.

CENTRALIZAÇÃO ORGÂNICA DO ESTADO NOVO

Concluimos que a organização do Estado, no domínio do Património, constituiu um instrumento eficaz para o implemento dos seus objectivos políticos, claramente veiculados pela legislação produzida. Constituindo uma direcção-geral do MOP, a DGEMN sempre gozou, na prática, de grande liberdade ao nível dos critérios de actuação - liberdade por vezes contestada no seio do regime - mantendo-se, por outro lado, concatenada com superiores objectivos ideológicos e propagandísticos, através de estruturas que a supervisionavam:

- o Conselho Superior de Belas-Artes, sem os republicanos Conselhos de Arte e Arqueologia, a partir da centralização de 1932, transformando-se o Conselho num órgão de cúpula chefiado pelo Ministro da Instrução Pública;

- a 1ª Subsecção da 6ª Secção (Belas-Artes) da todo poderosa Junta Nacional de Educação, do novo Ministério da Educação Nacional de 1936, pretendendo-se um total condicionamento político-ideológico;

- o Conselho Consultivo da DGEMN, criado em 1947;

- a 4ª Subsecção (Protecção e conservação de monumentos e obras de arte) da 2ª Secção (Antiguidades e Belas-Artes) da mesma JNE, reformada em 1965. Aqui, nos anos Sessenta, na agonia do regime e do próprio ditador, a carga político-ideológica que se exibira nos áureos anos Trinta/Quarenta, aparece menos evidente. Contudo, o órgão de cúpula cultural encontra-se agora centralizado no Governo, já que a sua presidência passa do Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes para o Director-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes.

A descentralização de poderes nunca se verificou nesta matéria. O contrário é que foi sempre a verdade. Em 1929, a DMN da DGEMN tinha, como competência a desenvolver, o estímulo à criação de *comissões cívicas locais de amigos dos monumentos*. Como se deixa ver pela própria designação, o aparelho de Estado solicita aqui a colaboração dos cidadãos, apela ao civismo, numa tradição ainda republicana, mas de forma alguma abre mão dos seus poderes. Na centralização de 1932, são extintos os Conselhos de Arte e Arqueologia e criadas, facultativamente, as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, como *rede de elementos corporativos* sem qualquer poder interventivo, não representando quaisquer vontades e capacidades regionais, mas sim, e tão só, o governo nos municípios. Um ano mais tarde, estas comissões poderiam, face à lei, ser substituídas por simples *vogais correspondentes*, da escolha do Conselho Superior de Belas-Artes e de nomeação ministerial. O controlo político era apertadíssimo! A legislação de 1936 abre a possibilidade de criação de *núcleos locais de protecção estética, arqueológica ou documentária*, subordinados ao poder central, que serão substituídos, em 1965, por simples *delegados permanentes* com funções meramente auxiliares.

Relativamente à magna questão da inventariação e classificação do património construído, assiste-se à introdução das categorias de *imóveis de interesse público* e de *zonas de protecção* em 1932, à extensão da protecção aos materiais vivos em 1938 e, finalmente, à introdução de uma nova categoria, a de *valores concelhios*, em 1949. Quantificando a obra de classificação, e tomando o Distrito de Lisboa como amostra, concluímos que a média anual de classificações baixou do período que vai de 1907 até final da 1ª República, para o Estado Novo, e voltou a subir no Portugal Democrático. Em relação aos inventários publicados pela Academia Nacional de Belas-Artes, devemos

salientar que, dos catorze publicados até ao momento, sete foram-no no período da ditadura.

A última reforma política do MEN, ocorrida no ano de 1971 (nova Lei Orgânica), cria uma megadirecção-geral, a dos Assuntos Culturais que, a partir de 1973, passa a superintender em matérias de promoção da investigação, inventariação, classificação, conservação e defesa de todo o património cultural.

Podemos concluir que as intervenções no património construído permaneceram uma questão intrinsecamente cultural subordinada a objectivos políticos. O Estado organizou-se de forma consequente e eficaz para atingir os objectivos do regime neste domínio. Daí que a orgânica apareça sempre centralizada no Ministro da Educação Nacional e no próprio ditador, com estruturas locais sem capacidade decisória, constituindo meros tentáculos do poder central.

INTERVENÇÕES NA ARQUITECTURA MILITAR DO DISTRITO DE PORTALEGRE

Após a análise das intervenções, chegámos às seguintes conclusões:

1) A prioridade das intervenções foi para os castelos (anos Trinta/Quarenta), depois para as cercas urbanas medievais e finalmente para a fortificação abaluartada, não merecendo esta o mesmo empenhamento reconstrutivo por parte da DGEMN. Ainda hoje existem inúmeros exemplos desta priorização/desleixo, nomeadamente em Campo Maior.

2) Apesar de rejeitados pela Carta de Atenas (1931) e pela Carta de Veneza (1964), realizaram-se os seguintes restauros estilísticos: ameias das muralhas NO e NE do castelo de Alter do Chão (1955); ameias do torreão SO da cerca urbana medieval de Campo Maior (1942-1945); cachorros e ameias sobre a porta do castelo de Elvas e sua alcaidaria (1940-1948); porta principal do pátio, barbacã e respectivas portas, do castelo de Amieira (1945-1949); ameias da Torre de Menagem do castelo de Castelo de Vide (anos Sessenta-1978); ameias e uma porta na Porta da Vila e ameias na Porta de

Montalvão, da cerca urbana de Nisa (1943-1945); ameias da barbacã de Portalegre, junto à Catedral (1967), e ameias da torre N e das muralhas do castelo de Portalegre (1972-1974). Uma das intervenções mais criticáveis aconteceu em 1971/72, na ponte do primeiro fosso do Forte da Graça de Elvas, tendo-se procedido a uma remodelação estilística por razões unicamente estéticas, tomando outras pontes por modelo. De salientar também, pela negativa, a possibilidade de ter acontecido - segundo testemunho do guarda do castelo de Belver (1939-1946) -, a reconstrução de muralhas com utilização de materiais romanos provenientes de uma estação arqueológica da região.

3) Apesar de rejeitadas pela Carta de Atenas (1931) e pela Carta de Veneza, realizaram-se demolições abusivas cujo objectivo foi conseguir uma unidade de estilo (medieval), nomeadamente em Alter do Chão, Marvão, Elvas e Belver. As edificações demolidas foram, na quase totalidade dos casos, estruturas da arquitectura militar dos sécs. XVII/XVIII/XIX que se encontravam junto a castelos ou a outras estruturas arquitectónicas medievais. De notar que estas estruturas, constituindo geralmente paióis, armarias, postos de guarda, etc., não obstruíam quaisquer estruturas medievais de interesse relevante, estando simplesmente adossadas a muralhas. As construções que existiam no interior dos castelos, nos pátios - de que o Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas nos dá tantos exemplos -, que constituíam armazéns, oficinas, fornos, cavaliças, instalações onde se aboletavam guarnições, etc., foram invariavelmente destruídas, perdendo-se a possibilidade de leitura arqueológica da vida que animou esses castelos, numa reabilitação incessante de funções. Na sua nudez esquálida, ganharam na sobriedade, muitas vezes forçada, o que perderam em autenticidade. Mesmo os elementos de carácter religioso, não foram poupados - por exemplo, o painel que existia sobre a porta do castelo de Elvas -, não apoucassem, no Homem, o heroísmo da defesa, dessa maneira atribuível, em parte, ao favor divino.

4) Nas reconstruções de alvenarias - muralhas, torres, ameias, etc. - nunca se distinguiu a obra nova da preexistente, quer nos materiais quer nas técnicas de construção, sendo objectivo, constante nas memórias descritivas, precisamente o contrário, ou seja, dar aos castelos a sua constituição e feição primitiva. Assim, nunca se

tornou reconhecível a incorporação dos novos materiais, como o aconselhava já a Carta de Atenas (1931). Quando se utilizaram materiais e técnicas modernas para a consolidação de estruturas, por exemplo, cintas de betão armado, foram cuidadosamente dissimulados, o que consideramos correcto.

5) O Estado Novo actuou apressadamente - desculpa para os erros, emitida na Assembleia Nacional pelo ministro da tutela, em 1935 -, verificando-se a ausência de estudos histórico-arquitectónicos prévios em qualquer das intervenções, o que conduziu a interpretações incorrectas do existente com repercussões lamentáveis (por ex., na alcaidaria do castelo de Alter do Chão).

6) Provavelmente devido à mesma desculpa de carácter político - a pressa -, o levantamento do existente (desenhos e fotografias), quando se realizou, não foi feito com o rigor exigível, nomeadamente em relação a pormenores que se tornariam obviamente polémicos ao serem reconstruídos. Os desenhos do castelo de Elvas, por exemplo, só foram executados depois das intervenções terem terminado e, possivelmente, por terem que constar num *Boletim*. Por outro lado, as plantas gerais das grandes fortificações só foram executadas a partir dos anos Cinquenta.

7) Contra todas as recomendações internacionais, desde a Carta de Atenas (1931), a decisão sobre a globalidade de qualquer intervenção cabia, na prática, exclusivamente ao Chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora), sancionada pelo Director de Serviços dos Monumentos Nacionais. Equipas multidisciplinares para estudar e acompanhar as intervenções, nunca existiram. As campanhas de obras eram decididas no local e apareciam na documentação de forma muito genérica, medidas em metros de reconstrução de alvenarias.

8) Procurou-se abrir alguns castelos à fruição turística, colocando guardas/porteiros, mas nunca se concebeu essa fruição para além da simples contemplação do pitoresco das construções ou da beleza da paisagem que delas se avistava. Actividades para a ocupação permanente de castelos foram pensadas algumas,

mas realizadas muito poucas. Uma delas era a constituição dos castelos como sedes da Mocidade Portuguesa, embora nunca tivessem funcionado como tal.

OS ARQUITECTOS DA SECÇÃO DO SUL: IDENTIDADE E CARACTERIZAÇÃO

Relativamente aos arquitectos que desempenharam funções na Secção do Sul, eles são todos, com excepção de Rui Couto (período: 1953-74), homens formados pela Escola de Belas-Artes do Porto: Martinho Humberto dos Reis (1936-38 e 1943-46), João Filipe Vaz Martins (1938-42, 1946-47 e 1949), Fernando Peres de Guimarães (1947-49) e Álvaro Magro de Moura Bessa (1949-52).

Atendendo a que a quase totalidade das intervenções nas fortificações do Distrito de Portalegre - e também as mais importantes - se iniciaram entre 1936 e 1946, estando concluídas as primeiras campanhas de obras até 1948/1949, podemos concluir que a autoria dos seus projectos (ou simples planos de obras) e a responsabilidade pelo respectivo acompanhamento, couberam a Humberto dos Reis e a Vaz Martins, como chefes da Secção do Sul, e a Baltazar da Silva Castro como director da DMN. As chefias de Peres de Guimarães e de Moura Bessa acontecem em períodos curtos, na fase terminal de apenas duas intervenções (Amieira e Elvas) e durante uma segunda campanha de obras em Marvão.

Os dois discípulos de Baltazar - Humberto Reis e Vaz Martins -, formados no academismo portuense dos anos Trinta - que só a partir de Carlos Ramos como professor (1940) e como director (1952) ganha foros de modernidade -, fazem a sua carreira de arquitectos na DGEMN. Ainda durante o curso, começam a trabalhar como desenhadores na Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte (Porto), onde Baltazar da Silva Castro exercia, de forma incontestada e com largo prestígio, o cargo de director. No segundo quinquénio dos anos Trinta, serão chefes da Secção de Évora, voltando a estar sob a batuta de Baltazar da Silva Castro que, a partir de 1936 e até 1948, é o Director (único) dos Monumentos Nacionais. Compreende-se por isso a influência de Baltazar Castro sobre estes dois arquitectos, numa altura em que a profissão era quase inexistente e o desempenho de funções públicas, sobretudo numa

instituição tão importante a nível político para o regime como era a DGEMN, obrigava a um seguidismo institucional das ideias das chefias.

Ao iniciar-se o longo período de chefia de Rui Couto, as intervenções de fundo - as que implicaram decisões delicadas ao nível das demolições e das grandes reconstruções - já estavam realizadas, com excepção de dois casos importantes: Alter do Chão e Portalegre. Embora a maioria das intervenções deste último período se integrem tipologicamente na conservação, na consolidação, na reparação, nas pequenas reconstruções e na valorização, sendo investidas verbas importantes em Elvas, Castelo de Vide, Campo Maior e Marvão, voltam a aplicar-se os mesmos critérios de intervenção dos anos Trinta/Quarenta em Alter do Chão e em Portalegre. Não se nota, da parte de Rui Couto, mesmo para o fim do regime, uma clara diferença de critérios em relação aos praticados por Humberto Reis e por Vaz Martins.

FLUTUAÇÃO DA DESPESA COM A INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

Concluimos terem-se registado dois grandes períodos de investimento: finais dos anos Trinta/anos Quarenta e anos Sessenta/anos Setenta até 1974. Estes períodos são antecedidos, respectivamente, por zonas de nulo e de fraco investimento. Comparando esta flutuação regional com a nacional até 1956 (arquitectura militar), verificamos que também a nível nacional acontece um período de grande investimento em finais dos anos Trinta/anos Quarenta, ladeada por períodos de fraco investimento, embora com linhas de inclinação inversa: no distrito de Portalegre a linha é ascensional, ao passo que a nível nacional é descendente, como se, a um incremento de intervenções no litoral, se sucedesse um outro, mais tardio, no interior, como se se tratasse de uma onda a percorrer o território de O para E. Comparando as flutuações regionais com a nacional (para todo o tipo de monumentos) até 1960, verificamos a coincidência do primeiro ciclo de grande investimento, registando-se, a nível nacional, o início de novo ciclo de crescimento no segundo quinquénio dos anos Cinquenta, em semelhante antecipação ao regional, como acontecera nos anos Trinta. Tentando contextualizar as flutuações

verificadas, concluímos que o primeiro grande ciclo de intervenções beneficiou de fortes motivações de ordem cultural e política, enquanto que no segundo, terá pesado o importante surto desenvolvimentista do país. Em termos globais, concluímos que a utilização dos monumentos em geral e dos castelos em particular, na pedagogia ideológica do Estado Novo - no desenvolvimento de um espírito comemorativo que emergiu nos finais do séc. XIX -, constituiu uma das razões que melhor pode explicar a grande intervenção nos monumentos que a História regista durante o Estado Novo.

RELACIONAMENTO ENTRE O MOVIMENTO ARTÍSTICO NA ARQUITECTURA E A FILOSOFIA DE INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS

Concluímos que a luta levada a cabo pelos arquitectos modernistas, sobretudo após o Congresso de 1948, no sentido da liberdade criativa, da autenticidade, perfilhando as tendências artísticas do seu tempo, contra a imposição dos modelos oficiais de cariz historicista e de monumentalidade retórica, terá ajudado a criar um ambiente de verdade na arquitectura em que a reconstrução estilística dos monumentos tinha cada vez mais dificuldade em se justificar. Mas o arejamento verificado na sociedade portuguesa, a partir do anos Sessenta, teve repercussões mais palpáveis na arquitectura nova do que na intervenção nos monumentos, permanecendo esta ataviada a uma arreigada tradição de reconstrução sem curar da distinção entre a substância histórica e os novos materiais incorporados.

Também concluímos que esta temática foi aparentemente indiferente ao movimento modernista, não mobilizando os arquitectos, mesmo os que faziam da sua profissão uma actividade com contornos políticos, provavelmente porque a sua luta pela implantação de uma arquitectura nova, sem concessões, os afastava dos testemunhos do passado, base argumentativa dos academistas e dos historicistas. Registámos, como sintomática, a opinião favorável de Keil do Amaral (1939) à obra da DGEMN.

APRECIÇÃO FINAL

Se a herança cultural recebida pelo Estado Novo, em matéria conceptual, no que concerne à conservação do património, não suscita quaisquer dúvidas, sendo claramente tributária do restauro estilístico da escola francesa, Portugal permanece serodidamente oitocentista até ao fim do Estado Novo, atenuando esse enfeudamento a partir dos anos Sessenta. A palavra restauro é muitas vezes substituída, nos textos oficiais, pela palavra reintegração, pretendendo-se um distanciamento relativamente ao restauro fantasioso, estilístico, oitocentista, que se critica. A palavra reintegração apelava para a verdade arqueológica e supunha uma remontagem, científica, dos materiais. De facto, entre as fantasias deturpadoras praticadas nos Jerónimos e as intervenções na arquitectura militar do Distrito de Portalegre, a distância é grande. Mas não deixaram de se fazer demolições de construções consideradas espúrias, só porque não eram anteriores ao séc. XVII, reconstruções - e até remodelações - estilísticas, ignorando sempre, e por opção consciente, que os novos materiais deveriam distinguir-se da substância histórica. É por esta razão que o estudo da arquitectura militar implica necessariamente o conhecimento das intervenções realizadas durante o Estado Novo, sob pena de se tomar o falso por verdadeiro, justificando-se esta investigação do ponto de vista científico.

Espíritos clarividentes, que sempre os houve, não tinham agora liberdade política para se manifestarem, para afrontarem o Estado Novo e a sua obra de “regeneração nacional”, na qual se incluía a *reintegração* dos monumentos. De facto, convinha à política cultural vigente, à pedagogia da sua ideologia, as concepções oitocentistas. Era a encenação da História, a legitimar a figura messiânica de Salazar, pateticamente utilizada nas exposições internacionais de Paris (1937) e de Nova Iorque (1939), em estátua de Francisco Franco, na figuração de um “ditador catedrático”, ou de um “ditador humanista”, se quisermos utilizar, respectivamente, as visões, irónica, de Rolão Preto, ou propagandística, de António Ferro. Era uma cultura de Estado à qual eram perniciosas quaisquer ideias científicas em matéria de conservação do património. Convinha-lhe mais a liberdade criativa, fantasiosa, dos restauradores românticos. Por outro lado, não tinha o regime qualquer dificuldade na implementação deste *modus*

faciendi, face ao analfabetismo reinante - cerca de 50% da população em 1940 - e à falta de cultura cívica da generalidade da sociedade portuguesa.

A questão da recuperação e valorização do património construído foi sempre, como ainda hoje, em primeiro lugar, uma questão cultural, e só depois uma questão técnica. A cultura, entendida como o domínio do “Ser” das sociedades, nunca deixou ao critério do acaso esta questão, sendo a prática das intervenções um reflexo do pensar das respectivas sociedades em cada momento histórico.

O Estado Novo constituiu uma forma de governação ditatorial, semelhante a outras suas contemporâneas, onde a conformação das mentalidades era uma questão *sine qua non* para a sua sobrevivência. Assim, a *reintegração* dos Monumentos Nacionais servia os altos desígnios do regime, consubstanciado este na pessoa onipotente de Salazar. É devido a todo este condicionamento político que o Portugal do Estado Novo se manteve retrógado, ao contrário da tendência europeia, nos países democráticos, para uma política de verdade em matéria de criação artística e de conservação do património. O fascismo português, implantado a partir de 1933, mata, à nascença, a Carta de Atenas (1931). Doravante, os superiores objectivos políticos do regime tudo condicionavam, tudo justificavam, sob a divisa do *Tudo pela Nação, nada contra a Nação!*, gerando uma ditadura totalitária.

O castelo, objecto de “reintegração” mais cobiçado, possuirá o valor simbólico das raízes da Pátria, a reintegrar no presente, num Estado, dito Novo, para se demarcar dos anteriores, mas pretendo restaurador de um passado glorioso de que se queria fazer legítimo herdeiro. E foi esse valor simbólico atribuído pelo regime aos castelos, consubstanciando neles a ucrónia de uma (por vezes) patética nostalgia pela sociedade feudal, que em parte explicou os critérios de intervenção da DGEMN. No seu período áureo, o Estado Novo utiliza o castelo até à exaustão, desde a capa do Catálogo de Portugal na Exposição Internacional de Paris (1937), à escala monumental do Pavilhão da Fundação da Exposição do Mundo Português (1940), à divisão orgânica da Mocidade Portuguesa em Castelos, Quinas e Lusitos, aos emblemas dos municípios, reformados nos anos Trinta. Os castelos tinham, por isso, que se reconstruir, porque neles se reconstruía simbolicamente a pátria, e depressa, não havendo lugar a devaneios de carácter científico. À frente da grande empresa - de obras públicas e de propaganda - só

um homem de pulso firme: um militar, o Capitão de Engenharia Henrique Gomes da Silva que, no I Congresso da União Nacional, em 1934, define a filosofia de intervenção oficial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. FONTES

A.1 MANUSCRITOS, DESENHOS, FOTOGRAFIAS E BASES DE DADOS

A.1.1 ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS DO SUL (ÉVORA)

A.1.1.1 Processos administrativos:

Pastas¹ das fortificações de: Alter do Chão, Amieira, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Nisa e Portalegre.

A.1.1.2 Processos de obras:

Pastas das fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

¹ As pastas dos processos administrativos e de obras da DREMS e da DGEMN, não estão numeradas, apresentando apenas o número do monumento a que correspondem. Para cada fortificação há, geralmente, duas pastas. A mais antiga começa sempre nos anos Vinte ou Trinta, apresentando pouca documentação destas primeiras décadas da DGEMN.



A.1.1.1.3 Processos fotográficos:

Álbuns das fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.1.1.4 Arquivo de desenhos:

Fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.2 ARQUIVO DA DIRECÇÃO-GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (LISBOA)

A.1.2.1 Processos administrativos:

Pastas das fortificações de Alter do Chão, Amieira, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Nisa e Portalegre.

Manuscrito que apresenta a relação de verbas gastas por imóvel de 1932 a 1956.

A.1.2.2 Processos de obras:

Pastas das fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.2.3 Processos fotográficos:

Álbuns das fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.2.4 Base de dados de desenhos:

Fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça),

Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.2.5 Inventário do Património Arquitectónico (base de dados):

Fortificações de Alegrete, Alter do Chão, Alter Pedroso, Amieira, Avis, Belver, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão, Monforte, Nisa, Ouguela, Portalegre e Seda.

A.1.2.6 Processos individuais:

Arq. Baltazar da Silva Castro

Arq. Martinho Humberto dos Reis

Arq. João Filipe Vaz Martins

Arq. Fernando Augusto Peres Guimarães

Arq. Álvaro Magno de Moura Bessa

Arq. Rui Ângelo do Couto

A.1.3 ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DE LISBOA

A.1.3.1 Documentos da 3ª Divisão, 9ª Secção (Fortificações), (Fortificações da Província do Alentejo), sécs. XVII, XVIII e XIX:

Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas (Cidade e Fortes de Santa Luzia e da Graça), Marvão e Portalegre.

A.1.3.2 Cartas militares e desenhos de fortificações (sécs. XVII, XVIII e XIX):

Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas e Marvão.

A.1.4 ARQUIVO DO GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE ENGENHARIA MILITAR (LISBOA) / DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Cartas militares e desenhos de fortificações de Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão e Portalegre (sécs. XVII, XVIII e XIX).

A.1.5 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ELVAS

Cartas militares e plantas de fortificações

A.1.6 ARQUIVOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Campo Maior: desenhos² de fortificações

Castelo de Vide: desenhos de fortificações

Elvas: desenhos de fortificações; relatórios de Edwin Paar sobre as fortificações de Elvas.

De Marvão (Museu Municipal): desenhos de fortificações

A.2 TABELAS DE ÍNDICES DE PREÇOS

Tabelas de Índices de Preços ao Consumidor, série A - Continente Geral, Total s/ Habitação, valores desde 1938 (Instituto Nacional de Estatística).

A.3 LEGISLAÇÃO

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa (desde 1822).

B. BIBLIOGRAFIA

B.1 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas, nº 46, 3ª série, Janeiro de 1939.

“A Arquitectura Gótica”, (autor anónimo), *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 1, vol. I, 6/5/1837.

ALMADA, Vitorino de – “Efemérides de Elvas”, *Álbum Alentejano*, tomo III, Distrito de Portalegre, s. d..

AMARAL, Keil - “Sobre uma conferência de Ressano Garcia”, *O Diabo* de 29 de Abril

² Cartas militares e desenhos antigos de fortificações, existentes nas câmaras municipais, constituem documentação que se encontra geralmente agregada aos Planos de Salvaguarda dos Centros Históricos elaborados por Gabinetes Técnicos Locais.

de 1939.

Arquitectura (Revista de Arte e Construção), nº 20, Fevereiro de 1948.

Boletim do Arquivo Histórico Militar, 50º vol., Lisboa, 1980.

Boletim do MRAR, nº 4, 1953.

Boletim do MRAR, nº 10, 2ª série, Março de 1962.

Boletim Monumentos, da DGEMN, (consulta geral: do nº 1, de 1935, ao nº 129, de 1972; consulta especial: *Igreja de Leça do Bailio*, nº 1, Setembro de 1935; *Igreja da Atalaia*, nº 24, Junho de 1941; *Castelo de S. Jorge*, nº 25 e 26, Setembro e Dezembro de 1941; *Castelo de Belver*, nº 46, 1946; *Castelo de Elvas*, nº 54, Dezembro de 1948; *Castelo de Amieira*, nº 61, Setembro de 1950).

BRITO, Nogueira de – “Morreu a torre de Santa Cruz de Coimbra”, *Notícias Ilustrado*, nº 344, 1935.

Brotéria, de Julho e de Agosto/Setembro de 1939.

BUCHO, Domingos Almeida – “Portalegre Medieval / Subsídios para a sua leitura urbanística”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 8 (nova série), 1993.

CANAVARRO, Pedro – “Acheegas documentais para o estudo e defesa do património”, *Mínia*, 2ª série, 1978.

CARVALHEIRA, Rosendo – “Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e a sua possível restauração”, *Districto da Guarda*, de 12 de Março de 1899 a 23 de Julho de 1899.

Castillos de España, Asociacion Española de Amigos de los Castillos (nº 1, 1958 - nº

115, 1999).

Diário das Sessões da Assembleia Nacional, nº 45, de 10 de Abril de 1935 e nº 125, de 9 de Fevereiro de 1956.

FERREIRA, A. M. Brazão - “O Castelo de Alter do Chão”, *O Mensageiro*, nºs 429 ss., 1989.

GONÇALVES, A. - “Sé Velha”, *Gazeta de Coimbra*, nº 13, de 27 de Março de 1887.

Idem - “Sé Velha de Coimbra”, *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I, Imílio Bello e Editores, 1902.

GUEDES, Lívio da Costa - “A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold 1798”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60, Lisboa, 1992.

GUSMÃO, Adriano de - “O Restauro dos Monumentos Nacionais”, *República* de 10/2/1949.

HERCULANO, Alexandre - “Os Monumentos”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 69, vol. II, 25/8/1838.

Idem - “Monumentos II”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 70, vol. II, 1/9/1838.

Idem - “Mais um brado a favor dos Monumentos I”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 93, vol. III, 9/2/1839.

Idem - “Mais um brado a favor dos Monumentos II”, *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 99, vol. III, 16/2/1839.

INÁCIO, Ana Calado - “O actual Concelho de Alter do Chão nas Memórias Paroquiais de 1798”, *A Cidade*, nº 7 (nova série), 1992.

International Journal for Restoration of Buildings and Monuments, vol. 4, nº 6, 1998 (dedicado ao restauro da Torre de Belém em Lisboa).

“Introdução” (autor anónimo), *O Panorama*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, nº 1, vol. I, 6/5/1837.

JORGE, Virgolino Ferreira – “Princípios de Salvaguarda do Património Monumental”, *Correio da Natureza*, nº 17, 1º trimestre, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação de Natureza, 1992.

LARCHER, Capitão Sousa - “Castelos de Almourol e de Tomar”, *Revista dos Centenários*, nº 10, Comissão Nacional dos Centenários do Secretariado da Propaganda Nacional, 31 de Outubro de 1934.

LIMA, J. da Costa – “Restaurações Integrais”, *Brotéria*, vol. XXVII, 1938.

LINO, Raul – “A propósito da Sé do Funchal; a restauração de monumentos”, *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, nº IX, 1941.

MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”, *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993.

MENDES, Manuel – “Explicações necessárias em resposta ao Senhor Ministro das Obras Públicas”, *República* de 13/1/1949.

MURTA, José Diniz – “A Porta da Vila de Nisa”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 5, 1995.

NETO, Maria João Baptista – “O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900”, *Cadernos de História da Arte*, I, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991.

PAAR, Edwin - “As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 12 (nova série), 1998, pp. 129 ss.

PEREIRA, Paulo – “Reutilização de imóveis classificados”, *Cadernos SPPC*, nº 3, *Que utilizações para o património construído?*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996.

PIERO GAZZOLA – “Compte Rendu de la IX.ème Reunion Scientifique de l’IBI”, *Bulletin* nº 25/26, 1969.

PROENÇA, Alexandre Marques Gordo - “Notas históricas sobre Alter do Chão e Alter Pedroso/Castelo de Alter do Chão”, *Mensageiro de Alter*, nº 286 de 15 de Agosto de 1975.

REBELO, João - “Arquitectura ou Mascarada”, in *Correio das Ilhas* de 10 de Agosto de 1953.

Revista dos Centenários, Comissão Nacional dos Centenários do Secretariado da Propaganda Nacional, 1939.

SIDARUS, Adel - “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991.

SILVA, Henrique Gomes da – “Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro”, *Boletim Monumentos, Igreja de Leça dos Bailios*, DGEMN, nº 1, Setembro de 1935.

Técnica, Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1943.

Textos Fundamentais, Cadernos SPPC, nº 1, da Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996.

Textos internacionais sobre a preservação e valorização do património, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986.

VENTURA, António - “Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira”, *A Cidade*, nº 1 (nova série), 1988.

Idem - “Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, nº 8 (nova série), 1993.

B.2 MONOGRAFIAS

ACCIAIUOLI, Margarida – *Os Anos 40 em Portugal; o país, o regime e as artes; “restauração” e “celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 volumes (policopiados), 1991.

Idem - *Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Livros Horizonte, s. l., 1998.

AIRES-BARROS, Luís – *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, I. N. I. C., Lisboa, 1991.

Anais da Revolução Nacional, vol. III, (1930-1936), vol. V, (1939-1945), dir. João

Ameal, ed. Eurico Lima de Magalhães (Herdeiros) e Augusto Dias Arnaut, s. l., s. d..

ALMEIDA, C. A. Ferreira de – *Património – Riegl e Hoje*, Separata da *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, vol. X, Porto, 1993.

ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3º vol. (Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro), ed. autor, Lisboa, 1948.

ARMAS, Duarte de - *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, Lisboa, 1997.

ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes - *Arte Moderna e Arte da Igreja*, MOP, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1959.

Idem – *Para um estudo crítico da Catedral da Guarda*, Assembleia Distrital da Guarda, Guarda, 1990.

AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e – *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior(...)*, Organização, introdução, bibliografia, transcrição e notas de Rui Rosado Vieira, Câmara Municipal de Campo Maior, Campo Maior, 1993.

AZEVEDO, Luís Marinho de - *Comentários da Guerra de Alentejo*, Lisboa, 1644.

BALDINI, Umberto – *Teoria de la Restauracion y Unidade de Metodologia*, vol. I, NEREA/NARDINI, Florença, 1997.

BENEVOLO, Leonardo - *Introdução à Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 1991.

BOITO, Camilo – *Questioni pratiche di belle arti*, Hoepli, Milão, 1893.

BRANDI, Cesare – *Teoria de la restauración*, Alianza Forma, 3ª edição, Madrid, 1993 (1ª edição, Roma, 1963).

BUCHO, Domingos Almeida – *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre / Estudo histórico-arquitectónico / Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, ed. Autor, Portalegre, 1995.

CALABRO, Don Mateo – *Tratado de Fortificación o Arquitectura Militar*, (1733), Universidade de Salamanca, Salamanca, 1991.

CALADO, Rafael Salinas - *Brazões dos Duques de Bragança no seu antigo Senhorio da Vila de Alter do Chão*, Separata de *O Instituto*, vol. 111 °, Coimbra, 1948.

CÂMARA, João de Souza - “O Alcaide-mor de Portalegre, Gonçalo Vaz de Castelbranco”, *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano VI, nºs 23-24, 1961.

Caminhos do Património, DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

Castelos Medievais de Portugal, II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos – 1994, Zurique, DGEMN, s.l., 1949.

CAPITEL, Antón – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Forma, Madrid, 1992.

CASTRO, José Osório da Gama e – *Diocese e Distrito da Guarda*, Tipografia Real, Porto, 1902.

CESCHI, Carlo – *Teoria e storia del Restauro*, Roma, 1970.

CHOAY, Françoise – *L' Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaldes-Mores e Parincipaes Governadores*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916.

Idem - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, s. e., 2ª edição, s. l., 1982.

Idem - *Terras de Odiana*, 2ª edição revista e anotada por Diamantino Sanches Trindade, Câmara Municipal de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988.

CORDEIRO, Luciano – *As Obras dos Jerónimos / Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais*, Tipografia Casa Portuguesa, Lisboa, 1895.

COSTA, Alexandre de Carvalho - *Distrito de Portalegre, Concelho de Alter do Chão (...) Compilação do que se tem escrito respeitante à origem dos seus nomes*, Câmara Municipal de Alter do Chão, Alter do Chão, 1982.

COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Estampa, Lisboa, 1997.

COSTA, Luís Couceiro da - *Memórias Militares de Campo Maior*, Tipografia Progresso, Elvas, 1912.

Congrès de l'Union Internationale des Architectes, Rapport final, Livraria Portugal, Lisboa, 1953.

CUSTÓDIO, Jorge – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1864)”, in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, 1993.

DONA João Raphael Mendes - *Villa e Concelho de Alter do Chão*, Typ. Minerva Central, Portalegre, 1900.

DUBRAZ, J. - *Recordações dos Últimos Quarenta Anos, Esboços Humorísticos. Descipções, Narrativas Históricas e Memórias Contemporâneas*, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, 1868.

EHRHARDT, Marion - *D. Fernando II: Um Mecenas Alemão Regente de Portugal*, Paisagem, Porto, 1995.

ENAUD, François – “Les principes de restauracion des Monuments en France de Viollet-le-Duc à la Chartre de Venise”, *Geschichte der Restaurierung in Europa / Histoire de la Restauration en Europe I*, Worms, 1991.

ERDER, Cevat – *Our architectural heritage: from consciousness to conservation*, UNESCO, 1986.

ESTEBAN, Jorge Jiménez - *El Castillo Medieval*, DM, s.l., 1997.

FARIA, António Machado de – “Armas Nacionais”, de M. de F., *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979.

FERNANDES, Inácio Peres - “Relatório das teses apresentadas ao Tema I, “A Arquitectura no Plano Nacional”, *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso – *Museologia / Introduccion a la Teoria y Prática del Museo*, Istmo, Madrid, 1993.

FERRO, António - *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*, (Discurso proferido em 1940), Edições SNI, Colecção Política do Espírito, Lisboa, 1949.

FIGUEIREDO, José F. – *Monografia de Nisa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Câmara Municipal de Nisa, 2ª edição, s. l., 1989.

FONSECA, Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo - *Memória Histórica da Junta de Campo Maior*, Tipografia Progresso, Elvas, 1912.

FONSECA, Martinho da - *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1912.

FORTES, Manuel Azevedo - *O Engenheiro Português*, Direcção da Arma de Engenharia, Lisboa, 1993.

FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966.

Idem - *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1960*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1974.

Idem - *O Modernismo na Arte Portuguesa*, 3ª edição, Biblioteca Breve, Lisboa, 1991.

FURTADO, Teresa Pinto - *O Castelo de Almourol: monumento e imaginário*, Dissertação de Mestrado, 3 vols., Universidade de Lisboa, Lisboa, (polic.), 1996.

GAMA, Eurico - *Elvas / Rainha da Fronteira*, Câmara Municipal de Elvas, Elvas, 1986.

GARRETT, Almeida - *Viagens na Minha Terra*, Europa-América, 5ª ed., Mem Martins, 1988.

GONÇALVES, João Gouveia Tello - *Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa*, Separata de *Estudos de Castelo Branco*, 1965.

GUTIÉRREZ, Ramón e MARTIN, Cristina Esteras - *Território e Fortificación: influencia hispanoamericana*, Ediciones Tuero, Madrid, 1991.

HAUPT, Albrecht - *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Introdução crítica de

M. C. Mendes Atanázio, *Presença*, Lisboa, 1985.

HENRIQUES, Fernando M. A. – *A Conservação do Património Histórico Edificado*, LNEC, Memória nº 775, Lisboa, 1991.

HERCULANO, Alexandre – *Cartas*, “Carta a José Maria Latino Coelho, de 6 de Abril de 1868”, tomo I, 4ª edição, Bertrand, Lisboa, s.d..

I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos, s. e., s. l., 1948.

JORGE, Ana Rita Santos – *The Old Burgo of Castelo de Vode – Portugal Safeguard and Conservation*, Thesis os 2nd year, Center for the conservation of Historic Towns and Buildings, Katholiekr Universiteit Leuven, (policopiada), 1991.

KORRODI, Ernesto – *Estudos de reconstrução sobre o Castelo de Leiria, Reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa*, Instituto Poligráfico de Zurique, Zurique, 1898.

LEAL, Ernesto Castro - “Comemorações, poderes e espectáculo: o VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros em 1947”, Separata das *Actas das Sessões do I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XX)*, Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* nºs 158 a 215, Estremoz, 1934.

LINO, Raul - *Casas Portuguesas*, 8ª edição, Livros Cotovia, Lisboa, 1992.

LECHUGA, Cristóbal – *Tratado de la Artilleria y e Fortificación*, (1611), Ministerio de Defensa, Madrid, 1990.

LOBO, Francisco Sousa - “O fim de uma era”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I de Boa Memória*, 1ª parte, Actualização do texto, introdução e notas de José Hermano Saraiva, Pub. Europa-América, 2ª edição, Mem Martins, 1990.

LOPES, Fernão - *Crónica del Rei dom João I da boa memória*. Edição preparada por William J. Entwistle, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

MADRID, José Valverde - “La influência arabe en las fortificaciones y castillos de la raya de España y Portugal e en sus defensas maritimas”, *I Simposio sobre Castillos de la Raia entre Portugal y España*, Asociacion Española de Amigos de los Castillos, Madrid, s. d..

MALDONADO, Basilio Pavon - *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas/ Crónicas de viajes por el sur de Portugal*, M.ª E., Madrid, 1993.

MATTOS, Gastão de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941.

MEDINA, João – “ Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, Ediclube, Amadora, 1993.

MENDES LEAL, J. da S. – *Monumentos Nacionais*, Tipografia Franco-Portuguesa, Lisboa, 1868.

MENDONÇA, Manuel Marques - *Apontamentos para a história da pitoresca vila de Marvão*, (s. e.), Marvão, 1976.

MENEZES, D. Luís de, Terceiro Conde da Ericeira (1632-1690) - *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, 1676.

MOHEN, Jean-Pierre - *Les Sciences du Patrimoine / Identifier, Conserver, Restaurer*, Editions Odile Jacob, Paris, 1999.

MONTEIRO, João Gouveia - *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

MONTEIRO, Porfírio Pardal - “A tradição na arquitectura”, *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948.

Monumentos, 1932-1947, 15 Anos de Obras Públicas, DGEMN, 1948.

MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986.

MORGADO, Amílcar - “A defesa da fronteira terrestre”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989, pp. 221 ss.

MORGADO, Amílcar F.- *Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar*, Caderno Cultural, nº 7, Câmara Municipal de Elvas, Elvas, 1993.

MOURA, José Diniz da Graça Motta e – *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, fac-símile da edição de 1855, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, Luís da Silva - *Memória inédita acerca do edifício monumental da Batalha*, Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, (polic.), Batalha, 1983.

MURPHY, James – *Plans elevations sections and views of the church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal with the History and Description by Fr. Luís de Sousa; with remarks to which is prefixed an Introductory Discourse on the principles of Gothig Architecture*, London, 1795.

NABAIS, António – “Património Cultural”, *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*, dir. José Costa Pereira, vol. II, Lisboa, 1985.

NETO, Maria João Baptista – “As intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias”, *2º Encore – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, vol. I., LNEC, Lisboa, 1994.

Idem – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Tese de doutoramento, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (polic.), 1995.

Idem - “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal, 1929-1999”, in *Caminhos do Património*, DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

NOVAES, António Gonçalves de – *Relação do Bispado de Elvas*, Lourenço Craesbeeck, Impressor del Rey, 1635.

NUNES, Ana Bela, BASTIEN, Carlos e VALÉRIO, Nuno - *Caixa Económica Montepio Geral, 150 Anos de História (1844-1944)*, Montepio Geral, Lisboa, 1994.

NUNES, António Lopes Pires – *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.

ORTIGÃO, J. D. Ramalho – “A conclusão do edifício dos Jerónimos”, *A Arte Portuguesa*, tomo I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

Idem – “O Culto da Arte em Portugal”, *Arte Portuguesa*, tomo I., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

PEREIRA, Gabriel – *Momumentos Nacionais, Conferência realizada na Sala da Real Associação de Agricultura*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.

PEREIRA, Mário - “Da torre ao baluarte”, in *A Architectura Militar da Expansão Portuguesa*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994.

PEREIRA, Nuno Teotónio - *Tempos, Lugares, Pessoas*, Contemporânea e *Jornal Público*, Matosinhos, 1996.

Idem - “A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol.. II, Fragmentos, Lisboa, 1987, p. 351.

PEREIRA, Nuno Teotónio e FERNANDES, José Manuel - “A arquitectura do fascismo em Portugal”, *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982.

PEREIRA, Paulo - “Do Megalitismo à Idade do Ferro”, *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, Círculo de Leitores, s.l., 1995.

PESTANA, Manuel Inácio – *Foral da vila do Crato*, Câmara Municipal do Crato, 2ª edição, Crato, 1988.

PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares (...)*, Impressão de António Craesbeeck de Mello, Lisboa, 1680.

PINA, Rui de - *Crónica de D. Dinis*, Ed. Civilização, Porto, 1945, capítulo XXXII, “Das obras e coisas notáveis que El-Rei D. Dinis fez em sua vida”.

PIRES, Tomás - *As Ruas d'Elvas*, ed. António José Torres de Carvalho, Elvas, 1924.

(A) *Revolução Nacional, 20 Anos de Grandes Realizações, 28 de Maio de 1926 a 28 de Maio de 1945*, SNI, Lisboa, s. d..

RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário - *Elvas*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, PAULO – *Santa Maria de Flor da Rosa / Um estudo de História de Arte*, Câmara Municipal do Crato, Crato, 1986.

ROJAS, Cristóbal de – *Tres Tratados sobre Fortificación y Milicia*, (1598), CEHOPU, Madrid, 1985.

RUSKIN, John – *The Seven Lamps of Architecture* (1849), Everyman's Library, London, 1969.

Idem – *The Crown of Wild Olive* (1866), Introduction by Clifford Bax, Dent, London, 1930.

Idem - *As Pedras de Veneza*, Martins Fontes, São Paulo, 1992.

SALAZAR, Oliveira - *Discursos e Notas Políticas*, vol. III (1938-1943), Coimbra Editora, s. l., 1943.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, etc.*, vol. VI, Lisboa, 1707.

SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Acabamentos das Construções*, Livraria Bertrand e Livraria Francisco Alves, 3ª edição, Lisboa e Belo Horizonte, s. d..

SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l. , 1994.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães - *História Orgânica e Política do Exército Português, Provas, vol. V, História da Engenharia Militar Portuguesa (Subsídios), Desde a Fundação da Monarquia até 1816*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

SILVA, A. H. de Oliveira - “A desamortização”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, Círculo de Leitores, s.l., 1993.

SORIANO, Luz - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, III Época, tomo V, 1885.

SOUSA, Tude Martins de, RASQUILHO, Francisco Vieira - *Amieira do antigo Priorado do Crato*, Imprensa Nacional - Casa da Morda, Lisboa, 1982.

TEIXEIRA, Carlos - *Geologia de Portugal*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

TELMO, José Ângelo Cottinelli - “Arquitectura nacional - arquitectura internacional”, *I Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos*, s. e., s. l., 1948.

Textos Fundamentais sobre a preservação e valorização do Património, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986.

TORRES, Cláudio e MACIA, Santiago - *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, s. l., 1998.

TOSTÕES, Ana - “ Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitectura do movimento moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais, *Caminhos do Património*, DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

TRAVECEDO, Santiago Fajardo G. de e LÓPEZ-CUERVO, Iñigo Fajardo - *Tratado de castellologia*, Trigo Ediciones, Madrid, 1996.

30 Anos de Estado Novo (1926-1956), dir. F. de Matos Gomes e A. da Costa, Organizações Império, Lisboa, 1957.

VALÉRIO, António João Feio - *O Paço dos Lobos da Silveira em Alvito*, Câmara Municipal de Alvito, 1994.

VARELA, Cónego Aires - *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela, o primeiro ano da Recuperação de Portugal que começou em o 1º de Dezembro de 1640 e fez fim em último de Novembro de 1641*, ed. António José Torres de Carvalho, Tipografia Progresso, Elvas, 1901.

VARELA, Cónego Aires - *Teatro das Antiguidades de Elvas, etc.*, ed. António J. Torres de Carvalho, Elvas, 1915.

VASCONCELOS, António - *Sé Velha de Coimbra*, vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.

Viagem de Estudo em Portugal, IBI, DGEMN, s.l., Junho de 1956..

VICENTE, António Pedro- *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal I (1799-1802)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971.

Idem - *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal II (1803-1806)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1972.

Idem - *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1984.

VIEIRA, Rui Rosado - *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, ed. autor, s. l., 1985.

Idem - *Campo Maior, Vila Quase Cidade Entre os Sécs. XVI-XVII*, Câmara Municipal de Campo Maior, Campo Maior, 1987.

VIOLLET-le-Duc, Eugène-Emmanuel - *Dictionnaire raisonné de l'Architecture française*, B. Bance, Paris, 1859-1868.

Idem - *Dictionnaire raisonné de l'Architecture française du XIe au XVIe siècle*, 10 vols., A. Morel, Paris, 1854-1868.

Idem - *L'architecture raisonné: extraits du dictionnaire de l'architecture française, réuni par Hubert Damisch*, Hermann, Paris, 1964.

ZAPATERO, Juan Manuel - "Conservacion y restauracion de los castillos abaluartados, siglos XVI al XVIII", *I Simposio sobre castillos de la Raya entre Portugal y Espanha*, Asociacion Española de Amigos de los Castillos, Madrid, (1984?).

B.3 DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, INVENTÁRIOS, HISTÓRIAS GERAIS E HISTÓRIAS DA ARTE

DIAS, Pedro - *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, 2 vols., Círculo de Leitores, s. l., 1999.

Dicionário da História de Portugal, dir. Joel SERRÃO, 6 vols., Iniciativas Editoriais, Porto, 1979.

Dicionário Enciclopédico de História de Portugal, dir. José Costa Pereira, Lisboa, 1985.

DINKEL, René - *Encyclopédie du Patrimoine*, Les Encyclopédies de Patrimoine, Paris, 1997.

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa e Rio de Janeiro, s. d. (1935-1960).

ERNOUT, A. e MEILLET, A. - *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, Histoire des mots*, Éditions Klincksieck, 4ª edição de 1959, revista e aumentada por Jacques André em 1985, Paris, 1994.

FERNÁNDEZ, Maria Dolores Arroyo - *Diccionario de Términos Artísticos*, Alderabán, Madrid, 1997.

FLEMING, Jonh, HONOUR, Hugh e PEVSNER, Nikolaus - *The Penguin Dictionary of Architecture*, Penguin Books, 4ª edição, London, 1991.

História da Arte Portuguesa, dir. Paulo Pereira, 3 vols., Círculo de Leitores, s. l., 1995.

História das Fortificações Portuguesas no Mundo, dir. Rafael Moreira, Alfa, Lisboa, 1989.

História de Portugal, dir. José Mattoso, 9 vols., Círculo de Leitores, Círculo de Leitores, 1992.

ISIDRO PEREIRA, S. J. - *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Livraria Apostolado e Imprensa, 7ª edição, Braga, 1990.

KEIL, Luís - *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

MACHADO, José Pedro (coord.) - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 12

tomos, Sociedade da Língua Portuguesa, Amigos do Livro, Lisboa, 1981.

Idem – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Livros Horizonte, 1977.

Idem - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Círculo de Leitores, s. l., 1997.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, 3 vols., Palas Editores, Lisboa, 1986.

MORA-FIGUEIROA, Luís de - *Glossário de Arquitectura Defensiva Medieval*, Universidade de Cádiz *et alteri*, s. l., 1994.

MOREIRA, Rafael (Dir.) - *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Alfa, Lisboa, 1989.

NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1991.

Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, IPPAAR, 3 vols., Lisboa, 1993.

PEDREIRINHO, José Manuel - *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*, Afrontamento, Porto, 1994.

RODRIGUES, Maria João Madeira *et alteri* - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera Editores, Coimbra, 1990.

TEIXEIRA, Luís Manuel Teixeira - *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Presença, Lisboa, 1985.

VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, INCM, Lisboa, 1988.

ANEXOS

ÍNDICE DOS ANEXOS

- I - Exemplo de uma memória descritiva referente a um projecto de intervenção (DGEMN).
- II - Exemplo de um projecto de intervenção (DGEMN).
- III - Exemplo de uma proposta de empreiteiro (*Proposta de ajuste particular*) (DGEMN).
- IV - Exemplo de uma Ordem de Serviço aprovando uma proposta de empreiteiro (DGEMN).
- V - Exemplo de uma folha/resumo das intervenções constantes num processo de obras (DGEMN).
- VI - *Monumentos Nacionais / Orientação técnica a seguir no seu restauro* (Henrique Gomes da Silva).
- VII - O Castelo de S. Jorge / Portaria de 29 de Agosto de 1938 / Diário do Governo nº 203-II Série de 1/9/1938 (Duarte Pacheco).
- VIII - "Monumentos Nacionais" in *Monumentos, 1932-1947, 15 Anos de Obras Públicas*, DGEMN, 1948.
- IX - Ofício sobre a deslocação de Baltazar da Silva Castro ao estrangeiro para colher elementos com vista à conclusão do restauro de São Frutuoso de Montélios (DGEMN).
- X - Registo das designações das intervenções nas fortificações do distrito de Portalegre (1953-1974).
- XI - Currículo de Rui Ângelo do Couto (23/11/1989).

XII - Plantas dos baluartes da Praça de Campo Maior reedificados em 1818 (Capa)
(GEAEM, Doc. 3768/A 2-17A-25).

XIIa - *Planta do Baluarte do Cavaleiro depois de reedificado, com o projecto do parapeito do Cavaleiro.*

XIIb - *Planta do Baluarte do Príncipe depois de reedificado.*

XIIc - *Planta do Baluarte do Conselho no estado de ruína.*

XIId - *Planta do Baluarte do Conselho depois de reedificado.*

XIIe - *Planta do Baluarte de São Francisco depois de reedificado.*

XIIIf - *Planta do Baluarte de Santa Rosa reedificado.*

XIIg - *Planta do Baluarte da Boavista reedificado.*

XIIh - *Planta do Baluarte de São Sebastião reedificado.*

XIII - *Planta da tenalha que contém os baluartes de Lisboa e do Curral dos Coelhos.*

XIIIj - *Planta do Baluarte de Santa Cruz que precisa de mínimas reparações.*

XIII - Planta espanhola da Praça de Campo Maior (s. d.).

XIV - Projecto de fortificação para a Praça de Campo Maior atribuído a Lassart (s. d.).

XV - Planta das fortificações de Marvão (Projecto de intervenção, s. d., DGEMN).

XVI - Planta das fortificações de Marvão (Zona de Protecção, s. d., DGEMN).

XVII - Planta do Castelo de Marvão (Projecto de intervenção, s. d., DGEMN).

XVIII - Planta do Castelo de Marvão (Piso 1, s. d., DGEMN).

XIX - Planta do Castelo de Marvão (Piso 2, s. d., DGEMN).

XX - Planta da Torre de Menagem do Castelo de Marvão.

(Pisos superiores, s. d., DGEMN).

XXI - Projecto de fortificação de Marvão (1765) (GEAEM, Doc. 3134 2-21-30).

- XXII - Projecto de fortificação de Marvão (1765) (GEAEM, Doc. 3133 2-21-30).
- XXIII - Torre da Cadeia ou "Fernandina" (Elvas) (Corte, s. d., DGEMN).
- XXIV - Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do 1º piso, s. d., DGEMN).
- XXV - Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do 2º piso, s. d., DGEMN).
- XXVI - Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta da Casa do Governador, 1962, DGEMN).
- XXVII - Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do terraço da Casa do Governador, 1962, DGEMN).
- XXVIII - Forte da Graça (Elvas) (Planta geral até às esplanadas, s. d., DGEMN).
- XXIX - Forte da Graça (Elvas) (Planta ao nível dos baluartes e do reduto central, s. d., DGEMN).
- XXX - Forte da Graça (Elvas) (Planta da cisterna, s. d., Arquivo da Câmara Municipal de Elvas).
- XXXI - Forte da Graça (Elvas) (Planta do 1º piso, s. d., Arquivo da Câmara Municipal de Elvas).
- XXXII - Projecto para a construção da cobertura telhada da Torre de Menagem do Castelo de Elvas (Planta e perspectiva do eirado, s. d., DGEMN).
- XXXIII - Evolução das despesas com intervenções em monumentos (1929-1960). (Gráfico 4.5, NETO, Maria João Baptista (1995), *ob. cit.*, p. 469).

Nota: a má qualidade gráfica de alguns anexos deve-se, exclusivamente, às cópias fornecidas pelos respectivos arquivos; optámos por não tentar a sua reconstituição.

Anexo I

MEMÓRIA DESCRITIVA



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Refore-se a presente estimativa para obras de beneficiação e Restauro a executar no Castelo de Marvão - MONUMENTO NACIONAL.

Assim, foram previstas várias demolições, de acrescentos julgados inúteis e afrontes para aquêlê Monumento.

Tambem foi previsto, o apseamento e reconstrução de muralhas - em vários pontos do Castelo, - com alvenaria argamassada, segundo o pl existente.

Alem dêstes trabalhos foram previstos outros de menor importância, tais como:

- a)- Consolidação geral e regularização em vários pontos da muralha incluindo o enchimento com alvenaria argamassada.
- b)- Arranjo e regularização geral das escadas dos adarves.
- c)- Remoção dos entulhos proeminentes dos diversos trabalhos a realizar.

Importa esta estimativa na quantia total de 48.800\$00, assim distribuídos:

Importância destinada a materiais	25.000\$00
Importância destinada a mão de obra	<u>23.800\$00</u>
Soma total	<u>48.800\$00</u>

Lvora, 3^a de Agosto, em 3 de Agosto de 1956.

O Architecto Chefe

VISTO
DIRECTOR GERAL

Anexo II

Exemplo de um projecto de intervenção. Peças do processo:
- Memória - Programa do concurso - Medições - Orçamento



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

MEMÓRIA



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória, ao orçamento por estimativa de "CASTELO E MURALHAS DE CAMPO MAIOR - OBRAS URGENTES DE CONSOLIDAÇÃO", obra do Capº.4º.Artº.53º.nº.2-1, do Plano de Obras do corrente ano, com a dotação de 50 000\$00, excluindo administração e fiscalização.

As muralhas do Castelo de Campo Maior, encontram-se carecidas de obras de consolidação e restauro, em diversos troços, e em especial nas Portas da Vila, cujo aspecto é deplorável, além de não oferecerem segurança, a sua abobada e pequenos troços de muralha que a ladeiam.

Na presente estimativa prevêem-se os trabalhos mais urgentes de consolidação, de forma a gradualmente se conseguir a consolidação total e restauro das Muralhas de Campo Maior.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Reconstrução do pavimento que cobre as Portas da Vila, que se encontra em muito mau estado, e por onde se infiltram as águas pluviais que estão arruinando a abobada. Para esse efeito proceder-se-á ao levantamento do pavimento existente; execução de massame de betão pobre e revestimento de produto asfáltico; execução de pavimento de macadame.
- Construção de alvenaria hidráulica, em muralhas, para tapamento de rombos existentes.
- Reconstrução dos rebocos e molduras de massa das Portas da Vila.

Estes trabalhos que se descrevem pormenorizadamente no orçamento, importam na quantia total de 51 997\$00-CINQUENTA E UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ESCUDOS, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, Secção do Sul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 13 de Novembro de 1964

O ARQUITECTO;

[Handwritten signature]

VISTO

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO;

[Handwritten signature]

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS;

[Handwritten signature]

O ARQUITECTO CHEFE DA REPARTIÇÃO;

[Handwritten signature]



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

PROGRAMA DO CONCURSO



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Ministério das Obras Públicas

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais

REPARTIÇÃO TÉCNICA

Obra "CASTELO E MURALLAS DE CAMPO MAIOR - OBRAS URGENTES
DE CONSOLIDAÇÃO"

PROGRAMA DO CONCURSO

Art. 1.º — Até às 16 horas do dia 20 de Novembro de 1964, na Repartição Técnica da Secção do Sul Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, aceitam-se propostas em carta a enviar pelo correio, para a execução dos trabalhos relativos à empreitada descrita nas peças anexas, patentes na mesma Repartição e na Secção do Sul, todos os dias úteis nas horas normais de expediente.

Art. 2.º — A base de licitação de Escudos 49 997 000.

Art. 3.º — As propostas, em triplicado, serão escritas sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas e nos seguintes termos:

«F....., (indicar estado e profissão).....
residente na....., depois de ter tomado perfeito conhecimento do
objecto da empreitada para a execução da obra de "CASTELO E MURALLAS
DE CAMPO MAIOR-OBRAS URGENTES DE CONSOLIDAÇÃO"

.....
.....
a que se refere o convite datado de 13 de Novembro, obriga-se perante a
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a executar todos os trabalhos
que constituem essa empreitada, em conformidade com as condições do Caderno de
Encargos, anexo ao programa do concurso, pela quantia de.....\$, (por extenso)
....., no prazo de ~~max~~ até 31-12-1964

Mais declara que se compromete a acatar o programa do concurso e bem assim que
renuncia a qualquer foro especial e se submete em tudo o que respeitar à legislação
portuguesa em vigor.

Data.....

(Assinatura).....

Art. 4.º — Cada proposta será acompanhada de uma declaração de que o concorrente se compromete a efectuar, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações, no prazo máximo de oito dias, o depósito equivalente a cinco por cento do



valor da adjudicação, mediante guias passadas pela Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

Modelo da declaração

F. _____, profissão _____,
residente em _____,
declara, para os devidos efeitos, que no caso de lhe serem adjudicados os trabalhos da obra de « _____ », obriga-se a efectuar na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações o depósito de 5% sobre o valor da adjudicação.

Data _____

Assinatura _____

Art. 5.º — O prazo de garantia será de 12 meses após a conclusão de todos os trabalhos.

Art. 6.º — Fazem deste programa as Cláusulas e Condições Gerais de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas na parte aplicável.

Secção do Sul _____, da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 13 de Novembro de 1964.


O ARQUITECTO CHEFE DA REPARTIÇÃO TÉCNICA,
VISTO.

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO,



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

MEDIÇÕES

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	N.º de partes iguais	DIMENSÕES			EXTENSÕES, SUPERFÍCIES, VOLUMES E PESOS	
		Comprimento	Largura	Altura ou espessura	Parciais	Totais
 DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS						
<u>CASTELO E MURALHAS DE CAMPO MAIOR</u>						
<u>OBRAS URGENTES DE CONSOLIDAÇÃO</u>						
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>						
<u>Obras Diversas</u>						
<p><u>Art.º. 1.º.</u>—Levandamento do pavimento sobre o extradorso do arco das Portas da Vila, compreendendo a limpeza dos materiais aproveitáveis e a remoção de entulhos a vasadouro.</p>	1	20,00	5,00			m ² 100,00
<p><u>Art.º. 2.º.</u>—Execução de massame de betão pobre ao traço de 1:4:6, com 7 cm de espessura, e um prévio enrocamento com cascalho e areia seca, compreendendo revestimento com produto betuminoso sobre camada de argamassa.</p> <p style="padding-left: 20px;">Portas da Vila</p>	1	20,00	5,00			m ² 100,00
<p><u>Art.º. 3.º.</u>— Execução de pavimento de macadame, com a espessura de 10cm depois de recalque e brita de 4 a 6 cm, incluindo ensaibramento, rega e cilindramento.</p> <p style="padding-left: 20px;">Portas da Vila</p>	1	20,00	5,00			m ² 100,00
<p><u>Art.º. 4.º.</u>— Construção de alvenaria hidráulica em elevação, em muralhas, com um paramento visto, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3, de acordo com a muralha existente, incluindo andaimes, e a remoção de entulhos a vasadouro, de acordo com as indicações da fiscalização.</p>						

MEDIÇÕES


DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	N.º de partes iguais	DIMENSÕES			EXTENSOES, SUPERFÍCIES, VOLUMES E PESOS	
		Comprimento	Largura	Altura ou espessura	Parciais	Totais
Junto às Portas da Vila e em diversos pontos	1	5,00	4,50	1,70	38,250	
	2	4,00	3,00	1,00	24,000	
	1	3,00	2,70	1,00	8,100	
	1	2,00	2,00	0,50	2,000	
	2	20,00	1,00	0,50	20,000	
	1	10,00	2,00	0,50	10,000	m3
	1	5,00	4,00	1,00	20,000	122,350
<u>Art.º 5.º.-Picar, emboçar, rebocar e guarnecer com massa fina de areia, caiação à esponja a três de mãos de cal, sendo o reboco a argamassa mista de cal, cimento e areia, ao traço de 1:1:6, compreendendo prévios encasques, em paredes e abobada.</u>						
No interior da Porta da Vila	2	6,00	7,00		84,00	
	1,5	6,00	8,00		72,00	
No exterior	2	6,00	5,00		60,00	m2
	2	8,00	5,00		80,00	296,00
<u>Art.º 6.º.-Reparação de molduras de massa e refechamento das juntas de cantaria das Portas da Vila.</u>						
	1					1





DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
 <p>DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS</p> <p><u>CASTELO E MURALHAS DE CAMPO MAIOR</u></p> <p><u>OBRAS URGENTES DE CONSOLIDAÇÃO</u></p> <p><u>CAPÍTULO ÚNICO</u> <u>Obras Diversas</u></p>					
<p><u>Art.º. 1.º.-Levantamento do pavimento sobre o extradorso do arco das Portas da Vila, compreendendo a limpeza dos materiais aproveitáveis e a remoção de entulhos a vasadouro.</u></p>	m ² 100,00	-	30\$00	-	3 000\$00
<p><u>Art.º. 2.º.-Execução de massame de betão pobre ao traço de 1:4:6, com 7 cm de espessura, e um prévio enrocamento com cascalho e areia seca, compreendendo revestimento com produto betuminoso sobre camada de argamassa .</u></p>	m ² 100,00	45\$00	25\$00	4 500\$00	2 500\$00
<p><u>Art.º. 3.º.-Execução de pavimento de macadame com a espessura de 10 cm, depois de recalque e brita de 4 a 6 cm, incluindo ensaiamento, rega e cilindramento.</u></p>	m ² 100,00	2\$20	9\$40	220\$00	940\$00
<p><u>Art.º. 4.º.-Construção de alvenaria hidraulica em elevação, em muralhas, com um paramento visto, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3, de acordo com a muralha existente, incluindo andaimes, e a remoção de entulhos a vasadouro, de acordo com as indicações da fiscalização.</u></p>	m ³ 122,350	150\$00	70\$00	18 352\$50	8 564\$50
<p><u>Art.º. 5.º.-Picar, emboçar, reboçar e guarnecer com massa fina</u> A transportar-----</p>				23 072\$50	15 004\$50

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA

ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTANCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
Transporte----- de areia, caliação à esponja a três demãos de cal, sendo o re- boco a argamassa mista de cal, cimento e areia, ao traço de 1:1:6, compreendendo prévios en- casques, em paredes e abobada.	m2 296,00	12\$00	8\$00	23 072\$50	15 004\$50
Artº. 6º.-Reparação de molduras de massa e refechamento das jun- tas de cantaria das Portas da Vi- la.	1	2 000\$00	4 000\$00	2 000\$00	4 000\$00
				28 624\$50	21 372\$50
MATERIAIS-----				28 624\$50	
MÃO DE OBRA-----				21 372\$50	
SOMA-----				49 997\$00	
4% para administração e fiscaliza- ção-----				1 999\$88	
ARREDONDAMENTO-----				\$12	
				SOMA TOTAL-----	51 997\$00
<p>Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de 51 997\$00-CINQUEN- TA E UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ESCUDOS-, incluindo 4% para administração e fiscalização.</p> <p style="text-align: center;">/ / /</p> <p>Évora, Secção do Sul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 13 de Novembro de 1964</p> <p style="text-align: center;">O ARQUITECTO; <i>[Assinatura]</i></p>					



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Anexo III



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

- PROPOSTA DE AJUSTE PARTICULAR -

O abaixo assinado, construtor civil e residente em Elvas,
declara que de harmonia com as instruções recebidas e a
receber da Direcção dos Monumentos Nacionais, se compromete a executar diversos trabalhos no CASTELO DE CAMPA MAIOR,
até à quantia total de 20.000\$00 e aos preços unitários de:

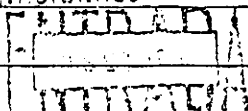
- a)- Demolição de paredes de alvenaria argamassada, incluindo a arrumação do material,.... 20\$00 M3
- b)- Alvenaria argamassada, assente em panos de muralha, incluindo andaimes 180\$00 M3
- c)- Cantaria apicada e assente em cunhais, act. com argamassa hidráulica 600\$00 M3
- d)- Alvenaria argamassada, assente em cortina e merlões, com argamassa hidráulica..... 200\$00 M3
- e)- Remoção de entulhos 20\$00 M3

Meu declara que fornecerá todos os materiais de primeira
quantidade, andaimes, ferramentas, etc. e que se responsabiliza pelo seguro do pessoal operário, sem mais encargos para
o Estado.....

Elvas, em 16 de Setembro de 1942,

(a) João Antonio Ferreira

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS
NACIONAIS



N.º 2267 Fls. 1.º
PROCE 660 N.º

Anexo IV



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
SECÇÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇO DA REPUBLICA

Ordem de Serviço N.º 03526

25-9-42
Ulcas

Comunico a V.Ex.^a. que por despacho desta data, foi aprovada a proposta que acompanhou o seu officio n.º.2376, em que João António Ferreira, se propõe executar diversos trabalhos no Castelo de Campo Maior até à quantia de 20.000\$00.

A BEM DA NAÇÃO

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,
em 19 de Setembro de 1942.

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS
NACIONAIS

21

N.º 2284 Fls. 1
PROCESSO N.º

O Engenheiro Director Geral

Manoel

Exm.º. Enr. Architecto Director dos Monumentos Nacionais

Anexo VI

MONUMENTOS NACIONAIS ORIENTAÇÃO TÉCNICA A SEGUIR NO SEU RESTAURO

I

Ousada é, sem dúvida, a empresa a que o Governo se dedicou a partir de 1926, primeiro pelo Ministério da Instrução Pública e depois de 1929 pelo então Ministério do Comércio e Comunicações, hoje Ministério das Obras Públicas e Comunicações, visando o restauro de todo o nosso Património Artístico Monumental.

A obra realizada nos últimos anos é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva.

E esta obra impunha-se, como uma das mais importantes, dando a todos a certeza de que o nosso Património Artístico e Monumental vai sendo refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII.

A quasi totalidade dos nossos Monumentos estava irreconhecível.

Anteriormente a 1926 as pessoas que, por sensibilidade artística ou por amor à sua terra, olhavam com carinho e respeito os nossos Monumentos, não podiam deixar de sentir um misto de revolta e desolação ao presenciarem o seu permanente desabar, a sua completa ruína. Era, pois, urgente iniciar a obra de salvação, sob pena de tudo se perder irremediavelmente.

E a oito anos decorridos é consolador verificar que uma longa obra foi, na verdade, realizada.

Sem dúvida que uma obra desta magnitude e importância, levada a efeito sem que tivessem sido consultados todos aqueles que se supõem elevados espiritos criticos, altas e imprescindíveis capacidades artísticas, não podia deixar, por parte de alguns, de suscitar criticas, por vezes contraditórias. Outros, então, para reprovarem a orientação seguida, socorrem-se de opiniões, que reputam autorizadas, de sumidades que apresentam como os melhores arqueólogos e criticos de arte, tanto nacionais como estrangeiros, só para poderem afirmar que determinado restauro foi feito à luz de um falso critério artístico e que em determinada obra se deixaram de seguir os preceitos técnicos mais convenientes.

Por isso, se nos afigura que a tese Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro, não podia ser apresentada em momento mais oportuno.

II

E evidente que, fosse qual fosse a orientação a seguir nos trabalhos a executar, sempre essas criticas surgiriam de um ou outro lado.

De resto, tratando-se de um campo de acção em que as polémicas tão férteis são em incidentes, em que cada qual pretende impor o seu conceito, menosprezando o dos outros, é bom de ver que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, através da qual tal obra tem vindo sendo realizada, de modo nenhum podia considerar-se intangível, e, por isso, nem por sombras pretende coarctar o direito de livre critica a quem dele pretenda usar e até...abusar.

Mas seria um crime de lesa-arte se, deixando-se ilaquear pelas peias burocráticas, ou por quaisquer outras, não aproveitasse este momento de renovação nacional para acudir, de pronto, ao nosso Património Monumental, visto que amanhã poderia ser tarde, em virtude de ele ter desaparecido por completo.

E não será difícil demonstrar que a concentração de todas as obras de determinado ramo de construção civil num único organismo do Estado, sem a dispersão dos técnicos especializados que, infelizmente, não abundam, é duma grande eficiência.

E só com esta concentração seria possível, como foi, a realização dos trabalhos produzidos, na parte respeitante a Monumentos Nacionais, a partir de 1929.

E a verdade é que nunca quaisquer desses trabalhos foram executados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sem que houvessem sido precedidos de um meticoloso estudo, baseado nos ensinamentos colhidos pela experiência dos seus técnicos e até nas opiniões daqueles cuja autoridade, na verdade, se impõe.

E de que assim tem sido, é e continuará sendo, aí está a obra produzida a atestá-lo bem alto, de Norte a Sul do País.

Ela oferece-se à contemplação embevecida de artistas e de técnicos, de leigos e de simples curiosos. Mas que sobretudo aqueles que conheciam os nossos Monumentos e o seu deplorável estado antes de 1926 e reclamavam providências no sentido de se lhes acudir, se dêem ao trabalho de os visitar hoje, pois poderão observar de visu como se fez o seu restauro e quais as directrizes que a ele presidiram.

E já que se ousa criticar a orientação seguida não poderemos deixar de, ainda que a traços largos, salientar quais foram essas directrizes antes e depois de 1926, para que o País melhor se aperceba das razões que obrigaram a seguir um e outro critério, tão diferentes eles são.

E como desejamos, com toda a probidade, citar factos concretos, que melhor façam ressaltar essa diferenciação de critérios, na impossibilidade de nos referirmos a todas as obras executadas, escolhemos apenas algumas das que maior valor revestem, quer pela natureza dos trabalhos executados, quer pela importância dos Monumentos em que essa execução teve lugar:

a) SÉ DE LISBOA.

Os trabalhos de restauro realizados antes de 1926 mostram à evidência que não havia, por parte do restaurador, o que pudesse chamar-se um verdadeiro critério artístico. Não tendo sido feitas as indispensáveis pesquisas nem um estudo sério do Monumento, foram possíveis entre outras anomalias as seguintes: a construção de uma agulha em forma de pirâmide, em cimento armado, e as cachorradas das torres da fachada principal; a execução de um vão de janela no braço Norte do Cruzeiro e outro de porta, cuja ornamentação rica em nada se harmoniza com a simplicidade do românico da Sé, como se observa, aliás, nas outras que foram encontradas no mesmo cruzeiro; o lanço de muralha Sul que tinha sido aberto numa extensão de doze metros para que de fora se observasse a charola gótica.

E podem apontar-se ainda, entre outras obras de mau restauro, a entrada do pórtico lateral Norte e o altar exterior da Capela Bartolomeu Joanes; a obra do pórtico da entrada principal que estava pronto a assentar e que ainda se pode observar no pequeno Museu dos Claustros.

O critério seguido depois de 1926, após um consciencioso estudo, tem consistido em eliminar todos os erros antes praticados. Foi assim que a agulha teve de ser demolida; a muralha foi reconstituída; o pórtico principal já se encontra também concluído e executado em conformidade com os elementos descobertos pelas escavações e demolições levadas a efeito no local.

Será ainda demolida a cachorrada das torres de modo que as ameias fiquem à face com o paramento das paredes, como era de uso fazer-se no coroamento das muralhas, visto que somente no principio do século XIV a cachorrada de cantaria veio a aparecer.

O interior da Sé de Lisboa estava também completamente deturpado, com as paredes e as colunas cobertas de estuques e talhas sem valor.

Tudo está sendo reconstituído carinhosamente. E é fácil verificar-se a forma escrupulosa como se procede ao restauro, dispensando-lhe uma cuidadosa atenção para que a obra seja realizada em conformidade com os elementos existentes.

b) MOSTEIRO E IGREJA DE ALCobaça

Erros graves foram também cometidos, antes de 1926, neste interessantíssimo Monumento, pois chegou a ser consentida a demolição de uma das mais belas escadas de puro estilo renascença que ligava o claustro inferior ao superior. E, para cúmulo,

substituiu-se pela actual escada, pura fantasia, com a agravante de se ter cortado um tramo do dormitório, exemplar do estilo românico, único no mundo.

Há-de manter-se esta obra assim, a atestar o desvairamento de uma época, conservando-se mutilada uma das mais belas peças do nosso Património Monumental?

Claro que ninguém, de bom senso, poderá admitir a conservação de semelhante monstruosidade, pois ela não atestaria somente a incompetência daqueles que a fizeram, mas faria crer até na conivência dos que têm a seu cargo a conservação e restauro dos nossos Monumentos, continuando a tolerá-la.

Podemos ainda apontar outros graves erros, tais como a abertura de dois falsos pórticos, em estilo desconhecido, sendo um para acesso a uma escada de serviço e outro que comunica com a sala onde estão os túmulos, além da reconstrução imprópria da cobertura do claustro superior em masseira, sem barrotaria à vista.

As obras já realizadas depois de 1926 mostram que a orientação seguida no restauro dos Monumentos em nada se compara com o critério anteriormente adoptado.

Interiormente a Igreja encontrava-se apenas mutilada e enxertada na sua estrutura geral; mas a charola encontrava-se coberta em toda a sua altura de um retábulo de valor do século XVII.

Neste restauro houve, sem dúvida, hesitação, pois apresentava-se o problema delicado de saber se devia conservar-se o retábulo encobrindo a charola ou antes destruir o retábulo fazendo ressurgir a charola em toda a sua imponência.

Um argumento decisivo fez optar pela segunda solução. A Igreja do Mosteiro de Alcobaça apresentava uma maravilhosa unidade arquitectónica à qual unicamente faltava o seu coroamento - a charola.

E não possuindo Portugal outro Monumento de tanta imponência e tamanha unidade de estilo, desapareceu o retábulo e a Igreja ficou completa.

c) MOSTEIRO DA BATALHA

Nem este grandioso Monumento foi poupado, aos erros graves que foram cometidos antes de 1926. Foi demolida uma porta da época de ligação do claustro com a adega e esta dividida, sem qualquer razão, em armazém e Sala D. Fernando, que comunica com o claustro pela actual porta de estilo desconhecido.

Havia ainda a notar o encaixe do púlpito no pilar de ligação das naves lateral e central com a nave cruzeira e a alteração do pavimento de toda a abside, inutilizando os primitivos altares para dar lugar aos de madeira. Mas hoje pode admirar-se a reconstituição destas últimas obras e ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que o restauro se impõe pelo cuidado e precisão com que foi efectuado.

Há ainda a notar o modo como foi feito o restauro dos imponentes vitrais, que, com uma inconsciência assombrosa, haviam sido substituídos por simples vidraças de cores berrantes, assentes em grossos caixilhos de madeira. Compare-se o vitral restaurado da Casa do Capitulo com as vidraças ainda existentes e ninguém deixará de colher desse cotejo mais um precioso elemento de informação para melhor compreender quão distanciados estão os métodos adoptados antes e depois daquela época, no restauro dos nossos Monumentos.

d) CASTELO DE LEIRIA

Neste Monumento os erros ressaltam mesmo para aqueles que não se têm dedicado ou não têm acompanhado as obras de restauro.

A destacar-se está a construção, na Torre de Menagem, de um alpendre de madeira e telha, que é uma fantasia; a construção de um piso em beton armado num canto da referida Torre, a fim de servir de miradouro e que foi elevada de 2m,5; a cobertura e pavimentos da Torre em beton armado em vez de madeiramento, como era uso na época; construção do pavimento da Alcáçova real em beton em vez de madeira, como se verifica com os elementos existentes nas paredes para a colocação das linhas e barrotaria; a falsa construção de uma escada de acesso à Alcáçova, sem haver qualquer vestígio; a não

menos falsa reconstituição de uma casa medieval de guarda, da qual não há também vestígios.

Nas obras de restauro que estão sendo realizadas não poderá deixar-se de demolir tudo quanto foi executado sem o objectivo de uma reconstituição séria.

e) SÉ DO PORTO

A Sé Catedral do Porto, majestoso edificio de estilo românico da transição, com um belo Claustro Gótico, antes do início do restauro pouco revelava da sua estrutura primitiva.

Nos séculos XVII e XVIII a Sé do Porto, tanto interior como exteriormente, havia sido decorada com numerosa talha sem valor, com estuques, com acrescentos inúteis e afrontosos da estabilidade da primeira traça e sob tudo isto jaziam os primitivos pilares, capitéis, ameias, frestas, abóbadas, enfim todos os elementos construtivos e decorativos da Igreja primitiva.

A obra a realizar era simples à primeira vista: apear-se-iam os acrescentos, retirar-se-ia a talha, picar-se-ia o estuque e ressurgiria, por fim, intacta, a unidade arquitectural da primeira Igreja.

Mas os pilares haviam sido picados para o estuque aderir melhor: os capitéis, as molduras, os frisos, toda a decoração sofrera o mesmo desacato!

Algumas frestas tinham sido alargadas para darem mais luz, outras haviam desaparecido.

Mas felizmente os seus elementos encontraram-se ao apear das paredes, dos vários acrescentos que a igreja suportara.

Pesquisando-se com afinco, foram-se juntando pedras que formavam frestas; ao desmanchar o estuque, apareceram restos de frisos decorativos; ao apear o claustro superior, verificou-se que o pavimento do claustro gótico havia subido; e ao retirar altares das naves surgiu, sepulto sob os ricos azulejos do século XVII que ornamentavam o claustro, o mais valioso achado - uma série de arcadas falsas, iguais às do claustro, circundando-o, e que estavam apenas mutiladas. E ainda, ao dismantelar a escada da porta principal da igreja, apareceram entre os seus alicerces todos os elementos do pórtico primitivo - arquivoltas, capitéis, colunas, frisos, etc.

Com todos os elementos encontrados começou a restauração do Monumento.

Mas para se verificar quanto de seriedade há na obra de restauro, basta citar o exemplo da Galilé lateral barroca, obra do século XVIII, do notável architecto italiano Nozonni, que ficará intacta, atendendo a que o critério restaurador seguido não é o de demolir a esmo as construções de valor artistico existentes, mas sim manter e reparar aquelas que estão nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, quer se encontrem independentes, quer se achem, como no caso da Galilé, ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.

f) IGREJA DE CEDOFEITA DO PORTO

Antes do início do restauro estava a Igreja circundada por um amontoado pobre de dependências em péssimo estado de conservação, ameaçando ruína próxima e portanto a sua desapareição completa.

Foi a obra iniciada desafiando a Igreja dos acrescentos, tendo-se realizado uma importante obra de consolidação. Tornou-se necessário apear a capela-mor, cuja abóbada, devido ao desaprumo das paredes laterais, corria grave risco de derrocada.

E, ao apear as paredes, apareceram sob espessa camada de cal as arcadas falsas e as frestas primitivas da capela, as primeiras das quais quasi intactas nas paredes laterais, mas na parede testeira só com leves mas definidos indícios.

As frestas apenas alargadas conservando, porém, intactos uma ombreira, o peitoril e as primeiras aduelas do arco.

Ao levantar-se de novo a capela-mor com todas as pedras primitivas, que houve o cuidado de colocar no lugar que inicialmente ocupavam, todos aqueles elementos se valorizaram e enriqueceram o Monumento que parecia extraordinariamente singelo.

Identicamente se procedeu na "DOMUS" de Bragança, obra aliás de fácil solução, atendendo a que a estrutura geral se mantinha intacta e apenas alguns pormenores tinham sido alterados ou mutilados.

Não obstante isso e apesar de constantes viagens efectuadas nestes últimos dezasseis anos pelos técnicos que tinham a seu cargo o restauro dos Monumentos, nada se tinha feito a favor dessa jóia, única de Portugal, pois só agora nos é dado admirá-la em toda a sua plenitude de beleza.

A mesma orientação foi seguida com tantos outros monumentos em que se têm efectuado obras de restauro ou de conservação.

Para não nos alongarmos demasiadamente, limitar-nos-emos a citar a Sé de Silves, o Castelo de Óbidos, a Igreja de S.ta Clara de Santarém, a Sé de Coimbra, as Igrejas de S.ta Clara-a-Velha de Coimbra, Lourosa, Leça do Bailio, S.ta Clara de Vila do Conde, Cete, Paço de Sousa, Travanca, Ferreira, Roriz, Bravães, o Castelo de Guimarães, as Igrejas de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães, S. Frutuoso em Braga, Matriz de Caminha e outras mais.

E é essa mesma orientação que tem de imprimir-se, necessariamente, às obras a efectuar ainda, pois o critério a seguir na obra do restauro dos nossos Monumentos ressalta claramente da descrição indicada e não pode deixar de consistir senão em proceder-se sempre, antes do inicio de quaisquer trabalhos, a um exame minucioso do estado do Monumento e das possibilidades de uma restauração solidamente baseada em elementos que não ofereçam dúvidas.

Seguidamente apeiam-se os acrescentos inúteis e reparam-se as mutilações sofridas. E para reconstituir qualquer janela, fresta, coluna, capitel, etc., para os integrar no carácter architectónico do Monumento, obedece-se sempre e rigorosamente aos elementos obtidos durante as pesquisas e que serviram de base ao estudo do restauro. Por isso não podemos deixar de chegar às seguintes conclusões:

1) IMPORTA RESTAURAR E CONSERVAR, COM VERDADEIRA DEVOÇÃO PATRIÓTICA, OS NOSSOS MONUMENTOS NACIONAIS, DE MODO QUE, QUER COMO PADRÕES IMORREDOUROS DAS GLÓRIAS PÁTRIAS QUE A MAIORIA DELES ATESTA, QUER COMO OPULENTOS MANANCIAS DE BELEZA ARTÍSTICA, ELES POSSAM INFLUIR NA EDUCAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS, NO DUPLO E ALEVANTADO CULTO DE RELIGIÃO DA PÁTRIA E DA ARTE:

2) O CRITÉRIO A PRESIDIR A ESSAS DELICADAS OBRAS DE RESTAURO NÃO PODERÁ DESVIAR-SE DO SEGUIDO COM ASSINALADO ÊXITO, NOS ÚLTIMOS TEMPOS, DE MODO A INTEGRAR-SE O MONUMENTO NA SUA BELEZA PRIMITIVA, EXPURGANDO-O DE EXCRESCÊNCIAS POSTERIORES E REPARANDO AS MUTILAÇÕES SOFRIDAS, QUER PELA ACÇÃO DO TEMPO, QUER POR VANDALISMO DOS HOMENS:

3) SERÃO MANTIDAS E REPARADAS AS CONSTRUÇÕES DE VALOR ARTÍSTICO EXISTENTES, NITIDAMENTE DEFINIDAS DENTRO DE UM ESTILO QUALQUER, EMBORA SE ENCONTREM LIGADAS A MONUMENTOS DE CARACTERES ABSOLUTAMENTE OPOSTOS.

HENRIQUE GOMES DA SILVA

Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Tese apresentada no I Congresso da União Nacional

(In Boletim MONUMENTOS, Igreja de Leça do Bailio, DGEMN, nº 1, Setembro de 1935)

Anexo VII

O CASTELO DE S. JORGE

Portaria de 29 de Agosto de 1938, Diário do Governo n.º 203-II Série de 1/9/1938

O Castelo de S. Jorge, o mais antigo Monumento de Lisboa, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso Património de glória, merece incontestavelmente que se dignifique, desafrontando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos.

Nele pousaram, deixando, com o sinal da sua arte construtiva, a recordação dos seus feitos, fenícios, romanos, árabes, godos e os primeiros portugueses da conquista. A lenda e a história, tanta vez entretecidas, revestem-lhe os muros veneráveis e, como em nenhum outro, paira sobre eles uma auréola de prestígio histórico. Perdida a sua função militar, esvaziado da corte, que ali teve a sua residência, tornado sucessivamente em Paço dos alcaides-mores de Lisboa, presidio e aquartelamento de tropas, foi-se obliterando o seu aspecto, alterando a sua fâcies monumental e, absorvido por construções sem estilo nem carácter, chegou aos nossos dias totalmente transmudado e quasi irreconhecível.

O Governo da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência reunidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em toda a sua expressão militar, numa tentativa de recomposição histórica em que todos os portugueses se vão decerto empenhar, uns com o seu trabalho, outros com o seu conselho e todos com o seu amor pátrio.

Não é fácil a obra. A série de problemas que ela envolve, a complexidade de que se reveste, o interesse nacional que possui são tudo razões para a tentar e fontes de energia para a realizar. O Governo, cónscio de que cumpre um dever nacional e de que nesta reintegração vai levantar o melhor monumento à memória de D. Afonso Henriques, intenta-a, contando de antemão com o aplauso do País.

Os problemas jurídicos levantados pelas posses legítimas e ilegítimas dos edifícios e terrenos pertencentes aos recintos civil e militar do Castelo de S. Jorge, os problemas de história e de arqueologia que existem e que irão evidenciar-se durante os trabalhos de demolição das obras dos Séculos XVII e XVIII e no decorrer da reintegração das muralhas e torres, os de engenharia que se tornará necessário ter na maior atenção, para a segurança das construções e para a demarcação do terreno circulante a estabelecer como zona de protecção, os de ordem artística que visam aos estilos, as perspectivas e aos panoramas, os de turismo que há que considerar para exposição, propaganda e aproveitamento económico da obra e ainda o problema de um acesso fácil e rápido ao Monumento assim dignificado terão de ser estudados com cuidado, proficiência e dedicação exemplares, ao lado de outros muitos que acessoriamente hão-de aparecer nos indispensáveis trabalhos de urbanização a executar para o enriquecimento turístico dos recintos civil e militar do monumento.

Houve de começar-se por ordenar a execução da planta rigorosa e pormenorizada da extensa e acidentada zona abrangida pelo Castelo de S. Jorge, com a sua emaranhada teia de vielas e construções de toda a natureza, muralhas e socalcos, trabalho este agora concluído.

Isto posto e atendendo à urgência e necessidade de realização dos estudos preliminares indispensáveis e das obras preparatórias essenciais para que sobre os ensinamentos colhidos se possa elaborar um plano definitivo de reintegração e urbanização do Castelo de S. Jorge:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que tais estudos e trabalhos sejam feitos, orientados ou dirigidos por uma Comissão constituída pelo Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Engenheiro Henrique Gomes da Silva, como Presidente, e pelos Vogais Engenheiro Arqueólogo Augusto Vieira da Silva, Arquitecto Baltazar da Silva Castro, Arqueólogo Gustavo Adriano de Matos Sequeira, Engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira,

Arquitecto Joaquim Santiago Areal e Silva e Licenciado em Direito José Maria de Albuquerque da Costa Brandão.

O Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, proporá o que julgar necessário para que à Comissão sejam dados os meios necessários ao desempenho da sua missão e promoverá que até 30 de Novembro de 1938 seja apresentado ao Governo um relatório sobre as grandes linhas do plano de obra a realizar.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 29 de Agosto de 1938. - (a) Duarte Pacheco.

(In Boletim MONUMENTOS, Castelo de S. Jorge, DGEMN, nºs 25 e 26, Setembro e Dezembro de 1941)

Anexo VIII

MONUMENTOS NACIONAIS

Não se pode dizer que onde quer que se encontre civilização, os homens manifestem sempre o mesmo respeito e os cuidados de conservação que os monumentos de passadas épocas nos devem merecer. Mas, pelo contrário, bem podemos afirmar que sem verdadeira cultura não pode existir apreço suficiente dos monumentos históricos que garanta a sua boa conservação.

Interesse expendido em torno de obras de arquitectura antiga e uma actividade resultante de aquisições culturais dos tempos modernos. Isto é dizer que algumas civilizações antigas passavam sem esta manifestação de carácter artístico ou de sentimento histórico. Ainda na vida de Rafael e de Michelângelo, numa época a que se não pode atribuir falta de cultura, o arruinado Teatro de Marcelo em Roma servia de pedreira, fornecendo o material para a construção do Palácio Farnese e de outras obras, aliás bellissimas. O próprio Bramante, dos artistas mais representativos do Renascimento, mereceu dos contemporâneos certa alcunha pela sem-cerimónia com que dispunha dos edificios da Antiguidade; e ainda há cerca de meio século, entre nós, era demolida sem protestos a esplêndida, imponente frontaria de St.º Antão, de cujos despojos se foi compondo o edificio da Escola Médica de Lisboa, que, infelizmente, nem por isso herdou as nobres qualidades da bela arquitectura jesuítica.

A complexidade do sentimento que monumentos architectónicos antigos despertam em nós, tem tanto de respeito histórico, como de interesse artístico. Mas este respeito histórico não implica necessariamente sentimentos nacionalistas.

Os Franceses no protectorado de Marrocos têm conservado respeitosa e com o melhor critério, todos os monumentos de origem portuguesa que encontram, para cuja construção aquele povo não havia metido prego nem estopa. Nos antigos tempos, nesse mesmo país, os sultões de uma nova dinastia por vezes procuravam destruir quanto pudessem da obra architectónica dos seus antecessores rivais, valendo a grande solidez com que algumas construções haviam sido executadas para escaparem a tão injusta sanha. Naqueles tempos confundia-se a politica com a Arte da arquitectura ou do urbanismo.

Conservação de monumentos é essencialmente uma preocupação de ordem cultural. Se esta actuação se baseia em grande parte no interesse histórico, ela é, acima de tudo, problema artístico que envolve sentimento agudo da arquitectura de todos os tempos e compreensão sentimental da Natureza ou dos valores pictóricos.

Mas, ao contrário do que muitas pessoas pensam, o cuidar de obras de Arte do passado, nomeadamente dos monumentos de arquitectura, à parte os motivos de ordem histórico-científica, não é um simples sentimento ou devaneio romântico, é um prolongamento que se estende às obras de épocas passadas; é mais um modo de perscrutar a alma de gerações idas, nas suas manifestações espirituais; é a maneira de ampliarmos o instrumental das nossas evocações, tão estimulantes, tão deleitosas. O espirito humano, não podendo desvendar ou antegozar o que será a Arte no futuro, volta-se para o passado, repositório inesgotável de impressões e de estímulos. Pobre de quem o não sinta!

A Arte de conservar os monumentos não podia deixar de se tornar bastante complexa. Conservar é o resultado de considerações da mais variada espécie: interesse histórico, arqueológico ou architectónico, pictural, simplesmente sentimental. Razões de ordem secundária também influem - circunstâncias práticas ou económicas. Por vezes é tão importante o monumento em si como o quadro geral em que ele, se situa, quantas vezes a paisagem mais interessante que a obra do Homem. Mas, as mais das vezes é o conjunto de elementos - architectónicos, paisagísticos, pinturescos, sentimentais, que é preciso respeitar. Por isso, o cuidar dos monumentos não pode ser obra de um arqueólogo ferrenho, de um técnico despótico, de um pintor, nem mesmo de um poeta... O conservador de monumentos antigos há que participar de todas estas qualidades e a sua

tarefa é cheia de subtilezas, só havendo, para a complexidade dos problemas, soluções de compromisso.

Quem se atreveria hoje a despir a charola dos Templários em Tomar dos ouropéis que D. Manuel lhe acrescentou? Quem teria a audácia de propor a substituição da capela-mor dos Jerónimos por nova obra, ainda que aparecesse agora o respectivo risco primitivo? A noção perigosa do reintegrar já causou grandes prejuízos artísticos, grandes danos na sensibilidade da gente. Admitamos que Viollet-le-Duc no seu tempo nutrisse uma ideia do restaurar diferente da dos nossos dias, o que nunca lhe perdoaremos é que da sua concepção do restauro dos monumentos houvesse resultado uma tal baralha de verdade e artifício que nos destruiu para todo sempre não poucas fontes de profunda emoção.

Artisticamente, os monumentos são jóias engastadas na paisagem ou nos centros urbanos; documentalmente, são focos de interesse que guardam os arcanos da História. Menosprezar estes testemunhos do passado, seria ter a noção mesquinha de que o presente é um momento desligado das épocas que nos antecederam, seria encarar com uma indiferença animalesca as gerações que atrás de nós não-de vir.

Castelos altaneiros, nos montes ou sobranceiros ao mar, praças fortes e bastiões, em torno dos quais se firmou a nossa nacionalidade; sés, igrejas e ermidas, impregnadas dos anseios místicos de geração após geração; velhas pontes de enxilharia honesta, por onde passou o tropel dos guerreiros e a multidão do povo que seguia caminho das feiras e romarias; palácios e simples casas, torres e pelourinhos - cada monumento tem a sua alma particular, é um caso especial. Não há código que abranja a totalidade dos problemas que se oferecem ao conservador; por isso, este não é um simples profissional, não é apenas um técnico, não basta ser uma pessoa inteligente, - há que ter uma vocação e uma capacidade, e, pois que os monumentos sofrem dano no seu poder evocatório e na sua resistência à acção dos tempos, aquele que à sua conservação se dedica tem de ser simultaneamente médico e cura de almas, - médico para ministrar os tratamentos de que o monumento enfermo necessita, cura atento para perscrutar a alma das gerações que erigiram a obra e a foram afeiçoando, à sua maneira e com maior ou menor felicidade, no rodar dos séculos.

Assim como o arquitecto, também o conservador sacerdote há-de ter as suas sete lâmpadas, as sete lâmpadas do Ruskin, à luz das quais cumprirá a missão que o destino lhe impôs: a lâmpada da probidade, a da proficiência, a do respeito, a lâmpada da verdade, as da estese e do entusiasmo, e a do sacrificio, que é o abandono das próprias preferências, o renunciamento à exibição pessoal...

A conservação dos monumentos que mereceram a classificação de nacionais é uma obra indispensável de cultura, que prestigia a Nação.

(In *MONUMENTOS, 1932-1947, 15 Anos de Obras Públicas*, DGEMN, 1948)

Anexo IX



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Ministerio
das
Obras Publicas e Comunicações

Direcção Geral
dos
Edifícios e Monumentos Nacionais

Repartição Central

C O P I A

SERVIÇO DA REPUBLICA

Ordem de Serviço nº. 5.809

Tornando-se necessario continuar as obras de restauro de S. Fructuoso, digne-se V. Ex^a. informar quantos dias necessita para a sua visita a Hespanha e bem assim quando deseja efectuá-la, a fim de fazer o estudo de outros Monumentos da mesma epoca.

A Bem da Nação

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em
9 de Dezembro de 1935.

O ENGENHEIRO DIRECTOR GERAL

(a) Henrique Gomes da Silva

Snr. Director dos Monumentos Nacionais do NORTE-

Reg^a. 984
Fls. 97-L.3
11/12/1935

(O original está junto ao
processo da Igreja de S.
Fructuoso. - Braga)

Anexo X

DGEMN/DREMS - DESIGNAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NAS FORTIFICAÇÕES DO DISTRITO DE PORTALEGRE (1953 - 1974)

ANOS	REPARAÇÃO	CONSERVAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO	RECUPERAÇÃO	VALORIZAÇÃO	RESTAURO	RECONSTRUÇÃO	DEMOLIÇÃO	REINTEGRAÇÃO
1953									
1954	1					1			
1956			1						
1957			1						
1958	1		2						
1959	1								
1960	1		1						
1961			2						
1962	1		3	2					
1963	1		2	1					1
1964			2	1					
1965			3	1		1			
1966			4						
1967			3	1		1		1	
1968			1	2		1			
1970						1			
1971				2	1	1		1	
1972			2	3	1	2			
1973				1		2			
1974				1	1			1	
TOTAIS	6	27	16	1	3	10	1	2	1

Anexo XI

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

Concurso

Elaboração do Projecto de Remodelação do Edifício

Palácio do Vimioso

Universidade de Evora - Ministério da Educação e Cultura

CURRICULUM

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome - Rui Ângelo do Couto

Profissão - Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa, com a
classificação final de 17 valores, conforme diploma de 21 de
Abril de 1944.

Data de nascimento - 3 de Agosto de 1917.

Nacionalidade - Portuguesa

II - QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Associação dos Arquitectos Portugueses - Sócio nº. 310;
- Funcionário da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
na qual exerceu os seguintes cargos:
 - De 21-5-52 a 20-7-67, Arquitecto de 3ª. classe;
 - de 21-7-67 a 31-8-68, Arquitecto de 2ª. classe;
 - de 1-9-68 a 26-12-72, Arquitecto de 1ª. classe;
 - de 27-12-72 a 30-6-79, Arquitecto Chefe;
 - de 1-7-79 a 17-8-80, Arquitecto Principal;
 - de 18-8-80 a 3-1-81, Arquitecto Assessor;
 - de 4-1-71 a 3-8-87, Arquitecto Director dos Serviços Regionais
de Monumentos do Sul.

III - LOUVORES

- Por Portaria de 16-12-59, publicada no Diário do Governo nº. 298 -

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tct. 22010

- II Série, de 23-12-59 - "Rui Angelo do Couto, Architecto de 3ª. classe, em serviço na Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, - louvado pela exemplar dedicação e notável competência com que tem serviço as suas funções, desempenhando-se sempre de forma a tornar-se credor do apreço e reconhecimento não só dos seus chefes como das entidades públicas e particulares que tem contactado com o serviço público a seu cargo".
- Louvor da Câmara Municipal de Beja, de 1-6-81, pelos serviços prestados para conservação da Torre de Menagem do Castelo de Beja.
- Louvor da Câmara Municipal de Évora, de 28-12-60, pela "actuação no restauro do Palácio de D. Manuel; construção do Posto de Turismo; recuperação do Largo dos Colegiais; recuperação do Largo Alexandre Herculano; recuperação da Torre de Coelheiros; projecto da Horta dos Soldados e sua ligação ao Jardim Público de Évora; projecto de restauro do Convento da Graça; arranjo do Largo de S. Vicente; projecto e obras da Igreja do Espírito Santo e Convento dos Loios; obras no Convento de S. Bento de Castris e no Palácio dos Condes de Basto, além de pareceres dados que salvaguardam o património arquitectónico da cidade de Évora".
- Offício do Governo Civil do Distrito de Évora, de 7-12-59, dirigido ao Senhor Ministro das Obras Públicas, e no qual se afirma o reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos nos Castelos de Arraiolos, Monsaraz, e Montemor-o-Novo; Igreja e Anta de Pavia; Muralhas, Convento de S. Francisco e dos Congregados em Estremoz; Convento dos Agostinhos em Vila Viçosa; Castelo e Igreja Matriz de Viana do Alentejo; Projecto dos bairros de pobres em Évora; obras de urbanização do Largo dos Colegiais e do Largo Alexandre Herculano, em Évora; Restauro do Palácio dos Condes de Basto; e restantes projectos e obras nos restantes imóveis classificados do Distrito de Évora.

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

- Medalha Naval Comemorativa do 5º. Centenário da Morte do Infante D. Henrique, concedida por despacho de 23 de Agosto de 1960, do Senhor Ministro da Marinha, relativamente aos projectos e trabalhos executados quando das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no Distrito de Faro e em especial em Sagres e Lagos.
- Louvor de 30-7-87, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

IV - ARQUITECTO CONSULTOR DAS SEGUINTEs CÂMARAS

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, até 1960;
- Câmara Municipal de Estremoz, até 1976;
- Câmara Municipal de Beja, até 1978;
- Câmara Municipal de Évora, até 1974.

V - PROJECTOS E TRABALHOS REALIZADOS

- 1 - Para a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - desde 1952 a 1987

Projectos de recuperação, conservação e aproveitamento da maior parte dos Imóveis Classificados de Monumento Nacional, ou Imóveis de Interesse Público, nos Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, tendo especial importância, os seguintes:

No Distrito de Portalegre - Recuperação e aproveitamento para auditório da antiga Igreja de S. Francisco de Portalegre; recuperação das três torres do antigo Castelo de Portalegre; recuperação da Igreja e Claustros do antigo Convento de S. Bernardo; recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção em Arronches; conservação da Igreja da Ordem de Avis, em Avis; recuperação da Igreja Matriz de Campo Maior; recuperação da Torre de Menagem do Castelo de Castelo de Vide e de vários troços de muralha; recuperação parcial do Mosteiro da Flôr da Rosa; recuperação da Igreja Matriz do Grato; recuperação da Igreja de S. Pedro de ...

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

de S. Pedro de Elvas; recuperação das Igrejas das Domínicas e dos Domínicos em Elvas; obras de conservação no Forte da Graça, Forte de Santa Luzia, Aqueduto da Amoreira e muralhas de Elvas; obras de conservação na Sé de Elvas.

No Distrito de Évora - Obras de conservação no Castelo de Alandroal, Capela da Boa Nova de Terena; obras de recuperação na Fortaleza de Juro-menha; obras de recuperação no Castelo de Arraiolos, muralhas de Borba, Templo Romano de Évora, Sé de Évora, muralhas de Évora e Igreja de S. Francisco; Projecto e obras de adaptação do Convento dos Loios a Pousada, em Évora; obras de conservação na Ermida de S. Braz, Conventos de S. Bento de Cidre, do Calvário, de Santa Clara, torre do Convento do Salvador, muralhas de Évora e Aqueduto da Prata; recuperação do Chafariz da Praça do Giraldo, em Évora.

Obras de conservação e recuperação na Capela de Nossa Senhora dos Mártires, Igreja de S. Francisco, Caastro da Misericórdia, muralhas em Estremoz e muralhas do Castelo de Evoramonte; Recuperação e adaptação da Alarcova do Castelo de Estremoz a Pousada.

Obras de conservação nas muralhas do Castelo de Montemor-o-Novo.

Obras de conservação e recuperação na Igreja Matriz de Pavia, Anta de Pavia, Torre das Águias e Igreja Matriz de Brotas.

Obras de conservação e recuperação no Castelo de Mourão, Castelo de Portel, Igreja de Vera Cruz de Marmelar, Castelo de Monsaraz, Igreja de Monsaraz, muralhas de Vila Viçosa, Igrejas de S. Bartolomeu e da Conceição em Vila Viçosa.

No Distrito de Beja - Obras de conservação e recuperação na Igreja da Misericórdia, Capela das Candeias, Castelo, Ermida de S. Sebastião, em Alvito; Recuperação da Igreja de Santa Cruz, em Almodovar; Recuperação parcial do Castelo de Noudar, em Barrancos; Conservação e recuperação

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

da Igreja de Santa Maria da Feira, Igreja de Santo Amaro, Igreja da Misericórdia, Muralhas, Ermida de Santo André, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Sala dos Túmulos do Convento de S. Francisco, em Beja; Recuperação do Castelo de Beja e adaptação do Castelo a Museu Militar; Obras de conservação no Castelo e Igreja Matriz de Mértola; Obras de conservação na Igreja de S. João Baptista, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de S. Pedro, muralhas do Castelo de Moura. Obras de recuperação e conservação no Castelo e Muralhas de Serpa, Aqueduto e Igreja de S. Francisco de Serpa e Ermida de Santa Clara na Vidigueira.

No Distrito de Faro - Obras de conservação e recuperação no Castelo de Castro Marim, ruínas de Estoi, Arco da Vila e Muralhas de Faro, Sé Catedral de Faro; Igreja de Santo António, Igreja de S. Sebastião, Forte da Bandeira, Muralhas do Castelo de Lagos e Igreja da Luz de Lagos; Obras de conservação e recuperação das Muralhas e Castelo de Loulé, Igreja Matriz de Loulé, Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Loulé; vedação dos Monumentos de Alcalar e Estação Romana de Abicada, no concelho de Portimão; Obras de conservação e recuperação na Sé Catedral de S. Silves, Castelo, Cruz de Portugal, Igreja da Misericórdia e Ermida de Nossa Senhora dos Martires em Silves, Igreja de S. Bartolomeu de Messines; Obras de conservação e recuperação nas muralhas do Castelo de Tavira, Forte do Rato em Tavira, Igreja da Misericórdia e Igreja de Santa Maria em Tavira; recuperação da Igreja Matriz de Vila do Bispo, Torre e Muralhas de Sagres, Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe na Raposeira, Fortaleza de Belixe e Restos do Forte de S. Vicente.

Neste Distrito, além destes trabalhos, foram executados os projectos e obras respeitantes às Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

2 - Para a Câmara Municipal de Évora

Recuperação dos Largos dos Colegiais e de S.Tiago; recuperação da Antiga Horta dos Soldados, harborização e sua ligação ao Jardim Público; execução da parte artística do projecto de iluminação festiva dos principais monumentos de Évora, cuja parte técnica foi executada pelo Senhor Engenheiro Lopes Rodrigues; apreciação e pareceres sobre os projectos apresentados à Câmara Municipal de Évora, no sentido de salvaguarda das características da cidade; execução de vários projectos para conjuntos de casas de características sociais; projecto de um lavadouro para Azaruja; recuperação da Torre de Coelheiros e sua adaptação a Junta de Freguesia; arranjo do Largo de S. Vicente.

3 - Para o Senhor Conde de Vilalva

Recuperação e adaptação do edifício do antigo Tribunal da Inquisição, situado em frente ao Museu de Évora, a Estudos Superiores de Évora; Recuperação do Palácio dos Condes de Basto, em Évora.

4 - Para a Casa Cadaval

Recuperação da Igreja dos Loios e adaptação de umas divisórias do 1º. piso da Torre das Cinco Quinas a Museu.

5 - Para o Ministério da Justiça

Projectos de três moradias para Magistrados em Évora; projectos de duas moradias para Magistrados em Arraiolos; Recuperação e adaptação de um edifício situado no Largo das Alterações a Tribunal da Relação.

6 - Para a Câmara Municipal de Beja

Projecto do Tumulo para Sua Exª. Revª. o Bispo de Beja, D.José do Patrocínio Dias; Execução do projecto da Escola Primária do Salvador em Beja; arranjo envolvente da Torre de Menagem e Castelo de Beja;

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

Recuperação de várias dependências no interior do Castelo de Beja, para Museu Militar; Arranjo da ligação entre a Igreja da Misericórdia ao Arco do Repouso; Arranjo do Bairro das Portas de Mértola; Arranjo dos Largos dos Duques de Beja e junto à Junta Distrital.

7 - Para o Banco Totta & Aço

Projectos da Agências de Viana do Alentejo, Pegões, Serpa e Évora.

8 - Para a O.S.M.O.P.

Projecto da Delegação de Évora.

9 - Para o Departamento Regional da Secretaria de Estado do Emprego, em Évora

Projecto de remodelação do edificio da Quinta das Glicíneas, em Évora.

10 - Para a Companhia de Seguros Metropole

Projecto da Agência de Évora.

11 - No Distrito de Évora

- Projecto da moradia para o Senhor João Paim, em Évora;
- Projecto de estabelecimentos, na Rua de Serpa Pinto, outra no Largo Camões e outra "Pronto a Vestir", em Évora;
- Projecto de moradia no Alto de S. Bento, em Évora, para o Senhor Manuel Piçarra.
- Projecto de moradia, na Rua dos Penedos, para o Dr. Helder Gaspar. Aprovado, aguardando execução;
- Projecto de adaptação de um edificio na Rua Cinco de Outubro, em Évora, para Albergaria, para a Sociedade Instrutiva Regional Ebo-
rense;
- Projecto de recuperação da Casa do Cabido da Arquidiocese de Évora;
- Projecto de uma moradia e anexo a construir na Quinta da Ordem Ter-

nal na Rua Camões - Évora, para o Sr. Joaquim Belas

RUY COUTO

ARQUITECTO - Av. D. Leonor Fernandes, nº 118 - 1º - ÉVORA - Tel. 22010

aprovação;

- Projecto de moradias geminadas para o lote nº. 158 do Bairro dos Três Bicos, em Évora. Projecto aprovado.
 - Loteamento em Évora, para o Senhor Caxias, no Bairro à Saída de Évora para S. Miguel de Machede.
 - Pedestal do monumento da Pu eia Hortensia de Castro, em Vila Viçosa;
 - Projecto do estabelecimento "Bararte" - Bar e venda de objectos artisticos, na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Arraiolos, para o Sr. Dr. Barbosa Correia.
 - Projectos de casas para funcionários, para a Empresa "Finagra", na Herdade do Esporão, em Reguengos.
- 12 - Para a Câmara Municipal de Estremoz
- Projecto de recuperação da Igreja dos Congregados, de Estremoz;
 - Chafariz e Bebedouros para a cidade de Estremoz;
 - Moradia para o Dr. Correia de Sá, nos Arcos;
 - Moradia para o Sr. Pacheco, em Estremoz;
 - Projecto de recuperação para rendimento de um prédio situado no Rossio Marquez de Pombal, em Estremoz, para a Santa Casa da Misericórdia de Estremoz
- 13 - Para a Câmara Municipal de Portalegre
- Projecto de adaptação do Convento de Santa Clara, de Portalegre, a Centro Cultural da cidade.
- 14 - Para a Câmara Municipal de Castelo de Vide
- Arranjo do Adro da Igreja Matriz de Castelo de Vide.

Évora, 23 de Novembro de 1989

Projeto de Engenharia do Alcaide-Mor da Praça

PIV H 13
Nº 20: P-4
P-9
Nº 22

PLANTAS

DOS BALUARTEES.

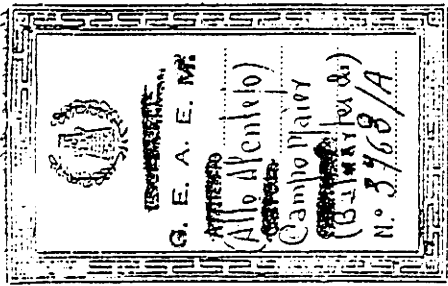
DA PRAÇA DE CAMPO MAIOR

Reedificados em 1815.

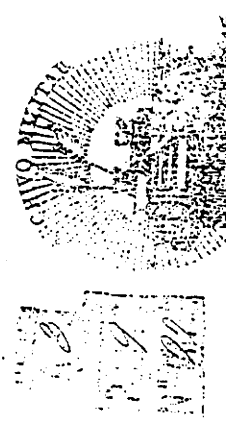
45

~~H 13~~
N

Nº 177



Campo Maior (Baluartees de)



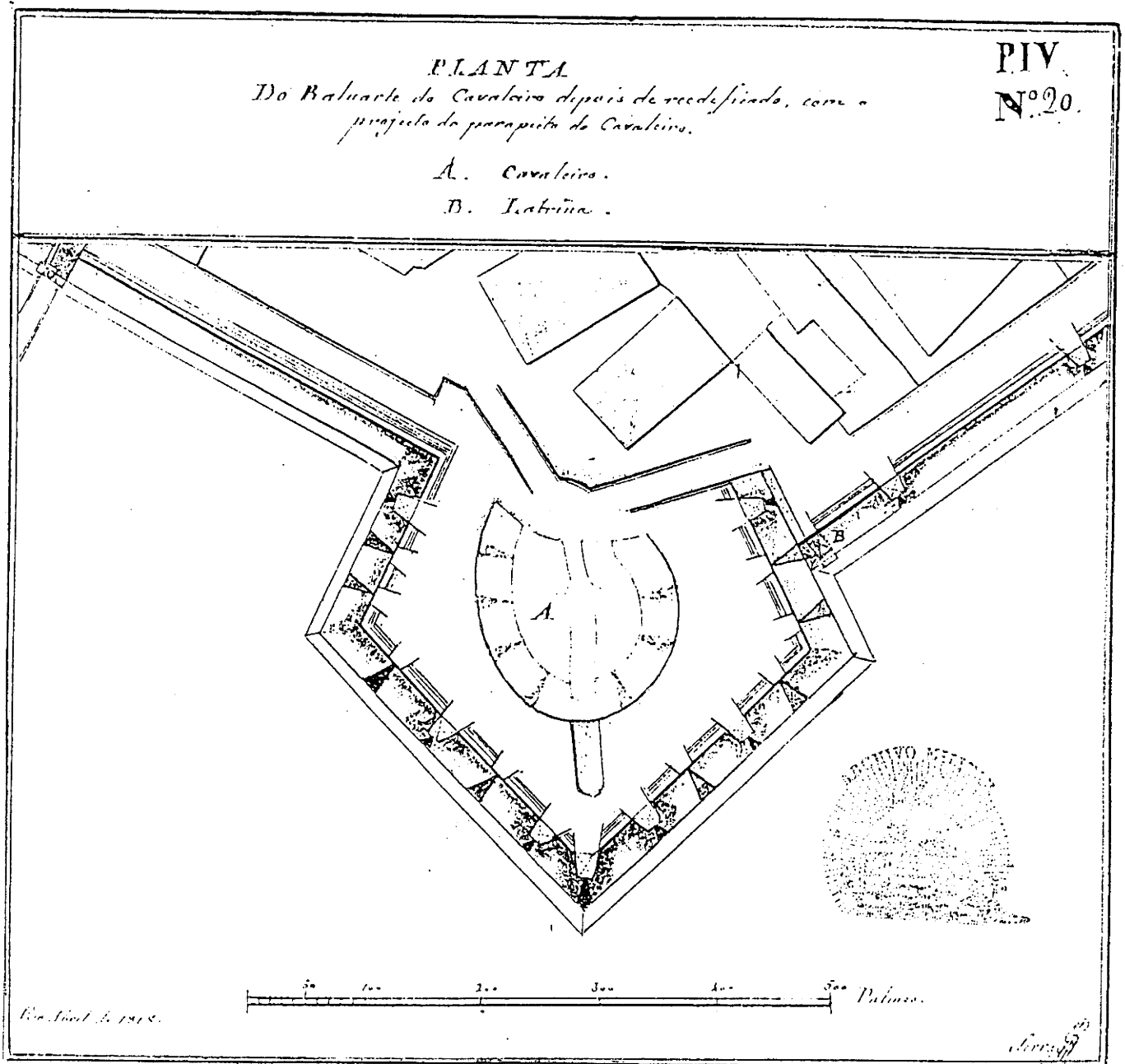
Handwritten notes and signatures

3768/A - 2 - 17A - 25

At. Engenharia do Alcaide-Mor

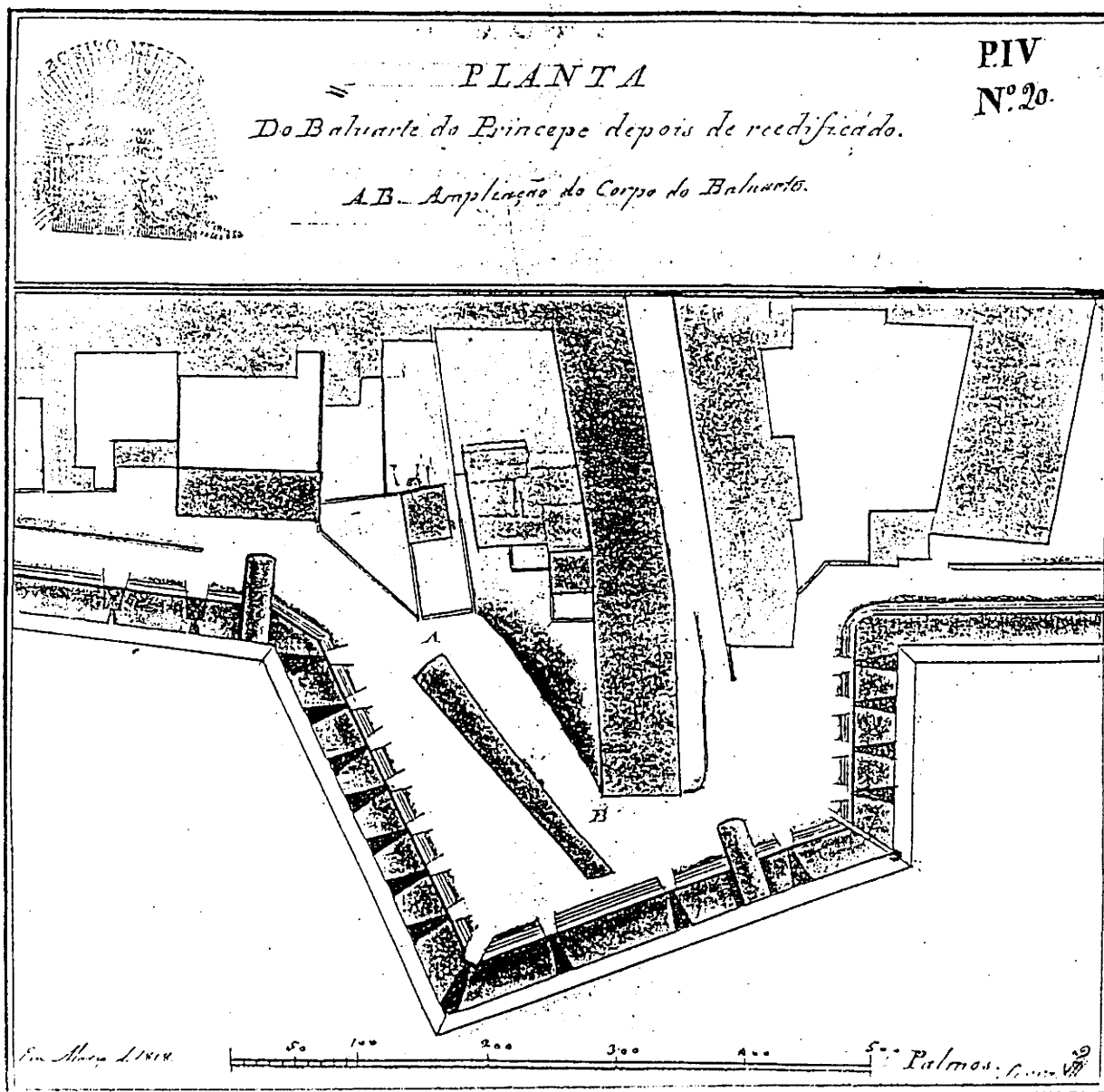
Plantas dos baluartes da Praça de Campo Maior reedificados em 1815 (Capa)
 Direcção dos Serviços de Engenharia
 GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

Anexo Xlla

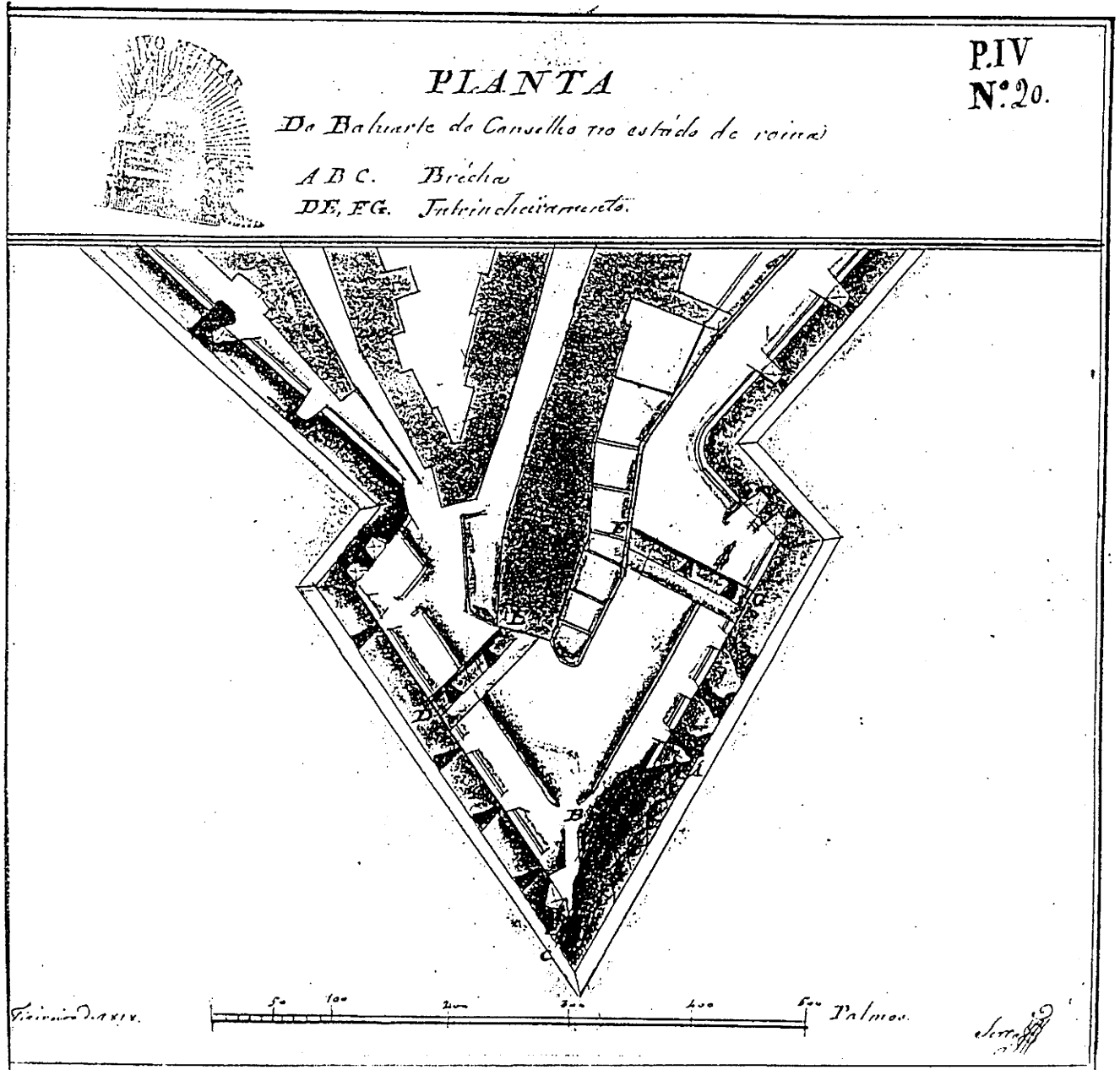


Campo Maior. Planta do Baluarte do Cavaleiro depois de reedificado, com o projecto do parapeto do Cavaleiro
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

Anexo XIIIb

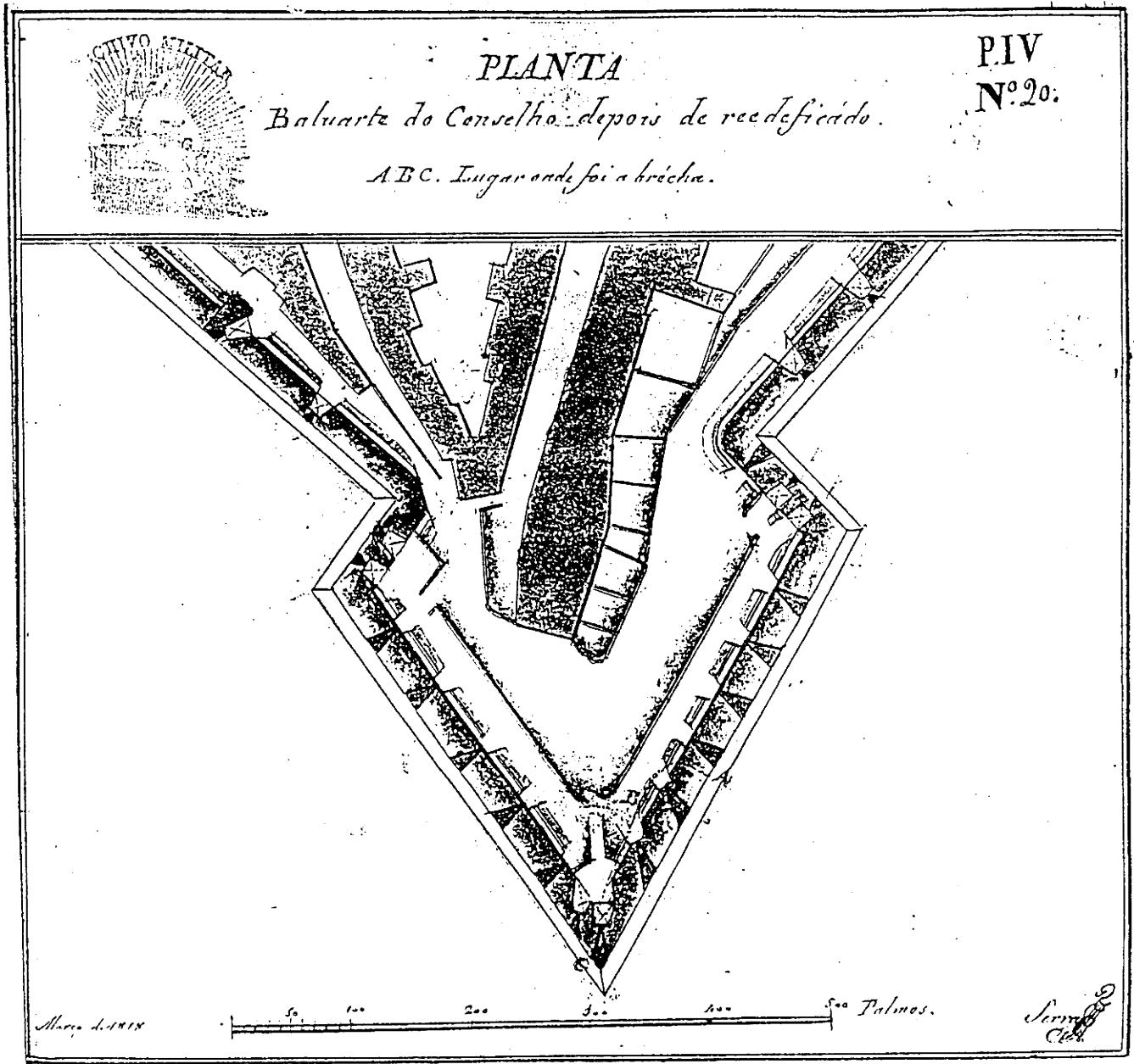


Campo Maior. Planta do Baluarte do Príncipe depois de reedificado
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)



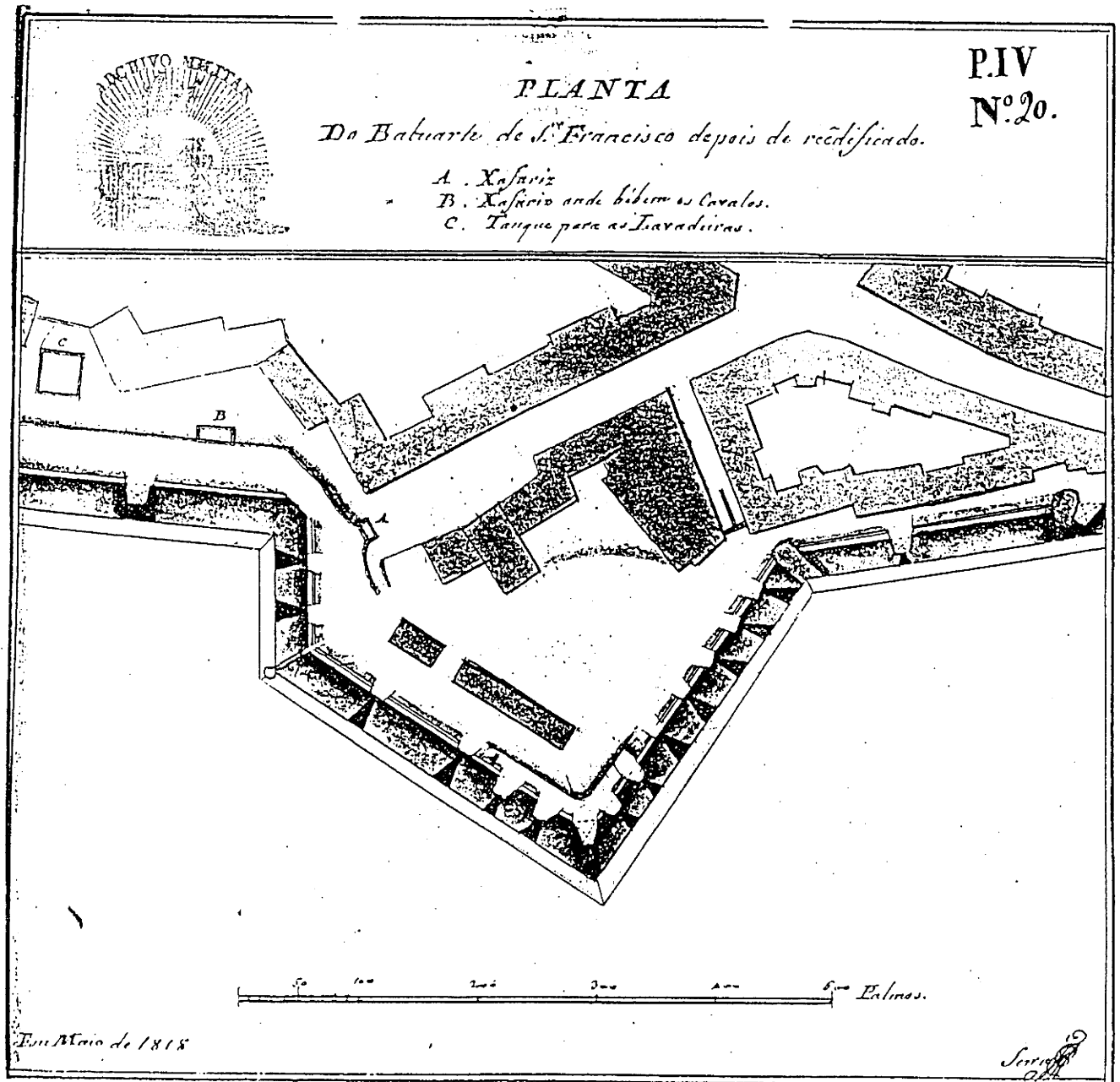
Campo Maior. Planta do Baluarte do Conselho no estado de ruína
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

Anexo XIId

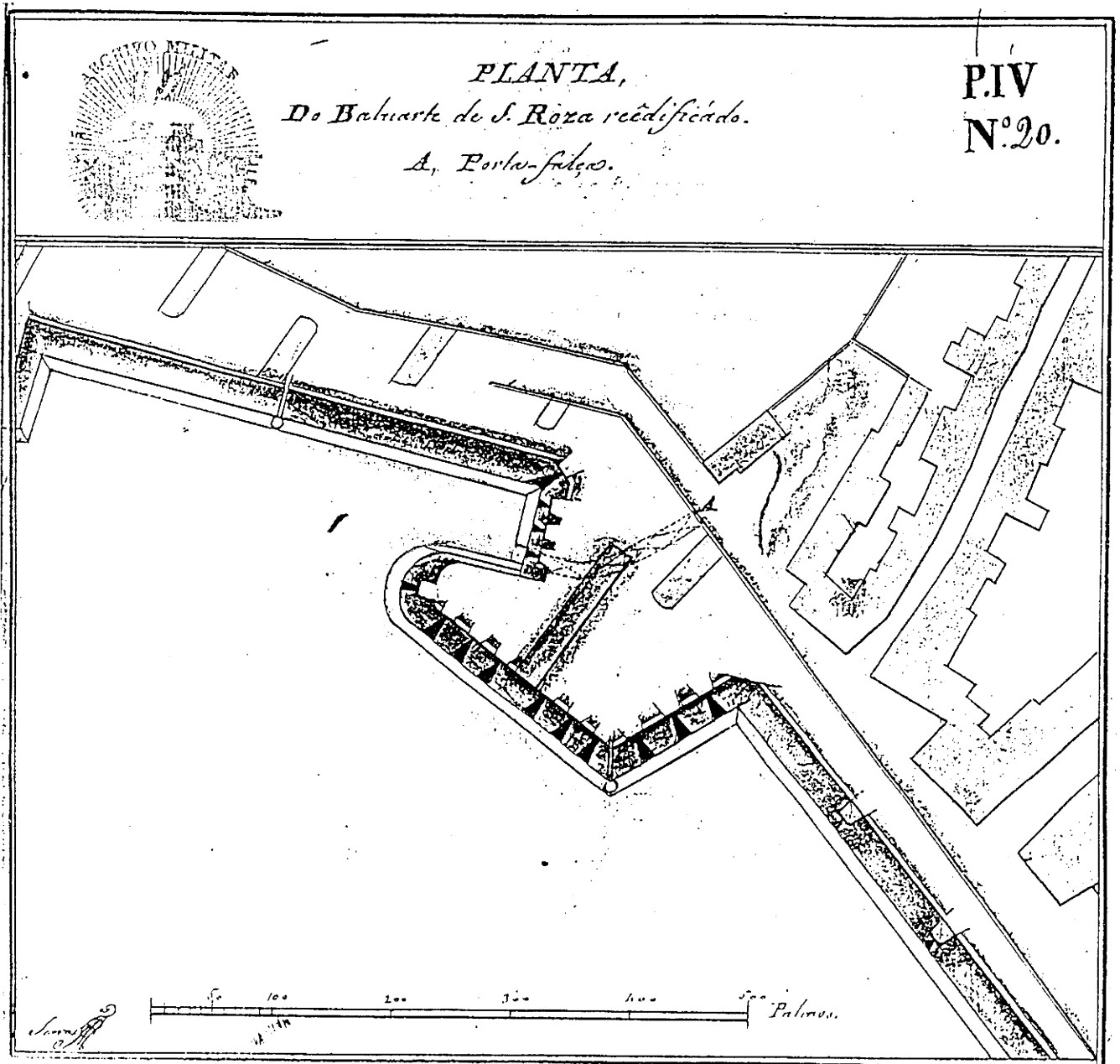


Campo Maior. Planta do Baluarte do Conselho depois de reedificado
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

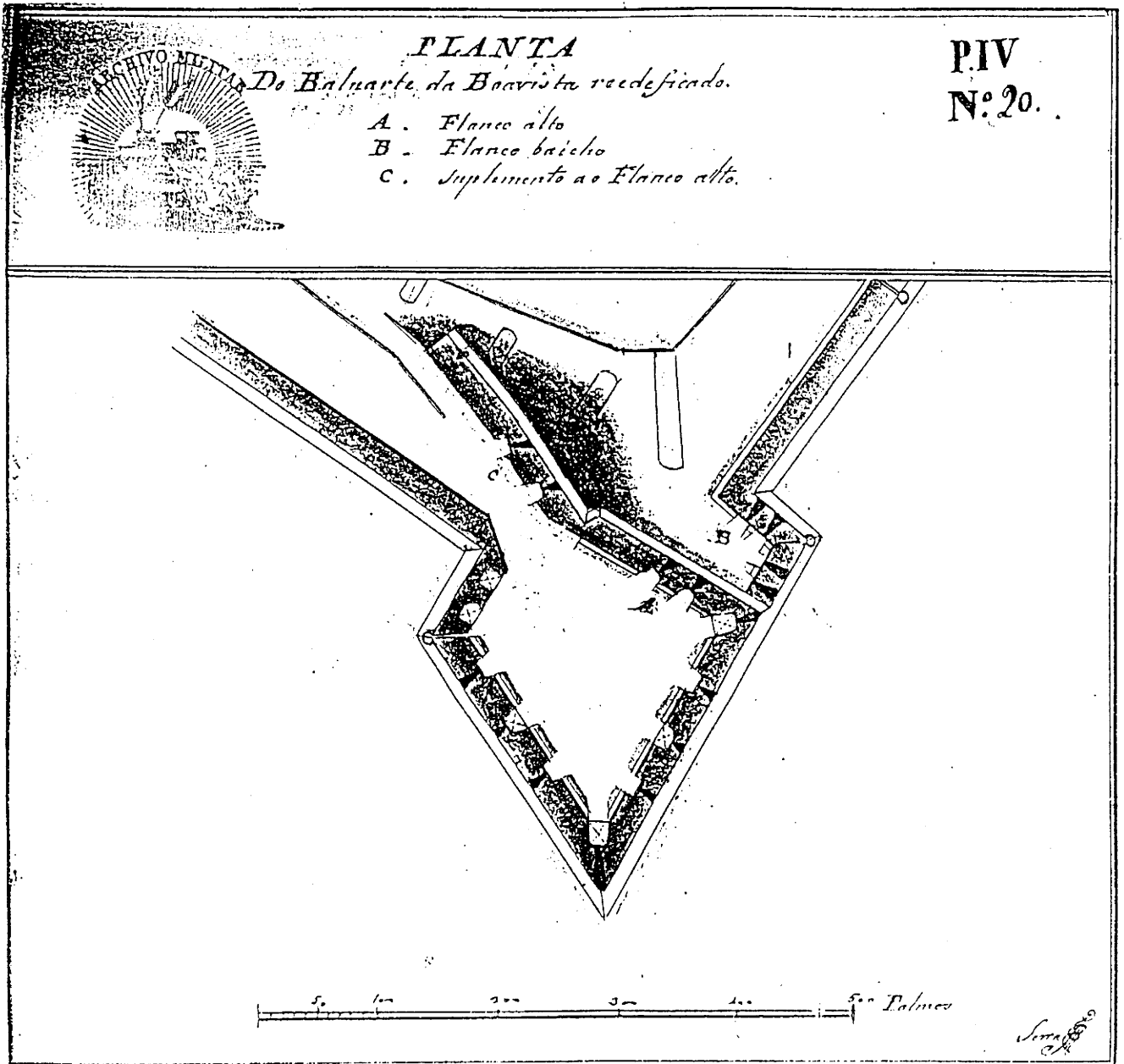
Anexo Xlle



Campo Maior. Planta do Baluarte de São Francisco depois de reedificado
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

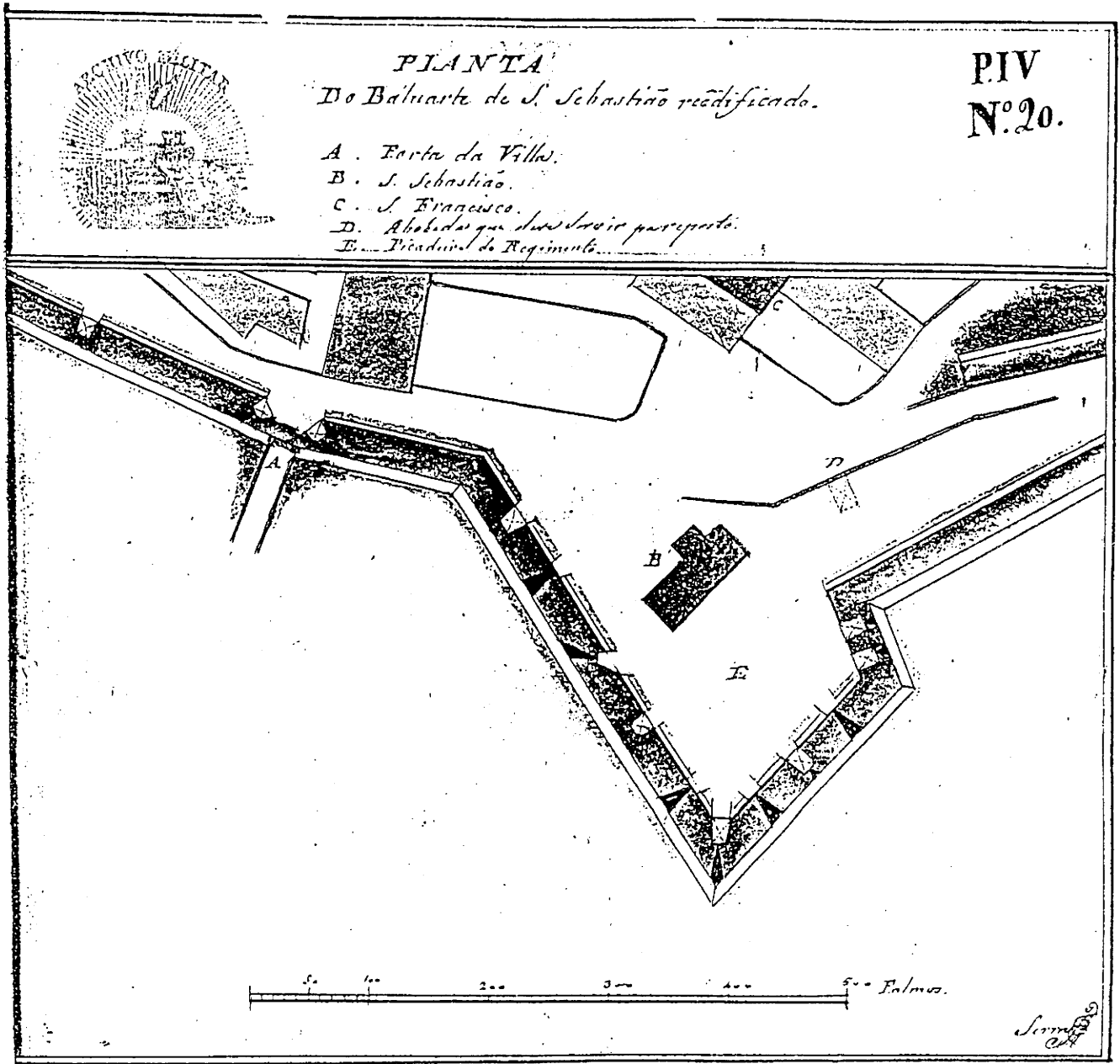


Campo Maior. Planta do Baluarte de Santa Rosa reedificado
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)



Campo Maior. Planta do Baluarte da Boavista reedificado
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

Anexo XIIIh



Campo Maior. Planta do Baluarte de São Sebastião reedificado

Direcção dos Serviços de Engenharia

GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

PLANTA

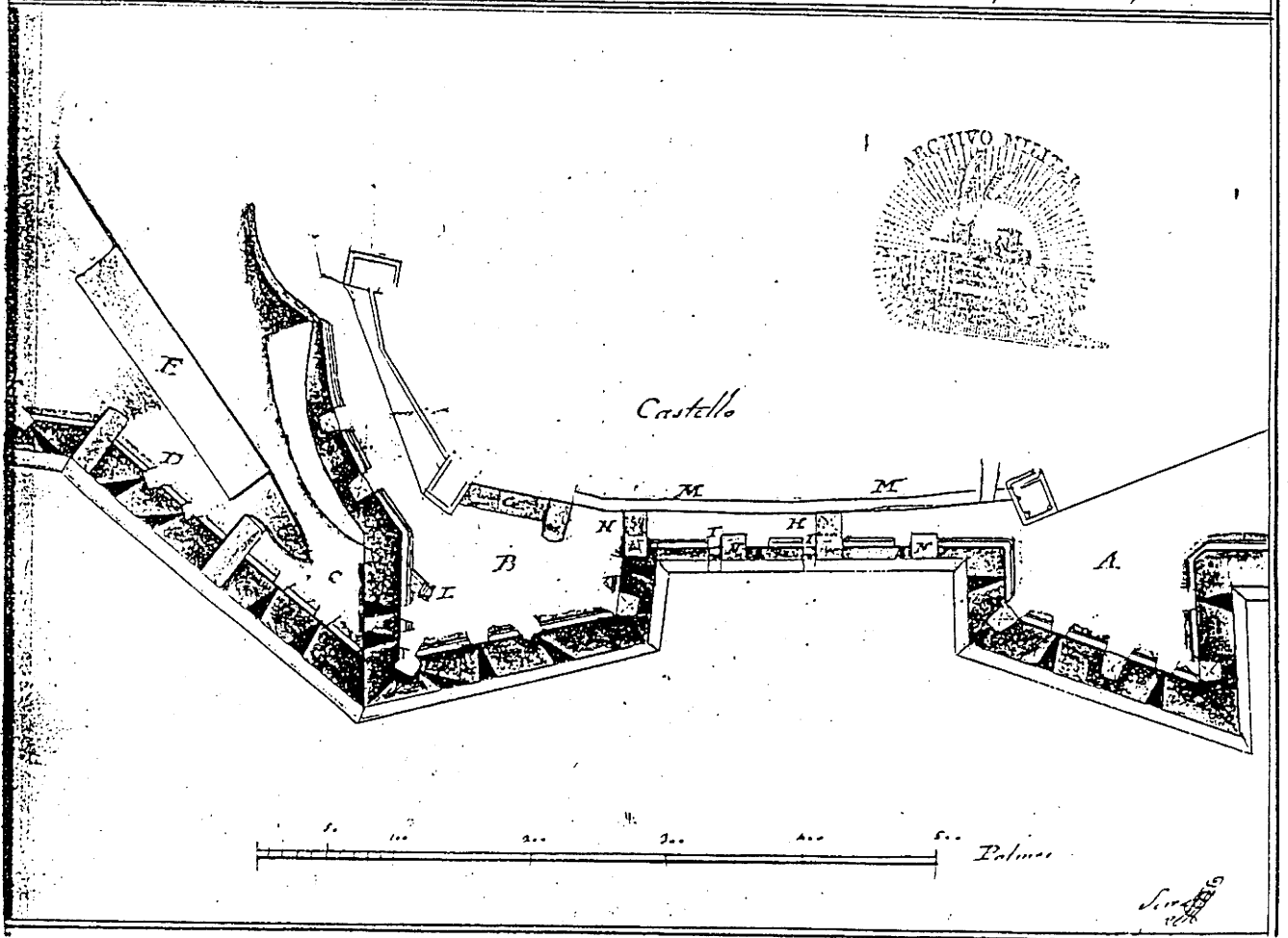
PIV, N.º 20.

Da Tenalha que contém os Baluartes de Lisboa e do Curral dos Coelhos.

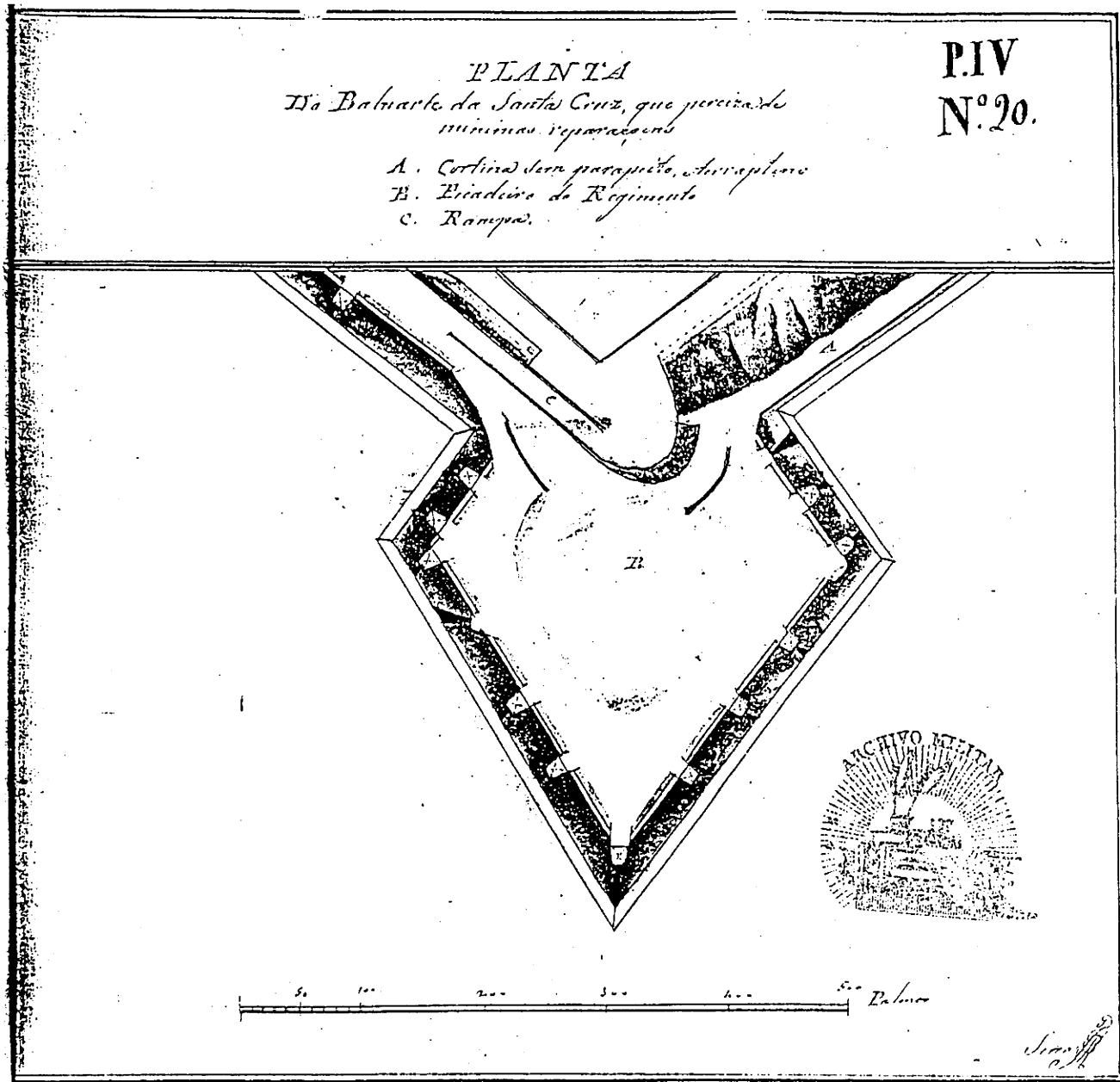
- Baluarte de Lisboa
- Baluarte do Curral dos Coelhos
- Bateria baicha
- Bateria mais baicha
- Q.º de Cavalaria

- F. Cortina
- C. Talheira em que se fizeão os Canos.
- H. Encontras que se guisaõ a muralha do Castello
- I. Estradas
- L. Comunicações para as baterias baichas

M. Muralha do Castello arredada
 N. Eslares que se construíram para encontrar a muralha do Castello quando não fizesse e que se guisaõ a muralha.



Campo Maior. Planta da tenalha que contém os baluartes de Lisboa e do Curral dos Coelhos
 Direcção dos Serviços de Engenharia
 GEAEEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)



Campo Maior. Planta do Baluarte de Santa Cruz que precisa de mínimas reparações
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3768/A 2-17A-25)

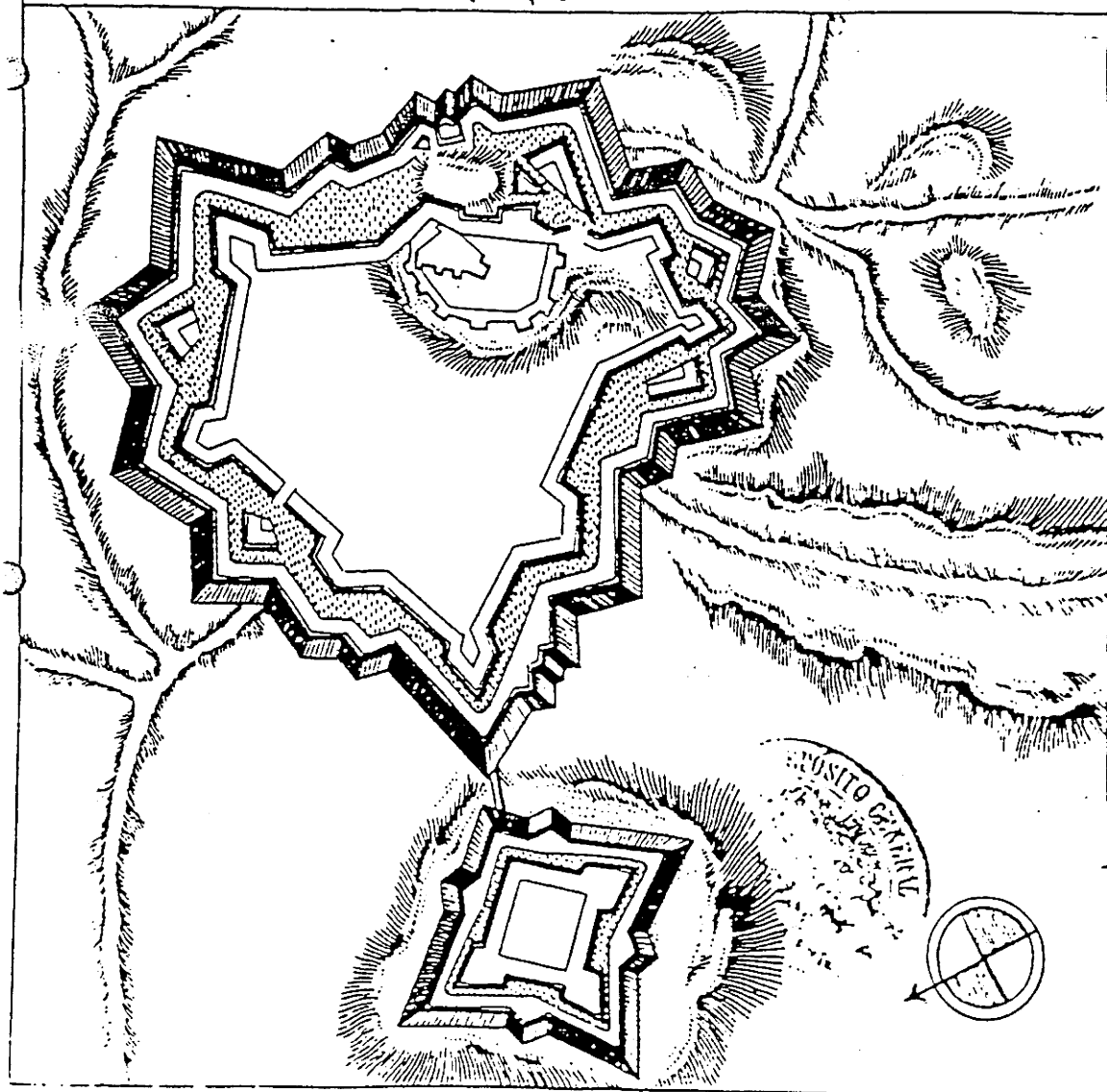
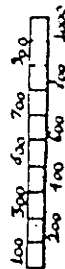
Anexo XIII

Campo Maior. Planta espanhola (s. d.)
Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior

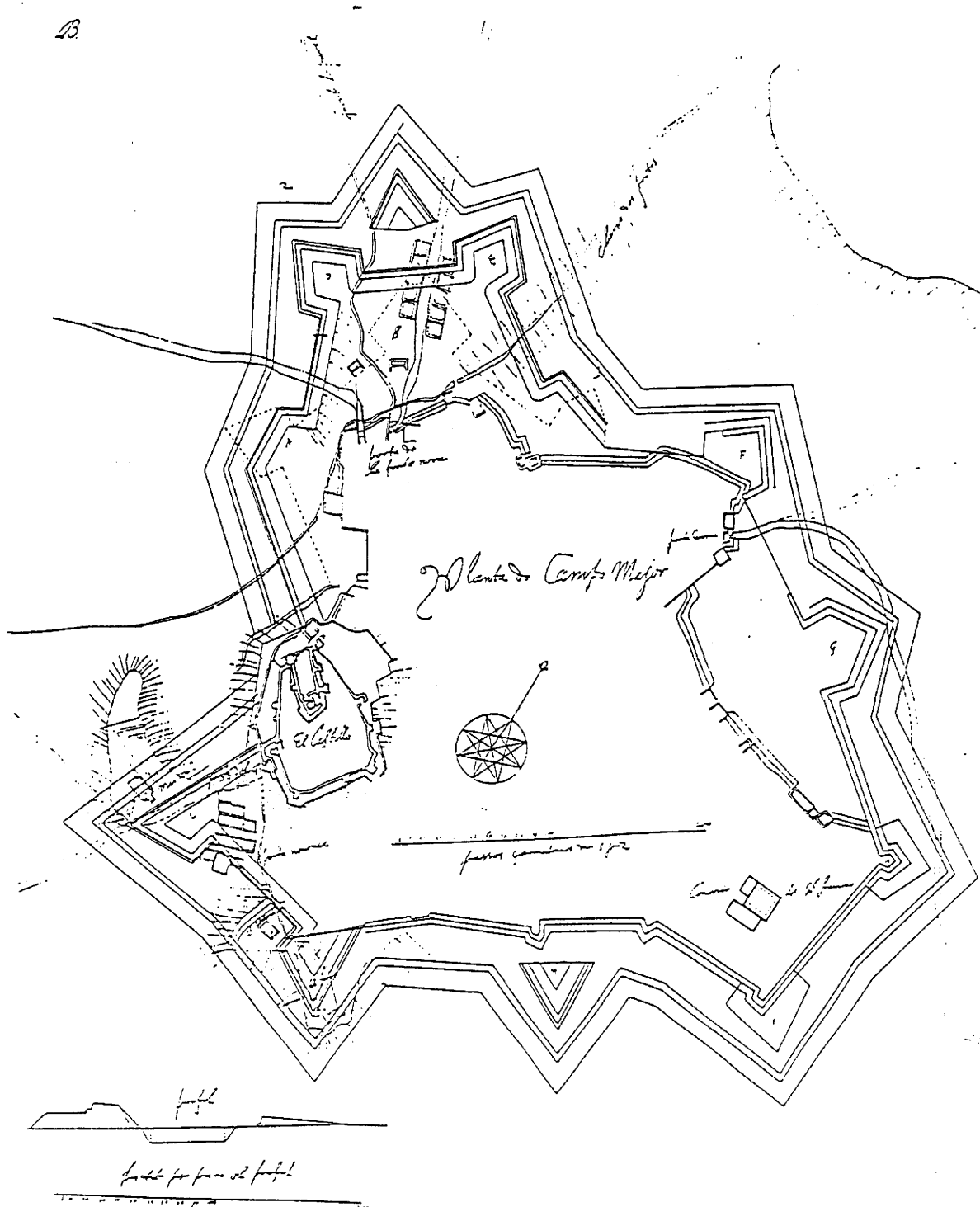
CAMPOMAYOR

Es una Plaza de Grande reputacion fortificada à lo moderno con quatro Baluartes, y cinco medios Baluartes, y tiene un Fuerte llamado de S. José, este Fuerte ocupa un sitio eminente, en forma quadrada con tres Baluartes, se halla otro Fuerte, que se comunica por la escradadura, a que llaman de Conberg, en el Circulo de la Plaza para defensa de las Puercas, de algunas Cortinas se ven seis Revueltas de var tante Grandezas, ay un fero y un Lago.

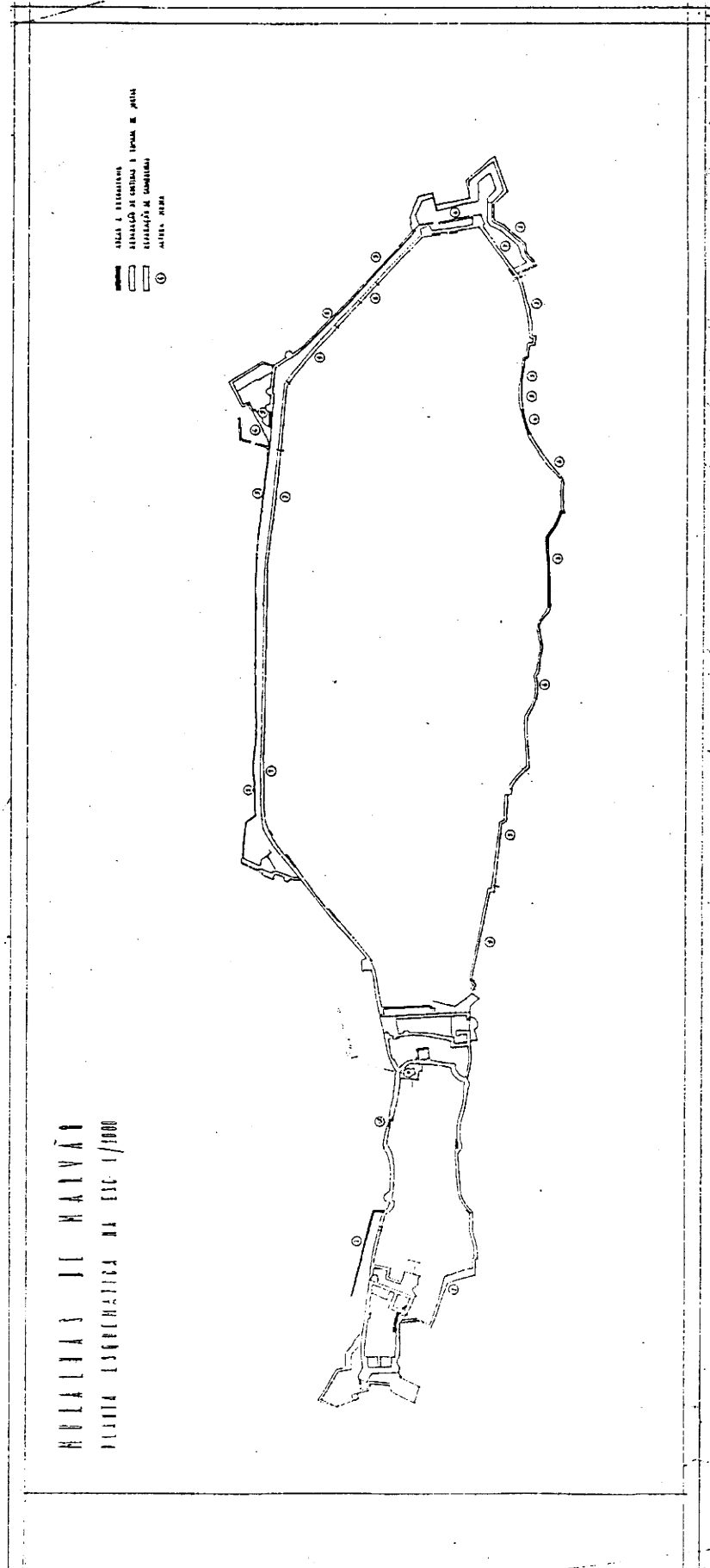
Rio Portugues



Anexo XIV



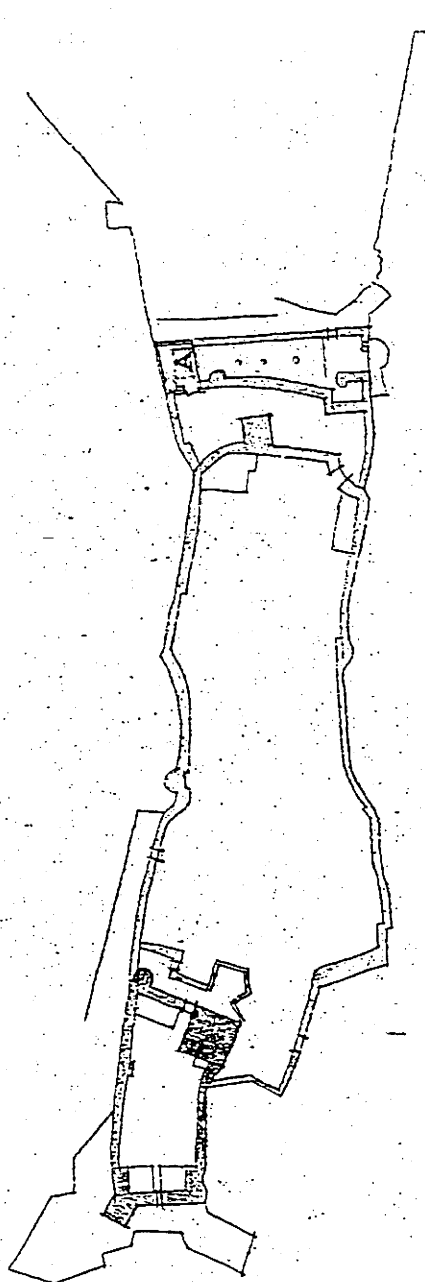
Projecto de fortificação atribuído a Lassart (s. d.)
Biblioteca Nacional de Lisboa / Gaspar de Mello de Matos (1941)



PLANTA DE MARVÃO
ESCALA DE 1:1000

— BASTIÃO
— MUR DE CINTURA E TORRE DE PORTA
— MUR DE BASTIÃO

CASTELO DE MARVÃO

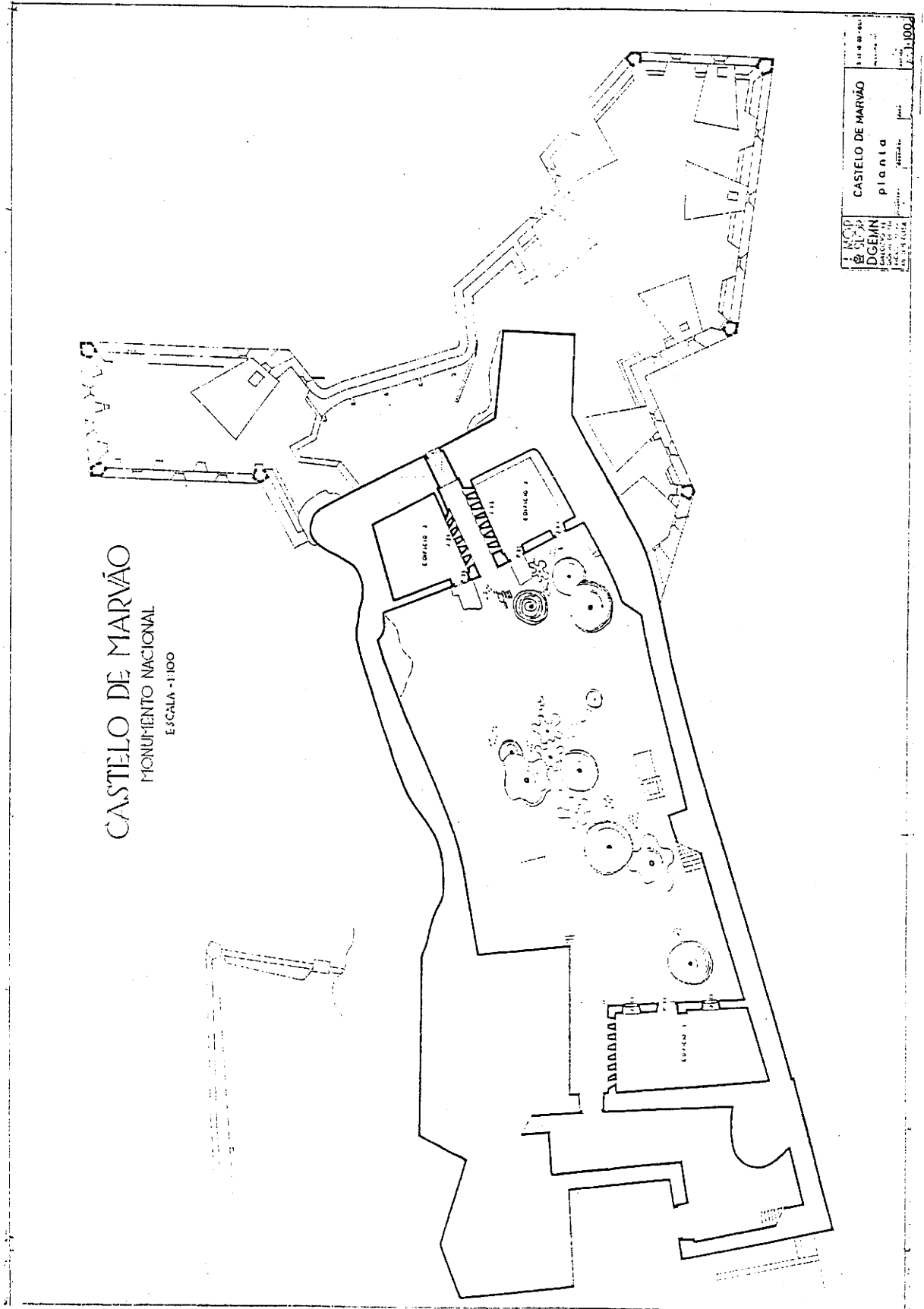


A LOCAL ESCOLHIDO PARA O DEPOSITO XISTIRADO

Planta do Castelo de Marvão (projecto de intervenção, s. d.)
Arquivo da DGEMN

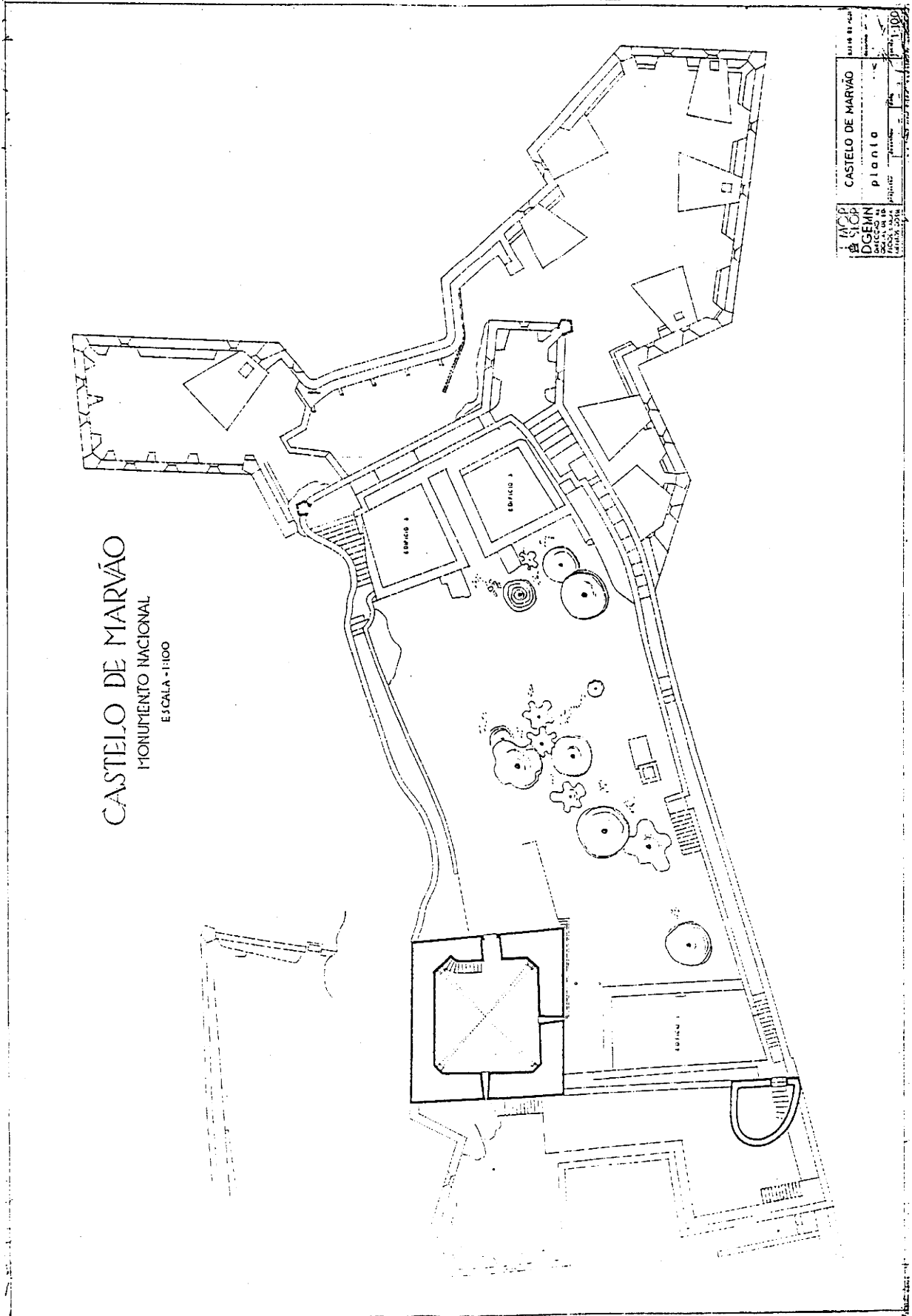
Anexo XVIII

Planta do Castelo de Marvão (Piso 1. s. d.)
Arquivo da DGEMN



Anexo XIX

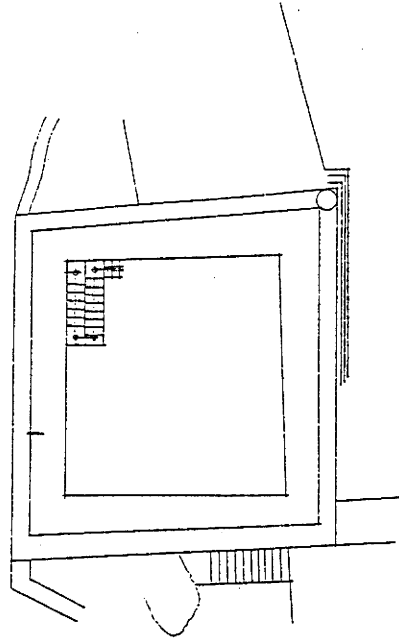
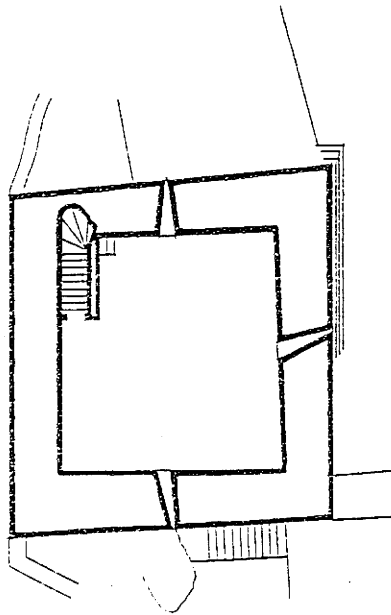
Planta do Castelo de Marvão (Piso 2. s. d.)
Arquivo da DGEMN



CASTELO DE MARVÃO

MONUMENTO NACIONAL

ESCALA = 1:100



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Planta da Torre de Menagem do Castelo de Marvão (Pisos superiores, s. d.)
Arquivo da DGEMN

Anexo XXI



Projecto de fortificação de Marvão (1765)
Direcção dos Serviços de Engenharia
GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3134 2-21-30)

Anexo XXII

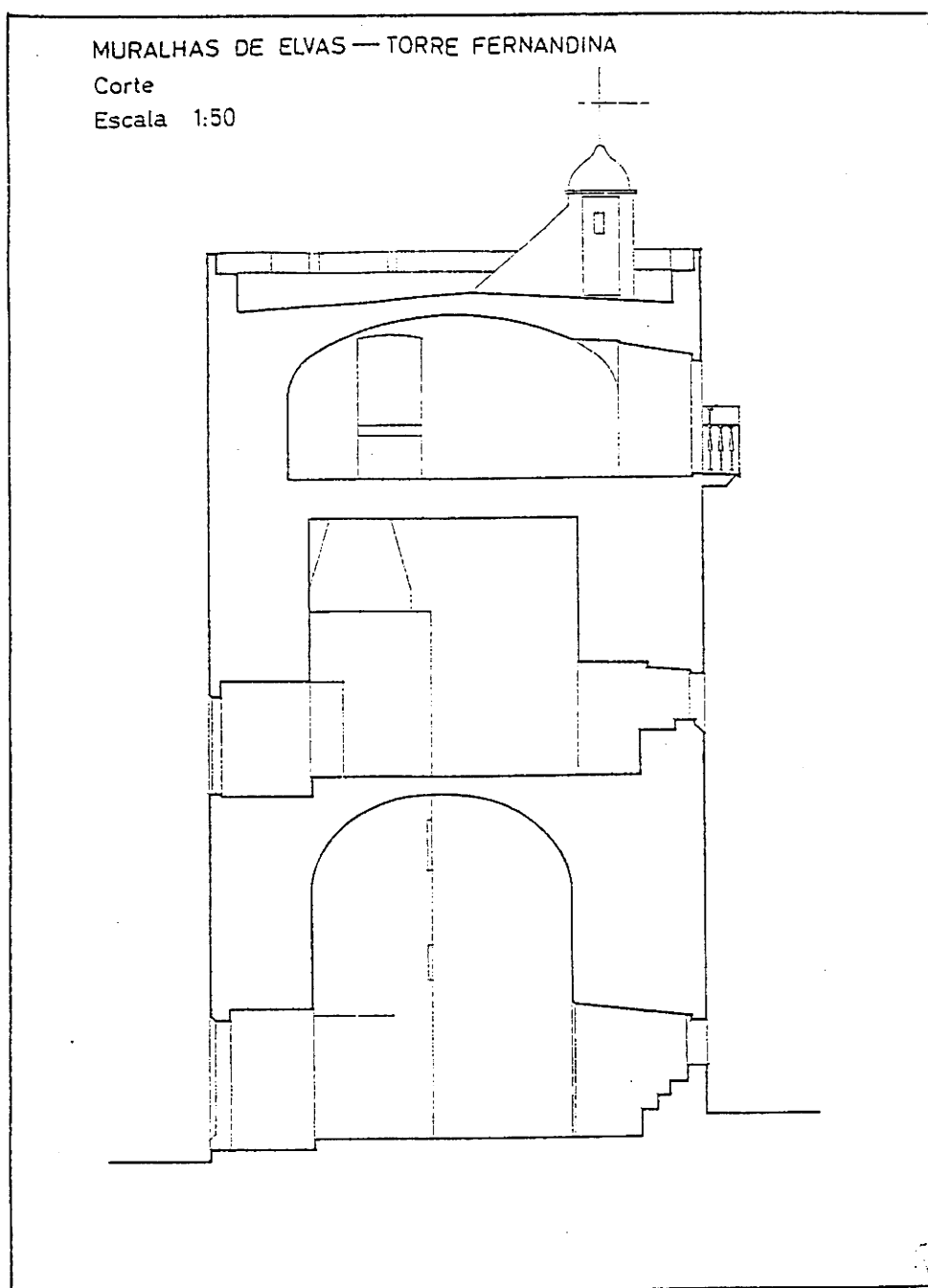


Projecto de fortificação de Marvão (1765)

Direcção dos Serviços de Engenharia

GEAEM - Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar (Doc. 3133 2-21-30)

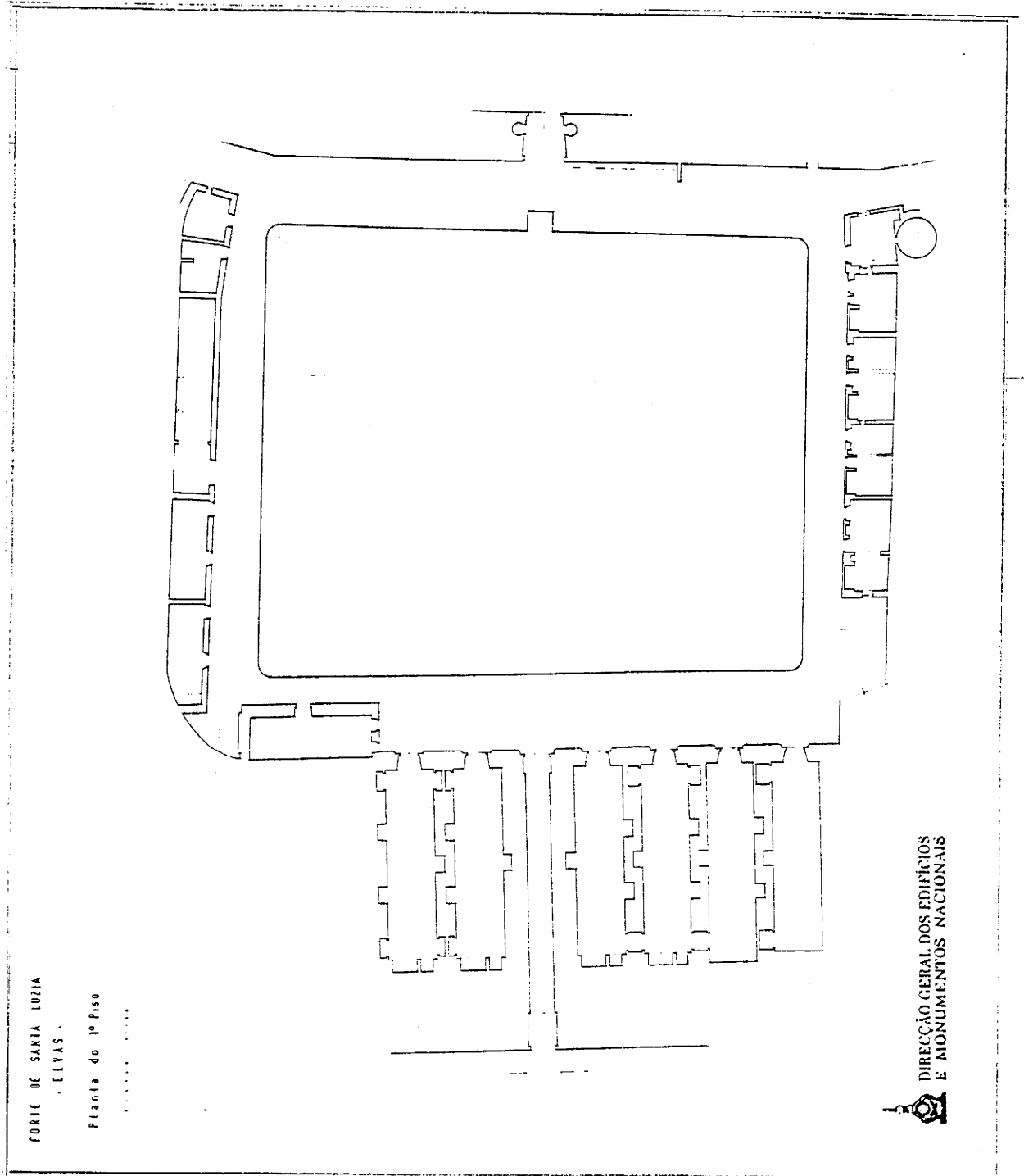
Anexo XXIII



Torre da Cadeia ou "Fernandina" (Elvas) (Corte s. d.)
Arquivo da DGEMN

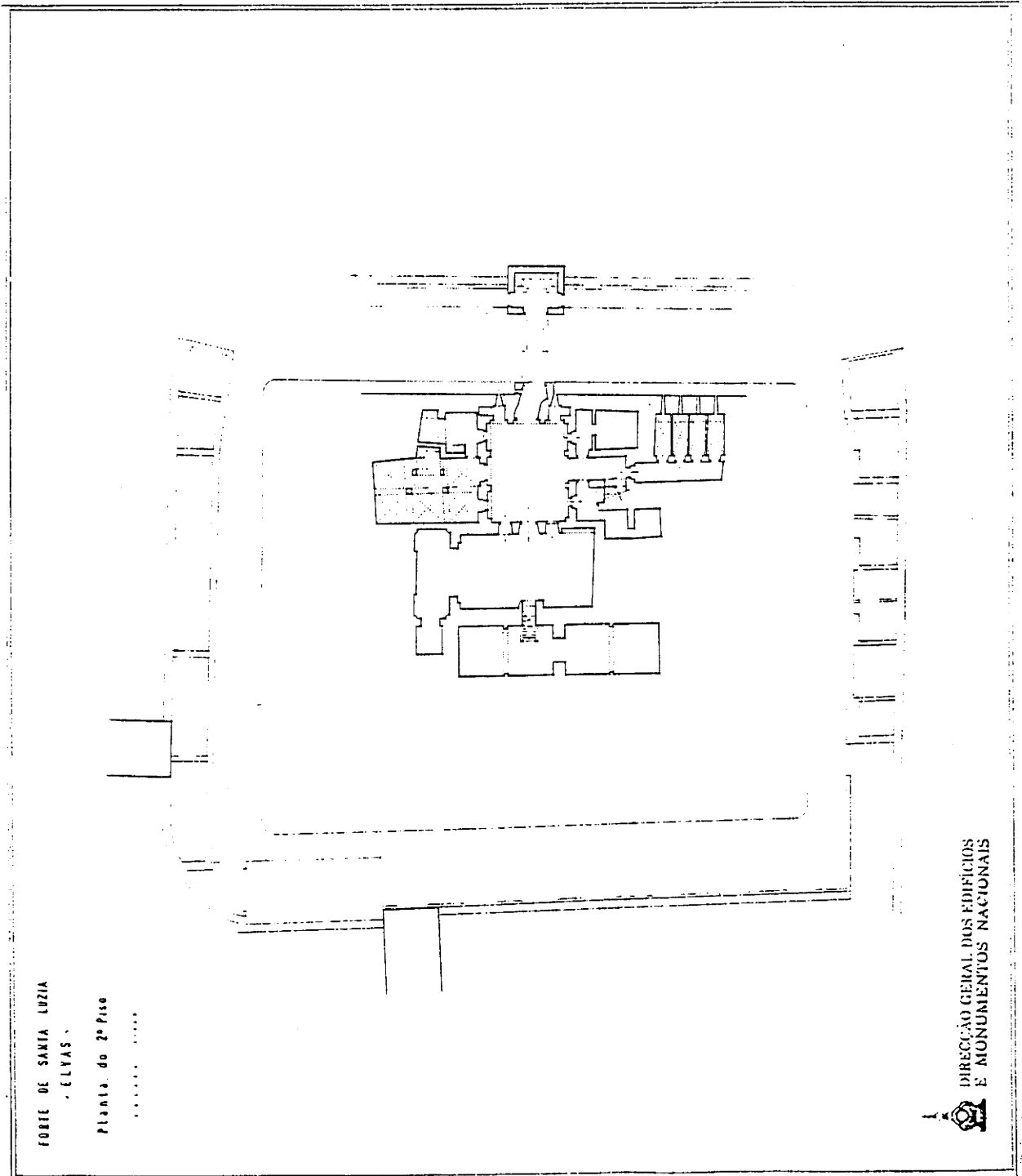
Anexo XXIV

Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do 1º piso. s. d.)
Arquivo da DGEMN



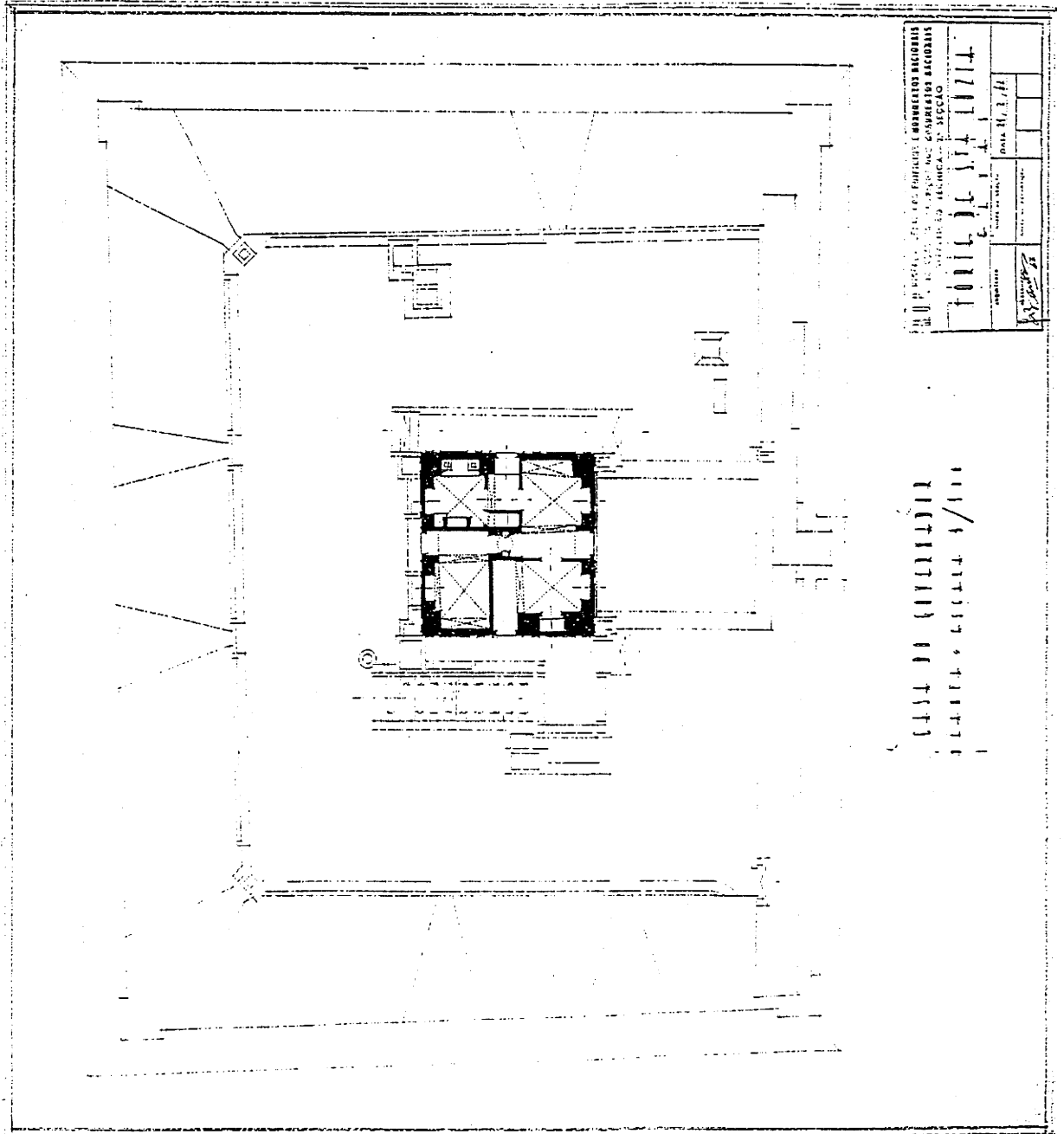
Anexo XXV

Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do 2º piso. s. d.)
Arquivo da DGEMN



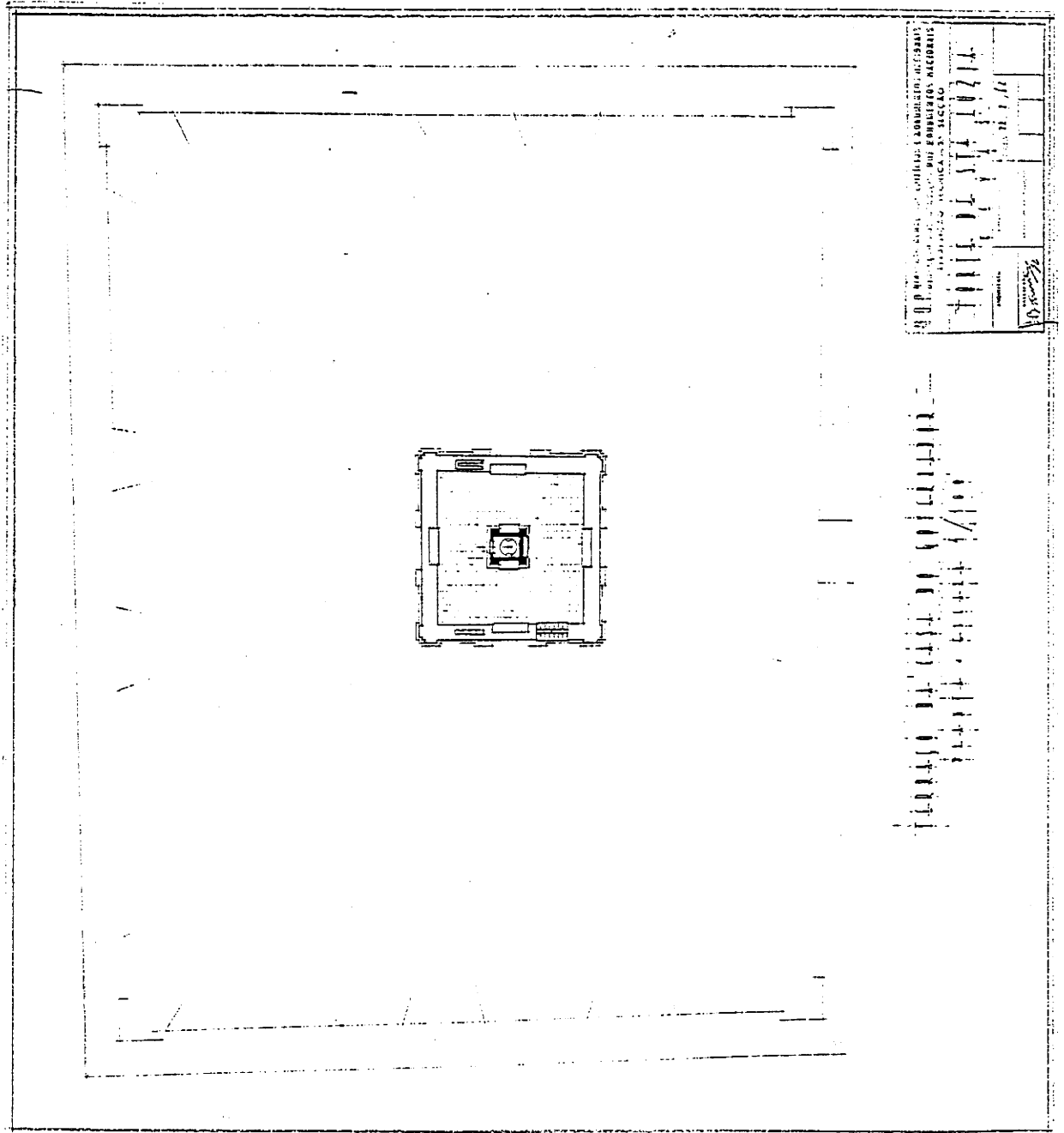
Anexo XXVI

Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta da Casa do Governador, 1962)
Arquivo da DGEMN

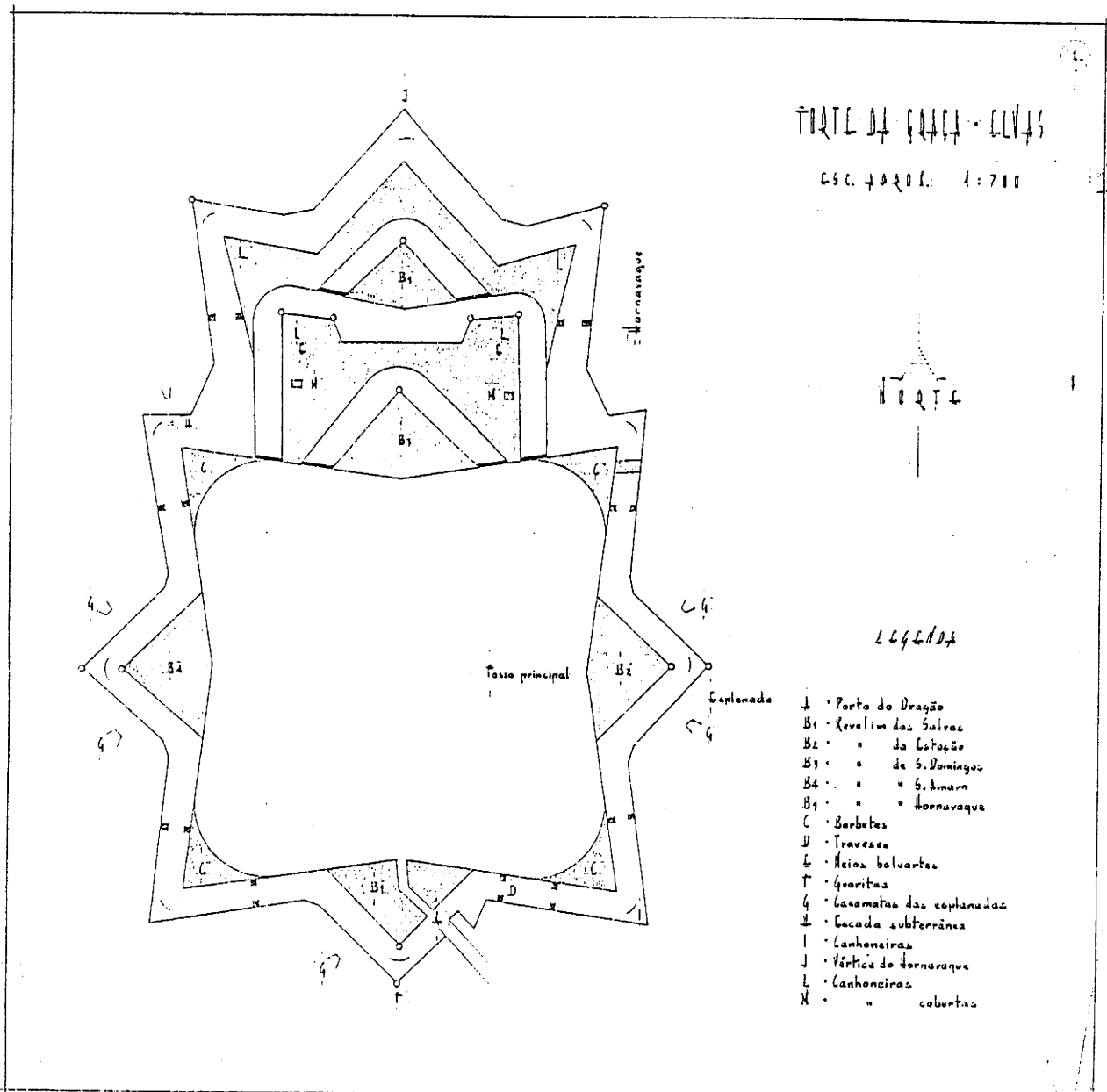


Anexo XXVII

Forte de Santa Luzia (Elvas) (Planta do Terraço da Casa do Governador, 1962)
Arquivo da DGEMN



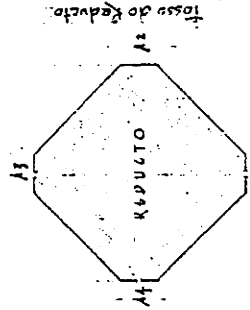
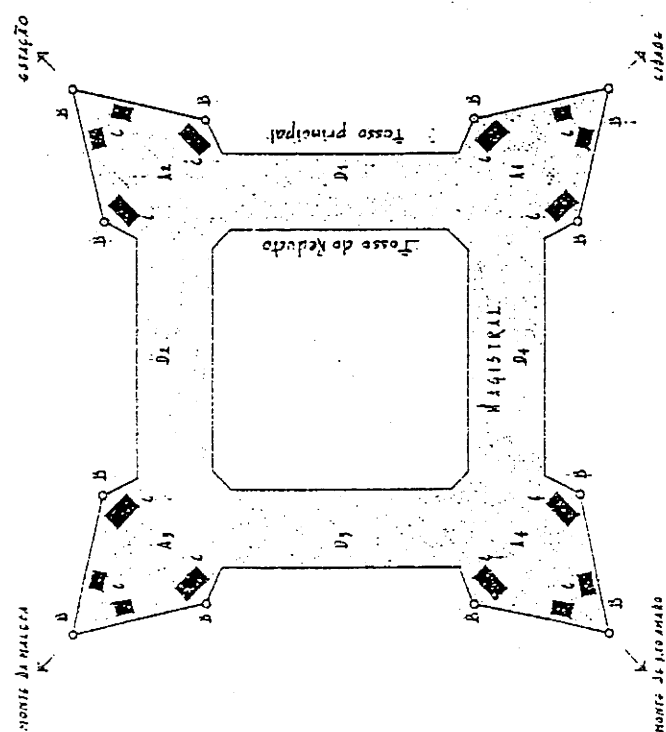
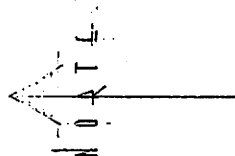
Anexo XXVIII



Forte da Graça (Elvas) (Planta geral até às esplanadas, s. d.)
 Arquivo da DGEMN

FORTE DA GRAÇA - ELVAS

E.S.C. - 1-1-1-0-1. 1:7000



LEGENDA

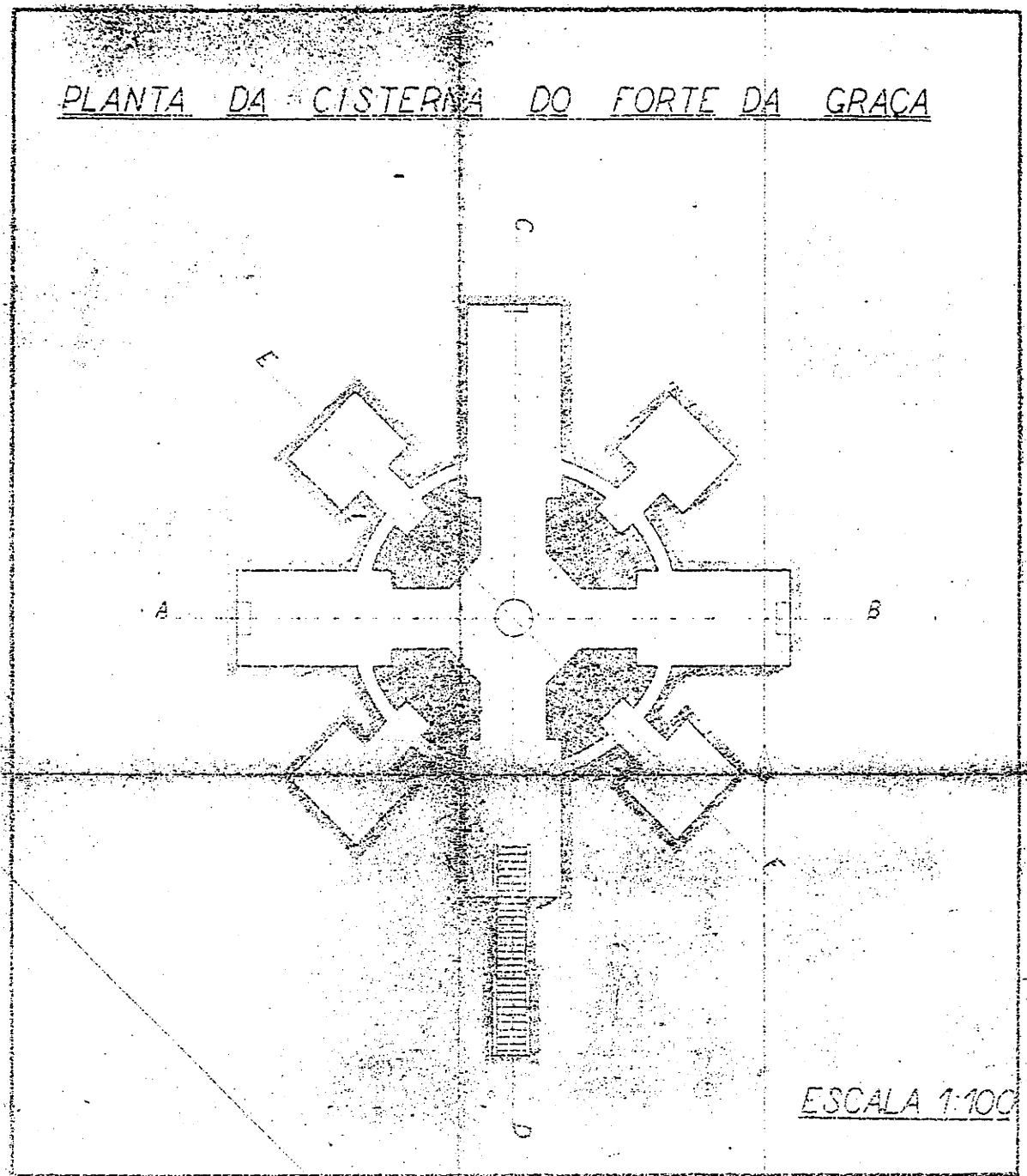
- A1 - Baluarte da Cidade
- A2 - " " Estação
- A3 - " " Malera
- A4 - " " de S.º Amaro
- B - Quartas
- C - Habitações casematadas
- D1 - Corrimã da Estação
- D2 - " " Norte
- D3 - " " de S.º Amaro
- D4 - " " da Porta de entrada

LEGENDA

- A1 - Porta Sul
- A2 - " " Norte
- A3 - " " Oeste
- A4 - " " Este

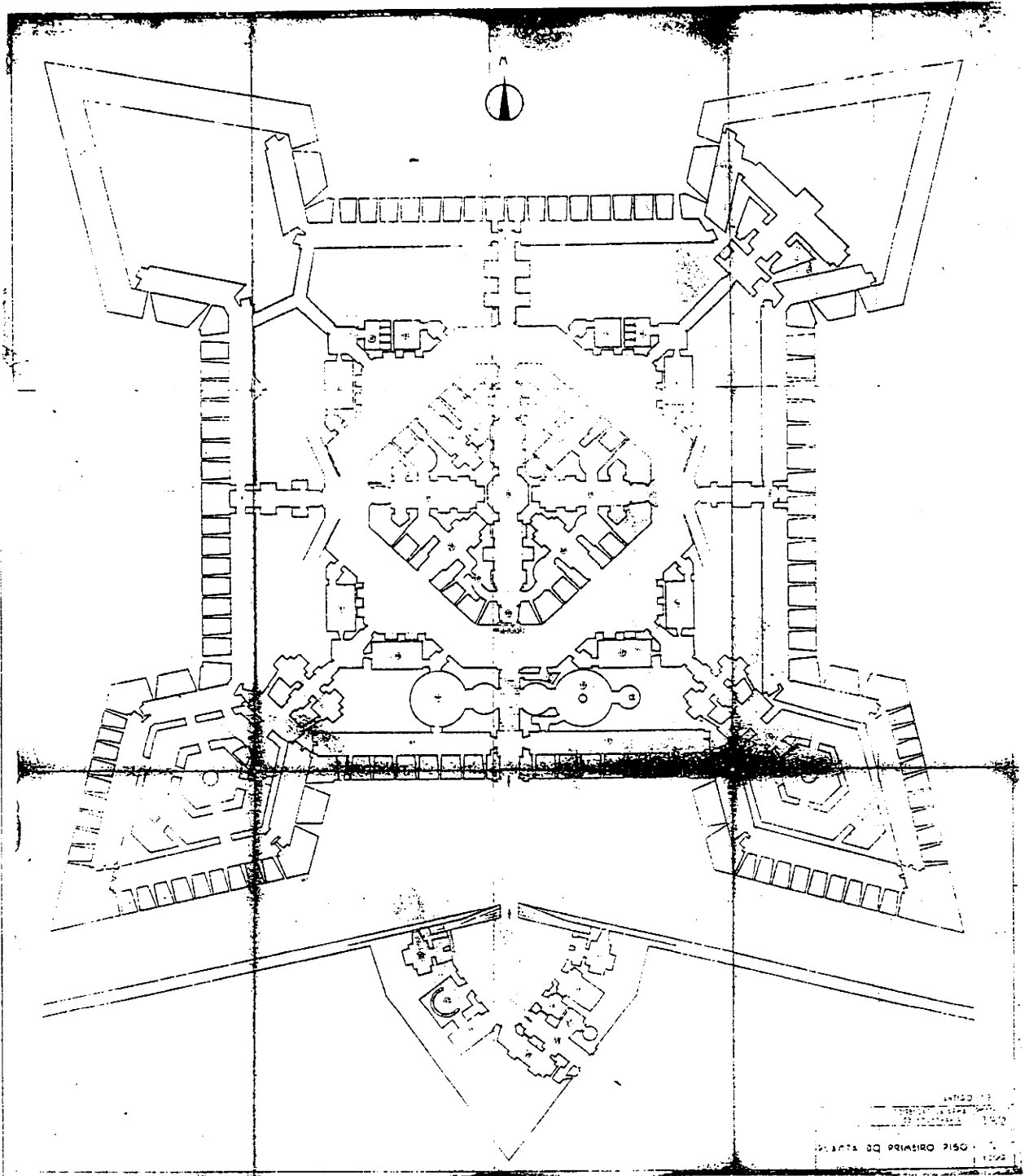
Forte da Graça (Elvas) (Planta dos baluartes e do reduto central, s. d.)
Arquivo da DGEMN

Anexo XXX



Forte da Graça (Elvas) (Planta da cisterna, s. d.)
Arquivo da Câmara Municipal de Elvas

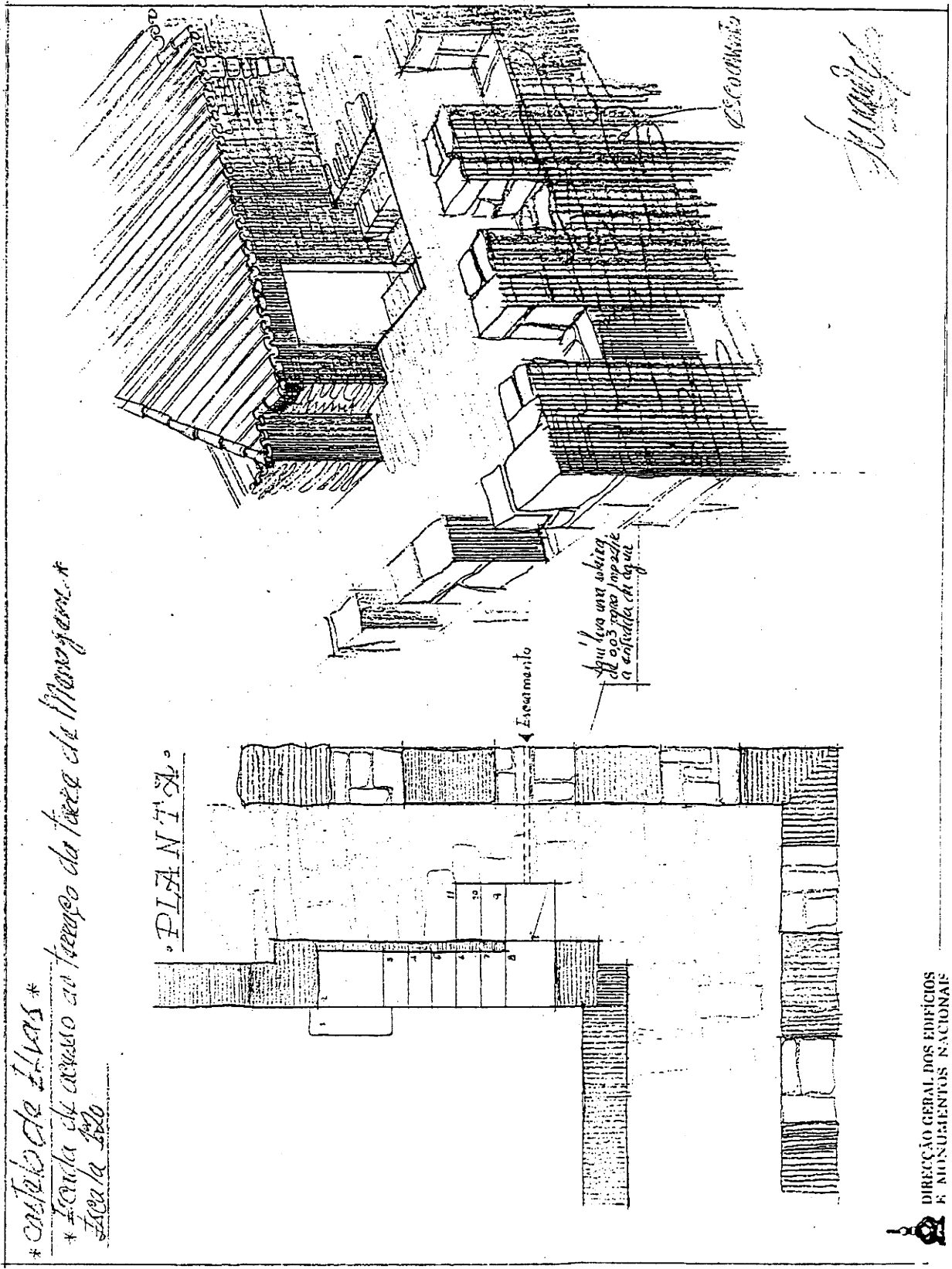
Anexo XXXI



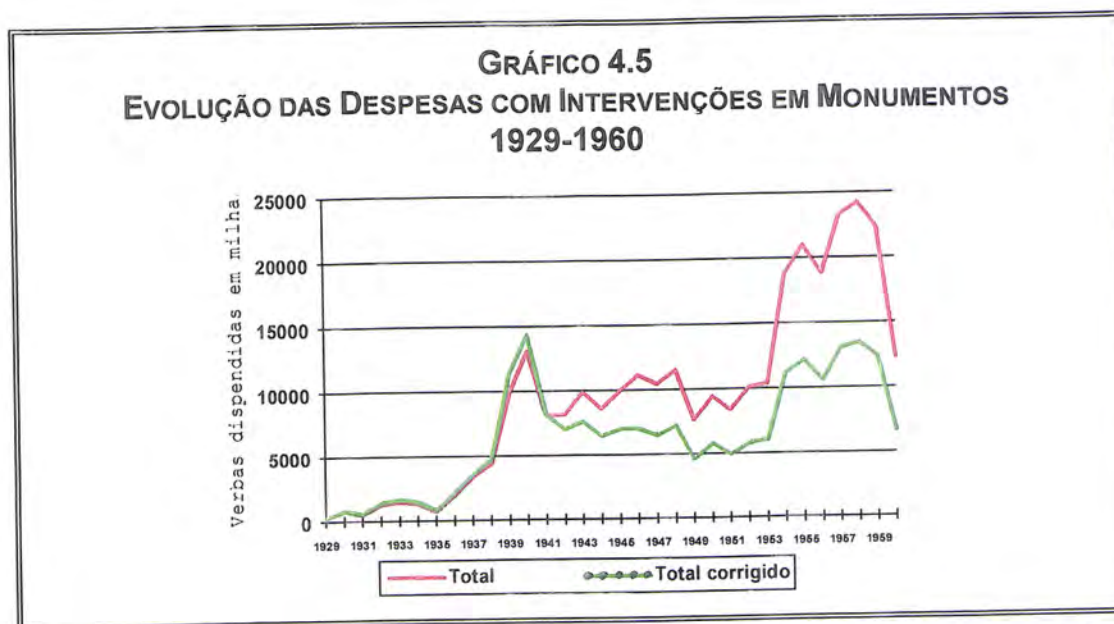
Forte da Graça (Elvas) (Planta do 1º piso. s. d.)
Direcção da Arma de Engenharia / Arquivo da Câmara Municipal de Elvas

Anexo XXXII

Castelo de Elvas (Planta do cirado da Torre de Menagem, s. d.)
Arquivo da DGEMN



Anexo XXXIII



Fonte: Folhas manuscritas com as despesas anuais nos imóveis classificados por grupos. Arquivo da DGEMN.

NETO, Maria João Q. L. Baptista – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 469. (polic.).